



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2162

Quinta-feira - 05 de Janeiro de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Guaraciaba	170	Peritiba.....	429
Água Doce.....	4	Guaramirim.....	171	Petrolândia	510
Alto Bela Vista.....	27	Guarujá do Sul	172	Pinheiro Preto	513
Anchieta	28	Herval d'Oeste	177	Planalto Alegre.....	515
Antônio Carlos	29	Imbituba	183	Pomerode.....	516
Arabutã	31	Indaial.....	186	Ponte Serrada	522
Arroio Trinta.....	35	Ipuacú.....	188	Porto União.....	523
Balneário Piçarras.....	36	Ipumirim	189	Presidente Nereu.....	525
Balneário Rincão	37	Irineópolis	190	Princesa	528
Biguaçu	41	Itaiópolis	194	Rio do Sul.....	530
Blumenau	49	Itapiranga.....	195	Rio Fortuna.....	548
Bom Jesus do Oeste	54	Jacinto Machado	205	Santa Cecília	549
Bom Retiro	58	Jaraguá do Sul	211	Santa Terezinha do Progresso	550
Braço do Trombudo	59	Joaçaba	215	São Bento do Sul.....	553
Brunópolis	95	José Boiteux	222	São João do Oeste	557
Brusque.....	96	Lacerdópolis.....	223	São Joaquim	558
Caçador.....	98	Laguna	224	São José.....	561
Camboriú.....	107	Lauro Muller	231	São José do Cedro.....	564
Campos Novos.....	109	Lebon Regis	233	São Lourenço do Oeste.....	566
Canoinhas.....	113	Leoberto Leal.....	237	São Miguel da Boa Vista	576
Catanduvas.....	115	Lindóia do Sul	238	São Pedro de Alcântara.....	577
Caxambu do Sul.....	116	Luzerna	241	Seara	597
Celso Ramos.....	118	Maracajá	300	Serra Alta	601
Cocal do Sul.....	119	Maravilha.....	302	Sul Brasil	605
Concórdia	120	Marema	303	Tigrinhos	607
Cordilheira Alta	124	Meleiro	308	Timbé do Sul	647
Coronel Martins.....	125	Modelo.....	311	Timbó	648
Correia Pinto.....	129	Mondaí.....	318	Treze Tilias	654
Corupá	130	Morro da Fumaça	320	Trombudo Central.....	658
Curitibanos	144	Navegantes.....	323	Tunápolis.....	659
Doutor Pedrinho.....	146	Novo Horizonte	386	Turvo	660
Ermo	148	Orleans	389	Urussanga	662
Flor do Sertão.....	149	Ouro Verde	391	Vargeão.....	667
Forquilha.....	150	Palmitos	394	Vargem Bonita	668
Fraiburgo.....	154	Papanduva.....	395	Vidal Ramos.....	669
Galvão.....	161	Paraíso	396	Videira.....	671
Garopaba.....	162	Passo de Torres.....	398	Xanxerê.....	672
Garuva	163	Passos Maia	400	Xavantina	674
Gaspar	164	Paulo Lopes	402	Xaxim.....	676
Grão Pará	168	Penha.....	407	Zortéa	679

Associações

FECAM	680
-------------	-----

Consórcios

CODEPLAN.....	682
---------------	-----

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2162

Quinta-feira - 05 de Janeiro de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Editais de Notificação

Bom Jardim da Serra	683
Chapecó	692
Dionísio Cerqueira	705
Governador Celso Ramos	739
Herval d'Oeste	773
Joaçaba	836
Palhoça	925
São Miguel do Oeste	998
São Pedro de Alcântara	1069
Seara	1085
Sombrio	1137

Abdon Batista

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 01/2017

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 01/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 01/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL PARA CONSUMO EM VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA.

TIPO :Menor preço por ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 18 de janeiro de 2017 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 04 de janeiro de 2017

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

DECRETO Nº 004/2017

DECRETO Nº 004/2017 – DE 03 DE JANEIRO DE 2017

“ESTABELECE O DESDOBRAMENTO DAS RECEITAS E O CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DAS DESPESAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000,

DECRETA:

Art. 1º. Para o cumprimento das disposições dos artigos 8 e 13 da Lei Complementar nº 101/2000, ficam estabelecidos conforme Demonstrativos, peças integrantes deste Decreto, o Desdobramento das Receitas em metas Bimestrais e o Cronograma de Desembolso Mensal das Despesas, da Prefeitura Municipal de Água Doce, dos Fundos Especiais: FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social, FMS - Fundo Municipal de Saúde e SIMA - Fundo Municipal de Assistência e da Câmara Municipal.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 03 de janeiro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 025/2017

PORTARIA Nº 025/2017 – DE 04 DE JANEIRO DE 2017

“CONFERIR DESISTÊNCIA TÁCITA DO CONCURSO PÚBLICO 015/2014 – VAGA EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conferir desistência tácita, por não comparecimento no prazo legal, do Concurso Público 015/2014, de VICTÓRIO POLETO NETO, referente ao cargo em caráter temporário de Odontólogo - 40 horas conforme convocação em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 04 de janeiro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Prefeito Municipal Diretora Dpto Recursos Humanos

PORTARIA Nº 026/2017

PORTARIA Nº 026/2017 – DE 04 DE JANEIRO DE 2017

“NOMEIA SERVIDOR PARA GERAR E TRANSMITIR ARQUIVOS DA FOLHA DE PAGAMENTO”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º NOMEAR, a servidora LILIAN BITTENCOURT CHÜLER, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, para representá-lo junto às instituições financeiras, podendo gerar e transmitir arquivos da folha de pagamento dos funcionários, da Prefeitura Municipal de Água Doce CNPJ 82.939.398/0001-90 e as contas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação, do Fundo Municipal de Saúde CNPJ 11.430.533/0001-20 e do Fundo Municipal de Assistência Social CNPJ 13.602.607/0001-54.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 04 de janeiro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Prefeito Municipal Diretora Dpto Recursos Humanos

PORTARIA Nº 027/2017

PORTARIA Nº 027/2017 – DE 04 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias coletivas aos funcionários (a) da Secretaria Educação, Cultura e Esportes, abaixo nominados no período de 02/01/2017 até 31/01/2017:

Adilson Pereira – 14/15

Adriana Grotto Percisi – 16/17

Adriana Maria Tonial Piaia – 15/16

Amelia Eger Ribeiro – 15/16

Ana Paula Rossa Cavalli – 16/17

Ana Rosa Monson – 16/17

Anderson Paulo Pavelski – 16/17

André Link – 16/17

Andrea de Oliveira de Lima – 16/17

Andreia Renata do Amaral e Silva – 16/17

Andriana Wensel Totti – 16/17

Antonia Teresinha de Lima – 15/16

Antonio Darci Bandeira – 16/17

Arcoelino João Bortolini – 15/16

Arlete Venturim dos Santos – 16/17

Carmelina Alves Paz – 16/17

Carmen Guisleni da Fonseca – 16/17
 Celso Julian – 16/17
 Clainton Luiz de Souza Pinta – 16/17
 Clarice Aparecida de Oliveira – 16/17
 Claudete Dulcineia Dalla'Costa – 16/17
 Claudia Favero Bocalon – 15/16
 Cleuci Fátima dos Santos – 15/16
 Cleuza Maria de Oliveira Drissen – 16/17
 Darilene Casa de Tomin – 16/17
 Dayane de Moraes – 16/17
 Debora Lucia Zanatto – 16/17
 Denise Aparecida Celso Putton – 16/17
 Denise Rodrigues da Silva dos Santos – 16/17
 Eleonora Beal Cecconelo – 16/17
 Eliane Vieira Zagonel – 16/17
 Elisabente Salvador – 16/17
 Eliseu Geraldo Boschetti – 15/16
 Elvira Maria Pasini – 16/17
 Evandro Carlos Zanatto – 16/17
 Fabiana Provin Zenatti de Souza – 16/17
 Fabiane Aparecida Pereira – 16/17
 Fabiane Coser – 16/17
 Fátima Bortolini Pontel – 16/17
 Flavia Aparecida Zanini – 16/17
 Gilson Talis Percisi – 16/17
 Giovana Rosa Sari Macagnan – 15/16
 Giselle Brezolin Ghidorsi – 16/17
 Gladis Izabel de Matos – 15/16
 Gladis Miranda Cavichioli Menegat – 15/16
 Graciema Marcante Bartz – 16/17
 Isabel Cristina Mendes Tonial – 16/17
 Ivonete Medeiros – 16/17
 Izabela Ansilheiro – 16/17
 Jaime Jose Fiel – 16/17
 James Francisco Beal – 15/16
 Jocerlei Judith Ribeiro – 16/17
 Jose Vargas - 15/16
 Josefer da Silva Flores – 16/17
 Juliana Luiza dos Passos – 15/16
 Juliana Pereira de Souza Katschor – 16/17
 Julita Reetz Macagnan – 15/16
 Jussara Karpasak – 15/16
 Karen Padilha Klotz – 16/17
 Karin Ane Corso – 15/16
 Keila Lucia da Silva Arruda – 16/17
 Laerte Afonso Verona – 16/17
 Laerte Nivaldo dos Santos – 16/17
 Leonir Alves Rei Schuller – 16/17
 Lorena E. Rampazo – 15/16
 Lori Jose Macagnan – 15/16
 Luana Colombo Thaler – 16/17
 Luci Mara Anssolin Luchese – 16/17
 Luciane Welter – 16/17
 Maira Ramos – 16/17
 Marcia Ines Johann - 14/15
 Marciano Acordi Pereira – 14/15
 Mari Paula Tonet – 16/17
 Maria Luiza Luchese Piaia – 16/17
 Marines Lucia Fioreze – 16/17
 Marisa de F Saretto de Oliveira – 16/17
 Marisete Kochem – 16/17
 Marisete Maria Pantano Guisleni – 16/17
 Marivete Toigo – 15/16
 Marjorie Jeane Setti – 16/17
 Nadia Salvador – 16/17
 Neusa Aparecida dos Santos – 16/17
 Noeli Fátima Demartini – 16/17
 Patricia Aparecida de Matos da Silva – 16/17
 Paula Cristina Mendes Gatelli – 16/17

Raquel Heberle – 16/17
 Rosa Maria Cordeiro – 16/17
 Rosane Maria Signori – 16/17
 Rosane Putton Harcopf – 15/16
 Roseli Fonta Oselame – 16/17
 Roseni Linhares Veloso Mocelin – 16/17
 Salete Zarpelon Parenti – 16/17
 Sandra Iara Giaretta – 16/17
 Sideles Carmen Tortelli Viera – 16/17
 Tania Mara Zanata – 16/17
 Tatiana Guerra de Barros – 16/17
 Tatiane Aparecida Paz – 16/17
 Thiara Gabriela Cyrino Ramos – 16/17
 Veneri Rampazzo – 16/17
 Vilmar Belan – 14/15
 Waleska Porto Lima de Souza – 16/17
 Zelaine Aparecida Pelicioli – 15/16
 Zenaide Catarina Setti – 16/17

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 04 de janeiro de 2017.
 ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
 Prefeito Municipal Diretora Dpto Recursos Humanos

PORTARIA Nº 028/2017

PORTARIA Nº 028/2017 – DE 04 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias aos funcionários (a) da Secretaria de Administração e Fazenda, abaixo nominados no período de 02/01/2017 até 31/01/2017:

Camen Lucia Piccolli Nichetti – 15/16
 Joelma Tonial – 16/17

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 04 de janeiro de 2017.
 ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
 Prefeito Municipal Diretora Dpto Recursos Humanos

PORTARIA Nº 029/2017

PORTARIA Nº 029/2017 – DE 04 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária Helena Clarice dos Santos, inscrita no CPF nº 020.534.579-45, efetiva no cargo de Agente Operacional Manutenção e Limpeza, no período de 02/01/2017 até 31/01/2017, período 15/16.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 04 de janeiro de 2017.
ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Prefeito Municipal Diretora Dpto Recursos Humanos

PORTARIA Nº 030/2017

PORTARIA Nº 030/2017 – DE 04 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias aos funcionários (a) da Secretaria de Saúde e Promoção Social, abaixo nominados no período de 03/01/2017 até 01/02/2017:

Rose Marcante – 16/17
Rosane Salete Ansolin – 16/17
Neuro Pimentel – 15/16
Luciara Viera Anhaia – 15/16
Eleandra Lucia Ribeiro – 15/16

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 04 de janeiro de 2017.
ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Prefeito Municipal Diretora Dpto Recursos Humanos

PORTARIA Nº 031/2017

PORTARIA Nº 031/2017 – DE 04 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária Viviane Ataide Bittencourt, inscrita no CPF nº053.967.699-39, efetiva no cargo de Técnica de Enfermagem, no período de 02/01/2017 até 21/01/2017, período 15/16.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 04 de janeiro de 2017.
ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Prefeito Municipal Diretora Dpto Recursos Humanos

PORTARIA Nº 032/2017

PORTARIA Nº 032/2017 – DE 04 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário Maurício Grassi Caetano, inscrito no CPF nº042.581.329-00, efetivo no cargo de Agente Comunitário de Saúde, no período de 03/01/2017 até 17/01/2017, período 16/17.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 04 de janeiro de 2017.
ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Prefeito Municipal Diretora Dpto Recursos Humanos

PORTARIA Nº 033/2017

PORTARIA Nº 033/2017 – DE 04 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias aos funcionários (a) da Secretaria de Transportes e Infraestrutura Rural, abaixo nominados no período de 03/01/2017 até 01/02/2017:

Pedro Valdecir Moreira – 15/16
Alcides Alves – 15/16

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 04 de janeiro de 2017.
ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Prefeito Municipal Diretora Dpto Recursos Humanos

PORTARIA Nº 034/2017

PORTARIA Nº 034/2017 – DE 04 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76,

77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária Ivanete Rech, inscrita no CPF nº 691.186.399-68, efetiva no cargo de Agente Operacional Manutenção e Limpeza, no período de 04/01/2017 até 02/02/2017, período 15/16.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 04 de janeiro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Prefeito Municipal Diretora Dpto Recursos Humanos

PORTARIA Nº 035/2017

PORTARIA Nº 035/2017 – DE 04 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária Geana Pellicoli Antunes, inscrita no CPF nº 037.249.539-76, efetiva no cargo de Auxiliar Administrativo, no período de 04/01/2017 até 02/02/2017, período 15/16.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 04 de janeiro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Prefeito Municipal Diretora Dpto Recursos Humanos

PORTARIA Nº 036/2017

PORTARIA Nº 036/2017 – DE 04 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária Dulceni Ribas de Moura, inscrita no CPF nº 833.027.609-06, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, no período de 04/01/2017 até 02/02/2017, período 15/16.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 04 de janeiro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Prefeito Municipal Diretora Dpto Recursos Humanos

PORTARIA Nº 037/2017

PORTARIA Nº 037/2017 – DE 04 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário Leandro de Matos, inscrito no CPF nº 028.941.769-45, efetivo no cargo de Operador de Máquinas, no período de 04/01/2017 até 02/02/2017, período 15/16.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 04 de janeiro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Prefeito Municipal Diretora Dpto Recursos Humanos

PORTARIA Nº 038/2017

PORTARIA Nº 038/2017 – DE 04 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária Vanilde Chiarani, inscrita no CPF nº 758.709.409-15, efetiva no cargo de Agente Operacional Manutenção e Limpeza, no período de 03/01/2017 até 17/01/2017, período 16/17.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 04 de janeiro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Prefeito Municipal Diretora Dpto Recursos Humanos

PORTARIA Nº 039/2017

PORTARIA Nº 039/2017 – DE 04 DE JANEIRO DE 2017

“RETIFICA PORTARIA 004/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017 - NOMEIA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a senhora ANGELA RAQUEL LUCIETTI ROSSA, inscrita no CPF sob o nº 894.734.349-87 para exercer o cargo de Secretária de Educação, Cultura e Esporte do Município de Água Doce.

Art. 2º. A nomeada exercerá as atribuições e prerrogativas inerentes ao cargo e perceberá seus subsídios conforme a Lei nº. 2.433/2016, de 24 de junho de 2016.

Art. 3º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 04 de janeiro de 2017.
ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Prefeito Municipal Diretora Dpto Recursos Humanos

PORTARIA Nº 040/2017

PORTARIA Nº 040/2017 – DE 04 DE JANEIRO DE 2017

“RETIFICA PORTARIA Nº 018/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017 - DELEGA ATRIBUIÇÕES A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 95, inciso II, alínea g da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica conferido delegação de atribuições para a servidora Evandra Regina Macagnan, Assessora de Direção das Escolas Multisseriadas, matrículas nº 929 e 1383, CPF nº 023.418.239-39 e Angela Raquel Lucietti Rossa CPF nº 894.734.349-87 Secretária de Educação, Cultura e Esporte para a finalidade específica de assinar pela conta nº 11.372-7, Agência 0207-0 do Banco do Brasil, referente adiantamento Material de Consumo da Secretaria de Educação, com poderes específicos de:

- I- Solicitar saldos e extratos;
- II- Sustar/ Contra-ordenar cheques;
- III- Cancelar Cheques;
- IV- Baixar Cheques;
- V- Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- VI- Efetuar pagamento por meio eletrônico;
- VII- Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- VIII- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- IX- Emitir comprovantes;
- X- Efetuar transferências para mesma titularidade – meio eletrônico;
- XI- Abrir contas de depósito;
- XII- Efetuar transferências por meio eletrônico;
- XIII- Autorizar aplicação em fundos de investimento;
- XIV- Autorizar aplicações financeiras;
- XV- Autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;
- XVI- Autorizar cancelamento de agendamento de resgate de aplicações;
- XVII- Autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento;
- XVIII- Autorizar resgate de aplicações financeiras;
- XIX- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- XX- Encerrar contas de depósito;
- XXI- Consultar obrigações do débito direto autorizado;
- XXII- Requisitar talonários de cheques;
- XXIII- Efetuar transferências/pagamentos, por qualquer meio;
- XXIV- Emitir cheques;
- XXV- Retirar cheques devolvidos.

Artigo 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Artigo 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 04 de janeiro de 2017
ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Prefeito Municipal Diretora Dpto Recursos Humanos

PORTARIA Nº 041/2017

PORTARIA Nº 041/2017 – DE 04 DE JANEIRO DE 2017

“RETIFICA PORTARIA Nº 019/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017 - DELEGA ATRIBUIÇÕES A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 95, inciso II, alínea g da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica conferido delegação de atribuições para a servidora Evandra Regina Macagnan, Assessora de Direção das Escolas Multisseriadas, matrículas nº 929 e 1383, CPF nº 023.418.239-39 e Angela Raquel Lucietti Rossa CPF nº 894.734.349-87 Secretária de Educação, Cultura e Esporte para a finalidade específica de assinar pela conta nº 75.284-3, Agência 0207-0 do Banco do Brasil, referente adiantamento Material de Consumo da C.M.E., com poderes específicos de:

- I- Solicitar saldos e extratos;
- II- Sustar/ Contra-ordenar cheques;
- III- Cancelar Cheques;
- IV- Baixar Cheques;
- V- Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- VI- Efetuar pagamento por meio eletrônico;
- VII- Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- VIII- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- IX- Emitir comprovantes;
- X- Efetuar transferências para mesma titularidade – meio eletrônico;
- XI- Abrir contas de depósito;
- XII- Efetuar transferências por meio eletrônico;
- XIII- Autorizar aplicação em fundos de investimento;
- XIV- Autorizar aplicações financeiras;
- XV- Autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;
- XVI- Autorizar cancelamento de agendamento de resgate de aplicações;
- XVII- Autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento;
- XVIII- Autorizar resgate de aplicações financeiras;
- XIX- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- XX- Encerrar contas de depósito;
- XXI- Consultar obrigações do débito direto autorizado;
- XXII- Requisitar talonários de cheques;
- XXIII- Efetuar transferências/pagamentos, por qualquer meio;
- XXIV- Emitir cheques;
- XXV- Retirar cheques devolvidos.

Artigo 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Artigo 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 04 de janeiro de 2017
ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Prefeito Municipal Diretora Dpto Recursos Humanos

PORTARIA Nº 042/2017

PORTARIA Nº 042/2017 – DE 04 DE JANEIRO DE 2017

“RETIFICA PORTARIA Nº 020/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017 - DELEGA ATRIBUIÇÕES A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 95, inciso II, alínea g da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica conferido delegação de atribuições para a servidora Evandra Regina Macagnan, Assessora de Direção das Escolas Multisseriadas, matrículas nº 929 e 1383, CPF nº 023.418.239-39 e Angela Raquel Lucietti Rossa CPF nº 894.734.349-87 Secretária de Educação, Cultura e Esporte para a finalidade específica de assinar pela conta nº 59.530-6, Agência 0207-0 do Banco do Brasil, referente adiantamento Material de Consumo Transporte, com poderes específicos de:

- I- Solicitar saldos e extratos;
- II- Sustar/ Contra-ordenar cheques;
- III- Cancelar Cheques;
- IV- Baixar Cheques;
- V- Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- VI- Efetuar pagamento por meio eletrônico;
- VII- Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- VIII- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- IX- Emitir comprovantes;
- X- Efetuar transferências para mesma titularidade – meio eletrônico;
- XI- Abrir contas de depósito;
- XII- Efetuar transferências por meio eletrônico;
- XIII- Autorizar aplicação em fundos de investimento;
- XIV- Autorizar aplicações financeiras;
- XV- Autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;
- XVI- Autorizar cancelamento de agendamento de resgate de aplicações;
- XVII- Autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento;
- XVIII- Autorizar resgate de aplicações financeiras;
- XIX- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- XX- Encerrar contas de depósito;
- XXI- Consultar obrigações do débito direto autorizado;
- XXII- Requisitar talonários de cheques;
- XXIII- Efetuar transferências/pagamentos, por qualquer meio;
- XXIV- Emitir cheques;
- XXV- Retirar cheques devolvidos.

Artigo 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Artigo 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 04 de janeiro de 2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Prefeito Municipal Diretora Dpto Recursos Humanos

PORTARIA Nº 043/2017

PORTARIA Nº 043/2017 – DE 04 DE JANEIRO DE 2017

“EXONERA DO CARGO DE AGENTE OPERACIONAL DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA POR MOTIVO DE APOSENTADORIA A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 95, inciso II, alínea g da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º. Exonerar a funcionária TEREZINHA QUEIROZ, inscrita sob CPF nº 744.237.899-49, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional de Manutenção e Limpeza, a partir de 04/01/2017, pelo motivo de ter sido concedida aposentadoria, conforme requerimento e documento da Previdência Social em anexo, protocolo nº 006/2017.

Artigo 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Artigo 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 04 de janeiro de 2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Prefeito Municipal Diretora Dpto Recursos Humanos

PORTARIA Nº 044/2017

PORTARIA Nº 044/2017 – DE 04 DE JANEIRO DE 2017

“DELEGA ATRIBUIÇÕES A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 95, inciso II, alínea g da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica conferido delegação de atribuições para as servidoras Juliana Borge, Diretora do Departamento Financeiro, matrícula nº 21285, CPF nº 026.486.189-29 e Marilucy Sare Kusmann, matrícula nº 816, CPF nº 023.802.499-70, funcionária efetiva no cargo de Assistente Administrativo, para a finalidade específica de assinar pela conta nº 49.127-6, Agência 0207-0 do Banco do Brasil, referente adiantamento Material de Consumo da Prefeitura Municipal de Água Doce, com poderes específicos de:

- I- Solicitar saldos e extratos;
- II- Sustar/ Contra-ordenar cheques;
- III- Cancelar Cheques;
- IV- Baixar Cheques;
- V- Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- VI- Efetuar pagamento por meio eletrônico;
- VII- Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- VIII- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- IX- Emitir comprovantes;
- X- Efetuar transferências para mesma titularidade – meio eletrônico;
- XI- Abrir contas de depósito;
- XII- Efetuar transferências por meio eletrônico;
- XIII- Autorizar aplicação em fundos de investimento;
- XIV- Autorizar aplicações financeiras;
- XV- Autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;
- XVI- Autorizar cancelamento de agendamento de resgate de

aplicações;
XVII- Autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento;
XVIII- Autorizar resgate de aplicações financeiras;
XIX- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
XX- Encerrar contas de depósito;
XXI- Consultar obrigações do débito direto autorizado;
XXII- Requisitar talonários de cheques;
XXIII- Efetuar transferências/pagamentos, por qualquer meio;
XXIV- Emitir cheques;
XXV- Retirar cheques devolvidos.

Artigo 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Artigo 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 04 de janeiro de 2017
ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Prefeito Municipal Diretora Dpto Recursos Humanos

XXIV- Emitir cheques;
XXV- Retirar cheques devolvidos.

Artigo 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Artigo 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 04 de janeiro de 2017
ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Prefeito Municipal Diretora Dpto Recursos Humanos

PORTARIA Nº 045/2017

PORTARIA Nº 045/2017 – DE 04 DE JANEIRO DE 2017

“DELEGA ATRIBUIÇÕES A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 95, inciso II, alínea g da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica conferido delegação de atribuições para as servidoras Juliana Borge, Diretora do Departamento Financeiro, matrícula nº 21285, CPF nº 026.486.189-29 e Marilucy Sare Kusmann, matrícula nº 816, CPF nº 023.802.499-70, funcionária efetiva no cargo de Assistente Administrativo, para a finalidade específica de assinar pela conta nº 49.135-7, Agência 0207-0 do Banco do Brasil, referente adiantamento de Serviços da Prefeitura Municipal de Água Doce, com poderes específicos de:

I- Solicitar saldos e extratos;
II- Sustar/ Contra-ordenar cheques;
III- Cancelar Cheques;
IV- Baixar Cheques;
V- Efetuar resgates/aplicações financeiras;
VI- Efetuar pagamento por meio eletrônico;
VII- Solicitar saldos/extratos de investimentos;
VIII- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
IX- Emitir comprovantes;
X- Efetuar transferências para mesma titularidade – meio eletrônico;
XI- Abrir contas de depósito;
XII- Efetuar transferências por meio eletrônico;
XIII- Autorizar aplicação em fundos de investimento;
XIV- Autorizar aplicações financeiras;
XV- Autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;
XVI- Autorizar cancelamento de agendamento de resgate de aplicações;
XVII- Autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento;
XVIII- Autorizar resgate de aplicações financeiras;
XIX- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
XX- Encerrar contas de depósito;
XXI- Consultar obrigações do débito direto autorizado;
XXII- Requisitar talonários de cheques;
XXIII- Efetuar transferências/pagamentos, por qualquer meio;

DESEMBOLSO BIMESTRAL FMAS 2017

Exercício de 2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE**

Cronograma Bimestral de Desembolso por Elementos (L.R.F., Artigo 8) - Administração Direta

Código	Especificação	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Total	
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
			Diferença		Diferença		Diferença		Diferença		Diferença		Diferença		Diferença
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	33.201,18		33.201,18		33.201,18		33.201,18		33.201,18		33.201,18		199.207,00	
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.524,66		14.524,66		14.524,66		14.524,66		14.524,66		14.524,66		87.148,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	14.524,66		14.524,66		14.524,66		14.524,66		14.524,66		14.524,66		87.148,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.676,52		18.676,52		18.676,52		18.676,52		18.676,52		18.676,52		112.059,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	18.676,52		18.676,52		18.676,52		18.676,52		18.676,52		18.676,52		112.059,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	6.412,84		6.412,84		6.412,84		6.412,84		6.412,84		6.412,84		24.477,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	6.412,84		6.412,84		6.412,84		6.412,84		6.412,84		6.412,84		24.477,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	6.412,84		6.412,84		6.412,84		6.412,84		6.412,84		6.412,84		24.477,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		2.000,00	
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		2.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		2.000,00	
Total Geral		39.614,02		39.614,02		36.114,02		36.114,02		36.114,02		38.113,90		225.684,00	

AGUA DOCE , 29/12/2016

ORLANDO FÁVERO
SECRETÁRIO MUN.SAÚDE E PROMOÇÃO :

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

DESEMBOLSO BIMESTRAL SAÚDE 2017

Exercício de 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAÚDE AGUA DOCE

Cronograma Bimestral de Desembolso por Elementos (L.R.F., Artigo 8) - Administração Direta

Código	Especificação	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Total	
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
		Diferença		Diferença		Diferença		Diferença		Diferença		Diferença		Diferença	
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	766.484,45		765.484,43		781.984,44		781.984,44		781.984,44		783.985,00		4.661.907,20	
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	501.978,98		501.978,98		514.478,98		514.478,98		514.478,98		514.479,10		3.061.874,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	497.478,98		497.478,98		509.978,98		509.978,98		509.978,98		509.979,10		3.034.874,00	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	4.500,00		4.500,00		4.500,00		4.500,00		4.500,00		4.500,00		27.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	264.505,47		263.505,45		267.505,46		267.505,46		267.505,46		269.505,90		1.600.033,20	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	79.236,66		79.236,66		79.236,66		79.236,66		79.236,66		79.236,70		475.420,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	185.268,81		184.268,79		188.268,80		188.268,80		188.268,80		190.269,20		1.124.613,20	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	71.166,65		52.166,67		14.666,66		14.666,66		14.666,66		12.666,70		180.000,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	71.166,65		52.166,67		14.666,66		14.666,66		14.666,66		12.666,70		180.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		3.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		3.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		3.000,00	
Total Geral		837.651,10		817.651,10		796.651,10		796.651,10		796.651,10		799.651,70		4.844.907,20	

AGUA DOCE , 29/12/2016

ORLANDO FÁVERO
SECRETÁRIO MUN.SAÚDE E PROMOÇÃO :

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

DESEMBOLSO BIMESTRAL SIMA 2017

Exercício de 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE

Cronograma Bimestral de Desembolso por Elementos (L.R.F., Artigo 8) - Administração Direta

Código	Especificação	1º Bimestre			2º Bimestre			3º Bimestre			4º Bimestre			5º Bimestre			6º Bimestre			Total	
		Previsto	Realizado	Diferença	Previsto	Realizado	Diferença	Previsto	Realizado	Diferença	Previsto	Realizado	Diferença	Previsto	Realizado	Diferença	Previsto	Realizado	Diferença	Previsto	Realizado
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES				99.206,48		99.206,48	104.206,48		104.206,48	104.206,48		104.206,48	104.206,48		104.206,48	101.206,64		101.206,64	612.239,04	612.239,04
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				99.206,48		99.206,48	104.206,48		104.206,48	104.206,48		104.206,48	104.206,48		104.206,48	101.206,64		101.206,64	612.239,04	612.239,04
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas				99.206,48		99.206,48	104.206,48		104.206,48	104.206,48		104.206,48	104.206,48		104.206,48	101.206,64		101.206,64	612.239,04	612.239,04
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL				5.000,00		5.000,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS				5.000,00		5.000,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas				5.000,00		5.000,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	10.000,00	10.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA				0,00		0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	3.000,00		3.000,00	3.000,00	3.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA				0,00		0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	3.000,00		3.000,00	3.000,00	3.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA				0,00		0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	3.000,00		3.000,00	3.000,00	3.000,00
Total Geral					104.206,48		104.206,48	104.206,48		104.206,48	104.206,48		104.206,48	104.206,48		104.206,48	104.206,64		104.206,64	625.239,04	625.239,04

AGUA DOCE , 04/01/2017

JOSELI A.M.R. TRENTO
Presidente do SIMA

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

DESEMBOLSO MENSAL FMAS 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE
 Cronograma Mensal de Desembolso por Elementos (L.R.F., Artigo 8) - Administração Direta

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Out
		Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Previsto Realizado	Prev Real
		Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	16.600,59	16.600,59	16.600,59	16.600,59	16.600,59	16.600,59	16.600,59	16.600,59	16.600,59	16.600,59
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.262,33	7.262,33	7.262,33	7.262,33	7.262,33	7.262,33	7.262,33	7.262,33	7.262,33	7.262,33
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	7.262,33	7.262,33	7.262,33	7.262,33	7.262,33	7.262,33	7.262,33	7.262,33	7.262,33	7.262,33
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.338,26	9.338,26	9.338,26	9.338,26	9.338,26	9.338,26	9.338,26	9.338,26	9.338,26	9.338,26
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	9.338,26	9.338,26	9.338,26	9.338,26	9.338,26	9.338,26	9.338,26	9.338,26	9.338,26	9.338,26
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.456,42	1.456,42	1.456,42	1.456,42	1.456,42	1.456,42	1.456,42	1.456,42	1.456,42	1.456,42
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.456,42	1.456,42	1.456,42	1.456,42	1.456,42	1.456,42	1.456,42	1.456,42	1.456,42	1.456,42
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.456,42	1.456,42	1.456,42	1.456,42	1.456,42	1.456,42	1.456,42	1.456,42	1.456,42	1.456,42
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.90.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral		18.057,01	21.557,01	21.557,01	18.057,01	18.057,01	18.057,01	18.057,01	18.057,01	18.057,01	18.057,01

AGUA DOCE , 29/12/2016

ORLANDO FÁVERO
 SECRETARIO MUN. SAÚDE E PROMOÇÃO :

NEUSAM. C. S. BISSANI
 CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

Exercício de 2017

Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Previsto	Previsto	Previsto	Previsto
Realizado	Realizado	Realizado	Realizado
Diferença	Diferença	Diferença	Diferença
16.600,59	16.600,59	16.600,51	199.207,00
7.262,33	7.262,33	7.262,37	87.148,00
7.262,33	7.262,33	7.262,37	87.148,00
9.338,26	9.338,26	9.338,14	112.059,00
9.338,26	9.338,26	9.338,14	112.059,00
1.456,42	1.456,42	1.456,38	24.477,00
1.456,42	1.456,42	1.456,38	24.477,00
1.456,42	1.456,42	1.456,38	24.477,00
0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
18.057,01	18.057,01	20.056,89	225.684,00

DESEMBOLSO MENSAL SAÚDE 2017**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. DE SAÚDE AGUA DOCE**

Cronograma Mensal de Desembolso por Elementos (L.R.F., Artigo 8) - Administração Direta

Código	Especificação	Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho		Julho		Agosto		Setembro		Out	Preç Real	Difereç
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado			
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	391.825,56		374.658,89		374.658,89		390.825,54		390.992,22		390.992,22		390.992,22		390.992,22		390.992,22		390.992,22		
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	257.239,49		244.739,49		244.739,49		257.239,49		257.239,49		257.239,49		257.239,49		257.239,49		257.239,49		257.239,49		
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	254.989,49		242.489,49		242.489,49		254.989,49		254.989,49		254.989,49		254.989,49		254.989,49		254.989,49		254.989,49		
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper Intra-Orçam	2.250,00		2.250,00		2.250,00		2.250,00		2.250,00		2.250,00		2.250,00		2.250,00		2.250,00		2.250,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	134.586,07		129.919,40		129.919,40		133.586,05		133.752,73		133.752,73		133.752,73		133.752,73		133.752,73		133.752,73		
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas	39.618,33		39.618,33		39.618,33		39.618,33		39.618,33		39.618,33		39.618,33		39.618,33		39.618,33		39.618,33		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	94.967,74		90.301,07		90.301,07		93.967,72		94.134,40		94.134,40		94.134,40		94.134,40		94.134,40		94.134,40		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	6.499,99		64.666,66		64.666,66		7.500,01		7.333,33		7.333,33		7.333,33		7.333,33		7.333,33		7.333,33		
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	6.499,99		64.666,66		64.666,66		7.500,01		7.333,33		7.333,33		7.333,33		7.333,33		7.333,33		7.333,33		
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	6.499,99		64.666,66		64.666,66		7.500,01		7.333,33		7.333,33		7.333,33		7.333,33		7.333,33		7.333,33		
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		
Total Geral		398.325,55		439.325,55		419.325,55		398.325,55		398.325,55		398.325,55		398.325,55		398.325,55		398.325,55		398.325,55		

AGUA DOCE , 29/12/2016

ORLANDO FÁVERO
SECRETÁRIO MUN. SAÚDE E PROMOÇÃO :

NEUSAM. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

Exercício de 2017

Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Previsto	Previsto	Previsto	Previsto
Realizado	Realizado	Realizado	Realizado
Diferença	Diferença	Diferença	Diferença
1.992,22	390.992,22	392.992,78	4.661.907,20
7.239,49	257.239,49	257.239,61	3.061.874,00
1.989,49	254.989,49	254.989,61	3.034.874,00
2.250,00	2.250,00	2.250,00	27.000,00
3.752,73	133.752,73	135.753,17	1.600.033,20
3.618,33	39.618,33	39.618,37	475.420,00
1.134,40	94.134,40	96.134,80	1.124.613,20
7.333,33	7.333,33	5.333,37	180.000,00
7.333,33	7.333,33	5.333,37	180.000,00
7.333,33	7.333,33	5.333,37	180.000,00
0,00	0,00	3.000,00	3.000,00
0,00	0,00	3.000,00	3.000,00
0,00	0,00	3.000,00	3.000,00
3.325,55	398.325,55	401.326,15	4.844.907,20

DESEMBOLSO MENSAL SIMA 2017

Exercício de 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE
 Cronograma Mensal de Desembolso por Elementos (L.R.F., Artigo 8) - Administração Direta

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
		Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto
		Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado
		Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	52.103,24	47.103,24	47.103,24	52.103,24	52.103,24	52.103,24	52.103,24	52.103,24	52.103,24	52.103,24	52.103,24	49.103,40	612.239,04
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	52.103,24	47.103,24	47.103,24	52.103,24	52.103,24	52.103,24	52.103,24	52.103,24	52.103,24	52.103,24	52.103,24	49.103,40	612.239,04
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	52.103,24	47.103,24	47.103,24	52.103,24	52.103,24	52.103,24	52.103,24	52.103,24	52.103,24	52.103,24	52.103,24	49.103,40	612.239,04
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
	Total Geral	52.103,24	52.103,24	52.103,24	52.103,24	52.103,24	52.103,24	52.103,24	52.103,24	52.103,24	52.103,24	52.103,24	52.103,40	625.239,04

AGUA DOCE , 04/01/2017

 JOSELI A.M.R.TRENTO
 Presidente do SIMA

 NEUSA M. C. S. BISSANI
 CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

METAS ARRECAÇÃO BIMESTRAL FMAS 2017

Exercício de 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE
 Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta

Município: AGUA DOCE

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.0.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS	17.614,02	17.614,02	17.614,02	17.614,02	17.614,02	17.613,90	105.684,00
4.1.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	17.614,02	17.614,02	17.614,02	17.614,02	17.614,02	17.613,90	105.684,00
4.1.3.0.00.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	926,70	926,70	926,70	926,70	926,70	926,50	5.560,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	926,70	926,70	926,70	926,70	926,70	926,50	5.560,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	926,70	926,70	926,70	926,70	926,70	926,50	5.560,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Recursos Vincul.	926,70	926,70	926,70	926,70	926,70	926,50	5.560,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Recursos Vincul. -	95,00	95,00	95,00	95,00	95,00	95,00	570,00
4.1.3.2.5.01.19.00.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Recursos Vincul. -	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	333,30	2.000,00
4.1.3.2.5.01.21.00.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Recursos Vincul. -	87,34	87,34	87,34	87,34	87,34	87,30	524,00
4.1.3.2.5.01.24.00.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FEAS	243,00	243,00	243,00	243,00	243,00	243,00	1.458,00
4.1.3.2.5.01.25.00.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fortalec	76,34	76,34	76,34	76,34	76,34	76,30	458,00
4.1.3.2.5.01.26.00.00.00.00	Rem. Dep. Bancário Vinculado - Feas Inv	88,34	88,34	88,34	88,34	88,34	88,30	530,00
4.1.3.2.5.01.27.00.00.00.00	Rem. Bancária PSEMC FNAS	3,34	3,34	3,34	3,34	3,34	3,30	20,00
4.1.7.0.00.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.682,32	16.682,32	16.682,32	16.682,32	16.682,32	16.682,40	100.094,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAME	16.682,32	16.682,32	16.682,32	16.682,32	16.682,32	16.682,40	100.094,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00.00	Transferências da União	12.337,00	12.337,00	12.337,00	12.337,00	12.337,00	12.337,00	74.022,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As. S	12.337,00	12.337,00	12.337,00	12.337,00	12.337,00	12.337,00	74.022,00
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00.00	Transf. de Rec. FNAS/Prt. Social Esper	395,00	395,00	395,00	395,00	395,00	395,00	2.370,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00.00	Transf. de Rec. FNAS/IGDBF	2.405,00	2.405,00	2.405,00	2.405,00	2.405,00	2.405,00	14.430,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00.00	Transf. de Rec. FNAS - CRAS	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	36.000,00
4.1.7.2.1.34.08.00.00.00.00	Transf. de Rec. FNAS - IGD/SUAS	607,00	607,00	607,00	607,00	607,00	607,00	3.642,00
4.1.7.2.1.34.10.00.00.00.00	Transf. Rec. Serviço de Convivência Fo	2.930,00	2.930,00	2.930,00	2.930,00	2.930,00	2.930,00	17.580,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	4.345,32	4.345,32	4.345,32	4.345,32	4.345,32	4.345,40	26.072,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	4.345,32	4.345,32	4.345,32	4.345,32	4.345,32	4.345,40	26.072,00
4.1.7.2.2.99.02.00.00.00.00	Transf. Co-Financiamento - FEAS - Inv	1.303,66	1.303,66	1.303,66	1.303,66	1.303,66	1.303,70	7.822,00
4.1.7.2.2.99.03.00.00.00.00	Transf. Rec. FEAS - Custeio	3.041,66	3.041,66	3.041,66	3.041,66	3.041,66	3.041,70	18.250,00
4.1.9.0.00.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	30,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	30,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	30,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00.00	Outras Restituições	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	30,00
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00.00	Outras Restituições (Próprios)	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	30,00
TOTAL GERAL PREVISTO:		17.614,02	17.614,02	17.614,02	17.614,02	17.614,02	17.613,90	105.684,00

AGUA DOCE , 29/12/2016

ORLANDO FÁVERO

SECRETÁRIO MUN.SAÚDE E PROMOÇÃO

NEUSA M. C. S. BISSANI

CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

METAS ARRECAÇÃO BIMESTRAL SAÚDE 2017**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Exercício de 2017

FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta

Município: AGUA DOCE

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	303.135,96	303.135,96	303.135,96	303.135,96	303.135,96	303.136,20	1.818.816,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	293.969,28	293.969,28	293.969,28	293.969,28	293.969,28	293.969,60	1.763.816,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	6.925,34	6.925,34	6.925,34	6.925,34	6.925,34	6.925,30	41.552,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	6.925,34	6.925,34	6.925,34	6.925,34	6.925,34	6.925,30	41.552,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	6.925,34	6.925,34	6.925,34	6.925,34	6.925,34	6.925,30	41.552,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanit	6.842,00	6.842,00	6.842,00	6.842,00	6.842,00	6.842,00	41.052,00
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
4.1.1.2.1.99.03.00.00.00	Taxa de Fiscalização da Dengue	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	13.853,62	13.853,62	13.853,62	13.853,62	13.853,62	13.853,90	83.122,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	13.853,62	13.853,62	13.853,62	13.853,62	13.853,62	13.853,90	83.122,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	13.853,62	13.853,62	13.853,62	13.853,62	13.853,62	13.853,90	83.122,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários F	11.907,80	11.907,80	11.907,80	11.907,80	11.907,80	11.908,00	71.447,00
4.1.3.2.5.01.08.00.00.00	Rem. Dep.Banc. Rec. Vinculados - NA	387,16	387,16	387,16	387,16	387,16	387,20	2.323,00
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rem. Rec. Bancários - Cofinanciament	1.374,66	1.374,66	1.374,66	1.374,66	1.374,66	1.374,70	8.248,00
4.1.3.2.5.01.12.00.00.00	Rem. Dep.Banc. Rec. Vinculados - Far	62,16	62,16	62,16	62,16	62,16	62,20	373,00
4.1.3.2.5.01.16.00.00.00	Rem.Banc. Vinculados - CAPS Federal	4.586,16	4.586,16	4.586,16	4.586,16	4.586,16	4.586,20	27.517,00
4.1.3.2.5.01.17.00.00.00	Rem. Dep.Banc. Rec. Vinculados - PM	3.348,34	3.348,34	3.348,34	3.348,34	3.348,34	3.348,30	20.090,00
4.1.3.2.5.01.18.00.00.00	Rem. Dep.Banc. Vinc. - CAPS Estado	251,84	251,84	251,84	251,84	251,84	251,80	1.511,00
4.1.3.2.5.01.21.00.00.00	Rem. Pab Fixo	119,16	119,16	119,16	119,16	119,16	119,20	715,00
4.1.3.2.5.01.22.00.00.00	Rem. Vinculados Vigilância Sanitária	747,66	747,66	747,66	747,66	747,66	747,70	4.486,00
4.1.3.2.5.01.29.00.00.00	Rem.Bncária Assistência Financeira -	215,00	215,00	215,00	215,00	215,00	215,00	1.290,00
4.1.3.2.5.01.31.00.00.00	Rem.Banc. CAPS Catanduvas	602,66	602,66	602,66	602,66	602,66	602,70	3.616,00
4.1.3.2.5.01.35.00.00.00	Rem.Bancária F.B.União	41,34	41,34	41,34	41,34	41,34	41,30	248,00
4.1.3.2.5.01.36.00.00.00	Rem. Banc. Media e Alta Comp.(APAE)	55,34	55,34	55,34	55,34	55,34	55,30	332,00
4.1.3.2.5.01.37.00.00.00	Rem.Bancária PSF	66,00	66,00	66,00	66,00	66,00	66,00	396,00
4.1.3.2.5.01.38.00.00.00	Rem.Bancária PACS	33,66	33,66	33,66	33,66	33,66	33,70	202,00
4.1.3.2.5.01.39.00.00.00	Rem.Ban. PSF- SAÚDE BUCAL	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,70	100,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Rem. Outros dep. Banc. Rec. não Vincul	1.945,82	1.945,82	1.945,82	1.945,82	1.945,82	1.945,90	11.675,00
4.1.3.2.5.02.10.00.00.00	Rem. Dep. Banc.Tx. Vigilancia	496,66	496,66	496,66	496,66	496,66	496,70	2.980,00
4.1.3.2.5.02.11.00.00.00	Remuneração Recursos Próprios	1.449,16	1.449,16	1.449,16	1.449,16	1.449,16	1.449,20	8.695,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	273.076,48	273.076,48	273.076,48	273.076,48	273.076,48	273.076,60	1.638.459,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNNAME	272.284,14	272.284,14	272.284,14	272.284,14	272.284,14	272.284,30	1.633.705,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	235.670,64	235.670,64	235.670,64	235.670,64	235.670,64	235.670,80	1.414.024,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único S	235.670,64	235.670,64	235.670,64	235.670,64	235.670,64	235.670,80	1.414.024,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	PAB Fixo	29.854,50	29.854,50	29.854,50	29.854,50	29.854,50	29.854,50	179.127,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	PAB - Farmacia Básica	5.431,50	5.431,50	5.431,50	5.431,50	5.431,50	5.431,50	32.589,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Recursos de Vigilância Sanitária	4.658,16	4.658,16	4.658,16	4.658,16	4.658,16	4.658,20	27.949,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Recursos PSF	43.650,00	43.650,00	43.650,00	43.650,00	43.650,00	43.650,00	261.900,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	PACS - Agentes Comunitária de Saúde	34.307,00	34.307,00	34.307,00	34.307,00	34.307,00	34.307,00	205.842,00
4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	PSF - Saude Bucal	11.150,00	11.150,00	11.150,00	11.150,00	11.150,00	11.150,00	66.900,00
4.1.7.2.1.33.14.00.00.00	Rec. Programa Melhoria Acesso (PMA)	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	210.000,00
4.1.7.2.1.33.18.00.00.00	Transf. CAPS FEDERAL	56.610,00	56.610,00	56.610,00	56.610,00	56.610,00	56.610,00	339.660,00
4.1.7.2.1.33.21.00.00.00	Transf. Média e Alta Complexidade - AF	12.208,00	12.208,00	12.208,00	12.208,00	12.208,00	12.208,00	73.248,00
4.1.7.2.1.33.23.00.00.00	Programa Saúde na Escola	266,66	266,66	266,66	266,66	266,66	266,70	1.600,00
4.1.7.2.1.33.24.00.00.00	Fortalec. de Pol. Afetas -Atenção Básic	126,66	126,66	126,66	126,66	126,66	126,70	760,00
4.1.7.2.1.33.25.00.00.00	Assistência Financeira - Atenção Básic	2.408,16	2.408,16	2.408,16	2.408,16	2.408,16	2.408,20	14.449,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	36.613,50	36.613,50	36.613,50	36.613,50	36.613,50	36.613,50	219.681,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Progr	36.613,50	36.613,50	36.613,50	36.613,50	36.613,50	36.613,50	219.681,00

Exercício de 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orgão (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta

Município: AGUA DOCE

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Transf. Alta e Média Complexidade	1.744,66	1.744,66	1.744,66	1.744,66	1.744,66	1.744,70	10.468,00
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	Transf. Rec. Estado - Assistência Farm	3.485,50	3.485,50	3.485,50	3.485,50	3.485,50	3.485,50	20.913,00
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	Transf. Rec. Estado - Cofin. Atenção B	14.050,00	14.050,00	14.050,00	14.050,00	14.050,00	14.050,00	84.300,00
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Transf. Rec. Estado - NASF/SC	7.333,34	7.333,34	7.333,34	7.333,34	7.333,34	7.333,30	44.000,00
4.1.7.2.2.33.05.00.00.00	Transf. Rec. do Estado CAPS	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	792,34	792,34	792,34	792,34	792,34	792,30	4.754,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr. Fed. e suas E	792,34	792,34	792,34	792,34	792,34	792,30	4.754,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos	792,34	792,34	792,34	792,34	792,34	792,30	4.754,00
4.1.7.6.2.99.06.00.00.00	Transf. Conv. Saude - Corpo de Bombe	792,34	792,34	792,34	792,34	792,34	792,30	4.754,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	113,84	113,84	113,84	113,84	113,84	113,80	683,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	113,84	113,84	113,84	113,84	113,84	113,80	683,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	113,84	113,84	113,84	113,84	113,84	113,80	683,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	113,84	113,84	113,84	113,84	113,84	113,80	683,00
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00	Outras Restituições (Próprios)	113,84	113,84	113,84	113,84	113,84	113,80	683,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	9.166,68	9.166,68	9.166,68	9.166,68	9.166,68	9.166,60	55.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
4.2.2.1.5.00.00.00.00.00	Alienação de Veículos	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.833,34	5.833,34	5.833,34	5.833,34	5.833,34	5.833,30	35.000,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	5.833,34	5.833,34	5.833,34	5.833,34	5.833,34	5.833,30	35.000,00
4.2.4.7.3.00.00.00.00.00	Transf. Convênios dos Municípios e suas	5.833,34	5.833,34	5.833,34	5.833,34	5.833,34	5.833,30	35.000,00
4.2.4.7.3.03.00.00.00.00	Transferências Convênios - CAPS CATA	5.833,34	5.833,34	5.833,34	5.833,34	5.833,34	5.833,30	35.000,00
TOTAL GERAL PREVISTO:		303.135,96	303.135,96	303.135,96	303.135,96	303.135,96	303.136,20	1.818.816,00

AGUA DOCE , 29/12/2016

ORLANDO FÁVERO
SECRETÁRIO MUN.SAÚDE E PROMOÇÃO

NEUSAM. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

Município: AGUA DOCE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Exercício de 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Metas Mensais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta

Município: AGUA DOCE

Código	Especificação	Janeiro Previsto	Fevereiro Previsto	Março Previsto	Abril Previsto	Maior Previsto	Junho Previsto	Julho Previsto	Agosto Previsto	Setembro Previsto	Outubro Previsto	Novembro Previsto	Dezembro Previsto	Total Previsto
4.1.7.2.2.33.02.00.00.0	Transf. Rec. Estado - Assistência Far	1.742,75	1.742,75	1.742,75	1.742,75	1.742,75	1.742,75	1.742,75	1.742,75	1.742,75	1.742,75	1.742,75	1.742,75	20.913,00
4.1.7.2.2.33.03.00.00.0	Transf. Rec. Estado - Cofin. Atenção	7.025,00	7.025,00	7.025,00	7.025,00	7.025,00	7.025,00	7.025,00	7.025,00	7.025,00	7.025,00	7.025,00	7.025,00	84.300,00
4.1.7.2.2.33.04.00.00.0	Transf. Rec. Estado - NASF/SC	3.666,67	3.666,67	3.666,67	3.666,67	3.666,67	3.666,67	3.666,67	3.666,67	3.666,67	3.666,67	3.666,67	3.666,67	44.000,00
4.1.7.2.2.33.05.00.00.0	Transf. Rec. do Estado CAPS	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	60.000,00
4.1.7.6.0.0.00.00.00.0	Transf. de Conv.	396,17	396,17	396,17	396,17	396,17	396,17	396,17	396,17	396,17	396,17	396,17	396,17	4.754,00
4.1.7.6.2.0.00.00.00.0	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas	396,17	396,17	396,17	396,17	396,17	396,17	396,17	396,17	396,17	396,17	396,17	396,17	4.754,00
4.1.7.6.2.2.99.00.00.00.0	Outras Transferências de Convênio de	396,17	396,17	396,17	396,17	396,17	396,17	396,17	396,17	396,17	396,17	396,17	396,17	4.754,00
4.1.7.6.2.2.99.06.00.00.0	Transf. Conv. Saúde - Corpo de Bom	396,17	396,17	396,17	396,17	396,17	396,17	396,17	396,17	396,17	396,17	396,17	396,17	4.754,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.0	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	683,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.0	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	683,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.0	RESTITUIÇÕES	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	683,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.0	Outras Restituições	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	683,00
4.1.9.2.2.99.01.00.00.0	Outras Restituições (Próprios)	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	56,92	683,00
4.2.0.0.00.00.00.00.0	RECEITAS DE CAPITAL	4.583,34	4.583,34	4.583,34	4.583,34	4.583,34	4.583,34	4.583,34	4.583,34	4.583,34	4.583,34	4.583,34	4.583,34	55.000,00
4.2.2.0.00.00.00.00.0	ALIENAÇÃO DE BENS	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	20.000,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.0	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	20.000,00
4.2.2.1.5.00.00.00.00.0	Alienação de Veículos	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	20.000,00
4.2.4.0.00.00.00.00.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	35.000,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.0	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	35.000,00
4.2.4.7.3.00.00.00.00.0	Transf. Convênios dos Municípios e sua	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	35.000,00
4.2.4.7.3.03.00.00.00.0	Transferências Convênios - CAPS CA	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	2.916,67	35.000,00
TOTAL GERAL PREVISTO:		151.567,98	151.567,98	151.567,98	151.567,98	151.567,98	151.567,98	151.567,98	151.567,98	151.567,98	151.567,98	151.567,98	151.568,22	1.818.816,00

AGUA DOCE , 29/12/2016

ORLANDO FÁVERO
 SECRETÁRIO MUN.SAÚDE E PROMOÇÃO S

NEUSAM C. S. BISSANI
 CONTADORACRC/SC.020388/O-0

METAS ARRECADAÇÃO MENSAL SIMA 2017

Exercício de 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE
Metas Mensais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta

Município: AGUA DOCE

Código	Especificação	Janerio Previsto	Fevereiro Previsto	Marco Previsto	Abril Previsto	Maió Previsto	Junho Previsto	Julho Previsto	Agosto Previsto	Setembro Previsto	Outubro Previsto	Novembro Previsto	Dezembro Previsto	Total Previsto
4.0.0.0.0.0.00.00.0	RECEITAS	52.103,25	52.103,25	52.103,25	52.103,25	52.103,25	52.103,25	52.103,25	52.103,25	52.103,25	52.103,25	52.103,25	52.103,25	625.239,04
4.1.0.0.0.0.00.00.0	RECEITAS CORRENTES	33.610,75	33.610,75	33.610,75	33.610,75	33.610,75	33.610,75	33.610,75	33.610,75	33.610,75	33.610,75	33.610,75	33.610,75	403.329,04
4.1.2.0.0.0.00.00.0	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	210.997,13
4.1.2.1.0.0.00.00.0	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	210.997,13
4.1.2.1.0.99.00.00.0	Outras Contribuições Sociais	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	210.997,13
4.1.2.1.0.99.01.00.0	Contribuição do Associado	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	17.583,09	210.997,13
4.1.3.0.0.0.00.00.0	RECEITA PATRIMONIAL	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	132.102,66
4.1.3.2.0.0.00.00.0	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	132.102,66
4.1.3.2.5.00.00.00.0	Remuneração de Depósitos Bancários	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	132.102,66
4.1.3.2.5.02.00.00.0	Remun. de Depósito de Recursos não	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	11.008,56	132.102,66
4.1.9.0.0.0.00.00.0	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	60.229,25
4.1.9.2.0.0.00.00.0	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	60.229,25
4.1.9.2.2.00.00.00.0	RESTITUIÇÕES	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	60.229,25
4.1.9.2.2.99.00.00.0	Outras Restituições	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	5.019,10	60.229,25
4.7.0.0.0.0.00.00.0	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAME	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	221.910,00
4.7.2.0.0.0.00.00.0	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	221.910,00
4.7.2.1.0.0.00.00.0	Contribuições Sociais	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	221.910,00
4.7.2.1.0.99.00.00.0	Contribuições Sociais	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	18.492,50	221.910,00
4.7.2.1.0.99.02.00.0	Contribuição da PMAD	15.409,17	15.409,17	15.409,17	15.409,17	15.409,17	15.409,17	15.409,17	15.409,17	15.409,17	15.409,17	15.409,17	15.409,17	184.910,00
4.7.2.1.0.99.03.00.0	Contribuição do FMS	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	27.000,00
4.7.2.1.0.99.04.00.0	Contribuição Câmara	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
TOTAL GERAL PREVISTO:		52.103,25	52.103,25	52.103,25	52.103,25	52.103,25	52.103,25	52.103,25	52.103,25	52.103,25	52.103,25	52.103,25	52.103,25	625.239,04

AGUA DOCE , 04/01/2017

JOSELI A.M.R.TRENTO
Presidente do SIMA

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORACRC/SC 020389/O-0



Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.347, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA AGENTE PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o Sr. DIOMAR SCHNEIDER, inscrito no CIC/CPF sob nº 46923810949, portador da cédula de Identidade nº 1.147.532 – SSP/SC, para o cargo de COORDENADOR OPERACIONAL DE AGRICULTURA, com as atribuições estabelecidas no art. 13, §2º, da Lei Complementar nº 066, de 19 de dezembro de 2014 e suas alterações.

Parágrafo único. A posição hierárquica e o vencimento estão estabelecidos no anexo III, da mesma Lei Complementar.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista (SC), em 04 de janeiro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO
Responsável pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO N 001/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA

AVISO DE DISPENSA

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna a público, de acordo com a Lei 8.666/93 e posteriores alterações, que realizou Licitação na Modalidade Dispensa 001/2017. Para: Aquisição emergencial ao Fundo Municipal de Saúde, pela CONTRATADA, de óleo diesel S-10 e gasolina comum para o abastecimento dos veículos, até a abertura do processo Licitatório.

Contratado: ELOYR LUIZ SEGABINAZZI CASOTTI.

Valor R\$: 11.739,00

Anchieta, 02 de Janeiro de 2017.

MARTINHOS SCANTAMBURLO

Gestor do FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO N 001/2017 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO DE DISPENSA

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna a público, de acordo com a Lei 8.666/93 e posteriores alterações, que realizou Licitação na Modalidade Dispensa 001/2017. Para: Aquisição emergencial ao Município, pela CONTRATADA, de óleo diesel S-10 para o abastecimento das máquinas e veículos da municipalidade, até a abertura do Processo Licitatório.

Contratado: AUTO POSTO ANCHIETA LTDA.

Valor R\$: 57.015,00

Anchieta, 02 de Janeiro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO N 001/2017 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO DE DISPENSA

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna a público, de acordo com a Lei 8.666/93 e posteriores alterações, que realizou Licitação na Modalidade Dispensa 001/2017. Para: Aquisição emergencial ao Município, pela CONTRATADA, de gasolina comum para o abastecimento das máquinas e veículos da municipalidade, até a abertura do Processo Licitatório.

Contratado: ELOYR LUIZ SEGABINAZZI CASOTTI.

Valor R\$: 15.620,00

Anchieta, 02 de Janeiro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

DECRETO Nº 155/2016

DECRETO Nº 000155/16 de 30 de Dezembro de 2016
Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 80.419,99 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS
06.01 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS
06.01.15.451.0006.1.008-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 80.419,99

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 80.419,99

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 30 de Dezembro de 2016.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 085/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº 085/2015; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: PRONORTE TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA EPP; Objeto: O presente termo aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo e editar quantitativamente o presente contrato, que consiste na contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, com fornecimento de material e mão de obra especializada para reforma do Anfiteatro do Centro Cultural da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, Centro, Antônio Carlos, com recurso de convênio nº. 792609/2013, firmado entre o Governo Federal e o Município de Antônio Carlos, conforme Processo Licitatório nº 037/2015 – Tomada de Preço nº 005/2015. Aditivo: Fica alterada a cláusula sétima do presente contrato, cujo valor de R\$ 168.844,11 (cento e sessenta e oito mil oitocentos e quarenta e quatro reais e onze centavos), deve ser suprimido o importe no valor de R\$ 1.442,96 (hum mil quatrocentos e quarenta e dois reais e noventa e seis centavos), passando a constar nesta cláusula a soma de R\$ 167.401,15 (cento e sessenta e sete mil quatrocentos e um reais e quinze centavos). Prorrogação de Prazo: 60 (sessenta) dias. Novo Vencimento: 07 de março de 2017.

Antônio Carlos, 04 de janeiro de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA N 015/2017

PORTARIA Nº 015/2017
Dispensa ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, por término de contrato, JOÃO MARIA CHAVES NETO, do cargo temporário de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 04 de janeiro de 2017.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 05 de janeiro de 2017.

PORTARIA N 016/2017

PORTARIA Nº 016/2017

Prorroga contratação de servidor ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, de IVAN DA CUNHA, no cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de 05 de janeiro de 2017 a 05 de janeiro de 2018, em substituição a titular do cargo, Cristiany Kremer Prim, que está de licença sem vencimentos.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 04 de janeiro de 2017.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 05 de janeiro de 2017.

PORTARIA N 017/2017

PORTARIA Nº 017/2017

Nomeia cargo Comissionado.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear, EDSON LAIR DECKER, para o Cargo Comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E

SERVIÇOS PUBLICOS, a partir de 04 de janeiro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 04 de janeiro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 05 de janeiro de 2017.

Arabutã

PREFEITURA

EDITAL 02/2017

EDITAL Nº 002, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

Estabelece normas destinadas a estabelecer a ordem cronológica de escolha de aulas para o ano letivo de 2017 para os membros concursados do Magistério Público Municipal, e dá outras providências.

A PREFEITA DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições conferidas pelo o art. 63, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos membros do Magistério Público Municipal, que a Secretaria Municipal da Educação e Cultura estará realizando no período de 03 de janeiro a 19 de janeiro de 2017, inscrições para CLASSIFICAÇÃO DESTINADA A ESTABELECER A ORDEM DE ESCOLHA DE AULAS PARA O ANO LETIVO DE 2017, que será regida pelas normas estabelecidas neste Edital e pela legislação vigente.

1. DOS REQUISITOS.

0.1 Ser profissional de cargo de Carreira de Professor do Magistério Público Municipal concursado na forma da Constituição.

2. DAS ESCOLHAS DE AULAS

1.1 A escolha de aulas ocorrerá no dia 26 de janeiro de 2017, às 8h, tendo como local a Sala da Secretaria Municipal da Educação.

1.1.1 A escolha das aulas obedecerá à ordem cronológica decrescente da classificação, obedecidos aos critérios do presente edital.

1.1.2 O Professor que não realizar a inscrição na forma do presente edital terá as suas aulas, para o ano letivo de 2017, definidas "de ofício" pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, não cabendo nenhuma espécie de recurso.

3. DA DOCUMENTAÇÃO

2.1 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar cópia dos documentos abaixo relacionados:

2.1.1 Requerimento, dirigido a Secretária Municipal de Educação e Cultura, devidamente preenchido e assinado pelo servidor;

2.1.2 Comprovante de habilitação em cópia autenticada por servidor do Município de Arabutã, mediante a apresentação dos documentos originais;

2.1.3 Atestado de tempo de serviço no exercício da docência no magistério público e privado, tendo como data limite até dia 30 de outubro de 2016;

2.1.4 Atestado de tempo de serviço no exercício da docência do magistério público no Município de Arabutã, tendo como data limite o dia 30 de outubro de 2016.

2.2 O comprovante de habilitação previsto no subitem 3.1.2 do presente Edital deverá ser o de maior graduação, sendo progressivamente: nível superior, "latu sensu" ou equivalente, mestrado e doutorado.

4. DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

A entrega da documentação elencada no item 3 deverá ser realizada no setor de Recursos Humanos, localizado na sede da Prefeitura de Arabutã, no horário de funcionamento da mesma.

5. DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 Para estabelecer a ordem cronológica de classificação serão utilizados os seguintes critérios, de forma sequencial:

4.1.1 Habilitação mais elevada;

4.1.2 Maior tempo de serviço no exercício da docência no magistério público e privado;

4.1.3 Maior tempo de serviço no exercício da docência na Rede Municipal de Ensino de Arabutã;

4.1.4 O maior conceito de avaliação de desempenho e eficiência, verificado no ano imediatamente anterior (será solicitado para o setor de Recursos Humanos).

4.1.5 Idade mais elevada.

6. DO RESULTADO FINAL

5.1 O resultado final será homologado até o dia 24 de janeiro de 2017, mediante edital a ser publicado no Mural Público Municipal e no site do Município <http://www.arabuta.sc.gov.br/>.

7. DOS RECURSOS

6.1. Os recursos poderão ser apresentados até 1 (um) dia útil contado à partir do dia seguinte da publicação do Resultado Final, e deverão ser dirigidos à Secretária Municipal da Educação e Cultura.

Arabutã/SC, 03 de janeiro de 2017.

Leani Kapp Schmitt

Prefeita Municipal

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO PARA ESCOLHA DE AULAS

À Senhora

RUBIA CRISTINA PATZLAFF KIEKOW
Secretária Municipal de Educação e Cultura
Arabutã-SC

Nome do Requerente			
Habilitação		Carga Horária	
Documentação Apresentada			
Item	Especificação		
01	Comprovante de habilitação	Tipo:	
02	Atestado de tempo de serviço da docência do magistério público municipal e privado		
03	Atestado de tempo de serviço da docência no magistério público do Município de Arabutã.		

Nos termos da legislação vigente e das normas do Edital nº 001/2017, de 02 de Janeiro de 2017, REQUER INSCRIÇÃO PARA CLASSIFICAÇÃO DESTINADA A ESCOLHA DE AULAS PARA O ANO LETIVO DE 2017, mediante comprovação documental anexa ao presente.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Professor(a) requerente

Certifico que os documentos em anexos conferem com a relação constante do Requerimento

Em, ____/de ____ de 2017

Responsável pelo Protocolo**PORTARIA 85/2017**

PORTARIA Nº 085/2017
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora LISE MARA AREND, inscrita no CPF sob nº. 597.548.349-20, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professora III, férias referentes ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 01 de janeiro de 2017, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 86/2017

PORTARIA Nº. 086/2017, de 04 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 159, de 29 de dezembro de 2014, etc...

RESOLVE:

Art. 1º. INSTAURAR Sindicância, em vista dos fatos descritos na Comunicação Interna nº 51/2016, advinda da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Serviços e Meio Ambiente e baseado no parecer jurídico datado de 02 de dezembro de 2016, para o fim de apurar as razões e as responsabilidades pela qual teriam sido armazenadas, de forma inexplicável, doses de sêmen de propriedade desta Municipalidade em botijões de nitrogênio dos agricultores Hélio Losch, no total de 110(cento e dez) doses e de Arsildo Schuck/Renato Lutz, no total de 80(oitenta) doses.

Art. 2º. DESIGNAR os servidores EMANUELE AREND, ocupante o cargo de Auxiliar Administrativo, MARCELO MORCHE, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos e Obras e DEISE MORCHE, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, todos de provimento efetivo, para, sob a Presidência da primeira, comporem a Comissão de Sindicância para apuração dos fatos retro destacados, fixando-se o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, para a conclusão dos trabalhos.

Gabinete da Prefeita de Arabutã-SC, em 04 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 87/2017

PORTARIA Nº 087/2017

CESSA EFEITOS DE PORTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Leani Kapp Schmitt, Prefeita Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Art. 1º. Faz Cessar os efeitos da portaria nº243/2016 que designou servidor RAÍ ALAN LAMB, inscrito no CPF sob nº. 069.691.839-04, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, responsável pelo setor de Patrimônio.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 04 de janeiro de 2017

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 88/2017

PORTARIA Nº 088/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor ELISEO KROHN, inscrito no CPF sob nº. 469.224.749-53, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista, férias referentes ao período aquisitivo de 02 de setembro de 2015 a 01 de setembro de 2016, para serem gozadas no período de 04 de janeiro de 2017 a 02 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 04 de janeiro de 2017.
LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 89/2017
PORTARIA Nº 089/2017

DESIGNA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, a partir do dia 04 de janeiro de 2017, com base na Lei nº 765 de 13 de dezembro de 2013, servidora ELIZABETH SIGRID WALMANN, inscrita no CPF-MF sob nº 706.132.650-68, para ser a responsável pela movimentação das contas adiantamento da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 04 de janeiro de 2017.
LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

Arroio Trinta

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO DE FORNECEDORES PARA 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE CHAMAMENTO DE FORNECEDORES
PARA O ANO DE 2017

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público aos interessados, que, de acordo com o Art. 34, da Lei nº 8.666/93, encontra-se aberta a possibilidade geral e irrestrita para proceder a atualização de Registros Cadastrais de Fornecedores e Ingresso de Novos Interessados para o ano de 2017.

O Cadastro de Fornecedores será feito diariamente, das 08h:30m às 11h:45m e das 13h:30m às 17h:30m, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, sito à Rua XV de Novembro, 26, Centro.

Arroio Trinta - SC, 03 de janeiro de 2017.

CLÁUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 001

PORTARIA Nº 001, de 02/01/2017.

Nomeia Secretário Municipal, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Nomear para o Cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, o Senhor TARCÍSIO LIDANI, brasileiro, casado, portador da cédula de Identidade nº 2.111.407 e CPF nº 613.139.809-78, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta – SC, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 02 de janeiro de 2017.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 002

PORTARIA Nº 002, de 02/01/2017.

Nomeia Secretário Municipal, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Nomear para o Cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL

DE EDUCAÇÃO, o Senhor JULIAR LUIZ MANENTI, brasileiro, casado, portador da cédula de Identidade nº 3.535.487 e CPF nº 036.215.649-26, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta – SC, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 02 de janeiro de 2017.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0001/2017- DL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ:82.826.462/0001-27
Rua XV de Novembro, 26 - Centro
CEP: 89.590-000 - Arroio Trinta - SC

Processo Administrativo Nº 0001/2017 - DL

Dispensa de Licitação Nº 0001/2017 - DL

Setor(es) Solicitante(s): SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico a presente Dispensa de Licitação, com fundamento conforme Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93, e demais legislação aplicável, tendo como OBJETO: Aquisição de um microcomputador para uso da Secretaria Municipal de administração e finanças. nestes termos.

Modalidade: Dispensa De Licitação: Nº 0001/2017 - DL

Fornecedor: CS INFORMÁTICA LTDA ME (02.335.907/0001-37)

Valor Total: R\$ R\$ 3.630,00 (três mil e seiscentos e trinta reais)

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Publique-se.

Arroio Trinta - SC, 04 de Janeiro de 2017

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ADITIVO 03/2016 DO CONTRATO 037/2015 PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
TERMO ADITIVO 003/2016 DE 30/12/2016/PMBP CONTRATO Nº 37/2015/PMBP DE 01/07/2015
REF. PROCESSO LICITATÓRIO N.º 46/2015/PMBP DE 22/06/2015
MODALIDADE Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia Nº12/2015
HOMOLOGADO EM 01/07/2015

O objeto deste caracteriza-se pela Contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços especializados em Engenharia Civil incluindo planejamento e acompanhamento de obras; elaboração e análise de projetos de fundações, projetos arquitetônicos, projetos estrutural, projetos de infraestrutura e pavimentação urbana e rural, projetos complementares (hidrossanitários, combate a incêndio, elétrico, dentre outros); elaboração de especificações técnicas; elaboração e estudo de orçamentos; elaboração de estudos técnicos e pareceres e apoio à fiscalização de obras e serviços de engenharia, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8666/93, de acordo com as condições especificadas no Termo de Referência – Anexo I, parte integrante do Processo Licitatório nº 46/2015, Edital de Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 12/2015-PMBP. Passando a vigor até 28 de fevereiro de 2017. Valor do Contrato: R\$15.000,00

Balneário Piçarras(SC), 30 de dezembro de 2016.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

ATA PREGÃO 17/2016 FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº028/2016 - FME
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2016 - FME
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2016-FME

1.0. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para locação de câmeras com monitoramento de imagens nas Unidades Escolares de Ensino Fundamental e nos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Balneário Piçarras, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005-ljm, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

Empresas Participantes Habilitadas:

MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA Total do Fornecedor: R\$96.000,00

Balneário Piçarras(SC), 20 de dezembro de 2016.

Laureci Bernadete Schneider Pereira – Gestora do Fundo Municipal de Educação

ATA PREGÃO 26/2016PMBP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2016 - PMBP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016 – PMBP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de gêneros de alimentação, atendendo as solicitações das Secretarias Municipais, Unidades Escolares de Ensino Fundamental, Centros de Educação Infantil (alimentação escolar), Polícia Civil e Polícia Militar de Balneário Piçarras, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005-ljm, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

MANOEL SANTOS PEREIRA & CIA LTDA. Total do Fornecedor: R\$25.450,00

DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA ME Total do Fornecedor: 116985

COMERCIAL STORINNY LTDA Total do Fornecedor:R\$121.991,31

L & E COMERCIO ATACADISTA LTDA EPP Total do Fornecedor: R\$209.853,80

MOMM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA Total do Fornecedor:R\$18.700,00

A presente Ata terá validade de 01(um) ano, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei e vigorará até o dia 22 de dezembro de 2017.

Balneário Piçarras(SC), 23 de dezembro de 2016.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

ATA PREGÃO 32/2016 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2016 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2016 – FMS
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de equipamentos antropométricos, cadeiras e mochos odontológicos para a Unidade Básica de Saúde Itacolomi, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

ODONTO BLU COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA Total do Fornecedor: R\$31.200,00 – Ata 109/2016

KCRS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP Total do Fornecedor: R\$2.835,00 – Ata 110/2016

Balneário Piçarras(SC), 21 de dezembro de 2016.

Dorval Vieira de Oliveira – Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/FMS/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/FMS/2017

Tipo: MENOR PREÇO.

Data e horário da sessão de abertura: 17/01/2017 às 17h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa especializada para coleta, transporte, tratamento através de autoclave ou térmico e destinação final de resíduos provenientes de serviços de saúde dos Grupos "A", "B" e "E", para atendimento do Fundo Municipal de Saúde, do município de Balneário Rincão/SC., para o ano de 2017.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 04 de Janeiro de 2017.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/PMBR/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/PMBR/2017.

Tipo: MENOR PREÇO POR HORA.

Data e horário da sessão de abertura: 17/01/2017 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente, para prestação de serviço de forma parcelada de Caminhão Pipa incluindo motorista, para manutenção das estradas do Município de Balneário Rincão/SC., na Operação Veraneio do exercício de 2017.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 04 de Janeiro de 2017.

Pregoeira

Gisele Ferreira

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/FMS/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/FMS/2017.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Data e horário da sessão de abertura: 18/01/2017 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Registro de Preços de Medicamentos para aquisições futuras, no atendimento de Processo Judicial Nºs. 0600258-43.2014.8.24.0028 do Fundo Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 04 de Janeiro de 2017.

Pregoeira

Gisele P. Ferreira.

DECRETO/GP/Nº 001/2017

DECRETO/GP/Nº 001/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

REALIZA A CORREÇÃO DA TAXA DE LICENÇA PARA OBRAS (TLO) PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica corrigida a Taxa de Licença para Obras (TLO), para o exercício de 2017 em 8,50% referente ao acúmulo do INPC/IBGE (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), de novembro de 2015 a outubro de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO
Prefeito Municipal

RAFAEL MOTA CUSTÓDIO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO/GP/Nº 002/2017

DECRETO/GP/Nº 002/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

REALIZA A CORREÇÃO DOS ATOS DE SAÚDE PÚBLICA PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam corrigidos os Atos de Saúde Pública, para o exercício de 2017 em 8,50% referente ao acúmulo do INPC/IBGE (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), de novembro de 2015 a outubro de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

RAFAEL MOTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO/GP/Nº 003/2017

DECRETO/GP/Nº 003/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

REALIZA A CORREÇÃO DA TABELA DO PREÇO PÚBLICO PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam corrigidos os valores de tabela do art. 183 da Lei Complementar 010/2016, para o exercício de 2017 em 8,50% referente ao acúmulo do INPC/IBGE (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), de novembro de 2015 a outubro de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

RAFAEL MOTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO/GP/Nº 004/2017

DECRETO/GP/Nº 004/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

FAZ CORREÇÃO DA TABELA DO IPTU – IMPOSTO PREDIAL, TERRITORIAL E URBANO, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica corrigida a tabela do IPTU – Imposto Predial, Territorial e Urbano, para o exercício de 2017 em 8,50% referente ao acúmulo do INPC/IBGE (Índice Nacional de Preço ao Consumidor),

de novembro de 2015 a outubro de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

RAFAEL MOTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO/GP/Nº 005/2017

DECRETO/GP/Nº 005/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

FAZ CORREÇÃO DA TABELA DO ISS – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica corrigida a tabela do ISS – Fixo (Imposto Sobre Serviços Fixo), para o exercício de 2017 em 8,50% referente ao acúmulo do INPC/IBGE (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), de novembro de 2015 a outubro de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

RAFAEL MOTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO/GP/Nº 006/2017

DECRETO/GP/Nº 006/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

FAZ CORREÇÃO DO VALOR DA UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO (UFM), PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica corrigido o valor da Unidade Fiscal do Município (UFM) para o exercício de 2017 em 8,50% referente ao acúmulo do INPC/IBGE (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), de novembro de 2015 a outubro de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

RAFAEL MOTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO/GP/Nº 007/2017

DECRETO/GP/Nº 007/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

FAZ CORREÇÃO DA TABELA DA TVCPNU – TAXA DE VERIFICAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE POSTURAS E NORMAS URBANÍSTICAS, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica corrigida a Tabela da TVCPNU (Taxa de Verificação de Cumprimento de Posturas e Normas Urbanísticas) para o exercício de 2017 em 8,50% referente ao acúmulo do INPC/IBGE (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), de novembro de 2015 a outubro de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

RAFAEL MOTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO/GP/Nº 008/2017

DECRETO/GP/Nº 008/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

FIXA CALENDÁRIO FISCAL PARA O IMPOSTO SOBRE SERVIÇO FIXO, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - O Imposto de Serviço Fixo (ISS), terá seu vencimento no dia 10 de cada mês subsequente ao do fato gerador.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

RAFAEL MOTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO/GP/Nº 009/2017

DECRETO/GP/Nº 009/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

FIXA O CALENDÁRIO FISCAL PARA A TVCPNU PARA EXERCÍCIO 2017.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - O pagamento da TVCPNU (Taxa de Verificação do Cumprimento de Postura e Normas Urbanísticas), referente ao exercício de 2017, poderá ser efetuado até o dia 10 de março de 2017, em

cota única, com desconto de 15% ou em até 03 parcelas mensais, com os seguintes vencimentos:

1ª. Parcela: 10 de março de 2017.

2ª. Parcela: 10 de abril de 2017.

3ª. Parcela: 10 de maio de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

RAFAEL MOTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO/GP/Nº 010/2017

DECRETO/GP/Nº 010/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados os membros da Comissão de Licitação para o exercício de 2017, com os seguintes servidores:

I – Rafael Mota Custódio – Presidente.

II – Márcio David Ksey – Membro.

III – Daianne Pedroso Silva – Membro.

IV – Cássio Luciano Becker – Suplente.

V – Layo de Melo Oliveira – Suplente.

§1º - O Presidente será substituído em suas ausências e impedimentos pelo o Membro Márcio David Ksey.

§2º - Fica a Presidente da Comissão autorizada a assinar os instrumentos licitatórios.

Art. 2º - A Comissão Permanente de Licitação realizará todos os procedimentos licitatórios para o Poder Executivo, administração direta, SAMAE e Fundos Municipais.

Art. 3º - Compete ao Procurador Geral do Município a responsabilidade pelos pareceres jurídicos, minutas de editais e contratos dos procedimentos licitatórios.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão – SC, 04 de janeiro de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em 04 de janeiro de 2017.

RAFAEL MOTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO/GP/Nº 011/2017

DECRETO/GP/Nº. 011/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE APOIO AO PREGÃO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados os membros da Comissão de Apoio ao Pregão para o exercício de 2017, como Pregoeira a Servidora Gisele Pereira Ferreira e os Servidores Márcio David Ksey e Daianne Pedroso Silva Martins, como membros e Cássio Luciano Becker e Layo de Melo Oliveira, como suplentes;

§ 1º - A Pregoeira será substituída em suas ausências e impedimentos pelo servidor Márcio David Ksey;

§ 2º - A Pregoeira e a equipe de apoio exercerão todas as atribuições definidas na Lei Federal nº 10.520/2002;

§ 3º - Os membros da equipe de apoio atuarão nos procedimentos licitatórios de acordo com as suas respectivas funções administrativas.

Art. 2º - Compete ao Procurador Geral do Município a responsabilidade pelos pareceres jurídicos nas minutas dos pregões e contratos dos procedimentos licitatórios, e a Pregoeira autorização a assinar os instrumentos licitatórios;

Art. 3º - A Equipe de Apoio ao Pregão realizará procedimentos licitatórios na modalidade de "pregão" para o Poder Executivo, administração direta, SAMAE e Fundos Municipais;

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão – SC, 04 de janeiro de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em 04 de janeiro de 2017.

RAFAEL MOTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças

Biguaçu

PREFEITURA

PORTARIA Nº 001/2017

PORTARIA nº 001 de 03 de janeiro de 2017

Nomeia servidor, para exercer cargo em comissão de Secretário Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Karina Giselly Fonseca, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Procurador Geral do Município, nível CC-1, a partir de 03/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/01/2017.

Biguaçu, 03 de janeiro de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

/

PORTARIA Nº 002/2017

PORTARIA nº 002 de 03 de janeiro de 2017

Nomeia servidor, para exercer cargo em comissão de Secretário Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Daniel César da Luz, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Administração, nível CC-1, a partir de 03/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/01/2017.

Biguaçu, 03 de janeiro de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

/

PORTARIA Nº 003/2017

PORTARIA nº 003 de 03 de janeiro de 2017

Nomeia servidor, para exercer cargo em comissão de Secretário Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, José Valdemar Silveira, brasileiro(a), para exercer

o cargo em comissão de Secretário Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano e Transportes, nível CC-1, a partir de 03/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/01/2017.

Biguaçu, 03 de janeiro de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

/

PORTARIA Nº 004/2017

PORTARIA nº 004 de 03 de janeiro de 2017

Nomeia servidor, para exercer cargo em comissão de Secretário Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Matheus Hoffmann Machado, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Planejamento e Gestão Participativa, nível CC-1, a partir de 03/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/01/2017.

Biguaçu, 03 de janeiro de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

/

PORTARIA Nº 005/2017

PORTARIA nº 005 de 03 de janeiro de 2017

Nomeia servidor, para exercer cargo em comissão de Secretário Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Márcio Roberto Coutinho, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação, nível CC-1, a partir de 03/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/01/2017.

Biguaçu, 03 de janeiro de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

/

PORTARIA Nº 006/2017

PORTARIA nº 006 de 03 de janeiro de 2017

Nomeia servidor, para exercer cargo em comissão de Secretário Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Luan de Souza Pereira, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Aquicultura, nível CC-1, a partir de 03/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/01/2017.

Biguaçu, 03 de janeiro de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

/

PORTARIA Nº 007/2017

PORTARIA nº 007 de 03 de janeiro de 2017

Nomeia servidor, para exercer cargo em comissão de Secretário Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Kátia Roussenq Bichels, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Educação, nível CC-1, a partir de 03/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/01/2017.

Biguaçu, 03 de janeiro de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

/

PORTARIA Nº 008/2017

PORTARIA nº 008 de 03 de janeiro de 2017

Nomeia servidor, para exercer cargo em comissão de Secretário Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Gabriel Arthur Loeff, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Superintendente de Saúde, nível CC-2, a partir de 03/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/01/2017.

Biguaçu, 03 de janeiro de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

/

PORTARIA Nº 3169/2016

PORTARIA nº 3169 de 21 de dezembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) GENIVALDA RONCONI DE AMORIM, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GOVERNO, no Secretaria Municipal de Governo, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/12/2016.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração**PORTARIA Nº 3170/2016**

PORTARIA nº 3170 de 21 de dezembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) FABIANO THIAGO JOSÉ, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de DIRETOR DE ACOMPANHAMENTO EXTERNO, no Secretaria Municipal de Governo, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/12/2016.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração**PORTARIA Nº 3171/2016**

PORTARIA nº 3171 de 21 de dezembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) LEANDRO SÁVIO RODRIGUES

BORBA, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de DIRETOR DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO, no Secretaria Municipal de Governo, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/12/2016.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3172/2016

PORTARIA nº 3172 de 21 de dezembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) JULIANO ADRIANO DE BARROS, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de DIRETOR ADMINISTRATIVO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, no Secretaria Municipal de Governo, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/12/2016.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3173/2016

PORTARIA nº 3173 de 21 de dezembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) MARIA DA GLÓRIA FRANCISCO, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de GERENTE DE OUVIDORIA MUNICIPAL, no Secretaria Municipal de Governo, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/12/2016.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3174/2016

PORTARIA nº 3174 de 21 de dezembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) ROLD ANDRADE PEREIRA, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de ASSESSOR DO GABINETE, no Secretaria Municipal de Governo, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/12/2016.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3175/2016

PORTARIA nº 3175 de 21 de dezembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) KARINA GISELLY FONSECA, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de ASSESSOR PROCURADORA GERAL, no Procuradoria Geral do Município, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/12/2016.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3176/2016

PORTARIA nº 3176 de 21 de dezembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) RODRIGO TRAJANO DOS SANTOS, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de PROCURADOR ADJUNTO, no Procuradoria Geral do Município, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/12/2016.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3177/2016

PORTARIA nº 3177 de 21 de dezembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) ADRIANO HOFFMANN WES-TPHAL, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de PROCURADOR ADJUNTO, no Procuradoria Geral do Município, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/12/2016.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3178/2016

PORTARIA nº 3178 de 21 de dezembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) KAROLINE DA LUZ, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de PROCURADOR ADJUNTO, no Procuradoria Geral do Município, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/12/2016.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3179/2016

PORTARIA nº 3179 de 21 de dezembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) THIAGO DE LARA VIEIRA, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de PROCURADOR ADJUNTO, no Procuradoria Geral do Município, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/12/2016.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3180/2016

PORTARIA nº 3180 de 21 de dezembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) ERON DE FARIAS GIPP, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de PROCURADOR ADJUNTO, no Procuradoria Geral do Município, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/12/2016.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3181/2016

PORTARIA nº 3181 de 21 de dezembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) VICTOR PASTORELLO, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de DIRETOR DE EXECUÇÃO FISCAL, no Procuradoria Geral do Município, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/12/2016.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3182/2016

PORTARIA nº 3182 de 21 de dezembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) THIAGO ALEXANDRE PEREIRA, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de DIRETOR DE GERAL, no Secretaria Municipal de Governo, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/12/2016.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3183/2016

PORTARIA nº 3183 de 21 de dezembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) ACLICI JOÃO DE CAMPOS, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de CHEFE DE DIVISÃO OPERACIONAL, no Procuradoria Geral do Município, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/12/2016.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3184/2016

PORTARIA nº 3184 de 21 de dezembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) CRISTIANE SOUZA DA ROSA, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de CHEFE DE SETOR INTERNO, no Procuradoria Geral do Município, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/12/2016.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3185/2016

PORTARIA nº 3185 de 21 de dezembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) DANUBYA DE LARA DA COSTA LEIROZA, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de CONTROLADOR GERAL, no Controladoria Geral do Município, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/12/2016.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3186/2016

PORTARIA nº 3186 de 21 de dezembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) RODRIGO LIMA DE OLIVEIRA, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de DIRETOR GERAL, na Secretaria Municipal de Orçamento Participativo, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/12/2016.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3187/2016

PORTARIA nº 3187 de 21 de dezembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) GILSON ORIVALDO ANDRADE, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de GERENTE DE REALCIONAMENTO COMUNITÁRIO, na Secretaria Municipal de Orçamento Participativo, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/12/2016.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3188/2016

PORTARIA nº 3188 de 21 de dezembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) LEDAMARE SPERANDIO FELTZ, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de GERENTE DE REALCIONAMENTO COMUNITÁRIO, na Secretaria Municipal de Orçamento Participativo, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/12/2016.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3189/2016

PORTARIA nº 3189 de 21 de dezembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) MATHEUS HOFFMANN MACHADO, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/12/2016.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3190/2016

PORTARIA nº 3190 de 21 de dezembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) KLEBER GENTIL KUHN, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de DIRETOR DE ORÇAMENTOS E PROJETOS, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/12/2016.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3191/2016

PORTARIA nº 3191 de 21 de dezembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) SILVIA CRISTINA WEISS DE MELLO, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de GERENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/12/2016.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3192/2016

PORTARIA nº 3192 de 21 de dezembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) PERI CESCONETTO WARTMANN, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de ASSISTENTE TÉCNICO, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/12/2016.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3193/2016

PORTARIA nº 3193 de 21 de dezembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) AGUINEI VILMAR CARDOSO, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de ASSISTENTE TÉCNICO, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/12/2016.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3194/2016

PORTARIA nº 3194 de 21 de dezembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) THAYSA NUNES JOHANSON, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/12/2016.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3195/2016

PORTARIA nº 3195 de 21 de dezembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) RODRIGO ALVARO STEIL, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de DIRETOR GERAL, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/12/2016.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3196/2016

PORTARIA nº 3196 de 21 de dezembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) ADEMIR CARDOSO, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de GERENTE DE PATRI-MÔNIO, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/12/2016.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3197/2016

PORTARIA nº 3197 de 21 de dezembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) DANIELA GARCIA FABRICIO GALLIANI, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de ANALISTA DA DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/12/2016.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3198/2016

PORTARIA nº 3198 de 21 de dezembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) BRUNO DIOGO MARQUES,

detentor(a) do cargo de provimento comissionado de DIRETOR GERAL DE TRIBUTOS, na Secretaria Municipal da Fazenda, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/12/2016.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3199/2016

PORTARIA nº 3199 de 21 de dezembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) ALEX JOSÉ DE ANDRADE, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de DIRETOR GERAL DE ORÇAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS, na Secretaria Municipal da Fazenda, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/12/2016.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3200/2016

PORTARIA nº 3200 de 21 de dezembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) MATHEUS CONRADO BIZATTO, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de GERENTE DE CONTROLE DE PAGAMENTOS, na Secretaria Municipal da Fazenda, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/12/2016.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3201/2016

PORTARIA nº 3201 de 21 de dezembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) PEDRO FRANCISCO DA COSTA NETO, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de ASSESSOR DE FINANÇAS, na Secretaria Municipal da Fazenda, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/12/2016.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3202/2016

PORTARIA nº 3202 de 21 de dezembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) EDMILSON VIEIRA, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de ASSESSOR DE TRIBUTOS, na Secretaria Municipal da Fazenda, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/12/2016.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3203/2016

PORTARIA nº 3203 de 21 de dezembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) NAZARENO PFLEGER, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de ASSISTENTE TÉCNICO, na Secretaria Municipal da Fazenda, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/12/2016.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.175/2017

DECRETO Nº 11.175, DE 5 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE MEDIDAS DESTINADAS AO AJUSTE FISCAL DE CONTENÇÃO DE GASTOS, AO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU, FIXA DIRETRIZES E RESTRIÇÕES PARA A REDUÇÃO E OTIMIZAÇÃO DAS DESPESAS E AMPLIAÇÃO DAS RECEITAS E INSTITUI O COMITÊ GESTOR DE GOVERNO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, II, na forma do art. 75, "f", ambos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e

CONSIDERANDO a política de austeridade com o erário e a necessidade de ação planejada e transparente, prevenindo riscos e corrigindo desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, a fim de alcançar responsabilidade na gestão fiscal;

CONSIDERANDO os princípios e normas que norteiam a conduta administrativa pautada pela responsabilidade na gestão fiscal, controle de despesas e, em especial, aqueles contidos na Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Complementar Nacional nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – e na Lei Nacional nº 4.320, de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO, a obrigação contínua de planejar, acompanhar e avaliar as ações do Poder Executivo no tocante à gestão orçamentária, financeira e administrativa;

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade das ações já em andamento no Município com vistas à contenção de despesas, otimização dos recursos existentes e qualificação do gasto público, primando pela eficiência na gestão pública;

CONSIDERANDO a necessidade contínua de acompanhamento e redução das despesas com pessoal e encargos sociais, que tem um peso significativo no orçamento do Município;

CONSIDERANDO, a necessidade de continuar imprimindo processo de revisão e de controle dos gastos públicos, sob pena de inviabilizar as ações essenciais e de imprescindível interesse coletivo;

CONSIDERANDO a necessidade de se manterem os investimentos públicos indispensáveis ao incremento da economia local;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a racionalização dos gastos, limitando-os ao essencial para o funcionamento dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, objetivando não haver descontinuidade na execução dos programas sociais e demais despesas prioritárias da Administração;

CONSIDERANDO a necessidade de dotação orçamentária e capacidade financeira para atendimento das despesas de caráter contínuo, tais como folha de pagamento e encargos dela decorrentes, inclusive 13º salário e férias, água, luz, telefone, precatórios, decisões judiciais, convênios e contratos firmados levando em conta o regime de competência da despesa;

CONSIDERANDO ainda a grave crise fiscal e financeira que assola o país, caracterizada por um cenário de recessão sem precedentes,

com acentuada desaceleração da economia, acompanhada de inflação e juros altos, retração no produto interno bruto, desemprego elevado e quedas de receitas transferidas da União e dos Estados para o Município - dependente de repasses estaduais e federais, sem que com isso suspenda as ações administrativas em prol da coletividade -, obrigando toda a Sociedade, e por consequência o Poder Público, a envidar mais esforços para aperfeiçoar suas ferramentas de controle e otimização de gastos;

CONSIDERANDO que os valores repassados ao Município pelos Governos Estadual e Federal para a manutenção de programas, planos e projetos por eles criados não são suficientes para a cobertura das despesas efetivamente realizadas de tais programas, o que obriga o Município dispor de grandes valores, com recursos próprios, para complementar o custo total de diversos programas;

CONSIDERANDO que a brutal redução dos repasses de recursos compromete a receita do Município obrigando-o a tomar medidas compensatórias para contenção de despesas e manutenção do equilíbrio econômico-financeiro;

CONSIDERANDO os altos valores gastos pelo Município para atendimento de demandas judiciais de fornecimento de medicamentos e tratamentos que não compõem a atenção básica da saúde, portanto, decisões que transferem ao Município obrigações do Governo Estadual e Federal, fazendo com que o orçamento da Secretaria Municipal da Saúde – SEMUS e da Secretaria Municipal da Educação – SEMED sejam prejudicados;

CONSIDERANDO os valores transferidos às entidades sem fins lucrativos, de caráter social do Município que prestam relevantes serviços à população;

CONSIDERANDO o imperativo para que o gestor público Municipal busque medidas de contenção de gastos, cuja escolha das medidas a serem implementadas está dentro do poder discricionário do Administrador;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer diretrizes para os órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal adotarem medidas efetivas de controle, contenção e redução das despesas e ampliação da receita;

CONSIDERANDO, que a adoção de medidas de contenção deverá ser de caráter obrigatório, atingindo todas as Secretarias, entidades e dependências municipais, de forma a compatibilizar o equilíbrio econômico entre receitas e despesas;

CONSIDERANDO ser imperioso preservar os empregos e manter a regularidade dos pagamentos em dia aos servidores públicos municipais, tido como prioridade absoluta para a gestão municipal, bem como assegurar o pagamento a fornecedores, no menor prazo financeiramente possível;

CONSIDERANDO a importância de envolver todo o funcionalismo municipal nesse objetivo comum, conscientizando e orientando para tornar a economia e a racionalização dos recursos um hábito, que deve ser praticado e observado todos os dias;

CONSIDERANDO que desde o ano de 2013 foram tomadas medidas no sentido de conter e reduzir despesas, bem como otimizar recursos monetários postos à disposição do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de constituir grupo de trabalho especial para estudar medidas efetivas e específicas para a contenção de despesas e gastos correntes no âmbito da administração direta e indireta, com prazos e metas estabelecidos;

CONSIDERANDO, a legalidade, a transparência, o controle, o equilíbrio fiscal, como requisitos próprios de governabilidade democrática;

CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade do aperfeiçoamento da política de qualificação dos gastos e ampliação das receitas por conta da instabilidade econômica que atravessa o país, atingindo sobremaneira os Municípios brasileiros, que se veem na obrigação de reprogramar e reajustar a sua peça orçamentária de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, 8.666/93, Lei Complementar Nacional nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e nas instruções do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre as medidas a serem implementadas no âmbito da administração direta e indireta destinadas ao ajuste fiscal de contenção de gastos, ao restabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro do Município, estabelecendo diretrizes e restrições voltadas a redução e otimização das despesas e ampliação das receitas públicas.

Art. 2º Entende-se como medida de contenção e redução toda aquela que visa qualificar, racionalizar, otimizar e diminuir os gastos para execução e manutenção dos serviços públicos, resultando em mudança e implantação de novas rotinas e processos que garantam a sustentabilidade financeira do município no longo prazo.

Art. 3º Fica determinado a cada Secretário Municipal ou detentor de cargo equivalente, a adoção de medidas internas eficazes para a redução e controle das despesas de custeio, como material de expediente, material de consumo, material de informática, gastos com manutenção e conservação, telefonia, energia elétrica, locações de móveis e imóveis e outras, de modo a racionalizar ao máximo a despesa pública.

Art. 4º Os secretários municipais e dirigentes superiores de autarquias e fundações públicas deverão se reunir periodicamente com suas equipes de trabalho para fixarem as metas de redução e também para buscar soluções que propicie maior eficiência dos serviços, aumento da receita e a consequente redução de custos.

Art. 5º Os órgãos da administração direta e indireta deverão elaborar planos individuais de redução de despesas e ampliação de receitas, contemplando, dentre outras ações:

I – a renegociação das condições de preços e quantidades vigentes nos contratos firmados, mediante acordo entre as partes;

II – a redução de celebração de aditivos em contratos, convênios, ajustes, acordos administrativos que representem aumento de quantitativo anteriormente pactuado e que impliquem em acréscimo no valor firmado;

III – a reavaliação das licitações em curso que ainda não tenha sido homologadas ou adjudicadas, bem como aquelas ainda a serem instauradas;

IV – a análise sobre celebração de novos convênios que impliquem em despesas para o Município;

V – a análise sobre gastos com pessoal;

VI – a reavaliação do espaço físico utilizado para as atividades de cada órgão e entidade, em especial os espaços físicos locados, visando redução de despesas com locação de imóveis;

VII – a identificação e busca por novas fontes de receita;

VIII – a análise sobre gastos com material de consumo, de expediente e de informática;

IX – a análise de novas assinaturas ou renovação de assinaturas de jornais, revistas e periódicos.

§1º A renegociação de contratos e a reavaliação de licitações deverão ser ajustadas às estritas necessidades da demanda e da disponibilidade orçamentária do exercício.

§ 2º Os órgãos e entidades da administração direta e indireta que disponham de áreas ociosas deverão mencioná-las em seus planos de redução de despesas e ampliação de receitas a fim da análise da viabilidade de ocupação destes espaços por outros órgãos municipais.

Art. 6º O plano de que trata o art. 5º deverá definir de forma clara e objetiva as medidas que serão adotadas para a redução das despesas de custeio (alimentação, combustível, locação, água, luz, telefone, material de consumo etc.) e serviços contratados, bem como o percentual projetado de redução de gasto, além de, quando da competência do órgão ou entidade municipal, medidas de ampliação de receitas, prevendo ainda, em complemento a cada medida, o respectivo prazo inicial e final de execução da mesma e o resultado a ser alcançado na forma de valor financeiro de redução de despesas ou ampliação de receitas.

Art. 7º Cabe aos titulares das secretarias municipais e aos dirigentes superiores das autarquias e fundações públicas, no âmbito de atuação de suas respectivas unidades administrativas, o acompanhamento e fiscalização das medidas propostas nos planos para o alcance das metas projetadas.

Art. 8º Ficam mantidas todas as medidas de contenção e redução de despesas conforme estabelecido em decretos anteriores e posteriores alterações/prorrogações, em especial o Decreto nº 9.903/2013, bem como nos termos de autorização de descontos dos respectivos subsídios dos agentes políticos em favor do erário municipal, dentre elas:

I - 15% do subsídio mensal do Prefeito Municipal;

II – 10% do subsídio mensal do Vice-Prefeito, Chefe de Gabinete, Procurador-Geral e Secretários Municipais;

III – 17,35% do subsídio mensal dos titulares dos cargos de Presidente e de Diretor Executivo das entidades autárquicas e fundacionais.

Art. 9º Fica determinado aos titulares dos órgãos da administração direta e indireta, no âmbito de seu respectivo órgão ou entidade, a execução das seguintes medidas:

I – quanto ao serviço de telefonia:

a) verificar a eventual existência de linhas excedentes e solicitar a sua inativação;

b) manter rígido controle dos serviços de ligações interurbanas e de telefonia fixa para celulares, privilegiando o contato por correio eletrônico, intranet ou outras tecnologias que não gerem despesas ou tarifação por parte das operadoras de telefonia móvel e fixa;

c) vedar a realização de ligações particulares, exceto em casos urgentes, autorizados pelos titulares das pastas;

II – quanto ao consumo de energia elétrica:

- a) determinar o desligamento de lâmpadas em todas as dependências onde existir iluminação natural suficiente para a execução das atividades, evitando sempre que possível os trabalhos noturnos;
- b) determinar o desligamento de todos os equipamentos elétricos não necessários as atividades normais;
- c) determinar o desligamento, após o término do expediente, de todos os equipamentos e lâmpadas, permanecendo ligados somente os essenciais;
- d) limitar a utilização de aparelhos de ar refrigerado/condicionado ao horário de funcionamento da unidade.

III – quanto ao gasto com impressão, cópias e demais insumos de escritório, evitar o desperdício, restringindo-se o uso ao estritamente relacionado ao trabalho dos servidores no exercício de suas funções, além de limitar-se à quantidade absolutamente necessária, adotando-se, preferencialmente, a impressão frente e verso em preto e branco.

Art. 10. Os titulares dos órgãos da administração direta e indireta deverão adotar medidas administrativas para otimizar o uso dos veículos oficiais de forma corporativa.

Art. 11. É proibido o tráfego de veículos oficiais para transporte de servidores e agentes políticos entre sua residência e o local do trabalho e vice-versa.

Art. 12. É proibido o transporte de pessoas estranhas ao serviço público em veículos oficiais.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto neste artigo o transporte de pessoas enfermas, quando sua deslocação para tratamento em outro Centro ou fora do domicílio se fizer necessária e imprescindível saúde e a vida do mesmo e em cumprimento com determinação judicial.

Art. 13. O gerenciamento austero do horário de trabalho de cada unidade/servidor é de competência do seu titular, de forma a assegurar a qualidade do serviço prestado e o funcionamento da unidade durante o período de atendimento ao cidadão.

§1º O servidor será corresponsável pelo gerenciamento de seu horário de trabalho e poderá ser responsabilizado administrativa, civil e penalmente por eventuais irregularidades e descumprimentos.

§2º O não cumprimento integral da carga horária semanal acarretará desconto na remuneração mensal do servidor e, caso a prática persista, deverá ser instaurado o devido Processo Administrativo Disciplinar – PAD para apuração da sua responsabilidade.

Art. 14. Fica instituído o Comitê Gestor de Governo, comissão de caráter permanente voltada ao apoio ao Chefe do Poder Executivo para acompanhamento das disposições deste Decreto por parte dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Município.

Art. 15. O Comitê Gestor de Governo será composto por um representante dos seguintes órgãos, nomeados por ato do Prefeito:

- I - Gabinete do Prefeito (GAPREF);
- II - Procuradoria-Geral do Município (PROGEM);
- III - Secretaria Municipal de Gestão Governamental (SEGG);

IV - Secretaria Municipal de Administração (SEDEAD);

V - Secretaria Municipal da Fazenda (SEFAZ).

§1º Caberá ao representante do GAPREF a coordenação do Comitê Gestor de Governo.

§2º O Comitê Gestor de Governo poderá convocar servidores para auxiliar no assessoramento e execução de suas atividades e deliberações sobre as matérias em análise.

§3º A função desempenhada no âmbito do Comitê Gestor de Governo não importará remuneração adicional, considerada, porém, serviço de relevante interesse público, a ser atestado nos respectivos assentamentos funcionais que a integram.

Art. 16. Compete ao Comitê Gestor de Governo, no âmbito da administração direta e indireta, entre outras:

I – avaliar, homologar, rever, bem como acompanhar e fiscalizar a execução dos planos individuais de contenção e redução de despesas e ampliação de receitas apresentados pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta, observado as disposições deste Decreto;

II – acompanhar e fiscalizar a implantação das medidas previstas neste Decreto;

III - avaliar e propor outras ações adequadas para melhorar o controle dos gastos públicos e ampliação das receitas;

IV - expedir instruções para estabelecer metas e orientar a aplicação das medidas contidas neste Decreto;

V - acompanhar o comportamento da receita e da despesa, podendo sugerir novas medidas de adequação visando o equilíbrio fiscal do exercício;

VI – acompanhar e avaliar a evolução na redução dos gastos públicos em decorrência das medidas veiculadas neste Decreto;

VII – deliberar quanto a realização de concurso público para provimento de cargos públicos municipais e de processos seletivos para contratação de servidores efetivos e temporários;

VIII – deliberar quanto a convocação dos aprovados em concurso público ou processo seletivo;

IX – deliberar quanto à participação de servidores efetivos, ocupantes de cargos comissionados, e agentes políticos em feiras, missões oficiais, cursos, simpósios, palestras, conferências, reuniões de trabalhos, congressos, seminários, e outras formas de capacitação e treinamento que demandem o pagamento de inscrição, aquisição de passagem aérea e concessão de diárias, com recursos próprios do tesouro municipal;

X – deliberar quanto a reposição de cargos ou empregos públicos vagos em decorrência de exoneração, demissão, dispensa, aposentadoria e falecimento;

XI – rever e deliberar sobre o retorno de servidores públicos municipais e estagiários cedidos, a qualquer título, a outros órgãos do município, antes da federação ou entidades;

XII – avaliar a pertinência da contratação ou prorrogação de contratos de consultoria e de serviços técnicos profissionais especializados que impliquem em aumento de despesas;

XIII – autorizar previamente a realização de despesas com diárias

de agentes políticos e comissionados;

XIV – autorizar a ampliação do limite individual da prestação de serviço em regime extraordinário pelos servidores, de acordo com o que estabelece o Decreto n. 8.612, de 01 de fevereiro de 2008.

§ 1º O Comitê Gestor de Governo desempenhará, ainda, outras atribuições e tarefas designadas pelo Prefeito Municipal, bem como adotar outras medidas que achar oportunas e convenientes objetivando a contenção geral de despesa e a ampliação de receitas, não relacionadas, neste Decreto, tendo por finalidade a supremacia do interesse público.

§2º Não caberá ao Comitê Gestor de Governo a manifestação em referência a nomeações e exonerações de servidores em cargo de provimento em comissão, bem como a designação de servidores para o exercício de funções de confiança.

§3º O Comitê Gestor de Governo reunir-se-á, ordinariamente, quinzenalmente e, extraordinariamente, sempre que solicitada por quaisquer de seus membros.

§4º Os membros do Comitê Gestor de Governo terão pleno acesso as Unidades Administrativas para realizar análise in loco de documentação e auditorias orçamentárias e financeiras, ficando assegurada a disponibilização de todas as informações e documentos necessários para os trabalhos, de forma a melhor atender às disposições deste Decreto.

Art. 17. O Comitê Gestor de Governo somente receberá requerimentos, solicitações e consultas encaminhados e firmados pelos titulares dos órgãos da administração direta e indireta.

Art. 18. Os planos de redução de despesas a que se refere o art. 4º deste Decreto deverão ser apresentados ao Comitê Gestor de Governo, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da publicação deste Decreto.

Art. 19. Após a apresentação do plano caberá aos secretários municipais e aos dirigentes superiores de autarquias e fundações o envio de relatório mensal de prestação de contas dos resultados objetivos alcançados a partir da execução do plano.

Art. 20. Questões emergenciais, devidamente justificados, e pleitos que digam respeito a serviços públicos essenciais terão tratamento

especial e prioritário por parte do Comitê Gestor de Governo.

Art. 21. Será dada prioridade por todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta, às requisições de informações e documentos realizados pelo Comitê Gestor de Governo, que fixará prazo peremptório para cumprimento das demandas.

Art. 22. Os casos omissos e que mereçam melhor entendimento, bem como as dúvidas a respeito da interpretação deste Decreto serão dirimidas pelo Comitê Gestor de Governo.

Art. 23. As normas complementares para aplicação deste Decreto serão expedidas pelo Comitê Gestor de Governo.

Art. 24. A Secretaria Municipal de Administração – SEDEAD deverá providenciar a ciência de todas as Unidades Administrativas Municipais, para cumprimento do presente Decreto.

Art. 25. Este Decreto não se aplica à Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB e ao Instituto de Seguridade Social de Blumenau – ISSBLU.

Art. 26. Fica expressamente determinado aos titulares de cada pasta a estrita observação e cumprimento das disposições contidas neste Decreto, ficando a seu cargo a adoção das medidas necessárias à sua implementação.

Art. 27. Ficará sob responsabilidade pessoal dos Secretários Municipais ou detentor de cargo equivalente a prática ou autorização de ato ou despesa em desacordo com o estabelecido neste Decreto.

Art. 28. Os órgãos que integram o Comitê Gestor de Governo, dentro de suas atribuições, deverão zelar pelo cumprimento das disposições deste Decreto.

Art. 29. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogados os Decretos ns. 9.901, de 4 de janeiro de 2013 e 10.638, de 20 de maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de janeiro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA LEGISLATURA E ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU

Ata da Reunião de Instalação da Legislatura e eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Blumenau, na primeira Sessão Legislativa da Legislatura 2017 / 2020.

Ao primeiro dia do mês de janeiro de 2017, às 17 horas, no Teatro Carlos Gomes, reuniu-se os Vereadores de Blumenau, eleitos na última eleição, tendo na Presidência em exercício o Vereador Marcos da Rosa e como Secretário ad hoc o Vereador Bruno Horwatsch Cunha. Presentes também, os Vereadores: Adriano Pereira, Ailton de Souza, Alexandre Agenor Matias, Alexandre Pereira Caminha, Almir Vieira, Gilson de Souza, Jens Juergen Mantau, José de Souza, Jovino Cardoso Neto, Marcelo Barasoul Lanzarin, Oldemar Luiz Becker, Ricardo João Peluso Alba e Sylvio João Zimmermann Neto. O Mestre de Cerimônias iniciou os trabalhos da Reunião de Instalação da Legislatura 2017/2020, Compromisso e Posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito, convidando aos Senhores Vereadores

eleitos e diplomados a tomarem seus assentos. Na sequência, informou que, em conformidade com o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município, o Vereador mais votado na última eleição irá presidir a solenidade de posse. O Vereador Marcos da Rosa, Presidente em exercício, deu as boas-vindas a todos e informou que o Secretário ad hoc será o Vereador Bruno Horwatsch Cunha, tomando por critério ser este o segundo Vereador mais votado. Em seguida, convidou para fazer parte da Mesa dos trabalhos, o Senhor Napoleão Bernardes Neto, Prefeito eleito da cidade de Blumenau; o Senhor Mário Hildebrandt, Vice-Prefeito eleito da cidade de Blumenau; Edécio Vieira, representante do Senador Dalirio Berber; Ismael dos Santos, Deputado Estadual; Romualdo Paulo Marchinhack, Presidente da OAB-Blumenau; Major Atila Tiago Royer, Subcomandante do 10º BPM; e Fernando Cesar Costa de Almeida, Tenente-Coronel do 23º BI de Blumenau. Composta a Mesa dos trabalhos, o Senhor Presidente deu por aberta a Reunião e foi feita a execução do Hino Nacional Brasileiro e foi realizado o Momento Bíblico. Após, o Grupo de Canto Fratelli Del Circolo, do Lyra

Círculo Italiano di Blumenau, foi convidado para cantar a música Va Pensiero. Em seguida, fez-se o momento da Bênção Ecumênica, pronunciando-se os seguintes convidados: Pastor Nilton dos Santos, da Igreja Evangélica Assembleia de Deus; Pastor Leonardo da Silva, da OMEBLU; Pastor Sinodal Breno Carlos Willrich, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana; e Bispo Dom Rafael Biernaski, da Diocese de Blumenau. O Presidente em exercício informou que todos os Vereadores apresentaram à Assessoria Administrativa desta Casa Legislativa os documentos exigidos regimentalmente, e, desta forma, procedeu-se ao compromisso e posse dos Vereadores eleitos. O Senhor Presidente solicitou que os Vereadores repetissem, de pé, com a mão direita estendida, o seguinte compromisso: "PROMETO GUARDAR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, DESEMPENHANDO LEAL E SINCERAMENTE O MANDATO A MIM CONFERIDO, OBSERVANDO AS LEIS E TRABALHANDO PELO ENGRANDECIMENTO DESTA MUNICÍPIO". Após, foi realizada a chamada nominal dos Senhores Vereadores pelo Secretário "ad hoc", e, cada qual, na seguinte ordem, pronunciou as palavras "assim prometo": Adriano Pereira, Ailton de Souza, Alexandre Agenor Matias, Alexandre Pereira Caminha, Almir Vieira, Bruno Horwatsch Cunha, Gilson de Souza, Jens Juergen Mantau, José de Souza, Jovino Cardoso Neto, Marcelo Barasoul Lanzarin, Marcos da Rosa, Oldemar Luiz Becker, Ricardo João Peluso Alba e Sylvio João Zimmermann Neto. Desta forma, o Senhor Presidente declarou empossados os Senhores Vereadores e instalada a Legislatura 2017/2020. Após, convidou o Prefeito e o Vice-Prefeito eleitos a apresentarem seus diplomas eleitorais, declaração de bens, a prestarem o seguinte compromisso: "PROMETO GUARDAR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, DESEMPENHANDO LEAL E SINCERAMENTE O MANDATO A MIM CONFERIDO, OBSERVANDO AS LEIS E TRABALHANDO PELO ENGRANDECIMENTO DESTA MUNICÍPIO", e assinarem o termo de posse. Após estes atos, conforme o Regimento Interno desta Casa, o Senhor Presidente declarou empossados o Senhor Napoleão Bernardes Neto, como Prefeito Municipal de Blumenau, e o Senhor Mário Hildebrandt, como Vice-Prefeito de Blumenau. Na sequência, segundo o artigo 17 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Blumenau, passou-se para os pronunciamentos dos Vereadores, tendo a seguinte ordem: Adriano Pereira, Ailton de Souza, Alexandre Agenor Matias, Alexandre Pereira Caminha, Almir Vieira, Bruno Horwatsch Cunha, Gilson de Souza, Jens Juergen Mantau, José de Souza, Jovino Cardoso Neto, Marcelo Barasoul Lanzarin, Marcos da Rosa, Oldemar Luiz Becker, Ricardo João Peluso Alba e Sylvio João Zimmermann Neto. O Senhor Presidente em exercício comunicou a suspensão da Reunião de Instalação da Legislatura para realização da Solenidade de Recondução do Excelentíssimo Senhor Napoleão Bernardes Neto ao cargo de Prefeito, conduzida pela Prefeitura Municipal de Blumenau. Reaberta a Reunião de Instalação, o Senhor Presidente em exercício concedeu a palavra ao Senhor Vice-Prefeito, Mário Hildebrandt, e, após, ao Senhor Prefeito, Napoleão Bernardes Neto. Fez-se a execução do Hino de Blumenau. A Reunião de Instalação da Legislatura foi suspensa pela Presidência em exercício, pelo tempo de uma hora, para que os Vereadores se desloquem até o Plenário da Câmara Municipal de Blumenau para a realização da eleição da Mesa Diretora. Reaberta a Reunião, o Senhor Presidente em exercício comunicou que os eventuais candidatos aos cargos da Mesa Diretora terão o tempo de 30 minutos para o registro de suas inscrições. A Reunião foi suspensa novamente para esse fim. Reaberta a Reunião, o Senhor Presidente em exercício, ao constatar o número legal de Vereadores, iniciou o processo de eleição da Mesa Diretora, anunciou as chapas inscritas, tendo sido uma única chapa, a "Chapa nº 1", e destacou que os Vereadores votarão nominalmente, em ordem alfabética, em um único ato, na Tribuna. Encerrado o processo de votação e contabilizados os votos obtidos pelos candidatos registrados, o Senhor Presidente anunciou que foram eleitos para os cargos da Mesa Diretora, com 15 votos, os Vereadores Marcos da Rosa, Almir Vieira,

José de Souza (Zeca Bombeiro) e Marcelo Barasoul Lanzarin, como Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, respectivamente. Em seguida, o Presidente em exercício convidou a Mesa Diretora eleita para tomar seu lugar. O Senhor Presidente, Vereador Marcos da Rosa, fez seu pronunciamento. Após, a Presidência suspendeu a presente Reunião para realização de reunião entre a Mesa Diretora eleita e os demais Vereadores. Reaberta a Reunião, o Senhor Presidente comunicou que, conforme indicação dos líderes e escolha da minoria, os Vereadores Jens Juergen Mantau e Bruno Cunha serão os Corregedores Titular e Substituto, respectivamente. Ainda, comunicou a indicação dos Vereadores Alexandre Pereira Caminha, Gilson de Souza, Oldemar Becker, Ricardo Alba e Sylvio Zimmermann como membros do Conselho de Ética. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente Reunião, considerando empossada a Mesa Diretora eleita para o biênio 2017/2018 e convocando os Senhores Vereadores para a 1ª Reunião Ordinária a ser realizada no dia 02 de fevereiro de 2017, neste Plenário.

Marcos da Rosa
Presidente

Almir Vieira	Zeca Bombeiro	Marcelo Lanzarin
Vice-presidente	1º Secretário	2º Secretário

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DECRETO Nº 4980/2017, FIXA OS VALORES DE HORA MÁQUINA PARA OS SERVIÇOS E AUXÍLIOS PRESTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE SANTA CATARINA.

DECRETO Nº 4980 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

FIXA OS VALORES DE HORA MÁQUINA PARA OS SERVIÇOS E AUXÍLIOS PRESTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE SANTA CATARINA.

Ronaldo Luiz Senger, Prefeito do município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais elencadas na Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º.- De acordo com a variação do IGP-M acumulado no período de dezembro de 2015 a novembro de 2016 e em conformidade com o 4979/2017, ficam fixados os valores de hora máquina nos serviços e nos auxílios prestados pelo município de Bom Jesus do Oeste, nos termos da tabela abaixo:

Máquinas Valor/Hora

Trator com equipamento R\$ 67,60
Trator Enciladeira 01 linha R\$ 67,60
Trator Enciladeira 02 linhas R\$ 79,90
Retro-escavadeira R\$ 98,32
Carregadeira R\$ 110,61
Motoniveladora _R\$ 122,90
Caminhão Basculante R\$ 86,04
Escavadeira Hidráulica _ R\$ 159,78

Art. 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 03 de Janeiro de 2017.
Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4981/2016

DECRETO Nº 4981/17 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipal nº 1.029/16 de 11.11.2016 (LDO) e 1.033/16 de 16.11.2016 (LOA).

DECRETA:

Art. 1º - Abre Credito Suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivos, cria desdobramento de fonte de recursos dentro da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem, Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social e Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos no valor de R\$ 594.802,46 (Quinhentos e noventa e quatro mil, oitocentos e dois reais e quarenta e seis centavos).

Órgão: 03 – Secretária Municipal de Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.01 – Administração Geral.
Proj/Ativ.: 0618100092.007 – Manutenção dos Serviços de Segurança Pública.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas. (1709)
Valor R\$ 692,18 (Seiscentos e noventa e dois reais e dezoito centavos).
Fonte: 03.10 – Convênio de Trânsito Polícia Militar.

Órgão: 03 – Secretária Municipal de Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.01 – Administração Geral.
Proj/Ativ.: 0618100092.007 – Manutenção dos Serviços de Segurança Pública.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas. (1710)
Valor R\$ 13.416,11 (Treze mil, quatrocentos e dezesseis reais e onze centavos).
Fonte: 03.11 – Convênio de Trânsito Polícia Civil.
Órgão: 03 – Secretária Municipal de Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.01 – Administração Geral.
Proj/Ativ.: 0618100092.007 – Manutenção dos Serviços de Segurança Pública.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas. (1711)
Valor R\$ 709,74 (Setecentos e nove reais e setenta e quatro centavos).
Fonte: 03.12 – Convênio de Trânsito Prefeitura.

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.02 – Ensino Fundamental.
Proj/Ativ.: 1236100162.047 – Manutenção Dos Profissionais do Magistério.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas. (1712)
Valor R\$ 13.143,36 (Treze mil, cento e quarenta e três reais e trinta e seis centavos).
Fonte: 03.36 – Salário Educação.

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.02 – Ensino Fundamental.
Proj/Ativ.: 1236100162.047 – Manutenção Dos Profissionais do Magistério.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas. (1713)
Valor R\$ 21.164,06 (Vinte e um mil, cento e sessenta e quatro reais e seis centavos).
Fonte: 03.19 – 40% FUNDEB.

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.02 – Ensino Fundamental.
Proj/Ativ.: 1236100142.021 – Manut. Do Transporte Escolar do Ensino Fundamental.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas. (1714)
Valor R\$ 26.013,60 (Vinte e seis mil, treze reais e sessenta centavos).
Fonte: 03.62 – Transf. de Convênio - Programa Estadual Transporte Escolar.
Detalhamento da Fonte: 1006 – Transporte Escolar Estadual.

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.02 – Ensino Fundamental.
Proj/Ativ.: 1230600152.016 – Manutenção da Merenda Escolar.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas. (1715)
Valor R\$ 2.894,05 (Dois mil, oitocentos e noventa e quatro reais e cinco centavos).
Fonte: 03.37 – Transferências de Recursos do FNDE.

Detalhamento da Fonte: 1034 – Programa Merenda Escolar.

Órgão: 07 – Secretária Municipal de Estradas e Rodagem.
Unidade Orçamentária: 07.01 – Estradas e Rodagem.
Proj/Ativ.: 2678200262.029 – Manutenção Do Parque Rodoviário Municipal.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas. (1716)
Valor r\$ 5.734,10 (Cinco mil, setecentos e trinta e quatro reais e dez centavos).
Fonte: 03.39 – Fundo Especial do Petróleo – FEP.
Detalhamento da Fonte: 1037 – FEP.

Órgão: 07 – Secretária Municipal de Estradas e Rodagem.
Unidade Orçamentária: 07.01 – Estradas e Rodagem.
Proj/Ativ.: 2678200262.029 – Manutenção Do Parque Rodoviário Municipal.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas. (1717)
Valor r\$ 11.432,40 (Onze mil, quatrocentos e trinta e dois reais e quarenta centavos).
Fonte: 03.39 – Fundo Especial do Petróleo – FEP.
Detalhamento da Fonte: 1038 – Outras Transferências de Recursos Naturais.

Órgão: 06 – Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.
Proj/Ativ.: 10301002332.024 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas. (1718)
Valor r\$ 3.286,34 (Três mil, duzentos e oitenta e seis reais e trinta e quatro centavos).
Fonte: 03.63 – Transferências de Convênio Estado/Saúde.
Detalhamento da Fonte: 1002 - Farmácia Básica Estadual.

Órgão: 06 – Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.
Proj/Ativ.: 10301002332.024 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas. (1719)
Valor r\$ 3.120,00 (Três mil, cento e vinte reais).
Fonte: 03.63 – Transferências de Convênio Estado/Saúde.
Detalhamento da Fonte: 1031 – Programa MAC Estadual.

Órgão: 06 – Secretária de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.
Proj/Ativ.: 1030100232.024 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas. (1720)
Valor r\$ 5.114,18 (Cinco mil, cento e quatorze reais e dezoito centavos).
Fonte: 03.38 – Transferência do Sistema Único de Saúde SUS/ União.
Detalhamento da Fonte: 0008 – Piso de Atenção Básica (PAB).

Órgão: 06 – Secretária de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.
Proj/Ativ.: 1030100232.024 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.
Elemento: 4490 – Aplicações Diretas. (1740)
Valor r\$ 33.268,56 (Trinta e três mil, duzentos e sessenta e oito reais e cinquenta e seis centavos).
Fonte: 03.38 – Transferência do Sistema Único de Saúde SUS/ União.
Detalhamento da Fonte: 0015 – Vigilância Sanitária.

Órgão: 06 – Secretária de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.
Proj/Ativ.: 1030100232.024 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas. (1721)

Valor r\$ 75.594,79 (Setenta e cinco mil, quinhentos e noventa e quatro reais e setenta e nove centavos).
Fonte: 03.38 – Transferência do Sistema Único de Saúde SUS/ União.
Detalhamento da Fonte: 1021 – MAC Proteses Dentárias.

Órgão: 06 – Secretária de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.
Proj/Ativ.: 1030100232.024 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas. (1722)
Valor r\$ 1.814,72 (Um mil, oitocentos e quatorze reais e setenta e dois centavos)
Fonte: 03.38 – Transferência do Sistema Único de Saúde SUS/ União.
Detalhamento da Fonte: 0013 – Farmácia Básica Federal.

Órgão: 06 – Secretária de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.
Proj/Ativ.: 1030100232.024 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas. (1723)
Valor r\$ 11.400,00 (Onze mil e quatrocentos reais).
Fonte: 03.38 – Transferência do Sistema Único de Saúde SUS/ União.
Detalhamento da Fonte: 1014 – Programa PMAQ.

Órgão: 06 – Secretária de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.
Proj/Ativ.: 1030100232.051 – Manutenção Ampliação das Atividades do Programa PSF.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas. (1724)
Valor r\$ 7.220,00 (Sete mil, duzentos e vinte reais).
Fonte: 03.38 – Transferência do Sistema Único de Saúde SUS/ União.
Detalhamento da Fonte: 0010 – Programa Saúde da Família - PSF.

Órgão: 06 – Secretária de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.
Proj/Ativ.: 1030100232.051 – Manutenção Ampliação das Atividades do Programa PSF.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas. (1725)
Valor r\$ 5.070,00 (Cinco mil e setenta reais).
Fonte: 03.38 – Transferência do Sistema Único de Saúde SUS/ União.
Detalhamento da Fonte: 0012 – Programa Agentes Comunitários de Saúde.

Órgão: 06 – Secretária de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.
Proj/Ativ.: 1030100232.051 – Manutenção Ampliação das Atividades do Programa PSF.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas. (1726)
Valor r\$ 2.980,00 (Dois mil, novecentos e oitenta reais).
Fonte: 03.38 – Transferência do Sistema Único de Saúde SUS/ União.
Detalhamento da Fonte: 0011 – Programa Saúde Bucal.

Órgão: 06 – Secretária de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.
Proj/Ativ.: 1030100232.024 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.
Elemento: 4490 – Aplicações Diretas. (1727)
Valor r\$ 100.000,00 (Cem mil reais).
Fonte: 03.38 – Transferência do Sistema Único de Saúde SUS/ União.
Detalhamento da Fonte: 1047 – Aquisição de Equipamentos para Saúde.

Órgão: 06 – Secretária de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.02 – Fundo Municipal de Assistência Social.
Proj/Ativ.: 0824400242.027 – Manutenção das Ativ. de Assistência Social no Município.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas. (1728)
Valor R\$ 1.105,62 (Um mil, cento e cinco reais e sessenta e dois centavos)
Fonte: 03.35 – Transferência do Sistema Único de A. Social SUAS/ União.
Detalhamento da Fonte: 1036 – Bolsa Família.

Órgão: 06 – Secretária de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.02 – Fundo Municipal de Assistência Social.
Proj/Ativ.: 0824400242.061 – Manutenção das Ativ. Do Programa Cras.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas. (1729)
Valor R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais)
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas. (1730)
Valor R\$ 26.393,87 (Vinte e seis mil, trezentos e noventa e três reais e oitenta e sete centavos).
Fonte: 03.35 – Transferência do Sistema Único de A. Social SUAS/ União.
Detalhamento da Fonte: 1015 – Programa Piso Social Fixo - Cras

Órgão: 06 – Secretária de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.02 – Fundo Municipal de Assistência Social.
Proj/Ativ.: 0824400242.027 – Manutenção das Ativ. de Assistência Social no Município.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas. (1731)
Valor R\$ 7.005,77 (Sete mil, cinco reais e setenta e sete centavos).
Fonte: 03.35 – Transferência do Sistema Único de A. Social SUAS/ União.
Detalhamento da Fonte: 1012 – Programa IGD – Suas

Órgão: 06 – Secretária de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.02 – Fundo Municipal de Assistência Social.
Proj/Ativ.: 0824400242.061 – Manutenção das Ativ. Do Programa CRAS.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas. (1732)
Valor R\$ 17.503,81 (Dezessete mil, quinhentos e três reais e oitenta e um centavos).
Elemento: 4490 – Aplicações Diretas. (1733)
Valor R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais).
Fonte: 03.61 – Transferência de Convênios Estado/Assistência Social.
Detalhamento da Fonte: 1026 – Programa Cras Estadual.

Órgão: 07 – Secretária Municipal de Estradas e Rodagem.
Unidade Orçamentária: 07.01 – Estradas e Rodagem.
Proj/Ativ.: 2678200262.029 – Manutenção Do Parque Rodoviário Municipal.
Elemento: 4490 – Aplicações Diretas. (1734).
Valor R\$ 35.395,61 (Trinta e cinco mil, trezentos e noventa e cinco reais e sessenta e um centavos).
Fonte de Recursos: 02.89 – Alienação de Bens.

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento de Ensino Fundamental.
Proj/Ativ.: 1236100451.004 – Ampliação, Reforma Equipamentos para Escola Municipal.
Elemento: 4490 – Aplicações Diretas. (1735)
Valor R\$ 8.955,00 (Oito mil, novecentos e cinquenta e cinco reais).
Fonte: 03.37 – Transferências do FNDE
Detalhamento da Fonte: 1040 – Equipamentos FNDE.

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento da Pré-Escola.
Proj/Ativ.: 1236500212.063 – Manutenção da Creche Municipal.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1736).
Valor R\$ 1.374,59 (Um mil, trezentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos).
Fonte: 03.37 – Outras Transferências de FNDE.
Desdobramento: 1041 – Brasil Carinhoso.

Órgão: 07 – Secretária Municipal de Estradas e Rodagem.
Unidade Orçamentária: 07.01 – Estradas e Rodagem.
Proj/Ativ.: 2678200262.029 – Manutenção Do Parque Rodoviário Municipal.
Elemento: 4490 – Aplicações Diretas. (1737).
Valor R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais).
Fonte de Recursos: 03.00 – Superávit Financeiro do Exercício Anterior.

Órgão: 08 – Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos.
Proj/Ativ.: 1545100431.025 – Apoio a Implantação de Indústria e Comércio.
Elemento: 4490 – Aplicações Diretas. (1738).
Valor R\$ 64.000,00 (Sessenta e quatro mil reais).
Fonte de Recursos: 03.00 – Superávit Financeiro do Exercício Anterior.

Órgão: 06 – Secretária de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.02 – Fundo Municipal de Assistência Social.
Proj/Ativ.: 0824400242.050 – Apoio a Manutenção de APAES.
Elemento: 3350 – Aplicações Diretas. (1739)
Valor R\$ 3.000,00 (Três mil reais)
Fonte de Recursos: 03.00 – Superávit Financeiro do Exercício Anterior.

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos extraídos do superávit financeiro do exercício de 2014, demonstrado no Balanço Patrimonial, conforme anexo 14 em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/ conta do orçamento municipal

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,
aos 02 de janeiro de 2017.
RONALDO LUIZ SENGGER
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4985/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº Decreto nº 4985/2017 de 02 de janeiro de 2017.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 02475/2016 , dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere as leis nº: 10.520/02, 8.666/93 e suas atualizações;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4984/2017 de 02 de Janeiro de 2.017, sob o Processo de Licitação nº 02475/2016, que tem por objeto Aquisição de Combustível, Diesel Comum e Diesel S-10 e Gasolina Comum para o Exercício de 2017.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
3	Comercio de Combustiveis Ideal Ltda.	Diesel S-10	113.000,00	357.645,00
1	COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU	Gasolina Comum	35.000,00	133.525,00
2	COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU	Diesel s - 500	50.000,00	152.250,00

trezentos e cinquenta e sete mil seiscientos e quarenta e cinco reais	357.645,00
duzentos e oitenta e cinco mil setecentos e setenta e cinco reais	285.775,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC,

aos 02/01/17.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATOS 01 A 10/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 01/2017 Pregão Presencial 27/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: JLM Comercio de Produtos Alimentícios Ltda. ME..

Objeto: Aquisição de Materiais de Limpeza, Gêneros Alimentícios e utensílios de copa e cozinha, para atender as Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Transportes e Educação, para as Escolas, Pré-escolares e Creches Municipais, para atender os Fundos Municipais de Saúde e de Assistência Social, para o exercício de 2017.

Valor Total: R\$ 139.807,86 (cento trinta e nove mil oitocentos e sete reais e oitenta e seis centavos).

Extrato Contrato 02/2017 Pregão Presencial 27/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Robson Junior dos Santos ME.

Objeto: Aquisição de Materiais de Limpeza, Gêneros Alimentícios e utensílios de copa e cozinha, para atender as Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Transportes e Educação, para as Escolas, Pré-escolares e Creches Municipais, para atender os Fundos Municipais de Saúde e de Assistência Social, para o exercício de 2017.

Valor Total: R\$ 45.637,00 (quarenta e cinco mil seiscentos e trinta e sete reais).

Extrato Contrato 03/2017 Pregão Presencial 27/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Cleiton De Souza Comercial ME.

Objeto: Aquisição de Materiais de Limpeza, Gêneros Alimentícios e utensílios de copa e cozinha, para atender as Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Transportes e Educação, para as Escolas, Pré-escolares e Creches Municipais, para atender os Fundos Municipais de Saúde e de Assistência Social, para o exercício de 2017.

Valor Total: R\$ 54.832,45 (cinquenta e quatro mil oitocentos e trinta e dois reais e quarenta e cinco centavos).

Extrato Contrato 04/2017 Pregão Presencial 27/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Copal Alimentos Ltda.

Objeto: Aquisição de Materiais de Limpeza, Gêneros Alimentícios e utensílios de copa e cozinha, para atender as Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Transportes e Educação, para as Escolas, Pré-escolares e Creches Municipais, para atender os Fundos Municipais de Saúde e de Assistência Social, para o exercício de 2017.

Valor Total: R\$ 83.381,00 (oitenta e três mil trezentos e oitenta e um reais)

Extrato Contrato 05/2017 Pregão Presencial 27/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: AP Oeste Comércio Ltda.

Objeto: Aquisição de Materiais de Limpeza, Gêneros Alimentícios e utensílios de copa e cozinha, para atender as Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Transportes e Educação, para as Escolas, Pré-escolares e Creches Municipais, para atender os Fundos Municipais de Saúde e de Assistência Social, para o exercício de 2017.

Valor Total: R\$ 164.230,00 (cento e sessenta quatro mil duzentos e trinta reais)

Extrato Contrato 06/2017 Pregão Presencial 27/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Alfredo Comercio Varejista Ltda. ME.

Objeto: Aquisição de Materiais de Limpeza, Gêneros Alimentícios e utensílios de copa e cozinha, para atender as Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Transportes e Educação, para as Escolas, Pré-escolares e Creches Municipais, para atender os Fundos Municipais de Saúde e de Assistência Social, para o exercício de 2017.

Valor Total: R\$ 266.295,10 (duzentos e sessenta e seis mil duzentos e noventa e cinco reais e dez centavos)

Extrato Contrato 07/2017 Pregão Presencial 27/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Super Varejão Córdova de Alimentos Ltda. ME.

Objeto: Aquisição de Materiais de Limpeza, Gêneros Alimentícios e utensílios de copa e cozinha, para atender as Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Transportes e Educação, para as Escolas, Pré-escolares e Creches Municipais, para atender os Fundos Municipais de Saúde e de Assistência Social, para o exercício de 2017.

Valor Total: R\$ 59.597,00 (cinquenta e nove mil quinhentos e noventa e sete reais)

Extrato Contrato 08/2017 Pregão Presencial 27/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Faccina Daltora Equipamentos de Segurança Ltda

Objeto: Aquisição de Materiais de Limpeza, Gêneros Alimentícios e utensílios de copa e cozinha, para atender as Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Transportes e Educação, para as Escolas, Pré-escolares e Creches Municipais, para atender os Fundos Municipais de Saúde e de Assistência Social, para o exercício de 2017.

Valor Total: R\$ 15.789,20 (quinze mil setecentos e oitenta e nove reais e vinte centavos)

Extrato Contrato 09/2017 Pregão Presencial 27/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Aline Raitz ME

Objeto: Aquisição de Materiais de Limpeza, Gêneros Alimentícios e utensílios de copa e cozinha, para atender as Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Transportes e Educação, para as Escolas, Pré-escolares e Creches Municipais, para atender os Fundos Municipais de Saúde e de Assistência Social, para o exercício de 2017.

Valor Total: R\$ 87.480,00 (oitenta e sete mil quatrocentos e oitenta reais)

Extrato Contrato 10/2017 Pregão Presencial 27/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Célia Regina Wambommel ME

Objeto: Aquisição de Materiais de Limpeza, Gêneros Alimentícios e utensílios de copa e cozinha, para atender as Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Transportes e Educação, para as Escolas, Pré-escolares e Creches Municipais, para atender os Fundos Municipais de Saúde e de Assistência Social, para o exercício de 2017.

Valor Total: R\$ 63.461,45 (sessenta e três mil quatrocentos e sessenta e um reais e quarenta e cinco centavos)

Bom Retiro, 04 de janeiro de 2017.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO Nº 001/2017

DECRETO Nº 001/2017

Delega competências ao tesoureiro sobre movimentação financeira.

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do artigo 52 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica delegada ao tesoureiro competências sobre movimentação financeira das contas da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, com seguintes CNPJ:

CNPJ: 95.952.230/0001-67 - Município de Braço do Trombudo.

CNPJ: 11.481.782/0001-44 - Fundo Municipal de Saúde de B.T.

CNPJ: 13.554.908/0001-99 - Fundo Municipal de Assistência Social de B.T.

CNPJ: 24.313.527/0001-34 - Fundo Mun. de Turismo e Meio Ambiente de B.T.

CNPJ: 22.347.681/0001-00 - Fundo Mun. Da Pessoa Idosa de B.T.

CNPJ: 15.268.603/0001-46 - Coordenadoria Mun. De Defesa Civil de B.T.

CNPJ: 21.402.111/0001-02 - Fundo da Infância e Adolescência de B.T.

Sejam efetuadas por prazo indeterminado pela servidora Joice Ramos, nomeada para exercer o cargo de tesoureira por ter sido aprovada em concurso em 02.06.2014, conforme portaria nº 0100/2014, em conjunto com o prefeito municipal Nildo Melmestet, inscrito no CPF nº 594.086.939-49, com os seguintes poderes:

- Emitir cheques;
- Abrir contas de depósito;
- Autorizar cobrança;
- Utilizar o crédito aberto na forma e condições;
- Receber, passar recibo e dar quitação;
- Solicitar saldos e extratos;
- Requisitar talonários de cheques;
- Autorizar débito em conta relativo a operações;
- Retirar cheques devolvidos;
- Endossar cheque;
- Requisitar cartão eletrônico;
- Movimentar conta corrente com cartão eletrônico;
- Efetuar transferências/pagamentos, exceto por MEI;
- Sustar/contrarordenar cheques;
- Cancelar cheques;
- Baixar cheques;
- Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- Efetuar saques - conta corrente;
- Efetuar saques - poupança;
- Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- Efetuar transferências por meio eletrônico;
- Efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico;
- Efetuar transferências, exceto por meio eletrônico;
- Consultar contas/Aplic. Programas, Repasse Recursos Feder-RPG;
- Liberar arquivos de pagamentos no ger. Financeiro/Aasp;
- Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- Emitir comprovantes;
- Efetuar transferência p/ mesma titularidade-meio eletrônico;

- Encerrar contas de depósito;
- Consultar obrigações do débito direto autorizado - DDA;
- Assinar instrumento de convênio e contrato de prestação de serviços.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 028/2016 de 05.04.2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 02 de janeiro de 2017.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 002/2017

DECRETO Nº 002/2017.

Prorroga prazo para Pagamento da Taxa de Água referente ao mês de dezembro de 2016 para 16.01.2017.

Nildo Melmestet, Prefeito Municipal do município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc...

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para Pagamento da Taxa de Água referente ao mês de dezembro/2016 para o dia 16.01.2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 04 de janeiro de 2017.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 01/2017

EXTRATO DE CONTRATO 01/2017

Contratante: Prefeitura municipal de Braço do Trombudo CNPJ 95.952.230/0001-67

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Rinnert & Cia Ltda

CNPJ 05.572.506/0001-99

Rua Dom Pedro, 101

Centro

Braço do Trombudo - Santa Catarina

Objeto: O presente Contrato tem por objeto o fornecimento aproximado de 66.700,00 litros de Gasolina Comum com o valor de R\$ 3,78 (três reais e setenta e oito centavos) por litro, 22.000,00 litros de Óleo Diesel S500 com o valor de R\$ 3,01 (três reais e um centavo) por litro, 6.000,00 litros de Óleo Diesel S10 com o valor de R\$ 3,14 (três reais e quatorze centavos) por litro e 500,00 litros de Etanol com o valor de R\$3,44 (três reais e quarenta e quatro centavos) por litro, de acordo com as necessidades da Prefeitura

Municipal de Braço do Trombudo.
Vigência até 31.12.2017
Data da assinatura: 02/01/2017
Nildo Melmestet - Prefeito Municipal

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 41/2016 - SRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 41/2016 - SRP
O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial nº 41/2016. Processo licitatório 53/2016. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo. Após análise e julgamento da proposta, foi declarada vencedora do certame:

EMPRESA	LOTE	R\$ VALOR
COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME CNPJ: 75.779.223/0001-06	1	220.000,00
SUPER VAREJÃO CÔR- DOVA DE ALIMENTOS LTDA ME CNPJ: 83.197.277/0001-83	2	223.510,00
AP OESTE DISTRIBUI- DORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP CNPJ: 05.919.156/0001-94	3	131.400,00

tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Alair Franz Hein - Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 04/01/2017.

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 43/2016 - SRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 43/2016 - SRP
O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial nº 43/2016. Processo licitatório 55/2016. Objeto: Registro de Preços para aquisição de óleo lubrificante, graxa e fluido de freio para manutenção da frota de caminhões, veículos de pequeno porte, máquinas e tratores agrícolas da Secretaria Obras e Serviços Urbanos e Agropecuários. Após análise e julgamento da proposta, foram declaradas vencedoras do certame:

EMPRESA	ITENS	R\$ VALOR
MAUCOR DISTRIBUIDO- RA DE LUBRIFICANTES LTDA CNPJ: 80.954.555/0001-01	2,3,4,6,9 e10	43.510,00
DYSPEF COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA CNPJ: 02.747.714/0001-93	5,7,8,11,12 e 14	38.719,40

tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Alair Franz Hein - Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 04/01/2017.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº01/2016 PMBT

Página: 1/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Número do Registro de Preços: 1/2016 **Data do Registro: 04/01/2017** **Válido até: 04/01/2017**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofert.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Abacaxi, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, frutas limpas. (8633)	PC	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	3,3885	1
2			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	3,1027	2
3			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	3,1052	3
2	Abacate, tamanho médio, sem machucados, bom grau de amadurecimento. (12316)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	6,7271	1
2			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	6,7878	2
3			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	6,7926	3
3	Alho grão, sem machucados e brotamentos. Não devem estar murcho. Pacote de 100 gramas. (14983)	PCT	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	KALUKE	0	3,5878	1
2			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	5,8181	2
3			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	5,8222	3
4	BANANA COMUM, unidades de tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas. (8148)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,5447	1
2			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	1,4545	2
3			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	1,4556	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 2/25

Número do Registro de Preços: 1/2016 **Data do Registro:** 04/01/2016 **Válido até:** 04/01/2017
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	Banana Branca. Tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas. (8635)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,3819	1
			APOSEITE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	2,1333	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	2,1348	3
6	BATATA INGLESA, unidades grandes, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8153)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,3919	1
			APOSEITE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	2,1333	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	2,1348	3
7	BATATA DOCE ROXA, unidades grandes, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8152)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,6843	1
			APOSEITE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	2,1333	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	2,1348	3
8	BETERRABA, unidades de tamanho médio, sem rachaduras ou perfurações, casca lisa e limpa. (8159)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,2922	1
			APOSEITE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	2,1333	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	2,1348	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 3/25

Número do Registro de Preços: 1/2016 Data do Registro: 04/01/2016 Válido até: 04/01/2017

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	Brócolis tamanho grande, unidades frescas e limpas, com cor características. (14984)	UND	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,6908	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	2,9091	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	2,9111	3
10	CEBOLA, unidades integrais, frescas e limpas, sem perfurações. (8157)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,9932	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	1,9394	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	1,9407	3
11	Cenoura. Tamanho médio, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8636)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,4417	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	2,3273	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	2,3289	3
12	Couve-flor, tamanho grande, unidades limpas e frescas, sem manchas, com características. (17317)	UND	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	3,3885	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	3,8788	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	3,8815	3
13	Chuchu, unidades limpas e frescas, sem brotamento e não devem ser murchos. (8637)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,6942	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2016

Página: 4/25

Número do Registro de Preços: 1/2016 Data do Registro: 04/01/2016 Válido até: 04/01/2017						
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	1,5515
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	1,5526
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	FLOR DO VAL	0	4,3851
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	4,0727
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	4,0756
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	FLOR DO VAL	0	6,2786
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	6,0121
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	6,0163
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,5447
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	0,9697
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	0,9704
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,8902

14	Feijão preto, unidades limpas e frescassem perfurações e presença de insetos, e de bom cozimento. (14986)	KG				
15	Feijão vermelho, unidades limpas e frescassem perfurações e presença de insetos, e de bom cozimento. (14986)	KG				
16	Laranja péra. Tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (8640)	KG				
17	Laranja lima. Tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (8641)	KG				

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 5/25

Número do Registro de Preços: 1/2016 Data do Registro: 04/01/2016 Válido até: 04/01/2017						
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	2,5212
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	2,5230
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	3,3885
18	Maca gala. Tamanho médio, cor vermelha, firmes limpas e maduras, sem machucados. (8842)	KG	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	3,8788
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	3,8815
19	Mamão formosa, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, sem machucados. (12317)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,9799
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	2,9091
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	2,9111
20	Mamão papaia, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, sem machucados. (12318)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,9799
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	2,9091
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	2,9111
21	Caqui café tamanho médio, frutas firmes, limpas, sem machucados. (17318)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	3,3386

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 6/25

Número do Registro de Preços: 1/2016 Data do Registro: 04/01/2016 Válido até: 04/01/2017						
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	4,8484
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	4,8519
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,3919
22	Tangerina comum tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (14987)	KG	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	2,9091
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	2,9111
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,9799
23	Tangerina poncã tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (14988)	KG	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	2,9091
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	2,9111
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	5,8800
24	Maca Argentina, tamanho médio, cor vermelha, firmes limpas e maduras, sem machucados. (12320)	KG	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	6,7878
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	6,7926
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	3,3386
25	Manga, unidades integrais, frescas e limpas, sem machucados e grau de amadurecimento médio. (14989)	KG	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	3,3386
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	3,3386
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	3,3386

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 7/25

Número do Registro de Preços: 1/2016 Data do Registro: 04/01/2016 Válido até: 04/01/2017						
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	3,1030
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	3,1052
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,3454
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	1,1636
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	1,1644
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	6,8766
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	5,3333
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	5,3370
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,9832
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	2,1333
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	2,1348
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	3,7871
26	Melância, unidades integrais, frescas e limpas, bom grau de amadurecimento. (8644)	KG				
27	Maracujá, Unidades frescas e limpas, cor característica, não podem serurchas. (8645)	KG				
28	PEPINO SALADA, unidades integrais, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8165)	KG				
29	Pimentão verde, tamanho médio, frescos e limpos, cor e formação uniforme, sendo firme sem lesões, perfurações e cortes. (12321)	KG				

Página: 8/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Número do Registro de Preços: 1/2016		Data do Registro: 04/01/2016		Válido até: 04/01/2017			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

30	Vagem, unidades frescas e limpas, característica, não podem ser murchas. (8646)	KG	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	4,8484	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	4,8519	3
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	5,9796	1
31	TOMATE, grau médio de amadurecimento, unidades integrais, frescas e limpas, sem perfurações. (8155)	KG	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	5,8181	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	5,8222	3
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	3,9864	1
32	Salsa, maço de 200 gramas, fresca, não podem estar murchas. (8625)	MC	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	3,8788	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	3,8815	3
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,6942	1
33	Cebolinha, maço de 200 gramas, fresca, não podem ser murchas. (8648)	MC	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	1,9394	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	1,9407	3
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,6942	1
33	Cebolinha, maço de 200 gramas, fresca, não podem ser murchas. (8648)	MC	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	1,9394	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	1,9407	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 9/25

Número do Registro de Preços: 1/2016 Data do Registro: 04/01/2016 Válido até: 04/01/2017

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	1,9407	3
34	REPOLHO, apresentando tamanho médio, cor e com formação uniforme, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos, fresco e limpo. (8154)	UND	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,6942	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	1,3576	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	1,3885	3
50	Arroz branco, tipo uma embalagem contendo 1 kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. (9626)	KG	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MINUTINHO	0	2,4224	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	catarião	0	2,4214	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	CATARINÃO	0	2,4220	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	MINUTINHO	0	2,4374	4
51	Achocolatado em pó, Lata de 400 gr, não amassadas, sem ferrugem, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (8661)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	NESCAU	0	6,2333	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	CHOKILAR	0	6,1712	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	nestair	0	6,1953	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	NESCAU	0	6,2921	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 10/25

Número do Registro de Preços: 1/2016 Data do Registro: 04/01/2016 Válido até: 04/01/2017

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
52	Amido de Milho. Caixa de 500 gr. com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8706)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DAJU	0	2,8154	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	neilar	0	2,7535	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	MAIS CERTA	0	2,7908	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	DAJU	0	2,8419	4
53	Açúcar refinado. Pacote de 5 kg. com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8704)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ALTO ALEGRE	0	11,9135	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	caravelas	0	11,8007	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	CAREVELAS	0	11,8510	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	ALTO ALGRE	0	12,0258	4
54	Açúcar de baunilha de 40 gr. (8705)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	1,9757	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	APTI	0	1,9943	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	apit	0	2,0159	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	2,0341	4

Página: 11/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Número do Registro de Preços: 1/2016		Data do Registro: 04/01/2016	Válido até: 04/01/2017
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.			

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
55	Aroz parbolizado, pct de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (8707)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MINUTINHO	0	10,4712	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	catarinao	0	10,3256	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	CATARINAO	0	10,3672	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	MINUTINHO	0	10,5699	4
56	Biscoito salgado, água e sal, tipo craker, sem gordura trans, pacotes com 800 gr, prazo de validade de no mínimo 12 meses, c/ data de fabricação não superior a 30 dias. (9628)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRODASA	0	5,7295	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	prodasa	0	5,7036	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	PRODASA	0	5,7192	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	LUAM	0	5,7835	4
57	Bolacha Maria, pacotes com 800 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9629)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRODASA	0	5,6308	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	PRODASA	0	5,6602	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	prodasa	0	5,6643	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	LUAM	0	5,6838	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 12/25

Número do Registro de Preços: 1/2016 Data do Registro: 04/01/2016 Válido até: 04/01/2017

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
58	Bolacha de leite, pacote com 800 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9331)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRODASA	0	5,6308	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	prodasa	0	5,6545	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	PRODASA	0	5,6700	3
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	LUAM	0	5,6838	4
59	Biscoito tipo cream cracker integral, salgada, integral, tipo água e sal. Sem gordura trans. Pacotes com 3 embalagens, embalagem de polipropileno, resistente, atóxica, lacrada, contendo 400 gramas. Validade mínima de 8 meses após a data de fabricação. (12332)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRODASA	0	4,8405	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	PRODASA	0	4,8741	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	prodasa	0	4,8776	3
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	LUAM	0	4,8861	4
60	Cereal infantil, pacote de 200 gr, sabores variados, embalagem com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (17319)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ALCAFOODS	0	5,2366	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	GOLD FLAKES	0	5,2671	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	gold flakes	0	5,2710	3
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	ALCAFOODS	0	5,2860	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 13/25

Número do Registro de Preços: 1/2016 Data do Registro: 04/01/2016 Válido até: 04/01/2017

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	Café solúvel granulado, embalagem com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. Embalagem 200 g. (9335)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	OURO	0	9,6809	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	ouro	0	9,6372	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	OURO	0	9,6400	3
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	OURO	0	9,7722	4
62	Café torrado e moído, caixa com 500 gr, embalado a vácuo, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (17320)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	RIO SULAPTI	0	9,3846	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	OURO	0	9,3649	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	rio sul	0	9,4405	3
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	CEREJA	0	9,4730	4
63	Cabo de galinha, caixa com 06 unidades, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (9637)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	1,6793	1
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	APTI	0	1,6952	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	ARSCO	0	1,7197	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	sinha	0	1,7209	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 14/25

Número do Registro de Preços: 1/2016 Data do Registro: 04/01/2016 Válido até: 04/01/2017

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
64	Cabo de bacon, caixa com 06 unidades, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (9638)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	1,6793	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	APTI	0	1,6952	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	ARISCO	0	1,7197	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	siñha	0	1,7209	4
65	Colorífico, pct com 100 gr. (9639)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	2,0745	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	SINHA	0	2,0833	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	APTI	0	2,0940	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	siñha	0	2,1143	4
66	Canela em pó, peso líquido 30 gramas. Validade mínima no ato da entrega de 3 meses. (17321)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	2,8648	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	2,8999	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	neilair	0	2,8518	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	APTI	0	2,8918	4
67	Cereal infantil de milho sem açúcar, pacote contendo 200 gramas, contendo no pacote informações nutricionais e data de validade. (12328)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ALCAFOODS	0	5,4332	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 15/25

Número do Registro de Preços: 1/2016		Data do Registro: 04/01/2016		Válido até: 04/01/2017		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
68	Envinha lata de 200 gr. não amassadas, sem fermento, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9641)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	gold flakes	0	5,4578	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	GOLD FLAKE'S	0	5,4735	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	ALCAFOODS	0	5,4844	4
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	STELA DORO	0	1,6793	1
69	Extrato de tomate, concentrado. Lata de 840 gr. não amassadas, sem fermento, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9642)	LT	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	STELA DORO	0	1,6705	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	ole	0	1,6718	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	STELA DORO	0	1,6952	4
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DAJUDA	0	7,4089	1
70	Farinha de trigo especial Tipo I. Embalagem de 5 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (17322)	PCT	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	OLE	0	7,4290	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	ole	0	7,4737	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	DAJUDA	0	7,4787	4
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GARDENIA	0	9,6809	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2016

Página: 16/25

Número do Registro de Preços: 1/2016		Data do Registro: 04/01/2016		Válido até: 04/01/2017		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
71	Farinha de mandioca branca. Embalagem de 1 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (17323)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	tres coroas	0	9,6372	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	TRES COROA	0	9,6892	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	FIDALGA	0	9,8520	4
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	AMAFIL	0	3,3587	1
72	Farinha de mandioca branca. Embalagem de 1 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (17323)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	super 10	0	3,3435	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	SUPER 10	0	3,3706	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	AMAFIL	0	3,3903	4
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	TOK	0	14,3238	1
73	Feijão preto, pacote de 1 kg, tipo 1, novo de 1ª qualidade, em embalagem plástica transparente. Sem presença de grãos moídos, catunçados, torrados e sem sujidades. (12329)	PCT	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	FLEISCHMANI	0	14,2488	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	brugman	0	14,2591	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	TOK	0	14,4588	4
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BRIGUENTI	0	3,7538	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 17/25

Número do Registro de Preços: 1/2016		Data do Registro: 04/01/2016		Válido até: 04/01/2017		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
74	Feijão vermelho, pacote de 1 kg, tipo 1, novo de 1ª qualidade, em embalagem plástica transparente. Sem presença de grãos moídos, catunçados, torrados e sem sujidades. (12330)	PCT	NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	GRAOS DO SI	0	3,7892	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	RIO BELO	0	3,8324	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	rio belo	0	3,8352	4
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	TOZZO	0	6,2235	1
75	Fermento em pó químico, para bolo, lata de 250 gr, validade de no mínimo 12 meses e com data de embalameto não superior a 30 dias. (9646)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	rio belo	0	6,1953	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	CALDÃO	0	6,2203	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	TOZZO	0	6,2821	4
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ROYAL	0	6,3222	1
76	Fubá de milho pré-cozido. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, data de fabricação e validade. Validade mínima de três meses a contar da data de entrega. (9547)	PCT	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	ROYAL	0	6,2400	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	neliar	0	6,2937	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	ROYAL	0	6,3818	4
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SINHA	0	2,7660	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	sinha	0	2,7535	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 18/25

Número do Registro de Preços: 1/2016 **Data do Registro:** 04/01/2016 **Válido até:** 04/01/2017
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
77	Folha de buro, pct de 05 gr. (9648)	PCT	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	SINHA	0	2,7810	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	SINHA	0	2,7921	4
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	1,9757	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	APTI	0	1,9943	2
78	Lentilha, embalada em pacotes de 500 gramas. Validade mínima 6 meses e c/ data de embarque não superior a 30 dias. (9649)	PCT	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	1,9948	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	neilair	0	1,9963	4
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CORCETTI	0	6,3222	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	neilair	0	6,3429	2
79	Leite de cabra em Pó Integral. Lata de 400 gramas, com tampa que e fecha fácil. Validade mínima de 1 ano. (12331)	LT	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	JARAGUA	0	6,3677	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	CORCETTI	0	6,3818	4
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CAPRILAT	0	22,1180	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	PIRACANJUB	0	22,0021	2
3			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	caprilat	0	22,0181	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 19/25

Número do Registro de Preços: 1/2016		Data do Registro: 04/01/2016		Válido até: 04/01/2017		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
80	Milho lata de 200 gr. não amassadas, sem ferrugem, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9651)	UND	NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	CAPRILAT	0	22,3264	4
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	STELA DORO	0	1,8769	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	STELA DORO	0	1,8671	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	STELA DORO	0	1,8946	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	ole	0	1,9078	4
81	Maionese. Embalagem de plástico atóxica de 500 gr, lacrada, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embaralhamento no máximo 30 dias. (9653)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SOYA	0	3,8526	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	SOYA	0	3,8889	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	SUAVIL	0	3,8914	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	arisco	0	3,9237	4
82	Massa seca tipo cabelo de anjo, pacote de 500 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embaralhamento no máximo 30 dias. (9654)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GERMANI	0	3,1611	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	TODESCHINI	0	3,1446	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	bortolini	0	3,1862	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 20/25

Número do Registro de Preços: 1/2016		Data do Registro: 04/01/2016		Válido até: 04/01/2017		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	GERMANI	0	3,1909	4
83	Macarrão com ovos tipo letrinhas, pacote de 500 gr com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima de 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (15057)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GERMANI	0	3,0623	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	GALLO	0	3,0856	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	bortolini	0	3,0878	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	GERMANI	0	3,0912	4
84	Massa espaguete furadinho com ovos. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (9655)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	OGLIARE	0	2,9636	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	OGLIARE	0	2,9915	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	TODESCHINI	0	3,0463	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	bortolini	0	3,0780	4
85	Massa tipo parafuso com ovos. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (9656)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MAJU	0	2,7660	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	TODESCHINI	0	2,7908	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	MAJU	0	2,7921	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 21/25

Número do Registro de Preços: 1/2016 Data do Registro: 04/01/2016 Válido até: 04/01/2017

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	bortolini	0	2,8027	4
86	Massa tipo gravatinha com ovos. Embalagem de 500 gr com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarcamento no máximo 30 dias. (9657)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PARATI	0	4,0502	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	GALLO	0	4,0781	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	bortolini	0	4,0811	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	PARATI	0	4,0884	4
88	Óleo de soja refinado, embalagem com 900 ml, não amassadas, com data de embarcamento não superior a 30 dias. Validade mínima 12 meses. (9659)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SOYA	0	3,3883	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	COCAMAR	0	3,3411	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	cocamar	0	3,3730	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	SOYA	0	3,4203	4
89	Polvilho azedo, Embalagem de 1 Kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarcamento no máximo 30 dias. (9661)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRATA	0	4,7417	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	CALDAO	0	4,7856	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	PRATA	0	4,7864	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	neilar	0	4,7989	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 22/25

Número do Registro de Preços: 1/2016		Data do Registro: 04/01/2016		Válido até: 04/01/2017			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

90	Pipoca em grão. Embalagem de 500 gr, com identificação, do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (9662)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DAJU	0	2,9636	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	SUPER 10	0	2,9382	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	super 10	0	2,9502	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	DAJU	0	2,9915	4
91	Orégano, pacote com 06 gr. (9660)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	2,1733	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	APTI	0	2,1938	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NELAR	0	2,2503	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	nelar	0	2,2520	4
92	Pimenta em pó, unidades de 40 gr. (9664)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	INCAS	0	1,4818	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	INCAS	0	1,4957	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NELAR	0	1,5330	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	nelar	0	1,5341	4

Página: 23/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Número do Registro de Preços: 1/2016		Data do Registro: 04/01/2016		Válido até: 04/01/2017			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

93	Sardinha em óleo comestível. Embalagem de 125 gr. lata não amassada, sem ferrugem, com identificação do produto, data de fabricação, prazo de validade, valor nutricional, peso deve constar na embalagem de registro. (12333)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	RUBI	0	3,6550	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	RUBI	0	3,6895	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	88	0	3,6949	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	88	0	3,6975	4
94	Sal refinado, pct de 1 kg, com identificação do produto idêntulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (9666)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GARCA	0	1,1657	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	MIRANAR	0	1,1301	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	miramar	0	1,1604	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	ZIZO	0	1,1767	4
95	Vinagre, sem sabor, embalagem de 750 ml, garrafa plástica, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embaralhamento no máximo 30 dias. (17324)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CHEMIN	0	2,2721	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	HEINIG	0	2,3584	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	chemim	0	2,3700	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 24/25

Número do Registro de Preços: 1/2016		Data do Registro: 04/01/2016		Válido até: 04/01/2017			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	KOLLER	0	2.3932	4

Página: 25/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Número do Registro de Preços: 1/2016		Data do Registro: 04/01/2016		Válido até: 04/01/2017			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2016
PROCESSO Nº 70/2015

- (9001) - COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME
- (9322) - APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
- (9399) - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME
- (9401) - CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME
- (9465) - NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Braço do Trombudo, 4 de Janeiro de 2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº02/2016 PMBT

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2016

Número do Registro de Preços: 2/2016		Data do Registro: 04/01/2016		Válido até: 04/01/2017			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição de combustível (gasolina, etanol e diesel) para abastecer a frota de todas as Secretarias da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	GASOLINA COMUM (1323)	L	RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT (7722)	IPIRANGA	0	3,7900	1
2	Etanol (7738)	L	RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT (7722)	IPIRANGA	0	3,0500	1
3	Óleo Diesel S500 (comum) (17420)	LTS	RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT (7722)	IPIRANGA	0	3,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2016

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 2/2016		Data do Registro: 04/01/2016		Válido até: 04/01/2017				
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição de combustível (gasolina, etanol e diesel) para abastecer a frota de todas as Secretarias da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	Óleo diesel S10. (15355)	L	RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT (7722)		IPIRANGA	0	3,1200	1

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2016

Número do Registro de Preços: 2/2016		Data do Registro: 04/01/2016		Válido até: 04/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de combustível (gasolina, etanol e diesel) para abastecer a frota de todas as Secretarias da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2016

PROCESSO Nº 74/2015

(7722) - RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT

Braço do Trombudo, 4 de Janeiro de 2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº02/2017 PMBT

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017

Número do Registro de Preços: 2/2017 Data do Registro: 04/01/2017 Válido até: 04/01/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de diesel S500 (comum) e diesel S10 para abastecer a bomba da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Óleo Diesel S10. Exigências: instalação de um tanque aéreo de capacidade mínima de 6000 litros, com tampa de contenção metálica. Vazão da bomba mínima de 50 litros por minuto. (18891)	LT	WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. (8418)	WDCOM	0	2,9100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 2/2017		Data do Registro: 04/01/2017		Válido até: 04/01/2018			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição de diesel S500 (comum) e diesel S10 para abastecer a bomba da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Óleo diesel S500. Exigências: instalação de um tanque aéreo de capacidade mínima de 6000 litros, com boca de contenção metálica. Vazão da bomba mínima de 50 litros por minuto. (16992)	LT	WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. (8418)	WDCom	0	2,8100	1

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017

Número do Registro de Preços: 2/2017		Data do Registro: 04/01/2017		Válido até: 04/01/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de diesel S500 (comum) e diesel S10 para abastecer a bomba da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2017

PROCESSO Nº 52/2016

(8418) - WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

Braço do Trombudo, 4 de Janeiro de 2017.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°03/2016 PMBT

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2016

Número do Registro de Preços: 3/2016		Data do Registro: 04/01/2016		Válido até: 04/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de diesel S500 (comum) e diesel S10 para abastecer a bomba da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Óleo Diesel S500 (comum) (17420)	LTS	WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. (8418)	WDCOM	0	2,8300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2016

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 3/2016		Data do Registro: 04/01/2016		Válido até: 04/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de diesel S500 (comum) e diesel S10 para abastecer a bomba da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Óleo diesel S10. (15355)	L	WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA. (8418)	WDCOM	0	2,9300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2016

Número do Registro de Preços: 3/2016							Data do Registro: 04/01/2016		Válido até: 04/01/2017		
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de diesel S500 (comum) e diesel S10 para abastecer a bomba da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2016
PROCESSO Nº 75/2015
(8418) - WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA.

Braço do Trombudo, 4 de Janeiro de 2016.

Brunópolis

PREFEITURA

DECRETO 01/2017

DECRETO Nº 01/2017

DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis;

RESOLVE

Art. 1º. No exercício 2017, a Comissão Permanente de Licitações será composta pelos seguintes servidores:

MARCELO EDUARDO TORMEM, atuando como Presidente;
ROSA MARIA BETIOLO, exercendo o encargo de Secretário; e
JANE FERREIRA DA SILVA, Vogal.

Art. 2º. Eventual ausência de qualquer um dos membros titulares acima indicados será suprida pela atuação do servidor ADEJAI-ME JOSÉ KERN, que terá as mesmas atribuições dos substituídos quando em exercício das funções.

Art. 3º - Os titulares farão jus, durante a vigência do presente Decreto, ao recebimento da gratificação prevista na Lei Complementar nº 33/2010, salvo se já recebiam outra gratificação ou exerçam função de confiança.

Parágrafo único. Ao suplente, quando no efetivo desempenho da função, se aplica o disposto no caput.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 01/2016.

Brunópolis, 04 de janeiro de 2017.

Ademil Antonio da Rosa

Prefeito Municipal

José Thieres Alves Ribeiro

Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 02/2016.

Brunópolis, 04 de janeiro de 2017.

Ademil Antonio da Rosa

Prefeito Municipal

José Thieres Alves Ribeiro

Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

DECRETO 02/2017

DECRETO Nº 02/2017

DESIGNA PREGOEIRO

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis;

RESOLVE

Art. 1º. No exercício 2017, a função de PREGOEIRO será exercida pelo servidor JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO.

Art. 2º. Eventual ausência, impedimento ou impossibilidade do PREGOEIRO será suprida pela atuação do servidor MARCELO EDUARDO TORMEM, nomeado PREGOEIRO SUBSTITUTO.

Art. 3º. A Comissão Permanente de Licitações auxiliará o PREGOEIRO nas atividades incumbidas pelo presente Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Brusque

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 260/2016

LEI COMPLEMENTAR nº 260, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Estabelece o Calendário Fiscal para arrecadação dos tributos municipais, relativos ao exercício de 2017, reajustes e descontos, e dá outras providências.

O PREFEITO DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estabelecido o Calendário Fiscal para arrecadação dos impostos municipais, cujos prazos para recolhimento são os estabelecidos nesta Lei Complementar.

Art. 2º O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, referente exercício de 2017, poderá ser pago em cota única ou mediante parcelamento, conforme segue:

1ª Parcela ou Cota Única – 10/03/17

2ª Parcela – 10/04/17

3ª Parcela – 10/05/17

4ª Parcela – 10/06/17

5ª Parcela – 10/07/17

6ª Parcela – 10/08/17

7ª Parcela – 10/09/17

8ª Parcela – 10/10/17

9ª Parcela – 10/11/17

10ª Parcela – 10/12/17

§ 1º O contribuinte que efetuar o pagamento do I.P.T.U. em Cota Única no vencimento, terá desconto de 20% (vinte por cento) no valor devido.

§ 2º O contribuinte que efetuar o pagamento do I.P.T.U. em 3 (três) parcelas, vencíveis 10 de março, 10 de abril e 10 de maio de 2017, terá desconto de 10% no valor devido.

§ 3º O contribuinte poderá fazer o pagamento do I.P.T.U. em 10 (dez) parcelas mensais, conforme o calendário fiscal descrito no caput, sem qualquer acréscimo no valor devido.

§ 4º Fica estabelecido um desconto de 5% (cinco por cento) sobre o valor do I.P.T.U., referente ao exercício de 2017, do contribuinte que estiver em dia, até o dia 16 de dezembro de 2016, com o I.P.T.U. de 2016 e dos anos anteriores.

§ 5º O valor mínimo das parcelas do I.P.T.U. é de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Art. 3º O Imposto de Serviço de Qualquer Natureza- ISSQN fixo, referente exercício de 2017, deverá ser pago respeitadas as seguintes datas:

1ª parcela ou Cota única – 31/01/2017

2ª parcela – 28/02/2017

3ª parcela – 31/03/2017

4ª parcela – 30/04/2017

5ª parcela – 31/05/2017

6ª parcela – 30/06/2017

Parágrafo único. O valor mínimo das parcelas do ISSQN é de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Art. 4º O vencimento, em cota única da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento - T.L.L.F., referente exercício de 2017, será em 31/01/2017.

Art. 5º Os valores dos tributos municipais serão reajustados em 9,15% (nove inteiros e quinze décimos por cento), referente ao I.N.P.C. (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de outubro/2015 a setembro/2016).

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de dezembro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 11.506/2017

PORTARIA nº 11.506, 02 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Dirceu Marchiori para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-IV, como Diretor, lotado no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de janeiro de 2017.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jonas Oscar Paegle

Prefeito Municipal

Mário Wilson da Cruz Mesquita

Procurador Geral do Município

Ciro Marcial Roza

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.507/2017

PORTARIA nº 11.507, 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Controlador-Geral.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Ordinária n. 3.248/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Aurinho Silveira de Souza para ocupar o cargo de Agente Político, Símbolo AP, como Controlador-Geral do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de janeiro de 2017.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jonas Oscar Paegle
Prefeito Municipal

Mário Wilson da Cruz Mesquita
Procurador Geral do Município

Ciro Marcial Roza
Chefe de Gabinete do Prefeito

Caçador

PREFEITURA

PORTARIA Nº 27.558

PORTARIA Nº 27.558, de 30 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 3º, inciso I, da Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobreaviso, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONVOCAR as Servidoras Públicas Municipais, lotadas na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para comporem ESCALA para prestação de serviço sob o regime de SOBREAVISO, durante o mês de janeiro de 2017, especificando data, dia da semana correspondente, período, número de horas da escala e nomes das Servidoras responsáveis:

Data	Dia da semana	Período	Nº Horas	Servidora em Sobreaviso
01	Domingo	17h00-08h00	15hs	Neiva Vieceli
02	Segunda-feira	19h00-08h00	13hs	Elizete Farias
03	Terça-feira	19h00-08h00	13hs	Neiva Vieceli
04	Quarta-feira	19h00-08h00	13hs	Isolete Farias
05	Quinta-feira	19h00-08h00	13hs	Neiva Vieceli
06	Sexta-feira	17h00-17h00	24hs	Isolete Farias
07	Sábado	17h00-17h00	24hs	Elizete Farias
08	Domingo	17h00-08h00	15hs	Cleony Figur
09	Segunda-feira	19h00-08h00	13hs	Neiva Vieceli
10	Terça-feira	19h00-08h00	13hs	Elizete Farias
11	Quarta-feira	19h00-08h00	13hs	Cleony Figur
12	Quinta-feira	19h00-08h00	13hs	Neiva Vieceli
13	Sexta-feira	17h00-17h00	24hs	Isolete Farias
14	Sábado	17h00-17h00	24hs	Elizete Farias
15	Domingo	17h00-08h00	15hs	Isolete Farias
16	Segunda-feira	19h00-08h00	13hs	Neiva Vieceli
17	Terça-feira	19h00-08h00	13hs	Elizete Farias
18	Quarta-feira	19h00-08h00	13hs	Isolete Farias
19	Quinta-feira	19h00-08h00	13hs	Neiva Vieceli
20	Sexta-feira	17h00-17h00	24hs	Isolete Farias
21	Sábado	17h00-17h00	24hs	Elizete Farias
22	Domingo	17h00-08h00	15hs	Cleony Figur
23	Segunda-feira	19h00-08h00	13hs	Neiva Vieceli
24	Terça-feira	19h00-08h00	13hs	Elizete Farias
25	Quarta-feira	19h00-08h00	13hs	Cleony Figur
26	Quinta-feira	19h00-08h00	13hs	Neiva Vieceli
27	Sexta-feira	17h00-17h00	24hs	Isolete Farias
28	Sábado	17h00-17h00	24hs	Elizete Farias
29	Domingo	17h00-08h00	15hs	Isolete Farias
30	Segunda-feira	19h00-08h00	13hs	Neiva Vieceli
31	Terça-feira	19h00-08h00	13hs	Elizete Farias

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.559

PORTARIA Nº 27.559, de 30 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, e art. 60, I, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença para tratamento de saúde aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, ocupantes de cargos efetivos e cargos comissionados, lotados nas diversas Secretarias Municipais, especificando código, nome do servidor, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

I – LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EFETIVOS:

Código	Nome	Cargo	Total de Dias	Período – A Contar de:
6833	Cássia Regina Garcia Maciel	Servente Educação	04 dias	01/12/2016 a 04/12/2016
14599	Francine de Matias	Assistente Administrativo	14 dias	05/12/2016 a 18/12/2016
14599	Francine de Matias	Assistente Administrativo	04 dias	19/12/2016 a 22/12/2016
11002	Ivanir Lurdes Heckler Andrade	Auxiliar Serviços Gerais	90 dias	01/12/2016 a 28/02/2017
14087	Jaisson Augusto Cruz Martins	Operador de Estação Aeronáutica	45 dias	09/12/2016 a 22/01/2017
342	João Pedro Soares	Motorista Caminhão	180 dias	02/12/2016 a 30/05/2017
1039	Juçara Schneider Muller João	Assistente Social	03 dias	19/12/2016 a 21/12/2016
1039	Juçara Schneider Muller João	Assistente Social	02 dias	22/12/2016 a 23/12/2016
10831	Kátia Possamai	Enfermeiro 35h	05 dias	05/12/2016 a 09/12/2016
10831	Kátia Possamai	Enfermeiro 35h	09 dias	10/12/2016 a 18/12/2016
1081	Lindamir Souza Silveira	Agente de Serviços e Obras Públicas	07 dias	12/12/2016 a 18/12/2016
4999	Marisa Aparecida Goes	Auxiliar Serviços Gerais	19 dias	23/12/2016 a 10/01/2017
110	Rute Klava Silva	Auxiliar de Enfermagem	20 dias	12/12/2016 a 31/12/2016
229	Sélia Fátima Pandini	Atendente de Enfermagem	60 dias	20/12/2016 a 17/02/2017
10928	Serly de Goes dos Santos	Auxiliar Serviços Gerais	08 dias	16/12/2016 a 23/12/2016
1963	Silvio dos Santos Varela	Operador de Máquinas	10 dias	08/12/2016 a 17/12/2016
588	Sueli Ribeiro	Servente Educação	178 dias	22/12/2016 a 17/06/2017
10476	Veroni Terezinha Correa Zambonin	Auxiliar em Saúde Bucal	Indeterminado até realização de perícia médica	05/12/2016

II – LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE CARGOS COMISSIONADOS:

Código	Nome	Cargo	Total de Dias	Período – A Contar de:
14048	Carlos Alberto Pegoraro	Diretor PROCON	15 dias	23/12/2016 a 06/01/2017

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.560

PORTARIA Nº 27.560, de 30 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados e/ou em exercício nas diversas Secretarias Municipais, o pagamento de serviço extraordinário – HORAS EXTRAS, prestado no período de 15/11/2016 a 14/12/2016 e 01/11/2016 a 30/11/2016 (Secretaria da Saúde), especificando código, nome, cargo e quantidade de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de Horas
14100	Acir dos Santos	Agente Serviços e Obras Especiais	63hs20min
5065	Adão Ortiz de Goes	Carpinteiro	114hs10min
1964	Adelar Geraldo Piran	Motorista Caminhão	60hs00min
14596	Adriana Bento Grobe	Enfermeiro 35hs	30hs40min

12875	Adriele Belli Carlim Danese	Assistente Administrativo	30hs03min
10788	Aires Roberta da Rosa	Enfermeiro 35hs	40hs00min
324	Aldair José de Lima	Operador de Máquinas	40hs00min
1836	Aldecir Barp	Motorista Caminhão	47hs17min
7987	Alessandro Gonçalves	Agente Municipal de Segurança	40hs00min
14081	Alessandro Luis Ribeiro	Agente de Serviços e Obras Especiais	55hs10min
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	Motorista Caminhão	60hs00min
7739	Alice Loreni Gomes de Lafavera	Técnico em Enfermagem	51hs15min
476	Altair Jorge Machado	Mecânico	23hs10min
10947	Altamiro Figueiroa	Auxiliar Serviços e Obras Públicas	10hs00min
1453	Alvaro Santos de Castro	Motorista Caminhão	60hs00min
3382	Anderson José de Oliveira	Eletricista	07hs00min
14092	Anderson Roberto Goes	Pedreiro	10hs00min
14079	Andre Leonardo Mazzotti	Motorista	60hs00min
14073	Andressa Quintino da Silva	Auxiliar de Enfermagem	19hs32min
504	Antonio Carlos Castilho	Auxiliar de Contabilidade	60hs00min
1384	Antonio Vanderlei Pires	Auxiliar de Serviços Gerais	20hs28min
14670	Bruna Coelho de Rosario de Jesus	Auxiliar de Enfermagem	04hs00min
4953	Camilo Paganini	Operador Manutenção Edificações	14hs38min
10775	Candice Valeida Goltz	Enfermeiro 35hs	22hs23min
10940	Carla Andressa Vierzbicki	Assistente Administrativo	120hs00min
9691	Carlos Antonio Arruda Wagner	Analista de Sistemas	18hs00min
11809	Clairton Mario Correa	Auxiliar de Enfermagem ESF	34hs18min
831	Clarice Abrão	Atendente de Enfermagem	40hs00min
8413	Claudete Maria Bento Corrente	Enfemeiro 35hs	24hs27min
10297	Cláudio Sônego	Agente Municipal de Segurança	11hs00min
10302	Cristiano Reinaldo Rodrigues Fernandes	Agente Municipal de Segurança	22hs00min
14059	Daniela Susin	Técnico em Enfermagem	34hs43min
14089	Daniele Cristiane Ferreira Leites	Educador Social	54hs30min
364	Delma Leticia Dri Ficagna	Auxiliar de Enfermagem	40hs00min
14598	Diego Alves de Moura	Agente Municipal de Segurança	10hs00min
7993	Diogo Borges Barbosa	Agente Municipal de Segurança	18hs00min
12794	Doraci de Jesus Soares	Auxiliar de Enfermagem	37hs07min
2027	Edezio Recalcatti	Motorista Caminhão	60hs00min
10292	Edgar Aimi	Agente Municipal de Segurança	12hs00min
11217	Edineia Aparecida da Silva Batista	Auxiliar de Enfermagem	07hs00min
14102	Edson Luiz Silveira	Operador de Máquinas	38hs00min
7991	Eduardo de Bittencourt	Agente Municipal de Segurança	12hs00min
14108	Eliane Maria Furtado Alves Carlin Navroski	Auxiliar de Enfermagem	35hs57min
9497	Elisiane Cardoso da Piedade	Auxiliar de Serviços Gerais	06hs00min
7744	Elizandra Diedrich	Técnico em Enfermagem	30hs17min
8612	Elizeni Batista Amaral	Auxiliar Serviços Gerais	50hs00min
7785	Elizete Farias	Assistente Social	22hs00min
103	Eltes Francisco Sinhorin	Motorista Gabinete	60hs00min
3745	Erenilda Americano	Recepcionista	36hs08min
11139	Eunice Misayo Ueda	Assistente Administrativo	22hs00min
14505	Eveline Molin Gheller	Educador Social	14hs50min
2504	Ezio Ferreira dos Santos	Auxiliar Serviços Agrícolas e Fl.	12hs00min
14078	Fabiano Midginski	Motorista	60hs00min
14086	Fábio Barbosa de Miranda	Educador Social	44hs00min
9200	Fábio de Lima Garcia	Agente Municipal de Segurança	20hs00min
14122	Fabio José Cordeiro	Motorista Caminhão	10hs00min
4081	Fátima Rozana Gomes Damaceno	Auxiliar Serviços Gerais	60hs00min
8336	Fernando Antonio Sinhorin	Agente Municipal de Segurança	12hs00min
14606	Franciely Martins Fruhauf	Enfermeiro 35hs	12hs38min
769	Geni Aparecida dos Santos	Auxiliar Serviços Gerais	21hs05min
14122	Gustavo Alves da Silva	Agente de Serviços e Obras Especiais	10hs00min
9195	Gustavo Pedrotti Boscari	Agente Municipal de Segurança	28hs00min
10485	Helio Luiz Wirschum	Auxiliar Serviços Agric. Florestais	40hs00min
14077	Henrique Lenardt Junior	Motorista	60hs00min
1517	Iria dos Prazeres de Souza	Auxiliar Serviços Gerais	14hs00min
1439	Isaac Alves de Mello	Guarda Patrimonial Municipal	20hs00min
1899	Itamar Abreu do Nascimento	Motorista Caminhão	10hs00min
1210	Ivanir Baseggio	Operador de Máquinas	60hs00min

7707	Ivanir Weber	Auxiliar em Saúde Bucal	36hs23min
7742	Ivone Zolner Lara	Técnico em Enfermagem	45hs53min
14114	Jair de Azeredo	Motorista	45hs07min
14588	Janaina Cristina Salles da Silva	Auxiliar de Enfermagem	25hs12min
3361	Janete Lisboa Velasques	Fiscal Sanitarista	18hs30min
1347	Joao Maria Hornburg	Auxiliar de Serviços Gerais	60hs00min
1311	Joel Monteiro	Agente Serviços Agrícolas e Flor.	40hs00min
11890	Jorge Jair de Moura Borges	Enfermeiro ESF	40hs00min
2501	José Adelir Soares	Auxiliar Serviços Agrícolas e Flor.	10hs30min
896	José Alves Ribeiro	Auxiliar de Serviços Gerais	24hs00min
9201	José Augusto Moreira Prado	Agente Municipal de Segurança	24hs00min
888	José Osni Batista	Operador de Máquinas	33hs50min
14583	Jose Ricardo Kuhn	Motorista de Caminhão	60hs00min
10942	Josiane B da Silva Criminacio de Lima	Assistente Administrativo	25hs00min
14691	Josiane Lopes Pasquali	Auxiliar de Enfermagem	21hs27min
674	Joventino Rodrigues dos Passos	Agente de Serviços e Obras Públicas	48hs00min
10787	Juliana Aparecida Cordeiro	Técnico em Enfermagem	40hs00min
932	Juracema Teodoro	Auxiliar de Serviços Gerais	40hs00min
10774	Karin Rech dos Santos	Auxiliar de Administração	73hs55min
10457	Katia Cilene Bronner	Auxiliar em Saúde Bucal	40hs00min
10831	Katia Possamai	Enfermeiro 35hs	12hs42min
14115	Lais Suellen Nascimento dos Santos	Educador Social	51hs50min
912	Laurindo Rodrigues	Motorista	40hs00min
7981	Laurita Aparecida Faustino Aimi	Técnico em Enfermagem	40hs18min
7704	Leonice Candiago	Auxiliar de Serviços Gerais	24hs37min
10470	Liriane Capelin	Telefonista	22hs00min
14277	Liriane Marques de Lima	Auxiliar de Enfermagem ESF	12hs13min
12590	Loraine Borghetti Rotta	Auxiliar de Enfermagem ESF	40hs00min
11055	Luciana Aparecida Cristaldo	Auxiliar em Saúde Bucal	40hs00min
8339	Luciara Garcez Coelho	Agente Municipal de Segurança	12hs00min
11751	Lucimara Ribeiro	Assistente Administrativo	18hs00min
11032	Luiz Antonio Wanciw	Auxiliar de Enfermagem	40hs00min
7824	Maicon Sgarbossa	Enfermeiro 35hs	40hs00min
7784	Mara Rubia Cordeiro	Auxiliar de Serviços Gerais	30hs03min
11812	Marcia de Oliveira Guedes	Auxiliar de Enfermagem ESF	14hs03min
1214	Marcio Bassani	Motorista Caminhão	60hs00min
2522	Marcos Cordeiro	Auxiliar Serviços Agrícolas e Fl.	10hs00min
9385	Maria Eva Martins da Silva Soares	Auxiliar de Serviços Gerais	36hs53min
9393	Maria Helena Moreira Magalhães	Auxiliar de Serviços Gerais	29hs22min
11216	Maria Lourdes Khum Amancio	Auxiliar de Enfermagem	16hs32min
9488	Maria Lucia Batista Piran	Auxiliar de Serviços Gerais	36hs00min
10459	Marilena Tibes Kemp	Auxiliar em Saúde Bucal	19hs10min
3517	Mario da Silva Medeiros	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	10hs00min
10816	Marjuri Paula Sgarbossa Bon	Enfermeiro 35hs	30hs00min
12602	Maurício Balduan	Agente Municipal de Segurança	12hs00min
8331	Monica Michele Witiuk	Técnico em Saúde Bucal	40hs00min
1271	Neide Terezinha Oliveira Broch	Auxiliar de Enfermagem	08hs17min
1846	Nery Franklin da Silva Junior	Motorista Caminhão	11hs03min
14105	Nilton Goes Junior	Agente Serviços e Obras Especiais	63hs20min
731	Odete Crivilatti	Atendente de Enfermagem	37hs20min
569	Oracides Pires de Camargo	Agente de Serviços Agrícolas e Florestais	96hs00min
1993	Parcival Antônio Pinzigher	Motorista Caminhão	60hs00min
10099	Paulo Voleinik	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	10hs00min
14080	Petras dos Santos	Motorista	60hs00min
14513	Priscilla Nunes	Educador Social	40hs00min
13364	Raysa Yumi Tonegawa Moro	Fisioterapeuta ESF	40hs00min
8479	Rejane Serafini	Enfermeiro 35hs	38hs17min
14088	Rodrigo de Paula	Motorista	11hs00min
14106	Rubens Jofre Goes	Agente Serviços e Obras Especiais	106hs20min
1133	Rubens Reis da Silva	Odontólogo	30hs00min
2628	Rui Mattana	Operador Máquinas Pesadas	60hs00min
9699	Saete Noll	Auxiliar Serviços Gerais	40hs00min
1720	Sandro José Neres da Rocha	Motorista	160hs00min
7746	Santina Piacentini	Auxiliar Serviços Gerais	60hs00min

3437	Sayonara Galina	Auxiliar de Enfermagem	40hs00min
2648	Seleme Luiz Scolaro	Motorista Caminhão	60hs00min
14697	Sidnei Cardoso	Advogado do CREAS	14hs00min
10452	Simone Maria Foscarini	Auxiliar de Administração	45hs00min
14083	Tarcísio Roberto Cavalcante	Motorista	60hs00min
10785	Vagner Gonçalves	Técnico em Enfermagem	45hs23min
1849	Valdeci Vieira de Alvarenga	Motorista	60hs00min
749	Valdecir José Pereira da Silva	Motorista de Caminhão	60hs00min
962	Valdir Antonio Teles de Oliveira	Operador de Máquinas	40hs00min
14612	Vanessa Petrykowski	Enfermeiro 35hs	17hs30min
1376	Veroni Salete Dalaqua	Auxiliar de Enfermagem	40hs00min
1179	Vilma de Souza Mello Jarschel	Auxiliar de Enfermagem	40hs00min
2497	Vilmar Goes	Auxiliar Serviços Agrícolas e Florestais	116hs00min
1535	Vilmar Miguel Dobner	Motorista Utilitário	51hs45min
444	Vitor Hugo de Lima	Assistente Administrativo	40hs00min
11814	Wania Aline Figura	Enfermeiro ESF	36hs50min
10790	Willian Cardoso Ribeiro	Enfermeiro 35hs	24hs13min
14076	Willian Gualberto Werle	Motorista	60hs00min
12588	Willian Schroder	Enfermeiro ESF	10hs00min

Art. 2º. CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados e/ou em exercício na Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA, o pagamento de serviço extraordinário – HORAS EXTRAS, prestado no período de 15/11/2016 a 14/12/2016, especificando código, nome, cargo e quantidade de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de Horas
118	Andréia D´Agostini	Auxiliar Serviços e Obras Especiais	06hs00min
51	Adair Ferreira da Luz	Auxiliar Serviços Gerais	40hs00min
121	Cristiane Aparecida do Amaral Berbehk	Auxiliar Serviços Gerais	18hs00min
104	Fernanda Alves	Auxiliar Serviços Gerais	30hs00min
115	João Rodrigo de Souza	Auxiliar Serviços e Obras Especiais	05hs40min
60	Rosely Aparecida Gribinski	Auxiliar Serviços Gerais	40hs00min
61	Solange Vieira da Silva	Auxiliar Serviços Gerais	40hs00min

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.561

PORTARIA Nº 27.561, de 30 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores abaixo relacionados, em razão de faltas injustificadas no período de 01/11/2016 a 30/11/2016 na Secretaria de Saúde e de 15/11/2016 a 14/12/2016 nas demais Secretarias e órgãos Municipais, especificando código, nome, cargo, quantidade de horas e Secretaria/Órgão de lotação e/ou exercício, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Nº de Horas	Secretaria/Órgão
11854	Ana Paula Petrovich	Agente Comunitário de Saúde	04hs28min	615 - Saúde
1771	Aurélio Luiz Arrabar	Odontólogo	04hs00min	517 - Saúde
14609	Brasilton Neves do Nascimento Junior	Professor Ensino Fundamental II	04hs00min	016 - Educação
12038	Camila Domingues de Souza	Auxiliar em Saúde Bucal ESF	03hs38min	518 - Saúde
13983	Cybelli Aparecida Ribeiro dos Santos	Agente Comunitário de Saúde	24hs00min	615 - Saúde
7708	Deise Cristina Ferreira Bourscheit	Auxiliar em Saúde Bucal	07hs35min	518 - Saúde
14259	Diego Clemente Cavalett	Auxiliar em Biblioteca Nív. F.	08hs00min	005 - Educação

11937	Dirce Teresinha Mantovani	Agente Comunitário de Saúde	32hs38min	616 - Saúde
12021	Eliane Gouveia	Agente Comunitário de Saúde	20hs17min	618 - Saúde
14120	Evonei Cassiano Barroso	Agente de Serviços e Obras Especiais	48hs00min	003 - Infraestrutura
769	Geni Aparecida dos Santos	Auxiliar Serviços Gerais	08hs50min	510 - Saúde
14119	Gilmar Jorge Fernandes de Lara	Agente Serviços e Obras Especiais	12hs00min	003 - Infraestrutura
12614	Graziele Avila de Oliveira	Agente Comunitário de Saúde	08hs27min	607 - Saúde
13971	Janaina Ester Oliveira	Agente Comunitário de Saúde	20hs02min	608 - Saúde
13977	Jéssica Padilha	Agente Comunitário de Saúde	32hs28min	630 - Saúde
1302	José Osni Guaripuna	Auxiliar de Biblioteca	24hs00min	005 - Educação
621	José Roberto Queiroz	Médico 20hs	12hs00min	513 - Saúde
13979	Kassia de Lima	Agente Comunitário de Saúde	28hs30min	005 - Educação
14037	Lindamir Teresinha Kuracz	Agente Comunitário de Saúde	04hs00min	619 - Saúde
7684	Luiz Eduardo Ruppel	Auxiliar de Administração	12hs00min	030 - Educação
14425	Maike Amancio Zeigler	Professor Ensino Fundamental II	04hs00min	016 - Educação
7784	Mara Rubia Cordeiro	Auxiliar Serviços Gerais	05hs02min	512 - Saúde
4741	Mariane Rafaela Seidel	Bioquímico 20hs	04hs00min	511 - Saúde
13891	Meghi Cristine Nizer	Agente Comunitário de Saúde	20hs20min	620 - Saúde
14243	Patricia Ribeiro Alves	Professor Ensino Fundamental I	16hs00min	016 - Educação
3293	Rejane Terezinha Faedo	Professor Ensino Fundamental II	04hs00min	016 - Educação
1071	Romney Riedi	Professor Ensino Fundamental II	04hs00min	016 - Educação
3262	Rosângela Cristina Malat	Assistente Social	12hs55min	534 - Saúde
8428	Roseli Bora	Servente Educação	04hs00min	005 - Educação
14640	Rosete Vebber da Silva Ferlin	Professor Ensino Fundamental II	08hs00min	016 - Educação
10764	Sandra Aparecida Correa	Enfermeiro 35hs	26hs27min	512 - Saúde
11869	Sandra de Fatima Ribeiro	Agente Comunitário de Saúde	04hs55min	619 - Saúde
11968	Silvana Aparecida Santana de Moraes	Agente Comunitário de Saúde	32hs18min	610 - Saúde
13585	Susileide Daniele Rodrigues Putti	Odontólogo – ESF	05hs42min	572 - Saúde
786	Vilmar Moreira dos Santos	Agente de Serviços e Obras Públicas	06hs00min	003 - Infraestrutura
10484	Vinicius Alexandre Soares	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Fl.	06hs00min	007 - Agricultura

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.562

PORTARIA nº 27.562, de 30 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados e/ou em exercício nas diversas Secretarias Municipais e órgãos da Administração Pública, o pagamento de ADICIONAL NOTURNO prestado no período de 15/11/2016 a 15/12/2016, e no período de 01/11/2016 a 31/11/2016 para servidores da Secretaria Municipal da Saúde, especificando código, nome do servidor, cargo e quantidade de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
1964	Adelar Geraldo Piran	Motorista Caminhão	22h10min
10788	Aires Roberta da Rosa	Enfermeiro – 35h	09h13min
1836	Aldecir Barp	Motorista Caminhão	20h35min
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	Motorista Caminhão	05h22min
7739	Alice Loreni Gomes de Lafavera	Técnico em Enfermagem	19h12min
2512	Altino Inácio Carneiro	Auxiliar Serviços Agrícolas e Florestais	03h00min
1453	Álvaro Santos de Castro	Motorista Caminhão	34h32min

14079	André Leonardo Mazzotti	Motorista	31h12min
8628	Angela Knebel	Agente Municipal de Segurança	75h00min
11809	Clairton Mário Correa	Auxiliar de Enfermagem – ESF	19h18min
831	Clarice Abrão	Atendente de Enfermagem	100h47min
8413	Claudete Maria Bento Corrente	Enfermeiro – 35h	09h13min
10297	Cláudio Sônego	Agente Municipal de Segurança	75h00min
10302	Cristiano Reinaldo Rodrigues Fernandes	Agente Municipal de Segurança	144h00min
576	Daniel Pires de Camargo	Agente Serviços Agrícolas e Florestais	144h00min
14059	Daniela Susin	Técnico em Enfermagem	09h13min
364	Delma Letícia Dri Ficagna	Auxiliar de Enfermagem	19h43min
1303	Dioclécio Alves de Moura	Motorista Caminhão	114h00min
7993	Diogo Borges Barbosa	Agente Municipal de Segurança	144h00min
1240	Dirceu Ferreira da Luz	Auxiliar Serviços Gerais	105h00min
12974	Doraci de Jesus Soares	Auxiliar Enfermagem	12h15min
2027	Edézio Recalcatti	Motorista Caminhão	53h12min
10292	Edgar Aimi	Agente Municipal de Segurança	144h00min
14108	Eliane Maria Furtado Alves Carlin Navroski	Auxiliar Enfermagem	06h05min
7744	Elizandra Diedrich	Técnico em Enfermagem	01h03min
103	Eltes Francisco Sinhorin	Motorista Gabinete do Prefeito	58h13min
14505	Eveline Molin Gheller	Educador Social	08h00min
14594	Everton Zeni	Médico Plantonista	48h00min
14078	Fabiano Midginski	Motorista	40h08min
14086	Fábio Barbosa de Miranda	Educador Social	120h00min
4081	Fátima Rozana Gomes Damaceno	Auxiliar Serviços Gerais	104h00min
8336	Fernando Antônio Sinhorin	Agente Municipal de Segurança	144h00min
9195	Gustavo Pedrotti Boscari	Agente Municipal de Segurança	144h00min
14077	Henrique Lenardt Júnior	Motorista	40h13min
1517	Iria dos Prazeres de Souza	Auxiliar Serviços Gerais	74h00min
7707	Ivanir Weber	Auxiliar em Saúde Bucal	27h40min
7742	Ivonete Zollner Lara	Técnico em Enfermagem	01h58min
14114	Jair de Azeredo	Motorista Utilitário	05h50min
14666	Janaína Cristina Salles da Silva	Auxiliar de Enfermagem	02h23min
1347	João Maria Hornburg	Auxiliar Serviços Gerais	144h00min
11890	Jorge Jair de Moura Borges	Enfermeiro – ESF	24h33min
14583	José Ricardo Kuhn	Motorista Caminhão	07h28min
674	Joventino Rodrigues dos Passos	Agente Serviços e Obras Públicas II	98h00min
10787	Juliana Aparecida Cordeiro	Técnico em Enfermagem	09h17min
932	Juracema Teodoro	Auxiliar Serviços Gerais	00h08min
10457	Kátia Cilene Bronner	Auxiliar em Saúde Bucal	18h27min
10831	Kátia Possamai	Enfermeiro – 35h	09h13min
14115	Laís Suellen Nascimento dos Santos	Educador Social	71h00min
14277	Liriane Marques de Lima	Auxiliar de Enfermagem – ESF	09h13min
12590	Loraine Borghetti Rotta	Auxiliar de Enfermagem – ESF	08h28min
11055	Luciana Aparecida Cristaldo	Auxiliar em Saúde Bucal	18h27min
405	Luciano Coluzzi	Auxiliar Serviços Gerais	06h13min
3384	Lucimeri Aparecida Vieira da Silva	Auxiliar Serviços Gerais	240h00min
11032	Luiz Antonio Wanciw	Auxiliar de Enfermagem	102h15min
11812	Márcia de Oliveira Guedes	Auxiliar de Enfermagem – ESF	01h13min
1214	Márcio Bassani	Motorista Caminhão	34h43min
9385	Maria Eva Martins da Silva Soares	Auxiliar Serviços Gerais	09h13min
9393	Maria Helena Moreira Magalhães	Auxiliar Serviços Gerais	00h17min
13465	Marilei Dallagnol	Assistente Administrativo	73h07min
14649	Matheus Lobato Farinon	Médico – ESF	40h00min
12602	Maurício Bolduan	Agente Municipal de Segurança	144h00min
8331	Mônica Michele Witiuk	Técnico em Saúde Bucal	18h27min
731	Odete Crivilatti	Atendente de Enfermagem	01h42min
14131	Pablo Augusto Gehlen	Médico – 20h	64h00min
11886	Paula Francielly Zitkiewicz	Enfermeiro – ESF	18h27min
856	Paulo César Jarschel	Atendente de Enfermagem	01h23min
14080	Petras dos Santos	Motorista	31h27min
14513	Priscilla Nunes	Educador Social	56h00min
14503	Rafael Stecca Martins	Médico Plantonista	88h00min
13370	Raphael Salgado Pedroso	Médico – 20h	40h00min
8479	Rejane Serafini	Enfermeiro – 35h	91h33min

14129	Rodrigo Rocha da Silva	Médico Plantonista	72h00min
10764	Sandra Aparecida Correa	Enfermeiro - 35hs	73h07min
12603	Sandro Claudinei Kieski	Agente Municipal de Segurança e Trânsito	144h00min
1720	Sandro José Neres da Rocha	Motorista Caminhão	07h18min
7746	Santina Piacentini	Auxiliar Serviços Gerais	112h00min
3437	Sayonara Galina	Auxiliar de Enfermagem	03h12min
10785	Vagner Gonçalves	Técnico em Enfermagem	101h53min
1849	Valdeci Vieira de Alvarenga	Motorista	16h07min
749	Valdecir José Pereira da Silva	Motorista Caminhão	37h32min
1179	Vilma de Souza Mello Jarschel	Auxiliar de Enfermagem	35h55min
1535	Vilmar Miguel Dobner	Motorista Utilitário	11h28min
11814	Wania Aline Figura	Enfermeiro – ESF	18h27min
10790	Wilian Cardoso Ribeiro	Enfermeiro – 35h	18h27min
14076	Wilian Gualberto Werle	Motorista	32h45min
12588	Willian Schroder	Enfermeiro – ESF	04h57min
14052	Youssef Elias Ammar	Médico Plantonista	88h00min

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.563

PORTARIA Nº 27.563, de 30 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 117, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com redação da Lei Complementar nº 137, de 24/11/2008,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, especificando código, nome, cargo e data de início da licença, conforme documentação apresentada:

Código	Nome	Cargo	A contar de:
6814	Jaqueline Carneiro Pinzegher	Fiscal Tributaria	15/12/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.564

PORTARIA Nº 27.564, de 30 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 3º, inciso I, da Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobreaviso, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados na Secretaria Municipal da Saúde, nos Setores de Vigilâncias Sanitária e Epidemiológica, e na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, pagamento da prestação de serviço sob o regime de SOBREAVISO, prestado durante o mês de dezembro de 2016, especificando código, nomes, cargos e quantidade de horas, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Nº Horas
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	Motorista Caminhão	216hs00min
10463	Alice Regina Sturmer Blank	Bioquímico	78hs00min
3287	Andrea Rui Pistore	Tecnólogo em Alimentos	78hs00min

14597	Elisa Regina Kruguer Possenti	Técnico em Enfermagem	216hs00min
15	Giovani Ernandes Teles de Oliveira	Agente Serviços Agrícolas e Flor.	198hs00min
6301	Nilo Sérgio Luz Amarin	Engenheiro Civil	78hs00min
7828	Pollyana Sibeli Gioppo	Farmacêutico	152hs00min
10961	Renata Cristina da Silva Favarão	Assistente Administrativo	180hs00min
1065	Waltraud Warken Zardo	Auxiliar de Enfermagem	216hs00min
2512	Altino Inácio Carneiro	Auxiliar Serviços Agrícolas e Florestais	192hs00min
892	Cleony Lopes Barbosa Figur	Assistente Social 20hs	128hs00min
7785	Elizete Farias	Assistente Social	176hs00min
7670	Isolete Renon Farias	Assistente Social	57hs00min
7848	Neiva Viecei	Assistente Social	137hs00min

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Camboriú

PREFEITURA

PORTARIAS Nº 19 AO 22 E 24

PORTARIA Nº 019/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

“Designa Comissão Permanente de Licitações, para as modalidades Tomada de Preços e Concorrência Pública da Prefeitura Municipal de Camboriú e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base no art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores EMERSON HAENDCHEN VIDAL, MARCELA VIDAL ELEUTERIO, CARLOS ALBERTO GHIORZI e MARCELO VINICIUS DA SILVA, para comporem, sob a presidência do primeiro, secretariado pela segunda, a Comissão Permanente de Licitações, para as modalidades Tomada de Preços e Concorrência Pública da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor em 03 de janeiro de 2017, revogando as Portarias de nº 1.706/2015 e 574/2016.

PAÇO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, ESTADO DE SANTA CATARINA, DOIS DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 020/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

“Designa Comissão Permanente de Licitações, para a modalidade Convite, também para Dispensas de Licitação (Chamamento/ Chamadas Públicas, entre outras) e Inexigibilidade de Licitação da Prefeitura Municipal de Camboriú e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base no art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores LUIZ ARMANDO DECEZARO, LUCIANE COITO DOS SANTOS, JOSUÉ BENTO e LEONARDO TEIXEIRA, para comporem, sob a presidência do primeiro, secretariado pela segunda, a Comissão Permanente de Licitações, para a modalidade Convite, e também para Dispensas de Licitação (Chamamento/ Chamadas Públicas, entre outras) e Inexigibilidade de Licitação da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor em 03 de janeiro de 2017, revogando as Portarias de nº 1.706/2015 e 1.708/2015.

PAÇO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, ESTADO DE SANTA CATARINA, DOIS DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 021/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

“Nomeia o Pregoeiro Oficial e respectiva equipe de apoio para a realização de licitação, na modalidade pregão, no âmbito do poder executivo do município de Camboriú-SC, especificamente para o

Fundo Municipal de Saúde, para os exercícios de 2017 e 2018”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base no art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado o Pregoeiro Oficial e respectiva Equipe de apoio para a realização da licitação, da modalidade Pregão, no âmbito do Poder Executivo deste Município de Camboriú-SC, especificamente para o Fundo Municipal de Saúde, no decorrer de 2017 e 2018, conforme abaixo identificado pelos seguintes membros:

- PREGOEIRO OFICIAL: GILMAR DA SILVA

- EQUIPE: PAULA PICCOLI MERICO
CARINA GOULART WAGNER

Art. 2º. Caberá ao Pregoeiro Oficial e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento de propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, e deverá cumprir aos princípios gerais de direito público, em especial, as regras e determinações instituídas pela Lei nº 10.520 de 17/07/2002, consoante as alterações que lhe forem dadas.

Art. 3º. - Esta Portaria entra em vigor em 03 de janeiro de 2017, revogando as Portarias de nº 1.702/2015 e 1.706/2015.

PAÇO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, ESTADO DE SANTA CATARINA, DOIS DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 022/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

“Nomeia o Pregoeiro Oficial e respectiva equipe de apoio para a realização de licitação, na modalidade pregão, no âmbito do poder executivo do município de Camboriú-SC, especificamente para o Fundo Municipal de Assistência Social e para as Fundações Municipais: de Esportes; Cultural, e de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM, para os exercícios de 2017 e 2018”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base no art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado o Pregoeiro Oficial e respectiva Equipe de apoio para a realização da licitação, da modalidade Pregão, no âmbito do Poder Executivo deste Município de Camboriú-SC, especificamente para o Fundo Municipal de Assistência Social e para as Fundações Municipais: de Esportes; Cultural, e de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM, no decorrer de 2017 e 2018, conforme abaixo identificado pelos seguintes membros:

- PREGOEIRO OFICIAL: LUIZ ARMANDO DECEZARO

- EQUIPE: SUZETE TEIXEIRA RODRIGUES
GABRIEL DA SILVA DUARTE

Art. 2º. Caberá ao Pregoeiro Oficial e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento de propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, e deverá cumprir aos princípios gerais de direito público, em especial, as regras e determinações instituídas pela Lei nº 10.520 de 17/07/2002, consoante as alterações que lhe forem dadas.

Art. 3º. - Esta Portaria entra em vigor em 03 de janeiro de 2017, revogando as Portarias de nº 1.705/2015 e 1.706/2015.

PAÇO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, ESTADO DE SANTA CATARINA,
DOIS DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 024/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

“Nomeia a Pregoeira Oficial e respectiva equipe de apoio para a realização de licitação, na modalidade pregão, no âmbito do poder executivo do município de Camboriú-SC, especificamente para a Prefeitura Municipal de Camboriú, para os exercícios de 2017 e 2018”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base no art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada a Pregoeira Oficial e respectiva Equipe de apoio para a realização da licitação, da modalidade Pregão, no âmbito do Poder Executivo deste Município de Camboriú-SC, especificamente para a Prefeitura Municipal de Camboriú, no decorrer de 2017 e 2018, conforme abaixo identificado pelos seguintes membros:

- PREGOEIRA OFICIAL: TANIA REGINA KALNIN

- EQUIPE: EMERSON HAENDCHEN VIDAL
NANIAS BENEVENUTTI

Art. 2º. Caberá ao Pregoeiro Oficial e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento de propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, e deverá cumprir aos princípios gerais de direito público, em especial, as regras e determinações instituídas pela Lei nº 10.520 de 17/07/2002, consoante as alterações que lhe forem dadas.

Art. 3º. - Esta Portaria entra em vigor em 03 de janeiro de 2017, revogando a Portaria de nº 1.706/2015 e 135/2016.

PAÇO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, ESTADO DE SANTA CATARINA,
DOIS DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Campos Novos

PREFEITURA

PORTARIA Nº 05/17

PORTARIA Nº 05/17 de 04/01/17

NOMEIA O SERVIDOR DARI ORESTES SCARABOTO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear O servidor DARI SCARABOTO, para o cargo em comissão de SECRETÁRIO junto a SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
04 de janeiro de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 06/17

PORTARIA Nº 06/17 de 04/01/17

NOMEIA A SERVIDORA SANDRA MARIA ROSAR BRESOLA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA DE SAÚDE

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora SANDRA MARIA ROSAR BRESOLA, para o cargo em comissão de SECRETÁRIA junto a SECRETARIA DE SAUDE. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
04 de janeiro de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 07/17

PORTARIA Nº 07/17 de 04/01/17

NOMEIA A SERVIDORA JUVILDE GONÇALVES PADILHA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora JUVILDE GONÇALVES PADILHA, para o cargo em comissão de SECRETÁRIA junto a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
04 de janeiro de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 08/17

PORTARIA Nº 08/17 de 04/01/17

NOMEIA O SERVIDOR JACO RAFAEL STEFANES DA SILVA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE GABINETE

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor JACO RAFAEL STEFANES DA SILVA, para o cargo em comissão de CHEFE DE GABINETE junto ao GABINETE. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
04 de janeiro de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 09/17

PORTARIA Nº 09/17 de 04/01/17

NOMEIA O SERVIDOR JOÃO BATISTA RAMOS DE ALMEIDA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor JOÃO BATISTA RAMOS DE ALMEIDA, para o cargo em comissão de SECRETARIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

04 de janeiro de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10/17

PORTARIA Nº 10/17 de 04/01/17

NOMEIA O SERVIDOR LUIZ PAULO RAMOS PARA O CARGO EM COMISSÃO DE PROCURADOR GERAL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor LUIZ PAULO RAMOS, para o cargo em comissão de PROCURADOR GERAL. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
04 de janeiro de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11/17

PORTARIA Nº 11/17 de 04/01/17

NOMEIA A SERVIDORA FERNANDA SCALSAVARA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE PROCURADOR ADJUNTO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora FERNANDA SCALSAVARA, para o cargo em comissão de PROCURADOR ADJUNTO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
04 de janeiro de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 12/17

PORTARIA Nº 12/17 de 04/01/17

NOMEIA A SERVIDORA CELINA MARIA MANFROI CASSIANO BARROS PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora CELINA MARIA MANFROI CASSIANO BARROS, para o cargo em comissão de SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
04 de janeiro de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13/17

PORTARIA Nº 13/17 de 04/01/17

NOMEIA O SERVIDOR CLEBER ROSSI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE IMPRENSA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor CLEBER ROSSI, para o cargo em comissão de ASSESSOR DE IMPRENSA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
04 de janeiro de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14/17

PORTARIA Nº 14/17 de 04/01/17

NOMEIA O SERVIDOR DOUGLAS RAYZER PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE CONTABILIDADE

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor DOUGLAS RAYZER, para o cargo em comissão de DIRETOR DE CONTABILIDADE. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
04 de janeiro de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15/17

PORTARIA Nº 15/17 de 04/01/17

NOMEIA A SERVIDORA IVONETE APARECIDA FAGUNDES SEMIN PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE PESSOAL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora IVONETE APARECIDA FAGUNDES SEMIN, para o cargo em comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE PESSOAL. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
04 de janeiro de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 16/17

PORTARIA Nº 16/17 de 04/01/17

NOMEIA O SERVIDOR ALEXANDRE BRAZ CARDOZO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO PÚBLICO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor ALEXANDRE BRAZ CARDOZO, para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO PÚBLICO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
04 de janeiro de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 17/17

PORTARIA Nº 17/17 DE 04/01/17

DESIGNA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,
RESOLVE:

Art. 1º. Designa os servidores a seguir relacionados para comporem a Comissão Permanente de Licitações:

Ana Eliza Mara Marcon – Presidente
Vanessa Aparecida Torres – Membro

Alexandre Braz Cardozo – Membro

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria 2275/16 de 12/12/16.

Prefeitura de Campos Novos, 04 de janeiro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18/17

PORTARIA Nº 18/17 DE 04/01/17

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE PARA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear as pessoas a seguir relacionadas para comporem a Comissão Permanente de Pregão Presencial;

João Maria Ribeiro Junior - Pregoeiro
Alexandre Braz Cardozo – Equipe de Apoio
Glauciane França – Equipe de Apoio
Hayetti Sarkis Kanaan Milanez – Suplente

Art. 2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 981/16.

Prefeitura de Campos Novos, 04 de janeiro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19/17

PORTARIA Nº 19/17 DE 04/01/17

NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores a seguir relacionados para comporem a Comissão Permanente de Licitação- Pregão Eletrônico:

Joao Maria Moraes Ribeiro Junior – Pregoeiro
Clarice Aparecida Fagundes – Equipe de Apoio
Alexandre Braz Cardozo – Equipe de Apoio

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrario em especial a Portaria 1585/16 de 06/09/16, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 04 de janeiro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21/17

PORTARIA Nº 21/17 de 04/01/17

NOMEIA O SERVIDOR ADEMIR PAULO BEBBER PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas

conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor ADEMIR PAULO BEBBER, para o cargo em comissão de SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em,
04 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22/17

PORTARIA Nº 22/17 de 04/01/17

NOMEIA O SERVIDOR JOÃO NILSO DE OLIVEIRA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE ESPORTE E LAZER

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor JOÃO NILSON DE OLIVEIRA, para o cargo em comissão de SECRETÁRIO ESPORTE E LAZER. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em,
04 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23/17

PORTARIA Nº 23/17 de 04/01/17

NOMEIA O SERVIDOR VILMAR ANTONIO FERRAO JUNIOR PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor VILMAR ANTONIO FERRAO JUNIOR, para o cargo em comissão de SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em,
04 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº 008/2017

PORTARIA Nº. 008/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora GILVANA D'AQUINO MUZULÃO, efetiva no cargo de Auxiliar de Farmácia, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 03/01/2017 a 01/02/2017, conforme Comunicação Interna nº 003/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 03/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 009/2017

PORTARIA Nº. 009/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias à servidora CRISTIANE MARIA CHUCK PIRES DIAS, efetiva no cargo de Técnico de Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 03/01/2017 a 22/01/2017, conforme Comunicação Interna nº 631/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 03/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 012/2017

PORTARIA Nº. 012/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR COMISSÃO

Art. 1º - Conforme dispõe a Lei Federal nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, bem como a Lei Federal nº 10.520/02, ficam nomeados os abaixo relacionados como Pregoeiro e Equipe de Apoio para atuarem na modalidade denominada Pregão Presencial e Eletrônico, visando à aquisição de bens e serviços comuns, provenientes da Prefeitura do Município de Canoinhas, Fundações e Fundos Municipais.

I. Pregoeiro: Marciano Fernandes Correa;
Suplente: Roberta Josiane Schafaschek.

II. Equipe de Apoio: Adilson Fernando Ribeiro;
Suplente: Karina de Cassia Kohler Wendt.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 03/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 013/2017

PORTARIA Nº. 013/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão de Licitação em suas diversas modalidades, visando aquisições e contratações provenientes da Prefeitura do Município de Canoinhas, Fundações e Fundos Municipais, conforme abaixo relacionados:

Presidente:
Adilson Fernando Ribeiro.

Secretária:
Karina de Cassia Kohler Wendt.

Membro Titular:
Diogo Carlos Seidel.

Membros Suplentes:
Luís Gustavo Vieira de Britto;
Marciano Fernandes Correa;
Karla Fatima Brey Lachman.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Fica revogada a Portaria nº 754/2016, bem como as demais disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 03 de janeiro de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 03/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 014/2017

PORTARIA Nº 014/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990; resolve:

NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE
PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º - Fica nomeado ROBERTO IVAN LUDKA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Tributação, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 04/01/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de janeiro de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 015/2017

PORTARIA Nº. 015/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora ANGELA MARIA SOARES, efetiva no cargo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de

2014/2015, a desfrutar no período de 05/01/2017 a 03/02/2017, conforme Comunicação Interna nº 004/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de janeiro de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 016/2017

PORTARIA Nº. 016/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, resolve:

“AUTORIZAR”

Art. 1º - Fica autorizado MARILENE FIGURA GONÇALVES, efetiva no cargo de Jardineiro, junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a conduzir veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Canoinhas dentro do Município de Canoinhas, tendo em vista, que esta precisa se locomover para transporte de funcionários e ferramentas, conforme comunicação interna nº 004/ST/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de janeiro de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

Catanduvras

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2017 - PREGÃO Nº 0001/2017**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2017

Objeto: Aquisição de material escolar para distribuição gratuita por meio da Secretaria Municipal de Educação.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 17 de janeiro de 2017

Dotação Orçamentária : 2.019.3390.00 - 101 - 26/2017 - MATERIAL ESCOLAR E UNIFORME

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 04 de janeiro de 2017, no endereço <http://www.catanduvras.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvras – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvras.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvras – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvras – SC, 04 de janeiro de 2017
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0002/2017 - PREGÃO Nº 0002/2017**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0002/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2017

Objeto: Aquisição de material de expediente e didático por meio da Secretaria Municipal de Educação.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 18 de janeiro de 2017

Dotação Orçamentária : 2.017.3390.00 - 101 - 24/2017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 04 de janeiro de 2017, no endereço <http://www.catanduvras.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvras – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvras.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvras – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvras – SC, 04 de janeiro de 2017
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0003/2017 - PREGÃO Nº 0003/2017**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0003/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003/2017

Objeto: Aquisição de materiais de limpeza por meio da Secretaria Municipal de Educação.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 19 de janeiro de 2017.

Dotação Orçamentária : 2.017.3390.00 - 101 - 24/2017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 04 de janeiro de 2017, no endereço <http://www.catanduvras.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvras – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvras.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvras – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvras – SC, 04 de janeiro de 2017
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Caxambu do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº 001/2017

PORTARIA Nº 001/2017

“Dispõe sobre designação de servidor publico municipal que especifica e dá outras providencias”.

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 71, IV e V da Lei Orgânica Municipal.

Considerando a necessidade de adequação, organização administrativa e a formalização dos serviços prestados pelo servidor que especifica.

Considerando que as funções do cargo de Assistente Administrativo dentre outras compreendem: 1) coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos fichários; 2) redigir [...] atos administrativos sobre assuntos do órgão; 3) fazer anotação nas fichas, nos livros, e nos exemplares de ocorrências em geral; 4) realizar registros em geral; 5) preparar documentos necessários para o funcionamento do órgão; 6) operar aparelhos de processamento de dados e outros equipamentos eletrônicos;

Considerando a necessidade de servidor para desempenhar o cadastramento dos agricultores no INCRA, através de Representante

da Unidade Municipal de Cadastramento-UMC como usuária do SN-CR-WEB (Sistema Nacional de Cadastro Rural).

RESOLVE

Art. 1º - Fica designado(a) o(a) Servidor(a) Público(a) Municipal, Sr(a). Simone Hillesheim Bartolamei, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico, Turismo, Agricultura e Meio-Ambiente como Responsável pela UMC (Unidade Municipal de Cadastramento) através da utilização do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR-WEB).

§1º - As atribuições do caput não eximem o(a) servidor(a) das demais funções do seu cargo.

§2º - O desempenho das funções descritas no caput não dá direito a gratificação pois são funções atinentes ao cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Caxambu do Sul – SC, 4 de janeiro de 2017.

GLAUBER BURTET

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01_2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2017.

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram A CÂMARA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL, com sede na cidade de CAXAMBU DO SUL, estado de Santa Catarina, sito na Rua Albano Gilioli, nº 26, inscrita no CNPJ sob o nº 03.527.861/0001-10, representada neste ato pelo Presidente Senhor OSVALDO HUNTEMAM, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa PINHALNET LTDA, com sede na Rua São Salvador, 2935 sala 001, na cidade de Pinhalzinho Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 03.189.000/0001-70, representada neste ato por seu representante legal, SR. TAYLOR MARTINELLI, inscrito no CPF nº 846.158.779-00, doravante denominada CONTRATADA, ajustam entre si o presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de hospedagem de domínio e sistema de e-mail para período de janeiro a Dezembro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 – O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços, o preço proposto global de R\$ 238,80 (duzentos e trinta e oito reais e oitenta centavos), divididos em 12 parcelas iguais mensais de R\$ 19,90 (dezenove reais e noventa centavos).

2.2 – O pagamento será efetivado via ordem bancária ou diretamente na tesouraria até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da apresentação de Nota Fiscal ou Fatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

3.1 – O preço cotado não sofrerá nenhuma espécie de reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

4.1 – As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente, cuja fonte de recurso tem a seguinte classificação:

Projeto/Atividade	Descrição	Item Orçamentário	Valor
2001	Manutenção das Atividades da Câmara Municipal	3.3.90.39.57	238,80

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

4.1 - O prazo de vigência do presente contrato será de 02/01/2017 á 31/12/2017, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 03 (três) meses da data do vencimento.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 - O presente contrato poderá ser rescindido com 60 dias de antecedência mínima por ambas as partes; em ambos os casos, a Contratada fará jus a sua remuneração pelos serviços já realizados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 - Para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências relativas ao presente contrato, fica eleito o foro da cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam e rubricam o presente instrumento em duas vias de igual teor e para um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Caxambu do Sul, SC, 02 de janeiro de 2017.
OSVALDO HUNTEMAM PINHALNET LTDA
Presidente TAYLOR MARTINELLI
CPF nº 846.158.779-00
Contratada

TESTEMUNHAS:

- 1) Antonio Primo Ziliotto
- 2) Liziana Pasin Soares

PORTARIA 01/2017

PORTARIA N.º 01/2017.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE EXERCE O CARGO DE DIRETOR GERAL NA CÂMARA DE VEREADORES DE CAXAMBU DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar n.º 01/2013 – que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores do Poder Legislativo Municipal de Caxambu do Sul SC.

RESOLVE,

Art. 1.º - Fica exonerada a Srª. SABRINA BURTET, RG. 5.652.925, CPF 078.718.249-45, no cargo de provimento em comissão de Diretor Geral na Câmara de Vereadores de Caxambu do Sul SC, a partir do dia 04 de janeiro de 2017.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul SC, 04 de janeiro de 2017.
OSVALDO HUNTEMAM
Presidente da Câmara

ANTONIO PRIMO ZILIOOTTO
Secretário Geral
Registra-se e Publique-se.

TERMO DE POSSE

TERMO DE POSSE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAXAMBU DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA.

No dia primeiro do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, às 9:00 (nove) horas, no Plenário da Câmara de Vereadores de Caxambu do Sul SC; foi eleita a seguinte Mesa Diretora para um período de um ano. Na Presidência da Câmara de Vereadores de Caxambu do Sul SC, Vereador: OSVALDO HUNTEMAM, com cinco votos. Na Vice Presidência, Vereador: IVANOR SFREDDO, com cinco votos. Na primeira secretaria, Vereadora: SONIA DEVILLA TOMASI com cinco votos. Na segunda secretaria, Vereadora: ELISANDRA LUCATELLI SANTIN com cinco votos. Os mesmos foram empossados nesta data de acordo com a legislação em vigor, do que para constar, lavrou-se o presente termo, que será assinado pelos membros da Mesa Diretora e Vereadores da Câmara Municipal de Vereadores de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina.

Presidente:

Vice-Presidente:

Primeiro(a) Secretário(a):

Segundo(a) Secretário(a):

Vereadores:

1-

2-

3-

4-

5-

Celso Ramos

PREFEITURA

EDITAL 01/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 1/2017

PROCESSO: 1/2017

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 1/2017, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10) E ÓLEO LUBRIFICANTE CONFORME PORTARIA ANP n.º 129 de 30/07/99, COM FORNECIMENTO CONTÍNUO E FRACIONADO, CONFORME DEMANDA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES OFICIAIS, VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR E MAQUINÁRIOS PESADOS E CÂMARA DE VEREADORES, PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, BEM COMO AOS AUTOMÓVEIS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Entrega da documentação e proposta até as 10 horas do dia 17/01/2017, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 05 de janeiro, 2017.

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS – PREFEITO MUNICIPAL

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 91/PMCS/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 91/2016.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: DE NONI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 73/PMCS/2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/PMCS/2016.

Objeto: Registro de preços de combustíveis e solução ARLA – 32, para uso na frota do município de Cocal do Sul.

Assinatura: 16/12/2016.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 468.800,00 (quatrocentos e sessenta e oito mil e oitocentos reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL

PREGÃO PRESENCIAL 01/2017

AVISO DE LICITAÇÃO. O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Cocal do Sul-SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 09:00 horas do dia 19 de Janeiro de 2017, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL – TIPO MENOR PREÇO POR ITEM nº 01/2017, para aquisição de 1.300 Bobinas de papel térmico termo sensível para impressão de faturas de água, conforme descrição no Anexo I do edital. As propostas serão recebidas a partir desta data, encerrando-se o prazo de entrega às 09:00 horas do dia 19 de Janeiro de 2017. A integral do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Lisboa, 520 – Bairro Jardim Bela Vista – Cocal do Sul-SC, pelo telefone (48)3447-6350, ou através do Site: www.samaecocaldosul.sc.gov.br. Cocal do Sul-SC, 04 de Janeiro de 2017. Carla Cristina Possamai Della. Diretora do SAMAE

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO CONCORRÊNCIA Nº 01/2016-FMS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2016 – FMS
EDITAL DE CONCORRÊNCIA – Nº 1/2016-FMS
Compras e Serviços

AVISO DE SUSPENÇÃO

Objeto: Contratação de pessoa jurídica de direito privado, especializada em serviços médicos, para prestação dos serviços de gestão da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h – Porte I, localizada na Rua Alexandre Lorenzet, nº 319, Loteamento Jardim Europa, Bairro Parque de Exposições, de acordo com o Termo de Referência Constante Anexo "A" do Edital.

Comunicamos aos interessados que o processo acima citado encontra-se SUSPENSO para análise de impugnação ao edital. Tão logo concluída a análise da mencionada impugnação, outras providências serão adotadas oportunamente.

Concórdia, SC, 04 de janeiro de 2017.
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA
Presidente da Comissão Permanente de licitação

CHAMADA ANUAL PARA ATUALIZAÇÃO E INGRESSO DE NOVOS INTERESSADOS NO CADASTRO DE FORNECEDORES

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
CHAMADA ANUAL PARA ATUALIZAÇÃO E INGRESSO DE NOVOS INTERESSADOS NO CADASTRO DE FORNECEDORES

A Prefeitura Municipal de Concórdia, SC, em obediência ao § 1º do artigo 34 da Lei Federal nº 8.666/93, e posteriores alterações, comunica aos inscritos no Cadastro de Fornecedores desta Municipalidade para que procedam à atualização de seus documentos cadastrais, bem como a todos os interessados em cadastrar-se para que compareçam e apresentem os documentos previstos nos artigos 27 a 31 da Lei Federal nº 8.666/93. Maiores informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, sito à Rua Leonel Mosele, 62, 2º andar, Centro, de Segunda à Sexta-feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, através do site www.concordia.sc.gov.br ou pelo telefone (0**49) 3441-2162 e pelo telefone/fax (0**49) 3441-2106.

Concórdia, SC, 04 de janeiro de 2017.

LIDIANE DAL PRA
Secretária da Comissão Permanente de Registro Cadastral

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a

liberação de recursos proveniente do Contrato 825265/2015/ME/CAIXA - Ministério do Esporte, no valor de R\$ 73.125,00 (Setenta e três mil e cento e vinte e cinco reais).

Concórdia SC, 02 de Janeiro de 2017.

JACIR HERMÍNIO MAZOCCO.
Secretário Municipal de Finanças

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 05/2016-PMC

Contrato Nº : 05/2016

Aditivo Nº : 1TA CTR 05/2016/2016

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ADRIANA CORAZZA & CIA S/S

Licitação : Inexigibilidade 8/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 01/01/2017 Término: 30/04/2017

Assinatura : 29/12/2016

Valor R\$: 5.000,00 (Cinco Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.3339039500000000.01000003

Dotação : 329 - 04.003.2603.3339039500000000.03000003

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 11/2016-PMC

Contrato Nº : 11/2016

Aditivo Nº : 1TA CTR 11/2016/2016

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CIRGIPED-SERV. DE CIRURG., GINEC. E PEDIAT. SOC. SIMPL. S S

Licitação : Inexigibilidade 8/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 01/01/2017 Término: 30/04/2017

Assinatura : 29/12/2016

Valor R\$: 40.000,00 (Quarenta Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.3339039500000000.01000003

Dotação : 329 - 04.003.2603.3339039500000000.03000003

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 12/2016-PMC

Contrato Nº : 12/2016

Aditivo Nº : 1TA CTR 12/2016/2016

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLÍNICA DE PNEUMOLOGIA E IMUNIZAÇÕES S/S

Licitação : Inexigibilidade 8/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 01/01/2017 Término: 30/04/2017

Assinatura : 29/12/2016

Valor R\$: 10.000,00 (Dez Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

Dotação : 329 - 04.003.2603.333903950000000.03000003

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 13/2016-PMC

Contrato Nº : 13/2016

Aditivo Nº : 1TA CTR 13/2016/2016

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLINICA BERNARDI S S

Licitação : Inexigibilidade 8/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 01/01/2017 Término: 30/04/2017

Assinatura : 29/12/2016

Valor R\$: 5.000,00 (Cinco Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

Dotação : 329 - 04.003.2603.333903950000000.03000003

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 6/2016-PMC

Contrato Nº : 06/2016

Aditivo Nº : 1TA CTR 06/2016/2016

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLÍNICA DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA ALES-SANDRA

Licitação : Inexigibilidade 8/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 01/01/2017 Término: 30/04/2017

Assinatura : 29/12/2016

Valor R\$: 6.000,00 (Seis Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

Dotação : 329 - 04.003.2603.333903950000000.03000003

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 10/2016-PMC

Contrato Nº : 10/2016

Aditivo Nº : 2TA CTR 10/2016/2016

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CARDIODONTO - SERVIÇOS DE CARDIOLOGIA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 8/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 01/01/2017 Término: 30/04/2017

Assinatura : 29/12/2016

Valor R\$: 35.000,00 (Trinta e Cinco Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

Dotação : 329 - 04.003.2603.333903950000000.03000003

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 7/2016-PMC

Contrato Nº : 07/2016

Aditivo Nº : 2TA CTR 07/2016/2016

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : LABORATORIO ANALIC LTDA

Licitação : Inexigibilidade 8/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 01/01/2017 Término: 30/04/2017

Assinatura : 29/12/2016

Valor R\$: 52.000,00 (Cinquenta e Dois Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

Dotação : 329 - 04.003.2603.333903950000000.03000003

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 8/2016-PMC

Contrato Nº : 08/2016

Aditivo Nº : 2TA CTR 08/2016/2016

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SERVICOS DE ANESTESIOLOGIA CONCORDIA S/S

Licitação : Inexigibilidade 8/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 01/01/2017 Término: 30/04/2017

Assinatura : 29/12/2016

Valor R\$: 80.000,00 (Oitenta Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

Dotação : 329 - 04.003.2603.333903950000000.03000003

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 08/2014-PMC

Contrato Nº : 8/2014

Aditivo Nº : 3TA Ctr 8/2014/2016

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ANTÔNIO CARLOS CHIUCHETTA

Licitação : Dispensa de Licitação 1/2014

Objeto : Locação de Imóvel para funcionamento do Centro Municipal de Educação Infantil Acalanto.

Vigência : Início: 02/01/2017 Término: 01/01/2018

Assinatura : 26/12/2016

Valor R\$: R\$68.604,36 (sessenta e oito mil, seiscentos e quatro reais e trinta e seis centavos)

Dotação : 72 - 06.004.2018.333903615000000.01190000

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 7/2014-PMC

Contrato Nº : 7/2014

Aditivo Nº : 3TA Ctr 7/2014/2016

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BERTA CORRETORA DE SEGUROS E IMOVEIS LTDA

Licitação : Dispensa de Licitação 6/2014

Objeto : Locação de Imóvel para ampliação de vagas do CMEI Zilda Silveira Neves.

Vigência : Início: 02/01/2017 Término: 01/01/2018

Assinatura : 27/12/2016

Valor R\$: R\$17.699,28 (dezesete mil, seiscentos e noventa e nove reais e vinte e oito centavos)

Dotação : 72 - 06.004.2018.333903910000000.01190000

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2017

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2017

A Diretora-Presidente do IPRECON, torna público que ratificou o ato da senhora VANESSA DAIANE RIFFEL, Presidente da Comissão de Licitações do IPRECON, que declarou dispensável a licitação, nos termos do artigo 24, XXII, da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações, homologada em 2 de janeiro de 2017, para contratação do serviço de fornecimento de energia elétrica, durante o exercício de 2017, em favor da empresa CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A., inscrita no CNPJ sob nº 08.336.783/0001-90, no valor total de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).

Concórdia, SC, 2 de janeiro de 2017.

LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN

Diretora-Presidente do IPRECON

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2017

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2017

A Diretora-Presidente do IPRECON, torna público que ratificou o ato da senhora VANESSA DAIANE RIFFEL, Presidente da Comissão

de Licitações do IPRECON, que declarou dispensável a licitação, em caráter emergencial, nos termos do artigo 24, II, IV e V, da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações, homologada em 2 de janeiro de 2017, para contratação do serviço de telefonia fixa, nos meses de janeiro a junho de 2017, em favor da empresa OI S.A., inscrita no CNPJ sob nº 76.535.764/0001-43, no valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Concórdia, SC, 2 de janeiro de 2017.

LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN

Diretora-Presidente do IPRECON

EXTRATO DO CONTRATO CONCESSÃO Nº 11/2016-PMC

Contrato Nº : 11 CC/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : PLANFLORA - MUDAS FLORESTAIS LTDA - ME

Licitação : Concorrência para Concessões 10/2016

Objeto : Seleção de empresa para outorga de Concessão de Direito Real de Uso de parte do lote rural n. 888, do 6º Bloco da Colônia Concórdia, Propriedade Rio do Engano, Loteamento Área Industrial, individuado como lote nº 7 (sete), da quadra "A", localizado em Linha São José, neste município, autorizada pela Lei Complementar nº 644/2013, normatizada pela Lei Complementar no 253/200, com finalidade livre, desde que sejam instados empreendimentos do ramo de produção industrial, de acordo com as normas estabelecidas no Edital, seus Anexos e Leis vigentes.

Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 29/12/2026

Assinatura : 29/12/2016

Valor R\$: 0,00 (Zero)

EXTRATO DO CONTRATO Nº 324/2016-PMC

Contrato Nº : 324/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ES-CRITÓRIO LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 136/2016

Objeto : Aquisição de aparelho para exame de álcool a partir do ar expirado pela boca etilômetro portátil e bocais para utilização com o etilômetro, aprovados pelo INMETRO, e homologados pelo DENATRAN com recursos oriundos do convênio número 55/2016 - Radio Patrulha, conforme especificações constantes nos anexos A e B deste edital.

Vigência : Início: 21/12/2016 Término: 21/03/2017

Assinatura : 21/12/2016

Valor R\$: 13.670,00 (Treze Mil e Seiscentos e Setenta Reais)

Dotação : 110 - 08.001.1009.344905204000000.01000001

Dotação : 190 - 12.001.2043.333903028000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 325/2016-PMC

Contrato Nº : 325/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : C E D DE SOUZA ME

Licitação : Pregão Eletrônico 18/2016

Objeto : Aquisição de equipamentos para atender as necessidades das Unidades Escolares e Centros de Educação Infantil do Município, com recursos do FNDE - programa Brasil Carinhoso conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 26/12/2016 Término: 26/12/2017

Assinatura : 26/12/2016

Valor R\$: 3.487,98 (Três Mil, Quatrocentos e Oitenta e Sete Reais e Noventa e Oito Centavos)

Dotação : 51 - 06.002.2013.344905234000000.01190000

Dotação : 66 - 06.004.1007.344905212000000.01370004

EXTRATO DO CONTRATO Nº 326/2016-PMC

Contrato Nº : 326/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : AGNUS COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 18/2016

Objeto : Aquisição de equipamentos para atender as necessidades das Unidades Escolares e Centros de Educação Infantil do Município, com recursos do FNDE - programa Brasil Carinhoso conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 26/12/2016 Término: 26/12/2017

Assinatura : 26/12/2016

Valor R\$: 420,00 (Quatrocentos e Vinte Reais)

Dotação : 51 - 06.002.2013.344905234000000.01190000

Dotação : 66 - 06.004.1007.344905212000000.01370004

EXTRATO DO CONTRATO Nº 327/2016-PMC

Contrato Nº : 327/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : T NAVA ASSESSORIA EM PREÇOS ELETRÔNICOS

Licitação : Pregão Eletrônico 18/2016

Objeto : Aquisição de equipamentos para atender as necessidades das Unidades Escolares e Centros de Educação Infantil do Município, com recursos do FNDE - programa Brasil Carinhoso conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 26/12/2016 Término: 26/12/2017

Assinatura : 26/12/2016

Valor R\$: 3.247,98 (Três Mil, Duzentos e Quarenta e Sete Reais e Noventa e Oito Centavos)

Dotação : 51 - 06.002.2013.344905234000000.01190000

Dotação : 66 - 06.004.1007.344905212000000.01370004

EXTRATO DO CONTRATO Nº 328/2016-PMC

Contrato Nº : 328/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ES-CRITÓRIO LTDA EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 18/2016

Objeto : Aquisição de equipamentos para atender as necessidades das Unidades Escolares e Centros de Educação Infantil do Município, com recursos do FNDE - programa Brasil Carinhoso conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 26/12/2016 Término: 26/12/2017

Assinatura : 26/12/2016

Valor R\$: 4.905,30 (Quatro Mil, Novecentos e Cinco Reais e Trinta Centavos)

Dotação : 51 - 06.002.2013.344905234000000.01190000

Dotação : 66 - 06.004.1007.344905212000000.01370004

EXTRATO DO CONTRATO Nº 329/2016-PMC

Contrato Nº : 329/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : EGIDE COMERCIO DE VESTUARIO E ELETRODOMESTICOS LTDA ME

Licitação : Pregão Eletrônico 18/2016

Objeto : Aquisição de equipamentos para atender as necessidades das Unidades Escolares e Centros de Educação Infantil do Município, com recursos do FNDE - programa Brasil Carinhoso conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 26/12/2016 Término: 26/12/2017

Assinatura : 26/12/2016

Valor R\$: 2.099,99 (Dois Mil, Noventa e Nove Reais e Noventa e Nove Centavos)

Dotação : 51 - 06.002.2013.344905234000000.01190000

Dotação : 66 - 06.004.1007.344905212000000.01370004

EXTRATO DO CONTRATO Nº 330/2016-PMC

Contrato Nº : 330/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

Licitação : Pregão Eletrônico 18/2016

Objeto : Aquisição de equipamentos para atender as necessidades das Unidades Escolares e Centros de Educação Infantil do Município, com recursos do FNDE - programa Brasil Carinhoso conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 26/12/2016 Término: 26/12/2017

Assinatura : 26/12/2016

Valor R\$: 9.520,00 (Nove Mil e Quinhentos e Vinte Reais)

Dotação : 51 - 06.002.2013.344905234000000.01190000

Dotação : 66 - 06.004.1007.344905212000000.01370004

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 6/2015 – IPRECON

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 6/2015 – IPRECON

Contrato nº: 6/2015, de 21 de dezembro de 2015

Contratante: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON

Contratada: BMBB Serviços de Comunicação Ltda. – EPP

Objeto: contratação do serviço de acesso à internet, link de internet full com velocidade de 5Mbps/5Mbps, faixa de 4 ip's fixos e válidos, incluindo-se os endereços de rede e broadcast, sem autenticação ppoe, garantia de 99,5% da banda contratada, disponibilidade de acesso de 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, sem filtro de pacotes e /ou cachê transparente e sem bloqueio de portas

Alteração: prorroga o prazo de vigência até 31 de dezembro de 2017 e reajusta o valor contratual

Data da assinatura: 30 de dezembro de 2016

Dotação orçamentária nº: 333903997000000, código reduzido 332/2017

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 007/2017

DECRETO Nº007/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À CONSELHEIRA TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Sra. JOSIANI TRUCOLO AIRES, conselheira Tutelar, lotada na Secretaria municipal de Saúde e Assistência Social , 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 10/01/2016 a 09/01/2017, que serão gozadas a partir de 16/01/2017.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 02 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

JOSIANI TRUCOLO AIRES Ciente em: ____/____/2017

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO 002

DECRETO Nº 002 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Designa Vice-Prefeito Municipal para assinar atos administrativos e contábeis na ausência do Prefeito Municipal.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994; e:

- Considerando a ausência do Prefeito Municipal quando em viagens oficiais, participação em seminários, ou outros eventos oficiais que demandem a ausência e representação oficial em outros municípios;
- Considerando a necessidade de agilização de procedimentos administrativos de modo a favorecer o desempenho dos setores internos da administração municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Vice-Prefeito Municipal Senhor FABIANO JOTON, para assinar e despachar documentos, contábeis pertinentes a Administração Municipal, nos períodos de ausência do Prefeito Municipal para tratar de interesses públicos fora do município. Parágrafo Único. A designação acima é cumulativa com a função de Vice Prefeito e sem acréscimo da remuneração.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Coronel Martins (SC), 02 de janeiro de 2017
ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

DECRETO 003

DECRETO Nº. 003, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

DESIGNAR:

Art. 1º O Servidor Público Municipal, Senhor Giovanni Schuster, ocupante do cargo em comissão de Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, para assinar, juntamente com o Prefeito Municipal, Leis, Decretos e demais documentos expedidos pela Administração Municipal de Coronel Martins, a partir do dia 02 de janeiro de 2017.

Parágrafo Único: na ausência do prefeito, assinará conjuntamente com o vice prefeito conforme decreto 002/2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
02 de janeiro de 2017.
ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

DECRETO 004

DECRETO Nº 004, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS COMO ORDENADORES PRIMÁRIOS, DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994; RESOLVE;

DESIGNAR:

Art. 1º Designa os servidores abaixo relacionados como Ordenadores Primários das Despesas do Município de Coronel Martins SC, os quais ficam autorizados a responder por pagamentos, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Servidor	Cargo	Órgão
Ivair Carlos Baldissera	Secretário de Saúde	Fundo Municipal de Saúde
Ademir Madella	Prefeito Municipal	Prefeitura Municipal

Parágrafo único: Quando das ausências temporárias do Prefeito Municipal, ainda que não impliquem na transmissão do cargo, o Vice-Prefeito fica designado como ordenador primário das despesas da Administração Pública.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário .

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, 02 de janeiro 2017.
ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Secretario de Administração Planejamento e Finanças

DECRETO 005

DECRETO Nº 005. DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA E AUTORIZA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal 2ª Edição 2005 Consolidada;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

DESIGNAR E AUTORIZAR:

Art. 1º Os Servidores Públicos Municipais, juntamente com a Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças desta Prefeitura, para auxiliar nos serviços de encaminhamentos para autenticações de cópias, reconhecimentos de firmas, escrituras públicas e demais serviços, junto a Comarca de São Domingos – Distrito e Município de Coronel Martins – Ofício de Registro Civil e Tabelionato, para a Prefeitura Municipal de Coronel Martins/SC, conforme abaixo relacionados:

Matricula	Nome	Cargo	CPF
120	Geneci da Costa Pertussatti	Fiscal de Tributos	665.353.959-97
129	Neimar Cassol	Diretor de Convênios	589.698.299-20
561	Carolina de F.de J.Madella	Auxiliar Administrativo	009.593.669-62
4	Claudete Conte	Secretária de Educação	593.785.149-87
361	Ivair Carlos Baldissera	Secretário de Saúde	514.070.949-04
1071	Evandro Belatto	Fiscal de tributos	897.899.469-53
1091	Giuvani Schuster	Sec.de Adm.,Planj. E Finanças	986.862.679-04

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 02 de Janeiro de 2017.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec.de Adm.,Planj. E Finanças

DECRETO 006

DECRETO Nº. 006, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

AUTORIZA SERVIDORES PUBLICOS A CONDUZIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

AUTORIZAR:

Art. 1º Os Servidores Públicos Municipais e prestadores de serviço, abaixo nominados, a conduzir os veículos da frota Municipal, quando a serviço do Poder Executivo.

NOME CARGO

Giuvani Schuster	Secretário de Administração, Planejamento e Finanças
Ivair Carlos Baldissera	Secretário Saúde
Daniela Smaniotto	Assessora de Secretaria
Lucas Cuchi	Chefe de Gabinete
Maico Picetti	Assessor de Recursos Humanos
Cleirton Getulio Kielb	Diretor Geral de Finanças e Contabilidade
Alice Molon Smaniotto	Diretora Geral de Saúde Preventiva
Valderes Karacek	Diretor Geral dos serviços de Saúde Publica
Belonir dos Santos	Secretário de Agricultura e Meio Ambiente
Ari Biazin	Diretor Geral de Agricultura e Meio Ambiente
Cleberson Cagol	Assessor de Imprensa
Debora Biasu	Contadora Geral
Rosa Maria Camargo	Diretor .Geral de Assistência Social
Neimar Cassol	Diretor de Convênios
Eleandro Amarante	Diretor de Administração de material e Patrimônio
Claudete Conte	Secretária de Educação

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revoga-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de janeiro de 2017.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec.de Adm.,Planj. E Finanças

DECRETO 007

DECRETO Nº. 007, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA COMO TESOUREIRO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor Cleirton Getulio de Quadros Kielb, ocupante do cargo de Diretor Geral de Finanças e Contabilidade, para assinar e responder como Tesoureiro da Prefeitura e Fundos desta Administração, a partir do dia 02 de Janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
02 de Janeiro de 2017.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec. Adm. Planej. e Finanças

DECRETO 008

DECRETO Nº. 008, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Senhor Lucas Cuchi, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete, para assinar e responder pelo setor de Compras e Licitações, a partir do dia 02 de Janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
02 de Janeiro de 2017.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec. Adm. Planej. e Finanças

DECRETO CONTRATAÇÃO 001/2017

DECRETO Nº. 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados para os respectivos Cargos em Comissão, enquadrados na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 02 de Janeiro de 2017:

NOME CARGO

Giuvani Schuster	Secretário de Administração, Planejamento e Finanças
Ivair Carlos Baldissera	Secretário Saúde
Daniela Smaniotto	Assessora de Secretaria
Lucas Cuchi	Chefe de Gabinete
Maico Picetti	Assessor de Recursos Humanos
Cleirton Getulio Kielb	Diretor Geral de Finanças e Contabilidade
Alice Molon Smaniotto	Diretora Geral de Saúde Preventiva
Valderes Karacek	Diretor Geral dos serviços de Saúde Pública
Belonir dos Santos	Secretário de Agricultura e Meio Ambiente
Ari Biazin	Diretor Geral de Agricultura e Meio Ambiente
Cleberson Cagol	Assessor de Imprensa
Debora Biasu	Contadora Geral
Rosa Maria Camargo	Diretor .Geral de Assistência Social
Neimar Cassol	Diretor de Convênios
Eleandro Amarante	Diretor de Administração de material e Patrimônio
Claudete Conte	Secretária de Educação

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de janeiro de 2017.

Ademir Madella

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado em data supra.

Correia Pinto

PREFEITURA

DECRETO NUMERO 1108/2017

DECRETO NUMERO 1108/2017
DE 02 DE JANEIRO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 95, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Correia Pinto, DECRETA:

FIXA O VALOR DA UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA DO MUNICÍPIO - UFRM PARA 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica fixado o valor da Unidade Fiscal de Referência do Município - UFRM, para o exercício de 2017, correspondente ao valor de R\$ 2,31 (dois reais e trinta e um centavos), com base de cálculo do IGP-M acumulado no exercício de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 02 de janeiro de 2017.
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado a presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de

Correia Pinto, em 02 de janeiro de 2017.
OLIVEIRA PIRES BURG
Chefe de Gabinete

DECRETO NUMERO 1109/2017

DECRETO NUMERO 1109/2017
DE 02 DE JANEIRO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 95, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Correia Pinto, DECRETA:

ESTABELECE PRAZO DE RECOLHIMENTO DO ALVARÁ SANITÁRIO, ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO, IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS (I.S.S. OFÍCIO) E TAXA DE VISTORIA DO FUNREBOM PARA 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica estabelecido prazo para recolhimento do Alvará Sanitário, Alvará de Licença para Localização e Funcionamento, Imposto Sobre Serviços (I.S.S. ofício) e taxa de vistoria do FUNREBOM, para o dia 28 de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 02 de janeiro de 2017.
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado a presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de

Correia Pinto, em 02 de janeiro de 2017.
OLIVEIRA PIRES BURG
Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 1184/17

DECRETO Nº 1184/17

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E AUTARQUIA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado PONTO FACULTATIVO nos Órgãos Públicos Municipais nos dias 02, 03, 04, 05, 06, janeiro de 2017, ressalvadas as necessidades de serviço de cada Secretaria e Autarquia, e os serviços essenciais que deverão ser mantidos.

Parágrafo único: Desde que justificado, qualquer servidor poderá ser convocado ao trabalho por seus superiores hierárquicos.

Art. 2º - Ficam excluídos do ponto facultativo os servidores empossados em cargos de livre nomeação e exoneração, os servidores que atuam em:

I - transporte de pacientes para tratamento de saúde fora de domicílio;

II - epidemiologia, vacinações e "testes de pezinho";

III – serviços de guarda e vigia de espaços e prédios públicos;

IV – guarda, limpeza de cemitérios bem como serviços de enumeração e exumação;

V – serviços de inseminação artificial.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,

02 de janeiro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 1185/17

DECRETO Nº 1185/17

NOMEIA O SR. SILVIO RICHARDT, PARA OCUPAR O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a nomeação de Secretário Municipal é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que é fundamental que a nomeação deverá recair sobre pessoa com idoneidade moral, reputação ilibada e com conhecimento na área de atuação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o SR. SILVIO RICHARDT, para ocupar o cargo de Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

com efeitos retroativos a contar de 02 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 03 de janeiro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 1186/17

DECRETO Nº 1186/17

DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE SISTEMA CONVENCIONAL E DE MEIO ELETRÔNICO NOS PROCEDIMENTOS DE MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, por sua Administração Direta e Indireta, autorizado a utilizar além dos sistemas convencionais o meio eletrônico para a movimentação financeira a seu cargo junto ao Banco do Brasil S/A – Agência 2011-7, para contas vinculadas ao Fundo Municipal de Assistência Social de Corupá - CNPJ: 01.741.319/0001-30

Art. 2º - Para atendimento ao previsto no art. anterior, fica designado:

· JOÃO CARLOS GOTTARDI – Prefeito Municipal;

· SILVIO RICHARDT – Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 3º - A movimentação financeira, para os fins deste decreto, abrange todas as movimentações bancárias necessárias à realização da despesa e receita públicas.

Art. 4º - As transações serão realizadas pelos agentes públicos responsáveis pela movimentação dos recursos públicos, de acordo com as respectivas competências e atribuições, por meio suas assinaturas ou da senha eletrônica, aos quais compete preservar o respectivo sigilo, sob pena de responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. A senha eletrônica equipara-se, para os efeitos deste decreto, à assinatura de próprio punho do agente público.

Art. 5º - Deverão ser realizados contratos específicos com o Banco do Brasil, instituição bancária oficial, detentora das contas por meio das quais são movimentados os recursos públicos, regulando-se, de forma detalhada, a operacionalização do sistema eletrônico, inclusive os poderes inerentes a cada senha.

Art. 6º - As mensagens que trafegarem entre os sistemas eletrônicos dos bancos oficiais e da Administração Pública deverão ser criptografadas e protegidas por outra forma que garanta a segurança dos dados.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 03 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 1191/17

DECRETO Nº 1191/17

NOMEIA A SRA. MIRIAM TAUFENBACH, PARA OCUPAR O CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a nomeação de Secretário Municipal é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que é fundamental que a nomeação deverá recair sobre pessoa com idoneidade moral, reputação ilibada e com conhecimento na área de atuação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a SRA. MIRIAM TAUFENBACH, para ocupar o cargo de Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 04 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 1192/17

DECRETO Nº 1192/17

NOMEIA O SR. EVERALDO MOKWA, PARA OCUPAR O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a nomeação de Secretário Municipal é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que é fundamental que a nomeação deverá recair sobre pessoa com idoneidade moral, reputação ilibada e com conhecimento na área de atuação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o SR. EVERALDO MOKWA, para ocupar o cargo de Secretário Municipal de Infra Estrutura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02 de janeiro de 2017,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 04 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 1193/17

DECRETO Nº 1193/17

NOMEIA O SR. JULIANO MILLNITZ, PARA OCUPAR O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO, ESPORTE E LAZER

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a nomeação de Secretário Municipal é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que é fundamental que a nomeação deverá recair sobre pessoa com idoneidade moral, reputação ilibada e com conhecimento na área de atuação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o SR. JULIANO MILLNITZ, para ocupar o cargo de Secretário Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 04 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 1194/17

DECRETO Nº 1194/17

NOMEIA O SR. CLÁUDIO SIQUEIRA, PARA OCUPAR O CARGO DE DIRETOR DE DEFESA CIVIL.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a nomeação de Diretor é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que é fundamental que a nomeação deverá recair sobre pessoa com idoneidade moral, reputação ilibada e com conhecimento na área de atuação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o SR. CLÁUDIO SIQUEIRA, para ocupar o cargo de Diretor de Defesa Civil.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 04 de janeiro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 1195/17

DECRETO Nº 1195/17

NOMEIA A SRA. KELLY CRISTINA ALVES DE SOUZA, PARA OCUPAR O CARGO DE DIRETORA EXECUTIVA DE GOVERNO.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a nomeação de Diretora é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que é fundamental que a nomeação deverá recair sobre pessoa com idoneidade moral, reputação ilibada e com conhecimento na área de atuação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a SRA. KELLY CRISTINA ALVES DE SOUZA, para ocupar o cargo de Diretora Executiva de Governo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 04 de janeiro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 1196/17

DECRETO Nº 1196/17

NOMEIA O SR. LUCIANO CANI, PARA OCUPAR O CARGO DE ASSESSOR JURÍDICO.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a nomeação de Assessor Jurídico é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que é fundamental que a nomeação deverá recair sobre pessoa com idoneidade moral, reputação ilibada e com conhecimento na área de atuação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o SR. LUCIANO CANI, para ocupar o cargo de Assessor Jurídico.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 04 de janeiro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 1197/17

DECRETO Nº 1197/17

NOMEIA O SR. MAURI EDGAR PADILHA DE LIMA, PARA OCUPAR O CARGO DE ASSESSOR JURÍDICO.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO que a nomeação de Assessor Jurídico é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que é fundamental que a nomeação deverá recair sobre pessoa com idoneidade moral, reputação ilibada e com conhecimento na área de atuação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o SR. MAURI EDGAR PADILHA DE LIMA, para ocupar o cargo de Assessor Jurídico.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 04 de janeiro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 1198/17

DECRETO Nº 1198/17

NOMEIA O SR. RENATO WEDDERHOFF, PARA O CARGO DE PRESIDENTE DA AUTARQUIA ÁGUAS DE CORUPÁ.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. RENATO WEDDERHOFF, para o cargo de Presidente da Autarquia Águas de Corupá.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,

04 de janeiro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 1199/17

DECRETO Nº 1199/17

NOMEIA O SR. HEINS GERHARD KOPSCH, PARA OCUPAR O CARGO DE DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO que a nomeação de Diretor de Recursos Humanos é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que é fundamental que a nomeação deverá recair sobre pessoa com idoneidade moral, reputação ilibada e com conhecimento na área de atuação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o SR. HEINS GERHARD KOPSCH, para ocupar o cargo de Diretor de Recursos Humanos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 04 de janeiro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº1187/17

DECRETO Nº 1187/17

DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE SISTEMA CONVENCIONAL E DE MEIO ELETRÔNICO NOS PROCEDIMENTOS DE MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, por sua Administração Direta e Indireta, autorizado a utilizar além dos sistemas convencionais o meio eletrônico para a movimentação financeira a seu cargo junto ao Banco do Brasil S/A – Agência 2011-7, para contas vinculadas ao Fundo da Infância e Adolescência de Corupá - FIA - CNPJ: 18.469.119/0001-73.

Art. 2º - Para atendimento ao previsto no art. anterior, fica designado:

· JOÃO CARLOS GOTTARDI – Prefeito Municipal;

· SILVIO RICHARDT – Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 3º - A movimentação financeira, para os fins deste decreto, abrange todas as movimentações bancárias necessárias à realização da despesa e receita públicas.

Art. 4º - As transações serão realizadas pelos agentes públicos responsáveis pela movimentação dos recursos públicos, de acordo com as respectivas competências e atribuições, por meio suas assinaturas ou da senha eletrônica, aos quais compete preservar o respectivo sigilo, sob pena de responsabilidade penal, civil e

administrativa, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. A senha eletrônica equipara-se, para os efeitos deste decreto, à assinatura de próprio punho do agente público.

Art. 5º - Deverão ser realizados contratos específicos com o Banco do Brasil, instituição bancária oficial, detentora das contas por meio das quais são movimentados os recursos públicos, regulando-se, de forma detalhada, a operacionalização do sistema eletrônico, inclusive os poderes inerentes a cada senha.

Art. 6º - As mensagens que trafegarem entre os sistemas eletrônicos dos bancos oficiais e da Administração Pública deverão ser criptografadas e protegidas por outra forma que garanta a segurança dos dados.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 03 de janeiro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº1188/17

DECRETO Nº 1188/17

DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE SISTEMA CONVENCIONAL E DE MEIO ELETRÔNICO NOS PROCEDIMENTOS DE MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, por sua Administração Direta e Indireta, autorizado a utilizar além dos sistemas convencionais o meio eletrônico para a movimentação financeira a seu cargo junto ao Banco do Brasil S/A – Agência 2011-7, para contas vinculadas a Autarquia Águas de Corupá – CNPJ: 14.797.046/0001-98

Art. 2º - Para atendimento ao previsto no art. anterior, fica designado:

· JOÃO CARLOS GOTTARDI– Prefeito Municipal;

· SILVIO RICHARDT – Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 3º - A movimentação financeira, para os fins deste decreto, abrange todas as movimentações bancárias necessárias à realização da despesa e receita públicas.

Art. 4º - As transações serão realizadas pelos agentes públicos responsáveis pela movimentação dos recursos públicos, de acordo com as respectivas competências e atribuições, por meio suas assinaturas ou da senha eletrônica, aos quais compete preservar o respectivo sigilo, sob pena de responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. A senha eletrônica equipara-se, para os efeitos deste decreto, à assinatura de próprio punho do agente público.

Art. 5º - Deverão ser realizados contratos específicos com o Banco do Brasil, instituição bancária oficial, detentora das contas por meio

das quais são movimentados os recursos públicos, regulando-se, de forma detalhada, a operacionalização do sistema eletrônico, inclusive os poderes inerentes a cada senha.

Art. 6º - As mensagens que trafegarem entre os sistemas eletrônicos dos bancos oficiais e da Administração Pública deverão ser criptografadas e protegidas por outra forma que garanta a segurança dos dados.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 03 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº1189/17

DECRETO Nº 1189/17

DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE SISTEMA CONVENCIONAL E DE MEIO ELETRÔNICO NOS PROCEDIMENTOS DE MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, por sua Administração Direta e Indireta, autorizado a utilizar além dos sistemas convencionais o meio eletrônico para a movimentação financeira a seu cargo junto ao Banco do Brasil S/A – Agência 2011-7, para contas vinculadas ao Fundo Municipal de Saúde – CNPJ: 11.269.752/0001-79

Art. 2º - Para atendimento ao previsto no art. anterior, fica designado:

· JOÃO CARLOS GOTTARDI– Prefeito Municipal;

· SILVIO RICHARDT – Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 3º - A movimentação financeira, para os fins deste decreto, abrange todas as movimentações bancárias necessárias à realização da despesa e receita públicas.

Art. 4º - As transações serão realizadas pelos agentes públicos responsáveis pela movimentação dos recursos públicos, de acordo com as respectivas competências e atribuições, por meio suas assinaturas ou da senha eletrônica, aos quais compete preservar o respectivo sigilo, sob pena de responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. A senha eletrônica equipara-se, para os efeitos deste decreto, à assinatura de próprio punho do agente público.

Art. 5º - Deverão ser realizados contratos específicos com o Banco do Brasil, instituição bancária oficial, detentora das contas por meio das quais são movimentados os recursos públicos, regulando-se, de forma detalhada, a operacionalização do sistema eletrônico, inclusive os poderes inerentes a cada senha.

Art. 6º - As mensagens que trafegarem entre os sistemas eletrônicos dos bancos oficiais e da Administração Pública deverão ser criptografadas e protegidas por outra forma que garanta a segurança

dos dados.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 03 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº1190/17

DECRETO Nº 1190/17

NOMEIA O SR. IRINEU PASOLD, PARA OCUPAR O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a nomeação de Secretário Municipal é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que é fundamental que a nomeação deverá recair sobre pessoa com idoneidade moral, reputação ilibada e com conhecimento na área de atuação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o SR. IRINEU PASOLD, para ocupar o cargo de Secretário Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 04 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4085/17

PORTARIA Nº 4085/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 2, DO SERVIDOR ALCEU TODT

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 2, do servidor ALCEU TODT, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4086/17

PORTARIA Nº 4086/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 2, DO SERVIDOR ALCIBIDES FERREIRA DA FONSECA

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 2, do servidor ALCIBIDES FERREIRA DA FONSECA, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4087/17

PORTARIA Nº 4087/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 2, DO SERVIDOR ARLINDO TOMASELLI

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 2, do servidor ARLINDO TOMASELLI, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4088/17

PORTARIA Nº 4088/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 2, DO SERVIDOR BRUNA DAIANE DALÇOQUIO

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 2, do servidor BRUNA DAIANE DALÇOQUIO, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4089/17

PORTARIA Nº 4089/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 2, DO SERVIDOR DEBORA CAROLINE SCHMOELLER

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 2, do servidor DEBORA CAROLINE SCHMOELLER, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4090/17

PORTARIA Nº 4090/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 2, DO SERVIDOR FABIO BERTOLDI

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro

de 2009.
RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 2, do servidor FABIO BERTOLDI , junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4091/17
PORTARIA Nº 4091/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 2, DO SERVIDOR JESSICA TAMARA PEZZATTO

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.
RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 2, do servidor JESSICA TAMARA PEZZATTO , junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4092/17
PORTARIA Nº 4092/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 2, DO SERVIDOR JOÃO IVO MUZIOL

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.
RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 2, do servidor JOÃO IVO MUZIOL , junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4093/17
PORTARIA Nº 4093/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 2, DO SERVIDOR JOSE WEIDNER

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.
RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 2, do servidor JOSE WEIDNER , junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4094/17
PORTARIA Nº 4094/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 2, DO SERVIDOR MARCOS KUSCHINSKI

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 2, do servidor MARCOS KUSCHINSKI , junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4095/17

PORTARIA Nº 4095/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 2, DO SERVIDOR MARIZE FRITSCHÉ MOKWA

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 2, do servidor MARIZE FRITSCHÉ MOKWA, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4096/17

PORTARIA Nº 4096/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 2, DO SERVIDOR NOEMI APARECIDA FOSSILE

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 2, do servidor NOEMI APARECIDA FOSSILE, junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4097/17

PORTARIA Nº 4097/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 2, DO SERVIDOR PEDRO BATISTA RIBEIRO

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro

de 2009.
RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 2, do servidor PEDRO BATISTA RIBEIRO, junto a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4098/17

PORTARIA Nº 4098/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 2, DO SERVIDOR TATIANE DIAS

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 2, do servidor TATIANE DIAS, junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4099/17

PORTARIA Nº 4099/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 2, DO SERVIDOR VALDIVIO ALCIDES BESEKE

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 2, do servidor VALDIVIO ALCIDES BESEKE, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4100/17
PORTARIA Nº 4101/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 2, DO SERVIDOR WILSON ROBERTO DA SILVA

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.
RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 2, do servidor WILSON ROBERTO DA SILVA, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4101/17
PORTARIA Nº 4101/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 2, DO SERVIDOR WILSON ROBERTO DA SILVA

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.
RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 2, do servidor WILSON ROBERTO DA SILVA, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4102/17
PORTARIA Nº 4102/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 3, DO SERVIDOR ADRIANE GARCIA SILVA

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.
RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 3, do servidor ADRIANE GARCIA SILVA, junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4103/17
PORTARIA Nº 4103/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 3, DO SERVIDOR CARLOS RATHUNDE

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.
RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 3, do servidor CARLOS RATHUNDE, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4104/17
PORTARIA Nº 4104/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 3, DO SERVIDOR DANIELA RIVELLES

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

de 2009.
RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 3, do servidor DANIELA RIVELLES, junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4105/17
PORTARIA Nº 4105/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 3, DO SERVIDOR JUNIOR GABRIEL ENGERLHARDT

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.
RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 3, do servidor JUNIOR GABRIEL ENGERLHARDT, junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4106/17
PORTARIA Nº 4106/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 3, DO SERVIDOR JURANDIR ALVES DE SOUZA

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.
RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 3, do servidor JURANDIR ALVES DE SOUZA, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4107/17
PORTARIA Nº 4107/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 3, DO SERVIDOR WALDILEIA LIGIA SCHULTZ KLITZKE

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.
RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 3, do servidor WALDILEIA LIGIA SCHULTZ KLITZKE, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4108/17
PORTARIA Nº 4108/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 4, DO SERVIDOR ANDRE MULLER

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 4, do servidor ANDRE MULLER, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4109/17

PORTARIA Nº 4109/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 4, DO SERVIDOR ISABEL CRISTINA OLIARI

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 4, do servidor ISABEL CRISTINA OLIARI, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4110/17

PORTARIA Nº 4110/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 4, DO SERVIDOR JANINHA STAROWSKI

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 4, do servidor JANINHA STAROWSKI, junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4111/17

PORTARIA Nº 4111/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 4, DO SERVIDOR NILTON PAULO PADILHA DE LIMA

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro

de 2009.
RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 4, do servidor NILTON PAULO PADILHA DE LIMA, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4112/17

PORTARIA Nº 4112/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 4, DO SERVIDOR ORLANDO ZANCANELLA JUNIOR

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 4, do servidor ORLANDO ZANCANELLA JUNIOR, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4113/17

PORTARIA Nº 4113/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 4, DO SERVIDOR SILVANA WILLE KLETTENBERG

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 4, do servidor SILVANA WILLE KLETTENBERG, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4114/17

PORTARIA Nº 4114/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 4, DO SERVIDOR VALERIA ASSIS DE OLIVEIRA

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 4, do servidor VALERIA ASSIS DE OLIVEIRA, junto a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4115/17

PORTARIA Nº 4115/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 5, DO SERVIDOR JAIME ALBANO MELCHERT

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 5, do servidor JAIME ALBANO MELCHERT, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4116/17

PORTARIA Nº 4116/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 5, DO SERVIDOR LAURO WENDORF JUNIOR

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 5, do servidor LAURO WENDORF JUNIOR, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4117/17

PORTARIA Nº 4117/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 5, DO SERVIDOR RUBENS GOLCALVES MARTINS

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 5, do servidor RUBENS GOLCALVES MARTINS, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4118/17

PORTARIA Nº 4118/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 5, DO SERVIDOR STEPHANIE GISELA MENDES PADILHA

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

de 2009.
RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 5, do servidor STEPHANIE GISELA MENDES PADILHA, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4119/17
PORTARIA Nº 4119/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 5, DO SERVIDOR WALDIR KRISANSKI JUNIOR

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.
RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 5, do servidor WALDIR KRISANSKI JUNIOR, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4120/17
PORTARIA Nº 4120/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 6, DO SERVIDOR ANITA APARECIDA KRISANSKI

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.
RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 6, do servidor ANITA APARECIDA KRISANSKI, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

02 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4121/17
PORTARIA Nº 4121/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 6, DO SERVIDOR DANIELI HANNEMANN BERNER

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.
RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 6, do servidor DANIELI HANNEMANN BERNER, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4122/17
PORTARIA Nº 4122/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 6, DO SERVIDOR ELIANE MINEL

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 6, do servidor ELIANE MINEL, junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4123/17

PORTARIA Nº 4123/17

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 6, DO SERVIDOR PAULO CESAR RUTHES

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 6, do servidor PAULO CESAR RUTHES, junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

02 de janeiro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 234/2016

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO

Nº 234/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o credenciamento, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 17/01/2017, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. Após o aprazado será realizada a abertura das propostas para inclusão no sistema e posteriormente classificação das propostas. A partir das 14:00 horas do dia 18/01/2017, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 04 de Janeiro de 2017.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO NR. 112/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 230/2016 - PR
	Processo Administrativo: 230/2016 Processo de Licitação: 230/2016 Data do Processo: 30/11/2016
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA OS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 112/2016 (Sequência: 4)

Ao(s) 4 de Janeiro de 2017, às 18:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, reuniram-se o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designada pela(o) Portaria nº 1177, para dar continuidade no Processo Licitatório nº 230/2016, Licitação nº. 230/2016 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

CELIA REGINA W. SANI - ME (7852), AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (7854), JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8022), Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda (8085), NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (8582), SUPER VAREJAO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA ME (8621), PRO LIMPE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME (8629), BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (8640), VW COMERCIO ATACADISTA LTDA (8714), M Mobile Eireli (9123), VIDEPEL INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE PAPEL (11420), SOMA COMERCIO DE IMPORTACAO E EXPORTACAO DE TINTAS (11455), BOM SUCESSO INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS PLAS (11456).

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- CONFORME RECURSO PROTOCOLADO NO APRAZADO PELA EMPRESA AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO E ALIMENTOS LTDA - EPP, FICA APRAZADO O PRAZO DE LEI A CONTAR DA PUBLICAÇÃO DESTA, PARA A EMPRESA VW COMERCIO ATACADISTA LTDA PROTOCOLAR SUA CONTRA-RAZÃO, PARA POSTERIOR DECISÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Curitiba, 4 de Janeiro de 2017

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL

- - Pregoeiro(a)

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

ATA DE POSSE

À primeiro de janeiro de dois mil e dezessete, nas dependências do Salão da Comunidade Católica de Doutor Pedrinho, às dezessete horas, reuniram-se a população do Município de Doutor Pedrinho para a tomada de posse dos novos Vereadores, Prefeita e Vice Prefeito eleitos no pleito de dois de outubro de dois mil e dezesseis. O Presidente deste ato foi o Senhor Luiz Henrique Stollmeier. O mestre de cerimônia foi o Sr. Tarcísio Lenzi. Assim deu-se início aos trabalhos com a chamada das autoridades para fazerem parte da mesa de honra. As autoridades convidadas a compor a mesa foram: Prefeito Municipal Senhor Hartwig Persuhn; Vice Prefeito Senhor José Arildo de Castilho; Presidente da Câmara Municipal Senhora Lúcia Fátima Kisner Moser; Padre Sérgio Eduardo Campestrini Pároco da Comunidade Católica. A seguir foram chamados os Vereadores eleitos e diplomados (Legislatura 2017/2020) para comporem seus lugares: Amélio Alves Fernandes, Américo Nones, Merquides Martins e Valmir Farias, representando a legenda do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, Jackson Rodrigo de Castilho, Joel Mazzi, Luiz Henrique Stollmeier, Luizinho Pereira da Silva, representando a legenda do partido Progressista - PP, Tony Tadeu Nones representando a legenda do Partido dos Trabalhadores – PT, (Coligação PP/PT). Na sequência foram chamados a Senhora Simoni Mercia Mesch Nones, Prefeita Diplomada e Senhor Artino Dalpiaz, Vice Prefeito Diplomado. O mestre de cerimônia passou a palavra ao presidente desta solenidade, Vereador Luiz Henrique Stollmeier, que fez a abertura oficial dos trabalhos. Conforme o artigo 7º do Regimento Interno, dentre os Vereadores eleitos para a Câmara Municipal de Doutor Pedrinho, o Sr. Presidente declarou aberta a Sessão Solene de Instalação da Oitava Legislatura, posse aos novos integrantes do Poder Legislativo e do Poder Executivo e eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Doutor Pedrinho. Em seguida, convidou todos os presentes para de pé, ouvir a execução do hino nacional. O Presidente desta solenidade designou os Vereadores eleitos Luizinho Pereira da Silva e Américo Nones para secretariar os trabalhos de instalação de posse, e convidou o secretário Luizinho e os representantes de cada partido Vereadores eleitos, Tony Tadeu Nones, Valmir Farias e Jackson de Castilho, para conferência dos diplomas e declaração de bens dos eleitos exposta sobre a Mesa. Dando segmento a solenidade foi convidado o Vereador diplomado Luiz Henrique Stollmeier para em nome dos seus pares proferirem o juramento assim pronunciado: "PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR AS CONSTITUIÇÕES FEDERAL E ESTADUAL, CUMPRIR A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E DEMAIS LEIS, PROMOVER O BEM GERAL DO POVO DESTE MUNICÍPIO E SUSTENTAR A INTEGRIDADE E INDEPENDÊNCIA DO MUNICÍPIO". Realizado este pronunciamento o mestre de cerimônia fez a chamada nominal de cada vereador para se dirigirem ao púlpito para prestar o compromisso e em seguida assinar o Termo de Posse sobre a mesa, onde os quais responderam: "Assim o prometo". Chamados todos os eleitos presentes e prestado o devido compromisso, o Sr. Presidente declarou empossados os Vereadores que comporão a 8ª Legislatura da Câmara Municipal de Doutor Pedrinho, com exercício de mandato no período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020. Cumprimentou a todos os Vereadores empossados e desejou-lhes sucesso no desempenho do mandato. Em sequência deu início a votação para eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Doutor Pedrinho, sendo as seguintes nominatas para a eleição da Mesa Diretora, período anual: Chapa 1: Presidente: Tony Tadeu Nones; Vice Presidente: Luiz Henrique Stollmeier; 1º Secretário: Luizinho Pereira da Silva; 2º Secretário: Jackson de Castilho. Chapa 2: Presidente: Américo Nones; Vice Presidente: Merquides Martins; 1º Secretário: Amélio Fernandes e 2º Secretário: Valmir Farias. O mestre de cerimônia fez a chamada nominal por ordem alfabética. O Presidente contabilizou os votos da Mesa Diretora eleita pelo período de um ano, sendo assim composta pela chapa 1: Segundo Secretário: Jackson de Castilho com cinco votos; Primeiro Secretário: Luizinho Pereira da Silva com cinco votos; Vice Presidente: Luiz Henrique Stollmeier com cinco votos; Presidente: Tony Tadeu Nones com cinco votos. Em seguida, declarou encerrada a votação, e passou a palavra ao Presidente eleito para continuação dos trabalhos. O Sr. Presidente Tony Tadeu Nones, convidou os representantes de cada partido para conferência dos diplomas e declaração de bens da Prefeita e Vice Prefeito, e solicitou que a Senhora Simoni Mercia Mesch Nones, Prefeita eleita e o Senhor Artino Dalpiaz, Vice-Prefeito eleito deste Município, após a leitura do respectivo Termo de Compromisso, dirijam-se ao microfone e com a mão direita estendida às bandeiras prestem o compromisso e assinem o Termo de Posse, sendo este: "PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR AS CONSTITUIÇÕES FEDERAL E ESTADUAL, CUMPRIR A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E DEMAIS LEIS, PROMOVER O BEM GERAL DO POVO DESTE MUNICÍPIO E SUSTENTAR A INTEGRIDADE E INDEPENDÊNCIA DO MUNICÍPIO". Chamados os eleitos presentes e prestado o devido compromisso declarou empossados a Senhora Simoni Mercia Mesch Nones no cargo de Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho e o senhor Artino Dalpiaz no cargo de Vice-Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, com exercício de mandato para o período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, e dirigiu os seus sinceros cumprimentos à Senhora Prefeita e Vice-Prefeito recém-empossados, desejando-lhes uma feliz e profícua gestão à frente da Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho. Terminada a cerimônia de posse dos vereadores, Prefeita e Vice- Prefeito, o mestre de cerimônia passou a palavra ao senhor Hartwig Persuhn para exposição de encerramento de seu mandato. Fizeram o uso da palavra os Vereadores representantes dos partidos Américo, Jackson e Tony, Padre Sérgio Eduardo Campestrini, e concedeu a palavra a Sra. Prefeita Simoni e ao Sr. Vice Prefeito Artino. O Sr. Presidente Tony encerrou a Sessão Solene de Posse e convocou os senhores vereadores para a primeira reunião da Sessão Legislativa da 8ª Legislatura que se inicia no dia 1º de fevereiro de 2017 nas dependências da Câmara Municipal e agradeceu a todos pela presença. Sem mais para o momento fez-se o encerramento da ata, a qual será assinada por mim, e demais presentes neste momento.

PORTARIA Nº 001/2017

PORTARIA no 001, de 01 de Janeiro de 2017.

Nomeia servidores para exercício de cargo em comissão na Administração Direta.

A Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e com base na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e na Lei Complementar nº 49, de 06 de outubro de 2006, resolve:

NOMEAR

Os servidores, abaixo relacionados, para exercício de cargo em comissão na Administração Direta, a contar desta data:

LOTAÇÃO/NOME	CPF	CARGO / NÍVEL	SUBSÍDIO
SECRETARIA DE DESPORTO E CULTURA			
Marcio Travaglia	951.521.059-34	Secretário (DAS-1)	R\$ 2.961,90
SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS			
Ercides Giacomozzi	049.606.709-59	Secretário (DAS-1)	R\$ 2.961,90

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 01 de Janeiro de 2017; 29o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

SIMONI MERCIA MESCH NONES

Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 002/2017

PORTARIA no 002, de 02 de Janeiro de 2017.

Designa servidora para exercício de Função Gratificada na Secretaria de Saúde e Assistência Social, a contar desta data.

A Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e com base na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e na Lei Complementar nº 49, de 06 de outubro de 2006, resolve:

DESIGNAR EM FUNÇÃO GRATIFICADA

Com base no Art. 16, da Lei Complementar nº 49, de 06/10/2006, a servidora abaixo relacionada, detentora do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, a contar desta data:

LOTAÇÃO/NOME	NÍVEL	VALOR	FUNÇÃO GRATIFICADA
SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Josiane Dalpiaz	IV	R\$ 509,17	Responder pela Secretaria de Saúde e Assistência Social

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 02 de Janeiro de 2017; 29o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

SIMONI MERCIA MESCH NONES

Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 003/2017

PORTARIA no 003, de 02 de Janeiro de 2017.

Designa servidora para exercício de Função Gratificada na Secretaria de Administração e Finanças, a contar desta data.

A Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e com base na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e na Lei Complementar nº 49, de 06 de outubro de 2006, resolve:

DESIGNAR EM FUNÇÃO GRATIFICADA

Com base no Art. 16, da Lei Complementar nº 49, de 06/10/2006, a servidora abaixo relacionada, detentora do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, a contar desta data:

LOTAÇÃO/NOME	NÍVEL	VALOR	FUNÇÃO GRATIFICADA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Tassiana Ouriques Becker	IV	R\$ 509,17	Responder pela Secretaria de Administração e Finanças

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 02 de Janeiro de 2017; 29o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

SIMONI MERCIA MESCH NONES

Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

Ermo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 04/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ermo, torna público que encontra-se aberto o Processo de Licitação nº 04/2017 – Modalidade Pregão Presencial, objetivando a aquisição de combustíveis para serem utilizados nos veículos e máquinas da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde, durante o exercício de 2017, com prazo para a entrega de habilitação e proposta até as 08:00 hs do dia 17/01/2017 e abertura às 08:15 hs do mesmo dia. Cópia do Edital e outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Ermo – SC, sito a Rod. SC 448, Km 06, nº 120, Centro, das 07:00 hs às 12:00 hs, ou pelo telefone (048) 3546-0083.

ALDOIR CADORIN – Prefeito Municipal

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 01/2017

Do Objeto: Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, conforme Plano Anual de Trabalho (PAT) a ser executado de janeiro à dezembro de 2017.

Do Contratado: Empresa de pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A – EPAGRI.

Do Valor e do Pagamento: A presente contratação importa em R\$ 21.201,00 (vinte e um mil, duzentos e um reais), que serão pagos em 12 parcelas mensais, sem reajuste.

Da Justificativa: A dispensa de licitação para contratação dos serviços, objeto do presente termo, justifica-se pela notória especialização, experiência e trabalho de pesquisa no desenvolvimento agropecuário, além de tratar-se de empresa pública que integra a administração estadual criada para este fim específico e o preço estar em conformidade com o valor de mercado.

Do Fundamento Legal: Art. 24, inciso VIII, da Lei 8.666/93 de 21 de Junho de 1993 e alterações posteriores.

Ermo, SC, 04 de janeiro de 2017.
GIANE PIRES LEONARDO
Presidente da C.J.L

RATIFICAÇÃO

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

Ermo, SC, 04 de janeiro de 2017.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2017

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 03/2017

Do Objeto: Contratação de serviço visando o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de programas de estágio de estudantes, matriculados no ensino médio, supletivo e superior, permitindo treinamento prático para o futuro profissional.

Do Contratado: Centro de Integração Empresa-Escola do Estado de Santa Catarina-CIEE/SC.

Do Valor e do Pagamento: A Prefeitura pagará ao contratado o valor de R\$ 49,80 (quarenta e nove reais e oitenta centavos), mensais por Bolsa Auxílio concedida, totalizando a presente contratação no valor estimado de R\$ 10.756,80 (dez mil setecentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos), que serão pagos em 12 parcelas mensais, sem reajuste.

Da Justificativa: A Dispensa de Licitação se faz necessário por se tratar de instituição brasileira, cujo objeto contratado está relacionado com o ensino, conforme parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/346/01, no Processo de Consulta nº CON-01/01586000, que resultou no Pré Julgado nº 1283.

Do Fundamento Legal: Art. 24, inciso XIII da Lei nº 8.666/93.

Ermo, 04 de janeiro de 2016.
Giane Pires Leonardo
Presidente da C.J.L

RATIFICAÇÃO

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

Ermo, 04 de janeiro de 2017.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Flor do Sertão

PREFEITURA

PORTARIA Nº 060/2017

	PORTARIA Nº 060/2017
	CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO AO SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO gratificação por cursos de aperfeiçoamento ao servidor municipal SINANDRO JOSÉ DE BARBA na ordem de 1% (um por cento) calculado sobre o vencimento base constante no quadro próprio, conforme Lei Municipal 497/2011 em seu artigo 93.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 05 dias do mês de Janeiro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/PMF/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 02/PMF/2017;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de "brita graduada" e "pedra macadame", para uso em diversas obras de pavimentação e manutenção das ruas do Município de Forquilha/SC, para o exercício de 2017.

DATA DE ABERTURA: Dia 19 de janeiro de 2017 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 05 de janeiro de 2017.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

DECRETO Nº. 002, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº. 002, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DELEGA COMPETÊNCIA PARA REALIZAR MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS BANCÁRIAS E TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegado ao servidor ADEMIR BRANDIELI PEDRO, ocupante do cargo de Secretário de Administração e Finanças, a competência de realizar a movimentação das contas bancárias da Prefeitura Municipal de Forquilha e dos Fundos Municipais, inclusive do Fundo Municipal de Saúde e da Fundação Ambiental Municipal de Forquilha, bem como assinar cheques e demais documentos bancários em conjunto com Prefeito Municipal ou outro servidor por este designado.

Art. 2º Fica delegado aos servidores ADEMIR BRANDIELI PEDRO, ocupante do cargo de Secretário de Administração e Finanças, e LUIZ ROGERIO MEZZARI, ocupante do cargo de Chefe do Departamento de Finanças, a competência para autorizar as transferências financeiras da Prefeitura Municipal de Forquilha e dos Fundos Municipais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 02 de janeiro de 2017.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 02 de janeiro de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 231, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016. (REPUBLICADO)

DECRETO Nº. 231, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

INSTITUI O REGIME DE FÉRIAS COLETIVAS AO FUNCIONALISMO PÚBLICO MUNICIPAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990; art. 139 e seguintes do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e §3º do art. 84 da Lei Municipal nº 487/98;

CONSIDERANDO haver recesso e férias escolares;

CONSIDERANDO que a maioria dos servidores goza férias nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro;

CONSIDERANDO que no mês de janeiro, historicamente tem registro em nosso Município que os serviços públicos em geral têm mantido um ritmo reduzido em relação aos demais períodos do ano, em virtude das férias escolares e a temporada de verão;

CONSIDERANDO que no período das férias coletivas haverá manutenção geral nas máquinas e equipamentos;

CONSIDERANDO que não haverá prejuízo para os serviços essenciais, pois nestes setores não haverá férias coletivas;

CONSIDERANDO que todas as Secretarias manterão plantão para os casos de urgência e emergência,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o regime de férias coletivas ao funcionalismo público do Executivo Municipal, no período compreendido entre os dias 02 à 31 de janeiro de 2017.

§ 1º Aos que desempenham atividades consideradas essenciais não se aplica o regime de férias coletivas.

§ 2º As Secretarias poderão não conceder férias coletivas ou alterar o seu período caso haja interesse público e necessidade de serviço.

Art. 2º Cada Secretaria Municipal manterá plantão para o atendimento dos serviços considerados urgentes.

Art. 3º O regime de férias coletivas poderá ser cancelado a qualquer tempo, em virtude de necessidade imperiosa, estado de emergência, de calamidade pública ou fato novo que necessite dos préstimos dos servidores.

Art. 4º Os servidores contratados há menos de 12 (doze) meses gozarão, na oportunidade, férias proporcionais, iniciando novo período aquisitivo.

Art. 5º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 20 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 20 de dezembro de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONTRATO FMS 67/2016

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 67/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – ASSOC. ANTI-ÁLCOOL E DEP. QUÍMICA DE APOIO AS FAMÍLIAS DO EXTREMO SUL CATARINENSE – VIVER LIVRE.

OBJETO – Prestar de serviços de assistência à saúde, por meio de clínicas especializadas no tratamento de pessoas com dependência química, em regime de internação, para adultos e adolescentes de ambos os sexos, que ofereçam atendimento para internações: voluntária, involuntária, e compulsória, para o exercício de 2017.

VALOR – R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais)

VIGÊNCIA – 02/01/2017 à 31/12/2017

DOTAÇÃO – 1701.2050, fonte de recurso: 3390.102

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Credenciamento nº. 21/FMS/2016.

DATA DA ASSINATURA – 15 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS 68/2016

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 68/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – CENTRO DE TRATAMENTO DE ADICÇÕES - CE-TRAD

OBJETO – Prestar de serviços de assistência à saúde, por meio de clínicas especializadas no tratamento de pessoas com dependência química, em regime de internação, para adultos e adolescentes de ambos os sexos, que ofereçam atendimento para internações: voluntária, involuntária, e compulsória, para o exercício de 2017.

VALOR – R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais)

VIGÊNCIA – 02/01/2017 à 31/12/2017

DOTAÇÃO – 1701.2050, fonte de recurso: 3390.102

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Credenciamento nº. 21/FMS/2016.

DATA DA ASSINATURA – 15 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS 72/2016

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 72/2016

CONTRATANTE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRADADO – DD LABORATORIO BIOQUIMICO LTDA

OBJETO – Constitui objeto do presente Termo Contratual o credenciamento de prestadores de serviços de assistência à saúde, na área ambulatorial básica (eletivo), por meio de exames laboratoriais, no conjunto de procedimentos dos grupo da Tabela unificada

do SUS, para o exercício de 2016.

VALOR – Até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), distribuídos entre as empresas credenciadas, conforme produção.

VIGÊNCIA – 02/01/2017 até 31/12/2017.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei nº. 8.666/93, Credenciamento nº. 27/FMS/2016

DATA DA ASSINATURA – 15 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS 76/2016

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 76/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – CENTRO DE RECUPERAÇÃO LUZ NO VALE - CER-LUZ

OBJETO – Prestar de serviços de assistência à saúde, por meio de clínicas especializadas no tratamento de pessoas com dependência química, em regime de internação, para adultos e adolescentes de ambos os sexos, que ofereçam atendimento para internações: voluntária, involuntária, e compulsória, para o exercício de 2017.

VALOR – R\$ 127.500,00 (cento e vinte e sete mil e quinhentos reais)

VIGÊNCIA – 02/01/2017 à 31/12/2017

DOTAÇÃO – 1701.2050, fonte de recurso: 3390.102

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Credenciamento nº. 21/FMS/2016.

DATA DA ASSINATURA – 15 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 135/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 135/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – COOP. DE PROD. AGRIC. FAMILIAR DE FORQUILHINHA - COONAFOR

DO OBJETO – O presente contrato tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, com verbas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, em consonância com o estabelecido na Lei nº 11.947/2009, Artigo 14, § 1º e de acordo com o edital de Chamamento Público para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar.

VALOR – R\$ 146.463,50 (cento e quarenta e seis mil quatrocentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos)

VIGÊNCIA – 31/12/2016.

DOTAÇÃO – 0501.2014, fonte de recurso: 3390.160 e 3390.100.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Dispensa de Licitação nº. 165/PMF/2016.

DATA DA ASSINATURA – 15 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 141/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 141/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELI ME

OBJETO – contratação de empresa especializada para reforma e ampliação do Centro de Educação Infantil Estrela Guia e reforma da quadra da mesma, situada na Rua João Pedro Saturno, Bairro Saturno, Município de Forquilha/SC, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

VALOR – R\$ 433.221,34 (quatrocentos e trinta e três mil duzentos e vinte e um reais e trinta e quatro centavos).

VIGÊNCIA – 270 (duzentos e setenta) dias corridos (prazo de execução + 90 dias) – 18/09/2017

DOTAÇÃO - 0501.1004.4490 (47)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Tomada de Preço nº. 162/PMF/2016.

DATA DA ASSINATURA – 22 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO FMS 50/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 50/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS 90/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – DD LABORATORIO BIOQUIMICO LTDA

DO OBJETO – credenciamento de prestadores de serviços de assistência à saúde, na área ambulatorial básica (eletivo), por meio de exames laboratoriais, no conjunto de procedimentos dos grupo da Tabela unificada do SUS.

DO PRAZO – O presente termo tem por objetivo a prorrogação da vigência do Contrato FMS nº. 88/2015 de 31/12/2016 para 28/02/2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 19 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO FMS 51/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 51/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 32/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – CLINIIMAGEM DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA

DO OBJETO – Credenciamento de prestadores de serviços de assistência à saúde, por meio de exames de mamografia, conforme

Tabela SUS. Tal assistência deverá atender a população do município de Forquilha.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 32/FMS/2016 de 31/12/2016 para 28/02/2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 20 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO FMS 52/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 52/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 33/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – CLINIIMAGEM DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA

DO OBJETO – credenciamento de prestadores de serviços de assistência à saúde por meio de consultas de especialidades. Tal assistência deverá atender a população do município de Forquilha.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 33/FMS/2016 de 31/12/2016 para 31/03/2016.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 20 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO FMS 53/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 53/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 40/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – CLINIIMAGEM DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA

DO OBJETO – Credenciamento de prestadores de serviços de assistência à saúde, por meio de exames de média e alta complexidade, nos procedimentos de diagnóstico por imagem. Tal assistência deverá atender a população do município de Forquilha.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 40/FMS/2016 de 31/12/2016 para 28/02/2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 20 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 152/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 152/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 37/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – CONSTRUTORA NUNES LTDA

DO OBJETO – Aquisição de material para revestimento e manutenção de vias públicas do Município de Forquilha/SC (aquisição mais transporte e depósito de brita graduada), conforme proposta nº 16211/2016 da Secretaria do Estado de Desenvolvimento Regional/Criciúma junto ao Município de Forquilha, cadastrada no SIGEF/SC, de acordo com a proposta da contratada.

DO PRAZO – Fica acrescido 151 (cento e cinquenta e um) dias no prazo da vigência do contrato 37/PMF/2016 passando de 30/12/2016 para 30/05/2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 26 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AT16SF71**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16SF71
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: POSTO MAÇÃ LTDA
Valor : 156.660,00 (cento e cinquenta e seis mil seiscentos e sessenta reais)
Vigência : Início: 01/12/2016 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 150/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, DE FORMA PARCELADA, DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FME, FMS E SANEFRAI) DURANTE OS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

AT16SF72**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16SF72
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: GEMA DAL MAGRO EIRELI ME
Valor : 29.300,00 (vinte e nove mil e trezentos reais)
Vigência : Início: 05/12/2016 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 151/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESAS DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FMS E FME), DURANTE O PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

AT16SF73**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16SF73
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: KEMHYDRA COM. PROD. QUÍMICOS E PETROQUÍMICOS EIREL
Valor : 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 21/12/2016 Término: 31/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 49/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTO QUÍMICO PARA USO NO TRATAMENTO DE ÁGUA NA ETA, NO TRATAMENTO DO ESGOTO DA ETE JARDIM AMÉRICA E DO CHORUME NO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

AT16SF74**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16SF74
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: KEMHYDRA COM. PROD. QUÍMICOS E PETROQUÍMICOS EIREL
Valor : 112.600,00 (cento e doze mil seiscentos reais)
Vigência : Início: 21/12/2016 Término: 31/03/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE PRODUTO QUÍMICO PARA USO NA ETA (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA) DURANTE O PERÍODO DE DEZEMBRO DE 2016 A MARÇO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0001_2017-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0001/2017 – PMF
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0001/2017-PMF
Objeto: Contratação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARIENSE – CIMCATARINA, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, relativo ao Rateio Fixo das Despesas para Desenvolvimento dos Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas – PROLICITA, para o exercício de 2017, na ação: Desenvolvimento e Gestão de Contratações Compartilhadas. Valor fixo mensal: R\$ 5.104,00 (cinco mil cento e quatro reais). Valor total do contrato: R\$ 61.248,00 (sessenta e um mil duzentos e quarenta e oito reais). Vigência: Início no mês de janeiro de 2017 e término em dezembro de 2017. Fundamento legal: Art. 24, inciso XXVI da Lei 8.666/93, c/c Art. 2, parágrafo 1º, inciso III da Lei 11.107/05.
Fraiburgo(SC), 03 de janeiro de 2017.
Claudete Gheller Mathias – Prefeita

AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0002_2017-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0002/2017 – PMF
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0002/2017-PMF
Objeto: Contratação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARIENSE – CIMCATARINA, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, relativo ao Rateio fixo das despesas para desenvolvimento dos projetos e ações do Programa de Licitações Compartilhadas – PROLICITA, previamente aprovado em Assembléia Geral do Consórcio, para o exercício de 2017, na Ação: Manutenção do Desenvolvimento da Preservação e Conservação Ambiental. Valor fixo mensal: R\$ 2.424,40 (Dois mil quatrocentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos). Valor total do contrato: R\$ 29.092,80 (Vinte e nove mil e noventa e dois reais e oitenta centavos). Vigência: Início no mês de janeiro de 2017 e término em dezembro de 2017. Fundamento legal: Art. 24, inciso XXVI da Lei 8.666/93, c/c Art. 2, parágrafo 1º, inciso III da Lei 11.107/05.
Fraiburgo(SC), 03 de janeiro de 2017.
Claudete Gheller Mathias – Prefeita

AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0003_2017-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0003/2017 – PMF
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0003/2017-PMF

Objeto: Contratação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, relativo ao repasse de recursos financeiros para pagamento das despesas dos serviços e fornecimento de materiais para manutenção da iluminação pública. Valor total do contrato: R\$ 312.000,00 (Trezentos e doze mil reais). Vigência: Início no mês de janeiro de 2017 e término em dezembro de 2017. Fundamento legal: Art. 24, inciso XXVI da Lei 8.666/93, c/c Art. 2, parágrafo 1º, inciso III da Lei 11.107/05.

Fraiburgo(SC), 03 de janeiro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita

AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0004_2017-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0004/2017 – PMF
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0004/2017- PMF

Objeto: Contratação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, relativo ao repasse de recursos financeiros para pagamento das despesas de serviços de telefonia móvel. Valor total do contrato: R\$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais). Vigência: Início no mês de janeiro de 2017 e término em dezembro de 2017. Fundamento legal: Art. 24, inciso XXVI da Lei 8.666/93, c/c Art. 2, parágrafo 1º, inciso III da Lei 11.107/05.

Fraiburgo(SC), 03 de janeiro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita

AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0005_2017-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0005/2017 – PMF
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0005/2017- PMF

Objeto: Contratação do CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, inscrito no CNPJ sob o nº 09.427.503/0001-12, relativo a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, sendo: Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, Gestão de Obras, Gestão Tributária – Gestão do Simples Nacional, Gestão Tributária – Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – GNOTA e Gestão Tributária. Valor total do contrato: R\$ 47.508,96 (quarenta e sete mil quinhentos e oito reais e noventa e seis centavos). Vigência: Início no mês de janeiro de 2017 e término em dezembro de 2017. Fundamento legal: Art 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; no artigo 18 do Decreto Federal n.º 6.017/07; no artigo 24, inciso XIII, primeira parte, e inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal n.º 8.666/93; e na Lei Municipal n.º 2027, de 12/11/2009.

Fraiburgo(SC), 03 de janeiro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita

CT16FMS24

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT16FMS24

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE
COLETIVA - AFSC

Valor : 581.718,75 (quinhentos e oitenta e um mil setecentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 28/12/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 8/2016

Objeto : REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DECORRENTES DA CONTRATAÇÃO DIRETA DE UNIDADE PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA HOSPITALAR DO PLANO DE AÇÃO REGIONAL DA REDE DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIA E EMERGENCIAS DA MICRORREGIÃO MEIO OESTE CATARINENSE NO COMPONENTE LEITOS DE ENFERMARIA CLÍNICA DE RETAGUARDA, EM CONFORMIDADE COM A PORTARIA Nº 2157, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016, QUE HABILITOU A ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA AFSC HOSPITAL FRAIBURGO CNES 420550.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016

NILCE PINZ - Secretária de Saúde

CT16SF37

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT16SF37

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: ONSER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E
SEGURANÇA LTDA

Valor : 7.104,00 (sete mil cento e quatro reais)

Vigência : Início: 20/12/2016 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 50/2016

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA MONITORADA NOS LOCAIS: P7 POÇO TIEPPO NO BAIRRO SÃO MIGUEL, P10 POÇO APARÍCIO NO BAIRRO SÃO MIGUEL, P14 POÇO PORTAL NO LOTEAMENTO PORTAL II E CAPTAÇÃO RIO MANSINHO NO BAIRRO LIBERATA É PELO FATO DE ESTAREM LOCALIZADOS EM LOCAIS SUSCETÍVEIS A OCORRÊNCIA DE VANDALISMOS NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016

JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

EXTRATO DE CONTRATO BRDE 2016

EXTRATO DO CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO FIXO Nº 39372/39373 – FINAME AUTOMÁTICO – BRDE MUNICÍPIOS SC
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Agente: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE. Creditado: Município de Fraiburgo-SC. Objeto: Aquisição de um Rolo Compactador Modelo XS122PDBR e dois veículos Caminhões 6x4 Iveco Tector, modelo 260E30 ID. Valor Total do Contrato: R\$ 567.568,00 (quinhentos e sessenta sete mil, quinhentos e sessenta e oito reais). Data de celebração: 07/12/2016. Prazos: a) Carência: até 15/03/2017; b) Amortização: em 48 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15/01/2018 e a última em 15/12/2021. Processos Administrativos Licitatórios: nº 0274 e 0275/2016 – PMF.

Fraiburgo (SC), 04 de janeiro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeito de Fraiburgo

EXTRATO EDITAL DE ACT Nº 0001-2017 - MEDICO ESF

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0001 DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, para a função pública de Médico de Saúde da Família - ESF. O preenchimento de vagas será para contrato do período de janeiro a abril do ano de 2017, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 186, de 03 de novembro de 2016. As inscrições serão realizadas no período de 06 de janeiro a 06 de fevereiro de 2017, das 12:30 às 17:30 horas, em dia de expediente, na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3043.

Fraiburgo, 04 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GUELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

TA.AT16PMF110

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT16PMF110 - Contrato Nº: AT16PMF100
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: VIGA - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA
Valor : 43.750,00 (quarenta e três mil setecentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 22/12/2016 Término: 02/08/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 112/2016
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE 25% NA QUANTIDADE DO LOTE 2. DE COMUM ACORDO, RESOLVEM TAMBÉM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PARA ATÉ O DIA 02 DE AGOSTO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA.AT16SF39

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT16SF39 - Contrato Nº: AT16SF50
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: WLPN TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA ME
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 01/12/2016 Término: 09/08/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2016
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 09 DE AGOSTO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

TA.AT16SF40

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT16SF40 - Contrato Nº: AT16SF08
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: AGRIMASTER ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
Vigência : Início: 01/12/2016 Término: 31/01/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE JANEIRO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

TA.AT16SF41

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT16SF41 - Contrato Nº: AT16SF34
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: AGRIMASTER ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
Vigência : Início: 01/12/2016 Término: 29/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 70/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 29 DE MAIO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

TA.AT16SF42

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT16SF42 - Contrato Nº: AT16SF35
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: DELCIR BOESING ME
Vigência : Início: 01/12/2016 Término: 29/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 70/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 29 DE MAIO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

TA.AT16SF44**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT16SF44 - Contrato Nº: AT16SF26
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: BUSCHLE & LEPPER S.A.
Vigência : Início: 21/12/2016 Término: 01/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2016
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 01 DE MAIO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS – Presidente

TA.AT16SF45**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT16SF45 - Contrato Nº: AT16SF47
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME
Vigência : Início: 21/12/2016 Término: 14/07/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2016
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 14 DE JULHO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

TA.AT16SF46**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT16SF46 - Contrato Nº: AT16SF56
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: HIFERSANE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁU
Vigência : Início: 21/12/2016 Término: 30/07/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2016
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 30 DE JULHO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

TA.AT16SF47**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT16SF47 - Contrato Nº: AT16SF58
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: POLIERG INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 21/12/2016 Término: 30/07/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2016

Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 30 DE JULHO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

TA.AT16SF48**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT16SF48 - Contrato Nº: AT16SF48
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: BRITAGEM GASPAR LTDA
Vigência : Início: 21/12/2016 Término: 02/08/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 112/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 02 DE AGOSTO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

TA.AT16SF49**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT16SF49 - Contrato Nº: AT16SF49
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: VIGA - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA
Vigência : Início: 21/12/2016 Término: 02/08/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 112/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 02 DE AGOSTO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

TA.AT16SF50**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT16SF50 - Contrato Nº: AT16SF13
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: TANAC S.A.
Vigência : Início: 21/12/2016 Término: 08/03/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2016
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 08 DE MARÇO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

TA.AT16SF51**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT16SF51 - Contrato Nº: AT16SF30
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME
Vigência : Início: 21/12/2016 Término: 15/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 57/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 15 DE MAIO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

TA.AT16SF52**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT16SF52 - Contrato Nº: AT16SF29
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: 3 S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA
Vigência : Início: 22/12/2016 Término: 15/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 57/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 15 DE MAIO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

TA.AT16SF53**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT16SF53 - Contrato Nº: AT16SF21
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA
Vigência : Início: 22/12/2016 Término: 24/04/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 24 DE ABRIL DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

TA.AT16SF54**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT16SF54 - Contrato Nº: AT16SF22
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: PINGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA
Vigência : Início: 22/12/2016 Término: 24/04/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 24 DE ABRIL DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

TA.AT16SF55**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT16SF55 - Contrato Nº: AT16SF24
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: FOOT COMERCIAL LTDA ME
Vigência : Início: 22/12/2016 Término: 24/04/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 24 DE ABRIL DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

TA16FMS25**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16FMS25 - Contrato Nº: CT12FMS21
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: MARIA JOSÉ D'ÁLASCIO
Valor : 9.783,83 (nove mil setecentos e oitenta e três reais e oitenta e três centavos)
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 18/05/2017
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2012

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, DE COMUM ACORDO E EM CONFORMIDADE COM O PREVISTO NA CLÁUSULA SEGUNDA CONTRATO E ADITIVOS, E COM FULCRO NO ART. 57 INC. II DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL PARA ATÉ A DATA DE 18.05.2017. OS VALORES A EMPENHAR PARA O EXERCÍCIO DE 2017 DO VALOR COM BONIFICAÇÃO, NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO REFERENTE ALUGUEL E TAXA BANCARIA SERÁ DE R\$ 9.783,83.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016
NILCE PINZ - Secretária de Saúde

TA16SF13**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16SF13 - Contrato Nº: CT15SF03
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: ELY SIRLEY DE ANDRADE
Valor : 3.992,40 (três mil novecentos e noventa e dois reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 14/12/2016 Término: 30/04/2017
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2015
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, DE

COMUM ACORDO E EM CONFORMIDADE COM O PREVISTO NA CLÁUSULA QUARTA E COM FULCRO NO ART. 57 INC. LL DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL PARA ATÉ O DIA 30 DE ABRIL DE 2017. FICA ALTERADA A CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO CT15SF03 E DOS TERMOS ADITIVOS, PASSANDO O VALOR TOTAL DO CONTRATO DE R\$ 22.196,60, PARA R\$ 26.189,00.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS
Presidente

TA16SF14**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16SF14 - Contrato Nº: CT16SF01
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: APARÍCIO DIAS DE MORAIS
Valor : 35.976,00 (trinta e cinco mil novecentos e setenta e seis reais)
Vigência : Início: 14/12/2016 Término: 31/12/2017
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2016
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, DE COMUM ACORDO E EM CONFORMIDADE COM O PREVISTO NA CLÁUSULA SEGUNDA E COM FULCRO NO ART. 57 INC. LL DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL PARA ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2017. FICA ALTERADA A CLÁUSULA TERCEIRA, ITEM 3.1.1 DO CONTRATO, PASSANDO O VALOR TOTAL DO CONTRATO DE R\$ 35.976,00 (TRINTA E CINCO MIL, NOVECIENTOS E SETENTA E SEIS REAIS), PARA R\$ 71.592,00.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS
Presidente

TA16SF15**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16SF15 - Contrato Nº: CT15SF13
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: IRIS AUTOMOVEIS LTDA - EPP
Valor : 11.957,28 (onze mil novecentos e cinquenta e sete reais e vinte e oito centavos)
Vigência : Início: 14/12/2016 Término: 31/12/2017
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 6/2015
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, DE COMUM ACORDO E EM CONFORMIDADE COM O PREVISTO NA CLÁUSULA SEGUNDA E COM FULCRO NO ART. 57 INC. LL DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL PARA ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2017. FICA ALTERADA A CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO CT15SF13 E DOS TERMOS ADITIVOS, PASSANDO O VALOR TOTAL DO CONTRATO DE R\$ 18.736,12, PARA R\$ 30.693,40.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

TA16SF16**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16SF16 - Contrato Nº: CT16SF35
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: LEÃO POÇOS ARTESIANOS LTDA
Valor : 4.630,00 (quatro mil seiscentos e trinta reais)
Vigência : Início: 19/12/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 47/2016
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO NO VALOR DE R\$ 4.630,00 (QUATRO MIL E SEISCENTOS E TRINTA REAIS) DEVIDO A NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO DA REABERTURA DO POÇO, AMPLIANDO ASSIM A EXTENSÃO DO TUBO DE REVESTIMENTO GEOMECÂNICO E DE AÇO PRETO DIN 2440 10", AFIM DE SELAR AS FENDAS EXISTENTES NAS ROCHAS NÃO MACIÇAS, CONFORME PLANILHA ANEXA AO PAL.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 06/2017

PORTARIA Nº 06/2017

NOMEIA O SERVIDOR ADILSON JOSÉ DIAS, PARA, JUNTAMENTE COM PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO, ORDENAR DESPESAS, ASSINAR CHEQUES E ORDENS DE PAGAMENTO.

GERSON DE MATIA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em especial o artigo 34, inciso XXIII, do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Servidor ADILSON JOSÉ DIAS, investido no cargo de provimento efetivo de Gestor Público Legislativo da Câmara Municipal, para, juntamente com o Presidente, ordenar despesas e assinar cheques nominativos ou ordens de pagamento, na forma da lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de janeiro de 2017.

GERSON DE MATIA
Presidente da Mesa

ELISANDRA TIEPO
Téc. Legislativo

PORTARIA Nº 07/2017

PORTARIA Nº 07/2017

DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO PODER LEGISLATIVO E A JORNADA DE TRABALHO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL, NO PERÍODO DE 02 A 31 DE JANEIRO DE 2017, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

GERSON DE MATIA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em especial o artigo 34, inciso II, do Regimento Interno, determina:

Art. 1º - Fica alterado o horário de funcionamento da Câmara Municipal de Fraiburgo, tanto para o expediente interno como o externo, no período de 02 a 31 de janeiro de 2017, conforme discriminação adiante:

De: Segunda à Sexta-Feira - Das: 13h30min às 18h00min

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de janeiro de 2017.

GERSON DE MATIA
Presidente da Mesa
 ADILSON JOSÉ DIAS Gestor Público Legislativo

Galvão

PREFEITURA

DECRETOS 2017 - 009 A 011

DECRETO Nº 009/2017

NOMEIA SERVIDOR RESPONSÁVEL PELO SISTEMA DE ADIANTAMENTO JUNTO AO MUNICÍPIO DE GALVÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/1993 e suas posteriores alterações, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o servidor Denis Albert Spricigo, ocupante do Cargo de Analista de Projetos, matrícula nº 979-2, nomeado para responder pelo Sistema de Adiantamento do Município de Galvão, (Alimentação e Combustível), relativamente à conta corrente nº 046.481-3, junto ao Banco do Brasil S/A, Agência de Galvão-SC, com efeitos a partir desta data.

Art. 2º. Fica ainda, responsável para prestar contas dos recursos recebidos após o gasto total de cada adiantamento, mediante a apresentação de recibos, notas fiscais e/ou outros documentos legais que comprovem a despesa realizada.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 03 de janeiro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 010/2017

NOMEIA SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 518/2005 de 03/11/2005 e nº 520/2005 de 22/11/2005, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o senhor Sidnei Bertuzzi, nomeado para exercer o Cargo em Comissão de Diretor, junto a Diretoria de Transportes e Obras, lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, regime jurídico estatutário, com efeitos a partir do dia 04 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 03 de janeiro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 011/2017

NOMEIA SERVIDORA RESPONSÁVEL PELO SISTEMA DE ADIANTAMENTO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/1993 e posteriores alterações, ainda de acordo com a Lei Municipal nº 746/2013, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a servidora Katia Rebelatto Wosnes, ocupante do Cargo de Enfermeiro, matrícula nº 1044-8, nomeada para responder pelo Sistema de Adiantamento da Secretaria Municipal de Saúde (Pacientes), relativamente à conta corrente nº 005.790-8, junto ao Banco do Brasil S/A, Agência de Galvão-SC, com efeitos a partir desta data.

Art. 2º. Fica ainda, responsável para prestar contas dos recursos recebidos após o gasto total de cada adiantamento, mediante a apresentação de recibos, notas fiscais e/ou outros documentos legais que comprovem a despesa realizada.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 008/2017 de 02/01/2017.

Gabinete do Prefeito em 03 de janeiro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 001/2017

DECRETO N.º 001, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DO DECRETO N.º 87/2012, QUE "DISPÕE SOBRE NORMA PROVISÓRIA PARA CONCESSÃO DE ALVARÁS DE OBRAS NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba, Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o Art. 49, da Lei Orgânica do município:

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, ou até que sejam concluídos estudos ambientais de áreas de preservação permanente neste município, o Decreto n.º 087, de 11 de junho de 2012, que "dispõe sobre norma provisória para concessão de alvarás de obras no município e dá outras providências".

Art. 2º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de janeiro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 05/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

Garuva

PREFEITURA

DECRETO 031/2017

DECRETO Nº 031, DE 03 DE JANEIRO DE 2017

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, I, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar o senhor Plotino de Bitencourt, para responder como gestor do Fundo Municipal da Agricultura.

ART. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

DECRETO 032/2017

DECRETO Nº 032 DE 03 DE JANEIRO DE 2017

“NOMEIA PREGOEIRO E MEMBROS DE EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Rodrigo Adriany David, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado como Pregoeiro e como membros da Equipe de Apoio, para julgar e conduzir os Processos Licitatórios na Modalidade Pregão para o exercício de 2016, os servidores abaixo relacionados:

Pregoeiro: Ivandro Sérgio Lopes
Equipe de Apoio: Verônica de Paula Cordeiro Lennertz
Silvana Mews
Lauro Felipe Raizer
Carla Iizete Ramos
Iolando de Assis
Alexandre Benedet

§1º - Na falta ou impossibilidade do Pregoeiro Ivandro Sérgio Lopes, o mesmo poderá ser substituído pelo membro Iolando de Assis.

§2º - Quando da realização dos certames, os Secretários Municipais deverão indicar um servidor para o acompanhamento do mesmo, de acordo com o objeto licitado.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

DECRETO 033/2017

DECRETO Nº 033 DE 03 DE JANEIRO DE 2017

“INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES PARA O EXERCÍCIO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Rodrigo Adriany David, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída Comissão Permanente de Licitações, para julgar e conduzir os Processos Licitatórios nas Modalidades de Carta Convite, Tomada de Preços e Concorrência para o exercício de 2016, composta pelos seguintes servidores:

Presidente: Ivandro Sérgio Lopes
Secretária: Verônica de Paula Cordeiro Lennertz
Membros: Silvana Mews
Lauro Felipe Raizer
Carla Iizete Ramos
Iolando de Assis
Alexandre Benedet

§1º - Na falta ou impossibilidade do Presidente Ivandro Sérgio Lopes, o mesmo poderá ser substituído pelo membro Iolando de Assis.

§2º - Quando da realização dos certames, os Secretários Municipais deverão indicar um servidor para o acompanhamento do mesmo, de acordo com o objeto licitado.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.290, DE 03 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 7.290, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

EXONERA SERVIDORES COMISSIONADOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Ficam exonerados os servidores comissionados do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, a partir de 01º de janeiro de 2017:

a) ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 382.492.869-87, Diretor Presidente do SAMAE; e

b) JOSÉ CARLOS SCHRAMM, inscrito no CPF sob o nº 488.773.109-44, Assessor Jurídico do SAMAE.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de janeiro de 2017.

Gaspar, 03 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.291, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 7.291, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA JONELDE BIANCHI DAMO PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 01º de janeiro de 2017, a servidora JONELDE BIANCHI DAMO, inscrita no CPF sob o nº 772.321.199-68, para o exercício de cargo em comissão de Diretora de Captação de Recursos, lotada na Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil, ref. 55, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 69, de 22 de dezembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de janeiro de 2017.

Gaspar, 04 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.292, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 7.292, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

ALTERA O INCISO IV DO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 7.285, DE JANEIRO DE 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Altera o inciso IV do artigo 1º do decreto nº 7.285, de janeiro de 2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

IV – lotados na Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil:

a) EZEQUIEL HINTZ, inscrito no CPF sob o nº 895.717.119-34, Assessor Administrativo, ref. 64, com 40 horas semanais, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 04 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.293, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 7.293, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA RAFAEL WEBER PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO DE SUPERINTENDENTE DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 09 de janeiro de 2017, o servidor RAFAEL WEBER, inscrito no CPF sob o nº 004.483.350-42, para o exercício de cargo em comissão de Superintendente de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, lotado na Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil, ref. 70, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 69, de 22 de dezembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 04 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

CÂMARA MUNICIPAL**ATA DA SESSÃO SOLENE DE POSSE DOS VEREADORES, PREFEITO E VICE-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GASPAR, INSTALAÇÃO DA 18ª LEGISLATURA (2017/2020) E ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A SESSÃO LEGISLATIVA DE 2017.**

ATA DA SESSÃO SOLENE DE POSSE DOS VEREADORES, PREFEITO E VICE-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GASPAR, INSTALAÇÃO DA 18ª LEGISLATURA (2017/2020) E ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A SESSÃO LEGISLATIVA DE 2017.

Realizada no dia 1º de janeiro de 2017, às 18h.

18ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa.

Ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, às dezoito horas, nas dependências da Sociedade Cultural e Recreativa Alvorada (conforme previsto na Resolução nº 67/16), foi realizada a CERIMÔNIA DE POSSE DOS VEREADORES, PREFEITO E VICE-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GASPAR, INSTALAÇÃO DA 18ª LEGISLATURA (2017/2020) E ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A SESSÃO LEGISLATIVA DE 2017, segundo as determinações da Lei Orgânica do Município de Gaspar e do Regimento Interno desta Casa Legislativa. Inicialmente, o Mestre de Cerimônia, Servidor Clésio da Costa, abriu a solenidade convidando as seguintes pessoas para fazerem parte da Mesa de Honra (conforme parágrafo único do artigo 5º do Regimento Interno da Casa de Leis): Vereador Diplomado, Sr. JOSÉ HILÁRIO MELATO, para presidir os trabalhos desta Sessão; Prefeito Diplomado, Sr. KLEBER EDSON WAN-DALL; Vice-Prefeito Diplomado, Sr. LUIS CARLOS SPENGLER FILHO; e Vereador Diplomado, Sr. CIRO ANDRÉ QUINTINO, para secretariar esta Sessão. Dando prosseguimento à solenidade, o Mestre de Cerimônia convidou os demais Vereadores Diplomados a tomarem assento no recinto: Sr. CÍCERO GIOVANE AMARO; Sr. DIONÍSIO LUIS BERTOLDI; Sr. EVANDRO CARLOS ANDRIETTI; Sra. FRANCIELE DAIANE BACK; Sr. FRANCISCO HOSTINS JUNIOR; Sr. FRANCISCO SOLANO ANHAIA; Sra. MARILUCI DESCHAMPS ROSA; Sr. ROBERTO PROCÓPIO DE SOUZA; Sr. RUI CARLOS DESCHAMPS; Sr. SILVIO CLEFFI; e Sr. WILSON LUÍS LENFERS. Após, o Mestre de Cerimônia destacou a presença de Representantes de Entidades de Classe, Imprensa, Autoridades diversas, Familiares dos Eleitos e Comunidade em geral. Dando prosseguimento, o Mestre de Cerimônia passou a condução dos trabalhos ao Vereador Presidente desta Sessão, Sr. JOSÉ HILÁRIO MELATO. Ato contínuo, com base no artigo 32 da Lei Orgânica do Município de Gaspar, na qualidade de Presidente dos trabalhos, declarou aberta esta sessão solene de posse e de instalação da Legislatura, de acordo com o artigo 5º do Regimento Interno, que obedeceria a seguinte ordem: I – compromisso, Posse dos Vereadores e Instalação da Legislatura; ii - compromisso e Posse do Prefeito e Vice-Prefeito; iii – suspensão da reunião para preparativos da Eleição da Mesa Diretora; e iv- Eleição da Mesa Diretora para a Sessão Legislativa de 2017. Dando continuidade, o Sr. Presidente dos trabalhos convidou a Senhora TEREZA CRISTINA BENEVENUTTI LAUTÉRIO para cantar o HINO NACIONAL. Ato contínuo, o Sr. Presidente dos trabalhos informou que, como os Senhores Vereadores eleitos em 02 de outubro próximo passado já tinham apresentado seus respectivos diplomas conferidos pela Justiça Eleitoral na Sessão Preparatória de Posse, realizada no dia 20 de dezembro de 2016, ficavam dispensados de apresentarem nesta data. Na sequência, de acordo com o artigo 32, parágrafo único da Lei Orgânica, o Sr. Presidente dos trabalhos solicitou aos Senhores Vereadores a apresentação das respectivas Declarações de Bens, Direitos e Obrigações devidamente atualizadas. Dando prosseguimento, o Sr. Presidente dos trabalhos solicitou ao Sr. Secretário da Mesa Provisória que procedesse à leitura da relação nominal dos Vereadores diplomados presentes, os quais entregaram, um a um,

a respectiva Declaração de Bens, Direitos e Obrigações devidamente atualizadas. A seguir, pelos poderes regimentais e da Lei Orgânica, o Sr. José Hilário Melato, na qualidade de Presidente da Mesa Provisória, convidou os Vereadores, eleitos em 02 de outubro de 2016, para ficarem de pé e prestarem o seguinte compromisso: "COMPROMETO-ME A MANTER, DEFENDER, CUMPRIR E FAZER CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GASPAR E A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, DEFENDENDO A JUSTIÇA SOCIAL, A PAZ E A IGUALDADE DE TRATAMENTO A TODOS." Em seguida, o Sr. Presidente dos trabalhos solicitou ao Sr. Secretário da Mesa Provisória que procedesse à chamada nominal de cada Vereador, os quais, ainda de pé, responderam: "ASSIM O PROMETO". Tendo sido prestado o compromisso de Posse, o Sr. Presidente dos trabalhos solicitou ao Sr. Secretário da Mesa Provisória que procedesse à leitura do TERMO DE POSSE DOS SENHORES VEREADORES, que, após lido e achado conforme, foi assinado por todos os Vereadores, para fins de registro. Prosseguindo, pelos poderes regimentais e da Lei Orgânica, o Sr. José Hilário Melato, na qualidade de Presidente da Mesa Provisória, DECLAROU EMPOSSADOS OS SENHORES VEREADORES PELO PERÍODO DE 1º DE JANEIRO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DECLAROU INSTALADA A 18ª LEGISLATURA, COMPREENDIDA DE 1º DE JANEIRO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020. Finda a Cerimônia de Instalação da 18ª Legislatura e Posse dos Senhores Vereadores, o Sr. Presidente dos trabalhos passou à Solenidade de Posse do Prefeito e Vice-Prefeito eleitos, nos termos do artigo 9º do Regimento Interno desta Edilidade, convidando o Sr. KLEBER EDSON WAN-DALL e o Sr. LUIS CARLOS SPENGLER FILHO a apresentarem os respectivos Diplomas conferidos pela Justiça Eleitoral e Declaração de Bens, Direitos e Obrigações de seus patrimônios, devidamente atualizada conforme artigo 66, § 1º da Lei Orgânica Municipal. Após, o Sr. Presidente dos trabalhos solicitou ao Sr. Prefeito diplomado que proferisse, de pé, o seu compromisso de posse: "COMPROMETO-ME A MANTER, DEFENDER, CUMPRIR E FAZER CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GASPAR E A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, DEFENDENDO A JUSTIÇA SOCIAL, A PAZ E A IGUALDADE DE TRATAMENTO A TODOS." Em seguida, o Sr. Presidente dos trabalhos solicitou, também, ao Sr. Vice-Prefeito diplomado que proferisse de pé, o seu compromisso de posse. Após terem sido prestados os compromissos de Posse do Sr. Prefeito e do Sr. Vice-Prefeito, o Sr. Presidente dos trabalhos solicitou ao Sr. Secretário da Mesa Provisória que procedesse à leitura do Termo de Posse do Prefeito e do Vice-Prefeito, que, após lido e achado conforme, foi assinado pelo Prefeito, Vice-Prefeito e pelo Presidente e Secretário desta Mesa Provisória. Em seguida, nestes termos, cumpridos os trâmites regimentais, o Sr. Presidente dos trabalhos DECLAROU EMPOSSADOS NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GASPAR O SR. KLEBER EDSON WAN-DALL E, NO CARGO DE VICE-PREFEITO, o SR. LUIS CARLOS SPENGLER FILHO, PARA O MANDATO COMPREENDIDO ENTRE 1º DE JANEIRO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020. Ato contínuo, o Sr. Presidente dos trabalhos solicitou aos presentes saudarem os Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito empossados com uma salva de palmas. Dando prosseguimento, conforme artigo 10, inciso I do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, o Sr. Presidente dos trabalhos convidou o Vereador FRANCISCO HOSTINS JUNIOR (Vereador mais votado) para realizar seu pronunciamento. Em seguida, conforme artigo 10, inciso II do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, o Sr. Presidente dos trabalhos concedeu a palavra ao Exmo. Prefeito Municipal de Gaspar, Sr. KLEBER EDSON WAN-DALL para realizar seu pronunciamento. Dando continuidade, o Sr. Presidente dos trabalhos convidou a Senhora TEREZA CRISTINA BENEVENUTTI LAUTÉRIO para cantar o

HINO DE GASPAR. Na sequência, encerrados os trabalhos constantes no artigo 6º, incisos I e II do Regimento Interno, com o compromisso e posse dos eleitos em 02 de outubro de 2016 e Instalação da Legislatura, de acordo com o artigo 11 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Gaspar, o Sr. Presidente dos trabalhos suspendeu a sessão, pelo prazo de até (30) trinta minutos, para que fossem efetuados os preparativos da eleição da Mesa Diretora desta Câmara para a Sessão Legislativa de 2017. Antes de desfazer a Mesa de Honra, o Sr. Presidente dos trabalhos agradeceu a presença de todos, desejando um Feliz Ano Novo. Neste momento, foi desfeita a Mesa de Honra. Findo o período regimental de suspensão da sessão, o Sr. Presidente dos trabalhos reabriu a presente sessão e, nos termos do artigo 26, parágrafo 1º, do Regimento Interno, verificou a presença da maioria absoluta dos Edis. Em seguida, o Sr. Presidente dos trabalhos declarou iniciados os trabalhos de escolha dos membros da Mesa Diretora para o exercício de 2017, nos termos regimentais. Na sequência, o Sr. Presidente dos trabalhos comunicou, nos termos do artigo 26 do RI, que a votação seria secreta, mediante cédula única e impressa, dando-se a eleição para todos os cargos da Mesa Diretora num só ato de votação. Ainda, informou que a cédula de votação seria rubricada por esta Presidência e fornecida aos Vereadores à medida que fossem chamados, sendo depositada na urna, a qual se encontrava sobre esta Mesa Diretora Provisória. Após, o Sr. Presidente dos trabalhos lembrou que, de acordo com o artigo 26, parágrafo 4º, do Regimento Interno, seria nulo o voto: I- contido em cédula não rubricada pelo Presidente; II- que indicasse mais de um nome para o mesmo cargo; III- que contivesse sinal que pudesse identificar o votante; ou IV- que apresentasse rasuras incapazes de defini-lo. Ainda, o Sr. Presidente dos trabalhos lembrou, também, que, nos termos do Regimento Interno: A- seriam eleitos os Vereadores que obtivessem maioria absoluta (7 votos) – artigo 27, parágrafo 1º, do RI; B- se o candidato não obtivesse maioria absoluta, proceder-se-ia, imediatamente, nova eleição para os cargos não preenchidos na primeira, considerando-se eleito o mais votado, ou, em caso de empate, o mais idoso - artigo 27, parágrafo 2º, do RI; C- concorreriam num segundo escrutínio os dois Vereadores mais votados para o cargo e, se houvesse empate, o mais idoso - artigo 27, parágrafo 3º, do RI; e D- os eleitos seriam considerados automaticamente empossados - artigo 27, parágrafo 4º, do RI. Em seguida, o Sr. Presidente dos trabalhos solicitou ao Sr. Secretário da Mesa Provisória que procedesse à chamada nominal de cada Vereador, por ordem alfabética (Obs.: a cédula rubricada foi entregue a cada vereador pelo Presidente da Mesa Provisória). Encerrada a votação secreta, o Sr. Presidente dos trabalhos solicitou a três Vereadores pertencentes a diferentes Bancadas desta Casa Legislativa (de acordo com o caput do art. 27 do Regimento Interno) que procedessem à apuração/contagem dos votos, atuando como escrutinadores, a saber: Bancada do PSDB: Vereadora Franciele Daiane Back; Bancada do PT: Vereadora Mariluci Deschamps Rosa; e Bancada do PMDB: Vereador Francisco Solano Anhaia. Terminada a contagem e conferência dos votos, o Sr. Presidente dos trabalhos DIVULGOU O RESULTADO (número de votos), PROCLAMANDO ELEITOS OS QUE OBTIVERAM MAIORIA ABSOLUTA, a saber: PRESIDENTE: CIRO ANDRÉ QUINTINO, com 07 votos; VICE-PRESIDENTE: SILVIO CLEFFI, com 07 votos; 1º SECRETÁRIO: RUI CARLOS DESCHAMPS, com 07 votos; e 2º SECRETÁRIO: CÍCERO GIOVANE AMARO, com 07 votos. Em seguida, o Sr. Presidente dos trabalhos HOMOLOGOU O RESULTADO e declarou a composição da Mesa Diretora para a Sessão Legislativa de 2017, a qual ficou assim constituída: Presidente: CIRO ANDRÉ QUINTINO; Vice-Presidente: SILVIO CLEFFI; 1º Secretário: RUI CARLOS DESCHAMPS; e 2º Secretário: CÍCERO GIOVANE AMARO. Neste momento, o Sr. Presidente dos trabalhos convidou os eleitos a tomarem assento à Mesa e assumirem seus respectivos cargos. Prosseguindo, o Sr. Presidente da Mesa Diretora da Sessão Legislativa de 2017, Vereador CIRO ANDRÉ QUINTINO, assumiu suas funções e, em seguida, passou a Presidência ao Vice-Presidente, Vereador Silvio Cleffi, e solicitou a palavra. Após, Sr. Presidente em exercício concedeu a palavra ao

Vereador **Ciro André Quintino**, o qual realizou o seu pronunciamento. Ato contínuo, o Sr. Presidente em exercício devolveu a Presidência ao Vereador **Ciro André Quintino**. Em seguida, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos os Senhores, Autoridades, familiares, Municípios e demais convidados. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada esta sessão solene, convocando a 1ª reunião ordinária desta Legislatura, ora instalada, para o dia 07 de fevereiro de 2017, às 15h30min. Para constar, foi lavrada a presente Ata, que será apreciada pela Mesa Diretora.

☐ Observação 1: esta sessão foi gravada na íntegra e está disponível para consulta na Secretaria e no site da Câmara de Vereadores de Gaspar.

☐ Observação 2: presentes nesta Sessão Solene de Posse, os seguintes Servidores Efetivos: Clésio da Costa (Auxiliar de Secretaria); Marcos Alexandre Klitzke (Procurador Jurídico); Maurélio Soares (Técnico em Contabilidade) e Morgana Carina Lenzi (Analista Legislativo).

Gaspar, 01 de janeiro de 2017.

Ciro André Quintino

Presidente da Mesa Diretora da Sessão Legislativa de 2017

Rui Carlos Deschamps

1º Secretário da Mesa Diretora da Sessão Legislativa de 2017

José Hilário Melato

Presidente da Mesa Provisória

Ciro André Quintino

Secretário da Mesa Provisória

SAMAE - GASPAR**PORTARIA N. 05 DE 04 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA N. 05 DE 04 DE JANEIRO DE 2017

NOMEIA ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE A SERVIDORA ANA CAROLINE MORELLO

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir do dia 02 de janeiro 2017, a servidora ANA CAROLINE MORELLO, portadora do CPF nº 058.460.629-03 e da CI nº 5.440.732-0 no cargo em comissão de Assessora de Comunicação, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 55, com 40 horas semanais.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a partir de 02/01/2017.

Gaspar (SC) em, 04 de janeiro de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor-Presidente

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO DF 001/2017 - ORÇAMENTO

DECRETO DF N. 001, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 2.061, de 20 de dezembro de 2016,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

06.00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
06.01	DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
2.013	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CRECHE		
4.4.90.00. 00. 00. 00. 00.3207	Aplicações Diretas	R\$	5.470,18

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores referente ao seguinte recurso:

Cód.	Descrição do Recurso	Valor
3207	Transferência de Convênios - Apoio a Creches - Educação – União – Superávit	R\$ 5.470,18

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
04 de Janeiro de 2017.
MÁRCIO BORBA BLASIUS
Prefeito de Grão-Pará

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 04 de Janeiro de 2017.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

DECRETO N 08-2017-ASSINATURA BANCO FMAS, PREF, FUNDO, FMAS, MAZO

DECRETO N. 08/2017 DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

"NOMEIA O OSMAR LUIZ DA COREGIO EM SUBSTITUIÇÃO AO EXATOR DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ PARA ATUAR JUNTO A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito do Município de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º. Nomear o Sr. OSMAR LUIZ DA COREGIO, em substituição ao EXATOR do Município EMIR MÜLLER BRATI, em gozo de férias, no período compreendido das férias, para, juntamente com o Prefeito Municipal, MARCIO BORBA BLASIUS, atuar junto a Instituições Financeiras, sendo responsável pelas seguintes atribuições, para, em conjunto: emitir cheques, abrir contas de depósito, utilizar o crédito aberto na forma e condições, autorizar cobrança, solicitar saldos e extratos, receber, passar recibo e dar quitação, requisitar talonários de cheques, autorizar débito em conta relativo a operações, retirar cheques devolvidos, endossar cheque, sustar/contra-ordenar cheques, cancelar cheques, baixar cheques, efetuar resgates/aplicações financeiras, efetuar pagamentos, transferências por qualquer meio, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, efetuar saques – conta correntes, efetuar saques – poupança, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro /AASP, consultar contas/aplicações de programas e repasse de recursos federais, liberar arquivos de pagamentos, solicitar saldos/extratos, investimentos e operações de crédito, solicitar saldos/extratos de investimentos, efetuar transferência para mesma titularidade – meio eletrônico, encerrar contas de depósito, assinar proposta de empréstimo/ financiamento e assinar contrato de abertura de crédito, referentes às contas mantidas pelo:

- Município de Grão-Pará, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558.149/0001-55;
- Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS de Grão-Pará sob o CNPJ 01.458.972/0001-97;
- Fundo Municipal de Saúde, inscrito CNPJ sob o nº 02.073.207/0001-11;

- Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, inscrito CNPJ sob o nº 01.860.914/0001-95.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
04 de janeiro de 2017.
MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 04 de janeiro de 2017.

ADEMIR BONETTI
Vice-Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 02.17 AQUISIÇÃO DE CADEIRA ESCALADORA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº02/2017.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 06/17, Edital de Pregão Presencial Nº 02/17. Objeto: AQUISIÇÃO DE CADEIRA ESCALADORA; recebimento de propostas até às 09 horas do dia 23/01/17; a abertura do Edital será às 09 horas do dia 23/01/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br Guaraciaba em 04 de janeiro de 2017.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 03.17 RECAPAGENS DE PNEUS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº03/2017.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 07/17, Edital de Pregão Presencial Nº 03/17, Sistema de Registro de Preços - Tipo Menor Preço por Item. Objeto: Aquisição de Recapagens de Pneus para Veículos, Caminhões, Tratores, Máquinas e Ônibus e Micro-ônibus; recebimento de propostas até às 10 horas do dia 23/01/17; a abertura do Edital será às 10 horas do dia 23/01/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br Guaraciaba em 04 de janeiro de 2017.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 04.17 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA MANUTENÇÃO LIMPEZA DE RUAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº04/2017.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 08/17, Edital de Pregão Presencial Nº 04/17, Objeto: Contratação de Empresa prestadora de Serviços para fazer manutenção e limpeza em ruas do perímetro urbano e manutenção de prédios Públicos; recebimento de propostas até às 14:00 horas do dia 23/01/17; a abertura do Edital será às 14:00 horas do dia 23/01/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br Guaraciaba em 04 de janeiro de 2017.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 17/2017

PORTARIA Nº. 017/2017

Nomeia Camila Emanoela Warmeling.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Camila Emanoela Warmeling na função de Gestora do Hospital Municipal Santo Antônio, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 03 de janeiro de 2017.

Luís Antônio Chiodini
PrefeitoJair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

Guaramirim/SC, 04 de janeiro de 2017.

Luís Antônio Chiodini
PrefeitoJair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº. 20/2017**

PORTARIA Nº. 020/2017

Nomeia Ivone Ursula Kinas Gonçalves da Luz.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Ivone Ursula Kinas Gonçalves da Luz na função Secretária de Saúde, a partir de 04 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 04 de janeiro de 2017.

Luís Antônio Chiodini
PrefeitoJair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº. 18/2017**

PORTARIA Nº. 018/2017

Nomeia Rodrigo Rafael Meurer.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Rodrigo Rafael Meurer na função de Gerente de Programas e Ações, vinculado à Secretaria de Esporte e Lazer, a partir de 04 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 04 de janeiro de 2017.

Luís Antônio Chiodini
PrefeitoJair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº. 21/2017**

PORTARIA Nº. 021/2017

Nomeia Patricia Malko.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Patricia Malko na função Diretora de Suprimentos, vinculada à Secretaria de Administração e Finanças, a partir de 04 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 04 de janeiro de 2017.

Luís Antônio Chiodini
PrefeitoJair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº. 19/2017**

PORTARIA Nº. 019/2017

Nomeia Adilson Andre Araujo.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Adilson Andre Araujo na função de Assistente Administrativo, vinculado à Secretaria de Saúde, a partir de 04 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guarujá do Sul

PREFEITURA

7/2017

DECRETO Nº 07/2017

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.505/16 de 18 de outubro de 2016.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, no exercício de 2016, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

04- Coordenação de Programas:

Atividade: 1104.10.301.0010.2.069

3.3.90.00-00.00.3071- Aplicações Diretas R\$ 7.500,00 -----

Soma R\$ 7.500,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º, fica utilizado o recurso do excesso do Superavit Financeiro do exercício de 2016, referente recursos do MAC, no valor de R\$ 7.500,00.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,

02 de janeiro de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder

Prefeito Municipal

Certificamos que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Júlio Cesar Della Flora

Secretário Administração e Fazenda

AVISO DE LICITAÇÃO - FMS PL 01 IL 01 CRE 01

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul.

Fundo Municipal de Saúde

PROCESSO LICITATORIO Nº. 01/2017 – INEXIGIBILIDADE Nº. 01/2016

O município de Guarujá do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados o Edital de Credenciamento nº. 01/2017 aquisição de serviço para realização de exames laboratoriais destinados aos pacientes da Secretaria Municipal de Saúde de Guarujá do Sul para o ano de 2017.

Habilitação e Proposta: 17/01/2017 as 08:15

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:00 as 13:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 05 de janeiro de 2017.

Adelise de Oliveira,

Secretária do FMS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 02/2015 - Pregão Presencial Nº. 02/2015.

Objeto: Aquisição de medicamentos para serem distribuídos para os pacientes da Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 12/03/2015.

(Documentos as 08:15 horas / Abertura as 08:30 horas).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal informações pelo fone 49 36420122 ou no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 26 de fevereiro de 2015.

Vera L. Segat,

Gestora do FMS.

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 001_2017

Decreto Administrativo 001/2017.

Nomeia membros integrantes da Comissão Permanente de Licitações e adota outras providências.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e, em especial o Artigo 51, Seção IV, Capítulo II da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores:

D e c r e t a:

Art. 1º Para o Exercício de 2017, a Comissão Permanente de Licitações nas modalidades de CONVITE, TOMADA DE PREÇOS, CONCORRÊNCIA PÚBLICA E LEILÃO do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, incumbidas nos trabalhos de processamento, avaliação e julgamento da: habilitação preliminar, avaliação de pedidos de inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e das propostas, passa a ser integrada pelos seguintes servidores:

Membros Titulares

I - Julio Cesar Della-Flora

II – Francisco Junior Garcia de Mattos

III- Claudenice Caramori

Parágrafo único A presidência da Comissão será exercida pelo servidor indicado no inciso I deste artigo.

Art. 2º Integrarão a Comissão de que trata este Decreto, na condição de suplentes, os seguintes servidores:

Membros Suplentes

I – Cristina Maria Freddi Ody

II – Tatiana Teresinha Zavascki

Parágrafo único. O membro suplente será convocado a atuar na Comissão na ausência do titular.

Art. 3º Os servidores nomeados através deste Decreto exercerão suas funções pelo prazo de 01 (um) ano.

Parágrafo Único. O membro titular da Comissão Permanente de Licitação poderá ser reconduzido à função respeitando-se o disposto no artigo 51, § 4º da Lei nº 8.666/93.

Art. 4º As funções de membro da Comissão Permanente de Licitação serão exercidas no horário de expediente da administração, não sendo remunerada.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em,
02 de janeiro de 2017.

65º ano da Fundação e 55º ano da Instalação

Claudio Junior Weschenfelder

Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Julio Cesar Della Flora

Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 002_2017

Decreto Administrativo nº 002/2017

Designa Pregoeiro e respectiva Equipe de Apoio, contendo outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, com fundamento no artigo 63, inciso VII da lei Orgânica e artigo 3º, Inciso IV da Lei 10520/02, considerando a necessidade da designação de servidor municipal para atuar como pregoeiro, nos Pregões a serem realizados pela Administração Municipal:

DECRETA:

Art. 1º Designada a servidor Claudenice Caramori, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnica em Compras, para a partir da data de 02 de janeiro do presente Exercício, atuar como PREGOEIRO nos Pregões a serem realizados pela Administração Municipal.

Art. 2º Para cumprimento disposto no Inciso IV, do Art. 3º. da Lei supra mencionada, Ficam designados os Servidores:

- Julio Cesar Della Flora-Secretário de Administração e Fazenda, Lidiane Isabel Ruhoff-Fiscal de Obras e Francisco Junior Garcia de Mattos-Fiscal de Tributos, para integrarem a equipe de apoio, cujas atribuições, dentre outras inclui: o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em,
02 de janeiro de 2017.
65º ano da Fundação e 55º ano da Instalação

Claudio Junior Weschenfelder
Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Julio Cesar Della Flora
Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 003_2017

Decreto Administrativo nº. 003/2017.

Fixa o Valor das diárias, para o exercício de 2017, e adota outras providências.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e em especial o Art. 3º da Lei Municipal 2.296/2013 de 09 de setembro de 2013:

RESOLVE:

Art. 1º Os valores das diárias que tem como desígnio cobrir despesas de alimentação e pousada dos servidores públicos municipais, para o Exercício de 2017, fica acrescida em 7,1907% decorrente da variação do IGP-M, acumulada no Exercício de 2016, entre os meses de janeiro a dezembro, conforme Tabela de Valores, em anexo, parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em,
02 de janeiro de 2017.
65º ano da Fundação e 55º ano da Instalação

Claudio Junior Weschenfelder
Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Julio Cesar Della Flora
Secretário de Administração e Fazenda

TABELA PARA BASE DE CÁLCULO QUE FIXA VALORES DAS DIÁRIAS EXERCÍCIO 2017

CARGOS	Distrito Federal	Capitais de Estados	Até 150 km	Acima de 150Km
Prefeito e Vice Prefeito	R\$ 786,05	R\$ 463,55	R\$ 120,79	R\$ 362,76
Secretários Municipais, Cargos Comissionados e de Confiança, Contador , Tesoureiro, Auditor	R\$ 544,17	R\$ 282,13	R\$ 76,51	R\$ 181,32
Demais Funcionários	R\$ 342,08	R\$ 181,32	R\$ 56,38	R\$ 141,04

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em,
02 de janeiro de 2017.
65º ano da Fundação e 55º ano da Instalação

Claudio Junior Weschenfelder
Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Julio Cesar Della Flora
Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 004_2017

Decreto Administrativo nº 004/2017.

Adota Turno Único na Jornada de Trabalho, e contém outras providências.

Claudio Junior Weschenfelder, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e, de acordo com o Inciso VII, Art. 63, Seção II da Lei Orgânica do Município promulgada em 05 de abril de 1990, e Art. 222 da Lei Municipal n.º 1.048/91 de 11 de dezembro de 1991 (Estatuto Unificado dos Servidores Públicos Cíveis do Município):

D E C R E T A:

Art. 1º Adota Turno Único, nas repartições públicas municipais de 06h diárias ininterruptas para os Servidores com jornada de Trabalho de 8 horas diárias, sendo das 07h00 às 13h00, de segundas a sextas-feiras, a partir da data de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º O presente Decreto não se estende às atividades desenvolvidas pelas:

- Secretaria Municipal de Saúde;
- Conselho Tutelar,
- Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer e,
- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em,
02 de janeiro de 2017.

65º ano da Fundação e 55º ano da Instalação

Claudio Junior Weschenfelder
Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Julio Cesar Della Flora
Secretário de Administração e Fazenda

EXTRATO DE CONTRATO / PREF 06 / FMS 02 / FMAS 03

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 06/2017

PROCESSO LICITATORIO Nº. 51/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: CARAMORI COM DE COMBUS E TRANSP LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de combustíveis (Gasolina Comum, Óleo Diesel e Óleo Diesel S10) para a manutenção da frota de máquinas e veículos do Município de Guarujá do Sul - PREF, para o exercício de 2017.

VALOR TOTAL: R\$ 467.515,00

VIGENCIA DO CONTRATO: 31/12/2016

Guarujá do Sul, SC, 03 de janeiro de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 02/2017

PROCESSO LICITATORIO Nº. 51/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: CARAMORI COM DE COMBUS E TRANSP LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de combustíveis (Gasolina Comum, Óleo Diesel e Óleo Diesel S10) para a manutenção da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2017.

VALOR TOTAL: R\$ 139.400,00

VIGENCIA: 31/12/2017.

Guarujá do Sul, SC, 03 de janeiro de 2017.

Adelise de Oliveira,
Secretária do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

CONTRATO Nº. 03/2017

PROCESSO LICITATORIO Nº. 51/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADO: CARAMORI COM DE COMBUS E TRANSP LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de combustíveis (Gasolina Comum) para a manutenção da frota de veículos do Fundo Municipal de Assistência Social para o exercício de 2017.

VALOR TOTAL: R\$ 9.725,00

VIGENCIA: 31/12/2017.

Guarujá do Sul, SC, 03 de janeiro de 2017.

Adelise de Oliveira,

Gestora do FMAS.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

EDITAL Nº 001/2017/SMECE

EDITAL Nº 001/2017/SMECE

Dispõe sobre a escolha de vagas para preenchimento de Cargos Efetivos na forma do Concurso Público nº 016/2014, homologado pelo Decreto nº 3.516 de 14 de abril de 2016.

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste, Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e de conformidade com a Lei Complementar nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013, torna público o seguinte:

Art. 1º - DAS VAGAS DISPONÍVEIS

Cargo: Professor de Educação Infantil

Lotação/Unidade Escolar	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
CME Pequeno Príncipe	Vespertino	20h	01
GEM Nossa Senhora de Fátima	Vespertino	20h	01
EBM Cruz e Sousa	Vespertino	20h	01
GEM Professor Adolfo Becker	Vespertino	20h	01
ERM Professor Alcino Fernandes	Vespertino	20h	01
Total			05

Art. 2º - DA DIVULGAÇÃO

A divulgação oficial das informações referentes a este Edital será efetuada por intermédio de publicação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Rua Nereu Ramos, 389, Centro e no Diário Oficial dos Municípios www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Art. 3º - DA ESCOLHA DAS VAGAS

A escolha das vagas se dará respeitando a ordem classificatória do Concurso no momento da apresentação da documentação para a nomeação e se efetivará a lotação imediatamente após a posse, conforme dispõe o Art. 38 § 2º da Lei Complementar 316/2013.

Art. 4º - Este Edital terá validade a partir da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste, 04 de janeiro de 2017.

AMÉRICO LORINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 041/2017

PORTARIA Nº 041/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

REINTEGRAR, a Servidora VANESSA ALBERTI WILLMSEN (Matr. 4325), a qual exerce a função de Professor, Nível/Referência – 2/A, 40 horas semanais, Educação Infantil, Anexo XI da LC Nº 316/2013, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a contar de 02 de janeiro de 2017 até a conclusão do benefício de Licença Maternidade, conforme preceitua o Artigo 107, da Lei Complementar Nº. 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 042/2017

PORTARIA Nº 042/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora ANGELA MARIA FINGER (Matr. 2777), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "C", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2013 a 18 de agosto de 2014, para serem gozadas a contar de 02 de janeiro de 2017 a 13 de janeiro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 043/2017

PORTARIA Nº 043/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 24 (vinte e quatro) dias de Licença Prêmio, à servidora FRANCINE BULH LORASCHI (Matr. 2676), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível – 12/1, Referência "C", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2014 a 18 de agosto de 2016, para serem gozadas a contar de 02 de janeiro de 2017 a 25 de janeiro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 044/2017

PORTARIA Nº 044/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Retificar e dar nova redação à Portaria nº 973/2011, que homologou o Estágio Probatório do Servidor MOACIR ALVES (Matr. 2848), onde se lê: "haja vista ter cumprido o período de 3 (três) anos de Estágio Probatório de 07 de agosto de 2008 a 20 de outubro de 2011, com interstício de 30 (trinta) dias";

Leia-se: "haja vista ter cumprido o período de 3 (três) anos de Estágio Probatório de 07 de agosto de 2008 a 06 de setembro de 2011, com interstício de 30 (trinta) dias";

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 045/2017

PORTARIA Nº 045/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Retificar e dar nova redação à Portaria nº 058/2014, que concedeu 12 (doze) dias de Licença Prêmio, ao servidor MOACIR ALVES (Matr. 2848), onde se lê: "referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2012 a 18 de agosto de 2013";

Leia-se: "referente ao período aquisitivo de 06 de setembro de 2011 a 05 de setembro de 2012";

E, CONCEDER 24 (vinte e quatro) dias de Licença Prêmio, ao servidor supracitado, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº 281/2011, referente ao período aquisitivo de 06 de setembro de 2012 a 05 de setembro de 2014, para serem gozadas a contar de 02 de janeiro de 2017 a 25 de janeiro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 046/2017

PORTARIA Nº 046/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor LUIZ FRANCISCO FERREIRA LIRA (Matr. 171), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Manutenção de Máquinas e Veículos, Nível – 8, Referência "F", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 22 de maio de 2015 e 21 de maio de 2016, para serem gozadas a partir de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 047/2017

PORTARIA Nº 047/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 1168/2016, da Servidora MÁRCIA JUSSARA STEFFANI ZAGONEL (Matr. 97), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Supervisor Escolar, Nível – 12, Referência "E", 40 horas semanais, Anexo XI da Lei Complementar Nº. 316/2013, referente ao período aquisitivo compreendido entre 23 de fevereiro de 2011 e 22 de fevereiro de 2012, para serem gozadas a partir de 03 de janeiro de 2017 a 22 de janeiro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 048/2017

PORTARIA Nº 048/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

INCORPORAR o Adicional por Tempo de Serviço, à servidora Clara MarIa Sobotka Tiepo (Matr. 62), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 5/1/A, Anexo XI, 40 (quarenta) horas semanais, nos termos do artigo 68 e seus parágrafos, previsto no Anexo XIV da Lei Complementar Nº 316/2013; referente ao período aquisitivo compreendido entre Outubro de 2011 e Outubro de 2016, num percentual acumulado de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o Salário Base.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

PORTARIA Nº 049/2017

PORTARIA Nº 049/2017

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE,

AVERBAR O TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO, da Servidora CLARA MARIA SOBOTKA TIEPO (matr. 62), ocupante do cargo de Provimento Efetivo do Anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, de Professor, Nível – 5/1, Referência – “A”, conforme Certidão nº 20022040.1.00082/16-5 de 30/11/2016, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, que certificou o tempo de contribuição de 06 anos, 04 meses e 26 dias; conforme Certidão nº 824/2000 de 28/12/2000, expedida pela Secretaria de Estado da Administração de Santa Catarina que certificou o tempo de contribuição de 05 anos, 05 meses e 12 dias, ao tempo de contribuição de 25 anos e 09 dias, conforme Certidão nº 163 de 03/01/2017, expedida pela Prefeitura de Herval d' Oeste e homologada pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste – IPREVI-HO; perfazendo para fins de Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição – Especial de Professor, um cômputo geral de 31 anos, 04 meses e 05 dias de tempo de contribuição.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 03 de janeiro de 2017.

AMÉRICO LORINI

Prefeito de Herval d' Oeste

PORTARIA Nº 050/2017

PORTARIA Nº 050/2017

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

CONCEDER Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição – Especial de Professor de Educação Infantil, Fundamental e Médio –, à Servidora Pública Municipal CLARA MARIA SOBOTKA TIEPO e DECLARAR a vacância do cargo ocupado, o qual exercia as funções inerentes ao cargo de provimento efetivo de Professor – Anexo XI da LC nº 316/2013/Quadro Geral de Carreira deste Município, Matrícula nº 62, Nível 5/1, Referência “A”, 40 horas semanais; com fundamento nos termos do Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005; a partir de 03 de janeiro de 2017.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste (SC), 03 de janeiro de 2017.

AMÉRICO LORINI

Prefeito de Herval d' Oeste

PORTARIA Nº 051/2017

PORTARIA Nº 051/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Readaptação, por prazo indeterminado em decorrência de limitação de capacidade física à atividade laborativa inerente ao cargo de carreira, com base na recomendação médico-pericial, com fundamento no artigo nº 33 da LC Nº 281/2011, à Servidora DIRLI TEREZINHA MALAQUIAS (Matr. 2850), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, 40 horas semanais.

A Servidora acima citada executará as funções relacionadas a atividades administrativas, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 052/2017

PORTARIA Nº 052/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora LOURDES FERREIRA BRANDÃO (Matr. 3721), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor de Educação Infantil, Nível – 6, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo XI da LC Nº 316/2013, referente ao período aquisitivo compreendido entre 31 de outubro de 2014 e 30 de outubro de 2015, para serem gozadas a partir de 04 de janeiro de 2017 a 02 de fevereiro de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 053/2017

PORTARIA Nº 053/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora MARISA LANGER (Matr. 4042), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível/Referência – 12/1/A, 40 horas semanais, designada para o cargo de Secretária Municipal de Saúde, Nível – Agente Político, para responder sem ônus para o erário municipal como Gestora do Fundo Municipal de Saúde, a partir de 04 de janeiro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 054/2017

PORTARIA Nº 054/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora IVONE ESQUINA (Matr. 659), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível/Referência - 8/G, 40 horas semanais, designada para o cargo de Diretora de Programas Sociais, Nível – DAS-1, para responder sem ônus para o erário municipal como Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social e do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, a partir de 04 de janeiro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

REPUBLICA PORTARIA Nº 013/2017

PORTARIA Nº 013/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora IVONE ESQUINA (Matr. 659), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível/Referência – 8/G, 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, para responder pela função de Diretor de Programas Sociais, junto a Secretaria de Assistência Social, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 05/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 05, de 02 de janeiro de 2017.
Dispõe sobre a nomeação de Secretária Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a Sra. GRACIELA WIEMES RIBEIRO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 020.769.739-66, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Saúde, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 02 de janeiro de 2017.

Imbituba, 02 de janeiro de 2017.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 06/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 06, de 02 de janeiro de 2017.
Dispõe sobre a nomeação de Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a Sra. EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 826.347.776-04, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 02 de janeiro de 2017.

Imbituba, 02 de janeiro de 2017.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 07/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 07, de 03 de janeiro de 2017.
Dispõe sobre a nomeação de Secretário Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, o Sr. LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 025.702.419-03, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 04 de janeiro de 2017.

Imbituba, 03 de janeiro de 2017.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 08/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 08, de 03 de janeiro de 2017.
Dispõe sobre a nomeação de Secretário Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, o Sr. FILIPE DIAS ANTÔNIO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 050.334.009-08, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Educação, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 04 de janeiro de 2017.

Imbituba, 03 de janeiro de 2017.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 09/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 09, de 04 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, o Sr. LUIZ GONZAGA CARVALHO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 754.553.319-49, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 04 de janeiro de 2017.

Imbituba, 04 de janeiro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 10/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 10, de 04 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, o Sr. ANDERSON CRISTIANO MAXIMIANO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 005.186.289-14, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 04 de janeiro de 2017.

Imbituba, 04 de janeiro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

RESOLUÇÃO SEAGP Nº 001/2017

RESOLUÇÃO SEAGP nº 001, de 04 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre o cadastramento e suspensão de pagamento dos contratos de licitação pública no prazo de 10 (dez) dias úteis.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 14 do DECRETO PMI Nº 005, de 26 de janeiro de 2010, e ainda o disposto no artigo 11 da RESOLUÇÃO Nº 001, de 10 de março de 2010,

CONSIDERANDO a instalação da nova gestão no Centro Administrativo do Município de Imbituba;

CONSIDERANDO orientação do TCE-SC aos novos gestores dos Municípios de Santa Catarina, na identificação de possíveis situações irregulares nos contratos realizados com a Administração Pública;

CONSIDERANDO a orientação do TCE-SC em vedar aos Poderes Executivo e Legislativo contraírem obrigações de despesas nos dois últimos quadrimestres do mandato, corroborado com o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal "Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.";

CONSIDERANDO os princípios que norteiam a Administração Pública insculpidos no Artigo 37, da CRFB c/c o artigo 55, XIII "a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação" da Lei 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica determinado aos Secretários que notifiquem todas as empresas que possuem contratos vigentes com o Município de Imbituba, vinculado à sua secretaria, para que apresentem os documentos descritos no Artigo 27 a 33 da Lei 8.666/93, no prazo de 10 (dez) dias úteis;

Art. 2º - Ficam suspensos os pagamentos de todos os contratos realizados entre o Município de Imbituba e as empresas com contratos vigentes no prazo de 10 (dez) dias úteis;

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 04 de janeiro de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gustavo Borba Benetti
Procurador-Geral do Município

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA CMI Nº 001/2017**

PORTARIA CMI Nº 001/2017

“Nomeia Josué Charles Klein para exercer a Função de Representação de Assessor Jurídico da Presidência”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Nomear, com fundamento no art. 6º e no Anexo VI do art. 22 da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, o senhor Josué Charles Klein, advogado inscrito na OAB/SC com o número 45.639, portador do RG de nº 3.248.087 SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 058.245.399-28, nomeado no emprego público de provimento efetivo de Analista Legislativo pela Portaria CMI nº 012/2016, para exercer a função de representação de Assessor Jurídico da Presidência, fazendo jus a gratificação correspondente, nos termos do anexo VI, do artigo 22, da Lei Complementar nº 1.145/1991.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 04 de janeiro de 2017.

Renato Carlos de Figueiredo

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 04/01/2017.

PORTARIA CMI Nº 002/2017

PORTARIA CMI Nº 002/2017

“Altera nomeação de Rafaela da Rosa Oliveira para exercer a Função de Representação de Chefe do Departamento Administrativo”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Alterar nomeação, com fundamento no art. 6º e no Anexo VI do art. 22 da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, a senhora Rafaela da Oliveira, portadora do RG de nº 3.823.200 SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 065.657.379-16, nomeada no emprego público de provimento efetivo de Técnica Legislativa pela Portaria CMI nº 030/2015, para exercer a função de representação de Chefe do Departamento Administrativo, fazendo jus a gratificação correspondente, nos termos do anexo VI, do artigo 22, da Lei Complementar nº 1.145/1991.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 04 de janeiro de 2017.

Renato Carlos de Figueiredo

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 04/01/2017.

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 33/17

. DECRETO Nº 33/17

. De 04 de janeiro de 2017

NOMEIA COORDENADOR DE SERVIÇO ADMINISTRATIVO/ WINICIUS LUÇOLI FERREIRA RODRIGUES

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83, de 22 de dezembro de 2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir de 04 de janeiro de 2017, para exercer o Cargo em Comissão de Coordenador de Serviços Administrativo, previsto na Lei Complementar nº 83/2008 (símbolo CC-4), e alterações posteriores, com vencimento pertinente ao respectivo cargo, WINICIUS LUÇOLI FERREIRA RODRIGUES, inscrito no CPF sob o nº 056.631.879-28.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 04 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

DECRETO Nº 34/17

. DECRETO Nº 34/17

. De 04 de janeiro de 2017

NOMEIA CHEFE DE DEFESA CIVIL/ CLÁUDIO ARANI NUNES

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83, de 22 de dezembro de 2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir de 04 de janeiro de 2017, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe de Defesa Civil, previsto na Lei Complementar nº 83/2008 (símbolo CC-3), e alterações posteriores, com vencimento pertinente ao respectivo cargo, CLÁUDIO ARANI NUNES, inscrito no CPF sob o nº 834.783.379-68.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 04 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

DECRETO Nº 35/17

. DECRETO Nº 35/17

. De 04 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS / ELAINE CRISTINE THEILACKER / REVOGA DECRETO Nº 9/17

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83, de 22 de dezembro de 2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, para exercer o Cargo em Comissão de Diretora Executiva da Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters, previsto na Lei Complementar nº 83/2008 (símbolo CC-1), e alterações posteriores, com vencimento pertinente ao respectivo cargo, ELAINE CRISTINE THEILACKER, inscrito no CPF sob o nº 049.530.699-19.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2017.

Art. 4º - Revoga-se o Decreto nº 9/17.

Município de Indaial, em 04 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

DECRETO Nº 36/17

. DECRETO Nº 36/17

. De 04 de janeiro de 2017

REVOGA DECRETO Nº 241/13 / COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o Decreto nº 241/13 que, nomeia a Comissão Permanente de Avaliação de Servidores Municipais em Estágio Probatório.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 04 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

DECRETO Nº 37/17

. DECRETO Nº 37/17

. De 04 de janeiro de 2017

DESIGNA GESTOR FIA – FUNDO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – KATIUSCIA SIMONE HARBS

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

Decreta,

Art. 1º - Designa KATIUSCIA SIMONE HARBS, inscrito no CPF sob o nº 796.531.979-91, Secretária Municipal de Assistência Social, a partir de 04 de janeiro de 2017, como Gestora do FIA – Fundo Para Infância e Adolescência e ordenador das despesas bem como para atendimento as demais atribuições previstas no artigo 14, Parágrafo 2º da Lei 4.321/2011 e alterações.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 04 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

DECRETO Nº 38/17

. DECRETO Nº 38/17

. De 04 de janeiro de 2017

NOMEIA COORDENADOR DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL E DO ABRIGO INSTITUCIONAL / OSAIR REGINALDO ANACLETO

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83, de 22 de dezembro de 2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir de 04 de janeiro de 2017, para exercer o Cargo em Comissão de Coordenador da Proteção Social Especial e do Abrigo Institucional, previsto na Lei Complementar nº 83/2008 (símbolo CC-8), e alterações posteriores, com vencimento pertinente ao respectivo cargo, OSAIR REGINALDO ANACLETO, inscrito no CPF sob o nº 768.996.759-00.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 04 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

Ipuacú

PREFEITURA

PL PREF 01.2017 EDITAL DE CHAMAMENTO DE FORNECEDORES

PROCESSO LICITATÓRIO 01/2017

MODALIDADE: OUTRAS MODALIDADES

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CADASTRO DE FORNECEDORES
CHAMAMENTO PARA CADASTRO - PREFEITURA E FUNDOS

A Prefeita Municipal de Ipuacú – SC, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 34, § 1º da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações e em virtude da realização frequente de licitações, efetua chamamento público de fornecedores e prestadores de serviços, eventualmente interessados em cadastrar-se ou atualizar o cadastro existente junto ao Município de Ipuacú - SC.

Para tanto, os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:

Pessoas jurídicas:

- Requerimento para inscrição no Cadastro Municipal de Fornecedores;
- Contrato social e suas respectivas alterações (consolidado), além dos documentos específicos, em caso de sociedades por ações;
- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- Cartão do CNPJ;
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de inscrição junto ao cadastro municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Certidão negativa do FGTS;
- Certidão negativa de débito com a fazenda municipal;
- Certidão negativa de débito com a fazenda estadual;
- Certidão negativa de débito de tributos e contribuições federais e de quitação da dívida ativa da União (CONJUNTA FEDERAL/INSS);
- Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;
- Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício acompanhados do termo de abertura e fechamento de livro contábil;
- Comprovante de registro ou inscrição na entidade profissional competente (CREA, CRM, CRO etc);
- Comprovante de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, para os fins da Lei Complementar 123, se for o caso.
- Cópia do CPF, RG e comprovante residencial com no máximo 60 dias de emissão, do Sócio Administrador da Empresa.

Pessoas físicas:

- Cópia do CFF e RG;
- Comprovante de residência atualizado com no máximo de 60 dias/emissão;
- Comprovação de grau de escolaridade (quando for o caso de inscrição em órgão de classe) mediante diploma e carteira profissional;
- Certidões negativa ou positiva com efeitos de negativa abaixo relacionadas:
 - * Municipal;
 - * Estadual; e,
 - * Federal/INSS.

O Certificado de Registro Cadastral será emitido, tendo prazo de

validade de 01 (um) ano. Fica todavia ressalvados os casos de licitações em que as negativas deverão estar em pleno vigor.

As pessoas físicas ou jurídicas cadastradas no Município de Ipuacú – SC, se obrigam pelas informações que prestarem e documentos que apresentarem, responsabilizando-se ainda pela manutenção das certidões e documentos que tenham prazo de validade e desde que perdurem os requisitos exigidos neste edital. Este edital de chamamento público será afixado no mural público municipal, e disponibilizado no site do município www.ipuacu.sc.gov.br.

Ipuacú - SC, 02 de janeiro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

Visto Assessoria Jurídica. Julcemar Comachio. OAB/SC 18.445

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 022/2017 DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A MARISA ROSSETTO matrícula 093, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2015 A 2016 e gozo de 09/01/2017 a 07/02/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 09/01/2017.

Ipumirim - SC, 04 de Janeiro de 2017.

Volnei Antonio Schmidt
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 023/2017 DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A MICHELE DAL BELLO matrícula 2007, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2015 A 2016 e gozo de 09/01/2017 a 07/02/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 09/01/2017.

Ipumirim - SC, 04 de Janeiro de 2017.

Volnei Antonio Schmidt
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 024/2017 DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A ILDE LIBERATTO BARON matrícula 1041, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2016 A 2017 e gozo de 09/01/2017 a 07/02/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 09/01/2017.

Ipumirim - SC, 04 de Janeiro de 2017.

Volnei Antonio Schmidt
Prefeito Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 2/2017, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2017/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 2/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é: Aquisição de peças para conserto Trator de esteira marca komatsu, serie B13912 modelo D51EX-22, motor nº 3676278RXE, destinado as atividades do DMER. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 04/01/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

PORTARIA N º 010/2017

PORTARIA Nº 010/2017.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001, consoante o previsto no art. 2º, inciso VI, alínea "a" da Lei Complementar nº 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art 1st - CONTRATAR, THAÍS WEBER BODECKE MENDES, nascida em 19/03/1994, portadora do CPF nº 090.249.799-51, RG nº 6.227.756 SESP/SC, para no período de 02/01/2017 a 30/06/2017 exercer as atividades de Monitora de Creche (44h/sem), conforme classificação em Teste Seletivo nº 03/2016/SME, homologado em 02/01/2017 e Contrato de Trabalho Temporário nº 02/2017/SME, vinculada na Secretaria de Educação visando o atendimento temporário e excepcional na área de Educação Infantil.

Art 1st - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de janeiro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N º 011/2017

PORTARIA Nº 011/2017.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001, consoante o previsto no art. 2º, inciso VI, alínea "a" da Lei Complementar nº 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art 1st - CONTRATAR, FLAVIA NOGARA CUSTÓDIO DOS SANTOS, nascida em 05/01/1994, portadora do CPF nº 089.657.669-82, RG nº 5.731.440 SESP/SC, para no período de 02/01/2017 a 30/06/2017 exercer as atividades de Monitora de Creche (44h/sem), conforme classificação em Teste Seletivo nº 03/2016/SME, homologado em 02/01/2017 e Contrato de Trabalho Temporário nº 01/2017/SME, vinculada na Secretaria de Educação visando o atendimento temporário e excepcional na área de Educação Infantil.

Art 1st - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de janeiro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N º 012/2017

PORTARIA Nº. 012/2017.

NOMEIA SERVIDOR PARA O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item V, do artigo 65 e parágrafo único do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo II da já citada Lei,

RESOLVE:

Art 1st - NOMEAR LAUDAIR MOREIRA, nascido em 07/07/1967, portador do CPF nº 588.994.489-49, RG nº 5.795.184 – SSP/SC, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de ASSESSOR DE PLANEJAMENTO E DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, criado através da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001, lotado no Gabinete do Prefeito.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3rd - Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Janeiro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 013/2017

PORTARIA Nº. 013/2017.

NOMEIA SERVIDORA PARA O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE CHEFE DE GABINETE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item V, do artigo 65 e parágrafo único do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo II da já citada Lei,

RESOLVE:

Art 1st - NOMEAR CIRCE NEPPEL SFAIR, nascida em 16/01/1956, portadora do CPF nº 985.903.249-15, RG nº 3.247.055 – SSP/SC, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de CHEFE DE GABINETE, criado através da Lei Complementar n º 007/2001 de

15/10/2001, lotada no Gabinete do Prefeito.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3rd - Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Janeiro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 016/2017

PORTARIA N º. 016/2017.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - PRORROGAR a contar de 24/12/2016 até a data de 30/06/2017, os efeitos da Portaria 062/2016 de 11/03/2016, com redação dada pelas Portarias n º 101/2016 e 132/2016, que dispõe sobre a contratação em caráter Temporário da servidora EDI KOTZLER MORLÓ, nascida em 06/07/1974, portadora do CPF n º 899.083.259-49, RG n º 3.321.453-0 SSP/SC, para exercer as atividades de Auxiliar de Serviços Gerais (44h/sem) em substituição a servidoras efetivas em gozo de férias regulamentares.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24/12/2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Janeiro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 018/2017

PORTARIA N º. 018/2017.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - PRORROGAR a contar de 24/12/2016 até a data de 30/06/2017, os efeitos da Portaria 188/2016 de 22/08/2016, que dispõe sobre a contratação em caráter Temporário da servidora NEUSA KONIG nascida em 22/10/1974, portadora do CPF n º 018.750.399-02 RG n º 6.895.418 SESP/SC, para exercer as

atividades de Auxiliar de Serviços Gerais (44h/sem) em substituição a servidora efetiva NOELI RINCÃO ROSINSKI, em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24/12/2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Janeiro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 019/2017

PORTARIA N º. 019/2017.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - PRORROGAR a contar de 24/12/2016 até a data de 30/06/2017, os efeitos da Portaria 182/2016 de 15/08/2016, que dispõe sobre a contratação em caráter Temporário da servidora SUZETE APARECIDA ALVES, nascida em 14/01/1979, portadora do CPF n º 044.469.969-40, RG. n º 3.991.708 SESP/SC, para exercer as atividades de Auxiliar de Serviços Gerais (44h/sem) em substituição a servidora efetiva Terezinha Fátima Melniski Zielinski afastada em Auxílio Doença.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24/12/2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Janeiro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 020/2017

PORTARIA N º 020/2017.

“CONCEDE LICENÇA A TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - Conceder Licença à Título de Prêmio por Assiduidade, no período de 02/01/2017 a 01/04/2017, ao servidor efetivo ROBSON ROBERTO BINDER.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

com efeitos a contar desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Janeiro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 021/2017

PORTARIA N º 021/2017.

"CONCEDE LICENÇA A TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - Conceder Licença à Título de Prêmio por Assiduidade, no período de 10/01/2017 a 08/02/2017, ao servidor efetivo JOSÉ ALFREDO PINTO.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Janeiro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 022/2017

PORTARIA Nº 022/2017.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - CONCEDER Licença Maternidade a servidora MARISTELA KOCHAN, no período de 01/01/2017 a 30/04/2017.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos A 01/01/2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Janeiro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 023/2017

PORTARIA Nº 023/2017.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - CONCEDER Licença Maternidade a servidora efetiva TANIA KEROLIM DZIEDZIC, no período de 27/12/2016 a 25/04/2017.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27/12/2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Janeiro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 024/2017

PORTARIA Nº 024/2016.

DELEGA COMPETÊNCIA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1st. DELEGAR à servidora CIRCE NEPPEL SFAIR ocupante do cargo comissionado de Chefe de Gabinete, portadora da CNH Registro nº 00905477308, categoria B, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade da Prefeitura Municipal de Irineópolis, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2nd. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 04 de janeiro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 025/2017

PORTARIA Nº 025/2016.

DELEGA COMPETÊNCIA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1st. DELEGAR ao servidor LAUDAIR MOREIRA ocupante do cargo comissionado de Assessor de Planejamento e de Gestão Administrativa, portador da CNH Registro nº 02968316720, categoria AC, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Irineópolis, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2nd. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 04 de janeiro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 017/2017

PORTARIA Nº 017/2017.

"DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001 consoante o anexo VI – Quadro de Funções Gratificadas, da Lei Complementar nº 057/2012, de 27/03/2012, com redação dada pela Lei Complementar nº 066/2013, de 19/04/2013.

RESOLVE:

Art 1st - DESIGNAR o servidor BERNARDINO PAITRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I(44h/sem), para exercer a Função Gratificada de Encarregado pelos serviços de limpeza e arborização urbana, percebendo gratificação mensal equivalente a Chefia II do Quadro de Funções Gratificadas.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas a partir desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de janeiro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 01/2017

Portaria Nº 1/2017

CONCEDE PODERES A CONTADORA ELENICE IZAURA NEPPEL WAISMANN JUNTO AO BANCO DO BRASIL.

Concede poderes a contadora Elenice Izaura Neppel Waismann CPF:866.861.359-68 junto ao Banco do Brasil para o cadastramento dos poderes abaixo relacionados:

EMITIR CHEQUES

ABRIR CONTAS DE DEPOSITO

AUTORIZAR COBRANÇA

RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO

SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES

REQUISITAR TALONÁRIOS DE CHEQUES

RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS

ENDOSSAR CHEQUE

SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES

CANCELAR CHEQUES

BAIXAR CHEQUES

EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS

CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS

EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE

EFETUAR SAQUES - POUPANÇA

EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO

EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO

EFETUAR PAGAMENTOS, EXCETO POR MEIO ELETRÔNICO

LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GERENCIADOR FINANCEIRO

SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS

EMITIR COMPROVANTES

EFETUAR TRANSFERÊNCIA P/ MESMA TITULARIDADE-

ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO

CONSULTAR OBRIGAÇÕES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO

EFETUAR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO RPG

CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSOS.

Gabinete da Presidência, em 03 de Janeiro de 2017.

SERGIO ROBERTO BINDER

Presidente da Mesa

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

EXTRATO DE CONTARTO

Extrato de contrato de Prestação de Serviço. Termo de Uso Nº 1136/2016. Objeto: Prestação de Serviços de Comunicação Multimídia para o ESF de Paraguaçu. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Contratada: SCM Itaiópolis Ltda -ME. Valor: R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) mensais. Itaiópolis, 30/12/2016. José Heraldo Schritke – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de contrato de Prestação de Serviço. Termo de Uso Nº 1272/2016. Objeto: Prestação de Serviços de Comunicação Multimídia para o ESF do Poço Claro. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Contratada: SCM Itaiópolis Ltda -ME. Valor: R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) mensais. Itaiópolis, 30/12/2016. José Heraldo Schritke – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de contrato de Prestação de Serviço. Termo de Uso Nº 1271/2016. Objeto: Prestação de Serviços de Comunicação Multimídia para o ESF do Distrito. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Contratada: SCM Itaiópolis Ltda -ME. Valor: R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) mensais. Itaiópolis, 30/12/2016. José Heraldo Schritke – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de contrato de Prestação de Serviço. Termo de Uso Nº 1269/2016. Objeto: Prestação de Serviços de Comunicação Multimídia para o ESF Rio da Estiva. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Contratada: SCM Itaiópolis Ltda -ME. Valor: R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) mensais. Itaiópolis, 30/12/2016. José Heraldo Schritke – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de contrato de Prestação de Serviço. Termo de Uso Nº 1182/2016. Objeto: Prestação de Serviços de Comunicação Multimídia para o ESF Bairro Lucena. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Contratada: SCM Itaiópolis Ltda -ME. Valor: R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) mensais. Itaiópolis, 30/12/2016. José Heraldo Schritke – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de contrato de Prestação de Serviço. Termo de Uso Nº 1268/2016. Objeto: Prestação de Serviços de Comunicação Multimídia para o ESF de Iracema. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Contratada: SCM Itaiópolis Ltda -ME. Valor: R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) mensais. Itaiópolis, 30/12/2016. José Heraldo Schritke – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de contrato de Prestação de Serviço. Termo de Uso Nº 1218/2016. Objeto: Prestação de Serviços de Comunicação Multimídia para o ESF Bairro Central. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Contratada: SCM Itaiópolis Ltda -ME. Valor: R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) mensais. Itaiópolis, 30/12/2016. José Heraldo Schritke – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de contrato de Prestação de Serviço. Termo de Uso Nº 1270/2016. Objeto: Prestação de Serviços de Comunicação Multimídia para o ESF de Moema. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Contratada: SCM Itaiópolis Ltda -ME. Valor: R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) mensais. Itaiópolis, 30/12/2016. José Heraldo Schritke – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de contrato de Prestação de Serviço. Termo de Uso Nº 1145/2016. Objeto: Prestação de Serviços de Comunicação Multimídia para a Vigilância Sanitária. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Contratada: SCM Itaiópolis Ltda -ME. Valor: R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) mensais. Itaiópolis, 30/12/2016. José Heraldo Schritke – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de contrato de Prestação de Serviço. Termo de Uso Nº 1224/2016. Objeto: Prestação de Serviços de Comunicação Multimídia para o ESF Bairro Bom Jesus. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Contratada: SCM Itaiópolis Ltda -ME. Valor: R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) mensais. Itaiópolis, 30/12/2016. José Heraldo Schritke – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de contrato de Prestação de Serviço. Termo de Uso Nº 1225/2016. Objeto: Prestação de Serviços de Comunicação Multimídia para o ESF Bairro Vila Nova. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Contratada: SCM Itaiópolis Ltda -ME. Valor: R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) mensais. Itaiópolis, 30/12/2016. José Heraldo Schritke – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato Nº 10/2016. Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica de Direito Privado com capacidade técnica para prestação de serviços médicos especializados nas áreas de: Pronto atendimento médico, internamento hospitalar, e emergências e hospitalares, bem como apoio administrativo e operacional, junto à Fundação Hospitalar Santo Antônio de Itaiópolis – Santa Catarina. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Itaiópolis/SC. Contratada: Medpar – Clínica e Gestão em Saúde Ltda - EPP. CLÁUSULA PRIMEIRA – Alteração da Cláusula sexta – DO PRAZO. Fica prorrogado o prazo da vigência do referido contrato para mais 30 (trinta) dias. Passando a vigência do referido contrato para o dia 30 de janeiro de 2017. Itaiópolis, 30/12/2016. José Heraldo Schritke – Prefeito Municipal.

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 007 DE 02 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Delega atribuições à Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 59 da Lei Orgânica Municipal;

D e c r e t a :

Art. 1º Fica pelo presente, delegadas atribuições à Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento, Tecla Royer Scholz, matrícula nº 15262/01, para efetuar a assinatura da documentação referenciada ao setor financeiro deste Município no que couber e prevista nos incisos XXII e XXIII do artigo 59 da Lei Orgânica do Município de Itapiranga SC.

Parágrafo único. A delegação prevista no caput deste artigo não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 02 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann
Secretario Municipal de Administração.

DECRETO Nº 008 DE 02 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 008, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Delega atribuições ao Secretário Municipal da Administração, Obras e Serviços Urbanos e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 59 da Lei Orgânica Municipal;

D e c r e t a :

Art. 1º Fica pelo presente, delegadas atribuições ao Secretário Municipal da Administração, Obras e Serviços Urbanos, Lauro Schlickmann, matrícula nº 15264/01, para efetuar a assinatura da documentação referenciada ao setor financeiro deste Município no que couber e prevista nos incisos XXII e XXIII do artigo 59 da Lei Orgânica do Município de Itapiranga SC.

Parágrafo único. A delegação prevista no caput deste artigo não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 02 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann
Secretario Municipal de Administração.

DECRETO Nº 009 DE 02 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 009, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Delega atribuições ao Secretário Municipal da Saúde e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 59 da Lei Orgânica Municipal;

D e c r e t a :

Art. 1º Fica pelo presente, delegadas atribuições ao Secretário Municipal da Saúde, Davino Rauber, matrícula nº 7006/01, para efetuar a assinatura da documentação referenciada ao setor financeiro deste Município no que couber e prevista nos incisos XXII e XXIII do artigo 59 da Lei Orgânica do Município de Itapiranga SC.

Parágrafo único. A delegação prevista no caput deste artigo não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 02 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann
Secretario Municipal de Administração.

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 146 A 148/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

ATAS REGISTRO DE PREÇOS – FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2016 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Abastecedora Líder Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 188/2016

OBJETO: Aquisição de óleo diesel S500, óleo diesel S10 e gasolina comum, destinados para abastecimento de máquinas e veículos desta municipalidade.

VALOR: R\$ 231.225,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2017.

Itapiranga – SC., 27 de dezembro de 2016.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2016 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Noar Turismo Ltda - Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 190/2016

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de

serviços de agenciamento de passagens aéreas, para uso do prefeito, vice prefeito, secretários, servidores municipais que se deslocam para cursos e treinamento e para pacientes que realizam tratamentos de saúde.

VALOR: O percentual de desconto é de 99,99% que será aplicado sobre o valor dos serviços efetivamente prestados.

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2017.

Itapiranga – SC., 30 de dezembro de 2016.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 148/2016 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Reunidas Turismo S.A

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 024/2016 - FMS

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais, com linhas e horários diversificados, destinados aos pacientes do SUS e que necessitam de acompanhamento quando necessário e para servidores municipais

VALOR: R\$ 187.044,70

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2017.

Itapiranga – SC., 30 de dezembro de 2016.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 223 A 236/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

ATAS REGISTRO DE PREÇOS – PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 223/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Paloschi & Paloschi Ltda - Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 182/2016

OBJETO: Contratação de serviços de arbitragem para os jogos da 20ª edição dos JAITS - jogos abertos de Itapiranga, conforme autoriza a lei municipal nº 2.497/2008.

VALOR: R\$ 88.000,00

VIGÊNCIA: 22 de dezembro de 2017.

Itapiranga – SC., 23 de dezembro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 224/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Relojoaria Confiança Ltda - Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 183/2016

OBJETO: Aquisição de troféus e medalhas destinadas para premiação dos vencedores dos 20º JAITS - Jogos Abertos De Itapiranga

VALOR: R\$ 16.285,00

VIGÊNCIA: 22 de dezembro de 2017.

Itapiranga – SC., 23 de dezembro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 225/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Potencia Som E Informatica Ltda - Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 184/2016

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais didático pedagógicos para manutenção das atividades das escolas municipais.

VALOR: R\$ 766,50

VIGÊNCIA: 25 de dezembro de 2017.

Itapiranga – SC., 26 de dezembro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 226/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Telecopy Equipamentos Ltda - Epp

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 184/2016

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais didático

pedagógicos para manutenção das atividades das escolas municipais.

VALOR: R\$ 10.767,50

VIGÊNCIA: 25 de dezembro de 2017.

Itapiranga – SC., 26 de dezembro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 227/2016

PARTES: Município de Itapiranga e JP Equipamentos Ltda - Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 184/2016

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais didático pedagógicos para manutenção das atividades das escolas municipais.

VALOR: R\$ 8.554,00

VIGÊNCIA: 25 de dezembro de 2017.

Itapiranga – SC., 26 de dezembro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 228/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Pegasus Atacadista Ltda - Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 184/2016

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais didático pedagógicos para manutenção das atividades das escolas municipais.

VALOR: R\$ 11.769,00

VIGÊNCIA: 25 de dezembro de 2017.

Itapiranga – SC., 26 de dezembro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 229/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Jackson Ubiratan Vargas Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 184/2016

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais didático pedagógicos para manutenção das atividades das escolas municipais.

VALOR: R\$ 1.260,00

VIGÊNCIA: 25 de dezembro de 2017.

Itapiranga – SC., 26 de dezembro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 230/2016

PARTES: Município de Itapiranga e ECOS – Tecnologia Da Informação Ltda - Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 184/2016

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais didático pedagógicos para manutenção das atividades das escolas municipais.

VALOR: R\$ 15.384,50

VIGÊNCIA: 25 de dezembro de 2017.

Itapiranga – SC., 26 de dezembro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 231/2016

PARTES: Município de Itapiranga e SCEL Informática & Telecomunicações Ltda Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 184/2016

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais didático pedagógicos para manutenção das atividades das escolas municipais.

VALOR: R\$ 13.900,00

VIGÊNCIA: 25 de dezembro de 2017.

Itapiranga – SC., 26 de dezembro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 232/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Rogério Luis Delavy - Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 186/2016

OBJETO: Contratação de serviços de motoniveladora para atendimento de serviços de interesse desta municipalidade.

VALOR: R\$ 21.700,00

VIGÊNCIA: 25 de dezembro de 2017.

Itapiranga – SC., 26 de dezembro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 233/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Albater Terraplanagem Ltda - Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 186/2016

OBJETO: Contratação de serviços de motoniveladora para atendimento de serviços de interesse desta municipalidade.

VALOR: R\$ 21.700,00

VIGÊNCIA: 25 de dezembro de 2017.

Itapiranga – SC., 26 de dezembro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 234/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Auto Posto Fronteira Itapiranga Tunápolis Ltda - Epp

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 188/2016

OBJETO: Aquisição de óleo diesel S500, óleo diesel S10 e gasolina comum, destinados para abastecimento de maquinas e veículos desta municipalidade.

VALOR: R\$ 63.700,00

VIGÊNCIA: 25 de dezembro de 2017.

Itapiranga – SC., 26 de dezembro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 235/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Abastecedora Líder Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 188/2016

OBJETO: Aquisição de óleo diesel S500, óleo diesel S10 e gasolina comum, destinados para abastecimento de maquinas e veículos desta municipalidade.

VALOR: R\$ 1.030.025,00

VIGÊNCIA: 25 de dezembro de 2017.

Itapiranga – SC., 26 de dezembro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 236/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Noar Turismo Ltda - Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 190/2016

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de passagens aéreas, para uso do prefeito, vice prefeito, secretários, servidores municipais que se deslocam para cursos e treinamento e para pacientes que realizam tratamentos de saúde.

VALOR: O percentual de desconto é de 99,99% que será aplicado sobre o valor dos serviços efetivamente prestados.

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2017.

Itapiranga – SC., 30 de dezembro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DOS CONTRATOS 036 A 040/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

CONTRATOS – FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2016 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Sociedade Hospitalar Itapiranga Ltda - Epp

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços Nº 030/2015 – FMS

OBJETO: Contratação de serviços de radiodiagnóstico para pacientes do Município de Itapiranga

VALOR: R\$: 9.786,72

VIGÊNCIA: 22 de dezembro de 2017.

Itapiranga – SC., 23 de dezembro de 2016.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2016 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Orbenk Administração e Serviços Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 015/2016 – FMS

OBJETO: Termo de rescisão amigável do Contrato nº 019/2016, cujo objeto é a prestação de serviços de limpeza e conservação nas Unidades Básicas de Saúde, da Secretaria de Saúde, do Município de Itapiranga.

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.

Itapiranga – SC, 26 de dezembro de 2016.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2016 – FMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Inviolável Itapiranga Ltda - ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 02/2015

OBJETO: Prorrogação do contrato de prestação de serviços de monitoramento (sistema de alarme) para as Unidades Básicas de Saúde do município de Itapiranga.

VALOR: R\$ 10.800,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2017.

Itapiranga – SC, 28 de dezembro de 2016.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2016 – FMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2016

PARTES: Município de Itapiranga e APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação de nº 002/2016 – FMS

OBJETO: Prorrogação do contrato de prestação de serviços de saúde para atendimento ambulatorial, aos alunos de Escola Especial e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com as normas do SUS (Serviços Ambulatoriais – externos), sendo parte integrantes deste Contrato.

VALOR: R\$ 116.464,32

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2017.

Itapiranga – SC, 28 de dezembro de 2016.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 040/2016 – FMS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Clínica Médica Soder e Lemos Ltda - ME

ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº 001/2014

OBJETO: Prorrogação do credenciamento para prestação de serviços de clínica médica especializada em ginecologia e obstetrícia, para atendimento a pacientes do município de Itapiranga.

VALOR: R\$ 28.800,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2017.

Itapiranga – SC, 30 de dezembro de 2016.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DOS CONTRATOS 165 A 177/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

CONTRATOS – PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 165/2016

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 135/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Itapiranga – Sicoob Creditapiranga SC Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 170/2013

OBJETO: Prorrogação do contrato de prestação de serviços de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, para proceder a arrecadação de tributos municipais.

VALOR: R\$ 18.000,00

VIGÊNCIA: 31 de março de 2017.

Itapiranga – SC. 22 de dezembro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 166/2016
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 052/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Alto Uruguai Engenharia e Planejamento de Cidades Ltda
ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 032/2016
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato para elaboração do estudo ambiental para a regularização fundiária da área urbana de Itapiranga (SC), atingida pela Área de Preservação Permanente do Rio Uruguai.
VIGÊNCIA: 31 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC. 23 de dezembro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 167/2016
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 188/2015
PARTES: Município de Itapiranga e TRSIS Ltda
ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 193/2015
OBJETO: Prorrogação do contrato de locação e cessão de uso do Sistema TRRURAL - Versão AMEOSC.
VALOR: R\$ 2.388,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2017.
Itapiranga – SC. 26 de dezembro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 168/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Vilson Michels 68196490968
ORIGEM: Pregão Presencial nº 057/2016
OBJETO: Rescisão do Contrato nº 050/2016, cujo objeto é a execução de serviços de limpeza e manutenção da Avenida Uruguai, na cidade de Itapiranga.
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.
Itapiranga – SC. 26 de dezembro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 169/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Betha Sistemas Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial nº 181/2016
OBJETO: Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo.
VALOR: R\$ 229.120,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2017.
Itapiranga – SC. 26 de dezembro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 170/2016
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 189/2015
PARTES: Município de Itapiranga e CESPPO – Processamento de Dados Ltda
ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 194/2015
OBJETO: Prorrogação do contrato de execução de serviços técnicos profissionais de manutenção da seção de legislação do site da prefeitura municipal de Itapiranga – SC
VALOR: R\$ 3.000,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2017.
Itapiranga – SC. 26 de dezembro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 171/2016
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 024/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Informática Itapiranga Ltda - Epp
ORIGEM: Pregão Presencial nº 022/2015
OBJETO: Prorrogação do contrato de fornecimento e instalação de link dedicado e prestação de serviços de provedor de internet, instalação de sistema de telefonia VOIP e provedor de internet via rádio.

VALOR: R\$ 79.320,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2017.
Itapiranga – SC. 27 de dezembro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 172/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Betha Sistemas Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial nº 120/2014
OBJETO: Rescisão do Contrato nº 119/2014, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistemas de gestão pública.
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.
Itapiranga – SC. 27 de dezembro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 173/2016
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 153/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Potenti Soluções em Eletro Energia Ltda - Epp
ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 162/2016
OBJETO: Prorrogação do prazo para execução do projeto para deslocamento da rede elétrica e postes na Linha Chácara e do projeto de instalação de entrada de energia para a bomba de recalque da estação de tratamento de esgoto.
VIGÊNCIA: 28 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC. 27 de dezembro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 174/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Rádio Itapiranga Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 004/2016
OBJETO: contratação de serviços de ráiodifusão para divulgação de atos oficiais, avisos e informações da administração municipal.
VALOR: R\$ 270,00
VIGÊNCIA: 28 de dezembro de 2017.
Itapiranga – SC. 29 de dezembro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 175/2016
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 190/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Info Digitalle Soluções Tecnológicas para Gestão Documental Ltda - ME,
ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 195/2015
OBJETO: Prorrogação do contrato de locação do sistema GEDOC.
VALOR: R\$ 1.848,00
VIGÊNCIA: 30 de junho de 2017.
Itapiranga – SC. 29 de dezembro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 176/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Associação Beneficente Pella Bethania
ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº 195/2016
OBJETO: Acolher e dar atendimento à Jaqueline Ferreira, que se encontra em situação de risco pessoal e social, em regime de abrigo, encaminhada pela Secretaria de Assistência Social do Município, através da Justiça da Infância e Juventude da Comarca de Itapiranga - SC.
VALOR: R\$ 28.960,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2017.
Itapiranga – SC. 29 de dezembro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 177/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Terra Nova Sociedade Beneficente do Vale do Pirapocú
ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº 194/2016
OBJETO: Prestar serviços na execução/fornecimento dos serviços

sócio assistenciais - de proteção social especial de alta complexidade no acolhimento institucional de crianças e adolescentes até 18 anos incompletos, na modalidade de abrigo institucional ou Casa Lar.

VALOR: R\$ 322.740,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2017.

Itapiranga – SC, 29 de dezembro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº 194/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 194/2016

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica prestadora de serviços socioassistenciais para a execução/ fornecimento dos serviços socioassistenciais - de proteção social especial de alta complexidade no acolhimento institucional de crianças e adolescentes até 18 anos incompletos, na modalidade de abrigo institucional ou casa lar.

Contratada: Terra Nova Sociedade Beneficiente do Vale do Pirapocú.

CNPJ: 85.217.628/0001-04

Valor: R\$: 322.740,00

Vigência: 31/12/2017

Fundamento: caput, do artigo 25 da Lei nº 8.666/93.

Itapiranga – SC., 29 de dezembro de 2016

Milton Simon

Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº 195/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 195/2016

OBJETO: Contratação de instituição para acolhimento de Jaqueline Ferreira, conforme decisão judicial.

Contratada: Associação Beneficiente Pella Bethânia

CNPJ: 97.837.561/0001-81

Valor: R\$: 28.960,00

Vigência: 31/12/2017

Fundamento: caput, do artigo 25 da Lei nº 8.666/93.

Itapiranga – SC., 29 de dezembro de 2016

Milton Simon

Prefeito Municipal

PORTARIA 001/2017

PORTARIA Nº 001/2017 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor José Gilvane Lauer, matrícula nº 9941/12, para exercer a função de fiscal das seguintes atas de registro de preços:

- Ata de Registro de Preços nº 223/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 182/2016, para contratação de serviços de arbitragem para

os jogos da 20ª edição dos JAIT - Jogos Abertos de Itapiranga, conforme autoriza a lei municipal nº 2.497/2008.

- Ata de Registro de Preços nº 224/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 183/2016, para aquisição de troféus e medalhas destinadas para premiação dos vencedores dos 20º JAIT - Jogos Abertos De Itapiranga.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 04 de janeiro de 2017.

JORGE WELTER

Prefeito Municipal

José Gilvane Lauer

Fiscalizador

PORTARIA 002/2017

PORTARIA Nº 002/2017 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Elenice Ana Kirchner, matrícula nº 7579/01, para exercer a função de fiscal das Atas de Registro de Preço nº 225, 226, 227, 228, 229, 230 e 231/2016, firmada pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 184/2016, para aquisição, de forma parcelada, de materiais didático pedagógicos para manutenção das atividades das escolas municipais.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 04 de janeiro de 2017.

JORGE WELTER

Prefeito Municipal

Elenice Ana Kirchner

Fiscalizadora

PORTARIA 003/2017

PORTARIA Nº 003/2017 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Paulo José Theobald, matrícula nº 10281/02, para exercer a função de fiscal das Atas de Registro de Preço nº 232 e 233/2016, firmada pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 186/2016, para contratação de serviços de motoniveladora para atendimento de serviços de interesse desta municipalidade.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 04 de janeiro de 2017.
JORGE WELTER
Prefeito Municipal

Paulo José Theobald
Fiscalizador

PORTARIA 004/2017

PORTARIA Nº 004/2017 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Elbio Jucemir Walker, matrícula nº 10281/02, para exercer a função de fiscal das Atas de Registro de Preço nº 234 e 235/2016, firmada pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 188/2016, para aquisição de óleo diesel S500, óleo diesel S10 e gasolina comum, destinados para abastecimento de máquinas e veículos desta municipalidade.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 04 de janeiro de 2017.
JORGE WELTER
Prefeito Municipal

Elbio Jucemir Walker
Fiscalizadora

PORTARIA 005/2017

PORTARIA Nº 005/2017 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Lauro Schlickmann, matrícula nº 10281/02, para exercer a função de fiscal da Ata de Registro de Preço nº 236/2016, firmada pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 190/2016, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de passagens aéreas, para uso do prefeito, vice prefeito, secretários, servidores municipais que se deslocam para cursos e treinamento e para pacientes que realizam tratamentos de saúde.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 04 de janeiro de 2017.
JORGE WELTER
Prefeito Municipal

Lauro Schlickmann
Fiscalizador

PORTARIA 006/2017

PORTARIA Nº 006/2017 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Ademir Rohden, matrícula nº 14715/01, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 165/2016

– 3º T.A. ao Cont. 135/2013, firmada pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial nº 170/2013, para contratação de empresa para prestação de serviços de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, para proceder a arrecadação de tributos municipais.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 04 de janeiro de 2017.

JORGE WELTER

Prefeito Municipal

Ademir Rohden

Fiscalizador

PORTARIA 007/2017

PORTARIA Nº 007/2017 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Herwald Otto Trebien, matrícula nº 10154/03, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 167/2016 – 1º T.A. ao Cont. 188/2015, firmada pelo Município de Itapiranga, em virtude da Dispensa de Licitação nº 193/2015, para cessão de uso do Sistema TRRURAL - Versão AMEOSC (a versão AMEOSC é de uso exclusivo para os municípios associados à Associação dos Municípios do Extremo Oeste Catarinense), de que trata este contrato, dá ao Município o direito de utilizá-lo em forma legível ou interpretável pela configuração prevista e destinada para o Gerenciamento da Produção Primária Municipal de Itapiranga – SC.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 04 de janeiro de 2017.

JORGE WELTER

Prefeito Municipal

Herwald Otto Trebien

Fiscalizador

PORTARIA 008/2017

PORTARIA Nº 008/2017 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Alexandre Hentges Kaspary, matrícula nº 15260/01, para exercer a função de fiscal dos seguintes contratos:

- Contrato nº 169/2016, firmada pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial nº 181/2016, para contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários.

- Contrato nº 171/2016 - 3º T.A. ao Cont. 024/2015, firmada pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial nº 022/2015, para fornecimento e instalação de link dedicado e prestação de serviços de provedor de internet, instalação de sistema de telefonia VOIP e provedor de internet via rádio.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 04 de janeiro de 2017.

JORGE WELTER

Prefeito Municipal

Alexandre Hentges Kaspary

Fiscalizador

PORTARIA 009/2017

PORTARIA Nº 009/2017 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Janete F. Baumann, matrícula nº 11824/02, para exercer a função de fiscal dos seguintes contratos:

- Contrato nº 170/2016 – 1º T.A. ao Cont. 189/2015, firmada pelo Município de Itapiranga, em virtude da Dispensa de Licitação nº 194/2015, para execução de serviços técnicos profissionais de manutenção da seção de legislação do site da prefeitura municipal de Itapiranga – SC.

- Contrato nº 175/2016 - 1º T.A. ao Cont. 190/2015, firmada pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial nº 022/2015, para locação do sistema GEDOC.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 04 de janeiro de 2017.

JORGE WELTER
Prefeito Municipal

Janete F. Baumann
Fiscalizadora

PORTARIA 010/2017

PORTARIA Nº 010/2017 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Tecla Royer Scholz, matrícula nº 15262/01, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 173/2016 – 1º T.A. ao Cont. 153/2016, firmada pelo Município de Itapiranga, em virtude da Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 162/2016, para execução do projeto para deslocamento da rede elétrica e postes na Linha Chácara e do projeto de instalação de entrada de energia para a bomba de recalque da estação de tratamento de esgoto.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 04 de janeiro de 2017.

JORGE WELTER
Prefeito Municipal

Tecla Royer Scholz
Fiscalizador

PORTARIA 011/2017

PORTARIA Nº 011/2017 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica

Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Alcerio Ferreira Cardoso, matrícula nº 14773/02, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 174/2016, firmada pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 004/2016, para contratação de serviços de rádiodifusão para divulgação de atos oficiais, avisos e informações da administração municipal.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 04 de janeiro de 2017.

JORGE WELTER
Prefeito Municipal

Alcerio Ferreira Cardoso
Fiscalizador

PORTARIA 012/2017

PORTARIA Nº 012/2017 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Camylle Patrycia Schäfer, matrícula nº 15255/01, para exercer a função de fiscal dos seguintes contratos:

- Contrato nº 176/2016, firmada pelo Município de Itapiranga, em virtude da Inexigibilidade de Licitação nº 195/2016, para acolher e dar atendimento a Jaqueline Ferreira, que se encontra em situação de risco pessoal e social, em regime de abrigo, encaminhada pela Secretaria de Assistência Social do Município, através da Justiça da Infância e Juventude da Comarca de Itapiranga - SC.

- Contrato nº 177/2016, firmada pelo Município de Itapiranga, em virtude da Inexigibilidade de Licitação nº 194/2016, para prestação os serviços na execução/fornecimento dos serviços sócio assistenciais - de proteção social especial de alta complexidade no acolhimento institucional de crianças e adolescentes até 18 anos incompletos, na modalidade de abrigo institucional ou Casa lar.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 04 de janeiro de 2017.
JORGE WELTER
Prefeito Municipal

Camylle Patrycia Schäfer
Fiscalizadora

PORTARIA 013/2017

PORTARIA Nº 013/2017 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores Kátia Grisotti, matrícula nº 10350/01 e Davino Rauber, matrícula nº 7806/01, para exercer a função de fiscal dos seguintes contratos:

- Contrato nº 036/2016 - FMS, firmada pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para registro de preços nº 30/2015 – FMS, para contratação de serviços contratação de serviços de radiodiagnostico para pacientes do Município de Itapiranga.

- Contrato nº 038/2016 – 2º T.A. ao Cont. 004/2015 - FMS, firmada pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial nº 02/2015, para prestação de serviços de monitoramento (sistema de alarme) para as unidades básicas de saúde do município de Itapiranga.

- Contrato nº 039/2016 – 1º T.A. ao Cont. 002/2016 - FMS, firmada pelo Município de Itapiranga, em virtude da Inexigibilidade de Licitação de nº 002/2016 – FMS, para prestação de serviços de saúde para atendimento ambulatorial em 03.01.07.007-5 – Atendimento/Acompanhamento de Paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, aos alunos de Escola Especial e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com as normas do SUS (Serviços Ambulatoriais – externos).

Art. 2º - Aos Servidores supracitados compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 04 de janeiro de 2017.
JORGE WELTER
Prefeito Municipal

Kátia Grisotti Davino Rauber
Fiscalizadora Fiscalizador

PORTARIA 014/2017

PORTARIA Nº 014/2017 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores Fabiane Koelln, matrícula nº 11184/05 e Davino Rauber, matrícula nº 7806/01, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 040/2016 – 3º T.A. ao Cont. 005/2014 - FMS, firmada pelo Município de Itapiranga, em virtude da Inexigibilidade de Licitação nº 001/2014 – FMS, para prestação de serviços de clínica médica especializada em ginecologia e obstetrícia, para atendimento a pacientes do município de Itapiranga.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 04 de janeiro de 2017.
JORGE WELTER
Prefeito Municipal

Fabiane Koelln Davino Rauber
Fiscalizadora Fiscalizador

PORTARIA 015/2017

PORTARIA Nº 015/2017 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Guido João Soehn, matrícula nº 10335/01, para exercer a função de fiscal da - Ata de Registro de Preços nº 146/2016 - FMS, firmada pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 188/2016, para aquisição de óleo diesel S500, óleo diesel S10 e gasolina comum, destinados para abastecimento de maquinas e veículos desta municipalidade.

Art. 2º - Ao Servidor supracitados compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 04 de janeiro de 2017.
JORGE WELTER
Prefeito Municipal

Guido João Soehn
Fiscalizador

PORTARIA 016/2017

PORTARIA Nº 016/2017 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Kátia Grisotti, matrícula nº 10350/01, para exercer a função de fiscal das seguintes ata de registro de preços:

- Ata de Registro de Preços nº 147/2016 - FMS, firmada pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 190/2016, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de passagens aéreas, para uso do prefeito, vice prefeito, secretários, servidores municipais que se deslocam para cursos e treinamento e para pacientes que realizam tratamentos de saúde.

- Ata de Registro de Preços nº 148/2016 - FMS, firmada pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 024/2016 - FMS, para aquisição, de forma parcelada, de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais, com linhas e horários diversificados, destinados aos pacientes do SUS e que necessitam de acompanhante quando necessário e para servidores municipais.

Art. 2º - Aos Servidores supracitados compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 04 de janeiro de 2017.
JORGE WELTER
Prefeito Municipal

Kátia Grisotti
Fiscalizadora

Jacinto Machado

PREFEITURA

PORTARIAS Nº. 355 A 395 DE 2016

PORTARIA Nº. 355 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora RENATA VICENTE AGOSTINHO, do cargo efetivo de Servente, matrícula nº. 4099, lotada junto a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

PORTARIA Nº. 356 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

Art. 1º - Declarar vacância de cargo público por motivo de exoneração da servidora RENATA VICENTE AGOSTINHO, do cargo efetivo de Servente, matrícula nº. 4099, conforme Portaria nº. 355 de 01 de dezembro de 2016.

PORTARIA Nº. 357 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

Art. 1º - Remover a pedido a Servidora LUCILÉIA MATEUS DA SILVA AGUIAR, matrícula nº. 3923, cargo de Servente, nível SGM, 03I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família.

PORTARIA Nº. 358 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

Art. 1º - Remover a pedido a Servidora MARILDA DA ROCHA PEREIRA TITONI, matrícula nº. 3878, cargo de Servente, nível SGM, 03I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família.

PORTARIA Nº. 359 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora NEUSA ROCHA do cargo em (ACT) de Auxiliar de Ensino, matrícula nº 4019, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 360 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Art. 1º - Nomear NEUSA ROCHA, CPF nº. 062.710.549-19, no cargo de AUXILIAR DE ENSINO, nível MAG-AT - 1 A, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada no CEI Pequeno Cidadão, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, aprovada no Concurso Público nº 001/2014, de 03 de novembro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 361 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.

Art. 1º - Nomear CLEUSA TOMMASI CASAS, CPF nº. 600.000.079-00, no cargo de SERVENTE, nível SGM, 03I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na EMEB Figueira, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, aprovada no Concurso Público nº 001/2014, de 03 de novembro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 362 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora MERI TEREZINHA DE SOUZA do cargo em (ACT) de Professora de Séries Iniciais, matrícula nº 4025, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 363 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016.

Art. 1º - EXONERAR a servidora CINARA RANAKOSKI GUETNER ZEFERINO, portadora do CPF n.º 056.339.789-60, matrícula 3337, do cargo de Chefe de Divisão de Compras, nível DAS-2, lotada junto a Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 364 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016.

Art. 1º - EXONERAR a servidora LILIAN BRISTOT LUCKMANN, portadora do CPF n.º 835.359.420-04, matrícula 3498, do cargo de Chefe de Divisão de Pessoal, nível DAS-2, lotada junto a Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 365 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016.

Art. 1º - EXONERAR o servidor WILLIANS PEREIRA DAL PONT, portador do CPF n.º 074.037.659-40, matrícula 3959, do cargo de Diretor do Desenvolvimento Social e da Família, nível DAS-3, lotado junto a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e da Família, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 366 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

Art. 1º - Colocar a disposição do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, com onus para o mesmo, o Servidor CLÓVIS BRATTI, Registro Funcional CRO-SC 3113, função Odontólogo, pelo espaço de 01 (um) ano, de 04 de janeiro de 2017 à 03 de janeiro de 2018 .

PORTARIA Nº. 367 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

Art. 1º - Prorroga os efeitos da Portaria nº. 149 de 04 de abril de 2016, o período de contratação da servidora MARIZA POSSAMAI CANTELI, matrícula nº 4090, com os vencimentos estabelecidos em Lei, conforme estabilidade gravídica.

PORTARIA Nº. 368 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

Art. 1º - Prorroga os efeitos da Portaria nº. 034 de 15 de fevereiro de 2016, o período de contratação da servidora GABRIELA DE CARVALHO PIVA, matrícula nº 4024, com os vencimentos estabelecidos em Lei, conforme estabilidade gravídica.

PORTARIA Nº. 369 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

Art. 1º - Prorroga os efeitos da Portaria nº. 085 de 23 de fevereiro de 2016, o período de contratação da servidora ZELI TEREZINHA DE OLIVEIRA DOS SANTOS, matrícula nº 4058, até 28/02/2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 370 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

Art. 1º - Prorroga os efeitos da Portaria nº. 070 de 22 de fevereiro de 2016, o período de contratação da servidora ADRIANA SEMPREBOM DOS SANTOS, matrícula nº 4043, até 28/02/2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 371 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

Art. 1º - Prorroga os efeitos da Portaria nº. 188 DE 03 DE MAIO DE 2016, o período de contratação da servidora DERVANE RODRIGUES DOS SANTOS, matrícula nº 4117, até 28/02/2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 372 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

Art. 1º - Prorroga os efeitos da Portaria nº. 192 de 03 de maio de 2016, o período de contratação da servidora ZULMIRA FERREIRA RONZANI, matrícula nº 4112, até 28/02/2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 373 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

Art. 1º - Prorroga os efeitos da Portaria nº. 191 de 03 de maio de 2016, o período de contratação da servidora BRUNA TOMAZ DA ROCHA, matrícula nº 4113, até 28/02/2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 374 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

Art. 1º - Prorroga os efeitos da Portaria nº. 174 de 19 de abril de 2016, o período de contratação da servidora EVANILDA DOS SANTOS BARCELOS CASAGRANDE, matrícula nº 4104, até 28/02/2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 375 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

Art. 1º - Prorroga os efeitos da Portaria nº. 189 de 03 de maio de 2016, o período de contratação da servidora ANA REGINA BALDINI DOS SANTOS, matrícula nº 4115, até 28/02/2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 376 DE 16 DEZEMBRO DE 2016.

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, com respectivos números de matrícula, período de gozo e período aquisitivo, com pagamento de 1/3 (Um terço) a mais do que a remuneração normal, a saber:

NOME DO (A) SERVIDOR (A)	MATR.	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
ALAIDE HENRIQUE BORGES	1121	19/05/15 à 18/05/16	02/01/17 à 31/01/17
ALEX SANDRE DE SOUZA	2453	02/08/14 à 01/08/15	02/01/17 à 31/01/17
ALINE GABRIEL ZANATTA ACORDI	1532	07/05/15 à 06/05/16	02/01/17 à 31/01/17
ANDREIA REGINA ROSA DA SILVA	2350	08/03/15 à 07/03/16	02/01/17 à 31/01/17
ANDREIA RONCONI	991	09/02/15 à 08/02/16	02/01/17 à 31/01/17
ANTONIO ALBERTO DE OLIVEIRA	206	02/02/15 à 01/02/16	02/01/17 à 31/01/17
ANTONIO CARLOS SILVEIRA PAULINO	2230	06/06/15 à 05/06/16	02/01/17 à 31/01/17
ARLETE MARIA CARDOSO	127	27/02/15 à 26/02/16	02/01/17 à 31/01/17
AUREA HAHN FERNANDES	153	09/06/15 à 08/06/16	02/01/17 à 31/01/17
BARBARA REGINA NICOLETTI MEZZARI SARTOR	2505	05/01/15 à 04/01/16	02/01/17 à 31/01/17

CARMEN LUCIA WEIS RECCO	992	21/03/15 à 20/03/16	02/01/17 à 31/01/17
CLEONICE FONTANA POSSAMAI	2339	08/03/15 à 07/03/16	02/01/17 à 31/01/17
CLEUSA MARIA ELIAS PADILHA	156	01/06/15 à 31/05/16	02/01/17 à 31/01/17
CRISTIANE NICOLETTI MEZZARI TONETTO	1464	02/03/15 à 01/03/16	02/01/17 à 31/01/17
DANIELA DAGOSTIN RECCO	2358	16/03/15 à 15/03/16	02/01/17 à 31/01/17
DENICE PACHECO	129	11/09/15 à 10/09/16	02/01/17 à 31/01/17
DIAIR GIUSTI PATEL	2340	08/03/15 à 07/03/16	02/01/17 à 31/01/17
DILCEIA PACHECO PAGANINI	157	02/03/15 à 01/03/16	02/01/17 à 31/01/17
DORALICE FABIANA POKOMAIER DE BETIO	1453	09/02/15 à 08/02/16	02/01/17 à 31/01/17
DORALICE FABIANA DE BETIO	3858	18/02/15 a 17/02/16	02/01/17 à 31/01/17
EDNEIA GUETENER	1270	07/10/15 à 06/10/16	02/01/17 à 31/01/17
ELENISE BARBOSA DE OLIVEIRA	1006	07/06/15 à 06/06/16	02/01/17 à 31/01/17
ELENITA VALDEMAR BORGES	2379	02/04/15 à 01/04/16	02/01/17 à 31/01/17
ELISABETE LUIZ	1310	14/03/15 à 13/03/16	02/01/17 à 31/01/17
ELIZANI LENTZ DE CARVALHO HOMEM	1241	05/07/14 à 04/07/15	02/01/17 à 31/01/17
ELIZETE TEREZINHA DE BORBA	274	02/08/15 à 01/08/16	02/01/17 à 31/01/17
ELOISA CECHINEL DA ROSA	1032	20/03/15 à 19/03/16	02/01/17 à 31/01/17
ELZIRA TRAMONTIM CANDIOTTO	180	19/03/13 à 18/03/14	02/01/17 à 31/01/17
FABIANA ANTONELI CASAGRANDE	1237	05/07/15 à 04/07/16	02/01/17 à 31/01/17
FERNANDO MAGGI RAUPP	2345	08/03/15 à 07/03/16	02/01/17 à 31/01/17
FLAVIO MATEUS DA SILVA	225	28/02/15 à 27/02/16	02/01/17 à 31/01/17
FRANCISCO MOLGARO	1226	01/12/14 à 30/11/15	02/01/17 à 31/01/17
ILIZETE JUST PAULINO	1534	07/05/15 à 06/05/16	02/01/17 à 31/01/17
IVANOR CASAGRANDE	2411	12/05/15 à 11/05/16	02/01/17 à 31/01/17
ISABEL BORGES	2695	28/03/15 à 27/03/16	02/01/17 à 31/01/17
JANETE ANTONIO DE BRITTO ANTONELLI	2348	08/03/15 à 07/03/16	02/01/17 à 31/01/17
JANICE DE FAVERI ELIAS MONTEIRO	1307	25/10/14 à 24/10/15	02/01/17 à 31/01/17
JANICE SPECK DA SILVA RAMOS	2045	24/01/15 à 23/01/16	02/01/17 à 31/01/17
JANICE VALDEMAR BORGES	2343	08/03/14 à 07/03/15	02/01/17 à 31/01/17
JOEDNA DE ARAUJO CARDOSO	2347	08/03/15 à 07/03/16	02/01/17 à 31/01/17
JORGENY CASTRO POSSAMAI	1040	26/06/14 à 25/06/15	02/01/17 à 31/01/17
JUCILENE FERNANDES GABRIEL	959	15/10/15 à 14/10/16	02/01/17 à 31/01/17
LEDA TRAMONTIN ZANATTA	2700	28/04/15 à 27/04/16	02/01/17 à 31/01/17
LIANE HAHN FERNANDES	1935	09/08/14 à 08/08/15	02/01/17 à 31/01/17
LOURDES POSSAMAI	1343	01/04/15 à 06/06/16	02/01/17 à 31/01/17
LUCIANA CARDOSO DE SOUZA	136	05/03/15 à 04/03/16	02/01/17 à 31/01/17
LUCIMAR TAVARES LACERDA DA SILVA	2701	09/02/13 à 08/02/14	02/01/17 à 31/01/17
LUCINEIA ZANATTA	1039	12/06/15 à 11/06/16	02/01/17 à 31/01/17
LUCIR BORGES HILZENDEGER	1535	07/05/15 à 06/05/16	02/01/17 à 31/01/17
LUIZA ALBINO	124	10/08/15 à 09/08/16	02/01/17 à 31/01/17
MANOEL MAGNUS ROQUE	993	21/03/15 à 20/03/16	02/01/17 à 31/01/17
MARIA DE FATIMA VALDATI	167	30/05/15 à 29/05/16	02/01/17 à 31/01/17
MARIA JOANA DOS SANTOS	162	28/02/15 à 27/02/16	02/01/17 à 31/01/17
MARIBEL HIPOLITO	152	09/03/15 à 08/03/16	02/01/17 à 31/01/17
MARILENI ZINGLER CUNN ROECKER	2513	05/01/15 à 04/01/16	02/01/17 à 31/01/17
MARLENE CARDOSO DE BRITTO VALDATI	170	29/10/15 à 28/10/16	02/01/17 à 31/01/17
MARLI BORGES KOINASKI	2400	21/04/15 à 20/04/16	02/01/17 à 31/01/17
MERI TEREZINHA DE SOUZA	2338	08/03/15 à 07/03/16	02/01/17 à 31/01/17
NADIR BADA TRAMONTIN	2511	05/01/15 à 04/01/16	02/01/17 à 31/01/17
NAIR BADA TUON	987	23/03/15 à 22/03/16	02/01/17 à 31/01/17
NAIR VIEIRA BRAVO	173	20/03/15 à 19/03/16	02/01/17 à 31/01/17
NAZARENO MEISTER	2579	18/03/15 à 17/03/16	02/01/17 à 31/01/17
ONESIA SILVA PAULINO	1122	02/04/15 à 01/04/16	02/01/17 à 31/01/17
PATRICIA BOFF GRAEFF	151	01/08/15 à 31/07/16	02/01/17 à 31/01/17
ROSANGELA FERREIRA	2349	08/03/15 à 15/05/16	02/01/17 à 31/01/17
ROSANI VOLOSKI APOLINARIO DOS SANTOS	175	01/03/15 à 29/02/16	02/01/17 à 31/01/17
ROSANIA MONTOVANI DOS SANTOS CAMPOS	277	01/07/15 à 30/06/16	02/01/17 à 31/01/17
ROSENI BOZELLO DE VARGAS	142	14/01/15 à 13/01/16	02/01/17 à 31/01/17
ROSELEIA FERREIRA	2335	16/05/15 à 15/05/16	02/01/17 à 31/01/17
ROZIMAR PATRICIO	188	24/02/15 à 23/02/16	02/01/17 à 31/01/17
SALETE POSSAMAI DELLA FURLANETO	1236	20/09/15 à 19/09/16	02/01/17 à 31/01/17
SANDRA ANTONELLI POSSAMAI DELLA	1238	05/07/15 à 04/07/16	02/01/17 à 31/01/17
SANTA CECHINEL BORGES	2337	08/03/15 à 07/03/16	02/01/17 à 31/01/17
SILVANA FURLANETTO PASCOALI	996	20/03/15 à 19/03/16	02/01/17 à 31/01/17

SIMONETE PATRICIO VALDATI	1004	02/03/15 à 01/03/16	02/01/17 à 31/01/17
SIRLANE HOMEM DOS SANTOS	1533	12/05/15 à 11/05/16	02/01/17 à 31/01/17
SIRLEI PEDRO	143	30/05/15 à 29/05/16	02/01/17 à 31/01/17
SIRLEIA RECCO BETERLI	2341	08/03/15 à 07/03/16	02/01/17 à 31/01/17
SOLANGELA DE NONI PADILHA POSSAMAI DELLA	2344	08/03/15 à 07/03/16	02/01/17 à 31/01/17
SONIA BEATRIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA	989	20/03/15 à 19/03/16	02/01/17 à 31/01/17
SUSANA MARIA	2346	08/03/15 à 07/03/16	02/01/17 à 31/01/17
SUSANA MEZZARI	2719	25/02/15 à 24/02/16	02/01/17 à 31/01/17
TALITA AGUIAR DE MELLO MORGEROT	1523	27/05/15 à 26/05/16	02/01/17 à 31/01/17
TEREZINHA CLAUDETE ANGELINO	182	26/04/15 à 25/04/16	02/01/17 à 31/01/17
TEREZINHA DA LUZ BORGES	126	01/01/15 à 31/12/16	02/01/17 à 31/01/17
TEREZINHA ROSILETE CARARO CARDOSO	181	03/08/15 à 02/08/16	02/01/17 à 31/01/17
VALDIRENE DE NEZ DOS ANJOS	1088	25/01/15 à 24/01/16	02/01/17 à 31/01/17
VALMOR PAULINO	1246	18/06/15 à 17/06/16	02/01/17 à 31/01/17
VANILDA ANGELINO BORGES	1243	05/07/15 à 04/07/16	02/01/17 à 31/01/17
GABRIELA SALA BIANCHINI	3910	02/03/15 a 01/03/16	02/01/17 à 31/01/17
LEOCIR BRISTOT	3890	02/03/15 a 01/03/16	02/01/17 à 31/01/17
ALINE FRASSETO BORGES	3805	10/02/15 a 09/02/16	02/01/17 à 31/01/17
ANGELICA DE BITERNCOURT	3789	10/02/15 a 09/02/16	02/01/17 à 31/01/17
ANGELITTA BADA RONCONI	3798	10/02/15 a 09/02/16	02/01/17 à 31/01/17
DANIELA SARTOR PAULINO	3788	10/02/15 a 09/02/16	02/01/17 à 31/01/17
EDLAINE DE MELO RECCO	3807	10/02/15 a 09/02/16	02/01/17 à 31/01/17
ELISABETE ANTONIO RODRIGUES	3794	10/02/15 a 09/02/16	02/01/17 à 31/01/17
FABIANE BORGES MARTINS	3793	10/02/15 a 09/02/16	02/01/17 à 31/01/17
JANETE PELISSARIPRESTES	3804	10/02/15 a 09/02/16	02/01/17 à 31/01/17
JULIANA ARMINDA BORGES	3812	10/02/15 a 09/02/16	02/01/17 à 31/01/17
LUCILA BROGNI ALBURQUERQUE	3801	10/02/15 a 09/02/16	02/01/17 à 31/01/17
MARCIA MARIA ZANATTA	3811	10/02/15 a 17/02/16	02/01/17 à 31/01/17
MARIA HELENA ANTONELLI	3876	18/02/15 a 17/02/16	02/01/17 à 31/01/17
MARIA ROSELANI BAESSO	3810	10/02/15 a 09/02/16	02/01/17 à 31/01/17
MARIA TEREZINHA ZANATTA	3797	10/02/15 a 09/02/16	02/01/17 à 31/01/17
PRICILA DE FAVERI CANDIOTTO	3795	10/02/15 a 09/02/16	02/01/17 à 31/01/17
RONALDO FERNANDES	3787	10/02/15 a 09/12/16	02/01/17 à 31/01/17
ROSELI CAMBRUZZI DE BORBA	3813	10/02/15 a 09/02/16	02/01/17 à 31/01/17
SELOIR GOMES MACHADO	3808	10/02/15 a 09/02/16	02/01/17 à 31/01/17
SILVANI DOS SANTOS CANDIOTTO	3978	11/06/15 a 10/06/16	02/01/17 à 31/01/17
SIMONE MATEUS RÉUS VIEIRA	3790	10/02/15 a 09/02/16	02/01/17 à 31/01/17
SUELEN TITONI ELIAS	3809	10/02/15 a 09/02/16	02/01/17 à 31/01/17
SUNANA SCHIMIDT RANAKOSKI	3806	10/02/15 a 09/02/16	02/01/17 à 31/01/17
VILMA ANTONELLI FURLANETTO	3796	10/02/15 a 09/02/16	02/01/17 à 31/01/17
JOÃO PAULO BURIN BRISTOT	3863	18/02/15 a 17/02/16	02/01/17 à 31/01/17
JUCINEI MEDEIROS DOS SANTOS	3889	02/03/15 a 01/03/16	02/01/17 à 31/01/17
VALDOMIRO DOS SANTOS	3861	18/02/15 a 17/02/16	02/01/17 à 31/01/17
GISELI TEREZINHA VERONEZ	3855	18/02/15 a 17/02/16	02/01/17 à 31/01/17
GRASIELA DE CARVALHO DAGOSTIN	3857	18/02/15 a 17/02/16	02/01/17 à 31/01/17
JUCIMAR GOMES TOMAZ	3856	18/02/15 a 17/02/16	02/01/17 à 31/01/17
ADRIANA DOS SANTOS BORMANN	3826	10/02/15 a 09/02/16	02/01/17 à 31/01/17
ALINE PEREIRA ROCHA	3822	10/02/15 a 09/02/16	02/01/17 à 31/01/17
CLEONICE GPMES CLARINDA	3829	10/02/15 a 09/02/16	02/01/17 à 31/01/17
CRISTIANE VIEIRA	3961	06/04/15 a 05/04/16	02/01/17 à 31/01/17
DANUBIA BARBARA DE ASSUNÇÃO	3819	10/02/15 a 09/02/16	02/01/17 à 31/01/17
DIVA MARISA DA ROSA	3986	09/07/15 a 08/07/16	02/01/17 à 31/01/17
ELENICE PARAOL POSSAMAI	3824	10/02/15 a 09/02/16	02/01/17 à 31/01/17
ELENITA DA SILVA VICENTE	3909	02/03/15 a 01/03/16	02/01/17 à 31/01/17
ELISANDRA DE CARVALHO MONTEIR	3828	10/02/15 a 09/02/16	02/01/17 à 31/01/17
JADNA DE BETIO DE FREITAS	3911	02/03/15 a 01/03/15	02/01/17 à 31/01/17
JANE BEATRIZ DE SOUZA	3818	10/02/15 a 09/02/16	02/01/17 à 31/01/17
JUCIMARA CARDOSO VOTRI	3820	10/02/15 a 09/02/16	02/01/17 à 31/01/17
LUCINEIA LAURINDO RECCO	3908	02/03/15 a 01/03/16	02/01/17 à 31/01/17
MADALENA SERAFIM JOSE	3954	02/03/15 a 01/03/16	02/01/17 à 31/01/17
ROSANE MEZZARI	3823	10/02/15 a 09/02/16	02/01/17 à 31/01/17
TOMAZIA NAZARE DE BITTENCOURT	3833	10/02/15 a 09/02/16	02/01/17 à 31/01/17
VALDETE TONETTO SALVARO	3817	10/02/15 a 09/02/16	02/01/17 à 31/01/17
VALENTINA CAMBRUZA DE BORBA	3974	06/05/15 a 05/05/16	02/01/17 à 31/01/17

CINTHIA BPOERIRA MIHLS	3860	18/02/15 a 17/02/16	02/01/17 à 31/01/17
TANYA RIBEIRO SCHAUKOSKI	3859	18/02/15 a 17/02/16	02/01/17 à 31/01/17
VALMIR POSSAMAI	186	12/08/15 A 11/08/16	02/01/17 à 31/01/17

PORTARIA Nº. 377 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, com respectivo número de matrícula, período de gozo e período aquisitivo, com pagamento de 1/3 (Um terço) a mais do que a remuneração normal, a saber:

NOME DO (A) SERVIDOR (A)	MATR.	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
EZIO COSTA	1239	05/07/14 à 13/11/15	02/01/17 à 31/01/17
JAILSON DOS SANTOS POKOMAIER	3862	18/02/15 à 17/02/16	02/01/17 à 31/01/17
SUSANA CASAGRANDE	3866	20/02/15 à 19/02/16	02/01/17 à 31/01/17

PORTARIA Nº. 378 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora REGINA PATEL do cargo em (ACT) de Apoio Técnico Pedagógico/Orientador Educacional, matrícula nº 4079, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 379 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Art. 1º - Remover a pedido a Servidora ELENICE PARAOL POSSAMAI, matrícula nº. 3824, cargo de Servente, nível SGM, 03I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte para a EMEB Figueira.

PORTARIA Nº. 380 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Art. 1º - Remover a pedido a Servidora JADNA DE BETIO DE FREITAS, matrícula nº. 3911, cargo de Servente, nível SGM, 03I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte para a EMEB Figueira.

PORTARIA Nº. 381 DE 28 DE DEZEMBRO 2016.

Art. 1º - EXONERAR a pedido o Servidor PAULO SERGIO LOPES, portador do CPF nº. 016.829.459-10, matrícula nº 3712, do cargo de Chefe de Divisão Saúde, nível DAS-2, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 382 DE 29 DE DEZEMBRO 2016.

Art. 1º - EXONERAR a pedido o Servidor VALDINEI ALMEIDA NICHELE, portador do CPF nº. 004.990.699-27, matrícula nº 4119, do cargo de Assessor de Imprensa e Comunicação Social, nível DAS-3, lotado junto ao Gabinete do Prefeito, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 383 DE 29 DE DEZEMBRO 2016.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora MARIANI ROCHA, portadora do CPF nº. 072.597.919-42, matrícula nº 3997, do cargo de Diretor de Planejamento, nível DAS-3, lotada junto a Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 384 DE 29 DE DEZEMBRO 2016.

Art. 1º - EXONERAR a pedido o Servidor JOSÉ CARLOS POSSAMAI DELA, portador do CPF nº. 732.438.509-59, matrícula nº 3985, do cargo de Diretor de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente, nível DAS-3, lotado junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 385 DE 29 DE DEZEMBRO 2016.

Art. 1º - EXONERAR a pedido o Servidor NATAN BATISTA TITONI, portador do CPF nº. 063.867.079-90, matrícula nº 4138, do cargo de Chefe de Divisão de Esporte Amador, nível DAS-2, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 386 DE 30 DE DEZEMBRO 2016.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora ALINE MATIAS BERNARDO, portadora do CPF nº. 028.235.749-13, matrícula nº 3469, do cargo de Diretora de Departamento de Indústria, Comércio e Turismo, nível DAS-4, lotada junto a Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 387 DE 30 DE DEZEMBRO 2016.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora ANGÉLICA DOS SANTOS ANTONELI, portadora do CPF nº. 087.957.949-80, matrícula nº 3881,

do cargo de Diretor Geral de Finanças, Nível DAS -5, lotada junto a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 388 DE 30 DE DEZEMBRO 2016.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora CAROLINE DE BORBA TRAMONTIN, portadora do CPF nº. 083.159.479-90, matrícula nº 3727, do cargo de Diretor de Cadastro, Tributação e Fiscalização, Nível DAS-4, lotado junto a Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 389 DE 30 DE DEZEMBRO 2016.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora GÉSSICA CAROLINA FRÖHLICH SCHILLING, portadora do CPF nº. 917.302.280-20, matrícula nº 3965, do cargo de Diretor Geral de Administração e Planejamento, nível DAS-4, lotada junto a Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 390 DE 30 DE DEZEMBRO 2016.

Art. 1º - EXONERAR a pedido o Servidor MARCIO LUIZ ABATTI, portador do CPF nº. 025.141.889-89, matrícula nº 3497, do cargo de Secretário de Administração, Planejamento e Finanças, lotado junto a Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 391 DE 30 DE DEZEMBRO 2016.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora MELÂNIA COLARES PAULO MARTINS, portadora do CPF nº. 065.068.319-60, matrícula nº 3884, do cargo de Controlador Geral, nível DAS-5, lotada junto ao Gabinete do Prefeito, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 392 DE 30 DE DEZEMBRO 2016.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora ANA MARIA BACK MACHADO, portadora do CPF nº. 890.994.000-04, matrícula nº 3330, do cargo de Secretária de Saúde e Saneamento, lotada junto a Secretaria de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 393 DE 30 DE DEZEMBRO 2016.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora VIVIA BORGES DA ROSA, portadora do CPF nº. 057.298.639-42, matrícula nº 2749, do cargo de Diretora de Material e Patrimônio, nível DAS-3, lotado junto a Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 394 DE 30 DE DEZEMBRO 2016.

Art. 1º - EXONERAR a pedido o Servidor AMILTON GHELLERE, da função gratificada de Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Jacinto Machado/SC.

PORTARIA Nº. 395 DE 30 DE OUTUBRO DE 2016.

Art. 1º - Interromper a pedido, e em consonância com o que prevê o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, os efeitos da Portaria nº. 440 de 03 de novembro de 2014, que trata de Licença Sem Vencimentos do Servidor AMILTON GHELLERE.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº 001/2017

PORTARIANº 001/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 02/01/2017, ARGOS JOSÉ BURGARDT para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, do Poder Executivo do Município.

Art.2º DESIGNAR, a partir de 02/01/2017, BENEDITO CARLOS NORONHA, matrícula 9280, ocupante do cargo efetivo de Procurador Municipal, lotado na Procuradoria-Geral do Município, para exercer o cargo de provimento em comissão de PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, do Poder Executivo do Município.

Art.3º DESIGNAR, a partir de 02/01/2017, DANIEL PEACH, matrícula 9124, ocupante do cargo efetivo de Inspetor Agropecuário, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento, para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO, do Poder Executivo do Município.

Art.4º NOMEAR, a partir de 02/01/2017, EDUARDO BERTOLDI para exercer o cargo de provimento em comissão de CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, do Poder Executivo do Município.

Art.5º NOMEAR, a partir de 02/01/2017, EMANUELA CHRISTIAN WOLFF para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE GABINETE, do Gabinete do Prefeito, do Poder Executivo do Município.

Art.6º NOMEAR, a partir de 02/01/2017, IVALDO KUCSKOWSKI para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, do Poder Executivo do Município.

Art.7º NOMEAR, a partir de 02/01/2017, JONAS GERMANO SCHMIDT para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, do Poder Executivo do Município.

Art.8º NOMEAR, a partir de 02/01/2017, MÁRCIO ERDMANN para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, do Poder Executivo do Município.

Art.9º NOMEAR, a partir de 02/01/2017, MARIA SANTIN CAMELO para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, do Poder Executivo do Município.

Art.10. NOMEAR, a partir de 02/01/2017, ONÉSIMO JOSÉ SELL para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, do Poder Executivo do Município.

Art.11. NOMEAR, a partir de 02/01/2017, ROGÉRIO JUNG para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Poder Executivo do Município.

Art.12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com

efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de janeiro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 002/2017

PORTARIANº 002/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso I, do artigo 9º, da Lei Complementar Municipal Nº 33/2003, de 23 de dezembro de 2003, e alterações,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 02/01/2017, ADEMAR POSSAMAI para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR PRESIDENTE da Diretoria Executiva do INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS (ISSEM).

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de janeiro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 003/2017

PORTARIANº 003/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 69, da Lei Complementar Municipal Nº 123/2012, de 30 de março de 2012, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 140/2013, de 21/11/2013, e 159/2015, de 06/02/2015,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 02/01/2017, ADEMIR IZIDORO para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR PRESIDENTE do SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SAMAE).

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de janeiro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 004/2017

PORTARIANº 004/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no parágrafo único, do artigo 5º, da Lei Complementar Municipal Nº 41/2005, de 28/09/2005, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 43/2005, de 25/10/2005, e 69/2007, de 1º/10/2007,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 02/01/2017, LEOCÁDIO NEVES E SILVA para exercer o cargo de provimento em comissão de PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE (FUJAMA).

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de janeiro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 005/2017

PORTARIANº 005/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 02/01/2017, HARYSSON ANDREY PASSIG para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE GABINETE, da Chefia de Gabinete, do Gabinete do Prefeito, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de janeiro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 006/2017

PORTARIANº 006/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 02/01/2017, LUIS FERNANDO MARCOLLA para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DO INSTITUTO JOURDAN, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de janeiro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 007/2017

PORTARIANº 007/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 02/01/2017, DOUGLAS ANTÔNIO CONCEIÇÃO para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E SUPRIMENTOS, da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de janeiro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 008/2017

PORTARIANº 008/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 02/01/2017, IVANA ATANÁSIO DIAS, matrícula 7816, para exercer o cargo de provimento em comissão de GERENTE DE ATOS LEGISLATIVOS, da Diretoria de Decisões Administrativas, da Chefia de Gabinete, do Gabinete do Prefeito, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de janeiro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 009/2017

PORTARIANº 009/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 02/01/2017, EDUARDO MARQUARDT, matrícula 8048, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR JURÍDICO DO PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, da Procuradoria-Geral do Município, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de janeiro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

SAMAE - PORTARIA Nº 001/2017

PORTARIA SAMAEJSU Nº 001/2017

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012 de 30/03/2012, e suas alterações;

CONSIDERANDO, os termos do memorando 07/2017 de 03/01/2017.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir de 03/01/2017, EVÂNIA APARECIDA DUARTE LIEBL, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE OBRAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de Janeiro de 2017.
Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº 002/2017

PORTARIA SAMAEJSU Nº 002/2017

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL - SAMAE, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012 e suas alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, para assinar cheques e proceder à movimentação financeira do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – Samae, o Diretor Presidente, o Diretor Administrativo e o Diretor de Obras, sempre em conjunto de duas assinaturas.

Art. 2º Em consequência fica revogada a Portaria 108/2016 de 12/04/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de Janeiro de 2017.
Ademir Izidoro
Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - ATA SESSÃO DE INSTALAÇÃO, DIA 1º DE JANEIRO DE 2017 (ELEIÇÃO MESA DIRETORA 2017)

ATA DA INSTALAÇÃO E POSSE DA LEGISLATURA 2017-2020 DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E DOS VEREADORES ELEITOS NO PLEITO DE 2016.

Ata da instalação e posse da legislatura 2017 a 2020 do prefeito, vice-prefeito e dos vereadores eleitos no pleito de 2016. Sessão realizada no dia primeiro de janeiro de 2017 às 17h (dezessete horas), na Sociedade Cultura Artística (SCAR), situada na Rua Jorge Czerniewicz, nº 160, bairro Czerniewicz, no município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina (SC), conduzida pelo jornalista Jailson Angeli e presidida pelo senhor Anderson Kassner, vereador com maior número de votos na última eleição. Ato contínuo foi composta a mesa pelas seguintes autoridades: Deputado Estadual, senhor Vicente Caropreso, Secretário do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina, senhor Carlos Chiodini, Tenente Coronel do 14º Batalhão da Polícia Militar de Santa Catarina, senhor Gildo Martins de Andrade Filho, Delegado da 15ª Delegacia Regional de Polícia, senhor Adriano Spolaor. Continuando, foram convidados os demais vereadores eleitos para ocuparem seus respectivos lugares à mesa: Ademir Braz Winter, Arlindo Rincos, Celestino Klinkoski, Eugenio José Juraszek, Isair Moser, Marcelindo Carlos Gruner, Natália Lúcia Petry, Pedro Anacleto Garcia, Rogério Jung e Ronaldo José de Souza. Após agradecer a presença das demais autoridades, que prestigiam a solenidade, foi executado o hino nacional. Em seguida, o vereador Anderson Kassner deu por aberta a presente sessão solene convidando para secretariar

os trabalhos da mesa diretora o vereador eleito, senhor Marcelindo Carlos Gruner. Ato contínuo, o presidente convidou o vereador eleito senhor Isair Moser, para fazer a leitura do versículo bíblico. Após, solicitou ao senhor secretário que verificasse o recebimento e a legalidade dos documentos exigidos. Estando a documentação em ordem, solicitou aos vereadores que pronunciassem seu compromisso legal e assinassem o termo de posse, sendo, a seguir, declarados empossados no cargo de vereador e de vereadora do município de Jaraguá do Sul, para a legislatura de 2017/2020, os senhores: Ademir Braz Winter, Anderson Kassner, Arlindo Rincos, Celestino Klinkoski, Eugenio José Juraszek, Isair Moser, Marcelindo Carlos Gruner, Natália Lúcia Petry, Pedro Anacleto Garcia, Rogério Jung e Ronaldo José de Souza. Dando sequência ao ato solene da presente sessão, o senhor presidente procedeu a posse do prefeito e vice-prefeito eleitos, convidando o prefeito eleito Antídio Aleixo Lunelli e o vice-prefeito Udo Wagner para compor a mesa de honra. Em seguida solicitou ao secretário para conferir o recebimento e a legalidade dos documentos exigidos. Estando toda documentação em ordem, conforme manifestação do senhor secretário da mesa, foi solicitado ao prefeito e vice-prefeito que pronunciassem seu compromisso legal, e assinassem o termo de posse. Sendo, a seguir, declarado empossado no cargo de prefeito, o senhor Antídio Aleixo Lunelli e o vice-prefeito, o senhor Udo Wagner para a legislatura de 2017/2020. Após, foi convidado o vereador mais votado na eleição, Anderson Kassner, para proferir seu discurso. Na sequência, foi concedido o uso da palavra aos demais vereadores eleitos: Arlindo Rincos, Celestino Klinkoski, Eugenio José Juraszek, Isair Moser, Marcelindo Carlos Gruner, Natália Lúcia Petry,

Pedro Anacleto Garcia e Rogério Jung para que de forma breve fizessem suas considerações e agradecimentos. Continuando, foi convidado para fazer uso da palavra o Exmo. Senhor Udo Wagner, vice-prefeito de Jaraguá do Sul. Em seguida fez o uso da palavra o Exmo. Senhor Antídio Aleixo Lunelli, prefeito de Jaraguá do Sul. Feito isso, o presidente agradeceu a presença de todos, e encerrou a solenidade de instalação e posse dos novos vereadores, prefeito e vice-prefeito, suspendendo os trabalhos por 10 minutos. Ato contínuo, o presidente interino, Anderson Kassner, declarou aberto os trabalhos para a eleição da mesa diretora da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul (CMJS) para o ano de 2017, para os cargos de presidente, vice-presidente, 1º secretário (a) e 2º secretário(a) que estarão automaticamente empossados a partir de 1º de janeiro de 2017. Em seguida foi aberta a votação para presidente. Apurados os votos obteve-se o seguinte resultado: vereador Pedro Anacleto Garcia com 11 votos. Assim sendo, o presidente declarou eleito presidente da CMJS para o exercício de 2017, o vereador Pedro Anacleto Garcia que estará automaticamente empossado a partir de 1º de janeiro de 2017. Em seguida, o presidente, vereador Anderson Kassner, passou a condução dos trabalhos da mesa diretora, ao novo presidente, vereador Pedro Anacleto Garcia, que em seguida, procedeu a votação para vice-presidente. Apurados os votos obteve-se o seguinte resultado: vereador Ronaldo José de Souza com 01 voto e o vereador Anderson Kassner com 10 votos. Assim sendo, diante do resultado o presidente declarou eleito vice-presidente da CMJS para o exercício de 2017, o vereador Anderson Kassner, que estará automaticamente empossado a partir de 1º de janeiro de 2017. Aberta a votação para 1º secretário e apurados os votos, obteve-se o seguinte resultado: vereador Marcelindo Carlos Gruner com 11 votos. Assim sendo, diante do resultado o presidente declarou eleito 1º secretário da CMJS para o exercício de 2017, o vereador Marcelindo Carlos Gruner, que estará automaticamente empossado a partir de 1º de janeiro de 2017. Finalmente, procedeu-se a votação para 2º secretário. Apurados os votos obteve-se o seguinte resultado: vereador Celestino Klinkoski com 11 votos. Assim sendo, diante do resultado, o presidente declarou eleito o 2º secretário da CMJS para o exercício de 2017, o vereador Celestino Klinkoski que estará automaticamente empossado a partir de 1º de janeiro de 2017. Assim feito, o presidente, declarou aberta a palavra para os membros da mesa diretora eleitos e demais vereadores que queiram fazer uso da palavra. Pronunciou-se agradecendo os votos recebidos o vereador Pedro Anacleto Garcia. Ato contínuo, em nome do poder legislativo jaraguense, o presidente agradeceu a presença de todos que prestigiaram este ato, desejando um feliz e abençoado ano novo, encerrando os trabalhos e convocando sessão ordinária para o dia 02 de fevereiro de 2017, no horário regimental, às 15h30.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de janeiro de 2017.

PEDRO ANACLETO GARCIA	MARCELINDO CARLOS GRUNER
Presidente	Secretário

Joaçaba

PREFEITURA

888/2012 PMJ TA 05

CONTRATO Nº 888/2012/PMJ – TA 05

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito em exercício, Sr. MARCOS WEISS e a empresa RI SOLUÇÕES EM PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.665.060/0001-02, estabelecida na AV. SÃO JOÃO, 580 – SALA 201, bairro CENTRO, no Município de FAXINAL DOS GUEDES, SC, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. RAFAEL BENDER, portador da Carteira de Identidade nº 3.815.493 e CPF nº 009.584.779-06, residente e domiciliado na RUA BARRA GRANDE, S/Nº, na cidade de FAXINAL DOS GUEDES, SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 888/2012/PMJ, firmado em 17/01/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 1/2012/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 1/2012/PMJ, homologado no dia 17/01/2012, cujo objeto é a elaboração e execução, pela contratada, do projeto de trabalho técnico social para a construção de 74 unidades habitacionais com mão-de-obra especializada no Loteamento Habitacional Armindo de Medeiros Haro, Bairro São Braz, no município de Joaçaba, conforme plano de trabalho e especificações técnicas, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de março de 2017, a contar de 31 de dezembro de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 20 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

MARCOS WEISS – Prefeito em exercício

RI SOLUÇÕES EM PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL LTDA.

RAFAEL BENDER

Testemunhas:

1. _____
2. _____

ORDEM DE PARALISAÇÃO Nº 22 - 2ª ETAPA ILUMINAÇÃO PÚBLICA ACESSO ADOLFO ZIGUELLI
ORDEM DE PARALISAÇÃO Nº 22-2017

DETERMINO à empresa LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA, a paralisação dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a instalação do sistema de iluminação pública 2ª Etapa Acesso Adolfo Ziguelli, objeto do Contrato nº 330/2016/PMJ, oriundo do Processo de Licitação nº 53/2016 - PMJ – Edital CC nº 4/2016 - PMJ, cuja ordem de serviço inicial foi recebida em 31/08/2016.

Faz-se necessária a paralisação haja vista a necessidade de ser realizado procedimento de detonação das rochas o qual não está previsto no contrato.

A paralisação começará a contar de 02/01/2017 e perdurará pelo período de 60 (sessenta) dias, ficando o cronograma de execução prorrogado por igual período.

Joaçaba, SC, 02 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Vilson Sartori

Secretário de Infraestrutura

LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA

Paulo Delfino Pinto

PORTARIA N.º 033

PORTARIA Nº 033 DE 03 DE JANEIRO DE 2017

“NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o (a) Sr. (a) CLAUMIR BORGES DA SILVA, Assessor Administrativo, nível CC-5, com lotação vinculada a Secretaria Municipal de Gestão Financeira, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 173 de 11 de março de 2009, Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 034

PORTARIA Nº 034 DE 03 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) EDUARDO BARBOSA, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 139.217/2015, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 (12 dias) e 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 09 de janeiro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 09 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de janeiro de 2017.
DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 035

PORTARIA Nº 035 DE 03 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) JAISON STRAPASSOLA, Arquiteto, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando n.º 364/2016, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) e 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 16 de janeiro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 16 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de janeiro de 2017.
DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 036

PORTARIA Nº 036 DE 03 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) GILVANE RECH, Motorista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando n.º 413/2016 Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, referente ao período de 01 de fevereiro de 2012 a 31

de janeiro de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 16 de janeiro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 16 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de janeiro de 2017.
DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 037

PORTARIA Nº 037 DE 03 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) SONIA APARECIDA BORCHERS, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando n.º 42/2016, referente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 16 de janeiro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 16 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de janeiro de 2017.
DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 038

PORTARIA Nº 038 DE 04 DE JANEIRO DE 2017

“NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) ELIZETE MARQUES, Técnico de Administração, para exercer as funções de Chefe da Tesouraria, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as Leis Complementares nº 76, 211 de 05 de dezembro de 2011 e n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 04 de janeiro de 2017.
DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 039

PORTARIA Nº 039 DE 04 DE JANEIRO DE 2017

“NOMEIA UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, resolve:

1º NOMEAR a servidora ELIZETE MARQUES para proceder a movimentação financeira e assinatura de talonários de cheques das contas bancárias mantidas pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - CNPJ 10.594.533/0001-00, junto às instituições financeiras, conforme listagem que segue:

Banco	Agência	Operação	Conta
001	0418	006	280-3
001	0418	006	305-2
001	0418	006	363-0
001	0418	006	364-8
001	0418	006	365-6
001	0418	006	366-4
001	0418	006	367-2
001	0418	006	375-3
001	0418	006	376-1
001	0418	006	624003-0
001	0418	006	624004-8
001	0418	006	624005-6
001	0418	006	624006-4
001	0418	006	624007-2
001	0418	006	624008-0
001	0418	006	624009-9
001	0418	006	624010-2
001	0418	006	624011-0
001	0418	006	624012-9
001	0418	006	624013-7
001	0418	006	624014-5
001	0418	006	624015-3
001	0418	006	624016-1
001	0418	006	624020-0
001	0418	006	624021-8
001	0418	006	624022-6
001	0418	006	624023-4

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 04 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**ATA DE REGISTRO DE PREÇO JHL 0001/2017 - SIMAE**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0001/2017

Aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, no Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 0054/2016, na ata de julgamento de preços, homologada em 02/01/2017, RESOLVE registrar os preços da empresa, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços de massa asfáltica usinada a quente (CBUQ) para reposições de asfalto decorrentes de consertos de rede de água e esgoto, no exercício de 2017, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no

Edital de Licitação e seus Anexos.

1.2 A licitante registrada para o produto cotado é a seguinte:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Empresa Vencedora
1	MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE(CBUQ), PREPARADA COM AGREGADOS PÉTREOS, DOSADO COM CAP 50/70, NÃO EMULSINADO, ADITIVADO COM COMPOSTO QUÍMICO EXCLUSIVO DE RETARDADOR DE "CURA" PARA APLICAÇÃO A FRIO EM MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS, TAPA BURACOS, PODENDO O PRODUTO TER UMA ESTOCAGEM DE ATÉ 12 MESES, CAPAZ DE SER APLICADA MESMO EM BURACO COM ÁGUA OU EM PERÍODOS DE CHUVA, SEM PERDA DE SUA COESÃO E ADERÊNCIA AO PAVIMENTO ANTIGO, DISPENSANDO PINTURA DE LIGAÇÃO, EMBALADOS EM SACOS DE 25KG, GRANULOMETRIA NÃO INFERIOR A 96% NA PENEIRA 3/8", TEOR DE BETUME ENTRE 5,3 A 5,8, DENSIDADE APARENTE DA MASSA ACIMA DE 1,90 T/M3.	Sacos	5.000	R\$ 19,50	OHTEC MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA - ME

1.3 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.3.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.3.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.4 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.3.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital do Pregão Presencial nº 0054/2016 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, § 3º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurada à beneficiária do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

4.2 O SIMAE monitorará, periodicamente os preços dos itens desta Ata, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

4.2.1 O SIMAE convocará a Contratada para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

4.2.2 No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, a Contratada poderá ser liberada do compromisso assumido.

4.2.3 Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pelo fornecedor (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.2.4 As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

5. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 O produto deverá ser entregue conforme a necessidade do SIMAE, que procederá à solicitação nas quantidades que lhe convier, observada a quantidade mínima de 500 sacos, realizada dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

5.2 O produto deverá ser fornecido de FORMA PARCELADA, na QUANTIDADE MÍNIMA DE 500 SACOS, de acordo com as especificações do Anexo I do presente Edital.

5.3 Após o encaminhamento e o recebimento por parte do fornecedor da Autorização de Fornecimento ou Empenho, esse deverá proceder à entrega do produto em até 15 (quinze) dias corridos, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos.

5.3.1 O produto DEVERÁ SER ENTREGUE nas dependências da ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, localizada na Rua Francisco Sartori, s/nº, Bairro Nossa Senhora Aparecida, em Herval d'Oeste/SC, EM DIAS DE EXPEDIENTE, das 7h 30min às 11h 30min ou das 13h 30min às 17h 30min.

5.3.2 A DESCARGA DO PRODUTO É DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA REGISTRADA.

5.4 No ato da entrega do produto a empresa registrada deverá apresentar o laudo técnico que comprova a qualidade do material fornecido, juntamente com a Nota Fiscal Eletrônica – NFe correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do Fiscal Responsável.

5.5 Fica aqui estabelecido que o produto será recebido:

a) Provisoriamente, para verificação da quantidade entregue, para posterior verificação da qualidade e conformidade com a especificação;
b) Definitivamente, em até 02 (dois) dias úteis, após a verificação da qualidade e conformidade do produto com as especificações e a consequente aceitação.

5.6 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará até o 5º (quinto) dia subsequente à entrega.

5.7 O aceite do produto não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico do produto, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital e nesta Ata de Registro de Preços, verificadas posteriormente.

5.8 O produto que for RECUSADO (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) DEVERÁ SER SUBSTITUÍDO NO PRAZO MÁXIMO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

5.9 SE A SUBSTITUIÇÃO DO PRODUTO RECUSADO, POR QUALQUER PROBLEMA, NÃO FOR REALIZADA NO PRAZO ESTIPULADO, A FORNECEDORA ESTARÁ SUJEITA ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO EDITAL, NESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E NA LEI.

5.10 Caso o produto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

5.11 A empresa registrada deverá responsabilizar-se pelo envio e frete do produto solicitado.

6. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

6.1 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela empresa enseja a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços.

6.2 A empresa registrada será responsável por eventuais danos havidos no objeto, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

6.3 Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no art. 77, da Lei nº 8.666/93.

6.4 A empresa registrada deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

7. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 A empresa registrada responde por todos os danos e prejuízos que, na execução da presente Ata de Registro de Preços, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

7.2 As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

7.3 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos produtos fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

7.4 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7.5 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

a) Efetuar a entrega do produto, de acordo com a quantidade solicitada, em um prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após a confirmação pelo SIMAE, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento – AF ou Nota de Empenho – NE, EM HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO SIMAE;

b) Providenciar a substituição do produto no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data da notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE;

c) Fornecer o produto respeitando todas as cláusulas e demais dispositivos do edital de licitação e também da Ata de Registro de Preços;

d) Manter, durante a execução do Contrato/Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

e) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato/Ata de Registro de Preços;

f) Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato/Ata de Registro de Preços;

g) Entregar o objeto da presente Ata de Registro de Preços conforme o disposto no item 5 (Condições de Entrega e Recebimento do Objeto) desta Ata de Registro de Preços;

h) Responsabilizar-se pela qualidade do produto entregue, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros tenham comprometido os mesmos.

8. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO SIMAE

8.1 Cabe ao SIMAE:

a) Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;

b) Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Diretor Presidente do SIMAE, visando à fiscalização da execução da Ata

de Registro de Preços;

c) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o item 9 desta Ata de Registro de Preços;

d) Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela empresa registrada, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;

e) Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

f) Emitir, através do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, Autorização de Fornecimento/Empenho para o fornecimento do item objeto da Ata de Registro de Preços.

9. DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1 O pagamento será:

9.1.1 Efetivado de acordo com o produto entregue mediante apresentação das notas fiscais/faturas que deverão ser emitidas em nome do SIMAE- Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado do número do Empenho emitido pelo SIMAE. Devendo ser encaminhado para o e-mail compras@simae.sc.gov.br.

9.1.2 É OBRIGATORIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A.

9.1.3 Realizado através do SIMAE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do produto entregue, devidamente atestado por servidor competente.

9.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

9.4 O SIMAE exigirá da empresa registrada que mantenha atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS e FGTS.

9.5 O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela empresa registrada, devendo, portanto, ser mencionados na proposta ou na Nota Fiscal/Fatura o banco, a agência e o número da conta corrente onde o mesmo deverá ser creditado.

9.6 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da empresa registrada incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para entrega do produto na Estação de Tratamento de Esgoto do SIMAE, localizada na Rua Francisco Sartori, s/nº, Bairro Nossa Senhora Aparecida, em Herval d'Oeste/SC, constituindo-se na única remuneração devida.

9.7 Os preços somente serão revisados quando houver alterações dos valores, devidamente comprovadas, podendo ocorrer nos termos do art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela Contratada.

9.8 No eventual atraso de pagamento por parte do SIMAE, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 A despesa resultante desta Ata de Registro de Preços ocorrerá à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2017, consignadas no:

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01

FUNÇÃO/PROGRAMA: 2.061

ELEMENTO: 3.3.90.30.51.00.00.00

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

11.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da fornecedora nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de Contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de esse se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) quando não comparecer ou deixar de realizar os serviços, no prazo estabelecido, decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

11.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

12. DAS SANÇÕES

12.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à empresa registrada são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no Pregão Presencial nº 0054/2016 e nesta Ata de Registro de Preços.

12.2 Penalidades que poderão ser cominadas às empresas registradas:

I – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia, cuja aplicação será sobre o valor do empenho do mês em que ocorreu o não atendimento, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor da parcela a que se refere, no caso de não atendimento as exigências do Edital da Licitação e desta Ata de Registro de Preços;

b) 10% (dez por cento) no caso de a empresa registrada não realizar a entrega do produto no prazo fixado ou pedir a rescisão da Ata de Registro de Preços, calculada sobre o total ou a parte inadimplente.

II – Suspensão, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002: a Contratada, sem prejuízo das demais cominações

legais e contratuais, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de:

- a) recusar-se a retirar ou a receber a Autorização de Fornecimento ou Empenho, quando enviado por e-mail dentro do prazo de validade da proposta;
- b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;
- c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;
- d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;
- e) não manter a proposta após a adjudicação;
- f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;
- g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
- h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- i) fraudar a execução do Contrato;
- j) descumprir as obrigações decorrentes do Contrato.

12.3 Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, o SIMAE considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da empresa registrada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da empresa registrada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

12.4 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da Contratada.

12.5 Nenhum pagamento será realizado à empresa registrada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Elegem as partes contratantes o foro da cidade de Joaçaba/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2 E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (DUAS) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba- (SC), 02 de janeiro de 2017.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Adjunto do SIMAE

OHTEC MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA - ME
Alvaro Silva de Oliveira/ Sócio Administrador

Testemunhas:

André Luiz Sauer Wilian Sartor Sganzerla
Engenheiro Gerente SPCI

José Boiteux

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 003/2017

PORTARIA Nº 003/2017

"EXONERA SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX/SC".

Hélio Cuzum Farias, Presidente da Câmara Municipal de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 041 de 19 de fevereiro de 2014, que "Dispõe sobre o Quadro de Pessoal, Plano de Cargos, Vencimentos e Desenvolvimento Pessoal da Câmara Municipal de José Boiteux/SC e dá outras providências", em seu o artigo 12; e

Considerando o artigo 37, Inciso XXXV, alínea a, do Regimento Interno da Câmara Municipal de José Boiteux/SC;

Considerando o requerimento apresentado pela servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Alcides Freiburger, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, Código ANS-1, Nível/Referência IV-1, matrícula nº 25047.3-00, do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão da Câmara Municipal de José Boiteux/SC, admitido através da Portaria nº 03 de 10 de fevereiro de 2014, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

José Boiteux, 04 de janeiro de 2017.

Hélio Cuzum Farias

Presidente da Câmara Municipal

Lacerdópolis

PREFEITURA

DECRETO 03-2017

DECRETO MUNICIPAL N.º 03 DE 04 DE JANEIRO DE 2017

“Atualiza o valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM e dá outras providências”.

SERGIO LUIZ CALEGARI, Prefeito de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente de acordo com a Lei Complementar nº 44 de 07 de dezembro de 2009 c/c art.455 do Código Tributário Municipal - Lei complementar nº 13/2002.

DECRETA:

Art.1º - O valor da Unidade Fiscal de referência Municipal – UFRM, para o ano de 2.017 será de R\$ 59,27 (cinquenta e nove reais e vinte e sete centavos), de acordo com o que determina a Lei Complementar nº 044/2009 c/c art.455 da Lei Complementar Municipal nº 13/2002.

Art.2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Lacerdópolis - SC, 04 de Janeiro de 2017.

SERGIO LUIZ CALEGARI

Prefeito

Laguna

PREFEITURA

PORTARIA Nº 001/2017

PORTARIA RH Nº 001/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR os servidores abaixo nominados ocupantes de cargos em comissão, lotados nas Secretarias e demais Assessorias correspondentes, a partir desta data.

GABINETE DO PREFEITO

NOME	CARGO
Cláudia Ferreira Sabino	Assessor de Gabinete II
Fabiana Rodrigues de Oliveira	Chefe de Gabinete do Prefeito

PROCURADORIA GERAL

NOME	CARGO
Rogério Antônio Machado	Diretor do Depto de Proteção e Defesa do Consumidor

SECRETARIA DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

NOME	CARGO
Fabrizio Ferreira Rego Leite	Contador Geral
Felipe Machado Barzan	Diretor do Depto de Controle Patrimonial

SECRETARIA DE SAÚDE

NOME	CARGO
Maria Ligia Medeiros Aguiar	Diretor do Administrativo e Financeiro

SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E COMUNICAÇÃO

NOME	CARGO
André Nandi Antunes	Assessor de Planejamento e Marketing

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

NOME	CARGO
Cleber Bandarra de Oliveira	Assessor de Projetos
Osmar dos Santos Venâncio	Diretor do Depto da Indústria e do Comércio

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 002/2017

PORTARIA RH Nº 002/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, KARMENSITA ALMEIDA DA ROCHA CARDOSO, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Educação e Esportes, NE, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 003/2017

PORTARIA RH Nº 003/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, SILVÂNIA CAPPUA BARBOSA, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Social, NE, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 004/2017

PORTARIA RH Nº 004/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, MÁRCIO JOSÉ RODRIGUES FILHO, para exercer o cargo de Presidente da Fundação Lagunense de Cultura, PF 1, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 005/2017

PORTARIA RH Nº 005/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, VALÉRIA OLIVIER ALVES, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Saúde, NE, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 006/2017

PORTARIA RH Nº 006/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, JONATAN DO NASCIMENTO OVIDIO, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Transportes, Obras, Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, NE, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 007/2017

PORTARIA RH Nº 007/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, LUCIANA FERNANDES PEREIRA, para exercer o cargo de Secretário Municipal da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, NE, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 008/2017

PORTARIA RH Nº 008/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, ANTÔNIO CLÁUDIO QUIRINO RAMOS, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Turismo, Lazer e Comunicação, NE, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 010/2017

PORTARIA RH Nº 010/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, ANTÔNIO LUIZ DOS REIS, para exercer o cargo de Procurador Geral, NE, com lotação na Procuradoria Geral, partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 011/2017

PORTARIA RH Nº 011/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

Fazer cessar a Portaria nº 1015/2016, que designou ROSÂNGELA DE SOUZA CUNHA, Secretário Adjunto de Habitação e Assistência Social, para responder pelas atribuições da Fundação Irmã Vera, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 012/2017

PORTARIA RH Nº 012/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, JOSÉ DELFINO, para exercer o cargo de Secretário Adjunto de Transportes, Obras, Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, NE, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 013/2017

PORTARIA RH Nº 013/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, DANIELI RAMALHO MALUCELLI, para exercer o cargo de Secretária Adjunta de Saúde, NE, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 014/2017

PORTARIA RH Nº 014/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, MANOEL FRANCISCO LEAL, para exercer o cargo de Secretário Adjunto de Turismo, Lazer e Comunicação, NE, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 015/2017

PORTARIA RH Nº 015/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, FABIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de Presidente da Fundação Irmã Vera, PF, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 016/2017

PORTARIA RH Nº 016/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, CLAUDIA FERREIRA SABINO, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Gabinete I, AS 3, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 017/2017

PORTARIA RH Nº 017/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, JUACI DAMIÃO ALVES, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Planejamento Governamental, AS 3, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 018/2017

PORTARIA RH Nº 018/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, THIAGO NEDEFF MENDES, para exercer o cargo de Procurador de Contratos e Convênios, PG 1, com lotação na Procuradoria Geral, partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 019/2017

PORTARIA RH Nº 019/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, GUSTAVO RAMOS SANT'ANNA, para exercer o cargo de Procurador Legislativo, PG 1, com lotação na Procuradoria Geral, partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 020/2017

PORTARIA RH Nº 020/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, ELIAS VIEIRA, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial, AS 2, com lotação no Gabinete do Prefeito, partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 021/2017

PORTARIA RH Nº 021/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, ANTÔNIO DA SILVEIRA FILHO, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial, AS 2, com lotação no Gabinete do Prefeito, partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 022/2017

PORTARIA RH Nº 022/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, TONISON ROGÉRIO CHANAN ADAD, para exercer o cargo de Procurador Fiscal, PG 1, com lotação na Procuradoria Geral, partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 023/2017

PORTARIA RH Nº 023/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, MARCO AURÉLIO DE SOUZA, para exercer o cargo de Assessor Parlamentar, AS 3, com lotação no Gabinete do Prefeito, partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 024/2017

PORTARIA RH Nº 024/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, RICARD FERNANDES, para exercer o cargo de Assessor Especial de Comunicação, AS 1, com lotação na Secretaria de Turismo, Lazer e Comunicação, partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 025/2017

PORTARIA RH Nº 025/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, LUCIANO DE SOUZA PACHECO para exercer o cargo em comissão de Supervisor de Operações, DAS 2, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 026/2017

PORTARIA RH Nº 026/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, FABIANA AMARAL PANGRACIO, para exercer o cargo de Assessor de Planejamento e Marketing, AS 3, com lotação na Secretaria de Turismo, Lazer e Comunicação, partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 027/2017

PORTARIA RH Nº 027/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, PATRICK PAULINO DE SOUZA, para exercer o cargo de Diretor do Departamento de Pesca e Aquicultura, DS 3, com lotação na Secretaria de Transportes, Obras, Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 028/2017

PORTARIA RH Nº 028/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, RONALDO PACHECO BONIFÁCIO, para exercer o cargo de Assessor de Planejamento da Educação, AS 3, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 029/2017

PORTARIA RH Nº 029/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, WALDOMIRO SOUZA NETTO, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Planejamento Governamental, AS 2, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 031/2017

PORTARIA RH Nº 031/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, ANSELMO FÁBIO DE MORAES, para exercer o cargo em comissão de Coordenador Especial de Gabinete, CG 1, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 032/2017

PORTARIA RH Nº 032/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, ILMARA APARECIDA FRETTE, para exercer o cargo de Assessor Jurídico, PG 2, com lotação na Procuradoria Geral, partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 033/2017

PORTARIA RH Nº 033/2017

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 02.01.17 a 31.01.2017.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Alvaro Fermiano Souza	2015/2016
Daimar Fernandes Pereira	2015/2016
Evandro Duarte Guimarães	2016/2017
Simone Medeiros Patrício Arantes	2015/2016

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.

MARIA DE FÁTIMA FIGUEIREDO DUARTE
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 035/2017

PORTARIA RH Nº 035/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, AIRTON DOS ANJOS MORAES, para exercer o cargo em comissão de Médico Diretor Técnico, DS 1, com lotação na Secretaria de Saúde, partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 036/2017

PORTARIA RH Nº 036/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, ANTÔNIO NOEL NAVARRO MONTEIRO, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Gabinete do Prefeito, CG 1, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 037/2017

PORTARIA RH Nº 037/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor LUCIANA OLIVEIRA SOUZA MEDEIROS CAMPOS Assistente Social, do período de 22/02/2013 a 02/01/2017, lotado na Secretaria de Assistência Social e Habitação, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 040/2017

PORTARIA RH Nº 040/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO LEANDRO SCHIEFLER BENTO do cargo em comissão de Procurador Administrativo, PG 1, com lotação na Procuradoria Geral, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Janeiro de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 041/2017

PORTARIA RH Nº 041/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, ROSILDA REBELO PATRÍCIO, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Gabinete II, AS 4, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

Lauro Muller

PREFEITURA

DECRETO Nº 014/2017

DECRETO Nº 014/2017

CONSTITUI E NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL PARA O SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO E PRESENCIAL.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal e Lei Federal nº 10.520/2002,

Considerando que houve equívoco na ordem de nomeação da equipe de apoio e do pregoeiro constantes no Decreto nº 011/2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída e nomeada, sem ônus para o município, conforme especificação abaixo, a Comissão Municipal para Utilização do Sistema de Pregão Eletrônico e Presencial.

PREGOEIRO: GENIVALDO DA SILVA (CPF: 052.453.769-03)
EQUIPE DE APOIO: JAIR FERNANDES MADEIRA (CPF: 728.080.639-20)
DAIANE QUERINO (CPF: 025.724.069-18)

Art. 2º - A função do Pregoeiro é ser responsável pela condução da licitação.

Art. 3º - A função da Equipe de Apoio é editar as licitações no sistema e auxiliar o Coordenador/Pregoeiro em suas atribuições.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02/01/2017.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial Decreto nº 011/2017.

LAURO MÜLLER, 04 DE JANEIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fina. e Planej.

DECRETO Nº 015/2017

DECRETO Nº 015/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, HELOISA GONÇALVES RIBEIRO FONTANELLA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretária Adjunta junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, Código/Nível DASI 1.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02/01/2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE JANEIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fina. e Planej.

DECRETO Nº 016/2017

DECRETO Nº 016/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, MARILENE IZIDORO HONORATO DO NASCIMENTO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Supervisor(a) do Departamento de Esporte junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, Código/Nível DASI 1.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02/01/2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE JANEIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fina. e Planej.

DECRETO Nº 017/2017

DECRETO Nº 017/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, SIMONE CITADIN BENEDET, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Supervisor(a) do Departamento da Educação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, Código/Nível DASI 1.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02/01/2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE JANEIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

DECRETO Nº 018/2017

DECRETO Nº 018/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, ESTELA MARIS AIRES MARTINS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Setor junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, Código/Nível DASI 4.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02/01/2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE JANEIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

Lebon Régis

PREFEITURA

DECRETO Nº 003/2017 DE 04 DE JANEIRO DE 2017. DECRETO Nº 003/2017 de 04 de janeiro de 2017.

FIXA O VALOR DA UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - UFM PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas pelo Artigo 104 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o Art. 198 c/c Art. 199 da LC 026/2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica fixado em R\$ 101,11 (cento e um reais e onze centavos), a Unidade Fiscal do Município – UFM para o exercício de 2017, com base na variação do IGP-M do período de janeiro a dezembro de 2016 (7,1907%).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário do DECRETO Nº 002/2016, de 06 de janeiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.
Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, 04 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N.º 002-2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017. GRÉGORY PORTARIA n.º 002/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

OSMAR COMPER, Presidente da Casa Legislativa Municipal de Lebon Régis Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 03/90 e suas alterações feitas através da Lei Complementar 76/2012 de 12/01/2012.

CONSIDERANDO:

Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Legislativo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,
Que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal e na esfera do Legislativo, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao que dispõe e determina o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que se traduz na Lei Complementar n.º 03/90 de 12/10/90 e suas alterações posteriores feitas através da Lei Complementar 76/2012 de 12/01/2012,
Que o servidor da municipalidade e das carreiras do Legislativo Sr.

GREGORY DAVID, matrícula n.º 002, ocupante do cargo de provimento efetivo TESOUREIRO, nível "C" do sub-anexo II, da Lei Complementar n.º 45/06 de 23/06/2003, e lotação na Secretaria da Casa Legislativa, encontra-se com as férias período aquisitivo 27/12/2015 a 26/12/2016, vencidas,
Que o disposto no Art. 68 e 72 da Lei Complementar n.º 76/2012 de 12/01/12, recepcionou o Terço Constitucional por ocasião das férias dos servidores e que o artigo 96 proporcionou o direito de gozo a título de licença premio um período de 18 (dezoito) dias a serem gozados junto com as férias anuais.

RESOLVE:

1-) Conceder, fulcro Art. 68 e 96 da lei Complementar n.º 76/2012 de 12/01/2012, (30) dias de férias a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 01/02/2017, 18 (dezoito) dias a título de licença premio referente período 27/12/2015 a 26/12/2016, a serem gozados no período de 17/07/2017 a 04/08/2017 para o servidor desta municipalidade e das carreiras do Legislativo Sr GRÉGORY DAVID, matrícula n.º 002, ocupante do cargo de provimento efetivo de Tesoureiro, nível "C" do sub-anexo II, da Lei Complementar n.º 45/06 de 23/06/2003, e lotação na Secretaria da Casa Legislativa, bem como incluir na folha estípidios competência 01/2017 o Terço Constitucional amparado pelo Art. 72 da Lei Complementar n.º 76/2012 de 12/01/2012.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PRESIDENTE, 02 de janeiro de 2017.
OSMAR COMPER
Presidente

DIRCEU DOS SANTOS MAIBERG
1º Secretário

PORTARIA N.º 003-2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017. ROBERTO PORTARIA n.º 003/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

OSMAR COMPER, Presidente da Casa Legislativa Municipal de Lebon Régis Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 03/90 e suas alterações feitas através da Lei Complementar 76/2012 de 12/01/2012.

CONSIDERANDO:

Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Legislativo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,
Que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal e na esfera do Legislativo, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao que dispõe e determina o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que se traduz na Lei Complementar n.º 03/90 de 12/10/90 e suas alterações posteriores feitas através da Lei Complementar 76/2012 de 12/01/2012,

Que o servidor da municipalidade e das carreiras do Legislativo Sr. ROBERTO CEZAR XAVIER, matrícula n.º 010, ocupante do cargo de provimento efetivo ADVOGADO, nível "B" do sub-anexo II, da Lei Complementar n.º 45/06 de 23/06/2003, e lotação na Secretaria da Casa Legislativa, encontra-se com as férias período aquisitivo 01/09/2015 a 31/08/2016, vencidas,
Que o disposto no Art. 68 e 72 da Lei Complementar n.º 76/2012 de 12/01/12, recepcionou o Terço Constitucional por ocasião das férias dos servidores e que o artigo 96 proporcionou o direito de gozo a título de licença prêmio um período de 18 (dezoito) dias a serem gozados junto com as férias anuais.

RESOLVE:

1-) Conceder, fulcro Art. 68 e 96 da lei Complementar n.º 76/2012 de 12/01/2012, (30) dias de férias a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 01/02/2017, 18 (dezoito) dias a título de licença prêmio referente período 01/09/2015 a 31/08/2016, a serem gozados no período de 17/07/2017 a 04/08/2017 para o servidor desta municipalidade e das carreiras do Legislativo Sr. ROBERTO CEZAR XAVIER, matrícula n.º 010, ocupante do cargo de provimento efetivo de ADVOGADO, nível "B" do sub-anexo II, da Lei Complementar n.º 45/06 de 23/06/2003, e lotação na Secretaria da Casa Legislativa, bem como incluir na folha estipêndios competência 01/2017 o Terço Constitucional amparado pelo Art. 72 da Lei Complementar n.º 76/2012 de 12/01/2012.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PRESIDENTE, 02 de janeiro de 2017.
OSMAR COMPER
Presidente

DIRCEU DOS SANTOS MAIBERG
1º Secretário

PORTARIA N.º 004-2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017. MÁRIO

PORTARIA n.º 004/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

OSMAR COMPER, Presidente da Casa Legislativa Municipal de Lebon Régis Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 03/90 e suas alterações feitas através da Lei Complementar 76/2012 de 12/01/2012.

CONSIDERANDO:

Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Legislativo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal e na esfera do Legislativo, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao que dispõe e determina o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que se traduz na Lei Complementar n.º 03/90 de 12/10/90 e suas alterações posteriores feitas através da Lei Complementar 76/2012 de 12/01/2012,

Que o servidor da municipalidade e das carreiras do Legislativo Sr. MARIO LUIZ COFFERRI, matrícula n.º 008, ocupante do cargo de provimento efetivo SECRETÁRIO EXECUTIVO, nível "B" do sub-anexo II, da Lei Complementar n.º 45/06 de 23/06/2003, e lotação na Secretaria da Casa Legislativa, encontra-se com as férias período aquisitivo 01/07/2016 a 30/06/2017, à vencer, e a viabilidade de

gozo se da no período de recesso do Legislativo.

Que o disposto no Art. 68 e 72 da Lei Complementar n.º 76/2012 de 12/01/12, recepcionou o Terço Constitucional por ocasião das férias dos servidores e que o artigo 96 proporcionou o direito de gozo a título de licença prêmio um período de 18 (dezoito) dias a serem gozados junto com as férias anuais.

RESOLVE:

1-) Conceder, fulcro Art. 68 e 96 da lei Complementar n.º 76/2012 de 12/01/2012, (30) dias de férias a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 02/02/2017, 18 (dezoito) dias a título de licença prêmio referente período 01/07/2016 a 30/06/2017, a serem gozados no período de 17/07/2017 a 04/08/2017 para o servidor desta municipalidade e das carreiras do Legislativo Sr. MARIO LUIZ COFFERRI, matrícula n.º 008, ocupante do cargo de provimento efetivo de SECRETÁRIO EXECUTIVO, nível "B" do sub-anexo II, da Lei Complementar n.º 45/06 de 23/06/2003, e lotação na Secretaria da Casa Legislativa, bem como incluir na folha estipêndios competência 01/2017 o Terço Constitucional amparado pelo Art. 72 da Lei Complementar n.º 76/2012 de 12/01/2012.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PRESIDENTE, 02 de janeiro de 2017.
OSMAR COMPER
Presidente

DIRCEU DOS SANTOS MAIBERG
1º Secretário

PORTARIA N.º 005-2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017. CARLOS

PORTARIA n.º 005/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

OSMAR COMPER, Presidente da Casa Legislativa Municipal de Lebon Régis Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 03/90 e suas alterações feitas através da Lei Complementar 76/2012 de 12/01/2012.

CONSIDERANDO:

Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Legislativo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal e na esfera do Legislativo, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao que dispõe e determina o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que se traduz na Lei Complementar n.º 03/90 de 12/10/90 e suas alterações posteriores feitas através da Lei Complementar 76/2012 de 12/01/2012,

Que o servidor da municipalidade e das carreiras do Legislativo Sr. CARLOS IVAN ZANOTTO, matrícula n.º 009, ocupante do cargo de provimento efetivo ASSISTENTE LEGISLATIVO, nível "2" do anexo I, da Resolução n.º 03 de 14/09/1990, e lotação na Secretaria da Casa Legislativa, encontra-se com as férias período aquisitivo 12/01/2016 a 11/01/2017, à vencer, e a viabilidade de gozo se da no período de recesso do Legislativo.

Que o disposto no Art. 68 e 72 da Lei Complementar n.º 76/2012 de 12/01/12, recepcionou o Terço Constitucional por ocasião das férias dos servidores e que o artigo 96 proporcionou o direito de

gozo a título de licença premio um período de 18 (dezoito) dias a serem gozados junto com as férias anuais.

RESOLVE:

1-) Conceder, fulcro Art. 68 e 96 da lei Complementar n.º 76/2012 de 12/01/2012, (30) dias de férias a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 02/02/2017, 18 (dezoito) dias a título de licença premio referente período 12/01/2016 a 11/01/2017, a serem gozados no período de 17/07/2017 a 04/08/2017 para o servidor desta municipalidade e das carreiras do Legislativo Sr CARLOS IVAN ZANOTTO, matrícula n.º 009, ocupante do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE LEGISLATIVO, nível "02" do anexo I, da Resolução n.º 03/90 de 14/09/1990, e lotação na Secretaria da Casa Legislativa, bem como incluir na folha estipêndios competência 01/2017 o Terço Constitucional amparado pelo Art. 72 da Lei Complementar n.º 76/2012 de 12/01/2012.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PRESIDENTE, 02 de janeiro de 2017.
OSMAR COMPER
Presidente

DIRCEU DOS SANTOS MAIBERG
1º Secretário

PORTARIA N.º 006-2016 DE 02 DE JANEIRO DE 2017. SAULO

PORTARIA n.º 006/2016 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

OSMAR COMPER, Presidente da Casa Legislativa Municipal de Lebon Régis Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 03/90 e suas alterações feitas através da Lei Complementar 76/2012 de 12/01/2012.

CONSIDERANDO:

Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Legislativo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal e na esfera do Legislativo, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao que dispõe e determina o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que se traduz na Lei Complementar n.º 03/90 de 12/10/90 e suas alterações posteriores feitas através da Lei Complementar 76/2012 de 12/01/2012,

Que o servidor da municipalidade e das carreiras do Legislativo Sr, SAULO CORREIA DA SILVA, matrícula n.º 004, ocupante do cargo de provimento efetivo VIGILANTE, nível "A" do sub-anexo II, da Lei Complementar n.º 45/06 de 23/06/2003, e lotação na Secretaria da Casa Legislativa, encontra-se com as férias período aquisitivo 01/02/2016 a 02/02/2017, a vencer, e a viabilidade de gozo se da no período de recesso do Legislativo.

Que o disposto no Art. 68 e 72 da Lei Complementar n.º 76/2012 de 12/01/12, recepcionou o Terço Constitucional por ocasião das férias dos servidores e que o artigo 96 proporcionou o direito de gozo a título de licença premio um período de 18 (dezoito) dias a serem gozados junto com as férias anuais.

RESOLVE:

1-) Conceder, fulcro Art. 68 e 96 da lei Complementar n.º 76/2012 de 12/01/2012, (30) dias de férias a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 02/02/2017, 18 (dezoito) dias a título de licença premio referente período 12/01/2016 a 11/01/2017, a serem gozados no período de 18/07/2017 a 04/08/2017 para o servidor desta municipalidade e das carreiras do Legislativo Sr SAULO CORREIA DA SILVA, matrícula n.º 004, ocupante do cargo de provimento efetivo VIGILANTE, nível "A" do sub-anexo II, da Lei Complementar n.º 45/06 de 23/06/2003, e lotação na Secretaria da Casa Legislativa bem como incluir na folha estipêndios competência 01/2017 o Terço Constitucional amparado pelo Art. 72 da Lei Complementar n.º 76/2012 de 12/01/2012.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PRESIDENTE, 02 de janeiro de 2017.
OSMAR COMPER
Presidente

DIRCEU DOS SANTOS MAIBERG
1º Secretário

PORTARIA N.º 007-2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017. ITAMAR

PORTARIA n.º 007/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

OSMAR COMPER, Presidente da Casa Legislativa Municipal de Lebon Régis Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 03/90 e suas alterações feitas através da Lei Complementar 76/2012 de 12/01/2012.

CONSIDERANDO:

Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Legislativo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal e na esfera do Legislativo, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao que dispõe e determina o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que se traduz na Lei Complementar n.º 03/90 de 12/10/90 e suas alterações posteriores feitas através da Lei Complementar 76/2012 de 12/01/2012,

Que o servidor da municipalidade e das carreiras do Legislativo Sr, ITAMAR LUIZ BORG, matrícula n.º 005, ocupante do cargo de provimento efetivo VIGILANTE, nível "A" do sub-anexo II, da Lei Complementar n.º 45/06 de 23/06/2003, e lotação na Secretaria da Casa Legislativa, encontra-se com as férias período aquisitivo 01/02/2016 a 02/02/2017, a vencer, e a viabilidade de gozo se da no período de recesso do Legislativo.

Que o disposto no Art. 68 e 72 da Lei Complementar n.º 76/2012 de 12/01/12, recepcionou o Terço Constitucional por ocasião das férias dos servidores e que o artigo 96 proporcionou o direito de gozo a título de licença premio um período de 18 (dezoito) dias a serem gozados junto com as férias anuais.

RESOLVE:

1-) Conceder, fulcro Art. 68 e 96 da lei Complementar n.º 76/2012 de 12/01/2012, (30) dias de férias a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 02/02/2017, 18 (dezoito) dias a título de licença

premio referente período 12/01/2016 a 11/01/2017, a serem gozados no período de 17/07/2017 a 04/08/2017 para o servidor desta municipalidade e das carreiras do Legislativo Sr ITAMAR LUIZ BORGGA, matrícula n.º 005, ocupante do cargo de provimento efetivo VIGILANTE, nível "A" do sub-anexo II, da Lei Complementar n.º 45/06 de 23/06/2003, e lotação na Secretaria da Casa Legislativa bem como incluir na folha estipêndios competência 01/2017 o Terço Constitucional amparado pelo Art. 72 da Lei Complementar n.º 76/2012 de 12/01/2012.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PRESIDENTE, 02 de janeiro de 2017.
OSMAR COMPER
Presidente

DIRCEU DOS SANTOS MAIBERG
1º Secretário

efetivo AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, nível "A" do sub-anexo II, da Lei Complementar n.º 45/06 de 23/06/2003, e lotação na Secretaria da Casa Legislativa bem como incluir na folha estipêndios competência 01/2017 o Terço Constitucional amparado pelo Art. 72 da Lei Complementar n.º 76/2012 de 12/01/2012.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PRESIDENTE, 02 de janeiro de 2017.
OSMAR COMPER
Presidente

DIRCEU DOS SANTOS MAIBERG
1º Secretário

PORTARIA N.º 008-2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017. MARGARETE

PORTARIA n.º 008/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

OSMAR COMPER, Presidente da Casa Legislativa Municipal de Lebon Régis Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 03/90 e suas alterações feitas através da Lei Complementar 76/2012 de 12/01/2012.

CONSIDERANDO:

Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Legislativo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal e na esfera do Legislativo, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao que dispõe e determina o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que se traduz na Lei Complementar n.º 03/90 de 12/10/90 e suas alterações posteriores feitas através da Lei Complementar 76/2012 de 12/01/2012,

Que o servidor da municipalidade e das carreiras do Legislativo Sra., MARGARETE CONTE ARCHEK matrícula n.º 006, ocupante do cargo de provimento efetivo AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, nível "A" do sub-anexo II, da Lei Complementar n.º 45/06 de 23/06/2003, e lotação na Secretaria da Casa Legislativa, encontra-se com as férias período aquisitivo 01/02/2016 a 02/02/2017, a vencer, e a viabilidade de gozo se dá no período de recesso do Legislativo.

Que o disposto no Art. 68 e 72 da Lei Complementar n.º 76/2012 de 12/01/12, recepcionou o Terço Constitucional por ocasião das férias dos servidores e que o artigo 96 proporcionou o direito de gozo a título de licença premio um período de 18 (dezoito) dias a serem gozados junto com as férias anuais.

RESOLVE:

1-) Conceder, fulcro Art. 68 e 96 da lei Complementar n.º 76/2012 de 12/01/2012, (30) dias de férias a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 02/02/2017, 18 (dezoito) dias a título de licença premio referente período 12/01/2016 a 11/01/2017, a serem gozados no período de 18/07/2017 a 04/08/2017 para o servidor desta municipalidade e das carreiras do Legislativo Sr MARGARETE CONTE ARCHEK, matrícula n.º 005, ocupante do cargo de provimento

Leoberto Leal

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017

TIPO: "Menor Preço por Item". OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais de expediente para a Secretaria da Educação, Cultura e Desporto, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 002/2017. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 17 de janeiro de 2017. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site www.leobertoleal.sc.gov.br. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 04/01/2017. VITOR NORBERTO ALVES - Prefeito Municipal.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.880/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 2.880/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

REVOGA O DECRETO Nº 2.620/2014, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014, QUE DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA AUTUAR COMO AUTORIDADE MUNICIPAL DE TRANSITO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENIR LOLI, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, III, c/c Lei Complementar nº 234, de 21 de Maio de 2014,

DECRETA

Art. 1º Revoga a designação da função de confiança de autoridade municipal de trânsito da servidora pública municipal, senhora LOIRI RECH, ocupante do cargo efetivo de técnica de enfermagem, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º Por consequência deste ato fica revogado o Decreto nº 2.620/2014, de 01 de Outubro de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Janeiro de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 04 de Janeiro de 2017

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Recursos Humanos

PORTARIA Nº 001/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 001/2017, de 02 de Janeiro de 2017.
CONCEDE FÉRIAS INTERROMPIDAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso II, a) do artigo 113 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Conceder, ao Servidor Público Municipal Eugenio Dalla Costa, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista, vinculado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 07 (sete) dias de férias, compreendidos entre os dias 02 a 08 de Janeiro de 2017, relativas a Portaria nº 060/2013, de 07 de Fevereiro de 2013, em virtude da interrupção efetuada pela Portaria nº 068/2013, de 15 de Fevereiro de 2013 e 23(vinte e três) dias, compreendidos entre os dias 09 a 31 de Janeiro de 2017, relativas a Portaria nº 316/2013, de 28 de Novembro de 2013, em virtude da interrupção efetuada pela Portaria nº 321/2013, de 05 de Dezembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 02 de Janeiro de 2017.
GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

PORTARIA Nº 002/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 002/2017, de 02 de Janeiro de 2017.
CONCEDE FÉRIAS INTERROMPIDAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso II, "a" do artigo 113 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

I - Conceder, ao Servidor Público Municipal Ronaldo Adriano Zuanazzi, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista, vinculado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 20 (vinte) dias de férias, compreendidos entre os dias 02 a 22 de Janeiro de 2017, relativas a Portaria nº 020/2016, de 04 de Fevereiro de 2016, em virtude da interrupção efetuada pela Portaria nº 034/2016, de 03 de Fevereiro de 2016.

II - II – Em virtude da concessão do período de férias interrompidas, fica excluído o servidor da Portaria nº 412/2016, de 26 de dezembro de 2016.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 02 de Janeiro de 2017.
GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

PORTARIA Nº 003/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 003/2017, de 02 de Janeiro de 2017.
CONCEDE FÉRIAS INTERROMPIDAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso II, "a" do artigo 113 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

I - Conceder, a Servidora Pública Municipal Dinara Signor Kiekow, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Psicóloga, vinculada

na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, 14 (quatorze) dias de férias, a contar de 16 de Janeiro de 2017, relativas a Portaria nº 329/2016, de 16 de Novembro de 2016, em virtude da interrupção efetuada pela Portaria nº 342/2016, de 22 de Novembro de 2016.

II – Revoga-se a Portaria nº 417/2016 de 27 de Dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 02 de Janeiro de 2017.
GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

PORTARIA Nº 004/2017, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 004/2017, de 03 de Janeiro de 2017.

DESIGNA RESPONSABILIDADES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando a extinção do cargo de tesoureiro do plano de cargos e salários do município, conforme Lei Complementar nº 178/2011;

RESOLVE:

I - Designar, ao servidor público Municipal Diego Frare, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Cadastrista, além das atribuições de seu cargo, as funções, responsabilidades e atribuições que envolvem procedimentos bancários em meio documental e eletrônico.

II – Face o disposto neste ato, fica revogada a Portaria nº 302/2015, de 29 de outubro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 03 de Janeiro de 2017
GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

PORTARIA Nº 005/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 005/2017, de 04 de Janeiro de 2017.

DIVIDE A ÁREA DE ATUAÇÃO DOS PROCURADORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o art. 113, II “e” da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Com a finalidade de regulamentar a atuação dos Procuradores Municipais nas áreas discriminadas no Anexo II (Manual de Ocupações do Quadro Permanente do Poder Executivo) da Lei Complementar n. 178 de 24 de Outubro de 2011, visando otimizar os serviços jurídicos, fica estabelecido as seguintes divisões:

I – Responsável pela área administrativa: definida no Anexo II - Manual de Ocupações do Quadro Permanente do Poder Executivo da Lei Complementar n. 178, de 24 de Outubro de 2011 referentes ao cargo de Procurador Municipal, em especial:

a – prestar assessoria jurídica extrajudicialmente (mediando questões; contribuindo na elaboração de projetos de lei; proferindo palestras; prestando serviços de peritagem; arbitrando interesses das partes; formalizando parecer técnico jurídico; examinando e auxiliando em acordos; realizando audiências administrativas; participando de negociações coletivas; analisando a legislação para atualização e implementação).

b – auxiliar na elaboração de documentos jurídicos, pronunciamentos, minutas e informações sobre questões de natureza administrativa, fiscal, civil, comercial, trabalhista, penal, constitucional e outras, bem como atos administrativos, convênios, termos administrativos, projetos de lei, entre outros, visando orientar a forma e os procedimentos a serem adotados com base nas normas legais vigentes;

c – redigir pareceres sobre questões administrativas para esclarecimento da Administração;

d – responder às recomendações e requisições do Ministério Público e outros órgãos fiscalizadores;

e – assessorar as comissões de inquéritos e sindicâncias;

f – emitir parecer recomendatório quando solicitado pelo Poder Executivo.

II – Responsável pela área do contencioso: contencioso judicial e extrajudicial, conforme definido no Anexo II - Manual de Ocupações do Quadro Permanente do Poder Executivo da Lei Complementar n. 178, de 24 de Outubro de 2011 referentes ao cargo de Procurador Municipal, em especial:

a – defender direitos e interesses da Administração Direta e Indireta do Município, a representando em juízo ou fora dele, nas ações em que este for autor, réu, ou interessado executando todas as atividades de jurisdição contenciosa;

b – atuar em conjunto com o setor de tributação do município na cobrança da dívida ativa e na execução fiscal, aplicando a legislação tributária.

Art. 2º. O Prefeito Municipal indicará, mediante ato próprio, qual a área de atuação de cada Procurador.

Parágrafo único. Inobstante a respectiva área de atuação, em comum acordo, diante das peculiaridades do caso concreto, pode haver atuação em colaboração ou em conjunto, visando à efetiva resolução das demandas.

Art. 3º. Em caso de férias, licenças, impedimentos, suspeições ou qualquer outro motivo de ausência legal de um dos Procuradores, acumulará as funções descritas no inciso I e II do art. 1º o Procurador que estiver em exercício e não esteja impedido ou suspeito.

§ 1º. É dever do Procurador quando ausentar-se nos termos deste artigo, cientificar formalmente o colega dos procedimentos, processos, casos, reuniões, audiências, etc, que necessitem atuação

do colega que estiver em exercício.

§ 2º. Em casos de ausência emergencial, assim que for possível deverá haver a comunicação descrita no parágrafo acima.

§ 3º. O Procurador deverá declarar sua suspeição ou impedimento ao Prefeito Municipal, que remeterá o caso ao outro Procurador.

§ 4º. Cessado o motivo da ausência, o Procurador reassumirá as funções automaticamente, lhe sendo repassados os feitos/casos que estiverem em trâmite, exceto processos ou procedimentos que já estiverem em fase avançada de estudo, conforme comum acordo entre os Procuradores, observando que tais podem ser objeto de atuação em colaboração ou em conjunto (art. 2º, parágrafo único).

Art. 4º. O Prefeito Municipal designará, a seu critério, os dias da semana em que os Procuradores deverão cumprir sua carga horária semanal junto ao Município de Lindóia do Sul.

§ 1º. Por necessidade da Administração, poderá ser requisitado a presença do Procurador Municipal em outro dia da semana que não seja de sua designação.

§ 2º. Buscando respeitar a liberdade de atuação do advogado, a ausência eventual em seu dia de trabalho, não decorrente de licenças ou férias, poderá ser compensada em outros dias, desde que dentro do mês do ponto e previamente cientificado o Prefeito Municipal.

Art. 5º. O procedimento e o processo administrativo, o processo judicial em que o Município for autor/requerente, será sempre iniciado/autorizado mediante Portaria do Prefeito Municipal.

Parágrafo único. Não serão objeto de Portaria, nos termos do caput, as iniciais de execução fiscal e as iniciais determinadas em procedimento ou processo administrativo com decisão definitiva.

Art. 6º. Os Procuradores Municipais estão subordinados diretamente ao Prefeito Municipal e serão lotados no Gabinete do Prefeito Municipal, em decorrência da previsão do art. 91, XVI da Lei Orgânica Municipal.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 04 de Janeiro de 2017
GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

PORTARIA Nº 006/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 006/2017, de 04 de Janeiro de 2017.

DEFINE A ÁREA DE ATUAÇÃO DOS PROCURADORES MUNICIPAIS, EM CONFORMIDADE COM A PORTARIA N. 005/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o art. 113, II “e” da Lei Orgânica Municipal e com base na Portaria n. 005/2017, de 04 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Em conformidade com o art. 2º da Portaria n. 005/2017, de 04 de janeiro de 2017 fica estabelecido:

I – ao Procurador Municipal Igor Frare Grandi, matrícula n. 161, a responsabilidade pela área administrativa (art. 1º, I da Portaria n. 005/2017);

II – a Procuradora Municipal Siméia Cristina Santin Pereira da Silva, matrícula n. 144 a responsabilidade pela área do contencioso (art. 1º, II da Portaria n. 005/2017).

Art. 2º. Em conformidade com o art. 2º da Portaria n. 005/2017, de 04 de janeiro de 2017 fica designado:

I – ao Procurador Municipal Igor Frare Grandi, para cumprimento de sua carga horária, toda segunda e terça-feira.

II – a Procuradora Municipal Siméia Cristina Santin Pereira da Silva, para cumprimento de sua carga horária, toda terça e quarta-feira.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 04 de Janeiro de 2017
GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

RESOLUÇÃO 01.2017

RESOLUÇÃO Nº01/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 7º DA REOSOLUÇÃO Nº 01/2016, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016 - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA UNIDADE GESTORA DE ORÇAMENTO NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE LINDÓIA DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Presidente da Câmara Municipal de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Regimentais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal, aprovou e ele promulga a presente Resolução.

Art. 1º Fica alterado o artigo 7º da resolução que dispõe sobre a criação da Unidade Gestora de Orçamento no Âmbito da Câmara Municipal de Vereadores de Lindóia do Sul e dá outras providências.

“Art. 7º - Ficam nomeados, para movimentar a conta bancária da Câmara de Vereadores de Lindóia do Sul, na Agência do Banco do Brasil:”

I - Edson José Biondo e Diego Frare.

(...)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Lindóia do Sul-SC, em 04 de janeiro de 2017.
Edson José Biondo
Presidente do Legislativo Municipal

Luzerna

PREFEITURA

CONTRATO FMS Nº 048/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 048/2016

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 111/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº 078/2016

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho do ano de 2016, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato pela Gestora, GABRIELA MAZZARINO, e Secretária da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

15 – S & R DISTRIBUIDORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Regente Diogo A. Feijó, 451-D, na cidade de Chapecó/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 04.889.315/0001-92, neste ato representada por seu procurador FÁBIO FILIPETTO, brasileiro, casado, vendedor, portador da cédula de identidade nº 8051133398 – SSP/PC-RS e inscrito no CPF/MF sob o nº 687.509.270-000, residente e domiciliado a Rua Ângelo Caleffi, nº 186, Bairro Centro, na cidade de Barão do Cotegipe/RS, doravante denominado FORNECEDOR 15;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 111/2016, Pregão Presencial nº 078/2016, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	DESCRIÇÃO	Preço Unit.	Preço Total
1	3.000,00	UN.	200MG DE SACCHAROMYCES BOULLARDII - 17 LIOFILIZADO ENVELOPE COM 1G DE PÓ (SACHÊ)	0,98	2.940,00
3	500,00	FR	ACEBROFILINA - 25MG/5ML XAROPE FRASCO 120 ML	2,55	1.245,00
9	100,00	TB	ACICLOVIR - CREME 50 MG/G BISNAGA COM 10G	2,405	240,50
52	30,00	FR	BROMIDRATO DE FENOTEROL FRASCO 5 MG/ML	2,457	73,71
54	5.000,00	CP	BROMOPRIDA - COMP. 10MG	0,138	690,00
58	10.000,00	CP	BUTILBR ESCOP+DIPIRONA - COMP 10 MG + 250 MG	0,429	4.290,00
60	150,00	CP	BUTILBR ESCOPOLAMINA 10MG/ML GTS - FRASCO 20ML	7,25	1.087,50
78	1.000,00	CP	CETOCONAZOL - COMP 200 MG	0,129	129,00
99	100,00	FR	COMPLEXO B - GOTAS	2,112	211,20
128	4.000,00	CP	DIMETICONA - COMPRIMIDOS 40MG	0,078	312,00
138	50.000,00	CP	ENALAPRIL - COMP 20 MG GENERICO	0,054	2.700,00
151	1.000,00	CP	FLUCONAZOL - COMP 150MG - EMBALAGEM PRIMÁRIA FRACIONÁVEL	0,243	243,00
152	5.000,00	CP	FLUNARIZINA COMP 10 MG	0,067	335,00
156	27.000,00	CP	GLIBENCLAMIDA COMP 5MG GENERICO	0,053	1.431,00
169	600,00	FR	IBUPROFENO SOLUCAO ORAL 100MG/ML - FRASCO 20ML	2,208	1.324,80
171	7.000,00	CP	IBUPROFENO 300 MG - COMP	0,068	476,00
179	500,00	CP	ITRACONAZOL COMP 100MG	0,576	288,00
207	10.000,00	CP	METOCLOPRAMIDA COMP 10 MG	0,074	740,00
210	8.000,00	CP	METOPROLOL, SUCCINATO DE - COMP 25MG	0,453	3.624,00
211	10.000,00	CP	METOPROLOL, SUCCINATO DE - COMP 50 MG	0,877	8.770,00
214	5.000,00	CP	METRONIDAZOL- COMP 400 MG - EMBALAGEM FRACIONAVEL - GENÉRICO	0,32	1.600,00
217	800,00	FR	ZAFAZOLINA 0,5MG/ML	2,77	2.216,00
219	5.000,00	CP	NIFEDIPINO COMP 10 MG	0,027	135,00
223	300,00	FR	NISTATINA - SUSP 100.000UI/ML - FRASCO 50ML	2,587	776,10
225	3.500,00	CP	NITROFURANTOINA COMP 100 MG GENERICO	0,148	518,00
226	10.000,00	CP	NORFLOXACINO COMP 400 MG GENERICO	0,252	2.520,00
235	10.000,00	CP	PIROXICAN - COMP 20 MG	0,081	810,00
244	4.000,00	CP	RAMIPRIL COMPRIMIDOS 2,5 MG - GENÉRICO	0,486	1.944,00
266	50,00	FR	TIMOLOL MALEATO 0,5% - SOLUÇÃO OFTÁLMICA - FRASCO 5ML	1,209	60,45

O FORNECEDOR 15 – S & R DISTRIBUIDORA LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 46.565,06 (quarenta e seis mil quinhentos e sessenta e cinco mil e seis centavos);

0.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

0.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente,

podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

0.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras do Município, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

0.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

0.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna (SC), em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

0.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

0.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

0.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

0.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

0.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

0.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um.

0.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

0.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

0.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a

fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8.A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade- 13.01.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes

CLÁUSULA NONA

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.3. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento PATRÍCIA TEDESCO e GIOVANA DIEHL a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 26 de dezembro de 2016.

GABRIELA MAZZARINO
GESTORA DO FMS
CONTRATANTE

FÁBIO FILIPETTO
S & R DISTRIBUIDORA LTDA
FORNECEDOR 15

TESTEMUNHAS:

1. -----

Ass.

Nome:

CPF:

2. -----

Ass.

Nome:

CPF:

CONTRATO FMS Nº 049/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 049/2016

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 111/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº 078/2016

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho do ano de 2016, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato pela Gestora, GABRIELA MAZZARINO, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 – AG KIENEN & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Brasil, 98, Centro, na cidade de Pato Branco/ PR, CEP 85501-080 inscrita no CNPJ sob o nº 82.225.947/000165, neste ato representada pelo Senhor ADEMIR GERALDO KIENEN, brasileiro, maior, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 10.167.901-2 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 329.374.669-15, residente e domiciliado em Pato Branco/PR à Rua Itapua, nº 1827, Bairro Brasília, denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 111/2016, Pregão Presencial nº 078/2016, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA**DO OBJETO E DO PREÇO**

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
51	50,00	FR	BROMETO DE IPRATROPIO FRASCO 0.025%	0,65	32,50
55	150,00	AMP	BROMOPRIDA 05 MG/ML - AMP 2 ML - IM E IV	0,64	96,00
76	300,00	FR	CEFTRIAXONA SODICA 1G, USO INTRAMUSCULAR, CONTENDO FRASCO AMPOLA COM PÓ PARA SOLUCAO INJETAVEL + AMPOLA DE DILUENTE (3,5ML DE LIDOCAÍNA A 1%) - GENÉRICO	10,98	3.294,00
81	9.000,00	CP	CILOSTAZOL - COMP 100MG	0,53	4.770,00
87	1.000,00	CP	CLOMIPRAMINA - 25 MG - GENÉRICO	0,699	699,00
96	2.000,00	CP	CLOXAZOLAN - 2 MG - GENÉRICO	1,00	2.000,00
98	40,00	FR	COLIRIO - TETRACAINA 1%/FENILEFRINA 0,1% FRASCO 10 ML	7,59	303,60
124	200,00	AMP	DICLOFENACO SODICO 25MG/ML - INJETÁVEL - AMP 3ML	0,40	80,00
134	100,00	FR	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 250 UG/DOSE - 250 MCG SPRAY	46,24	4.624,00
135	1.600,00	CP	DISSULFIRAM - COMP 250 MG	0,35	560,00
145	8.000,00	CP	FENITOINA 100 MG - GENÉRICO	0,202	1.616,00
161	200,00	AMP	HEPARINA SÓDICA SOL. INJ. SUB CUTÂNEA 5.000 UI/0,25ML - AMP 0,25ML	4,63	926,00
174	3.000,00	CP	IMIPRAMINA - CLORIDRATO 75 MG COMP - GENÉRICO	1,69	5.070,00
191	200,00	TB	LIDOCAINA 100 MG/5G GELEIA 2% 30G	1,60	320,00
192	20.000,00	CP	LITIO CARBONATO COMP 300 MG - GENÉRICO	0,19	3.800,00
202	30.000,00	CP	MELOXICAN COMP 15 MG - COMP	0,097	2.910,00
220	5.000,00	CP	NIFEDIPINO COMP 20MG	0,03	150,00
242	20.000,00	CP	PROPATILNITRATO COMP 10 MG	0,42	8.400,00
270	5.000,00	CP	VARFARINA SODICA COMP 5 MG	0,10	500,00

O FORNECEDOR 1 – AG KIENEN & CIA LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 40.303,10 (quarenta mil trezentos e três e dez centavos);

0.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

0.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

- 0.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras do Município, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.
- 0.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.
- 0.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna (SC), em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.
- 0.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.
- 0.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.
- 0.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.
- 0.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.
- 0.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.
- 0.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um.
- 0.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.
- 0.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.
- 0.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

- 2.1. Os preços não serão reajustados;
- 2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;
- 2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;
- 2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
- 2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;
- 2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br)
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.
- 3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:
- 4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;
- 4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
- 4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA**DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA**DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil,

contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade- 13.01.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.3. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento PATRÍCIA TEDESCO e GIOVANA DIEHL a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 26 de dezembro de 2016.

GABRIELA MAZZARINO
GESTORA DO FMS
CONTRATANTE

ADEMIR GERALDO KIENEN
AG KIENEN & CIA LTDA
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. -----
Ass.
Nome:
CPF:

2. -----
Ass.
Nome:
CPF:

CONTRATO FMS Nº 050/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 050/2016

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 111/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº 078/2016

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho do ano de 2016, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato pela Gestora, GABRIELA MAZZARINO, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

2 - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada a Estrada Boa Esperança, 2320, Bairro Fundo Canoas, na cidade de Rio do Sul/SC, CEP 89.163-554 inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02 IE 253.148.995, neste ato representada por seu sócio administrador ANACLETO FERRARI, brasileiro, maior e capaz, casado, comerciante, portador da cédula de identidade RG nº 3R 1.428.772 SSPSC e inscrito no CPF/MF sob o nº 523.140.819-000, doravante denominado FORNECEDOR 2;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 111/2016, Pregão Presencial nº 078/2016, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA**DO OBJETO E DO PREÇO**

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
2	30.000,00	CP	AAS - COMP 100 MG	0,017	510,00
10	30,00	AMP	ACIDO ASCORBICO- INJETAVEL-AMPOLA 100 MG/ML -05ML	0,687	20,61
20	5.000,00	CP	ALENDRONATO SODICO COMP 70 MG	0,245	1.225,00
35	500,00	FR	AMOXICILINA + CLAVULANATO POT SUSPENSÃO 50/12,5 FR 100ML - GENÉRICO	8,789	4.394,50
37	25.000,00	CP	ANLODIPINA COMP 5MG GENERICO	0,019	475,00
42	30,00	AMP	ATROPINA 0,25 MG/ML - AMP 1ML	0,334	10,02
50	4.000,00	CP	BROMAZEPAN 6 MG - GENÉRICO	0,055	220,00
59	150,00	FR	BUTILBR ESCOP+DIPIRONA 6,67+333,4MG/ML GTS - FRASCO 20ML	4,811	721,65
62	100,00	AMP	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20 MG/ML - 01 ML - E IV	0,962	96,20
70	5.000,00	CP	CARBONATO DE CALCIO - COMP 500 MG	0,04	200,00
71	20.000,00	CP	CARBONATO DE CALCIO 600 MG+COLECALCIFEROL 400 UI	0,165	3.300,00
72	20.000,00	CP	CARVEDILOL - COMP 12,5MG	0,125	2.500,00
73	8.000,00	CP	CARVEDILOL- COMP 3,125 MG	0,089	712,00
86	15.000,00	CP	CITALOPRAN - 20 MG - GENÉRICO	0,13	1.950,00
88	2.500,00	CP	CLONAZEPAN - 0,5 MG - GENÉRICO	0,048	120,00
89	12.000,00	CP	CLONAZEPAN - 2,0 MG - GENÉRICO	0,053	636,00
93	4.000,00	CP	CLORPROMAZINA - 25 MG - GENÉRICO	0,247	988,00
94	40,00	FR	CLORPROMAZINA SOL ORAL 40 MG/ML - GENÉRICO	5,32	212,80
105	10,00	AMP	DESLANOSIDEO 0,2 MG/ML	1,512	15,12
109	5.000,00	CP	DEXAMETASONA COMP 4.0 MG	0,137	685,00
119	50,00	AMP	DIAZEPAM 10MG/ML - IM E IV	0,632	31,60
125	5.000,00	CP	DIGOXINA COMP 0,25 MG	0,042	210,00
130	4.000,00	CP	DINITRATO DE ISOSSORBIDA - COMP 40MG	0,289	1.156,00
143	2.500,00	CP	ESTROGENIOS CONJUGADOS COMP 0.625 MG	0,40	1.000,00
149	100,00	TB	FIBRINOLISINA+DESOXIRRIBONUCLEASE POMADA DERMATOLOGICA 10G	21,306	21,306
157	200,00	AMP	GLICOSE INJETAVEL AMPOLA 50%	0,247	49,40
184	200,00	FR	LEVOMEPROMAZINA GOTAS 4% - GENÉRICO	9,485	1.897,00
185	100,00	UN.	LEVONORGESTREL 0,75 MG - COMP	0,673	67,30
190	100,00	AMP	LIDOCAINA XILOCAINA 2% S/ VASOCONSTRITOR 20ML	1,99	199,00
198	10.000,00	CP	LOSARTANA POTASSICA + HIDROCLOROTIAZIDA COMP 50/12,5 - GENÉRICO	0,132	1.320,00
206	7.000,00	CP	METILDOPA COMP 500MG	0,25	1.750,00
215	300,00	FR	METRONIDAZOL SUSPENSÃO 4%	2,199	659,70
233	30.000,00	CP	PAROXETINA 20MG GENERICO	0,169	5.070,00
234	100,00	FR	PERMETRINA SOLUÇÃO 1% FRASCO 100ML	1,375	137,50
246	200,00	FR	RANITIDINA 15 MG/ML XAROPE - FRASCO COM 120ML	3,986	797,20
250	20.000,00	CP	RISPERIDONA 02 MG - GENÉRICO	0,179	3.580,00
260	600,00	FR	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA SUSP 40/8 GENERICO	0,825	495,00
261	30,00	AMP	SULFATO DE MAGNESIO 10% INJETAVEL	0,344	10,32
262	10,00	AMP	SULFATO DE TERBUTALINA 0,5MG	1,65	16,50

O FORNECEDOR 2 – ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 39.569,02 (trinta e nove mil quinhentos e sessenta e nove reais e dois centavos);

0.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

0.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

0.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras do Município, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

0.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

0.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna (SC), em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

0.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

0.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

0.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

0.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

0.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

0.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um.

0.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

0.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

0.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de

gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá

ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade- 13.01.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.3. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento PATRÍCIA TEDESCO e GIOVANA DIEHL a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 26 de dezembro de 2016.

GABRIELA MAZZARINO
GESTORA DO FMS
CONTRATANTE

ANACLETO FERRARI
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
FORNECEDOR 2

TESTEMUNHAS:

1. -----
Ass.
Nome:
CPF:

2. -----
Ass.
Nome:
CPF:

CONTRATO FMS Nº 051/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 051/2016
PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 111/2016
PREGÃO PRESENCIAL nº 078/2016

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho do ano de 2016, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato pela Gestora, GABRIELA MAZZARINO, e Secretária da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

3- ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rodovia da Uva nº 902, Roça Grande na cidade de Colombo/PR, CEP 83.402-000, inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.590/0001-60, neste ato representada pela sócia administradora ROSEMARY AMERICO SALVADOR, brasileira, casada, comerciante, portadora do RG nº 4.241.127-2/ SSP-PR, inscrito no CPF sob o nº 007.889.149-36, doravante denominado FORNECEDOR 3;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 111/2016, Pregão Presencial nº 078/2016, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
23	4.000,00	CP	ALPRAZOLAN 0,5 MG - GENÉRICO	0,098	392,00
31	20.000,00	CP	AMITRIPTILINA 25MG - GENÉRICO	0,036	720,00
32	6.000,00	CP	AMOXICILINA - COMP 500 MG FRACIONAVEL- GENERICO	0,22	1.320,00
56	2.000,00	CP	BUPROPIONA COMP 150 MG - GENÉRICO	0,33	660,00
63	60.000,00	CP	CAPTAPRIL COMP 25MG GENERICO	0,016	960,00
91	9.000,00	CP	CLOPIDOGREL 75 MG CPR	0,448	4.032,00
146	10.000,00	CP	FENOBARBITAL - 100 MG - GENÉRICO	0,075	750,00

O FORNECEDOR 3 – ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 8.834,00 (oito mil oitocentos e trinta e quatro reais);

0.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

0.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

0.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras do Município, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

0.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

0.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna (SC), em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

0.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

0.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

0.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

0.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

0.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

0.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um.

0.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

0.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

0.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8.O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2.A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8.A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade- 13.01.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes **CLÁUSULA NONA**

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.3. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento PATRÍCIA TEDESCO e GIOVANA DIEHL a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

CLÁUSULA DÉCIMA**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**DO FORO**

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 26 de dezembro de 2016.

GABRIELA MAZZARINO GESTORA DO FMS CONTRATANTE	ROSEMERY AMERICO SALVADOR ANGAI DISTRIBUIDORA DE MED. LTDA EPP FORNECEDOR 3
---	---

TESTEMUNHAS:

1. _____
Ass.
Nome:
CPF:

2. _____
Ass.
Nome:
CPF:

CONTRATO FMS Nº 052/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 052/2016

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 111/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº 078/2016

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho do ano de 2016, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato pela Gestora, GABRIELA MAZZARINO, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

4– CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na BR 480, nº 795, na cidade de Barão do Cotegepe/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 03.652.030/0001-70, neste ato representada por seu procurador Sr. EDIVAR SZYMANSKI, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 5051132966 e inscrito no CPF/MF sob o nº 670.481.290-34, residente e domiciliado na Rua 21

de Abril, nº 99. apto.33, Município de Barão de Cotegipe/RS, doravante denominado FORNECEDOR 4;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 111/2016, Pregão Presencial nº 078/2016, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
6	20,00	AMP	ACETATO DE MEDROXIPROGESTERONA 150 MG/ML	11,20	224,00
7	30,00	TB	ACETONIDO DE TRIANCIONOLONA EM BASE EMOLIENTE PARA USO ODONTOLÓGICO - BISNAGA 10 GRAMAS	0,04	240,00
14	100,00	FR	ACIDO VALPROICO 50 MG/ML - XAROPE - FRASCO 100ML	2,37	237,00
28	10.000,00	CP	AMINOFILINA COMP 100 MG	0,052	520,00
39	15.000,00	CP	ATENOLOL COMP 25MG GENERICO	0,025	375,00
68	150,00	FR	CARBOCISTEINA - XAROPE 20MG/ML - FRASCO 100ML	2,31	346,50
69	150,00	FR	CARBOCISTEÍNA - XAROPE 50MG/ML - FRASCO 100ML	2,73	409,50
84	2.000,00	CP	CINARIZINA COMP 75 MG	0,148	296,00
95	10.000,00	CP	CODEINA FOSFATO COMPRIMIDOS 30 MG	0,799	7.990,00
100	10.000,00	CP	COMPLEXO B - COMPRIMIDO	0,037	370,00
106	500,00	CX	DESOGESTREL 75MCG - 28 COMP REVESTIDOS	10,92	5.460,00
108	70,00	FR	DEXAM + NEON + POLIMIXINA B - POMADA OFT. ESTERIL - 3,5G	18,15	1.270,50
120	30,00	TB	DICLOFENACO DIETILAMONIO GEL 60 GR - 10MG/G	3,08	92,40
122	8.000,00	CP	DICLOFENACO SODICO - COMP 50MG	0,023	184,00
137	30.000,00	CP	ENALAPRIL - COMP 10 MG GENERICO	0,036	1.080,00
140	50,00	FR	ERITROMICINA 50 MG/ML	4,80	240,00
162	30.000,00	CP	HEMITARTARATO DE ZOLPIDEM COMP 10 MG - GENÉRICO	0,93	27.900,00
164	8.000,00	CP	HIDROCLOROTIAZIDA COMP 50MG GENERICO	0,047	376,00
168	600,00	FR	HIDROXIDO DE ALUMINIO SUSP ORAL 61.5 MG/ML FRASCO 100ML	1,78	1.068,00
173	10.000,00	CP	IMIPRAMINA - CLORIDRATO 25 MG - COMP - GENÉRICO	0,288	2.880,00
181	25.000,00	CP	LEVODOPA 200MG + BENZERAZIDA 50MG - COMP	1,699	42.475,00
183	5.000,00	CP	LEVOMEPRIMAZINA 25MG - GENÉRICO	0,37	1.850,00
189	30.000,00	CP	LEVOTIROXINA SODICA 75 MCG	0,18	5.400,00
196	7.000,00	CP	LORAZEPAN 2 MG COMP - GENÉRICO	0,07	490,00
204	50.000,00	CP	METFORMINA COMP 850MG GENERICO	0,054	2.700,00
237	150,00	FR	PREDNISOLONA FOSFATO SODICO-1MG/ML SOL ORAL FR 100ML GENE-RICO	6,61	991,50
238	10.000,00	CP	PREDNISONA - COMP 20 MG - GENÉRICO - EMBALAGEM PRIMÁRIA FRA-CIONÁVEL	0,224	2.240,00
239	5.000,00	CP	PREDNISONA - COMP 5 MG - GENÉRICO - EMBALAGEM PRIMÁRIA FRA-CIONÁVEL	0,17	850,00
251	1.500,00	ENV	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, SACHÊ COM 27,9 G COMPOSTO POR GLICOSE ANIDRA 20G + CITRATO DE SÓDIO DI-HIDRATADO 2,9G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5G + CLORETO DE SÓDIO 3,5G.	0,508	762,00
263	10.000,00	CP	SULFATO FERROSO - COMP 40 MG	0,035	350,00

O FORNECEDOR 4 – CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 109.667,40 (cento e nove mil seiscentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos);

0.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

0.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

0.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras do Município, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

0.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

0.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna (SC), em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

0.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

0.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

- 0.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.
- 0.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.
- 0.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.
- 0.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um.
- 0.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.
- 0.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.
- 0.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

- 2.1. Os preços não serão reajustados;
- 2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;
- 2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;
- 2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
- 2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;
- 2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br)
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.
- 3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:
- 4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;
- 4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
- 4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
- 5.1.1. Advertência;
- 5.1.2. Multa;
- 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade- 13.01.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.3. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento PATRÍCIA TEDESCO e GIOVANA DIEHL a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 26 de dezembro de 2016.

GABRIELA MAZZARINO GESTORA DO FMS CONTRATANTE	EDIVAR SZYMANSKI CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA FORNECEDOR 4
---	--

TESTEMUNHAS:

1. -----

Ass.

Nome:

CPF:

2. -----

Ass.

Nome:

CPF:

CONTRATO FMS Nº 053/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 053/2016

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 111/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº 078/2016

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho do ano de 2016, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato pela Gestora, GABRIELA MAZZARINO, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

5 – CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Severino Augusto Pretto, nº 560, Bairro Santo Antônio, na cidade de Encantado/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 05.782.733/0001-49, neste ato representada por sua sócia administradora, RENATA CASAGRANDE GALIOTTO, brasileira, casada, empresária, portadora da cédula de identidade nº 8043627945 e inscrita no CPF/MF sob o nº 488.351.100-68, residente e domiciliada na Rua Flores da Cunha, nº 1025, Centro, na cidade de Encantado/RS, doravante denominado FORNECEDOR 5;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 111/2016, Pregão Presencial nº 078/2016, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
13	4.000,00	CP	ACIDO VALPROICO 250 MG GENÉRICO	0,248	992,00
15	5.000,00	CP	ACIDO VALPROICO 300 MG	0,59	2.950,00
16	8.000,00	CP	ACIDO VALPROICO 500 MG	0,588	4.704,00
34	3.000,00	CP	AMOXICILINA + ÁCIDO CLAVULANICO 500/125MG COMP - GENÉRICO	0,72	2.160,00
74	8.000,00	CP	CEFALEXINA - COMP 500 MG - GENÉRICO	0,47	3,760,0
97	60,00	TB	COLAGENASE POMADA C/ CLORANFENICOL 30G	10,40	624,00
150	6.000,00	CP	FINASTERIDA 05 MG COMP	0,268	1.608,00
229	200.000,00	CP	OMEPRAZOL - CAPSULAS 20 MG	0,038	7.600,00
249	10.000,00	CP	RISPERIDONA - 01 MG	0,18	1.800,00

O FORNECEDOR 5 – CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 26.198,00 (vinte e seis mil cento e noventa e oito reais);

0.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

0.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

0.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras do Município, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

0.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

0.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna (SC), em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

0.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

0.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

0.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

0.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

0.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

0.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um.

0.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

0.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

0.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

- 2.1. Os preços não serão reajustados;
- 2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;
- 2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;
- 2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
- 2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;
- 2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.
- 3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:
 - 4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;
 - 4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
 - 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
 - 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
 - 4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
 - 5.1.1. Advertência;
 - 5.1.2. Multa;
 - 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
 - 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
 - 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
 - 5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por

cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8.O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2.A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8.A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade- 13.01.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.3. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento PATRÍCIA TEDESCO e GIOVANA DIEHL a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

CLÁUSULA DÉCIMA**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**DO FORO**

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 26 de dezembro de 2016.

GABRIELA MAZZARINO GESTORA DO FMS CONTRATANTE	RENATA CASAGRANDE GALIOTTO CIAMED DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA FORNECEDOR 5
---	--

TESTEMUNHAS:

1. -----
Ass.
Nome:
CPF:

2. -----
Ass.
Nome:
CPF:

CONTRATO FMS Nº 054/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 054/2016

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 111/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº 078/2016

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho do ano de 2016, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato pela Gestora, GABRIELA MAZZARINO, e Secretária da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

6 – CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Luiz Fagundes, nº 1486, Bairro Picadas do Sul na cidade de São José/SC CEP 88.106-000 inscrita no CNPJ sob o nº 94.516.671/0002-34, neste ato representada por ADEMAR PAULO SCHUSTER, brasileiro, maior e capaz, casado, comerciante, portadora da cédula de identidade RG nº 4002156992 e inscrita no CPF/MF sob o nº 219.912.940-34, doravante denominado FORNECEDOR 6;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 111/2016, Pregão Presencial nº 078/2016, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
21	4.000,00	CP	ALOPURINOL - COMP 100MG GENERICO	0,046	184,00
22	4.000,00	CP	ALOPURINOL COMP 300MG GENERICO	0,129	516,00
40	40.000,00	CP	ATENOLOL COMP 50MG GENERICO	0,035	1.400,00
61	5.000,00	CP	BUTILBR ESCOPOLAMINA COMP 10MG	0,39	1.950,00

O FORNECEDOR 6 - CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais);

0.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

0.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

0.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras do Município, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

0.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

0.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna (SC), em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

0.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

0.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

0.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

0.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

0.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

0.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um.

0.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

0.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

0.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já

existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.
- 3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:
 - 4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;
 - 4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
 - 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
 - 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
 - 4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
 - 5.1.1. Advertência;
 - 5.1.2. Multa;
 - 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
 - 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
 - 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
 - 5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - 5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;
 - 5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.
- 5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
- 5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:
 - 5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.
 - 5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8.O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2.A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8.A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade- 13.01.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.3. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento PATRÍCIA TEDESCO e GIOVANA DIEHL a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 26 de dezembro de 2016.

GABRIELA MAZZARINO GESTORA DO FMS CONTRATANTE	ADEMAR PAULO SCHUSTER CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA FORNECEDOR 6
---	--

TESTEMUNHAS:

1. -----	2. -----
Ass.	Ass.
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

CONTRATO FMS Nº 055/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 055/2016

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 111/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº 078/2016

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho do ano de 2016, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato pela Gestora, GABRIELA MAZZARINO, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

7 – DAMEDI DAMBROS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Paraná, 299, centro, na cidade de Pato Branco/PR, CEP 85501-090, inscrita no CNPJ sob o nº 95.368.320/0001-05, neste ato representada por sua representante legal MARIA ROSANGELA RONSEN DAMBROS, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº 35824090 e inscrita no CPF/MF sob o nº 855.226.439-00, doravante denominado FORNECEDOR 7;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 111/2016, Pregão Presencial nº 078/2016, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
------	------------	-------	-----------	-------------	-------------

27	50,00	AMP	AMINOFILINA - 24MG/ML - 10ML	0,82	41,00
45	200,00	FR	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI	2,84	568,00
111	40,00	AMP	DEXAMETASONA 0,1 MG/ML - ELIXIR - FRASCO 120ML	1,49	59,60
111	40,00	AMP	DEXAMETASONA 0,1 MG/ML - ELIXIR - FRASCO 120ML	1,49	59,60
112	500,00	FR	DICLOFENACO RESINATO - GOTAS 15MG/ML	0,708	141,60
123	500,00	FR	DICLOFENACO RESINATO - GOTAS 15MG/ML	2,288	1.144,00
155	200,00	AMP	FUROSEMIDA 10MG/ML - IM	0,41	82,00
180	600,00	CP	IVERMECTINA COMP 6 MG	0,25	150,00
205	3.000,00	CP	METILDOPA COMP 250 MG	0,184	552,00
209	400,00	AMP	METOCLOPRAMIDA - INJETAVEL 5 MG/ML - AMPOLA 2ML	0,30	120,00
216	200,00	TB	MICONAZOL CREME VAGINAL 2% BISNAGA COM 80G - COM APLICADOR	3,90	780,00
227	100,00	FR	OLEO HIDRATANTE COM ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS 200 ML	4,28	428,00
232	1.500,00	FR	PARACETAMOL - 200MG/ML - FRASCO COM 15ML - GENÉRICO	0,55	825,00
240	150,00	AMP	PROMETAZINA - INJETAVEL 25MG/ML - AMP 2ML - IM E IV	1,22	183,00
247	200,00	AMP	RANITIDINA 25MG/ML - AMP - IM E IV	0,40	80,00
253	100,00	FR	SALBUTAMOL XAROPE 2 MG/5ML - FRASCO	1,06	106,00
254	500,00	CP	SECNIDAZOL COMP 1 GRAMA	0,469	234,50
264	500,00	FR	SULFATO FERROSO SOLUÇÃO ORAL 25 MG/ML - FRASCO 30ML	0,64	320,00
267	300,00	AMP	TRAMADOL INJETÁVEL 50 MG/ML - GENÉRICO - AMP 1ML	0,515	154,500

O FORNECEDOR 7 – DAMEDI DAMBROS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 5.969,20 (cinco mil novecentos e sessenta e nove reais e vinte centavos);

0.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

0.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

0.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras do Município, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

0.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

0.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna (SC), em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

0.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

0.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

0.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

0.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

0.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

0.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um.

0.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

0.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

0.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.
- 3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:
- 4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;
- 4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
- 4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
- 5.1.1. Advertência;
- 5.1.2. Multa;
- 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
- 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
- 5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;
- 5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.
- 5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
- 5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:
- 5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.
- 5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.
- 5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:
- 5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.
- 5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para

inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade- 13.01.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se

de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.3. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento PATRÍCIA TEDESCO e GIOVANA DIEHL a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos

que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 26 de dezembro de 2016.

GABRIELA MAZZARINO GESTORA DO FMS CONTRATANTE	MARIA ROSANGELA RONSEN DAMBROS DAMEDI DAMBROS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP FORNECEDOR 7
---	--

TESTEMUNHAS:

1. -----
Ass.
Nome:
CPF:

2. -----
Ass.
Nome:
CPF:

CONTRATO FMS Nº 056/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 056/2016

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 111/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº 078/2016

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho do ano de 2016, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato pela Gestora, GABRIELA MAZZARINO, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

8 – DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rodovia BR 480, nº 180, na cidade de Barão do Cotegipe/RS CEP 99.740-000 inscrita no CNPJ sob o nº 02.520.829/0001-40, neste ato representada por seu procurador IVAN CARLOS FACIOLI, brasileiro, solteiro, maior e capaz, portador da cédula de identidade nº 704677511 SSP/RS e inscrito no CPF/MF sob o nº 958.229.920-72, doravante denominado FORNECEDOR 8;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 111/2016, Pregão Presencial nº 078/2016, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
12	50,00	FR	ACIDO FOLICO - SOLUÇÃO ORAL 0,2 MG/ML - FRASCO 30ML	5,78	289,00
33	600,00	FR	AMOXICILINA SUSP 250MG/5ML GENERICO	2,79	1.674,00
48	10.000,00	CP	BIPERIDENO 2 MG	0,171	1.710,00
65	26.000,00	CP	CARBAMAZEPINA 200 MG - GENÉRICO	0,066	1.716,00
85	5.000,00	CP	CIPROFLOXACINO - COMP 500 MG - EMBALAGEM PRIMARIA	0,189	945,00
90	1.000,00	FR	CLONAZEPAN - GOTAS 2,5/ML - GENÉRICO - FRASCO 20ML	1,45	1.450,00
103	700,00	BL	COMPRIMIDOS DE 0,15 MG DE LEVONORGESTREL E 0,03MG DE ETINILESTRADIOL- BLISTER COM 21 COMPRIMIDOS	0,63	441,00
115	600,00	FR	DEXCLORFENIRAMINA XAROPE 0,4MG/ML- 100ML	1,04	624,00

131	200,00	AMP	DIPIRONA 500 MG /ML INJETAVEL IM E IV	0,40	80,00
133	1.500,00	FR	DIPIRONA SODICA GOTAS 500MG/ML 10ML GENERICO	0,609	913,50
139	150,00	AMP	ENANTATO DE NORETISTERONA+VALERATO DE ESTRADIOL 50 +5MG/ML CAIXA COM 1 AMPOLA DE 1ML	6,00	900,00
163	50.000,00	CP	HIDROCLOROTIAZIDA COMP 25MG GENERICO	0,016	800,00
166	100,00	FR	HIDROCORTISONA INJETAVEL 500 MG	6,09	609,00
170	600,00	FR	IBUPROFENO - SOLUCAO ORAL 50MG/ML - FRASCO 30ML	1,00	600,00
172	10.000,00	CP	IBUPROFENO 600 MG - COMP	0,07	700,00
186	30.000,00	CP	LEVOTIROXINA SODICA 100 MCG	0,09	2.700,00
187	30.000,00	CP	LEVOTIROXINA SODICA 25 MCG	0,09	2.700,00
188	50.000,00	CP	LEVOTIROXINA SODICA 50 MCG	0,09	4.500,00
218	1.500,00	TB	NEOMICINA+BACITRACINA POMADA 5MG/G+250UI/G 10G GENERICO	1,04	1.560,00
231	40.000,00	CP	PARACETAMOL COMP 750MG GENERICO	0,069	2.760,00
241	3.000,00	CP	PROPAFENONA 300MG COMP	0,78	2.340,00
252	1.500,00	FR	SALBUTAMOL - SPRAY 100MCG C/ 200 DOSES	6,58	9.870,00
256	100.000,00	CP	SINASTATINA - 20 MG - GENÉRICO	0,064	6.400,00
257	50.000,00	CP	SINASTATINA 40 MG - GENÉRICO	0,124	6.200,00
259	2.000,00	CP	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA - COMP 400/80 COMP EMBALAGEM PRIMÁRIA FRACIONÁVEL - GENERICO	0,205	410,00
272	500,00	FR	VIT A + VIT D 50.000 UI/ML + 10.000 UI/ML 10 ML	4,38	2.190,00

O FORNECEDOR 8 – DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 55,081,50 (cinquenta e cinco mil e oitenta e um reais e cinquenta centavos);

0.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

0.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

0.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras do Município, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

0.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

0.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna (SC), em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

0.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

0.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

0.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

0.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

0.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

0.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um.

0.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

0.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

0.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância

devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade- 13.01.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.3. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento PATRÍCIA TEDESCO e GIOVANA DIEHL a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**DO FORO**

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 26 de dezembro de 2016.

GABRIELA MAZZARINO GESTORA DO FMS CONTRATANTE	IVAN CARLOS FACIOLI DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA FORNECEDOR 8
---	--

TESTEMUNHAS:

1. -----
Ass.
Nome:
CPF:

2. -----
Ass.
Nome:
CPF:

CONTRATO FMS Nº 057/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 057/2016

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 111/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº 078/2016

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho do ano de 2016, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato pela Gestora, GABRIELA MAZZARINO, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

9 – GOLDENPLUS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Dirceu José Filepetto, 29, Centro, na cidade de Barão de Cotegipe/RS, CEP 99740-000 inscrita no CNPJ sob o nº 17.472.278/0001-64, neste ato representada pelo sócio administrador MARCELO MAROSTICA, brasileiro, maior e capaz, solteiro, portador da cédula de identidade nº 1076099215 e inscrito no CPF/MF sob nº 820.347.290-72, doravante denominado FORNECEDOR 9;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 111/2016, Pregão Presencial nº 078/2016, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA**DO OBJETO E DO PREÇO**

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
17	1.000,00	AMP	AGUA PARA INJEÇÃO 05 ML	0,19	190,00
26	300,00	FR	AMBROXOL - XAROPE 15MG/5ML - FRASCO 120ML	1,55	465,00
36	100,00	FR	AMPICILINA SUSP 250 MG/5ML - GENÉRICO	2,58	258,00
41	5.000,00	CP	ATENOLOL- COMP 100 MG - GENERICO	0,044	220,00

43	2.500,00	CP	AZITROMICINA - COMP 500 MG - EMBALAGEM PRIMARIA FRACIONAVEL - GENERICO	0,50	1.250,00
64	50.000,00	CP	CAPTOPRIL COMP 50MG GENERICO	0,03	1.500,00
110	500,00	TUB	DEXAMETASONA - CREME DERMATOLOGICO 0.1 % - 10G	0,65	325,00
154	24.000,00	CP	FUROSEMIDA - COMP 40 MG - GENÉRICA	0,02	480,00
195	600,00	FR	LORATADINA XPE 1MG/ML - FRASCO 100ML	1,75	1.050,00
222	500,00	FR	NIMESULIDA GTS 50MG/ML 15ML	0,90	450,00
228	500,00	FR	OLEO MINERAL 100 ML	1,80	900,00
230	30.000,00	CP	PARACETAMOL COMP 500MG GENERICO	0,037	1.110,00
271	8.000,00	CP	VERAPAMIL COMP 80MG	0,063	504,00

O FORNECEDOR 9 – GOLDENPLUS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 8.702,00 (oito mil setecentos e dois reais);

0.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

0.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

0.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras do Município, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

0.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

0.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna (SC), em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

0.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

0.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

0.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

0.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

0.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

0.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um.

0.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

0.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

0.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras

(Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8.O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2.A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e

inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade- 13.01.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes

CLÁUSULA NONA
DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.3. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento PATRÍCIA TEDESCO e GIOVANA DIEHL a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um

FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 26 de dezembro de 2016.

GABRIELA MAZZARINO GESTORA DO FMS CONTRATANTE	MARCELO MAROSTICA GOLDENPLUS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA FORNECEDOR 09
---	---

TESTEMUNHAS:

1. -----	2. -----
Ass.	Ass.
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

CONTRATO FMS Nº 058/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 058/2016

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 111/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº 078/2016

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho do ano de 2016, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato pela Gestora, GABRIELA MAZZARINO, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

10 – INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Rubens Derks, 105, Distrito Industrial, no Município Erechim/RS CEP 99.700-970 inscrita no CNPJ sob o nº 12.889.035-0001-02, neste ato representada por seu sócio administrador SEDINEI ROBERTO STIEVENS, brasileiro, maior e capaz, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 1089436834 SSP/RS e inscrito no CPF/MF sob o nº 004.421.050-70, doravante denominado FORNECEDOR 10;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 111/2016, Pregão Presencial nº 078/2016, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
5	700,00	CX	ACETATO DE CIPROTERONA 2,0 MG + ETINILESTRADIOL 0,035 MG - 21 DRAGEAS	1,89	1.323,00
19	200,00	FR	ALBENDAZOL SUSP 40MG/ML 10ML	1,09	218,00
29	5.000,00	CP	AMIODARONA COMP 200 MG	0,263	1.315,00
53	200,00	GTS	BROMOPRIDA 4MG/ML 20 ML GOTAS	0,85	170,00
113	4.000,00	CP	DEXCLORFENIRAMINA - COMP 2 MG	0,055	220,00
118	50,00	AMP	DIAZEPAM 05 MG/ML - IM E IV	0,54	27,00
121	8.000,00	CP	DICLOFENACO POTASSICO COMP 50 MG	0,045	360,00
144	10.000,00	CP	EXTRATO SECO DE GINKGO BILOBA - COMP 80 MG	0,118	1.180,00
153	27.000,00	CP	FLUOXETINA - 20 MG - GENERICO	0,037	999,00

165	100,00	FR	HIDROCORTISONA INJETAVEL 100 MG	2,87	287,00
178	4.000,00	CP	ISOSSORBIDA MONONITRATO COMP 40 MG	0,162	648,00
194	10.000,00	CP	LORATADINA COMP 10 MG	0,044	440,00
221	28.000,00	CP	NIMESULIDA 100 MG CPR	0,051	1.428,00
245	5.000,00	CP	RANITIDINA - COMP. 150MG	0,069	345,00
255	50.000,00	CP	SERTRALINA - 50 MG - GENÉRICO	0,116	5.800,00

O FORNECEDOR 10 – INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 14.760,00 (catorze mil setecentos e sessenta reais);

0.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

0.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

0.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras do Município, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

0.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

0.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna (SC), em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

0.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

0.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

0.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

0.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

0.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

0.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um.

0.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

0.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

0.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA**DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR****4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:**

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA**DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA**DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA**DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
 - c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
 - d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
 - e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.
- 7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.
- 7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.
- 7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.
- 7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.
- 7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.
- 7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.
- 7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;
- 7.8. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.
- 7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- 7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.
- 7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:
- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
 - b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade- 13.01.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

- 9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;
- 9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 9.3. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento PATRÍCIA TEDESCO e GIOVANA DIEHL a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.
- 10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.
- 10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.
- 10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 26 de dezembro de 2016.

GABRIELA MAZZARINO GESTORA DO FMS CONTRATANTE	SEDINEI ROBERTO STIEVENS INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA FORNECEDOR 10
---	---

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----
Ass. Ass.
Nome: Nome:
CPF: CPF:

CONTRATO FMS Nº 059/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 059/2016

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 111/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº 078/2016

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho do ano de 2016, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato pela Gestora, GABRIELA MAZZARINO, e Secretária da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

11 – KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Marechal Castelo Branco, nº 287A, Centro no Município de Ibiacá/RS CEP 99.940-000 inscrita no CNPJ sob o nº 15.068.089/0001-03, neste ato representada por sua sócia administradora FABIANA BIZOTTO, brasileira, maior e capaz, cirurgiã dentista, portadora da cédula de identidade nº 1062960354 SJS/RS e inscrita no CPF/MF sob o nº 952.428.720-04, doravante denominado FORNECEDOR 11;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 111/2016, Pregão Presencial nº 078/2016, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO E DO PREÇO**

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
8	5.000,00	CP	ACICLOVIR - COMP 200 MG	0,14	700,00
44	200,00	FR	AZITROMICINA 40MG/ML - 600MG SUSPENSÃO - GENERICO	3,15	630,00
66	200,00	FR	CARBAMAZEPINA - SUSP 2% - GENÉRICO - FRASCO 100ML	5,84	1.168,00
79	200,00	TB	CETOCONAZOL - CREME 20MG/G 30G	1,29	258,00
82	100,00	AMP	CETOPROFENO 50MG/ML - IV	1,39	139,00
92	8.000,00	CP	CLORPROMAZINA - 100 MG - GENÉRICO	0,188	1.504,00
104	150,00	AMP	DECANOATO DE HALOPERIDOL 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL -AMP 1ML	7,35	1.102,50
116	5.000,00	CP	DIAZEPAM 05 MG - GENÉRICO	0,052	260,00
117	6.000,00	CP	DIAZEPAM 10 MG - GENÉRICO	0,052	312,00
126	4.000,00	CP	DIMENIDRINATO + PIRIDOXINA - COMP 50/10 MG	0,144	576,00
127	200,00	AMP	DIMENIDRINATO + PIRIDOXINA - INJETAVEL 1 ML - IM E IV	1,35	270,00
158	500,00	AMP	ACETATO DE BETAMETASONA 3MG + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 3MG/ML	4,70	2.350,00
159	6.000,00	CP	HALOPERIDOL COMP 05MG	0,088	528,00
177	600,00	CP	ISOSSORBIDA DINITRATO COMP SUBLINGUAL 5 MG	0,288	172,80
199	200,00	FR	MEBENDAZOL - 20MG/ML SUSP. ORAL - 30ML	1,06	212,00
208	1.000,00	FR	METOCLOPRAMIDA - SOLUÇÃO ORAL 4 MG/ML - FRASCO 10ML	0,49	490,00
265	200,00	TB	TETRACICLINA 100MG+ANFOTERICINA B 50MG CREME VAGINAL GENERICO	18,02	3.604,00

O FORNECEDOR 11 – KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 14.276,30 (catorze mil duzentos e setenta e seis reais e trinta centavos);

0.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma

parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

0.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

0.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras do Município, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

0.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

0.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna (SC), em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

0.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

0.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

0.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

0.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

0.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

0.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um.

0.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

0.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

0.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a

fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito,

juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8.A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade- 13.01.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.3. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento PATRÍCIA TEDESCO e GIOVANA DIEHL a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 26 de dezembro de 2016.

GABRIELA MAZZARINO
GESTORA DO FMS
CONTRATANTE

FABIANA BIZOTTO
KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP
FORNECEDOR 11

TESTEMUNHAS:

1. -----
Ass.
Nome:
CPF:

2. -----
Ass.
Nome:
CPF:

CONTRATO FMS Nº 060/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 060/2016

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 111/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº 078/2016

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho do ano de 2016, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato pela Gestora, GABRIELA MAZZARINO, e Secretária da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

12 – LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada a Av. São Paulo, nº 881, Térreo, Bairro São Geraldo, na cidade de Porto Alegre/RS, CEP 90.260-161 inscrita no CNPJ sob o nº 04.071.245/0001-60, neste ato representada pelo sócio administrador SAMUEL DA SILVA GOMES, brasileiro, maior capaz, portador da cédula de identidade nº 6096272809 SJS/RS e inscrito no CPF/MF sob nº 013.646.050-07, doravante denominado FORNECEDOR 12;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 111/2016, Pregão Presencial nº 078/2016, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
102	500,00	BL	COMPRIMIDOS COM LEVONORGESTREL 0,05 MG + 0,03 DE ETINILTRADIOL (06), COMPRIMIDOS COM LEVONORGESTREL 0,075 MG + 0,04 DE ETINILTRADIOL (05), COMPRIMIDOS COM LEVONORGESTREL 0,125 MG + 0,03 DE ETINILTRADIOL (10) - BLÍSTER COM 21 COMPRIMIDOS.	0,30	150,00
136	10.000,00	CP	DOXAZOSINA MESILATO CPR 2 MG	0,12	1.200,00
182	5.000,00	CP	LEVOFLOXACINO COMP 500 MG GENERICO	0,66	3.300,00

O FORNECEDOR 12 – LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 4.650,00 (quatro mil seiscentos e cinquenta reais);

0.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

0.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

0.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras do Município, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

0.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

0.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna (SC), em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

0.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

0.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

0.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

0.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

0.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

0.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um.

0.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

0.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da

regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

0.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já

levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade- 13.01.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.3. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento PATRÍCIA TEDESCO e GIOVANA DIEHL a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 26 de dezembro de 2016.

GABRIELA MAZZARINO
GESTORA DO FMS
CONTRATANTE

SAMUEL DA SILVA GOMES
LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
FORNECEDOR 12

TESTEMUNHAS:

1. -----

Ass.

Nome:

CPF:

2. -----

Ass.

Nome:

CPF:

CONTRATO FMS Nº 061/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 061/2016

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 111/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº 078/2016

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho do ano de 2016, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato pela Gestora, GABRIELA MAZZARINO, e Secretária da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

13 – MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Samuel Kruschim, nº 200, Bairro Patronato, na cidade Santa Maria /RS CEP 97020-670, inscrita no CNPJ sob o nº 94.894.169/0001-86, neste ato representado por MAURO MARCIANO GRACIA DE FREITAS, brasileiro, casado, maior, empresário portador da cédula de identidade nº 8022867959-SSP/RS e inscrito no CPF/MF sob o nº 374.624.900-72, residente Rua Samuel Kruschim, nº 200, apto 201, Vila Noal, Bairro Patronato, na cidade Santa Maria/RS, doravante, doravante denominado FORNECEDOR 13;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 111/2016, Pregão Presencial nº 078/2016, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
4	500,00	FR	ACETILCISTEINA 20MG/ML - XAROPE FRASCO 100 ML	4,05	2.025,00
18	1.000,00	CP	ALBENDAZOL - COMP 400MG	0,42	420,00
49	4.000,00	CP	BROMAZEPAN - 3MG GENÉRICO	0,046	184,00
67	700,00	CP	CARBAMAZEPINA 400 MG - GENÉRICO	0,52	364,00
75	700,00	FR	CEFALEXINA- SUSP 50 MG/ML - GENÉRICO	5,55	3.885,00
83	2.000,00	CP	CINARIZINA COMP 25 MG	0,087	174,00
107	100,00	FR	DEXAM 0,001G + NEON 3,5 + POLIMIXINA B 6000 UI - COLIRIO FR 05 ML	5,20	520,00
132	17.000,00	CP	DIPIRONA SODICA- COMP 500 MG GENERICO	0,072	1.224,00
160	30,00	AMP	HALOPERIDOL 5MG/ML	0,70	21,00
176	7.000,00	CP	ISOSSORBIDA COMP 20 MG	0,065	455,00
193	3.000,00	CP	LOPERAMIDA COMP 2 MG	0,079	237,00
197	100.000,00	CP	LOSARTANA POTASSICA COMP 50MG GENERICO	0,033	3.300,00
203	40.000,00	CP	METFORMINA COMP 500MG GENERICO	0,063	2.520,00
224	400,00	TB	NISTATINA CR VAGINAL 100.000UI/G - BISNAGA COM 60G - COM APLICADORES	3,05	1.220,00
243	50.000,00	CP	PROPRANOLOL COMP 40MG GENERICO	0,015	750,00
248	50,00	FR	RIFAMICINA TOPICA SPRAY - 10 MG/ML - FRASCO 20ML	2,60	130,00

O FORNECEDOR 13 – MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$17.429,00 (dezessete mil quatrocentos e vinte e nove reais);

0.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

0.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

0.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras do Município, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

0.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

0.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna (SC), em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

0.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

0.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

0.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

0.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

- 0.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.
- 0.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um.
- 0.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.
- 0.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.
- 0.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

- 2.1. Os preços não serão reajustados;
- 2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;
- 2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;
- 2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
- 2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;
- 2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.
- 3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:
- 4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;
- 4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
- 4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
- 5.1.1. Advertência;
- 5.1.2. Multa;
- 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8.O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2.A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8.A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade- 13.01.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.3. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento PATRÍCIA TEDESCO e GIOVANA DIEHL a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 26 de dezembro de 2016.

GABRIELA MAZZARINO GESTORA DO FMS CONTRATANTE	MAURO MARCIANO GRACIA DE FREITAS MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA FORNECEDOR 13
---	---

TESTEMUNHAS:

1. _____

Ass.

Nome:

CPF:

2. _____

Ass.

Nome:

CPF:

CONTRATO FMS Nº 062/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 062/2016

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 111/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº 078/2016

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho do ano de 2016, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato pela Gestora, GABRIELA MAZZARINO, e Secretária da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

14 – MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Octaviano T. dos Santos, 1132, 1º Andar, Centro, Francisco Beltrão/PR CEP 85601-030, inscrita no CNPJ sob o nº 09.676.256/0001-98, neste ato representado por sua sócia proprietária SIRLEI DE FÁTIMA FOLLADOR, brasileira, casada, maior, empresário portador da cédula de identidade nº 13.961.473-9 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob o nº 465.988.800-25, doravante denominado FORNECEDOR 14;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 111/2016, Pregão Presencial nº 078/2016, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	DESCRIÇÃO	Preço Unit.	Preço Total
24	5.000,00	CP	ALPRAZOLAN 1 MG - GENÉRICO	0,109	545,00
30	30,00	AMP	AMIODARONA 50 MG/ML - AMP 3ML	1,25	37,50
46	100,00	FR	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000 UL	2,244	224,40
47	4.000,00	CP	BETAISTINA - DICLORIDRATO - COMPRIMIDOS 16 MG	0,219	876,00
57	150,00	AMP	BUTIL. DE ESCOPOLAMINA 4MG/ML + DIP 500MG/ML - INJETAVEL 05 ML - IM E IV	1,405	240,75
77	500,00	FR	CEFTRIAXONA SODICA 500MG, USO INTRAMUSCULAR, CONTENDO FRASCO -AMPOLA COM PÓ SOLUÇÃO INJETÁVEL + AMPOLA DE DILUENTES (2ML DE LIDOCAÍNA A 1%) - GENÉRICO	6,731	3.365,50
80	25.000,00	CP	CICLOBENZAPRINA, CLORIDRATO COMP 5 MG	0,148	3.700,00
129	400,00	FR	DIMETICONA GOTAS 75MG/ML 10ML	0,76	304,00
148	30,00	FR	FENOBARBITAL GOTAS 100MG	2,50	75,00
167	250,00	FR	HIDROCORTISONA + NEOMICINA + POLIMIXINA B SOLUÇÃO OTOLÓGICA (OTOSPORIN)	9,99	2.497,50
201	500,00	AMP	MELOXICAN 10MG/ML - AMP 1,5ML	1,84	920,00
212	200,00	TB	METRONIDAZOL GELEIA VAGINAL 100MG/G GENERICO	2,457	491,40
236	200,00	FR	PREDNISOLONA FOSFATO SODICO 3MG/ML SOL ORAL FR 100 ML GENERICO	5,964	1.192,80
258	200,00	TB	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G CREME 50G GENERICO	4,118	823,60

O FORNECEDOR 14 – MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 15.263,45 (quinze mil duzentos e sessenta e três reais e quarenta e cinco centavos);

0.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

0.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

0.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras do Município, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

0.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

0.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna (SC), em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

0.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

0.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

0.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

- 0.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.
- 0.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.
- 0.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um.
- 0.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.
- 0.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.
- 0.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

- 2.1. Os preços não serão reajustados;
- 2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;
- 2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;
- 2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
- 2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;
- 2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br)
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.
- 3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:
- 4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;
- 4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
- 4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
- 5.1.1. Advertência;
- 5.1.2. Multa;
- 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente,

por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8.O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2.A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8.A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da

autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade- 13.01.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.3. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento PATRÍCIA TEDESCO e GIOVANA DIEHL a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 26 de dezembro de 2016.

GABRIELA MAZZARINO GESTORA DO FMS CONTRATANTE	SIRLEI DE FÁTIMA FOLLADOR MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI FORNECEDOR 14
---	---

TESTEMUNHAS:

1. _____

Ass.

Nome:

CPF:

2. _____

Ass.

Nome:

CPF:

Maracajá

PREFEITURA

PORTARIA 551/2016

Portaria Nº 551, de 16 de dezembro de 2016.

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO, O SERVIDOR LINDOMAR MARQUES.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições e de acordo com as Leis Nº 426 e 427 de 07 de outubro de 1997, e de conformidade com os incisos V e VII, do Art 73, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor LINDOMAR MARQUES, CPF 437.649.169-15, matrícula 1000, nascido em 25 de março de 1951, nomeado para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Transportes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 202/2010.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 16 de dezembro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 16 de dezembro de 2016.

ROSANE SAVI COSTA

Secretária de Administração

PORTARIA 552/2016

Portaria Nº 552, de 16 de dezembro de 2016.

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO, O SERVIDOR GERSON NAZARIO.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso da competência que lhe confere a Lei 831 de 25 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor GERSON NAZARIO, CPF 522.898.269-87, matrícula 1198, nascido em 11 de julho de 1964, nomeado para exercer o cargo em comissão de Administrador do Centro de Triagem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria Nº 187/2011.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 16 de dezembro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 16 de dezembro de 2016.

ROSANE SAVI COSTA

Secretária de Administração

PORTARIA 553/2016

Portaria Nº 553, de 16 de dezembro de 2016.

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO, O SERVIDOR JOSÉ ALCIDES DE SOUZA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições e de acordo com as Leis Nº 426 e 427 de 07 de outubro de 1997, e de conformidade com os incisos V e VII, do Art 73, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor JOSÉ ALCIDES DE SOUZA, CPF 376.937.869-53, matrícula 2162, nascido em 18 de abril de 1959, nomeado para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Obras, Habitação e Serviços Urbanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 287/2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 16 de dezembro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 16 de dezembro de 2016.

ROSANE SAVI COSTA

Secretária de Administração

PORTARIA 554/2016

Portaria Nº 554, de 16 de dezembro de 2016.

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO, A SERVIDORA ROSANE SAVI COSTA.

O Prefeito Wagner da Rosa, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 426 de 7 de outubro de 1997 em conformidade com a Lei nº 1039 de 15 de outubro de 2015 e de conformidade com os incisos V e VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir do dia 30 de dezembro de 2016, a servidora ROSANE SAVI COSTA, CPF 461.204.679-04, matrícula 2195, nascida em 11 de agosto de 1964, nomeada para exercer o cargo em comissão de Secretário de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria Nº 357/2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 16 de dezembro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 16 de dezembro de 2016.

ROSANE SAVI COSTA

Secretária de Administração

PORTARIA 555/2016

PORTARIA Nº. 555 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 121 da Lei Complementar Nº. 46 de 26/8/15,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias ao servidor Renan Machado Fregulia, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo, referente ao período aquisitivo de 8/9/2015 à 7/9/2016, com gozo em 21/12/2016 e término em 30/12/2016.

Art. 2º Nos termos do art. 121 da Lei Complementar nº 46, 26 de agosto de 2015, fica convertido 20 (vinte) dias de férias do servidor supra em abono pecuniário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 16 de dezembro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 16 de dezembro de 2016.

ROSANE SAVI COSTA

Secretária de Administração

PORTARIA 556/2016

PORTARIA Nº. 556 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 121 da Lei Complementar Nº. 46 de 26/8/15,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias ao servidor Diomar de Souza Machado Junior, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, referente ao período aquisitivo de 8/9/2015 à 7/9/2016, com gozo em 21/12/2016 e término em 30/12/2016.

Art. 2º Nos termos do art. 121 da Lei Complementar nº 46, 26 de agosto de 2015, fica convertido 20 (vinte) dias de férias do servidor supra em abono pecuniário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 16 de dezembro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 16 de dezembro de 2016.

ROSANE SAVI COSTA

Secretária de Administração

PORTARIA 557/2016

PORTARIA Nº. 557 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e

artigo 121 da Lei Complementar Nº. 46 de 26/8/15,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias a servidora Michelini Costa Francisco, ocupante do Cargo de Fiscal Tributário, referente ao período aquisitivo de 7/3/2015 à 6/3/2016, com gozo em 21/12/2016 e término em 30/12/2016.

Art. 2º Nos termos do art. 121 da Lei Complementar nº 46, 26 de agosto de 2015, fica convertido 20 (vinte) dias de férias da servidora supra em abono pecuniário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 16 de dezembro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 16 de dezembro de 2016.

ROSANE SAVI COSTA

Secretária de Administração

PORTARIA 558/2016

PORTARIA Nº 558 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA CAMILA DE FREITAS ROCHA PIAZZA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do Art. 73, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, a partir do dia 19 de dezembro de 2016, a servidora CAMILA DE FREITAS ROCHA PIAZZA, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, a contar de 19/12/2016 a 16/6/2017, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 30 de dezembro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 30 de dezembro de 2016.

ROSANE SAVI COSTA

Secretária de Administração

Maravilha

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 001/2017 - Modalidade Pregão Presencial n. 001/2017 – Sistema de Registro de Preços – SRP.

A Excelentíssima Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço - SRP, a prestação de serviço de fisioterapia método neuroevolutivo bobath e método cuevas medek exercises, conforme a necessidade, para o Município de Maravilha, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, Lei Complementar Federal n.123/06, subsidiariamente pela Lei 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até as 14 horas do dia 19 de janeiro de 2017, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 13 h às 19 horas. Maravilha - SC, 03 de janeiro de 2017. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 002/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 002/2017 - Modalidade Pregão Presencial n. 002/2017 – Sistema de Registro de Preços – SRP.

A Excelentíssima Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço - SRP, para posterior contratação, conforme necessidade, de horas máquinas de mini escavadeira hidráulica, para o Município de Maravilha, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93 e LC 123/06, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 18 de janeiro de 2017 até às 14h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 13 h às 19 horas. Maravilha - SC, 04 de janeiro de 2017. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

Marema

PREFEITURA

DECRETO Nº 137 /2016

DECRETO Nº 137 /2016

De 29/12/2016

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2015, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal, de Marema, ESTADO DE Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.087/2015 de 001de dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretado a utilização de parte do Superávit Financeiro apresentado no confronto do ativo financeiro (-) passivo financeiro do balanço patrimonial do Exercício de 2015 do MUNICIPIO DE MAREMA,, na ordem de recursos com valor R\$ 8.962,20 (OITO MIL NOVECENTOS E SESENTA E DOIS REAIS E VINTE CENTAVOS)..

Art. 2º - Com os Recursos Advindos dos Art. 1º deste Decreto, ficam Suplementada as seguintes dotações orçamentárias, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema:

Reduzido 101 - SUPERAVIT

Código	Secretaria/departamento	
05.01	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
funcional	Proj./ativ.	descrição
05.112. 365	2.038	MANUTENÇÃO DAS ATIVID. EDUCAÇÃO INFANTIL
Modalidade	Fonte	Dotação
33.90.000	13.37	8.962,20

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 29 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Funcionário Designada

DECRETO N. 138/2016

Decreto n. 138/2016

De 31/12/2016

EXONERA O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL FABIO LUIZ PASINI EXERCENDO O CARGO DE DIRETOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor especialmente o art. 56, II da Lei Municipal n. 307/95 de 10/08/1995 – Estatuto dos Servidores Públicos. CONSIDERANDO decreto 014/2013

DECRETA

Art. 1º - A exoneração do Servidor Público Municipal FABIO LUIZ PASINI na função de DIRETOR, em consequência do Serviço Público Municipal de Marema.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 31 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Funcionário Designado

DECRETO N. 139/2016

Decreto n. 139/2016

De 31/12/2016

EXONERA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL SOLANGE DA FONSECA EXERCENDO O CARGO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO CC -06 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor especialmente o art. 56, II da Lei Municipal n. 307/95 de 10/08/1995 – Estatuto dos Servidores Públicos. CONSIDERANDO decreto 147/2014.

DECRETA

Art. 1º - A exoneração da Servidora Pública Municipal SOLANGE DA FONSECA na função de CHEFE DE DEPARTAMENTO CC-06, em consequência do Serviço Público Municipal de Marema.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 31 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Funcionário Designado

DECRETO N. 140/2016

Decreto n. 140/2016

De 31/12/2016

EXONERA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL ROSANGELA DONZELLI MASCARELLO EXERCENDO O CARGO DE DIRETORA CC -09E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor especialmente o art. 56, II da Lei Municipal n. 307/95 de 10/08/1995 – Estatuto dos Servidores Públicos. CONSIDERANDO decreto 015/2013.

DECRETA

Art. 1º - A exoneração da Servidora Pública Municipal ROSANGELA

DONZELLI MASCARELLO na função de DIRETOR, em consequência do Serviço Público Municipal de Marema.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 31 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Funcionário Designado

DECRETO N. 141/2016

Decreto n. 141/2016

De 31/12/2016

REVOGA DECRETO QUE NOMEOU VANDERLEI ANTONIO CALDERAN PARA O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE DEPTO CC-05-CARGO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO, CONSTANTE NO ANEXO II – QUADRO DE PESSOAL EM COMISSÃO - DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 036/2014 DE 19.02.2014 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 8, I do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema c/c o art. 3º, art. 11 inciso II e CONSIDERANDO o cargo de livre nomeação e exoneração. CONSIDERANDO Decreto 146/2014.

DECRETA

Art. 1º - Revogar Decreto que nomeou VANDERLEI ANTONIO CALDERAN na função de Chefe de Dpto – CC -05 Cargos em Comissão de Livre nomeação e exoneração – 40 horas, junto ao Departamento Municipal de Administração, constante no Anexo II da Lei Complementar Municipal n. 036/2014 de 19.02.2014, percebendo o vencimento constante do Plano de Cargos e Salários.

Art. 2º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, em especial Decreto 146/2014 de 13/10/2014.

Gabinete do Prefeito, em 31 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Funcionário Designado

DECRETO N. 142/2016

Decreto n. 142/2016

De 31/12/2016

REVOGAR DECRETO QUE NOMEOU DEOGENIS THOME PARA O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE SETOR – CC - 06 - CARGO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO, CONSTANTE NO ANEXO II – QUADRO DE PESSOAL EM COMISSÃO - DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 027/2005 DE 12.12.2005 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 8, I do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema c/c o art. 3º, art. 11 inciso II e CONSIDERANDO o cargo de livre nomeação e exoneração. CONSIDERANDO Decreto 107/2013.

DECRETA

Art. 1º - Revogar Decreto que nomeou DEOGENIS THOME na função de Chefe de Setor – CC -06, Cargo em Comissão de Livre nomeação e exoneração – 40 horas, Código 350, no Departamento Municipal de Administração, constante no Anexo II da Lei Complementar Municipal n. 027/2005 de 12.12.2005, percebendo o vencimento constante do Plano de Cargos e Salários.

Parágrafo Único – Permanecerá suspenso, enquanto perdurar a nomeação do Cargo em Comissão, os direitos adquiridos em virtude do cargo de provimento efetivo de Assistente de Administração.

Art. 2º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário. Em especial Decreto 107/2013 de 07/06/2013

Gabinete do Prefeito, em 31 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Funcionário Designado

DECRETO N. 143/2016

Decreto n. 143/2016

De 31/12/2016

REVOGAR DECRETO QUE NOMEOU JOVANA CRISTINA BIANCHI LUZZI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SUB DIRETOR – CC-04 - CARGO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO, CONSTANTE NO ANEXO II – QUADRO DE PESSOAL EM COMISSÃO - DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 027/2005 DE 12.12.2005 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 8, I do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema c/c o art. 3º, art. 11 inciso II e CONSIDERANDO o cargo de livre nomeação e exoneração. CONSIDERANDO Decreto 13/2013.

DECRETA

Art. 1º - Revogar Decreto que nomeou JOVANA CRISTINA BIANCHI LUZZI na função de Sub Diretor – CC -04, Cargo em Comissão de Livre nomeação e exoneração – 40 horas, Código 029, no Departamento Municipal de Assistência Social, constante no Anexo II da Lei Complementar Municipal n. 027/2005 de 12.12.2005, percebendo o vencimento constante do Plano de Cargos e Salários.

Parágrafo Único – Permanecerá suspenso, enquanto perdurar a nomeação do Cargo em Comissão, os direitos adquiridos em virtude do cargo de provimento efetivo de Assistente de Administração.

Art. 2º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação. Em especial Decreto 13/2013 de 09/01/2013.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 31 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI
Funcionário Designado

DECRETO N. 144/2016

Decreto n. 144/2016
De 31/12/2016

REVOGAR DECRETO QUE NOMEOU MARISTELA RAMPAZZO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE CORDENADORA DE CRECHE - CARGO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO, CONSTANTE NO ANEXO II – QUADRO DE PESSOAL EM COMISSÃO - DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 036/2014 DE 19.02.2014 EM COMPLEMENTO DA LEI 040/2014 DE 10/12/2014 DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 8, I do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema c/c o art. 3º, art. 11 inciso II e CONSIDERANDO o cargo de livre nomeação e exoneração. CONSIDERANDO Decreto 125/2015.
DECRETA

Art. 1º - Revogar Decreto que nomeou MARISTELA RAMPAZZO na função de COORDENADORA DE CRECHE, Cargo em Comissão de Livre nomeação e exoneração – 40 horas, no Departamento Municipal de Educação/Creche Municipal, constante no Anexo II da Lei Complementar Municipal n. 036/2014 de 19.02.2014, em complemento da Lei 040/2014 de 10.12.2014, percebendo o vencimento constante do Plano de Cargos e Salários.

Art. 2º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 31 de dezembro de 2016.
MARCOS PEDRO BATISTEL
Prefeito Municipal
Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI
Funcionário Designado

DECRETO N. 145/2016

Decreto n. 145/2016
De 31/12/2016

REVOGAR DECRETO QUE NOMEOU SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL TANIA MARIA TOFFOLO PARA O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO – CC-08, CONSTANTE NO ANEXO II – QUADRO DE PESSOAL EM COMISSÃO - DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 027/2005 DE 12.12.2005 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 8, I do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema c/c o art. 3º, art. 11 inciso II e o Art. 84 do Estatuto dos Servidores Público Municipais e CONSIDERANDO o cargo de livre nomeação e exoneração. CONSIDERANDO DECRETO 016/2014.
DECRETA

Art. 1º - Revogar Decreto que nomeou a Servidora Publica Municipal TANIA MARIA TOFFOLO, para o Cargo de Provimento em Comissão de ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO CC-08, Cargo em

Comissão de Livre nomeação e exoneração – 40 horas, junto ao Departamento Municipal de Finanças, constante no Anexo II da Lei Complementar Municipal n. 027/2005 de 12.12.2005, percebendo o vencimento do cargo de provimento efetivo de Técnica em Contabilidade.

§ 1º - Considerando a opção da servidora, pelo recebimento do cargo de provimento efetivo, fica atribuída uma gratificação correspondente a 100% (cem por cento) do provimento do cargo exercido em comissão, na forma do Art 84º, § 1º do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário. Em especial Decreto 016/2014 de 12/02/2014.

Gabinete do Prefeito, em 31 de dezembro de 2016.
MARCOS PEDRO BATISTEL
Prefeito Municipal
Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI
Funcionário Designado

DECRETO N. 146/2016

Decreto n. 146/2016
De 31/12/2016

REVOGAR DECRETO QUE NOMEOU A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL ANDREIA TONIAZZO MORO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE SETOR – CC-05 - CARGO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO, CONSTANTE NO ANEXO II – QUADRO DE PESSOAL EM COMISSÃO - DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 036/2014 DE 19.02.2014 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 8, I do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema c/c o art. 3º, art. 11 inciso II e CONSIDERANDO o cargo de livre nomeação e exoneração. CONSIDERANDO DECRETO 126/2015.
DECRETA

Art. 1º - Revogar Decreto que nomeou ANDREIA TONIAZZO MORO na função de CHEFE DE SETOR – CC -05, Cargo em Comissão de Livre nomeação e exoneração – 40 horas, no Departamento Municipal de Assistência Social, constante no Anexo II da Lei Complementar Municipal n. 036/2014 de 19.02.2014, percebendo o vencimento constante do Plano de Cargos e Salários.

Art. 2º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário. Em especial Decreto 126/2015 de 14/06/2016.

Gabinete do Prefeito, em 31 de dezembro de 2016.
MARCOS PEDRO BATISTEL
Prefeito Municipal
Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI
Funcionário Designado

DECRETO N. 147/2016

Decreto n. 147/2016
De 31/12/2016

REVOGAR DECRETO QUE NOMEOU A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL MARLETE TEREZINHA LUNARDI CERRATO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR ADJUNTO – CC-02 - CARGO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO, CONSTANTE NO ANEXO II – QUADRO DE PESSOAL EM COMISSÃO - DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 027/2005 DE 12.12.2005 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 8, I do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema c/c o art. 3º, art. 11 inciso II e CONSIDERANDO o cargo de livre nomeação e exoneração. CONSIDERANDO DECRETO 007/2013.
DECRETA

Art. 1º - Revogar Decreto que nomeou MARLETE TEREZINHA LUNARDI CERRATO na função de Diretor Adjunto – CC -02, Cargo em Comissão de Livre nomeação e exoneração – 40 horas, Código 029, no Departamento Municipal de Assistência Social, constante no Anexo II da Lei Complementar Municipal n. 027/2005 de 12.12.2005, percebendo o vencimento constante do Plano de Cargos e Salários.

Parágrafo Único – Permanecerá suspenso, enquanto perdurar a nomeação do Cargo em Comissão, os direitos adquiridos em virtude do cargo de provimento efetivo de Assistente de Educação

Art. 2º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário. Em especial Decreto 007/2013 de 09/01/2013.

Gabinete do Prefeito, em 31 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Funcionário Designado

DECRETO N. 148/2016

Decreto n. 148/2016
De 31/12/2016

REVOGAR DECRETO QUE NOMEOU A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL ZINETE MARIA GARDA MORESCHI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE ADMINISTRAÇÃO – CC-09 - CARGO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO, CONSTANTE NO ANEXO II – QUADRO DE PESSOAL EM COMISSÃO - DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 027/2005 DE 12.12.2005 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 8, I do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema c/c o art. 3º, art. 11 inciso II e CONSIDERANDO o cargo de livre nomeação e exoneração. CONSIDERANDO DECRETO 159/2013.
DECRETA

Art. 1º - Revogar Decreto que nomeou ZINETE MARIA GARDA MORESCHI na função de Assessor de Administração – CC -09, Cargo em Comissão de Livre nomeação e exoneração – 40 horas, no Departamento Municipal de Assistência Social, constante no Anexo II da Lei Complementar Municipal n. 027/2005 de 12.12.2005, percebendo o vencimento constante do Plano de Cargos e Salários.

Art. 2º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário. Em especial Decreto 159/2013 de 13/11/2013.

Gabinete do Prefeito, em 31 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Funcionário Designado

DECRETO N. 149/2016

Decreto n. 149/2016
De 31/12/2016

REVOGAR DECRETO QUE NOMEOU A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL ANA PAULA SEGANFREDO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SUB DIRETOR- CARGO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO, CONSTANTE NO ANEXO II – QUADRO DE PESSOAL EM COMISSÃO - DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 036/2014 DE 19/02/2014 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 8, I do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema c/c o art. 3º, art. 11 inciso II e CONSIDERANDO o cargo de livre nomeação e exoneração

DECRETA

Art. 1º - Revogar Decreto que nomeou ANA PAULA SEGANFREDO na função de SUB DIRETOR, Cargo em Comissão de Livre nomeação e exoneração – 40 horas, no Departamento Municipal de Saúde, constante no Anexo II da Lei Complementar Municipal nº. 036/2014 de 19/02/2014, percebendo o vencimento constante do Plano de Cargos e Salários.

Art. 2º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário. Em Especial Decreto 008/2015 de 12.01.2015.

Gabinete do Prefeito, em 31 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Funcionário Designado

DECRETO N. 150/2016

Decreto n. 150/2016
De 31/12/2016

EXONERA O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL SILVANO CIRO PIAESKI EXERCENDO O CARGO DE DIRETOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor especialmente o art. 56, II da Lei Municipal n. 307/95 de 10/08/1995 – Estatuto dos Servidores Públicos. CONSIDERANDO decreto 011/2013

DECRETA

Art. 1º - A exoneração do Servidor Público Municipal SILVANO CIRO PIAESKI na função de DIRETOR, em consequência do Serviço Público Municipal de Marema.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 31 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Funcionário Designado

PORTARIA Nº171/2016

Decreto n. 150/2016

De 31/12/2016

EXONERA O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL SILVANO CIRO PIAESKI EXERCENDO O CARGO DE DIRETOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor especialmente o art. 56, II da Lei Municipal n. 307/95 de 10/08/1995 – Estatuto dos Servidores Públicos. CONSIDERANDO decreto 011/2013

DECRETA

Art. 1º - A exoneração do Servidor Público Municipal SILVANO CIRO PIAESKI na função de DIRETOR, em consequência do Serviço Público Municipal de Marema.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 31 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Funcionário Designado

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 18/01/2017, às 08:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2017, objetivando a AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2017. A integral do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 7:00 às 13:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através do site www.meleiro.sc.gov.br.

Meleiro/SC, 03 de janeiro de 2017.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 19/01/2017, às 08:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2017, objetivando a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (óleo diesel e gasolina), PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2017. A integral do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371, Centro – Meleiro/SC, no horário das 7:00 às 13:00, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através da disponibilização no site do município www.meleiro.sc.gov.br.

Meleiro/SC, 04 de janeiro de 2017.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº007-2017

PORTARIA n.º 007/2017
DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DAS PORTARIAS QUE CONCEDEM GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃO.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei nº 1344/2009, de 19 de março de 2009, e Lei nº 1435/2010, de 16 de junho de 2010, e suas alterações, resolve:

REVOGAR

Artigo 1.º A Portaria nº 534/2016, de 30 de Novembro de 2016, que concede gratificação por exercício de função à servidora pública municipal CRISTIANI FELISBERTO SCARPARI – matrícula nº 1150, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem E.S.F..

Artigo 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 534/2016.

Meleiro, 04 de Janeiro de 2017.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº008-2017

PORTARIA n.º 008/2017
DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DAS PORTARIAS QUE CONCEDEM GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃO.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei nº 1344/2009, de 19 de março de 2009, e Lei nº 1435/2010, de 16 de junho de 2010, e suas alterações, resolve:

REVOGAR

Artigo 1.º A Portaria nº 545/2016, de 30 de Novembro de 2016, que concede gratificação por exercício de função à servidora pública municipal ELIEGE GONÇALVES CAVALER DELA VECHIA – matrícula nº 10014, ocupante do cargo de Agente Sanitário.

Artigo 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 545/2016.

Meleiro, 04 de Janeiro de 2017.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº009-2017

PORTARIA n.º 009/2017
DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA QUE CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃO.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas

atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei nº 1344/2009, de 19 de março de 2009, e Lei nº 1435/2010, de 16 de junho de 2010, e suas alterações, resolve:

REVOGAR

Artigo 1.º A Portaria nº 538/2016, de 30 de Novembro de 2016, que concede gratificação por exercício de função à servidora pública municipal GRACIA VANILDA M. SCHIMITIS – matrícula nº 47, ocupante do cargo de Bibliotecária.

Artigo 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 538/2016.

Meleiro, 04 de Janeiro de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº010-2017

PORTARIA n.º 010/2017

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA QUE CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃO.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei nº 1344/2009, de 19 de março de 2009, e Lei nº 1435/2010, de 16 de junho de 2010, e suas alterações, resolve:

REVOGAR

Artigo 1.º A Portaria nº 539/2016, de 30 de Novembro de 2016, que concede gratificação por exercício de função ao servidor público municipal JADIR TRENTA – matrícula nº 327, ocupante do cargo de Motorista.

Artigo 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 539/2016.

Meleiro, 04 de Janeiro de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº011-2017

PORTARIA n.º 011/2017

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA QUE CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃO.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei nº 1344/2009, de 19 de março de 2009, e Lei nº 1435/2010, de 16 de

junho de 2010, e suas alterações, resolve:

REVOGAR

Artigo 1.º A Portaria nº 541/2016, de 30 de Novembro de 2016, que concede gratificação por exercício de função à servidora pública municipal MIRIAM BIZ SASSO MINATTO – matrícula nº 53, ocupante do cargo de Telefonista.

Artigo 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 541/2016.

Meleiro, 04 de Janeiro de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº012-2017

PORTARIA nº 012/2017

TRATA DA REVOGAÇÃO DE PORTARIA QUE DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei 809/2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

REVOGAR

Art. 1.º A Portaria 034/2015, de 04 de Fevereiro de 2015, que designa a Senhora FERNANDA FERREIRA, ocupante do cargo de Assistente Social, para exercer suas atividades de Gestora da Política de Assistência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria 034/2015.

Meleiro, 04 de Janeiro de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº013-2017

PORTARIA nº 013/2017

TRATA DA DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei 809/2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

D E S I G N A R

Art. 1.º Sem ônus para o município, a Senhora ELIXSANDRA DA SILVA MOTA, ocupante do cargo de Secretária de Saúde, para responder pela Secretaria de Ação Social.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 04 de Janeiro de 2017.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secret. Adm. e finanças

Modelo

PREFEITURA

CONTRATO 099-2015 - TERMO ADITIVO 05-2016 - MATERPLAN - PRORROGAÇÃO DE P...

TERMO ADITIVO Nº 05/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 099/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 099/2015, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA MATERPLAN TERRAPLANAGENS E SERVIÇOS LTDA - ME, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA QUARTA DO CONTRATO SUPRA CITADO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa MATERPLAN TERRAPLANAGENS E SERVIÇOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Princesa Isabel, 466, Centro, na Cidade de Serra Alta – SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.451.859/0001-33, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Sr. ÉLVIO JOÃO MARTELLO, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação nº 575/2015 – Tomada de Preços nº 004/2015, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO

Fica aditado o contrato nº 099/2015 de 26.10.2015, Constante da Cláusula Quarta, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei 8.666/93, o prazo de vigência do contrato de prestação de serviços em mais 04 (quatro) meses, por conveniência administrativa e de comum acordo entre as partes, a requerimento da empresa contratada, para execução da obra até o dia 31 de março de 2017.

Que o prazo iniciou em 27 de outubro de 2015 (ordem de serviço) e terminaria em 27 de dezembro de 2015; porém, com o Termo Aditivo nº 001/2015 de 30/11/2015 de 04 (quatro) meses, terminou em 27/04/2016; com o Termo Aditivo nº 002/2016 de 04/04/2016 de 01 (um) mês, terminou em 27/05/2016; com o Termo Aditivo nº 003/2016 de 20/05/2016 de 04 (quatro) meses e 13 (treze) dias, terminou em 10/10/2016; com o Termo Aditivo nº 04/2016 de 20/09/2016 de 01 (um) mês e 21 (vinte e um) dias, terminaria em 30/11/2016; e com este termo aditivo de 04 (quatro) meses o prazo terminará em 31 de março de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo decorre de autorização e requerimento da empresa exarada através da Justificativa de Prorrogação Contratual, que faz parte integrante do presente do presente contrato, e encontra amparo legal nos artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas inicialmente no Contrato Administrativo Nº 099/2015 de 26.10.2015.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), aos 28 de novembro de 2016.

MUNICÍPIO DE MODELO Ricardo Luís Maldaner Prefeito Municipal - Contratante	Materplan Terraplan. Serviços Ltda Elvio João Martello Sócio Administrador - Contratada
--	---

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

Visto

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC Nº 11.283 - Assessor Jurídico	
--	--

CONTRATO Nº 009-2017 COMBUSTÍVEIS ADM GERAL

Processo Licitatório nº. 1700/2016 da Modalidade Pregão Presencial com o nº. 049/2016

CONTRATO Nº 009/2017

O MUNICIPIO DE MODELO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº. 83.021.832/0001-11, com sua sede na Rua do Comércio, nº 1304, neste ato representado Prefeito Municipal o Sr. RICARDO LUIS MALDANER, residente e domiciliado no Município de Modelo - SC, portador do CPF nº 987.238.989-68, e cédula de identidade nº 2.996.527, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado;

A empresa POSTO MODELO LTDA - EPP, Pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº. 83.314.054/0001-59, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 2271, Centro, Município de Modelo – SC, CEP 89.872-000, neste ato representada pelo seu sócio gerente, o Sr. Marcelo Antônio Sartoretto, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Nereu Ramos, 2271, Centro, Município de, Modelo – SC, CEP 89.872-000, portador do CPF, sob nº 022.350.239-16, e da Cédula de Identidade sob o nº. 3.614.944-6,, doravante denominada simplesmente CONTRATADA;

Tem de comum acordo e com amparo legal nas Leis Federais nºs. 10.520/2002, 8.666/93 e 8.883/94, entre si, certos e ajustados, resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1- O presente contrato tem por objetivo a aquisição de combustíveis para máquinas e veículos da administração em geral do Município de Modelo/SC, sendo:

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:

Lote	Item	Descrição	Marca	Un.	Qtd.	Vlr. Un.	Vlr. Total
1	2	OLEO DIESEL COMUM	MAXSUL	lts	8.000	3,1600	25.280,00

DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA:

Lote	Item	Descrição	Marca	Un.	Qtd.	Vlr. Un.	Vlr. Total
1	2	OLEO DIESEL COMUM	MAXSUL	lts	10.000	3,1600	31.600,00

DEPARTAMENTO DO DMER

Lote	Item	Descrição	Marca	Un.	Qtd.	Vlr. Un.	Vlr. Total
1	2	OLEO DIESEL COMUM	MAXSUL	lts	45.000	3,1600	142.200,00

CLAUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

1- A CONTRATANTE pagará a contratada o valor total de R\$ 199.080,00 (cento e noventa e nove mil e oitenta reais) dos itens adquiridos nas condições estabelecidas neste contrato.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

1- Os pagamentos serão efetuados conforme a ordem cronológica de pagamentos da Prefeitura de Modelo/SC, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura solicitada na ordem de fornecimento com carimbo e assinatura do fiscal de contrato, sendo observada a liberação dos recursos.

2- Caso a mercadoria entregue não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição.

3- Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

4- Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário na proposta de preço.

CLAUSULA QUARTA DO PRAZO DO FORNECIMENTO DO OBJETO

1- O objeto desta licitação deverá ser fornecido ou realizado imediatamente após a emissão/recebimento da ordem de fornecimento, podendo variar segundo as necessidades da administração.

2- A execução do objeto, conforme o CLAUSULA PRIMEIRA deste Contrato, deverá ser entregue no endereço previsto na ordem de fornecimento ou requisição, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, e ainda todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem no fornecimento.

3- No ato da entrega a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a, data, nome, cargo e assinatura do servidor da área responsável pelo recebimento.

4- Deixando o adjudicatário de entregar o material, poderá o Pregoeiro, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

5- Este contrato terá vigência até o dia 31 de dezembro de 2017.

CLAUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obrigar-se-á:

1- Cumprir as condições de pagamento, sendo que o pagamento ficará condicionado ao fornecimento do objeto de conformidade com o processo licitatório citado.

- 2- Transmitir por escrito determinações sobre possíveis modificações no objeto fornecido.
- 3- Esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas.

CLAUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga – se – á:

- 1- Fornecer objeto licitado no prazo estabelecido, obedecendo rigorosamente os critérios estabelecidos neste contrato de conformidade com o processo licitatório citado.
- 2- Permitir que os prepostos do Município inspecionem e fiscalizem a qualquer tempo e hora o andamento e as especificações do objeto a ser fornecido.
- 3- Responsabilizar-se por todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, seguros, despesas fiscais comerciais, assim como despesas com transporte e deslocamento e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.
- 4- É da CONTRATADA a obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços, em qualquer esfera.
- 5- Assumir as despesas decorrentes de transporte ferramentas e equipamentos, necessários ao fornecimento do objeto licitado ate o município.

CLAUSULA SÉTIMA DA INADIMPLÊNCIA

- 1- Em caso de inexecução contratual prevista no artigo 78 da Lei Federal 8.666/93, por culpa da contratada, fica estabelecida a multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor do objeto contratado, atualizado pelos índices oficiais.

CLAUSULA OITAVA DA RESCISÃO

- 1- O presente Contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa, não lhe sendo devido nenhum outro valor a título de indenização ou qualquer outro título, presente ou futuramente, sob qualquer alegação ou fundamento.
- 2- A subcontratação total ou parcial do objeto contratado, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, acarretarão a rescisão do contrato.

CLAUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 1- Será utilizada para o objeto do presente contrato a dotação orçamentária do Município de Modelo prevista no orçamento do ano corrente:

CLAUSULA DECIMA - DO FORO

- 1- Para dirimir as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Modelo, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser exceto o que dispõe o inciso VIII do art. 29 da constituição Federal.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1- Nenhuma modificação poderá ser introduzida no contrato sem o consentimento prévio do município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.
- 2- Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato serão formalizadas por escrito, por carta ou ofício, em duas vias de igual teor e forma, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de efetiva entrega.
- 3- Os recebimentos decorrentes do fornecimento objeto deste contrato deverão ser feitos diretamente a empresa através de depósito bancário.
- 4- Os casos omissos a este contrato reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria, as Leis Federais 8.666/93 de 21 de junho de 1.993 e 8.883/94, Lei 10.520/02 de conformidade com o processo licitatório citado.
- 5- Para desempenhar as atribuições de "Fiscal de Contrato", fica designado através da PORTARIA Nº 181/2015 de 29/12/2015, os Servidores Municipais Jussane M. T. Frandoloso para os itens destinados ao Departamento de Educação, e Adilson Cesar Braun para os itens destinados aos Departamentos da Agricultura e do DMER durante vigência do contrato.
- 6- O prazo de vigência deste contrato é até o dia 31 de dezembro de 2017.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato de fornecimento, juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Modelo/SC, 03 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE MODELO

Ricardo Luis Maldaner
Prefeito Municipal

POSTO MODELO LTDA - EPP

Marcelo Antônio Sartoretto
Sócio Gerente

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:

VISTO:

GILNEI ROBERTO VOGEL
Assessor Jurídico
OAB 11283

DECRETO Nº 002

DECRETO Nº 002/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DISPÕE SOBRE OS ORDENADORES DE DESPESA, DESIGNAÇÃO DO TESOUREIRO E RESPECTIVAMENTE DA ASSINATURA DOS CHEQUES EMITIDOS PELO MUNICÍPIO DE MODELO SC E PELOS FUNDOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS...

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, em especial de conformidade com a Lei Orgânica, Lei Municipal 971/90 e Leis Municipais de criação dos Fundos Municipais e demais normas legais pertinentes...

DECRETA,

Art. 1º - Ficam nomeados e designados como ordenadores da despesas do Município de Modelo e dos Fundos Municipais conforme abaixo especificado:

Identificação Órgão	Nome Do Ordenador despesa E responsáveis pela Assinatura de Cheques
MUNICÍPIO DE MODELO SC	RICARDO LUIS MALDANER – CPF: 987.238.989-68
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	ERNO MICHIELIN CPF: 430.346.759-68
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (INSERIDO NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO)	RICARDO LUIS MALDANER – CPF: 987.238.989-68
FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA (INSERIDO NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO)	RICARDO LUIS MALDANER – CPF: 987.238.989-68
FUNREBOM(INSERIDO NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO)	RICARDO LUIS MALDANER – CPF: 987.238.989-68

Art. 2º - Fica igualmente designada a Contadora Municipal Janice Martini Muller, para responder pelos respectivos cargos e atribuições nos Fundos Municipais.

Art. 3º - Fica designado o Servidor Municipal, ocupante do Cargo de Diretor de Administração, SR. ADILSON CESAR BRAUN, CPF Nº 767.621.229-49, para responder pelas funções de Tesoureiro do Município de Modelo SC e igualmente do Fundo Municipal da Saude CNPJ 11.511.812/0001-18 e pelos demais fundos inserido no orçamento geral do município, como unidades orçamentárias, conforme descrito no artigo 1º deste decreto.

Art. 4º - Os Ordenadores de Despesa e os responsáveis pela emissão de cheques, movimentação eletrônica – TED – Transferência Eletrônica Disponível; AGL – Agendamento de Lançamento, borderô e demais atos pertinentes da tesouraria, fica assim especificado:

Identificação Órgão	Nome Do Ordenador despesa E responsáveis pela Assinatura de Cheques	Tesoureiro Responsável pela emissão e assinatura de cheque
MUNICÍPIO DE MODELO SC	RICARDO LUIS MALDANER – CPF: 987.238.989-68	ADILSON CESAR BRAUN CPF:767.621.229-49
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	ERNO MICHIELIN CPF: 430.346.759-68	ADILSON CESAR BRAUN CPF:767.621.229-49
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (INSERIDO NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO)	RICARDO LUIS MALDANER – CPF: 987.238.989-68	ADILSON CESAR BRAUN CPF:767.621.229-49
FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA (INSERIDO NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO)	RICARDO LUIS MALDANER – CPF: 987.238.989-68	ADILSON CESAR BRAUN CPF:767.621.229-49
FUNREBOM(INSERIDO NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO)	RICARDO LUIS MALDANER – CPF: 987.238.989-68	ADILSON CESAR BRAUN CPF:767.621.229-49

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 23 de dezembro de 2009RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN
Diretor de Administração

DECRETO Nº 007

DECRETO Nº 007/2017 DE 03 DE JANEIRO DE 2017

DESIGNA SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE MODELO SC, PARA RESPONDER PELA MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA DO MUNICÍPIO DE MODELO SC E DO FMS – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, NA FUNÇÃO DE TESOUREIRO E DOS GESTORES DO MUNICÍPIO E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DAS ATRIBUIÇÕES, RELATIVO A MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA DOS RECURSOS PÚBLICOS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa, Lei Municipal 971/90 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Decreta:

Art. 1º - Ficam designados os servidores Municipais abaixo mencionadas, para responder pela movimentação bancária das contas do Fundo Municipal de Saúde de Modelo/SC e do Município de Modelo SC, nos Bancos e Agências Bancárias que que são mantidas as contas do Município de Modelo SC, do Fundo Municipal da Assistência Social, Fundo Municipal da Infância e Adolescência e do Fundo Municipal de Saúde:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO SC – CNPJ: 11.511812/0001-18:

ADILSON CESAR BRAUN – Tesoureiro – CPF: : 767.621.229-49

ERNO MICHIELIN – Diretor Municipal de Saúde – Ordenador das despesas do Fundo Municipal de Saúde de Modelo SC CPF: 430.346.759-68

MUNICÍPIO DE MODELO SC – CNPJ: 83.021.832/0001-11 INCLUIDAS AS CONTAS BANCÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – CNPJ Nº 21.126.052/0001-89 FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL CNPJ Nº 16.895.533/0001-19

ADILSON CESAR BAUN – Tesoureiro – CPF: 767.621.229-49

RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal – Ordenador da Despesa; CPF: 987.238.989-68

Art. 2º - Os servidores municipais qualificadas no Art. 1º deste Decreto, observadas as disposições legais das respectivas atribuições funcionais, para atendimento das atribuições desta designação, ficam autorizadas as atividades de:

EMITIR CHEQUES

ABRIR CONTAS DE DEPÓSITOS

SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES

REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES

RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS

ENDOSSAR CHEQUE

SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES

CANCELAR CHEQUES

BAIXAR CHEQUES

EFETUAR RESGATES/APLICACÕES FINANCEIRAS

CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS

EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE

EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO

EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO

EFETUAR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO RPG

CONSULTAR CONTAS/APLIC. PROGRAMAS REPASSE RECU

LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANC

SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS, EXCETO INVESTIMENTO

SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS

EMITIR COMPROVANTES

EFETUAR TRANSFERÊNCIA P/ MESMA TITULARIDADE

Art. 3º - Fica Autorizado ao Chefe do Poder Executivo Municipal de Modelo SC, Prefeito Municipal RICARDO LUIS MALDANER, no atendimento do interesse público, junto aos Banco e respectivas Agências bancárias, em que são abertas e movimentadas contas bancárias em nome do Município de Modelo SC, CNPJ 83.021.832/0001-11, do FIA – Fundo da Infância e Adolescência CNPJ 21.126.052/0001-89 e do FAS – Fundo Municipal da Assistência Social CNPJ: 16.895.533/0001-19, de Modelo SC, relativo a movimentação financeira dos recursos públicos, as atribuições conforme abaixo especificado:

EMITIR CHEQUES

ABRIR CONTAS DE DEPÓSITOS

SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES

REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES

RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS

ENDOSSAR CHEQUE

SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES

CANCELAR CHEQUES

BAIXAR CHEQUES

EFETUAR RESGATES/APLICACÕES FINANCEIRAS

CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS

EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE

EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO
EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO
EFETUAR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO RPG
CONSULTAR CONTAS/APLIC. PROGRAMAS REPASSE RECU
LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANC
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS, EXCETO INVESTIMENTO
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS
EMITIR COMPROVANTES
EFETUAR TRANSFERÊNCIA P/ MESMA TITULARIDADE

Art. 4º - Este Decreto, entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 03 de janeiro de 2017
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL
Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004-2017 COMBUSTÍVEIS FMS

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 004/2017-FMS
ESTADO DE SANTA CATARINA – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO
Processo Licitatório nº 1756/2016
Modalidade Pregão Presencial nº 052/2016

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Modelo/SC, ERNO MICHIELIN, torna público que formalizou Ata de Registro de Preços, tendo por objetivo assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Modelo e a empresa Posto Modelo Ltda, inscrita no CNPJ nº 83.314.054/0001-59, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 052/2016, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC, sendo:

Fornecedor	Lote	Item	Descrição	Marca	Und.	Qdt.	Vlr unit.	Vlr total
POSTO MODELO LTDA	1	1	GASOLINA COMUM	MAXSUL	lts	20.000	3,8499	76.998,00
POSTO MODELO LTDA	1	2	OLEO DIESEL S10	MAXSUL	lts	20.000	3,2099	64.198,00

Modelo/SC, 04 de janeiro de 2017.
ERNO MICHIELIN
Gestor do FMS

RESOLUÇÃO Nº 001-2017 COMBUSTÍVEIS FMS

Resolução nº 001/2017 de 04/01/17

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 1756/2016, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

ERNO MICHELIN, gestor do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Resolve:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 1756/2016, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC, a favor da seguinte empresa:

Empresa	Valor Total Homologado
POSTO MODELO LTDA	141.196,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Modelo, SC, Quarta-Feira, 04 de janeiro de 2017.

ERNO MICHELIN
Gestor FMS

Registrado e publicado na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA
Depto. de Licitações

Mondaí

PREFEITURA

PORTARIA Nº 011/2017**ATOS DO PODER EXECUTIVO**

PORTARIA Nº. 011 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006 e Lei Municipal 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Nomear FRANCINE SPIER, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora da Cédula de Identidade nº 8124986293, inscrita no CPF sob nº 058.158.139-31, matrícula 3510, para exercer a função de CHEFE DE DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO. Enquadrada no Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento da função no quadro de pessoal comissionado do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 02 de janeiro de 2017.

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal de Mondaí
MILITÃO KNAPP
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 012/2017**ATOS DO PODER EXECUTIVO**

PORTARIA Nº. 012 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006 e Lei Municipal 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Nomear ROBERSON BORCK, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, portador da Cédula de Identidade nº 3.872.473, inscrito no CPF sob nº 048.314.199-23, matrícula 3511, para exercer a função de CHEFE DE DIVISÃO DE FOMENTO A PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Enquadrado no Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento da função no quadro de pessoal comissionado do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 02 de janeiro de 2017.

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal de Mondaí
MILITÃO KNAPP
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 013/2017**ATOS DO PODER EXECUTIVO**

PORTARIA Nº. 013 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA DIRETOR

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006 e Lei Municipal 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Nomear GERMANO CARLOS BALKE, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, portador da Cédula de Identidade nº 210.543, inscrito no CPF sob nº 250.445.089-34, matrícula 3512, para exercer a função de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE. Enquadrado no Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento da função no quadro de pessoal comissionado do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 02 de janeiro de 2017.

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal de Mondaí
MILITÃO KNAPP
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 014/2017**ATOS DO PODER EXECUTIVO**

PORTARIA Nº. 014 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA DIRETOR

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006 e Lei Municipal 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Nomear EVANDRO ROSIN, brasileiro, residente e domiciliado neste

Município, portador da Cédula de Identidade nº 5.657.160, inscrito no CPF sob nº 068.465.939-50, matrícula 3513, para exercer a função de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA CULTURA. Enquadrado no Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento da função no quadro de pessoal comissionado do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 02 de janeiro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

MILITÃO KNAPP

Secretário Municipal de Administração
e Fazenda

PORTARIA Nº 015/2017

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 015 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.
NOMEIA DIRETOR

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006 e Lei Municipal 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Nomear MAURO ALBERTO MARQUARDT, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, portador da Cédula de Identidade nº 1.650.165, inscrito no CPF sob nº 589.802.029-20, matrícula 3514, para exercer a função de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS VIÁRIOS. Enquadrado no Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento da função no quadro de pessoal comissionado do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 02 de janeiro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

MILITÃO KNAPP

Secretário Municipal de Administração
e Fazenda

PORTARIA Nº 016/2017

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 016 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.
NOMEIA DIRETORA

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas

na Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006 e Lei Municipal 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Nomear CATIANE DOS SANTOS, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora da Cédula de Identidade nº 4.829.460, inscrita no CPF sob nº 051.124.919-29, matrícula 3515, para exercer a função de DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA. Enquadrada no Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento da função no quadro de pessoal comissionado do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 02 de janeiro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

MILITÃO KNAPP

Secretário Municipal de Administração
e Fazenda

PORTARIA Nº 017/2016

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.
NOMEIA ASSESSOR

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006 e Lei Municipal 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Nomear IVALINO DE OLIVEIRA, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, portador da Cédula de Identidade nº 761.200, inscrito no CPF sob nº 384.987.589-04, matrícula 3516, para exercer a função de ASSESSOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. Enquadrado no Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento da função no quadro de pessoal comissionado do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 02 de janeiro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

MILITÃO KNAPP

Secretário Municipal de Administração
e Fazenda

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 001/2017

DECRETO Nº 001/2017, em 03 de Janeiro de 2017.

"NOMEIA OS MEMBROS PARA MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA JUNTO AO BANCO DO BRASIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O senhor AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - A movimentação bancária das contas da Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça, junto ao Banco do Brasil será administrada pela Senhora DALVÂNIA CARDOSO, inscrita no CPF sob nº 770.966.659-00 e RG nº 2.804.811 - Secretária Municipal do Sistema Econômico em conjunto com o Prefeito Municipal, o Senhor AGENOR CORAL, inscrito no CPF sob o nº 590.026.389-49 e RG nº 1.936.851, sendo lhes conferido os seguintes poderes:

- emitir cheques
- abrir contas de depósito
- receber, passar recibo e dar quitação
- solicitar saldos e extratos
- requisitar talonários de cheques
- retirar cheques devolvidos
- endossar cheque
- sustar/contra-ordenar cheques
- cancelar cheques
- baixar cheques
- efetuar resgates/aplicações financeiras
- cadastrar, alterar e desbloquear senhas
- efetuar saques - conta corrente
- efetuar saques - poupança
- efetuar pagamentos por meio eletrônico
- efetuar transferências por meio eletrônico
- efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico
- efetuar transferências, exceto por meio eletrônico
- liberar arquivos de pagamentos
- solicitar saldos/extratos de investimentos
- emitir comprovantes
- efetuar transferência para mesma titularidade- meio eletrônico
- encerrar contas de depósito

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 03 de Janeiro de 2017.
AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

DALVÂNIA PEREIRA CARDOSO
Secretária do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

DECRETO Nº 002/2017

DECRETO Nº 002/2017, de 03 de Janeiro de 2017.

"NOMEIA OS MEMBROS PARA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, em consonância com a Lei nº 539/1988;

DECRETA:

Art. 1º - A movimentação financeira do Fundo Municipal de Saúde-FMS será administrada pela Senhora SÔNIA SILVEIRA ROCHA DA SILVA, inscrita no CPF sob nº 806.532.279-49, portadora do RG: 1.909.120- Secretária Municipal do Sistema de Saúde e Assistência Social em conjunto com o Prefeito Municipal, o Senhor AGENOR CORAL, inscrito no CPF sob o nº 590.026.389-49, conforme previsto no artigo 3º, parágrafo único da Lei 539/1988.

- emitir cheques
- abrir contas de depósito
- receber, passar recibo e dar quitação
- solicitar saldos e extratos
- requisitar talonários de cheques
- retirar cheques devolvidos
- endossar cheque
- sustar/contra-ordenar cheques
- cancelar cheques
- baixar cheques
- efetuar resgates/aplicações financeiras
- cadastrar, alterar e desbloquear senhas
- efetuar saques - conta corrente
- efetuar saques - poupança
- efetuar pagamentos por meio eletrônico
- efetuar transferências por meio eletrônico
- efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico
- efetuar transferências, exceto por meio eletrônico
- liberar arquivos de pagamentos
- solicitar saldos/extratos de investimentos
- emitir comprovantes
- efetuar transferência para mesma titularidade- meio eletrônico
- encerrar contas de depósito

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, 03 de Janeiro de 2017.
AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

DALVÂNIA PEREIRA CARDOSO
Secretária do Sistema Econômico

Registrado e Publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

DECRETO Nº 014/2017

DECRETO Nº 014/2017, em 04 de Janeiro de 2017.

“NOMEIA OS MEMBROS PARA MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O senhor AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - A movimentação bancária das contas da Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça, junto à Caixa Econômica Federal será administrada pela Senhora DALVÂNIA PEREIRA CARDOSO, inscrita no CPF sob nº 770.966.659-00 e RG nº 2.804.811 - Secretária Municipal do Sistema Econômico em conjunto com o Prefeito Municipal, o Senhor AGENOR CORAL, inscrito no CPF sob o nº 590.026.389-49 e RG nº 1.936.851, sendo lhes conferido os seguintes poderes:

- emitir cheques
- abrir contas de depósito
- receber, passar recibo e dar quitação
- solicitar saldos e extratos
- requisitar talonários de cheques
- retirar cheques devolvidos
- endossar cheque
- sustar/contra-ordenar cheques
- cancelar cheques
- baixar cheques
- efetuar resgates/aplicações financeiras
- cadastrar, alterar e desbloquear senhas
- efetuar saques - conta corrente
- efetuar saques - poupança
- efetuar pagamentos por meio eletrônico
- efetuar transferências por meio eletrônico
- efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico
- efetuar transferências, exceto por meio eletrônico
- liberar arquivos de pagamentos
- solicitar saldos/extratos de investimentos
- emitir comprovantes
- efetuar transferência para mesma titularidade- meio eletrônico
- encerrar contas de depósito

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 04 de Janeiro de 2017.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

DALVÂNIA PEREIRA CARDOSO
Secretária do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

DECRETO Nº 015/2017

DECRETO Nº 015/2017, de 04 de Janeiro de 2017.

“DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO ANUAL DE EXPEDIENTE DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS PARA O EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O senhor AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado o Calendário Anual de Expediente das repartições públicas do Município de Morro da Fumaça para o exercício de 2017.

§1º- o Calendário segue como parte integrante do anexo I deste Decreto.

§2º- O recesso de fim de ano será definido posteriormente em Decreto próprio.

Art. 2º Os pontos facultativos de expediente, constantes no Calendário, anexo I deste Decreto, abrangem todos os órgãos da Prefeitura Municipal, exceto os órgãos municipais que por sua natureza não podem sofrer interrupções na prestação de serviços, por serem considerados essenciais.

Parágrafo único- Sendo considerado serviço essencial, o Secretário da pasta organizará os funcionários que cumprirão o expediente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na presente data.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 04 de Janeiro de 2017.

AGENOR CORAL

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

DALVANIA CARDOSO

SECRETÁRIA DO SISTEMA ECONÔMICO

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

CALENDÁRIO ANUAL- 2017

FERIADOS E PONTO FACULTATIVOS

ANEXO I DO DECRETO 015/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

MÊS	DIA	COMEMORAÇÃO	EVENTO
Fevereiro	27	Véspera de Carnaval	Ponto Facultativo
	28	Carnaval	Ponto Facultativo
Abril	14	Sexta- Feira da Paixão	Feriado Nacional
	22	Tiradentes	Feriado Nacional
Maio	1º	Dia do Trabalho	Feriado Nacional
	20	Aniversário do Município	Feriado Municipal
Junho	15	Corpus Christi	Ponto Facultativo
Agosto	16	Dia de São Roque Padroeiro do Município	Feriado Municipal
Setembro	07	Independência do Brasil	Feriado Nacional
Outubro	12	Nossa Senhora Aparecida	Feriado Nacional
	13	Alusão ao Dia do Professor (15/10) e Dia do Servidor Público (28/10)	Ponto Facultativo
Novembro	02	Finados	Feriado Nacional
	15	Proclamação da República	Feriado Nacional
Dezembro	25	Natal	Feriado Nacional

Navegantes

PREFEITURA

ATO 001/FME/2016 PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 002/2017 DE PROCESSO SELETIVO FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

ATO 001/FME/2016

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 002/2017 DE PROCESSO SELETIVO

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

O Senhor Emílio Vieira, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Processo Seletivo e o Instituto o Barriga Verde, tornam público a retificação do Edital nº 001/2017, nos seguintes termos:

1. No item 1.3 do Cronograma do Edital, ficam corrigidas as seguintes datas:

Evento	Data Prevista
Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por Sedex/AR do requerimento.	04/01/17 01/02/2017
Recursos contra questões e gabarito preliminar das 12h de 25/01 às 18 h de 26/01 de 13/02 às 18h de 14/02	13 e 14/02/17

2. O item 1.11 passa a ter a seguinte redação:

"Os documentos também poderão ser enviados via postal com AR (Aviso de Recebimento), através do serviço de entrega expressa de documentos (SEDEX) para no endereço abaixo, até a data e horário determinados no cronograma do edital, valendo para fins de direito a data de postagem da correspondência."

3. Demais disposições e itens do edital permanecem inalteradas.

NAVEGANTES, 04 de Janeiro de 2017.

EMILIO VIEIRA

Prefeito Municipal

ATO 001/FME/2016 PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 003/2017 DE PROCESSO SELETIVO FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

ATO 001/FME/2016

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 003/2017 DE PROCESSO SELETIVO

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

O Senhor Emílio Vieira, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Processo Seletivo e o Instituto o Barriga Verde, tornam público a retificação do Edital nº 001/2017, nos seguintes termos:

1. No item 1.3 do Cronograma do Edital, ficam corrigidas as seguintes datas:

Evento	Data Prevista
Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por Sedex/AR do requerimento.	04/01/17 01/02/2017
Prova de Títulos - Prazo para protocolo ou envio de títulos para cargos de nível superior	31/01/17
Recursos contra questões e gabarito preliminar das 12h de 25/01 às 18 h de 26/01 de 13/02 às 18h de 14/02	13 e 14/02/17

2. O item 1.11 passa a ter a seguinte redação:

"Os documentos também poderão ser enviados via postal com AR (Aviso de Recebimento), através do serviço de entrega expressa de documentos (SEDEX) para no endereço abaixo, até a data e horário determinados no cronograma do edital, valendo para fins de direito a data de postagem da correspondência."

3. No Anexo I, no quadro tipo de provas incluir PROVA DE TÍTULOS

4. Inserir item 12 – Prova de Títulos, e seus subitens, conforme segue:

12. DA PROVA DE TÍTULOS (PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR)

12.1. Para os cargos de nível superior a segunda FASE do Processo Seletivo consiste na Prova de Títulos, de caráter unicamente classificatório.

12.2. A Prova de Títulos é constituída pela pontuação de certificados e ou diplomas de cursos de pós-graduação relacionados ao cargo para o qual o candidato se inscreveu ou em Educação, da seguinte forma:

a) Certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível de Especialização, Mestrado ou Doutorado, devidamente registrado no órgão

competente, relacionados à área para a qual se inscreveu ou em Educação.

b) Os certificados de cursos de pós-graduação em nível de Especialização devem ser entregues acompanhados do respectivo histórico escolar, em cópias autenticadas em cartório.

c) Pontuação: Os títulos que atenderem as normas do presente edital serão avaliados de acordo com o quadro abaixo:

Título/documento	Pontuação
Certificado de curso de pós-graduação em nível de Especialização.	0,50
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível de Mestrado	0,75
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível de Doutorado	1,00

12.3. Será avaliado unicamente 1 (um) título de curso de pós-graduação. Caso o candidato apresente mais de um título será avaliado o de maior valor acadêmico.

12.4. DA ENTREGA DOS TÍTULOS

12.5. Para participar da Prova de Títulos os candidatos deverão protocolar no posto de atendimento ou no IOBV, ou ainda enviar pelo correio, com Aviso de Recebimento e preferencialmente por SEDEX, os seguintes documentos:

a) Cópia do Comprovante de inscrição;

b) O título que deseja ser avaliado em cópia autenticada.

12.6. Os títulos protocolados na sede do IOBV ou no posto de atendimento, deverão ser obrigatoriamente entregue em envelope lacrado e identificado da seguinte forma:

Prova de Títulos Processo Seletivo de Navegantes

Nome:

Cargo:

Número de Inscrição

12.6.1. O posto de atendimento apenas fará o recebimento e protocolo do envelope, não fará avaliação e não emitirá opinião sobre a validade do certificado.

12.6.2. Uma vez protocolado o envelope não será permitido acrescentar outros documentos.

12.7. Os títulos enviados pelo correio ou protocolados no IOBV só serão avaliados se entregues ao IOBV no prazo das inscrições conforme data do cronograma, valendo como comprovação, quando couber, o registro de entrega dos documentos emitidos pelos Correios.

12.7.1. O envelope deve estar devidamente lacrado e deve ser enviado para:

Instituto o Barriga Verde – Prova de Títulos de Navegantes

Avenida Luiz Bertoli, 233 – Centro – 89.190-000 – Taió – SC

12.8. NÃO DEVEM SER ENTREGUES:

a) Documentos originais;

b) Diplomas de curso de ensino médio e ou licenciatura;

c) Cópias de Documentos pessoais;

d) Comprovantes de residência ou qualquer outro documento não exigido.

12.9. Os certificados de cursos de pós-graduação em nível de especialização deverão ser acompanhados por histórico escolar.

12.10. Os diplomas de cursos de pós-graduação em mestrado ou doutorado emitidos no exterior, deverão ser reconhecidos na forma da lei e acompanhados de tradução oficial.

12.11. Os candidatos que tenham concluído cursos de pós-graduação (em nível de especialização, mestrado ou doutorado) em data posterior a 1º de janeiro de 2017, cujos diplomas não tenham sido confeccionados pela instituição de ensino, poderão entregar certidão emitida pelo programa de pós - graduação declarando ter o candidato concluído todos os créditos exigidos pelo programa, ter sido aprovado sem ressalvas no trabalho, monografia, dissertação ou tese, bem como ter cumprido todas as demais exigências do curso e no caso dos cursos de mestrado ou doutorado, que lhe foi outorgado o título correspondente. A certidão deve ser acompanhada de histórico escolar regularmente emitido.

12.12. Para fins de pontuação na Prova de Títulos, serão aceitos Declarações ou Atestados de Conclusão de Curso de Pós-graduação (Especialização, Mestrado ou Doutorado) desde que acompanhados do correspondente Histórico, respeitadas as demais disposições editalícias correlatas, ou seja, estes não serão aceitos/pontuados (item 1) quando o candidato estiver em fase de elaboração/apresentação/defesa do Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia/Dissertação/Tese porque ausente o requisito de conclusão do Curso de Pós-graduação exigido neste Edital.

12.13. Para fins de comprovação dos itens 1 e 2 desta Grade não serão aceitos declarações ou atestados de frequência.

12.14. A nota da Prova de Títulos (no máximo 1,00 ponto) será somada à da Prova Escrita para o cálculo da Nota Final.

12.15. A participação na Prova de Títulos não é obrigatória.

12.16. Serão avaliados e pontuados somente os títulos dos candidatos aprovados na prova escrita objetiva, os títulos dos candidatos que não atingirem nota igual ou superior a 4,00 (quatro) na prova escrita serão desconsiderados.

12.16.1. Fica o candidato ciente que enviará antecipadamente seus certificados para a pontuação de títulos, por sua conta e risco, e não atingindo nota para aprovação, terá sua documentação desconsiderada, independente de tê-la entrega no prazo conforme cronograma. Ao se inscrever o candidato concorda com os termos deste edital.

5. Demais disposições e itens do edital permanecem inalteradas.

NAVEGANTES, 04 de Janeiro de 2017.

EMILIO VIEIRA

Prefeito Municipal

ATO 001/PMN/2016 PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2017 DE PROCESSO SELETIVO – ADMINISTRAÇÃO GERAL

ATO 001/PMN/2016

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2017 DE PROCESSO SELETIVO – Administração Geral

O Senhor Emílio Vieira, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Processo Seletivo e o Instituto o Barriga Verde, tornam público a retificação do Edital nº 001/2017, nos seguintes termos:

1. No item 1.3 do Cronograma do Edital, ficam corrigidas as seguintes datas:

Evento	Data Prevista
Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por Sedex/AR do requerimento.	04/01/17 01/02/2017
Recursos contra questões e gabarito preliminar das 12h de 25/01 às 18 h de 26/01 de 13/02 às 18h de 14/02	13 e 14/02/17

2. O item 1.11 passa a ter a seguinte redação:

“Os documentos também poderão ser enviados via postal com AR (Aviso de Recebimento), através do serviço de entrega expressa de documentos (SEDEX) para no endereço abaixo, até a data e horário determinados no cronograma do edital, valendo para fins de direito a data de postagem da correspondência.”

3. No anexo II, das atribuições dos cargos, incluir atribuições dos seguintes cargos:

Professor de Anos Iniciais

Professor de Educação Infantil

Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental – Disciplina ARTES

Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental – Disciplina CIÊNCIAS

Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental – Disciplina EDUCAÇÃO FÍSICA

Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental – Disciplina ENSINO RELIGIOSO

Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental – Disciplina GEOGRAFIA

Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental – Disciplina HISTÓRIA

Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental – Disciplina INGLÊS

Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental – Disciplina LÍNGUA PORTUGUESA

Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental – Disciplina MATEMÁTICA

Professor de Sala de Recursos Multifuncionais

Ministra aulas e orienta a aprendizagem do aluno; elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência; avaliar o desempenho do aluno atribuindo-lhe notas ou conceitos nos prazos fixados; cooperar com os serviços de orientação e supervisão escolar; promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade do ensino; participar de reuniões, conselhos de classe, atividades cívicas e outras; promover aulas e trabalhos de recuperação com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; seguir as diretrizes do ensino emanado do órgão superior competente e fornecer dados e apresentar relatório de suas atividades compatíveis com o cargo.

Monitor de Área Azul

Implantar, manter e operacionalizar o sistema de estacionamento rotativo pago nas vias; Lançar aviso aos usuários do Sistema que o tempo permitido de estacionamento foi ultrapassado; Alertar sobre as implicações legais da irregularidade cometida pelo usuário; Monitorar o cumprimento das regras do sistema notificando os motoristas que o desrespeitam e dando os prazos normais para regularização.

4. Demais disposições e itens do edital permanecem inalteradas.

NAVEGANTES, 04 de Janeiro de 2017.

EMÍLIO VIEIRA

Prefeito Municipal

EDITAL Nº 001/2017 DE PROCESSO SELETIVO – ADMINISTRAÇÃO GERAL (REPUBLICADO CONFORME ATO 001 – RETIFICAÇÃO 001)

EDITAL Nº 001/2017 DE PROCESSO SELETIVO – Administração Geral

(Republicado conforme Ato 001 – retificação 001)

Abre inscrições e define normas para o Processo Seletivo, destinado a provimento de vagas temporárias e formação de cadastro de reserva do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Navegantes, Santa Catarina e dá outras providências.

O Senhor Emílio Vieira, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público a realização de Processo Seletivo para provimento de vagas temporárias e formação de cadastro de reserva do Quadro de Pessoal do Poder Executivo do Município de Navegantes, que será regido pela legislação em vigor e pelas normas estabelecidas no presente edital.

1. DA DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo será executado sob a responsabilidade do Instituto o Barriga Verde-IOBV, localizado na Avenida Luiz Bertoli, 233, centro, município de Taió – CEP 89.190-000, Estado de Santa Catarina, tel./fax (47) 3562-1598, endereço eletrônico: <http://iobv.org.br/>; e-mail: concursos@iobv.org.br.

1.2. A fiscalização e supervisão do Processo Seletivo está a cargo da Comissão Municipal de Processo Seletivo, nomeada através de Portaria

Municipal.

1.3. A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

Evento	Data Prevista
Inscrições exclusivamente pela internet (on-line) no período de:	12h do dia 03/01/17 a 01/02/17
Atendimento presencial no período de:	03/01/17 a 01/02/17 até às 11 horas
Período para solicitar isenção de pagamento da taxa de inscrição	03/01/17 a 17/01/17
Divulgação da lista de isentos de pagamento da taxa de inscrição	24/01/17
Pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos prazo final dia:	03/02/17
Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por Sedex/AR do requerimento.	04/01/17 01/02/2017
Prova de Títulos - Prazo para protocolo ou envio de títulos para cargos de nível superior	31/01/17
Homologação das Inscrições e divulgação das inscrições indeferidas de todos os candidatos.	06/02/2017
Recursos contra indeferimento das inscrições	06 e 07/02/17
Divulgação dos Locais e Horários de Prova	07/02/17
PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS	12/02/17
Gabarito Preliminar divulgação no site Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	12/02/17
Recursos contra questões e gabarito preliminar das 12h de 25/01 às 18 h de 26/01 de 13/02 às 18h de 14/02	13 e 14/02/17
Gabarito Definitivo da prova objetiva divulgação no site do Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	20/02/17
Classificação Preliminar dos cargos com prova escrita e títulos	21/02/17
Recursos contra a classificação preliminar dos cargos com prova escrita e títulos	21 e 22/02/17
Classificação Final	24/02/17
Homologação do resultado final	Após 24/02/17
ESCOLHA DE VAGAS PARA CARGOS DA EDUCAÇÃO	02 e 03/03/17

1.4. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, de intempéries e por decisão da Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo e da Comissão do Instituto o Barriga Verde, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

1.5. O Edital do Processo Seletivo, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações e todos os demais atos do Processo Seletivo, serão publicados no site oficial do Processo Seletivo na Internet: www.iobv.org.br.

1.6. O Edital do Processo Seletivo também será publicado no site da Prefeitura Municipal de Navegantes na Internet: <http://www.navegantes.sc.gov.br/> e no diário oficial dos municípios de Santa Catarina - DOM: <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, bem como afixado na sede da Prefeitura Municipal; sede da Câmara de Vereadores; e ainda, publicado na forma de extrato, em jornal de circulação local e regional.

1.7. A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá a necessidade da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

1.8. O prazo de validade do Processo Seletivo é de 2 (dois) anos, contados da publicação do ato de homologação do resultado final do presente edital, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Poder Executivo.

1.9. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações, relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivesse transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

1.10. Os documentos e requerimentos exigidos, salvo expressa determinação das normas do Edital, poderão ser entregues, pessoalmente pelo candidato ou por procurador devidamente habilitado, na Sede do IOBV no endereço constante do item 1.12.

1.11. Os documentos também poderão ser enviados via postal com AR (Aviso de Recebimento), salvo expressa vedação do Edital, através do serviço de entrega expressa de documentos (SEDEX) para serem entregues ao IOBV, no o endereço abaixo, após até a data e horário determinados no cronograma do edital, mesmo que postados anteriormente, valendo para fins de direito a data registrada de entrega de postagem da correspondência.

Endereço para remessa via postal de documentos:

IOBV – PROCESSO SELETIVO DE NAVEGANTES

Avenida Luiz Bertoli, número 233 – Centro

89.190-000 – Taió - SC

1.12. Não são admitidas, após o término das inscrições, a complementação, a inclusão ou a substituição dos documentos entregues.

1.13. Os documentos apresentados através de cópias, estas devem ser autenticadas em cartório ou por fé pública.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

2.1. São requisitos básicos para investidura nos cargos a que se refere o presente Processo Seletivo :

- A nacionalidade brasileira ou naturalizado;
- O gozo dos direitos políticos;
- A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- A idade mínima de dezoito anos;
- Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função, de acordo com prévia inspeção médica oficial realizada na forma do art. 269 da Lei Complementar nº 020/08;
- Idoneidade moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;
- Inexistência da incompatibilidade para o exercício de cargo público municipal;

- i) Ter sido aprovado no Processo Seletivo, na forma estabelecida neste Edital;
- j) Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei.

2.2. A comprovação da escolaridade e o preenchimento dos demais requisitos legais indispensáveis à contratação na função pública será exigida unicamente no ato da contratação para a função pública. A não apresentação, naquela ocasião, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo Seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.

2.3. A aprovação e classificação no presente Processo Seletivo não criam direito à admissão que será realizada na medida das necessidades de Prefeitura do município de Navegantes e disponibilidades orçamentárias.

3. DOS CARGOS, EXIGÊNCIAS DE ESCOLARIDADE, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTOS.

3.1. O Processo Seletivo destina-se ao provimento das vagas descritas na forma deste edital e para a formação de cadastro reserva de aprovados para novas vagas que forem criadas dentro do prazo de validade deste Processo Seletivo.

3.2. Os cargos/especialidade, a carga horária semanal, o número de vagas, a remuneração mensal, e as exigências específicas a cada cargo, objeto deste Processo Seletivo, encontram-se descritos no Anexo I e II deste edital.

3.3. A escolaridade e requisitos exigidos, conforme anexo I e legislação em vigor, deverão ser comprovados no ato da admissão após a convocação.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. A participação no Processo Seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste edital.

4.2. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo.

3.1. A inscrição somente será efetuada via Internet, no endereço eletrônico www.iobv.org.br, no período estabelecido no cronograma de atividades item I deste edital.

3.2. Para os candidatos que não possuem acesso à rede mundial de computadores (internet), haverá atendimento presencial do Instituto o Barriga Verde em sala cedida pela Prefeitura Municipal de Navegantes, localizada à Rua João Emilio, nº 100, com atendimento das 8h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, nas datas conforme cronograma.

3.3. O candidato poderá participar deste edital com apenas uma inscrição, verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente devidamente paga.

3.4. Para efetivar a sua inscrição pela internet, o candidato deverá seguir os seguintes passos:

a) Acessar o endereço eletrônico www.iobv.org.br em "Concursos e seletivos", "inscrições abertas", selecionar o município de Navegantes Edital 001/2017;

b) Baixar e Ler atentamente o edital completo, inteirando-se das condições do certame e certificando-se de que preenche todas as condições exigidas.

c) Cadastrar-se no portal www.iobv.org.br, criando uma senha de acesso para a área do candidato (guarde bem essa senha pois será útil em todos os acessos futuros)

d) Preencher o Requerimento de Inscrição, conferindo os dados informados e enviá-lo pela internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;

e) Imprimir e efetivar o pagamento do boleto bancário, referente à taxa de inscrição, Imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição, preferencialmente nas Lotéricas e Agências da Caixa Econômica Federal, até o dia do vencimento estabelecido no boleto.

f) Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

3.5. O IOBV e a Prefeitura de Navegantes eximem-se de qualquer responsabilidade pela eventual indisponibilidade ou falha dos equipamentos ou acesso à INTERNET.

3.6. O atendimento presencial acha-se condicionado à disponibilidade de equipamentos e pessoal e, em determinados momentos, poderá haver filas.

3.7. No último dia de inscrição só serão atendidos os candidatos que chegarem no local do posto de atendimento até as 11 horas, ocasião em que serão distribuídas senhas. Após esse horário o posto será fechado dando sequência apenas ao atendimento das pessoas com senhas.

3.8. É de responsabilidade do candidato manter atualizados os endereços, e-mails e números de telefones informados. Eventual mudança de endereço, até a data de publicação do resultado final do Processo Seletivo, deverá ser atualizado no cadastro on line do candidato, através da sua área restrita, e deverá ser comunicado ao IOBV por correspondência eletrônica (e-mail) enviada para: concursos@iobv.org.br. Após a data de publicação do resultado do Processo Seletivo, deverão ser comunicadas diretamente à Prefeitura de Navegantes.

3.9. O valor da taxa de inscrição é de:

a) Para cargos com exigência de curso superior: R\$ 60,00 (sessenta reais);

b) Para cargos com exigência de curso de ensino médio: R\$ 40,00 (quarenta reais);

c) Para cargos com exigência de ensino fundamental: R\$ 30,00 (trinta reais);

3.10. O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser realizado mediante a utilização do boleto de pagamento disponível no endereço eletrônico www.iobv.org.br, impresso com o respectivo código de barras, até a data de vencimento constante no mesmo.

3.11. O IOBV não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, através de vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo o candidato conferir o código de barras e se o boleto é da Caixa Econômica Federal cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco ou seja 104.

3.12. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

3.13. Não serão aceitos pagamentos feitos por qualquer outra forma ou meio, nem mesmo pagamentos efetuados após data de vencimento do boleto, conforme data final constante do cronograma do edital.

- 3.14. No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.
- 3.15. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.
- 3.16. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.
- 3.17. A inscrição só será aceita quando o estabelecimento bancário onde foi feito o recolhimento da taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento, sendo canceladas as inscrições cuja taxa de inscrição tiver sido paga com cheque sem cobertura ou com qualquer outra irregularidade.
- 3.18. Após o pagamento do boleto bancário, em até cinco dias o candidato poderá conferir, no site do Processo Seletivo, na área do candidato, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.
- 3.19. É vedada a inscrição condicional, extemporânea ou por qualquer outra via não determinada neste edital.
- 3.20. O IOBV não se responsabilizará por solicitações de inscrição não efetivadas por falhas e ou congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados ou impressão dos documentos solicitados.
- 3.21. Como todo o procedimento é realizado por via eletrônica, o candidato NÃO deve remeter ao IOBV cópia de sua documentação. As informações prestadas no preenchimento do Requerimento de Inscrição, são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida, sob as penas da lei.
- 3.22. Será nula a inscrição de candidato que, por qualquer meio, faça uso de informação ou documento falso ou oculte informação ou fato a ela relevante, sem prejuízo das sanções judiciais cabíveis.
- 3.23. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.
- 3.24. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Processo Seletivo.
- 3.25. As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.iobv.org.br e www.navegantes.sc.gov.br.
- 3.26. As inscrições que preencherem todas as condições destes edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente. O ato de homologação será divulgado no site do Processo Seletivo no endereço www.iobv.org.br, na data constante do cronograma deste edital. No mesmo local e horário será publicada a relação das inscrições indeferidas.

4. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

4.1. São isentos da taxa de inscrição no Concurso Público:

- a) Os candidatos doadores de Sangue (Lei Estadual nº 10.567/1997 e Lei Municipal 2.233/2009)
- b) Os candidatos que estiverem inscritos no Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal – CADÚnico e forem membros de família de baixa renda (com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos).

4.2. Para usufruírem do benefício da isenção da taxa de inscrição os candidatos deverão, após realizar sua inscrição, protocolar na sede do IOBV, ou enviar via postal (sedex/ar), nos termos e endereço dos itens 1.11 e 1.12 deste edital, até a data constante do cronograma do item 1, os seguintes documentos:

a) Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por estarem inscritos no CADÚnico: Requerimento de isenção da taxa de inscrição (Anexo V do edital)

b) Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por serem doadores de sangue (Lei Estadual 10.567/1997 e Lei Municipal 2.233/2009):

- Requerimento de isenção da taxa de inscrição (Anexo V);
- Documento expedido pela entidade coletora (original ou cópia autenticada), que deverá ser juntado no ato de inscrição. O documento deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais. A comprovação deverá ser efetuada mediante documento específico firmado por entidade coletora oficial ou credenciada, que deverá relacionar minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo interessado, declarando que o mesmo enquadra-se como beneficiário da Lei Estadual 10.567/1997.

4.3. Só serão examinados os pedidos de isenção enviados via postal que forem entregues ao IOBV até a data determinada no Edital para recebimento dos Pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega da correspondência.

4.4. No caso de pedido de isenção por estar inscrito no CADÚnico, o IOBV consultará o MDS para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato. Declarações falsas estarão sujeitas às sanções previstas em lei.

4.5. O candidato que tiver seu pedido de isenção de pagamento deferido terá sua inscrição validada, não devendo pagar o boleto da taxa de inscrição.

4.6. Sendo indeferido o pedido de isenção, restará ao candidato o pagamento da inscrição até o último dia de inscrições.

4.7. Não haverá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição.

4.8. O candidato que efetivar mais de uma inscrição com pedido de isenção de pagamento, para o mesmo cargo, terá analisada e confirmada apenas a última inscrição, sendo as demais canceladas.

4.9. Os despachos aos pedidos de isenção da taxa de inscrição serão publicados na data constante do cronograma deste edital.

5. DAS VAGAS RESERVADAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

5.1. Ao candidato com deficiência é assegurado o direito de inscrever-se neste Processo Seletivo, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadores, sendo a elas reservadas 5 % (cinco por cento) das vagas oferecidas para cada um dos cargos/disciplinas.

5.2. No caso deste edital, a aplicação do percentual de 5% não resulta a oferta imediata de vagas para os cargos, neste caso, o primeiro candidato com deficiência classificado no Processo Seletivo será nomeado para ocupar a 10ª (décima) vaga que vier a surgir para o cargo que concorreu, enquanto os demais serão nomeados a cada intervalo de 20 (vinte) cargos providos.

5.3. Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados e classificados.

5.4. Serão consideradas deficiências somente àquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no art. 4º do Decreto Federal n. 3.298/99 e suas alterações.

5.5. Os candidatos com deficiência, que desejarem concorrer às vagas a eles reservadas, deverão assinalar a sua condição no Requerimento

de Inscrição. (inscrição on line), protocolar pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, na Sede do IOBV, ou enviar pelo correio, via sedex/ar, no endereço do item 1.12 deste edital, até o último dia de inscrições, os seguintes documentos:

- a) Requerimento de vaga para deficiente e/ou condição especial de realização da prova (anexo IV);
- b) Cópia do comprovante de inscrição;
- c) Laudo médico original ou cópia autenticada em cartório, emitida nos últimos 12 (doze) meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação internacional de Doenças – CID, bem como provável causa da deficiência, acompanhado de cópia do requerimento de inscrição e anexo IV do edital. Não sendo aceitos laudos de exames ou qualquer outro documento em substituição ao exigido.

5.6. Os documentos enviados pelo correio, unicamente para o endereço do IOBV, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no Edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega da correspondência.

5.7. O candidato com deficiência participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de aprovação, data, horário de início, local de aplicação e nota mínima exigida.

5.8. Os candidatos com deficiência regularmente inscritos submeter-se-ão, quando convocados à avaliação de equipe multiprofissional que terá a decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não e o grau de deficiência, capacitante ou não para o exercício do cargo.

5.9. Os candidatos que se declararam no ato de inscrição como pessoa com deficiência e que não atenderem plenamente a todas as exigências dispostas no presente edital, terão suas inscrições para as vagas reservadas indeferidas, passando a figurar unicamente na classificação geral dos candidatos.

5.10. O candidato com deficiência que necessitar de condição especial (local de fácil acessibilidade, tempo adicional, uso de aparelhos de audição, leitor (não haverá prova em braille), prova com fonte ampliada e etc.), para a realização das provas deverá protocolar requerimento (anexo IV) desta solicitação, até data constante no cronograma, nos endereços conforme item 1.12, anexando ao requerimento laudo médico por especialista da área de sua deficiência, comprovando essa necessidade.

5.11. As solicitações de condições especiais serão atendidas respeitadas a legalidade e a razoabilidade. No caso de uso de equipamentos especiais, estes deverão ser obtidos pelo candidato e apresentados antecipadamente ao fiscal de sala e ou coordenador local do IOBV.

5.12. Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência que forem aprovados, serão convocados por edital conforme a classificação da homologação do resultado final, através do site da prefeitura municipal de Navegantes, para avaliação da sua condição de deficiente pela Perícia Médica Oficial do Município e se a deficiência é capacitante ou não para o exercício do cargo.

5.13. Será excluído do Processo Seletivo o candidato aprovado para uma das vagas aos portadores de deficiência que:

- a) Não comparecer, chegar atrasado ou não apresentar a documentação e ou exames solicitados para a avaliação da Perícia Médica Oficial do Município.
- b) Cujas deficiência informada no requerimento de Inscrição não seja constatada pela Perícia Médica Oficial do Município ou não seja compatível com o exercício do cargo.
- c) Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

5.14. Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.

6. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

6.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas pelo IOBV. O ato de homologação será publicado no endereço eletrônico www.iobv.org.br, na data constante do cronograma deste edital.

6.2. A relação das inscrições não homologadas devido ao indeferimento pelo IOBV, serão divulgadas no endereço do Processo Seletivo na internet www.iobv.org.br.

6.3. Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexatidão relativas a grafia do seu nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.

6.4. Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações.

6.5. Após prazo recursal as inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente na data constante do cronograma deste edital.

7. OUTROS REQUERIMENTOS

7.1. Candidata lactante

7.1.1. A candidata que desejar amamentar durante a aplicação da prova deverá:

- a) Indicar esta condição especial para realizar a prova no Requerimento de Inscrição;
- b) Chegar ao local da prova com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior que ficará responsável pela guarda da criança.

7.1.2. O menor e o responsável ficarão em sala especial reservada. Nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza à sala reservada. O tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

7.2. Benefícios da Lei 11.689/2008

7.2.1. Os candidatos que pretenderem, em caso de empate na classificação final, o benefício da Lei 11.689/2008, deverão entregar ou enviar no endereço do IOBV (item 1.12), até o último dia de inscrições, cópia autenticada da certidão e ou declaração e ou atestado ou outros documentos públicos (original ou cópia autenticada em cartório) emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, os termos do art. 440 do CPP, a partir de 10 de agosto de 2008.

7.2.2. Os documentos enviados pelo correio, unicamente para o endereço do IOBV, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega da correspondência.

8. DAS FASES DO PROCESSO SELETIVO

8.1. O Processo Seletivo, a que se refere o presente edital, compreenderá o exame de habilidades e de conhecimentos aferidos em uma ou duas FASES dependendo do cargo, conforme segue:

8.1.1. Cargos de Nível Superior, constará de 2 FASES:

- a) Primeira FASE- Prova escrita com questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório;
- b) Segunda FASE: Prova de Títulos, de caráter classificatório, sendo avaliados e pontuados apenas os títulos dos candidatos aprovados na

prova escrita objetiva.

8.1.2. Todos os demais cargos, constará de uma única FASE, ou seja prova escrita com questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório.

10. DA PROVA ESCRITA

10.1. A prova escrita objetiva será aplicada na data constante do cronograma deste edital na cidade de Navegantes-SC, os locais de provas serão divulgados conforme data constante do cronograma, no endereço eletrônico do Processo Seletivo : www.iobv.org.br.

10.2. O IOBV poderá, não havendo na cidade de Navegantes locais suficientes ou adequados para a alocação de todos os candidatos, realizar provas em cidades vizinhas à cidade de Navegantes.

10.3. A prova escrita objetiva constará da avaliação de conhecimentos teóricos e práticos dos candidatos mediante a aplicação de questões objetivas, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas, dos quais uma única será correta.

10.4. A prova escrita com questões objetivas será avaliada na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), expressas com 2 (duas) casas decimais.

10.5. As áreas de conhecimento exigidas, o número de questões e o valor que será atribuído a cada uma, estão dispostos por escolaridade exigida para o cargo, conforme quadro abaixo:

Cargos com Escolaridade: ENSINO FUNDAMENTAL (2 horas de prova)

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor da questão	Total Nota por Disciplina
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	0,40	4,00
	Matemática	5		
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos inerentes ao cargo	10	0,60	6,00
	Total	20		10,00

Cargos com Escolaridade: Ensino Médio Completo e Ensino Superior Completo (2 horas de prova)

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor da questão	Total Nota por Disciplina
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	0,20	3,00
	Gerais e atualidades	5		
	Legislação	5		
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos técnicos profissionais	10	0,70	7,00
	Total	25		10,00

10.6. Os programas das provas encontram-se publicados no anexo III do presente Edital.

10.7. Para prestar a prova escrita objetiva o candidato receberá um caderno de questões e um cartão-resposta, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta e pela transcrição correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.

10.8. A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e ou no cartão resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do Processo Seletivo envidará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. O tempo gasto para a substituição dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.

10.9. O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente, de tinta preta ou azul, seguindo as instruções contidas na capa do caderno de questões. As provas serão corrigidas unicamente pela marcação no cartão resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões em hipótese alguma.

10.10. Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão resposta devidamente assinado e o caderno de questões.

10.11. Será atribuída nota 0,00 (zero) às resposta de questões objetivas:

- Quja resposta não coincida com o gabarito oficial;
- Que contenha emenda (s) e/ou rasura (s), ainda que legível (eis);
- Contendo mais de uma opção de resposta assinalada;
- Que não estiver assinalada no cartão de respostas;
- Preenchida fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

10.12. O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

10.13. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Processo Seletivo poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do Processo Seletivo .

10.14. Será considerado aprovado na prova escrita objetiva os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 4,00 (quatro).

11. DO LOCAL, HORÁRIO E SEGURANÇA DAS PROVAS ESCRITAS

11.1. A prova escrita será aplicada na cidade de Navegantes, ou na inexistência de locais adequados e ou suficiente para sua aplicação, em cidades próximas, em data constante do cronograma deste edital e em local a ser divulgado quando da homologação das inscrições, conforme data do cronograma.

11.2. Os horários de realização das provas ficam assim definidos conforme cronograma abaixo:

Evento	Horários MATUTINO
Abertura dos portões de acesso aos locais de prova.	9h15
Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	9h50
Abertura dos envelopes e distribuição das provas e na sequencia início das provas.	9h52

Início da resolução da prova.	10h00
Final do prazo mínimo para entrega da prova e ou retirar-se do local de prova.	11h00
Final da prova. Entrega obrigatória do caderno de questões e cartão resposta.	12h00

11.3. Dependendo do número de inscritos e da disponibilidade de locais, as provas poderão ser aplicadas nos dois períodos (matutino e vespertino), devendo o candidato reservar a data da prova para esse fim, considerando o período todo, mantendo-se informado acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br.

11.4. A identificação correta do período, horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br, considerando que os portões dos locais que dão acesso às salas de provas, fecharão 10 (dez) minutos antes do horário marcado para início da prova.

11.5. Os portões que dão acesso às salas de provas, dependendo do local poderá ser as portas de blocos, alas, setores e etc., devendo o candidato comparecer ao local designado para a realização das provas com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para fechamento dos portões, para garantir estacionamento e identificar corretamente a localização das salas.

11.6. Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o horário de fechamento dos portões, seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que deixar de fazer ou chegar com atraso à prova escrita, desclassificado do Processo Seletivo.

11.7. O IOBV, por motivos técnicos ou de força maior, poderá retardar o início da prova escrita ou transferir suas datas e ou horários. Eventuais alterações serão comunicadas no site do Processo Seletivo na Internet, por mensagens enviadas para o email informado, ou por aviso fixado na entrada principal ou mural do local anteriormente determinado, caso o evento determinante da alteração seja de natureza imprevisível.

11.8. A entrada nos locais de prova só será admitida mediante a apresentação de documento de identificação oficial com foto.

11.9. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público, que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

11.10. Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

11.11. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

11.12. A não apresentação do documento de identidade, nos termos desse edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

11.13. Em face de eventual divergência o IOBV poderá exigir a apresentação do original do Comprovante de pagamento da taxa de inscrição, com a devida autenticação bancária, não sendo válida cópia mesmo que autenticada.

11.14. Durante a realização das provas é permitida a posse e uso unicamente dos seguintes materiais:

a) Canetas esferográficas feitas com material transparente com tinta das cores azul ou preta; (não serão fornecidas canetas no local)

b) Documento de Identificação com foto;

c) Original do Comprovante do pagamento da Taxa de inscrição ou de inscrição guardado no bolso;

d) Caso assim deseje, água acondicionada em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo;

11.15. É vedada, durante a realização da prova, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, transmissores, receptores e ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico ou o porte de armamento. Também é proibido o fumo, a ingestão de alimentos, uso de medicamentos e óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés ou qualquer outro tipo de cobertura.

11.15.1. Alimentos só serão permitidos, desde que em barras, fora da embalagem e acondicionados em plástico transparente, providenciado pelo candidato.

11.16. É terminantemente proibida a entrada de candidato armado, sob qualquer alegação, nos locais onde se realizarem as provas. O IOBV não se responsabilizará pela guarda de qualquer armamento.

11.17. Os telefones celulares e demais equipamentos e materiais trazidos para o local da prova devem ser entregues sem qualquer outro aviso, desligados quando couber, aos fiscais da sala antes do início da prova.

11.18. A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicarão na exclusão do candidato do Processo Seletivo, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

11.19. É vedado ao candidato, durante a realização das provas, ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal, ausentar-se da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização, comunicação com outro candidato, bem como se utilizando de quaisquer dos recursos não permitidos, tratar incorretamente ou agir com descortesia a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como os Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes;

11.20. O IOBV, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Processo Seletivo poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), submeter os candidatos à revista pessoal e ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como proceder a qualquer momento a sua identificação datiloscópica ou dele fazer imagem fotográfica ou vídeo.

11.21. O IOBV e Prefeitura Municipal de Navegantes não assumem qualquer responsabilidade por acidentes pessoais e ou avaria, perda ou desaparecimento dos materiais, objetos, equipamentos, mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala, veículos ou qualquer outro bem trazido pelos candidatos para local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.

11.22. Todas as despesas decorrentes da obtenção ou entrega de documentos, bem como as de transporte e ou alimentação são de inteira responsabilidade dos candidatos, mesmo que a prova venha a ser transferida por qualquer motivo.

11.23. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas nem a realização de qualquer prova e ou exame fora dos horários e locais marcados para todos os candidatos.

11.24. Somente depois de decorrido o prazo mínimo de permanência em sala de provas, que será de 60 (sessenta) minutos, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão-resposta e retirar-se da sala de prova, entregando, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o seu cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na

desclassificação do candidato do Processo Seletivo .

11.25. Os três (3) últimos candidatos de cada sala de provas, só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo, quando assinares a ata de sala e acompanharão termo de fechamento do envelope de provas. O candidato que negar-se a aguardar os companheiros assinará ata de prova como desistente sendo eliminado do certame.

11.26. O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico www.iobv.org.br após as 20 horas do dia da realização da prova.

11.27. Um caderno de questões de cada cargo, estará disponível no dia seguinte ao da realização da prova, na área restrita do candidato, permitindo assim que os candidatos possam interpor recursos contra as questões da prova.

11.28. Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como o original ou cópia do cartão resposta, mesmo após o encerramento do Processo Seletivo .

11.29. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

11.30. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

11.31. Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

11.32. Motivará a eliminação do candidato do Processo Seletivo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a qualquer das normas devedas neste edital ou a outra relativas ao Processo Seletivo, aos comunicados, às instruções o candidato ou às instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

11.33. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto o Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

11.34. A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto o Barriga Verde e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

11.35. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

12. DA PROVA DE TÍTULOS (PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR)

12.1. Para os cargos de nível superior a segunda FASE do Processo Seletivo consiste na Prova de Títulos, de caráter unicamente classificatório.

12.2. A Prova de Títulos é constituída pela pontuação de certificados e ou diplomas de cursos de pós-graduação relacionados ao cargo para o qual o candidato se inscreveu ou em Educação, da seguinte forma:

a) Certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível de Especialização, Mestrado ou Doutorado, devidamente registrado no órgão competente, relacionados à área para a qual se inscreveu ou em Educação.

b) Os certificados de cursos de pós-graduação em nível de Especialização devem ser entregues acompanhados do respectivo histórico escolar, em cópias autenticadas em cartório.

c) Pontuação: Os títulos que atenderem as normas do presente edital serão avaliados de acordo com o quadro abaixo:

Título/documento	Pontuação
Certificado de curso de pós-graduação em nível de Especialização.	0,50
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível de Mestrado	0,75
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível de Doutorado	1,00

9.1. Será avaliado unicamente 1 (um) título de curso de pós-graduação. Caso o candidato apresente mais de um título será avaliado o de maior valor acadêmico.

9.2. DA ENTREGA DOS TÍTULOS

9.3. Para participar da Prova de Títulos os candidatos deverão protocolar no posto de atendimento ou no IOBV, ou ainda enviar pelo correio, com Aviso de Recebimento e preferencialmente por SEDEX, os seguintes documentos:

a) Cópia do Comprovante de inscrição;

b) O título que deseja ser avaliado em cópia autenticada.

9.4. Os títulos protocolados na sede do IOBV ou no posto de atendimento, deverão ser obrigatoriamente entregue em envelope lacrado e identificado da seguinte forma:

Prova de Títulos Processo Seletivo de Navegantes

Nome:

Cargo:

Número de Inscrição

9.4.1. O posto de atendimento apenas fará o recebimento e protocolo do envelope, não fará avaliação e não emitirá opinião sobre a validade do certificado.

9.4.2. Uma vez protocolado o envelope não será permitido acrescentar outros documentos.

9.5. Os títulos enviados pelo correio ou protocolados no IOBV só serão avaliados se entregues ao IOBV no prazo das inscrições conforme data do cronograma, valendo como comprovação, quando couber, o registro de entrega dos documentos emitidos pelos Correios.

9.5.1. O envelope deve estar devidamente lacrado e deve ser enviado para:

Instituto o Barriga Verde – Prova de Títulos de Navegantes

Avenida Luiz Bertoli, 233 – Centro – 89.190-000 – Taió – SC

9.6. NÃO DEVEM SER ENTREGUES:

- a) Documentos originais;
- b) Diplomas de curso de ensino médio e ou licenciatura;
- c) Cópias de Documentos pessoais;
- d) Comprovantes de residência ou qualquer outro documento não exigido.

9.7. Os certificados de cursos de pós-graduação em nível de especialização deverão ser acompanhados por histórico escolar.

9.8. Os diplomas de cursos de pós-graduação em mestrado ou doutorado emitidos no exterior, deverão ser reconhecidos na forma da lei e acompanhados de tradução oficial.

9.9. Os candidatos que tenham concluído cursos de pós-graduação (em nível de especialização, mestrado ou doutorado) em data posterior a 1º de janeiro de 2017, cujos diplomas não tenham sido confeccionados pela instituição de ensino, poderão entregar certidão emitida pelo programa de pós - graduação declarando ter o candidato concluído todos os créditos exigidos pelo programa, ter sido aprovado sem ressalvas no trabalho, monografia, dissertação ou tese, bem como ter cumprido todas as demais exigências do curso e no caso dos cursos de mestrado ou doutorado, que lhe foi outorgado o título correspondente. A certidão deve ser acompanhada de histórico escolar regularmente emitido.

9.10. Para fins de pontuação na Prova de Títulos, serão aceitos Declarações ou Atestados de Conclusão de Curso de Pós-graduação (Especialização, Mestrado ou Doutorado) desde que acompanhados do correspondente Histórico, respeitadas as demais disposições editalícias correlatas, ou seja, estes não serão aceitos/pontuados (item 1) quando o candidato estiver em fase de elaboração/apresentação/defesa do Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia/Dissertação/Tese porque ausente o requisito de conclusão do Curso de Pós-graduação exigido neste Edital.

9.11. Para fins de comprovação dos itens 1 e 2 desta Grade não serão aceitos declarações ou atestados de frequência.

9.12. A nota da Prova de Títulos (no máximo 1,00 ponto) será somada à da Prova Escrita para o cálculo da Nota Final.

9.13. A participação na Prova de Títulos não é obrigatória.

9.14. Serão avaliados e pontuados somente os títulos dos candidatos aprovados na prova escrita objetiva, os títulos dos candidatos que não atingirem nota igual ou superior a 4,00 (quatro) na prova escrita serão desconsiderados.

9.14.1. Fica o candidato ciente que enviará antecipadamente seus certificados para a pontuação de títulos, por sua conta e risco, e não atingindo nota para aprovação, terá sua documentação desconsiderada, independente de tê-la entregue no prazo conforme cronograma. Ao se inscrever o candidato concorda com os termos deste edital.

10. DO CÁLCULO DA NOTA FINAL

10.1. Para os cargos de nível superior a nota final do candidato será a soma da nota da prova escrita e da nota da prova de títulos: $NF = NPE + NPT$.

10.2. Nota final para todos os demais cargos: $NF = NPE$

Sendo:

NF= Nota final

NPE = Nota Prova Escrita

NPT = Nota Prova Títulos

10.3. São considerados aprovados neste Processo Seletivo os candidatos que atingirem nota igual ou superior a 4,00 (quatro)

10.4. Os candidatos serão classificados por cargo / disciplina, em ordem decrescente da nota final, expressa com 2 (duas) decimais sem arredondamento.

10.5. Ocorrendo empate na nota final aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

10.6. Para os candidatos que não se enquadrarem na condição de idoso, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

- a) Maior nota nas questões de Conhecimentos Específicos;
- b) Maior nota nas questões de Conhecimentos Gerais;
- c) Beneficiados pela Lei 11.689/2008, devidamente habilitados na forma do Edital; tribunal do júri.
- d) Maior idade, contada com base na idade em dia, meses e anos no dia da realização da prova escrita.

10.7. As pessoas com deficiência integrarão lista especial de classificação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Caberão recursos contra as normas deste edital, o indeferimento da inscrição, o conteúdo das provas e gabarito provisório, resultados classificatórios e homologação do resultado final do Processo Seletivo.

11.2. Os recursos deverão ser interpostos até às 18 horas do segundo dia útil posterior à publicação, no site do Processo Seletivo na Internet, do ato em desfavor do qual quer o candidato recorrer.

11.3. Os recursos poderão ser interpostos da seguinte maneira:

11.3.1. Recursos Via Internet:

- a) Acessar a área do candidato no site www.iobv.org.br, e realizar login identificando-se.
- b) Na área do candidato em "minhas inscrições" localizar o Processo Seletivo Edital 001/2017 de NAVEGANTES;
- c) Na coluna "opções" (à direita) deslize o mouse sobre os ícones (botão) e clique naquele que exibir "Solicitar Recurso".
- d) Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.
- e) No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica).
- f) Para cada questão deverá ser enviado um único formulário de recurso.
- g) Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compactá-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg,png,gif,jpeg,bmp,doc,docx,xls,xlsx,pdf,txt,zip e rar.

h) Clicar em "enviar"

11.3.2. Recursos presencial ou via postal:

a) Para recursos presencial preencher e assinar o anexo VI, do edital, com argumentação clara, consistente e objetiva, no caso de questões, um para cada questão e protocolar pessoalmente ou via procuração na sede do IOBV, no endereço constante do item 1.12 deste edital.

b) Para recursos via postal o candidato deverá preencher e assinar o requerimento (anexo VII) do edital com argumentação clara, consistente e objetiva, Caso o recurso seja contra o teor da questão ou gabarito preliminar, deve ser preenchido um requerimento para cada uma das questões contestadas; datar e assinar; anexar cópia autenticada do documento de identidade do requerente; colocar o requerimento em envelope resistente e enviará para o endereço sede do IOBV, conforme item 1.12, via sedex/ar.

11.3.2.1. O candidato deverá expedir o documento AR (aviso de recebimento), pelo Serviço de encomenda expressa de documentos e mercadorias – SEDEX. O documento deve ser entregue ao IOBV rigorosamente no prazo previsto no Edital, findo o qual não será aceito, sendo de responsabilidade do candidato a remessa via postal com devida antecedência para que o recurso seja entregue no prazo constante do cronograma do edital, valendo para todos os fins de direito a data da entrega.

11.4. Só serão analisados os requerimentos interpostos que preencherem todas as exigências do Edital e que forem entregues ao IOBV rigorosamente no prazo, findo o qual não serão aceitos.

11.5. É de inteira responsabilidade do candidato acessar a área do candidato e enviar e/ou digitar seu recurso corretamente, e/ou enviar os anexos para o endereço eletrônico correto sendo que a resposta será divulgada em forma de edital publicado no site do www.iobv.org.br, após encerrados os recursos e da análise da banca examinadora que terá o prazo de dois dias úteis para emitir seus pareceres.

11.6. O Instituto o Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

11.7. Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso.

11.8. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

11.9. Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.

11.10. No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

11.11. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, será corrigido no gabarito final.

11.12. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site www.iobv.org.br, não serão enviadas respostas individuais aos candidatos.

11.13. Caso haja necessidade os documentos individuais comprobatórios serão publicados na área restrita do candidato.

11.14. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

11.15. Não haverá revisão de recursos já julgados. 8.3.8. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentadas pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente da vigência de prazo.

11.16. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

12. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

12.1. A homologação do resultado final deste Processo Seletivo, se dará através de decreto do executivo devidamente publicada nos meios legais e no endereço eletrônico do Processo Seletivo e no órgão oficial do município, com a classificação dos aprovados em ordem decrescente de notas.

12.2. Os atos e resultados serão divulgados no site www.iobv.org.br.

13. DA ESCOLHA DE VAGAS PARA CARGOS DA EDUCAÇÃO

13.1. As vagas a serem oferecidas na área da Educação, para os candidatos inscritos e classificados serão as vagas remanescentes do curso de ingresso, vagas dos programas/projetos e as vagas vinculadas decorrentes dos afastamentos legais.

13.2. As vagas para a 1ª chamada serão publicadas até 02 (dois) dias após a divulgação do resultado final do Processo Seletivo no site do Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br), no site da Prefeitura Municipal (www.navegantes.sc.gov.br) e no Mural do Paço Municipal.

13.3. Primeiramente serão convocados os candidatos aprovados dos cargos de professores habilitados, e após escolha, havendo vagas remanescentes serão convocados os candidatos com magistério, no caso de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais e posteriormente os candidatos aprovados dos cargos de professor não-habilitado, devendo os candidatos no momento da escolha de vagas, comprovarem sua condição de habilitado (com ensino superior completo) ou não-habilitado (com ensino médio completo).

13.4. A escolha de vagas da 1ª chamada ocorrerá de acordo com a ordem de classificação e será realizada nos dias 02 e 03 de março de 2017, no Auditório da Prefeitura Municipal de Navegantes, conforme cronograma definido do Edital de Convocação dos Candidatos aprovados.

13.5. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.

13.6. A chamada dos candidatos aprovados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vaga.

13.7. O candidato que escolher vaga e desistir da mesma será excluído da listagem de classificação de escolha de vaga, ficando impedido de escolher outra vaga. Porém, em razão de esgotada a listagem de professores classificados por disciplina, no processo seletivo, o candidato desistente poderá justificar sua desistência, através do Departamento Administrativo da Educação, e aguardar a manifestação da Diretoria de Gestão de Pessoas, que poderá atender ou não de acordo com as necessidades de excepcional interesse público.

13.8. O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de vaga, continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar uma nova chamada, esgotadas todas as chamadas definidas no item 14.3.

13.9. O candidato poderá escolher até 40 (quarenta) horas semanais.

13.10. A chamada dos candidatos não habilitados deverá ocorrer depois de esgotadas as possibilidades de admissão dos candidatos habilitados.

13.11. Após a 1ª chamada, as vagas remanescentes e as novas vagas serão divulgadas no site do Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br), no site da Prefeitura Municipal (www.navegantes.sc.gov.br) e oferecidas aos candidatos aprovados respeitando a listagem de classificação, conforme o surgimento das mesmas pela Departamento Pedagógico da Secretaria de Educação, no decorrer do ano de 2017.

13.12. O candidato será informado no dia da escolha a data de apresentação na unidade escolar para assumir as aulas da vaga escolhida. Caso o candidato não se apresente na data estipulada, e não houver justificativa através de atestado, fica o Departamento Administrativo da Educação autorizado a dar continuidade à chamada dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação. Caso o candidato não se apresentar no prazo determinado, será excluído do processo seletivo.

13.13. O candidato ao cargo de professor, que já tiver um cargo público como inativo poderá escolher aulas até que o somatório da carga horária semanal atinja o limite total de 40 (quarenta) horas (inativo + ativo = 40 horas). Para os demais cargos esta regra não se aplica.

13.14. As vagas para o Processo Seletivo ACT/2017 serão disponibilizadas de acordo com a necessidade de cada Unidade Escolar. Portanto, podem ser escolhidas pelos candidatos classificados no referido certame na totalidade de sua carga.

13.15. As vagas disponibilizadas no Processo Seletivo ACT/2017 serão aquelas remanescentes da distribuição de aulas aos professores efetivos, portanto, estas aulas somente constituirão vaga a ser ofertada ao professor ACT depois de esgotadas todas as possibilidades de aproveitamento pelo professor efetivo.

13.16. A classificação dos candidatos no prazo de validade estabelecido para este Processo Seletivo não gera para a Secretaria Municipal de Educação de Navegantes, a obrigatoriedade de aproveitar todos os candidatos classificados. A classificação gera, para o candidato, apenas o direito à preferência na escolha de vagas, dependendo da sua classificação no Processo Seletivo.

13.17. Serão convocados primeiramente os candidatos habilitados, não sendo preenchida todas as vagas serão convocados os candidatos não habilitados. Devendo o candidato acompanhar as publicações e os editais de convocação.

14. DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO

14.1. A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município de NAVEGANTES, sendo que a admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade do Processo Seletivo ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital.

14.2. A contratação para o cargo seguirão o estabelecido em lei municipal que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de NAVEGANTES.

14.3. As providências e atos necessários para a convocação, e contratação dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município de NAVEGANTES.

14.4. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

14.5. Até a homologação do resultado final o candidato pode atualizar seus dados na sua área restrita no site www.iobv.org.br, após homologação deverá informar o município junto ao Setor de Recursos Humanos.

14.6. O candidato após receber a convocação terá o prazo de 2 (dois) dias para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência.

14.7. O candidato aprovado no Processo Seletivo, que não quiser ser contratado, quando convocado, poderá requerer sua reclassificação para o final de fila.

14.8. O candidato que não se manifestar junto a setor de Recursos Humanos da Prefeitura de NAVEGANTES, até a data estabelecida conforme item 15.6, será excluído da vaga deste Processo Seletivo.

14.9. É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do Processo Seletivo, estas deverão ser comunicadas diretamente ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura de NAVEGANTES.

14.10. A inobservância do subitem 15.5, implicará na desclassificação da vaga do Processo Seletivo.

14.11. Por ocasião da contratação serão exigidos, dos candidatos aprovados e convocados os documentos que comprovem os requisitos para provimento no cargo conforme item 2 deste edital, além de outros exigíveis à época da nomeação conforme legislação.

14.12. O não cumprimento dos quesitos necessários impede a posse do candidato.

15. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

15.1. Delega-se competência ao IOBV – Instituto o Barriga Verde, como banca executora deste Processo Seletivo, para:

- a) Receber os requerimentos de inscrições;
 - b) Emitir os documentos para homologação das inscrições;
 - c) Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas;
 - d) Analisar e pontuar os títulos;
 - e) Apreciar os recursos previstos neste edital;
 - f) Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
 - g) Prestar informações sobre o Processo Seletivo dentro de sua competência;
 - h) Atuar em conformidade com as disposições deste edital.
 - i) Responder, em conjunto com o município de NAVEGANTES eventuais questionamento de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.
- 15.2. A fiscalização e supervisão do certame está a cargo da Comissão Municipal de Processo Seletivo, devidamente nomeada por ato oficial.
- 15.3. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do Município de NAVEGANTES.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Processo Seletivo.

16.2. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas informações por telefone relativas a número de inscritos por cargo ao resultado do Processo Seletivo e respostas de recursos.

16.3. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados para viabilizar eventuais contatos que se

façam necessários, na área do candidato até a data de homologação do resultado final e após esta data no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de NAVEGANTES, até que expire a validade do Processo Seletivo, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com base nos dados constantes nos registros.

16.4. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Processo Seletivo, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

16.5. Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item retro, o candidato estará sujeito a responder criminalmente por seu ato.

16.6. O Município de NAVEGANTES e o IOBV não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Processo Seletivo sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial www.iobv.org.br.

16.7. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br.

16.8. As despesas relativas à participação do candidato no Processo Seletivo e à apresentação para contratação e exercício correrão a expensas do próprio candidato.

16.9. No exame da tempestividade dos recursos, solicitações e documentos enviados à Comissão de Processo Seletivo, encaminhados via postal com Aviso de Recebimento – AR (correios), será considerada a data de entrega.

16.10. É vedada a inscrição neste Processo Seletivo de quaisquer membros da Comissão de Processo Seletivo, tanto da Prefeitura do Município de NAVEGANTES como do IOBV.

16.11. Os cadernos de prova escrita serão mantidos sob a responsabilidade do IOBV, por um período de 3 (três) meses, após a homologação do resultado final, quando serão incinerados. Os demais apontamentos, após 6 (seis) meses da homologação do resultado serão incinerados, com registro em ata.

16.12. A Comissão do Processo Seletivo da Prefeitura do Município de NAVEGANTES e do IOBV poderão justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

16.13. Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecurável, pela Comissão do Processo Seletivo da Prefeitura do município de NAVEGANTES e do IOBV.

16.14. Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo previsto neste Edital o Foro da Comarca de Navegantes/SC.

16.15. São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

16.16. Anexo I – Cargos e Vagas; Anexo II– Atribuições dos Cargos; Anexo III– Conteúdo Programático; Anexo IV – Requerimento de Vaga de Deficiente e Condição Especial para Realizar a prova; Anexo V – Requerimento de Isenção de Taxa de Inscrição. VI- Requerimento para prova de Títulos; VII-Requerimento de Recursos.

NAVEGANTES, 03 de Janeiro de 2017.

EMILIO VIEIRA

Prefeito Municipal

ANEXO 1

CARGOS, JORNADA DE TRABALHO, VAGAS, SALÁRIO MENSAL E PRÉ-REQUISITOS

CARGOS DE ENSINO ALFABETIZADO

Cargo	CH	Vagas	Salário	Pré-requisitos	Tipo de Prova	R\$ Inscrição
1. Agente de Serviços Gerais – Educação	40	RT	R\$ 1.056,61	Alfabetizado	Escrita	30,00

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL E MÉDIO

Cargo	CH	Vagas	Salário	Pré-requisitos	Tipo de Prova	R\$ Inscrição
2. Instrutor de Artes Aplicadas (141)	40	01	R\$ 1.651,00	Portador de certificado de conclusão do Ensino Fundamental com certificado de curso específico na área.	Escrita	40,00
3. Instrutor de Artesanato SCA (98200)	20	02	R\$ 825,50	Portador de certificado de conclusão do Ensino Médio com certificado de curso específico na área de artesanato ou cursando ensino superior de Artes Visuais a partir do terceiro período	Escrita	40,00
4. Instrutor de Barbearia SCA (98194)	10	02	R\$ 412,75	Portador de certificado de conclusão do Ensino Médio com certificado de curso específico na área de Barbearia	Escrita	40,00
5. Instrutor de Canto SCA (98217)	20	02	R\$ 825,50	Portador de certificado de conclusão do Ensino Médio com certificado de curso específico na área de Canto ou cursando ensino superior de Música a partir do terceiro período	Escrita	40,00
6. Instrutor de Corte Cabelo SCA (98206)	20	02	R\$ 825,50	Portador de certificado de conclusão do Ensino Médio com certificado de curso específico na área de Corte de Cabelo	Escrita	40,00

7. Instrutor de Corte e Cabelo 20h (1401)	20	01	R\$ 825,50	Portador de certificado de conclusão do Ensino Fundamental com certificado de curso específico na área, com no mínimo 100 horas.	Escrita	40,00
8. Instrutor de Corte Costura SCA (98197)	10	02	R\$ 412,75	Portador de certificado de conclusão do Ensino Médio com certificado de curso específico na área de Corte e Costura	Escrita	40,00
9. Instrutor de Corte e Costura (142)	40	01	R\$ 1.651,00	Portador de certificado de conclusão do Ensino Fundamental com certificado de curso específico na área, com no mínimo 100 horas.	Escrita	40,00
10. Instrutor de Crochê e Tricô – Artes Aplicadas (141)	40	01	R\$ 1.651,00	Portador de certificado de conclusão do Ensino Fundamental com certificado de curso específico na área, com no mínimo 40 horas.	Escrita	40,00
11. Instrutor de Culinária SCA (98198)	10	02	R\$ 412,75	Portador de certificado de conclusão do Ensino Médio com certificado de curso específico na área de Culinária ou cursando ensino superior de Gastronomia a partir do terceiro período	Escrita	40,00
12. Instrutor de Dança SCA (98204)	20	02	R\$ 825,50	Portador de certificado de conclusão do Ensino Médio com certificado de curso específico na área de dança ou cursando ensino superior de Educação Física a partir do terceiro período	Escrita	40,00
13. Instrutor de Informática 40h (9814)	40	RT	R\$ 1.651,00	Portador de certificado de conclusão do Ensino Médio com certificado de curso específico na área de Informática.	Escrita	40,00
14. Instrutor de Informática 20h (9815)	20	RT	R\$ 825,50	Portador de certificado de conclusão do Ensino Médio com certificado de curso específico na área de Informática.	Escrita	40,00
15. Instrutor de Informática SCA (98208)	20	02	R\$ 825,50	Portador de certificado de conclusão do Ensino Médio com certificado de curso específico na área de Informática	Escrita	40,00
16. Instrutor de Inglês SCA (98209)	20	02	R\$ 825,50	Portador de certificado de conclusão do Ensino Médio com certificado de curso específico na área de Inglês ou cursando ensino superior de Língua Estrangeira a partir do terceiro período	Escrita	40,00
17. Instrutor de Judô SCA (98211)	20	02	R\$ 825,50	Portador de certificado de conclusão do Ensino Médio ou cursando ensino superior de Educação Física a partir do terceiro período Ser Faixa Preta de Judô	Escrita	40,00
18. Instrutor de Manicure (1441)	20	01	R\$ 825,50	Portador de certificado de conclusão do Ensino Fundamental com certificado de curso específico na área, com no mínimo 60 horas.	Escrita	40,00
19. Instrutor de Maquiagem SCA (98195)	10	02	R\$ 412,25	Portador de certificado de conclusão do Ensino Médio com certificado de curso específico na área de Maquiagem	Escrita	40,00
20. Instrutor de Panificação SCA (98218)	40	01	R\$ 1.651,00	Portador de certificado de conclusão do Ensino Médio com certificado de curso específico na área de Panificação	Escrita	40,00
21. Instrutor de Teatro SCA (98213)	20	02	R\$ 825,50	Portador de certificado de conclusão do Ensino Médio com certificado de curso específico na área de Teatro ou cursando ensino superior de Artes Cênicas a partir do terceiro período	Escrita	40,00
22. Instrutor de Teclado SCA (98216)	20	02	R\$ 825,50	Portador de certificado de conclusão do Ensino Médio com certificado de curso específico na área de Teclado ou cursando ensino superior de Música a partir do terceiro período	Escrita	40,00
23. Instrutor de Violão SCA (98215)	20	02	R\$ 825,50	Portador de certificado de conclusão do Ensino Médio com certificado de curso específico na área de Violão ou cursando ensino superior de Música a partir do terceiro período	Escrita	40,00
24. Intérprete de Libras 20 h (98177)	20	RT	R\$ 970,81	Ensino Médio com graduação comprovante de Proficiência em Interpretação em Libras ou Certificado de curso de Formação continuada em LIBRAS ou Oficina de Interpretação em LIBRAS, ambos com carga horária mínima de 80h (oitenta horas) ou ainda curso superior de Bacharelado em Letras –LIBRAS.	Escrita	40,00

25. Intérprete de Libras 40 h (98178)	40	RT	R\$ 1.941,63	Ensino Médio com graduação comprovante de Proficiência em Interpretação em Libras ou Certificado de curso de Formação continuada em LIBRAS ou Oficina de Interpretação em LIBRAS, ambos com carga horária mínima de 80h (oitenta horas) ou ainda curso superior de Bacharelado em Letras –LIBRAS.	Escrita	40,00
26. Leiturista – DAE (246)	40	3	R\$ 1.939,13	Possuir Diploma de Ensino Médio e Carteira Nacional de Habilitação Categoria A.	Escrita	40,00
27. Monitor de Área Azul (218)	40	03	R\$ 1.056,61	Portador de Diploma de Ensino Médio.	Escrita	40,00
28. Monitor de Transporte Escolar (98186)	30	RT	R\$ 1.056,61	Portador de Diploma de Ensino Médio.	Escrita	40,00
29. Monitora de Educação Infantil (134)	30	RT	R\$ 1.056,61	Portador de Diploma de Ensino Médio.	Escrita	40,00
30. Motorista de Transporte Escolar (98185)	40	RT	R\$ 2.227,20	Portador de Diploma de Ensino Médio. Idade superior a 21 anos; Carteira Nacional de Habilitação na Categoria D; Curso de Transporte Escolar com aprovação e carga horária estabelecidos pelo CONTRAN. Não ter cometido falta grave ou gravíssima nos últimos 12 (doze) meses.	Escrita	40,00
31. Recepcionista (30131)	40	07	R\$ 1.056,61	Portador de certificado de conclusão do Ensino Médio, com no mínimo 80 horas de curso na área de informática.	Escrita	40,00
32. Secretário Escolar (98221)	40	RT	R\$ 1.670,40	Ensino Médio Completo com no mínimo 100 horas de curso na área de informática	Escrita	40,00

* Os profissionais deverão ter disponibilidade de horários em turnos alternados, conforme a necessidade do atendimento.

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E PROFESSORES

Cargo	CH	Vagas	Salário	Pré-requisitos	Secretaria/Lotação	Tipo de Prova	R\$ Inscrição
33. Professor Artes – Habilitado (Professor de Anos Finais do Ensino Fundamental – Disciplina ARTES)	10 20 30 40	RT	R\$ 667,44 R\$ 1.334,88 R\$ 2.002,32 R\$ 2.669,76	Conclusão de Curso Superior com Licenciatura Plena em Educação Artística ou Artes;	Educação	Escrita e Títulos	60,00
34. Professor Artes - Não-Habilitado (Professor de Anos Finais do Ensino Fundamental – Disciplina ARTES)	10 20 30 40	RT	R\$ 427,16 R\$ 854,32 R\$ 1.281,48 R\$ 1.708,65	Diploma de Conclusão do Ensino Médio.	Educação	Escrita e Títulos	60,00
35. Professor Ciências – Habilitado (Professor de Anos Finais do Ensino Fundamental – Disciplina CIÊNCIAS)	10 20 30 40	RT	R\$ 667,44 R\$ 1.334,88 R\$ 2.002,32 R\$ 2.669,76	Conclusão de Curso Superior com Licenciatura Plena em Ciências Biológicas;	Educação	Escrita e Títulos	60,00
36. Professor Ciências – Não-Habilitado (Professor de Anos Finais do Ensino Fundamental – Disciplina CIÊNCIAS)	10 20 30 40	RT	R\$ 427,16 R\$ 854,32 R\$ 1.281,48 R\$ 1.708,65	Diploma de Conclusão do Ensino Médio.	Educação	Escrita e Títulos	60,00
37. Professor de Educação Infantil (habilitado)	20 40	RT	R\$ 1.334,88 R\$ 2.669,76	Graduação em Pedagogia Licenciatura Plena com Habilitação para Educação Infantil;	Educação	Escrita e Títulos	60,00
38. Professor de Educação Infantil (Magistério)	20 40	RT	R\$ 1.067,91 R\$ 2.135,82	Diploma de Conclusão do Magistério;	Educação	Escrita e Títulos	60,00
39. Professor de Educação Infantil (não- habilitado)	20 40	RT	R\$ 854,32 R\$ 1.708,65	Diploma de Conclusão do Ensino Médio.	Educação	Escrita e Títulos	60,00

40. Professor de Sala de Recursos Multifuncionais (98151)	20	RT	R\$ 1.334,86	Graduação em Pedagogia Licenciatura Plena ou Normal Superior – Cursando Pós Graduação em Nível de Doutorado, Mestrado ou Pós Graduação em Educação Especial, Licenciatura Plena Pedagogia com Cursos de Formação Continuada em Educação Especial.	Educação	Escrita e Títulos	60,00
41. Professor Educação Física – Habilitado (Professor Ensino Fundamental e Educação Infantil) – Disciplina EDUCAÇÃO FÍSICA)	10 20 30 40	RT	R\$ 667,44 R\$ 1.334,88 R\$ 2.002,32 R\$ 2.669,76	Conclusão de Curso Superior com Licenciatura Plena em Educação Física; com registro no CREF	Educação	Escrita e Títulos	60,00
42. Professor Educação Física – Não-Habilitado (Professor Ensino Fundamental e Educação Infantil) – Disciplina EDUCAÇÃO FÍSICA)	10 20 30 40	RT	R\$ 427,16 R\$ 854,32 R\$ 1.281,48 R\$ 1.708,65	Diploma de Conclusão do Ensino Médio.	Educação	Escrita e Títulos	60,00
43. Professor Ensino Religioso – Habilitado (Professor de Anos Finais do Ensino Fundamental – Disciplina ENSINO RELIGIOSO)	10 20 30 40	RT	R\$ 667,44 R\$ 1.334,88 R\$ 2.002,32 R\$ 2.669,76	Conclusão de Curso Superior em Ciências da Religião com Licenciatura Plena em Ensino Religioso;	Educação	Escrita e Títulos	60,00
44. Professor Ensino Religioso – Não-Habilitado (Professor de Anos Finais do Ensino Fundamental – Disciplina ENSINO RELIGIOSO)	10 20 30 40	RT	R\$ 427,16 R\$ 854,32 R\$ 1.281,48 R\$ 1.708,65	Diploma de Conclusão do Ensino Médio.	Educação	Escrita e Títulos	60,00
45. Professor Geografia – Habilitado (Professor de Anos Finais do Ensino Fundamental – Disciplina GEOGRAFIA)	10 20 30 40	RT	R\$ 667,44 R\$ 1.334,88 R\$ 2.002,32 R\$ 2.669,76	Conclusão de Curso Superior com Licenciatura Plena em Geografia;	Educação	Escrita e Títulos	60,00
46. Professor Geografia – Não-Habilitado (Professor de Anos Finais do Ensino Fundamental – Disciplina GEOGRAFIA)	10 20 30 40	RT	R\$ 427,16 R\$ 854,32 R\$ 1.281,48 R\$ 1.708,65	Diploma de Conclusão do Ensino Médio.	Educação	Escrita e Títulos	60,00
47. Professor História – Habilitado (Professor de Anos Finais do Ensino Fundamental – Disciplina HISTÓRIA)	10 20 30 40	RT	R\$ 667,44 R\$ 1.334,88 R\$ 2.002,32 R\$ 2.669,76	Conclusão de Curso Superior com Licenciatura Plena em História;	Educação	Escrita e Títulos	60,00
48. Professor História – Não-Habilitado (Professor de Anos Finais do Ensino Fundamental – Disciplina HISTÓRIA)	10 20 30 40	RT	R\$ 427,16 R\$ 854,32 R\$ 1.281,48 R\$ 1.708,65	Diploma de Conclusão do Ensino Médio.	Educação	Escrita e Títulos	60,00
49. Professor Inglês – Habilitado (Professor de Anos Finais do Ensino Fundamental – Disciplina INGLÊS)	10 20 30 40	RT	R\$ 667,44 R\$ 1.334,88 R\$ 2.002,32 R\$ 2.669,76	Conclusão de Curso Superior com Licenciatura Plena em Letras e Habilitação em Português e Inglês;	Educação	Escrita e Títulos	60,00
50. Professor Inglês – Não habilitado (Professor de Anos Finais do Ensino Fundamental – Disciplina INGLÊS)	10 20 30 40	RT	R\$ 427,16 R\$ 854,32 R\$ 1.281,48 R\$ 1.708,65	Diploma de Conclusão do Ensino Médio.	Educação	Escrita e Títulos	60,00
51. Professor Língua Portuguesa – Habilitado (Professor de Anos Finais do Ensino Fundamental – Disciplina LÍNGUA PORTUGUESA)	10 20 30 40	RT	R\$ 667,44 R\$ 1.334,88 R\$ 2.002,32 R\$ 2.669,76	Conclusão de Curso Superior com Licenciatura Plena em Letras;	Educação	Escrita e Títulos	60,00

52. Professor Língua Portuguesa – Não - Habilitado (Professor de Anos Finais do Ensino Fundamental – Disciplina LINGUA PORTUGUESA)	10 20 30 40	RT	R\$ 427,16 R\$ 854,32 R\$ 1.281,48 R\$ 1.708,65	Diploma de Conclusão do Ensino Médio.	Edu- ca- ção	Escrita e Títulos	60,00
53. Professor Matemática – Habilitado (Professor de Anos Finais do Ensino Fundamental – Disciplina MATEMÁTICA)	10 20 30 40	RT	R\$ 667,44 R\$ 1.334,88 R\$ 2.002,32 R\$ 2.669,76	Conclusão de Curso Superior com Licenciatura Plena em Matemática;	Edu- ca- ção	Escrita e Títulos	60,00
54. Professor Matemática – Não-Habilitado (Professor de Anos Finais do Ensino Fundamental – Disciplina MATEMÁTICA)	10 20 30 40	RT	R\$ 427,16 R\$ 854,32 R\$ 1.281,48 R\$ 1.708,65	Diploma de Conclusão do Ensino Médio.	Edu- ca- ção	Escrita e Títulos	60,00
55. Professor Anos Iniciais – Habilitado (Professor de Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Programa Mais Educação)	20 40	RT	R\$ 1.334,88 R\$ 2.669,76	Conclusão de Curso Superior em Pedagogia Licenciatura Plena ou Normal Superior;	Edu- ca- ção	Escrita e Títulos	60,00
56. Professor Anos Iniciais – Magistério (Professor de Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Programa Mais Educação)	20 40	RT	R\$ 1.067,91 R\$ 2.135,82	Diploma de Conclusão do Magistério;	Edu- ca- ção	Escrita e Títulos	60,00
57. Professor Anos Iniciais – Não-Habilitado (Professor de Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Programa Mais Educação)	20 40	RT	R\$ 854,32 R\$ 1.708,65	Diploma de Conclusão do Ensino Médio.	Edu- ca- ção	Escrita e Títulos	60,00

Abreviaturas:

CH – Carga Horária (Jornada de Trabalho) Semanal RT – Reserva Técnica (Cadastro de Reserva)

ANEXO II**ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****Agente de Serviços Gerais**

Manter os materiais de cozinha sempre limpos; responsabilizar-se pela guarda dos mantimentos e utensílios; servir e atender a chefia sempre que solicitado; efetuar a limpeza de pátios, pisos, sanitários, carpetes e enceramento de pisos; conservar os materiais de limpeza sempre em lugar seguro para evitar possíveis acidentes; zelar pelo asseio e limpeza de todos os ambientes e equipamentos; acatar as orientações e tratar com respeito todos os funcionários e usuários; desempenhar a função com competência, assiduidade, pontualidade, senso de responsabilidade, zelo, discrição e honestidade; cumprir horário pré-estabelecido, bem como participar de reuniões e eventos promovidos pela secretaria e executar com eficiência a limpeza/organização do local de trabalho, proporcionando aos demais um espaço adequado para o desenvolvimento das atividades.

Instrutor de Artes Aplicadas

Ensinar e estimular a capacidade expressiva, a percepção e a criatividade no trato com materiais diversos, principalmente aqueles cujas qualidades plásticas sejam insuspeitas para a confecção de peças de vestuário ou figurino.

Instrutor de Corte de Cabelo

Ensinar técnicas de corte, luzes, químicas, relaxamento permitindo que os alunos coloquem em prática todo conhecimento assimilado durante as aulas, ao atender a população.

Instrutor de Corte e Costura

Ensinar aos participantes o conhecimento e domínio de técnicas de corte e costura de roupas, de modo a contribuir para seu desempenho profissional.

Instrutor de Crochê e Tricô

Ensinar atividades com manuseio de linhas para a prática e conhecimento de confecção de trabalhos de crochê e bordados, possibilitando aos alunos nova possibilidade de renda familiar.

Instrutor de Informática

Orientar os alunos sobre a utilização dos computadores no acesso à internet, visando sua rapidez e precisão, para que o objetivo do manejo dos equipamentos no tocante e pesquisa e estudo sejam atingidos; prestar orientações no âmbito de navegação à internet; executar outros serviços técnicos afins à informática; esclarecer dúvidas relativas ao funcionamento de máquinas (computadores) e ao uso da internet; usar de meios cabíveis para que seja mantida a organização necessária ao recinto, ao local de pesquisa, estudo e reflexão; oferecer condições de pesquisa via internet, através de máquinas que permitam a elaboração de trabalho, cujo objetivo é o de aperfeiçoar e enriquecer os programas escolares; proporcionar aos usuários, computadores com acesso à internet, munidos de programas de editor de texto, para a boa elaboração de trabalhos e pesquisa; auxiliar as pesquisas dos professores para preparar aulas e organizar atividades para os alunos; abrir sites que contenham matérias a serem pesquisadas; oferecer condições para o perfeito e proveitoso uso dos computadores; controlar o acesso as suas informações e suas formas de armazenamento, a manipulação e a transmissão de acordo com as normas; acessar arquivos de outros usuários para garantir a segurança, manutenção e conservação de redes, computadores e sistemas armazenados garantindo todos os privilégios individuais e direitos de privacidade dos usuários os que deverão ser preservados; rever e observar periodicamente as informações, para que não haja violações de leis nem de regulamentos, ou para outros fins; suspender todos os privilégios de determinado

usuário em relação ao uso de redes, computadores e sistemas sob sua responsabilidade, por razões ligadas à segurança física e ao bem estar do usuário, ou por razões disciplinares ou relacionadas à segurança e ao bem estar dos outros membros da escola; cumprir horários determinados pela direção da escola; comunicar falhas ou avarias nas máquinas através de relatórios; conhecer e cumprir o projeto pedagógico e o regimento da unidade escolar e desenvolver outras atividades correlatas a sua função.

Instrutor de Manicure

Ensinar a aplicação de técnicas básicas de embelezamento das unhas de mãos e pés, dando-lhes forma e cor, acompanhando as tendências da moda e as preferências pessoais dos clientes;

Capacitar os alunos para o mercado de trabalho como autônomo e/ou em Salões, Institutos de Beleza e estabelecimentos similares.

Instrutor de Artesanato SCA

- O Profissional deverá ter disponibilidade de atuar nas diferentes unidades de atendimento da Secretaria da Criança, do Adolescente e da Juventude, com disponibilidade de horários alternados; Aptidão para ministrar aulas de artesanato em madeira, tecido, tela e outros materiais; Disponibilidade para participar de cursos e treinamentos; Dinamismo, criatividade, iniciativa, flexibilidade, liderança, capacidade de trabalhar em equipe.

Instrutor de Barbearia SCA

O Profissional deverá ter disponibilidade de atuar nas diferentes unidades de atendimento da Secretaria da Criança, do Adolescente e da Juventude, com disponibilidade de horários alternados; Atuação como instrutor do curso de Barbearia, aplicando aulas teóricas e práticas. Esclarecer dúvidas e acompanhar o desenvolvimento dos alunos. Disponibilidade para participar de cursos e treinamentos; Dinamismo, criatividade, iniciativa, flexibilidade, liderança, capacidade de trabalhar em equipe.

Instrutor de Canto SCA

O Profissional deverá ter disponibilidade de atuar nas diferentes unidades de atendimento da Secretaria da Criança, do Adolescente e da Juventude, com disponibilidade de horários alternados; Lecionar aulas de Canto. Ensinar técnicas, atuar com exercícios vocais e montar apresentações públicas com grupos de alunos para que o trabalho seja divulgado e consequentemente os alunos fiquem entusiasmados; Disponibilidade para participar de cursos e treinamentos; Dinamismo, criatividade, iniciativa, flexibilidade, liderança, capacidade de trabalhar em equipe.

Instrutor de Corte Cabelo SCA

O Profissional deverá ter disponibilidade de atuar nas diferentes unidades de atendimento da Secretaria da Criança, do Adolescente e da Juventude, com disponibilidade de horários alternados; Ensinar técnicas de corte, luzes, químicas, relaxamento, entre outros, permitindo que os alunos coloquem em prática todo conhecimento assimilado durante as aulas, ao atender a população; Disponibilidade para participar de cursos e treinamentos; Dinamismo, criatividade, iniciativa, flexibilidade, liderança, capacidade de trabalhar em equipe.

Instrutor de Corte Costura SCA

O Profissional deverá ter disponibilidade de atuar nas diferentes unidades de atendimento da Secretaria da Criança, do Adolescente e da Juventude, com disponibilidade de horários alternados; Ensinar aos participantes o conhecimento e domínio de técnicas de corte e costura de roupas, de modo a contribuir para o seu desempenho profissional; Disponibilidade para participar de cursos e treinamentos; Dinamismo, criatividade, iniciativa, flexibilidade, liderança, capacidade de trabalhar em equipe.

Instrutor de Culinária SCA

O Profissional deverá ter disponibilidade de atuar nas diferentes unidades de atendimento da Secretaria da Criança, do Adolescente e da Juventude, com disponibilidade de horários alternados; Exercer o papel de liderança, bem como ser um motivador e promover o espírito de grupo; Desenvolver habilidades práticas gerais e específicas culinárias; Desenvolver conceitos relacionados à higiene, organização, custos e procedimentos recomendados na área de alimentação e saúde; Interagir com os demais instrutores buscando ações conjuntas; Disponibilidade para participar de cursos e treinamentos; Dinamismo, criatividade, iniciativa, flexibilidade, liderança, capacidade de trabalhar em equipe.

Instrutor de Dança SCA

O Profissional deverá ter disponibilidade de atuar nas diferentes unidades de atendimento da Secretaria da Criança, do Adolescente e da Juventude, com disponibilidade de horários alternados; Aptidão para dança infanto/juvenil como balé, jazz e outros; Dança para adultos como zumba, dança de salão e outros; Disponibilidade para participar de cursos e treinamentos; Montar apresentações públicas com grupos de alunos para que o trabalho seja divulgado e consequentemente os alunos fiquem entusiasmados; Dinamismo, criatividade, iniciativa, flexibilidade, liderança, capacidade de trabalhar em equipe.

Instrutor de Informática SCA

O Profissional deverá ter disponibilidade de atuar nas diferentes unidades de atendimento da Secretaria da Criança, do Adolescente e da Juventude, com disponibilidade de horários alternados; Lecionar aulas de Informática iniciante e avançada, acompanhar alunos e desenvolver atividades; Ensinar informática. Windows básico, Linux, PHP, Mysql, Pacote OFFICE, Editores de Vídeo e Áudio, Dreamweaver, Fireworks, Flash, Hardware e Manutenção; Necessário conhecimento básico em qualquer linguagem de programação; Disponibilidade para participar de cursos e treinamentos; Dinamismo, criatividade, iniciativa, flexibilidade, liderança, capacidade de trabalhar em equipe.

Instrutor de Inglês SCA

O Profissional deverá ter disponibilidade de atuar nas diferentes unidades de atendimento da Secretaria da Criança, do Adolescente e da Juventude, com disponibilidade de horários alternados; Preparar e ministrar aulas para alunos de nível básico, intermediário e avançado de inglês, aplicar provas e acompanhar o desenvolvimento dos alunos;- Disponibilidade para participar de cursos e treinamentos; Dinamismo,

criatividade, iniciativa, flexibilidade, liderança, capacidade de trabalhar em equipe.

Instrutor de Judô SCA

O Profissional deverá ter disponibilidade de atuar nas diferentes unidades de atendimento da Secretaria da Criança, do Adolescente e da Juventude, com disponibilidade de horários alternados; Ministrará aulas de judô para crianças e adultos, acompanhar o desenvolvimento e demais atividades. Aplicar habilidades de judô, ensinar fundamentos e técnicas do judô. Disponibilidade para participar de cursos e treinamentos; Dinamismo, criatividade, iniciativa, flexibilidade, liderança, capacidade de trabalhar em equipe.

Instrutor Maquiagem SCA

O Profissional deverá ter disponibilidade de atuar nas diferentes unidades de atendimento da Secretaria da Criança, do Adolescente e da Juventude, com disponibilidade de horários alternados; Ministrará aulas para alunos do curso de maquiagem, tirar dúvidas, aulas teóricas e práticas. Disponibilidade para participar de cursos e treinamentos; Dinamismo, criatividade, iniciativa, flexibilidade, liderança, capacidade de trabalhar em equipe.

Instrutor de Panificação SCA

O Profissional deverá ter disponibilidade de atuar nas diferentes unidades de atendimento da Secretaria da Criança, do Adolescente e da Juventude, com disponibilidade de horários alternados; Ministrará treinamentos para formação de padeiros; Ensinar a vivência em ambiente de padaria ou panificação industrial, as exigências da ANVISA, segurança de alimentos e habilidades pedagógicas. Disponibilidade para participar de cursos e treinamentos; Dinamismo, criatividade, iniciativa, flexibilidade, liderança, capacidade de trabalhar em equipe.

Instrutor de Teatro SCA

O Profissional deverá ter disponibilidade de atuar nas diferentes unidades de atendimento da Secretaria da Criança, do Adolescente e da Juventude, com disponibilidade de horários alternados; Ministrará aulas de Teatro para crianças e adolescentes, elaborar atividades de recreação relacionadas às aulas, elaborar planejamento anual e preparar apresentações públicas com grupos de alunos para que o trabalho seja divulgado e consequentemente os alunos fiquem entusiasmados; Disponibilidade para participar de cursos e treinamentos; Dinamismo, criatividade, iniciativa, flexibilidade, liderança, capacidade de trabalhar em equipe.

Instrutor de Teclado SCA

O Profissional deverá ter disponibilidade de atuar nas diferentes unidades de atendimento da Secretaria da Criança, do Adolescente e da Juventude, com disponibilidade de horários alternados; Lecionar aulas de Teclado. Ensinar técnicas, notas musicais e montar apresentações públicas com grupos de alunos para que o trabalho seja divulgado e consequentemente os alunos fiquem entusiasmados; Disponibilidade para participar de cursos e treinamentos; Dinamismo, criatividade, iniciativa, flexibilidade, liderança, capacidade de trabalhar em equipe.

Instrutor de Violão SCA

O Profissional deverá ter disponibilidade de atuar nas diferentes unidades de atendimento da Secretaria da Criança, do Adolescente e da Juventude, com disponibilidade de horários alternados; Lecionar aulas de música Violão. Ensinar técnicas, notas musicais e montar apresentações públicas com grupos de alunos para que o trabalho seja divulgado e consequentemente os alunos fiquem entusiasmados; Disponibilidade para participar de cursos e treinamentos; Dinamismo, criatividade, iniciativa, flexibilidade, liderança, capacidade de trabalhar em equipe.

Intérprete de Libras

Atuar em sala de aula e em sala de apoio pedagógico nas unidades educativas da rede regular de ensino, traduzindo e interpretando da língua portuguesa para a língua de sinais e vice-versa nas aulas ministradas pelo Professor; elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; levantar e avaliar os dados relativos à realidade de sua classe; zelar pela aprendizagem do aluno; organizar registros de observação dos alunos; participar de atividades extraclasse; realizar trabalho integrado com o apoio pedagógico; participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; colaborar com as atividades e articulação da escola com a família e a comunidade; integrar órgãos complementares da escola; observar os preceitos éticos de confiabilidade, imparcialidade, discrição e fidelidade na tradução e interpretação; digitar e arquivar documentos relativos à função; prestar serviços em seminários, cursos e reuniões e/ou outros eventos de formação continuada, quando solicitado; participar dos eventos promovidos pela secretaria de educação; participar ativamente das atividades que estão sendo desenvolvidas em sala e aula, quando solicitado pelos gestores; interagir com o professor nas ações pedagógicas planejadas e/ou realizadas no ambiente escolar, quando solicitado; orientar professores quanto às suas possíveis dúvidas em libras; executar tarefas afins com a educação; realizar as atividades que forem designadas por seu superior hierárquico ou pela secretária municipal de educação.

Leiturista – DAE

Efetuar leitura junto aos mostradores dos hidrômetros industriais ou residenciais, registrando o consumo e anotando irregularidades, auxiliando na emissão e controle de contas. Efetuar entrega das contas e outros avisos e informativos nos imóveis dos usuários seguindo as rotas dos endereços previamente traçados. Organizar o trajeto a ser percorrido para facilitar a leitura dos hidrômetros bem como irregularidades constatadas, tais como hidrômetros parados ou danificados e alterações de cadastro, vazamento nas redes, ligações clandestinas ou outras, encaminhando essas anotações aos setores competentes. Auxiliar na emissão e controle de contas efetuando os devidos registros e fazendo também releituras. Entregar contas e/ou comunicados aos usuários. Auxiliar no corte do fornecimento de água ou na sua religação, assim como na manutenção de cavaletes e ramais nas residências.

Monitor de Área Azul

Implantar, manter e operacionalizar o sistema de estacionamento rotativo pago nas vias; Lançar aviso aos usuários do Sistema que o tempo permitido de estacionamento foi ultrapassado; Alertar sobre as implicações legais da irregularidade cometida pelo usuário; Monitorar o cumprimento das regras do sistema notificando os motoristas que o desrespeitam e dando os prazos normais para regularização.

Monitor de Educação Infantil

Auxiliar o professor no atendimento às crianças; prestar cuidados de higiene e alimentação às crianças; conservar a higiene do ambiente de trabalho; zelar pela conservação dos materiais disponíveis na sala de aula; providenciar materiais necessários ao atendimento das crianças nas atividades de rotina; auxiliar o professor na execução das atividades pedagógicas; participar das reuniões de pais, de estudos e pedagógicas, sempre que necessário; auxiliar o professor com sugestões para a elaboração e execução do planejamento e material didático; cooperar com o professor na observação das crianças para o preenchimento da ficha de avaliação pedagógica; participar dos treinamentos sempre que necessário e executar outras atividades compatíveis com o cargo.

Monitor de Transporte Escolar

Apresentar-se devidamente identificado com crachá contendo o dístico MONITOR, e com aparência pessoal adequada; Acompanhar os alunos desde o embarque no transporte escolar até seu desembarque na escola de destino, assim como acompanhar os alunos desde o embarque no final do expediente escolar, até o desembarque nos pontos próprios; Identificar a instituição de ensino dos respectivos alunos e deixá-los dentro da respectiva unidade escolar; Auxiliar no embarque, desembarque seguro e acomodação dos alunos e seus pertences, com a atenção voltada à segurança destes procurando evitar possíveis acidentes, ressaltando o uso do cinto de segurança; Proceder com lisura e urbanidade para com os escolares, pais, professores e servidores dos estabelecimentos de ensino; Ajudar os alunos a subir e descer as escadas dos transportes, observando a individualidade e o grau de dificuldade de cada aluno; Orientar diariamente os alunos quanto ao risco de acidente, sobre medidas de segurança e comportamento, evitando que coloquem partes de seu corpo para fora da janela, certificando-se de que todos estejam assentados adequadamente dentro do veículo de transporte escolar; Zelar pelo bom andamento da viagem, adotando medidas cabíveis de prevenção ou solução de quaisquer problemas relacionados à execução do transporte; O aluno especial, cuja comprovação se dá através de laudo médico, terá tratamento adequado a sua limitação por parte do monitor; Contatar regularmente a Secretaria Municipal de Educação e excepcionalmente o diretor ou responsável pela unidade escolar, mantendo-o informado de quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final da prestação dos serviços, bem como mudança de horários ou itinerários eventualmente.

Motorista de Transporte Escolar

Conduzir os veículos com segurança, respeitando as leis do trânsito; Controlar e orientar o embarque e desembarque dos alunos para evitar acidentes; Dirigir os veículos de transporte escolar da frota municipal, verificando diariamente as condições de uso e funcionamento; Manter o veículo limpo, interna e externamente e em condições de uso imediato; Não exceder a capacidade de passageiro permitida por veículo; Não fumar durante o tempo em estiver transportando alunos no seu veículo; Não permitir que o veículo seja conduzido por pessoas não autorizadas; Não transportar passageiros em pé ou em colo; Observar e controlar os períodos de revisão e manutenção dos veículos recomendados preventivamente, para assegurar a plena condição de utilização; Portar todos os documentos do veículo e do motorista, incluindo a Carteira Nacional de Habilitação e Carteira ou Certificado do Curso de Transporte Escolar. Praticar a direção defensiva, visando à diminuição dos riscos de acidentes; Realizar anotações, segundo as normas estabelecidas e orientações recebidas, da quilometragem, viagens realizadas, alunos transportados, itinerários percorridos, além de outras ocorrências, a fim de manter a boa organização e controle sobre o serviço prestado; Recolher o veículo após sua utilização, em local previamente determinado deixando-o corretamente estacionado e fechado; Ser o responsável pelo itinerário, respeitar os horários, controlar o recebimento e a entrega dos alunos; Solicitar os serviços de mecânica e manutenção dos veículos quando apresentarem qualquer irregularidade; Trajar-se adequadamente de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro; Tratar com respeito os alunos, pais, colegas, público e a fiscalização; Zelar pelo veículo, materiais, equipamentos e ferramentas colocados sob sua guarda e solicitar, quando necessário a aquisição e manutenção dos mesmos.

Professor de Anos Iniciais**Professor de Educação Infantil**

Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental – Disciplina ARTES

Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental – Disciplina CIÊNCIAS

Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental – Disciplina EDUCAÇÃO FÍSICA

Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental – Disciplina ENSINO RELIGIOSO

Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental – Disciplina GEOGRAFIA

Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental – Disciplina HISTÓRIA

Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental – Disciplina INGLÊS

Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental – Disciplina LÍNGUA PORTUGUESA

Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental – Disciplina MATEMÁTICA

Professor de Sala de Recursos Multifuncionais

Ministra aulas e orienta a aprendizagem do aluno; elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência; avalia o desempenho do aluno atribuindo-lhe notas ou conceitos nos prazos fixados; cooperar com os serviços de orientação e supervisão escolar; promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade do ensino; participar de reuniões, conselhos de classe, atividades cívicas e outras; promover aulas e trabalhos de recuperação com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; seguir as diretrizes do ensino emanado do órgão superior competente e fornecer dados e apresentar relatório de suas atividades compatíveis com o cargo.

Recepcionista

O recepcionista é o profissional responsável pela recepção dos visitantes ou usuários do Órgão/Departamento/Secretaria. É de responsabilidade do recepcionista: atender o público; orientar os visitantes; prestar informações; atender telefones; transferir ligações; controlar a entrada de pessoas; efetuar e receber ligações telefônicas; controle de correspondências recebidas passando para os respectivos setores; Encaminhar os visitantes (usuários) aos departamentos solicitados; desenvolver outras atividades correlatas a função.

Secretário Escolar

Coordenar e executar as tarefas da secretaria escolar; Organizar e manter em dia o protocolo, o arquivo escolar e o registro de assentamentos dos alunos, de forma a permitir, em qualquer época, a verificação da identidade e regularidade da vida escolar do aluno e a autenticidade dos documentos escolares; Redigir e expedir toda a correspondência oficial da Unidade Escolar;

ANEXO III
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**ATENÇÃO:**

Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. Nas questões relacionadas a conhecimentos de informática, salvo expressa menção do programa e ou enunciado, as perguntas poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares existentes no mercado. As bibliografias são meramente sugestões ficando a cargo do candidato pesquisar e adquirir o material para estudo.

CARGOS ENSINO FUNDAMENTAL
PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS – COMUM A TODOS OS CARGOS**LÍNGUA PORTUGUESA.**

Sílabas e divisão silábica. Classes gramaticais: Substantivo, gênero (masculino e feminino), número (singular e plural) e grau (diminutivo e aumentativo). Classificação do substantivo (próprio, comum e coletivo). Adjetivo (número e gênero). Gêneros textuais: conto e fábula.

MATEMÁTICA

Noções de cálculos, situações-problema para uso das operações básicas. Unidades de Medidas. Cálculo de área. Figuras Geométricas. operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; grandezas e medidas; conjuntos. Medidas de tempo, porcentagem, juros simples.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – EDUCAÇÃO**

Noções básicas de conservação e manutenção. Noções básicas de higiene e limpeza. Cuidados elementares com o patrimônio. Utilização de materiais e equipamentos. Guarda e armazenagem de materiais e utensílios. Habilidades manuais no desempenho das tarefas: sequência correta das operações; uso correto de ferramentas, utensílios e equipamentos; manutenção e conservação de ferramentas, utensílios e equipamentos; Noções básicas de segurança e higiene do trabalho. Relacionamento humano no trabalho. Importância da disciplina no trabalho. Simbologia dos produtos químicos e de perigo; Noções de operação de máquinas simples para limpeza e conservação do ambiente; Noções de ética e cidadania; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Execução de atividades afins, observando-se a prática do dia a dia. Conhecimentos básicos inerentes às atividades do cargo. Conhecimentos sobre cidadania e consciência ecológica. Desenvolvimento sustentável. Cidadania e Participação Social; 3R's (Reduzir, Reutilizar, Reciclar).; Remoção de lixo e detritos, destino e seleção do lixo.; Acidente de trabalho e prevenção de acidentes de trabalho; Noções sobre primeiros socorros; Uso de equipamentos de proteção individual –EPIs; Ergonomia.

ENSINO MÉDIO COMPLETO**PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS – COMUM A TODOS OS CARGOS****LÍNGUA PORTUGUESA.**

Leitura e interpretação (objetiva e subjetiva). Polissemia e Ambiguidade. Fonologia: encontros vocálicos e encontros consonantais. Dígrafos e Dífono. Morfologia: substantivo, artigo, adjetivo, pronome, numeral, verbo, advérbio, conjunção, preposição e interjeição. Flexão das classes morfológicas. Sintaxe do período simples. Ortografia: s, ss, ç e z. Regras da nova ortografia. Gêneros textuais: crônica e poema. Figuras de Linguagem e de Pensamento.

GERAIS E ATUALIDADES

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente.

LEGISLAÇÃO: Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Dos Direitos Sociais – Da Nacionalidade –Dos Direitos Políticos – Dos Municípios – Da Administração Pública – Dos Servidores Públicos e Capítulo sobre Educação; Lei Orgânica do Município, ECA, ESTATUTO DO IDOSO.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**INSTRUTOR DE ARTES APLICADAS****INSTRUTOR DE ARTESANATO****INSTRUTOR DE CORTE E COSTURA (SCA) e (SME)****INSTRUTOR DE CROCHÊ E TRICÔ**

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica. Plano de Ensino: Noções de Técnicas e práticas de ensino; plano de curso, plano de aula. Conhecimentos inerentes ao Processo de criação. Percepção. Criatividade: conceito, originalidade e desenvolvimento, inibição, processo e produto. Percepção: o visual, o tátil. Estatuto da Criança e do Adolescente; Aspectos formais da arte/artesanato: linha, forma superfície, volume, espaço, tempo, movimento. Integração através do trabalho artesanal. Recursos materiais. Técnicas e manuseio de materiais diversos, para confecção de produtos artesanais. Confecções de peças artesanais. Orçamento e planejamento

de lista de materiais. Tipos de materiais para artesanato; artesanato regional brasileiro; Materiais recicláveis para artesanato; Materiais tóxicos, Soma e subtração de cores; Tipos de tintas para diferentes fins artesanais;

INSTRUTOR DE CULINÁRIA INSTRUTOR DE PANIFICAÇÃO

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica. Plano de Ensino: Noções de Técnicas e práticas de ensino; plano de curso, plano de aula. Conhecimentos inerentes ao Processo de criação. Percepção. Criatividade: conceito, originalidade e desenvolvimento, inibição, processo e produto. Percepção: o visual, o tátil. Psicomotricidade; Estatuto da Criança e do Adolescente; Manipulação de Alimentos: Tipos de alimentos. Importância da alimentação para a saúde. Noções de higiene, proteção e armazenamento dos alimentos e bebidas; Técnicas de preparo de alimentos e bebidas; Técnicas adequadas para congelamento e descongelamento de alimentos.

INSTRUTOR DE BARBEARIA INSTRUTOR DE CORTE DE CABELO (SCA) e (SME) INSTRUTOR DE MANICURE INSTRUTOR DE MAQUIAGEM

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica. Plano de Ensino: Noções de Técnicas e práticas de ensino; plano de curso, plano de aula. Conhecimentos inerentes ao Processo de criação. Percepção. Criatividade: conceito, originalidade e desenvolvimento, inibição, processo e produto. Percepção: o visual, o tátil. Psicomotricidade; Estatuto da Criança e do Adolescente;

INSTRUTOR DE DANÇA INSTRUTOR DE TEATRO

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica. Plano de Ensino: Noções de Técnicas e práticas de ensino; plano de curso, plano de aula. Conhecimentos inerentes ao Processo de criação. Percepção. Criatividade: conceito, originalidade e desenvolvimento, inibição, processo e produto. Percepção: o visual, o tátil. Estatuto da Criança e do Adolescente; Expressão Corporal: Dimensões filosóficas, antropológicas e sociais aplicadas à Educação e ao Lazer, as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física; a linguagem que permite exteriorizar sentimentos e emoções, expressão. Forma de exercitação corporal. Possibilidades de experiências prático-teóricas, cognitivas, sociais e afetivas, atividades lúdicas: a competição/ cooperação/ sociabilizará a reflexão /análise/ compreensão / síntese da realidade física corporal.

INSTRUTOR DE INFORMÁTICA 20H (SCA); 20H e 40h

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica. Plano de Ensino: Noções de Técnicas e práticas de ensino; plano de curso, plano de aula. Conhecimentos inerentes ao Processo de criação. Percepção. Criatividade: conceito, originalidade e desenvolvimento, inibição, processo e produto. Percepção: o visual, o tátil. Estatuto da Criança e do Adolescente; Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança

INSTRUTOR DE INGLÊS

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica. Plano de Ensino: Noções de Técnicas e práticas de ensino; plano de curso, plano de aula. Conhecimentos inerentes ao Processo de criação. Percepção. Criatividade: conceito, originalidade e desenvolvimento, inibição, processo e produto. Percepção: o visual, o tátil. Estatuto da Criança e do Adolescente; Conhecimentos Linguísticos: Tempos verbais; Verbos modais; Advérbios e conjunções; Voz ativa e Voz passiva; Discurso direto e Discurso indireto; Orações subordinadas; Pronomes; Preposições; Principais frases verbais (Phrasal Verbs); Adjetivos (Graus Comparativo/Superlativo).

INSTRUTOR DE JUDÔ

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica. Plano de Ensino: Noções de Técnicas e práticas de ensino; plano de curso, plano de aula. Conhecimentos inerentes ao Processo de criação. Percepção. Criatividade: conceito, originalidade e desenvolvimento, inibição, processo e produto. Percepção: o visual, o tátil. Estatuto da Criança e do Adolescente; Atividade Esportiva: Metodologia, Treinamento e Regras das Modalidades Esportivas; Qualidades Físicas na Educação Física e nos Desportos; Prevenção de Acidentes e Socorros de Urgência; Desenvolvimento Motor e Aprendizagem Motora; Psicologia do Esporte e do Exercício; Pedagogia do Exercício e do Esporte; Iniciação Esportiva; Treinamento Esportivo; Prescrição de Exercício; Atividade Física Adaptada; Atividade Física e Envelhecimento; Educação Física e Qualidade de Vida; Instalações, Equipamentos e Materiais Esportivos; Recreação, Jogos e Lazer;

INSTRUTOR DE CANTO**INSTRUTOR DE TECLADO****INSTRUTOR DE VIOLÃO**

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica. Plano de Ensino: Noções de Técnicas e práticas de ensino; plano de curso, plano de aula. Conhecimentos inerentes ao Processo de criação. Percepção. Criatividade: conceito, originalidade e desenvolvimento, inibição, processo e produto. Percepção: o visual, o tátil. Psicomotricidade; Estatuto da Criança e do Adolescente; Metodologia para o ensino da Educação Musical; História da música no Brasil. Influências da música africana e indígena na música nacional. Origem da música. Expressão musical aplicada a educação. Oficinas de expressão musical. Fontes sonoras. Construção de instrumentos musicais e objetos sonoros. Tipos de repertórios. Música da cultura infantil. Aspectos teóricos da música (som, partituras, timbre, voz, notas musicais).

INTÉRPRETE DE LIBRAS 20H e 40h

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica. Educação Especial: A inclusão escolar, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Métodos e processos no ensino da leitura. Definições dos tipos de deficiência; Programa Educação Inclusiva; Direito a Diversidade; Convenção da Guatemala Decreto nº 3.956/2001; Necessidades educacionais especiais temporárias e permanentes. Educação Especial: aspectos históricos e pedagógicos. Deficiências física, mental, visual, surdez, condutas típicas de síndromes e quadros neurológicos, psicológicos graves e psiquiátricos, altas habilidades/superdotação. O desenvolvimento da criança nos aspectos: Biológico, emocional, cognitivo. Flexibilizações e adaptações curriculares, para o atendimento às necessidades educacionais especiais. Língua Brasileira de Sinais (Libras)

LEITURISTA – DAE

Sistemas de água e esgoto: princípios básicos; Identificação e uso de ferramentas para hidráulica; Conhecimento da Capacidade de Hidrômetros; Identificação de problemas técnicos e mecânicos com hidrômetros; Unidades de Medida: extensão, peso, vazão, volume, pressão e nível; Identificação, seleção e leitura de instrumentos analógicos e digitais de medição de vazão, pressão e nível. Preenchimento de Formulários, cadastros, memorandos, anotações diversas. Atendimento ao Público. Ética no serviço público. Segurança no trabalho e Utilização de EPI's. Demais atividades inerentes ao cargo. Tipos de arquivos. Noções básicas de armazenamento de dados. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança.

MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica. Cuidar e Educar: Educar e cuidar; Higiene, saúde e nutrição infantil. A organização do tempo e do espaço na educação infantil; Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: Pedagogia da infância, dimensões humanas; direitos da infância; relação unidade de educação e família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Referencial Curricular Nacional Educação Infantil – RCNEI. O, Lúdico e a educação, recreação, A inclusão escolar, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, literatura infantil, tipos de textos literários. Métodos e processos no ensino da leitura. Estatuto da Criança e do Adolescente;

MONITOR DE ÁREA AZUL

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica. LEGISLAÇÃO DE TRANSITO: Competências Municipal, Estadual e Federal (legislação de trânsito). Atribuições do Município (legislação de trânsito). Normas Gerais de Circulação e Conduta. Medidas Administrativas. Lei 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) e suas resoluções regulamentadoras do Contran e Cetran/SC. Atribuições e responsabilidades do Monitor de Área Azul; Noções de Primeiros Socorros.

MONITOR DO TRANSPORTE ESCOLAR

Noções básicas sobre direção defensiva; noções básicas de como evitar acidentes no trânsito; normas gerais de circulação e conduta (capítulo III do CTB); Ética e cidadania; relacionamento interpessoal; noções básicas sobre meio ambiente; primeiros socorros; movimentação e transporte de emergência; conhecimentos básicos sobre a rotina do transporte escolar; Criança e Adolescente: direitos e proteção. Cuidados a serem tomados com a integridade física da criança. Medidas de Segurança. Noções de Higiene e bem-estar; Regras de Comunicação. Organização, responsabilidade e interação. Segurança e conforto das crianças em veículos de transporte escolar; Disciplina e vigilância das crianças; Hierarquia; Controle e movimentação das crianças; Cotidiano escolar; O brincar, o jogo e a brincadeira; A indisciplina em veículo de transporte escolar; o Bullying escolar: O que é bullying? In <http://revistaescola.abril.com.br/crianca-e-adolescente/comportamento/bullying-escola-494973.html>; cuidados básicos com crianças portadoras de deficiência e de necessidades especiais; Disciplina e vigilância dos alunos; Controle e movimentação do aluno; Observação e orientação sobre o comportamento dos alunos; noções básicas de elaboração de relatórios sobre o transporte escolar; LEI Nº 13.541, DE 7 DE MAIO DE 2009 - Proíbe o consumo de cigarros, cigarilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, na forma que especifica; Lei Federal nº 8.069/90 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - com alterações; Lei Federal 9503/97 - Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

MOTORISTA DO TRANSPORTE ESCOLAR

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica; Legislação de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503 de 23/9/1997) e legislação complementar atualizada. Conceitos, definições e diretrizes. Sistema Nacional de Trânsito: disposições gerais, composição e competências. Normas gerais de circulação e conduta. Educação para o trânsito: conceito, propostas, responsabilidade dos órgãos competentes. Sinalização: objetivos, classificação, ordem de prevalência. Operação e fiscalização de trânsito. Veículos: Classificação. Características. Segurança. Equipamentos obrigatórios. Proibições. Transporte de cargas. Identificação. Registro de veículos. Licenciamento. Habilitação: Processo de habilitação. Carteira Nacional de Habilitação. Normas. Autorização e permissão para dirigir. Categorias. Exames. Aprendizagem. Expedição. Infrações. Penalidades: Advertências. Multa. Suspensão do direito de dirigir. Apreensão do veículo. Cassação da Carteira Nacional de Habilitação. Medidas administrativas. Processo administrativo. Cursos de reciclagem. Crimes de trânsito: Disposições gerais. Tipificação. Penalidades. Direção defensiva: Definição. Cuidados gerais ao dirigir. Riscos, perigos e acidentes. Manutenção periódica e preventiva do veículo. Cinto de segurança. Condutor. Ambiente e condições adversas para dirigir. Uso de álcool, drogas e medicamentos. Mecânica básica: Noções básicas de mecânica de automóveis. Comandos principais. Carroceria, motor e transmissão. Rodas, direção, freios, suspensão e sistema elétrico. Manual de instruções do veículo. Primeiros socorros: Noções básicas de primeiros socorros. Manutenção dos sinais vitais. Procedimentos emergenciais.

RECEPCIONISTA

Qualidade no atendimento ao público interno e externo. Recepção e atendimento ao público. Elementos básicos do processo de comunicação. Pronúncia correta das palavras. Regras de conduta e procedimentos ao telefone. Conhecimentos básicos de serviços e recursos de telefonia: prefixos, discagem, transferência de ligação, programação de desvio, chamada em conferência, chamada em espera, rechamada, etc. Noções de utilização de fax e celulares. Requisitos para pessoas que lidam com público em situações de urgências: Noções de primeiros socorros, Telefones públicos de serviços e urgências. Recebimento e protocolo de documentos. Noções de uso e conservação de equipamentos de escritório. Noções Básicas de Arquivo. Normas de comportamento no ambiente de trabalho. Princípios básicos de administração pública e servidores. Regras de hierarquia no serviço público. Zelo pelo patrimônio público. Características técnicas de funcionamento e operação de equipamentos de telefonia e fac. símile. Ligações locais e a distância. Atuação do (a) telefonista: voz, interesse, calma e sigilo. Atendimento de chamadas: fraseologias adequadas. Defeitos na aparelhagem: prevenção e providências. Fluxo de informações: recepção e transmissão de mensagens telefônicas, elaboração de recados, avisos e memorandos. Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança.

SECRETÁRIO DE ESCOLA

Noções de administração; - Planejamento, - A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Conselho Escolar; Grêmio Estudantil; Avaliação da escola; Poder, autoridade e participação; Breve histórico educacional brasileiro; O Perfil Desejável dos Gestores Escolares e dos Dirigentes de Sistemas Educacionais; Plano Estratégico ou Plano de Ação; O planejamento funcional e suas limitações; Planejamento estratégico; Redação Oficial. Noções de Contratos e Processos Licitatórios. - Brasil. Manual de Redação da Presidência da República disponível em <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>. Qualidade no atendimento: Atendimento ao público interno e externo. Comunicação; Elementos da comunicação, emissor e receptor; Redação e Documentos oficiais: formas de tratamento, elaboração, organização e expedição de documentos oficiais como relatório, ofício, memorando, aviso, ata, atestado, declaração, despacho, portaria, moção, pedido de

providência, requerimento, circular e etc.; Recepção e despacho de documentos; Uso de equipamentos de escritório. Correspondência Oficial, recebimentos e envios; Técnicas de arquivos, organização, localização e manutenção; Protocolos em geral, recebimento, envio e registro; Correspondência Oficial. Conhecimento de arquivo, redação administrativa, carta comercial, requerimento, circular, memorando, ofícios, telegrama. Correio eletrônico. Conhecimento das rotinas de expedição de correspondência. Noções gerais de relações humanas. Conhecimentos gerais das rotinas administrativas. Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS – COMUM A TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA.

Leitura e interpretação escrita e visual. Semântica e figuras de linguagem. Fonologia: ditongos crescentes e decrescentes, orais e nasais; tritongo oral e nasal e hiato. Dígrafos e Dífono. Classes morfológicas. Sintaxe do período simples e composto. Regras da nova ortografia. Regência nominal e verbal. Concordância nominal e verbal. Colocação pronominal. Texto jornalístico e publicitário. Figuras de Linguagem e de Pensamento.

GERAIS E ATUALIDADES

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

LEGISLAÇÃO: Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Dos Direitos Sociais – Da Nacionalidade –Dos Direitos Políticos – Dos Municípios – Da Administração Pública – Dos Servidores Públicos e Capítulo sobre Educação; Lei Orgânica do Municipal, O Sistema Nacional de Ensino Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Parâmetros curriculares nacionais. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Teorias da aprendizagem e principais pensadores que influenciaram a educação. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Interdisciplinaridade. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. A função social da escola pública contemporânea.

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceitualização apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos- RECNEI. Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/ Escrita, Processo Ensino-Aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/ Atividades Pedagógicas, RECNEI. Educação Infantil na perspectiva histórica; O papel social e a função da educação infantil; A organização do tempo e do espaço na educação infantil; O brincar no espaço educativo; O papel do profissional da educação infantil; A documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação); Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: educar e cuidar, dimensões humanas, direitos da criança e relação creche família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Desenvolvimento Infantil.

PROFESSOR DE SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Teorias da aprendizagem e principais pensadores que influenciaram a educação. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Interdisciplinaridade. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. A função social da escola pública contemporânea.

Os diversos tipos de materiais e equipamentos eletrônicos e audiovisuais, sua manipulação, instalação e manutenção. Controle de uso dos equipamentos, fichas e relatórios. Materiais gráficos para exposição direta ou como matrizes de materiais projetáveis: cartazes, álbuns seriados, ilustração nos livros didáticos Elementos básicos de comunicação visual: aspectos técnicos e estéticos (composição, cores, textura, legendas, títulos e recursos simbólicos) . Materiais e instrumentos para a produção de transparências para retroprojetores, , diapositivos, fotografias, e as respectivas matrizes. Dimensões, proporções, formato, dimensões e proporções de matrizes gráficas para produção de slides. Habilidades indispensáveis a manipulação de instrumentos e equipamentos de produção de matrizes, slides e transparências. A imagem, o som e o texto. Princípios básicos de roteirização e gravação para audiovisuais montados (slides, DVD, vídeo). Habilidades necessárias a operação de instrumentos de apresentação de audiovisuais (projetores, gravadores de som, etc.) . Computador e suas diversas utilidades como audiovisual: montador de matrizes, exibidor de slides, CD, DVD e programas educativos. Vídeo: tecnologia digital de vídeo, armazenamento e princípios de compressão; edição digital de vídeos; utilizando vídeo na multimídia. Informática Básica. Redes de computadores, Internet, Conceitos básicos (Fundamentos, software, hardware, memórias); Sistemas operacionais Windows (manipulação de arquivos, configurações básicas); Linux conceitos básicos; Microsoft Office(Word, Excel, PowerPoint, Access); Conhecimentos básicos de internet (browser, e-mail, www, ftp, chat), Backup, Antivírus, Compactadores e descompactadores. Execução de atividades afins, observando se a pratica do dia a dia. PCNs.

PROFESSOR ARTES

Teorias da aprendizagem e principais pensadores que influenciaram a educação. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Interdisciplinaridade. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. A função social da escola pública contemporânea.

Didática e prática de ensino de Artes: Parâmetros curriculares nacionais (1ª a 4ª série) e (5ª a 8ª série), Habilidades e competências no ensino de Artes; Conteúdos atitudinais, procedimentais e conceituais em Artes; Proposta curricular de Arte do município e do Estado; As ações do professor e dos alunos; Arte e os Temas Transversais; A história da Arte: características dos movimentos e períodos. Movimentos da Arte e suas produções artísticas. A percepção de qualidades estéticas. O ensino da arte no currículo: legislação e prática. Trabalho por projetos. Folclore: catarinense e nacional. Diversidade cultural no ensino de artes. Arte no ensino fundamental: Objetivos gerais do ensino de Arte; O ensino de Arte no currículo escolar: legislação e prática; Conteúdos de Arte no ensino fundamental; Critérios de avaliação de aprendizagem em Arte. As linguagens artísticas: artes visuais, dança, música e teatro. Artes Visuais: objetivos gerais de aprendizagens, conteúdos e critérios de avaliação de aprendizagem e principais artistas expoentes. Dança: objetivos gerais de aprendizagens, conteúdos e critérios de avaliação de aprendizagem e principais artistas expoentes. Dimensões histórico-sociais da dança e seus aspectos estéticos. Fundamentos da Dança. Música: objetivos gerais de aprendizagens, conteúdos e critérios de avaliação de aprendizagem e principais artistas expoentes. Fundamentos musicais. Educação musical, instrumentos musicais. Estilos musicais nacionais e internacionais. Teatro: objetivos gerais de aprendizagens, conteúdos e critérios de avaliação de aprendizagem e principais artistas expoentes. Fundamentos do Teatro. História do Teatro. Estilos e gêneros teatrais. Modalidades do espaço cênico. Elementos estruturais da linguagem teatral. Metodologia Triangular. PCNs de ARTES.

PROFESSOR CIÊNCIAS

Teorias da aprendizagem e principais pensadores que influenciaram a educação. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Interdisciplinaridade. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. A função social da escola pública contemporânea. Didática e prática de ensino de Ciências: Parâmetros curriculares nacionais (1ª a 4ª série) e (5ª a 8ª série), Habilidades e competências no ensino de Ciências; Conteúdos atitudinais, procedimentais e conceituais em Ciências; Proposta curricular de Ciências do município e do Estado; o processo avaliativo no ensino de Ciências; as ações do professor e dos alunos; Ciências e os Temas Transversais; Corpo humano: organização e sistemas. Seres microscópios: bactérias, fungos, protozoários, vírus;; Relações alimentares entre os seres vivos: cadeia alimentar, hábitos alimentares dos animais, produtores, consumidores, decompositores, desequilíbrio nas relações alimentares. Questões ambientais: Relação homem –meio ambiente poluição da água, solo, ar, chuva ácida, efeito estufa, queimadas, desmatamento, mineração. Saneamento: tratamento de água. Resíduos sólidos: resíduos, reciclagem, rejeito, reaproveitamento, tipos de resíduos, limpeza pública, coleta de resíduos, aterro sanitário. A estrutura da Terra: Estrutura interna da Terra, crosta terrestre, manto, núcleo, placas tectônicas, terremotos, vulcões. Movimentos da Terra: movimento aparente do Sol, movimentação de rotação, movimento de transição, formação das estações do ano. Energia elétrica: geradores, pilhas e baterias, usinas elétricas, hidrelétricas, eólicas, termelétricas, usinas solares, termoneuclares, condução de energia elétrica, circuito elétrico. Magnetismo: ímãs, imantação, pólo norte/sul, campo magnético, eletromagnetismo. Seres vivos: características gerais, sistemática, classificação biológica e nomenclatura. Noções de evolução. Ecologia. Doenças tropicais. Noções de genética. Fisiologia e anatomia do corpo humano. Sexualidade: Educação sexual e seu desenvolvimento para a produção da vida. Astronomia. Propriedades da matéria: estados físicos, massa, volume, peso, densidade, empuxo. Energia. Elementos químicos a tabela periódica. Fundamentos teóricos da Química: conceitos. Leis e cálculos. Relações. Princípios básicos. Interações e transformações químicas. Fundamentos teóricos da Física: conceitos. Leis e cálculos. Relações. Princípios básicos. PCNs de ciências.

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA

Teorias da aprendizagem e principais pensadores que influenciaram a educação. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Interdisciplinaridade. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. A função social da escola pública contemporânea. Metodologia e Regras das Modalidades Esportivas; História da Educação Física; Educação Física Escolar; Estrutura e Funcionamento da Educação Básica; Educação Física na Educação Infantil e Ensino Fundamental; Didática Geral e da Educação Física; Metodologia para o ensino da Educação Física; Fundamentos da Educação; Filosofia e Sociologia da Educação Física; Educação Física Escolar e Cidadania; Atividades Rítmicas na Escola; Organização e Administração de Eventos Escolares; Educação para Saúde; Biologia do Esporte; Anatomia Humana; Fisiologia Humana; Fisiologia do Exercício; Biomecânica; Qualidades Físicas na Educação Física; Prevenção de Acidentes e Socorros de Urgência; Cineantropometria; Desenvolvimento Motor e Aprendizagem Motora; Psicologia do Desenvolvimento e do Esporte; Pedagogia do Exercício e do Esporte; Fundamentos da Ginástica e da Musculação; Iniciação Esportiva; Esporte e Jogos na Escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; Educação Física Adaptada; Recreação, Jogos e Lazer; Educação Física Escolar e Qualidade de Vida; Planejamento Curricular; Administração Escolar; Políticas Públicas em Educação Física; Ética e Deontologia da Educação Física; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Física; Legislação Esportiva e Profissional; Atualidades e Tópicos Especiais em Educação Física. PCNs de Educação Física.

PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO

Teorias da aprendizagem e principais pensadores que influenciaram a educação. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Interdisciplinaridade. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. A função social da escola pública contemporânea. O ensino religioso no Brasil: processo histórico e perspectivas. O Ser Humano e o Fenômeno Religioso: fundamentos históricos, filosóficos, psicológicos e sociológicos das tradições religiosas; as tradições religiosas como elementos indissociáveis das culturas; religiões afro-brasileiras; o símbolo e o sagrado; o mito e o rito; os textos sagrados; a descrição das representações dos transcendentais nas tradições religiosas; síntese da história do budismo, cristianismo, hinduísmo, islamismo e judaísmo. Pluralidade Religiosa; - Tipos de Religião; - Práxis Religiosa; - História da Igreja no Brasil; - Escatologia; - Mitologia; - Símbolos e Rituais Religiosos; - Ética e Moral; - Evolução religiosa. PCNs.

PROFESSOR GEOGRAFIA

Teorias da aprendizagem e principais pensadores que influenciaram a educação. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Interdisciplinaridade. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. A função social da escola pública contemporânea. Teorias da educação e seus teóricos expõe História do pensamento geográfico: As correntes da produção científica na produção geográfica; As correntes do pensamento na produção geográfica brasileira; Geografia escolar e geografia acadêmica. Didática e prática de ensino de Geografia: Parâmetros curriculares nacionais

(1ª a 4ª série) e (5ª a 8ª série), Habilidades e competências no ensino de Geografia; Conteúdos atitudinais, procedimentais e conceituais em Geografia; Proposta curricular de Ciências do município e do Estado; o processo avaliativo no ensino de Ciências; as ações do professor e dos alunos; Geografia e os Temas Transversais; Geografia do Brasil: aspectos físicos, ambientais, político-econômicos, socioculturais. Divisões regionais e suas características. Geografia Geral (grandes blocos: Américas, África, Ásia, Europa e Oceania): aspectos físicos, climáticos, relevo, vegetação, hidrografia, econômicos, populacionais. Demografia: Dinâmica populacional no Brasil e no mundo. Dinâmicas e sistemas. Questões ambientais: Ecossistemas brasileiros. Tipos de Energia. Fenômenos naturais. Efeito Estufa. El niño/La niña. Camada de Ozônio. Chuva Ácida. A organização e a representação do espaço: A organização do espaço geográfico no capitalismo e no socialismo, a nova ordem mundial e a globalização. Organizações supranacionais. Espaço rural/urbano. Aspectos geopolíticos e econômicos da atualidade. Transportes. Geografia física: noções gerais de dinâmicas e sistemas climatológicos biogeográficos e geomorfológicos. PCNs de geografia.

PROFESSOR HISTÓRIA

Teorias da aprendizagem e principais pensadores que influenciaram a educação. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Interdisciplinaridade. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. A função social da escola pública contemporânea.

Grécia e Roma Antiga. As Civilizações do Antigo Oriente: Hebreus, Fenícios e Persas. As Civilizações Mesopotâmicas: Sumérios, Acádios, Assírios, Amorritas e Caldeus. Escravismo na Antiguidade. O feudalismo. A Expansão Marítimo-comercial. Colonização europeia na América. Brasil e o Sistema Colonial. O escravismo no Brasil. O Fim do Antigo Sistema Colonial na América espanhola e portuguesa. As revoluções americanas e francesa. A Revolução Industrial. O Imperialismo e o neocolonialismo. A Primeira Guerra Mundial. A crise de 1929. As Revoluções Socialistas na URSS, África e América Latina. Nazismo e Fascismo. A Segunda Guerra Mundial. O populismo na América Latina. A Guerra Fria. A descolonização da Ásia e da África. A globalização e o neoliberalismo. BRASIL: Períodos Pré-Colonizador, Colonial, Imperial, República Velha, A Era Vargas, República Democrática (1946 a 1964), O Regime Militar (1964 a 1985) e a Redemocratização (A República de 1985 aos dias atuais). Os regimes militares na América Latina. Os Blocos e/ou Acordos Econômicos no Mundo. Atualidades: Econômicas, Sociais, Políticas, Culturais e Religiosas. PCNs de história.

PROFESSOR INGLÊS

Teorias da aprendizagem e principais pensadores que influenciaram a educação. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Interdisciplinaridade. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. A função social da escola pública contemporânea.

Conhecimentos Teóricos e Metodológicos: (1) Modelos de Leitura ascendente, descendente e interativo (Bottom-up/Top-down/Interactive); (2) Teoria Sociocultural de Vygotsky; (3) Teoria Cognitivista de Piaget; (4) Teoria de Aquisição de Segunda Língua segundo Stephen Krashen (Monitor Theory); (5) Teoria da Gramática Gerativa/Universal de Noam Chomsky; (6) Metodologias de Ensino de Língua Estrangeira (Metodologia de Tradução e Gramática/Metodologia Audiolingual/Metodologia Comunicativa); (8) Técnicas de leitura (Skimming/Scanning). Conhecimentos Linguísticos: (1) Tempos verbais; (2) Verbos modais; (3) Advérbios e conjunções; (4) Voz ativa e Voz passiva; (5) Discurso direto e Discurso indireto; (6) Orações subordinadas; (7) Pronomes; (8) Preposições; (9) Principais frases verbais (Phrasal Verbs); (10) Adjetivos (Graus Comparativo/Superlativo). PCNs.

PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

Teorias da aprendizagem e principais pensadores que influenciaram a educação. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Interdisciplinaridade. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. A função social da escola pública contemporânea.

Aprendizagem da língua materna: estrutura, uso e funções. Ensino e aprendizagem da gramática normativa. Linguagem: uso, funções, análise. Língua falada e escrita. Variações linguísticas. O texto: tipologia textual. Intertextualidade. Coesão e coerência textuais. O texto e a prática de análise linguística. Leitura e produção de textos. Literatura brasileira. Fonologia. Estrutura e formação das palavras. Morfologia e Morfossintaxe. Sintaxe. Semântica. Acentuação gráfica. Crase. Concordância Nominal e Verbal. Regência Nominal e Verbal. Pontuação. Tipologia textual. Gênero textual. Interpretação e compreensão de texto. Ortografia. Coexistência das regras ortográficas atuais - em vigor desde janeiro de 2009 - com as antigas. Funções da Linguagem. PCNs de Língua Portuguesa.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Teorias da aprendizagem e principais pensadores que influenciaram a educação. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Interdisciplinaridade. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. A função social da escola pública contemporânea. Aprender e ensinar Matemática no ensino fundamental; O professor e o saber matemático; Aluno e o saber matemático; As relações professor-aluno e aluno-aluno; A resolução de problemas e o ensino-aprendizagem de Matemática; Avaliação em Matemática; Jogos nas aulas de Matemática; O papel do lúdico no ensino da Matemática. Número e suas operações (Número, álgebra, geometria, medidas e estatística); - Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; - Regra de Três e proporções; - Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; - Equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. - Estudo de Funções: 1º e 2º Graus, logarítmica, exponencial, trigonométricas; - Geometria Plana e espacial. Seqüências e progressões; - Matrizes e Determinantes; - Sistemas Lineares. - Análise Combinatória; - Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções; - Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer; - Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas; - Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância; - Polinômios e Equações Algébricas; e Noções de limites, derivadas e integral. e conhecimentos específicos comuns a todos os cargos. PCNs de matemática.

PROFESSOR SÉRIES INICIAIS

Teorias da aprendizagem e principais pensadores que influenciaram a educação. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Interdisciplinaridade. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. A função social da escola pública contemporânea. Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceitualização apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos- Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Processo Ensino-Aprendizagem:

avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, O brincar no espaço educativo; O papel do profissional da educação; A documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação); Princípios que fundamentam a prática na educação, dimensões humanas, direitos da criança e relação creche família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Desenvolvimento Infantil. Alfabetização e Letramento. PCNs

ANEXO IV**REQUERIMENTO**

Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Processo Seletivo 001/2017 da Prefeitura Municipal de NAVEGANTES, inscrição número _____, para o cargo de _____ requer a Vossa Senhoria:

1 – () Vaga para portadores de Deficiência

Deficiência: _____

CID nº: _____

Nome do Médico: _____

2) Condição Especial para realização da prova:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte

Fonte nº _____ / Letra _____

c) () Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação.

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

a) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do Requerente

ANEXO V**REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO**

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no cargo de _____ – Inscrição n.º _____ do Processo Seletivo 001/2017 (Administração Geral) da Prefeitura Municipal de Navegantes - SC residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me enquadro nas condições de:

[] Doador de Sangue (apresentar comprovante das doações.)

[] Possuir Baixa renda, nos termos dos Decretos do Governo Federal nºs 6.135/2007 e 6.593/2008.

Meu Número de Identificação Social – NIS é: _____, atribuído pelo CadÚnico do Governo Federal.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2017.

(local e data)

Assinatura do Requerente

ANEXO VI

REQUERIMENTO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Tipo de Recurso:

- ☐ 1 – Contra indeferimento de inscrição
☐ 2 - Contra questão da prova ou gabarito preliminar
☐ 3 – Contra a classificação preliminar
☐ 4 – Outro: _____

Nome do Candidato:

N.º de Inscrição:

Cargo:

Identidade:

CPF:

N.º da Questão:

Data:

OBS.: Nos recursos contra o teor das questões ou gabarito preliminar, você deve preencher obrigatoriamente um formulário para cada questão.

Fundamentação e Referência Bibliográfica:

Assinatura do Candidato

Só serão analisados os recursos entregues ao IOBV até às 18 horas do segundo dia útil subsequente à publicação do ato contra o qual se insurge o candidato.

EDITAL Nº 002/2017 DE PROCESSO SELETIVO – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA (REPUBLICADO CONFORME ATO 001 – RETIFICAÇÃO 001)

EDITAL Nº 002/2017 DE PROCESSO SELETIVO – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
 (Republicado conforme Ato 001 – Retificação 001)

Abre inscrições e define normas para o Processo Seletivo, destinado a provimento de vagas temporárias e formação de cadastro de reserva do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Cultura do Município de Navegantes, Santa Catarina e dá outras providências.

O Senhor Emílio Vieira, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público a realização de Processo Seletivo para provimento de vagas temporárias e formação de cadastro de reserva do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Cultura do Município de Navegantes, que será regido pela legislação em vigor e pelas normas estabelecidas no presente edital.

1. DA DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo será executado sob a responsabilidade do Instituto o Barriga Verde-IOBV, localizado na Avenida Luiz Bertoli, 233, centro, município de Taió – CEP 89.190-000, Estado de Santa Catarina, tel./fax (47) 3562-1598, endereço eletrônico: <http://iobv.org.br/>; e-mail: concursos@iobv.org.br.

1.2. A fiscalização e supervisão do Processo Seletivo está a cargo da Comissão Municipal de Processo Seletivo, nomeada através de Portaria Municipal.

1.3. A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

Evento	Data Prevista
Inscrições exclusivamente pela internet (on-line) no período de:	Das 12h do dia 03/01/17 a 01/02/17
Atendimento presencial no período de:	03/01/17 a 01/02/17 até às 11 horas
Período para solicitar isenção de pagamento da taxa de inscrição	03/01/17 a 17/01/17
Divulgação da lista de isentos de pagamento da taxa de inscrição	24/01/17
Pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos prazo final dia:	03/02/17

Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por Sedex/AR do requerimento.	04/01/17 01/02/2017
Homologação das Inscrições e divulgação das inscrições indeferidas de todos os candidatos.	06/02/2017
Recursos contra indeferimento das inscrições	06 e 07/02/17
Divulgação dos Locais e Horários de Prova	07/02/17
PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS	12/02/17
Gabarito Preliminar divulgação no site Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	12/02/17
Recursos contra questões e gabarito preliminar das 12h de 25/01 às 18 h de 26/01 de 13/02 às 18h de 14/02	13 e 14/02/17
Gabarito Definitivo da prova objetiva divulgação no site do Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	20/02/17
Classificação Preliminar dos cargos com prova escrita	21/02/17
Recursos contra a classificação preliminar dos cargos com prova escrita e títulos	21 e 22/02/17
Classificação Final	24/02/17
Homologação do resultado final	Após 24/02/17

1.4. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, de intempéries e por decisão da Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo e da Comissão do Instituto o Barriga Verde, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

1.5. O Edital do Processo Seletivo, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações e todos os demais atos do Processo Seletivo, serão publicados no site oficial do Processo Seletivo na Internet: www.iobv.org.br.

1.6. O Edital do Processo Seletivo também será publicado no site da Prefeitura Municipal de Navegantes na Internet: <http://www.navegantes.sc.gov.br/> e no diário oficial dos municípios de Santa Catarina - DOM: <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, bem como afixado na sede da Prefeitura Municipal; sede da Câmara de Vereadores; e ainda, publicado na forma de extrato, em jornal de circulação local e regional.

1.7. A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá a necessidade da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

1.8. O prazo de validade do Processo Seletivo é de 2 (dois) anos, contados da publicação do ato de homologação do resultado final do presente edital, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Poder Executivo.

1.9. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações, relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivesse transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

1.10. Os documentos e requerimentos exigidos, salvo expressa determinação das normas do Edital, poderão ser entregues, pessoalmente pelo candidato ou por procurador devidamente habilitado, na Sede do IOBV no endereço constante do item 1.12.

1.11. Os documentos também poderão ser enviados via postal com AR (Aviso de Recebimento), salvo expressa vedação do Edital, através do serviço de entrega expressa de documentos (SEDEX) para serem entregues ao IOBV, no endereço abaixo, após a data e horário determinados, mesmo que postados anteriormente, valendo para fins de direito a data registrada de entrega da correspondência.

1.11 "Os documentos também poderão ser enviados via postal com AR (Aviso de Recebimento), através do serviço de entrega expressa de documentos (SEDEX) para no endereço abaixo, até a data e horário determinados no cronograma do edital, valendo para fins de direito a data de postagem da correspondência."

Endereço para remessa via posta de documentos:

IOBV – PROCESSO SELETIVO DE NAVEGANTES

Avenida Luiz Bertoli, número 233 – Centro

89.190-000 – Taió - SC

1.12. Não são admitidas, após o término das inscrições, a complementação, a inclusão ou a substituição dos documentos entregues.

1.13. Os documentos apresentados através de cópias, estas devem ser autenticadas em cartório ou por fé pública.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

2.1. São requisitos básicos para investidura nos cargos a que se refere o presente Processo Seletivo :

- A nacionalidade brasileira ou naturalizado;
- O gozo dos direitos políticos;
- A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- A idade mínima de dezoito anos;
- Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função, de acordo com prévia inspeção médica oficial realizada na forma do art. 269 da Lei Complementar nº 020/08;
- Idoneidade moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;
- Inexistência da incompatibilidade para o exercício de cargo público municipal;
- Ter sido aprovado no Processo Seletivo, na forma estabelecida neste Edital;
- Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei.

2.2. A comprovação da escolaridade e o preenchimento dos demais requisitos legais indispensáveis à contratação na função pública será exigida unicamente no ato da contratação para a função pública. A não apresentação, naquela ocasião, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo Seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.

2.3. A aprovação e classificação no presente Processo Seletivo não criam direito à admissão que será realizada na medida das necessidades de Prefeitura do município de Navegantes e disponibilidades orçamentárias.

3. DOS CARGOS, EXIGÊNCIAS DE ESCOLARIDADE, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTOS.

3.1. O Processo Seletivo destina-se ao provimento das vagas descritas na forma deste edital e para a formação de cadastro reserva de aprovados para novas vagas que forem criadas dentro do prazo de validade deste Processo Seletivo .

3.2. Os cargos/especialidade, a carga horária semanal, o número de vagas, a remuneração mensal, e as exigências específicas a cada cargo, objeto deste Processo Seletivo, encontram-se descritos no Anexo I e II deste edital.

3.3. A escolaridade e requisitos exigidos, conforme anexo I e legislação em vigor, deverão ser comprovados no ato da admissão após a convocação.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. A participação no Processo Seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste edital.

4.2. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo .

3.1. A inscrição somente será efetuada via Internet, no endereço eletrônico www.iobv.org.br, no período estabelecido no cronograma de atividades item I deste edital.

3.2. Para os candidatos que não possuem acesso à rede mundial de computadores (internet), haverá atendimento presencial do Instituto o Barriga Verde em sala cedida pela Prefeitura Municipal de Navegantes, localizada à Rua João Emilio, nº 100, com atendimento das 8h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, nas datas conforme cronograma.

3.3. O candidato poderá participar deste edital com apenas uma inscrição, verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente devidamente paga.

3.4. Para efetivar a sua inscrição pela internet, o candidato deverá seguir os seguintes passos:

a) Acessar o endereço eletrônico www.iobv.org.br em "Concursos e seletivos", "inscrições abertas", selecionar o município de Navegantes Edital 001/2017;

b) Baixar e Ler atentamente o edital completo, inteirando-se das condições do certame e certificando-se de que preenche todas as condições exigidas.

c) Cadastrar-se no portal www.iobv.org.br, criando uma senha de acesso para a área do candidato (guarde bem essa senha pois será útil em todos os acessos futuros)

d) Preencher o Requerimento de Inscrição, conferindo os dados informados e enviá-lo pela internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;

e) Imprimir e efetivar o pagamento do boleto bancário, referente à taxa de inscrição, Imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição, preferencialmente nas Lotéricas e Agências da Caixa Econômica Federal, até o dia do vencimento estabelecido no boleto.

f) Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

3.5. O IOBV e a Prefeitura de Navegantes eximem-se de qualquer responsabilidade pela eventual indisponibilidade ou falha dos equipamentos ou acesso à INTERNET.

3.6. O atendimento presencial acha-se condicionado à disponibilidade de equipamentos e pessoal e, em determinados momentos, poderá haver filas.

3.7. No último dia de inscrição só serão atendidos os candidatos que chegarem no local do posto de atendimento até as 11 horas, ocasião em que serão distribuídas senhas. Após esse horário o posto será fechado dando sequência apenas ao atendimento das pessoas com senhas.

3.8. É de responsabilidade do candidato manter atualizados os endereços, e-mails e números de telefones informados. Eventual mudança de endereço, até a data de publicação do resultado final do Processo Seletivo, deverá ser atualizado no cadastro on line do candidato, através da sua área restrita, e deverá ser comunicado ao IOBV por correspondência eletrônica (e-mail) enviada para: concursos@iobv.org.br. Após a data de publicação do resultado do Processo Seletivo, deverão ser comunicadas diretamente à Prefeitura de Navegantes.

3.9. O valor da taxa de inscrição é de:

a) Para cargos com exigência de curso de ensino médio: R\$ 40,00 (quarenta reais);

3.10. O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser realizado mediante a utilização do boleto de pagamento disponível no endereço eletrônico www.iobv.org.br, impresso com o respectivo código de barras, até a data de vencimento constante no mesmo.

3.11. O IOBV não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, através de vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo o candidato conferir o código de barras e se o boleto é da Caixa Econômica Federal cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco ou seja 104.

3.12. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

3.13. Não serão aceitos pagamentos feitos por qualquer outra forma ou meio, nem mesmo pagamentos efetuados após data de vencimento do boleto, conforme data final constante do cronograma do edital.

3.14. No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

3.15. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

3.16. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

3.17. A inscrição só será aceita quando o estabelecimento bancário onde foi feito o recolhimento da taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento, sendo canceladas as inscrições cuja taxa de inscrição tiver sido paga com cheque sem cobertura ou com qualquer outra irregularidade.

3.18. Após o pagamento do boleto bancário, em até cinco dias o candidato poderá conferir, no site do Processo Seletivo, na área do candidato, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.

- 3.19. É vedada a inscrição condicional, extemporânea ou por qualquer outra via não determinada neste edital.
- 3.20. O IOBV não se responsabilizará por solicitações de inscrição não efetivadas por falhas e ou congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados ou impressão dos documentos solicitados.
- 3.21. Como todo o procedimento é realizado por via eletrônica, o candidato NÃO deve remeter ao IOBV cópia de sua documentação. As informações prestadas no preenchimento do Requerimento de Inscrição, são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida, sob as penas da lei.
- 3.22. Será nula a inscrição de candidato que, por qualquer meio, faça uso de informação ou documento falso ou oculte informação ou fato a ela relevante, sem prejuízo das sanções judiciais cabíveis.
- 3.23. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.
- 3.24. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Processo Seletivo.
- 3.25. As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.iobv.org.br e www.navegantes.sc.gov.br.
- 3.26. As inscrições que preencherem todas as condições destes edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente. O ato de homologação será divulgado no site do Processo Seletivo no endereço www.iobv.org.br, na data constante do cronograma deste edital. No mesmo local e horário será publicada a relação das inscrições indeferidas.

4. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

4.1. São isentos da taxa de inscrição no Concurso Público:

- a) Os candidatos doadores de Sangue (Lei Estadual nº 10.567/1997 e Lei Municipal 2.233/2009)
- b) Os candidatos que estiverem inscritos no Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal – CADÚnico e forem membros de família de baixa renda (com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos).

4.2. Para usufruírem do benefício da isenção da taxa de inscrição os candidatos deverão, após realizar sua inscrição, protocolar na sede do IOBV, ou enviar via postal (sedex/ar), nos termos e endereço dos itens 1.11 e 1.2 deste edital, até a data constante do cronograma do item 1, os seguintes documentos:

a) Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por estarem inscritos no CADÚnico: Requerimento de isenção da taxa de inscrição (Anexo V do edital)

b) Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por serem doadores de sangue (Lei Estadual 10.567/1997 e Lei Municipal 2.233/2009):

- Requerimento de isenção da taxa de inscrição (Anexo V);
 - Documento expedido pela entidade coletora (original ou cópia autenticada), que deverá ser juntado no ato de inscrição. O documento deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais. A comprovação deverá ser efetuada mediante documento específico firmado por entidade coletora oficial ou credenciada, que deverá relacionar minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo interessado, declarando que o mesmo enquadra-se como beneficiário da Lei Estadual 10.567/1997.
- 4.3. Só serão examinados os pedidos de isenção enviados via postal que forem entregues ao IOBV até a data determinada no Edital para recebimento dos Pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega da correspondência.

4.4. No caso de pedido de isenção por estar inscrito no CADÚnico, o IOBV consultará o MDS para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato. Declarações falsas estarão sujeitas às sanções previstas em lei.

4.5. O candidato que tiver seu pedido de isenção de pagamento deferido terá sua inscrição validada, não devendo pagar o boleto da taxa de inscrição.

4.6. Sendo indeferido o pedido de isenção, restará ao candidato pagamento da inscrição até o último dia de inscrições.

4.7. Não haverá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição

4.8. O candidato que efetivar mais de uma inscrição com pedido de isenção de pagamento, para o mesmo cargo, terá analisada e confirmada apenas a última inscrição, sendo as demais canceladas.

4.9. Os despachos aos pedidos de isenção da taxa de inscrição serão publicados na data constante do cronograma deste edital.

5. DAS VAGAS RESERVADAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

5.1. Ao candidato com deficiência é assegurado o direito de inscrever-se neste Processo Seletivo, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadores, sendo a elas reservadas 5 % (cinco por cento) das vagas oferecidas para cada um dos cargos/disciplinas.

5.2. No caso deste edital, a aplicação do percentual de 5% não resulta a oferta imediata de vagas para os cargos, neste caso, o primeiro candidato com deficiência classificado no Processo Seletivo será nomeado para ocupar a 10ª (décima) vaga que vier a surgir para o cargo que concorreu, enquanto os demais serão nomeados a cada intervalo de 20 (vinte) cargos providos.

5.3. Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados e classificados.

5.4. Serão consideradas deficiências somente àquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no art. 4º do Decreto Federal n. 3.298/99 e suas alterações.

5.5. Os candidatos com deficiência, que desejarem concorrer às vagas a eles reservadas, deverão assinalar a sua condição no Requerimento de Inscrição. (inscrição on line), protocolar pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, na Sede do IOBV, ou enviar pelo correio, via sedex/ar, no endereço do item 1.12 deste edital, até o último dia de inscrições, os seguintes documentos:

a) Requerimento de vaga para deficiente e/ou condição especial de realização da prova (anexo IV);

b) Cópia do comprovante de inscrição;

c) Laudo médico original ou cópia autenticada em cartório, emitida nos últimos 12 (doze) meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação internacional de Doenças – CID, bem como provável causa da deficiência, acompanhado de cópia do requerimento de inscrição e anexo IV do edital. Não sendo aceitos laudos de exames ou qualquer outro documento em substituição ao exigido.

5.6. Os documentos enviados pelo correio, unicamente para o endereço do IOBV, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no Edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega da correspondência.

5.7. O candidato com deficiência participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao

conteúdo das provas, critérios de aprovação, data, horário de início, local de aplicação e nota mínima exigida.

5.8. Os candidatos com deficiência regularmente inscritos submeter-se-ão, quando convocados à avaliação de equipe multiprofissional que terá a decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não e o grau de deficiência, capacitante ou não para o exercício do cargo.

5.9. Os candidatos que se declararam no ato de inscrição como deficiência e que não atenderem plenamente a todas as exigências disposta no presente edital, terão suas inscrições para as vagas reservadas indeferidas, passando a figurar unicamente na classificação geral dos candidatos.

5.10. O candidato com deficiência que necessitar de condição especial (local de fácil acessibilidade, tempo adicional, uso de aparelhos de audição, leitor (não haverá prova em braille), prova com fonte ampliada e etc.), para a realização das provas deverá protocolar requerimento (anexo IV) desta solicitação, até data constante no cronograma, nos endereços conforme item 1.12, anexando ao requerimento laudo médico por especialista da área de sua deficiência, comprovando essa necessidade.

5.11. As solicitações de condições especiais serão atendidas respeitadas a legalidade e a razoabilidade. No caso de uso de equipamentos especiais, estes deverão ser obtidos pelo candidato e apresentados antecipadamente ao fiscal de sala e ou coordenador local do IOBV.

5.12. Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência que forem aprovados, serão convocados por edital conforme a classificação da homologação do resultado final, através do site da prefeitura municipal de Navegantes, para avaliação da sua condição de deficiente pela Perícia Médica Oficial do Município e se a deficiência é capacitante ou não para o exercício do cargo.

5.13. Será excluído do Processo Seletivo o candidato aprovado para uma das vagas aos portadores de deficiência que:

a) Não comparecer, chegar atrasado ou não apresentar a documentação e ou exames solicitados para a avaliação da Perícia Médica Oficial do Município.

b) Cujas deficiência informada no requerimento de Inscrição não seja constatada pela Perícia Médica Oficial do Município ou não seja compatível com o exercício do cargo.

c) Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

5.14. Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.

6. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

6.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas pelo IOBV. O ato de homologação será publicado no endereço eletrônico www.iobv.org.br, na data constante do cronograma deste edital.

6.2. A relação das inscrições não homologadas devido ao indeferimento pelo IOBV, serão divulgadas no endereço do Processo Seletivo na internet www.iobv.org.br.

6.3. Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexatidão relativas a grafia do seu nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.

6.4. Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações.

6.5. Após prazo recursal as inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente na data constante do cronograma deste edital.

7. OUTROS REQUERIMENTOS

7.1. Candidata lactante

7.1.1. A candidata que desejar amamentar durante a aplicação da prova deverá:

a) Indicar esta condição especial para realizar a prova no Requerimento de Inscrição;

b) Chegar ao local da prova com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior que ficará responsável pela guarda da criança.

7.1.2. O menor e o responsável ficarão em sala especial reservada. Nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza à sala reservada. O tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

7.2. Benefícios da Lei 11.689/2008

7.2.1. Os candidatos que pretenderem, em caso de empate na classificação final, o benefício da Lei 11.689/2008, deverão entregar ou enviar no endereço do IOBV (item 1.12), até o último dia de inscrições, cópia autenticada da certidão e ou declaração e ou atestado ou outros documentos públicos (original ou cópia autenticada em cartório) emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, os termos do art. 440 do CPP, a partir de 10 de agosto de 2008.

7.2.2. Os documentos enviados pelo correio, unicamente para o endereço do IOBV, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro posta de entrega da correspondência.

8. DAS FASES DO PROCESSO SELETIVO

8.1. O Processo Seletivo, a que se refere o presente edital, compreenderá o exame de habilidades e de conhecimentos aferidos em uma única fase através de uma prova escrita objetiva.

8.2.

10. DA PROVA ESCRITA

10.1. A prova escrita objetiva será aplicada na data constante do cronograma deste edital na cidade de Navegantes-SC, em locais de provas serão divulgados conforme data constante do cronograma, no endereço eletrônico do Processo Seletivo : www.iobv.org.br.

10.2. O IOBV poderá, não havendo na cidade de Navegantes locais suficientes ou adequados para a alocação de todos os candidatos, realizar provas em cidades vizinhas à cidade de Navegantes.

10.3. A prova escrita objetiva constará da avaliação de conhecimentos teóricos e práticos dos candidatos mediante a aplicação de questões objetivas, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas, dos quais uma única será correta.

10.4. A prova escrita com questões objetivas será avaliada na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), expressas com 2 (duas) casas decimais.

10.5. As áreas de conhecimento exigidas, o número de questões e o valor que será atribuído a cada uma, estão dispostos por escolaridade exigida para o cargo, conforme quadro abaixo:

Cargos com Escolaridade: Ensino Médio Completo (2 horas de prova)

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor da questão	Total Nota por Disciplina
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	0,20	3,00
	Gerais e atualidades	5		
	Legislação	5		
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos técnicos profissionais	10	0,70	7,00
	Total	25		10,00

10.6. Os programas das provas encontram-se publicados no anexo III do presente Edital.

10.7. Para prestar a prova escrita objetiva o candidato receberá um caderno de questões e um cartão-resposta, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta e pela transcrição correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.

10.8. A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e ou no cartão resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do Processo Seletivo enviará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. O tempo gasto para a substituição dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.

10.9. O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente, de tinta preta ou azul, seguindo as instruções contidas na capa do caderno de questões. As provas serão corrigidas unicamente pela marcação no cartão resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões em hipótese alguma.

10.10. Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão resposta devidamente assinado e o caderno de questões.

10.11. Será atribuída nota 0,00 (zero) às resposta de questões objetivas:

- a) Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;
- b) Que contenha emenda (s) e/ou rasura (s), ainda que legível (eis);
- c) Contendo mais de uma opção de resposta assinalada;
- d) Que não estiver assinalada no cartão de respostas;
- e) Preenchida fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

10.12. O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

10.13. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Processo Seletivo poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do Processo Seletivo .

10.14. Será considerado aprovado na prova escrita objetiva os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 4,00 (quatro).

11. DO LOCAL, HORÁRIO E SEGURANÇA DAS PROVAS ESCRITAS

11.1. A prova escrita será aplicada na cidade de Navegantes, ou na inexistência de locais adequados e ou suficiente para sua aplicação, em cidades próximas, em data constante do cronograma deste edital e em local a ser divulgado quando da homologação das inscrições, conforme data do cronograma.

11.2. Os horários de realização das provas ficam assim definidos conforme cronograma abaixo:

Evento	Horários MATUTINO
Abertura dos portões de acesso aos locais de prova.	9h15
Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	9h50
Abertura dos envelopes e distribuição das provas e na sequencia início das provas.	9h52
Início da resolução da prova.	10h00
Final do prazo mínimo para entrega da prova e ou retirar-se do local de prova.	11h00
Final da prova. Entrega obrigatória do caderno de questões e cartão resposta.	12h00

11.3. Dependendo do número de inscritos e da disponibilidade de locais, as provas poderão ser aplicadas nos dois períodos (matutino e vespertino), devendo o candidato reservar a data da prova para esse fim, considerando o período todo, mantendo-se informado acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br.

11.4. A identificação correta do período, horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br, considerando que os portões dos locais que dão acesso às salas de provas, fecharão 10 (dez) minutos antes do horário marcado para início da prova.

11.5. Os portões que dão acesso às salas de provas, dependendo do local poderá ser as portas de blocos, alas, setores e etc., devendo o candidato comparecer ao local designado para a realização das provas com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para fechamento dos portões, para garantir estacionamento e identificar corretamente a localização das salas.

11.6. Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o horário de fechamento dos portões, seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que deixar de fazer ou chegar com atraso à prova escrita, desclassificado do Processo Seletivo .

11.7. O IOBV, por motivos técnicos ou de força maior, poderá retardar o início da prova escrita ou transferir suas datas e ou horários. Eventuais alterações serão comunicadas no site do Processo Seletivo na Internet, por mensagens enviadas para o email informado, ou por aviso fixado na entrada principal ou mural do local anteriormente determinado, caso o evento determinante da alteração seja de natureza imprevisível.

11.8. A entrada nos locais de prova só será admitida mediante a apresentação de documento e identificação oficial com foto.

11.9. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público, que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de

habilitação, com foto.

11.10. Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

11.11. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

11.12. A não apresentação do documento de identidade, nos termos desse edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

11.13. Em face de eventual divergência o IOBV poderá exigir a apresentação do original do Comprovante de pagamento da taxa de inscrição, com a devida autenticação bancária, não sendo válida cópia mesmo que autenticada.

11.14. Durante a realização das provas é permitida a posse e uso unicamente dos seguintes materiais:

a) Canetas esferográficas feitas com material transparente com tinta das cores azul ou preta; (não serão fornecidas caneta no local)

b) Documento de Identificação com foto;

c) Original do Comprovante do pagamento da Taxa de inscrição ou de inscrição guardado no bolso;

d) Caso assim deseje, água acondicionada em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo;

11.15. É vedada, durante a realização da prova, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, transmissores, receptores e ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico ou o porte de armamento. Também é proibido o fumo, a ingestão de alimentos, uso de medicamentos e óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés ou qualquer outro tipo de cobertura.

11.15.1. Alimentos só serão permitidos, desde que em barras, fora da embalagem e acondicionados em plástico transparente, providenciado pelo candidato.

11.16. É terminantemente proibida a entrada de candidato armado, sob qualquer alegação, nos locais onde se realizarem as provas. O IOBV não se responsabilizará pela guarda de qualquer armamento.

11.17. Os telefone celulares e demais equipamentos e materiais trazidos para o local da prova devem ser entregues sem qualquer outro aviso, desligados quando couber, aos fiscais da sala antes do início da prova.

11.18. A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicarão na exclusão do candidato do Processo Seletivo, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

11.19. É vedado ao candidato, durante a realização das provas, ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal, ausentar-se da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização, comunicação com outro candidato, bem como se utilizando de quaisquer dos recursos não permitidos, tratar incorretamente ou agir com descortesia a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como os Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes;

11.20. O IOBV, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Processo Seletivo poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), submeter os candidatos à revista pessoal e ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como proceder a qualquer momento a sua identificação datiloscópica ou dele fazer imagem fotográfica o vídeo.

11.21. O IOBV e Prefeitura Municipal de Navegantes não assumem qualquer responsabilidade por acidentes pessoais e ou avaria, perda ou desaparecimento dos materiais, objetos, equipamentos, mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala, veículos ou qualquer outro bem trazido pelos candidatos para local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.

11.22. Todas as despesas decorrentes da obtenção ou entrega de documentos, bem como as de transporte e ou alimentação são de inteira responsabilidade dos candidatos, mesmo que a prova venha a ser transferida por qualquer motivo.

11.23. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas nem a realização de qualquer prova e ou exame fora dos horários e locais marcados para todos os candidatos.

11.24. Somente depois de decorrido o prazo mínimo de permanência em sala de provas, que será de 60 (sessenta) minutos, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão-resposta e retirar-se da sala de prova, entregando, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o seu cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do Processo Seletivo.

11.25. Os três (3) últimos candidatos de cada sala de provas, só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo, quando assinares a ata de sala e acompanharão termo de fechamento do envelope de provas. O candidato que negar-se a aguardar os companheiros assinará ata de prova como desistente sendo eliminado do certame.

11.26. O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico www.iobv.org.br após as 20 horas do dia da realização da prova.

11.27. Um caderno de questões de cada cargo, estará disponível no dia seguinte ao da realização da prova, na área restrita do candidato, permitindo assim que os candidatos possam interpor recursos contra as questões da prova.

11.28. Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como o original ou cópia do cartão resposta, mesmo após o encerramento do Processo Seletivo.

11.29. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

11.30. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

11.31. Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

11.32. Motivará a eliminação do candidato do Processo Seletivo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a qualquer das normas devedas neste edital ou a outra relativas ao Processo Seletivo, aos comunicados, às instruções o candidato ou às instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

11.33. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto o Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

11.34. A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto o Barriga Verde e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

11.35. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente

de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

10. DO CÁLCULO DA NOTA FINAL

10.1. Nota final para todos os demais cargos: NF = NPE

Sendo:

NF= Nota final

NPE = Nota Prova Escrita

10.2. São considerados aprovados neste Processo Seletivo os candidatos que atingirem nota igual ou superior a 4,00 (quatro)

10.3. Os candidatos serão classificados por cargo / disciplina, em ordem decrescente da nota final, expressa com 2 (duas) decimais sem arredondamento.

10.4. Ocorrendo empate na nota final aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

10.5. Para os candidatos que não se enquadrarem na condição de idoso, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

- a) Maior nota nas questões de Conhecimentos Específicos;
- b) Maior nota nas questões de Conhecimentos Gerais;
- c) Beneficiados pela Lei 11.689/2008, devidamente habilitados na forma do Edital; tribunal do júri.
- d) Maior idade, contada com base na idade em dia, meses e anos no dia da realização da prova escrita.

10.6. As pessoas com deficiência integrarão lista especial de classificação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Caberão recursos contra as normas deste edital, o indeferimento da inscrição, o conteúdo das provas e gabarito provisório, resultados classificatórios e homologação do resultado final do Processo Seletivo .

11.2. Os recursos deverão ser interpostos até às 18 horas do segundo dia útil posterior à publicação, no site do Processo Seletivo na Internet, do ato em desfavor do qual quer o candidato recorrer.

11.3. Os recursos poderão ser interpostos da seguinte maneira:

11.3.1. Recursos Via Internet:

- a) Acessar a área do candidato no site www.iobv.org.br, e realizar login identificando-se.
- b) Na área do candidato em "minhas inscrições" localizar o Processo Seletivo Edital 001/2017 de NAVEGANTES;
- c) Na coluna "opções" (à direita) deslize o mouse sobre os ícones (botão) e clique naquele que exibir "Solicitar Recurso".
- d) Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.
- e) No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica).
- f) Para cada questão deverá ser enviado um único formulário de recurso.
- g) Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compactá-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg,png,gif,jpeg,bmp,doc,docx,xls,xlsx,pdf,txt,zip e rar.
- h) Clicar em "enviar"

11.3.2. Recursos presencial ou via postal:

- a) Para recursos presencial preencher e assinar o anexo VI, do edital, com argumentação clara, consistente e objetiva, no caso de questões, um para cada questão e protocolar pessoalmente ou via procuração na sede do IOBV, no endereço constante do item 1.12 deste edital.
- b) Para recursos via postal o candidato deverá preencher e assinar o requerimento (anexo VII) do edital com argumentação clara, consistente e objetiva, Caso o recurso seja contra o teor da questão ou gabarito preliminar, deve ser preenchido um requerimento para cada uma das questões contestadas; datar e assinar; anexar cópia autenticada do documento de identidade do requerente; colocar o requerimento em envelope resistente e enviará para o endereço sede do IOBV, conforme item 1.12, via sedex/ar.

11.3.2.1. O candidato deverá expedir o documento AR (aviso de recebimento), pelo Serviço de encomenda expressa de documentos e mercadorias – SEDEX. O documento deve ser entregue ao IOBV rigorosamente no prazo previsto no Edital, findo o qual não será aceito, sendo de responsabilidade do candidato a remessa via postal com devida antecedência para que o recurso seja entregue no prazo constante do cronograma do edital, valendo para todos os fins de direito a data da entrega.

11.4. Só serão analisados os requerimentos interpostos que preencherem todas as exigências do Edital e que forem entregues ao IOBV rigorosamente no prazo, findo o qual não serão aceitos.

11.5. É de inteira responsabilidade do candidato acessar a área do candidato e enviar e/ou digitar seu recurso corretamente, e/ou enviar os anexos para o endereço eletrônico correto sendo que a resposta será divulgada em forma de edital publicado no site do www.iobv.org.br, após encerrados os recursos e da análise da banca examinadora que terá o prazo de dois dias úteis para emitir seus pareceres.

11.6. O Instituto o Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

11.7. Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso.

11.8. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

11.9. Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.

11.10. No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

11.11. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, será corrigido no gabarito final.

11.12. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site www.iobv.org.br, não serão enviadas respostas individuais aos candidatos.

11.13. Caso haja necessidade os documentos individuais comprobatórios serão publicados na área restrita do candidato.

11.14. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação

e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

11.15. Não haverá revisão de recursos já julgados. 8.3.8. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentadas pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente da vigência de prazo.

11.16. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

12. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

12.1. A homologação do resultado final deste Processo Seletivo, se dará através de decreto do executivo devidamente publicada nos meios legais e no endereço eletrônico do Processo Seletivo e no órgão oficial do município, com a classificação dos aprovados em ordem decrescente de notas.

12.2. Os atos e resultados serão divulgados no site www.iobv.org.br.

13. DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO

13.1. A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município de NAVEGANTES, sendo que a admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade do Processo Seletivo ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital.

13.2. A contratação para o cargo seguirão o estabelecido em lei municipal que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de NAVEGANTES.

13.3. As providências e atos necessários para a convocação, e contratação dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município de NAVEGANTES.

13.4. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

13.5. Até a homologação do resultado final o candidato pode atualizar seus dados na sua área restrita no site www.iobv.org.br, após homologação deverá informar o município junto ao Setor de Recursos Humanos.

13.6. O candidato após receber a convocação terá o prazo de 2 (dois) dias para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência.

13.7. O candidato aprovado no Processo Seletivo, que não quiser ser contratado, quando convocado, poderá requerer sua reclassificação para o final de fila.

13.8. O candidato que não se manifestar junto a setor de Recursos Humanos da Prefeitura de NAVEGANTES, até a data estabelecida conforme item 15.6, será excluído da vaga deste Processo Seletivo .

13.9. É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do Processo Seletivo, estas deverão ser comunicadas diretamente ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura de NAVEGANTES.

13.10. A inobservância do subitem 15.5, implicará na desclassificação da vaga do Processo Seletivo .

13.11. Por ocasião da contratação serão exigidos, dos candidatos aprovados e convocados os documentos que comprovem os requisitos para provimento no cargo conforme item 2 deste edital, além de outros exigíveis à época da nomeação conforme legislação.

13.12. O não cumprimento dos quesitos necessários impede a posse do candidato.

14. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

14.1. Delega-se competência ao IOBV – Instituto o Barriga Verde, como banca executora deste Processo Seletivo, para:

- a) Receber os requerimentos de inscrições;
 - b) Emitir os documentos para homologação das inscrições;
 - c) Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas;
 - d) Analisar e pontuar os títulos;
 - e) Apreciar os recursos previstos neste edital;
 - f) Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
 - g) Prestar informações sobre o Processo Seletivo dentro de sua competência;
 - h) Atuar em conformidade com as disposições deste edital.
 - i) Responder, em conjunto com o município de NAVEGANTES eventuais questionamento de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.
- 14.2. A fiscalização e supervisão do certame está a cargo da Comissão Municipal de Processo Seletivo, devidamente nomeada por ato oficial.
- 14.3. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do Município de NAVEGANTES.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Processo Seletivo .

15.2. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas informações por telefone relativas a número de inscritos por cargo ao resultado do Processo Seletivo e respostas de recursos.

15.3. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam necessários, na área do candidato até a data de homologação do resultado final e após esta data no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de NAVEGANTES, até que expire a validade do Processo Seletivo, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com base nos dados constantes nos registros.

15.4. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Processo Seletivo, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

15.5. Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item retro, o candidato estará sujeito a responder criminalmente por seu ato.

15.6. O Município de NAVEGANTES e o IOBV não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Processo Seletivo sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial www.iobv.org.br.

15.7. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br.

15.8. As despesas relativas à participação do candidato no Processo Seletivo e à apresentação para contratação e exercício correrão a expensas do próprio candidato.

15.9. No exame da tempestividade dos recursos, solicitações e documentos enviados à Comissão de Processo Seletivo, encaminhados via postal com Aviso de Recebimento – AR (correios), será considerada a data de entrega.

15.10. É vedada a inscrição neste Processo Seletivo de quaisquer membros da Comissão de Processo Seletivo, tanto da Prefeitura do Município de NAVEGANTES como do IOBV.

15.11. Os cadernos de prova escrita serão mantidos sob a responsabilidade do IOBV, por um período de 3 (três) meses, após a homologação do resultado final, quando serão incinerados. Os demais apontamentos, após 6 (seis) meses da homologação do resultado serão incinerados, com registro em ata.

15.12. A Comissão do Processo Seletivo da Prefeitura do Município de NAVEGANTES e do IOBV poderão justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

15.13. Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecurável, pela Comissão do Processo Seletivo da Prefeitura do município de NAVEGANTES e do IOBV.

15.14. Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo previsto neste Edital o Foro da Comarca de Navegantes/SC.

15.15. São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

15.16. Anexo I – Cargos e Vagas; Anexo II– Atribuições dos Cargos; Anexo III– Conteúdo Programático; Anexo IV – Requerimento de Vaga de Deficiente e Condição Especial para Realizar a prova; Anexo V – Requerimento de Isenção de Taxa de Inscrição. VI- Requerimento para prova de Títulos; VII-Requerimento de Recursos.

NAVEGANTES, 03 de Janeiro de 2017.

EMILIO VIEIRA

Prefeito Municipal

ANEXO 1

CARGOS, JORNADA DE TRABALHO, VAGAS, SALÁRIO MENSAL E PRÉ-REQUISITOS

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

Cargo	CH	Vagas	Salário	Pré-requisitos	Tipo Prova	Valor Inscrição
1. Arte – Educador de Artes Plásticas (30145)	40*	1	R\$ 2.316,29 R\$ 1.651,60 R\$ 1.202,73	Licenciatura em Artes Visuais; Bacharelado em Pintura; Ensino Médio Completo; Experiência como instrutor de pintura em tela, desenho artístico e escultura, comprovada mediante declaração oficial; Cursos de formação continuada em pintura, desenho e escultura.	Escrita	R\$ 40,00
2. Arte – Educador de Bale 20h (30138)	20*	1	R\$ 1.158,14 R\$ 825,80 R\$ 601,37	Licenciatura em Educação Física; Ensino Médio Completo, com formação em conservatório de dança; Experiência como Instrutor de Balé, comprovada mediante declaração oficial Cursos de formação continuada como balé.	Escrita	R\$ 40,00
3. Arte – Educador de Bale 40h (30139)	40*	1	R\$ 2.316,29 R\$ 1.651,60 R\$ 1.202,73	Licenciatura em Educação Física; Ensino Médio Completo, com formação em conservatório de 2.316,29 R\$ dança; Experiência como Instrutor de Balé, comprovada mediante declaração oficial Cursos de formação continuada como balé.	Escrita	R\$ 40,00
4. Arte – Educador de Canto 20h (30126)	20*	1	R\$ 1.158,14 R\$ 825,80 R\$ 601,37	Licenciatura em Música; Ensino Médio Completo, com ensino superior em Música a partir do 3º período; Experiência como Instrutor de Canto, comprovada formação em conservatório ou cursando mediante Declaração Oficial; Cursos de formação continuada em Canto.	Escrita	R\$ 40,00
5. Arte – Educador de Canto 40h (30127))	40*	1	R\$ 2.316,29 R\$ 1.651,60 R\$ 1.202,73	Licenciatura em Música; Ensino Médio Completo, com ensino superior em Música a partir do 3º período; Experiência como Instrutor de Canto, comprovada formação em conservatório ou cursando mediante Declaração Oficial; Cursos de formação continuada em Canto.	Escrita	R\$ 40,00
6. Arte – Educador de Circo (30143))	40*	1	R\$ 2.316,29 R\$ 1.651,60 R\$ 1.202,73	Graduação em Artes Cênicas ou Educação Física; Ensino Médio completo; Experiência como instrutor de circo, comprovada mediante declaração oficial; Cursos de formação continuada em Artes Cênicas.	Escrita	R\$ 40,00

7. Arte – Educador de Dança de Rua 20h (30134)	20*	1	R\$ 1.158,14 R\$ 825,80 R\$ 601,37	Licenciatura em Educação Física; Ensino Médio Completo, com formação em conservatório de dança; Experiência como Instrutor de Dança de Rua, comprovada mediante declaração oficial; Cursos de formação continuada em Dança de Rua.	Escrita	R\$ 40,00
8. Arte – Educador de Dança de Rua 40h (30135)	40*	1	R\$ 2.316,29 R\$ 1.651,60 R\$ 1.202,73	Licenciatura em Educação Física; Ensino Médio Completo, com formação em conservatório de dança; Experiência como Instrutor de Dança de Rua, comprovada mediante e declaração oficial; Cursos de formação continuada em Dança de Rua.	Escrita	R\$ 40,00
9. Arte - Educador de Dança de Salão (30137)	20*	2	R\$ 1.158,14 R\$ 825,80 R\$ 601,37	Licenciatura em Educação Física; Ensino Médio Completo, com formação em conservatório de dança; Experiência como Instrutor de Dança de Salão, comprovada mediante declaração oficial; Cursos de formação continuada em Dança de Salão.	Escrita	R\$ 40,00
10. Arte - Educador de Desenho Mangá (30147))	20*	1	R\$ 1.158,14 R\$ 825,80 R\$ 601,37	Graduação em Artes Visuais; Bacharelado em Pintura, Ensino Médio Completo, Desenho ou Escultura; Experiência como instrutor de pintura em tela, desenho artístico e escultura, comprovada mediante declaração oficial; Cursos de formação continuada em pintura, desenho e escultura.	Escrita	R\$ 40,00
11. Arte – Educador de Instrumentos de Sopro (30129)	40*	1	R\$ 2.316,29 R\$ 1.651,60 R\$ 1.202,73	Licenciatura em Música; Ensino Médio Completo, com formação em conservatório de música ou cursando ensino superior em Música a partir do 3º período; Experiência como Instrutor de Instrumentos de sopro, comprovada mediante Declaração Oficial; Cursos de formação continuada em Instrumentos de Sopro.	Escrita	R\$ 40,00
12. Arte – Educador de Percussão (30131)	40*	1	R\$ 2.316,29 R\$ 1.651,60 R\$ 1.202,73	Graduação em Música; Ensino Médio Completo, com formação em conservatório de música ou cursando ensino superior em Música a partir do 3º período; Experiência como Instrutor de Percussão, comprovada mediante Declaração Oficial; Cursos de formação continuada em Percussão.	Escrita	R\$ 40,00
13. Arte – Educador de Teatro 20h (30140)	20*	1	R\$ 1.158,14 R\$ 825,80 R\$ 601,37	Licenciatura em Artes Cênicas; Ensino Médio completo; Experiência como instrutor de teatro, comprovada mediante declaração oficial; Cursos de formação continuada em Artes Cênicas.	Escrita	R\$ 40,00
14. Arte – Educador de Teatro 40h (30141)	40*	1	R\$ 2.316,29 R\$ 1.651,60 R\$ 1.202,73	Licenciatura em Artes Cênicas; Ensino Médio completo; Experiência como instrutor de teatro, comprovada mediante declaração oficial; Cursos de formação continuada em Artes Cênicas.	Escrita	R\$ 40,00
15. Arte – Educador de Teclado 20h (30132)	20*	1	R\$ 1.158,14 R\$ 825,80 R\$ 601,37	Licenciatura em Música; Ensino Médio Completo, com formação em conservatório de música ou cursando ensino superior em Música a partir do 3º período; Experiência como Instrutor de Teclado, comprovada mediante Declaração Oficial; Cursos de formação continuada em Teclado.	Escrita	R\$ 40,00
16. Arte – Educador de Teclado 40h (30133)	40*	1	R\$ 2.316,29 R\$ 1.651,60 R\$ 1.202,73	Licenciatura em Música; Ensino Médio Completo, com formação em conservatório de música ou cursando ensino superior em Música a partir do 3º período; Experiência como Instrutor de Teclado, comprovada mediante Declaração Oficial; Cursos de formação continuada em Teclado.	Escrita	R\$ 40,00
17. Arte - Educador de Violão 20h (30124)	20*	1	R\$ 1.158,14 R\$ 825,80 R\$ 601,37	Licenciatura em Música; Ensino Médio Completo, com formação em conservatório de música ou cursando ensino superior em Música a partir do 3º período; Experiência como Instrutor de Violão, comprovada mediante Declaração Oficial; Cursos de formação continuada em Violão.	Escrita	R\$ 40,00
18. Arte - Educador de Violão 40h (30125)	40*	2	R\$ 2.316,29 R\$ 1.651,60 R\$ 1.202,73	Licenciatura em Música; Ensino Médio Completo, com formação em conservatório de música ou cursando ensino superior em Música a partir do 3º período; Experiência como Instrutor de Violão, comprovada mediante Declaração Oficial; Cursos de formação continuada em Violão.	Escrita	R\$ 40,00

*- Os profissionais deverão ter disponibilidade de horários em turnos alternados, conforme a necessidade do atendimento.

Abreviaturas:

CH – Carga Horária (Jornada de Trabalho) Semanal RT – Reserva Técnica (Cadastro de Reserva)

ANEXO II

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Arte-educador de Artes Plásticas

O cultivo das artes plásticas possibilitará ao arte-educador um trabalho de identificação das manifestações de arte mais representativas através da história, nas vertentes de escultura, pintura e desenhos, e ainda, de estimular e ampliar o potencial criativo de seus alunos, além da capacidade de ver e analisar o mundo natural e o produto das ações humanas. Este profissional deverá promover exposições das produções realizadas em sala de aula.

Arte-educador de Balé

O arte-educador de balé buscará atingir um apurado trabalho de coordenação corporal pelo desenvolvimento de harmoniosos movimentos individuais e coletivos, da sutileza do uso do corpo, e do cuidado com a postura física, tendo em vista o conhecimento histórico da música e da dança clássica além da formação de bailarinos. Este profissional deverá coordenar e promover apresentações públicas de um grupo de balé formado por alunos.

Arte-educador de Canto

No processo de desenvolvimento e aprimoramento da arte de cantar com técnica, o arteeducador de canto embasará seu trabalho no treinamento e aperfeiçoamento de técnicas vocais que possibilitem ao aluno participar de possíveis trabalhos na área musical coletivamente (em coros), ou individualmente (solos). Este profissional também deverá reger um coral e/ou grupo vocal formado por alunos.

Arte-educador de Circo

Este profissional buscará desenvolver técnicas da arte circense, através de instrumentos cênicos, musicais, coreográficos e esportivos, que estimularão a capacidade de concentração, o convívio em grupo e a produção coletiva, despertando nos educandos a capacidade superar desafios. Este profissional deverá coordenar e promover apresentações públicas de um grupo circense formado por alunos.

Arte-educador de Dança de Rua

Tempo em vista que a arte da dança é um reflexo do dinamismo de nossos tempos, a dança de rua particularmente promove o movimento na sincronia musical e, para tanto o arteeducador estimulará nos alunos o desenvolvimento da percepção corporal e dos demais sentidos, buscando através da harmonia do grupo passar mensagens e entender a sociedade onde se inserem. Este profissional deverá coordenar e promover apresentações públicas de um grupo de dança de rua formado por alunos.

Arte-educador de Dança de Salão

Com a dança de salão o arte-educador buscará o desenvolvimento dos movimentos harmoniosos do corpo em sintonia com a variedade de estilos e ritmos musicais, além da capacidade de identificar a origem das diferentes manifestações artísticas da dança de salão. Paralelamente o aluno será estimulado a conhecer as possibilidades de seu corpo e a conduzir com elegância seu par, aprimorando o convívio social e as boas maneiras. Este profissional deverá coordenar e promover apresentações públicas de um grupo de dança de salão formado por alunos.

Arte-educador de Desenho Mangá

O trabalho do arte-educador de desenho mangá, além de fixar a técnicas básicas do desenho como proporções e principalmente de expressões, enfatizará a arte como meio de comunicação atendendo às tendências artísticas do estilo oriental. O desenvolvimento de atividades artísticas como o desenho proporciona ao educando realização e elevação da autoestima. Este profissional deverá promover exposições das produções realizadas em sala de aula.

Arte-educador de Instrumentos de Sopro

O arte-educador buscará desenvolver em seus alunos uma audição sensível e apurada, a familiaridade com obras musicais de reconhecido valor e com a história da música, bem como o desempenho habilidoso com instrumentos de sopro. A importância sonora da música possibilitará um trabalho coletivo através de ritmo, pausa, compasso..., favorecendo um desenvolvimento paralelo em outras áreas de estudo da escola regular. Este profissional deverá reger e promover apresentações públicas de uma banda marcial formada por alunos.

Arte-educador de Percussão

O trabalho do arte-educador de percussão será de amplitude de observação dos ritmos naturais do próprio corpo, dos artefatos e da natureza que nos rodeiam, procurando através do desenvolvimento de apurada coordenação de um grupo, expressar inúmeras manifestações de estilos rítmicos utilizando diferentes instrumentos de percussão. Este profissional deverá coordenar e promover apresentações públicas de um grupo de percussão formado por alunos.

Arte-educador de Teatro

O desenvolvimento da arte dramática possibilitará ao arte-educador a formação de atores, através do uso de técnicas, teorias e exercícios que estimularão a capacidade de concentração, a produção coletiva, o convívio social, despertando e ampliando a visão artística em relação ao mundo onde o aluno está inserido. Sendo o teatro uma artística forma de comunicação, esta modalidade de ensino muito contribuirá com o desempenho afetivo do aluno, bem como na sua promoção na escola regular. Este profissional deverá coordenar e promover apresentações públicas de um grupo de teatro formado por alunos.

Arte-educador de Teclado

O arte-educador de teclado enfatizará o ensino da teoria musical para que seu aluno possa explorar e usufruir na prática da multiplicidade de recursos deste instrumento. Aliado aos estudos teóricos e aos exercícios, o arte-educador facultará o convívio com qualificadas peças clássicas e populares, a capacidade de apresentar-se individual ou coletivamente, além do conhecimento da biografia de músicos imortais. Este profissional deverá promover mostras musicais das produções realizadas em sala de aula.

Arte-educador de Violão

O trabalho do arte-educador de violão objetiva estimular o desenvolvimento da prática de tocar esse instrumento, bem como capacitar os alunos para a leitura de partituras, através do estímulo à aprendizagem da teoria musical; possibilitando, desta forma, um melhor desempenho e estímulo ao processo paralelo de ensino e aprendizagem na escola regular. Este profissional deverá promover mostras musicais das produções realizadas em sala de aula.

ANEXO III CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ATENÇÃO:

Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. Nas questões relacionadas a conhecimentos de informática, salvo expressa menção do programa e ou enunciado, as perguntas poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares existentes no mercado. As bibliografias são meramente sugestões ficando a cargo do candidato pesquisar e adquirir o material para estudo.

CARGOS ENSINO MÉDIO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS – COMUM A TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA.

Leitura e interpretação (objetiva e subjetiva). Polissemia e Ambiguidade. Fonologia: encontros vocálicos e encontros consonantais. Dígrafos e Dífono. Morfologia: substantivo, artigo, adjetivo, pronome, numeral, verbo, advérbio, conjunção, preposição e interjeição. Flexão das classes morfológicas. Sintaxe do período simples. Ortografia: s, ss, ç e z. Regras da nova ortografia. Gêneros textuais: crônica e poema. Figuras de Linguagem e de Pensamento.

GERAIS E ATUALIDADES

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente.

LEGISLAÇÃO: Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Dos Direitos Sociais – Da Nacionalidade – Dos Direitos Políticos – Dos Municípios – Da Administração Pública – Dos Servidores Públicos e Capítulo sobre Educação; Lei Orgânica do Municipal, ECA, ESTATUTO DO IDOSO.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ARTE-EDUCADOR DE ARTES PLÁSTICAS 20H e 40H

ARTE-EDUCADOR DE DESENHO MANGÁ 10H e 20 h

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica. Plano de Ensino: Noções de Técnicas e práticas de ensino; plano de curso, plano de aula. Conhecimentos inerentes ao Processo de criação. Percepção. Criatividade: conceito, originalidade e desenvolvimento, inibição, processo e produto. Percepção: o visual, o tátil. Estatuto da Criança e do Adolescente; Aspectos formais da arte/ artesanato: linha, forma superfície, volume, espaço, tempo, movimento. Integração através do trabalho artesanal. Recursos materiais. Técnicas e manuseio de materiais diversos, para confecção de produtos artesanais. Confecções de peças artesanais. Orçamento e planejamento de lista de materiais. Tipos de materiais para artesanato; artesanato regional brasileiro; Materiais recicláveis para artesanato; Materiais tóxicos, Soma e subtração de cores; Tipos de tintas para diferentes fins artesanais;

ARTE-EDUCADOR DE CANTO 20H e 40 h

ARTE-EDUCADOR DE INSTRUMENTOS DE SOPRO 20H e 40h

ARTE-EDUCADOR DE PERCUSSÃO 20H e 40

ARTE-EDUCADOR DE TECLADO 20H e 40h

ARTE-EDUCADOR DE VIOLÃO 20H e 40h

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica. Plano de Ensino: Noções de Técnicas e práticas de ensino; plano de curso, plano de aula. Conhecimentos inerentes ao Processo de criação. Percepção. Criatividade: conceito, originalidade e desenvolvimento, inibição, processo e produto. Percepção: o visual, o tátil. Psicomotricidade; Estatuto da Criança e do Adolescente; Metodologia para o ensino da Educação Musical; História da música no Brasil. Influências da música africana e indígena na música nacional. Origem da música. Expressão musical aplicada a educação. Oficinas de expressão musical. Fontes sonoras. Construção de instrumentos musicais e objetos sonoros. Tipos de repertórios. Música da cultura infantil. Aspectos teóricos da música (som, partituras, timbre, voz, notas musicais).

ARTE-EDUCADOR DE BALÉ 20H e 40h

ARTE-EDUCADOR DE CIRCO 20H e 40 h

ARTE-EDUCADOR DE DANÇA DE RUA 20H e 40 h

ARTE-EDUCADOR DE DANÇA DE SALÃO 10H e 20 h

ARTE-EDUCADOR DE TEATRO 20H e 40h

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de

trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica. Plano de Ensino: Noções de Técnicas e práticas de ensino; plano de curso, plano de aula. Conhecimentos inerentes ao Processo de criação. Percepção. Criatividade: conceito, originalidade e desenvolvimento, inibição, processo e produto. Percepção: o visual, o tátil. Estatuto da Criança e do Adolescente; Expressão Corporal: Dimensões filosóficas, antropológicas e sociais aplicadas à Educação e ao Lazer, as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física; a linguagem que permite exteriorizar sentimentos e emoções, expressão. Forma de exercitação corporal. Possibilidades de experiências prático-teóricas, cognitivas, sociais e afetivas, atividades lúdicas: a competição/ cooperação/ sociabilizará a reflexão /análise/ compreensão / síntese da realidade física corporal.

ANEXO IV**REQUERIMENTO**

Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Processo Seletivo 001/2017 da Fundação Municipal de Cultura de NAVEGANTES, inscrição número _____, para o cargo de _____ requer a Vossa Senhoria:

1 – () Vaga para portadores de Deficiência

Deficiência: _____

CID nº: _____

Nome do Médico: _____

2) Condição Especial para realização da prova:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte

Fonte nº _____ / Letra _____

a)) Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação.

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

a) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do Requerente

ANEXO V**REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO**

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no cargo de _____ – Inscrição n.º _____ do Processo Seletivo 001/2017 (Fundação Municipal de Cultura) da Prefeitura Municipal de Navegantes - SC residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me enquadrando nas condições de:

[] Doador de Sangue (apresentar comprovante das doações.)

[] Possuir Baixa renda, nos termos dos Decretos do Governo Federal nºs 6.135/2007 e 6.593/2008.

Meu Número de Identificação Social – NIS é: _____, atribuído pelo CadÚnico do Governo Federal.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2017.

(local e data)

Assinatura do Requerente

ANEXO VI

REQUERIMENTO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Tipo de Recurso:

☐ 1 – Contra indeferimento de inscrição

☐ 2 – Contra questão da prova ou gabarito preliminar

☐ 3 – Contra a classificação preliminar

☐ 4 – Outro: _____

Nome do Candidato:

N.º de Inscrição:

Cargo:

Identidade:

CPF:

N.º da Questão:

Data:

OBS.: Nos recursos contra o teor das questões ou gabarito preliminar, você deve preencher obrigatoriamente um formulário para cada questão.

Fundamentação e Referência Bibliográfica:

Assinatura do Candidato

Só serão analisados os recursos entregues ao IOBV até às 18 horas do segundo dia útil subsequente à publicação do ato contra o qual se insurge o candidato.

EDITAL Nº 003/2017 DE PROCESSO SELETIVO – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES (REPUBLICADO CONFORME ATO 001 – RETIFICAÇÃO 001)

EDITAL Nº 003/2017 DE PROCESSO SELETIVO – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
(Republicado conforme Ato 001 – Retificação 001)

Abre inscrições e define normas para o Processo Seletivo, destinado a provimento de vagas temporárias e formação de cadastro de reserva do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esportes do Município de Navegantes, Santa Catarina e dá outras providências.

O Senhor Emílio Vieira, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público a realização de Processo Seletivo para provimento de vagas temporárias e formação de cadastro de reserva do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esportes do Município de Navegantes, que será regido pela legislação em vigor e pelas normas estabelecidas no presente edital.

1. DA DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo será executado sob a responsabilidade do Instituto o Barriga Verde-IOBV, localizado na Avenida Luiz Bertoli, 233, centro, município de Taió – CEP 89.190-000, Estado de Santa Catarina, tel./fax (47) 3562-1598, endereço eletrônico: <http://iobv.org.br/>; e-mail: concursos@iobv.org.br.

1.2. A fiscalização e supervisão do Processo Seletivo está a cargo da Comissão Municipal de Processo Seletivo, nomeada através de Portaria Municipal.

1.3. A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

Evento	Data Prevista
Inscrições exclusivamente pela internet (on-line) no período de:	Das 12h do dia 03/01/17 a 01/02/17
Atendimento presencial no período de:	03/01/17 a 01/02/17 até às 11 horas
Período para solicitar isenção de pagamento da taxa de inscrição	03/01/17 a 17/01/17
Divulgação da lista de isentos de pagamento da taxa de inscrição	24/01/17

Pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos prazo final dia:	03/02/17
Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por Sedex/AR do requerimento.	04/01/17 01/02/2017
Prova de Títulos - Prazo para protocolo ou envio de títulos para cargos de nível superior	31/01/17
Homologação das Inscrições e divulgação das inscrições indeferidas de todos os candidatos.	06/02/2017
Recursos contra indeferimento das inscrições	06 e 07/02/17
Divulgação dos Locais e Horários de Prova	07/02/17
PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS	12/02/17
Gabarito Preliminar divulgação no site Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	12/02/17
Recursos contra questões e gabarito preliminar das 12h de 25/01 às 18 h de 26/01 de 13/02 às 18h de 14/02	13 e 14/02/17
Gabarito Definitivo da prova objetiva divulgação no site do Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	20/02/17
Classificação Preliminar dos cargos com prova escrita	21/02/17
Recursos contra a classificação preliminar dos cargos com prova escrita e títulos	21 e 22/02/17
Classificação Final	24/02/17
Homologação do resultado final	Após 24/02/17

1.4. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, de intempéries e por decisão da Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo e da Comissão do Instituto o Barriga Verde, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

1.5. O Edital do Processo Seletivo, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações e todos os demais atos do Processo Seletivo, serão publicados no site oficial do Processo Seletivo na Internet: www.iobv.org.br.

1.6. O Edital do Processo Seletivo também será publicado no site da Prefeitura Municipal de Navegantes na Internet: <http://www.navegantes.sc.gov.br/> e no diário oficial dos municípios de Santa Catarina - DOM: <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, bem como afixado na sede da Prefeitura Municipal; sede da Câmara de Vereadores; e ainda, publicado na forma de extrato, em jornal de circulação local e regional.

1.7. A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá a necessidade da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

1.8. O prazo de validade do Processo Seletivo é de 2 (dois) anos, contados da publicação do ato de homologação do resultado final do presente edital, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Poder Executivo.

1.9. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações, relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivesse transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

1.10. Os documentos e requerimentos exigidos, salvo expressa determinação das normas do Edital, poderão ser entregues, pessoalmente pelo candidato ou por procurador devidamente habilitado, na Sede do IOBV no endereço constante do item 1.12.

1.11. Os documentos também poderão ser enviados via postal com AR (Aviso de Recebimento), salvo expressa vedação do Edital, através do serviço de entrega expressa de documentos (SEDEX) para serem entregues ao IOBV, no endereço abaixo, após a data e horário determinados, mesmo que postados anteriormente, valendo para fins de direito a data registrada de entrega da correspondência.

1.11. Os documentos também poderão ser enviados via postal com AR (Aviso de Recebimento), através do serviço de entrega expressa de documentos (SEDEX) para no endereço abaixo, até a data e horário determinados no cronograma do edital, valendo para fins de direito a data de postagem da correspondência."

Endereço para remessa via posta de documentos:

IOBV – PROCESSO SELETIVO DE NAVEGANTES

Avenida Luiz Bertoli, número 233 – Centro

89.190-000 – Taió - SC

1.12. Não são admitidas, após o término das inscrições, a complementação, a inclusão ou a substituição dos documentos entregues.

1.13. Os documentos apresentados através de cópias, estas devem ser autenticadas em cartório ou por fé pública.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

2.1. São requisitos básicos para investidura nos cargos a que se refere o presente Processo Seletivo :

- A nacionalidade brasileira ou naturalizado;
- O gozo dos direitos políticos;
- A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- A idade mínima de dezoito anos;
- Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função, de acordo com prévia inspeção médica oficial realizada na forma do art. 269 da Lei Complementar nº 020/08;
- Idoneidade moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;
- Inexistência da incompatibilidade para o exercício de cargo público municipal;
- Ter sido aprovado no Processo Seletivo, na forma estabelecida neste Edital;
- Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei.

2.2. A comprovação da escolaridade e o preenchimento dos demais requisitos legais indispensáveis à contratação na função pública será exigida unicamente no ato da contratação para a função pública. A não apresentação, naquela ocasião, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo Seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.

2.3. A aprovação e classificação no presente Processo Seletivo não criam direito à admissão que será realizada na medida das necessidades de Prefeitura do município de Navegantes e disponibilidades orçamentárias.

3. DOS CARGOS, EXIGÊNCIAS DE ESCOLARIDADE, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTOS.

- 3.1. O Processo Seletivo destina-se ao provimento das vagas descritas na forma deste edital e para a formação de cadastro reserva de aprovados para novas vagas que forem criadas dentro do prazo de validade deste Processo Seletivo .
- 3.2. Os cargos/especialidade, a carga horária semanal, o número de vagas, a remuneração mensal, e as exigências específicas a cada cargo, objeto deste Processo Seletivo, encontram-se descritos no Anexo I e II deste edital.
- 3.3. A escolaridade e requisitos exigidos, conforme anexo I e legislação em vigor, deverão ser comprovados no ato da admissão após a convocação.

4. DAS INSCRIÇÕES

- 4.1. A participação no Processo Seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste edital.
- 4.2. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo .
- 3.1. A inscrição somente será efetuada via Internet, no endereço eletrônico www.iobv.org.br, no período estabelecido no cronograma de atividades item I deste edital.
- 3.2. Para os candidatos que não possuem acesso à rede mundial de computadores (internet), haverá atendimento presencial do Instituto o Barriga Verde em sala cedida pela Prefeitura Municipal de Navegantes, localizada à Rua João Emilio, nº 100, com atendimento das 8h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, nas datas conforme cronograma.
- 3.3. O candidato poderá participar deste edital com apenas uma inscrição, verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente devidamente paga.
- 3.4. Para efetivar a sua inscrição pela internet, o candidato deverá seguir os seguintes passos:
- a) Acessar o endereço eletrônico www.iobv.org.br em "Concursos e seletivos", "inscrições abertas", selecionar o município de Navegantes Edital 001/2017;
 - b) Baixar e Ler atentamente o edital completo, inteirando-se das condições do certame e certificando-se de que preenche todas as condições exigidas.
 - c) Cadastrar-se no portal www.iobv.org.br, criando uma senha de acesso para a área do candidato (guarde bem essa senha pois será útil em todos os acessos futuros)
 - d) Preencher o Requerimento de Inscrição, conferindo os dados informados e enviá-lo pela internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;
 - e) Imprimir e efetivar o pagamento do boleto bancário, referente à taxa de inscrição, Imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição, preferencialmente nas Lotéricas e Agências da Caixa Econômica Federal, até o dia do vencimento estabelecido no boleto.
 - f) Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

3.5. O IOBV e a Prefeitura de Navegantes eximem-se de qualquer responsabilidade pela eventual indisponibilidade ou falha dos equipamentos ou acesso à INTERNET.

3.6. O atendimento presencial acha-se condicionado à disponibilidade de equipamentos e pessoal e, em determinados momentos, poderá haver filas.

3.7. No último dia de inscrição só serão atendidos os candidatos que chegarem no local do posto de atendimento até as 11 horas, ocasião em que serão distribuídas senhas. Após esse horário o posto será fechado dando sequência apenas ao atendimento das pessoas com senhas.

3.8. É de responsabilidade do candidato manter atualizados os endereços, e-mails e números de telefones informados. Eventual mudança de endereço, até a data de publicação do resultado final do Processo Seletivo, deverá ser atualizado no cadastro on line do candidato, através da sua área restrita, e deverá ser comunicado ao IOBV por correspondência eletrônica (e-mail) enviada para: concursos@iobv.org.br. Após a data de publicação do resultado do Processo Seletivo, deverão ser comunicadas diretamente à Prefeitura de Navegantes.

3.9. O valor da taxa de inscrição é de:

- a) Para cargos com exigência de curso de ensino superior: R\$ 60,00 (sessenta reais);

3.10. O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser realizado mediante a utilização do boleto de pagamento disponível no endereço eletrônico www.iobv.org.br, impresso com o respectivo código de barras, até a data de vencimento constante no mesmo.

3.11. O IOBV não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, através de vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo o candidato conferir o código de barras e se o boleto é da Caixa Econômica Federal cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco ou seja 104.

3.12. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

3.13. Não serão aceitos pagamentos feitos por qualquer outra forma ou meio, nem mesmo pagamentos efetuados após data de vencimento do boleto, conforme data final constante do cronograma do edital.

3.14. No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

3.15. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

3.16. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

3.17. A inscrição só será aceita quando o estabelecimento bancário onde foi feito o recolhimento da taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento, sendo canceladas as inscrições cuja taxa de inscrição tiver sido paga com cheque sem cobertura ou com qualquer outra irregularidade.

- 3.18. Após o pagamento do boleto bancário, em até cinco dias o candidato poderá conferir, no site do Processo Seletivo, na área do candidato, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.
- 3.19. É vedada a inscrição condicional, extemporânea ou por qualquer outra via não determinada neste edital.
- 3.20. O IOBV não se responsabilizará por solicitações de inscrição não efetivadas por falhas e ou congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados ou impressão dos documentos solicitados.
- 3.21. Como todo o procedimento é realizado por via eletrônica, o candidato NÃO deve remeter ao IOBV cópia de sua documentação. As informações prestadas no preenchimento do Requerimento de Inscrição, são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida, sob as penas da lei.
- 3.22. Será nula a inscrição de candidato que, por qualquer meio, faça uso de informação ou documento falso ou oculte informação ou fato a ela relevante, sem prejuízo das sanções judiciais cabíveis.
- 3.23. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.
- 3.24. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Processo Seletivo.
- 3.25. As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.iobv.org.br e www.navegantes.sc.gov.br.
- 3.26. As inscrições que preencherem todas as condições destes edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente. O ato de homologação será divulgado no site do Processo Seletivo no endereço www.iobv.org.br, na data constante do cronograma deste edital. No mesmo local e horário será publicada a relação das inscrições indeferidas.

4. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

4.1. São isentos da taxa de inscrição no Concurso Público:

- a) Os candidatos doadores de Sangue (Lei Estadual nº 10.567/1997 e Lei Municipal 2.233/2009)
- b) Os candidatos que estiverem inscritos no Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal – CADÚnico e forem membros de família de baixa renda (com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos).

4.2. Para usufruírem do benefício da isenção da taxa de inscrição os candidatos deverão, após realizar sua inscrição, protocolar na sede do IOBV, ou enviar via postal (sedex/ar), nos termos e endereço dos itens 1.11 e 1.2 deste edital, até a data constante do cronograma do item 1, os seguintes documentos:

- a) Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por estarem inscritos no CADÚnico: Requerimento de isenção da taxa de inscrição (Anexo V do edital)

- b) Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por serem doadores de sangue (Lei Estadual 10.567/1997 e Lei Municipal 2.233/2009):

- Requerimento de isenção da taxa de inscrição (Anexo V);
 - Documento expedido pela entidade coletora (original ou cópia autenticada), que deverá ser juntado no ato de inscrição. O documento deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais. A comprovação deverá ser efetuada mediante documento específico firmado por entidade coletora oficial ou credenciada, que deverá relacionar minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo interessado, declarando que o mesmo enquadra-se como beneficiário da Lei Estadual 10.567/1997.
- 4.3. Só serão examinados os pedidos de isenção enviados via postal que forem entregues ao IOBV até a data determinada no Edital para recebimento dos Pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega da correspondência.

4.4. No caso de pedido de isenção por estar inscrito no CADÚnico, o IOBV consultará o MDS para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato. Declarações falsas estarão sujeitas às sanções previstas em lei.

4.5. O candidato que tiver seu pedido de isenção de pagamento deferido terá sua inscrição validada, não devendo pagar o boleto da taxa de inscrição.

4.6. Sendo indeferido o pedido de isenção, restará ao candidato pagamento da inscrição até o último dia de inscrições.

4.7. Não haverá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição

4.8. O candidato que efetivar mais de uma inscrição com pedido de isenção de pagamento, para o mesmo cargo, terá analisada e confirmada apenas a última inscrição, sendo as demais canceladas.

4.9. Os despachos aos pedidos de isenção da taxa de inscrição serão publicados na data constante do cronograma deste edital.

5. DAS VAGAS RESERVADAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

5.1. Ao candidato com deficiência é assegurado o direito de inscrever-se neste Processo Seletivo, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadores, sendo a elas reservadas 5 % (cinco por cento) das vagas oferecidas para cada um dos cargos/disciplinas.

5.2. No caso deste edital, a aplicação do percentual de 5% não resulta a oferta imediata de vagas para os cargos, neste caso, o primeiro candidato com deficiência classificado no Processo Seletivo será nomeado para ocupar a 10ª (décima) vaga que vier a surgir para o cargo que concorreu, enquanto os demais serão nomeados a cada intervalo de 20 (vinte) cargos providos.

5.3. Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados e classificados.

5.4. Serão consideradas deficiências somente àquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no art. 4º do Decreto Federal n. 3.298/99 e suas alterações.

5.5. Os candidatos com deficiência, que desejarem concorrer às vagas a eles reservadas, deverão assinalar a sua condição no Requerimento de Inscrição. (inscrição on line), protocolar pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, na Sede do IOBV, ou enviar pelo correio, via sedex/ar, no endereço do item 1.12 deste edital, até o último dia de inscrições, os seguintes documentos:

- a) Requerimento de vaga para deficiente e/ou condição especial de realização da prova (anexo IV);

- b) Cópia do comprovante de inscrição;

- c) Laudo médico original ou cópia autenticada em cartório, emitida nos últimos 12 (doze) meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação internacional de Doenças – CID, bem como provável causa da deficiência, acompanhado de cópia do requerimento de inscrição e anexo IV do edital. Não sendo aceitos laudos de exames ou qualquer outro documento em substituição ao exigido.

5.6. Os documentos enviados pelo correio, unicamente para o endereço do IOBV, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no Edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega da correspondência.

5.7. O candidato com deficiência participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de aprovação, data, horário de início, local de aplicação e nota mínima exigida.

5.8. Os candidatos com deficiência regularmente inscritos submeter-se-ão, quando convocados à avaliação de equipe multiprofissional que terá a decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não e o grau de deficiência, capacitante ou não para o exercício do cargo.

5.9. Os candidatos que se declararam no ato de inscrição como deficiência e que não atenderem plenamente a todas as exigências disposta no presente edital, terão suas inscrições para as vagas reservadas indeferidas, passando a figurar unicamente na classificação geral dos candidatos.

5.10. O candidato com deficiência que necessitar de condição especial (local de fácil acessibilidade, tempo adicional, uso de aparelhos de audição, leitor (não haverá prova em braile), prova com fonte ampliada e etc.), para a realização das provas deverá protocolar requerimento (anexo IV) desta solicitação, até data constante no cronograma, nos endereços conforme item 1.12, anexando ao requerimento laudo médico por especialista da área de sua deficiência, comprovando essa necessidade.

5.11. As solicitações de condições especiais serão atendidas respeitadas a legalidade e a razoabilidade. No caso de uso de equipamentos especiais, estes deverão ser obtidos pelo candidato e apresentados antecipadamente ao fiscal de sala e ou coordenador local do IOBV.

5.12. Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência que forem aprovados, serão convocados por edital conforme a classificação da homologação do resultado final, através do site da prefeitura municipal de Navegantes, para avaliação da sua condição de deficiente pela Perícia Médica Oficial do Município e se a deficiência é capacitante ou não para o exercício do cargo.

5.13. Será excluído do Processo Seletivo o candidato aprovado para uma das vagas aos portadores de deficiência que:

a) Não comparecer, chegar atrasado ou não apresentar a documentação e ou exames solicitados para a avaliação da Perícia Médica Oficial do Município.

b) Cuja deficiência informada no requerimento de Inscrição não seja constatada pela Perícia Médica Oficial do Município ou não seja compatível com o exercício do cargo.

c) Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

5.14. Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.

6. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

6.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas pelo IOBV. O ato de homologação será publicado no endereço eletrônico www.iobv.org.br, na data constante do cronograma deste edital.

6.2. A relação das inscrições não homologadas devido ao indeferimento pelo IOBV, serão divulgadas no endereço do Processo Seletivo na internet www.iobv.org.br.

6.3. Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexistência relativas a grafia do seu nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.

6.4. Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações.

6.5. Após prazo recursal as inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente na data constante do cronograma deste edital.

7. OUTROS REQUERIMENTOS

7.1. Candidata lactante

7.1.1. A candidata que desejar amamentar durante a aplicação da prova deverá:

a) Indicar esta condição especial para realizar a prova no Requerimento de Inscrição;

b) Chegar ao local da prova com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior que ficará responsável pela guarda da criança.

7.1.2. O menor e o responsável ficarão em sala especial reservada. Nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza à sala reservada. O tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

7.2. Benefícios da Lei 11.689/2008

7.2.1. Os candidatos que pretenderem, em caso de empate na classificação final, o benefício da Lei 11.689/2008, deverão entregar ou enviar no endereço do IOBV (item 1.12), até o último dia de inscrições, cópia autenticada da certidão e ou declaração e ou atestado ou outros documentos públicos (original ou cópia autenticada em cartório) emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, os termos do art. 440 do CPP, a partir de 10 de agosto de 2008.

7.2.2. Os documentos enviados pelo correio, unicamente para o endereço do IOBV, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega da correspondência.

8. DAS FASES DO PROCESSO SELETIVO

8.1. O Processo Seletivo, a que se refere o presente edital, compreenderá o exame de habilidades e de conhecimentos aferidos em uma única fase através de uma prova escrita objetiva.

8.2.

10. DA PROVA ESCRITA

10.1. A prova escrita objetiva será aplicada na data constante do cronograma deste edital na cidade de Navegantes-SC, em locais de provas serão divulgados conforme data constante do cronograma, no endereço eletrônico do Processo Seletivo : www.iobv.org.br.

10.2. O IOBV poderá, não havendo na cidade de Navegantes locais suficientes ou adequados para a alocação de todos os candidatos, realizar provas em cidades vizinhas à cidade de Navegantes.

10.3. A prova escrita objetiva constará da avaliação de conhecimentos teóricos e práticos dos candidatos mediante a aplicação de questões objetivas, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas, das quais uma única será correta.

10.4. A prova escrita com questões objetivas será avaliada na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), expressas com 2 (duas) casas decimais.

10.5. As áreas de conhecimento exigidas, o número de questões e o valor que será atribuído a cada uma, estão dispostos por escolaridade exigida para o cargo, conforme quadro abaixo:

Cargos com Escolaridade: Ensino Superior Completo (2 horas de prova)

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor da questão	Total Nota por Disciplina
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	0,20	3,00
	Gerais e atualidades	5		
	Legislação	5		
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos técnicos profissionais	10	0,70	7,00
	Total	25		10,00

10.6. Os programas das provas encontram-se publicados no anexo III do presente Edital.

10.7. Para prestar a prova escrita objetiva o candidato receberá um caderno de questões e um cartão-resposta, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta e pela transcrição correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.

10.8. A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e ou no cartão resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do Processo Seletivo enviará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. O tempo gasto para a substituição dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.

10.9. O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente, de tinta preta ou azul, seguindo as instruções contidas na capa do caderno de questões. As provas serão corrigidas unicamente pela marcação no cartão resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões em hipótese alguma.

10.10. Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão resposta devidamente assinado e o caderno de questões.

10.11. Será atribuída nota 0,00 (zero) às resposta de questões objetivas:

- Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;
- Que contenha emenda (s) e/ou rasura (s), ainda que legível (eis);
- Contendo mais de uma opção de resposta assinalada;
- Que não estiver assinalada no cartão de respostas;
- Preenchida fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

10.12. O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

10.13. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Processo Seletivo poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do Processo Seletivo.

10.14. Será considerado aprovado na prova escrita objetiva os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 4,00 (quatro).

11. DO LOCAL, HORÁRIO E SEGURANÇA DAS PROVAS ESCRITAS

11.1. A prova escrita será aplicada na cidade de Navegantes, ou na inexistência de locais adequados e ou suficiente para sua aplicação, em cidades próximas, em data constante do cronograma deste edital e em local a ser divulgado quando da homologação das inscrições, conforme data do cronograma.

11.2. Os horários de realização das provas ficam assim definidos conforme cronograma abaixo:

Evento	Horários MATUTINO
Abertura dos portões de acesso aos locais de prova.	9h15
Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	9h50
Abertura dos envelopes e distribuição das provas e na sequencia início das provas.	9h52
Início da resolução da prova.	10h00
Final do prazo mínimo para entrega da prova e ou retirar-se do local de prova.	11h00
Final da prova. Entrega obrigatória do caderno de questões e cartão resposta.	12h00

11.3. Dependendo do número de inscritos e da disponibilidade de locais, as provas poderão ser aplicadas nos dois períodos (matutino e vespertino), devendo o candidato reservar a data da prova para esse fim, considerando o período todo, mantendo-se informado acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br.

11.4. A identificação correta do período, horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br, considerando que os portões dos locais que dão acesso às salas de provas, fecharão 10 (dez) minutos antes do horário marcado para início da prova.

11.5. Os portões que dão acesso às salas de provas, dependendo do local poderá ser as portas de blocos, alas, setores e etc., devendo o candidato comparecer ao local designado para a realização das provas com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para fechamento dos portões, para garantir estacionamento e identificar corretamente a localização das salas.

11.6. Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o horário de fechamento dos portões, seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que deixar de fazer ou chegar com atraso à prova escrita, desclassificado do Processo Seletivo.

11.7. O IOBV, por motivos técnicos ou de força maior, poderá retardar o início da prova escrita ou transferir suas datas e ou horários. Eventuais alterações serão comunicadas no site do Processo Seletivo na Internet, por mensagens enviadas para o email informado, ou por aviso fixado na entrada principal ou mural do local anteriormente determinado, caso o evento determinante da alteração seja de natureza imprevisível.

11.8. A entrada nos locais de prova só será admitida mediante a apresentação de documento e identificação oficial com foto.

11.9. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público, que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

11.10. Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

11.11. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

11.12. A não apresentação do documento de identidade, nos termos desse edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

11.13. Em face de eventual divergência o IOBV poderá exigir a apresentação do original do Comprovante de pagamento da taxa de inscrição, com a devida autenticação bancária, não sendo válida cópia mesmo que autenticada.

11.14. Durante a realização das provas é permitida a posse e uso unicamente dos seguintes materiais:

a) Canetas esferográficas feitas com material transparente com tinta das cores azul ou preta; (não serão fornecidas caneta no local)

b) Documento de Identificação com foto;

c) Original do Comprovante de pagamento da Taxa de inscrição ou de inscrição guardado no bolso;

d) Caso assim deseje, água acondicionada em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo;

11.15. É vedada, durante a realização da prova, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, transmissores, receptores e ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico ou o porte de armamento. Também é proibido o fumo, a ingestão de alimentos, uso de medicamentos e óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés ou qualquer outro tipo de cobertura.

11.15.1. Alimentos só serão permitidos, desde que em barras, fora da embalagem e acondicionados em plástico transparente, providenciado pelo candidato.

11.16. É terminantemente proibida a entrada de candidato armado, sob qualquer alegação, nos locais onde se realizarem as provas. O IOBV não se responsabilizará pela guarda de qualquer armamento.

11.17. Os telefone celulares e demais equipamentos e materiais trazidos para o local da prova devem ser entregues sem qualquer outro aviso, desligados quando couber, aos fiscais da sala antes do início da prova.

11.18. A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicarão na exclusão do candidato do Processo Seletivo, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

11.19. É vedado ao candidato, durante a realização das provas, ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal, ausentar-se da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização, comunicação com outro candidato, bem como se utilizando de quaisquer dos recursos não permitidos, tratar incorretamente ou agir com descortesia a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como os Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes;

11.20. O IOBV, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Processo Seletivo poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), submeter os candidatos à revista pessoal e ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como proceder a qualquer momento a sua identificação datiloscópica ou dele fazer imagem fotográfica o vídeo.

11.21. O IOBV e Prefeitura Municipal de Navegantes não assumem qualquer responsabilidade por acidentes pessoais e ou avaria, perda ou desaparecimento dos materiais, objetos, equipamentos, mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala, veículos ou qualquer outro bem trazido pelos candidatos para local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.

11.22. Todas as despesas decorrentes da obtenção ou entrega de documentos, bem como as de transporte e ou alimentação são de inteira responsabilidade dos candidatos, mesmo que a prova venha a ser transferida por qualquer motivo.

11.23. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas nem a realização de qualquer prova e ou exame fora dos horários e locais marcados para todos os candidatos.

11.24. Somente depois de decorrido o prazo mínimo de permanência em sala de provas, que será de 60 (sessenta) minutos, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão-resposta e retirar-se da sala de prova, entregando, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o seu cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do Processo Seletivo.

11.25. Os três (3) últimos candidatos de cada sala de provas, só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo, quando assinares a ata de sala e acompanharão termo de fechamento do envelope de provas. O candidato que negar-se a aguardar os companheiros assinará ata de prova como desistente sendo eliminado do certame.

11.26. O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico www.iobv.org.br após as 20 horas do dia da realização da prova.

11.27. Um caderno de questões de cada cargo, estará disponível no dia seguinte ao da realização da prova, na área restrita do candidato, permitindo assim que os candidatos possam interpor recursos contra as questões da prova.

11.28. Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como o original ou cópia do cartão resposta, mesmo após o encerramento do Processo Seletivo.

11.29. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

11.30. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

11.31. Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

11.32. Motivará a eliminação do candidato do Processo Seletivo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a qualquer das normas devidas neste edital ou a outra relativas ao Processo Seletivo, aos comunicados, às instruções o candidato ou às instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

11.33. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto o Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

11.34. A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto o Barriga Verde e a

Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

11.35. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

10. DA PROVA DE TÍTULOS (PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR)

10.1. Para os cargos de nível superior a segunda FASE do Processo Seletivo consiste na Prova de Títulos, de caráter unicamente classificatório.

10.2. A Prova de Títulos é constituída pela pontuação de certificados e ou diplomas de cursos de pós-graduação relacionados ao cargo para o qual o candidato se inscreveu ou em Educação, da seguinte forma:

a) Certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível de Especialização, Mestrado ou Doutorado, devidamente registrado no órgão competente, relacionados à área para a qual se inscreveu ou em Educação.

b) Os certificados de cursos de pós-graduação em nível de Especialização devem ser entregues acompanhados do respectivo histórico escolar, em cópias autenticadas em cartório.

c) Pontuação: Os títulos que atenderem as normas do presente edital serão avaliados de acordo com o quadro abaixo:

Título/documento	Pontuação
Certificado de curso de pós-graduação em nível de Especialização.	0,50
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível de Mestrado	0,75
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível de Doutorado	1,00

10.3. Será avaliado unicamente 1 (um) título de curso de pós-graduação. Caso o candidato apresente mais de um título será avaliado o de maior valor acadêmico.

10.4. DA ENTREGA DOS TÍTULOS

10.5. Para participar da Prova de Títulos os candidatos deverão protocolar no posto de atendimento ou no IOBV, ou ainda enviar pelo correio, com Aviso de Recebimento e preferencialmente por SEDEX, os seguintes documentos:

a) Cópia do Comprovante de inscrição;

b) O título que deseja ser avaliado em cópia autenticada.

10.6. Os títulos protocolados na sede do IOBV ou no posto de atendimento, deverão ser obrigatoriamente entregue em envelope lacrado e identificado da seguinte forma:

Prova de Títulos Processo Seletivo de Navegantes

Nome:

Cargo:

Número de Inscrição

10.6.1. O posto de atendimento apenas fará o recebimento e protocolo do envelope, não fará avaliação e não emitirá opinião sobre a validade do certificado.

10.6.2. Uma vez protocolado o envelope não será permitido acrescentar outros documentos.

10.7. Os títulos enviados pelo correio ou protocolados no IOBV só serão avaliados se entregues ao IOBV no prazo das inscrições conforme data do cronograma, valendo como comprovação, quando couber, o registro de entrega dos documentos emitidos pelos Correios.

10.7.1. O envelope deve estar devidamente lacrado e deve ser enviado para:

Instituto o Barriga Verde – Prova de Títulos de Navegantes
Avenida Luiz Bertoli, 233 – Centro – 89.190-000 – Taió – SC

10.8. NÃO DEVEM SER ENTREGUES:

a) Documentos originais;

b) Diplomas de curso de ensino médio e ou licenciatura;

c) Cópias de Documentos pessoais;

d) Comprovantes de residência ou qualquer outro documento não exigido.

10.9. Os certificados de cursos de pós-graduação em nível de especialização deverão ser acompanhados por histórico escolar.

10.10. Os diplomas de cursos de pós-graduação em mestrado ou doutorado emitidos no exterior, deverão ser reconhecidos na forma da lei e acompanhados de tradução oficial.

10.11. Os candidatos que tenham concluído cursos de pós-graduação (em nível de especialização, mestrado ou doutorado) em data posterior a 1º de janeiro de 2017, cujos diplomas não tenham sido confeccionados pela instituição de ensino, poderão entregar certidão emitida pelo programa de pós - graduação declarando ter o candidato concluído todos os créditos exigidos pelo programa, ter sido aprovado sem ressalvas no trabalho, monografia, dissertação ou tese, bem como ter cumprido todas as demais exigências do curso e no caso dos cursos de mestrado ou doutorado, que lhe foi outorgado o título correspondente. A certidão deve ser acompanhada de histórico escolar regularmente emitido.

10.12. Para fins de pontuação na Prova de Títulos, serão aceitos Declarações ou Atestados de Conclusão de Curso de Pós-graduação (Especialização, Mestrado ou Doutorado) desde que acompanhados do correspondente Histórico, respeitadas as demais disposições editalícias correlatas, ou seja, estes não serão aceitos/pontuados (item 1) quando o candidato estiver em fase de elaboração/apresentação/defesa do Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia/Dissertação/Tese porque ausente o requisito de conclusão do Curso de Pós-graduação exigido neste Edital.

10.13. Para fins de comprovação dos itens 1 e 2 desta Grade não serão aceitos declarações ou atestados de frequência.

10.14. A nota da Prova de Títulos (no máximo 1,00 ponto) será somada à da Prova Escrita para o cálculo da Nota Final.

10.15. A participação na Prova de Títulos não é obrigatória.

10.16. Serão avaliados e pontuados somente os títulos dos candidatos aprovados na prova escrita objetiva, os títulos dos candidatos que não atingirem nota igual ou superior a 4,00 (quatro) na prova escrita serão desconsiderados.

10.16.1. Fica o candidato ciente que enviará antecipadamente seus certificados para a pontuação de títulos, por sua conta e risco, e não atingindo nota para aprovação, terá sua documentação desconsiderada, independente de tê-la entregue no prazo conforme cronograma. Ao se inscrever o candidato concorda com os termos deste edital.

11. DO CÁLCULO DA NOTA FINAL

11.1. Nota final para todos os demais cargos: $NF = NPE$

Sendo:

NF= Nota final

NPE = Nota Prova Escrita

11.2. São considerados aprovados neste Processo Seletivo os candidatos que atingirem nota igual ou superior a 4,00 (quatro)

11.3. Os candidatos serão classificados por cargo / disciplina, em ordem decrescente da nota final, expressa com 2 (duas) decimais sem arredondamento.

11.4. Ocorrendo empate na nota final aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

11.5. Para os candidatos que não se enquadrarem na condição de idoso, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

- a) Maior nota nas questões de Conhecimentos Específicos;
- b) Maior nota nas questões de Conhecimentos Gerais;
- c) Beneficiados pela Lei 11.689/2008, devidamente habilitados na forma do Edital; tribunal do júri.
- d) Maior idade, contada com base na idade em dia, meses e anos no dia da realização da prova escrita.

11.6. As pessoas com deficiência integrarão lista especial de classificação.

12. DOS RECURSOS

12.1. Caberão recursos contra as normas deste edital, o indeferimento da inscrição, o conteúdo das provas e gabarito provisório, resultados classificatórios e homologação do resultado final do Processo Seletivo .

12.2. Os recursos deverão ser interpostos até às 18 horas do segundo dia útil posterior à publicação, no site do Processo Seletivo na Internet, do ato em desfavor do qual quer o candidato recorrer.

12.3. Os recursos poderão ser interpostos da seguinte maneira:

12.3.1. Recursos Via Internet:

- a) Acessar a área do candidato no site www.iobv.org.br, e realizar login identificando-se.
- b) Na área do candidato em "minhas inscrições" localizar o Processo Seletivo Edital 001/2017 de NAVEGANTES;
- c) Na coluna "opções" (à direita) deslize o mouse sobre os ícones (botão) e clique naquele que exibir "Solicitar Recurso".
- d) Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.
- e) No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica).
- f) Para cada questão deverá ser enviado um único formulário de recurso.
- g) Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compactá-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg,png,gif,jpeg,bmp,doc,docx,xls,xlsx,pdf,txt,zip e rar.
- h) Clicar em "enviar"

12.3.2. Recursos presencial ou via postal:

- a) Para recursos presencial preencher e assinar o anexo VI, do edital, com argumentação clara, consistente e objetiva, no caso de questões, um para cada questão e protocolar pessoalmente ou via procuração na sede do IOBV, no endereço constante do item 1.12 deste edital.
- b) Para recursos via postal o candidato deverá preencher e assinar o requerimento (anexo VII) do edital com argumentação clara, consistente e objetiva, Caso o recurso seja contra o teor da questão ou gabarito preliminar, deve ser preenchido um requerimento para cada uma das questões contestadas; datar e assinar; anexar cópia autenticada do documento de identidade do requerente; colocar o requerimento em envelope resistente e enviará para o endereço sede do IOBV, conforme item 1.12, via sedex/ar.

12.3.2.1. O candidato deverá expedir o documento AR (aviso de recebimento), pelo Serviço de encomenda expressa de documentos e mercadorias – SEDEX. O documento deve ser entregue ao IOBV rigorosamente no prazo previsto no Edital, findo o qual não será aceito, sendo de responsabilidade do candidato a remessa via postal com devida antecedência para que o recurso seja entregue no prazo constante do cronograma do edital, valendo para todos os fins de direito a data da entrega.

12.4. Só serão analisados os requerimentos interpostos que preencherem todas as exigências do Edital e que forem entregues ao IOBV rigorosamente no prazo, findo o qual não serão aceitos.

12.5. É de inteira responsabilidade do candidato acessar a área do candidato e enviar e/ou digitar seu recurso corretamente, e/ou enviar os anexos para o endereço eletrônico correto sendo que a resposta será divulgada em forma de edital publicado no site do www.iobv.org.br, após encerrados os recursos e da análise da banca examinadora que terá o prazo de dois dias úteis para emitir seus pareceres.

12.6. O Instituto o Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

12.7. Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso.

12.8. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

12.9. Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.

12.10. No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

12.11. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, será corrigido

no gabarito final.

12.12. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site www.iobv.org.br, não serão enviadas respostas individuais aos candidatos.

12.13. Caso haja necessidade os documentos individuais comprobatórios serão publicados na área restrita do candidato.

12.14. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

12.15. Não haverá revisão de recursos já julgados. 8.3.8. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentadas pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente da vigência de prazo.

12.16. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

13. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

13.1. A homologação do resultado final deste Processo Seletivo, se dará através de decreto do executivo devidamente publicada nos meios legais e no endereço eletrônico do Processo Seletivo e no órgão oficial do município, com a classificação dos aprovados em ordem decrescente de notas.

13.2. Os atos e resultados serão divulgados no site www.iobv.org.br.

14. DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO

14.1. A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município de NAVEGANTES, sendo que a admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade do Processo Seletivo ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital.

14.2. A contratação para o cargo seguirão o estabelecido em lei municipal que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de NAVEGANTES.

14.3. As providências e atos necessários para a convocação, e contratação dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município de NAVEGANTES.

14.4. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

14.5. Até a homologação do resultado final o candidato pode atualizar seus dados na sua área restrita no site www.iobv.org.br, após homologação deverá informar o município junto ao Setor de Recursos Humanos.

14.6. O candidato após receber a convocação terá o prazo de 2 (dois) dias para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência.

14.7. O candidato aprovado no Processo Seletivo, que não quiser ser contratado, quando convocado, poderá requerer sua reclassificação para o final de fila.

14.8. O candidato que não se manifestar junto a setor de Recursos Humanos da Prefeitura de NAVEGANTES, até a data estabelecida conforme item 15.6, será excluído da vaga deste Processo Seletivo .

14.9. É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do Processo Seletivo, estas deverão ser comunicadas diretamente ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura de NAVEGANTES.

14.10. A inobservância do subitem 15.5, implicará na desclassificação da vaga do Processo Seletivo .

14.11. Por ocasião da contratação serão exigidos, dos candidatos aprovados e convocados os documentos que comprovem os requisitos para provimento no cargo conforme item 2 deste edital, além de outros exigíveis à época da nomeação conforme legislação.

14.12. O não cumprimento dos quesitos necessários impede a posse do candidato.

15. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

15.1. Delega-se competência ao IOBV – Instituto o Barriga Verde, como banca executora deste Processo Seletivo, para:

- a) Receber os requerimentos de inscrições;
 - b) Emitir os documentos para homologação das inscrições;
 - c) Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas;
 - d) Analisar e pontuar os títulos;
 - e) Apreciar os recursos previstos neste edital;
 - f) Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
 - g) Prestar informações sobre o Processo Seletivo dentro de sua competência;
 - h) Atuar em conformidade com as disposições deste edital.
 - i) Responder, em conjunto com o município de NAVEGANTES eventuais questionamento de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.
- 15.2. A fiscalização e supervisão do certame está a cargo da Comissão Municipal de Processo Seletivo, devidamente nomeada por ato oficial.
- 15.3. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do Município de NAVEGANTES.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Processo Seletivo .

16.2. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas informações por telefone relativas a número de inscritos por cargo ao resultado do Processo Seletivo e respostas de recursos.

16.3. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam necessários, na área do candidato até a data de homologação do resultado final e após esta data no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de NAVEGANTES, até que expire a validade do Processo Seletivo, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com

base nos dados constantes nos registros.

16.4. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Processo Seletivo, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

16.5. Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item retro, o candidato estará sujeito a responder criminalmente por seu ato.

16.6. O Município de NAVEGANTES e o IOBV não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Processo Seletivo sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial www.iobv.org.br.

16.7. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br.

16.8. As despesas relativas à participação do candidato no Processo Seletivo e à apresentação para contratação e exercício correrão a expensas do próprio candidato.

16.9. No exame da tempestividade dos recursos, solicitações e documentos enviados à Comissão de Processo Seletivo, encaminhados via postal com Aviso de Recebimento – AR (correios), será considerada a data de entrega.

16.10. É vedada a inscrição neste Processo Seletivo de quaisquer membros da Comissão de Processo Seletivo, tanto da Prefeitura do Município de NAVEGANTES como do IOBV.

16.11. Os cadernos de prova escrita serão mantidos sob a responsabilidade do IOBV, por um período de 3 (três) meses, após a homologação do resultado final, quando serão incinerados. Os demais apontamentos, após 6 (seis) meses da homologação do resultado serão incinerados, com registro em ata.

16.12. A Comissão do Processo Seletivo da Prefeitura do Município de NAVEGANTES e do IOBV poderão justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

16.13. Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecurável, pela Comissão do Processo Seletivo da Prefeitura do município de NAVEGANTES e do IOBV.

16.14. Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo previsto neste Edital o Foro da Comarca de Navegantes/SC.

16.15. São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

16.16. Anexo I – Cargos e Vagas; Anexo II– Atribuições dos Cargos; Anexo III– Conteúdo Programático; Anexo IV – Requerimento de Vaga de Deficiente e Condição Especial para Realizar a prova; Anexo V – Requerimento de Isenção de Taxa de Inscrição. VI- Requerimento para prova de Títulos; VII-Requerimento de Recursos.

NAVEGANTES, 03 de Janeiro de 2017.

EMILIO VIEIRA

Prefeito Municipal

ANEXO 1

CARGOS, JORNADA DE TRABALHO, VAGAS, SALÁRIO MENSAL E PRÉ-REQUISITOS

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

Cargo	CH	Va- gas	Salário	Pré-requisitos	Tipo Prova	Valor Inscrição
1. Professor de Educação Física 20h	20	RT	R\$ 1.202,59	Deverão obrigatoriamente portar diploma de graduação/bacharelado em Educação Física com registro no CREF	Escrita e títulos	R\$ 60,00
2. Professor de Educação Física 40h	40	RT	R\$ 2.405,19	Deverão obrigatoriamente portar diploma de graduação/bacharelado em Educação Física com registro no CREF	Escrita e títulos	R\$ 60,00

Abreviaturas:

CH – Carga Horária (Jornada de Trabalho) Semanal RT – Reserva Técnica (Cadastro de Reserva)

ANEXO II

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Atuar nas diversas manifestações da Educação Física como: ginásticas, exercícios físicos, esportes, jogos, lutas, capoeira, artes marciais, danças, atividades rítmicas, expressivas e acrobáticas, musculação, lazer, recreação, ergonomia, relaxamento corporal, ioga, exercícios compensatórios à atividade laboral e do cotidiano e outras práticas corporais, tendo como propósito prestar serviços que favoreçam o desenvolvimento da educação e da saúde, contribuindo para a capacitação e/ou restabelecimento de níveis adequados de desempenho e condicionamento fisiocorporal dos seus beneficiários, visando à consecução do bem-estar e da qualidade de vida, da consciência, da expressão e estética do movimento, da prevenção de doenças, de acidentes, de problemas posturais, da compensação de distúrbios funcionais, contribuindo para a consecução da autonomia, da autoestima, da cooperação, da solidariedade, da integração, da cidadania, das relações sociais e a preservação do meio ambiente, observados os preceitos de responsabilidade, segurança, qualidade técnica e ética no atendimento individual e coletivo. Para tanto o profissional deverá:

- Desenvolver atividades físicas com crianças, jovens, adultos e idosos, ensinar técnicas esportivas, realizar treinamentos especializados, instruindo acerca dos princípios e regras inerentes a respectiva modalidade/atividade.
- Planejar, prescrever e ministrar/orientar treinamentos e/ou exercício físico.
- Avaliar e supervisionar o preparo físico e desempenho dos beneficiários.
- Acompanhar e supervisionar as práticas esportivas ou de atividades físicas, visando a segurança dos usuários.
- Zelar pela qualidade da aprendizagem dos beneficiários.
- Elaborar informes técnicos e científicos nas áreas das atividades físicas e/ou esportivas.
- Elaborar programas e planos, atendendo ao avanço da tecnologia na sua modalidade/atividade.

- Contribuir para o aprimoramento da qualidade na sua modalidade/atividade.
- Atualizar-se em sua área de conhecimento, bem como sobre a legislação esportiva e profissional vigente.
- Cooperar com serviços de administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação de seus beneficiários.
- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas e culturais.
- Constatar necessidades e encaminhar os beneficiários aos setores específicos de atendimento.
- Zelar pela modalidade/atividade e pelas instalações, materiais e equipamentos de trabalho.
- Desenvolver e aplicar políticas públicas voltadas para o esporte e para saúde.
- Zelar pela prevenção e promoção de saúde.
- Participar das atividades e competições oficiais em que a Fundação Municipal de Esporte e Lazer promover e participar ou estiver envolvida.
- Cumprir e fazer cumprir o Código de Ética Profissional, e a legislação vigente, bem como as normas e regulamentos.
- Apresentar Plano de Trabalho e Relatório Anual e sempre que solicitado pelas chefias imediatas. • Executar tarefas correlatas.

ANEXO III

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ATENÇÃO:

Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. Nas questões relacionadas a conhecimentos de informática, salvo expressa menção do programa e ou enunciado, as perguntas poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares existentes no mercado. As bibliografias são meramente sugestões ficando a cargo do candidato pesquisar e adquirir o material para estudo.

CARGOS ENSINO SUPERIOR

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS – COMUM A TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA.

Leitura e interpretação (objetiva e subjetiva). Polissemia e Ambiguidade. Fonologia: encontros vocálicos e encontros consonantais. Dígrafos e Dífono. Morfologia: substantivo, artigo, adjetivo, pronome, numeral, verbo, advérbio, conjunção, preposição e interjeição. Flexão das classes morfológicas. Sintaxe do período simples. Ortografia: s, ss, ç e z. Regras da nova ortografia. Gêneros textuais: crônica e poema. Figuras de Linguagem e de Pensamento.

GERAIS E ATUALIDADES

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente.

LEGISLAÇÃO: Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Dos Direitos Sociais – Da Nacionalidade – Dos Direitos Políticos – Dos Municípios – Da Administração Pública – Dos Servidores Públicos e Capítulo sobre Educação; Lei Orgânica do Municipal, ECA, ESTATUTO DO IDOSO.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA

Teorias da aprendizagem e principais pensadores que influenciaram a educação. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Interdisciplinaridade. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. A função social da escola pública contemporânea.

Metodologia e Regras das Modalidades Esportivas; História da Educação Física; Educação Física Escolar; Estrutura e Funcionamento da Educação Básica; Educação Física na Educação Infantil e Ensino Fundamental; Didática Geral e da Educação Física; Metodologia para o ensino da Educação Física; Fundamentos da Educação; Filosofia e Sociologia da Educação Física; Educação Física Escolar e Cidadania; Atividades Rítmicas na Escola; Organização e Administração de Eventos Escolares; Educação para Saúde; Biologia do Esporte; Anatomia Humana; Fisiologia Humana; Fisiologia do Exercício; Biomecânica; Qualidades Físicas na Educação Física; Prevenção de Acidentes e Socorros de Urgência; Cineantropometria; Desenvolvimento Motor e Aprendizagem Motora; Psicologia do Desenvolvimento e do Esporte; Pedagogia do Exercício e do Esporte; Fundamentos da Ginástica e da Musculação; Iniciação Esportiva; Esporte e Jogos na Escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; Educação Física Adaptada; Recreação, Jogos e Lazer; Educação Física Escolar e Qualidade de Vida; Planejamento Curricular; Administração Escolar; Políticas Públicas em Educação Física; Ética e Deontologia da Educação Física; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Física; Legislação Esportiva e Profissional; Atualidades e Tópicos Especiais em Educação Física. PCNs de Educação Física.

ANEXO IV

REQUERIMENTO

Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Processo Seletivo 001/2017 da Fundação Municipal de Esportes de NAVEGANTES, inscrição número _____, para o cargo de _____ requer a Vossa Senhoria:

1 – () Vaga para portadores de Deficiência

Deficiência: _____

CID nº: _____

Nome do Médico: _____

2) Condição Especial para realização da prova:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte

Fonte nº _____ / Letra _____

a)) Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação.

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

a) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do Requerente

ANEXO V

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no cargo de _____ – Inscrição n.º _____ do Processo Seletivo 001/2017 (Fundação Municipal de Esportes) da Prefeitura Municipal de Navegantes - SC residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me enquadro nas condições de:

[] Doador de Sangue (apresentar comprovante das doações.)

[] Possuir Baixa renda, nos termos dos Decretos do Governo Federal nºs 6.135/2007 e 6.593/2008.

Meu Número de Identificação Social – NIS é: _____, atribuído pelo CadÚnico do Governo Federal.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2017.

(local e data)

Assinatura do Requerente

ANEXO VI

REQUERIMENTO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Tipo de Recurso:	
[] 1 – Contra indeferimento de inscrição	
[] 2 - Contra questão da prova ou gabarito preliminar	
[] 3 – Contra a classificação preliminar	
[] 4 – Outro: _____	
Nome do Candidato:	
N.º de Inscrição:	Cargo:
Identidade:	CPF:

N.º da Questão:

Data:

OBS.: Nos recursos contra o teor das questões ou gabarito preliminar, você deve preencher obrigatoriamente um formulário para cada questão.

Fundamentação e Referência Bibliográfica:

Assinatura do Candidato

Só serão analisados os recursos entregues ao IOBV até às 18 horas do segundo dia útil subsequente à publicação do ato contra o qual se insurge o candidato.

PORTARIAS 374, 375, 376/2017 PROGRESSÃO POR TEMPO DE SERVIÇO

PORTARIA N º 374 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER MARA SILVA OLIVEIRA BUSSATO no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professora, posicionando para a classe/referência "01 A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011/2013.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 01.02.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 375 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER MONICA LEAL CUNHA no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professora, posicionando para a classe/referência "25 A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 01.02.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 376 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER NEROZILDA PINHEIRO FERREIRA no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professora, posicionando para a classe/referência "11 A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 01.02.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 377,378,379,380,388,389,390,391,398,399,400,401,402,403,404,405,407,408,410/2017 EXONERAÇÃO

PORTARIA N º 377 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009, RESOLVE:

I – EXONERAR o (a) servidor (a) INDURI NUNES DE SOUZA, do cargo de Chefe de Seção, a partir de 02/01/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 378 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 72 de 08/01/2010, RESOLVE:

I – EXONERAR o (a) servidor (a) ROGÉRIA MOREIRA INÁCIO, do cargo de Diretora de Escola CEI, EJA (DESC 4), a partir de 02/01/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
PORTARIA N º 379 DE 02 DE JANEIRO DE 2017
EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 72 de 08/01/2010, RESOLVE:

I – EXONERAR o (a) servidor (a) LUANA CRISTINA FONSECA, do cargo de Diretora Adjunta de Escola CEI, EJA (DESC A4), a partir de 02/01/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 380 DE 02 DE JANEIRO DE 2017
EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 72 de 08/01/2010, RESOLVE:

I – EXONERAR o (a) servidor (a) MÁRCIA APARECIDA DE MELLO, do cargo de Diretora de Escola CEI, EJA (DESC 1), a partir de 02/01/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 388 DE 02 DE JANEIRO DE 2017
EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 72 de 08/01/2010, RESOLVE:

I – EXONERAR o (a) servidor (a) DINORA PEREIRA DOS SANTOS, do cargo de Secretária de Escola CEI, EJA (SESC 8), a partir de 02/01/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
PORTARIA N º 389 DE 02 DE JANEIRO DE 2017
EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009, RESOLVE:

I – EXONERAR o (a) servidor (a) JOSÉ ANTONIO HAUKE, do cargo de Gestor Público Municipal I, a partir de 02/01/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 390 DE 02 DE JANEIRO DE 2017
EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 72 de 08/01/2010, RESOLVE:

I – EXONERAR o (a) servidor (a) IDILZAMAR FRANCISCO PACHECO , do cargo de Diretora de Escola, CEI,EJA (DESC 3), a partir de 02/01/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 391 DE 02 DE JANEIRO DE 2017
EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009, RESOLVE:

I – EXONERAR o (a) servidor (a) LELIANE BRINING MENDONÇA, do cargo de Assistente Técnico Administrativo, a partir de 02/01/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 398 DE 02 DE JANEIRO DE 2017
EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 72 de 08/01/2010, RESOLVE:

I – EXONERAR o (a) servidor (a) PATRICIA MENGARDA , do cargo de Diretora de Escola CEI, EJA (DESC 3), a partir de 02/01/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 399 DE 02 DE JANEIRO DE 2017
EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009, RESOLVE:

I – EXONERAR o (a) servidor (a) IULI DA CUNHA CESHIN , do cargo de Secretária de Assistência Social, a partir de 02/01/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 400 DE 02 DE JANEIRO DE 2017
EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009, RESOLVE:

I – EXONERAR o (a) servidor (a) LUIZA RAMOS DE LIMA COUTO , do cargo de Chefe de Departamento Pedagógico, a partir de 02/01/2017.
II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
PORTARIA N º 401 DE 02 DE JANEIRO DE 2017
EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009, RESOLVE:

I – EXONERAR o (a) servidor (a) KABINY MACUCO RÉGIS, do cargo de Assistente Técnico Administrativo, a partir de 02/01/2017.
II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 402 DE 02 DE JANEIRO DE 2017
EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 72 de 08/01/2010, RESOLVE:

I – EXONERAR o (a) servidor (a) FABRÍCIA GISELE PEREIRA , do cargo de Diretora de Escola, CEI, EJA (DESC 5), a partir de 02/01/2017.
II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 403 DE 02 DE JANEIRO DE 2017
EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009, RESOLVE:

I – EXONERAR o (a) servidor (a) DANIELA COSTA REISER , do cargo de Assessor Técnico II, a partir de 02/01/2017.
II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 404 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 72 de 08/01/2010, RESOLVE:

I – EXONERAR o (a) servidor (a) FLAVIO COSTA , do cargo de Diretor de Escola, CEI, EJA (DESC 3), a partir de 02/01/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 405 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 72 de 08/01/2010, RESOLVE:

I – EXONERAR o (a) servidor (a) JACQUELINE TERESINHA REGIS MAIS do cargo de Diretora de Escola, CEI, EJA (DESC 3), a partir de 02/01/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 407 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009, RESOLVE:

I – EXONERAR o (a) servidor (a) JOSÉ FLÁVIO SOARES do cargo de Assessor Técnico III, a partir de 03/01/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 408 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009, RESOLVE:

I – EXONERAR o (a) servidor (a) THATIANE AZILIERO do cargo de Agente Público Municipal III, a partir de 02/01/2017.
II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 410 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 72 de 08/01/2010, RESOLVE:

I – EXONERAR o (a) servidor (a) LUCIANA DOS PASSOS BENTO do cargo de Diretora de Escola, CEI, EJA (DESC 1), a partir de 02/01/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Novo Horizonte

PREFEITURA

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA ESPECIAL PARA ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVO HORIZONTE/SC, PARA O BIÊNIO DE 2017/2018.

Ata da Sessão Extraordinária Especial para Eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC, para o biênio de 2017/2018.

No dia 01 (primeiro) do mês de janeiro do ano de 2017 (dois mil e dezessete), às 10:00 (dez) horas, com a presença de todos(as) os(as) Senhores(as) Vereadores(as) eleitos(as) em 2(dois) de outubro de 2016 (dois mil e dezesseis), foi aberta a presente Sessão sob a Presidência do Vereador Roberto Antunes de Lima. O Presidente designou o Vereador Sergio Sanagiotto como 01º secretário e o Vereador Nazareno Lorenzi Nunes como 02º secretário para secretariar os trabalhos. Em seguida explicou a finalidade exclusiva da Sessão, e o sistema de votação, conforme os termos regimentais solicitando para respeitarem a proporcionalidade. Ato contínuo o secretário registrou a inscrição de 2 (duas) chapas para concorrer ao cargo da Mesa Diretora, qual seja: chapa 01 – presidente: vereador Jocemar Bottin; vice-presidente: vereadora Merci Moschen de Macedo; 1º secretário vereador José Antonio Somariva Daniel; 2º secretário vereador José Denez. Chapa 02 – presidente: vereador Cleonir José de Lima; vice-presidente vereador Roberto Antunes de Lima; 1º secretário vereador Sergio Sanagiotto; 2º secretário vereador Nazareno Lorenzi Nunes. Iniciando o processo de votação e após a confecção das cédulas, os vereadores foram chamados um a um pelo 1º secretário, assinaram a folha de votação, receberam as cédulas devidamente rubricadas pelo Presidente, votaram e depositaram seus votos na urna. Encerada a votação o Presidente convidou para o escrutínio, um representante de cada Bancada Partidária: sendo pelo PSDB vereador Sergio Sanagiotto 1º secretário; pelo PP Lucimar Viero; pelo PT vereador Jocemar Bottin; pelo PSB vereadora Merci Moschen de Macedo; e pelo PSD vereador Cleonir José de Lima; e o presidente da sessão. Realizado o escrutínio o Presidente proclamou o seguinte resultado: chapa 01, 04 (quatro) votos e chapa 02, 05 (cinco) votos, declarando vencedora a chapa 02 (dois), que tem como Presidente o vereador Cleonir José de Lima, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na SC 157 n. 05, LT Leda Sanagiotto, centro, município de Novo Horizonte/SC, portador do RG n. 7.651.994, e CPF n. 007.086.981-23; Vice-Presidente o vereador, Roberto Antunes de Lima, brasileiro, união estável, residente e domiciliado na comunidade de linha Santa Bárbara município de Novo Horizonte/SC, portador do RG n. 3.124.168, CPF n. 849.511.399-15; 1º Secretário Sergio Sanagiotto, brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua SC 157, n. 139, centro, município de Novo Horizonte/SC, portador do RG n. 1.273.536-1, CPF n. 618.516.049-87; e como 2º Secretário o vereador Nazareno Lorenzi Nunes, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Eulívio Pastre, final rua linha Santa Bárbara, município de Novo Horizonte/SC, portador do RG n. 12/R-2.655.639, CPF n. 737.984.959-04, sendo declarada empossada a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte para o biênio 2017/2018. Na sequência o Vereador Roberto Antunes de Lima passou a palavra ao Presidente eleito Vereador Cleonir José de Lima que agradeceu os Vereadores pelo apoio depositado, registrando seu compromisso junto aos demais vereadores e com a casa legislativa, prometeu manter a harmonia e independência dos poderes constituídos, desejou um feliz ano em 2017 e agradeceu a presença de todos. Finalizando convocou todos os Senhores Vereadores para a primeira Reunião Ordinária no dia quinze de fevereiro de 2017 (dois mil e dezessete) às 19:00 (dezenove) horas e declarou encerrada a

presente Sessão. Para constar foi lavrada a presente Ata que segue assinada pela Secretaria e pelo Presidente.

Cleonir José de Lima Sergio Sanagiotto
Presidente 1º Secretário

Nazareno Lorenzi de Nunes
2º Secretário

EXTRATO CONTRATUAL FMS Nº 001, 002 E 003/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 001/2017
Contratante.: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
Contratada...: CONIMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
Valor : 182.830,23 (cento e oitenta e dois mil oitocentos e trinta reais e vinte e três centavos)
Vigência : Início: 03/01/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2017
Recursos : Dotação: 2.031.3.3.71.00.00.00.00 (7) Saldo: 452.540,00
Objeto : Constitui objeto deste contrato o repasse de recursos financeiros destinados ao custeio dos projetos e atividades desenvolvidas pelo Consórcio, para a execução de suas finalidades, previstas nos art. 4º e 5º do Estatuto Social.

Contrato Nº.: 002/2017
Contratante.: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
Contratada...: CIS-AMOSC - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
Valor : 10.800,00 (dez mil oitocentos reais)
Vigência : Início: 03/01/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2017
Recursos : Dotação: 2.031.3.1.71.00.00.00.00 (1), 2.031.3.3.71.00.00.00.00 (7)
Objeto : O objeto do presente Contrato de Rateio é assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de Novo Horizonte, integrante da Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense - AMNOROESTE, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra referência.(Para manutenção do CONSÓRCIO).

Contrato Nº.: 003/2017
Contratante.: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
Contratada...: CIS-AMOSC - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
Valor : 128.200,00 (cento e vinte e oito mil e duzentos reais)
Vigência : Início: 03/01/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2017
Recursos : Dotação: 2.031.3.1.71.00.00.00.00 (1), 2.031.3.3.71.00.00.00.00 (7)
Objeto : O objeto do presente Contrato de Rateio é

assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de Novo Horizonte, integrante da Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense - AMNOROESTE, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra referência. (Para serviços médicos especializados).

Novo Horizonte/SC, em 03 de Janeiro de 2017 – ROGERIO ACACIO MASCARELLO – Gestor FMS

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL FMS Nº 001 E 002-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 001/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS Nº 001/2017

RATIFICAÇÃO DIA: 03/01/2017

CONTRATADO: CONIMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

OBJETO: O objeto da presente Licitação é a contratação do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CONIMS, para a Prestação de Serviços de Saúde de média e alta complexidade para a população do Município e demais finalidades previstas no artigo 5º e 6º do Estatuto Social da Entidade.

VALOR DA DESPESA: R\$ 182.830,23 (cento e oitenta e dois mil oitocentos e trinta reais e vinte e três centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XXVI da Lei de Licitações.

DATA: 03/01/2017 - ROGÉRIO ACACIO MASCARELLO – Secretario De Saude E Promoção Social/gestor Fms

DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS Nº 002/2017

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 002/2017

RATIFICAÇÃO DIA: 03/01/2017

CONTRATADO: CIS-AMOSC - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

OBJETO: O objeto da presente Licitação é a contratação de Consórcio Público para assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de Novo Horizonte, integrante da Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense - AMNOROESTE, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra referência.

VALOR DA DESPESA: R\$ 139.000,00 (cento e trinta e nove mil reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XXVI da Lei de Licitações.

DATA: 03/01/2017 - ROGÉRIO ACACIO MASCARELLO – Secretario De Saude E Promoção Social/gestor Fms

TERMO DE POSSE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO 2017-2020

TERMO DE POSSE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO

No primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, nesta cidade de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, às oito horas, compareceram na sala de sessão da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte, localizada na Rua Antonio Lazarin esquina com Avenida Castelo Branco nº 04, Centro na Cidade de Novo Horizonte/SC para em sessão solene, prestarem o compromisso e serem empossados nos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito municipal, Senhor Vanderlei Sanagiotto, brasileiro, casado, RG nº 1.787.512, CPF nº 767.613.479-04, Prefeito e Senhor Luiz Darci Zaffari, brasileiro, casado, RG nº 1.693.187, CPF nº 098.061.649-20 Vice-Prefeito, eleitos no Pleito de dois de outubro de dois mil e dezesseis, sob a Presidência do Vereador Roberto Antunes de Lima, mais votado dentre os eleitos, atendendo as normas regimentais. Após cumpridas as demais formalidades da Lei, apresentados o Diploma e a Declaração de Bens, que ficarão arquivados na Secretaria, prestaram o seguinte compromisso:

“PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, AS CONSTITUIÇÕES FEDERAL E ESTADUAL E AS DEMAIS LEIS, BEM COMO DESEMPENHAR O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO E TRABALHAR PELO PROGRESSO E BEM ESTAR DOS MUNICÍPIOS”. Ato contínuo, foram declarados empossados nos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Novo Horizonte, pelo senhor Presidente, para o período compreendido entre primeiro de janeiro de dois mil e dezessete a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte. E para que surta todos os efeitos legais, lavrou-se o presente termo, que segue assinado pelos empossados, e pelo Presidente. Novo Horizonte, 01 de janeiro de 2017.

PREFEITO – VANDERLEI SANAGIOTTO

VICE-PREFEITO – LUIZ DARCI ZAFFARI

PRESIDENTE – ROBERTO ANTUNES DE LIMA

TERMO DE POSSE VEREADORES 2017-2020

TERMO DE POSSE DOS VEREADORES

No primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, nesta cidade de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, às oito horas, no Anfiteatro da Prefeitura Municipal, sob a Presidência do Vereador Roberto Antunes de Lima, mais votado dentre os eleitos, em sessão solene, compareceram os Vereadores eleitos no pleito de sete de outubro de dois mil e dezesseis, senhores: Lucimar Vieiro, Sérgio Sanagiotto, Josemar Bottim, Cleonir José de Lima, José Denes, Nazareno Lurenzi Nunes, José Antonio Somariva Daniel, Merci Moschen de Macêdo, para fim específico de prestarem compromisso a serem empossados no cargo de Vereador do Município de Novo Horizonte. Cumpridas as determinações legais para a posse, apresentados o Diploma e Declaração de Bens, que ficarão arquivadas na Secretaria da Câmara, prestado o seguinte compromisso pelo Presidente:

“PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, AS CONSTITUIÇÕES FEDERAL E ESTADUAL E AS DEMAIS LEIS, BEM COMO DESEMPENHAR O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO E TRABALHAR PELO PROGRESSO E BEM ESTAR DOS MUNICÍPIOS”. Seguiu-se o compromisso prestado pelos Vereadores acima relacionados, atendendo a chamada nominal pelo Presidente, quando responderam: ASSIM O PROMETO. O compromisso do Presidente foi tomado pelo cerimonialista. Foram após o compromisso declarados empossados e serão os Vereadores deste Município na Legislatura compreendida entre primeiro de janeiro do ano de dois mil e dezessete a trinta e um de dezembro do ano de dois

mil e vinte. Do que, para que surta todos os seus legais efeitos, lavrou-se o presente termo, que segue assinado pelos empossados. Novo Horizonte, 01 de janeiro de 2017.

Roberto Antunes de Lima

Lucimar Viero

Sérgio Sanagiotto

Jocemar Bottin

Cleonir José de Lima

Jose Denez

Nazareno Lorenzi Nunes

José Antônio Somariva Daniel

Merci Moschen de Macedo

Orleans

PREFEITURA

PORTARIA DE LOTAÇÃO POR REMOÇÃO Nº011/2017

PORTARIA Nº 011/2017

“LOTAÇÃO POR REMOÇÃO”

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans – SC e considerando a Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e Lei nº 2.076 de 24 de maio de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Remover a servidora efetiva FRANCIS MARA CANEVER, matrícula nº 3849, no cargo de AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, a partir de 02/01/2017, de acordo com Edital do Concurso de Remoção nº003/2016 do CEI. São Geronimo para lotar no CEI. Regina Chechetto Sprícigo, com carga horária de 30 horas semanais, para atender a demanda de matrícula.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 02 de janeiro de 2017.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito Municipal

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS DOIS (02) DIAS DO MÊS JANEIRO (01) DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE (2017).

MARIO COAN

Secretário da Administração

PORTARIA DE LOTAÇÃO POR REMOÇÃO Nº012/2017

PORTARIA Nº 012/2017

“LOTAÇÃO POR REMOÇÃO”

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans – SC e considerando a Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e Lei nº 2.076 de 24 de maio de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Remover a servidora efetiva JANAINA FRANCISCON DE SOUZA BIANCO, matrícula nº 5175, no cargo de AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, a partir de 02/01/2017, de acordo com Edital do Concurso de Remoção nº003/2016 do CEI. Débora Laurentino para lotar no CEI. Mundo Encantado, com carga horária de 30 horas semanais, para atender a demanda de matrícula.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 02 de janeiro de 2017.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito Municipal

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS DOIS (02) DIAS DO MÊS JANEIRO (01) DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE (2017).

MARIO COAN

Secretário da Administração

PORTARIA DE LOTAÇÃO POR REMOÇÃO Nº013/2017

PORTARIA Nº 013/2017

“LOTAÇÃO POR REMOÇÃO”

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans – SC e considerando a Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e Lei nº 2.076 de 24 de maio de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Remover a servidora efetiva ADRIANA CECHINEL ORBEM, matrícula nº 3902, no cargo de PROFESSOR, a partir de 02/01/2017, de acordo com Edital do Concurso de Remoção nº003/2016 do CEI. Recanto do Saber para lotar no CEI. Regina Chechetto Spricigo, com carga horária de 40 horas semanais, para atender a demanda de matrícula.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 02 de janeiro de 2017.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito Municipal

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS DOIS (02) DIAS DO MÊS JANEIRO (01) DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE (2017).

MARIO COAN

Secretário da Administração

PORTARIA DE LOTAÇÃO POR REMOÇÃO Nº014/2017

PORTARIA Nº 014/2017

“LOTAÇÃO POR REMOÇÃO”

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans – SC e considerando a Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e Lei nº 2.076 de 24 de maio de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Remover a servidora efetiva ANGELA MARIA PAVEI WILLEMANN, matrícula nº 4652, no cargo de PROFESSOR, a partir de 02/01/2017, de acordo com Edital do Concurso de Remoção nº003/2016 do CEI. Débora Laurentino para lotar no CEI. Mundo Encantado, com carga horária de 40 horas semanais, para atender a demanda de matrícula.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 02 de janeiro de 2017.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito Municipal

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS DOIS (02) DIAS DO MÊS JANEIRO (01) DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE (2017).

MARIO COAN
Secretário da Administração

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS DOIS (02) DIAS DO MÊS JANEIRO (01) DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE (2017).

MARIO COAN
Secretário da Administração

PORTARIA DE LOTAÇÃO POR REMOÇÃO Nº015/2017

PORTARIA Nº 015/2017

“LOTAÇÃO POR REMOÇÃO”

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans – SC e considerando a Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e Lei nº 2.076 de 24 de maio de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Remover a servidora efetiva MARILUCIA APARECIDA DE MOURA BOMBAZAR, matrícula nº 4634, no cargo de PROFESSOR, a partir de 02/01/2017, de acordo com Edital do Concurso de Remoção nº003/2016 do CEI. Mundo Encantado para lotar na EEB. Otto Pfutzenreuter, com carga horária de 40 horas semanais, para atender a demanda de matrícula.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 02 de janeiro de 2017.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito Municipal

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS DOIS (02) DIAS DO MÊS JANEIRO (01) DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE (2017).

MARIO COAN
Secretário da Administração

PORTARIA DE LOTAÇÃO POR REMOÇÃO Nº016/2017

PORTARIA Nº 016/2017

“LOTAÇÃO POR REMOÇÃO”

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans – SC e considerando a Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e Lei nº 2.076 de 24 de maio de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Remover a servidora efetiva MARILIA SOARES LOTIN, matrícula nº 3861, no cargo de PROFESSOR, a partir de 02/01/2017, de acordo com Edital do Concurso de Remoção nº003/2016 do CEI. Recanto do Saber para lotar no CEI. Regina Chechetto Sprigo, com carga horária de 40 horas semanais, para atender a demanda de matrícula.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 02 de janeiro de 2017.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito Municipal

Ouro Verde

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 0001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0001/2017 O Município de Ouro Verde, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial. Objeto: Contratação de empresa especializada para locação de Sistema informatizado de Movimento Econômico. Voltado ao controle geral de emissão de notas fiscais de produtores, com emissão de relatórios para apoio nas DIFEs empresarias do Município Ouro Verde/SC, a ser executado de forma continua. Conforme especificações do edital. Entrega dos Envelopes: Até as 09h00min dia 19/01/2017. Início da sessão Publica. Às 09h05min dia 19/01/2017. Base legal: lei nº10. 520 de 17 de julho de 2002, c/aplicação subsidiária da lei 8.666/93 e suas alterações. Informações: Secretaria Geral de ADM e setor de licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 04 de janeiro de 2017. Amelio Remor Junior Prefeito Municipal.

DECRETO Nº2863

DECRETO N.º 2863/2017

“ESTABELECE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado a entrada em vigor a partir de 02 de janeiro de 2017, Horário de Trabalho ao Funcionalismo Público Municipal, conforme especifica:

Matutino: 07:45 hs. às 11:45 hs.

Vespertino: 13:15 hs. às 17:15 hs.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 02 de janeiro de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº2864

DECRETO N.º 2864/2017

“NOMEIA FUNCIONARIO PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Comp. 021/2005 e 022/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeado para o Serviço Público Municipal o Sr. VICTOR TADEU PRATTO, para exercer o Cargo de provimento em Comissão de Dirigente de Gestão Contábil e Tributária, lotado junto a Secretaria Municipal Administração e Gestão.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Ouro Verde – SC, em 03 de janeiro de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº2865

DECRETO N.º 2865/2017

“NOMEIA FUNCIONARIO PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Comp. 021/2005 e 022/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeado para o Serviço Público Municipal o Sr. DENILSON DO PRADO, para exercer o Cargo de provimento em Comissão de Assistente de Manutenção, lotado junto a Secretaria Municipal Infraestrutura.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Ouro Verde – SC, em 04 de janeiro de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 001/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA

Objeto: Prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pela CONTRATADA. valor certo e ajustado de R\$:6.180,00 (seis mil cento e oitenta reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 02 de janeiro de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 002/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA

Objeto: Contratação de Empresa para execução de Serviços de Engenharia Sanitária de Limpeza Pública, no Perímetro Urbano do Município de Ouro Verde, CONTRATANTE Coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos e compactáveis, com a utilização de veículo (s) equipado(s) com caçamba coletora/compactadora com disposição final de resíduos sólidos urbanos, através de operação e manutenção de aterro sanitário, em imóvel de responsabilidade da empresa contratada, possuidor de todas as licenças ambientais necessárias.valor certo e ajustado de R\$:106.800,00 (cento e seis mil e oitocentos reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 02 de janeiro de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 003/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA

Objeto: Contratação de Empresa para execução de Serviços de Engenharia Sanitária de Limpeza Pública, no Perímetro Urbano do Município de Ouro Verde, CONTRATANTE Coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos de serviços de saúde, com a utilização de veículo especial de acordo com as normas técnicas atinentes a tal serviço, com disposição final conforme licenças ambientais necessárias.valor certo e ajustado de R\$:13.560,00 (treze mil quinhentos e sessenta reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 02 de janeiro de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 004/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

Objeto: Prestação de serviços de implantação, locação de software e suporte para implementação do controle interno.valor certo e ajustado de R\$:4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 03 de janeiro de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 005/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina -Epagri

Objeto: Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.valor certo e ajustado de R\$:33.000,00 (trinta e três mil reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 03 de janeiro de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº001/2017

PORTARIA N.º 001/2017

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. JOÃO MARIA SANTOS, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 01/07/2014 a 30/06/2015, que serão gozadas no período de 02/01/2017 a 31/01/2017, retornado aos seus trabalhos no dia 01/02/2017.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 03 de janeiro de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI

VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº002/2017

PORTARIA N.º 002/2017

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. CLODOALDO JOSÉ BASOTTI, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 01/09/2015 a 31/08/2016, que serão gozadas no período de 02/01/2017 a 31/01/2017, retornado aos seus trabalhos no dia 01/02/2017.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 03 de janeiro de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI

VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº003/2017

PORTARIA N.º 003/2017

“DESIGNA SERVIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Designar, Adécio Valendorf Kosinski – Vice-Prefeito Municipal e Alexandra Olivia Ferneda de Siqueira – Responsável pela Tesouraria, para Assinar Cheque e movimentar via Auto-atendimento todas as Contas do Município de Ouro Verde, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social, na seguinte Ordem:

Amélio Remor Júnior – Prefeito Municipal – CPF N.º 043.920.479-89 e Adécio Valendorf Kosinski – Vice-Prefeito Municipal – CPF N.º

674.814.509-00;
Amélio Remor Júnior – Prefeito Municipal – CPF N.º 043.920.479-89 e Alexsandra Olivia Ferneda de Siqueira – Almoхарife – CPF N.º 058.325.999-50;
Adécio Valendorf Kosinski – Vice-Prefeito Municipal – CPF N.º 674.814.509-00 e Alexsandra Olivia Ferneda de Siqueira – Almoхарife – CPF N.º 058.325.999-50.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 03 de janeiro de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

PORTARIA Nº004/2017

PORTARIA N.º 004/2017

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. DIRLEI PASINI GUIOTTO, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 04/04/2015 a 03/04/2016, que serão gozadas no período de 02/01/2017 a 31/01/2017, retornado aos seus trabalhos no dia 01/02/2017.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 03 de janeiro de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI

VICE-PREFEITO MUNICIPAL

Palmitos

PREFEITURA

3º TA 15/2014

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

3º Termo Aditivo ao Contrato: nº 15/2014. Objeto: FICA ADITADA, DE COMUM ACORDO A CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA. Contratada: JCS INFORME DOENÇA VIA TELEMARKETING LTDA ME. Vigência: 30/06/2017. Palmitos 16/12/2016. Tânia de Fátima Henchen.

PROCESSO 01/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 01/2017. Modalidade: Pregão Presencial 01/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DENA ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DE TODAS AS ETAPAS DO TESTE SELETIVO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORES (MAGISTÉRIO E LICENCIATURA) E SERVIÇOS GERAIS. Data da entrega dos envelopes: 19/01/2017 até as 08:30 horas. Data da abertura: 19/01/2017 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 04 de Janeiro de 2017. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

DECRETO Nº 2677, DE 02 DE JANEIRO DE 2017 - DISPÕE SOBRE A JORNADA DE TRABALHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PAPANDUVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 2677, DE 02.01.2017.

DISPÕE SOBRE A JORNADA DE TRABALHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PAPANDUVA e DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ HENRIQUE SALIBA, PREFEITO MUNICIPAL DE PAPANDUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. O expediente em todas as repartições públicas municipais a contar do dia 02 de janeiro de 2017, obedecerá ao seguinte horário, de Segunda a Sexta-feira:

I - Edifício da Municipalidade, Autarquias Municipais (SMAE e IPREPAV), Junta de Serviço Militar, Defesa Civil, Conselho Tutelar, DETRANPV, Secretaria da Agricultura, Secretaria de Educação e Secretaria de Assistência Social e seus Departamentos: Das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00.

II – Secretaria de Infraestrutura: Das 07:30 às 12:00 e das 13:30 às 17:00

III – Secretaria de Saúde e seus Departamentos: Das 07:30 às 12:00 e das 13:30 às 16:30.

§ 1º. Os serviços essenciais, operacionais, emergenciais e de plantão, seguirão os horários determinados pelo Secretário de cada pasta e/ou Chefe da Autarquia.

§ 2º. No caso da Secretaria de Saúde, poderá o gestor da pasta definir horários distintos para alguns setores e/ou servidores, conforme a necessidade, desde que seja respeitado o total da carga horária definida no Inciso III, deste artigo.

Art. 2º. No Edifício da Municipalidade, o expediente, esporadicamente no período de 02 a 06 de janeiro de 2017, será apenas internamente, voltando ao normal no dia 9 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Fica a Secretaria da Administração responsável em dar ampla divulgação sobre o determinado neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 02 de janeiro de 2017.

Luiz Henrique Saliba

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta prefeitura municipal, na mesma data supra.

Bernadete Wiliczinski

Secretária da Administração

Paraíso

PREFEITURA

1 TA CT 14/2016 FMS

MUNICIPIO DE PARAISO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 14/2016 FMS
PREGÃO PRESENCIAL 06/2016 FMS
PROCESSO LICITATORIO 14/2016 FMS

DO OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA AREA DE CLÍNICO GERAL (01 médico), para atendimento do Programa Estratégia Saúde da Família (ESF 2), com carga horária de 40 horas semanais, junto as Unidades Mistas de Saúde do Município de Paraíso/SC e SERVIÇOS DE PLANTÕES MÉDICO E HOSPITALAR SOBRE AVISO, A SEREM PRESTADOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL, CONFORME ESCALA PREVIAMENTE ELABORADA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, VISANDO O ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DA SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL".

DO VALOR TOTAL: R\$ 63.600,00

A CONTRATANTE: Município de Paraíso – Fundo Municipal de Saúde

DO CONTRATADO: PRO-SAUDE ATENDIMENTO MÉDICO S/S LTDA.

DA VIGENCIA: O prazo de vigência deste será da assinatura até 28/02/2017.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC

Paraíso/SC, 29 de dezembro de 2016.

ERNI GIACOMINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO-SC

4 TA CT 70/2013

MUNICIPIO DE PARAISO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 70/2013
TP 01/2013
PROCESSO LICITATORIO 37/2013

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de Projeto de Parcelamento de solo, a fim de regularizar as casas populares, localizadas na Quadra de Nº 52 – matrícula 26637 e 21601 – Conjunto Habitacional União – sito no perímetro urbano do município de Paraíso/SC, que será sub-dividido em 30 lotes urbanos com áreas de 175,00 m2, cada, compreendendo: Projeto de Desmembramento, Locação das Quadras e Lotes, Projeto Elétrico com Laudo da aprovação da CELESC, Projeto de Rede de Água potável com Laudo de aprovação da CASAN, Projeto de calçamento, Projeto da rede de água pluvial e Projeto ambiental, aprovados nos órgãos competentes.

A CONTRATANTE: Município de Paraíso

DO CONTRATADO: SOLUÇÕES AMBIENTAIS CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - ME

DA VIGENCIA: O prazo de vigência será da data da assinatura até 31/06/2017.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC

Paraíso/SC, 29 de Dezembro de 2016.

ERNI GIACOMINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO-SC

6 TA CT 34/2013

MUNICIPIO DE PARAISO
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 34/2013
PREGÃO PRESENCIAL 14/2012
PROCESSO LICITATORIO 50/2012

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC.

DO VALOR TOTAL: R\$ 165.890,00

A CONTRATANTE: Município de Paraíso

DO CONTRATADO: V LAMB TRANSPORTES LTDA - ME

DA VIGENCIA: O prazo de vigência deste será da assinatura até 31/12/2017.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC

Paraíso/SC, 31 de Dezembro de 2016.

ERNI GIACOMINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO-SC

DECRETO 1867/2017

DECRETO Nº 1867/2017.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PROCEDER À ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2017”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1440 de 17 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00(cinquenta mil reais), no orçamento da Prefeitura de Paraíso (SC) distribuído nas Ações já existente conforme discriminação a seguir:

05.00 – SECR. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

05.03 – DIRETORIA DE UND ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL.

3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0212 Aplicações Diretas (141) R\$ 50.000,00

Total da Adição R\$ 50.000,00

(cinquenta mil reais).

Art. 2º Fica , autorizada a utilização como fonte de cobertura do Crédito ora instituído, os recursos do superávit financeiro do exercício anterior, em conformidade com a LOA nº 1440/2016 e o disposto nos incisos I , do § 1º, do Art 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais concernentes à abertura do respectivo Crédito Autorizado

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraíso (SC), 02 de janeiro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande

Prefeito Municipal

Elisandro Dos Santos Costa

Secretário Municipal da Administração

Fazenda e Planejamento

Este Decreto foi registrado e publicado na data supra Paraíso(SC), 02 de Janeiro de 2017.

Servidor Responsável

Passo de Torres

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DE POSSE 01/21017

ACHEI

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Ata da Sessão Preparatória para a eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal, realizada em 01 de janeiro de 2017. Às vinte horas (20hs) do dia primeiro (01) de janeiro de dois mil e dezessete (2017), reuniram-se no Ginásio de Esportes da Escola Estadual Ildo Meneguetti, os Vereadores eleitos no pleito de dois (02) de outubro de 2016 e empossados nesta data para em sessão preparatória, eleger a Mesa Diretora dos Trabalhos Legislativos, para o exercício de 2017. No horário mencionado com a presença dos Vereadores: Altemir Catel Cardoso, Amilton Lopes Roldão, André Cardoso, André Porto Silveira, Emerson Cardoso Kjillim, Fabiano Ramos Lopes, Jaci Anacleto Ezequiel, Moacir Mello da Rosa, Salvio Bitencourt da Silva. Assumindo a Presidência o Vereador mais idoso, Altemir Catel Cardoso, que convidou o Vereador Amilton Lopes Roldão para secretariá-lo. Foi aberta a sessão e esclarecido pelo Presidente que a reunião tinha o objetivo exclusivo de eleger a Mesa Diretora da Câmara, para dirigir os trabalhos Legislativos no exercício de 2017. Em seguida o Sr. Presidente suspendeu a sessão por cinco (05) minutos, para que as bancadas se organizarem em função de candidatos para a votação. Reaberto os trabalhos e antes de iniciar a votação o Sr. Presidente esclareceu aos Vereadores que a votação será nominal, em ordem alfabética e o voto será aberto, sendo que o vereador chamado declarará em voz alta o nome do edil para presidente, 1º Vice Presidente, 2º Vice Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário. O Presidente salientou ainda que a votação deve atender o artigo 58, § 1º da Constituição Federal, ou seja, representação proporcional dos partidos na mesa diretora. O Secretário nomeado para o ato passou a fazer a chamada dos vereadores para exercerem seu direito de voto. Iniciou-se a votação por ordem de chamada, sendo que o secretário solicitou que o segundo vereador mais idoso, Sr. Moacir Mello da Rosa, ocupe a presidência dos trabalhos para que o Vereador Altemir Catel Cardoso possa exercer seu direito de voto. Após todos os edis terem exercido seu direito de voto, o presidente declarou eleitos para a mesa diretora, para o exercício de 01 de janeiro de 2017 à 31 de dezembro de 2017, os seguintes. Presidente: Altemir Catel Cardoso; 1º Vice-Presidente: André Porto Silveira; 2º Vice Presidente: Fabiano Ramos Lopes; Primeiro Secretário: André Cardoso; Segundo Secretário: Moacir Mello da Rosa. Após a publicação o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão. Nos trabalhos foi lavrada a presente ata, que depois de lida e achada conforme será assinada pelos Vereadores presentes. Passo de Torres em, 1º de janeiro de 2017.

Ver. Altemir Catel Cardoso
Presidente

Ver. André Cardoso
1º Secretário

DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2017 COMPRA DIRETA

Câmara de Vereadores de Passo de Torres

Dispensa de Licitação 01/2017

Objeto: contratação de empresa para licenciamento do direito de uso dos aplicativos de Contabilidade/SAPO, Folha e Compras com acessos simultâneos, em ambiente Windows, e Transparência Fly e Patrimônio Fly com acessos ilimitados utilizando banco de dados relacional, incluindo a Manutenção legal e corretiva durante o período contratual, suporte técnico operacional, exclusivamente no(s)

aplicativo(s) contratado(s), serviços de alterações específicas da entidade, quando solicitado, serviços de treinamento de reciclagem, quando solicitado, sendo assim requeiro parecer contábil e após este, o parecer jurídico sobre a possibilidade de contratação do referido objeto.

Contratado: Bheta Sistemas LTDA CNPJ: 00.456.865/0001-67

Processo Administrativo: 01/2017

Valor: R\$ 4.171,00

Base Legal: art. 24, II da Lei Federal nº 8.666/93

Passo de Torres, 04 de janeiro de 2017.

Altemir Catel Cardoso

Presidente da Câmara de Vereadores de Passo de Torres

OFICIO GAB 02/2017

Of. nº 02/GAB/2017 Passo de Torres, em 03 de janeiro de 2017.

Ao

Banco do Brasil;

Cumprimentando-o cordialmente, Vimos pelo presente, declarar e informar, que responde pelas contas da Câmara de Vereadores de Passo de Torres/SC, inscrita no CNPJ 95.782.835/0001-57, o Presidente Altemir Catel Cardoso, CPF nº 710.899.850-53, em conjunto com André Cardoso, CPF: 963.072.000-06, e os mesmos têm as seguintes autorizações junto ao Banco do Brasil:

009 EMITIR CHEQUES

010 ABRIR CONTAS DE DEPOSITO

011 AUTORIZAR COBRANÇA

026 SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES

027 REQUISITAR TALONÁRIOS DE CHEQUES

036 RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS

038 ENDOSSAR CHEQUE

094 SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES

095 CANCELAR CHEQUES

096 BAIXAR CHEQUES

098 EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS

099 CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS

100 EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE

102 EFETUAR SAQUES - POUPANÇA

104 EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO

105 EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO

117 EFETUAR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO RPG

118 CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSOS

119 LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GERENCIADOR FINANCEIRO

124 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS

126 EMITIR COMPROVANTES

128 EFETUAR TRANSFERÊNCIA P/ MESMA TITULARIDADE- M

133 ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO

137 CONSULTAR OBRIGAÇÕES DO DEBITO DIRETO AUTORIZA

Altemir Catel Cardoso

Presidente da Câmara de Vereadores de Passo de Torres

André Cardoso

1º Secretário

OFICIO GAB 03/2017

Of. nº 03/GAB/2017 Passo de Torres, em 04 de janeiro de 2017.

Ao
Banco do Brasil;

Cumprimentando-o cordialmente, Vimos pelo presente, informar, que a Câmara de Vereadores de Passo de Torres não possui secretário geral.

Altemir Catel Cardoso
Presidente da Câmara de Vereadores de Passo de Torres

André Cardoso
1º Secretário

Passos Maia

PREFEITURA

DECRETO N. 001/2017

DECRETO Nº 001, de 02 de janeiro de 2017.

“DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER A FUNÇÃO DE RESPONSÁVEL PELAS PUBLICAÇÕES DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Nomeado o Senhor EDSON SALVADEGO para exercer a função de responsável pela publicação dos Atos Oficiais do Município de Passos Maia.

Art. 2º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia- SC, 02 de janeiro de 2016.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego

Responsável pela publicação dos atos oficiais.

DECRETO N. 002/2017

DECRETO Nº 002, de 02 de janeiro de 2017.

“DISPOE SOBRE HORÁRIO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO, a necessidade de alteração do regime de atendimento ao público, visando um melhor atendimento das demandas do serviço público.

DECRETA:

Art. 1º - A partir do dia 02 de janeiro de 2017, a Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento e o Gabinete do Prefeito passará a promover o atendimento ao público, das 08h00min às 12h00min, o período da tarde fica destinado para expediente interno dos funcionários.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto n. 470, de 05 de dezembro de 2016.

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia – SC, 02 de janeiro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em

observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego

Responsável pela publicação dos atos oficiais.

DECRETO N. 003/2017

DECRETO Nº 003, de 03 de janeiro de 2017.

“INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E AVALIAÇÕES, PARA O PERÍODO DE 2017, NOMEIA SEUS MEMBROS, DESIGNA O PREGOEIRO OFICIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 51, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, e, de conformidade com a Lei 10.520/02, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a Comissão Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações, para o exercício de 2017, composta pelos seguintes membros, sobre a presidência do primeiro:

I - Alex Sander Zanchet - Presidente

II - Rosimeri Peroza Nunes - Secretária

III - Juliana Canonica Tirelli – Membro

Parágrafo único – A investidura na Comissão ora instituída não poderá exceder a 01 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros no período subsequente.

Art. 2º. Compete à Comissão Municipal Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações:

I – Processar, julgar e aprovar o registro cadastral de fornecedores do município, bem como fornecer Certificado de Registro Cadastral;

II – Publicar edital de chamamento para atualização e registro de novos fornecedores, no mínimo uma vez por ano;

III – Processar e julgar os processos licitatórios em todas as suas modalidades;

IV – Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis e imóveis que compõem o patrimônio público municipal;

V – Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis e imóveis de terceiros, desde que haja interesse do município;

VI – Processar e julgar, todos os processos e avaliações necessárias para o cumprimento da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações;

Parágrafo Único - Das sessões - a Comissão deverá lavrar ata circunstanciada para cada caso, expondo o objeto do julgamento e as considerações pertinentes.

Art. 3º. Para fins de processar e julgar as Licitações da Modalidade Convite, nos termos do § 1º, art. 51, da Lei 8.666/93, a Comissão ora nomeada, excepcionalmente, poderá ser substituída pelo

Servidor Alex Sander Zanchet.

observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Art. 4º. Os membros da presente Comissão responderão solidariamente por todos os atos praticados no exercício das atribuições que ora lhe são conferidas.

Edson Salvadego
Responsável pela publicação dos atos oficiais.

Art. 5º. Fica, ainda, designado, para desempenhar as funções de Pregoeiro Oficial, o Servidor Alex Sander Zanchet com as atribuições previstas na Lei 10.520/02, de 17 de julho de 2002, tendo como equipe de apoio os demais membros da Comissão Municipal de Licitações.

RETIFICAÇÃO DE EDITAL N. 0001/2017

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0001/2017
PREGÃO PRESENCIAL N. 0001/2017
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Art. 6º. Os membros da presente Comissão, bem como o Pregoeiro Oficial não farão jus à remuneração adicional, todavia sua participação será considerada como relevante serviço prestado ao Município.

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, na Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0001/2016 – Objeto – A presente licitação tem por objeto a aquisição de peças e a contratação de mão-de-obra para o conserto parcial do motor de uma escavadeira hidráulica, JS 130 JCB. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até as 08:45 do dia 18 de janeiro de 2017, iniciando-se a Sessão Pública às 09:00 do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 08:00hs às 17:30hs. Maiores Informações pelo telefone 0**49-3437-0010.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passos Maia, 04 de Janeiro de 2017.

Art. 8º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o decreto n. 431, de 25 de abril de 2016.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e publique-se.

Passos Maia SC, em 03 de janeiro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 002/2017

PORTARIA Nº 002/2017

“NOMEIA ASSESSOR JURÍDICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

OSVALDIR ALVES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Nomear o Sr. CARLOS MICHELON, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/SC nº 47637, inscrito no CPF nº 086.466.959-30, RG 5.003.192 SSP/SC, residente e domiciliado na Avenida Padre João Botero, nº 370, Centro, no Município de Passos Maia/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR JURÍDICO, Padrão “CC”, Nível “02”, com 20:00 horas semanais, nos termos previstos na Resolução nº 004/2010.

CUMpra-se e Publique-se,

Passos Maia/SC, em 04 de janeiro de 2017.

OSVALDIR ALVES
Presidente

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A, da Lei Orgânica Municipal.

ALVANIR ANTONIO TIRELLI
Secretário Executivo

Paulo Lopes

PREFEITURA

PORTARIA Nº 024/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 024/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação vigente, Resolve:

TORNAR SEM EFEITO a portaria nº 001/2017 que nomeou em Comissão para o Cargo de Secretário Municipal de Administração José Antônio Rogério, portador do CPF nº 613.396.109-06, matrícula nº 11284, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 02 de janeiro de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

PORTARIA Nº 025/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 025/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

NOMEAR EM COMISSÃO, José Antonio Rogério, brasileiro, portador do CPF nº 613.396.109-06, matrícula nº 11287, para ocupar o Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Administração, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, 02 de Janeiro de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

PORTARIA Nº 026/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 026/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação vigente, Resolve:

TORNAR SEM EFEITO a portaria nº 002/2017 que nomeou em Comissão para o Cargo de Diretora Departamento de Recursos Humanos Gabriela Ribeiro Rosa, portador do CPF nº 076.116.839-77, matrícula nº 11285, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 02 de janeiro de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antonio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 027/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 027/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

NOMEAR EM COMISSÃO, Gabriela Ribeiro Rosa, brasileira, portadora do CPF nº 076.116.839-77, matrícula nº 11288, para ocupar o Cargo em Comissão de Diretora de Departamento de Recursos Humanos, a disposição da Secretaria Municipal de Administração, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, 02 de Janeiro de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 028/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 028/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

TORNAR SEM EFEITO, a Portaria nº 022/2017, que designou como Secretária Municipal de Saúde a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Fernanda Rodrigues Leite, brasileira, portadora do

CPF nº 038.728.379-07, matrícula nº 1010, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 02 de Janeiro de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 029/2017
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 029/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DESIGNAR, a Servidora Pública Municipal, Fernanda Rodrigues Leite, brasileira, efetiva e estável, residente e domiciliada em Paulo Lopes/SC, ensino Superior Completo, portador do CPF nº 038.728.379-07, matrícula nº 1010, ocupante do Cargo de Assistente Administrativo II, para ocupar o Cargo em Comissão de Secretária Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 02 de Janeiro de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 030/2017
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 030/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 005/2017, que designou como Secretária Municipal de Educação, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Vanessa Pereira, brasileira, portadora do CPF nº 008.147.499-76, matrícula nº 697.

Município de Paulo Lopes-SC, em 02 de Janeiro de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 031/2017
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 031/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DESIGNAR, a Servidora Pública Municipal, Vanessa Pereira, brasileira, efetiva e estável, residente e domiciliado em Paulo Lopes/SC, ensino Superior Completo, portador do CPF nº 008.147.499-76, matrícula nº 697, ocupante do Cargo de Professora, para ocupar o Cargo em Comissão de Secretária Municipal de Educação, a disposição da Secretaria Municipal de Educação.

Município de Paulo Lopes-SC, em 02 de Janeiro de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 032/2017
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 032/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 003/2017, que designou como Diretor De Controle Interno, o Servidor Público Municipal efetivo e estável, Eduardo Manoel da Rosa, brasileiro, portador do CPF nº 000.176.079-30, matrícula nº 987.

Município de Paulo Lopes-SC, em 02 de Janeiro de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 033/2017ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 033/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DESIGNAR, o Servidor Público Municipal Eduardo Manoel da Rosa, brasileiro, efetivo e estável, residente e domiciliado em Paulo Lopes/SC, ensino Superior Completo, portador do CPF nº 000.176.079-30, matrícula nº 987, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, para ocupar o Cargo em Comissão de Diretor de Controle Interno, a disposição da Secretaria Municipal de Administração.

Município de Paulo Lopes-SC, em 02 de Janeiro de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 034/2017ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 034/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

NOMEAR EM COMISSÃO, Suellen Valdiria Demetrio, brasileira, portadora do CPF nº 088.009.479-64, matrícula nº 11289, para ocupar o Cargo em Comissão de Assessor de Secretária de Saúde, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, 02 de Janeiro de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 035/2017ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 035/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº 497/1991, artigo 17º, item I, resolve:

NOMEAR POR CONCURSO, Marcelo Martins brasileiro, portador do CPF nº 025.867.289-71, residente e domiciliado no Município de Paulo Lopes/SC, matrícula nº 11290, aprovado em Primeiro lugar no Concurso Público, edital nº 001/2015, homologado pelo decreto nº 04/2016, para ocupar o Cargo de Auxiliar Contábil Financeiro III, com carga horária de 40 horas semanais, constante no Quadro de Carreira dos Servidores Público Municipal, com vencimentos fixados no mesmo. Cumprirá Estágio Probatório de 02/01/2017 à 01/01/2019 sob Regime Estatutário (Estatuto dos Servidores Público Municipal), com vínculo contributivo ao Regime Geral Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 02 de Janeiro de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 036/2017ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 036/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

NOMEAR EM COMISSÃO, Tobias Manoel Raupp, brasileiro, portador do CPF nº 509.571.809-00, matrícula nº 11291, para ocupar o Cargo em Comissão de Secretário Geral Chefe de Gabinete com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, 02 de Janeiro de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 037/2017ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 037/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

NOMEAR EM COMISSÃO, Lucélia Firmino Silvano de Souza, brasileira, portadora do CPF nº 509.573.509-10, matrícula nº 11292, para ocupar o Cargo em Comissão de Secretária Municipal de Assistência Social com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, 02 de Janeiro de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 038/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 038/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a partir do dia 02 de Janeiro de 2017, o Servidor Vinicius de Souza, matrícula 11241, ocupante do Cargo de Motorista, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde, contratado pela Portaria nº 242/2016, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, 02 de Janeiro de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 039/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 039/2016

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade da disposição na legislação vigente, Resolve,

CONSTITUIR

A Comissão do processo seletivo para preenchimento de vagas em caráter temporário pelos seguintes servidores de carreira deste município, Cleusa Antonio Vieira matrícula Nº 729, Wilson Batista, matrícula Nº 95, Silvana Rita Zucchi dos Anjos, matrícula nº 695 e Luiza Santos Virgilio dos Anjos, matricula nº 11177, ficando sobre a responsabilidade da primeira, executar e julgar, com os demais, o Processo Seletivo 01/2017. A Comissão ora constituída deverá realizar o Processo, respeitando as disposições legais em vigor, para isto tomará todas as providências necessárias à sua fiel execução.

Município de Paulo Lopes-SC, em 02 de janeiro de 2017

Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 040/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 040/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação vigente, Resolve:

TORNAR SEM EFEITO a Licença sem Vencimento objeto da Portaria nº 216/2016 concedida ao Servidor Público Municipal, efetivo e estável, Joel Pedro Moraes matrícula nº 727, ocupante do cargo de Vacinador Agropecuário lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Município de Paulo Lopes-SC, em 03 de janeiro de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antonio Rogério
Secretário Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PROCESSO DE COMPRA: CONTRATAÇÃO DE OBRAS, SERVIÇOS E ALIENAÇÃO Nº. 01/2017;

OBJETO: LOCAÇÃO DE BEM IMÓVEL DE ALVENARIA COM 192 M2;

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: DISPENSA

JUSTIFICATIVA: Atualmente a Câmara encontra-se bem instalada em um prédio alugado localizado à Praça Sagrado Coração de Jesus esquina com a Rua Florianópolis, nº. 05, no centro de Paulo Lopes. O espaço físico ocupado para desenvolver as atividades da Câmara Municipal atende perfeitamente a demanda de serviços. Precisamos renovar o contrato de locação, contudo, no Município não existe outro imóvel disponível, com o mesmo espaço físico, para atender a Câmara de Vereadores. Além disso, uma eventual mudança acarretaria grandes prejuízos para o Poder Público, isso porque haveria a necessidade de contratação de pessoal e de equipamentos para realizar a remoção do plenário e dos utilitários da Casa Legislativa. O valor de aluguel do imóvel para renovação do contrato sofreu reajuste no valor de 5% (cinco por cento), inferior ao índice governamental - Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) do ano anterior, que é de 7,19%, permanecendo o total de R\$ 2.457,33 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e trinta e três centavos) mensais. Diante de ser preço compatível com o mercado, localização adequada e satisfação de instalações, solicitamos dispensa desta licitação com base no art. 24, inciso X da Lei nº. 8.666 de 21/06/1993;

FONTE (S) DE RECURSO (S): 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.0000 00;

SALDO DA DOTAÇÃO: 150.000,00

Autorizo o prosseguimento deste processo.

Em 01/01/17

Presidente da Câmara

EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº. 01/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº. 01/2017.

OBJETO: Locação de imóvel de alvenaria com 192 m² à Praça Sagrado Coração de Jesus esquina com a Rua Florianópolis, nº. 05, para funcionamento das atividades da Câmara Municipal. LOCADOR: Florentino Manoel Pereira, CPF nº. 17983541953. LOCATÓRIO: Câmara Municipal de Paulo Lopes, órgão público do poder legislativo do município de Paulo Lopes/SC, CNPJ nº. 79.886.578/0001-47; VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.457,33 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e trinta e três centavos)

DURAÇÃO: 01/01/2017 a 31/12/2017. PROCESSO LICITÓRIO: Dispensa de licitação nº. 01/2017.

Paulo Lopes, 01 de janeiro de 2017.
EVERALDO EVILASIO DOS SANTOS
Presidente da Câmara

TERMO DE POSSE VEREADORES, PREFEITO E VICE-PREFEITO 2017/2020

TERMO DE POSSE

Em obediência ao artigo 4º, 5º e seguintes do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Paulo Lopes, na condição de Presidente da Câmara de Vereadores declaro terem neste dia 01 de janeiro de 2017, na sede da CERPALO no Auditório Leonel de Oliveira, sito na Rua João de Souza nº. 355, Centro, nesta cidade, tomaram posse para o quadriênio 2017/2020 os Vereadores eleitos abaixo assinados:

Vereador: Aguinaldo Rodrigues Ass: _____
Vereador: Eliziani Santos Oliveira Ass: _____
Vereador: Everaldo Evilasio dos Santos Ass: _____
Vereador: Haylor Fraga Cargnin Ass: _____
Vereador: Isair Tenfen Ass: _____
Vereador: Luciana Espindula Ass: _____
Vereador: Marcio Valdemiro Raulino Ass: _____
Vereador: Oziel Evaldo Silva Ass: _____
Vereador: Robson Luiz Bitencourt Liberato Ass: _____

A seguir. Tomaram posse e foram compromissados os Srs. Prefeito e Vice Prefeito abaixo assinados:

Prefeito: Nadir Carlos Rodrigues Ass: _____
Vice-Prefeito: Jucinei de Souza Ass: _____

Estando tudo justo, segue o presente termo assinado pela Presidente, escolhida provisoriamente nos termos do Regimento Interno pelo critério de antiguidade, determinando ao Senhor Secretário os devidos registros em ata.

Paulo Lopes, 01 de Janeiro de 2017.

Eliziani Santos Oliveira

Penha

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO 128/2016-FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 128/2016 FMS
AO CONTRATO Nº 99/2016 FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA SER UTILIZADO NOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DA REDE BÁSICA MUNICIPAL DE PENHA/SC.

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 22/2016 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 09/2016 -FMS

Pelo presente instrumento do 1º Termo Aditivo nº 128/2016 FMS, ao Contrato Administrativo nº 99/2016 FMS, para fornecimento de exames laboratoriais, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredos dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominado simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA, com sede na cidade de Rio do Sul/SC, Avenida Oscar Barcellos, nº: 380, Bairro: Centro, CEP nº: 89160-027, Telefone (47) – 3521-1000/ (47) – 8802-0971, E-mail: silmes@silmes.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 04.989.294/0001-87, neste ato representada Julia Wagner Jumes, RGº: 2.915.507-0-SESP-SC, CPFº: 821.619.099-91, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Cláusula Primeira

A vigência do contrato administrativo nº 99/2016- FMS fica prorrogada até o dia 15.09.2017, a contar de 01.01.2017.

Cláusula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

1º TERMO ADITIVO 129/2016-FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 129/2016 FMS
AO CONTRATO Nº 93/2016 FMS

OBJETO: Aquisições de computadores e hardwares para suprir as necessidades das Unidades Básicas de Saúde, CEFIR, PA 24 Horas, NASF, NAM e Secretaria Municipal da Saúde do Município de Penha/SC

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 20/2016 -FMS, modalidade Pregão Eletrônico nº. 01/2016 -FMS

Pelo presente instrumento do 1º Termo Aditivo nº 129/2016 FMS, ao Contrato Administrativo nº 93/2016 FMS, para fornecimento de computadores, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredos dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominado simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA, com sede na cidade de Concórdia/SC, Rua Domingos Machado de Lima, n.º: 776 Bairros Centro, CEP: 89.700-000 Telefone: (49) – 3444-3906/9974-7866, E-mail: Licit@concordiainformatica.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 05.055.328/0001-29, neste ato representado Wagner Casa Grande, CPF n.º: 821.965.910-68, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o fornecimento de computadores e hardwares, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Cláusula Primeira

A vigência do contrato administrativo nº 93/2016- FMS fica prorrogada até o dia 19.08.2017, a contar de 01.01.2017.

Cláusula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

1º TERMO ADITIVO 130/2016-FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 130/2016 FMS
AO CONTRATO Nº 92/2016 FMS

OBJETO: Aquisições de computadores e hardwares para suprir as necessidades das Unidades Básicas de Saúde, CEFIR, PA 24 Horas, NASF, NAM e Secretaria Municipal da Saúde do Município de Penha/SC

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 20/2016 -FMS, modalidade Pregão Eletrônico nº. 01/2016 -FMS

Pelo presente instrumento do 1º Termo Aditivo nº 130/2016 FMS, ao Contrato Administrativo nº 92/2016 FMS, de computadores, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredos dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominado simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa GMAES TECNOLOGIA

LTDA ME, com sede na cidade de Itajaí/SC, Rua Carlos Seara, n.º: 47, Sala 101, Bairro Vila Operária, CEP: 88.303-200, Telefone: (47) – 3404-6737, inscrita no CNPJ sob o nº 10.586.483/0001-01, neste ato representado Cesar Roberto Silva, CPF: 807.191.809-10, RG: 2.295.07-6, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o fornecimento de computadores e hardwares, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Cláusula Primeira

A vigência do contrato administrativo nº 92/2016- FMS fica prorrogada até o dia 19.08.2017, a contar de 01.01.2017.

Cláusula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

1º TERMO ADITIVO 131/2016-FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 131/2016 FMS
AO CONTRATO Nº 90/2016 FMS

OBJETO: Aquisições de computadores e hardwares para suprir as necessidades das Unidades Básicas de Saúde, CEFIR, PA 24 Horas, NASF, NAM e Secretaria Municipal da Saúde do Município de Penha/SC

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 20/2016 -FMS, modalidade Pregão Eletrônico nº. 01/2016 -FMS

Pelo presente instrumento do 1º Termo Aditivo nº 131/2016 FMS, ao Contrato Administrativo nº 90/2016 FMS, para fornecimento de computadores, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominado simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa ZELDA BOZOLLA DE ALMEIDA ME, com sede na cidade de Cambé/PR, Avenida Gabriel Freceiro de Miranda, nº 340, Bairro Jardim Santo Amaro, CEP nº 86185-010, Telefone: (43) -3249-2343, E-mail: zba-me@hotmail.com, inscrita no CNPJ sob o nº 07.511.067/0001-30, neste ato representada Zelda Bozolla de Almeida, RG nº 18.293.521 SSP/PR, CPF nº 036.372.978/09, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o fornecimento de computadores e hardwares, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Cláusula Primeira

A vigência do contrato administrativo nº 90/2016- FMS fica prorrogada até o dia 19.08.2017, a contar de 01.01.2017.

Cláusula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

1º TERMO ADITIVO 132/2016-FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 132/2016 FMS
AO CONTRATO Nº 86/2016 FMS

OBJETO: Aquisições de computadores e hardwares para suprir as necessidades das Unidades Básicas de Saúde, CEFIR, PA 24 Horas, NASF, NAM e Secretaria Municipal da Saúde do Município de Penha/SC

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 20/2016 -FMS, modalidade Pregão Eletrônico nº. 01/2016 -FMS

Pelo presente instrumento do 1º Termo Aditivo nº 132/2016 FMS, ao Contrato Administrativo nº 86/2016 FMS, para fornecimento de computadores, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominado simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa TOP CENTER ELETRONICA LTDA, com sede na cidade de Joinville/SC, Rua Presidente Campos Salles, nº 476, Bairro Glória, CEP n.º: 89.217-100 Telefone: (47) – 3422-7941, inscrita no CNPJ sob o nº 82.135.625/0001-25, neste ato representado Roberto Tromm, CPF/MF n.º: 751.054.209-00, CI. RG. n.º:2/R 2.058.414 SSP/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o fornecimento de computadores e hardwares, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Cláusula Primeira

A vigência do contrato administrativo nº 86/2016- FMS fica prorrogada até o dia 19.08.2017, a contar de 01.01.2017.

Cláusula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

1º TERMO ADITIVO 133/2016-FMS

2º TERMO ADITIVO Nº 133/2016 FMS

AO CONTRATO Nº 94/2015 FMS

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LABORATÓRIO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA O PROGRAMA SAÚDE BUCAL NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 20/2015 -FMS, modalidade Credenciamento nº. 02/2015 -FMS

Pelo presente instrumento de 2º Termo Aditivo nº 133/2016 FMS, ao Contrato Administrativo nº 94/2015 FMS, para fornecimento de próteses dentárias, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa ARTESANAL LAB PROTESES ODONTOLÓGICAS LTDA-ME, com sede na cidade de Itajaí/SC, Rua: Carolina Vailatti, Bairro: São Judas, nº 101, CEP: 88.303-410, telefone: (47) – 3046-0322, inscrita no CNPJ sob o nº 15.548.626/0001-00, neste ato representada Daniel Custódio Pereira, CPF: 007.916.549-40, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Cláusula Primeira

A vigência do contrato administrativo nº 94/2015- FMS fica prorrogada até o dia 20.07.2017, a contar de 01.01.2017.

Cláusula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de dezembro de 2016.

PREFEITURA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

1º TERMO ADITIVO 134/2016-FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 134/2016 FMS

AO CONTRATO Nº 98/2016 FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA SER UTILIZADO NOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DA REDE BÁSICA MUNICIPAL DE PENHA/SC.

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 22/2016-FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 09/2016 -FMS

Pelo presente instrumento do 1º Termo Aditivo nº 134/2016 FMS, ao Contrato Administrativo nº 98/2016 FMS, para fornecimento de exames laboratoriais, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa DENTÁRIA

E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA, com sede na cidade de Porto Alegre/RS, Endereço General Vitorino, nº 298, Bairro Centro, CEP nº 90020-170, Telefone (51) – 3227-2744, e-mail: dentariapoa@cpovo.net, inscrita no CNPJ sob o nº 91.083.212/0001-35, neste ato representada Elias Climus, CPF nº: 216.869.980-15, RG nº: 1024978718, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Cláusula Primeira

A vigência do contrato administrativo nº 98/2016- FMS fica prorrogada até o dia 15.09.2017, a contar de 01.01.2017.

Cláusula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

1º TERMO ADITIVO 135/2016-FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 135/2016 FMS

AO CONTRATO Nº 102/2016 FMS

OBJETO: Prestação de serviço de engenharia com fornecimento de material e mão de obra para reforma do telhado e pintura da Unidade Básica de Saúde Central.

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 25/2016 -FMS, modalidade Carta Convite nº. 03/2016 -FMS

Pelo presente instrumento do 1º Termo Aditivo nº 135/2016 FMS, ao Contrato Administrativo nº 102/2016 FMS, para Execução de Obra e/ou Serviço Público o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, na Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob o nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, infra-assinado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a empresa TUBLOCOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA. ME, com sede na cidade de Penha/SC, Rua Osório Domingos Correa, nº 62, no Bairro: Nossa Senhora de Fátima, CEP:88385000, inscrita no CNPJ sob o nº 10.594.845/0001-06 neste ato representada pelo S.r Claudio Daniel Moser, portador do CPF: 072.925.449-67, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a execução de obra e/ou serviço público, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Cláusula Primeira

A vigência do contrato administrativo nº 102/2016- FMS fica prorrogada até o dia 19.09.2017, a contar de 31.12.2016.

Cláusula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

1º TERMO ADITIVO 136/2016-FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 136/2016 FMS
AO CONTRATO Nº 24/2016 FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXAMES LABORATORIAIS PARA OS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 10/2016 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 10/2016 -FMS

Pelo presente instrumento do 1º Termo Aditivo nº 136/2016 FMS, ao Contrato Administrativo nº 24/2016 FMS, para fornecimento de exames laboratoriais, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredos dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS FAITA LTDA, com sede na cidade de Penha/SC, Bairro: Centro, Avenida Eugenio Krause, nº 1350, sala 02, CEP: 88385-000, Telefone: (47) – 3345-5597, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada S.r. (a) Dorly Rosa Faita Wagner, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Cláusula Primeira

A vigência do contrato administrativo nº 24/2016- FMS fica prorrogada até o dia 30.03.2017, a contar de 01.01.2017.

Cláusula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

1º TERMO ADITIVO 137/2016-FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 137/2016 FMS
AO CONTRATO Nº 88/2016 FMS

OBJETO: Aquisições de computadores e hardwares para suprir as necessidades das Unidades Básicas de Saúde, CEFIR, PA 24 Horas, NASF, NAM e Secretaria Municipal da Saúde do Município de Penha/SC

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 20/2016 -FMS, modalidade Pregão Eletrônico nº. 01/2016 -FMS

Pelo presente instrumento do 1º Termo Aditivo nº 137/2016 FMS, ao Contrato Administrativo nº 88/2016 FMS, para fornecimento de computadores, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredos dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominado simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa LUCAS C. RUBEL-ME, com sede na cidade de União da Vitória/PR, Rua José Cleto, nº: 57, Sala 01, Bairro Centro, CEP nº: 84600-000, Telefone: (42) – 3522-5008, E-mail: rubel.comercio@hotmail.co, inscrita no CNPJ sob o nº: 22.246.173/0001-27, neste ato representada Lucas C. Rubel, RG nº: 5.064.386-0, CPF nº: 060.456.339-62, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o fornecimento de computadores e hardwares, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Cláusula Primeira

A vigência do contrato administrativo nº 88/2016- FMS fica prorrogada até o dia 19.08.2017, a contar de 01.01.2017.

Cláusula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

1º TERMO ADITIVO 138/2016-FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 138/2016 FMS
AO CONTRATO Nº 89/2016 FMS

OBJETO: Aquisições de computadores e hardwares para suprir as necessidades das Unidades Básicas de Saúde, CEFIR, PA 24 Horas, NASF, NAM e Secretaria Municipal da Saúde do Município de Penha/SC

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 20/2016 -FMS, modalidade Pregão Eletrônico nº. 01/2016 -FMS

Pelo presente instrumento do 1º Termo Aditivo nº 138/2016 FMS, ao Contrato Administrativo nº 89/2016 FMS, para fornecimento de computadores, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida

Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa SMI TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA ME, com sede na cidade de Curitiba/PR, Rua Des. Antonio de Paula, nº: 2714, Loja 08, Bairro Boqueirão, CEP nº: 81750-450, telefone: (41) – 3042-6304, E-mail: comercial@smitecnologia.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 16.096.591/0001-82, neste ato representado Marcos Aurélio Straube, CPF nº: 874.454.339-53, RG nº: 4.985.430-7, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o fornecimento de computadores e hardwares, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Cláusula Primeira

A vigência do contrato administrativo nº 89/2016- FMS fica prorrogada até o dia 19.08.2017, a contar de 01.01.2017.

Cláusula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

1º TERMO ADITIVO 139/2016-FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 139/2016 FMS
AO CONTRATO Nº 100/2016 FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA SER UTILIZADO NOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DA REDE BÁSICA MUNICIPAL DE PENHA/SC.

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 22/2016 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 09/2016 -FMS

Pelo presente instrumento do 1º Termo Aditivo nº 139/2016 FMS, ao Contrato Administrativo nº 100/2016 FMS, para fornecimento de exames laboratoriais, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominado simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa STRA COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA, com sede na cidade de Balneário Camboriú/SC, Rua São Paulo, nº 105- Bairro dos Estados, CEP: 88339-025, Telefone: (47) – 3183-8200, E-mail: licitação@stramedical.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 11.388.997/0001-15, neste ato representado S.r. Rodrigo Truffa da Costam CPF nº: 015.906.325-67, RG nº: 5990309, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Cláusula Primeira

A vigência do contrato administrativo nº 100/2016- FMS fica prorrogada até o dia 15.09.2017, a contar de 01.01.2017.

Cláusula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

1º TERMO ADITIVO 218/2016-PMP

1º TERMO ADITIVO Nº 218/2016-PMP
AO CONTRATO Nº 82/2016- PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 32/2016 – PMP, modalidade Tomada de Preços nº 07/2016 – PMP

OBJETO: Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para pavimentação em lajota sextavada de concreto, das Ruas Manoel Quirino de Souza, Rua Tijucas, Rua Recanto dos Pássaros III e Rua Recanto dos Pássaros IV, Penha/SC (LOTE 1 – Rua Manoel Quirino de Souza)

Pelo presente instrumento do 2º Termo aditivo nº 218/2016-PMP, ao Contrato Administrativo nº 82/2016-PMP, para Serviço Público, PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa SANECON SANEAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, com sede na cidade de Balneário Camboriú/SC, Rua 1922, Nº 86, Bairro Centro, CEP: 88330-534, Telefone: (47) – 3344-5894, E-mail: contatosanecon@gmail.com, inscrita no CNPJ sob o nº 83.499.293/0001-20, neste ato representada pelo Sr. Tertuliano Zanis Thomé, RGº 1.681.271, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a Urbanização da Ruas, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na clausula primeira do 1º Termo Aditivo nº. 150/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº. 82/2016-PMP, fica prorrogado até dia 28.06.2017, a contar do dia 01.01.2017

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

MÔNICA PINHEIRO COELHO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

1º TERMO ADITIVO 226/2016-PMP

1º TERMO ADITIVO Nº 226/2016-PMP
AO CONTRATO Nº 74/2016- PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 36/2016 – PMP, modalidade Pregão Presencial nº 22/2016 – PMP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE PRÓPRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº. 226/2016-PMP ao Contrato Administrativo 74/2016-PMP, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa MERCOLUX COMERCIAL ELETRICA LTDA, com sede na cidade de Itajaí/SC, Avenida Irineu Bornhausen, nº 855 – 1º andar, Bairro: São João, CEP: 88305-102, Telefone: (47) - 33481313, E-mail: mercolux@mercolux-sc.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 01.614.582/0001-69, neste ato representada pelo Sr. Luiz Bunki Otsuka, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo de vigência previsto no Contrato administrativo nº 74/2016-PMP, fica prorrogado até dia 24.06.2017, a contar do dia 01.01.2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

MÔNICA PINHEIRO COELHO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

2º TERMO ADITIVO 127/2016-FMS

2º TERMO ADITIVO Nº 127/2016 FMS
AO CONTRATO Nº 73/2016 FMS

OBJETO: Prestação de Serviço de Engenharia com fornecimento de material e mão de obra para construção da Unidade Básica

de Saúde no Bairro Nossa Senhora de Fátima, Centro, Penha/SC, conforme projetos, memorial descritivo e cronograma físico e financeiro em anexo.

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 19/2016 -FMS, modalidade Tomada de Preço nº. 01/2016 -FMS

Pelo presente instrumento do 2º Termo Aditivo nº 127/2016 FMS, ao Contrato Administrativo nº 73/2016 FMS, para Execução de Obra e/ou Serviço Público, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa WTM CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA- EPP, com sede na cidade de Itajaí/SC, Rua Tubarão, nº 122, Bairro Fazenda, CEP nº 88301-470, Telefone: (47) – 3344-4363, E-mail: wtmconstrucoes@hotmail.com, inscrita no CNPJ sob o nº 21.338.866/0001-87, neste ato representada pelo Sr. Walter Tomaz Mantau, CPF nº 414.975.469-15, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Cláusula Primeira

A vigência do contrato administrativo nº 73/2016- FMS fica prorrogada até o dia 16.06.2017, a contar de 31.12.2016.

Cláusula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

MÔNICA PINHEIRO COELHO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

2º TERMO ADITIVO 211/2016-PMP

2º TERMO ADITIVO Nº 211/2016 PMP
AO CONTRATO Nº 81/2016 PMP

LICITAÇÃO:PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 33/2016 - PMP, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº. 08 /2016 -PMP

OBJETO: Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para ampliação e modernização da Biblioteca Municipal, Centro, Penha/SC, em estrita observância aos memoriais, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projetos em anexo.

Pelo presente instrumento do 2º Termo aditivo nº 211/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº 81/2016-PMP, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, na Avenida Nereu Ramos, n 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de

PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa WTM CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA- EPP, com sede na cidade de Itajaí/SC, Rua Tubarão, nº 122 ,Bairro Fazenda, CEP nº 88301-470, Telefone: (47) – 3344-4363, E-mail: wtmconstrucoes@hotmail.com, inscrita no CNPJ sob o nº 21.338.866/0001-87, neste ato representada pelo Sr. Walter Tomaz Mantau, CPF nº 414.975.469-15, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na cláusula primeira do 1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 81/2016-PMP fica prorrogada até o dia 28.06.2017, a contar de 31.12.2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

MÔNICA PINHEIRO COELHO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

2º TERMO ADITIVO 216/2016-PMP

2º TERMO ADITIVO Nº 216/2016-PMP
AO CONTRATO Nº 70/2016- PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 30/2016 – PMP, modalidade Tomada de Preços nº 06/2016 – PMP

OBJETO: Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para pavimentação em lajota sextavada de concreto, drenagem pluvial e sinalização da Rua Espírito Santa, bairro Centro, Penha/SC

Pelo presente instrumento do 2º Termo aditivo nº 216/2016-PMP, ao Contrato Administrativo nº 70/2016-PMP, para Serviço Público, PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredos dos Navegantes, Brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR LTDA ME, com sede na cidade de Gaspar/SC, Rodovia BR 470, 2.000- Km 35, Bairro: Margem Esquerda, Telefone: (47) – 3332-1161, CEP: 89.110-000, inscrita no CNPJ sob o nº 72.567.076/0001-04, neste ato representada pelo Sr. Gian Carlos Alves, RG: 2.483.567-6, CPF: 721.627.759-72, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a pavimentação em lajota sextavada de concreto drenagem pluvial e sinalização da Rua Espírito Santo, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na cláusula terceira do Contrato administrativo nº 70/2016-PMP, fica prorrogado até 23.06.2017, a contar do dia 01.01.2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

MÔNICA PINHEIRO COELHO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

2º TERMO ADITIVO 217/2016-PMP

2º TERMO ADITIVO Nº 217/2016-PMP
AO CONTRATO Nº 80/2016- PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 35/2016 – PMP, modalidade Tomada de Preços nº 09/2016 – PMP

OBJETO: Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para pavimentação com lajota sextavada da Rua Manoel Cardoso Filho e pavimentação do passeio na Rua São Miguel, ambas no Bairro Gravatá, Penha/SC

Pelo presente instrumento do 2º Termo aditivo nº 217/2016-PMP, ao Contrato Administrativo nº 80/2016-PMP, para Serviço Público, PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredos dos Navegantes, Brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS LTDA ME com sede na cidade de Blumenau/SC, Rua Goswin Dickmann, nº 140, Bairro Velha Central, CEP: 89046-642, Telefone: (47) – 3330-14-81 ou (47) – 9963-7135, E-mail: lajetubos@terra.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 02.267.742/0001-03, neste ato representada pelo Sr. Amarildo Ramos, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a pavimentação com lajota sextavada da Rua Manoel Cardoso Filho e pavimentação do passeio na Rua São Miguel, ambas no Bairro Gravatá, Penha/SC, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na cláusula segunda do Contrato administrativo nº 80/2016-PMP, fica prorrogado até dia 27.06.2017, a contar do dia 01.01.2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

MÔNICA PINHEIRO COELHO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

2º TERMO ADITIVO 219/2016-PMP

2º TERMO ADITIVO Nº 219/2016-PMP
AO CONTRATO Nº 83/2016- PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 32/2016 – PMP, modalidade Tomada de Preços nº 07/2016 – PMP

OBJETO: Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para pavimentação em lajota sextavada de concreto, das Ruas Manoel Quirino de Souza, Rua Tijucas, Rua Recanto dos Pássaros III e Rua Recanto dos Pássaros IV, Penha/SC (LOTE 2 – Rua Tijucas)

Pelo presente instrumento do 2º Termo aditivo nº 219/2016-PMP, ao Contrato Administrativo nº 83/2016-PMP, para Serviço Público, PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa SANECON SANEAMEN-TO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, com sede na cidade de Balneário Camburiú/SC, Rua 1922, Nº 86, Bairro Centro, CEP: 88330-534, Telefone: (47) – 3344-5894, E-mail: contatosanecon@gmail.com, inscrita no CNPJ sob o nº 83.499.293/0001-20, neste ato representada pelo Sr. Tertuliano Zanis Thomé, RGº 1.681.271, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a Urbanização da Ruas, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na cláusula terceira do Contrato administrativo nº 83/2016-PMP, fica prorrogado até dia 28.06.2017, a contar do dia 01.01.2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

MÔNICA PINHEIRO COELHO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

2º TERMO ADITIVO 220/2016-PMP

2º TERMO ADITIVO Nº 220/2016-PMP
AO CONTRATO Nº 84/2016- PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 32/2016 – PMP, modalidade Tomada de Preços nº 07/2016 – PMP

OBJETO: Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para pavimentação em lajota sextavada de concreto, das Ruas Manoel Quirino de Souza, Rua Tijucas, Rua Recanto dos Pássaros III e Rua Recanto dos Pássaros IV, Penha/SC (LOTE 3 – Rua Recanto dos Pássaros III)

Pelo presente instrumento do 2º Termo aditivo nº 220/2016-PMP, ao Contrato Administrativo nº 84/2016-PMP, para Serviço Público, PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa SANECON SANEAMEN-TO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, com sede na cidade de Balneário Camburiú/SC, Rua 1922, Nº 86, Bairro Centro, CEP: 88330-534, Telefone: (47) – 3344-5894, E-mail: contatosanecon@gmail.com, inscrita no CNPJ sob o nº 83.499.293/0001-20, neste ato representada pelo Sr. Tertuliano Zanis Thomé, RGº 1.681.271, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a Urbanização da Ruas, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na cláusula terceira do Contrato administrativo nº 84/2016-PMP, fica prorrogado até dia 28.06.2017, a contar do dia 01.01.2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

MÔNICA PINHEIRO COELHO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

2º TERMO ADITIVO 221/2016-PMP

2º TERMO ADITIVO Nº 221/2016-PMP
AO CONTRATO Nº 85/2016- PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 32/2016 – PMP, modalidade Tomada de Preços nº 07/2016 – PMP

OBJETO: Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para pavimentação em lajota sextavada de concreto, das Ruas Manoel Quirino de Souza, Rua Tijucas, Rua Recanto dos Pássaros III e Rua Recanto dos Pássaros IV, Penha/SC (LOTE 4 – Rua Recanto dos Pássaros IV)

Pelo presente instrumento do 2º Termo aditivo nº 221/2016-PMP,

ao Contrato Administrativo nº 85/2016-PMP, para Serviço Público, PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa SANECON SANEAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, com sede na cidade de Balneário Camburiú/SC, Rua 1922, Nº 86, Bairro Centro, CEP: 88330-534, Telefone: (47) – 3344-5894, E-mail: contatosanecon@gmail.com, inscrita no CNPJ sob o nº 83.499.293/0001-20, neste ato representada pelo Sr. Tertuliano Zanis Thomé, RGº 1.681.271, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a Urbanização da Ruas, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na clausula terceira do Contrato administrativo nº 84/2016-PMP, fica prorrogado até dia 28.06.2017, a contar do dia 01.01.2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais clausulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

MÔNICA PINHEIRO COELHO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

3º TERMO ADITIVO 212/2016-PMP

3º TERMO ADITIVO Nº 212/2016 PMP
AO CONTRATO Nº 195/2015 PMP

LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 64/2015 - PMP, TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2015 - PMP

OBJETO: Prestação de Serviço de engenharia com fornecimento de material e mão de obra para execução de obras de infraestrutura elétrica em diversos locais no Município de Penha, conforme projeto, memorial descritivo e cronograma físico e financeiro em anexo.

Pelo presente instrumento do 3º Termo aditivo nº 212/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº 195/2015-PMP, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, na Avenida Nereu Ramos, n 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa MERCOLUX COMERCIAL ELETRICA LTDA, com sede na cidade de Itajaí/SC, Rua Blumenau, nº 1530 - B, Bairro: São João, CEP: 88305-102, Telefone: (47) - 33481313, Email: mercolux@mercolux-sc.com.br , inscrita no CNPJ sob o nº 01.614.582/0001-69, neste ato representada pelo Sr. Luiz Bunki Otsuka, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente no contrato administrativo nº 195/2015-PMP fica prorrogada até o dia 30.06.2017, a contar de 31.12.2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

MÔNICA PINHEIRO COELHO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

3º TERMO ADITIVO 228/2016-PMP

3º TERMO ADITIVO Nº 228/2016-PMP
AO CONTRATO Nº 52/2016 PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 18/2016 – PMP, modalidade Tomada de Preços nº 01/2016 – PMP

OBJETO: Prestação de Serviço de engenharia com fornecimento de material e mão de obra para reforma do Ginásio da Escola Municipal Rubens João de Souza localizada no bairro Centro, Penha/SC

Pelo presente instrumento do 3º Termo aditivo nº 228/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº 52/2016-PMP, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, doravante denominado simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa M.D. SILVAS LTDA-ME com sede na cidade de Rio do Sul/SC, Bairro: Itoupava, Rua dos Vereadores, nº 1567, CEP: 89.162-830, Telefone: (47) – 3525-4076, E-mail: mdsilvas@mdsilvas.com.br inscrita no CNPJ sob o nº 23. 490.871/0001-36, neste ato representado pelo Sr Marcio Alves Silva, CPF: 036.228.759-76 RG: 7R-4.280.711, SSP/SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a Construção de quadra coberta com vestiário, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência do contrato administrativo nº 52/2016-PMP fica prorrogada até o dia 11/05/2017, a contar de 01/01/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais clausulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

MÔNICA PINHEIRO COELHO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

NOME: GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

4º TERMO ADITIVO 201/2016-PMP

4º TERMO ADITIVO Nº 201/2016 PMP
AO CONTRATO Nº 04/2016 PMP

LICITAÇÃO Processo Licitatório nº 66/15 – PMP, modalidade Tomada de Preços nº 12/15 – PMP

OBJETO: Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para pavimentação em lajota sextavada de concreto, drenagem pluvial e sinalização das Ruas Silvério Gonçalves, Rua Anita Garibaldi e Rua Curitiba, bairro Centro, Penha/SC, em estrita observância aos memoriais, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projetos em anexo.

Lote 2: Rua Anita Garibaldi: Área: 3.130,74 m² - Total R\$ 458.113,96

Pelo presente instrumento do 4º Termo aditivo nº 201/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº 04/2016-PMP, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, na Avenida Nereu Ramos, n 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR LTDA ME, com sede na cidade de Gaspar/SC, Rodovia BR 470, 2.000- Km 35, Bairro: Margem Esquerda, Telefone: (47) – 3332-1161, CEP: 89.110-000, inscrita no CNPJ sob o nº 72.567.076/0001-04, neste ato representada pelo Sr. Gian Carlos Alves, RG: 2.483.567-6, CPF: 721.627.759-72, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a pavimentação em lajota sextava de concreto, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na clausula primeira do 1º Termo Aditivo 46/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº 04/2016-PMP fica prorrogada até o dia 31.03.2017 a contar do dia 01.01.2017..

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato,

juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

MÔNICA PINHEIRO COELHO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

4º TERMO ADITIVO 202/2016-PMP

4º TERMO ADITIVO Nº 202/2016 PMP
AO CONTRATO Nº 190/2015 PMP

LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 57/2015 - PMP, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº. 09/2015 -PMP

OBJETO: Prestação de Serviço de engenharia com fornecimento de material e mão de obra para construção de Creche Municipal no bairro Gravatá, conforme projetos, memorial descritivo e cronograma físico e financeiro em anexo.

Pelo presente instrumento do 4º Termo aditivo nº 202/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº 190/2015-PMP, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, na Avenida Nereu Ramos, n 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa WTM CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA- EPP, com sede na cidade de Itajaí/SC, Rua Tubarão, nº 122 ,Bairro Fazenda, CEP nº 88301-470, Telefone: (47) – 3344-4363, E-mail: wtmconstrucoes@hotmail.com, inscrita no CNPJ sob o nº 21.338.866/0001-87, neste ato representada pelo Sr. Walter Tomaz Mantau, CPF nº 414.975.469-15, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na clausula primeira do 3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 190/2015-PMP fica prorrogada até o dia 03.11..2017, a contar de 31.12.2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

MÔNICA PINHEIRO COELHO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

7º TERMO ADITIVO 207/2016-PMP

7º Termo aditivo nº 207/2016- PMP

Ao contrato nº 28/2014 PMP

Licitação: Processo Licitatório nº 02/14 – PMP, modalidade Tomada de Preços nº 01/14 – PMP.

Objeto: Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para pavimentação em paver, drenagem pluvial e sinalização da Rua Waldemar Werner.

Pelo presente instrumento de 7º Termo Aditivo nº 207/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº 28/2014 PMP de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, Casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA, com sede na cidade de Balneário Piçarras, na Rua Henrique Todeschini, nº 300, no Centro, Cep 88.380-000, telefone 47-3345-0803, inscrita no CNPJ sob o nº 00.145.589/0001-16, neste ato representada pelo Sr. Edson Vito Varella Boscato, CPF 295.521.849-91 doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a pavimentação com paver de concreto, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na cláusula segunda do contrato administrativo nº 28/2014 PMP fica prorrogada do dia 31/12/2016 até 31.03.2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

MÔNICA PINHEIRO COELHO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO 549/2016 RH/PMP

CONTRATO Nº 549/2016 – RH//PMP

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, de acordo com a Lei Complementar no 001/2005, PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº05/2016- PMP

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) ADRIANO VIEIRA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 636.646.829-04, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Silvério Gonçalves, nº 803, Centro, Penha, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A PREFEITURA necessitando do serviço de limpeza de praia – AUXILIAR OPERACIONAL, prestado pelo(a) CONTRATADO(A), com fundamento na Lei Complementar nº 001/2005, firma o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

O(A) CONTRATADO(A) exercerá suas atividades profissionais junto as praias deste Município, numa jornada de trabalho de 44 horas semanais, cujo expediente será principalmente sábados, domingos e feriados, resguardando um dia da semana em horário a ser fixado pelo Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para remunerar o serviço em sua íntegra, estabelecido na Cláusula supra, pagará a PREFEITURA ao(a) CONTRATADO(A), o valor de R\$977,50 (novecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos) mensais.

CLÁUSULA QUARTA

O presente instrumento tem validade de 30/12/2016 até 23/03/2017 cujo pagamento correrá por conta da dotação abaixo:

12 - Secretaria de Serviços Urbanos

03 -Departamento Operacional

2.040 - Funcionamento e Manutenção do Departamento Operacional - 3.1.90.00.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

Este contrato destina-se ao preenchimento temporário do cargo Auxiliar Operacional, através de Regime Jurídico Administrativo, sem vínculo empregatício, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo ser rescindido pelo não cumprimento das cláusulas acima transcritas, por interesse público ou de acordo com os interesses das partes contratadas.

CLÁUSULA SEXTA

Fica eleito o Fórum da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Penha, 30 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ADRIANO VIEIRA
CONTRATADO(A)

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO 550/2016 RH/PMP

CONTRATO Nº 550/2016 – RH//PMP

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, de acordo com a Lei Complementar no 001/2005, PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº05/2016- PMP

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) VANDA MARIA MACHADO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 617.795.209-72, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua João Medeiros, nº 624, Centro, Penha, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A PREFEITURA necessitando do serviço de limpeza de praia – AUXILIAR OPERACIONAL, prestado pelo(a) CONTRATADO(A), com fundamento na Lei Complementar nº 001/2005, firma o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

O(A) CONTRATADO(A) exercerá suas atividades profissionais junto as praias deste Município, numa jornada de trabalho de 44 horas semanais, cujo expediente será principalmente sábados, domingos e feriados, resguardando um dia da semana em horário a ser fixado pelo Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para remunerar o serviço em sua íntegra, estabelecido na Cláusula supra, pagará a PREFEITURA ao(a) CONTRATADO(A), o valor de R\$977,50 (novecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos) mensais.

CLÁUSULA QUARTA

O presente instrumento tem validade de 30/12/2016 até 23/03/2017 cujo pagamento correrá por conta da dotação abaixo:

12 - Secretaria de Serviços Urbanos

03 - Departamento Operacional

2.040 - Funcionamento e Manutenção do Departamento Operacional - 3.1.90.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

Este contrato destina-se ao preenchimento temporário do cargo Auxiliar Operacional, através de Regime Jurídico Administrativo, sem vínculo empregatício, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo ser rescindido pelo não cumprimento das cláusulas acima transcritas, por interesse público ou de acordo com os interesses das partes contratadas.

CLÁUSULA SEXTA

Fica eleito o Fórum da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Penha, 30 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

VANDA MARIA MACHADO
CONTRATADO(A)

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO 551/2016 RH/PMP

CONTRATO Nº 551/2016 – RH//PMP

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, de acordo com a Lei Complementar no 001/2005, PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº05/2016- PMP

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) MARIA DAS NEVES SILVA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 657.254.339-00, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua José Cericio de Souza, 1141, Armação, Penha, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A PREFEITURA necessitando do serviço de limpeza de praia – AUXILIAR OPERACIONAL, prestado pelo(a) CONTRATADO(A), com fundamento na Lei Complementar nº 001/2005, firma o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

O(A) CONTRATADO(A) exercerá suas atividades profissionais junto as praias deste Município, numa jornada de trabalho de 44 horas semanais, cujo expediente será principalmente sábados, domingos e feriados, resguardando um dia da semana em horário a ser fixado pelo Secretária Municipal de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para remunerar o serviço em sua íntegra, estabelecido na Cláusula supra, pagará a PREFEITURA ao(a) CONTRATADO(A), o valor de R\$977,50 (novecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos) mensais.

CLÁUSULA QUARTA

O presente instrumento tem validade de 30/12/2016 até 23/03/2017 cujo pagamento correrá por conta da dotação abaixo:

12 - Secretaria de Serviços Urbanos

03 - Departamento Operacional

2.040 - Funcionamento e Manutenção do Departamento Operacional - 3.1.90.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

Este contrato destina-se ao preenchimento temporário do cargo Auxiliar Operacional, através de Regime Jurídico Administrativo, sem vínculo empregatício, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo ser rescindido pelo não cumprimento das cláusulas acima transcritas, por interesse público ou de acordo com os interesses das partes contratadas.

CLÁUSULA SEXTA

Fica eleito o Fórum da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Penha, 30 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

MARIA DAS NEVES SILVA
CONTRATADO(A)

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO 552/2016 RH/PMP

CONTRATO Nº 552/2016 – RH//PMP

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, de acordo com a Lei Complementar no 001/2005, PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº05/2016- PMP

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) JOSÉ SILVEIRA DA ROSA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 381.349.939-15, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A PREFEITURA necessitando do serviço de limpeza de praia – AUXILIAR OPERACIONAL, prestado pelo(a) CONTRATADO(A), com fundamento na Lei Complementar nº 001/2005, firma o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

O(A) CONTRATADO(A) exercerá suas atividades profissionais junto as praias deste Município, numa jornada de trabalho de 44 horas semanais, cujo expediente será principalmente sábados, domingos e feriados, resguardando um dia da semana em horário a ser fixado pelo Secretária Municipal de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para remunerar o serviço em sua íntegra, estabelecido na Cláusula supra, pagará a PREFEITURA ao(a) CONTRATADO(A), o valor de R\$977,50 (novecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos) mensais.

CLÁUSULA QUARTA

O presente instrumento tem validade de 30/12/2016 até 23/03/2017 cujo pagamento correrá por conta da dotação abaixo:

12 - Secretaria de Serviços Urbanos

03 - Departamento Operacional

2.040 - Funcionamento e Manutenção do Departamento Operacional - 3.1.90.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

Este contrato destina-se ao preenchimento temporário do cargo Auxiliar Operacional, através de Regime Jurídico Administrativo, sem vínculo empregatício, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo ser rescindido pelo não cumprimento das cláusulas acima transcritas, por interesse público ou de acordo com os interesses das partes contratadas.

CLÁUSULA SEXTA

Fica eleito o Fórum da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Penha, 30 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

JOSÉ SILVEIRA DA ROSA
CONTRATADO(A)

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO 553/2016 RH/PMP

CONTRATO Nº 553/2016 – RH//PMP

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, de acordo com a Lei Complementar no 001/2005, PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº05/2016- PMP

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) EDUARDO BOHR, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 935.668.679-34, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua Raimundo Mafra, 117, Travessa Id, 853, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A PREFEITURA necessitando do serviço de limpeza de praia – AUXILIAR OPERACIONAL, prestado pelo(a) CONTRATADO(A), com fundamento na Lei Complementar nº 001/2005, firma o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

O(A) CONTRATADO(A) exercerá suas atividades profissionais junto as praias deste Município, numa jornada de trabalho de 44 horas semanais, cujo expediente será principalmente sábados, domingos e feriados, resguardando um dia da semana em horário a ser fixado pelo Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para remunerar o serviço em sua íntegra, estabelecido na Cláusula supra, pagará a PREFEITURA ao(a) CONTRATADO(A), o valor de R\$977,50 (novecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos) mensais.

CLÁUSULA QUARTA

O presente instrumento tem validade de 30/12/2016 até 23/03/2017 cujo pagamento correrá por conta da dotação abaixo:

12 - Secretaria de Serviços Urbanos

03 - Departamento Operacional

2.040 - Funcionamento e Manutenção do Departamento Operacional - 3.1.90.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

Este contrato destina-se ao preenchimento temporário do cargo Auxiliar Operacional, através de Regime Jurídico Administrativo, sem vínculo empregatício, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo ser rescindido pelo não cumprimento das cláusulas acima transcritas, por interesse público ou de acordo com os interesses das partes contratadas.

CLÁUSULA SEXTA

Fica eleito o Fórum da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Penha, 30 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

EDUARDO BOHR
CONTRATADO(A)

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO 554/2016 RH/PMP

CONTRATO Nº 554/2016 – RH//PMP

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, de acordo com a Lei Complementar no 001/2005, PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº05/2016- PMP

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) CLEIDE MARIA SEVERINO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 006.604.549-55, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua José Cericio de Souza, 768, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A PREFEITURA necessitando do serviço de limpeza de praia – AUXILIAR OPERACIONAL, prestado pelo(a) CONTRATADO(A), com fundamento na Lei Complementar nº 001/2005, firma o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

O(A) CONTRATADO(A) exercerá suas atividades profissionais junto as praias deste Município, numa jornada de trabalho de 44 horas semanais, cujo expediente será principalmente sábados, domingos e feriados, resguardando um dia da semana em horário a ser fixado pelo Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para remunerar o serviço em sua íntegra, estabelecido na Cláusula supra, pagará a PREFEITURA ao(a) CONTRATADO(A), o valor de R\$977,50 (novecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos) mensais.

CLÁUSULA QUARTA

O presente instrumento tem validade de 30/12/2016 até 23/03/2017 cujo pagamento correrá por conta da dotação abaixo:

12 - Secretaria de Serviços Urbanos

03 - Departamento Operacional

2.040 - Funcionamento e Manutenção do Departamento Operacional - 3.1.90.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

Este contrato destina-se ao preenchimento temporário do cargo Auxiliar Operacional, através de Regime Jurídico Administrativo, sem vínculo empregatício, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo ser rescindido pelo não cumprimento das cláusulas acima transcritas, por interesse público ou de acordo com os interesses das partes contratadas.

CLÁUSULA SEXTA

Fica eleito o Fórum da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Penha, 30 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

CLEIDE MARIA SEVERINO
CONTRATADO(A)

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO 555/2016 RH/PMP

CONTRATO Nº 555/2016 – RH//PMP

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, de acordo com a Lei Complementar no 001/2005, PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº05/2016- PMP

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) OSNI FARIA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 006.604.549-55, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua José Cericio de Souza, 768, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A PREFEITURA necessitando do serviço de limpeza de praia – AUXILIAR OPERACIONAL, prestado pelo(a) CONTRATADO(A), com fundamento na Lei Complementar nº 001/2005, firma o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

O(A) CONTRATADO(A) exercerá suas atividades profissionais junto as praias deste Município, numa jornada de trabalho de 44 horas semanais, cujo expediente será principalmente sábados, domingos e feriados, resguardando um dia da semana em horário a ser fixado pelo Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para remunerar o serviço em sua íntegra, estabelecido na Cláusula supra, pagará a PREFEITURA ao(a) CONTRATADO(A), o valor de R\$977,50 (novecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos) mensais.

CLÁUSULA QUARTA

O presente instrumento tem validade de 30/12/2016 até 23/03/2017 cujo pagamento correrá por conta da dotação abaixo:

12 - Secretaria de Serviços Urbanos

03 - Departamento Operacional

2.040 - Funcionamento e Manutenção do Departamento Operacional - 3.1.90.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

Este contrato destina-se ao preenchimento temporário do cargo Auxiliar Operacional, através de Regime Jurídico Administrativo, sem vínculo empregatício, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo ser rescindido pelo não cumprimento das cláusulas acima transcritas, por interesse público ou de acordo com os interesses das partes contratadas.

CLÁUSULA SEXTA

Fica eleito o Fórum da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Penha, 30 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

OSNI FARIA
CONTRATADO(A)

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO 556/2016 RH/PMP

CONTRATO Nº 556/2016 – RH//PMP

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, de acordo com a Lei Complementar no 001/2005, PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº05/2016- PMP

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) WANEISSA SOLANGE DA SILVA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 062.636.519-89, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua José Cericio de Souza, 1441, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A PREFEITURA necessitando do serviço de limpeza de praia – AUXILIAR OPERACIONAL, prestado pelo(a) CONTRATADO(A), com fundamento

na Lei Complementar nº 001/2005, firma o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

O(A) CONTRATADO(A) exercerá suas atividades profissionais junto as praias deste Município, numa jornada de trabalho de 44 horas semanais, cujo expediente será principalmente sábados, domingos e feriados, resguardando um dia da semana em horário a ser fixado pelo Secretária Municipal de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para remunerar o serviço em sua íntegra, estabelecido na Cláusula supra, pagará a PREFEITURA ao(a) CONTRATADO(A), o valor de R\$977,50 (novecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos) mensais.

CLÁUSULA QUARTA

O presente instrumento tem validade de 30/12/2016 até 23/03/2017 cujo pagamento correrá por conta da dotação abaixo:

12 - Secretaria de Serviços Urbanos

03 - Departamento Operacional

2.040 - Funcionamento e Manutenção do Departamento Operacional - 3.1.90.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

Este contrato destina-se ao preenchimento temporário do cargo Auxiliar Operacional, através de Regime Jurídico Administrativo, sem vínculo empregatício, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo ser rescindido pelo não cumprimento das cláusulas acima transcritas, por interesse público ou de acordo com os interesses das partes contratadas.

CLÁUSULA SEXTA

Fica eleito o Fórum da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Penha, 30 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

WANEISSA SOLANGE DA SILVA
CONTRATADO(A)

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO 557/2016 RH/PMP

CONTRATO Nº 557/2016 – RH//PMP

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, de acordo com a Lei Complementar no 001/2005, PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº05/2016- PMP

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr(a) JANDERSON HOWE, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 062.735.459-95, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua José Cericio de Souza, 1141, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A PREFEITURA necessitando do serviço de limpeza de praia – AUXILIAR OPERACIONAL, prestado pelo(a) CONTRATADO(A), com fundamento na Lei Complementar nº 001/2005, firma o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

O(A) CONTRATADO(A) exercerá suas atividades profissionais junto as praias deste Município, numa jornada de trabalho de 44 horas semanais, cujo expediente será principalmente sábados, domingos e feriados, resguardando um dia da semana em horário a ser fixado pelo Secretária Municipal de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para remunerar o serviço em sua íntegra, estabelecido na Cláusula supra, pagará a PREFEITURA ao(a) CONTRATADO(A), o valor de R\$977,50 (novecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos) mensais.

CLÁUSULA QUARTA

O presente instrumento tem validade de 30/12/2016 até 23/03/2017 cujo pagamento correrá por conta da dotação abaixo:

12 - Secretaria de Serviços Urbanos

03 -Departamento Operacional

2.040 - Funcionamento e Manutenção do Departamento Operacional - 3.1.90.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

Este contrato destina-se ao preenchimento temporário do cargo Auxiliar Operacional, através de Regime Jurídico Administrativo, sem vínculo empregatício, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo ser rescindido pelo não cumprimento das cláusulas acima transcritas, por interesse público ou de acordo com os interesses das partes contratadas.

CLÁUSULA SEXTA

Fica eleito o Fórum da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Penha, 30 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

JANDERSON HOWE
CONTRATADO(A)

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO 558/2016 RH/PMP

CONTRATO Nº 558/2016 – RH//PMP

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, de acordo com a Lei Complementar no 001/2005, PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº05/2016- PMP

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) NILTO JOSÉ INACIO DE AZEVEDO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 383.696.059-15, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua Nereu de Assis, 964, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A PREFEITURA necessitando do serviço de limpeza de praia – AUXILIAR OPERACIONAL, prestado pelo(a) CONTRATADO(A), com fundamento na Lei Complementar nº 001/2005, firma o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

O(A) CONTRATADO(A) exercerá suas atividades profissionais junto as praias deste Município, numa jornada de trabalho de 44 horas semanais, cujo expediente será principalmente sábados, domingos e feriados, resguardando um dia da semana em horário a ser fixado pelo Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para remunerar o serviço em sua íntegra, estabelecido na Cláusula supra, pagará a PREFEITURA ao(a) CONTRATADO(A), o valor de R\$977,50 (novecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos) mensais.

CLÁUSULA QUARTA

O presente instrumento tem validade de 30/12/2016 até 23/03/2017 cujo pagamento correrá por conta da dotação abaixo:

12 - Secretaria de Serviços Urbanos

03 -Departamento Operacional

2.040 - Funcionamento e Manutenção do Departamento Operacional - 3.1.90.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

Este contrato destina-se ao preenchimento temporário do cargo Auxiliar Operacional, através de Regime Jurídico Administrativo, sem vínculo empregatício, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo ser rescindido pelo não cumprimento das cláusulas acima transcritas, por interesse público ou de acordo com os interesses das partes contratadas.

CLÁUSULA SEXTA

Fica eleito o Fórum da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Penha, 30 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

NILTO JOSÉ INACIO DE AZEVEDO
CONTRATADO(A)

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO 559/2016 RH/PMP

CONTRATO Nº 559/2016 – RH//PMP

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, de acordo com a Lei Complementar no 001/2005, PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº05/2016- PMP

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) ADOLFO HOWE, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 617.295.909-34, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua José Cericio de Souza, 1141, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A PREFEITURA necessitando do serviço de limpeza de praia – AUXILIAR OPERACIONAL, prestado pelo(a) CONTRATADO(A), com fundamento na Lei Complementar nº 001/2005, firma o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

O(A) CONTRATADO(A) exercerá suas atividades profissionais junto as praias deste Município, numa jornada de trabalho de 44 horas semanais, cujo expediente será principalmente sábados, domingos e feriados, resguardando um dia da semana em horário a ser fixado pelo Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para remunerar o serviço em sua íntegra, estabelecido na Cláusula supra, pagará a PREFEITURA ao(a) CONTRATADO(A), o valor de R\$977,50 (novecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos) mensais.

CLÁUSULA QUARTA

O presente instrumento tem validade de 30/12/2016 até 23/03/2017 cujo pagamento correrá por conta da dotação abaixo:

12 - Secretaria de Serviços Urbanos

03 - Departamento Operacional

2.040 - Funcionamento e Manutenção do Departamento Operacional - 3.1.90.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

Este contrato destina-se ao preenchimento temporário do cargo Auxiliar Operacional, através de Regime Jurídico Administrativo, sem vínculo empregatício, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo ser rescindido pelo não cumprimento das cláusulas acima transcritas, por interesse público ou de acordo com os interesses das partes contratadas.

CLÁUSULA SEXTA

Fica eleito o Fórum da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Penha, 30 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ADOLFO HOWE
CONTRATADO(A)

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO 560/2016 RH/PMP

CONTRATO Nº 560/2016 – RH//PMP

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, de acordo com a Lei Complementar no 001/2005, PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº05/2016- PMP

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) GIZELI DE SOUZA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 059.335.719-11, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua José Cericio de Souza, 1141, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A PREFEITURA necessitando do serviço de limpeza de praia – AUXILIAR OPERACIONAL, prestado pelo(a) CONTRATADO(A), com fundamento na Lei Complementar nº 001/2005, firma o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

O(A) CONTRATADO(A) exercerá suas atividades profissionais junto as praias deste Município, numa jornada de trabalho de 44 horas semanais, cujo expediente será principalmente sábados, domingos e feriados, resguardando um dia da semana em horário a ser fixado pelo Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para remunerar o serviço em sua íntegra, estabelecido na Cláusula supra, pagará a PREFEITURA ao(a) CONTRATADO(A), o valor de R\$977,50 (novecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos) mensais.

CLÁUSULA QUARTA

O presente instrumento tem validade de 30/12/2016 até 23/03/2017 cujo pagamento correrá por conta da dotação abaixo:

12 - Secretaria de Serviços Urbanos

03 - Departamento Operacional

2.040 - Funcionamento e Manutenção do Departamento Operacional - 3.1.90.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

Este contrato destina-se ao preenchimento temporário do cargo Auxiliar Operacional, através de Regime Jurídico Administrativo, sem vínculo empregatício, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo ser rescindido pelo não cumprimento das cláusulas acima transcritas, por interesse público ou de acordo com os interesses das partes contratadas.

CLÁUSULA SEXTA

Fica eleito o Fórum da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Penha, 30 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

GIZELI DE SOUZA
CONTRATADO(A)

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO 561/2016 RH/PMP

CONTRATO Nº 561/2016 – RH//PMP

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, de acordo com a Lei Complementar no 001/2005, PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº05/2016- PMP

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) ADRIANA DE CARVALHO PRESTE, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 075.176.849-90, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua João E. de Freitas, 148, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A PREFEITURA necessitando do serviço de limpeza de praia – AUXILIAR OPERACIONAL, prestado pelo(a) CONTRATADO(A), com fundamento

na Lei Complementar nº 001/2005, firma o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

O(A) CONTRATADO(A) exercerá suas atividades profissionais junto as praias deste Município, numa jornada de trabalho de 44 horas semanais, cujo expediente será principalmente sábados, domingos e feriados, resguardando um dia da semana em horário a ser fixado pelo Secretária Municipal de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para remunerar o serviço em sua íntegra, estabelecido na Cláusula supra, pagará a PREFEITURA ao(a) CONTRATADO(A), o valor de R\$977,50 (novecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos) mensais.

CLÁUSULA QUARTA

O presente instrumento tem validade de 30/12/2016 até 23/03/2017 cujo pagamento correrá por conta da dotação abaixo:

12 - Secretaria de Serviços Urbanos

03 - Departamento Operacional

2.040 - Funcionamento e Manutenção do Departamento Operacional - 3.1.90.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

Este contrato destina-se ao preenchimento temporário do cargo Auxiliar Operacional, através de Regime Jurídico Administrativo, sem vínculo empregatício, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo ser rescindido pelo não cumprimento das cláusulas acima transcritas, por interesse público ou de acordo com os interesses das partes contratadas.

CLÁUSULA SEXTA

Fica eleito o Fórum da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Penha, 30 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ADRIANA DE CARVALHO PRESTE
CONTRATADO(A)

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO 562/2016 RH/PMP

CONTRATO Nº 562/2016 – RH//PMP

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, de acordo com a Lei Complementar no 001/2005, PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº05/2016- PMP

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) JÉSSICA CRISTINA HOWE, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 075.176.849-90, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua José Cericio de Souza, 1141, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A PREFEITURA necessitando do serviço de limpeza de praia – AUXILIAR OPERACIONAL, prestado pelo(a) CONTRATADO(A), com fundamento na Lei Complementar nº 001/2005, firma o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

O(A) CONTRATADO(A) exercerá suas atividades profissionais junto as praias deste Município, numa jornada de trabalho de 44 horas semanais, cujo expediente será principalmente sábados, domingos e feriados, resguardando um dia da semana em horário a ser fixado pelo Secretária Municipal de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para remunerar o serviço em sua íntegra, estabelecido na Cláusula supra, pagará a PREFEITURA ao(a) CONTRATADO(A), o valor de R\$977,50 (novecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos) mensais.

CLÁUSULA QUARTA

O presente instrumento tem validade de 30/12/2016 até 23/03/2017 cujo pagamento correrá por conta da dotação abaixo:

12 - Secretaria de Serviços Urbanos

03 -Departamento Operacional

2.040 - Funcionamento e Manutenção do Departamento Operacional - 3.1.90.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

Este contrato destina-se ao preenchimento temporário do cargo Auxiliar Operacional, através de Regime Jurídico Administrativo, sem vínculo empregatício, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo ser rescindido pelo não cumprimento das cláusulas acima transcritas, por interesse público ou de acordo com os interesses das partes contratadas.

CLÁUSULA SEXTA

Fica eleito o Fórum da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Penha, 30 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

JÉSSICA CRISTINA HOWE
CONTRATADO(A)

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

Peritiba

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 01 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 01/2017, Dispensa de Licitação nº 01/2017
Objeto: Locação de espaço em sala comercial para alocar a diretoria de cultura, biblioteca pública municipal, Museu Municipal (Casa da Memória), oficinas de música, canto, artesanato e cinema infantil além de espaço para divulgação permanente dos produtos da agricultura familiar (COPAFAPER), indústria e comércio de Peritiba (CDL), sendo um prédio localizado na rua do comércio nº 262 esquina com a rua Frei Bonifácio, o imóvel possui área útil de 514m2 distribuídos em 3 andares (térreo, 1º andar e sótão), imóvel este denominado historicamente como "CASARÃO".

Valor: R\$ 30.600,00 (Trinta e seiscentos reais) para o ano de 2017.

Dados do Contrato: 01/2017

Contratado: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE PERITIBA
CNPJ: 78.478.559/0001-19

Data de Vigência: 02/01/2017 à 31/12/2021

Município de Peritiba – SC em 02 de Janeiro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 01 2017 - FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO - FMS

Processo Licitatório nº 22/2016, Pregão Presencial nº 04/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada para confecção e instalação de móveis planejados na Unidade Sanitária Gilberto Luiz Dallegrave - Centro, construído junto a Rua Senador Nereu Ramos esquina com Rua Frei Bonifácio - Centro - Peritiba – SC, obedecendo os projetos básico, memorial descritivo, bem como as normativas e legislações vigente.

Dados do Contrato: 01/2017 - FMS

Contratado: INDUSTRIA DE MOVEIS E ARTEFATOS MA LTDA - ME

Valor: R\$ 26.600,00 (Vinte e seis mil e seiscentos reais)

Data de Vigência: 02/01/2017 à 31/12/2017

Município de Peritiba – SC em 02 de Janeiro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 02 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 02/2017, Dispensa de Licitação nº 02/2017
Objeto: Locação de software de gestão escolar descrito em sua proposta comercial em anexo de ESCOLAVIANET® - EVN – SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR, sob a forma de licença de uso por prazo determinado, bem como, serviços de suporte, atualização e

atendimento técnico.

Valor: R\$ 3.525,96 (Três mil quinhentos e vinte e cinco reais e noventa e seis centavos) para o ano de 2017.

Dados do Contrato: 02/2017

Contratado: CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMACAO LTDA - EPP

CNPJ: 04.072.953/0001-16

Data de Vigência: 02/01/2017 à 31/12/2017

Município de Peritiba – SC em 02 de Janeiro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 03 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 03/2017, Dispensa de Licitação nº 03/2017
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra para reforma de calçamento com colocação de pedras (pavimentação) sobre pedrisco na estrada vicinal Valmor Locateli que liga o Município de Peritiba à Linha Lajeado Mirim, totalizando 1152,25m2 de calçamento.

Valor: R\$ 13.827,00 (Treze mil e oitocentos e vinte e sete reais).

Dados do Contrato: 03/2017

Contratado: BS PRESTADORA DE SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA - ME

CNPJ: 11.074.447/0001-21

Data de Vigência: 02/01/2017 à 31/12/2017

Município de Peritiba – SC em 02 de Janeiro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 04 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 59/2016, Tomada de Preços nº 04/2016

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra em regime de empreitada global (material e mão de obra) para construção da 2ª etapa da Casa Mortuária Municipal com área de 206,40 m², sito a Rua João Kuhn, Parte do Lote Rural 756 da Colônia Rio Uruguai, Indivíduoado Como Lote Urbano 04 com área total de 341,40 m², Peritiba/SC. Valor: R\$ 148.482,99 (Cento e quarenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e noventa e nove centavos).

Dados do Contrato: 04/2017

Contratado: CHAVE CERTA CASA E CONSTRUCAO EIRELI - ME

CNPJ: 13.178.732/0001-18

Data de Vigência: 02/01/2017 à 31/12/2017

Município de Peritiba – SC em 02 de Janeiro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 05 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 60/2016, Pregão Presencial nº 34/2016
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços mecânicos de manutenções preventiva e corretiva nos veículos da frota municipal, com o fornecimento de peças pelo contratado, sem exclusividade, com prévia aprovação do órgão/entidade contratante do orçamento das peças a serem substituídas.
Valor estimado para 2017: R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais).

Dados do Contrato: 05/2017

Contratado: BORRACHARIA ENGEL ALTHAUS LTDA - ME
CNPJ: 80.442.858/0001-45

Data de Vigência: 02/01/2017 à 31/12/2017

Município de Peritiba – SC em 02 de Janeiro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 06 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 60/2016, Pregão Presencial nº 34/2016
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de ferraria e carpintaria de manutenções preventiva e corretiva nos veículos, máquinas e implementos agrícolas da frota municipal e afiações nas ferramentas gerais, com o fornecimento de peças pelo contratado, sem exclusividade, com prévia aprovação do órgão/entidade contratante do orçamento das peças a serem substituídas.

Valor estimado para 2017: R\$ 24.100,00 (Vinte e quatro mil e cem reais).

Dados do Contrato: 06/2017

Contratado: FERRARIA BOLL LTDA - ME
CNPJ: 02.121.354/0001-10

Data de Vigência: 02/01/2017 à 31/12/2017

Município de Peritiba – SC em 02 de Janeiro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 07 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 60/2016, Pregão Presencial nº 34/2016
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços mecânicos e de manutenções preventiva e corretiva nas máquinas da frota municipal, com o fornecimento de peças pelo contratado, sem exclusividade, com prévia aprovação do órgão/entidade contratante do orçamento das peças a serem substituídas.
Valor estimado para 2017: R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais).

Dados do Contrato: 07/2017

Contratado: GILSON G. GASTMANN - ME
CNPJ: 02.297.334/0001-02

Data de Vigência: 02/01/2017 à 31/12/2017

Município de Peritiba – SC em 02 de Janeiro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 08 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 60/2016, Pregão Presencial nº 34/2016
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços mecânicos, elétricos e de injeção eletrônica de manutenções preventiva e corretiva nos veículos e máquinas da frota municipal, com o fornecimento de peças pelo contratado, sem exclusividade, com prévia aprovação do órgão/entidade contratante do orçamento das peças a serem substituídas.

Valor estimado para 2017: R\$ 115.455,00 (Cento e quinze mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais).

Dados do Contrato: 08/2017

Contratado: JULIANO AUTO CENTER LTDA - ME
CNPJ: 10.637.963/0001-54

Data de Vigência: 02/01/2017 à 31/12/2017

Município de Peritiba – SC em 02 de Janeiro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 09 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 60/2016, Pregão Presencial nº 34/2016
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços mecânicos e auto elétricos de manutenções preventiva e corretiva nos veículos e máquinas da frota municipal, com o fornecimento de peças pelo contratado, sem exclusividade, com prévia aprovação do órgão/entidade contratante do orçamento das peças a serem substituídas.

Valor estimado para 2017: R\$ 119.600,00 (Cento e dezenove mil, seiscentos reais).

Dados do Contrato: 09/2017

Contratado: LEANDRO DANIEL SCHNEIDER 06719046985
CNPJ: 26.192.069/0001-58

Data de Vigência: 02/01/2017 à 31/12/2017

Município de Peritiba – SC em 02 de Janeiro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 10 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 60/2016, Pregão Presencial nº 34/2016
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços mecânicos e de manutenções preventiva e corretiva nos

caminhões da frota municipal, com o fornecimento de peças pelo contratado, sem exclusividade, com prévia aprovação do órgão/entidade contratante do orçamento das peças a serem substituídas. Valor estimado para 2017: R\$ 70.400,00 (Setenta mil, quatrocentos reais).

Dados do Contrato: 10/2017

Contratado: MECANICA PERITIBA LTDA - ME

CNPJ: 80.976.921/0001-23

Data de Vigência: 02/01/2017 à 31/12/2017

Município de Peritiba – SC em 02 de Janeiro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 11 2017

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 60/2016, Pregão Presencial nº 34/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços mecânicos e de manutenções preventiva e corretiva nos ônibus da frota municipal, com o fornecimento de peças pelo contratado, sem exclusividade, com prévia aprovação do órgão/entidade contratante do orçamento das peças a serem substituídas.

Valor estimado para 2017: R\$ 81.225,00 (Oitenta e um mil, duzentos e vinte e cinco reais).

Dados do Contrato: 11/2017

Contratado: SORDI & SORDI LTDA - ME

CNPJ: 83.222.109/0001-09

Data de Vigência: 02/01/2017 à 31/12/2017

Município de Peritiba – SC em 02 de Janeiro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 12 2017

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 04/2017, Dispensa de Licitação nº 04/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestar serviços de manutenção in loco dos equipamentos de internet, informática/processamento de dados pertencentes aos diversos setores/departamentos do Município de Peritiba e do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS). Os serviços técnicos consistirão em limpeza, formatação, manutenção e conserto dos equipamentos. Não estão inclusos serviço nas estruturas da rede.

Valor estimado para 2017: R\$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais).

Dados do Contrato: 12/2017

Contratado: CP1 INFORMATICA LTDA - ME

CNPJ: 14.449.773/0001-64

Data de Vigência: 02/01/2017 à 31/12/2017

Município de Peritiba – SC em 02 de Janeiro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 13 2017

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Chamada Pública nº 03/2016 – Processo Licitatório nº 65/2016

Objeto: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da educação básica pública, matriculados na Rede Municipal de Ensino de Peritiba, a ser adquirido com recursos do FNDE/PNAE, para o 1º quadrimestre de 2017.

Valor estimado para 2017: R\$ 10.974,30 (Dez mil novecentos e setenta e quatro reais e trinta centavos).

Dados do Contrato: 13/2017

Contratado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE PERITIBA - COPAFAPER

CNPJ: 08.845.351/0001-05

Data de Vigência: 02/01/2017 à 30/04/2017

Município de Peritiba – SC em 02 de Janeiro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 14 2017

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Chamada Pública nº 03/2016 – Processo Licitatório nº 65/2016

Objeto: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da educação básica pública, matriculados na Rede Municipal de Ensino de Peritiba, a ser adquirido com recursos do FNDE/PNAE, para o 1º quadrimestre de 2017.

Valor estimado para 2017: R\$ 12.328,90 (Doze mil trezentos e vinte e oito reais e noventa centavos).

Dados do Contrato: 14/2017

Contratado: COOPERATIVA DOS PRODUTORES AGROINDUSTRIAIS DO MUNICÍPIO DE IPIRA - CPAMI

CNPJ: 07.224.044/0001-44

Data de Vigência: 02/01/2017 à 30/04/2017

Município de Peritiba – SC em 02 de Janeiro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 15 2017

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 64/2016, Pregão PRESENCIAL nº 37/2016

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar para o 1º quadrimestre de 2017.

Valor estimado para 2017: R\$ 26.161,82 (Vinte e seis mil cento e sessenta e um reais e oitenta e dois centavos).

Dados do Contrato: 15/2017

Contratado: MERCADO POLIANE LTDA

CNPJ: 00.070.364/0001-48

Data de Vigência: 02/01/2017 à 30/04/2017

Município de Peritiba – SC em 02 de Janeiro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 16 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:
Processo Licitatório nº 64/2016, Pregão PRESENCIAL nº 37/2016
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar para o 1º quadrimestre de 2017.
Valor estimado para 2017: R\$ 7.458,47 (Sete mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e quarenta e sete centavos).
Dados do Contrato: 16/2017
Contratado: ELOI FRANCISCO BERVIAN & CIA LTDA
CNPJ: 03.536.050/0001-86
Data de Vigência: 02/01/2017 à 30/04/2017
Município de Peritiba – SC em 02 de Janeiro de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 17 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:
Processo Licitatório nº 64/2016, Pregão PRESENCIAL nº 37/2016
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar para o 1º quadrimestre de 2017.
Valor estimado para 2017: R\$ 12.141,14 (Doze mil, cento e quarenta e um reais e quatorze centavos).
Dados do Contrato: 17/2017
Contratado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA
CNPJ: 83.573.212/0006-08
Data de Vigência: 02/01/2017 à 30/04/2017
Município de Peritiba – SC em 02 de Janeiro de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 18 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:
Processo Licitatório nº 64/2016, Pregão PRESENCIAL nº 37/2016
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar para o 1º quadrimestre de 2017.
Valor estimado para 2017: R\$ 4.370,00 (Quatro mil, trezentos e setenta reais).
Dados do Contrato: 18/2017
Contratado: PADARIA E LANCHERIA PERITIBA LTDA ME
CNPJ: 85.102.986/0001-63
Data de Vigência: 02/01/2017 à 30/04/2017
Município de Peritiba – SC em 02 de Janeiro de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 19 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:
Processo Licitatório nº 64/2016, Pregão PRESENCIAL nº 37/2016
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar para o 1º quadrimestre de 2017.
Valor estimado para 2017: R\$ 2.128,50 (Dois mil, cento e vinte e oito reais e cinquenta centavos).
Dados do Contrato: 19/2017
Contratado: HUGO JOÃO SCHNEIDER 42541735987
CNPJ: 20.676.420/0001-08
Data de Vigência: 02/01/2017 à 30/04/2017
Município de Peritiba – SC em 02 de Janeiro de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 20 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:
Processo Licitatório nº 64/2016, Pregão PRESENCIAL nº 37/2016
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar para o 1º quadrimestre de 2017.
Valor estimado para 2017: R\$ 10.005,25 (Dez mil, cinco reais e vinte e cinco centavos).
Dados do Contrato: 20/2017
Contratado: AGN FRIOS LTDA
CNPJ: 85.322.840/0001-23
Data de Vigência: 02/01/2017 à 30/04/2017
Município de Peritiba – SC em 02 de Janeiro de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PL 23-2016 - PP 05-2016 - FMS

Página: 1/27

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016
Data de Abertura: 16/12/2016

REGISTRO Nº 1/2017
PROCESSO Nº 23/2016
Data de Julgamento: 16/12/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento à farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde de Peritiba no decorrer do ano de 2017

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1º	2º	3º
1	Ácido Acetilsalicílico 100 mg	COMP	Imec		0,28	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,02 (7221)	0,02 (6208) 0,00 (7052)	0,02 (6359) 0,00 (7055)	0,00 (6406) 0,00 (7101)	0,02 (6654) 0,00 (7220)
2	Ácido Acetilsalicílico 500 mg	COMP	Imec		0,07	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,03 (6359) 0,00 (7055)	0,03 (6406) 0,00 (7101)	0,04 (6654) 0,00 (7220)	0,00 6359 6654 6208
3	Ácido Fólico 5 MG	COMP	NATULAB		0,41	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,05 (7221)	0,00 (6359) 0,00 (7055)	0,04 (6406) 0,00 (7101)	0,04 (6654) 0,00 (7220)	0,00 6406 6654 7221
5	Ácido Valproico 250mg.	COMP	BIOLAB		0,26	0,00 %	0,00 (6151) 0,24 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6359) 0,00 (7055)	0,00 (6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 6208 7051 ---
7	Albendazol 400 mg	COMP	GREEN PHAF		0,88	0,00 %	0,43 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6359) 0,00 (7055)	0,43 (6406) 0,44 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 6406 6151 7101
8	Albendazol Suspensão Oral, frasco com 10ml	FR	GEOLAB		1,27	0,00 %	1,25 (6151) 0,00 (7051) 1,13 (7221)	0,00 (6359) 0,00 (7055)	0,00 (6406) 1,13 (7101)	1,24 (6654) 0,00 (7220)	0,00 7101 7221 7052
10	Alendronato de Sódio 10mg.	COMP	Uci Farma		0,26	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,33 (6359) 0,00 (7055)	0,00 (6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 6359 --- ---
11	Alendronato de Sódio 70mg.	COMP	ELOFAR		0,37	0,00 %	0,27 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6359) 0,00 (7055)	0,00 (6406) 0,28 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 6208 6151 7101

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA

Página: 2/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016
Data de Abertura: 16/12/2016

REGISTRO Nº 1/2017
PROCESSO Nº 23/2016
Data de Julgamento: 16/12/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento à farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde de Peritiba no decorrer do ano de 2017

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)			Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
											1°	2°	3°
12	Ambroxol Xarope Adulto 100ml	FR	NATULAB		1,96	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) <u>1,55 (7221)</u>	0,00 (6208) 0,00 (7052)	1,65 (6359) 0,00 (7055)	0,00 (6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 1,65 (7220)	0,00 7221	6359 7220
13	Ambroxol Xarope Pediátrico 100ml.	FR	FARMACE		2,00	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) <u>1,50 (7221)</u>	1,59 (6208) 0,00 (7052)	1,65 (6359) 0,00 (7055)	0,00 (6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 7221	6208 6359
14	Amlorida 5mg+ Hidroclorotiazida 50mg	COMP	BRAINFARM		0,09	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6208) 0,00 (7052)	0,00 (6359) 0,00 (7055)	0,00 (6406) 0,00 (7101)	<u>0,09 (6654)</u> 0,00 (7220)	0,00 6654	-- --
15	Aminofilina 100 MG	COMP	VITAMEDIC		0,07	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) <u>0,05 (7221)</u>	0,00 (6208) 0,05 (7052)	0,06 (6359) 0,00 (7055)	0,05 (6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 7221	7052 6406
16	Amiodarona 200 mg	COMP	GEOLAB		0,50	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,27 (6208) 0,28 (7052)	0,00 (6359) 0,00 (7055)	0,00 (6406) <u>0,27 (7101)</u>	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 7101	6208 7052
17	Amitriplina 25 mg	COMP	Teuto		0,28	0,00 %	0,00 (6151) 0,04 (7051) 0,00 (7221)	0,04 (6208) 0,00 (7052)	<u>0,04 (6359)</u> 0,00 (7055)	0,04 (6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 6359	6406 6208
18	Amitriplina 75mg	COMP	CRISTALIA		0,69	0,00 %	0,28 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,28 (6208) 0,20 (7052)	0,00 (6359) 0,00 (7055)	<u>0,20 (6406)</u> 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 6406	7052 6151
19	Amoxicilina 250mg/5mL Frasco 60ml	FR	PRATI		2,12	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	<u>2,99 (6208)</u> 0,00 (7052)	0,00 (6359) 0,00 (7055)	0,00 (6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 6208	-- --

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA

Página: 3/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016
Data de Abertura: 16/12/2016

REGISTRO Nº 1/2017
PROCESSO Nº 23/2016
Data de Julgamento: 16/12/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento à farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde de Peritiba no decorrer do ano de 2017

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Colado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1°	2°	3°
20	Amoxicilina 250mg/5mg Frasco 150mL	FR	PRATI		3,80	0,00 %	4,98 (6208) 0,00 (7052) 0,00 (7221)	0,00 (6359) 0,00 (7055) 0,00 (6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	---	---
21	Amoxicilina 500MG	COMP	TEUTO/PRAT		0,47	0,00 %	0,00 (6208) 0,00 (7052) 0,14 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,15 (6359) 0,00 (7055) 0,14 (6406) 0,00 (7101)	0,14 (6654) 0,15 (7220)	0,00 6406 6654 6151	
22	Anlodipino 10mg	COMP	GEOLAB		1,62	0,00 %	0,00 (6208) 0,05 (7052) 0,00 (6151) 0,05 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6359) 0,00 (7055) 0,00 (6406) 0,00 (7101)	0,06 (6654) 0,00 (7220)	0,00 7052 7051 6654	
23	Anlodipino 5mg	COMP	Teuto		0,24	0,00 %	0,02 (6208) 0,02 (7052) 0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,02 (6359) 0,00 (7055) 0,02 (6406) 0,02 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 6359 7052 6208	
24	Atenolol 100 mg	COMP	VITAMEDIC		0,06	0,00 %	0,00 (6208) 0,05 (7052) 0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6359) 0,00 (7055) 0,00 (6406) 0,00 (7101)	0,05 (6654) 0,04 (7220)	0,00 7220 6654 7052	
25	Atenolol 50 mg	COMP	PRATI-DONAI		0,06	0,00 %	0,00 (6208) 0,03 (7052) 0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6359) 0,00 (7055) 0,04 (6406) 0,00 (7101)	0,04 (6654) 0,00 (7220)	0,00 7052 6654 6406	
26	Atropina Solução Injetável 1mg/mL	AMP	ISO FARMA		0,57	0,00 %	0,00 (6208) 0,00 (7052) 0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,30 (7221)	0,00 (6359) 0,00 (7055) 0,00 (6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 7221 --- ---	
27	Bamifilina 600mg	COMP	CHIESI		1,21	0,00 %	1,56 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6359) 0,00 (7055) 0,00 (6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 6151 --- ---	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA

Página: 4/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016
Data de Abertura: 16/12/2016

REGISTRO Nº 1/2017
PROCESSO Nº 23/2016
Data de Julgamento: 16/12/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento à farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde de Peritiba no decorrer do ano de 2017

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)			Menor Preço		
										1º	2º	3º
28	Beclometasona 200mcg/dose aerossol	FR	CHIESI		47,00	0,00 %	34,20(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00 (6208) 0,00 (7052)	0,00 (6359) 0,00 (7055)	34,40(6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	---
29	Beclometasona, dipropionato 200mcg Cápsula p/Inalação	COMP	NOVARTIS		0,22	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00 (6208) 0,00 (7052)	0,00 (6359) 0,00 (7055)	0,36(6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	---
30	Beclometasona 250mcg/dose aerossol Inalação oral	FR	CHIESI		77,00	0,00 %	46,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00 (6208) 0,00 (7052)	0,00 (6359) 54,00(7055)	63,80(6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	6406
31	Beclometasona 400mcg/ dose para Inalação	FR	CHIESI		56,00	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00 (6208) 0,00 (7052)	0,00 (6359) 0,00 (7055)	62,00(6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	---
32	Beclometasona, dipropionato 400mcg Cápsula p/ Inalação	COMP	NOVARTIS		0,44	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00 (6208) 0,00 (7052)	0,00 (6359) 0,00 (7055)	0,62(6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	---
33	Benzilpenicilina Benzatina 1.200.000 UI já diluída	FR	EUROFARMA		10,73	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00 (6208) 0,00 (7052)	0,00 (6359) 0,00 (7055)	11,40(6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	---
34	Benzoato de Benzila emulsão 25% 60ml	FR	IFAL		2,94	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00 (6208) 0,00 (7052)	2,75(6359) 0,00 (7055)	1,78(6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	---
35	Betametasona acetato+betametasona fosfato 3mg+3mg/ml injetáv	AMP	UNIÃO QUIMI		8,47	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00 (6208) 4,74(7052)	5,77(6359) 0,00 (7055)	5,80(6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	6406

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA

Página: 5/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016
Data de Abertura: 16/12/2016

REGISTRO Nº 1/2017
PROCESSO Nº 23/2016
Data de Julgamento: 16/12/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento à farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde de Peritiba no decorrer do ano de 2017

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Colado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1°	2°	3°
36	Biperideno 2 MG	COMP	U.QUIMICA		0,19	0,00 %	0,19 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6359) 0,00 (7055) 0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	6151 7052 6151
37	Biperideno 4mg	COMP	ABBOT		0,90	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6359) 0,00 (7055) 0,00 (6654) 0,75 (7220)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 (6654) 0,75 (7220)	--- ---
38	Bisacodil 5mg	COMP	SOBRAL		0,25	0,00 %	0,12 (6151) 0,00 (7051) 0,12 (7221)	0,00 (6359) 0,00 (7055) 0,12 (6654) 0,00 (7220)	0,12 (6654) 0,00 (7220)	0,12 (6654) 0,00 (7220)	6151 6151 6654
39	Bromazepam 3mg	COMP	TEUTO		0,26	0,00 %	0,05 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,06 (6359) 0,00 (7055) 0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	6359 6151 6359
40	Brometo de Ipratrópio+Bromidrato de Fenoterol Spray 15ml	FR	BOEHRINGE I		9,41	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6359) 0,00 (7055) 14,55 (6654) 0,00 (7220)	0,00 (6406) 0,00 (7101)	14,55 (6654) 0,00 (7220)	--- ---
41	Brometo de Ipratropio 0.02mg Dose Aerosol Oral	FR	BOEHRINGE I		22,41	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6359) 0,00 (7055) 18,50 (6654) 0,00 (7220)	0,00 (6406) 0,00 (7101)	18,50 (6654) 0,00 (7220)	--- ---
42	Brometo Ipratrópio Solução para Inalação 20ml	FR	Hipolabor		0,84	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,68 (7221)	0,69 (6359) 0,00 (7055) 0,72 (6654) 0,74 (7220)	0,69 (6406) 0,00 (7101)	0,72 (6654) 0,74 (7220)	7221 6406
43	Bromidrato de Fenoterol Solução para Inalação	FR	PRATI/HIPOL		2,29	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6359) 0,00 (7055) 2,42 (6654) 0,00 (7220)	0,00 (6406) 0,00 (7101)	2,42 (6654) 0,00 (7220)	--- ---

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA

Página: 6/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016
Data de Abertura: 16/12/2016

REGISTRO Nº 1/2017
PROCESSO Nº 23/2016
Data de Julgamento: 16/12/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento à farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde de Peritiba no decorrer do ano de 2017

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Colado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO			
									1º	2º	3º	
44	Butilbrometo de Escopolamina+Dipirona Sódica .	COMP	PHARLAB		0,47	0,00 %	0,47 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,43 (6654) 0,47 (7220)	0,00	6654	6359	6151
45	Butilbrometo de Escopolamina+Dipirona Sódica Gotas 10ml	FR	Farmace		2,40	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00	6359	--	--
46	Butilbrometo de Escopolamina+Dipirona Sódica Injetável	AMP	HYPOFARMA		1,54	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 1,50 (7221)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00	7221	6359	--
47	Captopril 25mg	COMP	SANVAL		0,04	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,02 (7221)	0,02 (6654) 0,00 (7220)	0,00	7221	6208	6654
48	Captopril 50mg	COMP	PRATID.		0,07	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,05 (6654) 0,00 (7220)	0,00	6406	7052	6654
49	Carbamazepina 200 mg.	COMP	TEUTO		0,18	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00	6208	7052	6359
50	Carbamazepina 400 mg	COMP	CRISTÁLIA		0,45	0,00 %	0,36 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00	6151	6359	6406
51	Carbamazepina Solução Oral 2% 100ml	FR	MEDLEY/UNI		5,94	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00	6406	--	--

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA

Página: 7/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016
Data de Abertura: 16/12/2016

REGISTRO Nº 1/2017
PROCESSO Nº 23/2016
Data de Julgamento: 16/12/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento à farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde de Peritiba no decorrer do ano de 2017

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Colado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO			
									1º	2º	3º	
52	Carbonato de Cálcio 600mg+Colecalciferol 400 UI cartelas	COMP	BIONATUS		0,93	0,00 %	0,23 (6208) 0,00 (7052) 0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 (6406) 0,00 (7101)	0,00 (6359) 0,00 (7055)	0,00 (6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)
53	Carbonato de Cálcio 1250mg equiv. a 500mg d Cálcio Elementar	COMP	Imec		0,54	0,00 %	0,00 (6208) 0,00 (7052) 0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,11 (6654) 0,00 (7220)	0,08 (6406) 0,00 (7101)	0,08 (6359) 0,00 (7055)	0,00 (6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)
54	Carbonato de Lítio 300mg	COMP	HIPOLABOR		0,17	0,00 %	0,00 (6208) 0,17 (7052) 0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 (6406) 0,00 (7101)	0,00 (6359) 0,00 (7055)	0,00 (6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)
55	Carvedilol 12,5mg	COMP	Torrent		0,13	0,00 %	0,00 (6208) 0,00 (7052) 0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 (6406) 0,00 (7101)	0,12 (6359) 0,00 (7055)	0,00 (6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)
56	Carvedilol 3,125mg	COMP	Torrent		0,20	0,00 %	0,20 (6208) 0,00 (7052) 0,00(6151) 0,15(7051) 0,00(7221)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 (6406) 0,00 (7101)	0,10 (6359) 0,00 (7055)	0,00 (6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)
57	Cefalexina 500mg	COMP	ABL		1,17	0,00 %	0,57 (6208) 0,00 (7052) 0,00(6151) 0,58(7051) 0,00(7221)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 (6406) 0,00 (7101)	0,57 (6359) 0,00 (7055)	0,00 (6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)
58	Cetoconazol Creme 30g	BISN	SOBRAL		2,56	0,00 %	0,00 (6208) 0,00 (7052) 0,00(6151) 0,00(7051) 1,36(7221)	1,30 (6654) 0,00 (7220)	0,00 (6406) 0,00 (7101)	1,31 (6359) 0,00 (7055)	0,00 (6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7221)
59	Cimetidina solução injetável 150mg/1mL	AMP	HYPOFARMA		0,82	0,00 %	0,00 (6208) 0,00 (7052) 0,00(6151) 0,00(7051) 0,78(7221)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 (6406) 0,00 (7101)	0,82 (6359) 0,00 (7055)	0,00 (6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA

Página: 8/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016
Data de Abertura: 16/12/2016

REGISTRO Nº 1/2017
PROCESSO Nº 23/2016
Data de Julgamento: 16/12/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento à farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde de Peritiba no decorrer do ano de 2017

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)			Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
											1º	2º	3º
60	Ciprofloxacino 500mg	COMP	PRATI		0,31	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,19 (6208) 0,21 (7052)	0,00(6359) 0,00(7055)	0,21(6406) 0,00(7101)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 6208 6406 7052	
61	Clomipramina 10mg	COMP	EMS		0,53	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00 (6208) 0,00 (7052)	0,00(6359) 0,58(7055)	0,00(6406) 0,00(7101)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 7055 --- ---	
62	Clomipramina 25mg	COMP	EMS		0,84	0,00 %	0,84(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00 (6208) 0,00 (7052)	0,00(6359) 0,73(7055)	0,80(6406) 0,00(7101)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 7055 6406 6151	
63	Clonazepam 2mg	COMP	GEOLAB		0,19	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00 (6208) 0,05 (7052)	0,06(6359) 0,00(7055)	0,06(6406) 0,05(7101)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 7101 7052 6359	
64	Clonazepam 2,5mg/ml c20ml	FR	HIPOLABOR		2,12	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	1,48 (6208) 0,00 (7052)	0,00(6359) 1,60(7055)	1,82(6406) 0,00(7101)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 6208 7055 6406	
65	Clopidogrel, Bissulfato 75mg	COMP	SANDOZ		0,72	0,00 %	0,54(6151) 0,49(7051) 0,00(7221)	0,00 (6208) 0,00 (7052)	0,00(6359) 0,00(7055)	0,48(6406) 0,00(7101)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 6406 7051 6151	
66	Clorpromazina 100 mg	COMP	CRISTALIA		0,36	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,22 (6208) 0,20 (7052)	0,00(6359) 0,00(7055)	0,20(6406) 0,00(7101)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 6406 7052 6208	
67	Clorpromazina 25mg	COMP	CRISTALIA		0,94	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00 (6208) 0,20(7052)	0,25(6359) 0,00(7055)	0,23(6406) 0,00(7101)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 7052 6406 6359	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA

Página: 9/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016
Data de Abertura: 16/12/2016

REGISTRO Nº 1/2017
PROCESSO Nº 23/2016
Data de Julgamento: 16/12/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento à farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde de Peritiba no decorrer do ano de 2017

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Colado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1º	2º	3º
68	Clorpromazina 40mg/ml Solução Oral	FR	Cristalia		6,15	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7052) 0,00(7221)	0,00(6654) 0,00(7101) 0,00(7220)	0,00 6359 6406	---	
69	Clortalidona 25 mg	COMP	BRAINFARM/		0,45	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,09(6654) 0,00(7220)	0,00 6654 6406 6359		
70	Clortalidona 50mg	COMP	EMS		0,20	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 6151 6359	---	
71	Colírio anestésico (cloridrato de tetracalina + fenilefrina)	FR	ALLERGAN		8,02	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 7055	---	
72	Complexo B	COMP	VITAMED		0,04	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,04(7221)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 6406 7221 7052		
73	Dexametasona 0,5mg/5mL elixir 120mL	FR	SANVAL		2,81	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 1,30(7221)	0,00(6654) 1,55(7220)	0,00 7221 7220 6359		
74	Dexametasona 4mg	COMP	Teuto		0,18	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 6359 6151	---	
75	Dexametasona 4mg/mL Injetavel	AMP	HYPOFARMA		1,14	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,20(7221)	1,07(6654) 0,00(7220)	0,00 7221 6359 6654		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA

Página: 10/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016
Data de Abertura: 16/12/2016

REGISTRO Nº 1/2017
PROCESSO Nº 23/2016
Data de Julgamento: 16/12/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento à farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde de Peritiba no decorrer do ano de 2017

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Colado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO			
									1º	2º	3º	
76	Dexametasona 0,1% creme 10g	BISN	MULTILAB		1,42	0,00 %	0,68(6151) 0,00(7051) 0,71(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	0,00(6359) 0,00(7055)	0,00(6406) <u>0,68(7101)</u>	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 7101 6151 7221
77	Dexclorfeniramina 2 mg	COMP	GEOLAB		0,06	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	0,00(6359) 0,00(7055)	0,00(6406) <u>0,06(7101)</u>	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 7101 --- ---
78	Dexclorfeniramina Solução Oral 120ml	FR	TEUTO		1,40	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 1,28(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	1,24(6359) 0,00(7055)	<u>1,08(6406)</u> 0,00(7101)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 6406 6359 7221
79	Diazepam Injetavel solução injetável 10mg/2mL	AMP	SANTISA		0,64	0,00 %	0,62(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	0,63(6359) 0,00(7055)	0,00(6406) <u>0,60(7101)</u>	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 7101 6151 6359
80	Diclofenaco Resinato Gotas 20ml 15mg/ml.	FR	Vitapan-Vitam		2,05	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	<u>2,47(6359)</u> 0,00(7055)	0,00(6406) 0,00(7101)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 6359 --- ---
81	Diclofenaco sódico 50 mg	COMP	VITAMED		0,05	0,00 %	0,00(6151) 0,02(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	0,00(6359) 0,00(7055)	<u>0,02(6406)</u> 0,00(7101)	0,00(6654) 0,03(7220)	0,00 6406 7051 7220
82	Diclofenaco Sódico 75mg Injetavel	AMP	TEUTO		0,52	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	<u>0,48(6208)</u> 0,00(7052)	0,50(6359) 0,00(7055)	0,00(6406) 0,00(7101)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 6208 6359 ---
83	Diclofenaco Spray 11,6mg/g 85ml.	FR	NEOQUIMICA		13,97	0,00 %	10,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	0,00(6359) <u>7,50(7055)</u>	0,00(6406) 0,00(7101)	12,11(6654) 0,00(7220)	0,00 7055 6151 6654

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA

Página: 11/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016
Data de Abertura: 16/12/2016

REGISTRO Nº 1/2017
PROCESSO Nº 23/2016
Data de Julgamento: 16/12/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento à farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde de Peritiba no decorrer do ano de 2017

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)		Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
										1º	2º	3º
84	Digoxina 0,05mg/ml elixir pediátrico	FR	PRATI		6,13	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6208) 0,00 (7052) 0,00 (7101)	0,00 (6406) 0,00 (7055) 0,00 (7101)	6,70 (6654) 0,00 (7220)	---	---
85	Digoxina 0,25mg	COMP	PHARLAB		0,05	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6208) 0,04 (7052) 0,00 (7101)	0,05 (6406) 0,00 (7055) 0,00 (7101)	0,05 (6654) 0,00 (7220)	0,00 7052	6359 6654
86	Dipirona Sódica 500mg	COMP	GREEN PHAF		0,14	0,00 %	0,07 (6151) 0,00 (7051) 0,08 (7221)	0,07 (6208) 0,08 (7052) 0,00 (7101)	0,08 (6406) 0,07 (7055) 0,00 (7101)	0,08 (6654) 0,00 (7220)	0,00 6208	7101 6151
87	Dipirona sódica 500mg/ml	AMP	TEUTO		1,17	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,44 (6208) 0,48 (7052) 0,00 (7101)	0,00 (6406) 0,40 (7055) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,48 (7220)	0,00 7101	6359 6208
88	Dipirona Sódica 500mg/ml GOTAS 10ml	FR	MARIOL		1,73	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,62 (7221)	0,63 (6208) 0,00 (7052) 0,00 (7101)	0,00 (6406) 0,00 (7055) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 7221	6208 6359
90	Divalproato de Sódio 250mg	COMP	Zydus		0,77	0,00 %	0,00 (6151) 0,61 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6208) 0,00 (7052) 0,00 (7101)	0,34 (6406) 0,00 (7055) 0,34 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 6359	7101 7051
91	Divalproato de Sódio 500 mg	COMP	ZYDUS		1,47	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6208) 0,00 (7052) 0,00 (7101)	0,83 (6406) 0,00 (7055) 0,68 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 7101	6359 6406
92	Divalproato de Sódio ER 500mg	COMP	ABBOTT		1,78	0,00 %	0,00 (6151) 2,03 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6208) 0,00 (7052) 0,00 (7101)	0,00 (6406) 0,00 (7055) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 7051	---

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA

Página: 12/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°
PREGÃO PRESENCIAL N° 5/2016
Data de Abertura: 16/12/2016

REGISTRO N° 1/2017
PROCESSO N° 23/2016
Data de Julgamento: 16/12/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento à farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde de Peritiba no decorrer do ano de 2017

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)			Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
											1°	2°	3°
93	Enalapril 5 mg	COMP	CIMED		0,25	0,00 %	0,00(6151) 0,05(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	0,06(6359) 0,00(7055)	0,00(6406) 0,05(7101)	0,06(6654) 0,00(7220)	0,00 7101	7051 6359
94	Enalapril 10 mg	COMP	SANVAL		0,10	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,03(6208) 0,00(7052)	0,00(6359) 0,00(7055)	0,04(6406) 0,04(7101)	0,04(6654) 0,00(7220)	0,00 6208	6406 7101
95	Enalapril 20 mg	COMP	MEDQUIMICA		0,26	0,00 %	0,00(6151) 0,05(7051) 0,00(7221)	0,04(6208) 0,00(7052)	0,00(6359) 0,00(7055)	0,00(6406) 0,04(7101)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 6208	7101 7051
96	Epilezan Pomada Oftálmica	BISN	LATINOFARM		8,25	0,00 %	8,80(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	0,00(6359) 0,00(7055)	0,00(6406) 0,00(7101)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 6151	-- --
97	Eritromicina 50mg/ml Suspensão Oral	FR	Prati Donaduz		3,65	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	5,43(6359) 0,00(7055)	0,00(6406) 0,00(7101)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 6359	-- --
98	Eritromicina 500mg	COMP	ACHE		0,57	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	0,00(6359) 0,00(7055)	0,00(6406) 0,00(7101)	2,39(6654) 0,00(7220)	0,00 6654	-- --
99	Espirinolactona 100mg	COMP	ASPEN PHAF		0,22	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,27(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	0,00(6359) 0,00(7055)	0,00(6406) 0,00(7101)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 7221	-- --
100	Espirinolactona 25 mg	COMP	ASPEN		0,44	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,15(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	0,12(6359) 0,00(7055)	0,00(6406) 0,00(7101)	0,12(6654) 0,00(7220)	0,00 6654	6359 7221

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA

Página: 13/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016
Data de Abertura: 16/12/2016

REGISTRO Nº 1/2017
PROCESSO Nº 23/2016
Data de Julgamento: 16/12/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento à farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde de Peritiba no decorrer do ano de 2017

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Colado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1°	2°	3°
101	Fenitoína 100mg	COMP	TEUTO		0,23	0,00 %	0,23 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6208) 0,20 (7052) 0,00 (6359) 0,00 (7055) 0,00 (6406) 0,23 (7101) 0,00 (7220)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 7052 7101 6151	
103	Fenobarbital 100 mg	COMP	TEUTO		0,29	0,00 %	0,09 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,09 (6208) 0,00 (7052) 0,10 (6359) 0,00 (7055) 0,00 (6406) 0,00 (7101) 0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 (6151) 6208 6359	0,00 6151 6208 6359	
104	Fenobarbital 40mg/ml Gotas	FR	UNIAO QUIMI		2,43	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6208) 0,00 (7052) 0,00 (6359) 0,00 (7055) 2,88 (6406) 0,00 (7101) 0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 6406 -- --	0,00 6406 -- --	
105	Fluconazol 100mg	Caps	Cristalia		7,69	0,00 %	1,90 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6208) 0,00 (7052) 1,24 (6359) 0,00 (7055) 0,00 (6406) 0,00 (7101) 1,37 (6654) 0,00 (7220)	0,00 6359 6654 6151	0,00 6359 6654 6151	
106	Fluconazol 150 mg	Caps	MEDQUIMICA		0,28	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6208) 0,00 (7052) 0,00 (6359) 0,00 (7055) 0,21 (6406) 0,23 (7101) 0,22 (6654) 0,00 (7220)	0,00 6406 6654 7101	0,00 6406 6654 7101	
107	Fluoxetina 20mg	Caps	Teuto		0,11	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,04 (6208) 0,00 (7052) 0,04 (6359) 0,00 (7055) 0,05 (6406) 0,00 (7101) 0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 6359 6208 6406	0,00 6359 6208 6406	
108	Fosfato Sódico de Prednisolona Solução Oral 1mg/ml c/60ml	FR	PRATI D.		4,61	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6208) 0,00 (7052) 0,00 (6359) 0,00 (7055) 5,60 (6406) 0,00 (7101) 0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 6406 -- --	0,00 6406 -- --	
109	Fosfato Sódico de Prednisolona Solução Oral 3mg/ml c/60ml	FR	HIPOLABOR		3,62	0,00 %	3,50 (6151) 0,00 (7051) 3,30 (7221)	3,49 (6208) 0,00 (7052) 0,00 (6359) 0,00 (7055) 3,40 (6406) 0,00 (7101) 0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 7221 6406 6208	0,00 7221 6406 6208	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA

Página: 14/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016
Data de Abertura: 16/12/2016

REGISTRO Nº 1/2017
PROCESSO Nº 23/2016
Data de Julgamento: 16/12/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento à farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde de Peritiba no decorrer do ano de 2017

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Colado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO			
									1º	2º	3º	
110	Fumarato de Formoterol 12mcg	Caps	BRAINFARM/		0,97	0,00 %	0,65(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	0,00(6359) 0,00(7055)	0,54(6654) 0,00(7220)	0,00(6406) 0,00(7101)	0,00(6406) 0,00(7101)
111	Fumarato de Formoterol 12mcg+Budesonida 400mcg Refil	Caps	BIOSINTETIC		1,14	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	0,00(6359) 0,00(7055)	1,25(6654) 0,00(7220)	0,00(6406) 0,00(7101)	0,00(6406) 0,00(7101)
112	Furosemida 10mg/ml injetável	AMP	HIPOLABOR		1,07	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,48(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	0,50(6359) 0,00(7055)	0,45(6654) 0,00(7220)	0,00(6406) 0,00(7101)	0,00(6406) 0,00(7101)
113	Furosemida 40mg	COMP	HIPOLABOR		0,06	0,00 %	0,00(6151) 0,04(7051) 0,00(7221)	0,03(6208) 0,04(7052)	0,00(6359) 0,00(7055)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00(6406) 0,04(7101)	0,00(6406) 0,00(7101)
114	Glicose 50% E.V. 10ml	AMP	Farmace		1,11	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	0,25(6359) 0,00(7055)	0,00(6654) 0,85(7220)	0,00(6406) 0,00(7101)	0,00(6406) 0,00(7101)
115	Glibenclamida 5mg	COMP	MEDQUIMICA		0,08	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,02(6208) 0,02(7052)	0,00(6359) 0,00(7055)	0,02(6654) 0,00(7220)	0,02(6406) 0,02(7101)	0,02(6406) 0,02(7101)
116	Haloperidol 5mg E.V.	AMP	Uniao Quimica		1,25	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	1,24(6359) 0,00(7055)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00(6406) 0,00(7101)	0,00(6406) 0,00(7101)
117	Haloperidol 2mg/mL 20mL GOTAS	FR	PRATI		2,80	0,00 %	2,15(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 2,44(7052)	2,71(6359) 0,00(7055)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00(6406) 0,00(7101)	0,00(6406) 0,00(7101)

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA

Página: 15/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016
Data de Abertura: 16/12/2016

REGISTRO Nº 1/2017
PROCESSO Nº 23/2016
Data de Julgamento: 16/12/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento à farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde de Peritiba no decorrer do ano de 2017

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Colado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1°	2°	3°
118	Haloperidol 1mg	COMP	CRISTÁLIA		0,11	0,00 %	0,00 (6208) 0,00 (7052) 0,00 (7221)	0,00 (6359) 0,00 (7055) 0,00 (7220)	0,00 (6654) 0,00 (7101) 0,00 (7220)	---	---
119	Haloperidol 5 mg	COMP	CRISTÁLIA		0,19	0,00 %	0,00 (6208) 0,11 (7052) 0,00 (7221)	0,00 (6359) 0,00 (7055) 0,00 (7220)	0,00 (6654) 0,00 (7101) 0,00 (7220)	0,00 6151 7052 6406	6406
120	Heparina Sódica Solução 5000UI/0,25ml	AMP	CRISTALIA		7,19	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	5,16 (6359) 0,00 (7055) 0,00 (7220)	0,00 (6406) 0,00 (7101) 0,00 (7220)	0,00 7052 6654 6359	6359
121	Hidrodordotiazida 25mg	COMP	CIMED		0,14	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6359) 0,00 (7055) 0,00 (7220)	0,02 (6406) 0,02 (7101) 0,00 (6654)	0,00 6208 6406 7101	7101
122	Hidrodordotiazida 50 mg	COMP	PHARLAB		0,04	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,04 (6359) 0,00 (7055) 0,00 (6654)	0,03 (6406) 0,00 (7101) 0,04 (7220)	0,00 6406 6359 7220	7220
123	Hidrocortisona Solução Injetável 500mg	AMP	Teuto		12,11	0,00 %	6,25 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	6,20 (6359) 0,00 (7055) 0,00 (6654)	0,00 (6406) 0,00 (7101) 0,00 (7220)	0,00 6359 6151	---
124	Hidroxido de Alumínio Susp Oral 100ml	FR	IFAL		1,85	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6359) 0,00 (7055) 0,00 (6654)	1,78 (6406) 0,00 (7101) 0,00 (7220)	0,00 6406	---
125	Ibuprofeno 200mg	COMP	HERTZ		0,13	0,00 %	0,38 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6359) 0,00 (7055) 0,00 (6654)	0,00 (6406) 0,00 (7101) 0,00 (7220)	0,00 6151	---

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA

Página: 16/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°
PREGÃO PRESENCIAL N° 5/2016
Data de Abertura: 16/12/2016

REGISTRO N° 1/2017
PROCESSO N° 23/2016
Data de Julgamento: 16/12/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento à farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde de Peritiba no decorrer do ano de 2017

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Colado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1°	2°	3°
126	Ibuprofeno 300mg	COMP	MULTILAB/TE		0,10	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,08(7221)	0,00(6208) 0,00(7052) 0,00(6406) 0,00(7101)	0,00(6359) 0,00(7055)	0,07(6654) 0,00(7220)	0,00 6654 7221 6359
127	Ibuprofeno 600mg cartela com 10cp	COMP	TEUTO		0,63	0,00 %	0,08(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,08(6208) 0,00(7052) 0,00(6406) 0,00(7101)	0,08(6359) 0,00(7055)	0,00(6654) 0,08(7220)	0,00 6208 7220 6359
128	Ibuprofeno Gotas 50mg/ml 30ml	FR	NATULAB		1,33	0,00 %	1,09(6151) 0,00(7051) 1,08(7221)	0,00(6208) 0,00(7052) 0,00(6406) 0,00(7101)	1,17(6359) 0,00(7055)	0,00(6654) 1,12(7220)	0,00 7221 6151 7220
129	Ibuprofeno Gotas 100mg/ml 20ml	FR	MEDQUIMICA		2,38	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052) 2,32(6406) 0,00(7101)	2,38(6359) 0,00(7055)	2,21(6654) 0,00(7220)	0,00 6654 6406 6359
130	Imipramina 25mg	COMP	CRISTALIA		0,26	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052) 0,29(6406) 0,00(7101)	0,00(6359) 0,00(7055)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 6406 --- ---
131	Isossorbida 40mg	COMP	ZYDUS		0,37	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,22(6208) 0,00(7052) 0,20(7101)	0,00(6359) 0,00(7055)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 7101 6406 6208
132	Ivermectina 6 mg	COMP	PHARLAB		0,37	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,37(7221)	0,00(6208) 0,00(7052) 0,00(6406) 0,00(7101)	0,00(6359) 0,00(7055)	0,00(6654) 0,21(7220)	0,00 7220 7221 ---
133	Lamotrigina 100mg	COMP	TEUTO		0,70	0,00 %	0,42(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,18(7052) 0,49(6406) 0,00(7101)	0,00(6359) 0,00(7055)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 7052 6151 6406

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA

Página: 17/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016
Data de Abertura: 16/12/2016

REGISTRO Nº 1/2017
PROCESSO Nº 23/2016
Data de Julgamento: 16/12/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento à farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde de Peritiba no decorrer do ano de 2017

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Colado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1°	2°	3°
134	Levodopa 100mg+Benserazida 25mg	COMP	ROCHE		1,13	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6359) <u>1,27</u> (7055)	0,00(6406) 0,00(7101)	0,00(6654) 0,00(7220)	---
135	Levodopa 200mg+Benserazida 50mg	COMP	ACHE		2,63	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6359) 2,00(7055)	<u>1,79</u> (6406) 0,00(7101)	2,00(6654) 0,00(7220)	0,00 6406 6654 7055
137	Levodopa 250mg+Carbidopa 25mg	COMP	Teuto		0,45	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	<u>0,55</u> (6359) 0,00(7055)	0,00(6406) 0,00(7101)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 6359 --- ---
139	Levomepromazina 100 mg	COMP	CRISTALIA		0,90	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,85(6359) 0,00(7055)	0,00(6406) 0,00(7101)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 7052 6359 6208
140	Levomepromazina 25mg	COMP	CRISTALIA		0,33	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6359) <u>0,35</u> (7052)	0,00(6406) 0,00(7101)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 7052 --- ---
141	Levonorgestrel+Ethinilestradiol 0,15mg+0,03mg	COMP	MABRA		0,51	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	<u>0,03</u> (6208) 0,00(7052)	0,03(6359) 0,00(7055)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 6208 7101 6359
142	Levonorgestrel+etinilestradiol 0,10mg+0,02mg	COMP	BIOLAB		0,67	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6359) 0,00(7055)	<u>0,65</u> (6406) 0,00(7101)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 6406 --- ---
143	Levoditroxina sódica 100mcg	COMP	MERCK		0,14	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,09(6359) 0,11(7055)	0,11(6406) <u>0,09</u> (7101)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 7101 6208 6406

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA

Página: 18/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016
Data de Abertura: 16/12/2016

REGISTRO Nº 1/2017
PROCESSO Nº 23/2016
Data de Julgamento: 16/12/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento à farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde de Peritiba no decorrer do ano de 2017

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Colado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1°	2°	3°
144	Levotiroxina sódica 25mcg	COMP	MERCK		0,10	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6359) 0,00(7055) 0,00(6406) <u>0,09(7101)</u>	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 7101 6208 ---	
145	Levotiroxina sódica 50mcg	COMP	MERCK		0,15	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6359) 0,11(7055) 0,11(6406) <u>0,09(7101)</u>	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 7101 6208 6406	
146	Levotiroxina Sódica 75mg	COMP	MERCK		0,20	0,00 %	0,19(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6359) <u>0,19(7055)</u> 0,00(6406) 0,00(7101)	0,19(6654) 0,00(7220)	0,00 7055 6654 6151	
147	Lidocaina Spray 10%	AERO	CRISTALIA		39,00	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6359) 0,00(7055) 0,00(6406) 0,00(7101)	<u>67,43(6654)</u> 0,00(7220)	0,00 6654 --- ---	
148	Losartana Potássica 50mg	COMP	PRATI		0,10	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6359) 0,00(7055) 0,04(6406) 0,00(7101)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 6208 7052 6406	
149	Mebendazol 100 MG cp	COMP	SANVAL		0,06	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) <u>0,04(7221)</u>	0,05(6359) 0,00(7055) 0,00(6406) 0,00(7101)	0,04(6654) 0,00(7220)	0,00 7221 6654 6359	
150	Mebendazol 20mg suspensão 30ml	FR	NATULAB		1,10	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) <u>1,02(7221)</u>	1,10(6359) 0,00(7055) 0,00(6406) 0,00(7101)	0,00(6654) 1,03(7220)	0,00 7221 7220 6359	
152	Medroxiprogesterona 10mg	COMP	EMS		1,45	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6359) 0,00(7055) 1,28(6406) 0,00(7101)	<u>1,02(6654)</u> 0,00(7220)	0,00 6654 6406 ---	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA

Página: 19/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°
PREGÃO PRESENCIAL N° 5/2016
Data de Abertura: 16/12/2016

REGISTRO N° 1/2017
PROCESSO N° 23/2016
Data de Julgamento: 16/12/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento à farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde de Peritiba no decorrer do ano de 2017

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Colado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO					
									1°	2°	3°			
153	Medroxiprogesterona 150mg/ml Injetavel	AMP	União Química		11,05	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	11,05(6359) 0,00(7055)	0,00(6406) 0,00(7101)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 6359	--	--
154	Metformina 500mg	COMP	MULTILAB		0,17	0,00 %	0,07(6151) 0,07(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,06(7052)	0,00(6359) 0,00(7055)	0,00(6406) 0,00(7101)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 7052	6151	7051
155	Metformina 850mg	COMP	GEOLAB/PRA		0,19	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,06(6208) 0,06(7052)	0,00(6359) 0,00(7055)	0,05(6406) 0,00(7101)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 6406	6208	7052
156	Metildopa 250mg	COMP	Tks / Sun Pha		0,13	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	0,17(6359) 0,00(7055)	0,00(6406) 0,00(7101)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 6359	--	--
157	Metildopa 500mg	COMP	SANVAL		0,49	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,21(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	0,22(6359) 0,00(7055)	0,00(6406) 0,00(7101)	0,00(6654) 0,26(7220)	0,00 7221	6359	7220
158	Metoclopramida 10 mg.	COMP	BELFAR/ HIP		0,11	0,00 %	0,09(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,09(6208) 0,00(7052)	0,00(6359) 0,00(7055)	0,00(6406) 0,00(7101)	0,08(6654) 0,08(7220)	0,00 7220	6654	6208
159	Metoclopramida 15ml Gotas	FR	Mariol		0,73	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	0,55(6359) 0,00(7055)	0,00(6406) 0,00(7101)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 6359	--	--
160	Metoclopramida Injetável	AMP	ISO FARMA		0,44	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,31(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	0,32(6359) 0,00(7055)	0,00(6406) 0,00(7101)	0,00(6654) 0,32(7220)	0,00 7221	7220	6359

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA

Página: 20/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016
Data de Abertura: 16/12/2016

REGISTRO Nº 1/2017
PROCESSO Nº 23/2016
Data de Julgamento: 16/12/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento à farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde de Peritiba no decorrer do ano de 2017

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Colado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1°	2°	3°
161	Metronidazol 250mg	COMP	BRAINFARM/		0,08	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6359) 0,00(7055) 0,00(7220)	0,10(6654) 0,00(7220)	---	---
162	Metronidazol 400mg	COMP	TEUTO		0,43	0,00 %	0,32(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6359) 0,00(7055) 0,00(7220)	0,31(6654) 0,00(7220)	0,00 6654	6151 ---
163	Metronidazol Creme Vaginal c/7 aplicadores, bsnaga c/ 50gr	BISN	SANVAL		4,69	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 4,00(7221)	4,55(6359) 0,00(7055) 0,00(7220)	0,00(6406) 0,00(7101) 0,00(7220)	0,00 7221	6406 6359
164	Miconazol 2% creme dermatológico, bsnaga c/ 30gr	BISN	HIPOLABOR		4,29	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 1,55(7221)	1,70(6359) 0,00(7055) 0,00(7220)	0,00(6406) 0,00(7101) 1,56(6654)	0,00 7221	6654 6359
165	Miconazol Creme Vaginal 80g c/7 aplicadores, bsnaga c/ 80gr	BISN	HIPOLABOR ,		4,44	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6359) 0,00(7055) 0,00(7220)	0,00(6406) 0,00(7101) 4,10(7220)	0,00 7220	--- ---
166	Midazolam 15mg/3ml solução injetável	AMP	TEUTO		1,98	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,96(6359) 0,00(7055) 0,00(7220)	0,00(6406) 0,96(7101) 0,00(6654)	0,00 7101	6359 7220
167	Naratriptana 2.5mg.	COMP	NOVA QUIMIC		1,50	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6359) 1,20(7055) 0,00(7220)	0,00(6406) 0,00(7101) 1,30(6654)	0,00 7055	7220 6654
168	Neomicina+Bacitracina Pomada c/10g	BISN	HIPOLABOR		1,21	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 1,05(7221)	0,00(6359) 0,00(7055) 0,00(7220)	0,00(6406) 0,00(7101) 1,13(6654)	0,00 6208	7221 6654

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA

Página: 21/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016
Data de Abertura: 16/12/2016

REGISTRO Nº 1/2017
PROCESSO Nº 23/2016
Data de Julgamento: 16/12/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento à farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde de Peritiba no decorrer do ano de 2017

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Colado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1°	2°	3°
169	Nifedipina 10mg	COMP	BRAINFARM/		0,13	0,00 %	0,03(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,03(7052)	0,00(6359) 0,00(7055)	0,00(6406) 0,00(7101)	0,03(6654) 0,00(7220)
170	Nifedipina 20 mg	COMP	BRAINFARM/		0,04	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,03(7052)	0,00(6359) 0,00(7055)	0,04(6406) 0,00(7101)	0,03(6654) 0,00(7220)
171	Nimesulida 100mg.	COMP	CIMED		0,10	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,08(7221)	0,00(6208) 0,07(7052)	0,00(6359) 0,00(7055)	0,00(6406) 0,06(7101)	0,00(6654) 0,00(7220)
172	Nistatina Creme Vaginal c/7 aplicadores, bisnaga c/ 60gr.	BISN	NEOQUIMICA/		3,76	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	0,00(6359) 3,00(7055)	0,00(6406) 0,00(7101)	0,00(6654) 0,00(7220)
173	Noretisterona 0,35mg	COMP	BIOLAB		0,27	0,00 %	0,00(6151) 0,21(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	0,00(6359) 0,00(7055)	0,20(6406) 0,00(7101)	0,23(6654) 0,00(7220)
175	Nortriptilina 25mg	COMP	RANBAXY		0,29	0,00 %	0,27(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	0,00(6359) 0,29(7055)	0,00(6406) 0,00(7101)	0,00(6654) 0,00(7220)
176	Nortriptilina 50mg	COMP	RANBAXY		0,52	0,00 %	0,44(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	0,48(6359) 0,00(7055)	0,47(6406) 0,00(7101)	0,00(6654) 0,00(7220)
177	Nortriptilina 75 mg	COMP	RANBAXY		2,30	0,00 %	0,55(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	0,00(6359) 0,00(7055)	0,00(6406) 0,00(7101)	0,00(6654) 0,80(7220)

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA

Página: 22/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°
PREGÃO PRESENCIAL N° 5/2016
Data de Abertura: 16/12/2016

REGISTRO N° 1/2017
PROCESSO N° 23/2016
Data de Julgamento: 16/12/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento à farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde de Peritiba no decorrer do ano de 2017

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Colado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1°	2°	3°
178	Norfloxacino 400mg	COMP	MEDQUIMICA ^A		0,16	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052) 0,00(7221)	0,00(6359) 0,00(7055) 0,00(7221)	0,00(6406) <u>0,17</u> (7101) 0,00(7220)	0,00(6654) 0,00(7220)
179	Omeprazol 10mg.	Caps	NOVA QUIM/C		0,74	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052) 0,00(7221)	0,00(6359) 0,00(7055) 0,00(7221)	0,00(6406) 0,00(7101) 0,00(7220)	<u>0,35</u> (6654) 0,56(7220)
180	Omeprazol 20mg.	Caps	PRATID.		0,04	0,00 %	0,00(6151) 0,04(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,04(7052) 0,00(7221)	0,00(6359) 0,00(7055) 0,00(7221)	<u>0,04</u> (6406) 0,00(7101) 0,00(7220)	0,00(6654) 0,00(7220)
181	Optive solução oftálmica estéril 15ml.	FR	ALLERGAN		65,00	0,00 %	57,60(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052) 0,00(7221)	0,00(6359) <u>53,30</u> (7055) 0,00(7221)	0,00(6406) 0,00(7101) 0,00(7220)	53,49(6654) 0,00(7220)
182	Paracetamol 200mg/ml 15ml Gotas	FR	FARMACE		1,30	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) <u>0,61</u> (7221)	0,63(6208) 0,00(7052) 0,00(7221)	0,00(6359) 0,00(7055) 0,00(7221)	0,00(6406) 0,00(7101) 0,00(7220)	0,85(6654) 0,00(7220)
183	Paracetamol 500 MG	COMP	Mariol		0,04	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052) 0,00(7221)	<u>0,04</u> (6359) 0,00(7055) 0,00(7221)	0,00(6406) 0,00(7101) 0,00(7220)	0,00(6654) 0,00(7220)
184	Paracetamol 750mg.	COMP	SUN FARMA		0,05	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	<u>0,07</u> (6208) 0,00(7052) 0,00(7221)	0,00(6359) 0,00(7055) 0,00(7221)	0,00(6406) 0,00(7101) 0,00(7220)	0,00(6654) 0,00(7220)
186	Prednisona 20mg.	COMP	SANVAL		0,09	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) <u>0,18</u> (7221)	0,00(6208) 0,00(7052) 0,00(7221)	0,00(6359) 0,00(7055) 0,00(7221)	0,00(6406) 0,00(7101) 0,00(7220)	0,00(6654) 0,00(7220)

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA

Página: 23/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016
Data de Abertura: 16/12/2016

REGISTRO Nº 1/2017
PROCESSO Nº 23/2016
Data de Julgamento: 16/12/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento à farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde de Peritiba no decorrer do ano de 2017

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Colado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1°	2°	3°
187	Prednisona 5mg	COMP	VITAMEDIC		0,14	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,09(7052)	0,00(6359) 0,00(7055)	0,10(6654) <u>0,08(7220)</u>	0,00 7220 7052 6654
188	Prometazina solução injetável 50mg/2mL	AMP	CRISTÁLIA		1,26	0,00 %	<u>1,49(6151)</u> 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	0,00(6359) 0,00(7055)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 6151 --- ---
189	Propiltiouracil 100mg	COMP	BIOLAB		0,50	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) <u>0,54(7052)</u>	0,00(6359) 0,00(7055)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 7052 --- ---
190	Propranolol 10 mg	COMP	MEDLEY		0,06	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	0,00(6359) 0,00(7055)	<u>0,08(6654)</u> 0,06(7220)	0,00 6654 7220 ---
191	Propranolol 40 mg	COMP	OSÓRIO		0,02	0,00 %	<u>0,02(6151)</u> 0,00(7051) 0,00(7221)	0,02(6208) 0,00(7052)	0,00(6359) 0,00(7055)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 6151 6208 6406
192	Ranitidina 50mg/2ml injetável	AMP	HYPOFARMA		0,51	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) <u>0,46(7221)</u>	0,00(6208) 0,00(7052)	0,51(6359) 0,00(7055)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 7221 6359 ---
193	Ranitidina 150mg	COMP	MEDQUIMICA		0,46	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,07(7052)	0,08(6359) 0,00(7055)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 7101 7052 6359
194	Sais para Reidratação Oral	SACH	IFAL		0,46	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	0,00(6359) 0,00(7055)	<u>0,50(6406)</u> 0,00(7101)	0,00 6406 --- ---

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA

Página: 24/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016
Data de Abertura: 16/12/2016

REGISTRO Nº 1/2017
PROCESSO Nº 23/2016
Data de Julgamento: 16/12/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento à farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde de Peritiba no decorrer do ano de 2017

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Colado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1°	2°	3°
195	Salbutamol Aerosol 100MCG/DOSE 200 Doses	FR	GLENMARK		5,71	0,00 %	6,57 (6208) 0,00 (7052) 0,00 (7221)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 (6208)	--	--
196	Salbutamol Xarope c/120ml	FR	NATULAB		1,13	0,00 %	0,00 (6208) 0,00 (7052) 1,10 (7221)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 (7221)	--	--
197	Sertalina 50mg	COMP	GEOLAB		0,12	0,00 %	0,00 (6208) 0,00 (7052) 0,00 (7221)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 (7101)	--	--
198	Sinvastatina 10mg	COMP	PHARLAB/ML		0,10	0,00 %	0,00 (6208) 0,00 (7052) 0,08 (7221)	0,07 (6654) 0,00 (7220)	0,00 (6654) 0,00 (7221)	6359	6359
199	Sinvastatina 20mg	COMP	SANVAL		0,13	0,00 %	0,06 (6208) 0,00 (7052) 0,07 (7221)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 (6208)	6406	7221
200	Sinvastatina 40mg	COMP	SANVAL		0,12	0,00 %	0,13 (6208) 0,00 (7052) 0,00 (7221)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 (6208)	--	--
201	Sulfametoxazol+Trimetoprima 400mg+80mg cp	COMP	PRATI D.		0,13	0,00 %	0,00 (6208) 0,10 (7052) 0,09 (7221)	0,09 (6654) 0,00 (7220)	0,00 (6208)	6654	6151
202	Sulfametoxazol 40mg+Trimetoprima 8mg/ml Suspensão Oral 100ml	FR	TEUTO		1,94	0,00 %	0,00 (6208) 0,00 (7052) 1,75 (7221)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 (6406)	6359	7221

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA

Página: 25/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016
Data de Abertura: 16/12/2016

REGISTRO Nº 1/2017
PROCESSO Nº 23/2016
Data de Julgamento: 16/12/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento à farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde de Peritiba no decorrer do ano de 2017

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)		Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
										1º	2º	3º
203	Sulfato Ferroso 120 ml	FR	NATULAB		3,16	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6208) 0,00 (7052)	5,00 (6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	---	---
204	Sulfato Ferroso 40mg	COMP	NUNES FARMA		0,03	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6208) 0,00 (7052)	0,04 (6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	---	---
205	Tetraciclina 500mg	COMP	PRATI		0,11	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6208) 0,00 (7052)	0,00 (6406) 0,00 (7101)	0,17 (6654) 0,00 (7220)	---	---
206	Tioridazina 100mg	COMP	U.QUIMICA		0,76	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,24 (6208) 0,00 (7052)	0,00 (6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	---	---
207	Topiramato 100mg	COMP	E.M.S		0,96	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6208) 0,00 (7052)	0,95 (6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	---	---
208	Tramadol 50mg E.V.	AMP	Teuto		1,90	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6208) 0,00 (7052)	0,00 (6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 1,22 (7220)	---	---
209	Valeriana Officialis 50mg	COMP	CIMED/GEOL		1,22	0,00 %	0,40 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6208) 0,00 (7052)	0,27 (6406) 0,00 (7101)	0,23 (6654) 0,00 (7220)	0,00 6654 6406	6151
210	Valproato de Sódio 500mg	COMP	ABBOTT		0,54	0,00 %	0,00 (6151) 0,57 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6208) 0,00 (7052)	0,00 (6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 7051	---

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA

Página: 26/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016
Data de Abertura: 16/12/2016

REGISTRO Nº 1/2017
PROCESSO Nº 23/2016
Data de Julgamento: 16/12/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento à farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde de Peritiba no decorrer do ano de 2017

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Colado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO			
									1°	2°	3°	
211	Valproato de Sodio+Acido Valproico 300mg CR	COMP	Torrent		1,50	0,00 %	0,00(6151) 0,78(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	0,00(6359) 0,00(7055)	0,00(6406) 0,00(7101)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 6359 7051 ---
212	Valproato de Sodio+Acido Valproico 500mg CR	COMP	Torrent		1,80	0,00 %	0,00(6151) 1,30(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	1,29(6359) 0,00(7055)	0,00(6406) 0,00(7101)	0,00(6654) 1,50(7220)	0,00 6359 7051 7220
213	Valproato de Sódio Xarope 250mg/5ml	FR	HIPOLABOR,		8,69	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	3,36(6359) 0,00(7055)	2,37(6406) 0,00(7101)	0,00(6654) 2,36(7220)	0,00 7220 6406 6359
215	Varfarina Sódica 5mg	COMP	TEUTO		0,22	0,00 %	0,12(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,09(7052)	0,00(6359) 0,00(7055)	0,00(6406) 0,00(7101)	0,09(6654) 0,00(7220)	0,00 6654 7052 6151
216	Verapamil 80mg	COMP	PRATI		0,29	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,07(7221)	0,00(6208) 0,06(7052)	0,00(6359) 0,00(7055)	0,07(6406) 0,00(7101)	0,06(6654) 0,00(7220)	0,00 6654 7052 7221
217	Mirtazapina 30mg (Meneilat) Torrent).	COMP	Torrent		4,33	0,00 %	0,00(6151) 0,00(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	3,74(6359) 3,75(7055)	0,00(6406) 0,00(7101)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 6359 7055 ---
219	Tansulosina0,4mg+Dutasterida 0,5mg ((Combodart) GSK GlaxoSmi	COMP	GSK		3,32	0,00 %	0,00(6151) 2,75(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	2,71(6359) 3,15(7055)	0,00(6406) 0,00(7101)	0,00(6654) 0,00(7220)	0,00 6359 7051 7055
220	Anlodipino+Benazepril 5/20mg ((Press Plus) Biolab).	COMP	BIOLAB		2,58	0,00 %	0,00(6151) 2,10(7051) 0,00(7221)	0,00(6208) 0,00(7052)	0,00(6359) 0,00(7055)	0,00(6406) 0,00(7101)	2,49(6654) 0,00(7220)	0,00 7051 6654 ---

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA

Página: 27/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016

REGISTRO Nº 1/2017
PROCESSO Nº 23/2016

Data de Abertura: 16/12/2016

Data de Julgamento: 16/12/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento à farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde de Peritiba no decorrer do ano de 2017

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)			Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
											1º	2º	3º
221	Dabigatrana 150mg ((Pradaxa) Boehringer Ingelheim).	COMP	BOEHRINGER		3,70	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6208) 0,00 (7052)	0,00 (6359) 3,70 (7055)	0,00 (6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	---	---
222	Ácido Tióctico 600mg HR.	COMP	MERCK		3,50	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6208) 0,00 (7052)	0,00 (6359) 0,00 (7055)	0,00 (6406) 0,00 (7101)	4,51 (6654) 0,00 (7220)	0,00 6654	---
223	Pregabalina 150mg.	COMP	MERCK		3,90	0,00 %	2,30 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6208) 0,00 (7052)	2,77 (6359) 1,30 (7055)	0,00 (6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 7055	6151 6359
224	Ticagrelor 90mg comprimidos revestidos.	COMP	ASTRAZENE		3,24	0,00 %	0,00 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6208) 0,00 (7052)	0,00 (6359) 4,30 (7055)	0,00 (6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 7055	---
225	Aripiprazol 15mg.	COMP	UNICHEM		11,00	0,00 %	8,90 (6151) 0,00 (7051) 0,00 (7221)	0,00 (6208) 0,00 (7052)	0,00 (6359) 0,00 (7055)	0,00 (6406) 0,00 (7101)	0,00 (6654) 0,00 (7220)	0,00 6151	---

Página: 1/2

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2017****PROCESSO Nº 23/2016**

(6151) - MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

(6208) - DIMASTER COM. PORD. HOSPITALARES LTDA

(6359) - ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA

(6406) - CENTERMEDI COMÉRCIO DE PROD.HOSP.LTDA

(6654) - S&R DISTRIBUIDORA LTDA ME

(7051) - CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

(7052) - CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES

(7055) - DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP

(7101) - INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

(7220) - DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP

Página: 2/2

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2017****PROCESSO Nº 23/2016**

(7221) - LIFE CENTER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENT

Peritiba, 2 de Janeiro de 2017.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PL 58-2016 - PP 33-2016

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2016

Data de Abertura: 25/11/2016

REGISTRO Nº 2/2017

PROCESSO Nº 58/2016

Data de Julgamento: 25/11/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de Uniformes a serem utilizados pelos servidores do Município de Peritiba, e para integrantes da banda municipal.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	CLASSIFICAÇÃO		
								Menor Preço	1º	2º 3º
1	Jaleco profissional de Brim pesado 100% algodão, azul Royal	UN	SUPERA		44,00	0,00 %	43,10 (9028) 43,16 (8929) 43,23 (9223)	0,00	9028	8929 9223
2	Calça profissional de Brim pesado 100% algodão, azul Royal	UN	SUPERA		34,00	0,00 %	33,24 (8929) 33,31 (9028) 33,36 (9223)	0,00	8929	9028 9223
3	Camiseta em malha PV (65% poliéster, 35% viscose) azul Royal	UN	SUPERA		22,00	0,00 %	21,33 (8929) 21,55 (9028) 21,52 (9223)	0,00	8929	9223 9028
4	Camiseta em malha PV, branca, P, M, G ou GG.	UN	SUPERA		21,00	0,00 %	20,15 (8929) 20,47 (9028) 20,80 (9223)	0,00	8929	9028 9223
5	Camiseta em malha PV, Verde Oliva, P, M, G ou GG.	UN	SUPERA		22,00	0,00 %	21,13 (8929) 21,45 (9028) 21,80 (9223)	0,00	8929	9028 9223
6	Calça comprida Feminina preta, 88% poliámda e 12% elastano	UN	SUPERA		25,00	0,00 %	24,08 (8929) 24,37 (9028) 24,80 (9223)	0,00	8929	9028 9223
7	Jaleco profissional ML, de oxford P, M, G ou GG.	UN	SUPERA		50,00	0,00 %	48,65 (8929) 48,74 (9028) 49,80 (9223)	0,00	8929	9028 9223
8	Jaleco profissional MC, de oxford P, M, G ou GG.	UN	SUPERA		45,00	0,00 %	43,74 (8929) 43,87 (9028) 44,80 (9223)	0,00	8929	9028 9223
9	Avental frontal de oxford, P, M, G ou GG.	UN	SUPERA		25,00	0,00 %	24,08 (8929) 24,37 (9028) 24,80 (9223)	0,00	8929	9028 9223
10	Camisa polo MC, c 2 bot, piquet 47% Pol e 53% Alg, 14, 16, P	UN	SUPERA		35,00	0,00 %	34,14 (8929) 34,42 (9028) 34,80 (9223)	0,00	8929	9028 9223
11	Camisa polo MC, c 2 bot, piquet 47% Pol e 53% Alg, GG, XG EX	UN	SUPERA		45,00	0,00 %	44,04 (8929) 44,25 (9028) 44,80 (9223)	0,00	8929	9028 9223

Página: 1/1

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2017****PROCESSO Nº 58/2016**

(8929) - SUPERA UNIFORMES IND. COM. TÊXTIL LTDA ME

(9028) - FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANCA LTDA - EPP

(9223) - FITFORMA INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECOES EIRELI

Peritba, 2 de Janeiro de 2017.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PL 61-2016 - PP 35-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Página: 1/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016
Data de Abertura: 30/11/2016
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais, produtos e equipamentos de informática, expediente, pedagógicos, consumo e limpeza

REGISTRO Nº 5/2017
PROCESSO Nº 61/2016
Data de Julgamento: 30/11/2016

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1º	2º	3º
1	Gás de Cozinha botijão de 13kg sem casco	UN	SUPERGASB		55,00	0,00 %	0,00 (6412) 0,00 (9101) 65,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (8038) 0,00 (9093)	0,00 6237	---	---
2	Gás P45	UN	SUPERGASB		230,00	0,00 %	0,00 (6412) 0,00 (9101) 240,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (8038) 0,00 (9093)	0,00 6237	---	---
3	Casco de botijão de gás vazio	UN	SUPERGASB		150,00	0,00 %	0,00 (6412) 0,00 (9101) 170,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (8038) 0,00 (9093)	0,00 6237	---	---
4	Erva mate 1 kg sem adição de açúcar	PCT			10,00	0,00 %	0,00 (6412) 0,00 (9101) 6,99 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (8038) 0,00 (9093)	0,00 7750 6237	---	---
5	Açúcar Refinado 5 kg com data de fabricação recente	UN	ALTO ALEGRI		18,00	0,00 %	0,00 (6412) 0,00 (9101) 17,50 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (8038) 0,00 (9093)	0,00 6237	---	---
6	Adoçante líquido, tipo dietético, frasco com 200ml	UN	ADOCIL / ZEF		5,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9101) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (8038) 0,00 (9093)	0,00 8038	---	---
7	Amendoim 500 gramas	PCT	CAROL		5,00	0,00 %	0,00 (6412) 0,00 (9101) 4,70 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (8038) 0,00 (9093)	0,00 6237	---	---
9	Balas duras sortidas pacote no mínimo 700g	PCT	FLORESTAL /		13,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9101) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (8038) 0,00 (9093)	0,00 8038	---	---
10	Balas mastigável diversos sabores, pcte 600g	PCT	BERBAL		13,00	0,00 %	0,00 (6412) 0,00 (9101) 6,95 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (8038) 0,00 (9093)	0,00 6237 8038	---	---
11	Balas mastigável tipo "Butter Toffees" pcte 750g	PCT	ARCOR		17,00	0,00 %	0,00 (6412) 0,00 (9101) 13,85 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (8038) 0,00 (9093)	0,00 6237	---	---
12	Café em Pó 500g extratorfe	UN	PILÃO / BOM		15,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9101) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (8038) 0,00 (9093)	0,00 8038	---	---

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Página: 2/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
REGISTRO Nº 5/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016
PROCESSO Nº 61/2016
Data de Abertura: 30/11/2016
Data de Julgamento: 30/11/2016
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais, produtos e equipamentos de informática, expediente, pedagógicos, consumo e limpeza

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Colado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1°	2°	3°
13	Café granulado solúvel instantâneo, com selo da ABIC 200g	UN	AMIGO / IGUJ		13,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	<u>11,97</u> (8038)	0,00 (9093)	0,00 8038 --- ---
14	Chá de camomila, emb. de 10g à 15g cada.	PCT	INCAS		2,50	0,00 %	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	1,29 (8038)	0,00 (9093)	0,00 6237 8038 ---
15	Chá de Erva-doce (semente), emb. de 10g à 15g cada.	PCT	INCAS		2,50	0,00 %	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	<u>1,35</u> (8038)	0,00 (9093)	0,00 6237 8038 ---
16	Chá diversos sabores cx c/ 10 sachês de aprox. 1g à 2g cada.	CX	PRENDA		5,00	0,00 %	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	2,29 (8038)	0,00 (9093)	0,00 6237 8038 ---
18	Corante líquido artificial alimentício 10ml	UN	REGINA / ARC		8,00	0,00 %	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	<u>4,47</u> (8038)	0,00 (9093)	0,00 8038 --- ---
21	Gomas de frutas sortidas tipo americana, caixa c/ 30	CX			15,00	0,00 %	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	<u>15,00</u> (8038)	0,00 (9093)	0,00 8038 --- ---
22	Leite Condensado 395g	UN	PIRACANJUB		5,00	0,00 %	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	3,47 (8038)	0,00 (9093)	0,00 6237 8038 ---
24	Milho para pipoca embalagem com 500g.	PCT	YOKI		4,00	0,00 %	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	2,64 (8038)	0,00 (9093)	0,00 6237 8038 ---
25	Óleo de Soja refinado tipo 1, em embalagem pet 900ml	UN	SOYA		3,50	0,00 %	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 6237 --- ---
26	Pacote de Bombom pcle de 1kg	PCT	LACTA		40,00	0,00 %	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	<u>30,19</u> (8038)	0,00 (9093)	0,00 8038 6237 ---
31	Pirulitos redondos tipo bola, 600gr	PCT	BERBAU		12,00	0,00 %	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	8,70 (8038)	0,00 (9093)	0,00 6237 8038 ---

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Página: 3/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016
Data de Abertura: 30/11/2016
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais, produtos e equipamentos de informática, expediente, pedagógicos, consumo e limpeza

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1º	2º	3º
32	Polvilho azedo, embalagem com 500gr.	PCT	KANTY		9,00	0,00 %	4,90 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (8038) 8,70 (8038)	0,00 (9093) 0,00 (9093)
36	Suspiro quadrado colorido, caixa c/ 50 unid.	CX			25,00	0,00 %	23,90 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (8038) 0,00 (9093)	0,00 (9093) 0,00 (9093)
37	Cal Virgem	SC	CEM		16,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	15,50 (8038)	0,00 (9093)
38	Cano preto 1/2 polegada rolo de 25 metros	UN	KRONA		60,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	54,00 (8038)	0,00 (9093)
39	União/menda interna para cano preto de 1/2 polegadas.	UN	KRONA		2,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	1,95 (8038)	0,00 (9093)
40	Assadeira de alumínio retangular com bordas	UN	CINCO ESTR		40,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	30,00 (8038)	0,00 (9093)
41	Assadeira Retangular fabricada em alumínio 39x 27 x 5 cm	UN	CINCO ESTR		40,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	22,00 (8038)	0,00 (9093)
42	Bacia de plástico com tampa capacidade para 2 litros	UN	PLASVALE / €		15,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	2,95 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	2,90 (8038)	0,00 (9093)
43	Bacia redonda em plástico polipropileno capacidade 11litros	UN	Plasvale		18,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	10,90 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	10,95 (8038)	0,00 (9093)
44	Bacia redonda em plástico polipropileno capacidade 19,5lis	UN	PLASVALE / €		22,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	16,80 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	16,50 (8038)	0,00 (9093)
45	Bacia redonda em plástico polipropileno resistente diâm. 54	UN	Plasvale		62,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	17,85 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	17,90 (8038)	0,00 (9093)

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Página: 4/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016
Data de Abertura: 30/11/2016

REGISTRO Nº 5/2017
PROCESSO Nº 61/2016
Data de Julgamento: 30/11/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais, produtos e equipamentos de informática, expediente, pedagógicos, consumo e limpeza

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)		Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
										1º	2º	3º
46	Bacia/bandeja retangular em polipropileno branco, resistente	UN	PLASVALE / ¢		28,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	15,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038 6412	---
47	Bacia/bandeja retangular em polipropileno branco	UN	PLASVALE / ¢		30,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	16,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038 6412	---
48	Bacia/bandeja retangular em polipropileno branco 8x30x50	UN	Plasvale		50,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	15,70 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 6412 8038	---
49	Balde 15 lt de plást resist., transparente, c alça	UN	PLASVALE / ¢		28,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	19,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038 6412	---
50	Bandejas de inox 30x40 cm	UN	Tramontina/Br		55,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	68,80 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 6412	---
51	Batedor de clara em aço inox 30 cm de comprimento	UN	CINCO ESTR		25,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038	---
52	Bau/caixa organizadora retangular 41,7 x 28,5 x 3,5 cm	UN	PLASVALE / ¢		50,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	45,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038 6412	---
53	Bau/caixa organizadora de polipropileno, 32,5x40x67cm AxLxC.	UN	Plasvale		80,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	52,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 6412 8038	---
54	Bau/caixa organizadora de polipropileno, 40x45x63,5cm AxLxC.	UN	PLASVALE / ¢		120,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038	---
55	Bomba de chimarão em aço inox com aprox 25 cm	UN	NSZ / LIDER I		35,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038	---
56	Borracha de silicone para panela de pressão 10 lts.	UN	CINCO ESTR		13,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038	---

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Página: 5/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
REGISTRO Nº 5/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016
PROCESSO Nº 61/2016
Data de Abertura: 30/11/2016
Data de Julgamento: 30/11/2016
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais, produtos e equipamentos de informática, expediente, pedagógicos, consumo e limpeza

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)			Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
							1º	2º	3º		1º	2º	3º
58	Caixa de fósforo grande 240 und	UN	Gaboardi		4,00	0,00 %	2,25 (6412) 0,00 (9101)	2,28 (8038) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 (9093)	0,00	6412	8038 ---
59	Caixa térmica 34lts, fabricada em polipropileno com tampa	UN	MOR		102,00	0,00 %	82,30 (6412) 0,00 (9101)	70,00 (8038) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 (9093)	0,00	8038	6412 ---
60	Canecas de vidro temperado, 300 ml	UN	NADIR / MP		6,20	0,00 %	4,85 (6412) 0,00 (9101)	4,80 (8038) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 (9093)	0,00	8038	6412 ---
61	Chaleira de Inox capacidade mínima 2lts	UN	ARTINOX / FL		75,00	0,00 %	0,00 (6412) 0,00 (9101)	35,00 (8038) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 (9093)	0,00	8038	--- ---
62	Chaleira de alumínio com tampa tipo hotel nº 22 5 litros	UN	CINCO ESTR		120,00	0,00 %	0,00 (6412) 0,00 (9101)	60,00 (8038) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 (9093)	0,00	8038	--- ---
63	Colher de chá totalmente em aço inox, cabo liso	UN	Tramontina/br		3,00	0,00 %	1,65 (6412) 0,00 (9101)	1,70 (8038) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 (9093)	0,00	6412	8038 ---
64	Colher para servir arroz, totalmente em aço inox, cabo liso	UN	Tramontina/br		29,00	0,00 %	10,50 (6412) 0,00 (9101)	10,95 (8038) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 (9093)	0,00	6412	8038 ---
65	Colher para sopa totalmente em aço inox, cabo liso	UN	ZANETTI / TR		9,00	0,00 %	7,00 (6412) 0,00 (9101)	2,50 (8038) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 (9093)	0,00	8038	6412 ---
66	Concha grande, totalmente em aço inox medindo aprox. 55cm	UN	Tramontina		60,00	0,00 %	118,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (8038) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 (9093)	0,00	6412	--- ---
67	Copinho/caneca antitoxicação para bebês, mínimo 200ml.	UN	LILLO / KUKA		22,00	0,00 %	0,00 (6412) 0,00 (9101)	21,10 (8038) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 (9093)	0,00	8038	--- ---
68	Copo de vidro incolor capacidade de 300ml	UN	DURALEX / N		4,00	0,00 %	0,00 (6412) 0,00 (9101)	2,60 (8038) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 (9093)	0,00	8038	--- ---

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Página: 6/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016
Data de Abertura: 30/11/2016

REGISTRO Nº 5/2017
PROCESSO Nº 61/2016
Data de Julgamento: 30/11/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais, produtos e equipamentos de informática, expediente, pedagógicos, consumo e limpeza

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1º	2º	3º
69	Copo descartável 180ml com 100und	PCT	ORLEPLAST		4,00	0,00 %	2,35 (6412) 0,00 (9101) 0,00 (9094) 0,00 (9230)	0,00 (7750) 3,20 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038 6412	9230
70	Copo descartável 200ml com 100und	PCT	ORLEPLAST		5,00	0,00 %	3,20 (6412) 0,00 (9101) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 3,71 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038 6412	9230
71	Copo descartável 300ml, embalagem com 100und	PCT	ORLEPLAST		6,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 5,48 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038 9230	---
72	Copo descartável 500ml, embalagem com 100und	PCT	COPOBRAS		28,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 15,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 9230	---
73	Copo descartável 800ml com 100und	PCT	ORLEPLAST		4,00	0,00 %	2,85 (6412) 0,00 (9101) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038 6412	---
74	Copo plástico medidor 500 ml	UN	Plasvale		7,00	0,00 %	6,40 (6412) 0,00 (9101) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 6412 8038	---
75	Cortador de pizza em inox com cabo de polipropileno 21cm	UN	Tramontina/br		45,00	0,00 %	24,00 (6412) 0,00 (9101) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 6412	---
76	Cuia de chimarrão média, com pé, feita com porongo.	UN	PROMAT / ML		35,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038	---
78	Embalagem plástica para alimentos, capac 3kg, emb. c/ 100 un	UN	STAR		7,00	0,00 %	2,48 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 6237 8038	6412
79	Embalagem para alimentos 5kg com 100und	UN	STAR		8,00	0,00 %	6,50 (6412) 0,00 (9101) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 6237 8038	6412
80	Embalagem para alimentos 8kg com 100und	UN	STAR		10,00	0,00 %	4,75 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 6237 8038	6412

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Página: 7/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016
Data de Abertura: 30/11/2016

REGISTRO Nº 5/2017
PROCESSO Nº 61/2016
Data de Julgamento: 30/11/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais, produtos e equipamentos de informática, expediente, pedagógicos, consumo e limpeza

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1º	2º	3º
81	Escorredor de massa fabricado em inox 10 cm de altura	UN	Tramontina/br		19,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094) 72,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 6412	---
82	Escumadeira grande totalmente em aço inox medindo aprox 56cm	UN	Tramontina		21,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094) 104,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 6412	---
83	Escumadeira, totalmente em aço inox, medindo aprox. 33,5cm	UN	ZANETTI		17,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094) 12,00 (8038) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038	---
84	Faca de serra com ponta, para churrasco 4"	UN	ZANETTI		5,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094) 3,80 (8038) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038	---
85	Faca de serra para cortar pão com lâmina em aço inox 30cm	UN	ZANETTI		15,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094) 12,50 (8038) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038	---
86	Facas de serra sem ponta, com lâmina em aço inox 4"	UN	ZANETTI / TR		5,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094) 3,50 (8038) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038	---
87	Faca para carne, com lâmina em aço inox 8"	UN	ZANETTI		70,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094) 20,00 (8038) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038 6412	---
88	Filme PVC Esicável em Tubete Medida: 28 cm x 300 metros	Rolo	ORLEPLAST		45,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094) 59,50 (8038) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038	---
89	Filtro (coador de papel) p/cafeiteira nº 102, emb. c/ 30 und.	CX	BRIGITA		7,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094) 2,20 (8038) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038	---
90	Filtro (coador de papel) p/cafeiteira nº 103, emb. c/ 30 und.	CX	BRIGITA		7,50	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094) 2,58 (8038) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038	---
91	Forma de alumínio redonda com furo central forma de pudim	UN	CINCO ESTR		25,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094) 17,00 (8038) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038	---

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Página: 8/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016
Data de Abertura: 30/11/2016

REGISTRO Nº 5/2017
PROCESSO Nº 61/2016
Data de Julgamento: 30/11/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais, produtos e equipamentos de informática, expediente, pedagógicos, consumo e limpeza

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)			Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
							0,00 (6237)	0,00 (6412)	0,00 (9094)		1º	2º	3º
92	Assadeira redonda em alumínio com fundo removível 3,1litros	UN	CINCO ESTR		41,00	0,00 %	0,00 (6237)	40,00 (6412)	0,00 (9094)	0,00 (9093)	0,00 8038	6412	---
							0,00 (9230)	0,00 (9101)					
93	Forma para assar pizza, em alumínio 35 cm de diâmetro	UN	CINCO ESTR		40,00	0,00 %	0,00 (6237)	40,00 (6412)	0,00 (9094)	0,00 (9093)	0,00 8038	6412	---
							0,00 (9230)	0,00 (9101)					
95	Galeta térmico grande 12 litros com pézinho	UN	TERMOLAR		140,00	0,00 %	0,00 (6237)	83,50 (6412)	0,00 (9094)	0,00 (9093)	0,00 8038	6412	---
							0,00 (9230)	0,00 (9101)					
96	Garfo de mesa totalmente em inox, cabo liso, 4 dentes 18,5cm	JG	TRAMONTIN/		36,00	0,00 %	0,00 (6237)	0,00 (6412)	0,00 (9094)	0,00 (9093)	0,00 8038	---	---
							0,00 (9230)	0,00 (9101)					
97	Garrafa térmica inox, ampola de vidro ou aço inox 1,8lt.	UN	MOR / TERMK		125,00	0,00 %	60,50 (6237)	62,90 (6412)	0,00 (9094)	0,00 (9093)	0,00 8038	6237	6412
							0,00 (9230)	0,00 (9101)					
98	Garrafa térmica, corpo em aço inox c ampola aço inox 2,5lts	UN	TERMOLAR		250,00	0,00 %	0,00 (6237)	0,00 (6412)	0,00 (9094)	0,00 (9093)	0,00 8038	---	---
							0,00 (9230)	0,00 (9101)					
99	Garrafa Térmico de 5litros com alça superior bocal largo	UN	Invicta		37,50	0,00 %	0,00 (6237)	21,90 (6412)	0,00 (9094)	0,00 (9093)	0,00 6412	8038	---
							0,00 (9230)	0,00 (9101)					
100	Guardanapo de papel 23x23cm folha simples embalagem c/ 50und	PCT	SANTEPEL		6,00	0,00 %	0,00 (6237)	3,00 (6412)	0,00 (9094)	0,00 (9093)	0,00 8038	6412	---
							0,00 (9230)	0,00 (9101)					
101	Guardanapo de papel folha dupla embalagem com 50 unidades	PCT	SNOB		7,50	0,00 %	0,00 (6237)	0,00 (6412)	0,00 (9094)	0,00 (9093)	0,00 8038	---	---
							0,00 (9230)	0,00 (9101)					
102	Isqueiro a gás grande, descartável c/ duração de até 3000 ch	UN	BIC		6,00	0,00 %	2,95 (6237)	4,65 (6412)	0,00 (9094)	0,00 (9093)	0,00 8038	6237	6412
							0,00 (9230)	0,00 (9101)					
103	Jarras de plástico polipropileno c/ tampa. Capacidade 3,7 lt	UN	Plasvale		20,00	0,00 %	0,00 (6237)	11,90 (6412)	0,00 (9094)	0,00 (9093)	0,00 6412	8038	---
							0,00 (9230)	0,00 (9101)					

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Página: 9/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016
Data de Abertura: 30/11/2016
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais, produtos e equipamentos de informática, expediente, pedagógicos, consumo e limpeza

REGISTRO Nº 5/2017
PROCESSO Nº 61/2016
Data de Julgamento: 30/11/2016

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1º	2º	3º
104	Liquidificador com copo de 2 lt. c/ cinco velocidades	UN	Arno		170,00	0,00 %	270,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 6412	---
105	Pá para bolo fabricada em aço inox comprimento de 235 mm	UN	PLASVALE / i		25,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038	---
106	Panela de alumínio polido, tipo caçarola c/ tampa. nº 28.	UN	CINCO ESTR		60,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038	---
107	Panela de alumínio polido, tipo caçarola c/ tampa. nº 40.	UN	CINCO ESTR		140,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038	---
108	Panela de pressão polida fabricada em alumínio capacidade 10l	UN	CINCO ESTR		299,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038	---
109	Panela de Pressão polida fabricada em alumínio capac. 4,5L	UN	CINCO ESTR		70,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038	---
110	Parquequeira em alumínio 22 cm de diâmetro	UN	Tramontina/br		40,00	0,00 %	34,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 6412 8038	---
111	Porta Banner tripé medindo 1,80m de altura possui 2 hastes	UN	Vector PBI 40:		80,00	0,00 %	140,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 6412	---
112	Pote plástico com tampa capacidade para 6,5 litros	UN	Plasvale		30,00	0,00 %	14,20 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 6412 8038	---
113	Pote retangular com tampa 1.2 litros fabricado em plástico	UN	PLASVALE		15,00	0,00 %	7,50 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038 6412	---
114	Pote porta mantimentos 8 lts. de plastico resistente c tampa	UN	PLASVALE		22,00	0,00 %	17,40 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038 6412	---

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Página: 10/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
REGISTRO Nº 5/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016
PROCESSO Nº 61/2016
Data de Abertura: 30/11/2016
Data de Julgamento: 30/11/2016
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais, produtos e equipamentos de informática, expediente, pedagógicos, consumo e limpeza

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)			Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
							1º	2º	3º		1º	2º	3º
115	Pote porta mantimentos 4,5lt, de plástico resistente c/tampa	UN	PLASVALE		12,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	10,55 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 (9093)	0,00 8038 6412	---
116	Pote retangular com tampa 2,1 litros em plástico	UN	PLASVALE		21,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	12,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 (9093)	0,00 8038 6412	---
117	Pote retangular com tampa 3,7 litros em plástico	UN	PLASVALE		25,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	14,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 (9093)	0,00 8038 6412	---
118	Prato fundo (para sopa) em vidro liso temperado	UN	DURALEX / N		6,50	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 (9093)	0,00 8038	---
119	Pratos de plástico branco p/ refeição, descartáveis.	PCT	ORLEPLAST		5,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	2,20 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 (9093)	0,00 8038 6412	---
120	Pratos de plástico branco p/ sobremesa, descartáveis.	PCT	ORLEPLAST		4,50	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	1,50 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 (9093)	0,00 8038 6412	---
121	Ralador de Queijos e legumes em Inox, possui 4 faces	UN	Tramontina/br		80,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	54,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 (9093)	0,00 6412	---
122	Sacola plástica branca virgem, tamanho 48x58. Caixa com 1000	CX	ORLEPLAST		80,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 (9093)	0,00 8038	---
123	Tábua retangular de Vidro Temperado 25cm x 35cm	UN	MOR		25,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	16,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 (9093)	0,00 8038 6412	---
124	Tigela de vidro com tampa plástica com capacidade de 2,4L	UN	NADIR / MAR		40,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	39,50 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 (9093)	0,00 8038 6412	---
125	Tigela de vidro com tampa plástica com capacidade de 3 L	UN	NADIR / MAR		50,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	47,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 (9093)	0,00 8038 6412	---

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Página: 11/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016
Data de Abertura: 30/11/2016

REGISTRO Nº 5/2017
PROCESSO Nº 61/2016
Data de Julgamento: 30/11/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais, produtos e equipamentos de informática, expediente, pedagógicos, consumo e limpeza

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1º	2º	3º
126	Tigela média de Vidro com tampa plástica 1,2litros	UN	NADIR / MARI		35,00	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094)	0,00(7750) 0,00(9230)	0,00(9093)	0,00 8038 6412	---
128	Varal de chão com abas medindo aproximadamente 1,82m	UN	MOR		100,00	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094)	0,00(7750) 0,00(9230)	0,00(9093)	0,00 8038 6412	---
129	Vaso aquário de vidro transparente pequeno.	UN	MARINE / MC		40,00	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094)	0,00(7750) 0,00(9230)	0,00(9093)	0,00 8038 --	---
130	Vaso de plástico preto para plantas numero 4	UN	NUTRIPLAN		8,00	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094)	0,00(7750) 0,00(9230)	0,00(9093)	0,00 8038 --	---
131	Xícara vidro transparente capacidade aprox. 245ml	UN	NADIR / MARI		6,90	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094)	0,00(7750) 0,00(9230)	0,00(9093)	0,00 8038 --	---
132	Filtro de linha profissional, Bivolt, com 6 tomadas 1,5m	UN	Kairos		27,00	0,00 %	0,00(6237) 26,60(9094)	0,00(7750) 0,00(9230)	0,00(9093)	0,00 6412 9094	---
133	Aparelho de telefone sem fio digital visor grande e teclado	UN	INTELBRAS		90,00	0,00 %	0,00(6237) 104,00(9094)	0,00(7750) 0,00(9230)	0,00(9093)	0,00 9094 --	---
134	Bateria selada p/ Nobreak, Voltagem: 12 v, capacidade: 7Ah.	UN	WEG		95,00	0,00 %	0,00(6237) 59,00(9094)	0,00(7750) 0,00(9230)	0,00(9093)	0,00 9094 6412	---
135	Cabo P2 X P2 Estéreo 30 Centímetros	UN	Lelong		10,00	0,00 %	0,00(6237) 8,90(9094)	0,00(7750) 0,00(9230)	0,00(9093)	0,00 6412 9094	---
136	Carregador para Pilha AAA, AA e bateria 9V. Bivolt ou 220V.	UN	FLEX / ELGIN		50,00	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094)	0,00(7750) 0,00(9230)	0,00(9093)	0,00 8038 --	---
137	Cartucho de reposição p/ marcador de quadro branco c/ 5,5ml	UN	PILOT		8,00	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094)	0,00(7750) 3,13(9230)	0,00(9093)	0,00 8038 6412 9230	

Página: 12/34

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016
Data de Abertura: 30/11/2016

REGISTRO Nº 5/2017
PROCESSO Nº 61/2016
Data de Julgamento: 30/11/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais, produtos e equipamentos de informática, expediente, pedagógicos, consumo e limpeza

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1º	2º	3º
138	Cartucho de tinta impressora HP 21 preto 1º linha	UN	HP		65,00	0,00 %	0,00 (6237) 38,70 (9094)	0,00 (7750) 42,30 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 9094 9101 9230
139	Cartucho de tinta impressora HP 22 colorido 1º linha	UN	HP		90,00	0,00 %	0,00 (6237) 69,99 (9094)	0,00 (7750) 82,90 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 9094 9101 9230
140	Cartucho de Tinta impressora HP 60 Colorido 1º linha	UN	HP		90,00	0,00 %	0,00 (6237) 69,99 (9094)	0,00 (7750) 79,49 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 9094 9101 9230
141	Cartucho/Toner para impressora laser jet cp 1025 color	Kit	HP		950,00	0,00 %	0,00 (6237) 780,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 9094 9101 ---
142	Cartucho/Toner para impressora HP laser jet cp1025	UN	HP		250,00	0,00 %	0,00 (6237) 215,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 9094 9101 ---
143	Cartucho/Toner HP 670 preta 1º linha	UN	HP		35,00	0,00 %	0,00 (6237) 32,80 (9094)	0,00 (7750) 33,40 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 9094 9101 9230
144	Cartucho/Toner HP 670 Ciano 1º linha	UN	HP		40,00	0,00 %	0,00 (6237) 32,80 (9094)	0,00 (7750) 34,85 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 9094 9230 9101
145	Cartucho/Toner HP 670 Magenta 1º linha	UN	HP		40,00	0,00 %	0,00 (6237) 32,80 (9094)	0,00 (7750) 34,85 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 9094 9230 9101
146	Cartucho/Toner HP 670 amarelo 1º linha	UN	HP		40,00	0,00 %	0,00 (6237) 32,80 (9094)	0,00 (7750) 34,85 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 9094 9230 9101
147	Cartucho/Toner HP Deskjet 1000-122 colorido original	UN	HP		89,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 49,00 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 9230 8038 6412
148	Cartucho/Toner HP Deskjet 1000-122 preto original	UN	HP		60,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 37,95 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 6412 9230 8038

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Página: 13/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016
Data de Abertura: 30/11/2016
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais, produtos e equipamentos de informática, expediente, pedagógicos, consumo e limpeza

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1°	2°	3°
149	Cartucho/Toner Panasonic KX- MB 1530	UN	PANASONIC		360,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9101) <u>360,00</u> (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 9094 -- --
150	Cartucho/Toner para impressora Epson (kit) L555	UN	Original		250,00	0,00 %	0,00 (6412) <u>182,50</u> (9101) 225,00 (8038)	0,00 (7750) 183,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 9101 9230 8038	
151	Cartucho/Toner para impressora Epson L555, UN black negro.	UN	Epson		65,00	0,00 %	0,00 (6412) <u>50,40</u> (9101) 50,50 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 6412 9101 9094
152	Cartucho/Toner impressora HP 60 Preto 1° linha	UN	HP		70,00	0,00 %	0,00 (6412) <u>39,80</u> (9094) 44,00 (9230)	0,00 (7750)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 9094 9230 9101
153	Cartucho/Toner para impressora Laser Jet M1132 MFP	UN	Original		295,00	0,00 %	0,00 (6412) <u>207,00</u> (9101) 208,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 9101 9094 6412
154	Cartucho/Toner para impressora xerox workcentre 3025 preto	UN	XEROX		350,00	0,00 %	0,00 (6412) <u>263,00</u> (9230) 349,00 (9101)	0,00 (7750)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 9230 9094 9101
155	Cartucho/Toner SAMSUNG ML - 2851 ND	UN	SAMSUNG		350,00	0,00 %	0,00 (6412) <u>237,00</u> (9094) 249,00 (9230)	0,00 (7750)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 9094 9101 9230
156	HD EXTERNO PORTÁTIL 1TB PRETO com cabo USB	UN	SAMSUNG/Si		360,00	0,00 %	0,00 (6412) <u>300,00</u> (9094) 350,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 9094 9101 6412
157	HD INTERNO P/ DESKTOP: 3Gbps de 1TB	UN	SAMSUNG/Si		345,00	0,00 %	0,00 (6412) <u>285,00</u> (9094) 330,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 9094 6412 9101
158	HD INTERNO P/ DESKTOP: Disco Rígido Modelo SATA 3Gbps de 500	UN	SAMSUNG/Si		235,00	0,00 %	0,00 (6412) <u>210,00</u> (9094) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 9094 -- --
159	Mouse Óptico USB Ambidestro	UN	Hard Line		25,00	0,00 %	0,00 (6412) <u>9,90</u> (9101) 10,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 6412 9094 ---

Página: 14/34

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016
Data de Abertura: 30/11/2016

REGISTRO Nº 5/2017
PROCESSO Nº 61/2016
Data de Julgamento: 30/11/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais, produtos e equipamentos de informática, expediente, pedagógicos, consumo e limpeza

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)			Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
											1º	2º	3º
160	Nobreak 600VA entrada BIVOLT, saída 115/127V	UN	RAGTECH		399,00	0,00 %	0,00 (6237) <u>242,00 (9094)</u>	245,00 (6412) 365,00 (9101)	0,00 (8038) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00	9094	6412 9101
161	Pen drive 16 GB	UN	SANDISK		40,00	0,00 %	0,00 (6237) <u>24,00 (9094)</u>	24,25 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00	9094	6412 8038
162	Pen Drive 4GB	UN	SANDISC		30,00	0,00 %	0,00 (6237) <u>16,50 (9094)</u>	16,90 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00	9094	6412 8038
163	Pen Drive 8GB	UN	Sandisk		35,00	0,00 %	0,00 (6237) 18,00 (9094)	<u>17,50 (6412)</u> 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00	6412	9094 8038
164	Recarga p/ cartucho LEXMARK E120.	UN	Masterprint		160,00	0,00 %	0,00 (6237) 108,00 (9094)	<u>53,00 (6412)</u> 54,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00	6412	9101 9094
165	Recarga para impressora Brother HL2270DW	UN	Masterprint		52,00	0,00 %	0,00 (6237) 38,50 (9094)	<u>38,00 (6412)</u> 52,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00	6412	9094 9101
166	Recarga SANSUNG SCX 4623F	UN	Original/imprin		150,00	0,00 %	0,00 (6237) 44,00 (9094)	58,00 (6412) <u>39,90 (9101)</u>	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00	9101	9094 6412
167	Suporte metálico de teto para instalar Projetor	UN	BRASFORMA		130,00	0,00 %	0,00 (6237) <u>95,00 (9094)</u>	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00	9094	8038 ---
168	Teclado multimídia USB padrão ABNT2 - Português BR.	UN	Hard Line		30,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	<u>28,00 (6412)</u> 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00	6412	--- ---
169	Água sanitária/alvejante com cloro 5lt.	UN	MAIS BRILHC		15,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	8,20 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	<u>5,30 (9093)</u>	0,00	9093	8038 6412
170	Água sanitária/alvejante perfumada com cloro 2 lt	UN	QBOA		14,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	<u>5,95 (8038)</u>	14,00 (9093)	0,00	8038 9093 ---

Página: 15/34

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº**PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016****Data de Abertura: 30/11/2016****REGISTRO Nº 5/2017****PROCESSO Nº 61/2016****Data de Julgamento: 30/11/2016****Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais, produtos e equipamentos de informática, expediente, pedagógicos, consumo e limpeza

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)			Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO			
							1°	2°	3°					
171	Água sanitária/alvejante sem cloro 5lt	UN	MAIS BRILHC		20,00	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094)	0,00(7750) 0,00(9230)	9,80(8038)	9,00(9093)	0,00	9093	8038	6412
172	Álcool etílico hidratado a 70% c/ 1000ml	UN	FLOPS		9,00	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094)	0,00(7750) 0,00(9230)	4,50(8038)	8,50(9093)	0,00	8038	6412	9093
173	Alcool gel a 70% antisséptico c/ 500g	UN	FLOPS		8,00	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094)	0,00(7750) 0,00(9230)	4,70(8038)	7,50(9093)	0,00	8038	6412	9093
175	Amaciante de roupa 5lt	UN	ILLO - ATTIVC		15,00	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094)	0,00(7750) 0,00(9230)	9,00(8038)	0,00(9093)	0,00	8038	6412	---
176	Anti- mofo desumidificador, pote com 130gr	PCT	GOTALIMPA		8,50	0,00 %	5,25(6237) 0,00(9094)	0,00(7750) 0,00(9230)	5,20(8038)	0,00(9093)	0,00	8038	6237	---
177	Cera líquida diversas cores frasco 750ml.	UN	BRY INGLES/		10,00	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094)	0,00(7750) 0,00(9230)	3,75(8038)	0,00(9093)	0,00	8038	---	---
178	Cera líquida incolor, embalagem c/ 5 lts	UN	Inglesa		40,00	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094)	0,00(7750) 0,00(9230)	0,00(8038)	0,00(9093)	0,00	6412	---	---
181	Desinfetante germicida, emb. 5lt, fragrância a escolher	UN	MAIS BRILHC		15,00	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094)	0,00(7750) 0,00(9230)	7,99(8038)	6,50(9093)	0,00	9093	8038	6412
182	Desodorizador/Odorizador de ambiente, aerosol frasco de 360ml	UN	GLEIDE		16,00	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094)	0,00(7750) 0,00(9230)	8,55(8038)	0,00(9093)	0,00	8038	---	---
183	Detergente limpeza pesada, limpa piso 5lts	UN	SUPER CLEA		30,00	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094)	0,00(7750) 0,00(9230)	15,50(8038)	22,00(9093)	0,00	8038	9093	---
184	Detergente líquido lava louças, neutro embalagem com 5lt	UN	MAIS BRILHC		18,00	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094)	0,00(7750) 0,00(9230)	16,00(8038)	11,00(9093)	0,00	9093	6412	8038

Página: 16/34

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº**PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016****Data de Abertura: 30/11/2016****REGISTRO Nº 5/2017****PROCESSO Nº 61/2016****Data de Julgamento: 30/11/2016****Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais, produtos e equipamentos de informática, expediente, pedagógicos, consumo e limpeza

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)			Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
							0,00 (6412)	0,00 (7750)	1,98 (9093)		1º	2º	3º
185	Detergente Líquido, biodegradável, Neutro 500ml	UN	LIMPOL / YPE		2,50	0,00 %	1,49 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	<u>1,45</u> (8038)	0,00 8038 6237 9093			
186	Gel dental infantil de 0 a 5 anos	UN	BITUFO / COC		12,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	<u>11,50</u> (8038)	0,00 8038 6412 ---			
187	Gel dental infantil, com sabor, flúor ativo, 50 gr.	UN	TANDY / DISN		8,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	<u>4,75</u> (8038)	0,00 8038 6412 ---			
188	Inseticida Aerosol, spray, frasco c/ 300ml, sem odor	UN	SBP / BOM BI		12,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	<u>9,90</u> (8038)	0,00 8038 ---			
189	Limpa alumínio 5lt, detergente ácido	UN	ILLO / ATTIVC		22,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	<u>12,75</u> (8038)	0,00 8038 ---			
190	Limpa vidro, líquido p/ limpeza de vidros e acrílicos, c/ 5l	UN	MAIS BRILHC		15,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	<u>14,00</u> (8038)	0,00 9093 6412 8038			
191	Limpa vidro limpeza pesada com ação desengordurante 5lt	UN	ILLO / ATTIVC		22,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	<u>12,75</u> (8038)	0,00 8038 9093 ---			
192	Limpa vidros/desengord multi uso, c/ perfume, emb. c/ 500ml	UN	UAU / CIF		5,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	<u>3,30</u> (8038)	0,00 8038 ---			
193	Lustra móveis 100ml	UN	OLEO DE PEI		6,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	<u>5,10</u> (8038)	0,00 8038 ---			
194	Lustra móveis cera, 200ml.	UN	DESTAC / INC		7,50	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	<u>2,80</u> (8038)	0,00 8038 6412 ---			
195	Luva de borracha latex, reforçada, anatômico cano curto 25cm	Par	DANNY LONC		12,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	<u>6,50</u> (8038)	0,00 8038 ---			

Página: 17/34

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016

Data de Abertura: 30/11/2016

REGISTRO Nº 5/2017

PROCESSO Nº 61/2016

Data de Julgamento: 30/11/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais, produtos e equipamentos de informática, expediente, pedagógicos, consumo e limpeza

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)			Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
							0,00 (6412)	0,00 (7750)	0,00 (9093)		1º	2º	3º
196	Luva de borracha reforçada cano longo até alt. do cotovelo.	Par	DANNY LONC		15,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038	--	--	--
197	Luva de látex p/ procedimentos ñ cirúrgicos, isenta de pó.	CX	DESCARPAC		32,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038	--	--	--
198	Luvas de látex p/ proced. ñ cirúrgicos, levemente talcadas.	CX	DESCARPAC		28,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038	--	--	--
199	Naftalina pacote com 30gr	PCT	SANILAR/SAI		3,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	3,00 (9093)	0,00 8038 9093	--	--	--
200	Papel higiênico bco folha dupla macio, c/ 4 rls de 30m cada.	PCT	FOFINHO		7,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038 6412	--	--	--
201	Papel Higiênico bco folha simples sem perfume c/ 4u de 60mls	PCT	FOFINHO		8,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	3,20 (9093)	0,00 8038 6412 9093	--	--	--
202	Papel higiênico, fardo com 8 rolos grande de 300m	CX	FLORAX / SO		47,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	47,00 (9093)	0,00 8038 9093	--	--	--
203	Papel toalha interfolhas 2 dob, extra branco, c/ 1000 folhas	PCT	MISS PAPEIS		15,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	13,00 (9093)	0,00 8038 9093 6412	--	--	--
204	Papel toalha branco, pct c/ 2 rolos de 60 fls cada.	PCT	SORELLA		5,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	4,50 (9093)	0,00 8038 6412 9093	--	--	--
205	Papel toalha interf. 2 dob branco, aprox. 23x20cm c 1000 fls	PCT	MISS PAPEIS		13,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	7,20 (9093)	0,00 8038 9093 6412	--	--	--
206	Pastilhas sanitária adesiva, poder bactericida	CX	ECOVILE		8,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	5,00 (9093)	0,00 9093 8038	--	--	--

Página: 18/34

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016
Data de Abertura: 30/11/2016

REGISTRO Nº 5/2017
PROCESSO Nº 61/2016
Data de Julgamento: 30/11/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais, produtos e equipamentos de informática, expediente, pedagógicos, consumo e limpeza

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)			Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
							2,00 (6412)	0,00 (7750)	0,00 (9093)		1º	2º	3º
207	Pedra sanitária com cesto	UN	SANY		2,50	0,00 %	0,00 (6237)	0,00 (7750)	0,00 (9093)	0,00 (9094)	0,00 (9230)	0,00 (9038)	6412 ---
208	Pedra sanitária sem cesta	UN	Sany		2,00	0,00 %	0,75 (6412)	0,00 (7750)	0,00 (9093)	0,00 (9094)	0,00 (9230)	0,00 (9038)	6237
209	Pomada para assadura de 45g	UN	BABY MED / t		16,00	0,00 %	0,00 (6237)	0,00 (7750)	0,00 (9093)	0,00 (9094)	0,00 (9230)	0,00 (9038)	---
210	Curativos transparentes 2,5 x 7,5 cm com 10 unidades	CX	BAND AID		5,00	0,00 %	0,00 (6237)	0,00 (7750)	0,00 (9093)	0,00 (9094)	0,00 (9230)	0,00 (9038)	---
211	Protetor solar Kids/ infantil com no mínimo 110 ml, FPS 30	UN	Cenoura e brc		40,00	0,00 %	37,95 (6412)	0,00 (7750)	0,00 (9093)	0,00 (9094)	0,00 (9230)	0,00 (9038)	---
212	Querosene para limpeza frasco c/ no mínimo 850ml	UN	GUANABARA		15,00	0,00 %	11,00 (6412)	0,00 (7750)	0,00 (9093)	0,00 (9094)	0,00 (9230)	0,00 (9038)	6412 ---
213	Repelente infantil sem álcool 100ml	UN	REPELEX / O		25,00	0,00 %	0,00 (6237)	0,00 (7750)	0,00 (9093)	0,00 (9094)	0,00 (9230)	0,00 (9038)	---
215	Sabão de álcool em barra 400 gramas	PCT	OTIMO		7,50	0,00 %	0,00 (6237)	0,00 (7750)	0,00 (9093)	0,00 (9094)	0,00 (9230)	0,00 (9038)	---
216	Sabão em barra biodegr. emb. c/ 05 unidades de 200g cada.	PCT	STO ANTONIK		8,00	0,00 %	0,00 (6237)	0,00 (7750)	0,00 (9093)	0,00 (9094)	0,00 (9230)	0,00 (9038)	---
217	Sabão em pó biodegradável, com alvejante emb. c/ 2kg.	UN	BRILHANTE		20,00	0,00 %	0,00 (6237)	0,00 (7750)	0,00 (9093)	0,00 (9094)	0,00 (9230)	0,00 (9038)	---
218	Sabonete espuma (refil) embalagem mínima 700ml	UN	PREMISSE		15,00	0,00 %	0,00 (6237)	0,00 (7750)	0,00 (9093)	0,00 (9094)	0,00 (9230)	0,00 (9038)	9038 ---

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Página: 19/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016
Data de Abertura: 30/11/2016
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais, produtos e equipamentos de informática, expediente, pedagógicos, consumo e limpeza

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1º	2º	3º
219	Sabonete infantil neutro sem álcool 80g	UN	JOHNSONS		3,80	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (9093)	0,00 8038 ---
220	Sabonete líquido, antisséptico, biodegradável c/ 5lts.	UN	ILLO		35,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	19,50 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (9093)	0,00 8038 6412 ---
221	Sapólio em pó 300g	UN	Sany		6,75	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	1,65 (8038) 0,00 (9101)	0,00 (9093)	0,00 6412 8038 ---
222	Sapólio líquido 300ml	UN	SANY		8,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	2,25 (8038) 0,00 (9101)	0,00 (9093)	0,00 8038 6412 ---
223	Shampoo infantil neutro de 400ml	UN	JOHNSONS		17,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (9093)	0,00 8038 ---
225	Talco infantil com 200g, dermatologicamente testado.	UN	JOHNSONS		13,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (9093)	0,00 8038 ---
226	Tira manchas líquido s/ cloro, p/ tecido, emb. c/ 500 ml.	UN	VANISCH		10,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (6412) 0,00 (9101)	10,00 (9093)	0,00 8038 9093 ---
227	Veneno granulado p/ ratos a base de Brodifacoum emb. c/ 25g	PCT	KLERAT / TEC		4,90	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (9093)	0,00 8038 ---
228	Veneno granulado para baratas 25g	PCT	VENENOX / B		2,50	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (9093)	0,00 8038 ---
230	Balde 12 lt de plástico resistente, com alça	UN	ARQPLAST		22,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	19,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (9093)	0,00 8038 6412 ---
231	Balde 8lts, plástico resistente, cabo de metal	UN	ARQPLAST		15,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	9,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (9093)	0,00 8038 6412 ---

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Página: 20/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
REGISTRO Nº 5/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016
PROCESSO Nº 61/2016
Data de Abertura: 30/11/2016
Data de Julgamento: 30/11/2016
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais, produtos e equipamentos de informática, expediente, pedagógicos, consumo e limpeza

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1º	2º	3º
232	Borrifador/pulverizador de água, capacidade de 500ml	UN	BETANIN / GL		15,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	---
234	Disco LUSTRADOR/POLIDOR para enceradeira industrial 400mm	UN	BETANIM		38,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (8038)	38,00 (9093)	---
235	Engate rápido, em plástico, para mangueira de 1/2 polegada.	UN	TRAMONTINI/		9,50	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	---
236	Escova para lavar roupas, base oval, em madeira	UN	ODIN / COND		4,50	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	---
237	Escova para vaso sanitário, com suporte.	UN	SANY PLIN		12,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	---
238	Escova plástica para lavar roupas tamanho aproximado de 12cm	UN	BETANIN / CC		5,20	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	---
239	Esguicho c/ engate rápido, mangueira de 1/2 polegada	UN	TRAMONTINI/		25,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	---
240	Espunja de Aço Inoxidável c/ 10g	UN	BRILHO INOX		3,90	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	---
241	Espunja de lã de aço c/ 8und de 60gr	PCT	ASSOLAN / B		3,50	0,00 %	1,45 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	---
242	Espunja de lavar louça com 3 und	PCT	SCOT BRITE		4,50	0,00 %	4,35 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	6412
243	Hastes flexíveis de polipropileno "COTONETES" caixa c/ 75un	CX	JOHNSONS		4,50	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	---

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Página: 21/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016
Data de Abertura: 30/11/2016

REGISTRO Nº 5/2017
PROCESSO Nº 61/2016
Data de Julgamento: 30/11/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais, produtos e equipamentos de informática, expediente, pedagógicos, consumo e limpeza

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1º	2º	3º
244	Lixa para fogão grão 100. Folhas de 225mm x 275mm	UN	3M / BOSCH		2,30	0,00 %	1,30(6237) 0,00(9094)	2,00(6412) 0,00(9101)	0,00(7750) 0,00(9230)	0,00(8038) 0,00(9093)	0,00 8038 6237 6412
246	Lixeira plástica em polipropileno, reforçado, com tampa 10l	UN	PLASVALI / TI		33,00	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094)	22,90(6412) 0,00(9101)	0,00(7750) 0,00(9230)	0,00(9093)	0,00 8038 6412 ---
247	Lixeira plástica em polipropileno, reforçado, com tampa 24l	UN	PLASVALE / T		65,00	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094)	39,00(6412) 0,00(9101)	0,00(7750) 0,00(9230)	0,00(8038) 0,00(9093)	0,00 8038 6412 ---
248	Lixeira plástica em polipropileno, tipo cesto c/ cap. 10lt	UN	PLASVALE / T		9,80	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094)	8,00(6412) 0,00(9101)	0,00(7750) 0,00(9230)	0,00(9093)	0,00 8038 6412 ---
249	Mangueira de jardim 1/2 com 30m, com três camadas	UN	IBIRA / TRAM		98,50	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094)	0,00(6412) 0,00(9101)	0,00(7750) 0,00(9230)	0,00(8038) 0,00(9093)	0,00 8038 --- ---
250	Mangueira de jardim com três camadas	M	IBIRA / TRAM		3,50	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094)	0,00(6412) 0,00(9101)	0,00(7750) 0,00(9230)	0,00(9093)	0,00 8038 --- ---
251	Mata mosca de plástico med. Aprox. 44.5x8x1 cm	UN	Plasvale		7,50	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094)	4,50(6412) 0,00(9101)	0,00(7750) 0,00(9230)	0,00(8038) 0,00(9093)	0,00 6412 8038 ---
252	Pá em polipropileno p/ recolher lixo, c/ cabo de 70 a 90cm.	UN	SENDOR		15,00	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094)	0,00(6412) 0,00(9101)	0,00(7750) 0,00(9230)	0,00(9093)	0,00 8038 --- ---
253	Pá para recolher lixo	UN	SENDOR / INI		8,50	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094)	4,50(6412) 0,00(9101)	0,00(7750) 0,00(9230)	0,00(8038) 0,00(9093)	0,00 8038 6412 ---
254	Palito de dente roloço, caixa com 200 unidades	CX	PARANA / GA		1,95	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094)	0,00(6412) 0,00(9101)	0,00(7750) 0,00(9230)	0,00(9093)	0,00 8038 --- ---
255	Pano branco para chão, tipo saco, medida aprox: 60x80cm	UN	APUCARANA		8,95	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094)	3,65(6412) 0,00(9101)	0,00(7750) 0,00(9230)	0,00(8038) 0,00(9093)	0,00 8038 6412 ---

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Página: 22/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016

Data de Abertura: 30/11/2016

REGISTRO Nº 5/2017

PROCESSO Nº 61/2016

Data de Julgamento: 30/11/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais, produtos e equipamentos de informática, expediente, pedagógicos, consumo e limpeza

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1º	2º	3º
256	Pano de prato branco, com barra, dimensões aprox de 76x49cm.	UN	APUCARANA		5,85	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	5,60 (8038)	0,00 (9093)	0,00 8038 ---
257	Pano para limpeza em flanela, com aprox. 38x58cm, laranja	UN	MARTINS		5,75	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	1,70 (8038)	0,00 (9093)	0,00 8038 ---
258	Papel laminado reciclável, rolo com 7,5m x 45 cm	UN	Wida		5,10	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 6412 ---
259	Prendedor de roupas de madeira com 12und.	PCT	GINA / CRIST.		2,55	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	1,90 (8038)	0,00 (9093)	0,00 8038 6412 ---
260	Ratoeira zincada, medindo aproximadamente 11,5x7x2cm (CxPxA)	UN	DAREX		9,85	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	9,80 (8038)	0,00 (9093)	0,00 8038 ---
261	Refl mop parede (pó) 40x12cm	UN	BETANIN		35,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	26,00 (8038)	35,00 (9093)	0,00 8038 9093 ---
264	Rodo com cabo de madeira 40cm	UN	STAR / SEND		15,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	6,25 (8038)	14,00 (9093)	0,00 8038 6412 9093
265	Rodo com cabo de madeira com lâmina de borracha 60cm	UN	STAR / SEND		42,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	14,00 (8038)	40,00 (9093)	0,00 8038 9093 ---
266	Rodo de espuma, aprox. 260x70mm c/ alt. da espuma de 50mm.	UN	SENDOR		23,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	7,30 (8038)	22,00 (9093)	0,00 8038 9093 ---
267	Saboneteira para sabonete líquido c/ até 800ml	UN	PREMISSE		35,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	17,00 (8038)	35,00 (9093)	0,00 8038 6412 9093
269	Saco para lixo, AMARELO, capacidade 100lts embalagem 100und	Rolo	EREPLAST / I		75,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	34,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 8038 ---

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Página: 23/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016
Data de Abertura: 30/11/2016

REGISTRO Nº 5/2017
PROCESSO Nº 61/2016
Data de Julgamento: 30/11/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais, produtos e equipamentos de informática, expediente, pedagógicos, consumo e limpeza

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1º	2º	3º
270	Saco para lixo, AZUL, capacidade 100lts embalagem com 100und	Rolo	EREPLAST / I		55,00	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094) 47,00 (6412) 0,00 (9101) <u>34,00 (8038)</u>	0,00 (7750) 0,00 (9230) 55,00 (9093)	0,00 8038	6412 9093	
271	Saco de lixo em polietileno de 15 lt com 100und	Rolo	EREPLAST / I		17,00	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094) 0,00 (6412) 0,00 (9101) <u>6,25 (8038)</u>	0,00 (7750) 0,00 (9230) 14,00 (9093)	0,00 8038	9093 ---	
272	Saco de lixo em polietileno 30lt com 100und	Rolo	BOM DE MAIS		19,00	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094) 18,00 (6412) 0,00 (9101) <u>9,90 (8038)</u>	0,00 (7750) 0,00 (9230) <u>9,80 (9093)</u>	0,00 9093	8038 6412	
273	Saco de lixo de polietileno de 50 litros com 100und	Rolo	BOM DE MAIS		23,00	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094) 23,00 (6412) 0,00 (9101) 17,50 (8038)	0,00 (7750) 0,00 (9230) <u>9,80 (9093)</u>	0,00 9093	8038 6412	
274	Saco para lixo, cor PRETO, cap.e no mínimo 100 lts, 100und	Rolo	BOM DE MAIS		55,00	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094) 47,00 (6412) 0,00 (9101) <u>22,50 (8038)</u>	0,00 (7750) 0,00 (9230) <u>21,00 (9093)</u>	0,00 9093	8038 6412	
275	Saco para lixo, VERMELHO, capacidade 100lts embd. com 100und	Rolo	EREPLAST / I		75,00	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094) 0,00 (6412) 0,00 (9101) <u>34,00 (8038)</u>	0,00 (7750) 0,00 (9230) 0,00 (9093)	0,00 8038	--- ---	
276	Suporte dispenser para copos de água 180 ml.	UN	JSN / EMBRA		36,00	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094) 0,00 (6412) 0,00 (9101) <u>20,00 (8038)</u>	0,00 (7750) 0,00 (9230) 0,00 (9093)	0,00 8038	--- ---	
277	Suporte dispenser para papel higiênico rolo 300/600 mts	UN	PREMISSE		32,00	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094) 32,00 (6412) 0,00 (9101) <u>19,00 (8038)</u>	0,00 (7750) 0,00 (9230) 0,00 (9093)	0,00 8038	6412 ---	
278	Suporte dispenser de papel toalha interfolhas 2 ou 3 dobras	UN	PREMISSE		31,00	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094) 0,00 (6412) 0,00 (9101) <u>19,50 (8038)</u>	0,00 (7750) 0,00 (9230) 31,00 (9093)	0,00 8038	9093 ---	
279	Suporte/Armação para Mop parede (pó) em plástico, 40x13cm	UN	BETANIN		31,50	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094) 0,00 (6412) 0,00 (9101) <u>30,50 (8038)</u>	0,00 (7750) 0,00 (9230) 31,50 (9093)	0,00 8038	9093 ---	
280	Tapete emborrachado vulcanizado a quente 1,15mx50cm	UN	3M		249,50	0,00 %	0,00(6237) 0,00(9094) <u>240,00 (6412)</u> 0,00 (9101) 0,00 (8038)	0,00 (7750) 0,00 (9230) 0,00 (9093)	0,00 6412	--- ---	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Página: 24/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016
Data de Abertura: 30/11/2016

REGISTRO Nº 5/2017
PROCESSO Nº 61/2016
Data de Julgamento: 30/11/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais, produtos e equipamentos de informática, expediente, pedagógicos, consumo e limpeza

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)			Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
							120,00 (6412)	0,00 (7750)	0,00 (8038)		1º	2º	3º
281	Tapete emborrachado vulcanizado a quente 65mx50cm	UN	3M		120,00	0,00 %	0,00 (6237)	0,00 (7750)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00	6412	--
							0,00 (9094)	0,00 (9230)					--
282	Toalha de banho cores claras c/ tira de canhamo, 0,70x1,40m	UN	ATLANTICA		28,90	0,00 %	0,00 (6237)	0,00 (7750)	17,50 (8038)	0,00 (9093)	0,00	8038	--
							0,00 (9094)	0,00 (9230)					--
283	Toalha de banho cores claras medindo no mínimo 0,70x1,40m	UN	ATLANTICA		26,00	0,00 %	0,00 (6237)	0,00 (7750)	17,50 (8038)	0,00 (9093)	0,00	8038	--
							0,00 (9094)	0,00 (9230)					--
284	Toalha de banho cores escuras, medindo no mínimo 0,70x1,40m	UN	ATLANTICA		26,00	0,00 %	0,00 (6237)	0,00 (7750)	17,50 (8038)	0,00 (9093)	0,00	8038	--
							0,00 (9094)	0,00 (9230)					--
285	Toalha de banho simples (para chão), med. no mín. 0,70x1,00m	UN	FLABON		13,50	0,00 %	4,69 (6237)	0,00 (7750)	4,60 (8038)	0,00 (9093)	0,00	8038	6237
							0,00 (9094)	0,00 (9230)					--
286	Toalha de boca para bebê medindo aprox. 45x50cm	UN	ATLANTICA		9,90	0,00 %	0,00 (6237)	0,00 (7750)	2,95 (8038)	0,00 (9093)	0,00	8038	--
							0,00 (9094)	0,00 (9230)					--
287	Toalha de rosto claras, medindo no mínimo 50x80cm.	UN	ATLANTICA /		12,00	0,00 %	4,98 (6237)	0,00 (7750)	4,95 (8038)	0,00 (9093)	0,00	8038	6237
							0,00 (9094)	0,00 (9230)					--
288	Toalha de rosto escuras, medindo no mínimo 50x80cm.	UN	ATLANTICA /		12,00	0,00 %	0,00 (6237)	0,00 (7750)	5,50 (8038)	0,00 (9093)	0,00	8038	--
							0,00 (9094)	0,00 (9230)					--
289	Toalhas higienicas p/ bebês medindo aprox 23 cm x 36	UN	ATLANTICA		4,00	0,00 %	0,00 (6237)	0,00 (7750)	2,95 (8038)	0,00 (9093)	0,00	8038	--
							0,00 (9094)	0,00 (9230)					--
290	Touca descartável c/ elástico, confec. em TNT c/ 100 und	PCT	PREVEMAX		15,00	0,00 %	0,00 (6237)	0,00 (7750)	7,50 (8038)	0,00 (9093)	0,00	8038	--
							0,00 (9094)	0,00 (9230)					--
291	Vassoura de palha de sorgo c/ no mín 40cm de leque, c/ cabo.	UN	COLONIAL		27,00	0,00 %	12,90 (6237)	0,00 (7750)	20,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00	6237	6412 8038
							0,00 (9094)	0,00 (9230)					--

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016
Data de Abertura: 30/11/2016

REGISTRO Nº 5/2017
PROCESSO Nº 61/2016
Data de Julgamento: 30/11/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais, produtos e equipamentos de informática, expediente, pedagógicos, consumo e limpeza

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)			Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
							1º	2º	3º		1º	2º	3º
292	Vassoura de nylon com cabo com aprox. 1,20m	UN	NILO PLUS / B		18,00	0,00 %	8,75 (6237) 0,00 (9094)	12,50 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00	8038	6237 6412
293	Apagador para quadro branco/magnético	UN	FABER		17,95	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	9,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 9,99 (9230)	0,00 (9093)	0,00	9230	6412 8038
294	Apontador de plástico c/ depósito/lixeria removível.	UN	FABER CAST		6,10	0,00 %	0,00 (6237) 4,30 (9094)	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 3,72 (9230)	0,00 (9093)	0,00	8038	9230 9094
295	BATERIA NB-6LH (para máquina fotográfica).	UN	CANON		125,50	0,00 %	0,00 (6237) 120,00 (9094)	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00	9094	--- ---
296	Bateria/pilha, Alcalina 9V - 250 mAh - recarregável.	UN	ELGIN		42,50	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	35,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 22,86 (9230)	0,00 (9093)	0,00	9230	8038 6412
297	Bloco de recado auto adesivo 50x38mm, c/ 04 PCT blocos c/ 100fls		NOTE		13,00	0,00 %	0,00 (6237) 4,00 (9094)	10,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 2,41 (9230)	0,00 (9093)	0,00	9230	9094 6412
298	Bloco de recado auto adesivo, tamanho 76x102mm, c/100fls	UN	NOTE		12,00	0,00 %	0,00 (6237) 4,50 (9094)	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 2,35 (9230)	0,00 (9093)	0,00	9230	8038 9094
299	Bobina Para Calculadora papel off-set 57MM X 30M cx com 30	CX	Regispe		60,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	33,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 42,72 (9230)	0,00 (9093)	0,00	6412	8038 9230
300	Borracha branca protegida por capa plástica removível.	UN	FABER / MER		40,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	2,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 1,06 (9230)	0,00 (9093)	0,00	8038	9230 6412
301	Caderno capa dura, grande, 96 folhas c/ espiral.	UN	PANAMERIC/		12,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	4,50 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 4,20 (9230)	0,00 (9093)	0,00	8038	9230 6412
302	Caderno grande 1 matéria, capa flexível, c espiral, 96fls	UN	PANAMERIC/		10,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	3,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 3,10 (9230)	0,00 (9093)	0,00	8038	6412 9230

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº**PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016****Data de Abertura: 30/11/2016****REGISTRO Nº 5/2017****PROCESSO Nº 61/2016****Data de Julgamento: 30/11/2016****Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais, produtos e equipamentos de informática, expediente, pedagógicos, consumo e limpeza

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1º	2º	3º
303	Caixa para arquivo morto polipropileno 35x24x13cm cor Azul	UN	ALAPLAST		5,50	0,00 %	3,50 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 2,40 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 (9093)
304	Calculadora convencional c/ 8 dígitos, + pilha.	UN	MASTER		25,00	0,00 %	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 5,92 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 (9093)
305	Caneta corretiva 8ml	UN	MASTER		16,00	0,00 %	4,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 1,89 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 (9093)
306	Caneta esferográfica tinta azul, corpo plástico transparente	UN	Compactor/bic		1,10	0,00 %	0,36 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,37 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 (9093)
307	Caneta esferográfica tinta preta, em plást. cristal transp.	UN	Compactor/bic		1,10	0,00 %	0,36 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,43 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 (9093)
308	Caneta esferográfica vermelha, em plástico cristal transp.	UN	Compactor/bic		1,10	0,00 %	0,36 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,43 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 (9093)
309	Caneta Hidrocor, compactor colorida, com 12 cores, tampa ven	CX	ACRILEX / FA		20,00	0,00 %	5,95 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 5,94 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 (9093)
310	CD Virgem	UN	ELGIN		1,20	0,00 %	1,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,73 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 (9093)
311	Clips 2/0 caixa com 500 unidades	CX	BACCHI		18,00	0,00 %	16,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 11,40 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 (9093)
312	Clips 3/0 caixa com 500 unidades	CX	BACCHI		18,00	0,00 %	15,50 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 11,40 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 (9093)
313	Clips 6/0 caixa com 212 unidades	CX	BACCHI		18,00	0,00 %	14,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 11,40 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 (9093)

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Página: 27/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016
Data de Abertura: 30/11/2016
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais, produtos e equipamentos de informática, expediente, pedagógicos, consumo e limpeza

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)			Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
							1º	2º	3º		1º	2º	3º
314	Clips 8/0 caixa com 25 unidades	CX	BACCHI		15,00	0,00 %	0,00 (6237) 13,00 (9094)	0,00 (7750) 2,20 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00	9230	6412 9094
315	Clips coloridos de metal 2/0 com 100 unidades	CX	BACCHI		12,00	0,00 %	0,00 (6237) 11,00 (9094)	0,00 (7750) 3,10 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00	9230	6412 9094
316	Cola branca escolar, tubo com 110 gramas ou mais.	UN	Tenaz		7,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 3,02 (9230)	3,95 (8038)	0,00 (9093)	0,00	6412	9230 8038
317	Cola bastão a base de polímeros sintético em água, 8 a 10gr.	UN	Acrilex		5,00	0,00 %	0,00 (6237) 3,90 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	1,73 (8038)	0,00 (9093)	0,00	6412	8038 9094
318	Corretivo líquido, a base de água, atóxico, inodoro, c/ 18ml	UN	ACRILEX / FA		5,00	0,00 %	0,00 (6237) 3,90 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	1,45 (8038)	0,00 (9093)	0,00	8038	6412 9094
319	DVD Virgem, gravável	UN	ELGIN		1,70	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,73 (9230)	0,95 (8038)	0,00 (9093)	0,00	9230	8038 6412
320	Envelope em papel 75gr bco, p/ CD e DVD, c/ visor, 125x125mm	UN	FORONI		0,30	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,10 (9230)	0,12 (8038)	0,00 (9093)	0,00	9230	8038 6412
321	Envelopes, cor branca, - 114 x 162 mm - 75gr.	UN	FORONI		0,30	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,06 (9230)	0,10 (8038)	0,00 (9093)	0,00	9230	8038 6412
322	Extrator de grampo tipo espátula, confecem metal inoxidável.	UN	Carbrink		10,00	0,00 %	0,00 (6237) 2,50 (9094)	0,00 (7750) 1,10 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00	6412	9230 9094
323	Fita adesiva de empacot de papel kraf liso rolo c/ 50mmx50m.	3M			45,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 31,10 (9230)	31,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00	8038	9230 6412
324	Fita adesiva dupla face transp. 19mmx2m. Massa ades acrílico	Rolo 3M			20,00	0,00 %	0,00 (6237) 11,00 (9094)	0,00 (7750) 10,90 (9230)	15,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00	9230	9094 8038

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Página: 28/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016
REGISTRO Nº 5/2017
PROCESSO Nº 61/2016
Data de Abertura: 30/11/2016
Data de Julgamento: 30/11/2016
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais, produtos e equipamentos de informática, expediente, pedagógicos, consumo e limpeza

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1º	2º	3º
325	Fita adesiva dupla face em papel 1,8cmx30m	Rolo	3M		15,00	0,00 %	8,35 (6412) 0,00 (9101) 0,00 (9094) 8,90 (8038) 8,30 (9230)	0,00 (9093)	0,00 9230	6412	8038
326	Fita adesiva transparente (larga) 45mmx50m	Rolo	3M		5,00	0,00 %	3,00 (6412) 0,00 (9101) 0,00 (6237) 0,00 (9094) 2,95 (8038) 3,43 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038	6412	9230
327	Fita adesiva transparente tipo durex, tamanho 12mmx50m	Rolo	3M		3,30	0,00 %	1,25 (6412) 0,00 (9101) 0,00 (6237) 0,00 (9094) 1,86 (8038) 1,20 (9230)	0,00 (9093)	0,00 9230	6412	8038
328	Fita crepe branca 19mmx50m.	Rolo	EUROCELL		5,00	0,00 %	3,30 (6412) 0,00 (9101) 0,00 (6237) 3,90 (9094) 0,00 (8038) 2,80 (9230)	0,00 (9093)	0,00 9230	6412	9094
329	Grampeador em metal capacidade mínima 25 fls. 10 a 13 cm.	UN	JOCAR		25,00	0,00 %	17,00 (6412) 0,00 (9101) 0,00 (6237) 22,00 (9094) 0,00 (8038) 9,71 (9230)	0,00 (9093)	0,00 9230	6412	9094
330	Grampeador em metal com capacidade mínima p/ 45 folhas.	UN	Helios Carbex		65,00	0,00 %	50,00 (6412) 0,00 (9101) 0,00 (6237) 51,50 (9094) 0,00 (8038) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 6412	9094	8038
331	Grampo 106/6 com 2500und (grampeador de madeira).	CX	ACC		20,00	0,00 %	5,99 (6412) 0,00 (9101) 0,00 (6237) 0,00 (9094) 6,55 (8038) 6,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 6412	9230	8038
332	Grampo p/ grampeador 23/13, metálico galvanizado c/ 1000 und	CX	ACC		5,00	0,00 %	4,45 (6412) 0,00 (9101) 0,00 (6237) 5,00 (9094) 0,00 (8038) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 6412	9094	---
333	Grampo p/ grampeador 26/6, metálico galvanizado c/ 5000 und	CX	ACC		15,00	0,00 %	4,70 (6412) 0,00 (9101) 0,00 (6237) 0,00 (9094) 6,10 (8038) 4,74 (9230)	0,00 (9093)	0,00 6412	9230	8038
334	Grampo p/ grampeador 26/8, metálico galvanizado c/ 5000 und	CX	BACCHI		15,00	0,00 %	5,89 (6412) 0,00 (9101) 0,00 (6237) 0,00 (9094) 9,35 (8038) 5,85 (9230)	0,00 (9093)	0,00 9230	6412	8038
335	Grampo trilho plástico bco 19,5cm, cap. mín. 200fls.	PCT	DELLO		20,00	0,00 %	6,35 (6412) 0,00 (9101) 0,00 (6237) 0,00 (9094) 9,30 (8038) 5,30 (9230)	0,00 (9093)	0,00 9230	6412	8038

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Página: 29/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016
Data de Abertura: 30/11/2016

REGISTRO Nº 5/2017
PROCESSO Nº 61/2016
Data de Julgamento: 30/11/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais, produtos e equipamentos de informática, expediente, pedagógicos, consumo e limpeza

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1º	2º	3º
336	Grampo trilha plástico branco, c/ 50und. p/ 600fils 75gr.	PCT	DELO		20,00	0,00 %	16,00 (6412) 0,00 (9101) 11,20 (9230)	0,00 (7750) 0,00 (9094) 15,70 (8038)	0,00 (9093)	0,00 9230 8038	6412
337	Kit para limpeza de Monitor LCD	Kit	HARDLINE		15,00	0,00 %	0,00 (6412) 0,00 (9101) 14,99 (9230)	0,00 (7750) 9,90 (9094) 0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 9094 9230	---
338	Lápis de cor com 12 unidades, tam. aprox. 17,5cm.	CX	FABER / BIC		18,00	0,00 %	6,95 (6412) 0,00 (9101) 6,90 (8038)	0,00 (7750) 9,90 (9094) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038 6412	9094
339	Lápis preto 2B de escrever sextavado, c/ aprox. 17,5 cm.	UN	MASTERPRIN		1,00	0,00 %	0,40 (6412) 0,00 (9101) 0,35 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230) 0,00 (9093)	0,00 (9093)	0,00 9094 6412	8038
340	Lápis técnico preto, 6B.	UN	FABER / MER		3,80	0,00 %	1,90 (6412) 0,00 (9101) 1,15 (8038)	0,00 (7750) 0,00 (9230) 0,00 (9093)	0,00 (9093)	0,00 8038 6412	9094
341	Livro ATA, capa dura (preto), c/ 100 fls. brancas, numeradas	UN	São Domingo:		18,00	0,00 %	10,00 (6412) 0,00 (9101) 11,87 (9230)	0,00 (7750) 0,00 (9094) 11,50 (8038)	0,00 (9093)	0,00 6412 8038	9230
342	Livro ATA, capa dura (preto) 700gr. com 200 folhas pauladas	UN	São Domingo:		25,00	0,00 %	16,00 (6412) 0,00 (9101) 22,92 (9230)	0,00 (7750) 0,00 (9094) 22,92 (9230)	0,00 (9093)	0,00 6412 8038	9230
343	Livro ponto com 100 folhas	UN	São Domingo:		20,00	0,00 %	13,40 (6412) 0,00 (9101) 18,00 (8038)	0,00 (7750) 0,00 (9230) 18,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00 6412 9094	8038
344	Marcaador de texto, caneta marca texto c/ linha fluorescente.	UN	MASTERPRIN		3,10	0,00 %	0,80 (6412) 0,00 (9101) 0,78 (9230)	0,00 (7750) 0,00 (9094) 0,78 (9230)	0,00 (9093)	0,00 9230 6412	8038
345	Marcaador de texto, caneta marca texto em gel 13,5 cm	UN	FABER CAST		7,40	0,00 %	0,00 (6412) 0,00 (9101) 6,50 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9230) 6,50 (9094)	0,00 (9093)	0,00 8038 9094	---
346	Marcaador para CD/DVD, caneta c/ ponta 1mm	UN	FABER/PILOT		8,00	0,00 %	0,00 (6412) 0,00 (9101) 4,45 (8038)	0,00 (7750) 5,82 (9230) 4,45 (8038)	0,00 (9093)	0,00 9094 8038	9230

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Página: 30/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016
Data de Abertura: 30/11/2016

REGISTRO Nº 5/2017
PROCESSO Nº 61/2016
Data de Julgamento: 30/11/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais, produtos e equipamentos de informática, expediente, pedagógicos, consumo e limpeza

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)			Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
							1º	2º	3º		1º	2º	3º
347	Marcaador para quadro branco cartucho de 5.5 ml	UN	PILOT		9,50	0,00 %	0,00 (6237) <u>6,90</u> (9094)	7,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00	9094	6412 8038
348	Mouse pad ergonômico com apoio de punho em gel	UN	PISC		30,00	0,00 %	0,00 (6237) 17,10 (9094)	25,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) <u>17,00</u> (9230)	0,00 (9093)	0,00	9230	9094 6412
349	Organizador de mesa (porta caneta), em acrílico, 22x08cm	UN	WALEU		20,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	9,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) <u>5,22</u> (9230)	0,00 (9093)	0,00	9230	8038 6412
350	Pacote cartão ponto com 100 und.	PCT	SD		20,00	0,00 %	0,00 (6237) 20,00 (9094)	6,70 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) <u>6,60</u> (9230)	0,00 (9093)	0,00	9230	6412 8038
351	Papel almaço branco, com pauta, pcte com 10 unidades.	PCT	JANDAIA		6,00	0,00 %	0,00 (6237) 6,00 (9094)	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 1,12 (9230)	0,00 (9093)	0,00	8038	9230 9094
352	Papel liso 120g/m², caixa com 50lts tamanho A4. Cores divers	PCT	Off Paper		20,00	0,00 %	0,00 (6237) 19,00 (9094)	<u>9,00</u> (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00	6412	9094 ---
353	Papel liso 180g/m², caixa com 50lts tamanho A4. Cores divers	PCT	Off Paper		22,00	0,00 %	0,00 (6237) 21,00 (9094)	<u>9,80</u> (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 9,90 (9230)	0,00 (9093)	0,00	6412	9230 9094
354	Papel tipo A4 multiuso 75gr, 500 folhas brancas alcalinas.	PCT	Nobily		25,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	<u>15,85</u> (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 15,90 (9230)	0,00 (9093)	0,00	6412	9230 8038
355	Pasta A-Z ofício larga executiva de 1º qualidade, preta	UN	CHIES		25,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	14,50 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) <u>10,30</u> (9230)	0,00 (9093)	0,00	9230	8038 6412
356	Pasta A-Z ofício larga executiva de 1º qualidade, Vermelha	UN	CHIES		25,00	0,00 %	0,00 (6237) 0,00 (9094)	15,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) <u>10,30</u> (9230)	0,00 (9093)	0,00	9230	8038 6412
357	Pasta Catálogo A4, 227x307mm, preta, em PVC, visor de identi	UN	ACP		30,00	0,00 %	0,00 (6237) 16,00 (9094)	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 9,40 (9230)	0,00 (9093)	0,00	8038	9230 9094

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Página: 31/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016
Data de Abertura: 30/11/2016

REGISTRO Nº 5/2017
PROCESSO Nº 61/2016
Data de Julgamento: 30/11/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais, produtos e equipamentos de informática, expediente, pedagógicos, consumo e limpeza

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)			Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
							1º	2º	3º		1º	2º	3º
358	Pasta classificadora tam 345x235mm pacote com 10und, 480g	PCT	Dello		48,00	0,00 %	33,45 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 34,60 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00	6412	9094 9230
359	Pasta de plástico com elástico tamanho 233x348mm	UN	ALAPLAST / \		4,00	0,00 %	1,60 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 1,13 (9230)	1,10 (8038)	0,00 (9093)	0,00	8038	9230 6412
360	Pasta de plástico escolar tamanho 233x348x40mm	UN	ALAPLAST / \		6,00	0,00 %	3,95 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 2,37 (9230)	1,90 (8038)	0,00 (9093)	0,00	8038	9230 6412
361	Pasta suspensa marmorizada com no mín 305g	UN	Dello/ TN		4,50	0,00 %	2,45 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	3,30 (8038)	0,00 (9093)	0,00	6412	9094 8038
362	Pasta formulário contínuo 80/132 colunas Horizontal, marmori	UN	DELLO		5,50	0,00 %	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 5,45 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00	9230	9094 ---
363	Percevejo Latonado, cabeça Redonda caixa com 100und	CX	BRW		4,50	0,00 %	2,50 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 1,27 (9230)	1,70 (8038)	0,00 (9093)	0,00	9230	8038 6412
364	Perfurador em metal 2 furos capacidade para até 50 folhas.	UN	Like / Cis		70,00	0,00 %	38,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 65,94 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00	6412	9094 9230
365	Pilha AAA alcalina, tensão nominal 1,5 V, emb. com 2und.	PCT	PHILIPS/PAN.		9,00	0,00 %	5,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	4,85 (8038)	0,00 (9093)	0,00	9094	8038 6412
366	Pilha alcalina AA, tensão nominal 1,5 V, emb. com 4und.	PCT	RAYOVAC		12,00	0,00 %	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 5,10 (9230)	8,50 (8038)	0,00 (9093)	0,00	9230	9094 8038
367	Pilha alcalina média C, 1,5V, cartela com 02 und.	PCT	PHILIPS/PAN.		13,50	0,00 %	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 12,71 (9230)	0,00 (8038)	0,00 (9093)	0,00	9094	9230 ---
368	Pilha CR 2032 - 3V	UN	ELGIN / SON*		2,00	0,00 %	2,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	1,20 (8038)	0,00 (9093)	0,00	8038	6412 9094

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016
Data de Abertura: 30/11/2016

REGISTRO Nº 5/2017
PROCESSO Nº 61/2016
Data de Julgamento: 30/11/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais, produtos e equipamentos de informática, expediente, pedagógicos, consumo e limpeza

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)			Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
							1,00 (6412)	0,00 (7750)	0,00 (9093)		1º	2º	3º
369	Pilha LR1130 - 1,5v	UN	ELGIN / SON'		1,50	0,00 %	0,00 (6237)	0,00 (7750)	0,00 (9093)	0,00 (9093)	0,00	8038	6412 9094
							1,50 (9094)	0,00 (9230)					
370	Pilha LR41 - 1,5v	UN	ELGIN / SON'		1,30	0,00 %	0,00 (6237)	0,00 (7750)	0,00 (9093)	0,00 (9093)	0,00	8038	6412 9094
							1,30 (9094)	0,00 (9230)					
371	Pilha palito AAA 1,5V - embalagem com 4 pilhas	PCT	PANASSONIC		8,00	0,00 %	0,00 (6237)	0,00 (7750)	0,00 (9093)	0,00 (9093)	0,00	8038	6412 9094
							8,00 (9094)	0,00 (9230)					
372	Pilha recarregável, AA, capacidade mínima:2500mAh	PCT	ELGIN/MULTI		25,00	0,00 %	0,00 (6237)	0,00 (7750)	0,00 (9093)	0,00 (9093)	0,00	9094	9230 8038
							16,50 (9094)	16,90 (9230)					
373	Pilha recarregável, AAA, capacidade mínima:900mAh	PCT	ELGIN/PHILIF		20,00	0,00 %	0,00 (6237)	0,00 (7750)	0,00 (9093)	0,00 (9093)	0,00	9094	9230 ---
							13,20 (9094)	13,44 (9230)					
374	Pincel atomico azul	UN	Faber		5,50	0,00 %	0,00 (6237)	0,00 (7750)	0,00 (9093)	0,00 (9093)	0,00	6412	8038 9094
							3,40 (9094)	0,00 (9230)					
375	Pincel atomico preto	UN	Faber		5,50	0,00 %	0,00 (6237)	0,00 (7750)	0,00 (9093)	0,00 (9093)	0,00	6412	8038 9094
							3,40 (9094)	0,00 (9230)					
376	Pincel atomico vermelho	UN	faber		5,50	0,00 %	0,00 (6237)	0,00 (7750)	0,00 (9093)	0,00 (9093)	0,00	6412	8038 9094
							3,40 (9094)	0,00 (9230)					
377	Plastico transparente p/ pasta catálogo A4 227x307mm, c/10un	PCT	Deo		7,50	0,00 %	0,00 (6237)	0,00 (7750)	0,00 (9093)	0,00 (9093)	0,00	6412	8038 9094
							6,00 (9094)	0,00 (9230)					
378	Prancheta transp. em acrílico, c/ prend. metálico, 34x24cm	UN	WALEU		20,00	0,00 %	0,00 (6237)	0,00 (7750)	0,00 (9093)	0,00 (9093)	0,00	9230	6412 9094
							13,00 (9094)	7,94 (9230)					
379	Prendedor de papel tipo grampomol com 12und. medindo 32mm	CX	BRW		25,00	0,00 %	0,00 (6237)	0,00 (7750)	0,00 (9093)	0,00 (9093)	0,00	9230	8038 9094
							8,00 (9094)	4,10 (9230)					

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Página: 33/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016
REGISTRO Nº 5/2017
PROCESSO Nº 61/2016
Data de Abertura: 30/11/2016
Data de Julgamento: 30/11/2016
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais, produtos e equipamentos de informática, expediente, pedagógicos, consumo e limpeza

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1°	2°	3°
380	Prendedor de papel tipo grampomol, corpo medindo 40 mm.	CX	BRW		30,00	0,00 %	6,20 (6412) 0,00 (9101) 0,00 (9094) 6,10 (9230)	0,00 (7750) 0,00 (9093)	0,00 9230	6412	8038
381	Prendedor de papel tipo grampomol com 12und, medindo 51mm	CX	BRW		35,00	0,00 %	15,00 (6412) 0,00 (9101) 0,00 (6237) 10,35 (9230)	0,00 (7750) 0,00 (9093)	0,00 9230	6412	8038
383	Régua de alumínio 30cm	UN	Waleu		8,00	0,00 %	3,50 (6412) 0,00 (9101) 0,00 (6237) 3,90 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9093)	0,00 6412	8038	9094
384	Régua de madeira grande 1 metro	UN	SOUZA		18,00	0,00 %	16,00 (6412) 0,00 (9101) 0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9093)	0,00 8038	6412	---
385	Régua plástica em acrílico transp. c/ 30cm de comprimento.	UN	Waleu		2,50	0,00 %	1,45 (6412) 0,00 (9101) 0,00 (6237) 2,30 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9093)	0,00 6412	8038	9094
386	Relógio de parede em formato circular, diâmetro mínimo 21cm	UN	BELLS		50,00	0,00 %	22,00 (6412) 0,00 (9101) 0,00 (6237) 22,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9093)	0,00 8038	6412	9094
387	Tesoura com Lâmina em aço inox e 20cm	UN	CLASSE		35,00	0,00 %	0,00 (6412) 0,00 (9101) 0,00 (6237) 23,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9093)	0,00 8038	9230	9094
388	Tesoura pequena s/ ponta, 13cm de comp. Lâmina de 6cm de aço	UN	ACRILEX / ML		10,00	0,00 %	3,25 (6412) 0,00 (9101) 0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9093)	0,00 8038	6412	9230
389	Tinta para carimbo auto entintado, c/ no mínimo 40ml.	UN	Radex		15,00	0,00 %	3,45 (6412) 0,00 (9101) 0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9093)	0,00 6412	9230	8038
390	Umificador de dedos, emb. c/ min. 10g	UN	DEDEX / CEN		6,00	0,00 %	0,00 (6412) 0,00 (9101) 0,00 (6237) 5,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9093)	0,00 8038	9094	---
391	Fita adesiva papel Scotch impermeável. 45mmx50m.	Rolo	3M		50,00	0,00 %	38,90 (6412) 0,00 (9101) 0,00 (6237) 0,00 (9094)	0,00 (7750) 0,00 (9093)	0,00 9230	8038	6412

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Página: 34/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016
Data de Abertura: 30/11/2016
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais, produtos e equipamentos de informática, expediente, pedagógicos, consumo e limpeza

REGISTRO Nº 5/2017
PROCESSO Nº 61/2016
Data de Julgamento: 30/11/2016

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1º	2º	3º
392	Saco de papel Kraft capacidade para 1kg, dimensões 10,5x25x5	PCT	BACARIN		45,00	0,00 %	19,40 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038 6412 9094	
393	Saco de papel Kraft, capacidade para ½ Kg, embalagem com 500	PCT	Bacarin		32,00	0,00 %	14,50 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 6412 8038 9094	
394	Adaptador (benjamim T) de tomada universal com 3 saídas.	UN	ORIGINAL		8,00	0,00 %	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038 ---	
395	Cartucho/Toner para impressora epson XP214, black negro.	UN	EPSON		40,00	0,00 %	39,00 (6412) 36,90 (9101)	0,00 (7750) 31,78 (9230)	0,00 (9093)	0,00 9230 9101 6412	
396	Cartucho/Toner para impressora epson XP214, Amarelo.	UN	EPSON		40,00	0,00 %	39,00 (6412) 36,00 (9101)	0,00 (7750) 31,78 (9230)	0,00 (9093)	0,00 9230 9101 6412	
397	Cartucho/Toner para impressora epson XP214, Magenta.	UN	EPSON		40,00	0,00 %	39,00 (6412) 36,00 (9101)	0,00 (7750) 31,78 (9230)	0,00 (9093)	0,00 9230 9101 6412	
398	Cartucho/Toner para impressora epson XP214, Ciano.	UN	EPSON		40,00	0,00 %	39,00 (6412) 36,00 (9101)	0,00 (7750) 31,78 (9230)	0,00 (9093)	0,00 9230 9101 6412	
399	Cartucho/Toner para impressora Lexmark E240.	UN	Original		205,00	0,00 %	0,00 (6412) 179,70 (9101)	0,00 (7750) 0,00 (9230)	0,00 (9093)	0,00 9101 9094 ---	
400	Grampeador de mesa em metal, c/ cap. mínima p/ 100 folhas.	UN	LYKE / MAXPI		95,00	0,00 %	0,00 (6412) 0,00 (9101)	0,00 (7750) 41,20 (9230)	0,00 (9093)	0,00 8038 9230 9094	

Página: 1/1

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2017****PROCESSO Nº 61/2016**

(6237) - MERCADO POLIANE LTDA

(6412) - TENDENCIA MAT. P/INFORMATICA E ESC. LTDA

(7750) - CPAMI- COOP. DOS PROD. AGROIN. DO MUN. DE IPIRA

(8038) - OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

(9093) - AIRTON SILVA DA MOTTA - ME

(9094) - MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME

(9101) - MAURO MOREIRA LEITE - ME

(9230) - ELMO PAPELARIA EIRELI - ME

Peritiba, 2 de Janeiro de 2017.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PL 62-2016 - PP 36-2016

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°
PREGÃO PRESENCIAL N° 36/2016****Data de Abertura: 15/12/2016****REGISTRO N° 3/2017****PROCESSO N° 62/2016****Data de Julgamento: 15/12/2016****Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de combustíveis, para veículos e máquinas da Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde para o ano de 2017

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1º	2º	3º
1	Gasolina Comum	LT			3,92	0,00 %	0,00(6795) <u>3,98</u> (7646)	0,00 7646	---	---	---
2	Óleo Diesel S-500	LT			3,16	0,00 %	3,22(6795) <u>0,00</u> (7646)	0,00 6795	---	---	---
3	Óleo Diesel S10	LT			3,22	0,00 %	3,35(6795) <u>0,00</u> (7646)	0,00 6795	---	---	---

Página: 1/1

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS N° 3/2017****PROCESSO N° 62/2016**

(6795) - PERITIBA AUTO POSTO LTDA

(7646) - POSTO DE ABASTECIMENTO MARALEX LTDA - EPP

Peritiba, 2 de Janeiro de 2017.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PL 68-2016 - PP 38-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Página: 1/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº**REGISTRO Nº 4/2017****PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016****PROCESSO Nº 68/2016****Data de Abertura: 12/12/2016****Data de Julgamento: 12/12/2016**

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para prestação de serviços de lavação, geometria, balanceamento, conserto, recapagem, recauchutagem e duplagem de pneus dos veículos e máquinas do Município de Peritiba

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1º	2º	3º
1	Lavação completa de Caminhão Caçamba	UN			115,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	82,94 (7646)	74,19 (8289)	0,00 (8502)	0,00 8289 7646 ---
2	Lavação completa Caminhão Pipa	UN			115,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	82,94 (7646)	74,19 (8289)	0,00 (8502)	0,00 8289 7646 ---
3	Lavação completa de Ambulância	UN			45,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	31,67 (7646)	32,37 (8289)	0,00 (8502)	0,00 7646 8289 ---
4	Lavação completa de Ônibus	UN			150,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	109,33 (7646)	107,91 (8289)	0,00 (8502)	0,00 8289 7646 ---
5	Lavação completa de Veículo 5 lugares	UN			35,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	24,88 (7646)	26,98 (8289)	0,00 (8502)	0,00 7646 8289 ---
6	Lavação completa de veículo Doblô	UN			37,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	25,64 (7646)	26,98 (8289)	0,00 (8502)	0,00 7646 8289 ---
7	Lavação completa Máquinas Pesadas	UN			150,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	113,10 (7646)	107,91 (8289)	0,00 (8502)	0,00 8289 7646 ---
8	Lavação completa de Trator Agrícola	UN			55,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	37,70 (7646)	40,47 (8289)	0,00 (8502)	0,00 7646 8289 ---
9	Balanceamento Veículos Leves cada roda	UN	BORRACHAR		8,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	0,00 (7646)	0,00 (8289)	6,00 (8502)	0,00 8502 --- ---
10	Balanceamento Veículos Pesados - cada roda	UN	BORRACHAR		16,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	0,00 (7646)	0,00 (8289)	16,00 (8502)	0,00 8502 --- ---
11	Geometria completa para veículos acima de aro 15	UN	BORRACHAR		40,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	0,00 (7646)	0,00 (8289)	30,00 (8502)	0,00 8502 --- ---

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Página: 2/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016
Data de Abertura: 12/12/2016

REGISTRO Nº 4/2017
PROCESSO Nº 68/2016
Data de Julgamento: 12/12/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para prestação de serviços de lavação, geometria, balanceamento, conserto, recapagem, recauchutagem e duplagem de pneus dos veículos e máquinas do Município de Peritiba

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço		
								1º	2º	3º
12	Geometria completa para veículos até aro 14	UN	BORRACHAF		35,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	0,00 (7258)	0,00 (7646)	0,00 (8289)
								30,00 (8502)	0,00 (8502)	---
13	Conserto/Montagem Pneu Aro 24 25	UN	BORRACHAF		50,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	0,00 (7258)	0,00 (7646)	0,00 (8289)
								50,00 (8502)	0,00 (8502)	---
14	Conserto/Montagem de Pneu Aro 20 (Caminhão e Ônibus)	UN	BORRACHAF		22,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	0,00 (7258)	0,00 (7646)	0,00 (8289)
								22,00 (8502)	0,00 (8502)	---
15	Conserto/Montagem Pneu Aro 16 (Micro Ônibus e Caminhoneta)	UN	BORRACHAF		13,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	0,00 (7258)	0,00 (7646)	0,00 (8289)
								13,00 (8502)	0,00 (8502)	---
16	Conserto e Montagem Pneu Ambulância/Ducato	UN	BORRACHAF		12,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	0,00 (7258)	0,00 (7646)	0,00 (8289)
								12,00 (8502)	0,00 (8502)	---
17	Conserto/montagem pneu carreta de silagem	UN	BORRACHAF		14,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	0,00 (7258)	0,00 (7646)	0,00 (8289)
								14,00 (8502)	0,00 (8502)	---
18	Conserto/Montagem Pneu dianteiro Trator Agrícola	UN	BORRACHAF		35,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	0,00 (7258)	0,00 (7646)	0,00 (8289)
								35,00 (8502)	0,00 (8502)	---
19	Conserto/Montagem Pneu traseiro Trator Agrícola	UN	BORRACHAF		48,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	0,00 (7258)	0,00 (7646)	0,00 (8289)
								48,00 (8502)	0,00 (8502)	---
20	Conserto/Montagem Pneu Veículo 5 lugares	UN	BORRACHAF		9,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	0,00 (7258)	0,00 (7646)	0,00 (8289)
								9,00 (8502)	0,00 (8502)	---
21	Conserto/Montagem pneu dianteiro Retroescavadeira.	UN	BORRACHAF		30,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	0,00 (7258)	0,00 (7646)	0,00 (8289)
								30,00 (8502)	0,00 (8502)	---
22	Conserto pneu aro 24 e 25 c/ deslocamento	UN	BORRACHAF		70,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	0,00 (7258)	0,00 (7646)	0,00 (8289)
								70,00 (8502)	0,00 (8502)	---

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Página: 3/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016
Data de Abertura: 12/12/2016

REGISTRO Nº 4/2017
PROCESSO Nº 68/2016
Data de Julgamento: 12/12/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para prestação de serviços de lavação, geometria, balanceamento, conserto, recapagem, recauchutagem e duplagem de pneus dos veículos e máquinas do Município de Peritiba

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço		
								1º	2º	3º
23	Conserto/Montagem de Pneu aro 20 c/ deslocamento	UN	BORRACHAF		38,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	0,00 (7258)	0,00 (7646)	0,00 (8289)
								38,00 (8502)		
24	Conserto/montagem pneu carreta de silagem. c/ deslocamento.	UN	BORRACHAF		34,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	0,00 (7258)	0,00 (7646)	0,00 (8289)
								34,00 (8502)		
25	Conserto/Montagem Pneu diant Trator Agrícola c/ deslocamento	UN	BORRACHAF		50,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	0,00 (7258)	0,00 (7646)	0,00 (8289)
								50,00 (8502)		
26	Conserto/Montagem Pneu tras Trator Agrícola c/ deslocamento	UN	BORRACHAF		65,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	0,00 (7258)	0,00 (7646)	0,00 (8289)
								65,00 (8502)		
27	Conserto/Montagem pneu dianteiro Retro c/ deslocamento	UN	BORRACHAF		60,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	0,00 (7258)	0,00 (7646)	0,00 (8289)
								60,00 (8502)		
28	Montagem Pneu Aro 16 - Micro ônibus e Caminhoneira	UN	BORRACHAF		12,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	0,00 (7258)	0,00 (7646)	0,00 (8289)
								12,00 (8502)		
29	Montagem Pneu Aro 20 (Caminhão e Ônibus)	UN	BORRACHAF		20,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	0,00 (7258)	0,00 (7646)	0,00 (8289)
								20,00 (8502)		
30	Montagem Pneu Ambulância	UN	BORRACHAF		10,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	0,00 (7258)	0,00 (7646)	0,00 (8289)
								10,00 (8502)		
31	Montagem Pneu dianteiro Trator Agrícola	UN	BORRACHAF		30,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	0,00 (7258)	0,00 (7646)	0,00 (8289)
								30,00 (8502)		
32	Montagem Pneu traseiro Trator Agrícola	UN	BORRACHAF		40,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	0,00 (7258)	0,00 (7646)	0,00 (8289)
								40,00 (8502)		
33	Montagem Pneu Retroescavadeira, Pá Carregadeira e Motoniv.	UN	BORRACHAF		45,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	0,00 (7258)	0,00 (7646)	0,00 (8289)
								45,00 (8502)		

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Página: 4/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016
Data de Abertura: 12/12/2016

REGISTRO Nº 4/2017
PROCESSO Nº 68/2016
Data de Julgamento: 12/12/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para prestação de serviços de lavação, geometria, balanceamento, conserto, recapagem, recauchutagem e duplicagem de pneus dos veículos e máquinas do Município de Peritiba

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço		
								1º	2º	3º
34	Montagem Pneu Veículos 5 lugares	UN	BORRACHAF		8,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	0,00 (7258)	0,00 (7646)	0,00 (8289)
								8,00 (8502)		
35	Serviços de mão de obra p/ gambagem de pneus até aro 14	UN	BORRACHAF		35,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	0,00 (7258)	0,00 (7646)	0,00 (8289)
								25,00 (8502)		
36	Serviços de mão de obra p/ gambagem de pneus acima de aro 15	UN	BORRACHAF		40,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	0,00 (7258)	0,00 (7646)	0,00 (8289)
								30,00 (8502)		
37	Conserto de roda de liga leva até aro 16.	UN	BORRACHAF		20,00	0,00 %	0,00 (6055) 0,00 (8946)	0,00 (7258)	0,00 (7646)	0,00 (8289)
								20,00 (8502)		
38	Recapagem 12.4-28 borrachado a quente	UN	VIPAL10		1.100,00	0,00 %	562,24 (6055) 728,70 (8946)	560,74 (7258)	0,00 (7646)	0,00 (8289)
								0,00 (8502)		
39	Recapagem 12-18.5 borrachado a quente	UN	VIPAL		950,00	0,00 %	494,76 (6055) 669,21 (8946)	487,37 (7258)	0,00 (7646)	0,00 (8289)
								0,00 (8502)		
40	Recauchutagem 12.4x24	UN	VIPAL		930,00	0,00 %	449,79 (6055) 557,68 (8946)	476,89 (7258)	0,00 (7646)	0,00 (8289)
								0,00 (8502)		
41	Recauchutagem 14.9x24 com mínimo de banda de 280mm	UN	VIPAL		1.090,00	0,00 %	534,12 (6055) 594,86 (8946)	555,50 (7258)	0,00 (7646)	0,00 (8289)
								0,00 (8502)		
42	Recauchutagem de pneu 1.300x24 super lameiro.	UN	VIPAL		1.150,00	0,00 %	607,21 (6055) 669,21 (8946)	586,94 (7258)	0,00 (7646)	0,00 (8289)
								0,00 (8502)		
43	Recauchutagem de pneu 1.400x24 super lameiro	UN	VIPAL		1.400,00	0,00 %	725,28 (6055) 669,21 (8946)	717,96 (7258)	0,00 (7646)	0,00 (8289)
								0,00 (8502)		
44	Recauchutagem de pneu 12.5x80 18 borrachado a quente.	UN	VIPAL		900,00	0,00 %	444,16 (6055) 505,63 (8946)	461,17 (7258)	0,00 (7646)	0,00 (8289)
								0,00 (8502)		

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Página: 5/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016
Data de Abertura: 12/12/2016

REGISTRO Nº 4/2017
PROCESSO Nº 68/2016
Data de Julgamento: 12/12/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para prestação de serviços de lavação, geometria, balanceamento, conserto, recapagem, recauchutagem e duplicagem de pneus dos veículos e máquinas do Município de Peritiba

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO
									1º 2º 3º
45	Recauchutagem de pneu 12x16,5 borrachudo a quente.	UN	VIPAL		800,00	0,00 %	393,56 (6055) 431,27 (8946)	0,00 (8502)	0,00 6055 7258 8946
46	Recauchutagem de pneu 17,5x25 super lameiro.	UN	VIPAL		1.800,00	0,00 %	899,57 (6055) 1.078,18 (8946)	0,00 (8502)	0,00 6055 7258 8946
47	Recauchutagem de pneu 19,5 L24 borrachudo a quente.	UN	VIPAL		1.800,00	0,00 %	899,57 (6055) 966,64 (8946)	0,00 (8502)	0,00 6055 7258 8946
48	Recauchutagem de pneus 18,4x30 trator c/ banda mín. de 430mm	UN	VIPAL		1.690,00	0,00 %	899,57 (6055) 817,93 (8946)	0,00 (8502)	0,00 8946 7258 6055
49	Recauchutagem de pneus 18,4x34 trator	UN	VIPAL		1.850,00	0,00 %	950,17 (6055) 855,10 (8946)	0,00 (8502)	0,00 8946 7258 6055
50	Recapagem 1000/20 borrachudo frio	UN	VIPAL		630,00	0,00 %	414,66 (6055) 432,57 (8946)	0,00 (8502)	0,00 6055 7258 8946
51	Recapagem 205/75 R16 a frio	UN	VIPAL		330,00	0,00 %	218,64 (6055) 205,29 (8946)	0,00 (8502)	0,00 8946 6055 7258
52	Recapagem 215/75 R17,5 a frio	UN	VIPAL		370,00	0,00 %	241,26 (6055) 245,61 (8946)	0,00 (8502)	0,00 6055 8946 7258
53	Recapagem 275/80/22,5 borrachudo frio	UN	VIPAL		590,00	0,00 %	414,66 (6055) 403,24 (8946)	0,00 (8502)	0,00 7258 8946 6055

Página: 1/1

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2017****PROCESSO Nº 68/2016**

(6055) - F.M. PNEUS LTDA

(7258) - F. VACHILESKI & CIA LTDA

(7646) - POSTO DE ABASTECIMENTO MARALEX LTDA - EPP

(8289) - ODAIR JOSÉ RAUBER

(8502) - BORRACHARIA ENGEL ALTHAUS LTDA-ME

(8946) - GIARETTA PNEUS LTDA

Peritiba, 2 de Janeiro de 2017.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PL 69-2016 - PP 39-2016

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2016

Data de Abertura: 12/12/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios para Coffee Break a serem utilizados em eventos, reuniões, cursos, palestras, etc, realizados pelo Município no exercício de 2017

REGISTRO Nº 1/2017

PROCESSO Nº 69/2016

Data de Julgamento: 12/12/2016

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	CLASSIFICAÇÃO		
								Menor Preço	1º	2º 3º
1	Bolacha caseira	KG	000		23,22	0,00 %	23,22(6123)	0,00	6123	---
2	Bolo de cenoura com cobertura de chocolate	KG			21,25	0,00 %	21,25(6123)	0,00	6123	---
3	Bolo de chocolate com cobertura de chocolate (nega maluca).	KG			21,25	0,00 %	21,25(6123)	0,00	6123	---
4	Bolo	KG			19,35	0,00 %	19,35(6123)	0,00	6123	---
5	Bolo Recheado (Torta/bolo de aniversário)	KG			23,22	0,00 %	23,22(6123)	0,00	6123	---
6	Canapé com queijo e temperos verdes	UN			0,82	0,00 %	0,82(6123)	0,00	6123	---
7	Canapé integral com ricota tomate seco e óleo de oliva	UN			0,92	0,00 %	0,92(6123)	0,00	6123	---
8	Cuca alemã com 1,5kg	KG			24,20	0,00 %	24,20(6123)	0,00	6123	---
9	Cuca cake com 550gr.	UN			8,25	0,00 %	8,25(6123)	0,00	6123	---
10	Cuca colonial recheada com 1kg.	UN			10,15	0,00 %	10,15(6123)	0,00	6123	---
11	Cuca colonial sem recheio com 1kg.	UN			9,65	0,00 %	9,65(6123)	0,00	6123	---
12	Docinho beijinho ou brigadeiro/ mini sonho	UN			0,82	0,00 %	0,82(6123)	0,00	6123	---
13	Grositol doce, Pequeno.	KG			19,35	0,00 %	19,35(6123)	0,00	6123	---
14	Grositol salgado, Pequeno.	KG			23,22	0,00 %	23,22(6123)	0,00	6123	---
15	Mini pizza c/ aproximadamente 30gr cada.	UN			0,95	0,00 %	0,95(6123)	0,00	6123	---

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2016
Data de Abertura: 12/12/2016
Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios para Coffee Break a serem utilizados em eventos, reuniões, cursos, palestras, etc, realizados pelo Município no exercício de 2017

REGISTRO Nº 1/2017
PROCESSO Nº 69/2016
Data de Julgamento: 12/12/2016

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1º	2º	3º
16	Mini sanduiche com presunto queijo maionese e pepino	UN			0,82	0,00 %	<u>0,82</u> (6123)	0,00	6123	---	---
17	Mini sanduiche integral com ricota e temperos verdes	UN			0,82	0,00 %	<u>0,82</u> (6123)	0,00	6123	---	---
18	Pão de queijo. Pequeno.	KG			21,25	0,00 %	<u>21,25</u> (6123)	0,00	6123	---	---
19	Salgados assados sortidos à escolher	UN			0,77	0,00 %	<u>0,77</u> (6123)	0,00	6123	---	---
20	Salgados fritos sortidos à escolher	UN			0,77	0,00 %	<u>0,77</u> (6123)	0,00	6123	---	---
21	Suco caixinha 1lt.	UN			5,80	0,00 %	<u>5,80</u> (6123)	0,00	6123	---	---
22	Suco natural - térmica de 1,9lts.	UN			9,65	0,00 %	<u>9,65</u> (6123)	0,00	6123	---	---
23	Refrigerante 2lts.	UN			6,50	0,00 %	<u>6,50</u> (6123)	0,00	6123	---	---

Página: 1/1

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2017****PROCESSO Nº 69/2016**

(6123) - PADARIA E LANCHERIA PERITIBA LTDA

Peritiba, 2 de Janeiro de 2017.

Petrolândia

PREFEITURA

DECRETO Nº 131/2016

DECRETO Nº. 131, de 20 de Dezembro de 2016.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1636 de 15 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 72.817,50 (Setenta e dois mil, oitocentos e dezessete reais e cinquenta centavos) das seguintes dotações do orçamento vigente:

Órgão 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade 01 – Secretaria de Administração

Proj./Atividade – 2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração

Elemento de Despesa – 3.3.50.00.00.00.00.00 – (7) Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Recursos - 0.1.0132 – Aplicações Diretas R\$ 517,50

Órgão 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade 01 – Secretaria de Administração

Proj./Atividade – 2.050 – Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar

Elemento de Despesa – 3.3.50.00.00.00.00.00 – (27) Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Recursos - 0.1.0132 – Aplicações Diretas R\$ 300,00

Órgão 05 – SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTES E TURISMO

Unidade 01 – Secretaria de Juventude, Esportes Turismo

Proj./Atividade – 2.030 – Apoio ao Esporte Amador

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (99) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0132 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão 07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade 01 – Departamento de Transportes e Obras

Proj./Atividade – 2.038 – Conservação de Estradas

Elemento de Despesa – 3.1.90.00.00.00.00.00 – (124) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0132 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Órgão 07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade 01 – Departamento de Transportes e Obras

Proj./Atividade – 2.038 – Conservação de Estradas

Elemento de Despesa – 3.1.90.00.00.00.00.00 – (129) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0132 – Aplicações Diretas R\$ 47.000,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º. a importância de 72.817,50 (Setenta e dois mil, oitocentos e dezessete reais e cinquenta centavos) nas seguintes dotações do orçamento vigente:

Órgão 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade 01 – Secretaria de Administração

Proj./Atividade – 2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração

Elemento de Despesa – 3.3.50.00.00.00.00.00 – (10) Aplicação Direta Decorrente de Operações Entre Órgãos

Recursos - 0.1.0132 – Aplicações Diretas R\$ 517,50

Órgão 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade 01 – Secretaria de Administração

Proj./Atividade – 2.050 – Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (28) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0132 – Aplicações Diretas R\$ 300,00

Órgão 05 – SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTES E TURISMO

Unidade 01 – Secretaria de Juventude, Esportes Turismo

Proj./Atividade – 2.030 – Apoio ao Esporte Amador

Elemento de Despesa – 3.1.90.00.00.00.00.00 – (97) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0132 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão 07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade 01 – Departamento de Transportes e Obras

Proj./Atividade – 2.038 – Conservação de Estradas

Elemento de Despesa – 3.1.90.00.00.00.00.00 – (123) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0132 – Aplicações Diretas R\$ 52.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 20 de Dezembro de 2016.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 132/2016

DECRETO Nº. 132, de 20 de Dezembro de 2016.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1636 de 15 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 10.250,00 (Dez mil, duzentos e cinquenta reais) da seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde
 Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 Elemento de Despesa – 4.4.90.00.00.00.00.00 – (30) Aplicações Direta Decorrente de Op. entre Órgão
 Recursos - 0.1.0134 – Recursos Ordinários
 R\$ 10.250,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º. a importância de R\$ 10.250,00 (Dez mil, duzentos e cinquenta reais) na seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde
 Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (14) Aplicações Diretas
 Recursos - 0.1.0134 – Recursos Ordinários
 R\$ 10.250,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 20 de Dezembro de 2016.
 JOEL LONGEN
 PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 133/2016

DECRETO Nº. 133 de 20 de Dezembro de 2016.
 ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1636 de 15 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais) das seguintes dotações do orçamento vigente:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde
 Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (15) Aplicações Diretas
 Recursos - 0.1.0151 – Recursos Atenção Básica
 R\$ 15.000,00

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde
 Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 Elemento de Despesa – 4.4.90.00.00.00.00.00 – (32) Aplicações Diretas
 Recursos - 0.1.0151 – Recursos Atenção Básica
 R\$ 2.000,00

..... R\$ 2.000,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º. a importância de R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais) na seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde
 Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 Elemento de Despesa – 3.1.90.00.00.00.00.00 – (5) Aplicações Diretas
 Recursos - 0.1.0151 – Recursos Atenção Básica
 R\$ 17.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 20 de Dezembro de 2016.
 JOEL LONGEN
 PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 134/2016

DECRETO Nº. 134, de 20 de Dezembro de 2016.
 ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1636 de 15 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais) da seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde
 Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (18) Aplicações Diretas
 Recursos - 0.1.0157 – Recursos PMAQ – SUS União
 R\$ 45.000,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º. a importância de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais) na seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde
 Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 Elemento de Despesa – 3.1.90.00.00.00.00.00 – (49) Aplicações Diretas
 Recursos - 0.1.0157 – Recursos PMAQ – SUS União
 R\$ 45.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 20 de Dezembro de 2016.
 JOEL LONGEN
 PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 135/2016

DECRETO Nº. 135, de 20 de Dezembro de 2016.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1636 de 15 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais) da seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00 – (22) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0608 – Recursos NASF UNIÃO
..... R\$ 4.000,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º. a importância de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais) na seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 3.1.90.00.00.00.00 – (7) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0608 – Recursos NASF UNIÃO
..... R\$ 4.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 20 de Dezembro de 2016.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL 02 2017 - MATERIAL ESCOLAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 02/2017 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE DIVERSOS MATERIAIS ESCOLARES PARA CONSUMO DE ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DESTA MUNICIPALIDADE. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal às 08:30h do dia 18/01/2017, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo telefone (47) 3536-1151 ou pelo e-mail licita@petrolandia.sc.gov.br. Petrolândia, 05 de janeiro de 2017. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 01 2017 - MERENDA ESCOLAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 01/2017 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA PREPARO DE MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DESTA MUNICIPALIDADE. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal às 08:30h do dia 17/01/2017, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo telefone (47) 3536-1151 ou pelo e-mail licita@petrolandia.sc.gov.br. Petrolândia, 05 de janeiro de 2017. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

PORTARIA 001/2017 - NOMEAÇÃO ZILDETE

PORTARIA Nº 001 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA ZILDETE MARIA DENARDI PARA EXERCER O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE SECRETARIA DA SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a partir de 02 de janeiro de 2017, ZILDETE MARIA DENARDI, brasileira, casada, inscrita no CPF nº. 657.079.079-04, residente e domiciliada em Rua Octavio Mattana, 32 no Município de Pinheiro Preto-SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal de Saúde, com vencimentos da Lei Municipal nº 1.892 de 28 de junho de 2016, filiada ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – 02 de janeiro de 2017.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 002/2017 - NOMEAÇÃO FABIANA

PORTARIA Nº 002 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA FABIANA ORÇATTO PARA EXERCER O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a partir de 02 de janeiro de 2017, FABIANA ORÇATTO, brasileira, solteira, inscrita no CPF nº. 039.994.639,02, residente e domiciliada na Linha São Roque, Interior no Município de Pinheiro Preto-SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal de Administração, com vencimentos da Lei Municipal nº 1.892 de 28 de junho de 2016, filiada ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – 02 de janeiro de 2017.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 016/2017

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto

IPREPI – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Pinheiro Preto

CNPJ 03.593.265/0001-39

PORTARIA Nº 0016/2017

ALTERA A PORTARIA 0012/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017, QUE CONCEDEU APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VALDIR DOMINGOS BENDER

BERNARDETE PASETO FARINA, Presidente do IPREPI - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Pinheiro Preto, nomeado pelo decreto n.º 4.305, de 13 de novembro de 2015, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar n.º 81, de 12 de novembro de 1999, RESOLVE:

ALTERAR a Portaria nº 0012, de 02 de janeiro de 2017, onde se lê 'CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALCIDES PERES DA LUZ' leia-se "CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VALDIR DOMINGOS BENDER."

Pinheiro Preto, 04 de janeiro de 2017.

BERNARDETE PASETO FARINA
Presidente do IPREPI

CÂMARA MUNICIPAL**REPUBLICADA POR INCORREÇÃO NA DATA - PORTARIA Nº 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

PORTARIA Nº 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

“NOMEIA TESOUREIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES”

KELVIN BROCARD, Presidente Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear o Vereador Senhor ODAIR VAILATTI, portador do CPF n.º 950.761.589-04 e RG n.º 3159009, para o cargo de TESOUREIRO da Câmara Municipal de Vereadores, para o término do 1º biênio (2017/2018) da 14ª Legislatura.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM – SC, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores – SC, 02 de Janeiro de 2017.

KELVIN BROCARD

Presidente Mesa Diretora da

Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto

Planalto Alegre

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 001/2017 / CMVPA

RESOLUÇÃO Nº 001/2017

REVOGA RESOLUÇÃO N. 008/2016 QUE DISPÕE SOBRE RECESSO PARLAMENTAR NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PLANALTO ALEGRE – SC CONFORME ARTIGO 28 DA LEI ORGÂNICA DESTES MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOVANI CELUPPI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica revogada a Resolução n. 008/2016, QUE DISPÕE SOBRE RECESSO PARLAMENTAR NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PLANALTO ALEGRE – SC CONFORME ARTIGO 28 DA LEI ORGÂNICA DESTES MUNICÍPIO.

Art. 2º - O recesso parlamentar de que trata o Art. 28 da Lei Orgânica Municipal se refere única e exclusivamente ao Vereador, não cabendo o recesso aos servidores do legislativo.

Art. 3º - Ficam convocados todos os servidores da Câmara Municipal a retornarem aos trabalhos a partir desta data.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 02 de janeiro de 2017.

JOVANI CELUPPI

Presidente

Registre-se e publique-se.

RESOLUÇÃO Nº 002/2017

RESOLUÇÃO Nº 002/2017

EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOVANI CELUPPI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado a partir desta data, o servidor ocupante de cargo em comissão lotado na Câmara Municipal de Vereadores, sendo:

- PAULO CASSOL, Diretor Geral- Lotado no organograma 01.02 – Secretaria 01.00, nomeado em 02 de março de 2015.

Art. 2º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Resolução, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 02 de janeiro de 2017.

JOVANI CELUPPI

Presidente

Registre-se e publique-se.

RESOLUÇÃO Nº 009/2016

RESOLUÇÃO Nº 009/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDENEI FERRARINI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor da Câmara Municipal Sr. JUCIMAR RIBEIRO DE MELLO, para gozo no período de 26 de dezembro de 2016 a 24 de janeiro de 2017, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2015 a 31 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Resolução, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 26 de dezembro de 2016.

VALDENEI FERRARINI

Presidente

Registre-se e publique-se.

Pomerode

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 014 / 2016 – 34FP

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE
34ª FESTA POMERANA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 014 / 2016 – 34FP

Processo Administrativo n.º 001 / 2016.
Concorrência n.º 001 / 2016 – Tipo Técnica e Preço.
Permitente: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.
Permissionária: FABRICIO JOSÉ RIBEIRO - ME.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO DURANTE A 34ª FESTA POMERANA, NO PERÍODO DE 12 A 22 DE JANEIRO DE 2017 – RESTAURANTES DO PAVILHÃO PRINCIPAL, BIERGARTEN, BOXES, CASAS DE ALIMENTAÇÃO E ÁREAS EXTERNAS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor Total contratado – Área Externa 03 – R\$7.700,00 (sete mil e setecentos reais).
Prazo de vigência: 11 dias durante a 34ª Festa Pomerana – 12 a 22/01/2017.
Ass. Darli Bahr Bernadino – Presidente da Fundação Cultural – Permitente; Jorge Heidorn – Fabricio José Ribeiro - ME – Permissionária.

Pomerode / SC, 16 de Dezembro de 2016.
DARLI BAHR BERNADINO
Presidente da Fundação Cultural

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 001 / 2017 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE
34ª FESTA POMERANA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 001 / 2017

Processo Administrativo n.º 001 / 2017.
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.
Contratada: ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE - AMUSPE.
Objeto: CONTRATAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE – AMUSPE, REPRESENTANTE DE DIVERSOS GRUPOS ARTÍSTICOS QUE SE APRESENTARÃO ENTRE OS DIAS 12 E 22 DE JANEIRO DE 2017, NA EDIÇÃO DA 34ª FESTA POMERANA, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO.
Valor total contratado: R\$278.000,00 (duzentos e setenta e oito mil reais).
Prazo de vigência: 11 dias durante a 34ª Festa Pomerana – 12 a 22/01/2017.
Base Legal: Artigo 25, III da Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode / SC, 04 de Janeiro de 2017.
DARLI BAHR BERNADINO
Presidente da Fundação Cultural

PORTARIA N.º 001/2017

PORTARIA N.º 001/2017 de 04 de Janeiro de 2017

Regulamenta atividades e dispõe sobre o horário de atendimento da Procuradoria-Geral do Município de Pomerode e dá outras providências

LUCIANO DEBARBA, Procurador-Geral do Município, nomeado pela Portaria n.º 21.605/17, de 1.º/01/2017, nos uso de suas atribuições previstas no art. 71 e segs. da Lei Ordinária Municipal, c/c art. 19 e segs. da Lei Complementar Municipal n.º 274/2015, e ainda,

CONSIDERANDO o grande volume e acúmulo de procedimentos internos e externos existentes na Procuradoria-Geral do Município de Pomerode (SC);

CONSIDERANDO a queda de arrecadação do Município de Pomerode (SC), fruto da crise político-financeira que instalou-se no Brasil nos últimos anos, o que dificulta investimentos em estrutura e de pessoal;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação das atividades, bem como, dar maior eficiência e qualidade ao serviço público prestado, principalmente aos atendimentos;

RESOLVE:

Art. 1.º Fica estabelecido que o atendimento externo será realizado às Terças-feiras, entre 14:00 e 17:00 horas e às Quintas-feiras, entre 08:30 e 11:30 horas.

Art. 2.º O atendimento deverá ser previamente agendado com a Recepção da Procuradoria-Geral do Município, devendo ser informado o nome da pessoa a ser atendida e o assunto, possibilitando assim o melhor preparo da reunião.

§ Único. Casos excepcionais, como pessoas de outros Municípios ou situações de urgências serão analisados na medida de disponibilidade do momento.

Art. 3º O atendimento interno será realizado através da Recepção da Procuradoria-Geral do Município que tomará nota do assunto e contato da pessoa para posterior retorno.

Art. 4º Na forma do art. 19 da Lei Complementar Municipal n.º 274/2015, a Procuradoria-Geral do Município é órgão consultivo interno exclusivo do Chefe do Poder Público, sendo vetada a elaboração e respostas de consultas externas.

Art. 5º As consultas e requerimentos internos, seja da Administração Direta ou Indireta, bem como, as solicitações de servidores, deverão ser inicialmente endereçados, respectivamente, à Secretaria responsável pelo setor ou ao chefe hierárquico imediato.

Art. 6º Além da correta qualificação do órgão ou pessoa, a consulta ou requerimento deverá ser fundamentado, assinado e instruído com a documentação necessária para análise da questão.

Art. 7º Os pedidos de vista de procedimentos internos da Procuradoria-Geral do Município deverão ser feitos por intermédio de requerimento justificado e dependerá de autorização expressa do Procurador-Geral do Município ou seu substituto.

Art. 8º A presente portaria entrará em vigor a partir de 1.º de Fevereiro de 2017.

Pomerode (SC), 04 de Janeiro de 2017.
LUCIANO DEBARBA
Procurador-Geral do Município

PORTARIA N.º 002/2017

PORTARIA N.º 002/2017 de 04 de Janeiro de 2017

Restringe a apreciação de processos administrativos e judiciais em que houver conflito de interesses de servidor integrante da Procuradoria-Geral do Município.

LUCIANO DEBARBA, Procurador-Geral do Município, nomeado pela Portaria n.º 21.605/17, de 1.º/01/2017, nos uso de suas atribuições previstas no art. 71 e segs. da Lei Ordinária Municipal, c/c art. 19 e segs. da Lei Complementar Municipal n.º 274/2015, e ainda,

CONSIDERANDO o disposto no inciso IV do art. 10 c/c o § único do art. 71 da Lei Orgânica do Município de Pomerode, que trata da escolha do Procurador-Geral do Município entre os advogados atuantes na comunidade local;

CONSIDERANDO o disposto no art. 29 c/c art. 33 da Lei Federal n.º 8.906/94 □ Estatuto da Advocacia, bem como, o disposto no art. 20 e 21 do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, instituído pela Resolução n.º 02/2015;

RESOLVE:

Art. 1.º Fica estabelecido que nos processos judiciais e administrativos em que o Procurador-Geral do Município tenha atuado antes de sua nomeação em desfavor da Administração Direta e Indireta, sobrevivendo assim conflito de interesse, deverão os procedimentos ser submetidos à apreciação e decisão exclusiva do Procurador Municipal efetivo, sendo vedada qualquer tipo de interferência.

§ Único. O estabelecido no caput estende-se aos procedimentos findos, arquivados e nos casos em que a atuação ou interferência tenha ocorrido inclusive há mais de 2 anos.

Art. 2.º No caso do conflito de interesse sobrevier em desfavor de algum servidor ou do Procurador Municipal efetivo, a apreciação e decisão será destinada ao Procurador-Geral do Município, valendo a regra do § Único do art. 1.º.

Art. 3º Os casos omissos serão resolvidos de forma coletiva, sendo o resultado publicado na forma de Portaria ou Resolução.

Art. 4.º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Pomerode (SC), 04 de Janeiro de 2017.

LUCIANO DEBARBA
Procurador-Geral do Município

PORTARIA Nº 21.559

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 21.559

EXONERA JOANA WACHHOLZ DO CARGO EM COMISSÃO DE AGENTE POLÍTICO DE SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 49, § 2º, I, da Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014, cumulado com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 274, de 26 de fevereiro de 2015, EXONERAR JOANA WACHHOLZ do cargo em comissão de agente político de SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 31 de dezembro de 2016.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.587

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 21.587

EXONERA GERMANO SCHROEDER DO CARGO EM COMISSÃO DE AGENTE POLÍTICO DE CONTROLADOR MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 49, § 2º, I, da Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014, cumulado com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 274, de 26 de fevereiro de 2015, EXONERAR GERMANO SCHROEDER do cargo em comissão de agente político de CONTROLADOR MUNICIPAL, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 31 de dezembro de 2016.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.588

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 21.588

EXONERA GILMAR JONAS VOIGTLAENDER DO CARGO EM COMISSÃO DE AGENTE POLÍTICO DE PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 49, § 2º, I, da Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014, cumulado com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 274, de 26 de fevereiro de 2015, EXONERAR GILMAR JONAS VOIGTLAENDER do cargo em comissão de agente político de PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 31 de dezembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.589

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 21.589

EXONERA SUSANA ALEXANDRA HARDT DO CARGO EM COMISSÃO DE AGENTE POLÍTICO DE CONSULTOR MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 49, § 2º, I, da Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014, cumulado com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 274, de 26 de fevereiro de 2015, EXONERAR SUSANA ALEXANDRA HARDT do cargo em comissão de agente político de CONSULTOR MUNICIPAL, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 31 de dezembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.590

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 21.590

EXONERA ALBERTO RAMLOW DO CARGO EM COMISSÃO DE AGENTE POLÍTICO DE CONSULTOR MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 49, § 2º, I, da Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014, cumulado com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 274, de 26 de fevereiro de 2015, EXONERAR ALBERTO RAMLOW do cargo em comissão de agente político de CONSULTOR MUNICIPAL, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 31 de dezembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.591

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 21.591

EXONERA JAIR CONRADO KLEBBER DO CARGO EM COMISSÃO DE AGENTE POLÍTICO DE SECRETÁRIO DE GOVERNO.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 49, § 2º, I, da Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014, cumulado com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 274, de 26 de fevereiro de 2015, EXONERAR JAIR CONRADO KLEBBER do cargo em comissão de agente político de SECRETÁRIO DE GOVERNO, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 31 de dezembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.592

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 21.592

EXONERA CELIO SCHLINGMANN DO CARGO EM COMISSÃO DE AGENTE POLÍTICO DE PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTES E LAZER DE POMERODE.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 49, § 2º, I, da Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014, cumulado com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 274, de 26 de fevereiro de 2015, EXONERAR CELIO SCHLINGMANN do cargo em comissão de agente político de PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTES E LAZER DE POMERODE, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 31 de dezembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.593

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 21.593

EXONERA FRED DUERK WACHHOLZ DO CARGO EM COMISSÃO DE AGENTE POLÍTICO DE SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 49, § 2º, I, da Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014, cumulado com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 274, de 26 de fevereiro de 2015, EXONERAR FRED DUERK WACHHOLZ do cargo em comissão de agente político de SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 31 de dezembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.594

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 21.594

EXONERA IVAN DANIEL PISKE DO CARGO EM COMISSÃO DE AGENTE POLÍTICO DE SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 49, § 2º, I, da Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014 cumulado com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 274, de 26 de fevereiro de 2015, EXONERAR IVAN DANIEL PISKE do cargo em comissão de agente político de SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 31 de dezembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.595

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 21.595

EXONERA IVAN DANIEL PISKE DO CARGO EM COMISSÃO INTERINO DE AGENTE POLÍTICO DE SECRETÁRIO DE TURISMO E CULTURA.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 49, § 2º, I, da Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014, cumulado com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 274, de 26 de fevereiro de 2015, EXONERAR IVAN DANIEL PISKE do cargo em comissão interino de agente político de SECRETÁRIO DE TURISMO E CULTURA, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 31 de dezembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.596

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 21.596

EXONERA MÔNICA SUSAN ZIMMER DO CARGO EM COMISSÃO DE AGENTE POLÍTICO DE SECRETÁRIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 49, § 2º, I, da Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014, cumulado com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 274, de 26 de fevereiro de 2015, EXONERAR MÔNICA SUSAN ZIMMER do cargo em comissão de agente político de SECRETÁRIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 31 de dezembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.597

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 21.597

EXONERA RUDHARDT BORCHARDT DO CARGO EM COMISSÃO DE AGENTE POLÍTICO DE SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 49, § 2º, I, da Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014, cumulado com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 274, de 26 de fevereiro de 2015, EXONERAR RUDHARDT BORCHARDT do cargo em comissão de agente político de SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 31 de dezembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.598

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 21.598

EXONERA GIOVANI SIEVERT DO CARGO EM COMISSÃO DE AGENTE POLÍTICO DE SECRETÁRIO DE OBRAS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 49, § 2º, I, da Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014, cumulado com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 274, de 26 de fevereiro de 2015, EXONERAR GIOVANI SIEVERT do cargo em comissão de agente político de SECRETÁRIO DE OBRAS, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 31 de dezembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.600

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 21.600

EXONERA LORAINÉ SILVEIRA AURÉLIO DO CARGO EM COMISSÃO DE AGENTE POLÍTICO DE SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 49, § 2º, I, da Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014, cumulado com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 274, de 26 de fevereiro de 2015, EXONERAR LORAINÉ SILVEIRA AURÉLIO do cargo em comissão de agente político de SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 31 de dezembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.601

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 21.601

EXONERA WALTRAUD HINKELDEY DO CARGO EM COMISSÃO DE AGENTE POLÍTICO DE SECRETÁRIO DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 49, § 2º, I, da Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014, cumulado com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 274, de 26 de fevereiro de 2015, EXONERAR WALTRAUD HINKELDEY do cargo em comissão de agente político de SECRETÁRIO DE SAÚDE, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 31 de dezembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.602

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 21.602

EXONERA MARCIO SCHEIDEMANTEL DO CARGO EM COMISSÃO DE AGENTE POLÍTICO DE PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de

suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 49, § 2º, I, da Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014, cumulado com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 274, de 26 de fevereiro de 2015, EXONERAR MARCIO SCHEIDEMANTEL do cargo em comissão de agente político de PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 31 de dezembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.649, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 21.649, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DE PRAZOS E RECESSO DAS ATIVIDADES PARA A UNIDADE DE JULGAMENTO SINGULAR E CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei, CONSIDERANDO o art. 27 da Lei Complementar Municipal nº 199, de 14 de Dezembro de 2010;

RESOLVE:

Art.1º Suspender os prazos processuais e CONCEDER o recesso das atividades a partir de 01 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017 ao Conselho Municipal de Contribuintes;

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 02 de janeiro de 2016.

Ércio Kriek

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA

ATA DA ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA PARA A SESSÃO LEGISLATIVA DE 2017.

Ao 1º (primeiro) dia do mês de Janeiro de 2017, após a posse dos Vereadores eleitos, sob a Presidência do Vereador mais idoso, Ademar Marquardt e secretariado pelo vereador ad hoc, José Amarildo da Silva, ausente o Vereador Deoclides Crispin Correa Filho, na forma do que dispõe o Artigo 11, incisos XII, XIII e XIV do Regimento Interno da Câmara, a Presidência deu por início a reunião de eleição da Mesa Diretora para o exercício de 2017. - O Secretário fez a leitura das chapas inscritas, tendo sido apresentada apenas uma chapa assim constituída: Presidente: Rafael Pfuetzenreiter; Vice-Presidente: Ademar Marquardt; 1º Secretário: Jean Carlos Nicoletto; 2º Secretário: Sírío Jandre. A seguir deu por início o processo de votação, na forma do que dispõe o artigo 41, seus incisos e parágrafos do Regimento Interno da Câmara, chamando-os nominalmente, no qual proclamaram o seu voto, todos os presentes favoravelmente, a chapa apresentada. Após a Presidência declarou empossada a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Pomerode, para o exercício de 2017, assim composta: Presidente: Rafael Pfuetzenreiter; Vice-Presidente: Ademar Marquardt; 1º

Secretário: Jean Carlos Nicoletto; 2º Secretário: Sírío Jandre. Nada mais havendo a tratar deu por encerrada a presente sessão, convocando os ilustres Vereadores para a 1ª sessão solene de instalação da Sessão Legislativa, no dia 07 de fevereiro de 2017, com início às 18.00 horas, de acordo com o artigo 18 do Regimento Interno, e para os efeitos legais, lavrou-se a presente ata pelo Secretário ad hoc, e o Presidente em exercício. Sala das sessões, em 1º de Janeiro de 2017.

Ademar Marquardt (Presidente (em exercício).

José Amarildo da Silva. (Secretário ad hoc).

Ponte Serrada

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO EXTRATO 001/2017

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO 001/2017

TP 001/2017

Referente a publicação de 04/01/2017, A Prefeitura Municipal de Ponte Serrada - SC torna público a retificação: onde lê-se PROCESSO LICITATÓRIO 001/2017 TP 001/2017, leia-se PROCESSO LICITATÓRIO 002/2017 TP 01/2017. As demais informações permanecem sem alteração. Outras informações pelo fone (49) 3435-0122, pelo site <http://www.ponteserrada.sc.gov.br/> e e-mail: licitacaoponteserrada@gmail.com. Ponte Serrada SC, 03 de Janeiro de 2016. Alceu Alberto Wrubel Prefeito Municipal.

Porto União

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO - MODALIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 063/2016

Câmara de Vereadores de Porto União

Estado de Santa Catarina

. Extrato de Contrato - Modalidade de Dispensa de Licitação nº 063/2016

Contratante: PORTO UNIÃO – CÂMARA DE VEREADORES (CNPJ SOB nº 83.529.933/0001-06).

Contratada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. (CNPJ nº 34.028.316/2069-09).

Objeto: Contratada empresa para Certificação Digital.

Valores: R\$ 103,27 (Cento e três reais e vinte e sete centavos).

Vigência: de dezembro a dezembro 2016.

Dotação Orçamentária:

Órgão 01 – Poder Legislativo de Porto União

Unidade 01- Câmara de Vereadores de Porto União

Atividade – 2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas

Modalidade- 3.3.90.100 – Aplicações Diretas

Complemento: 3.3.90.39.99.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Foro: Comarca de Porto União (SC).

Base legal: Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93

Alceu Jung

Presidente

PORTARIA Nº 12/2017

PORTARIA Nº 12/2017

Ementa: "Dispõe sobre nomeação"

O Presidente da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo artigo 39, inciso XXIX e Artigo 33, Inciso XII do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º NOMEIA a Senhora Maira Teresinha Lusa para o Cargo Comissionado de Diretor Administrativo, Símbolo DS 1, do Quadro Funcional da Câmara de Vereadores de Porto União.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.

Porto União - SC, 04 de janeiro de 2017.

Luiz Alberto Pasqualin	Christian Agenor Martins
Presidente	Vice - Presidente
Sandro Luciano Caliskoski	Neilor Grabovski
1º Secretário	2º Secretário

PORTARIA Nº 13/2017

PORTARIA Nº 13/2017

Ementa: "Dispõe sobre nomeação"

O Presidente da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo artigo 39, inciso XXIX e Artigo 33, Inciso XII do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º NOMEIA o Senhor Diego Novitski Divardin para o Cargo Comissionado de Assessor de Informática, Símbolo ATP-3, do Quadro Funcional da Câmara de Vereadores de Porto União.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.

Porto União - SC, 04 de janeiro de 2017.

Luiz Alberto Pasqualin	Christian Agenor Martins
Presidente	Vice - Presidente
Sandro Luciano Caliskoski	Neilor Grabovski
1º Secretário	2º Secretário

PORTARIA Nº 14/2017

PORTARIA Nº 14/2017

Ementa: "Dispõe sobre nomeação"

O Presidente da Câmara Municipal de Potro União, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo artigo 39, inciso XXIX e Artigo 33, Inciso XII do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º NOMEIA o Senhor Antonio Marinaldo Reinelli para o Cargo Comissionado de Diretor Legislativo, Símbolo DS-3, do Quadro Funcional da Câmara de Vereadores de Porto União.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.

Porto União - SC, 04 de janeiro de 2017.

Luiz Alberto Pasqualin	Christian Agenor Martins
Presidente	Vice - Presidente
Sandro Luciano Caliskoski	Neilor Grabovski
1º Secretário	2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 228/2017**RESOLUÇÃO Nº 228/2017**

EMENTA: "Constitui nos termos da Legislação em vigor a Comissão Permanente de Licitações"

Art. 1º - Constitui nos termos da legislação em vigor a comissão permanente de licitações, composta pelos seguintes membros:

Presidente: Maira Teresinha Lusa
Secretário: Gustavo da Silva Souza
Membro: Franciane Loss Laurentino

Art. 2º - A presente resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.

Art. 3º - Fica revogada a Resolução nº 220/2016 de 06 de janeiro de 2016.

Sala das Sessões, em 05 de janeiro de 2017.

Luiz Alberto Pasqualin	Christian Agenor Martins
Presidente	Vice - Presidente
Sandro Luciano Caliskoski	Neilor Grabovski
1º Secretário	2º Secretário

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 04/2017

DECRETO Nº 04/2017 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.
NOMEIA BENITO BRAND, SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE COMO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e, de acordo com o inciso III do artigo 9º da Lei Federal nº 8.080/90 e o inciso VII do artigo 3º da Lei Municipal nº 760/93;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr.º BENITO BRAND, Secretário Municipal de Saúde, GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE NEREU SC.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu em, 03 de Janeiro de 2017.
ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal

PORTARIA 111/2017

PORTARIA Nº 111 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de duas atribuições, e de conformidade com a Lei Complementar nº 11/2011, de 01 de Setembro de 2011, e suas alterações posteriores e, obedecendo ao que preceitua o Anexo III da mesma Lei;

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar o servidor JOZÉ ZUCHI, concursado na Carreira de Operário Braçal, para exercer a função gratificada de “Responsável pela Limpeza e Manutenção da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos”, de Presidente Nereu.

Parágrafo – Pela função gratificada de que trata o “caput” deste artigo, a servidora receberá a gratificação constante na linha de correlação do Anexo III, da lei Complementar nº 11/2011, de 01 de setembro de 2011.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.
ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal

PORTARIA 112/2017

PORTARIA Nº 112 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de duas atribuições, e de conformidade com a Lei Complementar nº 11/2011, de 01 de Setembro de 2011,

e suas alterações posteriores e, obedecendo ao que preceitua o Anexo III da mesma Lei;

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar a servidora ROSEMILDA REZINI JORGE, concursado na Carreira de Auxiliar de Serviços Gerais, para exercer a função gratificada de “Responsável pela Limpeza e Manutenção do Paço Municipal”.

Parágrafo – Pela função gratificada de que trata o “caput” deste artigo, a servidora receberá a gratificação constante na linha de correlação do Anexo III, da lei Complementar nº 11/2011, de 01 de setembro de 2011.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.
ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal

PORTARIA 113/2017

PORTARIA Nº 113 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de duas atribuições, e de conformidade com a Lei Complementar nº 11/2011, de 01 de Setembro de 2011, e suas alterações posteriores e, obedecendo ao que preceitua o Anexo III da mesma Lei;

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar o servidor MARCELI FARIAS, concursado na Carreira de Agente Administrativo, para exercer a função gratificada de “Responsável pelo Posto de Identificação e Junta de Serviço Militar”.

Parágrafo – Pela função gratificada de que trata o “caput” deste artigo, a servidora receberá a gratificação constante na linha de correlação do Anexo III, da lei Complementar nº 11/2011, de 01 de setembro de 2011.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.
ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal

PORTARIA 114/2017

PORTARIA Nº. 114 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em conformidade com a Lei Complementar Nº. 001 de 01 de Setembro de 2011, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Fica nomeado, a partir desta data, o (a) senhor (a) EDSON SCHUTEL, para exercer as funções e ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de ASSESSOR DE SERVIÇOS URBANOS, Nível de Vencimentos X do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.
ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 115/2017

PORTARIA Nº. 115, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER PELO SETOR DE RECURSOS HUMANOS.

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora JAQUELINE CONHAQUE, ocupante do Cargo Efetivo de Agente Administrativo, para exercer a função de "Responsável pelo setor de Recursos Humanos", da Prefeitura de Presidente Nereu.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 385/2014.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.
ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal

PORTARIA 116/2017

PORTARIA Nº. 116 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.
EXONERA SERVIDOR(A) COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Fica exonerado (a) a partir desta data, o (a) servidor (a) GILMAR FEUZER, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE EQUIPAMENTOS, por motivo de aposentadoria.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 03 de Janeiro de 2017.
ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 117/2017

PORTARIA Nº. 117 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE AGENTE POLITICO COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são

conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Fica nomeado (a) partir desta data, o (a) Senhor (a) AU-RINO PIU VENTURA JUNIOR, para exercer as funções e ocupar o cargo de Agente Político de Secretário de Esporte e Turismo, com subsídios estabelecidos no Art. 1º, inciso III da Lei Municipal Nº. 1343 de 05 de junho de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 03 de Janeiro de 2017.
ISAMAR DE MELO
Prefeito municipal

PORTARIA 118/2017

PORTARIA Nº. 118 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em conformidade com a Lei Complementar Nº. 41 de 22 de Junho de 2016 baixa a seguinte;

PORTARIA

Art. 1º - Fica nomeado, a partir desta data, o senhor MARIMAR ANTONIO CUCCHI, para exercer as funções e ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de ASSESSOR JURÍDICO, carga horária de 20 horas semanais, Nível de Vencimentos XIX do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 03 de Janeiro de 2017.
ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 119/2017

PORTARIA Nº. 119, de 04 DE JANEIRO DE 2017.
NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÕES COMO ESPECIFICA.

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. – Fica assim constituída a Comissão Municipal de Licitações, a partir desta data:
MARCOS AURELIO DE OLIVEIRA – PRESIDENTE
CLAUDIA APARECIDA DA SILVA – SECRETÁRIA
CARLOS BRAND – MEMBRO

Art. 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 04 de Janeiro de 2017.
ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal

PORTARIA 120/2017

PORTARIA Nº. 120, de 04 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA EFETUAÇÃO DE LICITAÇÕES COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1.º - Reconduzir a servidor ELISANDRA DELA BENETA KNIHS para função de Pregoeiro das Licitações na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL da Administração Pública de Presidente Nereu.

Art. 2º - Fica renomeadaa Equipe de Apoio, ficando composta pelos servidores CLAUDIA APARECIDA DA SILVA, CARLOS BRAND E MARCOS AURELIO JUNIOR PINTO.

Art. 3. º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 04 de Janeiro de 2017.

ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal

Princesa

PREFEITURA

DECRETO 001 DE 02.01.2017

DECRETO Nº. 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

“NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX, X e XI do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o artigo 82 da Lei Complementar nº 024, de 30 de dezembro de 2014, e tendo presentes razões de interesse público, conveniência e oportunidade,

DECRETA:

- Art. 1º. Fica NOMEADA a Sra. CLÉDINA DE OLIVEIRA, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Sete de Setembro, Município de Princesa, inscrita no CPF nº. 007.939.129-03, para ocupar o cargo de Secretário Municipal de Saúde, percebendo o subsídio mensal fixado em Lei, a contar do dia 02 (dois) de Janeiro de 2017.
- Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal.
- Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02.01.2017.
- Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 02 de Janeiro de 2017.
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,
Prefeito Municipal

DECRETO 002 DE 04.01.2017

DECRETO Nº 002, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

“NOMEIA COMPONENTES DA EQUIPE DE APOIO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nas condições do Decreto nº. 105, de 30 de setembro de 2005, e de acordo com o disposto no inciso IX, do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

- Art. 1º. Ficam nomeados os componentes da equipe de apoio de licitação na modalidade de Pregão, constituída pelos membros abaixo relacionados:
- Roberto Carlos Mallmann
Anne Wilma Casagrande
Silvana de Moura Stuani
Jacinta Gerhard
Edinéia I. Wille
Ruti Freese
Jane Clarice Boelter Machado
Leandro J. Rockembach
Daiane Pagno
Aline Cristina Dittrich
Marciele Cristina Bruder
Wilderson Resende de Oliveira
Ana Paula Bogorni
- Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal, em cada exercício.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial as contidas no Decreto nº 193, de 26 de Agosto de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC,
em 04 de Janeiro de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

DECRETO 003 DE 04.01.2017

DECRETO Nº. 003, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

“NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE CADASTRAL PROCESSANTE”.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente as contidas no inciso IX e XI do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

- Art. 1º. Fica nomeada a Comissão Cadastral Processante, e Julgadora, encarregada de proceder o cadastramento, bem como receber, examinar, julgar todos os documentos relativos a licitações e receber obras, serviços e demais objetos licitados pelo Município, provenientes de tomada de preços, concorrências de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações, constituída pelos membros abaixo relacionados presidida pelo primeiro.
- Claudinei Paulo Morsch
Aline Cristina Dittrich
Daiane Pagno
Simone M. Ludwig Pinheiro
João Luiz Kayser
Leandro Bonatto
Jane Clarice Boelter Machado
Anne Wilma Casagrande
Silvana de Moura Stuani
Jacinta Gerhard
Ruti Freese
Ana Paula Bogorni
Marciele Cristina Bruder
Rossana Beal
Edinéia Ines Wille
Roberto Carlos Mallmann

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal, em cada exercício.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial as contidas no Decreto nº 189, de 20 de Agosto de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,
04 de Janeiro de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 16, DE 04.01.2017

PORTARIA Nº. 16, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município, combinada com a Lei nº 573, de 29 de outubro de 2010.

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR a Servidora Pública Municipal Sra. CLÉDINA DE OLIVEIRA, brasileira, casada, portadora do CPF nº 007.939.129-03, e do Registro Geral (RG) nº 4.270.455, SSP/SC, residente e domiciliada na Rua Sete de Setembro, Município de Princesa/SC, ocupante do cargo e função de Secretário de Saúde, para exercer sem ônus, as funções de Gestor do Fundo Municipal da Saúde, neste Ente Federado.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 02.01.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 04 de Janeiro de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 17, DE 04.01.2017.

PORTARIA Nº. 17, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PRINCESA – FMAS DE PRINCESA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município, combinada com a Lei nº 771, de 30 de dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR a Servidora Pública Municipal Sra. CLÉDINA DE OLIVEIRA, brasileira, casada, portadora do CPF nº 007.939.129-03, e do Registro Geral (RG) nº 4.270.455, SSP/SC, residente e domiciliada na Rua Sete de Setembro, Município de Princesa/SC, ocupante do cargo e função de Secretário de Saúde, para exercer sem ônus, as funções de Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social de Princesa, neste Ente Federado.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 02.01.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 04 de Janeiro de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18, DE 04.01.2017.

PORTARIA Nº. 18, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Capítulo IV, Art.110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias, aos servidores abaixo relacionados, conforme período aquisitivo e período de gozo. O Servidor Renê Osvino Dittrich, usufruía de 20 (vinte) dias de férias e os 10 (dez) dias restantes serão convertidos em pecúnia:

Funcionária	Cargo	Período aquisitivo	Períodos de gozo
RENÊ OSVINO DITTRICH	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	03/04/2015 a 02/04/2016	04/01/2017 a 23/01/2017
GIOVANI FURTIN	OPERADOR DE EQUIPAMENTOS PESADOS	03/04/2015 a 02/04/2016	04/01/2017 a 02/02/2017
SILVANA DE MOURA STUANI	PSICÓLOGA	14/12/2015 a 13/12/2016	09/01/2017 a 07/02/2017

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 04.01.2016

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 04 de Janeiro de 2017.

Edilson Miguel Volkweis
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO NOMEAÇÃO N.º 5757 - SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA

DECRETO Nº 5757, 02 de janeiro de 2017.

"NOMEIA SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída nas Leis Complementares nº 309 de 01/12/2015 e 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA, para a partir de 02/01/2017, exercer o cargo de Agente Político de Secretária Municipal de Saúde, nos termos do Art. 54, §6º, da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5747 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5747, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA ANA CAROLINA FERRARI"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada, a partir de 01/01/2017, a servidora ANA CAROLINA FERRARI, do cargo em comissão – Chefe da Divisão de Controle e Distribuição de Medicamentos, da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5764 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5764, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA IVO FERRARI"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor IVO FERRARI, do cargo em comissão – DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5765 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5765, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA JOANNA PELLIZZETTI"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada, a partir de 01/01/2017, a servidora JOANNA PELLIZZETTI, do cargo em comissão – DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PECUÁRIA, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5766 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5766, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA JOÃO BATISTA MULLER".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor JOÃO BATISTA MULLER, do cargo em comissão – CHEFE DA DIVISÃO DE OFICINA, LUBRIFICAÇÃO E LAVAÇÃO, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5767 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5767, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA JOÃO PAULO CUNHA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor JOÃO PAULO CUNHA, do cargo em comissão – CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5768 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5768, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA JUCELINO KLAUBERG".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor JUCELINO KLAUBERG, do cargo em comissão – DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO, nos termos do Art. 11, da Lei

Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5769 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5769, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA LELIO ANTONIO NAVARRO LINS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor LELIO ANTONIO NAVARRO LINS, do cargo em comissão – CHEFE DO GABINETE DO VICE-PREFEITO, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5770 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5770, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA LUCIANO JAEHN".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor LUCIANO JAEHN, do cargo em comissão – Diretor do Departamento de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5771 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5771, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA LUIS CARLOS NIENKOTTER".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor LUIS CARLOS NIENKOTTER, do cargo em comissão – DIRETOR DO PROCON MUNICIPAL, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5772 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5772, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA LUIS CARLOS VISENTAINER".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor LUIS CARLOS VISENTAINER, do cargo em comissão – DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5773 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5773, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA LUIS HENRIQUE FIGUEIRA DE OLIVEIRA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017 o servidor LUIS HENRIQUE FIGUEIRA DE OLIVEIRA, do cargo em comissão – Chefe da Divisão de Controle, Avaliação e Processamento, da Secretaria

Municipal de Saúde, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5774 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5774, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA LUIZ HENRIQUE PIAZERA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017 o servidor LUIZ HENRIQUE PIAZERA, do cargo em comissão – DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5775 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5775, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA MARCIA DA SILVA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada, a partir de 01/01/2017 a servidora MARCIA DA SILVA, do cargo em comissão – CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5776 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5776, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA MARCUS BAUERMANN COSTA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017 o servidor MARCUS BAUERMANN COSTA, do cargo em comissão – DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NACIONAL, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5777 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5777, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA MARICLEUSA BOEIRA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada, a partir de 01/01/2017 a servidora MARICLEUSA BOEIRA, do cargo em comissão – CHEFE DA DIVISÃO LEVANTAMENTO E ACOMPANHAMENTO, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5778 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5778, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA MARISTELA IARA DO NASCIMENTO".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada, a partir de 01/01/2017 a servidora MARISTELA IARA DO NASCIMENTO, do cargo em comissão – CHEFE

DA DIVISÃO DE PROGRAMAS E CONVÊNIOS HABITACIONAIS, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5779 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5779, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA NATASCHA FERNANDA KNEIDL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada, a partir de 01/01/2017, a servidora NATASCHA FERNANDA KNEIDL, do cargo em comissão – Assistente de Gabinete do Gabinete do Prefeito, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5780 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5780, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA NELSON DOS SANTOS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor NELSON DOS SANTOS, do cargo em comissão – DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE E MANUTENÇÃO DE FROTAS, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5781 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5781, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA NILSO CRESPI".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor NILSO CRESPI, do cargo em comissão – DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DA EDUCAÇÃO, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5782 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5782, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA OSVALDO GERMER".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor OSVALDO GERMER, do cargo em comissão – CHEFE DA DIVISÃO DE LIMPEZA PUBLICA E URBANISMO, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5783 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5783, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA ORIVALDO CUSTODIO FERREIRA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor ORIVALDO CUSTODIO FERREIRA, do cargo em comissão – Diretor do Departamento de Trânsito do Gabinete do Prefeito, nos termos do

Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5784 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5784, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA PAMELA PRISCILA EICHHOLZ".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada, a partir de 01/01/2017, a servidora PAMELA PRISCILA EICHHOLZ, do cargo em comissão – DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TURISMO, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5785 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5785, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA PATRÍCIA CLAUDINO DOS SANTOS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada, a partir de 01/01/2017, a servidora PATRÍCIA CLAUDINO DOS SANTOS, do cargo em comissão – Diretor de Expediente do Gabinete do Prefeito, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5786 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5786, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA PEDRO ELIAS RODRIGUES".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor PEDRO ELIAS RODRIGUES, do cargo em comissão – Chefe dos Motoristas do Gabinete do Prefeito, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5787 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5787, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA RAFAEL JOSE BELING".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor RAFAEL JOSE BELING, do cargo em comissão – ASSESSOR ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5788 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5788, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA RICARDO PEREIRA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor RICARDO PEREIRA, do cargo em comissão – CONSULTOR JURIDICO CONTENCIOSO GERAL, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n.

208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5789 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5789, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA SERGIO LUIS BASILIO CORREA DE NEGREDO".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor SERGIO LUIS BASILIO CORREA DE NEGREDO, do cargo em comissão – CHEFE DA DIVISÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO CEMITÉRIO, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5790 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5790, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA TEODORO LUIS DA SILVA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor TEODORO LUIS DA SILVA, do cargo em comissão – Diretor de Defesa Civil do Gabinete do Prefeito, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5791 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5791, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA THOMAS HENRY GRANDBERG".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor THOMAS HENRY GRANDBERG, do cargo em comissão – DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO URBANISMO, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5792 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5792, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA TIAGO ROPELATTO MACEDO".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor TIAGO ROPELATTO MACEDO, do cargo em comissão – CONSULTOR JURÍDICO ADMINISTRATIVO, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5793 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5793, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA VALMIR RUBLESKI".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor VALMIR RUBLESKI, do cargo em comissão – CHEFE DA DIVISÃO DE BENS MOVEIS E IMOVEIS, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar

n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5794 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5794, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA VILSO SEVENHANI".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor VILSO SEVENHANI, do cargo em comissão – CHEFE DA DIVISÃO DE PAVIMENTAÇÃO, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5795 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5795, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA VILSON PEDRO DOLSAN".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor VILSON PEDRO DOLSAN, do cargo em comissão – DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E MELHORIAS VIÁRIAS, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5796 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5796, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA WELITON PATRICK DE SOUSA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor WELITON PATRICK DE SOUSA, do cargo em comissão – CHEFE DA DIVISÃO DE MANUTENÇÃO, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5797 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5797, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA ZILTON PEDRO DE SOUZA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor ZILTON PEDRO DE SOUZA, do cargo em comissão – Assessor Especial do Gabinete do Prefeito, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5798 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5798, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA E NOMEIA ADALGISA VENDRAMI DA SILVA FEIJO".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Art.1º- Fica exonerada, a partir de 01/01/2017, a servidora

ADALGISA VENDRAMI DA SILVA FEIJO do cargo em comissão de Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro da Secretaria Municipal de Saúde, e nomeia a partir de 02/01/2017, para exercer o cargo de Diretor do Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do artigo 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/10/2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5799 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5799, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA VANDERLEI ZIMMERMANN".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor VANDERLEI ZIMMERMANN, do cargo em comissão – Diretor do Departamento de Esportes da Fundação Municipal de Desporto, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5800 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5800, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA RODRIGO DE MEIRA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor RODRIGO DE MEIRA, do cargo em comissão – Chefe da Divisão de Promoções e Eventos da Fundação Municipal de Desporto, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
02 de janeiro de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5801 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5801, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA MARCELO LUIZ MATE".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor MARCELO LUIZ MATE, do cargo em comissão – Diretor do Departamento Financeiro e Administrativo da Fundação Municipal de Desporto, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
02 de janeiro de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5802 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5802, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA ODEMAR CLAUDINO DOS SANTOS JUNIOR".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor ODEMAR CLAUDINO DOS SANTOS JUNIOR, do cargo em comissão – CHEFE ADMINISTRATIVO DA ESTACÃO CULTURAL, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
02 de janeiro de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5803 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5803, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA DIEGO ALEXANDRE DA SILVA MADEIRA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor DIEGO ALEXANDRE DA SILVA MADEIRA, do cargo em comissão – CHEFE ADMINISTRATIVO DA ESTACÃO CULTURAL, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
02 de janeiro de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5804 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5804, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA ANA CRISTINA GAEBLER LOFFI".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada, a partir de 01/01/2017, a servidora ANA CRISTINA GAEBLER LOFFI, do cargo em comissão – DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARTES VISUAIS, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
02 de janeiro de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº5805 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5805, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA EDSON MARTINS DE SOUSA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor EDSON MARTINS DE SOUSA, do cargo em comissão – CHEFE

ADMINISTRATIVO DA ESTACÃO CULTURAL, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5806 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5806, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA EZEQUIAS SALLA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor EZEQUIAS SALLA, do cargo em comissão – DIRETOR ADMINISTRATIVO GERAL, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5809, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 5809, de 02 de janeiro de 2017.

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e no Decreto nº 347/93,

DECRETA:

Art. 1º-	Ficam nomeados para compor a Comissão Permanente de Licitações, criada pelo Decreto nº 347/93, como titulares os servidores JOSÉ DEOLA, ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Compras, CARLOS ALBERTO LUITHARDT, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo e DIOVANA MAY MACHADO, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo. Como suplentes, PATRICIA NICOLLADELLI GILI, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, RODRIGO DOLZAN, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo e RÚBIA CRISTINA MOHR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador.
----------	---

Art. 2º-	A Comissão será presidida pelo servidor JOSÉ DEOLA e o mandato dos membros nomeados por este Decreto será até 31 de dezembro de 2017.
----------	---

Art. 3º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito de Rio do Sul

DECRETO Nº 5810, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 5810, de 02 de janeiro de 2017.

"DESIGNA PREGOEIRO E NOMEIA MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com o Decreto nº 080/2007, que regulamenta licitação na modalidade Pregão no Município de Rio do Sul,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica designado como Pregoeiro titular o servidor MARCO AURÉLIO FERRARI, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo e como Pregoeiro suplente o servidor JOSE DEOLA, ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Compras.
----------	---

Art. 2º-	Ficam nomeados para compor a Equipe de Apoio, os servidores: ALEXIS RAIZER GUANABENS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, MARILU ROSANE GIOVANELLA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo I e CARMELA SUZANA DA VEIGA FERREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo.
----------	--

Art. 3º-	O mandato do Pregoeiro, bem como dos membros da Equipe de Apoio nomeados por este Decreto, será até 31 de dezembro de 2017.
----------	---

Art. 4º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 5º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito de Rio do Sul

DECRETO Nº 5811, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 5811, de 02 de janeiro de 2017.

"NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE POLÍTICA E REMUNERAÇÃO DE PESSOAL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com o artigo 22, da Lei Complementar nº 208, de 28 de setembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º- Ficam nomeados para compor a Comissão Permanente de Política e Remuneração de Pessoal, os membros abaixo relacionados:

I – Alexandre Matos Pereira, Secretário Municipal de Administração;

II – Fernando Claudino D’Avila, Advogado;

III - Laiana da Silva Ossemer, Agente Administrativo;

IV – Maristela Regina Balbinot, Assistente Social;

V - Marilene Back Espindola, presidente do sindicato dos servidores;

VI - Valdenir Borges Ribeiro, digitador;

VII - Ivone Terezinha Meneghelli Lourenço, técnica em enfermagem.

Parágrafo único - A nomeação dos membros mencionados no caput tem vigência de 01 (um) ano, iniciando o período a partir do dia 02 de janeiro de 2017, podendo os mesmos serem reconduzidos mediante ato próprio.

Art. 2º- A comissão ora nomeada, conforme disposição contida no artigo 22, da Lei Complementar nº 208, de 28 de setembro de 2010, tem a incumbência de colher subsídios e formular sugestões que orientam as políticas municipais de pessoal e remuneração.

Parágrafo único - Além das competências previstas no caput deste artigo, deverá a comissão participar de todos os estudos e reformas eventualmente produzidas na área de política de pessoal e de remuneração.

Art. 3º- Os subsídios, as sugestões, os estudos e as propostas de reformas nas áreas de política de pessoal e de remuneração, devem ser produzidos mediante parecer fundamentado.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário em especial do Decreto nº 5091 de 11 de janeiro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito de Rio do Sul

LEI 5.788

LEI Nº 5.788, de 12 de dezembro de 2016.

“DISPÕE SOBRE A 1ª REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO INSTITUÍDO PELA LEI Nº 5.324, DE 24 DE AGOSTO DE 2012”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Esta Lei estabelece a 1ª Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, instituído pela Lei nº 5.324, de 24 de agosto de 2012.

§1º. O Anexo Único, parte integrante da presente Lei, é a versão final integral do Plano de Saneamento Básico, devidamente submetido à audiência pública e aprovado pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§2º. O Poder Executivo Municipal e demais prestadores de serviços de saneamento básico ficam obrigados ao cumprimento do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do art. 19, da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

§3º. O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver ações para o monitoramento, implementação e avaliação sistemática da eficiência e da eficácia dos programas instituídos por esta Lei, através dos gestores do Plano.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

12 de dezembro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Os Anexos da referida Lei Ordinária, estão disponíveis através do site: <https://leismunicipais.com.br/SC/RIO.DO.SUL/ANEXO-LEI-5788-2016-RIO-DO-SUL-SC.zip>

PORTARIA N. 0021/RH

PORTARIA N. 0021/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 01/01/2017, a servidora CATIA DAGNONI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo II, do cargo em comissão de DIRETOR DEPARTAMENTO HISTÓRICO, MEMORIAL E DOCUMENTAÇÃO, da Fundação Cultural, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N. 0022/RH

PORTARIA N. 0022/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 01/01/2017, a servidora DIOVANA MAY MACHADO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do cargo em comissão de Diretor do Departamento Contábil, da Secretaria Municipal da Fazenda, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N. 0023/RH

PORTARIA N. 0023/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor SANDRO RENATO SOFKA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo II, do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Cadastro Multifinalitário, da Secretaria Municipal da Fazenda, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N. 0024/RH

PORTARIA N. 0024/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor JOSE LUIZ DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos, do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Fiscalização Tributária, da Secretaria Municipal da Fazenda, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N. 0025/RH

PORTARIA N. 0025/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 01/01/2017, a servidora EDVIRGES REGINA ROSSETT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo II, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Receita, da Secretaria Municipal da Fazenda, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N. 0026/RH

PORTARIA N. 0026/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 01/01/2017, a servidora INES ZITA FLORIANI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo I, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Cadastro Mobiliário, da Secretaria Municipal da Fazenda, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N. 0027/RH

PORTARIA N. 0027/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 01/01/2017, a servidora LEONICE WITTE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo I, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Protocolo, da Secretaria Municipal da Fazenda, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N. 0028/RH

PORTARIA N. 0028/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 01/01/2017, a servidora PATRICIA NICOLLADELLI GILI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Orçamento, da Secretaria Municipal da Fazenda, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N. 0029/RH

PORTARIA N. 0029/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 01/01/2017, a servidora PATRICIA SOARES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Cadastro Imobiliário, da Secretaria Municipal da Fazenda, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N. 0030/RH

PORTARIA N. 0030/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 01/01/2017, a servidora PATRICIA RAQUEL MAYR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Interligação de dados, da Secretaria Municipal de Administração, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N. 0031/RH

PORTARIA N. 0031/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor DANIEL PASA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Desenhista, do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Projetos, da Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N. 0032/RH

PORTARIA N. 0032/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 01/01/2017, a servidora LUCIANI SOUZA LOPES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Arquiteto, do cargo em comissão de Assessor do Plano Diretor, da Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N. 0033/RH

PORTARIA N. 0033/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 01/01/2017, a servidora TERE-SINHA MORETTI NOVELETTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo I, do cargo em comissão de Chefe da Divisão Administrativa, da Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N. 0034/RH

PORTARIA N. 0034/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor CRISTIANO NUNES FERREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador Social, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Proteção Social Básica, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N. 0035/RH

PORTARIA N. 0035/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 01/01/2017, a servidora MARILEA BATISTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N. 0036/RH

PORTARIA N. 0036/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor ROBSON DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo I, do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Agricultura, da Secretaria Municipal de Agricultura, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N. 0037/RH

PORTARIA N. 0037/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor JAIME FREIBERGER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, do cargo em comissão de Assistente de Manutenção do Centro de Eventos, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N. 0038/RH

PORTARIA N. 0038/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor IVO RONALDO WESSNER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Controle de Equipamentos e Veículos, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N. 0039/RH

PORTARIA N. 0039/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor JEAN CLAUDIO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo I, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Manutenção das Vias não Pavimentadas, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N. 0040/RH

PORTARIA N. 0040/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor VALDEMIRO AGOSTINHO DE JESUS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Carpinteiro, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Manutenção do Sistema de Saneamento, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N. 0041/RH

PORTARIA N. 0041/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor NILTON XAVIER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Calceteiro, do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Serviços Urbanos, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N. 0042/RH

PORTARIA N. 0042/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 01/01/2017, a servidora MORGANA MILAN, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

PREGÃO PRESENCIAL 001/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

OBJETO: Contratação de prestação com exclusividade de serviços bancários, incluindo pagamento a servidores ativos da administração direta e fundações, inclusive aqueles que venham a ser contratados na vigência do contrato, bem como pagamentos a fornecedores da administração direta e das fundações e a centralização de toda a arrecadação própria do município.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 17/01/2017, às 10:30h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 11:00h do dia 17/01/2017, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 04 de janeiro de 2017
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito de Rio do Sul

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário de Administração

RESOLUÇÃO Nº 057 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº 057, de 15 de Dezembro de 2016.

“HOMOLOGA PEDIDO DE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SR. JOSÉ CARLOS MORAIS ”

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002

RESOLVE:

Art.1º- Homologar pedido de aposentadoria voluntária tempo de contribuição e idade ao Sr. José Carlos Moraes, brasileiro, com união estável, portador da C.I. nº 577.726 e inscrito no CPF nº 247.493.389-15, residente e domiciliado na rua Pedro Moretto, 1.966 – Bairro Eugênio Schneider, cidade e comarca de Rio do Sul, SC., no cargo de Motorista de caminhão, nível E-1, com proventos integrais, paridade e integralidade, a partir de 01 de Janeiro de 2017.

Art.2º - De conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002, e artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/05.

Art.3º- A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 07 de Dezembro de 2016, e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade, foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 15 de Dezembro de 2016.

RAMIRO DE LIZ E SOUZA

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FAP

RESOLUÇÃO Nº 058 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº 058, de 15 de Dezembro de 2016.

“HOMOLOGA PEDIDO DE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SR. HAMILTON MANOEL ADÃO”

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art.1º- Homologar pedido de aposentadoria voluntária tempo de contribuição e idade ao Sr. Hamilton Manoel Adão, brasileiro, casado, portador da C.I. nº 552.655-8, e inscrito no CPF nº 300.054.779-72, residente e domiciliado na rua Porto União, 180 – Bairro Canoas, cidade e comarca de Rio do Sul, SC., no cargo de Motorista de caminhão, nível E-1, com proventos integrais, paridade e integralidade, a partir de 01 de Janeiro de 2017.

Art.2º - De conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002, e artigo 6º, inciso I, da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Art.3º- A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 07 de Dezembro de 2016, e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade, foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 15 de Dezembro de 2016.

RAMIRO DE LIZ E SOUZA

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FAP

RESOLUÇÃO Nº 059 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº 059, de 15 de Dezembro de 2016.

“RETIFICA A HOMOLOGAÇÃO DO PEDIDO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DO SR. LUIZ GONZAGA MAÇANEIRO EXPRESSA NA RESOLUÇÃO DE Nº 051, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016”

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art.1º- Ante a constatação de erro formal no texto da Resolução de nº 051 de 31 de

Outubro de 2016, fica retificado o seu Artigo 1º, nos seguintes termos:

“Art.1º - Fica concedida aposentadoria por invalidez ao servidor Sr. Luiz Gonzaga Maçaneiro, brasileiro, casado, motorista de caminhão, nível 1-E, portador da Cédula de Identidade n. 297.945 e CPF 292.663.869-87, domiciliado e residente na rua Jacó Finardi, 96, bairro Canta Galo, em Rio do Sul - SC, com proventos proporcionais e sem paridade a partir de 01 de novembro de 2016.”

Art.2º - Ficam mantidas as demais disposições expressas na Resolução de nº 051 de 31 de Outubro de 2016.

Art.3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 15 de Dezembro de 2016.

RAMIRO DE LIZ E SOUZA

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FAP

RESUMO DO ADITIVO 128/2016

5º TERMO ADITIVO Nº 128/2016 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 155/2015, REFERENTE A SERVIÇOS TÉCNICOS DE PREVISÃO DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA NOTUS SERVIÇOS DE ENGENHARIA SC LTDA.

Aos doze (12) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa NOTUS SERVIÇOS DE ENGENHARIA SC LTDA., estabelecida na rua Dom Jaime Câmara, 179, Sala 305, Centro, no município de Florianópolis/SC, CEP 88.015-120, inscrita no CNPJ sob o nº 02.977.730/0001-72, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Sócio, Sr. Luiz Alberto Duarte, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Convite nº 086/2015, o Contrato original de Prestação de Serviços nº 155, datado de 03 de setembro de 2015, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do inciso II do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Quinta do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 (noventa) dias, com o seu término em 19 de março de 2017, conforme memorando nº 036/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

NOTUS SERVIÇOS DE ENGENHARIA SC LTDA

Sr. Luiz Alberto Duarte

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

RESUMO DO ADITIVO 129/2016

6º TERMO ADITIVO Nº 129/2016 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 130/2015, REFERENTE EXECUÇÃO DO COMPLEXO ESPORTIVO DO CENTRO EDUCACIONAL RICARDO MARCHI, BAIRRO SANTA RITA EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA - ME.

Aos treze (13) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA - ME., estabelecida na Rua São Pedro, 1844, Areias, no município de São José/SC, CEP 88.113-250 inscrita no CNPJ sob o nº 05.725.151/0001-20, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Sócio, Sr. Kean Renan Possamai, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Tomada de Preços nº 070/2015, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 130, datado de 06 de agosto de 2015, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 120 (cento e vinte) dias, com o seu término em 28 de abril de 2017, conforme memorando nº 082/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual,

Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA - ME

Sr. Kean Renan Possamai

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Rio Fortuna

PREFEITURA

01/2017 EDITAL LICITAÇÃO CONBUSTÍVEL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORTUNA

Processo de Licitação 001/2017

Edital de Pregão Presencial 001/2017

A Comissão Permanente de Licitações de Rio Fortuna torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 8 h, do dia 20 de janeiro de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna – Setor de Licitação, situado na Avenida Sete de Setembro, 1.175, Centro, PREGÃO PRESENCIAL visando à AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORTUNA. Os interessados em participar poderão retirar o Edital Completo e demais informações complementares no Setor de Licitações da Prefeitura de Rio Fortuna, no endereço acima, de segunda à sexta-feira, das 07 (sete) às 13 (treze) horas, ou pelo telefone: (48) 3653-1122.

Rio Fortuna/ SC, 04 de janeiro de 2017.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

Santa Cecília

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 001/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial no sistema Registro de Preços, no dia 17 de Janeiro de 2017 às 08h30min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br.

Santa Cecília, 04 de janeiro de 2017.

Alessandra Aparecida Garcia

Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE SANTA CECILIA

TERMO DE POSSE DOS VEREADORES, PREFEITO,

VICE- PREFEITO E INSTALAÇÃO DA

14ª LEGISLATURA.

Ao primeiro dia do Mês de Janeiro do ano de 2017, nas dependências da Escola de Educação Básica “Irmã Irene”, situado à Rua Pedro Drissen, na cidade de Santa Cecília – SC, às 09:00 horas, presentes os 11 (Onze) Vereadores, a Prefeita Municipal e o Vice -Prefeito, eleitos para a 14ª Legislatura, período compreendido de 1º de Janeiro de 2017 à 31 de Dezembro de 2020, SOB A Presidência do Vereador mais votado, senhor Natalício de Jesus Rodrigues de Souza, de conformidade com o Artigo 41 da Lei Orgânica do Município de Santa Cecília – SC, procedeu-se a Primeira Reunião Solene, com o compromisso de Posse e Instalação da 14ª Legislatura.

De conformidade com a Legislação vigente, o senhor Presidente declarou instalada a 14ª Legislatura. Após a apresentação dos Diplomas e verificada a autenticidade dos mesmos, o Presidente em exercício, acompanhado dos demais Vereadores, proferiram, o seguinte Compromisso:

“PROMETO GUARDAR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, DESEMPENHANDO LEAL E SINCERAMENTE O MANDATO A MIM CONFERIDO, OBSERVANDO AS LEIS E TRABALHANDO PELO ENGRANDECIMENTO DESTA MUNICÍPIO”.

Em ato contínuo, foi realizada a chamada nominal, e, cada Vereador em pé, declarou: “ASSIM O PROMETO”.

Assumido o compromisso, o senhor Presidente em Exercício, no uso das suas atribuições que lhes são conferidas, declarou empossados os onze Vereadores, após a assinatura do presente Termo.

Santa Cecília, 1º de Janeiro de 2017.

ADRIANO RIBEIRO

ALTINO NEREU FLORES PIRES

ALEXANDRE MARTINS GOES

CARLOS ROBERTO

ALEXANDRE CLAUDEMIR DE SOUZA

EUCLAUDECIL RODRIGUES

LAUDI CAETANO DA SILVA
DE SOUZA

NATALICIO DE J. RODRIGUES

NAYÁ DE MEDEIROS MACHADO OLIVEIRA

REINALDO FERNANDES PETRY

SCHEYLA ROSA FONTANA GRANEMANN DE SOUZA

CONTINUAÇÃO DO TERMO DE POSSE:

De conformidade com os Artigos 95 e 116, Parágrafo 1º da Lei Orgânica do Município de Santa Cecília – SC, a Prefeita e o Vice Prefeito, eleitos em 02 de Outubro de 2016, apresentaram seus Diplomas conferidos pela Justiça Eleitoral e após o Presidente constatar a autenticidade dos mesmos, solicitou ao Prefeito e ao Vice -Prefeito, para que proferissem o seguinte Compromisso:

“PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E OBSERVAR AS LEIS, PARTICULARMENTE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, EXERCER COM PATRIOTISMO, HONESTIDADE E ESPÍRITO PÚBLICO, O MANDATO QUE ME FOI CONFERIDO”.

O Presidente, no uso das suas atribuições que lhes são conferidas, declarou Empossado a Prefeita Municipal, senhora ALESSANDRA GARCIA e o Vice-Prefeito, senhor JOSÉ FRANCISCO DALZOTTO.

Após a posse dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, os mesmos entregaram suas declarações de Bens, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Santa Cecília.

Santa Cecília, 1º de Janeiro de 2017.

ALESSANDRA GARCIA
PREFEITA MUNICIPAL

JOSÉ FRANCISCO DALZOTTO
VICE-PREFEITO

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETONº 01-2017

DECRETO Nº001/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº10 e 16 de Dezembro de 2009.

DECRETA

Art.1º. Fica nomeada em cargo de provimento em comissão, a seguinte servidora publica municipal:

NOME: ALCIONE CLAUDIA STAUDT DA COSTA

CARGO: DIRETORA DE SAÚDE

NIVEL: CC-02

CODIGO: 1030

LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Saúde Pública.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,

em 02 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL

GERENTE DO P.E SERVIÇO

MATRICULA: 13034/01

DECRETONº 02-2017

DECRETO Nº002/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº10 e 16 de Dezembro de 2009.

DECRETA

Art.1º. Fica nomeado em cargo de provimento em comissão, o seguinte servidor publica municipal:

NOME: ELIEZIO TAILON LUNEBURGER

CARGO: GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO

NIVEL: CC-01

CODIGO: 1024

LOTAÇÃO: Secretaria Gestão e Desenvolvimento Econômico

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,

em 02 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL

GERENTE DO P.E SERVIÇO

MATRICULA: 13034/01

DECRETONº 03-2017

DECRETO Nº003/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº10 e 16 de Dezembro de 2009.

DECRETA

Art.1º. Fica nomeado em cargo de provimento em comissão, o seguinte servidor publica municipal:

NOME :IGOR EDUARDO BONETI SOUZA

CARGO: CHEFE DE DIVISÃO

NIVEL: CC-05

CODIGO: 1029

LOTAÇÃO: Secretaria Gestão e Desenvolvimento Econômico

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,

em 02 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL

GERENTE DO P.E SERVIÇO

MATRICULA: 13034/01

DECRETONº 05-2017

DECRETO Nº005/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº10 e 16 de Dezembro de 2009.

DECRETA

Art.1º. Fica nomeado em cargo de provimento em comissão, o seguinte servidor publica municipal:

NOME :SIONARA BARPP

CARGO: CHEFE DE SERVIÇOS URBANOS

NIVEL: CC-05

CODIGO: 1039

LOTAÇÃO: Secretaria de infraestrutura.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,

em 02 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL

GERENTE DO P.E SERVIÇO

MATRICULA: 13034/01

DECRETONº 06-2017

DECRETO Nº006/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº10 e 16 de Dezembro de 2009.

DECRETA

Art.1º. Fica nomeado em cargo de provimento em comissão, o seguinte servidor publica municipal:

NOME : JANIR LUIZ BACH

CARGO: SECRETARIO MUNICIPAL

NIVEL: AP-02

CODIGO: 0003

LOTAÇÃO: SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,

em 02 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL

GERENTE DO P.E SERVIÇO

MATRICULA: 13034/01

DECRETONº 07-2017

DECRETO Nº007/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº10 e 16 de Dezembro de 2009.

DECRETA

Art.1º. Fica nomeado em cargo de provimento em comissão, o seguinte servidora publica municipal:

NOME : LEIDIANE SALETE DE OLIVEIRA

CARGO: CHEFE DE DIVISAO

NIVEL: CC-05

CODIGO: 1029

LOTAÇÃO:SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,

em 02 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL

GERENTE DO P.E SERVIÇO

MATRICULA: 13034/01

DECRETONº 08-2017

DECRETO Nº008/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº10 e 16 de Dezembro de 2009.

DECRETA

Art.1º. Fica nomeado em cargo de provimento em comissão, a seguinte servidora publica municipal:

NOME: MARIA FURTADO

CARGO: SECRETARIA MUNICIPAL

NIVEL: AP-06

CODIGO: 0003

LOTAÇÃO:SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,

em 02 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL

GERENTE DO P.E SERVIÇO

MATRICULA: 13034/01

DECRETONº 09-2017

DECRETO Nº009/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº10 e 16 de Dezembro de 2009.

DECRETA

Art.1º. Fica nomeado em cargo de provimento em comissão, o seguinte servidor publica municipal:

NOME: IRENEU JOSE SECCHI

CARGO: SECRETARIO MUNICIPAL

NIVEL: AP-04

CODIGO: 0003

LOTAÇÃO:SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,

em 02 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL

GERENTE DO P.E SERVIÇO

MATRICULA: 13034/01

EDITAL DE CHAMAMENTO/CREDENCIAMENTO Nº 01-2017

EDITAL DE CHAMAMENTO/CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº. 01/2017
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que esta efetuando o credenciamento a empresas que desejarem realizar exames laboratoriais de análises clínicas conforme tabela SUS.

O Processo será regido pela Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações no Centro Administrativo Municipal, sito a Avenida Tancredo Neves nº. 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Fone 049 3657-0001.

Santa Terezinha do Progresso – SC, aos 05 de Janeiro de 2017.

Derli Furtado

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 24/2017

PORTARIA Nº 024/2017
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, a servidora público municipal, senhora Tereza Back Bernardi, matri.7889/01 lotado na secretaria de educação. Período aquisitivo de 19/02/2015 a 18/02/2016, período de gozo de férias de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL
GERENTE DE P.E SERVIÇO
MATRICULA 13034/01

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2017
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 01/2017
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2017

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 14:00 horas do dia 17 de Janeiro de 2017, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a Contratação de serviços de plantão - médico hospitalar, com corpo clínico especializado para o exercício de 2017.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Fone 049 3657 0001, ou pelo site www.staterezinhaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC, aos 05 de Janeiro de 2017.

Derli Furtado

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2017
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 02/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2017

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 15:00 horas do dia 17 de Janeiro de 2017, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a Contratação de serviços médicos para atendimento a população junto a UBS(Unidade Básica de Saúde) na Estratégia Saúde da Família (ESF) com 40 hrs semanais, no período de Fevereiro a Dezembro de 2017.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Fone 049 3657 0001, ou pelo site www.staterezinhaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC, aos 05 de Janeiro de 2017.

Derli Furtado

Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 201/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 201/2016

A Secretaria de Planejamento e Urbanismo torna público a homologação do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 201/2016, tendo como objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA AMPLIAÇÃO DE META DA PRAÇA DOS ESPORTES E DA CULTURA - PEC, NA RUA OTTO EDUARDO LEPPER, S/N, BAIRRO SERRA ALTA, MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 0363.525-07/2011 MINISTÉRIO DA CULTURA/CAIXA E DE ACORDO COM O MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO, para à empresa: BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, totalizando em R\$ 53.989,65 vencedora do lote 01.

São Bento do Sul, 30 de dezembro de 2016.

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

Secretário de Planejamento e Urbanismo

DECRETO Nº 13/2017

DECRETO Nº 0013, DE 4 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL PARA O EXERCÍCIO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 51, da Lei nº 8.666/93,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para constituir a Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul os seguintes membros:

Daniele Celeski Wojakiewicz - Presidente

Deborah Cintia de Quadros - Suplente

Lisane Krisz Ilg - Secretária

Sandra Maria Sadowski Andrzejewski - Suplente

Jocemari Telma Teixeira - Membro

Carla Eloise Mulbauer - Suplente

Parágrafo Único – Compete à Comissão de Licitação, receber e julgar as licitações até o valor constante da modalidade convite.

Art. 2º A Comissão de Licitação fica investida em todas as prerrogativas legais pertinentes às licitações públicas a serem realizadas naquela modalidade.

Art. 3º Os suplentes ficam designados para substituir os titulares quando do impedimento dos mesmos, de conformidade com o artigo 118 da Lei nº 8.666/93.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 4 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO Nº 14/2017

DECRETO Nº 0014, DE 4 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 51, da Lei nº 8.666/93,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para constituir a Comissão de Licitação do Fundo Municipal de Saúde os seguintes membros:

Leila Mara de Oliveira Jeller - Presidente

Edemilson Benedito de Assis - Suplente

Larissa Juliane Jablonski - Secretária

Sirlei Aparecida Dambroz - Suplente

Mauro Siqueira Ramos - Membro

Andreza da Silva Andrade - Suplente

Parágrafo Único – Compete à Comissão de Licitação, receber e julgar as licitações até o valor constante da modalidade convite.

Art. 2º A Comissão de Licitação fica investida em todas as prerrogativas legais pertinentes às licitações públicas a serem realizadas naquela modalidade.

Art. 3º Os suplentes ficam designados para substituir os titulares quando do impedimento dos mesmos, de conformidade com o artigo 118 da Lei nº 8.666/93.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 4 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO Nº 15/2017

DECRETO Nº 0015, DE 4 DE JANEIRO DE 2017.

Designa Autoridade Competente para o Exercício de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Chefe de Gabinete, NILVA MARLI LARSEN HOLZ, como "Autoridade Competente", no que diz respeito aos vários atos que deverão ser praticados nas licitações modalidade Pregão, no Gabinete do Prefeito, para a aquisição e contratação de Bens e Serviços Comuns, de acordo com a Lei Federal nº 10.520/02 e demais dispositivos legais pertinentes.

Art. 2º Caberá à autoridade designada:

- a) Determinar, justificadamente, a abertura do Pregão, definir o objeto da contratação e as demais condições de participação e de contratação;
- b) Designar o pregoeiro e a equipe de apoio;
- c) Decidir os recursos interpostos contra os atos do pregoeiro;
- d) Promover o devido controle hierárquico;
- e) Homologar o resultado do Pregão;
- f) Promover a contratação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 4 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO Nº 16/2017

DECRETO Nº 0016, DE 4 DE JANEIRO DE 2017.

Designa Autoridade Competente para o Exercício de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Secretária Municipal de Administração, MARGARETH BAYERL KEISER, como "Autoridade Competente", no que diz respeito aos vários atos que deverão ser praticados nas licitações modalidade Pregão, na Secretaria Municipal de Administração, para a aquisição e contratação de Bens e Serviços Comuns, de acordo com a Lei Federal nº 10.520/02 e demais dispositivos legais pertinentes.

Art. 2º Caberá à autoridade designada:

- a) Determinar, justificadamente, a abertura do Pregão, definir o objeto da contratação e as demais condições de participação e de contratação;
- b) Designar o pregoeiro e a equipe de apoio;
- c) Decidir os recursos interpostos contra os atos do pregoeiro;
- d) Promover o devido controle hierárquico;
- e) Homologar o resultado do Pregão;
- f) Promover a contratação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 4 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO Nº 17/2017

DECRETO Nº 0017, DE 4 DE JANEIRO DE 2017.

Designa Autoridade Competente para o Exercício de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Secretária Municipal de Educação, ROSE-MARI IVANE STRACK CÂNDIDO, como "Autoridade Competente", no que diz respeito aos vários atos que deverão ser praticados nas licitações modalidade Pregão, na Secretaria Municipal de Educação, para a aquisição e contratação de Bens e Serviços Comuns, de acordo com a Lei Federal nº 10.520/02 e demais dispositivos legais pertinentes.

Art. 2º Caberá à autoridade designada:

- a) Determinar, justificadamente, a abertura do Pregão, definir o objeto da contratação e as demais condições de participação e de contratação;
- b) Designar o pregoeiro e a equipe de apoio;
- c) Decidir os recursos interpostos contra os atos do pregoeiro;
- d) Promover o devido controle hierárquico;
- e) Homologar o resultado do Pregão;
- f) Promover a contratação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 4 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO Nº 18/2017

DECRETO Nº 0018, DE 4 DE JANEIRO DE 2017.

Designa Autoridade Competente para o Exercício de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, ADELINO DENK, como "Autoridade Competente", no que diz respeito aos vários atos que deverão ser praticados nas licitações modalidade Pregão, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, para a aquisição e contratação de Bens e Serviços Comuns, de acordo com a Lei Federal nº 10.520/02 e demais dispositivos legais pertinentes.

Art. 2º Caberá à autoridade designada:

- a) Determinar, justificadamente, a abertura do Pregão, definir o objeto da contratação e as demais condições de participação e de contratação;
- b) Designar o pregoeiro e a equipe de apoio;
- c) Decidir os recursos interpostos contra os atos do pregoeiro;
- d) Promover o devido controle hierárquico;
- e) Homologar o resultado do Pregão;
- f) Promover a contratação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 4 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO Nº 19/2017

DECRETO Nº 0019, DE 4 DE JANEIRO DE 2017.

Designa Autoridade Competente para o Exercício de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Secretário Municipal Interino de Finanças, ADELINO DENK, como "Autoridade Competente", no que diz respeito aos vários atos que deverão ser praticados nas licitações modalidade Pregão, na Secretaria Municipal de Finanças para a aquisição e contratação de Bens e Serviços Comuns, de acordo com a Lei Federal nº 10.520/02 e demais dispositivos legais pertinentes.

Art. 2º Caberá à autoridade designada:

- a) Determinar, justificadamente, a abertura do Pregão, definir o objeto da contratação e as demais condições de participação e de contratação;
- b) Designar o pregoeiro e a equipe de apoio;
- c) Decidir os recursos interpostos contra os atos do pregoeiro;
- d) Promover o devido controle hierárquico;
- e) Homologar o resultado do Pregão;
- f) Promover a contratação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 4 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 30/2017

PORTARIA Nº 0030, DE 4 DE JANEIRO DE 2017.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar ADELINO DENK, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos da frota municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 4 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 31/2017

PORTARIA Nº 0031, DE 4 DE JANEIRO DE 2017.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos da frota municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 4 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 32/2017

PORTARIA Nº 0032, DE 4 DE JANEIRO DE 2017.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a servidora JULIANE MARIA SCHMIDT, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, matrícula nº 9.600, no Gabinete do Prefeito, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os seguintes veículos oficiais:

- GM/Celta, placa ARO 6234
- GM/Corsa Classic, placa AGE 8811
- Fiat/Palio, placa MDG 2067

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 4 de janeiro de 2017.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 33/2017

PORTARIA Nº 0033, DE 4 DE JANEIRO DE 2017.
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os servidores ALUISIO OLIVEIRA ANTUNES, matrícula nº 27.220, FABIO MARCELO SCHLOEGEL, matrícula nº 37.996, KELLY THIEMANN, matrícula nº 40.817, MARCELO LEVANDOWSKI, matrícula nº 42.588, PAULO ROBERTO SCHUHMACHER, matrícula nº 14.850 e PAULO ROBERTO SIGMORELI, matrícula nº 39.471, todos da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os seguintes veículos oficiais:

- GM/Celta, placa MCS 6867
- GM/Celta, placa MCS 6957
- GM/Celta, placa MCX 3636
- VW/Gol, placa MHQ 6962
- GM/Corsa, placa MIU 1477
- GM/Corsa, placa MIU 1547
- GM/Corsa, placa MLB 4516

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 4 de janeiro de 2017.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 34/2017

PORTARIA Nº 0034, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

Revoga Portaria nº 2420/2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 01 de janeiro de 2017, a Portaria nº 2420/2013 que cedeu o servidor TEODÓSIO KACHUBA, ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo, para prestar serviços junto ao Instituto Geral de Perícias – IGP.

São Bento do Sul, 4 de janeiro de 2017.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

RESULTADO DE JULGAMENTO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 201/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
RESULTADO DE JULGAMENTO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 201/2016

A Secretaria de Planejamento e Urbanismo torna público o Resultado da Licitação do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 201/2016, tendo como objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA AMPLIAÇÃO DE META DA PRAÇA DOS ESPORTES E DA CULTURA - PEC, NA RUA OTTO EDUARDO LEPPER, S/N, BAIRRO SERRA ALTA, MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 0363.525-07/2011 MINISTÉRIO DA CULTURA/CAIXA E DE ACORDO COM O MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO, o qual a Comissão após analisar detalhadamente a proposta julgou vencedora a empresa: BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

São Bento do Sul, 30 de dezembro de 2016.

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER
Secretário de Planejamento e Urbanismo

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 37/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 37/2014

Partes: Município de São João do Oeste e Gustavo Henrique Friedrich - Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 054/2013

OBJETO: "Transporte Escolar".

VALOR: R\$ 56.238,00

PRAZO: 26.12.2016 até 31.12.2017

São João do Oeste – 26 de dezembro de 2016

Sérgio Luis Theisen– Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2017

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Instituto de Assistência e Educação São João

ORIGEM: Inexigibilidade nº 01/2017

OBJETO: "Locação de imóvel para o funcionamento do "Conselho Tutelar e do CRAS- Centro de Referência da Assistência Social de São João do Oeste", com área de 132,00 m², considerando a necessidade de instalação e localização da referida unidade".

VALOR: R\$ 18.007,92

PRAZO: 02.01.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 02 de Janeiro de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2017

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Instituto de Assistência e Educação São João

ORIGEM: Inexigibilidade nº 01/2017

OBJETO: "Contratação de serviços médico hospitalares".

VALOR: R\$ 57.882,60

PRAZO: 02.01.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 02 de Janeiro de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2017

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Laboratório de Citologia Clínica Dannenbrock- LTDA

ORIGEM: Inexigibilidade nº 05/2016

OBJETO: "Compromete-se a prestar os serviços na execução/ fornecimento dos serviços de saúde- exames laboratoriais".

VALOR: R\$ 72.000,00

PRAZO: 02.01.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 02 de Janeiro de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2017

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Laboratório de Análises Clínicas Laboratório Castanhede- Ltda

ORIGEM: Inexigibilidade nº 05/2016

OBJETO: "Compromete-se a prestar os serviços na execução/ fornecimento dos serviços de saúde- exames laboratoriais".

VALOR: R\$ 50.000,00

PRAZO: 02.01.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 02 de Janeiro de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 10/2013

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 10/2013

Partes: Município de São João do Oeste e Alcides Luis Hofer Soc Ind de Advocacia Eireli Me

ORIGEM: Carta Convite nº 79/2012

OBJETO: "Prestação de serviços de Assessoria Jurídica"

VALOR DO ADITIVO: R\$ 4.822,68

VALOR TOTAL: 71.898,16

PRAZO: 02.01.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 02 de Janeiro de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

PP 01.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 – EXCLUSIVO PARA EMPRESAS MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nº 01/2017, COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação de empresa para fazer impressão de calendários com os eventos do ano de 2017 do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 10:00 horas do dia 17 de janeiro de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 10:00 horas do dia 17 de janeiro de 2017 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 05 de janeiro de 2.017. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 08/2017

DECRETO Nº 008/2017

"QUE INSTITUI HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM E REVOGA OS EFEITOS DO DECRETO Nº 289/2016 DE 07/11/2016"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - As Repartições Públicas Municipais, funcionarão, em turno único, apenas nos horários compreendidos das 13:00 às 19:00 horas, de segunda a sexta-feira.

Parágrafo Único – Excetuam-se das disposições do presente Artigo, os serviços essenciais da Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Obras e Viação, Escolas, Creches, Rodoviária e Exatoria Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições do Decreto Nº 289/2016, de 07/11/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 03 de Janeiro de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 07/2017

PORTARIANº 007/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - ALCEU DE SOUZA, ocupante do Cargo de Motorista, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - ANDERSON DE OLIVEIRA ROSA, ocupante do Cargo de Motorista, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - ANTONIO CLERIO DE LIMA, ocupante do Cargo de Motorista, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - JOÃO VITOR NUNES DE ALMEIDA, ocupante do Cargo de Motorista, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - JOSÉ NAZARENO CARDOSO NUNES, ocupante do Cargo de Motorista, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - MANOEL ABRAÃO RODRIGUES DE JESUS, ocupante do Cargo de Motorista, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - NELSON ROSA ANDRADE FILHO, ocupante do Cargo de Motorista, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - OSMAR SOUZA SEIFERT, ocupante do Cargo de Motorista, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - ANTONIO CARLOS DE LIMA, ocupante do Cargo de Merendeiro, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - JOICE KELLY DE OLIVEIRA MACEDO SILVA, ocupante do Cargo de Merendeira, referente ao exercício

de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - MAISA SOARES PEREIRA, ocupante do Cargo de Merendeira, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - MARIA ALEXANDRE BORGES, ocupante do Cargo de Merendeira, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - ROSANI VALIM GUIMARÃES, ocupante do Cargo de Merendeira, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - SIMONI ALI HUSEIN, ocupante do Cargo de Merendeira, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 02 de Janeiro de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 08/2017

PORTARIANº 008/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - ADRIANA MARIA DE SOUZA ALMEIDA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - ALBERTINA MARQUES HUGEN, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - ANA PAULA COSTA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - ANA PAULA VIEIRA DE SOUZA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - ANDREIA APARECIDA BARBOSA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - AUGUSTA APARECIDA DE ANDRADE, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - BERNADETE PORTO KAULING, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - CLEBSON JOSÉ CARDOSO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - CLERIA MARIA PEREIRA SCHLISCHTING, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - CRISTINA RIBEIRO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - ELIZETE DE FATIMA PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - ESTELA MARCIA CAMARGO VELHO GODINHO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - EVA APARECIDA GARCIA FELISBINO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao

exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 02 de Janeiro de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 09/2017

PORTARIANº 009/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - FABIANA DE SOUZA VIEIRA PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - FERNANDA PEREIRA MATTOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - FRANCIONI OLIVEIRA MACEDO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - IRENE PADILHA ALVES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - IVANA DE CASSIA OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - IVETE APARECIDA BORGES VELHO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - IVONE RODRIGUES DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - IVONIR RODRIGUES DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - JANETE CECHINEL PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - JOSÉ VILSON HASCKEL, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - JUÇARA RODRIGUES DE OLIVEIRA BARBOSA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - JULIANO CESAR ANTUNES NERES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - JURACI DE FATIMA BRANCO DA SILVA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 02 de Janeiro de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 10/2017

PORTARIANº 010/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - LECENI MARIA DE MELO MUNIZ, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - LUIZA MARIA LIMA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - MAGDA APARECIDA DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - MARGARET BARBOSA FIGUEIREDO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - MARIA BENTA CUSTODIO VELHO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - MARIA CUSTODIA DE SOUZA SANTOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - MARIA MACEDO DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - MARIA TEODORA DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - MARILDA FAUSTO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - MARINES GARCIA FELISBINO RICARDO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 02 de Janeiro de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 11/2017

PORTARIANº 011/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - MARISA ANTUNES OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - MARISA BARBOSA PEREIRA DA SILVA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - MARIZABEL APARECIDA BORGES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - NEURA CANDIDA DE LIMA BORGES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - NEUSA APARECIDA PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - ONÉLIA

PADILHA DE ALMEIDA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – OSMARINA TERESINHA BARBOSA DA SILVA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – REGIANE DE OLIVEIRA ROSA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – SAMARA OLIVEIRA RODRIGUES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – SAMIRA MACEDO ANDRADE, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 02 de Janeiro de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 12/2017

PORTARIANº 012/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - SONIA MARA COSTA RODRIGUES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – SUZIANE DA ROSA SOUZA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – TAISE RODRIGUES CASSÃO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – TERESINHA APARECIDA MATOS BORGES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – TERESINHA APARECIDA QUINTINO BRUCH, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – VANESCA ALESSANDRA DE LIMA AQUES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – VERA APARECIDA BITTENCOURT, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – VERGINIA ELIZETE BORGES ROTA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – ZENIR BORGES ANSELMO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – ANGELITA BORGES DE ANDRADE, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 02 de Janeiro de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 13/2017

PORTARIANº 013/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - ADRIANA ANDRADE FAUSTO, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – ADRIANA ANDRADE FAUSTO, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – ADRIANA DA ROSA QUIRINO PADILHA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – ADRIANA FARIAS DE ALMEIDA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – ADRIANA MARIOTT ANTUNES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – ADRIANA PEREIRA DE SOUZA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – ADRIANA PORTO VELHO LOPES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – ALDADI QUIRINO DA ROSA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – ALINE RODRIGUES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – AMELIA MACHADO VIEIRA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – ANA MARIA TORTELLI COSTA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – ANA ZENIR LOPES ZANDONADI, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – ANA MARIA MATOS DO AMARAL, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 02 de Janeiro de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

TERMO DE POSSE 2017 - 2020

TERMO DE POSSE
PREFEITO E VICE-PREFEITO MUNICIPAL
GESTÃO 2017/2020

Conforme o que determina a Lei Orgânica deste Município em seu art. 55, apresentando os Diplomas do Prefeito e Vice-Prefeito, bem como suas Declarações de Bens, foi prestado o juramento, primeiramente pelo Vice-Prefeito Mauricio Yamashiro, seguido pelo Prefeito Giovanni Nunes, sendo ambos declarados empossados nos Cargos de Vice-Prefeito e Prefeito, respectivamente, na Sessão Solene de Instalação da 19ª Legislatura, realizada no dia 01 de janeiro de 2017 às 16:00 horas, nas dependências do Centro de Eventos Newton Stélio Fontanella, localizado na Rua Urubici, s/n Parque Geraldo José Coral, Bairro Jardim Caiçara São Joaquim - SC.

GIOVANI NUNES

MAURICIO YAMASHIRO

São José

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 160/2016 – PE 113/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 160/2016 – PE 113/2016 – Processo 495/2016 – Proc. Adm. 20531/2016 – Fornecedores: TRATOR PEÇAS – COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA – EPP; RACINE COMERCIAL LTDA; BELLENZIER PNEUS LTDA e SILVEIRA E ROMERO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS (TIPO RADIAL), COM CERTIFICADO DO INMETRO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO 7º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 43.896,86 (quarenta e três mil, oitocentos e noventa e seis reais e oitenta e seis centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 07 de novembro de 2016.

CONTRATO/CT: Nº 126/2016 – PE 094/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 126/2016 – PE 094/2016 – Processo 351/2016 – Proc. Adm. 17972/2016 - Contratado: TCA TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO TIPO FURGÃO, INCLUINDO TRANSFORMAÇÃO PARA AMBULÂNCIA DE AUTO SOCORRO DE URGÊNCIA, A DIESEL, DESTINADO AO SAMU DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura. Valor: R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais). Data da Assinatura do Contrato: 22 de novembro de 2016

CONTRATO/CT: Nº 127/2016 – PR 126/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 127/2016 – PR 126/2016 – Processo 486/2016 – Proc. Adm. 20131/2016 - Contratado: A. ALEMAX ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E INSTALAÇÃO NAS MÁQUINAS DE AR CONDICIONADO PERTENCENTES AS UNIDADES E SETORES VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante aditamento, conforme previsto no art. 57 da Lei 8.666/93. Valor: R\$129.923,52 (cento e vinte e nove mil, novecentos e vinte e três reais e cinquenta e dois centavos). Data da Assinatura do Contrato: 22 de novembro de 2016

CONTRATO/CT: Nº 128/2016 – PR 126/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 128/2016 – PR 126/2016 – Processo 486/2016 – Proc. Adm. 20131/2016 - Contratado: LAUDECI FELISBINO ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E INSTALAÇÃO NAS MÁQUINAS DE AR CONDICIONADO PERTENCENTES AS UNIDADES E SETORES VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante aditamento, conforme previsto no art. 57 da Lei 8.666/93. Valor: R\$7.348,00 (sete mil e trezentos e quarenta e oito reais). Data da Assinatura do Contrato: 22 de novembro de 2016.

CONTRATO/CT: Nº 134/2016 – IN 025/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 134/2016 – IN 025/2016 – Processo 704/2016 – Proc. Adm. 26636/2016 - Contratado: SOS SUL RESGATE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO LTDA. Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA SOS SUL RESGATE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO LTDA, REPRESENTANTE EXCLUSIVA, PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE RESGATE E ESTABILIZAÇÃO VEICULAR PARA A 1ª CIA DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO JOSÉ. Prazo: O prazo de vigência deste Contrato será de 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Valor: R\$72.765,54 (setenta e dois mil, setecentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos). Data da Assinatura do Contrato: 09 de dezembro de 2016

PORTARIA Nº 001/2017

PORTARIA Nº 001/2017
DESIGNA SERVIDORA EFETIVA ANA PAULA SILVEIRA CALDEIRA DE ANDRADA BELTRAME PARA DESEMPENHAR AS FUNÇÕES DE COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC.

A Secretária Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 2.132/1990, no parágrafo único do art. 66, inciso II, e

Considerando a Lei nº 8.080, de 21 de junho de 1990, a qual incluiu no campo de atuação do Sistema Único de Saúde Municipal a Assistência e atendimentos de serviços de saúde em Saúde Bucal; Considerando a complexidade e as especificações técnicas dos insumos estratégicos e recursos humanos e materiais utilizados no âmbito do Setor de Atendimentos de Saúde Bucal no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de São José;
Considerando o Caderno de Atenção Básica n.º 17, no que tange à referência ao tratamento odontológico nos serviços especializados na área de Saúde Bucal.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Sra. ANA PAULA SILVEIRA CALDEIRA DE ANDRADA BELTRAME, Cirurgiã-dentista CRF/SC nº 6662, Matrícula: 14437 para desempenhar as funções de Coordenação do Programa de Saúde Bucal no âmbito da Secretaria de Saúde de São José/SC, sem prejuízo dos seus vencimentos.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

São José (SC), 03 de janeiro de 2017.

Sinara Regina Landt Simioni
Secretária Municipal da Saúde

PORTARIA Nº 04/2017

PORTARIA Nº 04/2017

Prorrogação da Portaria nº 018/2016 e 031/2016

O Procurador Geral Interino do Município, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 30.431/2009, prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria nº 018/2016, de 01 de setembro de 2016 e prorrogada pela Portaria n.º 031/2016, de 09 de novembro de 2016, pelo prazo de 60 (sessenta dias) a contar do dia 04 de janeiro de 2017.

São José, 04 de janeiro de 2017.

Junior Spies
Procurador Geral Interino do Município de São José

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 148/2016 – RETIFICADO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 148/2016 – RETIFICADO – Processo nº 675/2016 – Proc. Adm. 25437/2016. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, BRINQUEDOS E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS PARA AS NOVAS UNIDADES DE ENSINO, CEIS CRISTO REI E ZANELATO, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 05 de janeiro de 2017 às 18h00min até dia 17 de janeiro de 2017, às 14h30min. ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 14h30min do dia 10 de janeiro de 2017. INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h31min do dia 17 de janeiro de 2017. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2016 - Processo nº 519/2016 – Proc. Adm. 20536/2016. Fornecedores: ELEC IND. E COM. DE EQUIP. DE MEDIÇÃO LTDA EPP; M J G - TECNOLOGIA E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA e RACINE COMERCIAL LTDA EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA MOTOCICLISTA, DE SINALIZAÇÃO PARA BICICLETAS, LAVADORA DE ALTA PRESSÃO, BOBINAS TÉRMICAS, BOBINAS PARA ETILÔMETRO, KIT DE ETILÔMETRO COMPLETO, CARTUCHOS PARA IMPRESSORAS, BATERIAS E

PILHAS RECARREGÁVEIS PARA O SÉTIMO BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR E CÂMERA FOTOGRÁFICA E CARTÃO DE MEMÓRIA PARA A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 57.924,87 – cinquenta e sete mil, novecentos e vinte e quatro reais e oitenta e sete centavos. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2016 - Processo nº 533/2016 – Proc. Adm. 19985/2016. Fornecedor: ALPHARAD COM. IM. EXPO. DE PRODUTOS HOSP. EIRELI. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MÉDICO-HOSPITALAR (ESPIRÔMETRO) E SEUS INSUMOS PARA USO DA POLICLÍNICA DE CAMPINAS, ATRAVÉS DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA, VINCULADA À SECRETARIA DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC.. Valor Total: R\$ 14.760,00 – quatorze mil, setecentos e sessenta reais. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2016-01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 042/2016-01 – PR 147/2015 - Processo Adm. 24748/2016 – Contratado: JG MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA-ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, PARA REALIZAR MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E PREVENTIVA NO CENTRO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ E NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. DO ACRÉSCIMO QUANTITATIVO DE 25%: Pelo presente termo aditivo fica aditado ao valor original da Ata de Registro de Preços o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) no montante da empresa JG MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME, conforme justificativa de fls. 02, o que ocasiona um acréscimo de R\$ 4.325,12 (quatro mil, trezentos e vinte e cinco reais e doze centavos). Data da assinatura: 10 de novembro de 2016.

TERMO ADITIVO/TA Nº 009/2016-01 – CR 003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 009/2016-01 – Cr 003/2015 - Proc. Adm. 25730/2016 – Contratado: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ - APAE. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO AMBULATORIAL DE PACIENTES EM REABILITAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Conforme solicitação, justificativa e parecer, firmados no Processo Administrativo nº 25730/2016, fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 009/2016 por mais 12 (doze) meses, a contar de 26/01/2017. Data da assinatura: 08 de dezembro de 2016.

TERMO ADITIVO/TA Nº 107/2011-06 – DL 001/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 107/2011-06 – DL 001/2011 – Processo 006/2011 – Locador: TÂNIO JOSÉ ZIMMERMANN. Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO À RUA LUIZ FAGUNDES, Nº 2324, BAIRRO PICADAS DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, COM ÁREA APROXIMADA DE 900,00 M2, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA ESCOLA PROFISSIONAL DE PICADAS DO SUL. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Com fundamento no art. 56 da Lei nº 8.245/1991 c/c art. 57 da Lei nº 8.666/1993, e conforme solicitação, justificativa e parecer firmados no Processo Administrativo nº 26063/2016, fica prorrogado o prazo do Contrato nº 107/2011 por 12 (doze) meses, com efeitos a partir do dia 24/02/2017. DO REAJUSTE: O valor do Contrato não sofrerá reajuste, mantendo-se o valor de R\$28.226,04 (vinte e oito mil, duzentos e vinte e seis reais e quatro centavos) anuais, sendo R\$2.352,17 (dois mil, trezentos e cinquenta e dois reais e dezessete centavos). Data da assinatura: 08 de dezembro de 2016.

TERMO ADITIVO/TA Nº 149/2015-01 – DL 272/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 149/2015-01 – DL 272/2015 - Processo 451/2015 – Proc. Adm. 25999/2016 – Locador: Sr. LAERTE MEDEIROS NASCIMENTO. Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA GISELA E BENTO AGUIDO VIEIRA, Nº 1685, NO BAIRRO BELA VISTA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO CEI NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Com fundamento no art. 56 da Lei nº 8.245/1991 c/c art. 57 da Lei nº 8.666/1993, e conforme solicitação, justificativa e parecer firmados no Processo Administrativo nº 25999/2016, fica prorrogado o prazo do Contrato nº 149/2015 por 12 (doze) meses, com efeitos a partir do dia 14/11/2016. DO REAJUSTE: O valor do Contrato não sofrerá reajuste, mantendo-se o valor de R\$36.000,00 (trinta e seis mil reais) anuais, sendo R\$3.000,00 (três mil reais) mensais. Data da assinatura: 19 de dezembro de 2016.

TERMO ADITIVO/TA Nº 254/2014-02 – DL 072/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 254/2014-02 – DL 072/2014 - Processo 384/2014 – Proc. Adm. 26067/2016 – Locador: ZUPAN – ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA. Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA GOVERNADOR JOSÉ BOABAID, Nº 06, ÁREA INDUSTRIAL – SÃO JOSÉ/SC, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO ALMOXARIFADO, SETOR DE PATRIMÔNIO E SETOR DE TRANSPORTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Conforme solicitação, justificativa e parecer, firmados no Processo Administrativo nº 26067/2016, fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 254/2014 por mais 12 (doze) meses, a contar de 06/12/2016. DO VALOR DO CONTRATO: O valor original do Contrato nº 254/2014 não sofrerá alteração, mantendo-se o valor de R\$198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais), sendo R\$16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais) mensais. Data da assinatura: 08 de dezembro de 2016.

TERMO ADITIVO/TA Nº 761/2012-04 – DL 032/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 761/2012-04 – DL 032/2012 - Processo 320/2012 – Proc. Adm. 25772/2016 – Locadores: Lauro Manoel Vasco e Cirene Gomes Vasco. Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA RUA GETÚLIO VARGAS, Nº 578, BAIRRO PRAIA COMPRIDA – SÃO JOSÉ/SC – DESTINADO AS INSTALAÇÕES DO CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL BOM JESUS DE IGUAPE. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Com fundamento no art. 56 da Lei nº 8.245/1991 c/c art. 57 da Lei nº 8.666/1993, e conforme solicitação, justificativa e parecer firmados no Processo Administrativo nº 25772/2016, fica prorrogado o prazo do Contrato nº 761/2012 por 12 (doze) meses, com efeitos a partir do dia 13/12/2016. DO REAJUSTE: O valor do Contrato não sofrerá reajuste, mantendo-se o valor de R\$136.829,28 (cento e trinta e seis mil, oitocentos e vinte e nove reais e vinte e oito centavos) anuais, sendo R\$11.402,44 (onze mil, quatrocentos e dois reais e quarenta e quatro centavos). Data da assinatura: 08 de dezembro de 2016.

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL FMS N.1/2017

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº01/2017 – Registro de preço
O Fundo Municipal de Saúde, do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013 promove Processo Licitatório nº 01/2017, Edital de Pregão Nº 01/2017, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA FAZER MOLDAGEM E CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIA PARA POPULAÇÃO ADULTA E TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL 3.964/2012. Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação até às 08:00 horas do dia 17/01/2017. No mesmo horário será feito o credenciamento das proponentes, dos representantes e realizado a abertura das propostas para lançamento no sistema, para iniciar os lances, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30. São José do Cedro. Fernando Julio Will – Responsável pelo FMS.

PORTARIA Nº 012/2017

PORTARIA Nº 012/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições do seu cargo e de acordo com o inciso IX do Artigo 69º, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Suspender a partir de 02 de janeiro de 2017, os efeitos da Portaria nº 263/2016, de 04 de maio de 2016, que designou a servidora pública municipal Gabriela Toigo, ocupante do cargo comissionado de Coordenador do CRAS, Grupo DAC, Nível 26, Matrícula 3176, como Gestor do FMS (Fundo Municipal de Assistência Social).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir de 04 de janeiro de 2017, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 04 de janeiro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

Registrada e publicada na data supra.

Maiara Ongaratto,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 013/2017

PORTARIA Nº 013/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições do seu cargo e de acordo com o inciso IX do Artigo 69º, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art.1º. Designar a partir de 02 de janeiro de 2017, o servidor público municipal Alexandre Vogt, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, Grupo DAC, Nível 19, Matrícula 3413, como Gestor do FMS (Fundo Municipal de Assistência Social).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 04 de janeiro de 2017, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 04 de janeiro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

Registrada e publicada na data supra.

Maiara Ongaratto,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 014/2017

PORTARIA Nº 014/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições do seu cargo e de acordo com o inciso IX do Artigo 69º, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Suspender a partir de 02 de janeiro de 2017, os efeitos da Portaria nº 332/2014, de 05 de setembro de 2014, que designou o servidor público municipal Fernando Julio Will, ocupante do cargo de Secretário Municipal da Saúde, Grupo DAC, Nível 19, Matrícula 2746, como Gestor do FMS (Fundo Municipal de Saúde).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir de 04 de janeiro de 2017, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 04 de janeiro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

Registrada e publicada na data supra.

Maiara Ongaratto,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 015/2017

PORTARIA Nº 015/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições do seu cargo e de acordo com o inciso IX do Artigo 69º, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art.1º. Designar a partir de 02 de janeiro de 2017, o servidor público municipal Fernando Julio Will, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Saúde, Grupo DAC, Nível 19, Matrícula 2746, como Gestor do FMS (Fundo Municipal de Saúde).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 04 de janeiro de 2017, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 04 de janeiro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

Registrada e publicada na data supra.

Maiara Ongaratto,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 016/2017

PORTARIA Nº 016/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município e Artigo 1º, § 1º da Lei Municipal 4212, de 11 de março de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público municipal Giovani Luiz Sasso, ocupante do cargo efetivo de Motorista, Grupo TSG, Nível 08, Matrícula 2529, o Adicional de Periculosidade, no percentual de 30% (trinta por cento), sobre o salário base do cargo, no período de 02 a 31 de janeiro de 2017, em virtude de férias do servidor Elemar Thomé, responsável pelo abastecimento de máquinas e equipamentos com líquido inflamável.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 04 de janeiro de 2017, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 04 de janeiro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Maiara Ongaratto,
Departamento de Pessoal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017, DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERV. Nº 001/2017 - FMS

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NO CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE, E NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DOS BAIRROS: SÃO FRANCISCO, CRUZEIRO E NO DISTRITO DE PRESIDENTE JUSCELINO.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, CNPJ: 11.359.214/0001-75

CONTRATADA: JAKYMIU E SILVA LTDA – ME, CNPJ: 11.649.503/0002-90

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n. 8. 666/93, art. 24, Inciso IV.

VALOR TOTAL: R\$ 201.661,20 (duzentos e um mil, seiscentos e sessenta e um reais e vinte cinco centavos).

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Orçamento do exercício financeiro de 2017.

VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 30 (trinta) dias a partir da data de sua assinatura, com a possibilidade de prorrogação, por até mais 150 dias, conforme dispõe o art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993.

São Lourenço do Oeste - SC, 03 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

PREFEITO MUNICIPAL

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA SELEÇÃO DE PROFESSORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EXCEPCIONAL PARA O ANO LETIVO DE 2017, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 38, caput, da Lei Complementar nº 90, de 26 de dezembro de 2007 e a Lei nº 1.779, de 19 de dezembro de 2008 com suas alterações c/c a Lei nº 1.742, de 09 de abril de 2008 e suas alterações, Decreto Municipal nº 4.357, de 23 de janeiro de 2012 com suas alterações posteriores e o art. 24, inciso V, alínea b, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN nº 9.394/1996, demais disposições legais aplicáveis à espécie, resolve baixar normas para realização de PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE TÍTULOS, destinado a admissão de professores em caráter temporário e excepcional e formação de Cadastro de Reserva para o ano letivo de 2017, da Rede Municipal de Ensino, regendo-se pelas seguintes regras:

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. DOS REQUISITOS INDISPENSÁVEIS PARA A INSCRIÇÃO

1.1.1. O professor não poderá se inscrever neste Processo Seletivo para vaga temporária quando tiver sido dispensado em contrato anterior, nos últimos 03 (três) anos, resultante de processo disciplinar.

1.2. As inscrições serão realizadas gratuitamente, on line, pelo próprio candidato, no endereço eletrônico: www.saolourenco.sc.gov.br, da rede mundial de computadores - Internet, no período de 16 a 18 de janeiro de 2017, finalizando-se às 17 horas do dia 18/01/2017.

1.3. O candidato, ao realizar a sua inscrição on-line, deverá imprimir o protocolo de pré-inscrição, analisar o protocolo (comprovante) e verificar a exatidão das informações nele contidas, tornando-se responsável pelas mesmas.

1.4. Após a inscrição on-line, o candidato deverá dirigir-se à Secretaria Municipal de Educação, localizada na rua Nereu Ramos, nº 703, piso superior, centro do Município de São Lourenço do Oeste/SC, para efetuar a validação de sua inscrição no Processo Seletivo, entregando seus documentos no período de 16 a 19 de janeiro de 2017, no horário das 08 às 11 horas e das 14 às 17 horas, finalizando-se às 17 horas do dia 19/01/2017.

1.5. Cada candidato poderá optar por duas áreas de atuação, dentre as relacionadas: Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação Especial, Reforço Escolar, Correção de Fluxo, ou 02 (duas) disciplinas específicas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, devendo efetuar 01 (uma) inscrição para cada área.

1.6. A validação da inscrição será realizada pela Comissão responsável pelo Processo Seletivo, após analisados os documentos.

1.7. Em hipótese alguma admitir-se-á a validação da inscrição condicional ou por correspondência, aceitando-se, no entanto, por procuração, onde conste obrigatoriamente a menção a este Edital, que deverá ser apresentada juntamente com a documentação.

2. DA DOCUMENTAÇÃO

2.1. Quanto à validação da inscrição, o candidato deverá apresentar na Secretaria Municipal de Educação o recibo da Pré-Inscrição (inscrição on-line) juntamente com cópia e originais dos seguintes documentos:

2.1.1. Obrigatoriamente:

- a) Carteira de Identidade (cópia);
- b) CPF (cópia);
- c) Título de Eleitor e quitação eleitoral (cópia);
- d) Comprovante de quitação militar, quando for o caso (cópia);
- e) Declaração atualizada de tempo de serviço, expedida por órgão competente, expressa em anos, meses e dias (com respectivos períodos), rede de ensino (Municipal, Estadual e Particular) com data de início e fim, conforme modelo anexo (se não estiver de acordo com estes critérios não será aceita);
- f) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos (se for o caso) (cópia);
- g) Comprovante de habilitação na área de atuação (conforme detalhado no item 3) (cópia);
- h) Comprovante de conclusão de cursos de pós-graduação em nível de Especialização, Mestrado e Doutorado (cópia).

2.1.2. Necessários à comprovação da qualificação do candidato:

- a) Certificados de cursos de aperfeiçoamento na área da educação, realizados nos anos de 2014, 2015 e 2016, até a quantidade máxima de 400 (quatrocentas) horas;
- b) Certificados de cursos de aperfeiçoamento na área da Educação Especial, para os inscritos para a Educação Especial.

3. DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA

3.1. Para atuar na Educação Infantil:

- a) Diploma, declaração, certificado ou certidão de conclusão do Curso de Pedagogia - habilitação mínima em Educação Infantil ou Anos Iniciais;
- b) Histórico Escolar; ou
- c) Comprovante de ter concluído a primeira fase (ou semestre) do Curso de Pedagogia - habilitação mínima em Educação Infantil ou Anos Iniciais; ou
- d) Diploma, declaração, certificado ou certidão de conclusão do Curso de Magistério (Ensino Médio).

3.2. Para atuar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental:

- a) Diploma, declaração, certificado ou certidão de conclusão do Curso de Pedagogia - habilitação mínima em Anos Iniciais ou Educação Infantil;
- b) Histórico Escolar; ou
- c) Comprovante de ter concluído a primeira fase (semestre) do Curso de Pedagogia - habilitação mínima em Educação Infantil ou Anos Iniciais; ou
- d) Diploma, declaração, certificado ou certidão de conclusão do Curso de Magistério (Ensino Médio).

3.3. Para atuar nos Anos Finais do Ensino Fundamental:

- a) Diploma, declaração, certificado ou certidão e histórico de conclusão do curso superior e licenciatura plena, em conformidade com a disciplina e área de atuação; ou
- b) Comprovação de conclusão da primeira fase (semestre) do curso superior na área em que pretende atuar; ou
- c) Diploma e histórico em outro curso superior que tenha, no mínimo, 180 (cento e oitenta) horas na disciplina específica;
- d) Para as disciplinas de Inglês e Espanhol poderá se inscrever o candidato que apresentar comprovante de conclusão em Escola de Línguas.
- e) O professor habilitado em Educação Física deverá apresentar a carteira de registro no Conselho Regional de Educação Física - CREF.
- f) Para a disciplina de Informática o candidato deverá apresentar o respectivo comprovante de conclusão de curso, conforme constante nas alíneas "a", "b" e "c".

3.4. Para atuar na Educação Especial: Diploma, declaração, certificado ou certidão de conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Educação Especial ou Licenciatura Plena em Pedagogia.

3.5. Para atuar na Correção de Fluxo: Diploma, declaração, certificado ou certidão de conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - Habilitação em Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

3.6. Para atuar no Reforço Escolar: Diploma, declaração, certificado ou certidão de conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - Habilitação em Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

4. DA CLASSIFICAÇÃO

4.1. A classificação dar-se-á em ordem decrescente, obedecidos os seguintes critérios:

I - Para a classificação dos candidatos inscritos para atuarem na Educação Infantil:

- a) Especialização na Área da Educação Infantil;
- b) Pedagogia ou Normal Superior - habilitação mínima em Educação Infantil;
- c) Conclusão da 5ª fase (semestre) de Pedagogia - habilitação mínima em Educação Infantil;

- d) Habilitação em Pedagogia de Anos Iniciais;
- e) Concluída a 1ª fase (semestre) de Pedagogia em Educação Infantil;
- f) Concluída a 1ª fase (semestre) de Pedagogia em Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- g) Diploma ou certificado de conclusão do Magistério (Ensino Médio).

II - Para a classificação dos candidatos inscritos para atuarem nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental:

- a) Especialização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- b) Pedagogia ou Normal Superior - habilitação mínima em Anos Iniciais;
- c) Conclusão da 5ª fase (semestre) de Pedagogia em Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- d) Habilitação em Pedagogia de Educação Infantil;
- e) Concluída a 1ª fase (semestre) de Pedagogia em Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- f) Concluída a 1ª fase (semestre) de Pedagogia em Educação Infantil;
- g) Diploma ou certificado de conclusão do Magistério (Ensino Médio).

III - Para a classificação dos candidatos inscritos para atuarem nos Anos Finais do Ensino Fundamental:

- a) Especialização na Área Específica de cada disciplina;
- b) Licenciatura Plena na disciplina específica (Diploma, declaração e/ou Certificado e Histórico de Conclusão de Curso);
- c) Concluída a 1ª fase (semestre) do curso de licenciatura na disciplina específica;
- d) Concluído o Curso de Inglês e Espanhol, de acordo com o previsto na letra "d" do item 3.3;
- e) Licenciatura plena em outra área, desde que conste na matriz curricular 180 (cento e oitenta) horas/aula na disciplina específica.

IV - Para a classificação dos candidatos inscritos para atuarem na Educação Especial:

- a) Especialização na Área da Educação Especial;
- b) Licenciatura Plena em Educação Especial ou Licenciatura Plena em Pedagogia;
- c) Diploma, declaração, certificado ou certidão de conclusão do Curso de Licenciatura Plena, desde que tenha Curso de Aperfeiçoamento em Libras ou Braille.

V - Para a classificação dos candidatos inscritos para atuarem na Correção de Fluxo:

- a) Especialização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- b) Licenciatura Plena em Pedagogia - Habilitação em Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- c) Tempo de serviço na classe de Correção de Fluxo, com comprovação por meio de portaria.

VI - Para a classificação dos candidatos inscritos para atuarem no Reforço Escolar:

- a) Especialização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- b) Licenciatura Plena em Pedagogia - Habilitação em Anos Iniciais do Ensino Fundamental ou Licenciatura em Letras-Português.

5. DO DESEMPATE

5.1. Verificada a ocorrência de empate após a aplicação dos critérios de classificação definidos no item 4, deste Edital, o desempate será feito a partir da verificação da soma dos pontos das letras "a" e "b":

- a) Tempo de serviço no magistério;
- b) Número de pontos por horas de aperfeiçoamento.

5.2. A atribuição de pontos para cada um dos quesitos deverá observar as regras do item 6 deste Edital.

5.3. No cálculo de pontos por tempo de serviço computar-se-á a fração de 15 (quinze) dias ou mais como um mês.

5.4. Para a contagem de tempo de serviço será considerada como data limite o dia 30 de outubro de 2016.

5.5. Persistindo o empate, serão adotados os seguintes critérios de desempate, sucessivamente:

- a) candidato com maior idade;
- b) candidato com maior número de filhos;
- c) sorteio público.

6. DA PONTUAÇÃO PARA DESEMPATE

6.1. Os pontos a serem atribuídos aos candidatos deverão observar as seguintes regras:

- a) 1,0 (um) ponto para cada mês de tempo de serviço no magistério;
- b) 1,0 (um) ponto para cada 20 (vinte) horas em cursos na área da educação até o limite máximo de 400 (quatrocentas) horas.

7. DA PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

7.1. As listas classificatórias serão divulgadas no Mural do Centro Administrativo Municipal, situado à Rua Duque de Caxias, nº 789, a partir do dia 23 de janeiro de 2017, no site oficial do Município: www.saolourenco.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina: www.diariomunicipal.sc.gov.br.

8. DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

8.1. O candidato terá o dia útil imediatamente posterior ao da publicação da lista classificatória para entrar com pedido de reconsideração, exclusivamente para sua classificação, junto à Comissão do Processo Seletivo, por meio de requerimento.

8.2. Após analisados eventuais pedidos de reconsideração, o resultado final será divulgado, a partir do dia 25 de janeiro de 2017, por meio de Edital, a ser publicado no mural do Centro Administrativo, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC (site: www.diariomunicipal.sc.gov.br), e no site oficial do Município (www.saolourenco.sc.gov.br).

9. DAS VAGAS

9.1. A escolha de vagas será feita de acordo com a ordem de classificação dos candidatos no Processo Seletivo, e conforme consta do quadro abaixo:

Nº Vagas	Área	Cargo
03 + CR*	Educação Infantil	Habilitado
CR*	Educação Infantil	Não Habilitado
CR*	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Habilitado
CR*	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Não Habilitado
08 + CR*	Anos Finais do Ensino Fundamental	Habilitado
CR*	Anos Finais do Ensino Fundamental	Não Habilitado
CR*	Correção de Fluxo	Habilitado
04 + CR*	Reforço Escolar	Habilitado
CR*	Educação Especial	Habilitado

*Cadastro de reserva.

9.2. Os candidatos classificados para as vagas acima anunciadas serão obrigatoriamente convocados, conforme a ordem de classificação.

9.3. Os candidatos classificados para o cadastro de reserva serão, eventualmente, convocados para contratação, na estrita ordem de classificação e, de acordo com a necessidade e com local de atuação definidos pela Secretaria Municipal de Educação.

9.4. Os professores poderão ter carga horária de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, desde que haja compatibilidade de horários.

9.5. Poderão ser contratados professores pedagogos ou habilitados no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, para atuarem nas horas atividades da Educação Infantil, de acordo com a necessidade.

9.6. A partir do dia 26 de janeiro de 2017, o quadro de vagas estará disponível na recepção da Secretaria Municipal de Educação e no local da escolha.

9.7. As vagas serão preenchidas pelo número de candidatos necessários, sendo estes responsáveis pelo deslocamento até as Unidades Escolares nas quais prestarão serviço.

9.8. A escolha de vagas realizar-se-á no dia 30 de janeiro de 2017, no período matutino, a partir das 9 horas, na Secretaria Municipal de Educação, para os professores de Educação Infantil e a partir das 14 horas para os professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

9.8.1. A escolha de aulas para o Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano, nas disciplinas, dar-se-á no dia 31 de janeiro de 2017, no período matutino, a partir das 9 horas, no auditório da Secretaria Municipal de Educação.

9.8.2. A escolha das aulas de Arte, Educação Física, Informática, Inglês, Espanhol, acontecerá no mesmo período do item 9.8.1, para todos os níveis.

9.8.3. A escolha de aulas para a Correção de Fluxo, Reforço Escolar e Educação Especial, dar-se-á no dia 31 de janeiro de 2017, no período vespertino, a partir das 14 horas.

9.9. Se o candidato não aceitar a vaga a que tem direito será chamado o próximo da lista, e este irá para o final da lista de sua classificação.

9.10. O candidato poderá fazer a escolha de vaga pessoalmente ou por procuração.

9.11. O candidato que não comparecer no dia da escolha, ou, seu procurador legal, perderá o direito de optar pelas vagas existentes.

9.12. No decorrer do ano letivo, o professor convocado para preenchimento de vaga deverá manifestar sua aceitação pessoalmente ou por telefone, no prazo de 08 (oito) horas, sendo que a ausência de manifestação neste período implicará desistência da vaga.

9.13. O professor que escolher aula e desistir da vaga, não será mais chamado no decorrer do ano letivo.

10. DA ADMISSÃO:

10.1. A partir da homologação do resultado, obedecida a ordem de classificação e após o candidato ter sido julgado apto física e mentalmente para o cargo, mediante exame de médico oficial, o Poder Público preencherá as vagas conforme necessidades da Rede Municipal de Ensino.

10.2. Para fins de admissão, o professor quando convocado para o preenchimento de vaga deverá, no prazo de 02 (dois) dias, apresentar ao setor competente desta Municipalidade (Gerência de Recursos Humanos e Capacitação), os documentos descritos no subitem abaixo, sob pena de perder a vaga.

10.2.1. Cópias e originais:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Título de Eleitor e comprovante da última votação;
- c) Comprovante de quitação militar (para masculino);
- d) Certidão de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- e) CPF em situação regular perante a Receita Federal;
- f) Certidão de nascimento ou casamento;
- g) Comprovante de habilitação na área de atuação (conforme detalhado no item 3);
- h) Endereço atualizado (conta de água, luz ou telefone);
- i) Número de telefone para contato;
- j) Nº do PIS ou PASEP;
- k) Nº da Conta Bancária na Caixa Econômica Federal (operação 37);
- l) Tipagem sanguínea;
- m) Registro no CREF (para os habilitados em Educação Física).

10.2.2. Originais:

- a) Atestado de Saúde Física e Mental (agendado pelo RH);
- b) Declaração de Bens;
- c) Declaração de Aptidão ao Serviço Público;
- d) Declaração de não Acumulação de Cargo/Função;
- e) Declaração de dependentes (citando o nome e a data de nascimento);
- f) Folha Corrida Judicial para Efeitos Criminais (Fórum);
- g) 01 (uma) Foto 3 x 4 recente.

10.3. O professor será admitido em caráter excepcional e temporário, para fins de suprir a ausência temporária do funcionalismo público e substituição, por um período máximo de 01 (um) ano letivo; podendo ser demitido a qualquer tempo, a critério da Municipalidade e a bem do interesse público.

10.4. O professor admitido mediante o presente Processo Seletivo será submetido ao regime jurídico especial, estabelecido pela Lei n.º 1.742 de 09 de abril de 2008 (contratação de pessoal do magistério em caráter temporário).

10.5. Os professores admitidos por meio do presente processo seletivo receberão o vencimento constante da tabela abaixo:

Professor habilitado (ensino superior) com carga horária de 40 horas semanais	R\$ 2.551,93
Professor não habilitado com carga horária de 40 horas semanais	R\$ 1.825,83

10.6. O professor contratado com carga horária de 10 (dez), 20 (vinte) ou 30 (trinta) horas semanais, receberá o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento), 50% (cinquenta por cento) e 75% (setenta e cinco por cento), respectivamente, de acordo com o vencimento correspondente a sua habilitação.

10.7. Será acrescido ao valor do vencimento, as seguintes vantagens financeiras:

- a) Percentual de acordo com a Lei nº 1.742/2008, com redação determinada pela Lei Complementar nº 138/2011; e
- b) Vale Alimentação, no valor de R\$ 330,52 (trezentos e trinta reais e cinquenta e dois centavos), de acordo com a Lei nº 1.978/2011, atualizada.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1. Este processo seletivo terá validade para o ano letivo de 2017.

11.2. No que tange ao Cadastro de Reserva, este constitui somente e tão somente, como uma expectativa de direito do candidato selecionado, portanto, não obrigando o Município à convocação deste último.

11.3. O professor contratado e que solicitar sua exoneração deverá aguardar o deferimento em exercício, cujo pedido será analisado e decidido no prazo de 07 (sete) dias.

11.3.1. O não cumprimento do disposto no item 11.3 deste Edital, implica no pagamento de multa equivalente a 07 (sete) dias de trabalho, cujo valor será descontado no saldo rescisório.

11.4. O professor será dispensado a qualquer tempo, quando não atender às exigências pedagógicas.

11.5. Ao assumir as turmas, o professor deverá ministrar os dias letivos e horas aulas estabelecidas, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional, de acordo com o art. 13, inciso V, da LDB nº 9.394/1996 e art. 14, inciso V, da Lei do Sistema Municipal de Ensino, Lei nº 1.779/2008, devendo assinar "Termo de Compromisso", no ato da escolha de vagas.

11.6. Ao assumir as turmas de 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, os professores deverão frequentar o curso do Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC.

11.7. O Prefeito Municipal, antes de qualquer nomeação, a bem do interesse público, se reserva no direito de anular este Processo Seletivo.

11.8. Os candidatos inscritos declaram que aceitam os termos deste Edital.

11.9. Eventuais alterações na legislação municipal relativa a normas inerentes aos servidores públicos, com reflexo na contratação prevista no presente Edital, serão automaticamente incorporadas, a partir da sua vigência.

11.10. Eventuais vagas que surgirem durante o ano letivo de 2017, poderão ser supridas pela admissão dos classificados para o cadastro de reserva neste Processo Seletivo, respeitando-se a ordem de classificação dos aprovados.

11.11. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão responsável pelo Processo Seletivo, de forma a não prejudicar o nível de habilitação dos docentes, mantidas, em qualquer caso, as condições estabelecidas neste Edital.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Edital nº 001/2017)

ESTADO DE SANTA CATARINA

INSTITUIÇÃO (PREFEITURA, GERED, ESCOLA)

DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

Declaramos para os devidos fins e efeitos legais que o(a) Sr(a) _____, conta o tempo de serviço como professor(a) abaixo especificado:

Escola	Período (data de início e término)	Total geral (anos, meses e dias)

De acordo com o acima descrito, o interessado conta de efetivo exercício líquido com: ____anos, ____meses e ____dias.

São Lourenço do Oeste - SC, ____ de _____ de ____.

Assinatura e Carimbo do Responsável pela Emissão da Declaração

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA SELEÇÃO DE EDUCADOR SOCIAL I, II, III, V E VI E INSTRUTOR SOCIAL I PARA ATUAÇÃO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - CRAS, PROGRAMA MULHER DE VALOR E PROGRAMA DE ATENÇÃO AOS IDOSOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o previsto na Lei Complementar Municipal nº 123, de 19 de novembro de 2010 e art. 219, inciso V, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar Municipal nº 118, de 23 de junho de 2010 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), RESOLVE BAIXAR NORMAS para realização de Processo Seletivo de Títulos e prova prática para admissão, em caráter temporário, de EDUCADOR SOCIAL e INSTRUTOR SOCIAL, para atuação no SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – CRAS bem como de INSTRUTOR SOCIAL para atuação no PROGRAMA MULHER DE VALOR e EDUCADOR SOCIAL para atuação no PROGRAMA DE ATENÇÃO AOS IDOSOS.

1. DAS VAGAS:

1.1. O presente Processo Seletivo destina-se a selecionar candidatos para admissão de Educador Social e Instrutor Social em caráter temporário, conforme o quadro de cargos e vagas a seguir especificado:

VAGAS	CARGO	HABILITAÇÃO	C. H. Semanal	Vencimento
01	Educador Social I	Ensino Superior na área de Pedagogia	40	R\$ 2.080,87
01	Educador Social II	Especialização em Psicopedagogia	40	R\$ 2.653,12
02	Educador Social III	Ensino Superior na área de Ciências Humanas	40	R\$ 2.080,87
01	Educador Social V	Ensino Superior na área de Educação Física	40	R\$ 2.080,87
01	Educador Social VI	Ensino Superior na área de Educação Física	40	R\$ 2.080,87

01	Instrutor Social I	Ensino Médio Completo e Carteira Nacional de Habilitação Categoria "B" com habilidades práticas em artesanato e costura	40	R\$ 1.355,09
----	--------------------	---	----	--------------

1.2. Será acrescido ao valor do vencimento do cargo mencionado no subitem, nº 1.1, a seguinte vantagem financeira: Vale Alimentação, no valor de R\$ 330,52 (trezentos e trinta reais e cinquenta e dois centavos), de acordo com a Lei nº 1.978/2011.

1.3. Atribuições:

1.3.1 Cargo: EDUCADOR SOCIAL I

Descrição das atribuições: Trabalhar de forma diferenciada enfatizando o lúdico com contação de histórias, com o uso de fantoche, reprodução de leituras. Evidenciar a educação ambiental o desenvolvimento sustentável, entre outras atividades, importantes para o desenvolvimento dos participantes.

1.3.2. Cargo: EDUCADOR SOCIAL II

Descrição das atribuições: Atuar junto ao CRAS e CREAS com os diferentes grupos organizados, de acordo com definição da SMAS.

1.3.3. Cargo: EDUCADOR SOCIAL III

Descrição das atribuições: Trabalhar de forma diferenciada enfatizando o lúdico com contação de histórias, com o uso de fantoche, reprodução de leituras. Evidenciar a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável, entre outras atividades importantes para o desenvolvimento dos participantes.

1.3.4. Cargo: EDUCADOR SOCIAL V

Descrição das atribuições: Trabalhar todas as atividades inerentes a Educação Física, inclusive dança, com crianças e adolescentes e outras atividades conforme a necessidade dos Programas implementados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

1.3.5. Cargo: EDUCADOR SOCIAL VI

Descrição das atribuições: Trabalhar ginástica para a terceira idade promovendo atividades de integração; atuar em outros programas implementados pela Secretaria.

1.3.6. Cargo: INSTRUTOR SOCIAL I

Descrição das atribuições: Trabalhar com as participantes e suas famílias nos diversos Programas e projetos (produção de alimentos, artesanato, transformação caseira de alimentos, organização do lar) acompanhando sua execução no que for necessário, na orientação espiritual, cultural e de acesso aos direitos sociais, bem como, na geração de renda através da utilização de materiais recicláveis, entre outros.

2. DAS INSCRIÇÕES:

2.1. As inscrições estarão abertas no período de 10 a 18 de janeiro de 2017, das 08h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min horas, no Centro Administrativo Municipal, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, situada à Rua Duque de Caxias, nº 789, centro de São Lourenço do Oeste/SC.

2.2. As inscrições serão feitas em formulário próprio, fornecido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, mediante a apresentação da documentação.

3. DA DOCUMENTAÇÃO:

3.1. No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar cópia e originais dos seguintes documentos:

3.1.1. Obrigatoriamente:

- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Título de Eleitor e quitação eleitoral;
- Comprovante de quitação militar (quando for o caso);
- Comprovante de formação na área de atuação, mediante: a) certificado de conclusão de curso acompanhado de histórico escolar, ou; b) diploma, expedido por Instituições de Ensino aprovadas pelo MEC, conforme descrito no quadro de vagas, item 1.1 deste Edital;
- Carteira Nacional de Habilitação Categoria "B" para os cargos de Instrutor Social I e II.

3.1.2. Necessários à comprovação da qualificação do candidato:

- Comprovantes de especialização, cursos, seminários, simpósios ou palestras, na área de atuação;
 - Serão aceitos cursos nas modalidades presencial e a distância, realizados no período dos anos de 2011 a 2016 e com registro de carga horária acima de 40 horas;
 - O tema da especialização deve ser diretamente relacionado a área de atuação;
 - Somente será considerada uma especialização por inscrição.
- O tempo de serviço deverá ser contado até 30 de dezembro de 2016, sendo que a fração de 15 dias considerar-se-á um mês.
 - Não serão aceitas declarações ou certidões para fins de comprovação de qualquer dos quesitos previstos nas alíneas do item 3.1.2.

4. DA PROVA PRÁTICA:

4.1. Todos os candidatos inscritos prestarão prova prática de caráter eliminatório.

4.2. A prova prática para o cargo de Instrutor Social I consistirá na demonstração de uma técnica dentre as apresentadas: Macramê, Costura, Recicláveis, Ponto Cruz, Crochê, Tricô, Vagonite, Bordado Com Fitas, Ponto Reto, Ponto Caseado, Fuxicos, Pintura em Tecido.

4.3. A técnica será sorteada pela Comissão no ato da prova e deverá ser executada, segundo as orientações da Comissão de Avaliação da Prova Prática, que será composta na forma disposta no item 4.9. deste Edital.

4.4. A prova prática para o cargo de Educador Social I consistirá na demonstração de uma aula expositiva elaborada para crianças e adolescentes com idade entre seis a dezoito anos, sendo reservada ao candidato a escolha da faixa etária para aplicação da técnica. Abordar-se-á o tema CULTURA enfatizando hábitos e regionalismos brasileiros.

4.5. A prova prática para o cargo de Educador Social II consistirá na demonstração de uma aula expositiva elaborada para crianças e adolescentes com idade entre seis a dezoito anos, sendo reservada ao candidato a escolha da faixa etária para aplicação da técnica. Abordar-se-á o tema DIREITOS HUMANOS e DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS.

4.6. A prova prática para o cargo de Educador Social III consistirá na demonstração de uma aula expositiva elaborada para crianças e adolescentes com idade entre seis a dezoito anos, sendo reservada ao candidato a escolha da faixa etária para aplicação da técnica. Abordar-se-ão os temas MUSICALIZAÇÃO e PRODUÇÕES ARTÍSTICAS, enfatizando didáticas que possam ampliar a visão de ritmo e artes de uma maneira geral.

4.7. A prova prática para o cargo de Educador Social V consistirá na demonstração de uma aula expositiva elaborada para crianças e adolescentes com idade entre seis a dezoito anos, sendo reservada ao candidato a escolha da faixa etária para aplicação da técnica. Abordar-se-á ludicidade, brincadeiras e danças com intuito de oferecer um ambiente dinâmico e descontraído.

4.8. A prova prática para o cargo de Educador Social VI consistirá na demonstração de uma aula expositiva elaborada para idosos. Abordar-se-ão atividades laborais.

4.9. A Comissão de Avaliação pontuará o desempenho do candidato, de acordo com os seguintes quesitos:

4.9.1 Postura e apresentação (0 a 25 PONTOS);

4.9.2 Habilidade e dinamismo (0 a 25 PONTOS);

4.9.3 Criatividade e originalidade (0 a 30 PONTOS);

4.9.4 Pontualidade e Linguagem (0 a 20 PONTOS);

4.9.5 Para ser aprovado na prova prática o candidato deverá somar no mínimo 60 (sessenta) pontos.

4.9.6 Os materiais para a prova prática do cargo Instrutor Social I serão disponibilizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

4.9.7 A prova prática será realizada nos dias 23, 24 e 25 de janeiro de 2017, no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, situado à Rua João Beux Sobrinho, nº 680, neste Município, com início às 08h00min. A duração da prova será de 20 a 40 minutos.

4.9.8 Todos os candidatos deverão comparecer no dia 23 de janeiro (segunda-feira) às 08h00min impreterivelmente para acompanhar o sorteio dos horários da prova prática.

4.9.9 Os três últimos candidatos deverão permanecer no local de prova até que o último candidato conclua a realização da prova.

4.9.10 Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

a) Apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;

b) Não comparecer à prova, seja qual for o motivo.

4.10. O resultado da prova prática será divulgado no mural do Centro Administrativo Municipal, situado à Rua Duque de Caxias, nº 789 e no site: www.saolourenco.sc.gov.br, a partir do dia 24 de janeiro de 2017.

4.11. Da Comissão de Avaliação da Prova Prática:

4.11.1. A Comissão de Avaliação da Prova Prática será composta de, 03 (três) pessoas com conhecimento comprovado na área.

4.11.2. Por tratar-se de serviço público relevante, os serviços prestados pela Comissão de Avaliação de Prova Prática não serão remunerados.

5. DA CLASSIFICAÇÃO:

5.1. A classificação dar-se-á em ordem decrescente, obedecidos aos critérios descritos a seguir, de acordo com a pontuação atribuída:

5.1.1. Para a classificação dos candidatos inscritos para atuarem como INSTRUTOR SOCIAL I e EDUCADOR SOCIAL I, II, III, V e VI:

a) Nota obtida na prova prática: 100 pontos;

b) Certificado de Curso de Especialização: 100 pontos;

c) Certificado de Curso de Especialização - Mestrado: 200 pontos;

d) Certificados de Cursos de Aperfeiçoamento na área específica de atuação: 01 ponto para cada 40 horas de curso, realizados nos anos de 2011 a 2016;

e) Comprovante de tempo de serviço na área de assistência social: 01 pontos para cada mês de serviço prestado.

6. DO DESEMPATE:

6.1. Verificada a ocorrência de empate, após a aplicação dos critérios de classificação definidos no item 4 deste Edital, o desempate será feito a partir dos seguintes critérios:

a) Maior nota obtida na prova prática: 100 pontos;

b) pontuação ligada ao tempo de serviço na área social;

c) Maior idade.

7. DA DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO:

7.1. As listas classificatórias serão divulgadas no mural do Centro Administrativo Municipal, situado à Rua Duque de Caxias, nº 789, no site: www.saolourenco.sc.gov.br, no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br), com extrato no Diário Oficial do Estado e Diário de Circulação Regional, a partir da data de 27 de janeiro de 2017.

8. DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO:

8.1. O candidato terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da data da divulgação, para entrar com pedido de reconsideração, exclusivamente para sua classificação, junto à Comissão de Processo Seletivo, através de requerimento, cuja resposta será dada através de comunicação oficial. (Anexar o modelo de requerimento)

8.2. Não será permitido o fornecimento de cópias da documentação de outros candidatos.

9. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO:

9.1. Após o período de reconsideração previsto no item 8.1, o chefe do Poder Executivo homologará a classificação final do Processo Seletivo, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, site oficial do Município, no mural do Centro Administrativo, com extrato no Diário Oficial do Estado e Diário de Circulação Regional.

10. DA ADMISSÃO:

10.1. A partir da homologação do resultado, obedecida a ordem de classificação e após o (a) candidato (a) ter sido julgado apto física e mentalmente para o cargo, mediante exame de médico oficial, o Poder Público preencherá a vaga conforme necessidade dos programas sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social.

10.2. Para fins de admissão, o profissional, quando convocado para o preenchimento de vaga deverá, no prazo de 02 (dois) dias, apresentar-se na Gerência de Recursos Humanos e Capacitação, situada no Centro Administrativo Municipal, munido dos seguintes documentos:

10.2.1. Cópias e originais:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Título de Eleitor e comprovante da última votação;
- c) Comprovante de quitação militar (quando for o caso);
- d) CPF;
- e) Certidão de nascimento ou casamento;
- f) Certidão de nascimento dos filhos;
- g) Comprovante de habilitação na área de atuação (conforme detalhado no item 3.1.1);
- h) Endereço atualizado (conta de água, luz ou telefone);
- i) Nº do PIS ou PASEP;
- j) Nº de Conta em Banco local;
- k) Tipagem sanguínea;
- l) Registro no Conselho de Classe para os cargos de Educador Social I, V e VI;
- m) Carteira Nacional de Habilitação Categoria "B" para o cargo de Instrutor Social I.

10.2.2. Originais:

- a) Atestado de Saúde Física e Mental;
- b) Declaração de Bens;
- c) Declaração de Não Acumulação de Cargo/Função;
- d) Declaração de Dependentes (citando o nome e a data de nascimento);
- e) Folha Corrida Judicial para Efeitos Criminais (Fórum);
- f) 01 (uma) foto 3x4 recente.

10.3. É vedada a contratação de candidato que não possuir 18 (dezoito) anos de idade.

10.4. O servidor admitido mediante o presente Processo Seletivo será submetido ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São Lourenço do Oeste (Lei Complementar nº 118/2010), no que couber, e às disposições da Lei Complementar nº 123/2010, sujeitando-se ao Regime Geral de Previdência Social, como contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1. Este Processo Seletivo terá validade da data de sua assinatura, até 20 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado por até 01 (um) ano.

11.2. Os contratos originários deste Processo Seletivo, terão vigência até o dia 20 de dezembro do exercício financeiro em que forem firmados, podendo ser prorrogados por até 01 (um) ano.

11.3. O Município poderá revogar ou rescindir as contratações oriundas deste Processo Seletivo, a qualquer tempo, na hipótese de verificação

de descumprimento das obrigações relativas ao cargo ou ineficácia no exercício das atribuições, sempre a bem do interesse público, com base em critérios de conveniência e oportunidade.

11.4. Na hipótese de serem extintos os Programas Sociais, objeto deste Processo Seletivo, restarão extintas as vagas previstas neste Edital, sendo que o Município poderá encerrar os contratos de trabalho decorrentes do presente Processo Seletivo em qualquer tempo.

11.5. O Prefeito Municipal, antes de qualquer nomeação, a bem do interesse público, se reserva o direito de anular o Processo Seletivo.

11.6. Eventuais alterações na legislação municipal, relativas as normas inerentes aos servidores públicos, com reflexo na contratação prevista no presente Edital, serão automaticamente incorporadas a partir da sua vigência.

11.7. A carga horária inicialmente contratada poderá sofrer alteração, para mais ou para menos, conforme as necessidades da Administração e o interesse público devidamente justificado.

11.7.1. As alterações ocorridas na jornada normal de trabalho dos servidores contratados nos termos deste Edital e da LC 123/2010, sofrerão proporcional redução ou acréscimo remuneratório.

11.8. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão responsável pelo Processo Seletivo, de forma a não prejudicar o nível de habilitação dos profissionais, mantidas, em qualquer caso, as condições estabelecidas neste Edital.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal ANEXO ÚNICO - EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA EDUCADOR SOCIAL INSTRUTOR SOCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

INSCRIÇÃO Nº

Nome do Candidato: _____

Data de nascimento: ____/____/____ Estado Civil: _____

Carteira de Identidade (RG) _____ CPF: _____

Telefone: Residencial: _____ Celular: _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Escolaridade: _____ Estuda: () Sim () Não

Formação: _____ Cargo Inscrito: _____

O candidato entregou a seguinte documentação:

() Fotocópia do RG (autenticada);

() Fotocópia do CPF (autenticada);

() Fotocópia do título de eleitor e quitação eleitoral;

() Comprovante de quitação militar (quando for o caso);

() Comprovante de formação na área de atuação;

() Certificados de cursos de aperfeiçoamento na área de atuação (____ quantidade de certificados);

() Comprovante de tempo de serviço na área de formação;

() Comprovante de tempo de serviço relacionado às atribuições prescritas para o cargo;

() Comprovante de tempo de serviço na área social.

Declaro conhecer as disposições do Edital de Processo Seletivo nº 002/2017.

Por ser verdade o acima exposto, confirmo minha inscrição:

Assinatura: _____

São Lourenço do Oeste, em ____ de janeiro de 2017.

Comprovante de Inscrição Realizada sob nº _____

São Lourenço do Oeste, ____ de janeiro de 2017.

Responsável pelo recebimento dos documentos

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO 38/2016

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 38/2016.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

Por este instrumento particular de rescisão de contrato de trabalho, de um lado o MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 80.912.124/0001/82, com sede na Rua São Luis, nº. 210, Centro, na cidade de São Miguel da Boa Vista/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. VALMIR CESAR SCHROTER, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Avenida São Miguel nº220, neste Município, inscrito no CPF N.º 781.836.939-20, RG Nº. 2.200.138, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa TLM COMERCIAL EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob nº. 24.758.964/0001-61, com sede na Rua 30 de Dezembro, nº 265, Bairro Jardim Elizabeth, na cidade de Içara, estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Srta. JULIANA ALMEIDA, Procurador, brasileira, solteira, auxiliar de escritório, portador do CPF sob nº. 035.782.989-13 e RG sob nº. 3.855.779, residente na Rua do Trabalho, nº 39, apartamento 102, CEP 89874-000, Bairro Frei Damião Município de Maravilha – SC, doravante denominado de CONTRATADA, resolve residir o termo contratual nº 38/2016 de acordo com o Edital do Processo Licitatório n.º 50/2016, fica justo e convencionado o seguinte:

Fica rescindido, amigavelmente, a partir de 29/12/2016 nos termos da "CLAUSULA OITAVA – DA RESCISÃO".

O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou a qualquer momento, por conveniência administrativa.

A presente rescisão justifica-se devido a análise do setor de fiscalização do convenio e do contrato de repasse nº 833649/2016/MAPA/CAIXA Processo nº. 2623.1033382-32/2016 constatar equívoco no processo licitatório em questão, fato que inviabiliza o prosseguimento da contratação.

Fica acordado que, com a rescisão contratual de forma amigável e consensual, a Contratada não terá direito a nenhuma indenização.

Fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha/SC, para dirimir quaisquer dúvidas em relação ao presente acordo.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, em 03 (três) vias de igual forma e teor, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Miguel da Boa Vista/SC, 29 de dezembro de 2016.

VALMIR CESAR SCHROTER
Prefeito Municipal em exercício

TLM COMERCIAL EIRELI - EPP
CNPJ nº. 24.758.964/0001-61
Responsável legal

GILBERTO JOSE MIORANDO
Assessor Jurídico

Testemunhas

RICARDO JUNIOR BONFANTI
CPF: 067.561.069-96

MARCELO JONEZ MÜLLER
CPF: 033.100.669-32

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

CONTRATO N.º 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 001/2017

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor JOAO PAULO DOS SANTOS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº. 521.111.999-15, residente a Rua Augusto Nicolau Deschamps, nº. 370, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2016, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal nº. 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal nº. 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de MOTORISTA II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 03/01/2017, findando no dia 01/07/2017, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal nº. 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal nº. 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal nº. 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal nº. 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 03 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

JOÃO PAULO DOS SANTOS
CONTRATADO
Testemunhas:

CONTRATO N.º 002/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 002/2017

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor RAFAEL MEDEIROS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº. 056.355.849-00, residente a Antonio José Zimmermann, nº. 245, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2016, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de MOTORISTA II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 04/01/2017, findando no dia 02/07/2017, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

RAFAEL MEDEIROS
CONTRATADO

Testemunhas:

CONTRATO N.º 003/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 003/2017

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora CLEIDIMAR CUNRADI BESEN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 058.117.979-07, residente a Rua Professor José Raitz, s/nº, Guiomar – Antônio Carlos/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2016, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSORA AUXILIAR DE SALA, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 04/01/2017, findando no dia 03/02/2017, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de trinta (30) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa

renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

CLEIDIMAR CUNRADI BESEN
CONTRATADA
Testemunhas:

CONTRATO N.º 004/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 004/2017

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora MAYARA MAFRA BONDAVALLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 084.848.819-97, residente a Servidão Antônio Weber Junior, s/nº, Centro – Antônio Carlos/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2016, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSORA II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 04/01/2017, findando no dia 03/02/2017, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de trinta (30) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

MAYARA MAFRA BONDAVALLE

CONTRATADA

Testemunhas:

CONTRATO N.º 005/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.

pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 005/2017

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/

SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora NATHÁLIA REITZ FRANCENER DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 076.606.969-98, residente e domiciliada a Rua Vidalina da Cunha Reitz, nº. 32 – Centro – São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2016, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal nº 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSORA II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 04/01/2017, findando no dia 03/02/2017, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal nº 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal nº 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgamento, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço

contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal nº 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal nº 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de trinta (30) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal nº 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

NATHÁLIA REITZ FRANCENER DE SOUZA
CONTRATADA

Testemunhas:

CONTRATO N.º 006/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 006/2017

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora AMELIA GUETTEN LOHN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 006.678.139-69, residente e domiciliada a Rua Bertoldo Hames, nº. 1920– Cubatão – São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2016, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal nº 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSORA II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que aqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 04/01/2017, findando no dia 03/02/2017, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal nº 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal nº 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal nº 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal nº 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de trinta (30) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo

ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

AMÉLIA GUETTEN LOHN
CONTRATADA
Testemunhas:

CONTRATO N.º 007/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 007/2017

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora FABIANA LOHN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 009.402.459-65, residente a Servidão Eugênio Ferreira da Silva, nº. 95, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2016, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo

CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSORA II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àquelles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 04/01/2017, findando no dia 03/02/2017, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as

previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de trinta (30) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

FABIANA LOHN

CONTRATADA

Testemunhas:

CONTRATO N.º 008/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 008/2017

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza

na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita ANA CAROLINA JUNKES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 078.817.679-01, residente a Rua Frei Atico Francisco Enig, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominada CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2016, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSORA II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que aqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 04/01/2017, findando no dia 03/02/2017, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;
5.2.2.7- Violação de segredo funcional;
5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;
5.2.2.9- Abandono de emprego;
5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;
5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.
5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de trinta (30) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

ANA CAROLINA JUNCKES
CONTRATADA
Testemunhas:

CONTRATO N.º 009/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 009/2017

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora GISELLE DA SILVA RICCI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 006.814.439-36, residente a Rua Mathias Schell, nº 22, Sertão do Maruim, São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2016, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que aqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 04/01/2017, findando no dia 03/02/2017, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima

nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será

considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

GISELLE DA SILVA RICCI

CONTRATADA

Testemunhas:

DECRETO Nº 228/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº 228/2016

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

EDSON JOSÉ DA SILVA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 1017/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.0110.301.9.2.062 - Func. e Manutenção da Vigilância Sanitária Municipal R\$ 2.506,43

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas R\$ 2.506,43

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas R\$ 2.506,43

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 20 de dezembro de 2016.
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e

DECRETO Nº229/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº229/2016

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde

EDSON JOSE DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº1017/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 4.411,27 (Quatro mil quatrocentos e onze reais e vinte e sete centavos) por conta do Excesso de Arrecadação do PMAQ na dotação abaixo identificada:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.9-2.057 – Funcionamento e Manutenção da Saúde Bucal R\$ 1.498,71
3.1.90.00.00.00.00.00.02.0064 – Aplicações Diretas R\$ 1.498,71

11.01.10.301.9-2.092 – Funcionamento e Manutenção do PACS R\$ 2.912,56 3.1.90.00.00.00.00.00.02.0064 – Aplicações Diretas R\$ 2.912,56

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 20 de dezembro de 2016.
EDSON JOSE DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e

DECRETO Nº230/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº230/2016

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº1017/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$21.000,00 (vinte e um mil reais) por conta do Excesso de Arrecadação na

dotação abaixo identificada:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.365.4-2.016 – Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil R\$ 21.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0004 – Aplicações Diretas R\$ 21.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 20 de dezembro de 2016.
EDSON JOSE DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e

DECRETO Nº231/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº231/2016

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº1017/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais) por conta do Excesso de Arrecadação na dotação abaixo identificada:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.4-2.015 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 5.800,00

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0081 – Aplicações Diretas R\$ 5.800,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 20 de dezembro de 2016.
EDSON JOSE DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e

DECRETO Nº232/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº232/2016

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 1.017/2015.
DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.4-2.015 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 2.500,00

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0081 – Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0081 – Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 20 de dezembro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

DECRETO Nº233/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº233/2016

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECAÇÃO no Orçamento Fiscal Vigente da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº1017/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 47.000,00 (Quarenta e sete mil reais) por conta do Excesso de Arrecadação de recursos ordinários na dotação abaixo identificada:

01 – CÂMARA MUNICIPAL

01.01.01.31.1-2.001 – Funcionamento e Manutenção da Câmara Municipal R\$ 47.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 47.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 20 de dezembro de 2016.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e

ERRATA DA PUBLICAÇÃO NO DOM (EDIÇÃO Nº 2154)

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R. 223

www.pmspa.sc.gov.br – licitacoes@pmspa.sc.gov.br

ERRATA DA PUBLICAÇÃO NO DOM (EDIÇÃO Nº 2154)

Objeto: Nos termos do art. 24, Inc. X, da Lei nº. 8.666/1993, a Prefeitura contrata-se com a pessoa física o Senhor ROBSON SILVA, para o aluguel de uma Sala localizado no na Rua Vidal João Vieira, nº 447 (térreo), Centro de São Pedro de Alcântara, afim de utilização do Conselho Tutelar do Município para o ano de 2017, conforme orientação do Ministério Público de Santa Catarina.

CONSIDERANDO o equívoco no que tange a data do Edital acima epigrafado;

RESOLVE o Prefeito Municipal e.e retificar para fazer constar o que segue:

Art. 1.º- Fica alterado a data do Edital na Publicação no Diário Oficial dos Municípios- Edição nº 2154, pag 840:

Onde se lê:

c) São Pedro de Alcântara, 26 de dezembro de 2016.

Leia-se:

c) São Pedro de Alcântara, 19 de dezembro de 2016.

Art. 2.º- Publique-se, registre-se, cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 26 de dezembro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e

PORTARIA N.º 003/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 003/2017

Concede Função Gratificada a Servidora LUANA REGINA SCHMITZ.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 053/2009,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora LUANA REGINA SCHMITZ, ocupante do cargo de Agente de Controle de Endemias, a Função Gratificada de FG-1 Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PORTARIA N.º 004/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 004/2017

Concede Função Gratificada a Servidora CHARLENE APARECIDA RAQUEL JUNKES.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 053/2009,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora CHARLENE APARECIDA RAQUEL JUNKES, ocupante do cargo de Assessora de Gabinete, a Função Gratificada de FG-1 Pregoeiro.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PORTARIA N.º 005/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 005/2017

Concede Função Gratificada a Servidora ANA LÚCIA HAMES PETRY.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 053/2009,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ANA LÚCIA HAMES PETRY, ocupante do cargo de Atendente de Saúde Pública, a Função Gratificada de FG-1 Membro da Comissão Permanente de Licitações.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PORTARIA N.º 006/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000

– Fone: 48-32770122 – R.222.

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 006/2017

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR JONAS JOÃO HOFFMANN.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 10, da Lei nº. 19/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional ao servidor abaixo mencionado, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição.

§ JONAS JOÃO HOFFMANN – MOTORISTA II – LETRA G.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PORTARIA N.º 007/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 007/2017

Nomeia MICHELE MAIA DA SILVA para o Cargo em Comissão de Secretária da Administração, Finanças e Planejamento.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear MICHELE MAIA DA SILVA para o cargo em Comissão de Secretária da Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PORTARIA N.º 008/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 008/2017

Nomeia CARLINHO SCHMITT para o Cargo em Comissão de Secretário Municipal da Educação, Cultura e Desporto.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear CARLINHO SCHMITT para o cargo em Comissão de Secretário Municipal da Educação, Cultura e Desporto

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PORTARIA N.º 009/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 009/2017

Concede Função Gratificada ao Servidor CARLINHO SCHMITT.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei 782/2013,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor CARLINHO SCHMITT, ocupante do cargo de Secretário da Educação, Cultura e Desporto, a Função Gratificada FG-1 Secretário Municipal.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PORTARIA N.º 010/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 010/2017

Admite em Caráter Temporário JOÃO PAULO DOS SANTOS para o cargo de Motorista II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o

disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, JOÃO PAULO DOS SANTOS para o cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 001/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 03 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PORTARIA N.º 011/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 011/2017

Nomeia JOSÉ SERGIO FLORES para o Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear JOSÉ SERGIO FLORES para o Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 03 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PORTARIA N.º 012/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 012/2017

Admite em Caráter Temporário RAFAEL MEDEIROS para o cargo de Motorista II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, RAFAEL MEDEIROS para o cargo de Motorista II, contrato

de trabalho nº. 002/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de janeiro de 2017.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PORTARIA N.º 013/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 013/2017
Admite em Caráter Temporário CLEIDIMAR CUNRADI BESEN para o cargo de Professora Auxiliar de Sala.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, CLEIDIMAR CUNRADI BESEN para o cargo de Professora Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 003/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de janeiro de 2017.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PORTARIA N.º 014/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 014/2017
Admite em Caráter Temporário MAYARA MAFRA BONDAVALLE para o cargo de Professora II – Educação Infantil.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, MAYARA MAFRA BONDAVALLE para o cargo de Professora II – Educação Infantil, contrato de trabalho nº. 004/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de janeiro de 2017.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PORTARIA N.º 015/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 015/2017
Admite em Caráter Temporário NATHÁLIA REITZ FRANCENER DE SOUZA para o cargo de Professora II – Educação Infantil.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, NATHÁLIA REITZ FRANCENER DE SOUZA para o cargo de Professora II – Educação Infantil, contrato de trabalho nº. 005/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de janeiro de 2017.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PORTARIA N.º 016/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 016/2017
Admite em Caráter Temporário AMÉLIA GUETTEN LOHN para o cargo de Professora II – Educação Infantil.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, AMÉLIA GUETTEN LOHN para o cargo de Professora II – Educação Infantil, contrato de trabalho nº. 006/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de janeiro de 2017.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PORTARIA N.º 017/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 017/2017

Admite em Caráter Temporário FABIANA LOHN para o cargo de Professora II – Educação Infantil.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, FABIANA LOHN para o cargo de Professora II – Educação Infantil, contrato de trabalho nº. 007/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de janeiro de 2017.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PORTARIA N.º 018/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 018/2017

Admite em Caráter Temporário ANA CAROLINA JUNCKES para o cargo de Professora II – Educação Infantil.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, ANA CAROLINA JUNCKES para o cargo de Professora II – Educação Infantil, contrato de trabalho nº. 008/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de janeiro de 2017.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PORTARIA N.º 019/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 019/2017

Admite em Caráter Temporário GISELLE DA SILVA RICCI para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, GISELLE DA SILVA RICCI para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, contrato de trabalho nº. 009/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de janeiro de 2017.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

TERMO DE POSSE DA SR. JOSÉ SERGIO FLORES PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO.

TERMO DE POSSE DA SR. JOSÉ SERGIO FLORES PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO.

Aos três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, perante o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal ERNEI JOSÉ STAHELIN, no Gabinete do Prefeito, compareceu o Sr. JOSÉ SERGIO FLORES, brasileiro, amasiado, residente e domiciliado neste Município, a fim de tomar posse no cargo em Comissão de Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, para o qual foi indicado pelo Prefeito Municipal.

Tomou posse e entrou em exercício assumindo o seguinte compromisso:

“Por minha honra e pela minha Pátria, juro cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes ao cargo em que sou investida, enviando todo esforço e tudo quanto em mim couber a bem no Município e dos meus concidadãos.”

Do que para constar, foi lavrado o presente termo de posse que vai assinado pelo senhor Prefeito Municipal e pelo empossado.

São Pedro de Alcântara, 03 de janeiro de 2017.
ERNEI JOSÉ STAHELIN JOSÉ SERGIO FLORES
Prefeito Municipal Empossado

TERMO DE POSSE DA SRTA. MICHELE MAIA DA SILVA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO.

TERMO DE POSSE DA SRTA. MICHELE MAIA DA SILVA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO.

Aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, perante o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal ERNEI JOSÉ STAHELIN, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Srta. MICHELE MAIA DA SILVA, brasileira, solteira, residente e domiciliada neste Município, a fim de tomar posse no cargo em Comissão de Secretária da Administração, Finanças e Planejamento, para o qual foi indicada pelo Prefeito Municipal.

Tomou posse e entrou em exercício assumindo o seguinte compromisso:

"Por minha honra e pela minha Pátria, juro cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes ao cargo em que sou investida, enviando todo esforço e tudo quanto em mim couber a bem no Município e dos meus concidadãos."

Do que para constar, foi lavrado o presente termo de posse que vai assinado pelo senhor Prefeito Municipal e pela empossada.

São Pedro de Alcântara, 02 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

MICHELE MAIA DA SILVA
Empossada

TERMO DE POSSE DO SR. CARLINHO SCHMITT PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

TERMO DE POSSE DO SR. CARLINHO SCHMITT PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

Aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, perante o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal ERNEI JOSÉ STAHELIN, no Gabinete do Prefeito, compareceu o Sr. CARLINHO SCHMITT, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de São José/SC, a fim de tomar posse no cargo em Comissão de Secretário Municipal da Educação, Cultura e Desporto, para o qual foi indicado pelo Prefeito Municipal.

Tomou posse e entrou em exercício assumindo o seguinte compromisso:

"Por minha honra e pela minha Pátria, juro cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes ao cargo em que sou investido, enviando todo esforço e tudo quanto em mim couber a bem no Município e dos meus concidadãos."

Do que para constar, foi lavrado o presente termo de posse que vai assinado pelo senhor Prefeito Municipal e pelo empossado.

São Pedro de Alcântara, 02 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

CARLINHO SCHMITT
Empossado

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO DE POSSE

Ao primeiro dia do mês de janeiro de dois mil e dezessete, às dez horas, no Salão de Festas da igreja Matriz de São Pedro de Alcântara compareceu o Senhor Marcos Rodrigo Reitz, filho de Loriberto Reitz e Maria Isolete de Souza Reitz. Vereador eleito no pleito de 02 de outubro de 2016 para a Sexta Legislatura da Câmara de Vereadores de São Pedro de Alcântara que compreende o período do dia primeiro de janeiro de dois mil e dezessete à trinta e um de dezembro de dois mil e vinte. Tomou Posse no Cargo de Vereador nesta Casa, prestando o seguinte compromisso legal: "Por minha honra e pela Pátria, prometo solenemente, manter, defender, cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica do Município de São Pedro de Alcântara, observar as Leis e promover o bem geral do Município". E por nada mais constar, eu, Marcos Rodrigo Reitz, Primeiro Secretário da Câmara de Vereadores lavrei o presente Termo de Posse, que vai assinada pelo senhor Presidente, por mim e pelo empossado.

São Pedro de Alcântara, 01 de janeiro de 2017.

Roberto Enning Marcos Rodrigo Reitz
Presidente da Câmara Primeiro Secretário

Marcos Rodrigo Reitz
Empossado

TERMO DE POSSE

Ao primeiro dia do mês de janeiro de dois mil e dezessete, às dez horas, no Salão de Festas da igreja Matriz de São Pedro de Alcântara compareceu o Senhor Ernei Antônio Trierveiler, filho de José Arlindo Trierveiler e Alcides Stähelin Trierveiler. Vereador eleito no pleito de 02 de outubro de 2016 para a Sexta Legislatura da Câmara de Vereadores de São Pedro de Alcântara que compreende o período do dia primeiro de janeiro de dois mil e dezessete à trinta

e um de dezembro de dois mil e vinte. Tomou Posse no Cargo de Vereador nesta Casa, prestando o seguinte compromisso legal: "Por minha honra e pela Pátria, prometo solenemente, manter, defender, cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica do Município de São Pedro de Alcântara, observar as Leis e promover o bem geral do Município". E por nada mais constar, eu, Marcos Rodrigo Reitz, Primeiro Secretário da Câmara de Vereadores lavrei o presente Termo de Posse, que vai assinada pelo senhor Presidente, por mim e pelo empossado.

São Pedro de Alcântara, 01 de janeiro de 2017.

Roberto Enning Marcos
Presidente da Câmara

Rodrigo Reitz
Primeiro Secretário

Ernei Antônio Trierveiler
Empossado

TERMO DE POSSE

Ao primeiro dia do mês de janeiro de dois mil e dezessete, às dez horas, no Salão de Festas da igreja Matriz de São Pedro de Alcântara compareceu o Senhor Amarildo Nazareno Stähelin, filho de Antônio Bernardo Stähelin e Rosa Maria Stähelin (in memorian). Vereador eleito no pleito de 02 de outubro de 2016 para a Sexta Legislatura da Câmara de Vereadores de São Pedro de Alcântara que compreende o período do dia primeiro de janeiro de dois mil e dezessete à trinta e um de dezembro de dois mil e vinte. Tomou Posse no Cargo de Vereador nesta Casa, prestando o seguinte compromisso legal: "Por minha honra e pela Pátria, prometo solenemente, manter, defender, cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica do Município de São Pedro de Alcântara, observar as Leis e promover o bem geral do Município". E por nada mais constar, eu, Marcos Rodrigo Reitz, Primeiro Secretário da Câmara de Vereadores lavrei o

presente Termo de Posse, que vai assinada pelo senhor Presidente, por mim e pelo empossado.

São Pedro de Alcântara, 01 de janeiro de 2017.
Roberto Enning Marcos Rodrigo Reitz
Presidente da Câmara Primeiro Secretário

Amarildo Nazareno Stähelin
Empossado

TERMO DE POSSE

Ao primeiro dia do mês de janeiro de dois mil e dezessete, às dez horas, no Salão de Festas da igreja Matriz de São Pedro de Alcântara compareceu a Senhora Francisleine Kuhn Pavanati, filha de Orlando Kuhn e Edi da Silva Kuhn. Vereadora eleita no pleito de 02 de outubro de 2016 para a Sexta Legislatura da Câmara de Vereadores de São Pedro de Alcântara que compreende o período do dia primeiro de janeiro de dois mil e dezessete à trinta e um de dezembro de dois mil e vinte. Tomou Posse no Cargo de Vereadora nesta Casa, prestando o seguinte compromisso legal: "Por minha honra e pela Pátria, prometo solenemente, manter, defender, cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica do Município de São Pedro de Alcântara, observar as Leis e promover o bem geral do Município". E por nada mais constar, eu, Marcos Rodrigo Reitz, Primeiro Secretário da Câmara de Vereadores lavrei o presente Termo de Posse, que vai assinada pelo senhor Presidente, por mim e pelo empossada.

São Pedro de Alcântara, 01 de janeiro de 2017.
Roberto Enning Marcos Rodrigo Reitz
Presidente da Câmara Primeiro Secretário

Francisleine Kuhn Pavanati
Empossado

TERMO DE POSSE

Ao primeiro dia do mês de janeiro de dois mil e dezessete, às dez horas, no Salão de Festas da igreja Matriz de São Pedro de Alcântara compareceu o Senhor Wilmar Prim, filho de Nelson Antônio Prim e Maria Kuhn. Vereador eleito no pleito de 02 de outubro de 2016 para a Sexta Legislatura da Câmara de Vereadores de São Pedro de Alcântara que compreende o período do dia primeiro de janeiro de dois mil e dezessete à trinta e um de dezembro de dois mil e vinte. Tomou Posse no Cargo de Vereador nesta Casa, prestando o seguinte compromisso legal: "Por minha honra e pela Pátria, prometo solenemente, manter, defender, cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica do Município de São Pedro de Alcântara, observar as Leis e promover o bem geral do Município". E por nada mais constar, eu, Marcos Rodrigo Reitz, Primeiro Secretário da Câmara de Vereadores lavrei o presente Termo de Posse, que vai assinada pelo senhor Presidente, por mim e pelo empossado.

São Pedro de Alcântara, 01 de janeiro de 2017.
Roberto Enning Marcos Rodrigo Reitz
Presidente da Câmara Primeiro Secretário

Wilmar Prim
Empossado

TERMO DE POSSE

Ao primeiro dia do mês de janeiro de dois mil e dezessete, às dez horas, no Salão de Festas da igreja Matriz de São Pedro de Alcântara compareceu o Senhor Charles da Cunha, filho de Francisco Augustinho da Cunha e Terezinha Kuhn. Vereador eleito no pleito de 02 de outubro de 2016 para a Sexta Legislatura da Câmara de Vereadores de São Pedro de Alcântara que compreende o período do dia primeiro de janeiro de dois mil e dezessete à trinta e um de dezembro de dois mil e vinte. Tomou Posse no Cargo de Vereador nesta Casa, prestando o seguinte compromisso legal: "Por minha honra e pela Pátria, prometo solenemente, manter, defender, cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica do Município de São Pedro de Alcântara, observar as Leis e promover o bem geral do Município". E por nada mais constar, eu, Marcos Rodrigo Reitz, Primeiro Secretário da Câmara de Vereadores lavrei o presente Termo de Posse, que vai assinada pelo senhor Presidente, por mim e pelo empossado.

São Pedro de Alcântara, 01 de janeiro de 2017.
Roberto Enning Marcos Rodrigo Reitz
Presidente da Câmara Primeiro Secretário

Charles da Cunha
Empossado

TERMO DE POSSE

Ao primeiro dia do mês de janeiro de dois mil e dezessete, às dez horas, no Salão de Festas da igreja Matriz de São Pedro de Alcântara compareceu o Senhor Roberto Enning, filho de Adriano Enning e Wilma Sibila Enning. Vereador eleito no pleito de 02 de outubro de 2016 para a Sexta Legislatura da Câmara de Vereadores de São Pedro de Alcântara que compreende o período do dia primeiro de janeiro de dois mil e dezessete à trinta e um de dezembro de dois mil e vinte. Tomou Posse no Cargo de Vereador nesta Casa, prestando o seguinte compromisso legal: "Por minha honra e pela Pátria, prometo solenemente, manter, defender, cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica do Município de São Pedro de Alcântara, observar as Leis e promover o bem geral do Município". E por nada mais constar, eu, Marcos Rodrigo Reitz, Primeiro Secretário da Câmara de Vereadores lavrei o presente Termo de Posse, que vai assinada pelo senhor Presidente, por mim e pelo empossado.

São Pedro de Alcântara, 01 de janeiro de 2017.
Roberto Enning Marcos Rodrigo Reitz
Presidente da Câmara Primeiro Secretário

Roberto Enning
Empossado

TERMO DE POSSE

Ao primeiro dia do mês de janeiro de dois mil e dezessete, às dez horas, no Salão de Festas da igreja Matriz de São Pedro de Alcântara compareceu o Senhor Moacir José Schell, filho de Teobaldo Schell e Eleonora Kniss Schell. Vereador eleito no pleito de 02 de outubro de 2016 para a Sexta Legislatura da Câmara de Vereadores de São Pedro de Alcântara que compreende o período do dia primeiro de janeiro de dois mil e dezessete à trinta e um de dezembro de dois mil e vinte. Tomou Posse no Cargo de Vereador nesta Casa, prestando o seguinte compromisso legal: "Por minha honra e pela Pátria, prometo solenemente, manter, defender, cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica do Município de São Pedro de Alcântara, observar as Leis e promover o bem geral do Município". E por nada mais constar, eu, Marcos Rodrigo Reitz, Primeiro Secretário da Câmara de Vereadores lavrei o presente Termo de Posse, que vai assinada

pelo senhor Presidente, por mim e pelo empossado.

São Pedro de Alcântara, 01 de janeiro de 2017.

Roberto Enning	Marcos Rodrigo Reitz
Presidente da Câmara	Primeiro Secretário

Moacir José Schell
Empossado

TERMO DE POSSE

Ao primeiro dia do mês de janeiro de dois mil e dezessete, às dez horas, no Salão de Festas da igreja Matriz de São Pedro de Alcântara compareceu o Senhor Luciano José Kretzer, filho de Apolinário Kretzer e Josefina Schmitt Kretzer. Vereador eleito no pleito de 02 de outubro de 2016 para a Sexta Legislatura da Câmara de Vereadores de São Pedro de Alcântara que compreende o período do dia primeiro de janeiro de dois mil e dezessete à trinta e um de dezembro de dois mil e vinte. Tomou Posse no Cargo de Vereador nesta Casa, prestando o seguinte compromisso legal: "Por minha honra e pela Pátria, prometo solenemente, manter, defender, cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica do Município de São Pedro de Alcântara, observar as Leis e promover o bem geral do Município". E por nada mais constar, eu, Marcos Rodrigo Reitz, Primeiro Secretário da Câmara de Vereadores lavrei o presente Termo de Posse, que vai assinada pelo senhor Presidente, por mim e pelo empossado.

São Pedro de Alcântara, 01 de janeiro de 2017.

Roberto Enning Marcos	Rodrigo Reitz
Presidente da Câmara	Primeiro Secretário

Luciano José Kretzer
Empossado

Seara

PREFEITURA

PORTARIA 25

PORTARIA Nº 25, de 04 de janeiro de 2017

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS RESPONSÁVEIS PELAS CONTAS BANCÁRIAS JUNTO ÀS AGÊNCIAS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso X, artigo 108 da Lei Orgânica do Município e artigo 116 da Lei Complementar nº 24/2006, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa, define o quadro de pessoal comissionado da Prefeitura Municipal de Seara, e dá outras providências, RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os servidores abaixo relacionados como responsáveis pelas contas bancárias dos órgãos da Prefeitura junto as Agências Bancárias do Município:

- I – Prefeitura Municipal de Seara – CNPJ nº 83.024.505/0001-13
a) Edemilson Canale – CPF 369.691.099-68 - Prefeito Municipal
b) Neri Cosmann - CPF nº 345.803.019-00 – Secretário de Administração
c) Julio Cesar Paludo - CPF nº 295.206.819-49 – Secretário da Fazenda
d) Cláudia Regina Nardi - CPF nº 017.450.469-17 – Agente de Atividades Gerais

Parágrafo único. Pela designação, ficam concedidos os seguintes poderes:

- I – emitir cheques;
II – abrir contas de depósitos;
III – autorizar cobrança;
IV – utilizar crédito aberto na forma e condições;
V – receber, emitir recibos e dar quitações;
VI – solicitar saldos e extratos;
VII – requisitar talonários de cheques;
VIII – autorizar de débitos em conta relativo à operações;
IX – retirar cheques devolvidos;
X – endossar cheques;
XI – sustar/contra-ordenar cheques;
XII – cancelar cheques;
XIII – baixar cheques;
XIV – efetuar resgates/aplicações financeiras;
XV – cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
XVI – efetuar saques de conta corrente e de conta poupança;
XVII – efetuar pagamentos e transferências por meio eletrônico;
XVIII – efetuar pagamentos e transferências, além daqueles por meio eletrônico;
XIX – efetuar a movimentação financeira no RPG;
XX – consultar contas/aplic. programas repasse de recursos federais – RPG;
XXI – liberar arquivos de pagamentos no ger. financeiro/AASP;
XXII – solicitar saldos/extratos, inclusive de investimentos e operações de crédito;
XXIII – emitir comprovantes;
XXIV – efetuar transferência para mesma titularidade – meio eletrônico;
XXV – encerrar contas de depósitos;
XXVI – consultar obrigações de débito direto autorizado – DDA.

Art. 2º A movimentação das contas se dará através da assinatura conjunta de dois dos responsáveis designados no art. 1º da

presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 04 de janeiro de 2017
EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 04 de janeiro de 2017

Neri Cosmann
Secretário de Administração

PORTARIAS 010 A 026

Portaria nº. 010/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve, Cessar, os efeitos da Portaria nº. 151/2006, que designa o servidor efetivo Clodoaldo Luiz Weber – matrícula 1409/01, para exercer o cargo em comissão de Executivo do Procon - EXE, devendo a mesma retornar às funções de seu cargo efetivo de Auxiliar de Administração, Nível 160, constante no Anexo I – Grupo “A” – Serviços Administrativos, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Lei Complementar nº. 27/2008, a partir de 02 de janeiro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 03 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 03 de janeiro de 2017.
Neri Cosmann
Secretário da Administração

Portaria nº. 011/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso X do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, resolve, Prorrogar, prazo de vigência da Portaria nº. 559/2014, que contrata Clenice Ferrasso, em caráter temporário, para exercer a função de Técnica em Enfermagem, Anexo I, Grupo B- Serviços Técnicos Profissionais, com vencimentos previstos no anexo IV, nível 120, classe inicial, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Lei Complementar 27/2008, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 05 de janeiro de 2017, em razão da constatação de gravidez, sendo que o presente instrumento terá a vigência até o término da licença maternidade.

A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara – SC., 03 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 03 de janeiro de 2017.
Neri Cosmann
Secretário da Administração

Portaria nº. 012/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art.123, da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações

Municipais e da outras Providências, resolve, Conceder, Ao servidor Clodoaldo Luiz Weber, matrícula 140901, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Administração, nível 160, Grupo A - Serviços Administrativos, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias consecutivos, no período de 04 de janeiro a 03 de fevereiro de 2017, referentes ao quinquênio de 03/02/2006 a 03/02/2011.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 03 de janeiro de 2016.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Em 03 de janeiro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 013/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 118 da Lei Complementar nº 024, de 10 de março de 2006, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Seara e dá outras providências, resolve,

Designar, Ana Paula Trentini Alves, ocupante do cargo de provimento efetivo de Especialista em Educação – Orientador Educacional, categoria Pós Lato Sensu, classe C, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento Técnico Pedagógico - DIRE, da Secretaria Municipal da Educação, Anexo I-E, Lei Complementar nº 024/2006, com vencimentos previstos no nível CC-070, a partir de 02 de janeiro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Seara – SC., 03 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 03 de janeiro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 014/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 118 da Lei Complementar nº 024, de 10 de março de 2006, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Seara e dá outras providências, resolve,

Designar, Filomena Salete Canossa Freyer, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor 20 h.s., categoria Pós Lato Sensu, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Ensino - DIRE, da Secretaria Municipal da Educação, Anexo I-E, Lei Complementar nº 024/2006, com vencimentos previstos no nível CC-070, a partir de 02 de janeiro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Seara – SC., 03 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 03 de janeiro de 2017

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 015/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 118 da Lei Complementar nº 024, de 10 de março de 2006, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Seara e dá outras providências, resolve,

Designar, Genuir Mariani, ocupante do cargo de provimento efetivo

de Motorista de Veículos de Cargas e Passageiros, Nível CE 110, Classe C, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Transportes – DIRE, da Secretaria Municipal do Interior, Anexo I-I, Lei Complementar nº 024/2006, com vencimentos previstos no nível CC-070, a partir de 02 de janeiro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Seara – SC., 03 de janeiro de 2017

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 03 de janeiro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 016/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 118 da Lei Complementar nº 024, de 10 de março de 2006, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Seara e dá outras providências, resolve,

Designar, Claudia Regina Nardi, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Atividades Gerais, Nível CE 100, Classe C, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Finanças- GERE, da Secretaria Municipal da Fazenda, Anexo I-D, Lei Complementar nº 024/2006, com vencimentos previstos no nível CC-060, a partir de 02 de janeiro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Seara – SC., 03 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 03 de janeiro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 017/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve, Cessar, os efeitos das Portarias que concedem gratificação de função aos seguintes servidores:

Matrículas	Servidores	Portarias
1949/01	Dulcimar Paulo Mezaroba	Nº. 225/2013
1966/02	Fabíula Pereira	Nº. 299/2013
1917/02	Jair Francisco Viecelli Della Betta	Nº. 367/2015
1366/01	Luciane Ines Viot Tocchetto	Nº. 222/2013
2022/01	Maickon Felipe Wolff Pereira	Nº. 283/2014
1154/01	Maria Narcisa Spilmann	Nº. 223/2013
1881/02 2034/01	Taisa Cristina Dutra Ferreira Rene Paulo Ritter	Nº. 211/2015 Nº. 366/2015

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 01 de janeiro de 2017.

Seara - SC, 04 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 04 de janeiro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº 018/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo

118 da Lei Complementar nº 024/2006 de 10 de março de 2.006, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Seara e dá outras providências,

Nomeia, Cassiane Rosa, brasileira, para o exercício do cargo de Provimento em Comissão de Oficial do Gabinete do Prefeito Municipal - OFIC, do Gabinete do Prefeito Municipal, Nível CC-030, Anexo I-A, Lei Complementar nº 024/2006 de 10 de março de 2006, com vencimentos previstos no Anexo II, e atribuições estabelecidas no artigo 41 da mesma Lei, a partir de 02 de janeiro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Seara - SC, em 03 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 03 de janeiro de 2017

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº 019/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 118 da Lei Complementar nº 024/2006 de 10 de março de 2.006, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Seara e dá outras providências,

Nomeia, Juliane Gaffuri, para o exercício do cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico - ASSE, da Secretaria Municipal da Agricultura e do Meio Ambiente, Nível CC-020, Anexo I-G, Lei Complementar nº 024/2006 de 10 de março de 2006, com vencimentos previstos no Anexo II, e atribuições estabelecidas no artigo 41 da mesma Lei, a partir de 02 de janeiro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Seara - SC, em 03 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 03 de janeiro de 2017

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº 020/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 118 da Lei Complementar nº 024/2006 de 10 de março de 2.006, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Seara e dá outras providências,

Nomeia, Andreia Battistella Santin, para o exercício do cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico - ASSE, da Secretaria Municipal da Fazenda, Nível CC-020, Anexo I-D, Lei Complementar nº 024/2006 de 10 de março de 2006, com vencimentos previstos no Anexo II, e atribuições estabelecidas no artigo 41 da mesma Lei, a partir de 03 de janeiro de 2017.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 03 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 03 de janeiro de 2017

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº 021/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 118 da Lei Complementar nº 024/2006 de 10 de março de 2.006, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Seara e dá outras providências,

Nomeia, Patricia Fernanda Meneghini, para o exercício do cargo de Provimento em Comissão de Executivo do PROCON - EXE, do Gabinete do Prefeito Municipal, Nível CC-050, Anexo I-A, Lei Complementar nº 024/2006 de 10 de março de 2006, com vencimentos previstos no Anexo II, e atribuições estabelecidas no artigo 41 da mesma Lei, a partir de 04 de janeiro de 2017.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 03 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 03 de janeiro de 2017

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 022/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 118 da Lei Complementar nº 024/2006 de 10 de março de 2.006, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Seara e dá outras providências

Designar, Geni Paula Brandt, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora - matrícula/1988-03, Categoria Pós Lato Sensu, Classe A, com carga horária de 20 horas semanais, do quadro de pessoal do Magistério Público Municipal, para exercer o cargo de Secretária de Escola, no Centro de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo os vencimentos do cargo efetivo, acrescido do valor correspondente a função gratificada de 50% do valor constante no nível FG-02, do anexo VI, da Lei Complementar nº. 21/2003, a partir de 02 de janeiro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Seara – SC., 03 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 03 de janeiro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº 023/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 118 da Lei Complementar nº 024/2006 de 10 de março de 2.006, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Seara e dá outras providências,

Nomeia, Ederson Lucas Grooders, para o exercício do cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico - ASSE, da Secretaria Municipal da Fazenda, Nível CC-020, Anexo I-D, Lei Complementar nº 024/2006 de 10 de março de 2006, com vencimentos previstos no Anexo II, e atribuições estabelecidas no artigo 41 da mesma Lei, a partir de 04 de janeiro de 2017.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 03 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 03 de janeiro de 2017

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº 024/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 118 da Lei Complementar nº 024/2006 de 10 de março de 2.006, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Seara e dá outras providências,

Nomeia, Valmir Petry, para o exercício do cargo de Provimento em

Comissão de Gestor Distrital -GEST, do Gabinete do Prefeito, Anexo I-A, Lei Complementar n° 024/2006 de 10 de março de 2006, com vencimentos previstos no Nível CC-040, Anexo II, a partir de 04 de janeiro de 2017.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 03 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 03 de janeiro de 2017

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 026/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve, Cessar, os efeitos das Portarias que concedem gratificação de função aos seguintes servidores:

Matrículas	Servidores	Portarias
1280/01 - 1561/01	Elisangela Paludo	Nº. 329/2015
1564/01	Maira Mônica Gabriel	Nº. 388/2013

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 01 de fevereiro de 2017.

Seara - SC, 04 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 04 de janeiro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO 017

DECRETO Nº 017/2017 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 40 da Lei Orgânica Municipal e em consonância com o art. 51 da Lei nº 8.666/93 e Lei Municipal nº 211/1993,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os Servidores abaixo relacionados, para integrarem a Comissão Permanente de Licitações – CPL do Município de Serra Alta – SC:

Presidente: EDERSON CEREZOLLI

Secretário: CLAIR FÁTIMA ANDREIS

Membro: ANA CLAUDIA LAUXEN ZUZELISKI

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº958/2013, revogando o Decreto nº 002/2015, e demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 03 de janeiro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

DECRETO 019

DECRETO Nº 019/2017, DE 03 DE JANEIRO 2017.

“DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RESPONSÁVEL PELOS ADIANTAMENTOS DESTINADOS A CUSTEAR DESPESAS MIÚDAS DE PRONTO PAGAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, que lhe são atribuídas no art. 40 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente a Lei Municipal nº. 599/2003, combinado com o art. 4º e 5º da Instrução Normativa N.TC-14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Instrução Normativa – Controladoria nº. 003/2014 de 26/09/2014.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para realização de despesas sob o regime de adiantamento, no exercício de 2017, até 31 de dezembro de 2017, os servidores públicos municipais abaixo mencionados, nos termos da Lei Municipal nº. 599/2003, destinado a custear despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Servidor:	REGINA CELINA VANZETTO LINDEMANN
Matrícula:	1065
Cargo/Função/Emprego:	Secretário de Educação, Cultura e Esportes
Servidor:	JOSIMAR SENHOR
Matrícula:	774
Cargo/Função/Emprego:	Motorista
Servidor:	LENOIR BENEDET
Matrícula:	718
Cargo/Função/Emprego:	Motorista
Servidor:	MOACIR JOSÉ VIVAN
Matrícula:	54
Cargo/Função/Emprego:	Motorista
Servidor:	JEFERSON MARTINI
Matrícula:	1066
Cargo/Função/Emprego:	Secretário de Saúde

Servidor:	EDERSON CEREZOLLI
Matrícula:	1068
Cargo/Função/Emprego:	Secretário de Administração e Des. Econômico

Servidor:	VILSON PAULETTO
Matrícula:	962
Cargo/Função/Emprego:	Motorista

Art. 2º O responsável pelo adiantamento deverá apresentar prestação de contas à administração, em até 10 (dez) dias, a contar do termo final do período de aplicação dos recursos.

Art. 3º O responsável pela prestação de contas fica sujeito a atender todas as exigências da Lei Municipal nº. 599/2003, combinado com a Instrução Normativa N.TC-14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Instrução Normativa – Controladoria nº. 003/2014 de 26/09/2014.

Art. 4º A prestação de contas dos recursos concedidos, será organizada nas fases de concessão, aplicação, exame da legalidade do uso do recurso público pelo concedente, e o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento.

Art. 5º As despesas decorrentes deste decreto correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 03 de janeiro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário Municipal de Administração

DECRETO 020

DECRETO Nº 020/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DA UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL – UFRM E FIXA SEU VALOR PARA O EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, que lhe são atribuídas no art. 40 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 249, parágrafo único, da Lei Complementar nº. 017/2014, e,

CONSIDERANDO, a variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, apurado pela Fundação Getúlio Vargas, no período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, equivalente a 7,19% (sete vírgula dezenove por cento),

DECRETA:

Art. 1º Fica fixada a Unidade de Referência Municipal – UFRM, para o exercício de 2017, no valor de R\$ 2,61 (dois reais e sessenta e um centavos).

Art. 2º Integram este Decreto o Anexo I – Demonstrativo da Evolução e Atualização da UFRM e Anexo II – Demonstrativo do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M apurado no período.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 04 de janeiro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

ANEXO I

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA UFRM INSTITUÍDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº. 017/2014

Ano de Vigência	Valor da UFRM (R\$)	Índice acumulado no ano (em %)	Período de Apuração
2015	2,20		

2016	2,43	10,5443	01/01/2015 a 31/12/2015
2017	2,61	7,1907	01/01/2016 a 31/12/2016

ANEXO II

DEMONSTRATIVO DO ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DE MERCADO – IGP-M APURADO PELA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS NO PERÍODO DE 01/01/2016 A 31/12/2016

Mês/ano	Índice do mês (em %)	Índice acumulado no ano (em %)	Índice acumulado nos últimos 12 meses (em %)
Dez/2016	0,54	7,1907	7,1907
Nov/2016	-0,03	6,6150	6,6150
Out/2016	0,16	6,6470	6,6470
Set/2016	0,20	6,4766	6,4766
Ago/2016	0,15	6,2641	6,2641
Jul/2016	0,18	6,1049	6,1049
Jun/2016	1,69	5,9143	5,9143
Mai/2016	0,82	4,1541	4,1541
Abr/2016	0,33	3,3070	3,3070
Mar/2016	0,51	2,9672	2,9672
Fev/2016	1,29	2,4447	2,4447
Jan/2016	1,14	1,1400	1,1400

DECRETO 021

DECRETO Nº. 021/2017 DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE JOSEVAL DOS SANTOS PARA O CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001, Lei Municipal nº. 684/2005.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir desta data, o Sr. Joseval dos Santos, portador do CPF nº790.103.939-68, RG nº.2.653.305, para o Cargo de Diretor de Departamento de Serviços Urbanos com lotação junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, Nível CC – 03, do Grupo VII – Cargos em Comissão, conforme Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC, com dedicação integral.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Aplica-se a nomeação deste decreto o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 04 de Janeiro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

ERRATA 002

ERRATA Nº002/2017 DECRETO Nº. 011/2017 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº.011/2017 “DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO PERÍODO DE FÉRIAS DA SERVIDORA INÊS DOMINGA PEZZINI ARGENTA, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem ao art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº 498/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Fica retificado o Decreto nº. 011/2017, na forma e nas condições abaixo relacionadas.

ONDE SE LEU:

Art. 1º - Fica alterado o período de férias da Servidora Rosangela Senhor, constante no Decreto nº 188/2016, passando para.

LEIA-SE:

Art. 1º - Fica alterado o período de férias da Servidora Inês Dominga Pezzini Argenta constante no Decreto nº 188/2016, passando para.

Art. 2º Todos os demais itens do Decreto nº. 008/2017, ficam inalterados.

Art. 3º Esta Errata do Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 03 de janeiro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

ERRATA 01

ERRATA Nº001/2017 DECRETO Nº. 008/2017 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº.008/2017 “DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO PERÍODO DE FÉRIAS DA SERVIDORA LUCIMAR FERREIRA DE SOUZA, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem ao art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº 498/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Fica retificado o Decreto nº. 008/2017, na forma e nas condições abaixo relacionadas.

ONDE SE LEU:

Art. 1º - Fica alterado o período de férias da Servidora Rosangela Senhor, constante no Decreto nº 188/2016, passando para.

LEIA-SE:

Art. 1º - Fica alterado o período de férias da Servidora Lucimar Ferreira de Souza constante no Decreto nº 188/2016, passando para.

Art. 2º Todos os demais itens do Decreto nº. 008/2017, ficam inalterados.

Art. 3º Esta Errata do Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 03 de janeiro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 001/2017 CÂMARA DE VEREADORES

DECRETO Nº.001 DE 04 DE JANEIRO DE 2017

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO ADAIR LUIZ NIEDERLE, OCUPANTE DO CARGO DE ASSESSOR JURÍDICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SUL BRASIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR GOTZ, Presidente da Câmara de Municipal de Vereadores de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei384-2001, Lei 1.074-2005.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerado a pedido o Servidor Público, Adair Luiz Niederle portador do CPF nº 073.913.179-69, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, com Lotação na Câmara de Vereadores.

Art. 2º. - Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sul Brasil (SC), 04 de janeiro de 2017.

MOACIR GOTZ

Presidente da Câmara de vereadores

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

Célio Roberto Signor

Secretário

PORTARIA 076/2016

PORTARIA Nº 076, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal SANDRA MAI ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 08.01.016 a 07.01.2017 a serem gozadas no período de 15.12.2016 a 13.01.2017.

Art. 2º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal ADRIANE HAMMERSCHMITT ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 08.01.016 a 07.01.2017 a serem gozadas no período de 26.12.2016 a 24.01.2017.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,

28 de dezembro de 2016.

ÉDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

DIEGO GUSTAVO KIRCH

Diretor do Departamento

PREGÃO PRESENCIAL Nº.001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO

Processo Administrativo nº.001/2017

Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº.001/2017

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA 2017.

Entrega dos envelopes: 8:00 horas do dia 19 de janeiro de 2017

Abertura dos envelopes: 08:15 horas do dia 19 de janeiro de 2017

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 05 de janeiro de 2017.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº.002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO

Processo Administrativo nº.002/2017

Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº.002/2017

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA O CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS.

Entrega dos envelopes: 14:00 horas do dia 19 de janeiro de 2017

Abertura dos envelopes: 14:15 horas do dia 19 de janeiro de 2017

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 05 de janeiro de 2017.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº.003/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO

Processo Administrativo nº.003/2017

Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº.003/2017

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO.

Entrega dos envelopes: 08:30 horas do dia 18 de janeiro de 2017

Abertura dos envelopes: 08:45 horas do dia 18 de janeiro de 2017

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 05 de janeiro de 2017.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO 005/2017

DECRETO Nº. 005/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

“APROVA O DESDOBRAMENTO DA RECEITA LÍQUIDA PREVISTA EM METAS MENSAS E BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO E A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO, COM VISTAS À COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE A REALIZAÇÃO DA RECEITA E A EXECUÇÃO DA DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, DE QUE TRATAM OS ARTIGOS 13 E 8º DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e conforme o que dispõe os artigos 13 e 8º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

Considerando a Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000 - a Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê, em seu Art. 8º, que o Poder Executivo estabelecerá, em até trinta dias da promulgação do orçamento, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso e, no Art. 13, que prevê o desdobramento em metas bimestrais de arrecadação;

Considerando as normas de escrituração previstas na Lei 4.320/64 e no Art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000;

Considerando a transparência necessária das informações contábeis através do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal, da Lei Complementar nº 101/2000, previsto nos Arts. 52 a 54;

Considerando o encaminhamento realizado por cada Secretaria de Governo das necessidades de realização de despesas durante o exercício;

Considerando que a programação da despesa pública continuada e os investimentos devem respeitar o comportamento da receita;

Considerando a cronologia dos pagamentos dos restos a pagar e demais exigibilidades inscritas no passivo e a necessidade de o município manter a compatibilidade entre as receitas e despesas orçamentárias conjugadas com o fluxo de recursos extra-orçamentários,

DECRETA:
CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Ficam estabelecidas as metas mensais e bimestrais de arrecadação e os limites para movimentação de empenhos e para pagamentos relativos às dotações constantes na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2017 – Lei nº 849/2016, de 24 de Outubro de 2016, na forma discriminada no Anexo Único, que integra o presente Decreto.

CAPÍTULO II

DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Seção I Das Finalidades

Art. 2º. A programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com o objetivo de cumprir o princípio do planejamento e do equilíbrio das contas públicas destina-se a:

I - assegurar às Secretarias de Governo a implementação do planejamento realizado em cada Pasta, com vistas à melhor execução dos programas de governo;

II - identificar as causas do déficit financeiro ou orçamentário, quando houver;

III - servir de subsídio para a definição dos critérios para a limitação de empenho e movimentação financeira, em caso de não atingimento dos resultados fiscais nominais e primário previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme Art. 4º, § 1º da Lei Complementar nº 101/2000;

IV - possibilitar identificar as falhas no planejamento orçamentário;

V - permitir o planejamento do fluxo de caixa de toda a Administração Municipal, direta e indireta, e o controle deste fluxo, conforme prevê o Art. 50, II, da Lei Complementar nº 101/2000;

VI - fazer frente, financeiramente, aos riscos fiscais previstos no Anexo de Riscos Fiscais de que trata o Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000 e previstos no orçamento na Reserva de Contingência, conforme Art. 5º, III, “b” da mesma Lei;

VII - permitir a correta utilização dos recursos financeiros legalmente vinculados ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorreu o ingresso;

VIII - permitir ao Município o cumprimento dos compromissos legais e os decorrentes de fornecimentos e prestação de serviços com o Poder Público;

IX - viabilizar o instrumento de comprovação do planejamento do impacto orçamentário-financeiro, previsto na Lei Complementar nº 101, no exercício e nos dois seguintes:

a) da renúncia de receita, conforme Art. 14, e a comprovação das medidas de compensação, quando for o caso;

b) da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, prevista no Art. 16, I;

c) da despesa obrigatória de caráter continuado, prevista no Art. 17, § 1º.

CAPÍTULO III DA METAS DE ARRECADAÇÃO E DE EXECUÇÃO DA DESPESA

Art. 3º. Ficam estabelecidas, conforme Anexo Único deste Decreto, as metas mensais e bimestrais de arrecadação e as despesas mensais e bimestrais para o presente exercício, estabelecidas com base no fluxo de arrecadações e de despesas dos últimos três exercícios.

§ 1º. As metas de arrecadação e a programação da despesa poderão ser revistas bimestralmente, com vistas a adequar o planejamento à receita realizada e às novas previsões no bimestre, na forma do Anexo Único deste Decreto.

§ 2º. Os valores autorizados a empenhar serão os mesmos autorizados a liquidar e a pagar.

§ 3º. O planejamento bimestral da receita e da despesa deverá ser refletido no Demonstrativo de que trata o Art. 52 da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO IV

DOS DESEMBOLSOS

Seção I

Dos Critérios Para os Desembolsos

Art. 4º. As exigibilidades inscritas na contabilidade do Município no Passivo Circulante, de origem financeira, obedecerão à estrita ordem cronológica de seus vencimentos de acordo com o vínculo de recursos, nos exatos termos do art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada.

Parágrafo único. A observância da ordem de que trata o caput poderá ser alterada:

- I - no pagamento das despesas com pessoal e encargos sociais;
- II - para os pagamentos de diárias e adiantamento de despesas de que trata a legislação municipal vigente;
- III - nos casos em que decorra vantagem financeira para o Erário, como descontos e abatimentos que sejam capazes de justificar a alteração da ordem;
- IV - nos casos em que for decretada situação de emergência ou estado de calamidade pública no Município;
- V - no pagamento da contribuição ao PASEP;
- VI - no pagamento da dívida pública; e,
- VII - no pagamento de sentenças judiciais.

Art. 5º. A elaboração dos contratos e atos convocatórios de licitação, no que se refere à forma prevista no Art. 40, XIV, "b" e Art. 55, III, da Lei 8.666/93, deverão obedecer ao fluxo de caixa do órgão/entidade.

Seção II

Dos Repasses Financeiros Para o Poder Legislativo

Art. 6º. Os repasses financeiros ao Poder Legislativo serão efetuados até o dia 20 (vinte) de cada mês, em conta bancária especificada para esta finalidade em nome e movimentação daquele Poder.

Art. 7º. Os repasses mensais no exercício atenderão:

§ 1º. Ao limite constitucional e aos valores referentes às dotações consignadas na Unidade Orçamentária Câmara de Vereadores para o exercício e em créditos adicionais, e obedecerá ao cronograma de desembolso elaborado pelo Legislativo para atendimentos de suas despesas.

§ 2º. Em caso de o Poder Legislativo não elaborar o seu cronograma de desembolso mensal, para efeitos de repasse, será utilizado o sistema de duodécimos, sendo repassado 1/12 avos mensalmente do valor do orçamento da Câmara.

§ 3º. Ao final do exercício, depois de deduzidas todas as exigibilidades inscritas no passivo financeiro relativas à Câmara e os valores para os quais haja vinculação de gastos do Legislativo, os saldos de recursos financeiros deverão ser devolvidos ao Executivo Municipal.

§ 4º. O produto da aplicação financeira dos recursos do Poder Legislativo, bem como as retenções de receitas efetuadas, deverão ser contabilizados no fluxo extra-orçamentário e repassados ao Executivo Municipal.

Seção III

Dos Repasses Financeiros para atender as Vinculações

Constitucionais e Legais e as Receitas de Aplicações Financeiras

Art. 8º. Os valores do retorno do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB serão creditados em conta específica e os recursos vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE de que trata a Lei 9.394/96, Art. 70, serão controlados nas fontes de recursos específicas.

Art. 9º. Os valores vinculados às Ações e Serviços Públicos de Saúde serão controlados nas fontes de recursos específicas.

Art. 10. O produto da alienação de bens e direitos e os recursos provenientes de transferências voluntárias, convênios ou congêneres, serão depositados em conta bancária vinculada específica para atendimento do disposto no Art. 44 e 50, I, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 11. Os valores decorrentes da receita de aplicação financeira oriunda de recursos vinculados de que tratam os Arts. 8º, 9º e 10 serão contabilizados como receita patrimonial e terão o mesmo objeto de aplicação do que o depósito que lhe originou a receita.

CAPÍTULO V

DA ALTERAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Art. 12. A Secretaria da Fazenda juntamente com o Setor de Contabilidade ficarão responsáveis pela elaboração e coordenação do planejamento de que trata este Decreto.

Parágrafo único. A cada bimestre poderá ser efetuada a reprogramação do Anexo Único de que trata este Decreto.

Art. 13. Os limites autorizados somente poderão ser alterados por outro decreto que o retifique, ficando vedada a alteração no sistema de informática por servidor sem a devida autorização legal.

Art. 14. Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos neste exercício, bem como os créditos especiais e extraordinários reabertos, terão sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes.

Art. 15. Os Diretores deverão providenciar o bloqueio provisório das dotações orçamentárias e a suspensão da autorização de compra em caso de não realização da receita, ou tendência desta, podendo ocorrer à recomposição das dotações na proporção dos bloqueios realizados.

Parágrafo único. O Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal adotará as providências necessárias à limitação de empenho a fim de equacionar o equilíbrio orçamentário e financeiro do Município, conforme as premissas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 799/2015, de 24 de junho de 2015.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. A responsabilidade pelo cumprimento e aprimoramento das normas deste Decreto é de cada Secretaria Municipal quanto à sua pasta.

Art. 17. A fiscalização e acompanhamento do presente Decreto fica a cargo da Secretaria da Fazenda que comunicará ao Prefeito Municipal o resultado financeiro dos fluxos de caixa e procederá à avaliação do cumprimento por parte das Unidades Orçamentárias.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE JANEIRO DE 2017.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO 002-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TIGRINHOS
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 002/2017

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Tigrinhos (SC) torna público para o conhecimento dos interessados, que estarão abertas para o exercício de 2017, as inscrições para o Processo de Credenciamento de Pessoas Jurídicas para fornecimento de lentes de grau para óculos, dando efetivo atendimento à população na Unidade de Saúde do Município de Tigrinhos/SC, nos termos e condições constantes no Edital na forma do disposto no artigo 25, caput, da Lei Federal nº. 8.666/93. Os interessados deverão se dirigir ao Setor de Licitações do Município de Tigrinhos, sito a Avenida Felipe Bacinski, nº. 479, Centro, Município de Tigrinhos, ou pelo Telefone: 49-36580064 no horário das 07h00min às 13h00min. Tigrinhos (SC), 04 de Janeiro de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 002-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 002/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2017
LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP
Sistema de Registro de Preços

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, para a Aquisição dos Materiais abaixo discriminados: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO para manutenção dos Setores de Obras/DMER/ Agricultura. O recebimento dos envelopes de propostas e habilitação será até as 09h00min do dia 18/01/2017, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a sessão terá início às 09h10min no Auditório do Centro Administrativo Municipal de Tigrinhos, no mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Bacinski nº. 479, Centro, Tigrinhos/SC, fone: 49-36580064. Tigrinhos, 04 de Janeiro de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 002-2017 SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TIGRINHOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 002/2017.
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2017.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento

geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, para a Contratação de Empresa Prestadora de Serviços para Consultas Médicas nas Especialidades de Ginecologia e Obstetrícia, para dar efetivo atendimento a população na Unidade Básica de Saúde do Município de Tigrinhos, durante o exercício de 2017. O recebimento das propostas e documentação será até as 11h00min do dia 18/01/2017, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 11h10min do mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Bacinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064, com Cleise Honaiser. Tigrinhos (SC), 04 de Janeiro de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 013/2017

PORTARIA Nº. 013/2017. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE CARGO COMISSONADO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e pela Lei Complementar nº 035/2015 de 03 de Novembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica Nomeada a Sra. MARCIA JAPPE ZAPPANI, para exercer o Cargo Comissionado de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 04 de Janeiro de 2017, percebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 04 DE JANEIRO DE 2017.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em quatro de janeiro de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 014/2017

PORTARIA Nº. 014/2017. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE PREGOEIRA SUBSTITUTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica designada a Sra. CLEISE HONAISSER, para exercer a função de PREGOEIRA SUBSTITUTA em Licitações, na modalidade Pregão, a contar a partir de 04 de Janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 04 DE JANEIRO DE 2017.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em quatro de janeiro de
dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

RREO 6º BIM E RGF 3º QUADRIM

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		10.359.632,56	10.359.632,56	2.891.839,29	27,91	12.281.315,66	118,55	-1.921.683,10
RECEITAS CORRENTES		10.139.632,56	10.139.632,56	2.881.839,29	28,42	11.319.841,02	111,64	-1.180.208,46
RECEITA TRIBUTÁRIA		377.992,39	377.992,39	116.244,97	30,75	516.426,65	136,62	-138.434,26
IMPOSTOS		334.688,29	334.688,29	112.528,86	33,62	477.590,09	142,69	-142.891,80
TAXAS		36.434,70	36.434,70	3.716,11	10,20	38.846,56	106,62	-2.411,86
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		6.869,40	6.869,40	0,00	0,00	0,00	0,00	6.869,40
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		20.608,20	20.608,20	3.954,00	19,19	24.123,00	117,06	-3.514,80
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO		20.608,20	20.608,20	3.954,00	19,19	24.123,00	117,06	-3.514,80
RECEITA PATRIMONIAL		43.846,83	43.846,83	32.501,28	74,12	181.694,95	414,39	-137.848,12
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		43.846,83	43.846,83	32.501,28	74,12	181.694,95	414,39	-137.848,12
RECEITA AGROPECUÁRIA		4.579,60	4.579,60	148,00	3,23	1.623,30	35,45	2.956,30
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS		4.579,60	4.579,60	148,00	3,23	1.623,30	35,45	2.956,30
RECEITA DE SERVIÇOS		10.876,55	10.876,55	0,00	0,00	0,00	0,00	10.876,55
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		9.661.021,09	9.661.021,09	2.722.466,53	28,18	10.544.322,52	109,14	-883.301,43
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		9.611.907,09	9.611.907,09	2.706.523,65	28,16	10.469.418,72	108,92	-857.511,63
TRANSF. DE CONV.		49.114,00	49.114,00	15.942,88	32,46	74.903,80	152,51	-25.789,80
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		20.707,90	20.707,90	6.524,51	31,51	51.650,60	249,42	-30.942,70
MULTAS E JUROS DE MORA		7.885,02	7.885,02	3.905,29	49,53	22.284,41	282,62	-14.399,39
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		1.144,90	1.144,90	0,00	0,00	3.116,26	272,19	-1.971,36
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		1.373,88	1.373,88	1.198,93	87,27	9.572,33	696,74	-8.198,45
RECEITAS DIVERSAS		10.304,10	10.304,10	1.420,29	13,78	16.677,60	161,85	-6.373,50
RECEITAS DE CAPITAL		220.000,00	220.000,00	10.000,00	4,55	981.474,64	437,03	-741.474,64
ALIENAÇÃO DE BENS		30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	91.170,00	303,90	-61.170,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	91.170,00	303,90	-61.170,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		190.000,00	190.000,00	10.000,00	5,26	870.304,64	458,06	-680.304,64
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		100.000,00	100.000,00	10.000,00	10,00	870.304,64	870,30	-770.304,64
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		10.359.632,56	10.359.632,56	2.891.839,29	27,91	12.281.315,66	118,55	-1.921.683,10
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Contratual						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	10.359.632,56	10.359.632,56	2.891.839,29	27,91	12.281.315,66	118,55
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	10.359.632,56	10.359.632,56	2.891.839,29	27,91	12.281.315,66	118,55
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	835.431,16	—	—	686.646,05	—
Superávit Financeiro	—	835.431,16	—	—	686.646,05	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	10.359.632,56	13.598.753,60	1.894.942,90	12.278.528,73	1.320.224,87	2.563.377,66	10.865.544,22	2.733.209,38	10.864.021,46	1.412.984,51
DESPESAS CORRENTES	9.239.710,21	9.965.437,87	1.464.434,57	9.227.792,13	737.645,74	2.079.551,78	9.221.854,53	743.583,34	9.220.331,77	5.937,60
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.735.126,03	6.156.974,35	1.400.482,71	5.897.068,62	259.905,73	1.446.712,90	5.897.068,62	259.905,73	5.897.068,62	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.289,80	895,31	0,00	895,31	0,00	0,00	895,31	0,00	895,31	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.502.294,38	3.807.568,21	63.951,86	3.329.826,20	477.740,01	632.838,88	3.323.890,60	483.677,61	3.322.367,84	5.937,60
DESPESAS DE CAPITAL	1.069.922,35	3.583.315,73	430.508,33	3.050.736,60	532.579,13	483.825,88	1.643.689,69	1.939.626,04	1.643.689,69	1.407.046,91
INVESTIMENTOS	760.522,35	3.250.085,88	375.560,97	2.717.506,75	532.579,13	428.878,52	1.310.459,84	1.939.626,04	1.310.459,84	1.407.046,91
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	309.400,00	333.229,85	54.947,36	333.229,85	0,00	54.947,36	333.229,85	0,00	333.229,85	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	10.359.632,56	13.598.753,60	1.894.942,90	12.278.528,73	1.320.224,87	2.563.377,66	10.865.544,22	2.733.209,38	10.864.021,46	1.412.984,51
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de TIGRINHOS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	10.359.632,56	13.598.753,60	1.894.942,90	12.278.528,73	1.320.224,87	2.563.377,66	10.865.544,22	2.733.209,38	10.864.021,46	1.412.984,51
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.415.771,44	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	10.359.632,56	13.598.753,60	1.894.942,90	12.278.528,73	—	2.563.377,66	12.281.315,66	—	10.864.021,46	1.412.984,51

FONTE:

TIGRINHOS, 31/12/2016

RUDIMAR FRANCISCO GUTH PREFEITO MUNICIPAL	LILIAN SANTIN CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9	LUCIANE PISSATTO CONTROLE INTERNO
--	--	--------------------------------------

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.400.275,75	0,00
Pessoal Ativo	5.126.744,07	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	273.531,68	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	45.874,75	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	45.874,75	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	5.354.401,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.319.841,02	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	5.354.401,00	47,30
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.112.714,15	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.807.078,44	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.501.442,74	48,60

FONTE:

TIGRINHOS, 31/12/2016

 RUDIMAR FRANCISCO GUTH
 PREFEITO MUNICIPAL

 LILIAN SANTIN
 CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9

 LUCIANE PISSATTO
 CONTROLE INTERNO

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO—ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)				R\$ 1,00
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = "d" exercício anterior + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

TIGRINHOS, 31/12/2016

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
PREFEITO MUNICIPAL

LILIAN SANTIN
CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9

LUCIANE PISSATTO
CONTROLE INTERNO

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

PREÇO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)	
RECEITA DE CAPITAL							
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	30.000,00				91.170,00	-61.170,00	
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00				0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	30.000,00				91.170,00	-61.170,00	
TOTAL	30.000,00				91.170,00	-61.170,00	
DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	45.049,43	14.476,00	14.476,00	14.476,00	0,00	0,00	30.573,43
Investimentos	45.049,43	14.476,00	14.476,00	14.476,00	0,00	0,00	30.573,43
TOTAL	45.049,43	14.476,00	14.476,00	14.476,00	0,00	0,00	30.573,43
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)				SALDO ATUAL (j) = (h+i)	
	0,00					76.694,00	76.694,00
FONTE:							

TIGRINHOS, 31/12/2016

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
PREFEITO MUNICIPALLILIAN SANTIN
CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9LUCIANE PISSATTO
CONTROLE INTERNO

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	341.361,21	341.361,21	522.684,62	153,12	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	80.000,00	80.000,00	105.398,80	131,75	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	25.000,00	25.000,00	113.406,51	453,63	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	101.896,10	101.896,10	116.129,03	113,97	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	130.000,00	130.000,00	169.329,04	130,25	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.862,25	2.862,25	1.966,48	68,70	
Dívida Ativa dos Impostos	686,94	686,94	8.053,76	1.172,41	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	915,92	915,92	8.401,00	917,22	
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	9.136.572,76	9.136.572,76	9.963.463,84	109,05	
Cota-Parte FPM	5.953.480,00	5.953.480,00	6.739.239,45	113,20	
Cota-Parte ITR	1.602,86	1.602,86	2.078,36	129,67	
Cota-Parte IPVA	107.500,00	107.500,00	119.939,94	111,57	
Cota-Parte ICMS	3.015.600,00	3.015.600,00	3.046.523,99	101,03	
Cota-Parte IPI-Exportação	44.651,10	44.651,10	43.530,30	97,49	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	13.738,80	13.738,80	12.151,80	88,45	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	13.738,80	13.738,80	12.151,80	88,45	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	9.477.933,97	9.477.933,97	10.486.148,46	110,64	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	687.190,26	687.190,26	715.998,08	104,19	
Provenientes da União	565.118,72	565.118,72	644.090,87	113,97	
Provenientes dos Estados	122.071,54	122.071,54	71.907,21	58,91	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	3.068,69	3.068,69	7.478,01	243,69	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	690.258,95	690.258,95	723.476,09	104,81	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	
			Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	2.140.887,91	2.625.685,43	2.568.540,78	97,82	900,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.571.000,00	1.633.000,00	1.622.203,50	99,34	0,00
Outras Despesas Correntes	569.887,91	992.685,43	946.337,28	95,33	900,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS DE CAPITAL	146.560,00	240.480,62	213.620,61	88,83	213.620,61	88,83	0,00
Investimentos	146.560,00	240.480,62	213.620,61	88,83	213.620,61	88,83	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.287.447,91	2.866.166,05	2.782.161,39	97,07	2.781.261,39	97,04	900,00
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/V)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/Vg)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	687.190,26	840.345,88	788.655,09	28,35	788.655,09	28,36	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	687.190,26	840.345,88	788.655,09	28,35	788.655,09	28,36	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	687.190,26	840.345,88	788.655,09	28,35	788.655,09	28,36	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	1.600.257,65	2.025.820,17	1.993.506,30	71,65	1.992.606,30	71,64	900,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS							
(VII%) = (Vi / VIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ⁴			19,01				
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(Vi) - (15 x VIIb)/100]			420.584,03				

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de TIGRINHOS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA							
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §º E 2º							
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)					
	0,00			0,00			
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26							
	LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)					
	-	-		-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) *100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) *100	
Atenção Básica	2.195.800,06	2.691.013,08	2.628.160,00	94,35	2.628.160,00	94,38	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	75.593,16	147.953,90	134.127,25	4,82	133.227,25	4,78	900,00
Vigilância Sanitária	30.114,49	33.558,87	23.163,34	0,83	23.163,34	0,83	0,00
TOTAL	2.301.507,71	2.872.525,85	2.785.450,59	100,00	2.784.550,59	100,00	900,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

4 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+l" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+l" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando c

Continuação 4/4

Município de TIGRINHOS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

TIGRINHOS, 31/12/2016

RUDIMAR FRANCISCO GUTH PREFEITO MUNICIPAL	LILIAN SANTIN CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9	LUCIANE PISSATTO CONTROLE INTERNO
--	--	--------------------------------------

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREQ - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

TIGRINHOS, 31/12/2016

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
PREFEITO MUNICIPAL

LILIAN SANTIN
CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9

LUCIANE PISSATTO
CONTROLE INTERNO

Município de TIGRINHOS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		10.359.632,56		
Previsão Atualizada		10.359.632,56		
Receitas Realizadas		12.281.315,66		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		686.646,05		
DESPESAS				
Dotação Inicial		10.359.632,56		
Créditos Adicionais		3.239.121,04		
Dotação Atualizada		13.598.753,60		
Despesas Empenhadas		12.278.528,73		
Despesas Liquidadas		10.865.544,22		
Despesas pagas		10.864.021,46		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		1.412.984,51		
Superavit Orçamentário		1.415.771,44		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		12.278.528,73		
Liquidadas		10.865.544,22		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		1.412.984,51		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		11.319.841,02		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal	550.000,00	-1.490.757,55	-271,05	
Resultado Primário	37.697,13	64.047,14	169,90	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	275.325,17	3.613,08	269.952,09	1.760,00
EXECUTIVO	275.325,17	3.613,08	269.952,09	1.760,00
TOTAL:	275.325,17	3.613,08	269.952,09	1.760,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.749.064,45	25%	25,08
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		765.062,73	60%	92,66
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		3.050.736,60	532.579,13	

Continua 1/2

Município de TIGRINHOS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2016	2024	2034	2049	
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS						Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				91.170,00		-61.170,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				14.476,00		30.573,43
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
				% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		1.993.506,30		15,00		19,01
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente				
Total das despesas/RCL (%)		0,00				

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

TIGRINHOS, 31/12/2016

RUDIMAR FRANCISCO GUTH	LILIAN SANTIN	LUCIANE PISSATTO
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9	CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	663.764,97	550.368,82	439.578,79	329.684,07
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	663.764,97	550.368,82	439.578,79	329.684,07
Interna	663.764,97	550.368,82	439.578,79	329.684,07
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.020.469,36	1.451.761,50	1.989.024,76	2.177.146,01
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.020.469,36	1.548.335,74	2.112.241,73	2.178.668,77
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	96.574,24	123.216,97	1.522,76
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-356.704,39	-901.392,68	-1.549.445,97	-1.847.461,94
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	9.896.892,77	9.944.223,05	10.200.910,80	11.319.841,02
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	6,71%	5,53%	4,31%	2,91%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-3,60%	-9,06%	-15,19%	-16,32%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	11.876.271,32	11.933.067,66	12.241.092,96	13.583.809,22
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	10.688.644,19	10.739.760,89	11.016.983,66	12.225.428,30

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	663.764,97	550.368,82	439.578,79	329.684,07
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	4.396,74	895,31	0,00	0,00
De Tributos	4.396,74	895,31	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	659.368,23	549.473,51	439.578,79	329.684,07

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	2.931,97	8.293,56	13.498,81	13.789,27
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	275.325,17	1.915.263,34	2.093.261,94	1.414.744,51

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

TIGRINHOS, 31/12/2016

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
PREFEITO MUNICIPAL

LILIAN SANTIN
CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9

LUCIANE PISSATTO
CONTROLE INTERNO

VILSON WILDNER
ASSESSOR CONTÁBIL

FONTE:

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (0)	10.359.632,56	13.598.753,60	1.894.942,90	12.278.526,73	100,00	2.563.377,66	10.865.544,22	2.733.200,38	1.412.884,51
Legislativa	669.188,22	669.188,22	129.135,44	607.518,43	4,96	139.234,18	607.518,43	51.669,79	0,00
Ação Legislativa	669.188,22	669.188,22	129.135,44	607.518,43	4,96	139.234,18	607.518,43	51.669,79	0,00
Administração	1.833.328,17	1.845.691,26	338.615,98	1.803.465,29	14,69	455.014,63	1.798.546,63	47.144,63	4.918,66
Planejamento e Orçamento	604.969,50	604.969,50	137.445,95	591.506,30	4,82	12.660,20	591.506,30	5,45	0,00
Administração Geral	1.069.622,50	1.067.894,59	159.204,92	1.039.669,76	8,47	28.214,83	1.034.751,10	9,52	4.918,66
Administração Financeira	153.737,17	173.237,17	41.965,11	171.886,23	1,40	45.334,23	171.886,23	1.530,94	0,00
Segurança Pública	16.028,60	45.956,29	6.708,87	23.108,82	0,19	22.847,47	23.108,82	22.847,47	0,00
Policimento	16.028,60	45.956,29	6.708,87	23.108,82	0,19	22.847,47	23.108,82	22.847,47	0,00
Assistência Social	665.656,23	1.160.465,34	161.805,62	830.671,49	6,77	339.793,85	651.661,31	6,00	179.010,18
Assistência ao Idoso	25.000,00	248.968,44	7.462,26	222.574,64	1,82	22.894,73	43.964,46	0,40	205.033,98
Assistência à Criança e ao Adolescente	97.753,00	141.994,60	28.408,51	116.703,01	0,95	34.073,28	116.703,01	1,07	252.611,79
Assistência Comunitária	542.903,23	769.502,10	125.934,85	490.863,84	4,00	157.683,44	490.863,84	4,52	278.598,26
Saúde	2.301.507,71	2.872.525,85	388.567,86	2.785.450,59	22,69	549.251,27	2.784.550,59	25,63	900,00
Atenção Básica	2.195.600,06	2.691.013,08	394.233,59	2.628.160,00	21,40	519.231,26	2.628.160,00	24,19	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	75.593,16	147.953,90	-8.818,46	134.127,25	1,09	28.867,27	133.227,25	14.726,65	900,00
Vigilância Sanitária	30.114,49	33.558,87	1.162,74	23.163,34	0,19	1.152,74	23.163,34	10.365,53	0,00
Educação	2.049.601,65	2.201.759,87	473.671,20	2.026.759,36	16,51	436.570,09	1.891.722,50	17,41	310.037,37
Alimentação e Nutrição	90.442,89	132.736,20	-8.771,89	120.735,25	0,98	17.100,21	120.735,25	1,11	12.003,95
E ensino Fundamental	1.476.662,68	1.518.004,10	331.511,78	1.384.553,50	11,28	254.800,24	1.249.516,64	11,50	269.087,46
E ensino Médio	24.078,72	21.468,72	-129,57	19.762,15	0,16	916,06	19.762,15	1.696,57	0,00
E ensino Profissional	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
E ensino Superior	35.000,00	40.000,00	4.690,00	38.540,00	0,31	9.920,00	38.540,00	1.460,00	0,00
Educação Infantil	418.427,36	488.957,85	146.400,88	463.168,46	3,77	154.433,58	463.168,46	4,26	25.789,39
Cultura	11.000,00	6.000,00	0,00	4.000,00	0,03	2.000,00	4.000,00	0,04	0,00
Diffusão Cultural	11.000,00	6.000,00	0,00	4.000,00	0,03	2.000,00	4.000,00	0,04	0,00
Urbanismo	377.306,72	1.717.436,23	46.579,76	1.438.925,27	11,72	196.641,08	911.888,69	8,39	805.547,54
Infra-Estrutura Urbana	250.572,45	1.567.310,91	42.445,71	1.294.374,37	10,54	180.253,10	767.337,79	7,06	527.036,58
Serviços Urbanos	126.734,27	150.125,32	4.134,05	144.550,90	1,18	19.387,98	144.550,90	1,33	5.574,42
Gestão Ambiental	10.000,00	47.200,00	23.590,00	47.180,00	0,38	47.180,00	47.180,00	0,43	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	10.000,00	47.200,00	23.590,00	47.180,00	0,38	47.180,00	47.180,00	0,43	0,00
Agricultura	1.028.397,00	1.204.233,28	221.044,35	1.050.833,72	8,56	294.689,26	1.050.833,72	9,67	153.399,56
Administração Geral	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	84.700,00	944.233,28	78.144,35	907.933,72	7,39	151.789,26	907.933,72	8,36	36.298,56
Assentimento	3.499,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	105.000,00	269.000,00	142.900,00	142.900,00	1,16	142.900,00	142.900,00	1,32	117.100,00
Promoção da Produção Agropecuária	22.898,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações	0,00	446.595,00	0,00	446.595,00	3,64	0,00	0,00	0,00	446.595,00
Telecomunicações	0,00	446.595,00	0,00	446.595,00	3,64	0,00	0,00	0,00	446.595,00
Transporte	824.409,53	689.748,72	25.874,31	571.052,91	4,65	118.535,54	571.052,91	5,26	118.695,81
Transporte Rodoviário	824.409,53	689.748,72	25.874,31	571.052,91	4,65	118.535,54	571.052,91	5,26	118.695,81
Desporto e Lazer	96.347,00	188.757,45	6.817,38	181.857,63	1,48	25.516,83	62.275,40	0,57	126.482,05
Desporto Comunitário	96.347,00	188.757,45	6.817,38	181.857,63	1,48	25.516,83	62.275,40	0,57	126.482,05
Encargos Especiais	429.860,73	463.196,09	72.542,13	461.205,22	3,76	74.489,47	461.205,22	4,24	119.582,23
Ação Judiciária	15.000,00	7.000,00	0,00	6.314,36	0,05	0,00	6.314,36	0,06	685,64
Formação de Recursos Humanos	103.170,93	122.070,93	17.594,77	120.765,70	0,98	19.542,11	120.765,70	1,11	1.305,23

Continua 1/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTARIAS) (I)	10.359.632,56	13.588.753,60	1.894.942,90	12.278.528,73	1.320.224,87	10.895.544,22	2.733.209,38	1.412.884,51	
Encargos Especiais	429.860,73	463.195,08	72.542,13	461.205,22	1.990,87	461.205,22	1.990,87	0,00	
Serviço da Dívida Interna	31.689,80	334.125,16	54.947,36	334.125,16	0,00	334.125,16	3,28	0,00	
Reserva de Contingência	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reserva de Contingência	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	10.359.632,56	13.588.753,60	1.894.942,90	12.278.528,73	1.320.224,87	10.895.544,22	2.733.209,38	1.412.884,51	

LILIAN SANTIN
CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016	
ESPECIFICAÇÃO		Jan/2016	Feb/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Agô/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	RS 1,00
RECEITAS CORRENTES (I)	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.046.690,81	1.142.073,45	841.697,72	986.484,06	1.117.110,49	975.777,99	1.052.812,37	917.991,91	860.957,53	1.005.387,35	1.420.760,08	1.944.043,48	13.311.757,24	11.778.053,21
	IRPJ	17.154,01	42.734,67	42.521,97	99.243,44	41.833,74	38.438,11	26.295,94	24.950,40	33.953,29	33.058,11	44.883,51	71.351,46	516.426,65	377.992,39
	IRPJ/L	0,00	0,00	0,00	57.595,98	8.181,60	2.714,53	617,80	85,52	166,40	0,00	683,14	8.891,48	78.716,45	77.792,19
	IRPJ/F	9.896,88	8.512,38	10.602,30	10.928,20	11.807,96	13.198,34	13.877,65	16.045,08	14.016,28	16.246,58	23.220,82	21.004,58	168.329,04	130.000,00
	I.S.S.	2.557,30	9.427,77	9.660,73	4.919,08	8.981,91	7.660,24	4.682,45	5.517,90	9.111,48	14.942,27	14.496,58	24.140,38	116.123,09	101.886,10
	I.T.B.I.	4.575,05	24.383,12	12.072,70	11.922,92	9.959,13	13.343,20	5.876,00	2.000,00	8.992,50	0,00	4.620,00	15.691,88	113.405,51	25.000,00
	Outras Receitas Tributárias	154,77	411,40	10.186,24	13.877,26	2.903,15	1.480,80	1.262,04	1.301,90	1.894,63	1.899,26	1.892,97	1.823,14	38.846,56	43.304,10
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.890,00	2.133,00	2.025,00	2.017,00	1.998,00	1.998,00	2.013,00	2.051,00	2.001,00	2.055,00	1.952,00	2.002,00	24.123,00	20.000,20
	RECEITA PATRIMONIAL	9.357,26	10.787,05	13.029,64	9.870,53	13.607,69	18.395,24	20.417,21	18.837,01	16.618,78	18.263,26	16.637,88	15.853,40	181.694,95	43.846,83
	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	1.221,00	11,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48,10	95,20	0,00	148,00	1.623,30	4.579,60
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.016.390,64	1.094.037,39	778.887,96	870.272,22	1.056.273,23	910.253,49	1.000.636,53	886.733,26	805.448,76	949.894,46	1.396.784,20	1.848.666,50	12.536.238,74	11.289.441,74
	Cota-Parte do FPM	521.721,09	653.119,36	396.716,65	471.611,14	627.129,00	518.113,14	572.526,58	463.640,62	378.821,49	459.846,52	836.988,98	1.311.543,46	7.215.978,23	6.205.338,00
	Cota-Parte do ICMS	290.715,89	237.221,26	239.917,35	246.674,27	238.602,42	235.737,90	243.261,66	240.239,45	259.582,07	268.522,39	258.913,86	286.055,47	3.046.523,99	3.015.600,00
	Cota-Parte do IPVA	6.306,03	8.474,96	14.247,99	14.478,00	16.325,81	14.403,84	11.470,12	11.472,93	10.124,59	7.333,46	3.814,15	1.480,67	118.939,94	107.500,00
	Cota-Parte do ITR	0,00	18,99	30,02	30,02	0,00	0,00	54,94	0,00	369,49	1.565,41	0,00	8,49	2.078,36	1.602,86
	Outras Transferências Correntes	116.751,84	115.782,76	61.230,05	67.914,24	102.190,18	74.418,38	107.240,90	74.206,02	86.925,78	133.728,78	173.890,99	159.904,64	1.277.224,66	1.290.590,98
	Transferências de LC 61/1996	4.553,78	3.524,64	3.441,14	3.509,91	4.009,65	2.385,90	3.241,79	3.275,80	3.587,20	3.791,49	3.982,40	4.215,60	43.530,30	44.651,10
	Transferências de LC 87/1996	1.012,65	1.012,65	1.012,65	1.012,65	1.012,65	1.012,65	1.012,65	1.012,65	1.012,65	1.012,65	1.012,65	1.012,65	12.151,80	13.738,80
	Transferências do FUNDEB	71.307,36	64.883,17	62.211,91	66.020,89	67.003,52	64.178,68	61.807,89	63.625,79	65.025,69	74.085,77	75.211,27	84.446,52	818.811,46	650.000,00
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.898,90	1.160,34	5.142,15	5.090,87	3.397,83	6.697,15	3.449,69	12.400,24	2.887,60	2.021,32	512,39	6.012,12	51.650,60	20.707,90
	DEDUÇÕES (II)	164.864,11	180.674,14	131.072,98	147.467,20	177.415,74	195.467,86	127.465,56	144.380,06	130.959,29	148.415,01	221.538,26	261.426,01	1.391.916,22	1.638.420,65
	Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	164.864,11	180.674,14	131.072,98	147.467,20	177.415,74	195.467,86	127.465,56	144.380,06	130.959,29	148.415,01	221.538,26	261.426,01	1.391.916,22	1.638.420,65
	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	881.796,70	961.399,31	710.624,74	839.016,86	939.694,75	819.310,13	925.316,81	773.611,85	730.256,24	856.972,34	1.199.221,82	1.682.617,47	11.319.841,02	10.139.632,56
FONTE:															
TIGRINHOS, 31/12/2016															
LUIZ MAR FRANCISCO GUTH PREFEITO MUNICIPAL															
LUIZ ANTONIO CONTADOR - CRCSC 24.662/O-9															
LUCIANE PESSINTO CONTROLE INTERNO															

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	9.896.892,77	9.944.223,05	10.200.910,80	11.319.841,02
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22^c	2.177.316,41	2.187.729,07	2.244.200,38	2.490.365,02
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	1.959.584,77	1.968.956,16	2.019.780,34	2.241.328,52

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

TIGRINHOS, 31/12/2016

 RUDIMAR FRANCISCO GUTH
 PREFEITO MUNICIPAL

 LILIAN SANTIN
 CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9

 LUCIANE PISSATTO
 CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	44,26
Parcelamentos de Dívidas	0,00	44,26
De Tributos	0,00	44,26
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.319.841,02	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	1.811.174,56	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	1.630.057,11	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	792.388,87	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	44,26	0,00

FONTE:

TIGRINHOS, 31/12/2016

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
PREFEITO MUNICIPAL

LILIAN SANTIN
CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9

LUCIANE PISSATTO
CONTROLE INTERNO

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR

APORTES REALIZADOS

TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00

Continua 1/3

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2016	2015
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 2/3

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

TIGRINHOS, 31/12/2016

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
PREFEITO MUNICIPAL

LILIAN SANTIN

CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9

LUCIANE PISSATTO

CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RQF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										RS 1,00		
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)			
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras						
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(c)								
										(b)	(d)	(e)
Alienação de Bens Destinados a Outros Programas	34.834,84	0,00	0,00	0,00	0,00	34.834,84	33.105,31	0,00	0,00			
Alienação de Bens Destinados a Programas de Educação	673,55	0,00	0,00	0,00	0,00	673,55	0,00	0,00	0,00			
Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	625,13	0,00	0,00	0,00	0,00	625,13	0,00	0,00	0,00			
Assistência Farmacêutica Básica	1.948,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1.948,56	0,00	0,00	0,00			
Atenção Básica	76.980,84	0,00	0,00	0,00	0,00	76.980,84	0,00	0,00	0,00			
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	5.941,18	0,00	0,00	0,00	0,00	5.941,18	0,00	0,00	0,00			
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	12.225,16	0,00	0,00	0,00	0,00	12.225,16	0,00	0,00	0,00			
Contribuição Custeio do Serv. de Iluminação-COSIP	3.113,31	0,00	0,00	0,00	0,00	3.113,31	0,00	0,00	0,00			
CONVENIO MINISTERIO SAUDE INVESTIMENTO	5.044,33	0,00	0,00	0,00	0,00	5.044,33	0,00	0,00	0,00			
Fundo Especial do Petróleo -FEP	15.076,72	0,00	0,00	0,00	0,00	15.076,72	0,00	0,00	0,00			
Outras Transferências de Recursos Para Fundo Assistencia Social	57.054,43	0,00	0,00	0,00	0,00	57.054,43	0,00	0,00	0,00			
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Edu	4.748,85	0,00	0,00	0,00	0,00	4.748,85	0,00	0,00	0,00			
Programa nacional de Alimentação Escolar - PNAE	7.377,55	0,00	0,00	0,00	0,00	7.377,55	0,00	0,00	0,00			
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	8.443,86	0,00	0,00	0,00	0,00	8.443,86	0,00	0,00	0,00			
Salário Educação	55.763,18	0,00	0,00	0,00	0,00	55.763,18	20.742,58	0,00	0,00			
Superavit Alienação Bens Educação	7.144,85	0,00	0,00	0,00	0,00	7.144,85	0,00	0,00	0,00			
Superavit Alienação Basica	4.159,64	0,00	0,00	0,00	0,00	4.159,64	0,00	0,00	0,00			
Superavit CIDE	5.496,75	0,00	0,00	0,00	0,00	5.496,75	0,00	0,00	0,00			
Superavit Convênio Educação	387,99	0,00	0,00	0,00	0,00	387,99	0,00	0,00	0,00			
SUPERAVIT CONVENIO MINISTERIO SAUDE INVESTIMENTO	13.038,31	0,00	0,00	0,00	0,00	13.038,31	0,00	0,00	0,00			
Superavit Convênio Saúde	1.030,84	0,00	0,00	0,00	0,00	1.030,84	0,00	0,00	0,00			
Superavit FEP	14.542,44	0,00	0,00	0,00	0,00	14.542,44	0,00	0,00	0,00			
Superavit Financeiro Alienação Bens Saúde	0,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,98	0,00	0,00	0,00			
SUPERAVIT FINANCEIRO ALIENAÇÃO DE BENS	8.001,10	0,00	0,00	0,00	0,00	8.001,10	0,00	0,00	0,00			
Superavit Financeiro Assistência Social	46.911,17	0,00	0,00	0,00	0,00	46.911,17	0,00	0,00	0,00			
Superavit PNATE	177,40	0,00	0,00	0,00	0,00	177,40	0,00	0,00	0,00			
SUPERAVIT REC.-ASSITENCIA SOCIAL ESTADO	4.262,51	0,00	0,00	0,00	0,00	4.262,51	0,00	0,00	0,00			
Superavit Salário Educação	29.755,99	0,00	0,00	0,00	0,00	29.755,99	8.268,02	0,00	0,00			

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/3
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Superavit Saúde 15%	26,18	0,00	0,00	0,00	0,00	26,18	0,00	0,00
Transferência de Convênio Educação	29.603,07	0,00	0,00	0,00	0,00	29.603,07	0,00	0,00
Transferência Convênio - Saúde	39.681,92	0,00	0,00	0,00	0,00	39.681,92	0,00	0,00
Transferência de Convênios - Outros	599.685,04	0,00	0,00	0,00	0,00	599.685,04	1.038.110,96	0,00
Transferência Recursos Estado Para Assistência Social	11.686,32	0,00	0,00	0,00	0,00	11.686,32	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB (Remuneração)	30.853,08	0,00	0,00	0,00	0,00	30.853,08	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.136.297,07	0,00	0,00	0,00	0,00	1.136.297,07	1.100.226,87	0,00
CONVENIO ESTADO - CENTRO IDOSOS	1.120,13	0,00	0,00	0,00	0,00	1.120,13	121.404,70	0,00
Convênio Transf. - Civil	840,08	0,00	0,00	0,00	0,00	840,08	0,00	0,00
Convênio Transf. - Militar	2.023,72	0,00	0,00	0,00	0,00	2.023,72	0,00	0,00
Convênio Transf. - Prefeitura	3.752,81	0,00	0,00	0,00	0,00	3.752,81	0,00	0,00
Recursos de Impostos p/ ASPS - Mínimo de 17%	13.792,74	0,00	0,00	0,00	0,00	13.792,74	900,00	0,00
Recursos de Impostos p/ MDEF - Mínimo de 27%	108,61	0,00	108,61	0,00	0,00	0,00	118,94	0,00
Recursos Ordinários Livres	928.536,35	0,00	1.414,15	1.760,00	13.763,70	911.598,50	190.334,00	0,00
Superavit Financeiro Recurso Ordinário	65.455,12	0,00	0,00	0,00	25,57	65.429,55	0,00	0,00
SUPERAVIT FINANCEIRO- EPIDEMIOLÓGIA E VIGILANCIA	1.229,39	0,00	0,00	0,00	0,00	1.229,39	0,00	0,00
Superavit merenda Escolar	412,47	0,00	0,00	0,00	0,00	412,47	0,00	0,00
Superavit Transf. Convênio SUS Academia	79,15	0,00	0,00	0,00	0,00	79,15	0,00	0,00
Superavit Transf. - civil	3.651,97	0,00	0,00	0,00	0,00	3.651,97	0,00	0,00
Superavit Transf. - militar	9,69	0,00	0,00	0,00	0,00	9,69	0,00	0,00
Superavit Transf. - Prefeitura	1.995,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.995,02	0,00	0,00
Vigilância em Saúde	19.364,45	0,00	0,00	0,00	0,00	19.364,45	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.042.371,70	0,00	1.522,76	1.760,00	13.789,27	1.025.299,67	312.757,64	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	2.178.668,77	0,00	1.522,76	1.760,00	13.789,27	2.161.596,74	1.412.984,51	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: * A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")
TIGRINHOS, 31/12/2016

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
PREFEITO MUNICIPAL

LILIAN SANTIN
CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9

LUCIANE PISSATTO
CONTROLE INTERNO

Continuação 3/3
R\$ 1,00

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	663.764,97	384.631,43	329.684,07
DEDUÇÕES (II)	1.020.469,36	1.849.995,75	2.177.146,01
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.020.469,36	1.981.181,87	2.178.668,77
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	131.186,12	1.522,76
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-356.704,39	-1.465.364,32	-1.847.461,94
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-356.704,39	-1.465.364,32	-1.847.461,94

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2016 (C - A)
VALOR	-382.097,62	-1.490.757,55

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	550.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

TIGRINHOS, 31/12/2016

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
PREFEITO MUNICIPAL

LILIAN SANTIN
CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9

LUCIANE PISSATTO
CONTROLE INTERNO

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art. 53, inciso II)

RECEITAS PRIMÁRIAS		PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/2016		Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)		10.095.785,73		11.138.146,07	
Receita Tributária		377.992,39		516.426,65	
I.P.T.U.		77.792,19		78.716,45	
I.S.S.		101.896,10		116.128,09	
I.T.B.I.		25.000,00		113.406,51	
I.R.R.F.		130.000,00		169.329,04	
Outras Receitas Tributárias		43.304,10		38.846,56	
Receita de Contribuição		20.608,20		24.123,00	
Receitas Previdenciárias		0,00		0,00	
Outras Contribuições		20.608,20		24.123,00	
Receita Patrimonial Líquida		0,00		0,00	
Receita Patrimonial		43.846,83		181.694,95	
(•) Aplicações Financeiras		43.846,83		181.694,95	
Transferências Correntes		9.661.021,09		10.544.322,52	
F.P.M.		5.205.358,00		5.868.905,12	
I.P.V.A.		86.000,00		95.952,61	
I.C.M.S.		2.412.480,00		2.437.220,25	
Convênios		49.114,00		74.903,80	
Outras Transferências Correntes		1.908.069,09		2.067.340,74	
Demais Receitas Correntes		36.164,05		53.273,90	
Dívida Ativa		1.373,88		9.572,33	
Diversas Receitas Correntes		34.790,17		43.701,57	
RECEITAS DE CAPITAL (II)		220.000,00		961.474,64	
Operações de Crédito (III)		0,00		0,00	
Amortização de Empréstimos (IV)		0,00		0,00	
Alienação de Ativos (V)		30.000,00		91.170,00	
Transferências de Capital		190.000,00		870.304,64	
Convênios		100.000,00		870.304,64	
Outras Transferências de Capital		90.000,00		0,00	
Outras Receitas de Capital		0,00		0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)		190.000,00		870.304,64	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		10.285.785,73		12.008.450,71	
				10.168.378,33	
DESPESAS PRIMÁRIAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016		Até o Bimestre/ 2015	
		Até o Bimestre/ 2016		Em 2016	
		Em 2015			
DESPESAS CORRENTES (VIII)		9.965.437,87		9.149.108,46	
Pessoal e Encargos Sociais		6.156.974,35		5.745.411,69	
Juros e Encargos da Dívida (IX)		895,31		895,31	
Outras Despesas Correntes		3.807.568,21		3.402.626,77	
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)		9.964.542,56		9.148.038,46	
DESPESAS DE CAPITAL (XI)		3.583.315,73		1.722.342,52	
Investimentos		3.250.085,88		1.407.046,91	
Inversões Financeiras		0,00		0,00	

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.583.315,73	3.050.736,60	1.978.723,69	1.643.689,69	1.722.342,52	1.407.046,91	256.381,17
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	333.229,85	333.229,85	302.953,85	333.229,85	302.953,85	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.250.085,88	2.717.506,75	1.675.769,84	1.310.459,84	1.419.388,67	1.407.046,91	256.381,17
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	50.000,00	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	13.264.628,44	11.944.403,57	10.842.752,30	10.531.419,06	10.567.427,13	1.412.984,51	275.325,17
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.978.842,71	64.047,14	-674.373,97	1.477.031,65	-399.048,80	10.595.466,20	9.893.053,16
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	686.646,05	0,00	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	686.646,05	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA						37.697,13	

FONTE:

TIGRINHOS, 31/12/2016

RUDIMAR FRANCISCO GUTH PREFEITO MUNICIPAL	LILIAN SANTIN CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9	LUCIANE PISSATTO CONTROLE INTERNO
--	--	--------------------------------------

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	11.319.841,02	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	5.849.959,34	51,68
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	6.791.904,61	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	6.452.309,38	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.847.461,94	-16,32
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	13.583.809,22	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.490.365,02	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.811.174,56	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	792.388,87	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	1.412.984,51	2.161.596,74

FONTE:

TIGRINHOS, 31/12/2016

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
PREFEITO MUNICIPAL

LILIAN SANTIN
CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9

LUCIANE PISSATTO
CONTROLE INTERNO

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016 BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)	
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) EXECUTIVO ADMINISTRAÇÃO DIRETA SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTI SECRETARIA DA SAUDE E PROMOCAO SOCIAL SECRETARIA DE ADMINISTRACAO SECRETARIA DE OBRAS, SERV,U RB, AGRIC, INTER RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	-	-	-	-	-	275.325,17	269.952,09	269.952,09	3.613,08	1.760,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	275.325,17	269.952,09	269.952,09	3.613,08	1.760,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	275.325,17	269.952,09	269.952,09	3.613,08	1.760,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.552,70	0,00	0,00	2.552,70	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.684,00	16.924,00	16.924,00	0,00	1.760,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	253.988,47	253.028,09	253.028,09	960,38	0,00	
	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	275.325,17	269.952,09	269.952,09	3.613,08	1.760,00	

ONTE

FONTE:

TIGRINHOS - 31/12/2016

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
PREFEITO MUNICIPALLILIAN SANTIN
CONTADOR(A) CRC/SC 24.662/O-9LUCIANE PISSATTO
CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	339.153,40	339.153,40	522.681,70	154,11
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	79.967,50	79.967,50	109.856,79	137,38
1.1.1- IPTU	80.000,00	80.000,00	105.398,80	131,75
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.373,88	1.373,88	1.695,75	123,43
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	343,47	343,47	1.835,79	534,48
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	457,96	457,96	928,37	202,72
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(2.207,81)	(2.207,81)	(1,92)	0,09
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	25.343,47	25.343,47	113.406,51	447,48
1.2.1- ITBI	25.000,00	25.000,00	113.406,51	453,63
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	343,47	343,47	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	103.842,43	103.842,43	130.089,36	125,28
1.3.1- ISS	101.896,10	101.896,10	116.129,03	113,97
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.144,90	1.144,90	270,73	23,65
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	343,47	343,47	6.217,97	1.810,34
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	457,96	457,96	7.472,63	1.631,72
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	(1,00)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	130.000,00	130.000,00	169.329,04	130,25
1.4.1- IRRF	130.000,00	130.000,00	169.329,04	130,25
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.388.450,76	9.388.450,76	10.440.202,62	111,20
2.1- Cota-Parte FPM	6.205.358,00	6.205.358,00	7.215.978,23	116,29
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.205.358,00	6.205.358,00	7.019.087,58	113,11
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	196.890,65	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.015.600,00	3.015.600,00	3.046.523,99	101,03
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	13.738,80	13.738,80	12.151,80	88,45
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	44.651,10	44.651,10	43.530,30	97,49
2.5- Cota-Parte ITR	1.602,86	1.602,86	2.078,36	129,67
2.6- Cota-Parte IPVA	107.500,00	107.500,00	119.939,94	111,57
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	9.727.604,16	9.727.604,16	10.962.884,32	112,70

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	98.915,92	98.915,92	133.545,33	135,01
5.1- Transferências do Salário-Educação	72.000,00	72.000,00	94.312,91	130,99
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	26.000,00	26.000,00	28.202,86	108,47
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	915,92	915,92	11.029,56	1.204,21
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	49.114,00	49.114,00	74.903,80	152,51
6.1- Transferências de Convênios	49.114,00	49.114,00	74.903,80	152,51
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	34.973,16	34.973,16	82.903,52	237,05
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	183.003,08	183.003,08	291.352,65	159,21

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.638.420,65	1.638.420,65	1.991.916,22	121,58
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.000.000,00	1.000.000,00	1.347.073,11	134,71
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	603.120,00	603.120,00	609.303,74	101,03
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	3.000,00	3.000,00	2.430,36	81,01
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	10.649,45	10.649,45	8.706,06	81,75
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	151,20	151,20	415,62	274,88
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	21.500,00	21.500,00	23.987,33	111,57
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	651.144,90	651.144,90	825.665,17	126,80
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	650.000,00	650.000,00	818.811,46	125,97
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	1.144,90	1.144,90	6.853,71	598,63
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-988.420,65	-988.420,65	-1.173.104,76	118,68
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	487.500,00	771.000,46	765.062,73	99,23	765.062,73	99,23	0,00
13.1- Com Educação Infantil	137.500,00	292.500,00	289.685,73	99,04	289.685,73	99,04	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	350.000,00	478.500,46	475.377,00	99,35	475.377,00	99,35	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	163.644,90	56.644,90	51.349,82	90,65	51.349,82	90,65	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	163.644,90	56.644,90	51.349,82	90,65	51.349,82	90,65	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	651.144,90	827.645,36	816.412,55	98,64	816.412,55	98,64	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							
VALOR							
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							816.412,55
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							92,66
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							6,22
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							1,12
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							
VALOR							
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016²							0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³		2.431.901,04		2.431.901,04	2.740.721,08	112,70	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)		DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
					Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	142.908,84	299.455,42	295.978,25	98,84	295.978,25	98,84	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.634.974,89	1.372.773,83	1.286.895,15	93,74	1.286.776,21	93,74	118,94
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	513.644,90	535.145,36	526.726,82	98,43	526.726,82	98,43	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.121.329,99	837.628,47	760.168,33	90,75	760.049,39	90,74	118,94
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.777.883,73	1.672.229,25	1.582.873,40	94,66	1.582.754,46	94,65	118,94
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							
VALOR							
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							-1.173.104,76
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							6.853,71
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							60,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							-1.166.191,05
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))							2.749.064,45
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %							25,08
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)		DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
					Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	72.801,43	145.734,87	124.216,70	85,23	95.206,10	65,33	29.010,80
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	68.473,60	211.056,55	160.394,01	76,00	54.486,69	25,82	105.907,32
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	141.275,03	356.791,42	284.610,71	79,77	149.692,79	41,96	134.917,92
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.919.158,76	2.029.020,67	1.867.484,11	92,04	1.732.447,25	85,38	135.036,86

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	60,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	60,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	818.811,46	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	6.853,71	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	825.665,17	0,00

TIGRINHOS, 31/12/2016

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
PREFEITO MUNICIPAL

LILIAN SANTIN
CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9

LUCIANE PISSATTO
CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³Caput do art. 212 da CF/1988

⁴Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.

No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
----------	-------------------------	-------------------------	-----------------------------------

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00	0,00
---------------------------------------	------	------	------

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	3.583.315,73	3.050.736,60	1.643.689,69	1.407.046,91	532.579,13
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.583.315,73	3.050.736,60	1.643.689,69	1.407.046,91	532.579,13
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-3.583.315,73	-3.050.736,60	-	-	-532.579,13

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

TIGRINHOS, 31/12/2016

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
PREFEITO MUNICIPAL

LILIAN SANTIN
CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9

LUCIANE PISSATTO
CONTROLE INTERNO

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE CONTRATO 08/2016**

MINUTA DO CONTRATO Nº 08/2016

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores Tigrinhos

CONTRATADA: Empresa Betha Sistemas

VALOR: R\$ 4.032,00 (quatro mil e trinta e dois reais)

OBJETO: Locação dos sistemas de Contabilidade Pública e Folha de Pagamento em ambiente Windows, utilizando banco de dados relacional, e Fly Transparência, na modalidade Software como Serviço.

DATA DE EMISSÃO: 20/12/2016

DATA DA INICIO: 02/01/2017

VENCIMENTO: 31/03/2017

Salette Terezinha Sausen - Presidente

DATA DA EMISSÃO: 02/01/2017

VENCIMENTO: 31/12/2017

Silvenio João Schneider - Presidente

PORTARIA Nº 004/2017

PORTARIA Nº 004/2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVENIO JOÃO SCHNEIDER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 23, Inciso III, alínea "a" do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias proporcionais a Servidora da Câmara Municipal, SOLANGE SIMARA RUSCHEL Matrícula nº 41/12, no período de 05 de janeiro a 03 de fevereiro de 2017, referente ao período de 2016, sendo permitido transformar 10 (dez) dias em abono pecuniário, para atender o interesse do serviço público, em caráter excepcional, retornando ao trabalho no dia 25 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 DE JANEIRO DE 2017.

SILVÊNIO JOÃO SCHNEIDER

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

EXTRATOS DE CONTRATOS 2017**EXTRATOS DE CONTRATOS 2017**

MINUTA DO CONTRATO Nº 01/2017

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores Tigrinhos

CONTRATADA: Empresa Infodigitalle

VALOR: R\$ 4.594,56 (quatro mil, quinhentos e noventa e quatro e cinquenta e seis centavos) (anual)

OBJETO: O objeto do presente contrato é a locação de Sistema de informática GEDOC (Gerenciador eletrônico de Documentos) sob a forma de licença de uso, não exclusiva, em ambiente Windows. O sistema destina-se ao gerenciamento eletrônico e digitalização dos seguintes documentos administrativos.

DATA DA EMISSÃO: 02/01/2017

VENCIMENTO: 31/12/2017

Silvenio João Schneider – Presidente

MINUTA DO CONTRATO Nº 02/2017

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores Tigrinhos

CONTRATADA: Empresa MHNET Empreendimentos

VALOR: R\$ 1.440,00 (mil quatrocentos e quarenta reais) (anual)

OBJETO: prestação de serviço, de acesso à rede mundial de computadores (Internet), Banda Larga empresarial 2 MBPS, que a CONTRATADA colocará à disposição do CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias da semana, com possibilidade de acesso a outros endereços eletrônicos nesta rede, durante todo o prazo deste contrato, conforme Plano de Acesso RÁDIO, optado pelo contratante.

DATA DA EMISSÃO: 02/01/2017

VENCIMENTO: 31/12/2017

Silvenio João Schneider – Presidente

MINUTA DO CONTRATO Nº 03/2017

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores Tigrinhos

CONTRATADO: Mateus Tiago Grunwaldt

VALOR: R\$ 12.972,00 (doze mil novecentos e setenta e dois) (anual)

OBJETO: Locação de sala comercial, para instalação da Sede da Câmara de Vereadores.

Timbé do Sul

PREFEITURA

TERMO DE DISPENSA DA LICITAÇÃO 01/2017

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017 - DISPENSA DE LICITAÇÃO

Do Objeto: Aquisição de combustíveis para consumo emergencial em veículos, máquinas e equipamentos da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, pelo período de 60 (sessenta) dias.

Do Fornecedor: AUTO POSTO TIMBÉ DO SUL LTDA, com sede na Rua Antonio Savi, 640, no centro do município de Timbé do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob nº 00.365.804/0001-94.

Do Valor: O valor dos produtos é de: R\$ 71.577,00 (setenta e um mil, quinhentos e setenta e sete reais), global estimado.

Da justificativa da Dispensa: Trata-se de início de Governo em que o Governo anterior não procedeu a abertura de processo administrativo de licitação para contratação regular do fornecimento dos bens e/ou serviços previstos neste termo.

A dispensa de licitação se justifica para atender necessidade emergencial caracterizada pela urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, tais como: os serviços de Saúde, Educação, em especial a infantil, serviços de coleta de lixo e outros cuja continuidade não possa ser interrompida.

O prazo da contratação direta é o suficiente para a realização do devido processo de licitação, estimado em 60 (sessenta) dias.

Da justificativa da escolha do Fornecedor e do Preço: Por serem os preços os mais baixos conforme pesquisa de preços anexa e serem os mesmos compatíveis com os preços de mercado praticados na região.

Do Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

Timbé do Sul/SC, 02 de Janeiro de 2017.

FERNANDO FAVARIN

Diretor de Compras e Licitações

TERMO DE DISPENSA DA LICITAÇÃO 01/2017_FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul
Fundo Municipal de Saúde

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017 - DISPENSA DE LICITAÇÃO

Do Objeto: Aquisição de combustíveis para consumo emergencial em veículos do Fundo Municipal de Saúde do Município de Timbé do Sul/SC, pelo período de 60 (sessenta) dias.

Do Fornecedor: AUTO POSTO TIMBÉ DO SUL LTDA, com sede na Rua Antonio Savi, 640, no centro do município de Timbé do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob nº 00.365.804/0001-94.

Do Valor: O valor dos produtos é de: R\$ 16.245,00 (dezesseis mil, duzentos e quarenta e cinco reais), global estimado.

Da justificativa da Dispensa: Trata-se de início de Governo em que o Governo anterior não procedeu a abertura de processo administrativo de licitação para contratação regular do fornecimento dos bens e/ou serviços previstos neste termo.

A dispensa de licitação se justifica para atender necessidade emergencial caracterizada pela urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, tais como os serviços de Saúde e outros cuja continuidade não possa ser interrompida.

O prazo da contratação direta é o suficiente para a realização do devido processo de licitação, estimado em 60 (sessenta) dias.

Da justificativa da escolha do Fornecedor e do Preço: Por serem os preços os mais baixos conforme pesquisa de preços anexa e serem os mesmos compatíveis com os preços de mercado praticados na região.

Do Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

Timbé do Sul/SC, 02 de Janeiro de 2017.

FERNANDO FAVARIN

Diretor de Compras e Licitações

Timbó

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 2016.175 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/175

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

CONTRATADA: Cleudene da Silva Barbosa Gatto – Me.

OBJETO: Plena e total execução do fornecimento e execução de serviços de aplicação de manta e pintura emborrachada sobre o telhado do pavilhão de eventos Henry Paul, tudo de conformidade com o Edital de Tomada de Preço nº. 79/2016.

VALOR: R\$ 50.481,52 (cinquenta mil, quatrocentos e oitenta e um reais e cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 12 (doze) meses contados da subscrição.

DATA DA ASSINATURA: 08/12/2016

MÁRCIA DA ROCHA

Secretária de Desenvolvimento Econômico

EXTRATO CONTRATO 2016.176 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/176

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.

CONTRATADO: JG Comércio e Locação de Equipamentos Eireli Me.

OBJETO: Locação pelo LOCADOR ao LOCATÁRIO, locação de grupo gerador para o show nacional, tudo de conformidade com as especificações/quantidades/formas estabelecidas no item 03 (abaixo) do Anexo I (Termo de Referência) do Edital, para o show nacional constante da programação do Natal Mais Encantado 2016, que se realizará no dia 21/12/2016, junto ao Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul, Rua Julius Scheidemantel, s/nº – Centro, Timbó/SC, tudo de conformidade com a programação do evento e demais formas, condições, obrigações, responsabilidades e disposições estabelecidas no Edital de Pregão nº 28/2016.

VALOR: R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA: 13/12/2016.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

EXTRATO CONTRATO 2016.177 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/177

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.

CONTRATADO: Lego Feiras Ltda Me.

OBJETO: Locação pelo LOCADOR ao LOCATÁRIO, de estrutura para camarim, tudo de conformidade com as especificações/quantidades/formas estabelecidas no item 03 (abaixo) do Anexo I

(Termo de Referência) do Edital, para o show nacional constante da programação do Natal Mais Encantado 2016, que se realizará no dia 21/12/2016, junto ao Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul, Rua Julius Scheidemantel, s/nº – Centro, Timbó/SC, tudo de conformidade com a programação do evento e demais formas, condições, obrigações, responsabilidades e disposições estabelecidas no Edital de Pregão nº 28/2016.

VALOR: R\$ 8.075,00 (oito mil e setenta e cinco reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA: 13/12/2016.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

EXTRATO CONTRATO 2016.178 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/178

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.

CONTRATADO: Moreira Eventos Ltda Epp.

OBJETO: Locação com montagem e desmontagem de palco e house mix cobertos; grades de contenção de público e sanitários químicos para o show nacional, tudo de conformidade com as especificações/quantidades/formas estabelecidas nos itens 05,06 e 07 (abaixo) do Anexo I (Termo de Referência) do Edital, para o show nacional constante da programação do Natal Mais Encantado 2016, que se realizará no dia 21/12/2016, junto ao Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul, Rua Julius Scheidemantel, s/nº – Centro, Timbó/SC, tudo de conformidade com a programação do evento e demais formas, condições, obrigações, responsabilidades e disposições estabelecidas no Edital de Pregão nº 28/2016.

VALOR: R\$ 15.234,00 (quinze mil e duzentos e trinta e quatro reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA: 13/12/2016.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

EXTRATO CONTRATO 2016.179 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/179

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.

CONTRATADO: HB Sonorização e Eventos Eireli Me.

OBJETO: Execução, pela CONTRATADA à FUNDAÇÃO, dos serviços de filmagem com projeção para o show nacional, tudo de conformidade com as especificações/quantidades/formas estabelecidas no item 01 (abaixo) do Anexo I (Especificações do Objeto e Valor Estimado – Termo de Referência) do Edital, para o show nacional constante da programação do Natal Mais Encantado que se realizará em 21/12/2016 junto ao Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul, Rua Julius Scheidemantel, s/nº – Centro, Timbó/SC e demais dependências, tudo de conformidade com a programação do evento e demais formas, condições, obrigações, responsabilidades e

disposições estabelecidas no Edital de Pregão nº 28/2016.
VALOR: R\$ 4.599,00 (quatro mil e quinhentos e noventa e nove reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DA ASSINATURA: 13/12/2016.
JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

EXTRATO CONTRATO 2016.183 FUNREPOM

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO E MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/184
CONTRATANTE: Município de Timbó através do FUNREPOM
CONTRATADA: Poly Defensor Produtos Defesa Pessoal Ltda.
OBJETO: Fornecimento, pela CONTRATADA, de espargidor não letal, visando atender as necessidades da 2ª Companhia de Polícia Militar de Timbó correspondente aos itens abaixo descritos, cumpridas todas as formas, condições, especificações, obrigações e responsabilidades estabelecidas na Inexigibilidade n.º 02/2016 FUNREPOM.
VALOR: R\$ 11.787,30 (onze mil setecentos e oitenta e sete reais e trinta centavos)
PRAZO: 31/12/2017 a contar da assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 21/12/2016

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO CONTRATO 2016.184 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/184
CONTRATANTE: Município de Timbó através da Procuradoria Geral do Município.
CONTRATADA: Liz Serviços Online Ltda.
OBJETO: Divulgação, publicação e gerenciamento, pela CONTRATADA, do compêndio dos atos oficiais de efeito externo (Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias e Decretos) do MUNICÍPIO junto ao site LeisMunicipais.com.br, com link direcionado à página eletrônica do MUNICÍPIO em menu específico denominado "LEIS MUNICIPAIS", fornecimento de URL (endereço) de conexão e cessão de uso do respectivo software.
VALOR: R\$ 8.382,24 (oito mil trezentos e oitenta e dois reais e vinte e quatro centavos).
PRAZO: de 01/01/2017 à 31/12/2017.
DATA DA ASSINATURA: 21/12/2016

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA
Procurador Geral do Município

EXTRATO DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2013.175 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO

ADMINISTRATIVO Nº. 2013/175
AUTORIZANTE: Município de Timbó.
AUTORIZADO: Consórcio Anel Viário Timbó.
OBRA: gerenciamento, supervisão, fiscalização e apoio técnico das obras previstas no projeto, a supervisão ambiental e o desenvolvimento/elaboração dos projetos executivos e As Built, as readequações e demais estudos complementares, necessários a implantação do anel viário – Rua Araponguinhas - Edital de Concorrência nº 114/2013.
OBJETO: Supressão do valor de R\$ 3.961,04 (três mil novecentos e sessenta e um reais e quatro centavos).
DATA DA ASSINATURA: 12/12/2016.

ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2016.44 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/44
AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Educação.
AUTORIZADO: Cooperativa de Produção Agropecuária de Jaraguá do Sul - COPAJAS.
OBJETO: Supressão do valor de R\$ 8.091,05 (oito mil e noventa e um reais e cinco centavos).
DATA DA ASSINATURA: 13/12/2016.

SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário de Educação

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2016.47 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/47
AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Educação.
AUTORIZADO: Clênio Seifert.
OBJETO: Supressão do valor de R\$ 267,49 (duzentos e sessenta e sete reais e quarenta e nove centavos), equivalente a supressão de 53,570 (cinquenta e três quilogramas e quinhentos e setenta gramas) de maçã.
DATA DA ASSINATURA: 13/12/2016.

SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário de Educação

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2016.88 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/88

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Educação.

AUTORIZADO: Sebastião Nunes Seifert.

OBJETO: Supressão do valor de R\$ 11.809,00 (onze mil oitocentos e nove reais), equivalente a supressão de 2.410 (dois mil quatrocentos e dez) quilogramas de maçã.

DATA DA ASSINATURA: 13/12/2016.

SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário de Educação

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2015.158 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/158

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA

OBJETO: Prorrogação do prazo até 31/12/2017 e alteração do programa registro mercantil integrado Regin - Os serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, prestados pelo CIGA, referentes a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM, por meio do programa Registro Mercantil Integrado Regin, agora passam a ser denominados 'Gestão do Cadastro Integrado Municipal - GCIM', solução desenvolvida pelo CIGA, que mantém inalterados as funções básicas dos serviços já estabelecidos.

DATA DA ASSINATURA: 08/12/2016.

MARIA ANGELICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2016.13 FUNDEC

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DA DEFESA CIVIL DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2016/13 FUNDEC

CONTRATANTE: Fundo de Emergência da Defesa Civil de Timbó

CONTRATADO: Rozalva Gonzaga Pereira - Me.

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência até 31/12/2017

DATA DA ASSINATURA: 01/12/2016.

WIEGOLD STARKE
Coordenador da Defesa Civil

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO - 14 2016 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 14/2016

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Francisco Mattos de Lara Me.

OBJETO: Acréscimo de 345 horas ao item 01 do lote 02 (prestação de serviços de servente de pintor) e acréscimo de 426 horas ao item 02 do lote 02 (prestação de serviços de pintor).

DATA DA ASSINATURA: 13/12/2016.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente do SAMAE

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2013.32 SAMAE

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/32

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Serviço Municipal de Água e Esgoto.

CONTRATADO: Propulsão Serviços Especializados em Medição, Corte e Religação de Energia Elétrica, Água e Gás LTDA – ME.

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência até 31/12/201 e reajuste a partir de 13/02/2017, através da aplicação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) correspondente ao mês de janeiro/2017.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2016.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente do SAMAE

EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATO 2015.77

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/77.

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADA: Engeplan Terraplenagem, Saneamento e Urbanismo Ltda.

OBJETO: Manutenção do equilíbrio econômico financeiro acrescentando-se o valor constante do contrato em R\$ 993.989,62 (novecentos e noventa e três mil, novecentos e oitenta e nove reais e sessenta e dois centavos) OBRA: Implantação do Anel Viário - Rua Araponguinhas Etapa I, relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, eixo pavimentação e qualificação de vias urbanas - 2ª etapa (Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - Pró-Transporte do Ministério das Cidades) - Edital de Concorrência nº 171/2014.

Data da assinatura: 14/12/2016.

EXTRATO RESCISÃO CONTRATO 2016.18 - FUMTRAN
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNIVIPAL DE TRÂNSITO
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/18
CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Trânsito.
CONTRATADO: Poly Defensor Produtos Defesa Pessoal Ltda.
OBJETO: Rescisão do contrato que tem por objeto fornecimento de espargidor de pimenta (agente químico OC), visando atender as necessidades da 2ª Companhia de Polícia Militar de Timbó, cumpridas todas as formas, condições, especificações, obrigações e responsabilidades estabelecidas no Edital de Pregão nº 11/2015.
DATA DA RESCISÃO: 16/12/2016.

FABIANO MARTINS ADRIANO
Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2016.43 - PMT
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/43
AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Educação.
AUTORIZADO: Marciano Giovanella.
OBJETO: Supressão do valor de R\$ 2.232,00 (dois mil duzentos e trinta e dois reais).
DATA DA ASSINATURA: 13/12/2016.

SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário de Educação

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2016.49 - PMT
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/49
AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Educação.
AUTORIZADO: Cooperativa Mista Agrícola de Piscicultores – COO-MAPEIXE.
OBJETO: Supressão do valor de R\$ 13.008,00 (treze mil e oito reais), equivalente a supressão de 542 (quinhentos e quarenta e dois) quilos de filé de peixe.
DATA DA ASSINATURA: 13/12/2016.

SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário de Educação

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2016.102 PMT
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/102
CONTRATANTE: Município de Timbó.
CONTRATADO: Sovrana Engenharia e Construções Ltda Epp.
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência até 15/02/2017.
DATA DA ASSINATURA: 16/12/2016.

ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 2015.159 - PMT
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/159
CONTRATANTE: Município de Timbó.
CONTRATADO: IPM Informática Ltda.
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência até 17/12/2017 e reajuste a partir de 18/12/2016, no percentual correspondente ao IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - novembro/2016
DATA DA ASSINATURA: 06/12/2016.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretaria da Fazenda e Administração
DOUGLAS EMANUEL MARCHETTI
Presidente da Câmara de Vereadores de Timbó

EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2013.14 PMT
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/14
CONTRATANTE: Município de Timbó.
CONTRATADO: Caixa Econômica Federal.
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência até 31/01/2017.
DATA DA ASSINATURA: 06/12/2016.

MARIA ANGELICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATO 2015.77
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/77.
CONTRATANTE: Município de Timbó.
CONTRATADA: Engeplan Terraplenagem, Saneamento e Urbanismo Ltda.
OBJETO: OBJETO: Acréscimo de R\$ 620.086,47 (seiscentos e vinte

mil e oitenta e seis reais e quarenta e sete centavos) e supressão do valor de R\$ 696.160,22 (seiscentos e noventa e seis mil cento e sessenta reais e vinte e dois centavos) ao valor da cláusula terceira do contrato.

OBRA: Implantação do Anel Viário - Rua Araponguinhas Etapa I, relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, eixo pavimentação e qualificação de vias urbanas - 2ª etapa (Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - Pró-Transporte do Ministério das Cidades) - Edital de Concorrência nº 171/2014.

Data da assinatura: 28/12/2016.

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2016.80 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2016/80

CONTRATANTE: Município de Timbó

CONTRATADA: Paviplan Pavimentação Ltda.

OBJETO: Prorrogação do prazo de execução até 28/02/2017.

DATA DA ASSINATURA: 15/12/2016.

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2016.46 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/46

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Educação.

AUTORIZADO: Cooperativa Agroindustrial de Rio dos Cedros - CO-OPERCEDROS.

OBJETO: Supressão do valor de R\$ 35.796,90 (trinta e cinco mil setecentos e noventa e seis reais e noventa centavos), equivalente a supressão de 14.038 (catorze mil e trinta e oito) litros de leite pasteurizado, integral, homogeneizado, conteúdo líquido.

DATA DA ASSINATURA: 13/12/2016.

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2014.030 TIMBOPREV

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/030

CONTRATANTE: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó.

CONTRATADO: Angel Administração de Bens Ltda.

OBJETO: Locação de parte do imóvel (correspondente a 80m²)

localizado na Rua: Recife, nº 143, Centro, cidade de Timbó/SC.

PRAZO: prorrogado até 31/12/2017.

REAJUSTE: Correspondente ao IGP-M/FGV (Índice Geral de Preços do Mercado) — março/2017 a contar de 01/04/2017.

DATA DA ASSINATURA: 12/12/2015.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2014.096 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/096

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: A.C.M.M. Serviços de Energia Elétrica Ltda.

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência até 31/12/2017 e reajuste a partir de 01/01/2017, através da aplicação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) correspondente ao mês de novembro/2016.

DATA DA ASSINATURA: 14/12/2016.

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

EXTRATO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 2015.77

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/77.

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADA: Engeplan Terraplenagem, Saneamento e Urbanismo Ltda.

OBJETO: OBJETO: Reajuste contratual no valor de R\$ 849.969,88 (oitocentos e quarenta e nove mil, novecentos e sessenta e nove reais e oitenta e oito centavos).

OBRA: Implantação do Anel Viário - Rua Araponguinhas Etapa I, relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, eixo pavimentação e qualificação de vias urbanas - 2ª etapa (Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - Pró-Transporte do Ministério das Cidades) - Edital de Concorrência nº 171/2014.

Data da assinatura: 14/12/2016.

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 38 2016 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2016 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de equipamentos e instrumentos musicais (trompete, trombone, saxofone, bombardino, clarineta, estante partitura) para atender as necessidades das fanfarras de Escolas de Ensino Fundamental da Secretaria de Educação.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Gislaine de Souza - Me e Ratzkob Comércio de Móveis Me. TOTAL ESTIMADO: R\$ 13.210,00 (treze

mil duzentos e dez reais).
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 04/07/2017
Timbó, 04/07/2016
SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário de Educação

**SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE
REGISTRO DE PREÇO N.º 43 2016 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2016 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa(s) para prestação de serviço de transporte de atletas, usuários da Assistência Social, grupos apoiados pela Administração Direta e Indireta, transporte de pacientes do Sistema Único de Saúde do Município à sede dos prestadores de serviços para consultas, exames e procedimentos, além de alunos participantes do projeto Protetor Ambiental e de Educação Ambiental.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Lancatur Transporte e Turismo; Transporte Turístico Ro e Si Tour Ltda e Vivatur Turismo Ltda Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 560.438,00 (quinhentos e sessenta mil e quatrocentos e trinta e oito reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 04/07/2017

Timbó, 04/07/2016

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde e Assistência Social

MÁRCIO ELÍSIO

Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes de Timbó

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

Treze Tílias

PREFEITURA

PORTARIA 01/2017

PORTARIA Nº 001/17 DE 02 DE JANEIRO DE 2017
RESOLVE:

Artigo 1º - INTERROMPER, por motivo de imperiosa necessidade do serviço público, de acordo com o Capítulo V da Lei Complementar nº 40/2011, as férias do prefeito municipal, exclusivamente no período de 01/01/2017 à 04/01/2017 (em destaque).

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO/INTERRUPÇÃO	OBS	DIAS
Mauro Dresch	01/01/2015 a 31/12/2015	21/12/2016 a 04/01/2017	Portaria nº 168/16	15
	01/01/2015 a 31/12/2015	21/12/2016 A 31/12/2016	Efetivamente gozado	11
	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2017 A 04/01/2017	Período cancelado	04

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

PORTARIA 010/2017

PORTARIA Nº 010/17 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER Função Gratificada de " Atendente da Junta de Serviço Militar" ao Sr. JAIME BERTÉ, CPF nº 524.641.309-82, conforme Anexo II da Lei Complementar nº 38/2011 de 07 de dezembro de 2011 (alterada pela L.C nº 93/2016).

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 02/2017

PORTARIA Nº 002/16 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR no dia 02 de janeiro de 2017, a Sra. WERYDIANA FALCHETTI, CPF nº 009.904.439-06, residente e domiciliada neste município, do cargo em comissão de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, conforme Portaria de nomeação nº 088/13 de 06 de março de 2013.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

PORTARIA 03/2017

PORTARIA Nº 003/17 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR a partir do dia 03 de janeiro de 2017, a Sra. WERYDIANA FALCHETTI, CPF nº 009.904.439-06, residente e domiciliada neste município, para ocupar o cargo comissionado de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor no dia 03 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

PORTARIA 04/2017

PORTARIA Nº 004/17 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR no dia 02 de janeiro de 2017, o Sr. IVO PAULO HARTMANN, CPF nº 221.124.139-53, residente e domiciliado neste município, do cargo em comissão de DIRETOR DE GESTÃO DE RECEITAS, conforme Portaria de nomeação nº 142/16 de 03 de outubro de 2016.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 05/2017

PORTARIA Nº 005/17 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR a partir do dia 03 de janeiro de 2017, o Sr. IVO PAULO HARTMANN, CPF nº 221.124.139-53, residente e domiciliado neste município, para ocupar o cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor no dia 03 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 06/2017

PORTARIA Nº 006/17 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR no dia 02 de janeiro de 2017, a Sra. KARINA BOESING KUCERA, CPF nº 040.409.259-47, residente e domiciliada neste município, do cargo em comissão de DIRETORA DE GESTÃO DE TRÂNSITO, conforme Portaria de nomeação nº 107/14 de 14 de outubro de 2014.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 07/2017

PORTARIA Nº 007/17 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR a partir do dia 03 de janeiro de 2017, a Sra. KARINA BOESING KUCERA, CPF nº 040.409.259-47, residente e domiciliada neste município, para ocupar o cargo comissionado de DIRETOR DE GESTÃO DE RECEITAS.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor no dia 03 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 08/2017

PORTARIA Nº 008/17 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR no dia 02 de janeiro de 2017, o Sr. ISMAEL BRANDALISE, CPF nº 015.627.079-06, residente e domiciliado neste município, do cargo em comissão de DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO RURAL, conforme Portaria de nomeação nº 081/15 de 14 de agosto de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 09/2017

PORTARIA Nº 009/17 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR a partir do dia 03 de janeiro de 2017, o Sr. ISMAEL BRANDALISE, CPF nº 015.627.079-06, residente e domiciliado neste município, para ocupar o cargo comissionado de DIRETOR DE GESTÃO DE TRÂNSITO.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor no dia 03 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Trombudo Central

PREFEITURA

CREDENCIAMENTO 01/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2017

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Sr.^a Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe o art. 34, da Lei 8.666/1993, e alterações posteriores, que se encontra aberto as inscrições para cadastramento e atualização de fornecedores e prestadores de serviços para este município. Os interessados deverão inscrever-se mediante apresentação de documentação junto ao Depto de Licitações da Prefeitura, sito a Praça Arthur Siewerdt, nº 01, centro, no horário das 08:00h. às 12:00h. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da home page: www.trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 04 de janeiro de 2017.
Geovana Gessner
Prefeita Municipal

CREDENCIAMENTO 01/2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
CREDENCIAMENTO Nº 01/2017 FMS

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Municipal Sr.^a Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 8.666/1993, fará realizar CREDENCIAMENTO, visando SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE EXAMES LABORATORIAIS À POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO. A documentação e propostas relativas serão recebidas a partir de 05/01/2017, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 12:00 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da home page: www.trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 04 de janeiro de 2017.
Geovana Gessner
Prefeita Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 01/2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 01/2017

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeita Municipal Sr.^a Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Regulamentar nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 01/2017, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM, visando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDICO CLINICO GERAL PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE DE SAUDE DO MUNICIPIO. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 09:00h. do dia 17 de janeiro de 2016, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da home page: www.trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 05 de janeiro de 2016.
Geovana Gessner
Prefeita Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2017 CV

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2017

ARNO MÜLLER, Presidente da Comissão de Recesso e Presidente da Câmara de Vereadores de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno Cameral, e atendendo à solicitação do Executivo Municipal deste município através do ofício 06/2017, CONVOCA todos os Vereadores que compõem esta Casa Legislativa, para Sessão Extraordinária a realizar-se na Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores, situada a Rua da Matriz, nº 53, Centro, no dia 06/01/2017 às 19 horas, para tratar única e exclusivamente da análise e deliberação do Projeto de Lei nº 01/2017 que Autoriza o Município a abstenção do Parágrafo único do Art. 11 da Lei nº 491/2001 e contém outras providências.

Tunápolis, SC., 04 de Janeiro de 2017
ARNO MÜLLER
Presidente

PORTARIA 4249/2017

PORTARIA Nº. 4.249/2.017
Em 03 de Janeiro DE 2.017

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de dezembro de 2010 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, PATRICIA RAQUEL MEOTTI, do cargo comissionado de DIRETORA DE DEPARTAMENTO, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, neste município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 03 de Janeiro de 2.017.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKOFF
Técnico Em Controladoria Interna

RESOLUÇÃO 01/2017 CV

RESOLUÇÃO Nº 01/2017
DISPÕEM SOBRE A COMISSÃO DE RECESSO.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNAPOLIS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a COMISSÃO DE RECESSO para o período de 01 de janeiro a 01 de fevereiro de 2017, ficando ao encargo de todos os membros da nova Mesa Diretora eleita em 01 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, SC.

Em 01 de janeiro de 2017

ARNO MÜLLER
Presidente

GUSTAVO LAWISCH
Vice-Presidente

DONATO LAUSCHNER
1º Secretário

LEONARDO ANTÔNIO VOGT
2º Secretário

Turvo

PREFEITURA

PORTARIA 003/2017

PORTARIA Nº 003/17, de 02 de Janeiro de 2017.

FAZ NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011 e sua alteração,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a Sra. Cintia Aparecida Silveira Brigido, CPF nº 041.474.519-18, para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Nomear o Sr. Alcionei Prudêncio, CPF nº 440.272.739-15, para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 3º - Nomear a Sra. Talita Manenti Roque, CPF nº 074.816.239-96, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Tesouraria, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 4º - Nomear a Servidora Josiane Patel Biz Tomaz, CPF nº 029.425.969-45, matrícula nº 0996, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Pessoal, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 5º - Nomear a Sra. Adaiane Daros, CPF nº 999.518.609-82, para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 6º - Nomear a Sra. Odete Manenti Martins, CPF nº 757.970.709-87, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Agroindústria, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 7º - Nomear o Sr. Adair Constante, CPF nº 636.982.429-15, para exercer o cargo em comissão de Secretário Adjunto de Transportes, Obras e Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 8º - Nomear o Sr. Augusto Gabriel Simon, CPF nº 076.027.919-59, para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Transportes e Obras, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 9º - Nomear o Servidor Valmir Parol, CPF nº 416.972.869-68, matrícula nº 1109, para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Manutenção de Garagem, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 10 - Nomear o Servidor Renato Osvaldino Favaro, CPF nº 018.369.629-83, matrícula nº 0848, para exercer o cargo em

comissão de Diretor do Departamento de Agricultura, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 11 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 02 de janeiro de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 004/2017

PORTARIA Nº 004/17, de 02 de Janeiro de 2017.

ADMITE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011 e sua alteração,

Considerando a necessidade de abrir a Creche Maria M. Sartor durante o mês de Janeiro,

RESOLVE

Art. 1º - Admitir as servidoras abaixo relacionadas, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercerem a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF

Rosa Lidia Silveira Giusti 015.427.689-85

Maria de Fátima Dal Pont de Souza 743.442.859-72

Adriana Favaro Silveira 621.124.229-87

Patricia Zeferino Zanatta 057.267.959-97

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 02 de Janeiro de 2017 e encerrará em 31 de Janeiro de 2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 02 de janeiro de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 005/2017

PORTARIA Nº 005/17, de 02 de Janeiro de 2017.

ADMITE AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

Considerando a necessidade de abrir a Creche Maria M. Sartor durante o mês de Janeiro,

RESOLVE

Art. 1º - Admitir as servidoras abaixo relacionadas, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercerem a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF

Vanderli da Silva Tomé Marques 023.905.249-82

Diandra Hoinatz de Aguiar 074.532.479-77

Sirlene Gomes Pereira 068.130.486-35

Silvia Andrea Lopes Bristot 769.752.669-72

Teodolinda Marlene Bendo Gabriel 019.431.989-00

Andréia Zilli 007.634.539-43

Odila da Silva Machado 713.311.319-87

Nalva Rejane da S. Cordeiro 560.132.059-49

Art. 2º - Admitir as servidoras abaixo relacionadas, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercerem a função pública de Agente Administrativo Escolar, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF

Hélida Bardini Vitali 067.969.299-18

Izolete da Silva Gonçalves 828.385.779-72

Samira Simoni Maciel 062.708.879-17

Schaiane Fernandes Miguel 089.755.689-54

Bruna da Silva Gonçalves 109.013.439-86

Josiane Alexandrino dos Reis 055.396.029-60

Daiane Gonzaga Gava Zilli 071.363.419-73

Jucineia Januario Pereira 064.937.889-00

Art. 3º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º e 2º desta Portaria, iniciará em 02 de Janeiro de 2017 e encerrará em 31 de Janeiro de 2017.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 02 de janeiro de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 006/2017

PORTARIA Nº 006/17, de 02 de Janeiro de 2017.

EXONERA A PEDIDO AGENTE FINANCEIRO, NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar a pedido, a Servidora abaixo relacionada, ocupante da função pública de Agente Financeiro, nomeada temporariamente através do Processo Seletivo nº 003/15 - PMT, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal.

NOME CPF MATRICULA

Soeli Fatima Fernandes 066.356.759-90 3486

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 02 de janeiro de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

Urussanga

PREFEITURA

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 33/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Extrato do Contrato: 33/2017
Processo de Licitação: 77/2016
Pregão Presencial nº 45/2016
Data de assinatura: 02/01/2017
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: COMERCIAL DE GÁS EDESIO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 01.883.434/0001-40
Objeto: fornecimento parcelado de gás de cozinha, Urussanga/SC
Valor: R\$ 25.755,00

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

Ata da eleição da Mesa Diretora para o Exercício 2017, realizada no dia primeiro de janeiro de dois mil e dezessete. Sob a Presidência provisória da Vereadora Vanir Zuleima Mazzucco Cacciatori/PMDB e do Secretário provisório Vereador Marcos Roberto Silveira/PT, e contando com a presença dos demais Vereadores, sob a proteção de Deus, foi aberta a presente reunião. Conforme determinam os artigos 18 a 23 do Regimento Interno da Casa, passou-se à eleição da Mesa Diretora para o exercício de 2017. Na oportunidade a Presidente solicitou a indicação de um representante das Bancadas dos Partidos Democrático Trabalhista/PDT, do Movimento Democrático Brasileiro/PMDB, Progressista/PP, dos Trabalhadores/PT, e Social Democrático/PSD com representação nesta Casa Legislativa, para fiscalizar o sorteio de ordem de votação e a apuração do resultado da eleição. Foram indicados: pelo PDT, o Vereador João Batista Bom; pelo PMDB, o Vereador Elson Roberto Ramos; pelo PP, o Vereador Odivaldo Bonetti; pelo PSD, o Vereador Jair Nandi; e pelo PT, o Vereador Marcos Roberto Silveira. A Presidente convidou os Vereadores indicados pelas Bancadas Partidárias a virem a frente da Mesa, para acompanharem o sorteio da ordem de votação, que foi feita pelo secretário interino, Senhor Marcos Roberto Silveira/PT. A ordem de votação ficou definida da seguinte forma: João Batista Bom/PDT, Vanir Zuleima Mazzucco Cacciatori/PMDB, Elson Roberto Ramos/PMDB, Marcos Roberto Silveira/PT, Gilson Casagrande/PP, José Carlos José/PP, Vanderlei Marcílio/PMDB, Jair Nandi/PSD e Odivaldo Bonetti/PP. Definida a ordem de votação, a Presidente fez a chamada para que cada Vereador declarasse aberta e nominalmente, conforme artigo 20 do Regimento Interno, os seus votos para os cargos respectivos de presidente, vice-presidente, primeiro secretário e segundo secretário da Mesa Diretora. Iniciando, o Vereador João Batista Bom/PDT votou para presidente no Vereador Marcos Roberto Silveira/PT, para vice-presidente no Vereador Gilson Casagrande/PP, para primeiro secretário no Vereador Vanderlei Marcílio/PMDB, e para segundo secretário no Vereador João Batista Bom/PDT; a Vereadora Vanir Zuleima Mazzucco Cacciatori/PMDB votou para presidente em Jair Nandi/PSD, para vice-presidente em José Carlos José/PP, para primeiro secretário em Gilson Casagrande/PP, e para segundo secretário em João Batista Bom/PDT; o Vereador Elson Roberto Ramos/PMDB votou para presidente em Elson Roberto Ramos/PMDB, para vice-presidente em Jair Nandi/PSD, para primeiro secretário em Gilson Casagrande/PP, e para segundo secretário em João Batista Bom/PDT; o Vereador Marcos Roberto Silveira/PT votou para presidente em Marcos Roberto Silveira/PT, para vice-presidente Gilson Casagrande/PP, para primeiro secretário Vanderlei Marcílio/PMDB, e para segundo secretário em João Batista Bom/PDT; o Vereador Gilson Casagrande/PP votou para presidente em Marcos Roberto Silveira/PT, para vice-presidente em Gilson Casagrande/PP, para primeiro secretário em Vanderlei Marcílio/PMDB, e para segundo secretário em João Batista Bom/PDT; o Vereador José Carlos José/PP votou para presidente em Marcos Roberto Silveira/PT, para vice-presidente em Gilson Casagrande/PP, para primeiro secretário em Vanderlei Marcílio/PMDB, e para segundo secretário em João Batista Bom/PDT; o Vereador Vanderlei Marcílio/PMDB votou para presidente em Vanir Zuleima Mazzucco Cacciatori/PMDB, para vice-presidente em João Batista Bom/PDT, para primeiro secretário em Gilson Casagrande/PP, e para segundo secretário em José Carlos José/PP; o Vereador Jair Nandi/PSD absteve-se de votar para o cargo de presidente, mas votou para vice-presidente em Gilson Casagrande/PP, para primeiro secretário em Vanderlei Marcílio/PMDB, e para segundo secretário em João Batista Bom/PDT; o Vereador Odivaldo Bonetti/PP votou para presidente em Marcos Roberto Silveira/PT, para vice-presidente em Gilson Casagrande/PP, para primeiro secretário em Vanderlei Marcílio/PMDB, e para segundo secretário em João Batista Bom/PDT. A Presidente convidou novamente os Vereadores indicados pelas Bancadas Partidárias para virem até a frente da Mesa e acompanharem a apuração da eleição da Mesa Diretora, para tanto, a Presidente suspendeu a sessão por cinco minutos. A contagem dos votos apresentou o seguinte resultado: para Presidência da Mesa Diretora o Vereador Marcos Roberto Silveira/PT obteve 5 (cinco) votos, o Vereador Elson Roberto Ramos/PMDB obteve 1 (um) voto, o Vereador Jair Nandi/PSD obteve 1 (um) voto e a Vereadora Vanir Zuleima Mazzucco Cacciatori/PMDB obteve 1 (um) voto; para Vice-Presidência o Vereador Gilson Casagrande/PP obteve 6 (seis) votos, o Vereador Jair Nandi/PSD obteve 1 (um) voto, o Vereador João Batista Bom/PDT obteve 1 (um) voto e o Vereador José Carlos José/PP obteve 1 (um) voto; para Primeiro Secretário o Vereador Vanderlei Marcílio/PMDB obteve 6 (seis) votos e o Vereador Gilson Casagrande/PP obteve 3 (três) votos; para Segundo Secretário o Vereador João Batista Bom/PDT obteve 8 (oito) votos e o Vereador José Carlos José/PP 1 (um) voto. A Presidente retomou os trabalhos da sessão e fez a leitura do resultado da eleição da Mesa Diretora para a gestão na Primeira Sessão Legislativa da Décima Oitava Legislatura, no ano de 2017, com o seguinte resultado: Presidente Vereador Marcos Roberto Silveira/PT, para Vice-Presidente Vereador

Gilson Casagrande/PP, para Primeiro Secretário Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB, e para Segundo Secretário Vereador João Batista Bom/PDT. Assim, a Presidente declarou empossada a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Urussanga. Os eleitos assumiram, automaticamente, os cargos da Mesa Diretora. Nada mais havendo a tratar a Presidente Interina encerrou a sessão. Para constar, eu Marcos Roberto Silveira, Secretário provisório, lavrei e subscrevi a presente Ata, a qual, depois de lida regimentalmente, será assinada por mim, pela Presidente Interina e os demais Vereadores.

Câmara Municipal de Vereadores de Urussanga/SC, 1º de janeiro de 2017.

Vereadora Vanir Z. M. Cacciatori/PMDB

Presidente Interina

Vereador Marcos Roberto Silveira/PT
Secretário Provisório

Vereador Elson Roberto Ramos/PMDB

Vereador Gilson Casagrande/PP

Vereador Jair Nandi/PSD

Vereador João Batista Bom/PDT

Vereador José Carlos José/PP

Vereador Odivaldo Bonetti/PP

Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB

ATA DE POSSE DOS AGENTES POLÍTICOS DE URUSSANGA, ELEITOS PARA MANDATO DE 2017 A 2020, E DE INSTALAÇÃO DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

Ata de instalação da Décima Oitava Legislatura. Termo de Posse dos agentes políticos do Município, eleitos no pleito de dois de outubro de dois mil e dezesseis, para o mandato no período de dois mil e dezessete a dois mil e vinte.

Ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, às vinte horas e trinta minutos, no recinto da Sociedade Recreativa Urussanga, conforme determina o Ato número trinta e nove, de vinte e um de novembro de dois mil e dezesseis, compareceram os agentes políticos eleitos em dois de outubro de dois mil e dezesseis, diplomados pela Justiça Eleitoral da Trigésima Quarta Zona, no dia quinze de dezembro de dois mil e dezesseis, para instalarem a Décima Oitava Legislatura, referente ao período de dois mil e dezessete a dois mil e vinte, e tomarem posse em seus respectivos cargos. Convidada pela Mestre de Cerimônia, assumiu a presidência provisória da sessão solene a Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori, por determinação do artigo vinte e um, parágrafo terceiro, da Lei Orgânica do Município, em razão de ser a Vereadora que mais recentemente ocupou cargo na Mesa Diretora. Em ato contínuo, foram convidados a tomarem assento em seus lugares os Vereadores eleitos pelo povo e diplomados pela Justiça Eleitoral da Trigésima Quarta Zona: Elson Roberto Ramos, Gilson Casagrande, Jair Nandi, João Batista Bom, José Carlos José, Marcos Roberto Silveira, Odivaldo Bonetti e Vanderlei Marcírio. Foi designado pela Presidente provisória o Vereador Marcos Roberto Silveira para secretariar os trabalhos da sessão. A Mestre de Cerimônia anunciou as presenças do Excelentíssimo Senhor Luis Gustavo Cancellier e do Senhor Décio da Silva, respectivamente eleitos Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Urussanga, convidando-os a tomarem assento nos lugares a eles reservados, acompanhados das respectivas esposas, as Senhoras Thaise Talamini e Cibele Zanelato. Em seguida, a Presidente interina declarou aberta a sessão, informando que os eleitos entregaram à Secretaria Administrativa da Casa Legislativa a documentação legalmente exigida e que, após análise, verificou-se estarem aptos à posse. Informou também que as declarações de bens serão devidamente encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, conforme determinação legal. Na sequência, a Presidente interina realizou a leitura do seguinte compromisso: "Por minha honra e por minha Pátria, prometo, solenemente, manter, defender e cumprir a Lei Orgânica do Município de Urussanga, as Constituições Federal e Estadual e as demais leis, bem como desempenhar com zelo o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso e bem estar geral dos munícipes". O Secretário chamou nominalmente os Vereadores eleitos para formalizarem o compromisso, declarando "Assim o prometo" e assinando em seguida o presente Termo de Posse. Continuamente, a Presidente realizou a leitura do mesmo compromisso, desta vez convidando o Prefeito e o Vice-Prefeito, diplomados pela Justiça Eleitoral da Trigésima Quarta Zona, a declararem, conforme chamada nominal feita pelo Secretário, "Assim o prometo", e assinando, posteriormente, este Termo de Posse. A Presidente interina, por fim, declarou empossados os agentes políticos eleitos para o mandato de dois mil e dezessete a dois mil e vinte, instalando assim, a Décima Oitava Legislatura no Município de Urussanga. Para constar, eu, Marcos Roberto Silveira, Secretário provisório, lavrei e subscrevi a presente Ata, que segue assinada por mim e pela Presidente, também provisória.

Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori
Presidente Interina

Vereador Marcos Roberto Silveira
Secretário Interino

No primeiro dia de janeiro de dois mil e dezessete, às vinte horas e trinta minutos, no recinto da Sociedade Recreativa Urussanga, depois de apresentarem os documentos legalmente exigidos e fazerem seus respectivos juramentos, tomaram posse os agentes políticos de Urussanga, para mandato no período de dois mil e dezessete a dois mil e vinte, a saber:

Elson Roberto Ramos
Vereador

Gilson Casagrande
Vereador

Jair Nandi
Vereador

João Batista Bom
Vereador

José Carlos José
Vereador

Marcos Roberto Silveira
Vereador

Odivaldo Bonetti
Vereador

Vanderlei Marcírio
Vereador

Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori
Vereadora

Luis Gustavo Cancelier
Prefeito

Décio da Silva
Vice-Prefeito

ATO Nº 3, DE 3 DE JANEIRO DE 2017.

O Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereador Marcos Roberto Silveira, no uso de suas atribuições, e em conformidade ao que determina o inciso II, do art. 15, da Lei Orgânica do Município; e art. 38, incisos II e VIII, do Regimento Interno, promulga o seguinte:

ATO Nº 3, DE 3 DE JANEIRO DE 2017.

INSTITUI RECESSO AOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA.

Art. 1º Fica instituído, de 5 a 13 de janeiro de 2017, recesso aos Servidores da Câmara Municipal de Urussanga.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 3 de janeiro de 2017.

Vereador Marcos Roberto Silveira
Presidente

Vereador Vanderlei Marcírio
Primeiro Secretário

Vereador Gilson Casagrande
Vice-Presidente

Vereador João Batista Bom
Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal, e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br, em 3 de janeiro de 2017.

Vereador Vanderlei Marcírio
Primeiro Secretário

ATO Nº 4, DE 4 DE JANEIRO DE 2017.

O Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereador Marcos Roberto Silveira, no uso de suas atribuições, e em conformidade ao que determina o inciso II, do art. 15, da Lei Orgânica do Município; e art. 38, incisos II, V, VIII e XXIII, do Regimento Interno, promulga o seguinte:

ATO Nº 4, DE 4 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA, CONFORME ESCALA QUE MENCIONA.

Art. 1º Ficam concedidas férias a servidores do Quadro Permanente de Pessoal da Câmara Municipal de Urussanga, conforme escala que menciona:

I – ANDRESA BALDASSAR DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento comissionado de Assessora Parlamentar da Bancada do Partido Social Democrático, de 2 a 6 de janeiro de 2017 e de 16 a 30 de janeiro de 2017 – referente ao período aquisitivo 2016/2017;

II – CRISTIANE BARICHELO CARARA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Portaria e Comunicação, de 16 a 25 de janeiro de 2017 – referente ao período aquisitivo de 2016/2017;

III – GISLAINE DOMINGA DAMIN ARIATI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Oficial Legislativo, de 16 a 25 de janeiro de 2017 – referente ao período aquisitivo de 2016/2017;

IV – JOÃO ALCIONY ALFREDO LIBÂNIO, ocupante do cargo de provimento comissionado de Assessor Parlamentar da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, de 2 a 6 de janeiro de 2017 e de 16 a 30 de janeiro de 2017 – referente ao período aquisitivo 2016/2017;

V – MARICELMA APARECIDA RIBEIRO SACHET, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, de 16 a 25 de janeiro de 2017 – referente ao período aquisitivo de 2015/2016;

VI – RUBENS MAZZUCCHETTI RODRIGUES DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, de 16 a 25 de janeiro de 2017 – referente ao período aquisitivo de 2015/2016;

VII – LARISSA XAVIER TEIXEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Legislativo, de 30 de janeiro a 18 de fevereiro de 2017 – referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

Art. 2º Os servidores mencionados nos incisos I a VII, do art. 1º, terão 1/3 (um terço) de suas férias convertidas em espécie, deixando de gozar, portanto, de 10 (dez) dos 30 (trinta) dias previstos na legislação trabalhista.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 2 de janeiro de 2017.

Câmara Municipal de Urussanga, 4 de janeiro de 2017.

Vereador Marcos Roberto Silveira

Presidente

Vereador Gilson Casagrande

Vice-Presidente

Vereador Vanderlei Marcílio

Primeiro Secretário

Vereador João Batista Bom

Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal, e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br, em 4 de janeiro de 2017.

Vereador Vanderlei Marcílio

Primeiro Secretário

ATO Nº 5, DE 4 DE JANEIRO DE 2017.

O Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereador Marcos Roberto Silveira, no uso de suas atribuições, e em conformidade ao que determina o inciso II, do art. 15, da Lei Orgânica do Município; c/c art. 38, incisos II, V, VIII e XXIII, do Regimento Interno; e art. 41, §4º, da Constituição Federal de 1988, promulga o seguinte:

ATO Nº 5, DE 4 DE JANEIRO DE 2017.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MARICELMA APARECIDA RIBEIRO SACHET E RUBENS MAZZUCCHETTI RODRIGUES DA SILVA, RESPECTIVAMENTE, AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS E MOTORISTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA, AMBOS EM ESTÁGIO PROBATÓRIO, CONFORME ATOS Nº 18, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015 E Nº 13, DE 14 DE MARÇO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica alterado o art. 1º, do Ato nº 13, de 14 de março de 2016, para a seguinte composição da Comissão Especial de Avaliação quanto ao desempenho dos Servidores Públicos Maricelma Aparecida Ribeiro Sachet e Rubens Mazzucchetti Rodrigues da Silva, respectivamente, Agente de Serviços Gerais e Motorista, ambos em estágio probatório:

Cristiane Barichelo Carara – Presidente;

Maria do Carmo Medeiros – Secretária;

Larissa Xavier Teixeira – Membro.

Art. 2º Aos membros efetivos Cristiane Barichelo Carara, Maria do Carmo Medeiros e Larissa Xavier Teixeira, em razão da presente Comissão,

será devido o pagamento de 10% (dez por cento) aos seus respectivos vencimentos, conforme determina o art. 15, da Resolução nº 11, de 31 de maio de 2006.

Parágrafo único. A gratificação concedida no "caput" deste artigo cessará com o final da vigência da Comissão Especial de Avaliação.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 4 de janeiro de 2017.

Vereador Marcos Roberto Silveira
Presidente

Vereador Gilson Casagrande
Vice-Presidente

Vereador Vanderlei Marcílio
Primeiro Secretário

Vereador João Batista Bom
Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal, e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br, em 4 de janeiro de 2017.

Vereador Vanderlei Marcílio
Primeiro Secretário

ATO Nº 6, DE 4 DE JANEIRO DE 2017

O Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereador Marcos Roberto Silveira, no uso de suas atribuições, e em conformidade ao que determina o inciso II, do art. 15, da Lei Orgânica do Município; c/c art. 38, incisos II, V, VIII e XXIII, do Regimento Interno; e art. 41, §4º, da Constituição Federal de 1988, promulga o seguinte:

ATO Nº 6, DE 4 DE JANEIRO DE 2017.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA GISLAINE DOMINGA DAMIN ARIATI, OFICIAL LEGISLATIVO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO, CONFORME ATO Nº 6, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica alterado o art. 1º, do Ato nº 6, de 1º de fevereiro de 2016, para a seguinte composição da Comissão Especial de Avaliação quanto ao desempenho da Servidora Pública Gislaíne Dominga Damin Ariati, Oficial Legislativo em estágio probatório:

Cristiane Barichelo Carara – Presidente;
Maria do Carmo Medeiros – Secretária; e
Larissa Xavier Teixeira – Membro.

Art. 2º Aos membros efetivos Cristiane Barichelo Carara, Maria do Carmo Medeiros e Larissa Xavier Teixeira, em razão da presente Comissão, será devido o pagamento de 10% (dez por cento) aos seus respectivos vencimentos, conforme determina o art. 15, da Resolução nº 11, de 31 de maio de 2006.

Parágrafo único. A gratificação concedida no "caput" deste artigo cessará com o final da vigência da Comissão Especial de Avaliação.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 4 de janeiro de 2017.

Vereador Marcos Roberto Silveira
Presidente

Vereador Gilson Casagrande
Vice-Presidente

Vereador Vanderlei Marcílio
Primeiro Secretário

Vereador João Batista Bom
Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal, e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br, em 4 de janeiro de 2017.

Vereador Vanderlei Marcílio
Primeiro Secretário

Vargeão

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

O Município de Vargeão torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei Federal n.º 8.666/93 e o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, realizará no dia 18 de janeiro de 2017 às 08h40min, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item e tem por objeto a aquisição parcelada de equipamentos e materiais de consumo para uso nos Postos de Saúde do Município de Vargeão, SC, através de fornecedor selecionado em certame licitatório de Edital de Pregão Presencial nº 03/2017 – Fundo Municipal de Saúde. Informações complementares serão prestadas através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação. O Edital encontra-se disponível para download no site www.vargeao.sc.gov.br.
Vargeão, SC, 04 de janeiro de 2017.

Volmir Felipe
Prefeito Municipal

EXTRATOS DE CONVÊNIOS Nº 01/2017 E Nº 02/2017

EXTRATOS DE CONVÊNIOS nº 01/2017 e nº 02/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE VARGEÃO

OBJETO: Repasse de recursos financeiros destinando-se ao auxílio na manutenção de suas atividades.

VALOR: Até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais).

AMPARO LEGAL: Leis nº 1.526/2013 e nº 1.568/2015 e Convênio nº 01/2017.

Vargeão, SC, 02 de janeiro de 2017.

Volmir Felipe
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E CARITATIVA – HOSPITAL REGIONAL SÃO PAULO - ASSEC

OBJETO: Pagamento da prestação de serviços de Plantão Médico visando o atendimento de toda a população do Município de Vargeão.

VALOR: R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

AMPARO LEGAL: Lei nº 1.474/2011 e Convênio nº 02/2017.

Vargeão, SC, 02 de janeiro de 2017.

Volmir Felipe
Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO N.005/2017

DECRETO Nº 005/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

“DÁ NOVA DESIGNAÇÃO DE MEMBROS PARA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA O EXERCÍCIO DE 2017.”

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município em consonância com a Lei Federal nº 10520 de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam designados PREGOEIROS para aquisição de bens e serviços comuns no âmbito do Município de Vargem Bonita, para o exercício de 2017, os seguintes servidores:

I – Luiz Fernando Barbosa de Oliveira Titular

II – Janaine Antunes de Oliveira Suplente

Artigo 2º - Fica designada equipe de apoio para aquisição de bens e serviços comuns no âmbito do Município de Vargem Bonita, para o exercício de 2017, os seguintes servidores:

I – Silvana Aparecida Schessohof

II – Deisi Tonial Salvador

III – Winicius Oliveira da Silva

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 022 de 07 de março de 2016.

Vargem Bonita, 04 de janeiro de 2017.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 05/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N.006/2017

DECRETO Nº 006/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

“ALTERA MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES PARA O EXERCÍCIO DE 2017.”

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município em consonância com a Lei Federal nº 10520 de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam alterados os seguintes membros designados para comporem a Comissão Permanente de Licitações para o exercício de 2017, sendo que, com a saída de Daluz Aparecida Lemes de Andrade, fica nomeada a servidora Deisi Tonial Salvador e com a saída de Simara Inês Gazzoni Bittencourt, fica nomeada a servidora Janaine Antunes de Oliveira.

Artigo 2º- Com a alteração a Comissão Permanente de Licitações ficará composta pelos seguintes membros:

Presidente: Luiz Fernando Barbosa de Oliveira

Membro: Deisi Tonial Salvador

Membro: Janaine Antunes de Oliveira

Membro: Silvana Aparecida Schessohof

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 021 de 07 de março de 2016.

Vargem Bonita, 04 de janeiro de 2017.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 05/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

PROCESSO 002/2017 CC 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2017

CONCORRÊNCIA Nº 001/2017

Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO.

Tipo: Melhor Proposta Técnica.

Fundamento Legal: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, Lei Municipal nº 775/2009 e demais legislação pertinente ao assunto.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 07 de Fevereiro de 2017 às 10:00 (dez) horas.

Informações e Edital: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitorino, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 04 de Janeiro de 2017.

MELÂNIA A. ROMAN MENEHINI

PREFEITA MUNICIPAL

Vidal Ramos

PREFEITURA

EDITAL CREDENCIAMENTO Nº. 01/2017 - ULTRASSONOGRRAFIA

EDITAL nº. 01/2017

Chamamento público para CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE VIDAL RAMOS, SC, LAERCIO DA CRUZ, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, comunica aos interessados que está procedendo ao CHAMAMENTO PÚBLICO e apresentação de documentos, no horário das 8:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas com início 12/01/2017, na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 1180 - Centro – Vidal Ramos, SC, para fins de CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, visando à seleção e possível contratação de Profissionais da área médica, para atender a demanda SUS no Município de Vidal Ramos, nos procedimentos dos grupos:

- a) 02.05A - DIAG POR ULTRASSONOGRRAFIA – GERAL
- b) 02.05B - DIAG POR ULTRASSOM - SIST. CIRCULATÓRIO.

Vidal Ramos, 03 de janeiro de 2016.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

EDITAL CREDENCIAMENTO Nº. 02.2017 - PEDIATRA

EDITAL nº. 02/2017

Chamamento público para CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE VIDAL RAMOS, SC, LAERCIO DA CRUZ, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, comunica aos interessados que está procedendo ao CHAMAMENTO PÚBLICO e apresentação de documentos, no horário das 8:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas com início 13/01/2017, na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 1180 - Centro – Vidal Ramos, SC, para fins de CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, para realização de Consultas Médicas Básicas e Especializadas, Atendimentos de Outros Profissionais de Saúde de nível superior na Atenção Especializada; com pagamento à pessoas jurídicas ou físicas, conforme relação de serviços: 01 - Pediatria

Vidal Ramos, 04 de janeiro de 2017.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2017 - MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO PEÇAS VEÍCULOS EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2017

OBJETO: Constitui objeto do presente certame para Eventual Contratação de empresa para fornecimento de peças de 1ª linha de montagem e mão de obra para consertar Veículo ônibus Iveco OKH 2709, Gol MFF 1371, Palio Weekend MDQ 7451, VW ônibus MAD 7240, todos veículos da Educação.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, e pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 031/2016 de 18/02/2016 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 01/2017, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, DECRETO Nº. 7.892 DE 23 DE JANEIRO DE 2013, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93,

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09h30min do dia 18 de janeiro de 2017.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 09h30min do dia 18 de janeiro de 2017, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderá ser obtido no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 04 de janeiro de 2017
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03.2017 - MÃO DE OBRA E PEÇAS TURBINA VEÍCULO SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

Setor de Compras

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/2017

OBJETO: Constitui objeto do presente certame para eventual Contratação de empresa para eventual fornecimento de peças e mão de obra para Conserto turbina veículo boxer OKE 8755 do Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos.

REGIMENTO: o FUNDO Municipal de Saúde de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 031 de 18/02/2016, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 03/2017, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23 de janeiro de 2013. Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09:00 hrs do dia 18 de janeiro de 2017

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 09:00 hrs do dia 18 de janeiro de 2017, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300 email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 04 de janeiro de 2017
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0007/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0007/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: GIOVANA ESTER DE LIMA

CPF: 086.527.109-70

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2016 até 31 de janeiro de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 06/2017 - CMV

PORTARIA Nº 06/2017

Concede Férias a ROSEMIR TEREZINHA RALDI PERUCHIN.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Rosemir Terezinha Raldi Peruchin, portaria de nomeação nº 003/2000, Cargo de Provimento Efetivo Zeladora, Código 001, nível de vencimento I, referente ao período aquisitivo de 01/02/2015 a 31/01/2016, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei nº 2.070/08.

Videira (SC), 04 de janeiro de 2017.
WILSON ANTONIO PAEZE SEGUNDO
Presidente

EDUARDO ALISSON SPORR
Vice - Presidente

GILBERTO THIBES DE CAMPOS
1º Secretário

ALBERTINA DE BARROS
2ª Secretária

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0001/2017

AVISO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Processo nº 0001/2017 – Edital de Chamamento nº 0001/2017

O Município de Xanxerê, através do Prefeito Municipal Sr. Avelino Menegolla, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, torna público para o conhecimento dos interessados, que encontra-se aberto o Edital para cadastramento Público de empresas como fornecedores do Município, bem como a atualização dos cadastros já existentes. Informações complementares no Setor de Cadastros da Prefeitura Municipal, através do telefone: (49) 3441 8531 das 07:00 às 13:00 horas, email cadastro@xanxere.sc.gov.br ou no site www.xanxere.sc.gov.br.

Xanxerê-SC, 04 de janeiro de 2017. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

REVOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016

ATO DE REVOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N. 002/2016

TOMADA DE PREÇO 001/2016

TIPO TÉCNICA E PREÇO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS N. 001/2016.

Trata-se de Tomada de Preço cujo objetivo é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria contábil à Administração do Legislativo Municipal de Xanxerê/SC, para o ano de 2.017, podendo ser prorrogado até o limite estabelecido no artigo 57, inciso II, da Lei Federal 8.666/93;

Para efeitos cadastrais os interessados deveriam apresentar até o dia 10 de Janeiro de 2.017 documentos constantes no edital, tal procedimento administrativo foi levado a cabo pelo anterior presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Xanxerê/SC, devidamente subscrito em 30 de novembro de 2.016;

O balizamento de preço foi estabelecido no item "07", fixando valor máximo para propostas financeiras preço não superior a R\$ 8.000,00 mensais;

É o relatório.

Em análise ao contido no presente processo administrativo licitatório, não resta alternativa, senão sua REVOGAÇÃO.

De suma dizer que até então persistia junto a Câmara de Vereadores de Xanxerê/SC, Contrato Administrativo n. 007/2013, de contratação de serviços de Consultoria Administrativa e Contábil com apoio nas licitações e contratos, este balizado com valor mensal de R\$ 5.350,00;

Neste pensar a elevação para o valor mensal de R\$ 8.000,00 o qual poderá chegar conforme item 07 do edital acarretaria aumento de próximo a 50%, o que nos dias atuais não é aceitável por qualquer gestor público que prima pela redução de custos e equilíbrio nas finanças;

No entanto, diante do elevado valor estipulado no processo licitatório, a revogação do certame torna-se obrigatória, haja vista ser uma das funções da Administração Pública resguardar o interesse público e o erário público de despesas comprovadamente onerosas.

A Súmula 473 do E. STF descrimina que "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

Por sua vez, o Art. 49 da Lei Federal 8.666/1993 prescreve que "A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado."

Pelos dispositivos citados, conclui-se que para haver a revogação do procedimento licitatório, deverá a autoridade competente demonstrar e comprovar a superveniência de fatos, bem como a sua pertinência e suficiência.

E nesse sentido, tem-se que levar em consideração que é dever do agente público garantir a proposta mais vantajosa para a Administração Pública em seus processos licitatórios, até mesmo porque a adjudicação e homologação em condições financeiras desfavoráveis, geraria dano ao erário público, além das devidas responsabilizações legais as autoridades administrativas envolvidas.

Quanto à pertinência, verifica-se que o prejuízo ao erário com a contratação em valor superior ao praticado no mercado e com aumento de quase 50% do valor do contrato anteriormente existente, por si só, faz-se suficiente.

Neste sentido, eis o entendimento do E. TJ/PR, na APELAÇÃO CÍVEL Nº 499.758-2, Rel. Fábio André Santos Muniz - Juiz Convocado, de 19/05/2009:

"APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - PREGÃO ELETRÔNICO - REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO ANTES DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DESNECESSIDADE DE OBSERVAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA- RECURSO DESPROVIDO. A revogação da licitação, quando antecedente da homologação e adjudicação, é perfeitamente pertinente e não enseja contraditório. O art. 49, § 3º, da Lei de Licitações somente se aplica quando o procedimento licitatório foi homologado ou adjudicado o seu objeto.

Não há direito a ser tutelado antes de tais momentos quando ato de revogação é praticado de forma motivada. Ato que tem presunção de veracidade e legitimidade que não é afastada pelas provas dos autos.

(...)

Trata-se de mandado de segurança através da qual pretende a empresa apelante reverter a revogação do procedimento licitatório. Denota-se dos autos que a licitação foi revogada sob o fundamento de que a concorrência e a vantagem econômica não foram atingidas.

Tal ato possui presunção de legitimidade e veracidade. A presunção de veracidade e legitimidade do ato administrativo não pode ser afastada com base nos fundamentos do recurso. No âmbito do exercício de sua competência os atos emanados da autoridade pública gozam de presunção de veracidade e legitimidade.

Neste sentido é a doutrina de Celso Antônio Bandeira de Mello, in Curso de Direito Administrativo, 12ª Ed. Malheiros, São Paulo, 2000, p. 358-9 e de Odete Medauar, in. Direito Administrativo Moderno, 6ª Ed., RT, São Paulo, 2002, p. 158-9, dentre vários outros. Mantida tal presunção não há razão para concessão de liminar.

(...)

Destarte, quando a Administração afirma que não houve vantagem econômica na licitação revogada, isso deve ser aceito como verdade.

(...)

Assim, a prerrogativa da Administração Pública de desfazer seus atos decorreu do interesse público. O poder-dever de rever os próprios atos está disposto na

Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, in verbis:

(...)

A Administração Pública quando procedeu a revogação de licitação atendeu ao Regime Jurídico Administrativo a que está adstrita, e observou o artigo 3º da Lei de Licitações e Contratos Públicos (Lei 8.666/1993):

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

(...)

É válida e legítima a revogação de licitação que não atinge vantagem econômica, tendo em vista a autorização legal, em razão da auto-tutela administrativa, e porque feita de forma motivada.(...)"

Oportuno destacar que nos processos licitatórios de qualquer espécie, antes da homologação ou da adjudicação do objeto do certame, os concorrentes têm expectativa de direito à definição do resultado a cargo da Administração Pública. Assim, não é possível falar em direito adquirido.

No caso em tela, a continuação dos procedimentos tornou-se inconveniente para a Administração, o que autoriza a mesma a lançar mão da revogação, amparada nas disposições legais

Assim, demonstrada a presença de todos seus requisitos ensejadores, quais sejam: da oportunidade, vantagem econômica, conveniência e suficiência dos argumentos e fatos; determina-se a REVOGAÇÃO do processo n. 002/2016 ☐ Tomada de Preço 001/2016 ☐ para contratação de serviços especializados, junto a Câmara Municipal de Vereadores de Xanxerê/SC ☐ , nos termos da fundamentação exarada.

Publique-se imediatamente.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2.017.

ADRIANO DE MARTINI

Presidente Câmara Municipal de Vereadores Xanxerê

CRISTIANO TOFFOLO

Assessor Jurídico

Xavantina

CÂMARA MUNICIPAL

ADITIVO AO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2014

ADITIVO AO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2014

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XAVANTINA

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA.

Objeto: Alug. Sist. Contabilidade Pública
Alug. Sist. Fly Transparência
Alug. Sist. Folha de Pagamento

Data da Assinatura: 04/01/2016

Prazo de validade: 12 meses

Valores contratados:

Descrição da nota	Valor atual	Sem reajuste		Com reajuste		Total da Nota do mês de janeiro/2017	Valor reajustado
		Dias	Valor	Dias	Valor		
Alug. Sist. Contabilidade Pública	R\$ 424,03	1	R\$ 14,13	29	R\$ 439,29	R\$ 453,42	R\$ 454,43
Alug. Sist. Fly Transparência	R\$ 148,99	1	R\$ 4,97	29	R\$ 154,34	R\$ 159,31	R\$ 159,67
Alug. Sist. Folha de Pagamento	R\$ 378,19	1	R\$ 12,61	29	R\$ 391,80	R\$ 404,41	R\$ 405,31

Horas técnicas	Valor atual	Valor reajustado
Suporte	R\$ 68,76	R\$ 73,69

Deslocamento e estadia	Valor atual	Valor reajustado
Deslocamento	R\$ 0,69	R\$ 0,74
Estadia	R\$ 126,06	R\$ 135,10

Hélio Domingos Sordi
Presidente da Câmara de Vereadores de Xavantina.

CONTRATO Nº003/2016

Contrato Administrativo nº003/2017

Contrato: Nº003/CMV/2017

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XAVANTINA

Contratado: SPEEDT INTELIGÊNCIA EM TECNOLOGIA

Objeto: Prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), por meio de rede Wireless (sem fio utilizando radiofrequência a qual o CONTRATANTE obterá acesso à Internet do tipo Banda Larga.

Data da Assinatura: 01/01/2017

Prazo de validade: 12 meses

Valor: R\$ 1.285,56(hum mil duzentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos)

Hélio Domingos Sordi
Presidente da Câmara de Vereadores de Xavantina.

TERMO ADITIVO Nº001/2017

TERMO ADITIVO Nº001/2017

Contrato: Nº001/CMV/2017

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XAVANTINA

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

Objeto: OBJETIVANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA.

Data da Assinatura: 02/01/2014 com validade de 01/01/2017 ate 01/01/2018

Prazo de validade: 12 meses

Reajuste: Os valores contratados serão reajustados a partir de 04/01/2017 pelo índice IGP-M (FGV) acumulado no período.

Hélio Domingos Sordi

Presidente da Câmara de Vereadores de Xavantina.

TERMO ADITIVO Nº002/2017

TERMO ADITIVO Nº002/2017

Contrato: Nº002/CMV/2017

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XAVANTINA

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

Objeto: Uso do(s) aplicativos(s) de Betha Patrimônio com acessos simultâneos, em ambiente Windows.

Data da Assinatura: 30/09/2014 com validade de 01/01/2017 ate 31/12/2017

Prazo de validade: 12 meses

Reajuste: Os valores contratados serão reajustados a partir de 01/10/2016 pelo índice IGP-M (FGV) acumulado no período.

Hélio Domingos Sordi

Presidente da Câmara de Vereadores de Xavantina.

Xaxim

PREFEITURA

Decreto 008

DECRETO Nº. 008/2017.

Nomeia servidor municipal em cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir da presente data, a Sra. EDIANE GONÇALVES DE ALMEIDA, CPF:042.259.949-05, no cargo comissionado de DIRETORA DE LICITAÇÕES, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, deste município de Xaxim – SC, percebendo os vencimentos constantes em lei vigente.

Art. 2º A servidora ora nomeada pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de janeiro de 2017.
Lirio Dagort
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Geverson Giacomelli
Secretário Municipal de Administração

Decreto 009

DECRETO Nº. 009/2017.

Nomeia servidor municipal em cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir da presente data, a Sra. MERIANA CHEMIN PERI, CPF:009.791.359-66, no cargo comissionado de CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Gabinete do Prefeito, deste município de Xaxim – SC, percebendo os vencimentos constantes em lei vigente.

Art. 2º A servidora ora nomeada pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de janeiro de 2017.
Lirio Dagort
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Geverson Giacomelli
Secretário Municipal de Administração

Decreto 010

DECRETO Nº. 010/2017.

Nomeia servidor municipal em cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir da presente data, o Sr. ANTONIO CARLOS ANTUNES, CPF:194.092.819-20, no cargo comissionado de CONTADOR GERAL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Gabinete do Prefeito, deste município de Xaxim – SC, percebendo os vencimentos constantes em lei vigente.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de janeiro de 2017.
Lirio Dagort
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Geverson Giacomelli
Secretário Municipal de Administração

Decreto 011

DECRETO Nº. 011/2017.

Nomeia Secretário Municipal de Educação e Cultura e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações; Lei Complementar Nº. 81/2011, de 20 de julho de 2011 e posteriores alterações; e Lei Complementar Nº. 082/2011, de 29 de julho de 2011 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado pelo presente Decreto, o Sr. RUBENS MARAFON, CPF: 659.410.479-91, a partir de 02 de janeiro de 2017, no cargo de Secretário Municipal de Educação e Cultura, deste município de Xaxim – SC, percebendo os subsídios constantes em lei vigente.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de janeiro de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Geverson Giacomelli

Secretário Municipal de Administração

Decreto 012

DECRETO Nº. 012/2017.

Nomeia servidor municipal em cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 03 de janeiro de 2017, o Sr. ANTONIO JAIME FURTUNATO DA SILVA, CPF: 219.349.169-00, no cargo comissionado de DIRETOR GERAL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, deste município de Xaxim – SC, percebendo os vencimentos constantes em lei vigente.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de janeiro de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Geverson Giacomelli

Secretário Municipal de Administração

Decreto 013

DECRETO Nº. 013/2017.

Nomeia servidor municipal em cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso

de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações; Lei Complementar Nº. 81/2011, de 20 de julho de 2011 e posteriores alterações; e Lei Complementar Nº. 082/2011, de 29 de julho de 2011 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 02 de janeiro de 2017, a Sra. LIDIANE CORREA PRIORI, CPF: 038.027.259-80, no cargo comissionado de GERENTE DE ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, deste município de Xaxim – SC, percebendo os vencimentos constantes em lei vigente.

Art. 2º A servidora ora nomeada pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de janeiro de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Geverson Giacomelli

Secretário Municipal de Administração

Decreto 014

DECRETO Nº. 014/2017.

Nomeia servidor municipal em cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 02 de janeiro de 2017, o Sr. SERGIO LUIS PULGA, CPF: 354.674.019-04, no cargo comissionado de DIRETOR DE TRANSPORTES DE SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Xaxim – SC, percebendo os vencimentos constantes em lei vigente.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de janeiro de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Geverson Giacomelli

Secretário Municipal de Administração

Decreto 015

DECRETO Nº 015/2017

NOMEIA SERVIDOR MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO ORDENADOR DE DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LÍRIO DAGORT, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, de acordo com as atribuições do seu cargo, embasadas com o Artigo 66, VI, da Lei Orgânica Municipal, bem como por disposições constantes no artigo 51 da Lei nº 4.038/2014 cominada com o artigo 20, §1º da Lei Municipal nº 37/2007.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora ELIETE TANIA GABIATTI, portadora da matrícula 3592, Diretora Geral de Assistência Social e Habitação, como Ordenadora de Despesas do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, bem como autorizada a responder por pagamentos junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 03 de janeiro de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Silas David Parisotto

Procurador Geral do Município

DECRETO Nº 017/2017 DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM EM LICITAÇÕES NA MODALIDADE PREGÃO (LEI Nº 10.520/2002) PARA A MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 017/2017

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM EM LICITAÇÕES NA MODALIDADE PREGÃO (LEI Nº 10.520/2002) PARA A MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LÍRIO DAGORT, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, de acordo com as atribuições do seu cargo, embasadas no artigo 66, VI e artigo 91 da Lei Orgânica Municipal, bem como por disposições constantes no artigo 3º, inciso IV, e demais dispositivos legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Designado para o exercício de 2017, para atuar como PREGOEIRO em licitações na modalidade Pregão, no âmbito da Prefeitura de Xaxim - SC, a servidora EDIANE GONÇALVES DE ALMEIDA, possuidora do CPF nº 042.259.949-05.

Parágrafo único - Nas ausências e/ou impedimentos do Pregoeiro Titular, o mesmo será substituído pela servidora GISELE DE VARGAS, possuidora do CPF nº 055.295.839-54, a qual terá as mesmas atribuições e prerrogativas do titular.

Art. 2º - Ficam designados para atuarem como membros da EQUIPE DE APOIO em licitações na modalidade Pregão, no âmbito da Prefeitura Xaxim, os servidores:

1 - Juvenal Martinazzo (CPF: 048.785.719-42) – Secretário e Membro Titular;

2 - Catiane Geovane Curtarelli Soccol (CPF: 006.466.089-32) - Membro Titular;

3 - Taiane Aparecida Baggio (CPF: 064.988.789-16) – Membro Titular;

4 - Gisele de Vargas (CPF: 055.295.839-54) – Suplente;

Parágrafo único - Os membros da Equipe de Apoio que atuarão no certame serão, sempre, em um mínimo de 03 (três) integrantes.

Art. 3º - O Pregoeiro, ou seu substituto, fica autorizado a convocar, além dos membros da Equipe de Apoio, a depender da especificidade técnica do objeto ou da documentação apresentada, outros servidores da Prefeitura, técnicos da área, para auxiliar na análise das propostas e documentos.

Art. 4º - Caberá ao pregoeiro e respectiva equipe de apoio, com atribuições que incluem, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, e deverá cumprir aos princípios gerais de direito público, em especial, as regras e determinações instituídas pela Lei nº 10.520/2002, consoante às alterações que lhe forem dadas e Lei Federal 8.666 de 12 de junho de 1993, bem como demais disposições legais cabíveis à espécie.

Art. 5º - O Pregoeiro e a respectiva Equipe de apoio, servidores especificados neste Decreto, desempenharão as atribuições, concomitantemente com as de seus respectivos cargos, durante o ano de 2017.

Art. 6º - O mandato do Pregoeiro e Equipe de Apoio será até 31 de dezembro de 2017.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 03 de janeiro de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Silas David Parisotto

Procurador Geral do Município

Zortéa

PREFEITURA

PORTARIA Nº 06/2017- NOMEIA SECRETARIO INTERINO DE ADMNISTRACAO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 006/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

NOMEIA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ALESANDRA APARECIDA CARNEIRO MAGRINELLI PARA RESPONDER INTERINAMENTE PELO CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 003/1997 de 03/01/1997 e Lei nº 546/2016 de 27/06/2016,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a servidora pública municipal Alesandra Aparecida Carneiro Magrinelli, matrícula nº 103, para responder interinamente pelo cargo de Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º - A Secretária Interina, quando nomeada, deverá receber o equivalente ao subsídio mensal para o cargo de Secretário Municipal, conforme valor fixado no Art. 2º da Lei Municipal nº 546/2016 de 27/06/2016.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Zortéa, SC, 02 de Janeiro de 2017.

ALCIDES MANTOVANI

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a Presente Portaria em 02 de Janeiro de 2017.

ALCIDES MANTOVANI

Prefeito Municipal

Associações

FECAM

RESOLUÇÃO Nº 001/2017 - CRONOGRAMA DE PONTOS FACULTATIVOS E DATA DE PAGAMENTO DA FOLHA 2017

RESOLUÇÃO Nº 001/2017

A Presidente da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, SISI BLIND, Prefeita de São Cristóvão do Sul, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

1- As Folhas de Pagamento da Federação Catarinense de Municípios, para o exercício de 2017, seguirão o calendário mensal de pagamento estabelecido na tabela abaixo.

MÊS	DIA
Janeiro	27
Fevereiro	24
Março	27
Abril	27
Maiο	26
Junho	27
Julho	27
Agosto	28
Setembro	27
Outubro	27
Novembro	27
Dezembro	22
13º Salário – Primeira Parcela	30/11/2017
13º Salário – Segunda Parcela	20/12/2017

2- Os Valores de Vale Refeição e Alimentação terão seus valores creditados no último dia útil de cada mês.

3- Em decorrência de feriados definidos em lei nacional, estadual ou municipal, próximos ao início ou fins de semana, ficam estabelecidos pontos facultativos conforme tabela abaixo.

DIA	DESCRIÇÃO	PERÍODO
27/02/2017	Ponto facultativo anterior ao feriado de Carnaval	Integral
01/03/2017	Ponto facultativo posterior ao feriado de Carnaval	Matutino
16/06/2017	Ponto facultativo posterior ao feriado de Corpus Christi	Integral
08/09/2017	Ponto facultativo posterior ao feriado de Independência do Brasil	Integral
13/10/2017	Ponto facultativo posterior ao feriado de Nossa Senhora Aparecida	Integral
03/11/2017	Ponto facultativo posterior ao feriado de Finados	

3- Esta Resolução entrará em vigor nesta data.

Florianópolis, SC, 02 de janeiro de 2017.

SISI BLIND

Prefeita de São Cristóvão do Sul

Presidente da FECAM

Consórcios

CODEPLAN

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2017

O Diretor Administrativo do CONSÓRCIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO NORTE - CODEPLAN, Helio Daniel Costa, de acordo com o Estatuto Social,

CONVOCA:

Os Senhores Prefeitos Municipais a participarem da 1ª Assembleia Geral Ordinária, com a seguinte programação:

DATA: 17/01/2017

Local: SEDE CODEPLAN - Rua Profª Maria do Espírito Santo - 400 - centro - Mafra

HORA: 10:00

ORDEM DO DIA

- APLICAÇÃO RECURSOS - ESTRUTURAÇÃO DO SUASA;
- JURIDICO - CODEPLAN;
- ORÇAMENTO 2017;
- COMPOSIÇÃO DIRETORIA;
- Assuntos Gerais.

Att.

HELIO DANIEL COSTA

Dir. Administrativo

CODEPLAN

Editais de Notificação

BOM JARDIM DA SERRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 54/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 54/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXX5057	55667714C	03/02/2013	51691	165
MAW6235	55668083C	08/03/2013	50610	163 c/c 162 * I
MAW6235	55668084C	08/03/2013	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 55/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 55/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHA0085	55668087C	25/03/2013	51180	164 c/c 162 * I
MHA0085	55668088C	25/03/2013	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 56/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 56/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBQ3325	55668089C	05/05/2013	50100	162 * I
MBQ3325	55668090C	05/05/2013	66102	230 * VII
MBQ3325	55668092C	05/05/2013	65561	230 * I
MBQ3325	55668109C	05/05/2013	69120	232
MBQ3325	55668110C	05/05/2013	70561	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 57/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8705 57/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZW3615	55668038C	25/04/2013	50100	162 * I
LZW3615	55668039C	25/04/2013	65992	230 * V
LZW3615	55668040C	25/04/2013	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 58/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8705 58/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXZ4018	55668041C	18/05/2013	65992	230 * V
LXZ4018	55668042C	18/05/2013	50450	162 * V
LXZ4018	55668043C	18/05/2013	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 60/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 60/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZY1005	55668093C	12/06/2013	65992	230 * V
LZY1005	55668094C	12/06/2013	69120	232
LZY1005	55668095C	12/06/2013	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 63/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8705 63/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZI9106	55668114C	29/06/2013	65992	230 * V
LZI9106	55668113C	29/06/2013	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 64/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8705 64/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DUJ4418 55668117C 09/07/2013 69120 232
MKX4654 55668118C 09/07/2013 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 65/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 65/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBJ2225 55668120C 11/08/2013 51851 167
MBX3463 55668123C 14/08/2013 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 66/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8705 66/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXE6167	55668099C	30/08/2013	65992	230 * V
LXE6167	55667987C	30/08/2013	50100	162 * I
MJZ3891	55668135C	29/08/2013	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 67/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8705 67/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDI3108	55668129C	14/08/2013	54521	181 * VIII
MGJ5315	55668136C	29/08/2013	51851	167
MIZ0139	55668098C	29/08/2013	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 69/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 69/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CYB1101	55668131C	29/08/2013	51851	167
ELX1966	55668100C	29/08/2013	69120	232
MGZ4154	55668146C	16/09/2013	57380	186 * II
MKT7990	55668134C	29/08/2013	51851	167
MKV3443	55668132C	29/08/2013	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 70/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8705 70/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCG6455	55668141C	04/09/2013	67261	230 * XVIII
MCG6455	55668142C	04/09/2013	65992	230 * V
MCG6455	55668143C	04/09/2013	50100	162 * I
MCG6455	55668144C	04/09/2013	65800	230 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 71/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8705 71/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MIJ7016 55668145C 16/09/2013 60250 206 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

CHAPECÓ

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8028 1971/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8028 1971/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABK4387 55818707E 02/09/2014 50100 162 * I
ABK4387 55818706E 02/09/2014 69120 232
AEB9647 54966886E 19/08/2014 50100 162 * I
AGZ9556 55819546E 22/08/2014 51691 165
AIM0313 55819822E 31/07/2014 69120 232
AJK2117 55101496E 28/07/2014 50100 162 * I
ALU1598 55103781E 20/07/2014 50610 163 c/c 162 * I
ALU1598 55103780E 20/07/2014 50100 162 * I
AMK1245 54527125E 26/07/2014 53200 176 * V
AMO7731 55819840E 22/08/2014 50100 162 * I
AMZ5016 55101389E 30/07/2014 50100 162 * I
AMZ5016 55101391E 30/07/2014 50610 163 c/c 162 * I
AMZ5016 54966637E 30/07/2014 65992 230 * V

APH8206	54966300E	17/08/2014	69120	232	
APM5259	55819952E	28/07/2014	50450	162	* V
APM5259	55819951E	28/07/2014	65992	230	* V
BSS4290	54967986E	20/08/2014	69120	232	
BYC7901	55819827E	02/08/2014	69120	232	
BYC7901	55819826E	02/08/2014	50100	162	* I
CCL2088	55103595E	25/08/2014	50100	162	* I
CKX8615	55567992E	31/07/2014	50100	162	* I
CTF9639	55820657E	23/08/2014	50100	162	* I
CZI9584	55818356E	27/08/2014	50100	162	* I
CZI9584	55818355E	27/08/2014	65992	230	* V
DEJ0323	55103790E	22/08/2014	51691	165	
DIH6164	55958803E	01/09/2014	65992	230	* V
DON4437	55819838E	22/08/2014	50100	162	* I
DON4437	55819837E	22/08/2014	69120	232	
DUE4942	55819841E	23/08/2014	69120	232	
DUT7838	55101193E	28/07/2014	66102	230	* VII
DUT7838	55101194E	28/07/2014	50450	162	* V
DUY6517	55103941E	20/08/2014	50100	162	* I
DXA6254	55818432E	25/08/2014	65992	230	* V
DXA6254	55818430E	25/08/2014	50100	162	* I
DZJ7993	55958101E	26/08/2014	69120	232	
EAL0152	55818941E	22/08/2014	66102	230	* VII
EBH9794	55101716E	28/07/2014	50100	162	* I
GQO8530	55105941E	28/08/2014	69120	232	
ICA5449	55957855E	26/08/2014	50291	162	* II
ICA5449	55957856E	26/08/2014	66102	230	* VII
IHU5532	55819883E	27/08/2014	66371	230	* IX
IHU5532	55819881E	27/08/2014	51180	164	c/c 162 * I
IHU5532	55819880E	27/08/2014	65992	230	* V
IHU5532	55819879E	27/08/2014	50100	162	* I
IHU5532	55819882E	27/08/2014	69120	232	
JNZ7941	55818944E	22/08/2014	65992	230	* V
JQB6828	55103338E	26/08/2014	67261	230	* XVIII
JTV2984	55567739E	03/09/2014	66102	230	* VII
KDR7103	54795130E	23/08/2014	66372	230	* IX
LBH6148	55102192E	26/08/2014	69120	232	
LVJ5196	55568719E	26/07/2014	66102	230	* VII
LXS7402	55818358E	27/08/2014	69120	232	
LXT7454	54966935E	27/08/2014	65992	230	* V
LYF3094	55567045E	01/09/2014	66102	230	* VII
LYV6150	54966679E	23/07/2014	65992	230	* V
LYV6150	55102825E	23/07/2014	69120	232	
LYW2009	55568566E	07/08/2014	50100	162	* I
MAH3710	54049525E	29/08/2014	52741	175	
MAH3710	54049524E	29/08/2014	52741	175	
MAH3710	54049523E	29/08/2014	52741	175	
MAQ3181	55818567E	29/08/2014	50100	162	* I
MBK7153	55958160E	26/08/2014	67691	230	* XXII
MCF7482	55102089E	26/08/2014	51180	164	c/c 162 * I
MCF7482	55102086E	26/08/2014	52741	175	
MCF7482	55102021E	26/08/2014	65992	230	* V
MCH7845	54587570E	28/07/2014	50450	162	* V
MCI0637	55103934E	27/07/2014	50100	162	* I
MCJ6194	54966744E	27/07/2014	51691	165	
MCQ8921	54546236E	26/08/2014	50450	162	* V
MCT6281	54967995E	26/08/2014	50100	162	* I
MCT6281	54967994E	26/08/2014	65992	230	* V
MCW2684	55102740E	30/07/2014	65992	230	* V
MDH2976	55105940E	27/08/2014	50100	162	* I
MDL4513	55820721E	02/09/2014	50450	162	* V
MDN3771	55102741E	31/07/2014	65992	230	* V
MDN3771	55102742E	31/07/2014	66102	230	* VII

MEC8634	55101724E	01/09/2014	65992	230	*	V
MEH0353	55820716E	22/08/2014	50450	162	*	V
MEQ3000	55102745E	31/07/2014	50100	162	*	I
MET5561	55958106E	26/08/2014	66102	230	*	VII
MET5561	55958109E	26/08/2014	50450	162	*	V
MEV2392	54587586E	02/09/2014	50100	162	*	I
MFF2630	55102897E	30/07/2014	50100	162	*	I
MFG5424	55101116E	22/07/2014	69120	232		
MFR1184	55102798E	28/07/2014	69120	232		
MFS8095	55103943E	24/08/2014	50100	162	*	I
MFS8095	55103944E	24/08/2014	51180	164	c/c	162 * I
MFS8095	55103945E	24/08/2014	52741	175		
MFT3584	55958580E	02/09/2014	65992	230	*	V
MFV6986	55957957E	23/08/2014	50100	162	*	I
MFV7486	55818808E	27/08/2014	65992	230	*	V
MFV7486	55818809E	27/08/2014	50100	162	*	I
MFV7486	55818810E	27/08/2014	50610	163	c/c	162 * I
MFZ1721	55819839E	22/08/2014	50100	162	*	I
MGA0204	54967648E	02/09/2014	50100	162	*	I
MHJ6764	55568667E	30/07/2014	53200	176	*	V
MHL4428	55102738E	30/07/2014	50100	162	*	I
MHR9215	55820151E	26/07/2014	50100	162	*	I
MHW0683	55958068E	02/09/2014	66102	230	*	VII
MIW7465	55818431E	25/08/2014	66102	230	*	VII
MIX7413	55103339E	26/08/2014	50450	162	*	V
MJC9772	55958653E	27/08/2014	50450	162	*	V
MJC9772	55958652E	27/08/2014	65992	230	*	V
MJU8251	54966638E	31/07/2014	69120	232		
MKE3246	55819315E	21/08/2014	69120	232		
MKG5850	55819053E	02/09/2014	50100	162	*	I
MKJ9678	55568305E	03/08/2014	52741	175		
MKY1753	55567058E	23/08/2014	65992	230	*	V
OKG8614	55819302E	13/08/2014	66102	230	*	VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WAGNER VALDIVINO MEIRELLES
DELEGADA REGIONAL - 12ª DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8028 1972/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - 280810

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8028 1972/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACG3637	55102139E	31/07/2014	51851	167	
AGN9679	55101886E	29/07/2014	51851	167	
AGY1476	55820288E	31/07/2014	51851	167	
AIC2713	55957964E	01/09/2014	73662	252	* VI
AIE2994	55958552E	26/08/2014	51851	167	
AMD3573	55567744E	03/09/2014	51851	167	
AMN6842	55958955E	01/09/2014	51851	167	
AMZ8181	55103422E	25/08/2014	51851	167	
ANE2023	55568514E	22/08/2014	54521	181	* VIII
ANJ7625	55819310E	27/08/2014	73662	252	* VI
ANT9152	55818665E	23/08/2014	55416	181	* XVII
AOW6958	54794447E	25/07/2014	70561	244	* III
APK0224	55958383E	29/08/2014	51851	167	
ATX2760	55103427E	26/08/2014	51851	167	
AUF6258	55958508E	26/08/2014	73662	252	* VI
CNE1057	55568884E	24/07/2014	51851	167	
CPM8035	55958157E	23/08/2014	73662	252	* VI
CRF0273	55819494E	23/08/2014	73662	252	* VI
CSA8009	55101020E	25/07/2014	73662	252	* VI
CSN2873	55957806E	26/08/2014	51851	167	
DAL6829	55568465E	24/07/2014	51851	167	
DCK2014	55104434E	17/07/2014	54600	181	* IX
DEA9582	55103529E	25/07/2014	58350	195	
DFT1576	55102134E	23/07/2014	55412	181	* XVII
DIT7247	54967238E	24/07/2014	51851	167	
DLF9151	55958217E	22/08/2014	51851	167	
DMM7779	55958369E	27/08/2014	73662	252	* VI
DNS4454	55957956E	23/08/2014	73662	252	* VI
DOL5316	55958554E	26/08/2014	73662	252	* VI
DRH8221	55103376E	30/07/2014	73662	252	* VI
DUE1382	55958393E	29/08/2014	51851	167	
DWH4745	55819517E	28/07/2014	51851	167	
DWS0248	55958164E	01/09/2014	51851	167	
DWS0248	55958953E	01/09/2014	51851	167	
DZX7528	55958267E	26/08/2014	51851	167	
EAI0439	55569370E	20/07/2014	54600	181	* IX
EFW4318	55958252E	22/08/2014	51851	167	
ELF9964	55958253E	22/08/2014	51852	167	
EUD8068	55820284E	29/07/2014	51851	167	
EXD4843	55819358E	19/08/2014	60171	206	* III
EXI8913	55958153E	22/08/2014	73662	252	* VI
EXT6458	55958225E	22/08/2014	51851	167	
EYJ8160	55958355E	26/08/2014	51851	167	
GUQ9280	55103646E	22/08/2014	55411	181	* XVII
IEN1835	55103539E	21/08/2014	58350	195	
IET5664	55819656E	19/07/2014	55411	181	* XVII
IFM7773	55103442E	29/08/2014	73662	252	* VI
IHV2791	55958556E	26/08/2014	51851	167	
ILV5294	55958231E	23/08/2014	51851	167	
ILV7630	55102187E	22/08/2014	51930	168	
INV8104	54966634E	23/07/2014	73662	252	* VI
IRA7615	54967550E	22/08/2014	54600	181	* IX
JEC2556	55958575E	28/08/2014	73662	252	* VI
JPL8568	55101884E	25/07/2014	51851	167	

LPI6540	55819363E	23/08/2014	51851	167	
LXG9010	55568742E	29/08/2014	51851	167	
LXT7454	54966936E	27/08/2014	57200	186	* I
LYF3094	55958595E	02/09/2014	51851	167	
LYQ7412	54967983E	18/08/2014	60502	208	
LZO8097	55102366E	21/07/2014	60501	208	
MAT1761	55818506E	23/08/2014	54521	181	* VIII
MBF0856	55101066E	27/08/2014	51851	167	
MBG5923	55957948E	21/08/2014	51851	167	
MBI1630	55820410E	01/08/2014	51851	167	
MBX2824	55958385E	29/08/2014	73662	252	* VI
MCF7482	55102090E	26/08/2014	61810	215	* II
MCF7482	55102087E	26/08/2014	58350	195	
MCJ8184	55958268E	26/08/2014	51851	167	
MCL3658	55101128E	28/07/2014	51851	167	
MCN9795	55820708E	31/07/2014	73662	252	* VI
MDC6363	54966698E	30/08/2014	54600	181	* IX
MDM2648	55104445E	30/08/2014	55411	181	* XVII
MDU4049	55103245E	23/07/2014	51851	167	
MDY6446	55958398E	01/09/2014	51851	167	
MEA5439	55820707E	31/07/2014	51851	167	
MEB4703	55101145E	29/07/2014	51851	167	
MEK3107	54277458E	30/07/2014	60501	208	
MEK3107	55103374E	30/07/2014	70991	244	* V II
MEO7466	55958232E	23/08/2014	51851	167	
MEQ3000	54794191E	19/07/2014	60501	208	
MER5156	55101692E	29/07/2014	51851	167	
MET6858	55958230E	23/08/2014	51851	167	
MFO7194	55102816E	22/07/2014	73662	252	* VI
MFP1935	55819361E	23/08/2014	51851	167	
MFV7535	55568466E	24/07/2014	51851	167	
MFZ1748	54795132E	24/08/2014	70561	244	* III
MGA0204	54967650E	02/09/2014	58350	195	
MGE5951	55101121E	24/07/2014	51851	167	
MGH3040	55102144E	31/07/2014	51851	167	
MGK7229	55568473E	24/07/2014	51851	167	
MGO4699	55958565E	27/08/2014	55415	181	* XVII
MGO4877	55101688E	24/07/2014	51851	167	
MGR1586	55958373E	27/08/2014	73662	252	* VI
MGU5805	55820271E	29/07/2014	51851	167	
MGV1458	55819311E	18/08/2014	54600	181	* IX
MGX1815	55958271E	26/08/2014	51851	167	
MHF2107	55568882E	24/07/2014	51851	167	
MHG2994	55819487E	22/08/2014	73662	252	* VI
MHG3543	55958381E	29/08/2014	51851	167	
MHG3543	55958400E	01/09/2014	51851	167	
MHX6859	55958362E	26/08/2014	73662	252	* VI
MHX8764	55958223E	22/08/2014	51851	167	
MHZ9913	55958557E	26/08/2014	51851	167	
MHZ9913	55958264E	26/08/2014	51851	167	
MIC0392	55818507E	27/08/2014	54521	181	* VIII
MIC4422	55819956E	01/09/2014	58191	193	
MID0402	54966446E	17/07/2014	57200	186	* I
MIE9823	54966474E	28/08/2014	73662	252	* VI
MII5509	55820519E	27/08/2014	73662	252	* VI
MIK8469	55819550E	28/08/2014	73662	252	* VI
MIN1157	55819559E	28/07/2014	73662	252	* VI
MIO3856	55958370E	27/08/2014	73662	252	* VI
MIP8159	55820286E	29/07/2014	51851	167	
MIP8426	55958585E	02/09/2014	51851	167	
MIQ3839	55820505E	29/07/2014	73662	252	* VI
MIR9741	55101025E	29/07/2014	51851	167	
MIT5210	55101774E	29/07/2014	73662	252	* VI

MIU1347	54277460E	27/08/2014	55411	181	*	XVII
MIU2211	55958596E	02/09/2014	51851	167		
MIW3300	54966475E	24/08/2014	51851	167		
MIW7016	55958379E	29/08/2014	73662	252	*	VI
MJE4581	55818673E	27/08/2014	73662	252	*	VI
MJG5425	55103344E	27/08/2014	51851	167		
MJH1397	55958056E	22/08/2014	55415	181	*	XVII
MJJ2732	55103413E	04/08/2014	73662	252	*	VI
MJL1056	55958214E	22/08/2014	51851	167		
MJN3869	55103443E	29/08/2014	73662	252	*	VI
MJO9014	55958273E	27/08/2014	73662	252	*	VI
MJR1053	55102199E	27/08/2014	51851	167		
MJR8045	55958952E	01/09/2014	51851	167		
MJT9755	55958583E	02/09/2014	51851	167		
MJV3225	55819489E	22/08/2014	73662	252	*	VI
MJX6073	55101531E	23/08/2014	51851	167		
MKA3572	55958205E	22/08/2014	51851	167		
MKE3246	55819316E	21/08/2014	73662	252	*	VI
MKL0338	55958560E	26/08/2014	51851	167		
MKN2367	55819367E	28/08/2014	73662	252	*	VI
MKT1207	55958961E	01/09/2014	73662	252	*	VI
MKY4426	55568499E	04/08/2014	51851	167		
MLA2186	55101142E	28/07/2014	51851	167		
MLB2870	55958390E	29/08/2014	51852	167		
MLE0811	55101771E	29/07/2014	51851	167		
MLM6908	55102375E	29/07/2014	73662	252	*	VI
MLQ4323	55103437E	27/08/2014	51851	167		
MLQ8665	55568375E	21/07/2014	55500	181	*	XVIII
MLR8662	54588753E	30/08/2014	70561	244	*	III
MLU1977	55818617E	27/08/2014	73662	252	*	VI
MMC8133	55958503E	26/08/2014	61220	214	*	I
MMI3790	55820701E	30/07/2014	73662	252	*	VI
MMK0789	55819495E	23/08/2014	73662	252	*	VI
MMK0789	55958395E	29/08/2014	73662	252	*	VI
MMM7520	55958272E	27/08/2014	73662	252	*	VI
NFV9830	55819842E	26/08/2014	51851	167		
NFW8134	55958286E	29/08/2014	55413	181	*	XVII
OLS9540	55101346E	19/07/2014	55416	181	*	XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLAUDIOMIRO AMARAL
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8655 1413/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8655 1413/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DGJ9125 54001829E 19/11/2013 66102 230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WAGNER VALDIVINO MEIRELLES
DELEGADA REGIONAL 12ª DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8655 1414/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - - 280810

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8655 1414/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFS9376 54000402E 16/10/2013 55412 181 * XVII
AHR8564 54001517E 12/11/2013 55412 181 * XVII
AMN2294 54001447E 17/10/2013 55412 181 * XVII
AMW2616 54002148E 08/11/2013 55412 181 * XVII
ANS4836 54000544E 19/10/2013 55412 181 * XVII
APA9754 54001530E 13/11/2013 55412 181 * XVII
CON6575 54001492E 14/11/2013 55412 181 * XVII
CSQ9696 54002198E 12/11/2013 55412 181 * XVII
CTJ6999 54001502E 12/11/2013 55412 181 * XVII

CVC5293	54001487E	14/11/2013	55412	181	*	XVII
DAR4431	54001508E	12/11/2013	55412	181	*	XVII
DLZ0005	55998697D	25/10/2013	73662	252	*	VI
EKR7007	54001500E	14/11/2013	55412	181	*	XVII
ELC2250	54000556E	21/10/2013	55412	181	*	XVII
IJF6431	54001768E	25/10/2013	55412	181	*	XVII
ILU0655	55999560D	16/11/2013	55412	181	*	XVII
IRQ3049	55995639D	13/10/2013	55680	181	*	XIX
KFI7769	54002192E	12/11/2013	55412	181	*	XVII
LNB3020	54001566E	11/11/2013	55412	181	*	XVII
LRF3629	54001552E	11/11/2013	55412	181	*	XVII
LRF3629	54002180E	12/11/2013	55412	181	*	XVII
LXC3636	54000407E	16/10/2013	55412	181	*	XVII
LYR9182	54001476E	13/11/2013	55412	181	*	XVII
LZD4033	54001448E	17/10/2013	55412	181	*	XVII
MBR0911	54001574E	13/11/2013	55412	181	*	XVII
MDS4128	54001543E	13/11/2013	55412	181	*	XVII
MDX2236	54000522E	18/10/2013	55412	181	*	XVII
MES0871	54002184E	12/11/2013	55412	181	*	XVII
MEY9415	54002161E	11/11/2013	55412	181	*	XVII
MFK3386	54001469E	13/11/2013	54600	181	*	IX
MFK6377	54000501E	18/10/2013	55412	181	*	XVII
MFP3591	54001539E	13/11/2013	55412	181	*	XVII
MGK5214	55999533D	14/11/2013	55412	181	*	XVII
MGN1053	54000496E	23/10/2013	55412	181	*	XVII
MGY7036	54000575E	22/10/2013	55412	181	*	XVII
MHI4866	55999528D	14/11/2013	55412	181	*	XVII
MHL7487	55998699D	04/11/2013	55411	181	*	XVII
MHR9235	54001827E	12/11/2013	54600	181	*	IX
MHS9007	54001509E	12/11/2013	55412	181	*	XVII
MIA3596	54002163E	11/11/2013	55412	181	*	XVII
MIM9734	54001553E	11/11/2013	55412	181	*	XVII
MIO6981	54002181E	12/11/2013	55412	181	*	XVII
MIP0642	54001551E	11/11/2013	55412	181	*	XVII
MIV8443	54000397E	18/10/2013	55412	181	*	XVII
MIW2035	54001466E	13/11/2013	55411	181	*	XVII
MIZ6050	54001450E	17/10/2013	55412	181	*	XVII
MJG5839	54002187E	12/11/2013	55412	181	*	XVII
MJJ6570	54001438E	17/10/2013	55412	181	*	XVII
MJO0487	54000505E	18/10/2013	55412	181	*	XVII
MJS7749	54000883E	14/11/2013	55411	181	*	XVII
MJV1145	55997909D	16/10/2013	54600	181	*	IX
MJX6906	54001575E	13/11/2013	55412	181	*	XVII
MJZ7937	55999557D	16/11/2013	55412	181	*	XVII
MKG9938	54002193E	12/11/2013	55412	181	*	XVII
MKI6990	54001484E	14/11/2013	55412	181	*	XVII
MKJ1183	54001740E	23/10/2013	55412	181	*	XVII
MKZ3077	54001518E	12/11/2013	55412	181	*	XVII
MLA8441	54001563E	11/11/2013	55412	181	*	XVII
MLJ0085	54001570E	13/11/2013	55412	181	*	XVII
MLK0623	54002168E	11/11/2013	55412	181	*	XVII
MMD1321	54000486E	24/10/2013	55412	181	*	XVII
MMD2301	54001501E	12/11/2013	55412	181	*	XVII
MMI6023	54001516E	12/11/2013	55412	181	*	XVII
MMM6588	54001503E	12/11/2013	55412	181	*	XVII
MMM7520	54001478E	13/11/2013	55412	181	*	XVII
MMM8587	54002173E	11/11/2013	55412	181	*	XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLAUDIOMIRO AMARAL
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8655 1417/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8655 1417/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IKZ5870	54000427E	28/10/2013	69120	232
IKZ5870	54000426E	28/10/2013	50100	162 * I
LXK7722	54001831E	25/11/2013	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WAGNER VALDIVINO MEIRELLES
DELEGADA REGIONAL 12| DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8655 1418/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - - 280810

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8655 1418/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEJ0223	54001867E	29/10/2013	55412	181 *	XVII
AER2207	54001795E	28/10/2013	55412	181 *	XVII
AGP3473	54002238E	20/11/2013	55412	181 *	XVII
AOJ2775	54001929E	01/11/2013	55412	181 *	XVII
ASQ7576	54001736E	23/10/2013	55412	181 *	XVII
CED7615	54002223E	20/11/2013	55412	181 *	XVII
CLI9976	55999588D	18/11/2013	55412	181 *	XVII
COK0575	54002231E	20/11/2013	55412	181 *	XVII
DUU4699	55997855D	30/10/2013	51851	167	
DYB7977	54002273E	21/11/2013	55412	181 *	XVII
EDK6659	54002230E	20/11/2013	55412	181 *	XVII
HXB9184	54000472E	24/10/2013	55412	181 *	XVII
HXB9184	54001856E	29/10/2013	55412	181 *	XVII
IES3554	55997607D	06/11/2013	55415	181 *	XVII
IHZ4134	54002250E	20/11/2013	55412	181 *	XVII
IIN0204	55999544D	14/11/2013	55412	181 *	XVII
IKN4678	55997758D	20/11/2013	73662	252 *	VI
ILK1006	54001786E	26/10/2013	55412	181 *	XVII
JHS1956	54001963E	01/11/2013	55412	181 *	XVII
KMM9121	55999530D	14/11/2013	55412	181 *	XVII
LNB3020	54001823E	29/10/2013	55412	181 *	XVII
LPT0979	54000497E	23/10/2013	55412	181 *	XVII
LTP2412	54002235E	20/11/2013	55412	181 *	XVII
LYL9028	54000568E	22/10/2013	55412	181 *	XVII
LYV2438	54001816E	29/10/2013	55412	181 *	XVII
LYY9610	54002248E	22/11/2013	55412	181 *	XVII
LYY9610	54002287E	21/11/2013	55412	181 *	XVII
MBW8785	54000897E	28/11/2013	60171	206 *	III
MDQ5739	54001804E	28/10/2013	55412	181 *	XVII
MEA9794	55999573D	18/11/2013	55412	181 *	XVII
MEZ5179	54001854E	29/10/2013	55412	181 *	XVII
MFA6538	54002264E	21/11/2013	55412	181 *	XVII
MFF3147	54002247E	20/11/2013	55412	181 *	XVII
MFN7893	54001766E	25/10/2013	55412	181 *	XVII
MFO6222	54002213E	19/11/2013	55412	181 *	XVII
MHC0477	54002245E	20/11/2013	55412	181 *	XVII
MHH9067	54002204E	19/11/2013	55412	181 *	XVII
MHJ8096	54002233E	20/11/2013	55412	181 *	XVII
MHP3804	55997606D	06/11/2013	55412	181 *	XVII
MHS1391	54002221E	20/11/2013	55412	181 *	XVII
MIE2823	54001806E	28/10/2013	55412	181 *	XVII
MIG7312	54000483E	24/10/2013	55412	181 *	XVII
MIK2300	54002285E	21/11/2013	55412	181 *	XVII
MIM1936	54002252E	20/11/2013	55412	181 *	XVII
MIW7769	54002281E	21/11/2013	55412	181 *	XVII
MIZ3853	54002246E	20/11/2013	55412	181 *	XVII
MJI2583	54002242E	20/11/2013	55412	181 *	XVII
MJI2583	54002269E	21/11/2013	55412	181 *	XVII
MJI9454	54001738E	23/10/2013	55412	181 *	XVII
MJZ1917	54002294E	21/11/2013	55412	181 *	XVII
MKA1269	55999558D	16/11/2013	55412	181 *	XVII

MKP4779	54001791E	26/10/2013	55412	181	*	XVII
MKR4155	55999572D	18/11/2013	55412	181	*	XVII
MKT1207	54002259E	20/11/2013	55412	181	*	XVII
MKZ2535	54000973E	20/09/2013	55412	181	*	XVII
MLA2186	54001891E	31/10/2013	55412	181	*	XVII
MLA8476	54000474E	24/10/2013	55412	181	*	XVII
MLD9935	55997608D	06/11/2013	55415	181	*	XVII
MLH2551	54000892E	25/11/2013	73662	252	*	VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLAUDIOMIRO AMARAL
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8655 1421/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - - 280810

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8655 1421/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACX7688	54002418E	26/11/2013	55412	181 * XVII
AGZ9489	54002501E	28/11/2013	55412	181 * XVII
AMW2616	54002686E	29/11/2013	55412	181 * XVII
AOL2802	54002515E	27/11/2013	55412	181 * XVII
AQD4681	54002678E	29/11/2013	55412	181 * XVII
AQD4681	54002680E	29/11/2013	55412	181 * XVII
ARG2612	54002362E	22/11/2013	55412	181 * XVII
BJH9380	54002661E	02/12/2013	55412	181 * XVII
CQG8503	54001979E	05/11/2013	55412	181 * XVII
CWF0071	54002510E	27/11/2013	55412	181 * XVII
DEH5683	54002674E	02/12/2013	55412	181 * XVII
DJN0654	54002703E	29/11/2013	55412	181 * XVII
DJN0654	54002705E	29/11/2013	55412	181 * XVII
DON4437	54002489E	28/11/2013	55412	181 * XVII
DON4437	54002581E	30/11/2013	55412	181 * XVII
DPG6046	54002560E	03/12/2013	55412	181 * XVII

DUG7444	54002465E	26/11/2013	55412	181	*	XVII
DUI9834	54002626E	04/12/2013	55412	181	*	XVII
DXE3249	54002679E	29/11/2013	55412	181	*	XVII
HBQ1466	54002692E	29/11/2013	55412	181	*	XVII
HSG8780	54002673E	02/12/2013	55412	181	*	XVII
HSG8780	54002633E	04/12/2013	55412	181	*	XVII
IDA9462	54002297E	22/11/2013	55412	181	*	XVII
IEA9383	54002555E	03/12/2013	55412	181	*	XVII
IGS2987	54002630E	04/12/2013	55412	181	*	XVII
IKJ4135	54002433E	26/11/2013	55412	181	*	XVII
JBF0205	54002572E	04/12/2013	55412	181	*	XVII
KOD8601	54002664E	02/12/2013	55412	181	*	XVII
LNE4266	54002663E	02/12/2013	55412	181	*	XVII
LWA3144	54002582E	30/11/2013	55412	181	*	XVII
LWU8033	54002442E	28/11/2013	55412	181	*	XVII
LWU8033	54002443E	28/11/2013	55412	181	*	XVII
LYA3561	54002305E	04/12/2013	73662	252	*	VI
LYG6868	54001961E	01/11/2013	55412	181	*	XVII
LYH1936	54002474E	26/11/2013	55412	181	*	XVII
LYW7359	54002578E	30/11/2013	55412	181	*	XVII
MBE5016	54001970E	05/11/2013	55412	181	*	XVII
MBE5016	54001971E	05/11/2013	55412	181	*	XVII
MBY1757	54001956E	01/11/2013	55412	181	*	XVII
MBZ1823	54002531E	27/11/2013	55412	181	*	XVII
MCG6434	54002563E	03/12/2013	55412	181	*	XVII
MCI4618	54001962E	01/11/2013	55412	181	*	XVII
MCJ0530	54002684E	29/11/2013	55412	181	*	XVII
MCN4857	54001938E	01/11/2013	55412	181	*	XVII
MCN8078	54001931E	01/11/2013	55412	181	*	XVII
MCQ2967	54002351E	22/11/2013	55412	181	*	XVII
MCV0416	55999371D	03/12/2013	55411	181	*	XVII
MDE0155	54002472E	26/11/2013	55412	181	*	XVII
MDI9132	54002716E	02/12/2013	55412	181	*	XVII
MDT1288	54002527E	27/11/2013	55412	181	*	XVII
MDU6555	54001922E	31/10/2013	55412	181	*	XVII
MEK9707	54002471E	26/11/2013	55412	181	*	XVII
MEL7922	54002553E	03/12/2013	55412	181	*	XVII
MEX7635	54002520E	27/11/2013	55412	181	*	XVII
MEY0265	54002017E	04/11/2013	55412	181	*	XVII
MFC5386	54002690E	29/11/2013	55412	181	*	XVII
MFF3147	54002677E	29/11/2013	55412	181	*	XVII
MFJ8962	54002539E	27/11/2013	55412	181	*	XVII
MFK8082	54002455E	26/11/2013	55412	181	*	XVII
MFL2625	54001933E	01/11/2013	55412	181	*	XVII
MFN4232	54002536E	27/11/2013	55412	181	*	XVII
MFN4878	54002372E	23/11/2013	55412	181	*	XVII
MFQ2438	54002345E	22/11/2013	55412	181	*	XVII
MFV9967	54002410E	23/11/2013	55412	181	*	XVII
MGE5520	54002368E	22/11/2013	55412	181	*	XVII
MGE8135	54002424E	26/11/2013	55412	181	*	XVII
MGH3541	54002299E	22/11/2013	55412	181	*	XVII
MGN7928	54002458E	26/11/2013	55412	181	*	XVII
MGN9236	54002676E	29/11/2013	55412	181	*	XVII
MGV7866	54002483E	28/11/2013	55412	181	*	XVII
MHG9560	54001974E	05/11/2013	55412	181	*	XVII
MHI2359	54001910E	31/10/2013	55412	181	*	XVII
MHJ5334	54002479E	28/11/2013	55412	181	*	XVII
MHM7780	54002697E	29/11/2013	55412	181	*	XVII
MHR6546	54002379E	25/11/2013	55412	181	*	XVII
MHS9007	54002504E	28/11/2013	55412	181	*	XVII
MHW4435	54002378E	25/11/2013	55412	181	*	XVII
MIC4582	54001957E	01/11/2013	55412	181	*	XVII
MIF5549	54002492E	28/11/2013	55412	181	*	XVII

MIF6978	54002538E	27/11/2013	55412	181	*	XVII
MIL5146	54002400E	25/11/2013	55412	181	*	XVII
MIL7293	54001936E	01/11/2013	55412	181	*	XVII
MIQ7769	54002053E	02/12/2013	54600	181	*	IX
MIR1411	54001788E	26/10/2013	55412	181	*	XVII
MIS9137	54002397E	25/11/2013	55412	181	*	XVII
MIV0595	54002375E	23/11/2013	55412	181	*	XVII
MIV5452	54002485E	28/11/2013	55412	181	*	XVII
MIV6559	54002445E	28/11/2013	55412	181	*	XVII
MIV6559	54002682E	29/11/2013	55412	181	*	XVII
MIX8671	54002717E	03/12/2013	55412	181	*	XVII
MIZ5759	54002453E	25/11/2013	55412	181	*	XVII
MJC0358	54002431E	26/11/2013	55412	181	*	XVII
MJE4464	54002517E	27/11/2013	55412	181	*	XVII
MJG1223	54002694E	29/11/2013	55412	181	*	XVII
MJI9425	54002357E	22/11/2013	55412	181	*	XVII
MJN8166	54002030E	07/11/2013	55412	181	*	XVII
MJO0258	54002556E	03/12/2013	55412	181	*	XVII
MJO8389	54002597E	03/12/2013	55412	181	*	XVII
MJT6385	54001890E	30/10/2013	55412	181	*	XVII
MJU6541	54001880E	30/10/2013	55412	181	*	XVII
MJW4169	54002670E	02/12/2013	55412	181	*	XVII
MJW5900	54002497E	28/11/2013	55412	181	*	XVII
MJW8682	54002452E	25/11/2013	55412	181	*	XVII
MKF0638	54002456E	26/11/2013	55412	181	*	XVII
MKF1512	54002575E	04/12/2013	55412	181	*	XVII
MKM1758	54002473E	26/11/2013	55412	181	*	XVII
MKO6368	54002376E	25/11/2013	55412	181	*	XVII
MKQ1181	54001950E	01/11/2013	55412	181	*	XVII
MKQ7978	54002395E	25/11/2013	55412	181	*	XVII
MKS8445	54002436E	28/11/2013	55412	181	*	XVII
MKY7953	54002688E	29/11/2013	55412	181	*	XVII
MLF9176	54002432E	26/11/2013	55412	181	*	XVII
MLG5608	54002337E	22/11/2013	55412	181	*	XVII
MLJ4925	54002631E	04/12/2013	55412	181	*	XVII
MLT8665	54002421E	26/11/2013	55412	181	*	XVII
MMA3251	54002519E	27/11/2013	55412	181	*	XVII
MMD2301	54001960E	01/11/2013	55412	181	*	XVII
MSR9691	54002387E	25/11/2013	55412	181	*	XVII
MXH4886	54002398E	25/11/2013	55412	181	*	XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLAUDIOMIRO AMARAL
AUTORIDADE DE TRANSITO

DIONISIO CERQUEIRA**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 690/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8038 690/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAF0779	55847308D	20/01/2014	66372	230 * IX
ADQ1753	55833971D	19/01/2014	50100	162 * I
AIJ3075	55847637D	05/01/2014	50100	162 * I
AIJ3075	55847638D	05/01/2014	66372	230 * IX
AIJ3075	55847639D	05/01/2014	67261	230 * XVIII
AQD8086	55847734D	22/01/2014	65992	230 * V
AQD8086	55847735D	22/01/2014	65561	230 * I
CKP0150	55847566D	23/01/2014	65992	230 * V
LZL7989	55847688D	19/01/2014	65992	230 * V
MBF3719	55847250D	13/01/2014	65992	230 * V
MBF3719	55936923B	26/01/2014	69120	232
MCD9513	55847662D	30/01/2014	70481	244 * II
MDT4759	55847291D	20/12/2013	65992	230 * V
MJD7193	55847601D	16/01/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 691/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8038 691/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAF0779	55847215D	02/02/2014	55250	181 * XV
ABO0636	55847650D	14/01/2014	50100	162 * I
AHF6185	55847694D	22/01/2014	65992	230 * V
AZF0308	55847605D	03/02/2014	65992	230 * V
AZF0308	55847606D	03/02/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 692/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 692/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAF0779	55847307D	20/01/2014	67261	230 * XVIII
AGF0855	55847797D	25/01/2014	50100	162 * I
ARD8260	55847684D	16/01/2014	65992	230 * V
ASM5010	55847523D	07/02/2014	73400	252 * IV
ASX7786	55847386D	08/02/2014	69120	232

HXF4732	55847777D	12/02/2014	73400	252	* IV
IGA5013	55847636D	05/01/2014	50100	162	* I
IIP0148	55847687D	16/01/2014	72340	250	* I * a
LZQ0619	55847647D	08/01/2014	66371	230	* IX
LZQ0619	55847644D	08/01/2014	50100	162	* I
LZQ0619	55847645D	08/01/2014	66531	230	* XI
LZQ0619	55847646D	08/01/2014	65565	230	* I
MEZ1348	55847724D	16/01/2014	69200	233	
MKT2230	55847693D	22/01/2014	69120	232	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 694/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 694/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACN5873	55847538D	09/12/2013	67261	230 * XVIII
ANJ7545	55847743D	16/01/2014	69200	233
BHJ5800	55833744D	24/01/2014	65992	230 * V
BHJ5800	55833745D	24/01/2014	69120	232
CAJ7504	55847774D	22/02/2014	65563	230 * I
IHX4803	55847293D	16/01/2014	69200	233
MDN5219	55847665D	02/02/2014	50372	162 * III
MED3922	55847681D	13/01/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 695/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 695/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AED8192	55847746D	16/01/2014	69200	233
AGT8583	55847766D	13/02/2014	50100	162 * I
AGT8583	55847521D	17/01/2014	50100	162 * I
AHP3296	55847798D	12/02/2014	73662	252 * VI
AIF5552	55936921B	17/01/2014	51691	165
AJI9708	55847739D	16/01/2014	69200	233
ARH1688	55847801D	18/02/2014	65992	230 * V
ARH1688	55847767D	19/02/2014	69120	232
ARH1688	55847768D	19/02/2014	66371	230 * IX
ASE5716	55847313D	22/02/2014	54521	181 * VIII
AVS3044	55936924B	27/01/2014	50100	162 * I
AVS3044	55936925B	27/01/2014	50610	163 c/c 162 * I
AVS3044	55847759D	27/01/2014	69120	232
AVS3044	55847760D	27/01/2014	70481	244 * II
BBB7383	55847633D	21/02/2014	72340	250 * I * a
BER0707	55834650D	22/01/2014	66102	230 * VII
BER0707	55847602D	22/01/2014	73400	252 * IV
BER0707	55847603D	22/01/2014	66020	230 * VI
BER0707	55834649D	22/01/2014	50100	162 * I
BUK1944	55847917D	28/02/2014	51691	165
CHV7664	55834190D	27/01/2014	65992	230 * V
CPH5779	55847519D	08/01/2014	55413	181 * XVII
IDU6206	55847733D	22/01/2014	73400	252 * IV
IDU6206	55847730D	22/01/2014	52070	169
IDU6206	55847731D	22/01/2014	66102	230 * VII
IDU6206	55847732D	22/01/2014	58350	195
JWS1727	55847649D	14/01/2014	66372	230 * IX
JWS1727	55847648D	14/01/2014	67261	230 * XVIII
LYA5997	55847389D	08/02/2014	52741	175
LYM2402	55847758D	23/01/2014	66371	230 * IX
LYM2402	55847756D	23/01/2014	50100	162 * I

LYM2402	55847757D	23/01/2014	67261	230	* XVIII
MBD7525	55833973D	22/02/2014	50100	162	* I
MCR8224	55847656D	12/01/2014	65992	230	* V
MCR8224	55847657D	12/01/2014	69120	232	
MCR8224	55847658D	12/01/2014	50450	162	* V
MGJ5931	55847388D	08/02/2014	52070	169	
MHD1732	55937122B	14/02/2014	65992	230	* V
MHD1732	55937123B	14/02/2014	50100	162	* I
MHH6995	55847387D	08/02/2014	69120	232	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 696/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 696/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACY7043	55847916D	28/02/2014	51691	165
AJC5625	55833749D	28/02/2014	50100	162 * I
AJC5625	55833750D	28/02/2014	65992	230 * V
AXS8451	55847752D	01/02/2014	52741	175
AXS8451	55847626D	01/02/2014	72340	250 * I * a
AXS8451	55847749D	01/02/2014	51691	165
AXS8451	55847750D	01/02/2014	51851	167
AXS8451	55847751D	01/02/2014	52151	170
IBX8174	55847896D	01/03/2014	69120	232
MIG4035	55847747D	09/02/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 698/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 698/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEA4176	55847574D	19/03/2014	69200	233
CKJ2354	55847876D	24/02/2014	56570	182 * IX
CQL8525	55847800D	18/02/2014	51851	167
DJN5704	55847915D	19/03/2014	69200	233
IFB8766	55847860D	19/03/2014	69200	233
LBK0329	55847770D	22/02/2014	65992	230 * V
LYJ9502	55847905D	19/03/2014	69200	233
LYW0965	55847858D	19/03/2014	69200	233
MDR8396	55847528D	28/02/2014	65992	230 * V
MGA5027	55847907D	19/03/2014	69200	233
MGT6527	55847908D	19/03/2014	69200	233
MHC9377	55847877D	11/03/2014	69120	232
MHC9377	55847922D	12/03/2014	69120	232
MHQ0462	55847865D	19/03/2014	69200	233
MJS0620	55847572D	19/03/2014	69200	233
MLT3824	55847912D	19/03/2014	69200	233
ODQ2447	55847773D	22/02/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 700/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8038 700/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AME6645	55847571D	19/03/2014	69200	233
BAP0050	55847913D	19/03/2014	69200	233
HRU3560	55847868D	19/03/2014	69200	233
MAA1434	55847786D	21/02/2014	72340	250 * I * a
MBS9270	55847613D	24/02/2014	73400	252 * IV
MBS9270	55847610D	24/02/2014	66102	230 * VII
MBS9270	55847611D	24/02/2014	66372	230 * IX
MBS9270	55847612D	24/02/2014	51851	167
MEN4750	55833746D	28/02/2014	65992	230 * V
MEN4750	55833747D	28/02/2014	66101	230 * VII
MEN4750	55847775D	28/02/2014	50100	162 * I
MEN4750	55833748D	28/02/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 702/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE TRANSITO N.8038 702/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAJ0276	55847898D	16/03/2014	50100	162 * I
AAJ0276	55847899D	16/03/2014	69120	232
ATR8360	55847671D	27/03/2014	51852	167
LXN9942	55847614D	29/03/2014	50100	162 * I
LZB8907	55833428D	16/03/2014	50100	162 * I
LZM3540	55847530D	18/03/2014	54522	181 * VIII
LZM3540	55847531D	18/03/2014	53800	181 * I
MEH6219	55847897D	16/03/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 704/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8038 704/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEO5916	55847923D	16/03/2014	57380	186 * II
---------	-----------	------------	-------	----------

AGP0210	55847856D	19/03/2014	73662	252	* VI
AHK4247	55847910D	19/03/2014	69200	233	
IEQ9442	55847668D	01/03/2014	50450	162	* V
IJB9988	55847983D	05/04/2014	50610	163	c/c 162 * I
IJB9988	55847982D	05/04/2014	50100	162	* I
LNG5875	55847567D	19/03/2014	69200	233	
LWY1662	55847794D	01/04/2014	64080	221	
LWY1662	55847795D	01/04/2014	69120	232	
LXQ5762	55847914D	19/03/2014	69200	233	
LXR3560	55847938D	11/04/2014	69120	232	
LYM2402	55847863D	19/03/2014	69200	233	
MAI2275	55847861D	19/03/2014	69200	233	
MDG2922	55847393D	09/04/2014	69120	232	
MDG2922	55847394D	09/04/2014	67261	230	* XVIII
MDS7058	55847903D	19/03/2014	69200	233	
MEX2441	55847568D	19/03/2014	69200	233	
MGF9190	55847311D	22/02/2014	50100	162	* I
MGF9190	55847312D	22/02/2014	65992	230	* V
MJZ9125	55847447D	13/03/2014	51851	167	
NHR3149	55847901D	19/03/2014	69200	233	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 706/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 706/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEB9589	55847390D	03/04/2014	65992	230 * V
AEB9589	55847392D	03/04/2014	67261	230 * XVIII
LXG5032	55834435D	27/02/2014	69120	232
LYK3147	55847937D	05/04/2014	50100	162 * I

MFW7382	55847821D	10/04/2014	58191	193
NJN8492	55847902D	19/03/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 708/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8038 708/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADC0795	55847672D	02/04/2014	51691	165
ADC0795	55847674D	02/04/2014	66371	230 * IX
LYJ9502	55847825D	28/04/2014	50100	162 * I
MGZ5954	55847449D	03/04/2014	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 710/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8038 710/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEF5700	55847989D	26/04/2014	69120	232
AEH3502	55847840D	26/04/2014	69120	232
AOS6958	55848001D	03/05/2014	51691	165
CFA0730	55847803D	02/04/2014	50100	162 * I
CFA0730	55847804D	02/04/2014	65992	230 * V
CFA0730	55847805D	02/04/2014	66102	230 * VII
CFA0730	55847806D	02/04/2014	64080	221
CFA0730	55848036D	02/04/2014	69120	232
ICS8464	55848058D	16/04/2014	69120	232
ICS8464	55848059D	16/04/2014	66372	230 * IX
ICS8464	55848060D	16/04/2014	51851	167
MDZ8681	55848056D	10/04/2014	72340	250 * I * a
MGM2921	55847831D	07/05/2014	65992	230 * V
MJC0221	55847829D	07/05/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 712/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8038 712/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACY5279	55847947D	27/04/2014	50100	162 * I
ACY5279	55847948D	27/04/2014	65992	230 * V
AFE3088	55847935D	26/04/2014	66371	230 * IX
AFE3088	55847941D	26/04/2014	67261	230 * XVIII
AFE3088	55847940D	26/04/2014	65992	230 * V
AFE3088	55847934D	26/04/2014	65800	230 * IV
AFE3088	55847939D	26/04/2014	50100	162 * I
AUM9750	55847830D	07/05/2014	51851	167
MGX4853	55847881D	07/05/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 713/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 713/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMW0908	55847880D	07/05/2014	51851	167
CRQ2286	55848019D	10/05/2014	50100	162 * I
CYM5699	55847945D	27/04/2014	50371	162 * III
CYM5699	55847946D	27/04/2014	65992	230 * V

INC9021	55847986D	26/04/2014	50100	162	* I
INC9021	55847837D	26/04/2014	50610	163	c/c 162 * I
INC9021	55847987D	26/04/2014	65992	230	* V
INC9021	55847838D	26/04/2014	58350	195	
INC9021	55847839D	26/04/2014	52151	170	
JNR2410	55848018D	03/05/2014	51851	167	
LXF3392	55847699D	11/05/2014	50100	162	* I
MGL8288	55833913D	17/05/2014	50100	162	* I
MGL8288	55833914D	17/05/2014	65992	230	* V
MJD1716	55848080D	26/04/2014	51691	165	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 714/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 714/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFC6993	55848116D	12/05/2014	67261	230 * XVIII
AFC6993	55848023D	12/05/2014	66371	230 * IX
BEN0385	55848003D	12/05/2014	50100	162 * I
KZR8088	55847990D	26/04/2014	50450	162 * V
MBO5337	55847932D	17/04/2014	67692	230 * XXII
MBO5337	55847931D	17/04/2014	66372	230 * IX
MBO5337	55847933D	17/04/2014	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 716/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8038 716/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AI13980	55847988D	26/04/2014	50100	162 * I
AKH2902	55847395D	30/04/2014	61810	215 * II
AXB5083	55847828D	07/05/2014	51851	167
DGA0940	55847845D	20/05/2014	54100	181 * IV
JVK9473	55847997D	24/04/2014	53800	181 * I
LYP5352	55847994D	08/05/2014	65992	230 * V
LYP5352	55847995D	08/05/2014	66020	230 * VI
LYR2962	55847944D	26/04/2014	65561	230 * I
LYR2962	55847943D	26/04/2014	58350	195
LYR2962	55847942D	26/04/2014	60760	210
MDM2328	55847826D	07/05/2014	69120	232
MJZ7691	55847832D	10/05/2014	65992	230 * V
MJZ7691	55847833D	10/05/2014	53980	181 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 718/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8038 718/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JTH8040	55847885D	03/06/2014	69120	232
MCO0917	55848025D	18/05/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 719/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8038 719/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AWC7508	55847846D	04/06/2014	61732	215 * I * a

LAQ6496 55848181D 06/06/2014 55411 181 * XVII
MFB7178 55848138D 02/06/2014 73662 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 720/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8038 720/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IEQ9442 55848136D 06/05/2014 66102 230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 722/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8038 722/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AQH5820	55848185D	09/06/2014	51851	167
ARB2965	55855975D	27/06/2014	69200	233
ARR1030	55855980D	27/06/2014	69200	233
BUK2755	55848039D	09/06/2014	67261	230 * XVIII
BUK2755	55848040D	09/06/2014	52820	176 * I
CRJ4696	55848156D	04/06/2014	69120	232
DVJ0545	55855956D	27/06/2014	69200	233
EFV5583	55848067D	27/06/2014	69200	233
IEP7801	55855972D	27/06/2014	69200	233
LZD2274	55848087D	28/06/2014	69471	235
LZH6506	55855965D	27/06/2014	69200	233
MAA1434	55848028D	23/06/2014	69471	235
MGQ6893	55848073D	27/06/2014	69200	233
MGS8009	55848107D	28/06/2014	69471	235
MHH5445	55855974D	27/06/2014	69200	233
MHM0880	55855981D	27/06/2014	69200	233
MJP3776	55848109D	28/06/2014	69471	235
MMB6692	55855957D	27/06/2014	69200	233
MMB6732	55855960D	27/06/2014	69200	233
MMB6892	55855959D	27/06/2014	69200	233
NEK6223	55848066D	27/06/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 724/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE TRANSITO N.8038 724/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MK08202 55848179D 28/05/2014 55411 181 * XVII
MMM4730 55848038D 03/06/2014 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 726/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8038 726/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACR4698 55847891D 15/07/2014 55413 181 * XVII
AEZ6813 55855998D 03/07/2014 66102 230 * VII
AEZ6813 55855997D 03/07/2014 65992 230 * V
AEZ6813 55856000D 03/07/2014 69120 232
AEZ6813 55855999D 03/07/2014 50450 162 * V
AGB1102 55937124B 05/07/2014 65992 230 * V
AQR5389 55856176D 12/07/2014 69120 232

ARD8259	55848030D	23/06/2014	69471	235
CCP4273	55834192D	17/06/2014	65992	230 * V
CJX6349	55848193D	12/07/2014	65992	230 * V
EDP6997	55848186D	09/06/2014	57200	186 * I
HJB0267	55856116D	12/07/2014	65992	230 * V
LZE1290	55856117D	12/07/2014	66102	230 * VII
MDG2922	55855996D	30/06/2014	69120	232
MHR2142	55847950D	04/07/2014	69471	235
MIF5549	55856157D	16/07/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 728/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 728/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADU9982	55848140D	29/06/2014	51691	165
AFA5274	55847847D	13/06/2014	57380	186 * II
AKU4807	55848139D	23/06/2014	55250	181 * XV
AME6645	55856477D	16/07/2014	73400	252 * IV
ANA3762	55855973D	27/06/2014	69200	233
AQV7951	55847815D	17/06/2014	69200	233
AVN2777	55847851D	04/07/2014	69471	235
AXQ5685	55856137D	15/07/2014	69120	232
AZF0308	55847850D	04/07/2014	69471	235
BQK4594	55848065D	27/06/2014	69200	233
CZX5325	55855968D	27/06/2014	69200	233
DDK2501	55848110D	28/06/2014	69471	235
HQK6009	55855966D	27/06/2014	69200	233
HQV3158	55848075D	27/06/2014	69200	233
HSM8927	55855983D	27/06/2014	69200	233

IGA5013	55855971D	27/06/2014	69200	233	
IJZ9920	55856479D	19/07/2014	51851	167	
LWW8062	55856218D	19/07/2014	55250	181	* XV
MCM2773	55855976D	27/06/2014	69200	233	
MEQ9973	55848072D	27/06/2014	69200	233	
MEU1605	55856217D	16/07/2014	51851	167	
MFP7631	55855967D	27/06/2014	69200	233	
MHN9889	55856484D	22/07/2014	73662	252	* VI
MKF4478	55848043D	15/06/2014	58191	193	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 730/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 730/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAO0029	55856177D	18/07/2014	50100	162 * I
AGM1145	55856256D	16/07/2014	51851	167
AGQ7443	55856400D	22/07/2014	51851	167
AMB1526	55856396D	16/07/2014	69120	232
AOC3447	55856059D	18/07/2014	51851	167
CLB5618	55856020D	31/07/2014	65992	230 * V
CLB5618	55856021D	31/07/2014	50291	162 * II
CLB5618	55856022D	31/07/2014	51691	165
CLB5618	55856173D	31/07/2014	66371	230 * IX
CLB5618	55856174D	31/07/2014	52151	170
COY8351	55856169D	25/07/2014	66372	230 * IX
COY8351	55856171D	25/07/2014	69120	232
IBG4575	55856541D	27/07/2014	69120	232
IBG4575	55856540D	27/07/2014	50100	162 * I
JFU7203	55856098D	19/07/2014	51852	167

LVI1680	55856456D	26/07/2014	69120	232	
LYK3147	55848194D	18/07/2014	50100	162	* I
LZB4140	55856483D	22/07/2014	51851	167	
MAO9188	55847855D	04/07/2014	50100	162	* I
MBO5992	55856478D	16/07/2014	51851	167	
MEV4215	55856103D	28/07/2014	51851	167	
MHN8001	55856403D	22/07/2014	51851	167	
MHN8001	55856356D	26/07/2014	53800	181	* I
MJD3235	55856538D	21/07/2014	50100	162	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 732/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 732/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFC6993	55856100D	25/07/2014	69120	232
AGB1102	55856321D	03/08/2014	51691	165
AGB1102	55856280D	03/08/2014	69120	232
AGB1102	55856282D	03/08/2014	52741	175
AGB1102	55856283D	03/08/2014	51851	167
AGJ9554	55856168D	22/07/2014	69120	232
AMX0775	55856102D	28/07/2014	51851	167
ATB5230	55856320D	02/08/2014	65992	230 * V
BJH3250	55856415D	01/08/2014	65992	230 * V
BJH3250	55856485D	01/08/2014	69120	232
BJH3250	55856486D	01/08/2014	66371	230 * IX
CHA3279	55847533D	01/08/2014	67261	230 * XVIII
CHA3279	55847534D	01/08/2014	66371	230 * IX
DLR0795	55856318D	02/08/2014	65992	230 * V
HEU5534	55856492D	05/08/2014	51851	167

IKU7193	55848006D	02/08/2014	69120	232	
INC9021	55856317D	17/07/2014	50100	162	* I
MAN4828	55848005D	02/08/2014	50100	162	* I
MGE9938	55856221D	07/08/2014	51851	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 734/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 734/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AKW7243	55856543D	12/08/2014	65992	230 * V
COL1134	55856417D	18/07/2014	66371	230 * IX
COL1134	55856058D	18/07/2014	66372	230 * IX
COL1134	55847894D	18/07/2014	69120	232
COL1134	55847895D	18/07/2014	51851	167
COL1134	55847893D	18/07/2014	66102	230 * VII
LAL9654	55856402D	22/07/2014	51851	167
LNF9817	55856229D	11/08/2014	51851	167
LXB1097	55856138D	18/07/2014	53470	178
LXB1097	55856139D	18/07/2014	66371	230 * IX
LYQ3386	55848090D	02/08/2014	50100	162 * I
MAU8752	55856409D	22/07/2014	51851	167
MGX3645	55856081D	21/07/2014	69120	232
MLV9705	55856164D	19/07/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 736/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8038 736/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAA7481	55856336D	05/08/2014	73662	252 * VI
AAO0029	55856002D	12/08/2014	50100	162 * I
ACT5605	55856411D	22/07/2014	51851	167
AFV5383	55856017D	19/07/2014	66372	230 * IX
AFV5383	55856016D	19/07/2014	50100	162 * I
AFV5383	55856018D	19/07/2014	64080	221
ARY4144	55856230D	11/08/2014	51851	167
CLN7043	55848044D	25/07/2014	50450	162 * V
LXD8257	55856019D	25/07/2014	69120	232
LYK3147	55856444D	08/08/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 738/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8038 738/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AUW8639	55848119D	14/08/2014	65992	230 * V
IIP1042	55856005D	20/08/2014	55250	181 * XV
INC9021	55856199D	02/08/2014	66450	230 * X
MAT3340	55856457D	29/07/2014	51851	167
MBA5162	55848145D	22/08/2014	65992	230 * V
MBA5162	55848146D	22/08/2014	69120	232
MBC7745	55856445D	16/08/2014	51851	167
MEX5376	55856172D	07/08/2014	51851	167
MHP2127	55856243D	06/08/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 740/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8038 740/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEN2411	55856147D	30/08/2014	65992	230 * V
AEN2411	55856148D	30/08/2014	50450	162 * V
AFL1733	55856549D	24/08/2014	50100	162 * I
AFL1733	55856550D	24/08/2014	65992	230 * V
AFL1733	55856551D	24/08/2014	69120	232
AQJ3461	55856557D	08/08/2014	65992	230 * V
AQJ3461	55856558D	08/08/2014	67261	230 * XVIII
AYR5240	55848121D	30/08/2014	65800	230 * IV
AYR5240	55856322D	30/08/2014	69120	232
BXW2498	55856419D	16/08/2014	50100	162 * I
CLN7043	55848045D	01/08/2014	50450	162 * V
CLN7043	55848046D	01/08/2014	69120	232
HEU5534	55856234D	27/08/2014	51851	167
IBG4575	55856225D	11/08/2014	50100	162 * I
IBG4575	55856227D	11/08/2014	67261	230 * XVIII
IOI1733	55856107D	23/08/2014	51691	165
IQZ9355	55848091D	23/08/2014	66371	230 * IX
IQZ9355	55848093D	23/08/2014	66372	230 * IX
LXJ4684	55856545D	16/08/2014	65992	230 * V
MAE0860	55856656D	31/08/2014	51691	165
MBH6068	55856461D	30/08/2014	51851	167
MDA2095	55856548D	16/08/2014	65992	230 * V
MIR3322	55856546D	16/08/2014	65992	230 * V
MIW9680	55856493D	05/08/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 742/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 742/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEF5471	55856175D	07/08/2014	51851	167
AVN2777	55848108D	28/06/2014	69471	235
EKZ7800	55847998D	03/05/2014	51851	167
MAB1278	55856378D	06/09/2014	50100	162 * I
MAP2284	55856420D	01/09/2014	66102	230 * VII
MEF3111	55834200D	30/08/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 744/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 744/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAR6616	55856616D	17/08/2014	51691	165
AJQ0979	55856637D	10/09/2014	69120	232
APD5028	55856023D	23/08/2014	65561	230 * I
ATJ6320	55856288D	15/09/2014	73662	252 * VI
IDQ9029	55856559D	20/08/2014	50100	162 * I
IDQ9029	55856560D	20/08/2014	65992	230 * V
IGC4877	55856657D	08/09/2014	50100	162 * I
LYH7943	55856658D	08/09/2014	65992	230 * V
LYH7943	55856659D	08/09/2014	66371	230 * IX
MFP2250	55856036D	04/09/2014	65992	230 * V
MFP2250	55856037D	04/09/2014	66371	230 * IX
MHC3703	55848115D	19/08/2014	65992	230 * V

MIR3322 55856149D 01/09/2014 66102 230 * VII
 MLV3476 55856504D 20/09/2014 66020 230 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
 DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 746/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
 DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 746/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AEH7162	55856588D	16/09/2014	51851	167
AEH7162	55856255D	23/09/2014	66372	230 * IX
AEX4671	55848120D	18/08/2014	65992	230 * V
AHS4784	55856448D	22/09/2014	50100	162 * I
AIS0731	55856324D	12/09/2014	69120	232
APZ2312	55848008D	28/09/2014	51851	167
APZ2312	55848009D	28/09/2014	51852	167
APZ2312	55848010D	28/09/2014	57200	186 * I
APZ2312	55848013D	28/09/2014	58433	196
APZ2312	55848014D	28/09/2014	52741	175
APZ2312	55848015D	28/09/2014	73150	252 * I
APZ2312	55848011D	28/09/2014	52070	169
APZ2312	55848012D	28/09/2014	58350	195
AYS1639	55856178D	17/09/2014	53800	181 * I
CDU0125	55856151D	13/09/2014	65992	230 * V
ENY2839	55848088D	12/09/2014	65992	230 * V
IED6711	55856702D	09/09/2014	67261	230 * XVIII
IED6711	55856701D	09/09/2014	50100	162 * I
IJZ5004	55856562D	05/09/2014	50100	162 * I
IJZ5004	55856563D	05/09/2014	67261	230 * XVIII
INV4883	55856252D	03/09/2014	51851	167
JKW3352	55856009D	10/09/2014	69120	232

LOA7952	55856499D	23/08/2014	51851	167
LYP5352	55856246D	23/08/2014	50100	162 * I
MGY5849	55848147D	03/09/2014	73662	252 * VI
MGY5849	55848148D	03/09/2014	51851	167
MHH1343	55856599D	26/09/2014	57200	186 * I
MHS3012	55856038D	12/09/2014	50100	162 * I
MHS3012	55856039D	12/09/2014	50610	163 c/c 162 * I
MKA0447	55856501D	30/08/2014	51851	167
MKA0447	55856500D	30/08/2014	73662	252 * VI
MKD8253	55856359D	13/09/2014	59910	206 * I
NBP6316	55848161D	21/09/2014	65992	230 * V
NSE7912	55856247D	03/09/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 748/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 748/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFH5364	55856502D	11/09/2014	67691	230 * XXII
AKW6713	55856339D	04/10/2014	50450	162 * V
AKW6713	55856340D	04/10/2014	65992	230 * V
AOD0597	55856285D	11/09/2014	73400	252 * IV
AOD0597	55856286D	11/09/2014	52741	175
CES0689	55856092D	03/10/2014	61810	215 * II
CHA3279	55856453D	29/09/2014	66371	230 * IX
CHA3279	55856454D	29/09/2014	67692	230 * XXII
IHG5373	55856618D	03/10/2014	69120	232
IHG5373	55848095D	03/10/2014	65992	230 * V
IHG5373	55848094D	03/10/2014	50450	162 * V
MCI7382	55856522D	23/09/2014	65992	230 * V

MCI7382 55856524D 23/09/2014 50100 162 * I
MCI7382 55856507D 23/09/2014 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 750/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8038 750/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ANO7788	55856749D	07/10/2014	51851	167
ANZ0181	55856744D	07/10/2014	51851	167
ASE5716	55856738D	07/10/2014	51851	167
CEL6100	55856737D	07/10/2014	66372	230 * IX
DFF3749	55848162D	26/09/2014	67691	230 * XXII
IFD7282	55856743D	07/10/2014	51851	167
IJT7285	55856752D	07/10/2014	73662	252 * VI
LAL9654	55856287D	11/09/2014	51851	167
LCI4366	55856740D	07/10/2014	51851	167
LWW5794	55856094D	07/10/2014	51851	167
MDT9379	55856746D	07/10/2014	51851	167
MFT3997	55856748D	07/10/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 752/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8038 752/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACQ6165	55856668D	30/09/2014	65992	230 * V
ACQ6165	55856671D	30/09/2014	69120	232
ACQ6165	55856669D	30/09/2014	66372	230 * IX
ACQ6165	55856670D	30/09/2014	51691	165
AWB8144	55856011D	03/10/2014	65992	230 * V
IEO8601	55856095D	07/10/2014	51851	167
MJV2335	55856586D	13/09/2014	65992	230 * V
MLD8773	55856709D	07/10/2014	65992	230 * V
MLD8773	55856710D	07/10/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 753/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8038 753/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABW1245	55856422D	21/10/2014	58350	195
ABW1245	55856423D	21/10/2014	73400	252 * IV
ABW1245	55856424D	21/10/2014	70304	244 * I
AMD5745	55856154D	21/10/2014	51851	167
ANY2431	55856600D	08/10/2014	55413	181 * XVII
BOZ5962	55856342D	12/10/2014	51691	165
EQQ1658	55848051D	17/10/2014	64080	221
HBR1103	55856040D	20/10/2014	51851	167
HBR1103	55856041D	20/10/2014	73662	252 * VI
IOI1733	55856363D	09/10/2014	56570	182 * IX
MAM1651	55856708D	03/10/2014	65992	230 * V
MBR9680	55856028D	18/10/2014	51691	165
MBR9680	55856029D	18/10/2014	65992	230 * V
MBR9680	55856025D	18/10/2014	50100	162 * I
MDK2938	55856026D	06/10/2014	50100	162 * I
MDK2938	55856027D	06/10/2014	50610	163 c/c 162 * I
MEA2498	55856380D	16/10/2014	51691	165
MFV1294	55848050D	05/10/2014	50100	162 * I
MJX4318	55856798D	11/10/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 754/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 754/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEK6256	55856111D	25/10/2014	69120	232
AEK6256	55856112D	25/10/2014	65992	230 * V
MBK4240	55856360D	27/09/2014	50100	162 * I
MBK4240	55856361D	27/09/2014	65992	230 * V
MBK4240	55856362D	27/09/2014	64080	221
MBL8568	55856756D	26/10/2014	54600	181 * IX
MKI6474	55856742D	07/10/2014	51851	167
NEL9923	55856741D	07/10/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 756/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 756/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADH2207	55833434D	15/10/2014	65992	230 * V
AIB4308	55856589D	07/10/2014	66372	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 758/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8038 758/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGS0050	55856754D	07/10/2014	51851	167
AHJ9090	55856638D	10/11/2014	50100	162 * I
AHW2045	55856121D	11/10/2014	54522	181 * VIII
CBB6481	55856593D	16/11/2014	66371	230 * IX
CBB6481	55856594D	16/11/2014	51691	165
IQM9753	55856153D	21/10/2014	73662	252 * VI
JDU8780	55848126D	18/10/2014	51691	165
JDU8780	55848127D	18/10/2014	65992	230 * V
JDU8780	55848128D	18/10/2014	69120	232
JDU8780	55848129D	18/10/2014	50450	162 * V
MEA2498	55856776D	16/11/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 760/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8038 760/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ALV6831 55856810D 01/11/2014 58191 193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 761/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8038 761/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ALO0022 55856747D 07/10/2014 51851 167
ARF1110 55856639D 14/11/2014 65561 230 * I

ARF11110	55856640D	14/11/2014	51851	167	
ARF11110	55856641D	14/11/2014	52741	175	
ARS8177	55856350D	04/12/2014	51851	167	
AXE7204	55856687D	04/12/2014	51851	167	
CSW0201	55856426D	24/11/2014	65992	230	* V
IBZ5464	55856821D	05/12/2014	69120	232	
ISN1363	55856347D	04/12/2014	51851	167	
JFU7203	55856609D	30/11/2014	51851	167	
LXD8380	55856817D	04/12/2014	51851	167	
LYT8226	55856824D	09/12/2014	66372	230	* IX
LZP7768	55856643D	29/11/2014	65992	230	* V
LZP7768	55856291D	29/11/2014	69120	232	
MAD0545	55856610D	30/11/2014	51851	167	
MDH8667	55848163D	28/11/2014	55250	181	* XV
MDK2938	55856805D	29/10/2014	73400	252	* IV
MDK2938	55856806D	29/10/2014	70481	244	* II
MDK2938	55856807D	29/10/2014	66372	230	* IX
MDK2938	55856808D	29/10/2014	67261	230	* XVIII
MDK2938	55856809D	29/10/2014	58350	195	
MKL3248	55856602D	30/11/2014	73662	252	* VI
MKL3248	55856613D	02/12/2014	73662	252	* VI
MLD0603	55856346D	04/12/2014	51851	167	
MLS9327	55848130D	26/10/2014	65640	230	* II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

GOVERNADOR CELSO RAMOS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 578/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 578/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MAP4941	55644577D	05/12/2013	55413	181 * XVII
---------	-----------	------------	-------	------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 579/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 579/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

JPJ2496	55645830D	10/12/2013	55090	181 * XIII
MBG9406	55647095D	01/12/2013	55411	181 * XVII
MCV4543	55647093D	16/11/2013	65300	228
MIA3609	55644575D	02/12/2013	66371	230 * IX
MIO1021	55645836D	10/12/2013	70301	244 * I
MJJ4061	55647096D	01/12/2013	55411	181 * XVII
MJJ4061	55647099D	01/12/2013	50100	162 * I
MKB8675	55645828D	07/12/2013	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 580/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 580/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BFC9468	55643305D	19/12/2013	50100	162 * I
BFC9468	55643306D	19/12/2013	65992	230 * V
MBA5855	55647238D	16/12/2013	57200	186 * I
MBA5855	55647240D	16/12/2013	51852	167
MBA5855	55647239D	16/12/2013	51851	167
MCF1096	55645829D	10/12/2013	54521	181 * VIII
MDF4135	55646889D	15/12/2013	55411	181 * XVII
MDF4135	55644586D	14/12/2013	55411	181 * XVII
MDG3105	55646880D	15/12/2013	55411	181 * XVII
MDO7882	55647245D	21/12/2013	54521	181 * VIII
MFT5677	55645838D	16/12/2013	54522	181 * VIII
MHN0349	55643310D	19/12/2013	65992	230 * V
MHN0349	55643311D	19/12/2013	50100	162 * I
MIC2784	55646900D	21/12/2013	54521	181 * VIII
MIH7474	55646885D	15/12/2013	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 581/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 581/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADZ4453	55645880D	26/12/2013	54521	181 * VIII
AJW9674	55643316D	20/12/2013	69120	232
JWR2772	55643313D	20/12/2013	65992	230 * V
JWR2772	55643314D	20/12/2013	50450	162 * V
KPX0292	55643325D	21/12/2013	69120	232
MCJ7809	55644823D	25/12/2013	55500	181 * XVIII
MCN9861	55644706D	23/12/2013	60760	210
MER7282	55643251D	20/12/2013	50100	162 * I
MER7282	55643252D	20/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
MFW0125	55644701D	22/12/2013	65992	230 * V
MGU2725	55643315D	20/12/2013	50450	162 * V
MHF9647	55644825D	25/12/2013	55500	181 * XVIII
MIX1195	55643319D	20/12/2013	66372	230 * IX
MIX1195	55643321D	20/12/2013	65800	230 * IV
MIX1195	55643320D	20/12/2013	50100	162 * I
MKF9727	55644711D	23/12/2013	67000	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 582/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 582/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

INA5552	55644820D	21/12/2013	65564	230 * I
JNX4567	55644826D	25/12/2013	55500	181 * XVIII
LZB5338	55643269D	27/12/2013	66102	230 * VII
MCA2924	55647250D	27/12/2013	50450	162 * V
MCA2924	55647248D	27/12/2013	66102	230 * VII
MEB5914	55644724D	30/12/2013	55411	181 * XVII
MEV1705	55643262D	26/12/2013	50100	162 * I
MEV1705	55643263D	26/12/2013	69120	232
MIZ3290	55645889D	27/12/2013	54521	181 * VIII
MKO3252	55645896D	28/12/2013	70302	244 * I
MKY1681	55645899D	29/12/2013	54527	181 * VIII
MMD9261	55647242D	23/12/2013	70991	244 * V II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 583/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 583/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ASZ3304	55644836D	05/01/2014	67000	230 * XVI
CTZ3237	55643364D	29/12/2013	55411	181 * XVII
DGG3556	55643457D	01/01/2014	55411	181 * XVII

DKC8966	55644717D	29/12/2013	54521	181	*	VIII
DKC8966	55644718D	29/12/2013	55250	181	*	XV
GZD7774	55644008D	18/01/2014	65992	230	*	V
GZD7774	55644007D	18/01/2014	50100	162	*	I
HNX2027	55644727D	30/12/2013	55411	181	*	XVII
JGV8573	55643713D	19/01/2014	55411	181	*	XVII
LXG1005	55645749D	07/01/2014	65992	230	*	V
LXG1005	55645750D	07/01/2014	66531	230	*	XI
LYY3198	55643391D	13/01/2014	50100	162	*	I
LZK0020	55643701D	18/01/2014	66102	230	*	VII
LZR8299	55644003D	17/01/2014	65992	230	*	V
LZT3164	55643556D	11/01/2014	65992	230	*	V
MAP2806	55643733D	19/01/2014	55411	181	*	XVII
MAR5785	55646894D	15/12/2013	55411	181	*	XVII
MAX9916	55643730D	19/01/2014	55411	181	*	XVII
MBZ3837	55646895D	15/12/2013	55411	181	*	XVII
MCK1673	55643683D	08/01/2014	50450	162	*	V
MCK1673	55643682D	08/01/2014	65992	230	*	V
MCL7584	55643720D	19/01/2014	55411	181	*	XVII
MCN0949	55643496D	12/01/2014	66102	230	*	VII
MDE5815	55643726D	19/01/2014	55411	181	*	XVII
MDO7882	55643493D	08/01/2014	67000	230	*	XVI
MEG0164	55643285D	18/01/2014	55500	181	*	XVIII
MEN9047	55643703D	18/01/2014	50100	162	*	I
MEN9617	55643491D	08/01/2014	65563	230	*	I
MES5429	55643485D	07/01/2014	64160	221		Unico
MFA3384	55643382D	07/01/2014	66372	230	*	IX
MFJ2403	55644827D	29/12/2013	55680	181	*	XIX
MFY1710	55644846D	05/01/2014	50450	162	*	V
MGA0766	55643601D	26/01/2014	67000	230	*	XVI
MGM4969	55644840D	05/01/2014	65992	230	*	V
MGN1999	55643373D	02/01/2014	55411	181	*	XVII
MGW1945	55643463D	01/01/2014	55411	181	*	XVII
MHD5875	55644832D	29/12/2013	65992	230	*	V
MIE3192	55643284D	18/01/2014	55500	181	*	XVIII
MIX4008	55644581D	11/12/2013	54360	181	*	VI
MJF5765	55643278D	31/12/2013	51691	165		
MJN9933	55643388D	12/01/2014	50100	162	*	I
MKA4630	55643722D	19/01/2014	55411	181	*	XVII
MKP7384	55643472D	03/01/2014	55411	181	*	XVII
MKQ7909	55643658D	05/01/2014	73400	252	*	IV
MKY8811	55643718D	19/01/2014	55411	181	*	XVII
MLC3921	55644728D	30/12/2013	55411	181	*	XVII
MLK9938	55643716D	19/01/2014	55411	181	*	XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 584/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 584/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

APU2564	55643589D	01/02/2014	52070	169
APU2564	55643590D	01/02/2014	73400	252 * IV
DLA3952	55644729D	30/12/2013	55411	181 * XVII
DOT4082	55644849D	05/01/2014	66102	230 * VII
DRH9650	55643669D	05/01/2014	73400	252 * IV
FHZ5696	55643412D	19/01/2014	67000	230 * XVI
IDU3555	55644721D	29/12/2013	54521	181 * VIII
IJS3899	55643335D	22/12/2013	50100	162 * I
MAM2734	55643573D	25/01/2014	67000	230 * XVI
MBS0959	55644103D	31/01/2014	67261	230 * XVIII
MDY9699	55643398D	24/01/2014	65561	230 * I
MDY9699	55643397D	24/01/2014	67261	230 * XVIII
MEC2645	55643696D	17/01/2014	65992	230 * V
MEC2645	55643697D	17/01/2014	65561	230 * I
MEC2645	55643698D	17/01/2014	50100	162 * I
MEJ1225	55645998D	25/12/2013	54521	181 * VIII
MEX1483	55643332D	22/12/2013	66102	230 * VII
MFJ9047	55643304D	19/12/2013	65992	230 * V
MGL4319	55643336D	22/12/2013	64080	221
MHH6024	55643416D	28/01/2014	55411	181 * XVII
MIE0419	55644002D	17/01/2014	50100	162 * I
MIE3425	55643413D	19/01/2014	69120	232
MIN7748	55643494D	10/01/2014	60760	210
MIS2755	55644845D	05/01/2014	65992	230 * V
MIZ2161	55644014D	25/01/2014	51851	167
MJJ1205	55643699D	17/01/2014	55411	181 * XVII
MJM6939	55644834D	04/01/2014	67000	230 * XVI
MKT8651	55644218D	31/01/2014	52070	169
MLH5908	55643253D	20/12/2013	50100	162 * I
MMM5589	55644029D	31/01/2014	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.



ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 585/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 585/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJN2814	55645847D	25/12/2013	54600	181 * IX
AMB8817	55644060D	02/02/2014	67000	230 * XVI
CZA9535	55645888D	27/12/2013	54521	181 * VIII
DID6363	55644044D	07/02/2014	50100	162 * I
LYG6273	55643612D	02/02/2014	65561	230 * I
MBF9195	55643482D	07/01/2014	67000	230 * XVI
MBT7315	55643586D	11/01/2014	70302	244 * I
MCP7475	55644154D	01/02/2014	52070	169
MCY4594	55644201D	31/01/2014	67261	230 * XVIII
MHV6178	55644212D	31/01/2014	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 587/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 587/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ASW1782	55643396D	24/01/2014	67000	230 * XVI
BLM4093	55643479D	05/01/2014	55411	181 * XVII
BLM4093	55643467D	03/01/2014	55411	181 * XVII
IGR6326	55643692D	13/01/2014	66102	230 * VII
IGR6326	55643691D	13/01/2014	67000	230 * XVI
IOR9743	55643575D	25/01/2014	67000	230 * XVI
JGT9499	55643402D	19/01/2014	55250	181 * XV
LBV0822	55643508D	14/01/2014	54521	181 * VIII
MCH9631	55643672D	05/01/2014	50371	162 * III
MCH9631	55643665D	05/01/2014	65561	230 * I
MCH9631	55643666D	05/01/2014	73400	252 * IV
MCO1000	55644160D	02/02/2014	54521	181 * VIII
MDI8501	55644750D	11/01/2014	50100	162 * I
MDN3658	55644896D	19/01/2014	55411	181 * XVII
MDS6657	55643283D	03/01/2014	65992	230 * V
MFA0355	55643559D	11/01/2014	65992	230 * V
MFA0355	55643560D	11/01/2014	70302	244 * I
MFA5346	55643385D	11/01/2014	67000	230 * XVI
MFB7714	55643279D	31/12/2013	70301	244 * I
MFN0062	55644743D	08/01/2014	66371	230 * IX
MFN0062	55644744D	08/01/2014	65992	230 * V
MFN0062	55644745D	08/01/2014	59670	203 * V
MGR5777	55644713D	28/12/2013	55411	181 * XVII
MHO3137	55643273D	28/12/2013	55500	181 * XVIII
MHW9126	55645848D	25/12/2013	55500	181 * XVIII
MHZ6149	55644164D	02/02/2014	55411	181 * XVII
MIR7103	55643488D	07/01/2014	67261	230 * XVIII
MKC1716	55643272D	28/12/2013	55500	181 * XVIII
MKO3252	55643607D	02/02/2014	66372	230 * IX
MKO3252	55643608D	02/02/2014	73400	252 * IV
MKO3252	55643606D	02/02/2014	67261	230 * XVIII
MKO3252	55644031D	02/02/2014	66371	230 * IX
MKO3252	55644032D	02/02/2014	52070	169
MKO3252	55644030D	02/02/2014	54521	181 * VIII
MKO4834	55643456D	01/01/2014	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 589/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 589/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

APB2193	55644209D	31/01/2014	67261	230 * XVIII
BAV1048	55643349D	28/12/2013	67000	230 * XVI
DRM8765	55643717D	19/01/2014	55411	181 * XVII
KEG7781	55644167D	09/02/2014	55411	181 * XVII
LYG9511	55643406D	19/01/2014	54521	181 * VIII
LYI6453	55643613D	08/02/2014	51691	165
MAF0283	55644210D	31/01/2014	69120	232
MAR3376	55643707D	19/01/2014	55411	181 * XVII
MBX4731	55643403D	19/01/2014	54521	181 * VIII
MEA9916	55643299D	09/02/2014	70301	244 * I
MEH0374	55644026D	31/01/2014	65992	230 * V
MFT1276	55644023D	26/01/2014	67000	230 * XVI
MFX9795	55645893D	28/12/2013	66102	230 * VII
MGG5287	55644019D	26/01/2014	69120	232
MGN4468	55643366D	30/12/2013	65992	230 * V
MGN4468	55643365D	30/12/2013	50450	162 * V
MGV7878	55645886D	27/12/2013	54521	181 * VIII
MHB7229	55643277D	31/12/2013	55500	181 * XVIII
MHM8156	55643347D	28/12/2013	65992	230 * V
MIJ8296	55643462D	01/01/2014	55411	181 * XVII
MLM6161	55644733D	04/01/2014	67000	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 591/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 591/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BAJ1771	55644102D	24/01/2014	67000	230 * XVI
MAB7452	55643740D	19/01/2014	66020	230 * VI
MAB7452	55643739D	19/01/2014	50450	162 * V
MAC9435	55643487D	07/01/2014	60760	210
MAX9483	55643458D	01/01/2014	55411	181 * XVII
MBA6636	55643702D	18/01/2014	66102	230 * VII
MCR4717	55643460D	01/01/2014	54521	181 * VIII
MCT0509	55643724D	19/01/2014	55411	181 * XVII
MDD5617	55645879D	26/12/2013	51691	165
MFH1852	55643513D	10/02/2014	54790	181 * X
MFQ1107	55645894D	28/12/2013	69120	232
MGA3916	55643393D	14/01/2014	67000	230 * XVI
MHL5319	55643483D	07/01/2014	67000	230 * XVI
MHP8834	55643495D	12/01/2014	65992	230 * V
MIM8532	55643593D	01/02/2014	65992	230 * V
MIM8532	55643594D	01/02/2014	67000	230 * XVI
MIM8532	55643595D	01/02/2014	73400	252 * IV
MJE0601	55643656D	05/01/2014	67000	230 * XVI
MJM7405	55643374D	02/01/2014	55411	181 * XVII
MKA0974	55644055D	02/02/2014	67000	230 * XVI
MKG6189	55643410D	19/01/2014	65992	230 * V
MKL0746	55644053D	17/01/2014	50100	162 * I
MKO7841	55644715D	28/12/2013	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 593/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 593/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFW3921	55644066D	21/02/2014	50100	162 * I
APN3351	55643473D	03/01/2014	55411	181 * XVII
BAT0154	55643657D	05/01/2014	67000	230 * XVI
HFG9809	55644828D	29/12/2013	65992	230 * V
HFG9809	55644829D	29/12/2013	50450	162 * V
LYV3290	55643811D	01/03/2014	54521	181 * VIII
LYV3290	55643812D	01/03/2014	51851	167
LZT5846	55643611D	02/02/2014	66371	230 * IX
MCV6743	55643357D	29/12/2013	55411	181 * XVII
MDF4135	55643816D	02/03/2014	55411	181 * XVII
MDG1509	55643271D	28/12/2013	55500	181 * XVIII
MDT4749	55644830D	29/12/2013	69120	232
MDZ1251	55644841D	05/01/2014	73400	252 * IV
MEY7784	55643454D	28/12/2013	65992	230 * V
MEY7784	55643453D	28/12/2013	51691	165
MFH1852	55643517D	28/02/2014	54790	181 * X
MFM4084	55643805D	02/03/2014	67691	230 * XXII
MFM4084	55643802D	02/03/2014	67261	230 * XVIII
MGQ5979	55644208D	31/01/2014	67261	230 * XVIII
MHM1171	55643662D	05/01/2014	66020	230 * VI
MHM1171	55643661D	05/01/2014	70302	244 * I
MIL7012	55643750D	25/01/2014	65992	230 * V
MKF9060	55643659D	05/01/2014	73400	252 * IV
MKF9060	55643660D	05/01/2014	50531	162 * VI
MKL0746	55644052D	17/01/2014	65992	230 * V
MKN9134	55643801D	22/02/2014	69120	232
MKR0859	55643561D	11/01/2014	70302	244 * I
MKV1663	55643353D	25/12/2013	54521	181 * VIII
MKY5048	55643572D	11/01/2014	65992	230 * V
MKY5048	55643571D	11/01/2014	70302	244 * I
MLA1561	55643555D	11/01/2014	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 595/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 595/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKP4751	55643582D	25/01/2014	54790	181 * X
ASC4982	55644037D	02/02/2014	50100	162 * I
CRA0111	55643584D	25/01/2014	67261	230 * XVIII
CRA0111	55643585D	25/01/2014	66372	230 * IX
HVT0254	55643558D	11/01/2014	66102	230 * VII
ITG3171	55643399D	21/01/2014	67000	230 * XVI
LXB2387	55644588D	16/02/2014	50292	162 * II
LXB2387	55644590D	16/02/2014	65992	230 * V
LZS0669	55643411D	19/01/2014	67000	230 * XVI
MAM3524	55643401D	19/01/2014	55500	181 * XVIII
MBS2779	55644104D	01/02/2014	67000	230 * XVI
MCI5451	55643291D	18/01/2014	55500	181 * XVIII
MCL9785	55643684D	11/01/2014	73400	252 * IV
MDZ1251	55644166D	06/02/2014	55411	181 * XVII
MES3933	55643610D	02/02/2014	50100	162 * I
MFY3815	55643709D	19/01/2014	55411	181 * XVII
MGF5187	55643395D	24/01/2014	68580	231 * VII
MGR2738	55644033D	02/02/2014	67000	230 * XVI
MHY6782	55643564D	11/01/2014	70482	244 * II
MIH1201	55644220D	02/02/2014	66102	230 * VII
MIN8097	55643597D	01/02/2014	52070	169
MIX0981	55643748D	25/01/2014	69120	232
MJH5535	55644225D	02/02/2014	52070	169
MJS5373	55644020D	26/01/2014	67000	230 * XVI
MLC3909	55643405D	19/01/2014	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 597/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 597/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HNZ6778	55643721D	19/01/2014	55411	181 * XVII
HWD2558	55643615D	17/02/2014	65992	230 * V
HWD2558	55643614D	17/02/2014	50100	162 * I
LYT9135	55645885D	26/12/2013	53800	181 * I
MFE2331	55644838D	05/01/2014	66102	230 * VII
MHL5142	55643714D	19/01/2014	55411	181 * XVII
MIF0392	55644043D	06/02/2014	65992	230 * V
MIZ3857	55644897D	19/01/2014	55411	181 * XVII
MJJ4518	55644011D	18/01/2014	66102	230 * VII
MJK8869	55643599D	01/02/2014	57200	186 * I
MJX4053	55643414D	28/01/2014	55411	181 * XVII
MKE7499	55643621D	10/03/2014	54521	181 * VIII
MKG0404	55643618D	01/03/2014	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 599/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 599/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DRP8501	55643814D	01/03/2014	58350	195
JPA4926	55643813D	02/03/2014	51851	167
MDV8477	55643623D	31/03/2014	55411	181 * XVII
MIE8902	55643617D	17/02/2014	66371	230 * IX
MIE8902	55643616D	17/02/2014	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 602/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 602/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JPN0079	55643823D	12/04/2014	67261	230 * XVIII
LXT5839	55643756D	06/04/2014	50450	162 * V
LXT5839	55643755D	06/04/2014	65992	230 * V
MIA2813	55643636D	21/04/2014	66531	230 * XI
MIA2813	55643637D	21/04/2014	65564	230 * I
MIC4171	55643441D	14/04/2014	65561	230 * I
MJQ5949	55643824D	12/04/2014	67000	230 * XVI
MKX5971	55643425D	30/03/2014	65480	229
MKX5971	55643424D	30/03/2014	56650	182 * X
NEJ6455	55643435D	04/04/2014	50100	162 * I
NEJ6455	55643436D	04/04/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 603/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 603/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IQZ1848	55643754D	05/04/2014	51851	167
IQZ1848	55643752D	05/04/2014	67000	230 * XVI
IQZ1848	55643751D	05/04/2014	66102	230 * VII
IQZ1848	55643762D	19/04/2014	66700	230 * XIII
IQZ1848	55643761D	19/04/2014	67691	230 * XXII
JHF2811	55644092D	20/04/2014	67000	230 * XVI
JHF2811	55644093D	20/04/2014	51851	167
JHF2811	55644094D	20/04/2014	73400	252 * IV
LYZ1335	55644174D	13/04/2014	51851	167
MCT5186	55643432D	30/03/2014	56650	182 * X
MCY4594	55644192D	20/04/2014	70301	244 * I

MCY4594	55644188D	20/04/2014	70301	244	*	I
MDV3762	55643645D	21/04/2014	52070	169		
MED9475	55643624D	21/04/2014	70301	244	*	I
MEM9484	55643450D	26/04/2014	66102	230	*	VII
MEM9484	55643449D	26/04/2014	50100	162	*	I
MEM9484	55643448D	26/04/2014	65992	230	*	V
MEQ2121	55644073D	13/04/2014	50100	162	*	I
MFQ1734	55644050D	12/04/2014	66700	230	*	XIII
MGD8468	55643434D	04/04/2014	50100	162	*	I
MGN7354	55643520D	20/04/2014	54281	181	*	V
MIL4482	55644193D	20/04/2014	66531	230	*	XI
MJH9005	55644946D	20/04/2014	52070	169		
MJH9005	55644945D	20/04/2014	70301	244	*	I
MJO4177	55644195D	20/04/2014	70481	244	*	II
MJO4177	55644194D	20/04/2014	70301	244	*	I
MJU8397	55644591D	16/04/2014	73400	252	*	IV
MKE7299	55643828D	12/04/2014	65564	230	*	I
MKY2838	55643846D	20/04/2014	50100	162	*	I
MLD7358	55643446D	25/04/2014	65992	230	*	V
MLK7881	55643523D	20/04/2014	54281	181	*	V
MLM9362	55643625D	21/04/2014	50100	162	*	I
MLM9362	55643626D	21/04/2014	50610	163	c/c 162	* I
MLM9362	55643627D	21/04/2014	73400	252	*	IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 604/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 604/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MIP4438	55644085D	20/04/2014	51851	167
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 606/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 606/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BOE5361	55643381D	07/01/2014	69120	232
LYH8116	55643630D	21/04/2014	52070	169
MBD2894	55643759D	12/04/2014	69120	232
MEM9484	55644597D	26/04/2014	69120	232
MEM9484	55644598D	26/04/2014	58350	195
MEM9484	55644596D	26/04/2014	73400	252 * IV
MEM9484	55644595D	26/04/2014	65561	230 * I
MEP2851	55643499D	06/05/2014	66102	230 * VII
MFN3856	55643500D	06/05/2014	66371	230 * IX
MHF8621	55644185D	20/04/2014	54281	181 * V
MHG0653	55643437D	04/04/2014	50100	162 * I
MKG6282	55644112D	29/04/2014	70561	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 607/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 607/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXN0279	55643419D	26/03/2014	55411	181 * XVII
LXO6920	55644069D	03/04/2014	52312	172
MGG7940	55644111D	12/04/2014	51691	165
MGP3248	55643822D	12/04/2014	67261	230 * XVIII
MHB7323	55643845D	20/04/2014	66531	230 * XI
MJX6581	55644190D	20/04/2014	70481	244 * II
MJX6581	55644191D	20/04/2014	68580	231 * VII
MJX6581	55644189D	20/04/2014	70301	244 * I
MKN3291	55644079D	13/04/2014	67000	230 * XVI
MKN9285	55643519D	20/04/2014	54281	181 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 609/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 609/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCV1127	55644100D	20/04/2014	66532	230 * XI
MCZ3135	55643841D	20/04/2014	65561	230 * I
MFB6086	55644178D	18/04/2014	66372	230 * IX
MFN4399	55643840D	20/04/2014	65561	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 611/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 611/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHL1131	55644114D	02/05/2014	54600	181 * IX
MHQ5900	55643849D	21/04/2014	66531	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 613/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 613/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIH6540	55643646D	30/04/2014	54521	181 * VIII
MJT3289	55644089D	20/04/2014	72180	248

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 615/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 615/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCM8006 55644130D 13/06/2014 55090 181 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 617/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 617/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEU7309 55643431D 30/03/2014 51851 167
MII2921 55644176D 15/04/2014 54521 181 * VIII
MII3975 55643870D 02/06/2014 51852 167
MII3975 55643869D 02/06/2014 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 619/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 619/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFA6250	55643910D	03/07/2014	66371	230 * IX
MFA6250	55643911D	03/07/2014	66531	230 * XI
MGJ7390	55643876D	20/06/2014	65992	230 * V
MGJ7390	55643877D	20/06/2014	66371	230 * IX
MGJ7390	55643878D	20/06/2014	65561	230 * I
MHH8535	55643875D	17/06/2014	66371	230 * IX
MHH8535	55643873D	17/06/2014	50100	162 * I
MII2921	55643880D	26/06/2014	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 621/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 621/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWV4849	55644127D	07/06/2014	51691	165
LWV4849	55644128D	07/06/2014	69120	232
LYL6284	55643866D	27/05/2014	66531	230 * XI
MHJ9904	55643879D	23/06/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 623/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 623/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MK01156	55643872D	02/06/2014	51851	167
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 626/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 626/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IJY0921	55643951D	12/07/2014	51851	167
MBZ9702	55644351D	14/07/2014	50100	162 * I
MBZ9702	55644352D	14/07/2014	65992	230 * V
MBZ9720	55644401D	14/07/2014	66102	230 * VII
MEM9484	55645001D	20/07/2014	50100	162 * I
MEM9484	55645002D	20/07/2014	66531	230 * XI
MHM9630	55644131D	18/07/2014	52312	172
MHX2976	55643953D	12/07/2014	50100	162 * I
MHX2976	55643954D	12/07/2014	69120	232
MII2921	55643915D	18/07/2014	55411	181 * XVII
MKC9029	55644134D	20/07/2014	73740	253
MKC9029	55644133D	20/07/2014	64591	225 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 628/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 628/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ILG3449 55644356D 11/08/2014 67000 230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 630/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 630/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

INA5552	55643920D	03/08/2014	65992	230	* V
INA5552	55643921D	03/08/2014	50100	162	* I
INA5552	55643922D	03/08/2014	65800	230	* IV
KNB6262	55643952D	12/07/2014	51851	167	
MBE1385	55645165D	05/08/2014	51851	167	
MCL1801	55643919D	30/07/2014	55411	181	* XVII
MCV6634	55645152D	05/08/2014	54521	181	* VIII
MDQ0693	55643929D	06/08/2014	65564	230	* I
MDQ0693	55643926D	06/08/2014	69120	232	
MDQ0693	55643927D	06/08/2014	65992	230	* V
MFB7714	55644452D	14/07/2014	58350	195	
MFB7714	55644451D	14/07/2014	66531	230	* XI
MJV2554	55645162D	05/08/2014	51851	167	
MJZ4919	55645157D	05/08/2014	51851	167	
MKP0258	55643956D	07/08/2014	73662	252	* VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 631/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 631/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LOA8260	55644279D	19/08/2014	51851	167
MIL8405	55644276D	19/08/2014	51851	167
MMH5236	55644269D	19/08/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 632/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 632/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFX2888	55643918D	30/07/2014	55090	181 * XIII
LWT4079	55645154D	05/08/2014	51851	167
LXG9248	55643930D	06/08/2014	65561	230 * I
LXG9248	55643931D	06/08/2014	65992	230 * V
LXG9248	55643932D	06/08/2014	69120	232
MEZ7734	55645161D	05/08/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 633/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 633/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCJ8323 55643960D 11/08/2014 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 634/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 634/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IAZ3822 55644278D 19/08/2014 51851 167
MCC2212 55645175D 21/08/2014 52070 169
MCY5805 55644282D 25/08/2014 65992 230 * V
MEK4646 55645202D 19/08/2014 50100 162 * I
MFI6521 55643528D 04/09/2014 66372 230 * IX
MFI6521 55643527D 04/09/2014 50100 162 * I
MFN0062 55644259D 05/08/2014 51851 167

MHO0082	55643533D	04/09/2014	66372	230	*	IX
MHO0082	55643530D	04/09/2014	58350	195		
MHO0082	55643529D	04/09/2014	65992	230	*	V
MHO0082	55643532D	04/09/2014	65561	230	*	I
MJH4250	55643537D	11/09/2014	70561	244	*	III
MJH4250	55643536D	11/09/2014	66531	230	*	XI
MJP1155	55644283D	25/08/2014	66371	230	*	IX
MJP1155	55644284D	25/08/2014	58350	195		
MKJ6125	55643534D	04/09/2014	51851	167		
MLX3389	55643893D	15/09/2014	55090	181	*	XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 635/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 635/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBJ5478	55645167D	05/08/2014	66450	230 * X
MBJ5478	55643935D	06/08/2014	66531	230 * XI
MBJ5478	55643936D	06/08/2014	66020	230 * VI
MBJ5478	55643937D	06/08/2014	66371	230 * IX
MBJ5478	55645168D	05/08/2014	70561	244 * III
MBJ5478	55643934D	06/08/2014	70302	244 * I
MIV6849	55644271D	19/08/2014	51851	167
MIY7474	55643949D	07/09/2014	66371	230 * IX
MIY7474	55643950D	07/09/2014	66531	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 637/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 637/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DRP8501	55645103D	13/09/2014	51851	167
MCR4445	55643892D	12/09/2014	66531	230 * XI
MFB7714	55643947D	07/09/2014	66371	230 * IX
MFB7714	55643948D	07/09/2014	66531	230 * XI
MLR4205	55645105D	01/10/2014	59241	203 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 638/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE TRANSITO N.8062 638/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCZ7426 55643525D 04/09/2014 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 640/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 640/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGS8311 55645102D 13/09/2014 67000 230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 642/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 642/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEW0797	55644141D	29/09/2014	70481	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 643/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 643/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IGB1607 55646505D 26/10/2014 55411 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 644/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 644/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEW2011	55645114D	07/12/2014	55411	181 * XVII
BAC0121	55645207D	06/12/2014	55411	181 * XVII
HWK1099	55644289D	22/11/2014	65992	230 * V
IFQ4811	55643895D	23/11/2014	55411	181 * XVII
INT9568	55645108D	10/10/2014	66372	230 * IX
INT9568	55645109D	10/10/2014	51691	165
INT9568	55645110D	10/10/2014	50100	162 * I
LZR9714	55643550D	16/11/2014	55411	181 * XVII
MDX8286	55645117D	07/12/2014	56650	182 * X
MFS0003	55644217D	11/11/2014	55411	181 * XVII
MFS0003	55644234D	11/11/2014	65561	230 * I
MGF2944	55643897D	23/11/2014	55411	181 * XVII
MGZ3943	55643899D	23/11/2014	55411	181 * XVII
MJD5922	55643545D	16/11/2014	55411	181 * XVII

MKY7044 55645241D 07/12/2014 55411 181 * XVII
MLY1638 55645240D 07/12/2014 55411 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

HERVAL D'OESTE

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1001/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1001/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYY4212 55481991D 05/10/2014 51691 165
LZT7531 54776625E 02/10/2014 51691 165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1002/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 1002/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKH5070	55644777E	09/09/2014	51851	167
MBX3047	55644757E	02/10/2014	55500	181 * XVIII
MDZ2496	55644759E	03/10/2014	55500	181 * XVIII
MIC6332	54777971E	11/09/2014	59320	203 * II
MJI3124	55644685E	03/10/2014	73662	252 * VI
MKM6066	55644728E	01/10/2014	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1004/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 1004/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IFJ7102	54777518E	13/10/2014	65992	230 * V
IFJ7102	54777519E	13/10/2014	66371	230 * IX
IFJ7102	54777520E	13/10/2014	65561	230 * I
IFJ7102	54777521E	13/10/2014	53040	176 * III
LYY5079	54777835E	19/09/2014	50100	162 * I
LYY5079	54777836E	19/09/2014	51180	164 c/c 162 * I
LYY5079	54777837E	19/09/2014	65992	230 * V
LYY5079	54777838E	19/09/2014	65564	230 * I
MEP8446	54777372E	24/09/2014	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1005/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1005/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAR6662	55644812E	09/10/2014	51851	167
MBS7663	55644764E	08/10/2014	54870	181 * XI
MDG4895	55644816E	09/10/2014	51851	167
MHJ5279	54642687C	16/09/2014	57200	186 * I
MHZ2537	54777855E	10/09/2014	73662	252 * VI
MLM4265	55644817E	09/10/2014	61300	214 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1007/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 1007/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXG5475	54777597E	21/10/2014	55250	181 * XV
MCV9104	54777890E	22/10/2014	58780	199
MGI3669	54776990E	23/10/2014	51851	167
MGQ8593	54777840E	17/10/2014	58780	199

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1010/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 1010/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYI5615	54776565E	05/10/2014	50100	162 * I
LYI5615	54776566E	05/10/2014	51180	164 c/c 162 * I
LYI5615	54776567E	05/10/2014	51691	165
LYI5615	54776569E	05/10/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1011/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1011/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCE3813	55644758E	02/10/2014	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1013/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 1013/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BOL9250	55644876E	24/10/2014	51691	165
BOL9250	54776571E	24/10/2014	50450	162 * V
BOL9250	54776572E	24/10/2014	51420	164 c/c 162 * V
IGZ3984	54777373E	07/10/2014	64080	221
IGZ3984	54777374E	07/10/2014	65992	230 * V
MBD8055	55644668E	24/10/2014	65992	230 * V
MDH9759	54777668E	04/11/2014	50100	162 * I
MDH9759	54777669E	04/11/2014	51180	164 c/c 162 * I
MDH9759	54777670E	04/11/2014	65992	230 * V
MDH9759	54777671E	04/11/2014	51691	165
MET3054	55644669E	24/10/2014	69120	232
MGT3411	54777843E	28/10/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1014/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 1014/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFS7521	55644836E	03/11/2014	51851	167
AKX0700	55644851E	02/11/2014	51851	167
IDM6252	55644814E	09/10/2014	51851	167
LXW2427	55644807E	09/10/2014	51851	167
MCV9104	54776756E	24/10/2014	59401	203 * III
MGE0436	55555688C	29/10/2014	51851	167
MGO1119	55644834E	03/11/2014	73662	252 * VI
MGU3649	55644835E	03/11/2014	51851	167
MHX4054	54777841E	27/10/2014	58780	199
MKP2977	54776992E	30/10/2014	73662	252 * VI
MMB5895	54776993E	30/10/2014	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1017/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 1017/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KDU1564	54777037E	08/11/2014	50100	162 * I
KDU1564	54777375E	08/11/2014	65992	230 * V
KDU1564	54777036E	08/11/2014	51180	164 c/c 162 * I
LZO1283	54776815E	09/11/2014	50100	162 * I
LZO1283	54776818E	09/11/2014	51180	164 c/c 162 * I
LZO1283	54776819E	09/11/2014	65992	230 * V
LZO1283	54776820E	09/11/2014	66102	230 * VII
LZO1283	54776821E	09/11/2014	69120	232
MEX6845	54776758E	05/11/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1018/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1018/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHT0473	54777848E	04/11/2014	58780	199
MKF2554	55644832E	03/11/2014	51851	167
MKI0820	55481798D	05/11/2014	57200	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1019/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 1019/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXT9128	55481992D	15/11/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1020/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 1020/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
FAN4080	54777523E	23/10/2014	73662	252 * VI
KWS4049	54777680E	27/10/2014	55500	181 * XVIII
MDE8172	54777891E	22/10/2014	58350	195
MDE8172	54777425E	22/10/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1023/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1023/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IHG8918	54776822E	26/11/2014	65992	230 * V
IHG8918	54776823E	26/11/2014	51180	164 c/c 162 * I
IHG8918	54776824E	26/11/2014	50100	162 * I
MDE9973	54777844E	01/11/2014	53200	176 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1024/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 1024/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AXK2209	55644838E	03/11/2014	73662	252 * VI
DVK6544	54770649B	21/11/2014	51851	167
LXI6538	54776574E	27/10/2014	73662	252 * VI
LXJ3505	55644820E	29/10/2014	58780	199
MBI1215	55645002E	26/11/2014	51851	167
MBS5240	54770644B	21/11/2014	51851	167
MCI7605	55645004E	26/11/2014	51851	167
MCR8787	54770646B	21/11/2014	51851	167
MFP1388	54776735E	09/12/2014	73662	252 * VI
MIQ9025	54770648B	21/11/2014	51851	167
MIT8159	54776904E	07/11/2014	51851	167
MLL7294	54776733E	01/12/2014	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 894/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 894/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCO8807	54776503E	08/11/2013	73662	252 * VI
MEL9717	55848723A	12/11/2013	70481	244 * II
MEL9717	55848725A	12/11/2013	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 895/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 895/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAV2458 55482412D 07/12/2013 51691 165
MAV2458 55482413D 07/12/2013 53040 176 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 896/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 896/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MIW2403 54776581E 20/11/2013 73662 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 897/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 897/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGO3798	55482415D	13/12/2013	50100	162 * I
MGO3798	55482416D	13/12/2013	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 898/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 898/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKL7223	54776701E	13/12/2013	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 900/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 900/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXW1628	54776585E	06/12/2013	65992	230 * V
LXW1628	54776586E	06/12/2013	50450	162 * V
LZH2207	55482345D	15/12/2013	53200	176 * V
LZH2207	55482449D	15/12/2013	65992	230 * V
LZH2207	55482450D	15/12/2013	52820	176 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 901/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 901/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYS0418 55482098D 21/12/2013 65992 230 * V
LYS0418 55482099D 21/12/2013 53200 176 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 902/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 902/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFX5579 54776590E 21/12/2013 51851 167
LYS0418 55482100D 21/12/2013 53470 178

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 904/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 904/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFZ1469	54776599E	30/12/2013	50100	162 * I
MIY7116	54776650E	28/12/2013	50100	162 * I
MIY7116	54770517B	28/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
MIY7116	54770519B	28/12/2013	51691	165
MIY7116	54770520B	28/12/2013	52741	175
MIY7116	54770521B	28/12/2013	64080	221
MIY7116	54770522B	28/12/2013	69120	232
MJI0674	54776703E	30/12/2013	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 905/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 905/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AOX1631	54776702E	27/12/2013	58270	194
MJI0674	54776704E	30/12/2013	52152	170

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 906/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 906/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWZ8681	55482347D	19/01/2014	50450	162 * V
---------	-----------	------------	-------	---------

LWZ8681	55482348D	19/01/2014	51420	164	c/c 162 * V
LWZ8681	55482346D	19/01/2014	65992	230	* V
LWZ8681	55482350D	19/01/2014	51691	165	
LXF5823	55555752C	15/12/2013	51691	165	
LXF5823	55555751C	15/12/2013	65992	230	* V
MEZ1490	54776729E	03/02/2014	69120	232	
MEZ1490	54776730E	03/02/2014	50100	162	* I
MEZ1490	54776731E	03/02/2014	51180	164	c/c 162 * I
MEZ1490	54776732E	03/02/2014	64080	221	
MFT3979	54776707E	30/12/2013	65992	230	* V
MFT3979	54776708E	30/12/2013	50100	162	* I
MFT3979	54776710E	30/12/2013	51180	164	c/c 162 * I
MGZ7264	54776726E	08/01/2014	65561	230	* I
MGZ7264	54776727E	08/01/2014	64080	221	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 907/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 907/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWZ8681	55482349D	19/01/2014	51930	168
MFT3979	54776705E	30/12/2013	58350	195
MFT3979	54776706E	30/12/2013	52151	170

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 908/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 908/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIX1083	54776826E	06/02/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 909/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 909/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFE9903 55482387D 18/12/2013 55413 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 910/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 910/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDM4534 54776828E 11/02/2014 65992 230 * V

MDY1827 54776600E 30/12/2013 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 911/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 911/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MJT5699 54776728E 23/01/2014 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 912/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 912/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAB3524	55482461D	01/02/2014	52741	175
MAB3524	55482463D	01/02/2014	65992	230 * V
MAB3524	55482458D	01/02/2014	50100	162 * I
MAB3524	55482459D	01/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
MAB3524	55482460D	01/02/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 913/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 913/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEA3553	54776596E	26/12/2013	59401	203 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 914/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 914/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AOU1324	55481855D	03/03/2014	65992	230 * V
LXY4948	55482039D	10/02/2014	50100	162 * I
LXY4948	55482040D	10/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
LXY4948	55482041D	10/02/2014	65992	230 * V
MGU4980	54776711E	03/03/2014	50100	162 * I
MGU4980	54776712E	03/03/2014	51180	164 c/c 162 * I
MHN4795	54776543E	01/03/2014	50100	162 * I
MHN4795	54776544E	01/03/2014	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 915/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 915/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAL5792	55555470C	25/01/2014	58433	196
MET8996	55482420D	27/02/2014	60412	207
MGU4980	54776713E	03/03/2014	59401	203 * III
MHN4795	54776545E	01/03/2014	70301	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 916/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 916/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AOU1324	55481854D	03/03/2014	69120	232
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 917/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 917/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AKA0988 55481979D 15/03/2014 55411 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 919/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 919/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBO4320	54776546E	01/03/2014	51691	165
MBO4320	54776548E	01/03/2014	65992	230 * V
MBO4320	54776549E	01/03/2014	66372	230 * IX
MBO4320	54776550E	01/03/2014	69120	232
MBO4320	54776876E	01/03/2014	50450	162 * V
MEH6484	54776778E	08/03/2014	51691	165
MEH6484	54776779E	08/03/2014	50100	162 * I
MEH6484	54776780E	08/03/2014	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 920/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 920/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBT9855	55481983D	20/03/2014	70721	244 * V
MBT9855	55481982D	20/03/2014	70301	244 * I
MBT9855	55481984D	20/03/2014	70481	244 * II
MCF3727	54776881E	27/03/2014	58780	199
MGT1668	54776885E	27/03/2014	58780	199
MMI1861	55482025D	28/03/2014	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 923/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 923/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IUD6106	55481985D	24/03/2014	73662	252 * VI
MGB4432	55482424D	02/04/2014	59401	203 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 924/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 924/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IBJ6530	54777378E	09/04/2014	66372	230 * IX
LZS8849	54777476E	09/04/2014	65992	230 * V
MDP4291	54777226E	09/04/2014	65992	230 * V
MLJ4575	54776877E	23/03/2014	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 925/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 925/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CKO5383	54777452E	09/04/2014	51930	168
DDM4394	54777576E	09/04/2014	51851	167
MDS6115	54777463E	12/04/2014	51851	167
MEX6748	54777454E	12/04/2014	51851	167
MGG6030	55849397A	12/04/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 927/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 927/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXE0160	55481986D	24/04/2014	65992	230 * V
LXE0160	55481987D	24/04/2014	50100	162 * I
MDT0310	54776787E	17/04/2014	65992	230 * V
MGS7085	55482043D	19/04/2014	50100	162 * I
MGS7085	55482044D	19/04/2014	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 928/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 928/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IGR8377	54777458E	12/04/2014	51851	167
MCU0034	54776896E	14/04/2014	58780	199
MFP6851	54776880E	27/03/2014	58780	199

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 930/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 930/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

EQA4367	54776970E	26/04/2014	51851	167
LZR5479	55848899A	29/04/2014	51851	167
MBT1438	54777128E	26/04/2014	51851	167
MCL7339	54776969E	26/04/2014	51851	167
MCO5889	54777202E	29/04/2014	51851	167
MHB7622	54776806E	25/04/2014	59593	203 * IV
MHK3341	54777135E	26/04/2014	51852	167
MHO6133	54776962E	26/04/2014	51851	167
MHZ4349	54776963E	26/04/2014	51851	167
MIIO301	54776974E	26/04/2014	51852	167
MJN7454	54777130E	26/04/2014	51851	167
MLP3583	54777139E	26/04/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 931/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 931/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADX6645	54777151E	09/04/2014	65992	230 * V
ADX6645	54777152E	09/04/2014	50100	162 * I
ADX6645	54777153E	09/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
MHE1158	54642068C	21/04/2014	65992	230 * V
MIB4748	54776834E	06/05/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 932/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 932/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHJ4090	55849399A	12/04/2014	51851	167
BPD0115	54777079E	10/05/2014	51851	167
MDN7544	55849396A	12/04/2014	51851	167
MEG3701	54777052E	10/05/2014	51851	167
MGE2762	54777081E	10/05/2014	51851	167
MGS7815	54776835E	07/05/2014	59401	203 * III
MHB8891	54776957E	26/04/2014	51851	167
MHE1158	54642069C	21/04/2014	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 935/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 935/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BKH2952	54777654E	10/05/2014	50450	162 * V
BKH2952	54777655E	10/05/2014	51420	164 c/c 162 * V
BKH2952	54777656E	10/05/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 936/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 936/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWU8754	54777146E	10/05/2014	51851	167
LWU8754	54777353E	11/05/2014	51851	167
MAO1861	55849394A	12/04/2014	51851	167
MGZ9549	54776897E	12/05/2014	51851	167
MHA1966	54777054E	10/05/2014	73662	252 * VI

MKG5009 54776895E 14/04/2014 58780 199

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 938/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 938/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IAY5637	54776618E	24/04/2014	51691	165
IAY5637	54776619E	24/04/2014	50450	162 * V
IAY5637	54776620E	24/04/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 939/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 939/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCU9052	54777136E	26/04/2014	51851	167
MFR5388	54777351E	29/04/2014	51851	167
MIQ7627	54776898E	20/05/2014	54600	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 941/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 941/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXV6479	54776752E	23/05/2014	55416	181 * XVII
MED4867	54776959E	26/04/2014	51851	167
MIW2403	54776965E	26/04/2014	51851	167
MLL4055	54777138E	26/04/2014	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 944/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 944/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZB7074	55482046D	17/05/2014	64080	221
LZB7074	55482047D	17/05/2014	65480	229
LZB7074	55482048D	17/05/2014	51691	165
MFA0462	54776753E	03/06/2014	50100	162 * I
MFA0462	54776754E	03/06/2014	65992	230 * V
MFA0462	54776755E	03/06/2014	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 945/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 945/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JZG8237	54777432E	09/05/2014	51851	167
MDE7517	54777080E	10/05/2014	51852	167
MHF4024	54777556E	10/05/2014	61220	214 * I
MJB1217	54777554E	10/05/2014	51851	167
MLF4452	54777084E	10/05/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 947/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 947/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEO8439 54776720E 15/05/2014 65992 230 * V
MEO8439 55555474C 15/05/2014 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 948/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 948/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IAY4037 54776933E 07/06/2014 51851 167
LZI9793 54777528E 16/05/2014 51851 167
MBO0517 55482205D 07/06/2014 51851 167
MCV9104 54776899E 05/06/2014 59910 206 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 950/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 950/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DHT6269	55482049D	17/05/2014	65480	229
IGN9755	54776838E	14/06/2014	51691	165
IHC6619	54776725E	12/06/2014	50100	162 * I
MGZ3523	54776621E	14/06/2014	50100	162 * I
MGZ3523	54776622E	14/06/2014	65992	230 * V
MGZ3523	54776623E	14/06/2014	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 951/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 951/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DBE7474	54776932E	07/06/2014	51851	167
IHC6619	54777354E	12/06/2014	54521	181 * VIII
KER7201	54777217E	07/06/2014	51851	167
LZL6478	54777180E	14/06/2014	73662	252 * VI
MAV1201	54777222E	07/06/2014	51851	167
MCE6647	54777206E	07/06/2014	51852	167
MGU8044	55482203D	07/06/2014	54522	181 * VIII
MHS2068	54776937E	07/06/2014	73662	252 * VI
MHU2064	54777179E	14/06/2014	51851	167
MIY8675	54770523B	09/06/2014	73662	252 * VI
MJD4610	54777204E	07/06/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 953/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 953/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDA9283	55481989D	17/06/2014	65992	230 * V
MDA9283	55481990D	17/06/2014	51180	164 c/c 162 * I
MDA9283	55481988D	17/06/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 954/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 954/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHP9387	54777480E	24/06/2014	51851	167
LWT8998	54777485E	24/06/2014	51851	167
LXN2747	54777547E	25/06/2014	51851	167
LYB3620	54777498E	24/06/2014	51851	167
LZA3573	54777533E	25/06/2014	51851	167
LZU0339	54777439E	24/06/2014	51851	167
MBX1497	54777484E	24/06/2014	51851	167
MCN4857	54777755E	22/06/2014	51851	167
MEZ3120	54776842E	22/06/2014	51851	167
MGU3649	54777543E	25/06/2014	51851	167
MHB3401	54777754E	17/06/2014	51851	167
MHB3401	54776841E	21/06/2014	51851	167
MHB3401	54777481E	24/06/2014	51851	167
MJA0778	54777536E	25/06/2014	51851	167
MKR0743	54777539E	25/06/2014	51851	167
MMI9332	54777493E	24/06/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 957/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 957/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CIU5190	54776839E	20/06/2014	50100	162 * I
CIU5190	54776840E	20/06/2014	51180	164 c/c 162 * I
LYW7454	54776791E	04/07/2014	51420	164 c/c 162 * V
LYW7454	54776514E	04/07/2014	65992	230 * V
LYW7454	54776515E	04/07/2014	50450	162 * V
LYW7454	54776516E	04/07/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 958/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 958/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AKZ1016	54777219E	07/06/2014	51851	167
CGO9086	54777224E	07/06/2014	51851	167
IVX4004	54777220E	07/06/2014	51851	167
LXK8827	54777216E	07/06/2014	51851	167
LZX4842	54777478E	07/06/2014	51851	167
MCH3811	54777095E	07/06/2014	51851	167
MDD4557	54777445E	07/07/2014	51851	167
MGE1561	54776900E	05/06/2014	61300	214 * II
MIP0065	54777103E	07/07/2014	73662	252 * VI
MKJ8868	54777227E	05/07/2014	51851	167
MLK8260	54776940E	07/06/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 960/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 960/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABK4799	55482477D	11/07/2014	50450	162 * V
---------	-----------	------------	-------	---------

AKK4406	54776554E	11/07/2014	50100	162	* I
AKK4406	54776555E	11/07/2014	51180	164	c/c 162 * I
AKK4406	54776556E	11/07/2014	65992	230	* V
BQP3913	55482251D	18/06/2014	51691	165	
JNT4551	54777029E	09/07/2014	51420	164	c/c 162 * V
JNT4551	54777027E	09/07/2014	65992	230	* V
JNT4551	54777028E	09/07/2014	50450	162	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 961/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 961/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACF1469	54777194E	08/07/2014	51851	167
AHP9387	54776950E	07/07/2014	51851	167
AHP9387	54777190E	08/07/2014	51851	167
AKX0700	54777061E	08/07/2014	51852	167
AZE0707	54777157E	09/07/2014	51851	167
BOS6648	54777199E	14/07/2014	51851	167
BYN7605	55482212D	11/07/2014	55500	181 * XVIII
CHH1669	54777198E	08/07/2014	51851	167
DES9217	54777316E	12/07/2014	51851	167
ICN3306	54777277E	08/07/2014	51852	167
KMT1964	54777604E	08/07/2014	51851	167
LXV6479	54777168E	09/07/2014	51851	167
LZA3573	54776947E	07/07/2014	51851	167
LZR9552	55848499A	04/07/2014	59910	206 * I
LZZ8592	54777065E	09/07/2014	51851	167
MAE7706	54776934E	07/06/2014	51851	167
MAN1785	54777309E	09/07/2014	61220	214 * I

MAP4042	54777297E	08/07/2014	51851	167	
MBB9629	54777615E	08/07/2014	51851	167	
MBT0368	54777450E	10/07/2014	68580	231	* VII
MCZ4359	54777308E	09/07/2014	51851	167	
MDW2108	54776944E	07/07/2014	51851	167	
MDZ7891	54777562E	10/07/2014	73662	252	* VI
MDZ7891	55482215D	12/07/2014	51851	167	
MEQ2280	54777064E	08/07/2014	73662	252	* VI
MFH9609	54777327E	12/07/2014	70302	244	* I
MFR1399	54777170E	11/07/2014	51851	167	
MFZ0026	54777186E	08/07/2014	51851	167	
MGE0436	54777611E	08/07/2014	51851	167	
MGM9526	54777165E	09/07/2014	51851	167	
MHB9949	54777254E	11/07/2014	55411	181	* XVII
MHU2064	54777192E	08/07/2014	51851	167	
MIA6805	54777155E	09/07/2014	51851	167	
MIM6765	54777166E	09/07/2014	51851	167	
MIP7639	54777609E	08/07/2014	51851	167	
MIT0086	55482207D	07/06/2014	51852	167	
MJM2865	54777058E	08/07/2014	51851	167	
MLT2092	54776978E	10/07/2014	59593	203	* IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 963/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 963/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LCD5940	54776792E	14/07/2014	64080	221
MEO4765	54776795E	15/07/2014	65992	230 * V
MEO4765	54776796E	15/07/2014	50100	162 * I

MKM7328 54776794E 15/07/2014 50450 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 964/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 964/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABY0670	54777876E	18/07/2014	51851	167
ACB8391	54777496E	24/06/2014	51851	167
AIH1847	54777879E	21/07/2014	55414	181 * XVII
AJW9366	54777902E	18/07/2014	51851	167
ANK9787	54777483E	24/06/2014	51851	167
DIG3936	54777441E	24/06/2014	51851	167
IAU9904	54777171E	11/07/2014	51851	167
IBP9766	54777906E	18/07/2014	51851	167
IOF0272	54777495E	24/06/2014	51851	167
LZM7431	54777546E	25/06/2014	51851	167
MBZ0569	54777329E	12/07/2014	59670	203 * V
MCI2274	54777313E	09/07/2014	60412	207
MDM6421	54777004E	16/07/2014	73662	252 * VI
MDW2108	54777499E	24/06/2014	51851	167
MFF9510	54777534E	25/06/2014	51851	167
MGA7604	54777337E	19/07/2014	70302	244 * I
MHN7291	54777328E	12/07/2014	51851	167
MIF3436	54777440E	24/06/2014	51851	167
MJT8353	54777113E	17/07/2014	73662	252 * VI
MKC1935	55482050D	02/07/2014	61220	214 * I
MMB5895	54777903E	18/07/2014	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 967/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 967/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBI1215	54777826E	21/07/2014	65992	230 * V
MMM2323	54776513E	04/07/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 968/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE TRANSITO N.8032 968/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CCA5488	54777402E	14/07/2014	51851	167
DXQ2780	54777014E	22/07/2014	73662	252 * VI
MBP0157	54777114E	21/07/2014	51851	167
MBP0157	54777115E	21/07/2014	59593	203 * IV
MDV2642	54777110E	17/07/2014	51851	167
MEW9479	54777549E	25/06/2014	51851	167
MFR1399	54777728E	24/07/2014	51851	167
MHB3401	54777200E	21/07/2014	51851	167
MIC0944	54777332E	12/07/2014	59401	203 * III
MJE6368	55644515E	24/07/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 970/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 970/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDC8994 54776560E 30/07/2014 65992 230 * V
MDC8994 54776562E 30/07/2014 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 971/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 971/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BNW5439	54777449E	10/07/2014	73662	252 * VI
CKX2040	54777415E	25/07/2014	51851	167
DEZ7189	54777757E	08/07/2014	55250	181 * XV
GRK8745	54777258E	11/07/2014	73662	252 * VI
GWW5377	55482216D	12/07/2014	51851	167
KJB3552	55644550E	01/08/2014	51851	167
LWZ5326	54777285E	08/07/2014	51851	167
LXY9866	54776946E	07/07/2014	51851	167
LZA3573	54777953E	28/07/2014	51851	167
MBZ7430	54777295E	08/07/2014	51851	167
MDF9661	55644529E	31/07/2014	70302	244 * I
MDM1799	54777293E	08/07/2014	51851	167
MFB7140	54777957E	28/07/2014	70481	244 * II
MGB5008	54777299E	08/07/2014	51851	167
MHD4159	54777330E	12/07/2014	54522	181 * VIII
MHE0933	54776943E	07/07/2014	73662	252 * VI
MHI5386	54777119E	29/07/2014	51851	167
MHI5386	54777929E	29/07/2014	73662	252 * VI
MHT2295	54777185E	08/07/2014	51851	167
MHY7084	55644533E	31/07/2014	51851	167
MIE9160	55644519E	29/07/2014	73662	252 * VI

MIL5868	54777060E	08/07/2014	51851	167
MIQ1368	54777338E	28/07/2014	51851	167
MJI9536	54777290E	08/07/2014	51851	167
MKS9029	54777962E	30/07/2014	59670	203 * V
MKT5796	54777261E	01/08/2014	73662	252 * VI
MKZ3156	54777068E	09/07/2014	51851	167
MLB0831	55644522E	29/07/2014	51851	167
MLG7198	55644530E	31/07/2014	51851	167
MLV5499	54777255E	11/07/2014	55500	181 * XVIII
MLX9285	54777160E	09/07/2014	51851	167
MMD9565	55644524E	29/07/2014	61220	214 * I
MMI1861	54777933E	31/07/2014	73662	252 * VI
NFB8800	55644514E	24/07/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 972/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 972/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CBI2083	54777587E	04/08/2014	50100	162 * I
CBI2083	54777588E	04/08/2014	65992	230 * V
CBI2083	54777589E	04/08/2014	51180	164 c/c 162 * I
CBI2083	54777590E	04/08/2014	69120	232
GUA3708	54776809E	28/07/2014	51691	165
GUA3708	54776810E	28/07/2014	69120	232
IEQ1782	54776848E	16/07/2014	65992	230 * V
IEQ1782	54776849E	16/07/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 973/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 973/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGG7450	54777314E	12/07/2014	51851	167
AKX0700	55644586E	06/08/2014	51851	167
AZE0707	55644558E	04/08/2014	51851	167
BUF2050	55644580E	06/08/2014	73662	252 * VI
CFO1230	54777073E	09/07/2014	51851	167
ILL4884	54777732E	04/08/2014	51851	167
LXL4632	54777002E	16/07/2014	51851	167
LXY5856	55644583E	06/08/2014	51851	167
LYE4100	54777312E	09/07/2014	51851	167
LYN9230	54777158E	09/07/2014	51851	167
LZV9920	55644585E	06/08/2014	51851	167
MAC0752	55644577E	06/08/2014	51851	167
MAV4575	55644597E	07/08/2014	51851	167
MCA2657	55644599E	07/08/2014	51851	167
MCN4857	54777311E	09/07/2014	51851	167
MDG8814	54777943E	08/08/2014	70302	244 * I
MFQ0657	55644596E	07/08/2014	70302	244 * I
MFS5186	54777010E	16/07/2014	51851	167
MGE9714	54777154E	09/07/2014	51851	167
MGS2561	54777174E	11/07/2014	55411	181 * XVII
MGX8518	54777624E	04/08/2014	51851	167
MHJ5708	54777256E	11/07/2014	73662	252 * VI
MHS9254	54776847E	12/07/2014	51851	167
MHU2064	54777945E	08/08/2014	51851	167
MIF3436	54777104E	11/07/2014	51851	167
MIG7080	54777298E	08/07/2014	51851	167
MJQ4428	54777172E	11/07/2014	51851	167

MKG5918	54777412E	16/07/2014	73662	252 * VI
MKY0255	54777948E	08/08/2014	70302	244 * I
MKZ3156	54777403E	14/07/2014	51851	167
MLW0895	55644600E	07/08/2014	70302	244 * I
MMM0862	54777877E	18/07/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 975/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 975/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACP1109	54777964E	13/08/2014	66102	230 * VII
KIY9576	54777834E	17/08/2014	73400	252 * IV
OKE4544	54777781E	10/08/2014	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 976/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 976/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZI9793	54777112E	17/07/2014	51851	167
MBF5973	54777733E	14/08/2014	73662	252 * VI
MKW3172	54777015E	22/07/2014	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 979/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 979/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGW4833	54777362E	14/08/2014	53200	176	* V
MDT7030	55482252D	17/08/2014	50100	162	* I
MDT7030	55482255D	17/08/2014	65992	230	* V
MDT7030	55482253D	17/08/2014	51180	164	c/c 162 * I
MDT7030	55482254D	17/08/2014	66371	230	* IX
MFB7140	54777982E	15/08/2014	66371	230	* IX
MFH0553	54777801E	15/07/2014	65992	230	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 980/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 980/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADR8579	55482225D	15/08/2014	51851	167
AME7990	54777503E	22/07/2014	51851	167
AMY1292	54777735E	18/08/2014	73662	252 * VI
ARK0181	54777349E	30/07/2014	61220	214 * I
HVS2875	54777618E	22/07/2014	51851	167
IOF0272	54777963E	30/07/2014	51851	167
LYE4100	54777976E	25/07/2014	51851	167
MAV1434	54777729E	25/07/2014	51851	167
MAX2252	54777271E	13/08/2014	73662	252 * VI
MCB4988	55644501E	22/07/2014	51851	167
MES7882	54777958E	28/07/2014	70481	244 * II
MFB7140	54777983E	15/08/2014	58350	195
MFB7140	54777981E	15/08/2014	70302	244 * I
MIH2068	55644521E	29/07/2014	73662	252 * VI
MJQ6631	55644676E	21/08/2014	73662	252 * VI
MMD9565	54777986E	15/08/2014	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 983/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 983/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JXZ9141	54777830E	03/08/2014	50100	162 * I
JXZ9141	54777831E	03/08/2014	51180	164 c/c 162 * I
JXZ9141	54777832E	03/08/2014	65992	230 * V
JXZ9141	54777833E	03/08/2014	64080	221

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 984/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 984/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACP9897	54777342E	28/07/2014	55250	181 * XV
ACQ4586	54777783E	20/08/2014	51851	167
AEC0770	54777916E	29/08/2014	60760	210
AEC0770	54777917E	29/08/2014	58350	195
AEC0770	54777918E	29/08/2014	59241	203 * I
AEC0770	54777275E	29/08/2014	72340	250 * I * a
AGV4112	54777509E	28/08/2014	73662	252 * VI
AHP9387	54778000E	28/08/2014	51851	167
AHP9387	54777738E	28/08/2014	51851	167
AMH9341	54777881E	25/08/2014	73662	252 * VI
ANK9787	55644547E	01/08/2014	51851	167
APG4888	54776563E	30/07/2014	53800	181 * I
AVI5607	54777992E	21/08/2014	61220	214 * I
DGI9284	54777994E	21/08/2014	73662	252 * VI
JWZ9702	55644589E	06/08/2014	51851	167
LZW9415	55644588E	06/08/2014	73662	252 * VI
MCC5672	54777568E	01/08/2014	51851	167
MDC8424	54777507E	20/08/2014	73662	252 * VI
MGC2415	54777272E	22/08/2014	73662	252 * VI
MGD1235	55644584E	06/08/2014	51851	167
MHW1578	55644532E	31/07/2014	70302	244 * I
MKI1985	54777931E	29/07/2014	59594	203 * IV
MKI1985	54777932E	29/07/2014	54521	181 * VIII
MKJ8935	54776984E	29/08/2014	73662	252 * VI
MLB3810	54777508E	28/08/2014	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 987/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 987/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXT4048	54777380E	13/08/2014	65992	230 * V
LZM7574	54777032E	26/08/2014	65992	230 * V
LZM7574	54777033E	26/08/2014	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 988/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 988/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGN4465	55644574E	01/09/2014	51851	167	
DVC4793	54777741E	04/09/2014	73662	252	* VI
MFG6325	54777940E	06/08/2014	51851	167	
MGC8406	55644595E	06/08/2014	73662	252	* VI
MHC0738	54777935E	03/08/2014	70301	244	* I
MIV0457	55644754E	04/09/2014	61300	214	* II
MJQ4428	55644681E	04/09/2014	73662	252	* VI
MKA5072	55644572E	26/08/2014	70302	244	* I
MKT2887	55644536E	01/08/2014	51851	167	
MLD1093	54777265E	07/08/2014	73662	252	* VI
MMD4915	55644656E	27/08/2014	73662	252	* VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 991/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 991/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKZ1016	54777031E	23/08/2014	51691	165
AKZ1016	54777030E	23/08/2014	64080	221
MBN3521	54777657E	16/08/2014	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 992/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 992/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKL7223	54777969E	08/09/2014	51851	167
DDE4535	54777573E	13/08/2014	73662	252 * VI
DIQ9469	54776982E	20/08/2014	73662	252 * VI
DRO3276	54776981E	08/08/2014	55411	181 * XVII
IOF0272	54777985E	15/08/2014	51851	167
MCB5657	54777967E	08/09/2014	51851	167
MCR5407	55644780E	11/09/2014	51851	167
MFA5246	54777966E	08/09/2014	51851	167
MFC5094	54777968E	08/09/2014	51852	167
MFZ5104	54777782E	10/08/2014	60681	209
MHB9949	55644683E	10/09/2014	51851	167
MKL2016	55644571E	26/08/2014	61220	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 995/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 995/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACY2142	54777368E	13/09/2014	65992	230 * V
ACY2142	54777369E	13/09/2014	52900	176 * II
ACY2142	54777370E	13/09/2014	53200	176 * V
MDV1931	54776653E	13/09/2014	51691	165
MLU7176	55644667E	19/09/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 996/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 996/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AHR3081	55644651E	24/08/2014	51852	167
ANK9787	55644565E	21/08/2014	51851	167

DEJ1960	54777514E	22/09/2014	73662	252	* VI
ICK1174	55644609E	19/08/2014	51851	167	
LWZ5598	54642686C	16/09/2014	61220	214	* I
LYO5108	54776797E	22/09/2014	51851	167	
LZX4842	54777739E	28/08/2014	51851	167	
MBV0676	55644705E	16/09/2014	51851	167	
MDN7544	54777990E	21/08/2014	51851	167	
MEF6306	55644618E	17/09/2014	61300	214	* II
MHB2265	55644782E	11/09/2014	51851	167	
MIG9997	54642695C	16/09/2014	51851	167	
MKV0390	55644787E	11/09/2014	73662	252	* VI
MLF1294	54642682C	16/09/2014	51851	167	
NEZ7544	55644677E	21/08/2014	59670	203	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 998/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 998/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFN2943	54777839E	28/09/2014	65992	230 * V
JKS0229	54777663E	09/09/2014	65992	230 * V
JKS0229	54777664E	09/09/2014	50100	162 * I
JKS0229	54777665E	09/09/2014	51180	164 c/c 162 * I
MCA9876	54776813E	03/09/2014	65992	230 * V
MCS8493	54777660E	05/09/2014	65992	230 * V
MCS8493	54777661E	05/09/2014	50100	162 * I
MCS8493	54777662E	05/09/2014	51180	164 c/c 162 * I
MET9303	54777364E	31/08/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 999/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 999/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HFI0490	54777745E	24/09/2014	73662	252 * VI
HFI0490	54777746E	24/09/2014	51851	167
IJZ8184	55644612E	04/09/2014	55411	181 * XVII
LOQ7367	54770640B	15/09/2014	51851	167
LYS7463	54777884E	09/09/2014	55414	181 * XVII
LZI9793	55644575E	01/09/2014	51851	167
LZP9139	54770643B	19/09/2014	51851	167
MBC5326	54777883E	05/09/2014	56300	182 * VII
MCZ9511	54777666E	29/09/2014	57200	186 * I
MDM6801	55644610E	27/08/2014	51851	167
MFB8439	55644664E	04/09/2014	73662	252 * VI
MFP5145	55644753E	04/09/2014	55411	181 * XVII
MFP9049	55644805E	01/10/2014	51851	167
MGC2415	54777749E	26/09/2014	51851	167
MHE1000	54777744E	24/09/2014	73662	252 * VI
MIE9180	54777748E	25/09/2014	51851	167
MJB1217	55644701E	28/08/2014	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

JOAÇABA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1564/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1564/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYI0433	54015520E	03/12/2013	69200	233
MDA1896	54015509E	26/11/2013	69200	233
MDC5817	54015501E	01/12/2013	69200	233
MFH2516	54015503E	22/11/2013	69200	233
MGC8678	54010421E	05/12/2013	65992	230 * V
MGC8678	54014182E	05/12/2013	50450	162 * V
MGC8678	54014183E	05/12/2013	69120	232
MGH8029	54015506E	25/11/2013	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1567/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1567/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGQ0437	54015067E	07/11/2013	69200	233
AJL2518	54015412E	07/12/2013	50100	162 * I
AJL2518	54015413E	07/12/2013	65992	230 * V
AJL2518	54015414E	07/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
AJL2518	54015415E	07/12/2013	69120	232
IEN6976	54015091E	14/11/2013	69200	233
JXA8139	54015359E	23/11/2013	50100	162 * I
JXA8139	54015368E	23/11/2013	51180	164 c/c 162 * I
LWU3274	54015088E	13/11/2013	69200	233
LXM2671	54015095E	18/11/2013	69200	233
LXV5957	54013982E	21/11/2013	50450	162 * V
LXV5957	54013985E	21/11/2013	51420	164 c/c 162 * V
LYA5861	54015065E	04/11/2013	69200	233
MBR1210	54015082E	11/11/2013	69200	233
MEO9107	54015056E	06/11/2013	69200	233
MFB8439	54015302E	21/11/2013	65480	229
MGJ2241	54015060E	05/11/2013	69200	233
MJR0210	54015058E	06/11/2013	69200	233
MKT2791	54011299E	23/11/2013	50100	162 * I
MKT2791	54011300E	23/11/2013	51180	164 c/c 162 * I
MLB8248	54009753E	19/11/2013	65480	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1568/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1568/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFN0492	54015351E	23/11/2013	55412	181 * XVII
LZC9308	54015301E	20/11/2013	62030	217
MBU1052	54013994E	27/11/2013	51851	167
MHL1190	54009679E	26/11/2013	60412	207
MHU9658	54013949E	20/11/2013	55414	181 * XVII
MKC6800	54015355E	23/11/2013	55412	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1571/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1571/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACR0965	54015517E	29/11/2013	69200	233
AKU9204	54015530E	10/12/2013	69200	233
ATL2293	54014720E	16/11/2013	64080	221
IKG6104	54015401E	29/11/2013	50100	162 * I

IKG6104	54015402E	29/11/2013	65992	230	* V
IKG6104	54015404E	29/11/2013	69120	232	
IKG6104	54015405E	29/11/2013	51180	164	c/c 162 * I
LWT3426	54015507E	26/11/2013	69200	233	
MES9661	54015120E	13/12/2013	51420	164	c/c 162 * V
MES9661	54015119E	13/12/2013	51341	164	c/c 162 * III
MES9661	54015115E	13/12/2013	65992	230	* V
MES9661	54015117E	13/12/2013	50371	162	* III
MES9661	54015118E	13/12/2013	50450	162	* V
MEY3554	54015540E	12/12/2013	69200	233	
MFO4629	54015533E	09/12/2013	69200	233	
MFR9756	54015505E	25/11/2013	69200	233	
MFV9629	54015542E	12/12/2013	69200	233	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1572/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1572/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJR4692	54015008E	12/12/2013	55416	181 * XVII
COJ5280	54015154E	10/12/2013	55412	181 * XVII
HDK9305	54015396E	09/12/2013	55414	181 * XVII
JHK9136	54015394E	09/12/2013	55416	181 * XVII
LZL4503	54015373E	03/12/2013	55415	181 * XVII
MBX1298	54009680E	02/12/2013	59161	202 * II
MDJ4952	54015376E	03/12/2013	73662	252 * VI
MED2586	54015157E	10/12/2013	55412	181 * XVII
MES9661	54015116E	13/12/2013	58780	199
MFP9331	54015114E	13/12/2013	58780	199
MHB9852	54014040E	10/12/2013	55413	181 * XVII

MHI1666	54015254E	28/11/2013	55412	181	*	XVII
MHP2023	54015310E	11/12/2013	55412	181	*	XVII
MHU3863	54015156E	10/12/2013	55412	181	*	XVII
MIH2730	54013995E	27/11/2013	51851	167		
MIN1130	54013998E	27/11/2013	73662	252	*	VI
MIQ7429	54015553E	13/12/2013	55415	181	*	XVII
MJC6191	54015388E	09/12/2013	55414	181	*	XVII
MJI0674	54012898E	12/12/2013	58780	199		
MKO1069	54015306E	11/12/2013	55413	181	*	XVII
MKO4002	54013999E	27/11/2013	51851	167		
MLF6076	54009899E	28/11/2013	55411	181	*	XVII
MMD8103	54015309E	11/12/2013	55414	181	*	XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1575/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1575/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFJ8698	54015663E	18/12/2013	69200	233
ALC8938	54015522E	03/12/2013	69200	233
APW3287	54015504E	01/12/2013	69200	233
CRL4810	54015657E	19/12/2013	69200	233
LXK9916	54015653E	17/12/2013	69200	233
LYL2046	54015668E	18/12/2013	69200	233
LZU6049	54015524E	05/12/2013	69200	233
MCB8904	54011465E	19/12/2013	50100	162 * I
MCB8904	54011466E	19/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
MCB8904	54011467E	19/12/2013	69120	232
MCS5278	54013900E	16/12/2013	69120	232
MCS5278	54013899E	16/12/2013	51180	164 c/c 162 * I

MCS5278	54013898E	16/12/2013	66102	230	*	VII
MCS5278	54013897E	16/12/2013	65992	230	*	V
MCS5278	54013895E	16/12/2013	50100	162	*	I
MEP8628	54009776E	16/12/2013	66371	230	*	IX
MEP8628	54009775E	16/12/2013	50450	162	*	V
NFB7030	54011463E	17/12/2013	51180	164	c/c	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1576/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1576/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AOM3937	54015385E	05/12/2013	55415	181 * XVII
MDX2954	54015558E	17/12/2013	55414	181 * XVII
MEE8337	54015421E	18/12/2013	51851	167
MFT0881	54012454E	19/12/2013	73662	252 * VI
MHI1326	54015420E	18/12/2013	51851	167
MIS3223	54015432E	18/12/2013	61220	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1579/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1579/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADR5002	54015669E	20/12/2013	69200	233
DAP9444	54011471E	24/12/2013	69120	232
KLI0255	54014735E	23/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
KLI0255	54014733E	23/12/2013	65992	230 * V
KLI0255	54014734E	23/12/2013	50100	162 * I
LYJ1585	54014873E	22/12/2013	65992	230 * V
LYJ1585	54014874E	22/12/2013	51420	164 c/c 162 * V
LYJ1585	54014875E	22/12/2013	50450	162 * V
MDQ2440	54015537E	05/12/2013	69200	233
MHP6240	54014878E	23/12/2013	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1580/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1580/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJB6032	54015316E	21/12/2013	51851	167
COX2399	54014858E	20/12/2013	55412	181 * XVII
LZZ2792	54015579E	23/12/2013	55414	181 * XVII
MCI7653	54015570E	21/12/2013	51851	167
MGD3586	54014871E	20/12/2013	55413	181 * XVII
MHP0006	54015387E	09/12/2013	73662	252 * VI
MIH7401	54014866E	20/12/2013	51851	167
NHX0639	54015565E	20/12/2013	55414	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1583/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1583/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAH2044	54015683E	03/01/2014	69200	233
AGW2225	54015544E	12/12/2013	69200	233
CHS4110	54015548E	13/12/2013	69200	233

CMN1763	54015700E	03/01/2014	69200	233
GXZ6260	54015547E	13/12/2013	69200	233
MAP4573	54015532E	10/12/2013	69200	233
MJI0674	54014196E	30/12/2013	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1584/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1584/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFN0492	54015551E	13/12/2013	55412	181 * XVII
INE2483	54015399E	10/12/2013	73662	252 * VI
INE2483	54015400E	10/12/2013	51851	167
LXT3299	54015320E	03/01/2014	55414	181 * XVII
LYW5356	54015397E	10/12/2013	55414	181 * XVII
MJI0674	54014195E	30/12/2013	59401	203 * III
MJI0674	54014191E	30/12/2013	58350	195
MJI0674	54014194E	30/12/2013	59670	203 * V
MLC0225	54015392E	09/12/2013	60412	207

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1586/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1586/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AED6401	54015677E	26/12/2013	69200	233
BQM0383	54015333E	11/01/2014	50450	162 * V
BQM0383	54015334E	11/01/2014	69120	232
DHZ8847	54015651E	16/12/2013	69200	233
JZE7443	54015549E	16/12/2013	69200	233
LYU4704	54015605E	18/01/2014	50100	162 * I
LYU4704	54015606E	18/01/2014	65992	230 * V
LYY4212	54015695E	08/01/2014	69200	233
MBO1592	54015690E	06/01/2014	69200	233
MEN0310	54014741E	15/01/2014	65992	230 * V
MER5844	54014884E	25/01/2014	65480	229
MGG6861	54015607E	22/01/2014	51691	165
MGG6861	54015608E	22/01/2014	65992	230 * V
MGG6861	54015610E	22/01/2014	51420	164 c/c 162 * V
MGG6861	54015611E	22/01/2014	65564	230 * I
MGG6861	54015609E	22/01/2014	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1587/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1587/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AIS9490	54015854E	20/01/2014	55412	181 * XVII
ANL2910	54015160E	06/01/2014	55412	181 * XVII
JPH2209	54015860E	21/01/2014	55416	181 * XVII
LXU9865	54015859E	20/01/2014	55414	181 * XVII
LYI8089	54015754E	18/01/2014	55411	181 * XVII
LYS3852	54015702E	17/01/2014	55412	181 * XVII
MBL6635	54014314E	06/01/2014	51851	167
MCD7448	54015873E	25/01/2014	55414	181 * XVII
MCE2062	54015230E	03/02/2014	55412	181 * XVII
MDA3126	54015886E	04/02/2014	55412	181 * XVII
MDD4557	54015862E	22/01/2014	51851	167
MDM4534	54015868E	24/01/2014	61220	214 * I
MDW4676	54014883E	25/01/2014	73662	252 * VI
MEF3117	54015220E	16/01/2014	55412	181 * XVII
MFK2520	54015856E	20/01/2014	55412	181 * XVII
MGG6861	54015612E	22/01/2014	52311	172
MHA6516	54014739E	15/01/2014	55414	181 * XVII
MHS4798	54011172E	01/02/2014	55500	181 * XVIII
MIE5109	54015851E	20/01/2014	55412	181 * XVII
MIX5828	54015431E	18/12/2013	51851	167
MKL5794	54015129E	28/01/2014	59670	203 * V
MMM0751	54015322E	06/01/2014	60412	207

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1589/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1589/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ARZ6027	54015658E	19/12/2013	69200	233
JEX3085	54011481E	04/02/2014	65992	230 * V
JEX3085	54011482E	04/02/2014	50450	162 * V
LXP5876	54015850E	29/01/2014	69200	233
LYI7684	54009780E	24/12/2013	65992	230 * V
LYI7684	54009781E	24/12/2013	50450	162 * V
LYI7684	54009782E	24/12/2013	51420	164 c/c 162 * V
MBO2794	54011480E	26/01/2014	50100	162 * I
MBW1791	54015834E	27/01/2014	69200	233
MDN4898	54015804E	15/01/2014	69200	233
MEM7730	54015838E	27/01/2014	69200	233
MHR1366	54015803E	16/01/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1590/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1590/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABA4978	54015267E	05/02/2014	55412	181 * XVII
KWS4049	54015580E	23/12/2013	51852	167
LYI7684	54009779E	24/12/2013	60501	208
LZJ8007	54015436E	18/12/2013	51851	167
MBO7024	54015571E	21/12/2013	51851	167
MCE2062	54015953E	11/02/2014	55412	181 * XVII
MDP9366	54015266E	05/02/2014	55412	181 * XVII
MEL0164	54015902E	08/02/2014	59401	203 * III
MFG9381	54015706E	07/02/2014	54600	181 * IX
MFH9609	54015131E	03/02/2014	58780	199
MFQ6773	54011468E	22/12/2013	60501	208
MFY8516	54012456E	18/12/2013	55415	181 * XVII
MHB3401	54015130E	03/02/2014	51851	167
MHB8071	54015122E	17/12/2013	52070	169
MHB8071	54015123E	17/12/2013	52152	170
MHB8071	54015124E	17/12/2013	58350	195
MHF5244	54015424E	18/12/2013	51851	167
MHQ5941	54012460E	23/01/2014	54521	181 * VIII
MIJ0251	54015269E	05/02/2014	55412	181 * XVII
MIQ7593	54012754E	08/02/2014	55412	181 * XVII
MIY9393	54015564E	19/12/2013	55414	181 * XVII
MKO6132	54015852E	20/01/2014	55412	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1592/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1592/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

NEX1253 54015670E 20/12/2013 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1593/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1593/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DBB1083 54015271E 07/02/2014 55412 181 * XVII

MGA8169 54014870E 20/12/2013 55413 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1595/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1595/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALR3969	54011169E	09/01/2014	50100	162 * I
ALR3969	54011170E	09/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
AOG8021	54015604E	15/01/2014	50100	162 * I
LBY8152	54016005E	07/02/2014	69200	233
LWT4143	54016006E	07/02/2014	69200	233
LWX8382	54016018E	04/02/2014	69200	233
LYW6985	54016047E	10/02/2014	69200	233
LZF6453	54016039E	10/02/2014	69200	233
LZY2086	54015698E	08/01/2014	69200	233
MBA6900	54015685E	07/01/2014	69200	233
MBY7715	54016040E	13/02/2014	69200	233
MEL7742	54015137E	20/02/2014	51420	164 c/c 162 * V
MEL7742	54015136E	20/02/2014	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1596/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1596/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HJF5150	54015956E	18/02/2014	55412	181 * XVII
IUU0100	54015960E	19/02/2014	54522	181 * VIII
LXL7803	54015589E	08/01/2014	55415	181 * XVII
MBR4509	54014415E	03/01/2014	55412	181 * XVII
MBR4509	54015213E	08/01/2014	55412	181 * XVII
MCF2379	54014414E	03/01/2014	55412	181 * XVII
MIM7661	54009612E	10/02/2014	73662	252 * VI
MIM7661	54009610E	10/02/2014	60501	208
MJA0944	54015870E	24/01/2014	51852	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1599/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1599/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGP5593	54014316E	18/01/2014	53200	176 * V
IAZ7456	54013273E	22/01/2014	50100	162 * I
IAZ7456	54013274E	22/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
IAZ7456	54013275E	22/01/2014	65992	230 * V
JTN1806	54011175E	25/02/2014	69120	232

JTN1806	54011176E	25/02/2014	51691	165
LXD5729	54016041E	13/02/2014	69200	233
LZA8050	54016037E	13/02/2014	69200	233
MDL3981	54014317E	18/01/2014	50100	162 * I
MDL3981	54014318E	18/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
MES7882	54011483E	06/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
MES7882	54011484E	06/02/2014	50100	162 * I
MEU2478	54016151E	26/02/2014	50100	162 * I
MEU2478	54016152E	26/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
MJJ3535	54016050E	20/02/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1600/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1600/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFN0492	54015875E	25/01/2014	55412	181 * XVII
DFO8808	54015331E	10/01/2014	55415	181 * XVII
JFP9452	54015861E	22/01/2014	55412	181 * XVII
MAR4482	54015224E	28/01/2014	55412	181 * XVII
MBR5185	54014750E	24/02/2014	60501	208
MLX8010	54015885E	03/02/2014	55412	181 * XVII
MML0879	54015867E	23/01/2014	55414	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1602/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1602/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACO0891	54016206E	08/03/2014	65992	230 * V
BFB9440	54015846E	03/02/2014	69200	233
LYO5942	54009787E	04/03/2014	51691	165
LZL0029	54015618E	08/02/2014	51691	165
LZM7980	54015810E	13/01/2014	69200	233
MAB8212	54014319E	05/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
MAB8212	54014320E	05/02/2014	50100	162 * I
MAB8212	54014321E	05/02/2014	65992	230 * V
MBK6316	54015847E	30/01/2014	69200	233
MBV6862	54015822E	15/01/2014	69200	233
MCO2006	54015840E	24/01/2014	69200	233
MDN1347	54015918E	27/02/2014	73400	252 * IV
MEE8398	54015823E	21/01/2014	69200	233
MEO6732	54012458E	17/01/2014	65992	230 * V
MEV3841	54015841E	24/01/2014	69200	233
MHG9673	54014327E	03/03/2014	50100	162 * I
MHG9673	54014328E	03/03/2014	51180	164 c/c 162 * I
MIG7080	54014890E	05/03/2014	69120	232
MIG7080	54014892E	05/03/2014	65992	230 * V
MIX0266	54015451E	25/02/2014	50100	162 * I
MIX0266	54015452E	25/02/2014	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1603/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1603/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALC0145	54009686E	26/02/2014	61220	214 * I
GWW5377	54015897E	06/02/2014	55415	181 * XVII
LXD0108	54015924E	27/02/2014	51851	167
LZF9741	54015979E	10/03/2014	55412	181 * XVII
LZL0029	54015619E	08/02/2014	58350	195
LZL0029	54015620E	08/02/2014	52152	170
MAX9613	54010183E	27/02/2014	51851	167
MAX9613	54012462E	27/02/2014	54284	181 * V
MAX9613	54012463E	27/02/2014	58350	195
MCE6647	54013279E	14/02/2014	55500	181 * XVIII
MDB2270	54012464E	28/02/2014	54284	181 * V
MDB2270	54012465E	28/02/2014	73662	252 * VI
MGX9395	54015951E	11/02/2014	55412	181 * XVII
MHI1666	54015880E	03/02/2014	55412	181 * XVII
MHL5188	54014889E	01/03/2014	54600	181 * IX
MHO0917	54014200E	07/03/2014	58780	199
MIO2761	54015613E	29/01/2014	55414	181 * XVII
MIO6875	54015916E	27/02/2014	60501	208
MIQ5046	54009688E	03/03/2014	55412	181 * XVII
MIX1881	54013283E	28/02/2014	54281	181 * V
MLC5072	54015981E	10/03/2014	55412	181 * XVII
MLK2164	54015952E	11/02/2014	55412	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1606/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1606/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DEN3231	54016004E	06/02/2014	69200	233
ILA2805	54016118E	20/02/2014	69200	233
LWR1336	54016141E	05/03/2014	69200	233
LYR2796	54016137E	06/03/2014	69200	233
LZF9046	54016007E	07/02/2014	69200	233
MAC6442	54016023E	06/02/2014	69200	233
MCO1594	54016001E	07/02/2014	69200	233
MDV4197	54014329E	16/03/2014	65992	230 * V
MDV4197	54014330E	16/03/2014	69120	232
MEM2962	54016025E	04/02/2014	69200	233
MEV2027	54016109E	20/02/2014	69200	233
MFN3727	54016104E	21/02/2014	69200	233
MHS5070	54015640E	11/03/2014	65992	230 * V
MIIO280	54016002E	07/02/2014	69200	233
MIQ6993	54016131E	11/03/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1607/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1607/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJK5437	54015733E	07/03/2014	54600	181 * IX
ICX2087	54015963E	19/02/2014	55412	181 * XVII
MAV2822	54015642E	12/03/2014	73662	252 * VI
MBD6467	54015637E	11/03/2014	55416	181 * XVII
MDN5076	54015976E	10/03/2014	55412	181 * XVII
MGH7058	54014322E	19/02/2014	55414	181 * XVII
MKY9004	54010316E	18/03/2014	55412	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1609/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1609/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHT4746	54016113E	20/02/2014	69200	233
COJ8668	54015338E	23/03/2014	65992	230 * V
COJ8668	54015339E	23/03/2014	50450	162 * V
COJ8668	54015340E	23/03/2014	51420	164 c/c 162 * V
COJ8668	54015343E	23/03/2014	51691	165
LYW1266	54450093D	22/03/2014	51691	165
LZE9884	54016126E	05/03/2014	69200	233
MDX2423	54016134E	10/03/2014	69200	233
MET4538	54016135E	11/03/2014	69200	233
MFH6911	54016045E	11/02/2014	69200	233
MGT9205	54009794E	10/03/2014	51420	164 c/c 162 * V
MI19878	54016142E	14/03/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1610/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1610/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AA77077	54015171E	19/03/2014	55412	181 * XVII
IFK2099	54015275E	21/03/2014	55412	181 * XVII
MBY8924	54015909E	19/02/2014	55500	181 * XVIII
MDX2454	54015167E	17/03/2014	51851	167
MEU4236	54015715E	22/02/2014	54521	181 * VIII
MFB8439	54015723E	22/02/2014	54521	181 * VIII
MHD4783	54015234E	25/03/2014	55412	181 * XVII
MIQ3705	54015962E	19/02/2014	55412	181 * XVII

MIT2660 54015274E 21/03/2014 55412 181 * XVII
 MIW3890 54010193E 23/03/2014 55416 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
 AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1612/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1612/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJG6279	54009791E	06/03/2014	65480	229
ASI8069	54016147E	12/03/2014	69200	233
DIV0036	54011109E	28/03/2014	50450	162 * V
DIV0036	54011110E	28/03/2014	69120	232
LAR8573	54014895E	05/03/2014	66372	230 * IX
LAR8573	54014893E	05/03/2014	51691	165
LAR8573	54014894E	05/03/2014	65992	230 * V
LWV2594	54016417E	30/03/2014	50450	162 * V
LWV2594	54016418E	30/03/2014	51420	164 c/c 162 * V
LWV2594	54016420E	30/03/2014	69120	232
LWX7451	54016416E	30/03/2014	50450	162 * V
MBC3615	54015768E	30/03/2014	65992	230 * V
MBC3615	54015769E	30/03/2014	66102	230 * VII
MCY4729	54011111E	29/03/2014	65992	230 * V
MDM4554	54015982E	11/03/2014	67420	230 * XX
MDM4554	54015983E	11/03/2014	69630	237
MGJ5653	54010187E	03/03/2014	51691	165
MGT9205	54009792E	10/03/2014	50450	162 * V
MGT9205	54009795E	10/03/2014	65992	230 * V
MHW2823	54015336E	03/03/2014	65992	230 * V
MHW2823	54015337E	03/03/2014	69120	232
NFL6339	54016163E	26/03/2014	50100	162 * I

NFL6339 54016164E 26/03/2014 51180 164 c/c 162 * I
 NFL6339 54016165E 26/03/2014 66102 230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
 DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1613/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1613/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AFN0492	54016405E	28/03/2014	55412	181 * XVII
AHC6014	54015989E	12/03/2014	55412	181 * XVII
AHR4415	54015177E	27/03/2014	55412	181 * XVII
APW3287	54016404E	28/03/2014	55415	181 * XVII
FNH3475	54015977E	10/03/2014	55414	181 * XVII
LWV2594	54016419E	30/03/2014	58270	194
LXD5527	54015732E	04/03/2014	54600	181 * IX
LXV5957	54015972E	03/03/2014	55500	181 * XVIII
LZA2130	54016407E	28/03/2014	55412	181 * XVII
MAN8905	54016000E	26/03/2014	55412	181 * XVII
MDG2354	54014899E	29/03/2014	58780	199
MDR7864	54011177E	03/03/2014	55250	181 * XV
MDZ6927	54015233E	25/03/2014	55412	181 * XVII
MFN0760	54016411E	28/03/2014	55412	181 * XVII
MFN2416	54015954E	11/02/2014	73662	252 * VI
MGC8406	54015235E	25/03/2014	55412	181 * XVII
MGH4180	54011178E	18/03/2014	54600	181 * IX
MGJ5653	54010188E	03/03/2014	54284	181 * V
MHI2714	54015279E	31/03/2014	55412	181 * XVII
MIY9393	54015170E	19/03/2014	55412	181 * XVII
MJA1780	54015973E	03/03/2014	55412	181 * XVII
MJU5118	54015970E	01/03/2014	55413	181 * XVII

MKC3312	54016205E	07/03/2014	73662	252	*	VI
MKE6255	54015971E	02/03/2014	55413	181	*	XVII
MKY0405	54015278E	31/03/2014	55412	181	*	XVII
MLJ0372	54016161E	21/03/2014	73662	252	*	VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1616/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1616/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHD2340	54014896E	21/03/2014	55414	181 * XVII
LYY6389	54016422E	02/04/2014	55412	181 * XVII
LZK3351	54016435E	04/04/2014	55412	181 * XVII
MFY2212	54016439E	04/04/2014	55412	181 * XVII
MGA6208	54016429E	03/04/2014	55412	181 * XVII
MGJ6272	54016428E	03/04/2014	55412	181 * XVII
MGJ9701	54015770E	03/04/2014	59910	206 * I
MHW4363	54016433E	04/04/2014	55412	181 * XVII
MIM3596	54016427E	03/04/2014	55412	181 * XVII
MKA3070	54016440E	03/04/2014	73662	252 * VI
MLS0071	54016436E	04/04/2014	54522	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1617/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1617/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACB6416	54016392E	07/04/2014	69200	233
AHB5347	54015940E	22/04/2014	65992	230 * V
AHI8364	54016107E	20/02/2014	69200	233
AKZ2441	54016383E	30/03/2014	69200	233
AMK6277	54016395E	15/04/2014	69200	233
APC3311	54016396E	15/04/2014	69200	233
LXN5063	55500001E	06/04/2014	67000	230 * XVI
LXZ0773	54016124E	25/02/2014	69200	233
LYA7054	54010423E	23/03/2014	50100	162 * I
LYA7054	54010422E	23/03/2014	51180	164 c/c 162 * I
LZX3561	54016130E	11/03/2014	69200	233
MAD9590	54016382E	30/03/2014	69200	233
MAL8737	54016211E	12/04/2014	65561	230 * I
MAL8737	54016212E	12/04/2014	66372	230 * IX
MCJ0193	54016659E	12/04/2014	65992	230 * V
MCJ0193	54016660E	12/04/2014	50450	162 * V
MDC1726	54016363E	30/03/2014	69200	233
MEM2459	55500202E	10/04/2014	50100	162 * I
MEO4235	54016102E	21/02/2014	69200	233
MEU5826	54016169E	12/04/2014	69120	232
MEW2423	54016217E	20/04/2014	50100	162 * I
MEW2423	54016218E	20/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
MEW2423	54016219E	20/04/2014	51691	165
MEX0852	54016145E	12/03/2014	69200	233
MEX2742	54016105E	21/02/2014	69200	233
MFE7523	54016389E	07/04/2014	69200	233
MFI1271	54016916E	13/04/2014	64080	221
MFN3643	54015735E	07/04/2014	65992	230 * V
MFN3643	54015737E	07/04/2014	69120	232
MFW8597	54016267E	16/04/2014	65992	230 * V
MGM7722	54016400E	10/04/2014	69200	233
MGU0427	54014333E	08/04/2014	50100	162 * I
MGU0427	54014334E	08/04/2014	51180	164 c/c 162 * I

MHE7511	55500030E	09/04/2014	69120	232	
MHF8785	55553316C	11/04/2014	65992	230	* V
MHF8785	55553317C	11/04/2014	65561	230	* I
MHF8785	55553318C	11/04/2014	66371	230	* IX
MJE8840	54014443E	13/04/2014	51691	165	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1618/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1618/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AFS7521	54016756E	13/04/2014	51851	167
AJN1152	55500027E	05/04/2014	55412	181 * XVII
AJN1152	54016450E	09/04/2014	55412	181 * XVII
AJO3623	55500051E	05/04/2014	55415	181 * XVII
AJQ7708	54016803E	12/04/2014	51852	167
ASG8400	54015193E	10/04/2014	55412	181 * XVII
CAV6589	54016447E	08/04/2014	51852	167
CIG7474	55500229E	12/04/2014	55680	181 * XIX
COX2399	54016701E	05/04/2014	55416	181 * XVII
DDE4535	54016904E	05/04/2014	51851	167
JNI8073	54016915E	12/04/2014	51851	167
JNX2468	54016604E	05/04/2014	55415	181 * XVII
JYZ8614	55500065E	12/04/2014	51851	167
LCD4179	54016902E	05/04/2014	51851	167
LQP1179	54016209E	06/04/2014	51851	167
LXT6437	54016443E	07/04/2014	55412	181 * XVII
LYF7304	54016910E	12/04/2014	51851	167
LYT1274	55500176E	09/04/2014	51851	167
LZN4971	55500032E	12/04/2014	51851	167

LZP7669	54009626E	12/04/2014	51851	167	
MAX0370	54009625E	12/04/2014	51851	167	
MBJ8081	54016560E	13/04/2014	51851	167	
MBJ8081	54016537E	13/04/2014	51851	167	
MDG7052	55500057E	12/04/2014	51851	167	
MDX8956	54016859E	05/04/2014	55416	181	* XVII
MEH3753	54009630E	12/04/2014	51851	167	
MEK2635	54015934E	21/04/2014	51851	167	
MEQ8746	55500130E	05/04/2014	51851	167	
MES3304	54016852E	05/04/2014	55415	181	* XVII
MET0769	54016651E	05/04/2014	55415	181	* XVII
MFN3643	54015736E	07/04/2014	60411	207	
MFR7526	54009627E	12/04/2014	51851	167	
MFW6004	54015998E	26/03/2014	55415	181	* XVII
MGE1680	54012618E	15/04/2014	54522	181	* VIII
MGF6287	54014434E	05/04/2014	73662	252	* VI
MGR0097	54016806E	12/04/2014	54522	181	* VIII
MGR3750	54016449E	08/04/2014	73662	252	* VI
MHI0492	54016558E	13/04/2014	51851	167	
MHL0948	55480945D	05/04/2014	55411	181	* XVII
MHO4666	54012608E	11/04/2014	55412	181	* XVII
MIA8145	55500284E	11/04/2014	55412	181	* XVII
MIG7887	54014419E	05/04/2014	55412	181	* XVII
MII0301	55500062E	12/04/2014	51851	167	
MIP8699	54016657E	05/04/2014	55415	181	* XVII
MIT4349	54016509E	12/04/2014	51851	167	
MIV2582	55500126E	05/04/2014	55412	181	* XVII
MIV7602	55500227E	05/04/2014	55416	181	* XVII
MIV7602	54016513E	12/04/2014	51851	167	
MIV8756	54015933E	17/04/2014	54283	181	* V
MIX8524	54016905E	05/04/2014	55416	181	* XVII
MJC7226	54009629E	12/04/2014	51851	167	
MJC9899	54016441E	07/04/2014	55412	181	* XVII
MJI0330	54016851E	05/04/2014	55416	181	* XVII
MJU1459	54016654E	05/04/2014	55416	181	* XVII
MKZ4600	54016054E	14/04/2014	55411	181	* XVII
MVA5061	54014426E	05/04/2014	51851	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1621/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1621/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CDB9281	54016385E	31/03/2014	69200	233
IGK2745	54016374E	30/03/2014	69200	233
LIY4822	55500395E	24/04/2014	69200	233
LXF6893	54016380E	30/03/2014	69200	233
LYJ1585	54015927E	16/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
LZO9437	54016373E	30/03/2014	69200	233
LZU4727	54016535E	13/04/2014	50100	162 * I
LZU4727	54016533E	13/04/2014	65992	230 * V
MCO8089	54016365E	30/03/2014	69200	233
MEM2459	55500201E	10/04/2014	65992	230 * V
MKA5072	54015943E	25/04/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1622/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1622/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AOE4148	54010320E	25/04/2014	55412	181	*	XVII
APP1535	55500278E	11/04/2014	55412	181	*	XVII
AVE4452	54011181E	31/03/2014	55414	181	*	XVII
EBX6550	54012606E	11/04/2014	55412	181	*	XVII
HRG7728	55500257E	05/04/2014	51851	167		
LWR1929	55500054E	05/04/2014	55415	181	*	XVII
LXT6437	54012627E	24/04/2014	55412	181	*	XVII
MAX6324	54016438E	04/04/2014	55412	181	*	XVII
MBF8373	54015183E	02/04/2014	55412	181	*	XVII
MBR4509	54016221E	23/04/2014	55412	181	*	XVII
MBV7750	54012628E	24/04/2014	55414	181	*	XVII
MFS5981	54016908E	12/04/2014	51851	167		
MHL0948	54012622E	16/04/2014	55412	181	*	XVII
MHU3863	55500151E	05/04/2014	55415	181	*	XVII
MHW4363	54016226E	23/04/2014	55412	181	*	XVII
MIP7149	54015931E	17/04/2014	51851	167		
MIU2811	55500351E	24/04/2014	55412	181	*	XVII
MKA5072	54015945E	25/04/2014	70561	244	*	III
MKE8369	54016431E	03/04/2014	55412	181	*	XVII
MKF1218	54015185E	02/04/2014	55412	181	*	XVII
MKZ4768	54016053E	10/04/2014	54521	181	*	VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1625/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1625/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAW2579	55500397E	22/04/2014	69200	233
IFJ7102	54016863E	26/04/2014	50100	162 * I
IFJ7102	55500040E	26/04/2014	66102	230 * VII

IFJ7102	55500041E	26/04/2014	66700	230	* XIII
IFJ7102	55500042E	26/04/2014	51180	164	c/c 162 * I
LXY5856	55500119E	25/04/2014	69120	232	
MBX8800	54016860E	26/04/2014	65992	230	* V
MBX8800	54016861E	26/04/2014	66700	230	* XIII
MCG5859	54014146E	26/04/2014	64080	221	
MDG0580	55500378E	08/04/2014	69200	233	
MDI6757	55500387E	22/04/2014	69200	233	
MFQ4134	54016968E	29/04/2014	67000	230	* XVI
MJD8151	55500122E	04/05/2014	65992	230	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1626/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1626/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAAY3527	55500428E	03/05/2014	57200	186 * I
AAAY7077	54016564E	26/04/2014	55412	181 * XVII
AGJ9200	54016959E	26/04/2014	55414	181 * XVII
APP1535	54012626E	24/04/2014	55412	181 * XVII
AST0388	54016918E	26/04/2014	51851	167
CPE2202	55500089E	26/04/2014	51851	167
CPQ6660	54015018E	12/04/2014	51851	167
DRM3574	55500067E	26/04/2014	53800	181 * I
EEL1580	54016969E	03/05/2014	55416	181 * XVII
HNS2981	54015029E	26/04/2014	55414	181 * XVII
IOD1421	54016955E	26/04/2014	55414	181 * XVII
IRC1234	55500039E	12/04/2014	51851	167
KXH0581	54015045E	29/04/2014	51851	167
LXT6437	55500363E	30/04/2014	55412	181 * XVII

LXT6437	54012632E	28/04/2014	55412	181	*	XVII
LYB9220	55480948D	29/04/2014	51851	167		
LZA8523	54016964E	29/04/2014	51851	167		
LZC2087	54015043E	29/04/2014	51851	167		
LZZ8634	55009499D	26/04/2014	51851	167		
LZZ8634	54016928E	26/04/2014	51851	167		
MBR0203	54015195E	10/04/2014	55412	181	*	XVII
MBU8646	55500431E	03/05/2014	51851	167		
MBU8646	55500432E	03/05/2014	73662	252	*	VI
MBZ9475	54016664E	27/04/2014	73662	252	*	VI
MCV9088	55500103E	05/04/2014	51851	167		
MCY9918	55009500D	26/04/2014	51851	167		
MDG4895	55500116E	25/04/2014	51851	167		
MDU2653	55500252E	05/04/2014	54870	181	*	XI
MED5821	55500433E	03/05/2014	51851	167		
MEH1304	54016563E	26/04/2014	51851	167		
MEK2635	55500362E	30/04/2014	55412	181	*	XVII
MFB2542	55500426E	03/05/2014	59401	203	*	III
MFB2542	55500430E	03/05/2014	57200	186	*	I
MFK2520	55500357E	30/04/2014	55412	181	*	XVII
MFQ4966	54014431E	05/04/2014	51851	167		
MFY4397	55500359E	30/04/2014	55412	181	*	XVII
MGG3116	55500118E	25/04/2014	51851	167		
MGR3232	54016501E	06/04/2014	51930	168		
MGT0160	54016567E	26/04/2014	51851	167		
MGW8827	54016923E	26/04/2014	55412	181	*	XVII
MHS4256	54016865E	29/04/2014	51851	167		
MHU3863	54012625E	24/04/2014	55412	181	*	XVII
MIL0150	54015947E	25/04/2014	51851	167		
MIV7602	55500088E	26/04/2014	51851	167		
MJC7226	55500181E	29/04/2014	51852	167		
MJC7226	54009917E	29/04/2014	68580	231	*	VII
MJC9899	55500358E	30/04/2014	55412	181	*	XVII
MLB3072	54010196E	29/04/2014	57380	186	*	II
MLC7041	54012062E	24/04/2014	60412	207		
MLG5235	54015049E	29/04/2014	51851	167		
MLH0767	54013226E	26/04/2014	73662	252	*	VI
MMM2812	54013212E	05/04/2014	55413	181	*	XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1628/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1628/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ISU0393	54016360E	30/03/2014	69200	233
LYL6303	54016359E	30/03/2014	69200	233
MBE3839	54016375E	30/03/2014	69200	233
MHK4351	54013222E	13/04/2014	69120	232
MHK4351	54013224E	13/04/2014	65992	230 * V
MHK4351	54013225E	13/04/2014	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1629/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1629/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHG9876	54010745E	29/04/2014	51851	167
AJB6032	54015285E	08/05/2014	55412	181 * XVII
ANF1551	54012637E	07/05/2014	55412	181 * XVII
AOE4148	54012064E	08/05/2014	55412	181 * XVII

AVG0047	54015189E	10/04/2014	55412	181	*	XVII
CLE2827	55500280E	11/04/2014	55412	181	*	XVII
DGZ5587	55500369E	06/05/2014	55412	181	*	XVII
DVK8049	54014144E	05/04/2014	55412	181	*	XVII
FIS2272	55500055E	05/04/2014	55414	181	*	XVII
IUC8657	54011413E	05/04/2014	55412	181	*	XVII
LXJ2888	54012636E	07/05/2014	55412	181	*	XVII
MAL6546	54016504E	09/04/2014	51851	167		
MBC5326	54009623E	12/04/2014	51851	167		
MCJ9134	54016655E	05/04/2014	51851	167		
MCY1444	55500215E	08/05/2014	55412	181	*	XVII
MDC6009	54012638E	07/05/2014	55412	181	*	XVII
MDQ6356	54009640E	09/05/2014	55412	181	*	XVII
MER0124	54016544E	02/05/2014	55415	181	*	XVII
MFE0285	54009641E	09/05/2014	55412	181	*	XVII
MFJ0962	54010743E	12/04/2014	58350	195		
MGB5008	54016525E	12/04/2014	51851	167		
MHH6296	54016562E	13/04/2014	58350	195		
MHK4351	54013223E	13/04/2014	51851	167		
MHL5188	54016673E	09/05/2014	51851	167		
MIB7066	54012641E	07/05/2014	55412	181	*	XVII
MIZ2328	54014428E	05/04/2014	51851	167		
MJB1217	54011415E	05/04/2014	51851	167		
MJH9424	55500203E	11/04/2014	54600	181	*	IX
MKL7559	54011431E	09/05/2014	73662	252	*	VI
MKY0255	54009639E	09/05/2014	55412	181	*	XVII
MLJ4196	54016854E	05/04/2014	55416	181	*	XVII
MLU2475	54012646E	07/05/2014	54522	181	*	VIII
MMB1406	54012610E	11/04/2014	55412	181	*	XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1631/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1631/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADI0715	55500405E	28/04/2014	69200	233
BBM0302	54016302E	13/05/2014	69200	233
BNO1263	55500413E	12/05/2014	69200	233
CER0762	54016390E	07/04/2014	69200	233
CFB0830	54016312E	09/05/2014	69200	233
HRJ8093	55500404E	28/04/2014	69200	233
IGS9725	54014447E	16/05/2014	65992	230 * V
IGS9725	54014448E	16/05/2014	50450	162 * V
ILG3926	55500416E	12/05/2014	69200	233
KHF5055	55500414E	12/05/2014	69200	233
LWV2233	54016264E	13/04/2014	51691	165
LWV2233	54016265E	13/04/2014	65992	230 * V
LWV2233	54016266E	13/04/2014	69120	232
LXX2660	54016953E	12/04/2014	50450	162 * V
LYF4373	55500418E	12/05/2014	69200	233
LYW3811	55500409E	25/04/2014	69200	233
LZP4793	54016325E	15/05/2014	69200	233
MAN4454	54016371E	30/03/2014	69200	233
MBG8392	54016301E	12/05/2014	69200	233
MBI7314	54016393E	04/04/2014	69200	233
MBO5617	55500384E	14/04/2014	69200	233
MBP9104	54015771E	15/05/2014	65992	230 * V
MBP9104	54015772E	15/05/2014	50100	162 * I
MBP9104	54015773E	15/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
MBU7645	54016322E	12/05/2014	69200	233
MDS0156	54016809E	10/05/2014	69120	232
MDV0165	54016367E	30/03/2014	69200	233
MEA2187	54016391E	07/04/2014	69200	233
MFA5048	55500425E	13/05/2014	69200	233
MFB7547	54016536E	13/04/2014	73232	252 * II
MIM0466	54016754E	13/04/2014	69120	232
MKV0092	54016900E	18/05/2014	67000	230 * XVI
MLU4454	55500434E	04/05/2014	65992	230 * V
MLU4454	55500435E	04/05/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1632/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE TRANSITO N.8036 1632/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGV4662	54016907E	12/04/2014	51851	167
AKZ0697	55500260E	10/05/2014	73662	252 * VI
ALC0145	54011139E	10/05/2014	55415	181 * XVII
ALY5410	55500159E	10/05/2014	55412	181 * XVII
AUR5966	54016574E	10/05/2014	55416	181 * XVII
AVD1502	55500011E	18/05/2014	51851	167
CPW9277	55500075E	15/05/2014	51851	167
CSA0045	54016678E	10/05/2014	55415	181 * XVII
DFQ7658	54015294E	16/05/2014	55412	181 * XVII
DRE4351	54012614E	15/04/2014	55412	181 * XVII
EEJ0868	54016760E	10/05/2014	54522	181 * VIII
ENH9207	55500288E	14/05/2014	54600	181 * IX
ENH9207	55500289E	14/05/2014	55416	181 * XVII
FAB1555	54016688E	10/05/2014	51851	167
FAB1555	54016773E	10/05/2014	51851	167
HLP0718	54016462E	10/05/2014	55415	181 * XVII
IQG3569	54016055E	08/05/2014	54600	181 * IX
IQG3569	54009929E	09/05/2014	51851	167
IZG6900	54016938E	10/05/2014	51851	167
KHF5055	54016679E	10/05/2014	55415	181 * XVII
LXD2986	54012650E	15/05/2014	60412	207
LXN0056	55500115E	12/04/2014	51851	167
LYQ2126	54016893E	18/05/2014	51851	167
LYX7512	54016578E	10/05/2014	55415	181 * XVII
LZB6673	54011132E	09/05/2014	51851	167
LZP7669	55500448E	13/05/2014	51851	167
MAA2495	55500133E	12/04/2014	51851	167
MAC6160	54016472E	10/05/2014	51851	167
MAH1337	55500180E	12/04/2014	51851	167
MAV4184	54016573E	10/05/2014	55416	181 * XVII
MAX9613	55500162E	10/05/2014	51851	167
MBC3736	54016481E	10/05/2014	51851	167
MBP0157	54016610E	10/05/2014	51851	167
MBZ1606	54016581E	10/05/2014	55500	181 * XVIII
MBZ1606	54016583E	10/05/2014	54525	181 * VIII
MCK0329	54011427E	09/05/2014	51851	167
MCP7319	55500188E	09/05/2014	51851	167
MCV9088	54015197E	14/04/2014	55412	181 * XVII
MCY1444	54012619E	15/04/2014	55412	181 * XVII
MDI1000	54016762E	10/05/2014	55416	181 * XVII
MDT6161	54016575E	10/05/2014	55415	181 * XVII
MDV5601	54016889E	10/05/2014	51852	167
MEB9301	54016770E	10/05/2014	51852	167
MEF9144	54014148E	13/05/2014	51851	167
MEQ2280	54016937E	10/05/2014	51851	167
MFH2610	54016488E	10/05/2014	51851	167
MFI0346	54011129E	09/05/2014	51852	167
MFO5018	54009796E	15/04/2014	59401	203 * III

MFP5817	54016569E	10/05/2014	51852	167	
MFT2725	54016272E	05/05/2014	61300	214	* II
MFT2725	54016273E	05/05/2014	51851	167	
MGC8406	54012620E	15/04/2014	55412	181	* XVII
MGI7751	55500004E	10/05/2014	51851	167	
MGR1790	54012060E	16/04/2014	55412	181	* XVII
MHI1307	55500064E	12/04/2014	51851	167	
MHY3714	54015199E	14/04/2014	55412	181	* XVII
MIB7066	55500173E	10/05/2014	51851	167	
MIH7287	54016487E	10/05/2014	51851	167	
MIL0150	54016579E	10/05/2014	55416	181	* XVII
MIL3164	55499004E	16/05/2014	59401	203	* III
MIN3265	55500293E	15/05/2014	55412	181	* XVII
MIN8270	54015196E	14/04/2014	55412	181	* XVII
MIP7149	54011134E	09/05/2014	51851	167	
MIV5673	54016530E	12/04/2014	51851	167	
MIV7200	54016545E	10/05/2014	55416	181	* XVII
MIV7602	55500166E	10/05/2014	51851	167	
MJC9899	54012624E	24/04/2014	55412	181	* XVII
MJI6356	54016577E	10/05/2014	55500	181	* XVIII
MJK2249	55499005E	16/05/2014	59241	203	* I
MJM9014	54011131E	09/05/2014	51852	167	
MJQ2074	54016671E	09/05/2014	55415	181	* XVII
MJS6582	55500222E	12/05/2014	54600	181	* IX
MJZ2783	55500171E	10/05/2014	51851	167	
MKC2019	54012643E	07/05/2014	54870	181	* XI
MKE5828	55500259E	10/05/2014	54870	181	* XI
MKN7467	54009932E	09/05/2014	55415	181	* XVII
MKO0025	54011122E	09/05/2014	55412	181	* XVII
MLB0831	54016945E	10/05/2014	51851	167	
MLC0714	54016887E	10/05/2014	51851	167	
MLJ4196	54016531E	12/04/2014	51851	167	
MLJ4504	55499026E	08/05/2014	54522	181	* VIII
MLK3011	55500161E	10/05/2014	51851	167	
MLN2703	54015246E	22/04/2014	55412	181	* XVII
MLP9538	54015019E	12/04/2014	51851	167	
MLT4422	54016771E	10/05/2014	51851	167	
MMA0699	54016461E	10/05/2014	55415	181	* XVII
MMM1265	54016222E	23/04/2014	55412	181	* XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1633/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE TRANSITO N.8036 1633/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ICQ0334	54009643E	25/05/2014	50100	162 * I
ICQ0334	54009644E	25/05/2014	65992	230 * V
ILV5454	55500383E	08/04/2014	69200	233
IPQ8686	55500396E	23/04/2014	69200	233
LXT5525	54016307E	14/05/2014	69200	233
LYF4373	54016313E	08/05/2014	69200	233
LYM6681	55500386E	14/04/2014	69200	233
MDN0080	55500070E	03/05/2014	64080	221
MDN0080	55500072E	03/05/2014	66700	230 * XIII
MFH0553	54450094D	04/05/2014	69120	232
MGO3798	55499054E	22/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
MHS3845	55500391E	22/04/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1634/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1634/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABU1291	54010195E	29/04/2014	57380	186 * II
AGE7133	54014350E	22/05/2014	51851	167
LXE0735	55499012E	23/05/2014	54521	181 * VIII
LXI1991	55500353E	24/04/2014	55412	181 * XVII
LYB4051	54015041E	26/04/2014	73662	252 * VI
MBD7883	54014349E	22/05/2014	55414	181 * XVII
MBF3454	54013232E	26/04/2014	51851	167
MDZ0711	55500058E	12/04/2014	51851	167
MEN1777	55499101E	22/05/2014	55412	181 * XVII
MFE2196	55500306E	23/05/2014	55412	181 * XVII
MFI0720	54016229E	24/04/2014	73662	252 * VI
MFI0720	54015949E	25/04/2014	51851	167
MGM6009	55009488D	26/04/2014	55414	181 * XVII
MGQ8335	54016227E	24/04/2014	55412	181 * XVII
MJR6409	54015035E	26/04/2014	51851	167
MKH2823	54010318E	25/04/2014	55412	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1637/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1637/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ANG4609	54016862E	29/04/2014	66102	230 * VII
LXU9077	55500012E	01/06/2014	66102	230 * VII
LZV3336	54009632E	29/04/2014	67000	230 * XVI
MDQ5186	54016334E	19/05/2014	69200	233
MGL0922	55499201E	31/05/2014	53040	176 * III

MGL0922	55499202E	31/05/2014	65992	230	* V
MIM7742	55500137E	01/06/2014	67000	230	* XVI
MJK3222	54016347E	22/05/2014	69200	233	
MLP9031	55500400E	25/04/2014	69200	233	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1638/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1638/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

JPR1501	54016962E	26/04/2014	51851	167
MAU6073	55500304E	23/05/2014	55412	181 * XVII
MBP8713	54015044E	29/04/2014	51851	167
MDA9672	55500216E	08/05/2014	55412	181 * XVII
MGB4252	54016568E	26/04/2014	51851	167
MGD6883	55499031E	28/05/2014	55412	181 * XVII
MGR8165	55500444E	09/05/2014	59320	203 * II
MIS2023	54015286E	08/05/2014	55412	181 * XVII
MJG3693	55500427E	03/05/2014	57200	186 * I
MJQ7155	55499009E	23/05/2014	54521	181 * VIII
MKV6737	55553320C	27/04/2014	54521	181 * VIII
MLG6726	55500370E	06/05/2014	55412	181 * XVII
MMM2604	54016538E	29/04/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1641/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1641/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIJ2897	54014147E	10/05/2014	69120	232
ART4355	55500221E	08/05/2014	73580	252 * V
ASP8196	54016320E	06/05/2014	69200	233
BAC6266	55500402E	25/04/2014	69200	233
EJC5948	55500415E	25/04/2014	69200	233
EMG8898	54016338E	20/05/2014	69200	233
IHC6619	55499183E	29/05/2014	69200	233
LYX7059	55500417E	12/05/2014	69200	233
MAM3885	55499181E	27/05/2014	69200	233
MBN6910	54016327E	16/05/2014	69200	233
MCN1703	54016344E	22/05/2014	69200	233
MCT2105	55499269E	06/06/2014	69200	233
MET6413	55499194E	30/05/2014	69200	233
MGJ4395	54016348E	21/05/2014	69200	233
MGW0812	54010425E	04/06/2014	50100	162 * I
MGW0812	54010426E	04/06/2014	51180	164 c/c 162 * I
MGW0812	54010424E	04/06/2014	65992	230 * V
MHL5758	55500410E	25/04/2014	69200	233
MJE7784	54016274E	11/05/2014	65992	230 * V
MJE7784	54015746E	11/05/2014	50100	162 * I
MJZ5921	55499185E	29/05/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1642/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1642/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DPR5400	55499055E	29/05/2014	51851	167
DPR5400	55499056E	29/05/2014	73662	252 * VI
FNP1515	54015750E	06/06/2014	73662	252 * VI
KAO6677	55553323C	13/05/2014	73740	253
LZN8443	55553324C	13/05/2014	73740	253
MAA2496	55500160E	10/05/2014	51851	167
MBJ4721	54011126E	09/05/2014	51851	167
MBJ6932	54016615E	10/05/2014	55415	181 * XVII
MBP8713	54016612E	10/05/2014	51851	167
MBY2628	54011133E	09/05/2014	51852	167
MCC2673	55500187E	09/05/2014	51851	167
MCM9778	54016613E	10/05/2014	51851	167
MCZ4359	54009925E	09/05/2014	51851	167
MDA3824	54016682E	10/05/2014	51851	167
MDT9288	54016949E	10/05/2014	51851	167
MEQ5003	54016984E	09/05/2014	55414	181 * XVII
MEY2931	54016609E	10/05/2014	51851	167
MFK1577	54009642E	09/05/2014	55412	181 * XVII
MFR5388	54011142E	10/05/2014	55416	181 * XVII
MFR5388	54016468E	10/05/2014	55412	181 * XVII
MGD4329	55500373E	14/05/2014	55412	181 * XVII
MGH3063	55499030E	28/05/2014	55412	181 * XVII
MGY2156	54016776E	10/05/2014	51851	167
MHL7178	54011143E	10/05/2014	55415	181 * XVII
MHZ0187	54016471E	10/05/2014	55416	181 * XVII
MIL8073	54016933E	10/05/2014	55414	181 * XVII
MIT2210	54009637E	09/05/2014	55412	181 * XVII
MJB1217	54015287E	08/05/2014	55412	181 * XVII
MJN7454	54016484E	10/05/2014	51851	167
MKE8369	54015249E	12/05/2014	55412	181 * XVII
MKQ1098	54011430E	09/05/2014	73662	252 * VI
MLR1166	54011140E	10/05/2014	55412	181 * XVII
MLT7278	54011127E	09/05/2014	51851	167
MLU2244	55500175E	10/05/2014	51851	167

MMM2323 55500099E 10/05/2014 73662 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1645/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1645/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXW2984	54016305E	14/05/2014	69200	233
MBK2253	54016324E	15/05/2014	69200	233
MCH8421	54011436E	18/05/2014	65992	230 * V
MKN2541	54016326E	15/05/2014	69200	233
MLQ7413	54016314E	08/05/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1646/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1646/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJN0362	54016716E	07/06/2014	51851	167	
AJU0633	55499121E	11/06/2014	55412	181	* XVII
AVG0047	54016550E	14/05/2014	51851	167	
BKV5807	54016497E	18/05/2014	51851	167	
CAN7539	54012773E	07/06/2014	51852	167	
CYJ9834	54016690E	07/06/2014	51851	167	
DDB9760	54012771E	07/06/2014	51851	167	
DIG3936	54016881E	10/05/2014	51851	167	
HPU8882	55500174E	10/05/2014	54521	181	* VIII
LXF5823	54014340E	19/05/2014	54521	181	* VIII
LXI7206	54016622E	07/06/2014	51851	167	
MBU0694	54016717E	07/06/2014	51851	167	
MCI5108	54016724E	07/06/2014	51851	167	
MCR0464	54016868E	10/05/2014	51851	167	
MCY2758	54016813E	07/06/2014	55416	181	* XVII
MDC1726	54016821E	07/06/2014	55415	181	* XVII
MDO2327	55500292E	15/05/2014	55412	181	* XVII
MDV2642	54012774E	07/06/2014	51851	167	
MEA5829	54012768E	07/06/2014	55412	181	* XVII
MEK2894	54014346E	21/05/2014	55412	181	* XVII
MFY2337	54011448E	07/06/2014	51851	167	
MGK9997	55499016E	09/06/2014	54522	181	* VIII
MGT1291	54010325E	09/06/2014	55412	181	* XVII
MGW0244	54010329E	09/06/2014	55412	181	* XVII
MHS2946	55500352E	24/04/2014	55412	181	* XVII
MIB1804	54016790E	13/06/2014	55412	181	* XVII
MJB1217	54014338E	19/05/2014	55412	181	* XVII
MJG9159	54011438E	31/05/2014	51851	167	
MJK6179	54009647E	07/06/2014	55412	181	* XVII
MJO4294	54011440E	07/06/2014	55414	181	* XVII
MJV2598	55480946D	26/04/2014	51851	167	
MKR5568	54010327E	09/06/2014	55412	181	* XVII
MKV2822	54015645E	02/06/2014	55414	181	* XVII
MKY4023	55499141E	07/06/2014	60412	207	
MKZ4600	54016791E	13/06/2014	55412	181	* XVII
MLM2851	55500297E	15/05/2014	55412	181	* XVII
MLW4271	54014449E	07/06/2014	51851	167	
MLW7879	54014450E	10/06/2014	51851	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1649/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1649/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALI2317	55499279E	11/06/2014	69200	233
CME7366	55499278E	10/06/2014	69200	233
HOP4220	55499277E	10/06/2014	69200	233
LYB8585	55499285E	16/06/2014	69200	233
MAM8952	54016331E	19/05/2014	69200	233
MCK7356	54016337E	20/05/2014	69200	233
MCS5278	54016177E	23/06/2014	65561	230 * I
MCS5278	54016173E	23/06/2014	65992	230 * V
MCS5278	54016174E	23/06/2014	50100	162 * I
MCS5278	54016176E	23/06/2014	51180	164 c/c 162 * I
MCW0070	54016340E	21/05/2014	69200	233
MEC3703	54016339E	20/05/2014	69200	233
MGG9292	54016350E	26/05/2014	69200	233
MIQ9909	55499258E	04/06/2014	69200	233
MIR9469	54016991E	21/06/2014	65480	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1650/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1650/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFN0492	55499110E	29/05/2014	55412	181 * XVII
ALC8580	55500313E	20/06/2014	55412	181 * XVII
DJC9695	55499075E	18/06/2014	55414	181 * XVII
EAC0607	54016172E	22/05/2014	55414	181 * XVII
IUU0100	55500305E	23/05/2014	55412	181 * XVII
LXA9145	54016725E	07/06/2014	51851	167
LXK6891	55499105E	22/05/2014	55412	181 * XVII
LXK6891	55500309E	23/05/2014	55412	181 * XVII
MAE7706	54016496E	18/05/2014	51851	167
MBS0329	55499069E	10/06/2014	73662	252 * VI
MBU3157	54011449E	07/06/2014	51851	167
MCE2062	54009943E	14/06/2014	55415	181 * XVII
MCS5278	54016178E	23/06/2014	70301	244 * I
MEA2829	55499308E	14/06/2014	51851	167
MEV6734	54015775E	26/05/2014	73662	252 * VI
MGR5275	55499301E	14/06/2014	55416	181 * XVII
MJH4505	55500225E	22/05/2014	61300	214 * II
MJN7454	55500307E	23/05/2014	55412	181 * XVII
MKO9256	55499106E	22/05/2014	55412	181 * XVII
MLU0525	55499310E	14/06/2014	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1653/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1653/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
APY7095	55499416E	25/06/2014	69200	233
BKG0661	55499417E	26/06/2014	69200	233
CKK2820	55499292E	17/06/2014	69200	233
CPO0677	55499297E	18/06/2014	69200	233
IDA2673	54015646E	03/06/2014	65992	230 * V
IDA2673	54015648E	03/06/2014	50100	162 * I
IDA2673	54015650E	03/06/2014	51180	164 c/c 162 * I
IFJ0773	55499127E	01/06/2014	69120	232
LWS4923	55499418E	27/06/2014	69200	233
LWX0534	55499275E	06/06/2014	69200	233
LYB3630	55499403E	24/06/2014	69200	233
MAJ8313	55499422E	26/06/2014	69200	233
MBY7934	55499299E	18/06/2014	69200	233
MCK1711	55499421E	26/06/2014	69200	233
MDB1819	55499406E	24/06/2014	69200	233
MEH2768	55499184E	29/05/2014	69200	233
MIJ3000	55499411E	26/06/2014	69200	233
NJZ3606	55499300E	23/06/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1654/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO



DE TRANSITO N.8036 1654/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABW9069	55500016E	24/06/2014	51851	167
ANL9628	54012785E	24/06/2014	55412	181 * XVII
ART6608	54016814E	07/06/2014	51851	167
ATI2075	55499074E	18/06/2014	55414	181 * XVII
IDA2673	54015647E	03/06/2014	60501	208
ISJ8558	55500155E	10/05/2014	55412	181 * XVII
JNR1236	54016988E	18/06/2014	54600	181 * IX
KHF5055	55500139E	01/06/2014	51851	167
MCE6647	54016844E	28/06/2014	55415	181 * XVII
MCI6363	55500018E	24/06/2014	51851	167
MDI7835	55499163E	25/06/2014	60501	208
MEE8398	55499059E	02/06/2014	57200	186 * I
MFF1757	54012784E	24/06/2014	55412	181 * XVII
MGZ5554	54016987E	10/06/2014	73662	252 * VI
MHU4249	55500013E	24/06/2014	55412	181 * XVII
MHX6666	54016833E	24/06/2014	55412	181 * XVII
MKE8369	55499119E	03/06/2014	54600	181 * IX
MLB0323	54010009E	02/06/2014	51851	167
MLB0323	54010010E	02/06/2014	52070	169
MLV8902	54015778E	28/05/2014	57200	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1657/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1657/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BMH3749	55499254E	04/06/2014	69200	233
BNR2165	55499188E	30/05/2014	69200	233
CBW5695	55499189E	30/05/2014	69200	233
CXN9896	54011185E	07/06/2014	65992	230 * V
MCI0352	55499266E	05/06/2014	69200	233
MDE8683	54016994E	07/07/2014	65992	230 * V
MDE8683	54016995E	07/07/2014	50100	162 * I
MDE8683	54016996E	07/07/2014	51691	165
MDE8683	54016997E	07/07/2014	52741	175
MDE8683	54016998E	07/07/2014	51180	164 c/c 162 * I
MDE8683	54016999E	07/07/2014	65565	230 * I
MDU8272	55499176E	27/05/2014	69200	233
MGL8602	55499261E	03/06/2014	69200	233
MHI8795	55499415E	27/06/2014	69200	233
MHM0692	55499414E	26/06/2014	69200	233
MKJ5322	55499274E	09/06/2014	69200	233
MLQ3033	55500240E	06/07/2014	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1658/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1658/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADL8056	55499061E	06/06/2014	51851	167
AGC5536	54016692E	07/06/2014	73662	252 * VI
AST0388	55499510E	07/07/2014	55412	181 * XVII
CXN9896	54011186E	07/06/2014	60412	207
DAV8767	55499507E	07/07/2014	55412	181 * XVII
DFH8748	55499581E	07/07/2014	73662	252 * VI
DLR0721	55499132E	07/06/2014	55416	181 * XVII
EZJ4508	55500199E	24/06/2014	55415	181 * XVII
INU0176	55499515E	07/07/2014	51851	167
MBN6672	54016626E	07/06/2014	55412	181 * XVII
MCF6253	55499452E	07/07/2014	55412	181 * XVII
MCX2841	55500233E	01/07/2014	55415	181 * XVII
MEG6552	54013287E	02/07/2014	55412	181 * XVII
MFB8439	54016818E	07/06/2014	55411	181 * XVII
MFI2532	54011144E	07/06/2014	55416	181 * XVII
MGM1923	54015298E	13/06/2014	55412	181 * XVII
MGP7426	54009940E	14/06/2014	55415	181 * XVII
MGR0097	55499586E	07/07/2014	73662	252 * VI
MGX9395	54010328E	09/06/2014	55412	181 * XVII
MHE3730	55499323E	07/07/2014	51851	167
MHG6065	55499479E	05/07/2014	51852	167
MHQ9163	54016835E	24/06/2014	55412	181 * XVII
MIT2660	55499043E	02/07/2014	55412	181 * XVII
MIY4343	54016498E	07/06/2014	51851	167
MKO8028	55499068E	10/06/2014	58780	199
MKR5568	55499601E	05/07/2014	55412	181 * XVII
MLV0751	55499077E	02/07/2014	55412	181 * XVII
MMH0863	54016815E	07/06/2014	55411	181 * XVII
MMK5791	55499124E	11/06/2014	55412	181 * XVII
MMM7378	55499508E	07/07/2014	55412	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1661/2014
ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1661/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJK5437	54016992E	04/07/2014	65992	230 * V
AJK5437	54016993E	04/07/2014	51691	165
CNZ3960	55499288E	16/06/2014	69200	233
CXN9896	55499289E	16/06/2014	69200	233
LYM2115	55499294E	17/06/2014	69200	233
LYM8125	55500140E	06/07/2014	51180	164 c/c 162 * I
LYM8125	55500141E	06/07/2014	50100	162 * I
LYM8125	55500142E	06/07/2014	65992	230 * V
MAR2288	55499252E	04/06/2014	69200	233
MBW1902	54016633E	16/06/2014	50100	162 * I
MBW1902	54016634E	16/06/2014	51180	164 c/c 162 * I
MCA9273	55499517E	09/07/2014	65992	230 * V
MCA9273	55499518E	09/07/2014	50100	162 * I
MCA9273	55499519E	09/07/2014	51180	164 c/c 162 * I
MDY1918	55499022E	13/07/2014	65480	229
MHA9205	55499293E	17/06/2014	69200	233
MKY0255	55499171E	15/07/2014	51180	164 c/c 162 * I
MKY0255	55499172E	15/07/2014	66371	230 * IX
MKY0255	55499170E	15/07/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1662/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1662/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACE7551	55499708E	09/07/2014	51851	167
AEU8521	55499757E	08/07/2014	51851	167
AKN0083	55499531E	08/07/2014	55412	181 * XVII
AKS3878	55499659E	07/07/2014	51851	167
ARM9550	54012476E	11/07/2014	51851	167
AWV0150	55499529E	08/07/2014	55412	181 * XVII
AWV0150	55499379E	07/07/2014	73662	252 * VI
CLY6499	54016786E	13/06/2014	55412	181 * XVII
CXH2322	54016241E	14/06/2014	54521	181 * VIII
EAP4978	54009650E	07/06/2014	55412	181 * XVII
HHR6596	55499755E	08/07/2014	51851	167
IDK5899	54010200E	11/07/2014	51851	167
IMK6788	54011441E	07/06/2014	55416	181 * XVII
INP6612	55499574E	15/07/2014	51851	167
IPO0677	55499305E	14/06/2014	55415	181 * XVII
IUU0100	55499682E	08/07/2014	55412	181 * XVII
KEF6737	55499628E	07/07/2014	51851	167
KJV0015	54012794E	24/06/2014	51851	167
LXD7997	55499667E	08/07/2014	51851	167
LYW5217	54016749E	12/07/2014	55412	181 * XVII
LZW7201	55499759E	08/07/2014	51851	167
LZY8590	54016718E	07/06/2014	51851	167
MAA9786	55499660E	07/07/2014	51851	167
MBA6718	55499493E	10/07/2014	51851	167
MBG2813	55499468E	11/07/2014	73662	252 * VI
MBK2274	55499650E	10/07/2014	51851	167
MBK9125	55499812E	16/07/2014	55415	181 * XVII
MBU3157	55499577E	07/07/2014	51851	167
MCA9273	55499520E	09/07/2014	60501	208
MCY6374	54012473E	07/07/2014	55411	181 * XVII
MCZ7378	54016795E	13/06/2014	55412	181 * XVII
MCZ9766	55499500E	10/07/2014	55412	181 * XVII
MDB7585	54012474E	07/07/2014	51851	167
MDT9977	55499502E	07/07/2014	55412	181 * XVII
MDY1918	55499023E	13/07/2014	69471	235
MEF9144	55499536E	08/07/2014	51851	167
MEO4086	55499694E	09/07/2014	55414	181 * XVII
MEQ6428	55499565E	14/07/2014	55411	181 * XVII
MEY2931	54016796E	13/06/2014	55412	181 * XVII
MFB7140	55499811E	16/07/2014	70302	244 * I
MFN2268	54016746E	09/07/2014	55412	181 * XVII
MFP6425	55499376E	07/07/2014	51851	167
MFW4658	54016800E	16/06/2014	73662	252 * VI
MGA6208	54015299E	13/06/2014	55412	181 * XVII
MGF2564	55500197E	24/06/2014	55412	181 * XVII
MGJ0739	55499533E	08/07/2014	51851	167
MGL3866	55499689E	08/07/2014	51851	167
MGQ9484	54009947E	14/06/2014	51851	167
MGS1213	55500147E	09/07/2014	73662	252 * VI
MGW0244	55499551E	08/07/2014	55412	181 * XVII
MGW6465	55499642E	09/07/2014	51851	167
MGX9395	54016792E	13/06/2014	55412	181 * XVII
MHC9808	55499552E	08/07/2014	55412	181 * XVII
MHG6065	55499762E	08/07/2014	51851	167
MHN2130	54016812E	07/06/2014	55416	181 * XVII
MHS4798	55499673E	08/07/2014	73662	252 * VI
MHX0644	55499596E	16/07/2014	70302	244 * I
MHZ2628	55499778E	08/07/2014	55412	181 * XVII

MIC2274	55499316E	14/06/2014	55415	181	*	XVII
MIC2662	55499060E	06/06/2014	51851	167		
MIJ0251	55499496E	10/07/2014	55412	181	*	XVII
MIK4969	54016735E	07/07/2014	55415	181	*	XVII
MIP4377	54016823E	14/06/2014	55416	181	*	XVII
MIQ7627	54009948E	14/06/2014	51852	167		
MIQ7627	55499457E	10/07/2014	55416	181	*	XVII
MJA2666	55499716E	10/07/2014	55415	181	*	XVII
MJF1515	55499553E	08/07/2014	55412	181	*	XVII
MJL3164	55499758E	08/07/2014	51851	167		
MKA8488	54009949E	14/06/2014	51851	167		
MKE8156	55499559E	10/07/2014	73662	252	*	VI
MKJ8935	55499611E	08/07/2014	55412	181	*	XVII
MKL7559	54016740E	08/07/2014	55412	181	*	XVII
MKP6403	55499764E	08/07/2014	51851	167		
MKR5568	55499657E	07/07/2014	55415	181	*	XVII
MKR5568	55499564E	14/07/2014	55411	181	*	XVII
MKT2887	55499494E	10/07/2014	51851	167		
MKV0092	55499522E	09/07/2014	55415	181	*	XVII
MKZ3344	55499462E	10/07/2014	55415	181	*	XVII
MLC2888	55499549E	11/07/2014	73662	252	*	VI
MLM9161	55499686E	08/07/2014	55416	181	*	XVII
MLO7806	54009942E	14/06/2014	55414	181	*	XVII
MLS6981	55499353E	22/06/2014	51851	167		
MLU2475	55499575E	15/07/2014	51851	167		
MMA7703	55500144E	08/07/2014	55414	181	*	XVII
NHX0639	55499664E	08/07/2014	51851	167		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1665/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1665/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALZ7980	55499268E	06/06/2014	69200	233
LHV8264	55499408E	23/06/2014	69200	233
MCX1941	54015349E	16/07/2014	50100	162 * I
MCX1941	54015350E	16/07/2014	51180	164 c/c 162 * I
MDW0156	55499959E	20/07/2014	65992	230 * V
MEK6269	55499938E	19/07/2014	50100	162 * I
MEK6269	55500465E	19/07/2014	65992	230 * V
MEK6269	55500464E	19/07/2014	51180	164 c/c 162 * I
MHO1483	54013440E	19/07/2014	65992	230 * V
MHO1483	54013438E	19/07/2014	50100	162 * I
MHO1483	54013439E	19/07/2014	51180	164 c/c 162 * I
MJJ1832	55499615E	14/07/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1666/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1666/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHM5610	55499725E	15/07/2014	51851	167
AJT4804	55499914E	23/07/2014	51851	167
AJT4804	55500612E	23/07/2014	51851	167
ALZ0657	55500628E	22/07/2014	73662	252 * VI
ARL0474	54016738E	08/07/2014	55412	181 * XVII
AYH7201	55499715E	10/07/2014	55412	181 * XVII
CAN7539	55500451E	17/07/2014	51851	167
CMH8423	55499861E	18/07/2014	55416	181 * XVII
DPR5400	55499592E	15/07/2014	51851	167

HOI2292	55500508E	17/07/2014	55412	181	*	XVII
IMZ3603	54012796E	24/06/2014	51851	167		
LZA3573	55499867E	22/07/2014	53800	181	*	I
MBA6718	55500485E	21/07/2014	55415	181	*	XVII
MBH8583	55500481E	18/07/2014	55415	181	*	XVII
MBS1845	55499639E	09/07/2014	51851	167		
MCI5108	55500017E	24/06/2014	51851	167		
MCU4324	55499951E	18/07/2014	55414	181	*	XVII
MDG7052	55499821E	18/07/2014	51851	167		
MDK4182	55500463E	18/07/2014	58780	199		
MDN7408	55499929E	18/07/2014	51851	167		
MEL4251	55499745E	17/07/2014	55412	181	*	XVII
MFD4134	55499154E	20/06/2014	61220	214	*	I
MFG7767	55500458E	18/07/2014	55412	181	*	XVII
MFQ4966	54012797E	24/06/2014	51851	167		
MGF2863	55500633E	22/07/2014	51851	167		
MGH4180	55499498E	10/07/2014	55412	181	*	XVII
MGO9218	54016727E	24/06/2014	73662	252	*	VI
MGU5827	55500631E	22/07/2014	51851	167		
MGX9395	55500015E	24/06/2014	55412	181	*	XVII
MHB6752	55500505E	17/07/2014	61220	214	*	I
MHF9216	55499691E	09/07/2014	55414	181	*	XVII
MHG0295	55499804E	16/07/2014	51851	167		
MHG2498	55500316E	20/06/2014	55412	181	*	XVII
MHJ2754	55500527E	17/07/2014	51851	167		
MHQ0450	55499940E	21/07/2014	55412	181	*	XVII
MHW4363	55499939E	21/07/2014	55412	181	*	XVII
MIC2274	54012787E	24/06/2014	55412	181	*	XVII
MIT2660	55500483E	21/07/2014	55412	181	*	XVII
MJA0778	55499798E	18/07/2014	55411	181	*	XVII
MJN4341	55499746E	17/07/2014	51851	167		
MJY0074	55499622E	17/07/2014	55414	181	*	XVII
MJY2929	55499122E	11/06/2014	55412	181	*	XVII
MJY5953	55499877E	15/07/2014	58780	199		
MJY6358	55499144E	24/06/2014	55416	181	*	XVII
MKD4499	54016794E	13/06/2014	55412	181	*	XVII
MKF4292	55500461E	18/07/2014	73662	252	*	VI
MKT9982	55499158E	20/06/2014	73662	252	*	VI
MLR7112	55500021E	24/06/2014	54600	181	*	IX
MLV2025	54016739E	08/07/2014	55412	181	*	XVII
MLW8524	55499737E	09/07/2014	60412	207		
MMA7357	55500651E	18/07/2014	54521	181	*	VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1669/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1669/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEL7462	54016584E	25/07/2014	50450	162 * V
ASR5495	54016279E	03/07/2014	64080	221
BOH9538	55499402E	24/06/2014	69200	233
MDM1079	54015786E	23/07/2014	65992	230 * V
MDM1079	54015787E	23/07/2014	53200	176 * V
MDM1079	54015788E	23/07/2014	52820	176 * I
MDM1079	54015789E	23/07/2014	66102	230 * VII
MDM1079	54015790E	23/07/2014	66372	230 * IX
MGH8428	54011187E	01/07/2014	65992	230 * V
MGH8428	54011188E	01/07/2014	50450	162 * V
MHG8924	55499404E	24/06/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTES EDITAIS.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1670/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1670/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACW8250	55499984E	24/07/2014	55412	181 * XVII
AJT4804	55500613E	23/07/2014	73662	252 * VI
IOU3550	55500454E	17/07/2014	55412	181 * XVII
IPV1977	55499699E	12/07/2014	55412	181 * XVII
MAJ2598	55499817E	17/07/2014	55414	181 * XVII
MAY7229	55499484E	07/07/2014	55415	181 * XVII
MCL7339	55500614E	25/07/2014	55412	181 * XVII
MDC8994	55499960E	22/07/2014	59401	203 * III
MDF9661	55499876E	15/07/2014	70482	244 * II
MEG3701	55500589E	24/07/2014	55416	181 * XVII
MEP1435	55500653E	24/07/2014	51851	167
MFC5094	55499833E	25/07/2014	55412	181 * XVII
MFG7767	55500543E	25/07/2014	55412	181 * XVII
MGT1399	54016500E	07/06/2014	51851	167
MGV6303	54012780E	24/06/2014	55412	181 * XVII
MGW9044	55499893E	23/07/2014	55415	181 * XVII
MGX5869	55500484E	21/07/2014	55412	181 * XVII
MHA7940	55499358E	23/07/2014	55412	181 * XVII
MHA8994	54016845E	28/06/2014	55415	181 * XVII
MHT6140	55499830E	16/07/2014	51852	167
MHU4802	55500491E	25/07/2014	55412	181 * XVII
MHZ1651	55499619E	21/07/2014	55412	181 * XVII
MIM7596	55499357E	23/07/2014	55412	181 * XVII
MKA4746	55499926E	18/07/2014	73662	252 * VI
MKT9982	54016827E	24/06/2014	55412	181 * XVII
MLS4414	55500640E	26/07/2014	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1673/2014
ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1673/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

INS8237	54009698E	05/07/2014	65992	230 * V
LWW7015	55499625E	17/07/2014	65480	229
LXD2560	54016641E	06/07/2014	51691	165
MDG1640	55499801E	13/07/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1674/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1674/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AKN0083	55500902E	31/07/2014	55412	181 * XVII
AKN0083	55500522E	01/08/2014	73662	252 * VI
AOY4376	55499481E	05/07/2014	51851	167
ASG8400	55499644E	09/07/2014	51851	167
ASR9789	55499458E	10/07/2014	55415	181 * XVII
CMY1646	55499698E	12/07/2014	55412	181 * XVII
COG4427	55500591E	24/07/2014	55412	181 * XVII
DAV8767	55500926E	01/08/2014	55412	181 * XVII
JPC7920	55499971E	30/07/2014	55412	181 * XVII
JPJ5415	55499609E	08/07/2014	55412	181 * XVII

LXD2560	54016642E	06/07/2014	52070	169	
LYR4596	55500619E	29/07/2014	55412	181	* XVII
LZU0339	55500762E	28/07/2014	51851	167	
MAV1434	55499752E	08/07/2014	51851	167	
MBB7066	55500673E	01/08/2014	51851	167	
MBD8055	55500646E	28/07/2014	55412	181	* XVII
MBV7750	55500786E	31/07/2014	55412	181	* XVII
MCA7631	55500474E	23/07/2014	55414	181	* XVII
MCN4857	54010199E	04/07/2014	51851	167	
MDI9377	55499727E	08/07/2014	55415	181	* XVII
MDV3063	55499469E	11/07/2014	55412	181	* XVII
MFA4378	55499687E	08/07/2014	73662	252	* VI
MGC3934	55500497E	04/08/2014	55412	181	* XVII
MGC6384	55499380E	07/07/2014	58780	199	
MGO7385	55500767E	28/07/2014	73662	252	* VI
MGW0244	55500905E	31/07/2014	55412	181	* XVII
MHB9177	55499897E	24/07/2014	55415	181	* XVII
MHP9831	55500644E	28/07/2014	55412	181	* XVII
MIA8145	55500906E	04/08/2014	54600	181	* IX
MIK5318	54016736E	07/07/2014	53800	181	* I
MJC8402	55499646E	10/07/2014	51851	167	
MJG5509	55500645E	28/07/2014	73662	252	* VI
MJH6447	55499451E	07/07/2014	60412	207	
MJS1364	55499653E	07/07/2014	55415	181	* XVII
MJV4835	55500616E	25/07/2014	73662	252	* VI
MJZ1685	55499903E	15/07/2014	54600	181	* IX
MKB9258	55500675E	01/08/2014	73662	252	* VI
MKO2037	55500787E	31/07/2014	55415	181	* XVII
MKY0255	55500774E	30/07/2014	70302	244	* I
MLJ7728	54016643E	30/07/2014	55500	181	* XVIII
MLL9406	54010198E	04/07/2014	55415	181	* XVII
MLO2233	55500686E	30/07/2014	73662	252	* VI
MLV3691	55499488E	09/07/2014	55412	181	* XVII
MMA4235	55500666E	31/07/2014	55414	181	* XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1677/2014
ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1677/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCO4357	54015347E	16/07/2014	65992	230 * V
MFT9391	55499392E	02/08/2014	50100	162 * I
MFT9391	55499393E	02/08/2014	65992	230 * V
MFT9391	55499394E	02/08/2014	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1678/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1678/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFP4914	55499780E	09/07/2014	55412	181 * XVII
AI12349	55500583E	23/07/2014	51851	167
ANK9787	54016743E	08/07/2014	51851	167
AOC1442	55499383E	12/07/2014	51851	167
APW3287	55499766E	16/07/2014	51851	167
CKP3264	55500502E	17/07/2014	60412	207
COJ5280	55500842E	06/08/2014	55415	181 * XVII
CXN4788	55500683E	29/07/2014	55412	181 * XVII
DEL1412	55499842E	06/08/2014	73662	252 * VI
EIN0314	55500835E	31/07/2014	54600	181 * IX

HPG2746	55499538E	08/07/2014	73662	252	*	VI
HPG2746	55499728E	08/07/2014	55412	181	*	XVII
IDX1648	55501131E	06/08/2014	73662	252	*	VI
IMD4642	55500597E	29/07/2014	51851	167		
LZS3829	54012067E	05/08/2014	54521	181	*	VIII
LZV3336	55499378E	07/07/2014	51851	167		
LZW5114	55501011E	07/08/2014	51851	167		
MAN8905	55499514E	07/07/2014	51851	167		
MAT0922	55501041E	09/08/2014	70302	244	*	I
MBF3403	55500504E	17/07/2014	55412	181	*	XVII
MBH2338	55499506E	07/07/2014	55412	181	*	XVII
MBH8583	55500997E	04/08/2014	73662	252	*	VI
MBP8326	55500785E	31/07/2014	55414	181	*	XVII
MCA2027	55499589E	07/07/2014	51851	167		
MCD7309	55499605E	07/07/2014	55412	181	*	XVII
MCG2768	55500671E	01/08/2014	70302	244	*	I
MCK8565	55500944E	06/08/2014	70302	244	*	I
MCS1237	55499470E	11/07/2014	55415	181	*	XVII
MCU4324	55501014E	07/08/2014	55412	181	*	XVII
MCX8196	55500989E	04/08/2014	51851	167		
MDA9672	55499711E	10/07/2014	55412	181	*	XVII
MDC8424	55500993E	04/08/2014	73662	252	*	VI
MDH0705	55499663E	08/07/2014	51851	167		
MED4867	55499669E	08/07/2014	51851	167		
MEK2894	55499779E	08/07/2014	51851	167		
MEW7576	55499855E	16/07/2014	73662	252	*	VI
MEX2355	55501061E	08/08/2014	55412	181	*	XVII
MFI6303	55501177E	05/08/2014	54521	181	*	VIII
MFJ3955	55500818E	07/08/2014	51851	167		
MGD4666	55499169E	14/07/2014	57380	186	*	II
MGF6287	55500848E	07/08/2014	55680	181	*	XIX
MGL6737	55499395E	09/08/2014	73662	252	*	VI
MGP7521	55500620E	29/07/2014	55412	181	*	XVII
MGQ8335	55501009E	06/08/2014	55412	181	*	XVII
MGV1897	55499543E	09/07/2014	55412	181	*	XVII
MHI7919	55499674E	08/07/2014	51851	167		
MIK4759	55500862E	06/08/2014	55412	181	*	XVII
MIK5641	55499530E	08/07/2014	55412	181	*	XVII
MIL5868	55499756E	08/07/2014	51851	167		
MIP7639	55501126E	06/08/2014	55414	181	*	XVII
MJQ4428	55500150E	09/07/2014	51851	167		
MJU6753	55499730E	09/07/2014	60412	207		
MKB6950	54016849E	09/07/2014	55415	181	*	XVII
MKO2037	55501034E	09/08/2014	73662	252	*	VI
MKQ1098	55499525E	09/07/2014	73662	252	*	VI
MKS2818	55499862E	18/07/2014	55415	181	*	XVII
MKY0255	55500845E	06/08/2014	58350	195		
MKY0255	55500846E	06/08/2014	70302	244	*	I
MLF2150	54016644E	02/08/2014	55415	181	*	XVII
MLI8528	55499647E	10/07/2014	73662	252	*	VI
MMC0275	55501127E	06/08/2014	55412	181	*	XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1681/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1681/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIB7858	54016646E	11/08/2014	50100	162 * I
AIB7858	54016647E	11/08/2014	65564	230 * I
AIB7858	54016648E	11/08/2014	66102	230 * VII
LYD6189	55500953E	12/08/2014	67692	230 * XXII
LYD6189	55500951E	12/08/2014	67261	230 * XVIII
MBA8142	55499203E	13/08/2014	50100	162 * I
MBY1824	54016181E	15/08/2014	65992	230 * V
MFV6376	55500626E	18/07/2014	50100	162 * I
MFV6376	55499978E	18/07/2014	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1682/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1682/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABW4963	55500840E	06/08/2014	55412	181	*	XVII
AJP3678	55501018E	11/08/2014	51851	167		
ANZ5128	55500635E	22/07/2014	51851	167		
ARW0057	55500603E	22/07/2014	51851	167		
ASB5223	55499915E	23/07/2014	51851	167		
CHH1669	55501055E	08/08/2014	55412	181	*	XVII
CSE7764	55500627E	22/07/2014	51851	167		
DDM8988	55500477E	17/07/2014	55412	181	*	XVII
EJA5186	55501015E	07/08/2014	55412	181	*	XVII
IRU6223	55499634E	08/07/2014	55414	181	*	XVII
KJB3552	55501149E	11/08/2014	55415	181	*	XVII
LXB9817	54011805E	12/08/2014	60501	208		
LXL8215	55501158E	11/08/2014	60501	208		
LYD6189	55500952E	12/08/2014	51851	167		
LYX1756	54011817E	12/08/2014	55415	181	*	XVII
LZY8590	55500467E	21/07/2014	51851	167		
MAI2376	55499825E	18/07/2014	51851	167		
MAO1989	55499767E	22/07/2014	55412	181	*	XVII
MAV1434	55499769E	23/07/2014	51851	167		
MBI8028	55501063E	13/08/2014	55412	181	*	XVII
MDB0156	55500821E	11/08/2014	53800	181	*	I
MDD1915	55499928E	18/07/2014	51851	167		
MDL6323	55500795E	14/08/2014	55412	181	*	XVII
MDM4554	55500459E	18/07/2014	55412	181	*	XVII
MDX5536	55499911E	21/07/2014	73662	252	*	VI
MGA8450	55501025E	11/08/2014	55415	181	*	XVII
MGF6287	55500604E	22/07/2014	51851	167		
MGQ8335	55499868E	22/07/2014	55412	181	*	XVII
MGX8518	55500791E	12/08/2014	73662	252	*	VI
MHW4928	55500480E	18/07/2014	55414	181	*	XVII
MHZ4502	55500328E	07/08/2014	55412	181	*	XVII
MIH2543	55500850E	07/08/2014	51851	167		
MIH9608	55499977E	17/07/2014	55412	181	*	XVII
MIY9393	55500487E	21/07/2014	55412	181	*	XVII
MJB1217	55499916E	23/07/2014	51851	167		
MJO0722	55501050E	16/08/2014	55415	181	*	XVII
MKE8369	55500736E	14/08/2014	55412	181	*	XVII
MKF4292	55501082E	11/08/2014	73662	252	*	VI
MKL7559	55501166E	14/08/2014	55412	181	*	XVII
MKN1860	54015784E	18/07/2014	51930	168		
MKT9778	55499947E	23/07/2014	55416	181	*	XVII
MKZ4600	55500739E	14/08/2014	55412	181	*	XVII
MLF0082	55499800E	18/07/2014	55412	181	*	XVII
MLR3038	55499875E	23/07/2014	55412	181	*	XVII
MMA0077	55501058E	08/08/2014	55412	181	*	XVII
MMA3144	55500469E	22/07/2014	55412	181	*	XVII
MMB3311	55500863E	06/08/2014	55412	181	*	XVII
MMD5524	54015785E	19/07/2014	60760	210		
MMD9245	55500466E	21/07/2014	73662	252	*	VI
MWB9328	55501044E	13/08/2014	55412	181	*	XVII
QHB0825	55499174E	18/07/2014	73662	252	*	VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1685/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1685/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CKY6666	55501787E	23/08/2014	51691	165
MDC9164	55501357E	17/08/2014	65992	230 * V
MDC9164	55501358E	17/08/2014	51180	164 c/c 162 * I
MLW0895	55501638E	25/08/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1686/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1686/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AHG9876	54011818E	12/08/2014	55415	181 * XVII
AJR4692	55500874E	19/08/2014	55412	181 * XVII
AKL7223	55501263E	20/08/2014	51851	167
AKN0083	55501708E	21/08/2014	55412	181 * XVII
ALY9770	55499894E	24/07/2014	55412	181 * XVII
AOC1442	55501612E	25/08/2014	51851	167
AOC7678	55501267E	22/08/2014	73662	252 * VI
AOK0712	55500755E	28/07/2014	73662	252 * VI
AQE6058	55500733E	30/07/2014	51851	167
AZZ1119	55500489E	21/07/2014	73662	252 * VI
BEL1419	55501101E	20/08/2014	58000	192
CKP3264	55500685E	30/07/2014	55412	181 * XVII
COJ5280	55501709E	21/08/2014	55412	181 * XVII
CZU7655	55501311E	21/08/2014	55416	181 * XVII
DGI9284	55501434E	21/08/2014	55416	181 * XVII
DQV0852	55501093E	15/08/2014	55412	181 * XVII
DSX7284	55501089E	15/08/2014	55412	181 * XVII
GWT7184	55501737E	25/08/2014	73662	252 * VI
IDX1648	55501316E	22/08/2014	55412	181 * XVII
JPH2209	55501443E	22/08/2014	73662	252 * VI
KER7201	55501436E	21/08/2014	55412	181 * XVII
KJT4920	55500771E	30/07/2014	55412	181 * XVII
KLJ3986	55501444E	22/08/2014	73662	252 * VI
LNS2513	55499360E	23/07/2014	55412	181 * XVII
LXI8492	55499362E	01/08/2014	51851	167
LXV4255	55501458E	24/08/2014	51852	167
LXV4255	55501457E	24/08/2014	51851	167
LXV4255	55501456E	24/08/2014	58350	195
LXY9866	55500518E	26/07/2014	51851	167
MAB3524	55500813E	02/08/2014	51851	167
MAY1882	55501095E	15/08/2014	55415	181 * XVII
MBK3308	55501375E	21/08/2014	55412	181 * XVII
MBS1344	55501616E	25/08/2014	51851	167
MCB2540	55501336E	19/08/2014	55412	181 * XVII
MDG2532	55501389E	22/08/2014	55415	181 * XVII
MDW0658	55501324E	23/08/2014	55412	181 * XVII
MEE6479	55501265E	20/08/2014	55415	181 * XVII
MEI3283	55500879E	20/08/2014	53800	181 * I
MEJ3497	55500726E	24/07/2014	55412	181 * XVII
MEJ6373	55500875E	20/08/2014	55411	181 * XVII
MEJ9191	55501073E	21/08/2014	73662	252 * VI
MEN1777	55501318E	22/08/2014	55412	181 * XVII

MEN4358	55501339E	19/08/2014	51851	167	
MFE0790	55501094E	15/08/2014	55412	181	* XVII
MFE5410	55501440E	21/08/2014	58780	199	
MFG4825	55501453E	20/08/2014	55412	181	* XVII
MFH0553	55500827E	30/07/2014	73662	252	* VI
MFU6216	55501309E	21/08/2014	55412	181	* XVII
MGF1380	55500925E	12/08/2014	59401	203	* III
MGF6287	55499845E	18/08/2014	73662	252	* VI
MGM3499	54011825E	15/08/2014	73662	252	* VI
MGR0097	55501447E	22/08/2014	73662	252	* VI
MGW0244	55501411E	19/08/2014	55412	181	* XVII
MGX8518	55501390E	22/08/2014	55412	181	* XVII
MHH8490	55501446E	22/08/2014	54870	181	* XI
MHU4802	55501378E	18/08/2014	51851	167	
MHV5148	55500756E	28/07/2014	51851	167	
MHV9437	55501174E	25/08/2014	58780	199	
MHW4363	55501741E	26/08/2014	55412	181	* XVII
MHW5233	55501329E	18/08/2014	55412	181	* XVII
MHW6748	55501302E	18/08/2014	55412	181	* XVII
MHZ7194	55501366E	21/08/2014	55412	181	* XVII
MIE9180	55501448E	22/08/2014	51851	167	
MII5373	55501330E	18/08/2014	55412	181	* XVII
MIN8270	55501261E	18/08/2014	55412	181	* XVII
MIS1833	55501343E	19/08/2014	61220	214	* I
MIY9393	55500727E	24/07/2014	55412	181	* XVII
MIY9393	55499946E	23/07/2014	55412	181	* XVII
MJF3251	55500586E	24/07/2014	51851	167	
MJQ8609	55501163E	13/08/2014	55412	181	* XVII
MJR4101	55501610E	21/08/2014	55415	181	* XVII
MJT2080	55501172E	20/08/2014	51851	167	
MJT9888	55501776E	21/08/2014	73662	252	* VI
MJU2510	55500760E	28/07/2014	55414	181	* XVII
MJU6753	55501350E	19/08/2014	51851	167	
MJW7375	55500800E	14/08/2014	60412	207	
MKG4113	55501615E	25/08/2014	73662	252	* VI
MKP0561	55501092E	15/08/2014	55412	181	* XVII
MKR0683	55501313E	21/08/2014	55416	181	* XVII
MKS8984	55499975E	30/07/2014	55415	181	* XVII
MKV6647	55501374E	21/08/2014	55412	181	* XVII
MKY0255	55501227E	20/08/2014	59670	203	* V
MKY0255	55501228E	20/08/2014	60760	210	
MKY0255	55501229E	20/08/2014	58350	195	
MKZ2832	55499970E	30/07/2014	55412	181	* XVII
MLG8858	55499834E	25/07/2014	51851	167	
MLM2183	55501373E	21/08/2014	55412	181	* XVII
MLN0068	54011843E	21/08/2014	55415	181	* XVII
MLP3583	55501340E	19/08/2014	61220	214	* I
MLR7112	55501407E	19/08/2014	55414	181	* XVII
MLT0775	55500810E	30/07/2014	73662	252	* VI
MLU0109	55499933E	18/07/2014	73662	252	* VI
MLW0895	55501640E	25/08/2014	70302	244	* I
MMF4894	55501381E	19/08/2014	55412	181	* XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1689/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1689/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBS5163	55501062E	10/08/2014	65992	230 * V
MEL7742	55500961E	29/08/2014	65992	230 * V
MEL7742	55500969E	29/08/2014	51420	164 c/c 162 * V
MEL7742	55500964E	29/08/2014	50450	162 * V
MES7882	55500957E	21/08/2014	50100	162 * I
MES7882	55500958E	21/08/2014	51180	164 c/c 162 * I
MFB7140	54013294E	28/08/2014	50100	162 * I
MKS9029	55500554E	26/08/2014	50100	162 * I
MKS9029	55500555E	26/08/2014	51180	164 c/c 162 * I
MKS9029	55500556E	26/08/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1690/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1690/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AWF0416	55499988E	11/08/2014	54521	181	*	VIII
HRM1259	54011835E	21/08/2014	51851	167		
JRR9009	55501777E	21/08/2014	73662	252	*	VI
JSX1337	55501445E	22/08/2014	60412	207		
KMX0648	55501731E	22/08/2014	51851	167		
LXM4604	55501323E	23/08/2014	55412	181	*	XVII
LYU7123	55500916E	05/08/2014	55415	181	*	XVII
LYW6868	55501080E	07/08/2014	55412	181	*	XVII
LZZ6722	55501751E	29/08/2014	55412	181	*	XVII
MAJ4278	55500776E	30/07/2014	55416	181	*	XVII
MCC5923	55500833E	30/07/2014	55415	181	*	XVII
MCH3375	55501827E	01/09/2014	55415	181	*	XVII
MCM1520	55501807E	29/08/2014	55412	181	*	XVII
MCY6374	55501716E	28/08/2014	55412	181	*	XVII
MDM4554	55500541E	25/07/2014	55412	181	*	XVII
MEB8441	55500860E	06/08/2014	55415	181	*	XVII
MEL3249	55501788E	27/08/2014	55412	181	*	XVII
MES7882	55500959E	21/08/2014	70561	244	*	III
MES7882	55501618E	25/08/2014	70302	244	*	I
MEU6769	55500994E	04/08/2014	73662	252	*	VI
MFG7159	55501417E	26/08/2014	55414	181	*	XVII
MFJ0721	55500930E	01/08/2014	55412	181	*	XVII
MFP5976	55501620E	26/08/2014	55415	181	*	XVII
MFT2716	55500831E	30/07/2014	55414	181	*	XVII
MGF6287	55501399E	28/08/2014	61220	214	*	I
MGL8319	55500911E	05/08/2014	55414	181	*	XVII
MGW0244	55501647E	28/08/2014	55412	181	*	XVII
MHJ2754	55501468E	27/08/2014	55414	181	*	XVII
MHM6361	55500996E	04/08/2014	55415	181	*	XVII
MHT6986	55500777E	31/07/2014	55412	181	*	XVII
MHX6684	55501269E	22/08/2014	55412	181	*	XVII
MHY6461	55501000E	04/08/2014	59591	203	*	IV
MIJ5926	54013292E	28/08/2014	59401	203	*	III
MIN9156	55500912E	05/08/2014	55414	181	*	XVII
MIV8635	55501397E	28/08/2014	55414	181	*	XVII
MJG5509	55501793E	28/08/2014	55416	181	*	XVII
MJR8902	55502012E	01/09/2014	55412	181	*	XVII
MJT9888	55501745E	27/08/2014	55412	181	*	XVII
MJU5637	55501903E	01/09/2014	73662	252	*	VI
MJZ6170	54011841E	21/08/2014	55415	181	*	XVII
MKB6686	55501804E	29/08/2014	55412	181	*	XVII
MKZ4600	55501464E	26/08/2014	55412	181	*	XVII
MLF6894	55500984E	04/08/2014	55412	181	*	XVII
MLI2460	55500988E	04/08/2014	73662	252	*	VI
MLU2475	55501796E	02/09/2014	54284	181	*	V
MMA2773	55501714E	28/08/2014	73662	252	*	VI
MMA7357	55501416E	26/08/2014	55412	181	*	XVII
MMJ5024	55501079E	07/08/2014	55412	181	*	XVII
MMK0907	55500917E	05/08/2014	55412	181	*	XVII

NFB7007 55500939E 04/08/2014 55412 181 * XVII
QHD3255 55501424E 27/08/2014 55412 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1693/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1693/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWZ3629	54016645E	06/08/2014	65992	230 * V
LXU4355	55500562E	07/09/2014	50292	162 * II
MEC5286	55501051E	02/08/2014	65480	229
MIS3031	54016650E	14/08/2014	65992	230 * V
MIS3031	54016649E	14/08/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1694/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1694/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGN9001	55501559E	06/09/2014	51852	167
AJZ3613	55500971E	05/09/2014	54600	181 * IX
ALY9770	55501008E	06/08/2014	55414	181 * XVII
AOY3953	55501327E	18/08/2014	55416	181 * XVII
IVI1759	55500748E	29/08/2014	55412	181 * XVII
LZO2076	55501038E	09/08/2014	55412	181 * XVII
LZT9545	55502077E	03/09/2014	55416	181 * XVII
LZU4174	55500861E	06/08/2014	55412	181 * XVII
LZX5595	55501138E	08/08/2014	55412	181 * XVII
LZY6464	55501040E	09/08/2014	70302	244 * I
MAJ5201	55501148E	11/08/2014	55412	181 * XVII
MAN8905	55501024E	11/08/2014	55412	181 * XVII
MAO0270	55501035E	09/08/2014	70302	244 * I
MBM4733	55501955E	04/09/2014	73662	252 * VI
MBP1697	55500987E	04/08/2014	73662	252 * VI
MBX3047	55620872B	04/09/2014	60412	207
MCI0352	55500693E	12/08/2014	55412	181 * XVII
MCJ8191	55501145E	09/08/2014	51851	167
MCR5186	54011849E	23/08/2014	55416	181 * XVII
MDR8539	55501528E	06/09/2014	55414	181 * XVII
MEM2962	55502128E	04/09/2014	55412	181 * XVII
MFA4133	55500817E	07/08/2014	55680	181 * XIX
MFH2516	55501551E	05/09/2014	73662	252 * VI
MGB9141	55501059E	08/08/2014	55412	181 * XVII
MGU2737	55501940E	04/09/2014	55415	181 * XVII
MHC0205	55501831E	03/09/2014	55416	181 * XVII
MHC0205	55501832E	03/09/2014	55412	181 * XVII
MHK3515	55501905E	03/09/2014	55415	181 * XVII
MHL9898	55501033E	09/08/2014	73662	252 * VI
MHS4798	55501529E	06/09/2014	55414	181 * XVII
MIH7689	55500970E	01/09/2014	54522	181 * VIII
MII7519	55501077E	07/08/2014	55412	181 * XVII
MIL0150	55502033E	04/09/2014	55412	181 * XVII
MIM1659	55502078E	04/09/2014	55414	181 * XVII
MIO3948	55502057E	05/09/2014	55412	181 * XVII
MIP2815	55502029E	04/09/2014	55416	181 * XVII
MJA1211	55501976E	03/09/2014	55415	181 * XVII
MJG8466	55501530E	08/09/2014	55412	181 * XVII
MKZ4600	55502129E	04/09/2014	73662	252 * VI
MLG8467	55501557E	06/09/2014	58780	199
MLQ9786	55500844E	06/08/2014	55415	181 * XVII
MLT8413	55500949E	08/08/2014	55412	181 * XVII

MLX1310	55502023E	08/09/2014	55412	181 * XVII
MMF3215	55501802E	29/08/2014	60412	207
MMM4225	55501984E	04/09/2014	61220	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1696/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1696/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CFT2145	55499204E	13/08/2014	65992	230 * V
KCY0704	55500557E	04/09/2014	65992	230 * V
MAB3524	55501654E	27/08/2014	50100	162 * I
MAL9249	55501401E	15/08/2014	50450	162 * V
MFR9239	55502018E	03/09/2014	65992	230 * V
MFR9239	55502101E	03/09/2014	50291	162 * II
MGQ8335	55499999E	17/08/2014	69120	232
MHZ8022	55502086E	08/09/2014	65480	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1697/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1697/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACO0891	55501043E	13/08/2014	55412	181 * XVII
AHC6014	55502152E	11/09/2014	55412	181 * XVII
AJR4692	55502131E	08/09/2014	55412	181 * XVII
AMI3764	55501056E	08/08/2014	55412	181 * XVII
AOF5572	55501690E	10/09/2014	55415	181 * XVII
DVK8049	55501383E	20/08/2014	73662	252 * VI
IIO0176	54011811E	12/08/2014	60412	207
IOE0420	55500980E	04/08/2014	55412	181 * XVII
IOH9707	55501507E	05/09/2014	55412	181 * XVII
ITX9854	55502076E	03/09/2014	55411	181 * XVII
LXT0976	55502026E	04/09/2014	51851	167
LYZ8256	54011814E	12/08/2014	51851	167
LZI3008	55501526E	05/09/2014	55412	181 * XVII
MBF7550	55499400E	11/09/2014	59401	203 * III
MBF8373	55501814E	08/09/2014	55416	181 * XVII
MBM6983	55501958E	09/09/2014	55415	181 * XVII
MCF2379	55501348E	19/08/2014	61220	214 * I
MCG2768	55501845E	11/09/2014	60412	207
MCG2768	55501825E	11/09/2014	70302	244 * I
MCT7984	55501260E	14/08/2014	55412	181 * XVII
MCY6374	55501841E	10/09/2014	55412	181 * XVII
MDT8803	55501838E	08/09/2014	55412	181 * XVII
MDX6619	55502087E	08/09/2014	55414	181 * XVII
MEF3117	55502106E	11/09/2014	55412	181 * XVII
MEK8546	55502155E	11/09/2014	54522	181 * VIII
MEV2847	55501837E	08/09/2014	55412	181 * XVII
MFR7727	54011806E	12/08/2014	60501	208
MFR9239	55502017E	03/09/2014	60412	207
MFW4344	55501968E	11/09/2014	73662	252 * VI
MFY4326	55501567E	08/09/2014	73662	252 * VI
MFY8516	54011813E	12/08/2014	55415	181 * XVII
MGB6272	55501341E	19/08/2014	61220	214 * I
MGD2684	55501097E	18/08/2014	55412	181 * XVII
MGE2211	55501386E	20/08/2014	56142	182 * V
MGS2090	55500694E	15/08/2014	55411	181 * XVII
MGT1291	55501576E	11/09/2014	55414	181 * XVII
MGW0244	55501963E	10/09/2014	55412	181 * XVII

MGW8615	55501046E	13/08/2014	55412	181	*	XVII
MHC3302	55500870E	16/08/2014	52311	172		
MHH1539	55500823E	11/08/2014	73662	252	*	VI
MHH6379	55501987E	10/09/2014	73662	252	*	VI
MHK0390	55502136E	09/09/2014	55415	181	*	XVII
MHP3175	55501569E	08/09/2014	55415	181	*	XVII
MHT4487	55501606E	21/08/2014	55412	181	*	XVII
MIE9180	55501482E	11/09/2014	51851	167		
MIH8205	55502022E	08/09/2014	73662	252	*	VI
MIL0150	55501823E	10/09/2014	55412	181	*	XVII
MJS3919	55501719E	02/09/2014	55412	181	*	XVII
MJY2254	55501391E	27/08/2014	55414	181	*	XVII
MKK1485	55501994E	11/09/2014	55412	181	*	XVII
MKM7327	55501251E	13/08/2014	55412	181	*	XVII
MKZ2832	55501608E	21/08/2014	55412	181	*	XVII
MLC1751	55501334E	19/08/2014	55415	181	*	XVII
MLC7394	55501342E	19/08/2014	61220	214	*	I
MLD5632	55501441E	22/08/2014	73662	252	*	VI
MLG2988	55501338E	19/08/2014	55416	181	*	XVII
MLO4448	55501481E	11/09/2014	55412	181	*	XVII
MLW9322	55502045E	10/09/2014	60412	207		
NFB7007	55501621E	26/08/2014	55412	181	*	XVII
OKE7986	55620878B	06/09/2014	60412	207		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1699/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1699/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ACP1109	55502292E	21/09/2014	67000	230 * XVI
---------	-----------	------------	-------	-----------

AJW6251	55501590E	20/09/2014	50100	162	*	I
AJW6251	55501589E	20/09/2014	50610	163	c/c	162 * I
HQP3506	55501875E	19/09/2014	50100	162	*	I
HQP3506	55501874E	19/09/2014	50610	163	c/c	162 * I
MBL7846	55502301E	20/09/2014	50450	162	*	V
MFC0821	55502062E	12/09/2014	66371	230	*	IX
MFC0821	55502060E	12/09/2014	65992	230	*	V
MFC0821	55502061E	12/09/2014	50100	162	*	I
MFC5069	54013447E	14/09/2014	65992	230	*	V
MFC5069	54013448E	14/09/2014	50100	162	*	I
MFC5069	54013449E	14/09/2014	51180	164	c/c	162 * I
MIJ5926	54016182E	19/09/2014	65992	230	*	V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1700/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1700/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMA7726	55501866E	16/09/2014	51851	167
AMC5557	55501762E	12/09/2014	54600	181 * IX
AOE4148	55502050E	15/09/2014	73662	252 * VI
ATS0403	55501870E	16/09/2014	73662	252 * VI
BBX6006	55501584E	15/09/2014	55415	181 * XVII
CXF8813	55501775E	17/09/2014	73662	252 * VI
CXU5136	55501692E	17/09/2014	51851	167
CZN1273	55502107E	11/09/2014	55412	181 * XVII
ILA0287	55501770E	16/09/2014	53800	181 * I
ITD8067	55501379E	18/08/2014	73662	252 * VI
JPM5435	55501425E	28/08/2014	55412	181 * XVII
LXB7417	54011837E	21/08/2014	54600	181 * IX

LXD0108	55502226E	15/09/2014	51851	167	
LYR2796	55502287E	20/09/2014	55413	181	* XVII
LYU6819	55501395E	27/08/2014	55412	181	* XVII
LYW7454	55502251E	20/09/2014	54790	181	* X
LZU4174	55502145E	17/09/2014	55412	181	* XVII
LZU4174	55501534E	15/09/2014	55412	181	* XVII
LZZ6722	55501764E	16/09/2014	55412	181	* XVII
MBX3047	55620889B	17/09/2014	51851	167	
MBY3785	55500973E	16/09/2014	58780	199	
MBY3785	55500972E	16/09/2014	61220	214	* I
MCIO352	55501627E	21/08/2014	55412	181	* XVII
MCT8161	55502037E	09/09/2014	55415	181	* XVII
MDB3640	55501582E	15/09/2014	55412	181	* XVII
MDT1891	55501677E	29/08/2014	60412	207	
MDX7004	55501102E	20/08/2014	58000	192	
MEC1096	55501693E	17/09/2014	55415	181	* XVII
MEL4554	55501628E	21/08/2014	55414	181	* XVII
MET4192	55502229E	15/09/2014	55412	181	* XVII
MFB8439	55501728E	22/08/2014	55412	181	* XVII
MFE8049	55501071E	21/08/2014	73662	252	* VI
MFG3569	55500881E	13/09/2014	55680	181	* XIX
MFH2610	55501098E	21/08/2014	73662	252	* VI
MFP3884	55501806E	29/08/2014	55412	181	* XVII
MFV9029	55502277E	15/09/2014	55414	181	* XVII
MFW4344	55502210E	16/09/2014	73662	252	* VI
MGD4276	55502166E	19/09/2014	73662	252	* VI
MGG0186	55502065E	12/09/2014	55412	181	* XVII
MGN4312	55501702E	21/08/2014	55412	181	* XVII
MGW0244	55501539E	22/09/2014	55412	181	* XVII
MGX8133	55502142E	16/09/2014	55412	181	* XVII
MHF1329	55502230E	15/09/2014	73662	252	* VI
MHG9733	55501706E	21/08/2014	55412	181	* XVII
MHI2714	55502164E	17/09/2014	55412	181	* XVII
MHJ2754	55501858E	15/09/2014	51851	167	
MHY7084	55502162E	17/09/2014	55416	181	* XVII
MIC0944	55501361E	20/08/2014	55415	181	* XVII
MII6073	55501999E	11/09/2014	73662	252	* VI
MIN8270	55501842E	10/09/2014	55412	181	* XVII
MIT0516	55501947E	11/09/2014	55412	181	* XVII
MIU4547	55501850E	16/09/2014	73662	252	* VI
MJG3693	55502202E	15/09/2014	55412	181	* XVII
MJI1370	55501917E	19/09/2014	51851	167	
MJN7454	55501735E	25/08/2014	59670	203	* V
MJW2916	55501918E	22/09/2014	55412	181	* XVII
MJW7375	55502227E	15/09/2014	60501	208	
MKE3561	55501303E	18/08/2014	55412	181	* XVII
MKL5511	55502289E	20/09/2014	55416	181	* XVII
MKL7559	55501581E	15/09/2014	55412	181	* XVII
MKM9495	55502163E	17/09/2014	55412	181	* XVII
MKN9448	54011848E	23/08/2014	55412	181	* XVII
MKY8346	55501791E	28/08/2014	55412	181	* XVII
MLD7209	55502205E	15/09/2014	73662	252	* VI
MLG8465	55502143E	17/09/2014	55412	181	* XVII
MLG8993	55501513E	15/09/2014	55412	181	* XVII
MLI3477	55501960E	10/09/2014	54790	181	* X
MLL9820	55501414E	21/08/2014	54281	181	* V
MLN0068	55502140E	16/09/2014	55412	181	* XVII
MLN8859	55501966E	11/09/2014	55411	181	* XVII
MLP1771	55501577E	11/09/2014	55416	181	* XVII
MLT0653	55501533E	12/09/2014	55414	181	* XVII
MMA2923	55502072E	20/09/2014	55412	181	* XVII
MML8228	55502150E	22/09/2014	55412	181	* XVII
NCM1286	55501826E	28/08/2014	55412	181	* XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1703/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1703/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHA1892	55502377E	27/09/2014	53200	176 * V
ARN1311	55502551E	28/09/2014	50100	162 * I
ARN1311	55502552E	28/09/2014	51180	164 c/c 162 * I
KJR8890	55500933E	03/08/2014	65992	230 * V
KLI0255	55502330E	28/09/2014	65992	230 * V
KLI0255	55502331E	28/09/2014	50100	162 * I
LXQ7029	55500570E	26/09/2014	65992	230 * V
LXQ7029	55500571E	26/09/2014	50100	162 * I
LXQ7029	55500572E	26/09/2014	51180	164 c/c 162 * I
LXQ7029	55500573E	26/09/2014	65480	229
MFW8066	54011189E	29/08/2014	50100	162 * I
MFW8066	54011190E	29/08/2014	51180	164 c/c 162 * I
MKH8432	55502293E	21/09/2014	67000	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1704/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1704/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFS7521	55502236E	17/09/2014	51851	167
AGM0109	55502318E	26/09/2014	55412	181 * XVII
AHA1892	55502376E	27/09/2014	54284	181 * V
AIS0111	55502321E	26/09/2014	55412	181 * XVII
AJB6032	55502361E	24/09/2014	55412	181 * XVII
AMN2766	55502306E	23/09/2014	55415	181 * XVII
AOE4148	55502356E	23/09/2014	73662	252 * VI
ARM6550	55502333E	29/09/2014	54521	181 * VIII
CXF8813	55501695E	17/09/2014	73662	252 * VI
IQL9998	55502336E	29/09/2014	54521	181 * VIII
IRL6468	55501856E	11/09/2014	55412	181 * XVII
KHJ5093	55501419E	27/08/2014	55412	181 * XVII
LCT5618	55501421E	27/08/2014	55412	181 * XVII
LOQ7367	55501538E	16/09/2014	55412	181 * XVII
LXL4632	55501574E	10/09/2014	51851	167
LXQ7029	55500575E	26/09/2014	58350	195
LXW2427	55502295E	23/09/2014	51851	167
LYB4061	55501795E	01/09/2014	55415	181 * XVII
LYH1318	55501939E	04/09/2014	55415	181 * XVII
LYQ2422	55502327E	24/09/2014	55416	181 * XVII
LYT1274	55502118E	24/09/2014	55416	181 * XVII
LYV5758	55502339E	29/09/2014	54521	181 * VIII
LYZ6876	55502369E	30/09/2014	55412	181 * XVII
LZU4174	55501889E	30/09/2014	51851	167
MBG4787	55501886E	22/09/2014	51851	167
MCI5453	55501725E	03/09/2014	51851	167
MCW6321	55502440E	30/09/2014	55500	181 * XVIII
MDD8619	55501944E	05/09/2014	55415	181 * XVII
MDQ6356	55502459E	26/09/2014	55412	181 * XVII
MDW0855	55501743E	26/08/2014	73662	252 * VI
MDW9063	55502312E	24/09/2014	55412	181 * XVII
MED2557	55502481E	24/09/2014	55413	181 * XVII
MEO6732	55620876B	06/09/2014	73662	252 * VI
MEX7667	55499350E	25/09/2014	73662	252 * VI
MEZ4708	55502168E	24/09/2014	55412	181 * XVII

MFZ0735	55502434E	25/09/2014	73662	252	*	VI
MFZ2625	55501810E	04/09/2014	55412	181	*	XVII
MGD8689	54016290E	29/09/2014	54521	181	*	VIII
MGL3536	55501797E	02/09/2014	73662	252	*	VI
MGS2561	55502020E	03/09/2014	55415	181	*	XVII
MGX9395	55501554E	05/09/2014	55412	181	*	XVII
MHB3401	55502239E	25/09/2014	55412	181	*	XVII
MHI0492	55502365E	26/09/2014	51851	167		
MHW3105	55501722E	02/09/2014	60501	208		
MIA2543	55502102E	03/09/2014	55415	181	*	XVII
MIB8327	55502313E	24/09/2014	55412	181	*	XVII
MIL0150	55502237E	25/09/2014	55412	181	*	XVII
MIL9140	55502311E	24/09/2014	55412	181	*	XVII
MJI4075	55501715E	28/08/2014	55412	181	*	XVII
MJS9315	55502437E	26/09/2014	51851	167		
MKJ7206	55501830E	03/09/2014	60412	207		
MKM0074	55501829E	01/09/2014	73662	252	*	VI
MKR8874	55501935E	03/09/2014	55415	181	*	XVII
MKU0624	55501520E	18/09/2014	55412	181	*	XVII
MKW9951	55502334E	29/09/2014	54521	181	*	VIII
MLB2410	55502320E	26/09/2014	55412	181	*	XVII
MLD1093	55502224E	26/09/2014	54600	181	*	IX
MLN1039	55502439E	30/09/2014	55500	181	*	XVIII
MLN2703	55502080E	04/09/2014	55412	181	*	XVII
MLO9198	55501755E	01/09/2014	55412	181	*	XVII
MLV0751	55502283E	18/09/2014	60412	207		
OKE2114	55502436E	26/09/2014	73662	252	*	VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1707/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1707/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHD9058	55502362E	25/09/2014	67000	230 * XVI
LYK9408	55501108E	05/10/2014	66102	230 * VII
MGQ6128	55502324E	05/10/2014	50450	162 * V
MGQ6128	55502325E	05/10/2014	50960	163 c/c 162 * V
MGQ6128	54015791E	05/10/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1708/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1708/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIX6627	55501565E	06/09/2014	73662	252 * VI
ALD3061	55501107E	02/10/2014	58780	199
AUR5966	55502422E	06/10/2014	55412	181 * XVII
AWU1800	55502526E	08/10/2014	55416	181 * XVII
CSE8946	55502527E	08/10/2014	55415	181 * XVII
CXF8813	55502442E	06/10/2014	51851	167
LXY5856	55502414E	02/10/2014	54521	181 * VIII
MBS1075	55501818E	10/09/2014	55412	181 * XVII
MCY9802	55501840E	10/09/2014	55415	181 * XVII
MDW6416	55502177E	02/10/2014	55412	181 * XVII
MDZ7891	55502460E	04/10/2014	73662	252 * VI
MEI8851	55502053E	05/09/2014	55415	181 * XVII
MEP5345	55501956E	09/09/2014	55415	181 * XVII
MFB8439	55501822E	10/09/2014	55412	181 * XVII
MGF4904	55501879E	10/09/2014	51851	167
MGF6414	55502156E	12/09/2014	55412	181 * XVII

MHF7486	55501573E	10/09/2014	59670	203	* V
MHG0035	55502120E	02/10/2014	55416	181	* XVII
MHQ8351	54016289E	29/09/2014	54521	181	* VIII
MHV3620	54015463E	03/10/2014	59080	202	* I
MHW4363	55553334C	03/10/2014	55412	181	* XVII
MHY6363	55502345E	03/10/2014	55416	181	* XVII
MID4546	55502628E	03/10/2014	54521	181	* VIII
MIF4619	54015458E	09/09/2014	58780	199	
MKB2502	55501909E	08/09/2014	73662	252	* VI
MKB2752	55501572E	10/09/2014	73662	252	* VI
MKQ1098	55501568E	08/09/2014	73662	252	* VI
MKX1919	55502024E	08/09/2014	55416	181	* XVII
MLD6438	55502098E	10/09/2014	51851	167	
MLU2475	55501499E	08/10/2014	73662	252	* VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1710/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1710/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HQP3506	55502579E	09/10/2014	50100	162 * I
HQP3506	55502464E	09/10/2014	66102	230 * VII
HQP3506	55502465E	09/10/2014	67261	230 * XVIII
HQP3506	55502577E	09/10/2014	65992	230 * V
HQP3506	55502578E	09/10/2014	51180	164 c/c 162 * I
LYI8089	55500563E	18/09/2014	65992	230 * V
LYI8089	55500565E	18/09/2014	64080	221
LYI8089	55500567E	18/09/2014	66020	230 * VI
LYI8089	55500568E	18/09/2014	67692	230 * XXII
MAJ5552	55501598E	21/09/2014	67000	230 * XVI

MCB4073	54013445E	14/09/2014	69120	232	
MCB4073	54013446E	14/09/2014	66371	230	* IX
MCO1173	55502167E	21/09/2014	51180	164	c/c 162 * I
MCO1173	55502303E	21/09/2014	50100	162	* I
MEK2635	55502576E	08/10/2014	66102	230	* VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1711/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1711/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AAK6818	55501975E	17/09/2014	53800	181 * I
AJS0409	55502180E	15/10/2014	55416	181 * XVII
IBL3593	55620888B	17/09/2014	51851	167
LXK7932	55502444E	08/10/2014	55416	181 * XVII
LYV8636	55502122E	10/10/2014	55412	181 * XVII
LZA9490	55502158E	12/09/2014	55412	181 * XVII
LZM4030	55501868E	16/09/2014	51851	167
MAI8367	55501521E	19/09/2014	55412	181 * XVII
MAN8905	55501862E	15/09/2014	55412	181 * XVII
MBA2988	55502041E	10/09/2014	51851	167
MDF3234	55502141E	16/09/2014	55412	181 * XVII
MDN7544	55502059E	11/09/2014	55415	181 * XVII
MDO2327	55501992E	11/09/2014	55412	181 * XVII
MDO2858	55501519E	16/09/2014	55412	181 * XVII
MDW1755	55501540E	23/09/2014	55412	181 * XVII
MEF2917	55502531E	08/10/2014	53800	181 * I
MET4634	55502214E	17/09/2014	73662	252 * VI
MEU4205	55501585E	15/09/2014	58780	199
MEV3496	55501970E	11/09/2014	55412	181 * XVII

MGV3874	55502074E	20/09/2014	54522	181	*	VIII
MHK4351	55620887B	17/09/2014	51851	167		
MHL9008	55501536E	15/09/2014	55412	181	*	XVII
MHO2243	55502752E	10/10/2014	73662	252	*	VI
MIC6332	55502328E	24/09/2014	55412	181	*	XVII
MIN6712	55502047E	10/09/2014	51851	167		
MIQ4836	55501580E	11/09/2014	55412	181	*	XVII
MIU7068	55501920E	24/09/2014	73662	252	*	VI
MIV6704	55501847E	15/09/2014	54440	181	*	VII
MJD1262	55502092E	10/09/2014	51851	167		
MJL5933	55502483E	25/09/2014	73662	252	*	VI
MJW1546	55501517E	15/09/2014	55415	181	*	XVII
MKF5777	55502485E	25/09/2014	73662	252	*	VI
MKF5777	55501545E	25/09/2014	73662	252	*	VI
MLD6438	55502116E	24/09/2014	55414	181	*	XVII
MLE3377	55502066E	12/09/2014	55414	181	*	XVII
MLL4055	55501518E	16/09/2014	55412	181	*	XVII
MLN0795	55501972E	11/09/2014	55416	181	*	XVII
MMD1695	54011486E	08/10/2014	73662	252	*	VI
MMD4915	55500716E	11/10/2014	51851	167		
MML2990	55502606E	08/10/2014	54521	181	*	VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1713/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1713/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYW4169	54011193E	20/10/2014	50100	162 * I
LYW4169	54011194E	20/10/2014	65992	230 * V
LYW4169	54011195E	20/10/2014	51180	164 c/c 162 * I

MCQ7168	55502553E	29/09/2014	50450	162	*	V
MJY3838	55501595E	21/09/2014	50450	162	*	V
MJY3838	55501597E	21/09/2014	65992	230	*	V
MKV4502	55500975E	21/09/2014	50100	162	*	I
MKV4502	54015459E	21/09/2014	51180	164	c/c	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1714/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1714/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AFN0492	55502502E	26/09/2014	55412	181 * XVII
AJO5042	54011500E	22/10/2014	73662	252 * VI
AQT6346	55502123E	16/10/2014	55412	181 * XVII
DFE7770	54013297E	26/09/2014	55412	181 * XVII
IIV8474	55502756E	15/10/2014	55412	181 * XVII
IMR8699	55499345E	25/09/2014	55412	181 * XVII
IOV8550	55502234E	17/09/2014	55412	181 * XVII
KWS4049	55502505E	26/09/2014	55412	181 * XVII
LYK9408	54012482E	24/09/2014	73662	252 * VI
LYK9408	55502176E	29/09/2014	55416	181 * XVII
LZW7390	55502743E	22/10/2014	51851	167
LZW8849	55502804E	18/10/2014	55415	181 * XVII
MAI8367	54011492E	17/10/2014	55414	181 * XVII
MBN0663	55502429E	25/09/2014	55412	181 * XVII
MCA2657	55502187E	22/10/2014	54870	181 * XI
MCL7339	54011499E	21/10/2014	55412	181 * XVII
MDA3126	55502435E	25/09/2014	73662	252 * VI
MDD7118	55502366E	26/09/2014	55412	181 * XVII
MEZ4708	55502630E	21/10/2014	55412	181 * XVII

MFQ6773	55499348E	25/09/2014	55412	181	*	XVII
MFW7517	55502454E	26/09/2014	55416	181	*	XVII
MGE8678	55502741E	22/10/2014	73662	252	*	VI
MIE1427	55502165E	20/09/2014	73662	252	*	VI
MIL5213	55502807E	21/10/2014	55412	181	*	XVII
MIQ7627	55501599E	22/09/2014	73662	252	*	VI
MIS4167	55502409E	27/09/2014	51851	167		
MIS8743	55502709E	17/10/2014	55412	181	*	XVII
MJD0615	55501921E	24/09/2014	55412	181	*	XVII
MKB3592	55502408E	27/09/2014	55412	181	*	XVII
MKG7348	55502304E	23/09/2014	55412	181	*	XVII
MKV4502	55500974E	21/09/2014	57380	186	*	II
MLD3212	55502260E	23/09/2014	59670	203	*	V
MLT7278	55502457E	26/09/2014	55416	181	*	XVII
MLU7176	55502806E	18/10/2014	60412	207		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1717/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1717/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HDK9305	55502747E	24/10/2014	65992	230 * V
LZG7265	54012483E	05/10/2014	65992	230 * V
MCD6134	55501892E	04/10/2014	65480	229
MEK8353	55502417E	05/10/2014	50100	162 * I
MEK8353	55502418E	05/10/2014	65992	230 * V
MEK8353	55502419E	05/10/2014	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1718/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1718/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHI5615	55502421E	06/10/2014	55412	181 * XVII
ART0040	55502537E	23/10/2014	55412	181 * XVII
CZL6935	55502653E	07/10/2014	55412	181 * XVII
HDK9305	55502746E	24/10/2014	55412	181 * XVII
MBZ4844	55502378E	03/10/2014	59670	203 * V
MDD3700	54016292E	29/09/2014	54521	181 * VIII
MKE3366	55502658E	08/10/2014	55415	181 * XVII
MLW7375	55502951E	24/10/2014	60412	207

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1720/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1720/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAM3656	54010013E	26/10/2014	65992	230 * V
AAM3656	54010015E	26/10/2014	51180	164 c/c 162 * I
AAM3656	54010014E	26/10/2014	50450	162 * V
AEO7257	54016590E	08/10/2014	51180	164 c/c 162 * I
AEO7257	54016588E	08/10/2014	50100	162 * I
AEO7257	54016589E	08/10/2014	65992	230 * V
LYQ2422	55502713E	24/10/2014	65992	230 * V
LZG7265	54012485E	05/10/2014	53200	176 * V
LZZ3974	54016592E	14/10/2014	51691	165
MFW6169	55502706E	16/10/2014	50100	162 * I
MFW6169	55502707E	16/10/2014	65992	230 * V
MFW6169	55502708E	16/10/2014	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1721/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1721/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAY7077	55502980E	03/11/2014	51851	167	
ABT7034	55502368E	10/10/2014	51851	167	
ALD9693	55502861E	30/10/2014	55416	181	* XVII
AQU1877	55501276E	05/10/2014	60501	208	
CFT2145	55502659E	08/10/2014	54521	181	* VIII
DGL6106	55553335C	03/10/2014	54600	181	* IX
DMV7872	55503003E	31/10/2014	51851	167	
EXX7666	55502540E	24/10/2014	55412	181	* XVII
KHJ5093	55502173E	06/10/2014	55412	181	* XVII
MAN8905	55502821E	28/10/2014	55412	181	* XVII
MCE2062	55502960E	27/10/2014	55412	181	* XVII
MCG5729	55502580E	24/10/2014	59401	203	* III
MCY6374	55502543E	28/10/2014	55412	181	* XVII
MDC8424	55502514E	31/10/2014	73662	252	* VI
MDY9071	55502199E	28/10/2014	55412	181	* XVII
MEP1435	55502963E	30/10/2014	55415	181	* XVII
MEV5284	55502714E	29/10/2014	55414	181	* XVII
MEZ4708	55502639E	27/10/2014	55412	181	* XVII
MFH3809	55502246E	28/10/2014	55414	181	* XVII
MFM0059	55502724E	05/11/2014	55412	181	* XVII
MFT9658	55503011E	04/11/2014	54522	181	* VIII
MGA6208	55502822E	28/10/2014	55412	181	* XVII
MGL0253	55502888E	31/10/2014	55416	181	* XVII
MGL4083	55502200E	28/10/2014	54522	181	* VIII
MGT1291	55502541E	27/10/2014	55412	181	* XVII
MHE6388	55502544E	28/10/2014	55415	181	* XVII
MID7590	55502720E	31/10/2014	55416	181	* XVII
MIH7419	55502930E	28/10/2014	55412	181	* XVII
MIK7607	55503004E	31/10/2014	55412	181	* XVII
MIL0150	55502943E	31/10/2014	55412	181	* XVII
MIS1833	55502859E	30/10/2014	73662	252	* VI
MJB1217	55502956E	27/10/2014	55412	181	* XVII
MJC9899	55502957E	27/10/2014	55412	181	* XVII
MJR3331	55502545E	03/11/2014	55414	181	* XVII
MKG2666	55502982E	03/11/2014	73662	252	* VI
MKJ8935	55502989E	04/11/2014	55412	181	* XVII
MKL2233	55503002E	30/10/2014	51851	167	
MKT2887	55502950E	01/11/2014	55416	181	* XVII
MLH1063	55502348E	09/10/2014	60501	208	
MLP1874	55502863E	31/10/2014	54522	181	* VIII
MLU3185	55502997E	04/11/2014	57200	186	* I
QHD6844	55502668E	29/10/2014	55412	181	* XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1723/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1723/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AST0554	55502560E	14/10/2014	51851	167
DER3754	55503012E	04/11/2014	55412	181 * XVII
DIW8031	55503108E	11/11/2014	54870	181 * XI
IGE5253	55502803E	18/10/2014	73662	252 * VI
KHJ5093	55502185E	21/10/2014	55412	181 * XVII
MBL7858	55502867E	10/11/2014	55415	181 * XVII
MBM2017	55503091E	11/11/2014	55416	181 * XVII
MBN1448	55503020E	06/11/2014	73662	252 * VI
MBW6591	55503151E	10/11/2014	55412	181 * XVII
MCI6363	55502965E	04/11/2014	60412	207
MCX8422	55502738E	22/10/2014	60412	207
MEF9144	55502725E	06/11/2014	55412	181 * XVII
MGC1967	55502520E	05/11/2014	55412	181 * XVII
MGC5913	55502744E	22/10/2014	73662	252 * VI
MGC5913	55502775E	22/10/2014	73662	252 * VI
MGT5137	55503277E	10/11/2014	54522	181 * VIII
MGX3189	55502975E	06/11/2014	60501	208
MHJ2754	55503203E	11/11/2014	51851	167
MHQ7490	55502523E	05/11/2014	55412	181 * XVII
MHT2928	55502550E	05/11/2014	55412	181 * XVII
MKH0130	55502916E	10/11/2014	55412	181 * XVII
MLP1874	55502866E	07/11/2014	55412	181 * XVII
NCM1286	55502546E	03/11/2014	55414	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1726/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1726/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IOF6833	54011196E	17/11/2014	50450	162 * V
MEO4789	55502712E	24/10/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1727/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 1727/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DIV0036	55502710E	23/10/2014	55412	181 * XVII
MDA9672	55502903E	29/10/2014	55412	181 * XVII
MDW2108	55502740E	22/10/2014	51851	167
MFB8439	55502535E	21/10/2014	55412	181 * XVII
MGX9395	55502643E	28/10/2014	55412	181 * XVII
MHI5334	55502808E	21/10/2014	51851	167
MLH3236	55502190E	23/10/2014	55412	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

PALHOÇA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1704/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1704/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJU5420	54320366E	11/11/2013	52820	176 * I
AJU5420	54320367E	11/11/2013	53200	176 * V
HCS3170	54321131E	05/12/2013	64080	221
LBC2252	54320930E	04/12/2013	66102	230 * VII
LXN2572	54318950E	05/12/2013	65564	230 * I
MAK7366	55845469C	06/12/2013	69200	233
MAY1355	54321301E	05/12/2013	69200	233
MDE5159	54321219E	06/12/2013	69200	233
MDI8516	54321013E	04/12/2013	50100	162 * I
MDI8516	54321014E	04/12/2013	51180	164 c/c 162 * I

MDI8516	54321011E	04/12/2013	65992	230	*	V
MDJ3323	54321205E	06/12/2013	69200	233		
MFH8042	54319219E	17/11/2013	50100	162	*	I
MHX7884	54315290E	06/12/2013	50100	162	*	I
MHX7884	54315289E	06/12/2013	65992	230	*	V
MHX7884	54315295E	06/12/2013	66531	230	*	XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1705/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1705/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJN6208	54321023E	04/12/2013	55414	181 * XVII
INB1011	54320965E	02/12/2013	55680	181 * XIX
MEP1656	54320176E	14/11/2013	55500	181 * XVIII
MEQ4733	54320364E	11/11/2013	54790	181 * X
MEU2939	54321024E	04/12/2013	55414	181 * XVII
MGF4582	54317464E	12/11/2013	70301	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLAUDIO MONTEIRO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1708/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1708/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKP2870	54319290E	24/11/2013	65992	230 * V
AKP2870	54319289E	24/11/2013	50100	162 * I
CJX9885	54320818E	26/11/2013	69120	232
EFC4304	54320796E	22/11/2013	67000	230 * XVI
IPJ6437	54320973E	20/11/2013	69200	233
IPM1958	54320413E	28/11/2013	65992	230 * V
IRX1920	55319126D	21/11/2013	50100	162 * I
IRX1920	54320700E	21/11/2013	51180	164 c/c 162 * I
LCO2322	54317545E	23/11/2013	51691	165
LJO5329	54320118E	19/11/2013	69200	233
LWS0678	54320326E	13/11/2013	66372	230 * IX
LXK5776	54320179E	16/11/2013	65992	230 * V
LXU2275	54318941E	22/11/2013	50610	163 c/c 162 * I
LXU2275	54318940E	22/11/2013	50100	162 * I
LYK7865	54320921E	22/11/2013	69200	233
LZX4163	54319958E	27/11/2013	65992	230 * V
MAY9192	54320797E	22/11/2013	67000	230 * XVI
MBA1083	54320180E	18/11/2013	65992	230 * V
MBA1083	54320182E	18/11/2013	50450	162 * V
MBN9451	54320912E	22/11/2013	69200	233
MBO1839	54321220E	06/12/2013	69200	233
MBS4219	54318936E	22/11/2013	50450	162 * V
MDE2553	54320101E	18/11/2013	64080	221
MDI5645	54321009E	21/11/2013	69200	233
MDT2482	54319087E	30/11/2013	50100	162 * I
MDT2482	54319088E	30/11/2013	69120	232
MDT2482	54319089E	30/11/2013	51691	165
MDV0225	54320878E	17/11/2013	51180	164 c/c 162 * I
MER3881	54319166E	22/11/2013	50100	162 * I
MFG5725	54320123E	19/11/2013	69200	233
MFM8335	54317929E	18/11/2013	65992	230 * V
MFT3815	54320824E	22/11/2013	69200	233
MFW3235	54320119E	19/11/2013	69200	233
MGK9237	54320787E	19/11/2013	69200	233
MHQ2399	54313212E	09/12/2013	69200	233
MHZ4587	54317819E	20/11/2013	51420	164 c/c 162 * V

MHZ4587	54317820E	20/11/2013	69120	232	
MHZ4587	54317818E	20/11/2013	50450	162	* V
MHZ4587	54317817E	20/11/2013	65992	230	* V
MIY3399	54319164E	16/11/2013	65992	230	* V
MJG4641	54320479E	04/12/2013	64080	221	
MJG4641	54320478E	04/12/2013	66371	230	* IX
MJG4641	54320477E	04/12/2013	73400	252	* IV
MLJ0651	54320782E	18/11/2013	69200	233	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1709/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1709/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABT8225	54321057E	05/12/2013	51851	167
AJY7314	54318824E	20/11/2013	54600	181 * IX
ALA1046	54320383E	12/11/2013	54521	181 * VIII
ANZ1296	54320580E	08/12/2013	55250	181 * XV
DLC1523	54320693E	21/11/2013	55680	181 * XIX
DLP9763	54320641E	20/11/2013	55415	181 * XVII
ELC3354	54320570E	18/11/2013	55415	181 * XVII
ITP9123	54320926E	29/11/2013	55680	181 * XIX
LYW1599	54320752E	23/11/2013	55680	181 * XIX
LZS0732	54320679E	21/11/2013	55415	181 * XVII
LZW1510	54320676E	21/11/2013	55680	181 * XIX
MAF8779	54320647E	20/11/2013	55680	181 * XIX
MAU6465	54320551E	18/11/2013	54521	181 * VIII
MBW4892	54320814E	26/11/2013	55680	181 * XIX
MEB5063	54317536E	15/11/2013	55680	181 * XIX
MEK0713	54319511E	17/11/2013	55500	181 * XVIII

MEO7782	54320781E	21/11/2013	55680	181	*	XIX
MEU1050	54321177E	06/12/2013	54521	181	*	VIII
MFH2901	54321180E	05/12/2013	54521	181	*	VIII
MFT3015	54320840E	09/12/2013	54524	181	*	VIII
MGL4551	54320643E	20/11/2013	55415	181	*	XVII
MHE7781	54320601E	24/11/2013	55680	181	*	XIX
MHH4408	54317533E	15/11/2013	55680	181	*	XIX
MHX7884	54315294E	06/12/2013	70721	244	*	V
MHX7884	54315291E	06/12/2013	58350	195		
MHX7884	54315292E	06/12/2013	68580	231	*	VII
MIF0275	54318436E	21/11/2013	54521	181	*	VIII
MIT7871	54320699E	21/11/2013	54521	181	*	VIII
MKI6805	54320819E	26/11/2013	54522	181	*	VIII
MKL4597	54320512E	16/11/2013	54522	181	*	VIII
MKL6978	54320388E	12/11/2013	54521	181	*	VIII
MLR1410	54321110E	05/12/2013	54521	181	*	VIII
NRS0890	54320112E	30/11/2013	55680	181	*	XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLAUDIO MONTEIRO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1712/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1712/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento

AJM0215	54321255E	12/12/2013	69120	232
AJZ0341	54321145E	12/12/2013	65992	230 * V
BBB5065	54321302E	05/12/2013	69200	233
BGW0035	54321195E	28/11/2013	69200	233
DOC0889	54321200E	27/11/2013	69200	233
HAK0824	54321422E	12/12/2013	69200	233
HBB8476	54313225E	13/12/2013	69200	233

IGH0049	54321417E	12/12/2013	69200	233	
IMK9881	54320414E	28/11/2013	65992	230	* V
INJ1531	54321315E	11/12/2013	69200	233	
INY9169	54319144E	26/11/2013	69120	232	
INY9169	54319145E	26/11/2013	66372	230	* IX
JSD4602	54321230E	12/12/2013	69120	232	
LBI4491	54321197E	27/11/2013	69200	233	
LXG2708	54320484E	12/12/2013	65992	230	* V
LXG2708	54320485E	12/12/2013	50100	162	* I
LXG2708	54320486E	12/12/2013	51180	164	c/c 162 * I
LXG2708	54320487E	12/12/2013	66371	230	* IX
LXJ7722	54319297E	07/12/2013	65561	230	* I
LXO6913	54321199E	27/11/2013	69200	233	
LXT1056	54321415E	13/12/2013	69200	233	
LYI5871	54321122E	03/12/2013	69200	233	
LYU9256	54320761E	29/11/2013	66102	230	* VII
LZC5830	54321258E	12/12/2013	65992	230	* V
LZC5830	54321259E	12/12/2013	50450	162	* V
LZV3953	54321065E	05/12/2013	65992	230	* V
MAZ8351	54320104E	26/11/2013	65992	230	* V
MBP9271	54320773E	03/12/2013	66372	230	* IX
MBU3301	54317546E	09/12/2013	67000	230	* XVI
MBZ2859	54321405E	13/12/2013	69200	233	
MDE5515	54319961E	14/12/2013	52741	175	
MDM5891	54321075E	12/12/2013	50100	162	* I
MDM5891	54321149E	12/12/2013	65992	230	* V
MEA6725	54321410E	13/12/2013	69200	233	
MEH5866	54321143E	12/12/2013	65992	230	* V
MEJ5064	54319149E	30/11/2013	51691	165	
MEJ5064	54319148E	30/11/2013	50100	162	* I
MEN4207	54320904E	26/11/2013	69200	233	
MEO6148	54320903E	26/11/2013	69200	233	
MER0251	54321272E	10/12/2013	69200	233	
MEZ6627	54321138E	12/12/2013	65992	230	* V
MFF2494	54321222E	04/12/2013	69200	233	
MFN1028	54321305E	11/12/2013	69200	233	
MGI2580	54319623E	08/12/2013	65561	230	* I
MGI2580	54319622E	08/12/2013	65992	230	* V
MGQ4130	54321318E	11/12/2013	69200	233	
MGW7819	54321224E	04/12/2013	69200	233	
MGX3357	54321270E	14/12/2013	65992	230	* V
MGX4474	54321139E	12/12/2013	65992	230	* V
MGX9231	54321241E	13/12/2013	69120	232	
MHA6688	54321268E	14/12/2013	65992	230	* V
MHO8346	54321140E	12/12/2013	69120	232	
MHS2449	54321303E	11/12/2013	69200	233	
MHT7510	54321069E	05/12/2013	66102	230	* VII
MIG4372	54321223E	04/12/2013	69200	233	
MIQ2058	54320653E	30/11/2013	67000	230	* XVI
MIT1824	54320608E	02/12/2013	52741	175	
MIZ2320	54320582E	13/12/2013	65561	230	* I
MIZ2320	54320584E	13/12/2013	50450	162	* V
MIZ2320	54320590E	13/12/2013	52741	175	
MJF5514	54319608E	26/11/2013	65992	230	* V
MJF5514	54319611E	26/11/2013	50100	162	* I
MJF5514	54319610E	26/11/2013	51180	164	c/c 162 * I
MJF5514	54319609E	26/11/2013	65800	230	* IV
MKE8078	54321141E	12/12/2013	73400	252	* IV
MLA4977	54321263E	13/12/2013	65992	230	* V
MLA4977	54321264E	13/12/2013	69120	232	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1713/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1713/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGS4114	54320964E	02/12/2013	55680	181 * XIX
ARY0531	54321032E	08/12/2013	55680	181 * XIX
CKX2217	54320954E	02/12/2013	54521	181 * VIII
DHO2133	54317933E	30/11/2013	55680	181 * XIX
DPM5210	54321231E	12/12/2013	55415	181 * XVII
DRK9166	54321203E	10/12/2013	55250	181 * XV
DTX6885	54320753E	23/11/2013	55680	181 * XIX
IKA3575	54320771E	01/12/2013	55680	181 * XIX
INY9169	54319146E	26/11/2013	70481	244 * II
LNM7102	54320937E	11/12/2013	55680	181 * XIX
LVW4090	54320372E	25/11/2013	54521	181 * VIII
LWZ1486	54320107E	30/11/2013	55411	181 * XVII
LZK7301	54320473E	30/11/2013	55680	181 * XIX
LZP6343	54321073E	10/12/2013	55250	181 * XV
MAC0970	54321238E	12/12/2013	54521	181 * VIII
MAM5655	54320045E	10/12/2013	55680	181 * XIX
MBQ4714	54320772E	01/12/2013	55680	181 * XIX
MCE1465	54320813E	26/11/2013	55680	181 * XIX
MCN5223	54320961E	02/12/2013	54521	181 * VIII
MDI1549	54320916E	28/11/2013	55680	181 * XIX
MDJ5146	54320530E	09/12/2013	60412	207
MDQ0285	54320971E	02/12/2013	55411	181 * XVII
MER7339	54321232E	12/12/2013	55411	181 * XVII
MFH2901	54321038E	08/12/2013	55250	181 * XV
MFH2901	54321037E	08/12/2013	55680	181 * XIX
MFM4618	54318949E	03/12/2013	55412	181 * XVII
MFY7383	54320966E	02/12/2013	55680	181 * XIX

MFY9680	54321240E	12/12/2013	55680	181	*	XIX
MFZ5729	54321025E	04/12/2013	54521	181	*	VIII
MGM8256	54320695E	21/11/2013	54521	181	*	VIII
MHC9973	54321146E	12/12/2013	51851	167		
MHU9331	54320962E	02/12/2013	55411	181	*	XVII
MIL4388	54320968E	02/12/2013	55680	181	*	XIX
MIZ2320	54320583E	13/12/2013	52070	169		
MIZ2320	54320585E	13/12/2013	57970	191		
MIZ2320	54320586E	13/12/2013	58350	195		
MIZ2320	54320587E	13/12/2013	58431	196		
MIZ2320	54320588E	13/12/2013	63190	220	*	VI
MIZ2320	54320589E	13/12/2013	59670	203	*	V
MJC8587	54318948E	25/11/2013	54521	181	*	VIII
MJJ3170	54320844E	09/12/2013	54790	181	*	X
MKP2079	54320807E	26/11/2013	55680	181	*	XIX
MKV2029	54321312E	13/12/2013	54521	181	*	VIII
MLI4613	54320810E	26/11/2013	55680	181	*	XIX
MLS5184	54321202E	10/12/2013	54523	181	*	VIII
MMA2971	54320802E	26/11/2013	54521	181	*	VIII
MMJ1115	54317935E	30/11/2013	55680	181	*	XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLAUDIO MONTEIRO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1716/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1716/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BGS7130	54321367E	16/12/2013	65561	230 * I
CJK3339	54321353E	16/12/2013	65992	230 * V
CJK3339	54321354E	16/12/2013	66372	230 * IX
DCQ2576	54320262E	18/12/2013	65992	230 * V

DWA9909	54321127E	05/12/2013	67000	230	*	XVI
JFX5914	54321357E	16/12/2013	65561	230	*	I
LCK4793	54319496E	18/10/2013	66101	230	*	VII
LCK4793	54319495E	18/10/2013	66371	230	*	IX
LCK4793	54319500E	18/10/2013	67261	230	*	XVIII
LCK4793	54319494E	18/10/2013	65561	230	*	I
LCK4793	54319487E	18/10/2013	65992	230	*	V
LCK4793	54319485E	18/10/2013	51180	164	c/c 162	* I
LCK4793	54319483E	18/10/2013	50100	162	*	I
LCK4793	54319499E	18/10/2013	67261	230	*	XVIII
LCK4793	54319498E	18/10/2013	67000	230	*	XVI
LQE0563	54321328E	16/12/2013	69120	232		
LQE0563	54321327E	16/12/2013	51180	164	c/c 162	* I
LQE0563	54321326E	16/12/2013	50100	162	*	I
LWS9772	54320049E	20/12/2013	65992	230	*	V
LWS9772	54320050E	20/12/2013	69120	232		
LWW3357	54321780E	18/12/2013	69200	233		
LXL1703	54321745E	18/12/2013	69200	233		
LYD1279	54320943E	16/12/2013	65992	230	*	V
LZZ6735	54321786E	18/12/2013	69200	233		
MAM0841	54321066E	05/12/2013	65992	230	*	V
MAT9945	55845471C	06/12/2013	69200	233		
MBI8156	54318677E	17/12/2013	65992	230	*	V
MBP0459	54321905E	17/12/2013	69200	233		
MCJ8130	54321244E	19/12/2013	65992	230	*	V
MDL8625	54320488E	16/12/2013	67000	230	*	XVI
MDP1709	54321070E	05/12/2013	65992	230	*	V
MDX9273	54321362E	16/12/2013	51180	164	c/c 162	* I
MDX9273	54321363E	16/12/2013	66371	230	*	IX
MDX9273	54321358E	16/12/2013	50100	162	*	I
MEC1832	54321749E	16/12/2013	69200	233		
MED2593	54321377E	16/12/2013	65992	230	*	V
MED2593	54321376E	16/12/2013	50100	162	*	I
MFB2200	54321276E	16/12/2013	67000	230	*	XVI
MFF3524	54319776E	12/12/2013	50100	162	*	I
MFF3524	54319777E	12/12/2013	65992	230	*	V
MFF3524	54319778E	12/12/2013	51180	164	c/c 162	* I
MFG1016	54320261E	17/12/2013	65992	230	*	V
MGH2540	54317945E	04/12/2013	67000	230	*	XVI
MGN7415	54320984E	17/12/2013	66371	230	*	IX
MHR2554	54321067E	05/12/2013	65992	230	*	V
MHR3870	54320257E	17/12/2013	50450	162	*	V
MHR3870	54320256E	17/12/2013	65992	230	*	V
MHY4378	54321334E	16/12/2013	65992	230	*	V
MIM1323	54321130E	05/12/2013	67000	230	*	XVI
MIS4947	54320493E	18/12/2013	66020	230	*	VI
MIS4947	54320492E	18/12/2013	66372	230	*	IX
MIS4947	54320494E	18/12/2013	66371	230	*	IX
MJY1681	54315296E	15/12/2013	50100	162	*	I
MKP2000	54320592E	16/12/2013	69120	232		
MKP2000	54320593E	16/12/2013	65992	230	*	V
NNC2665	54321247E	19/12/2013	69200	233		
NOJ1536	54321063E	05/12/2013	65800	230	*	IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1717/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1717/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BKF6957	54321352E	16/12/2013	54521	181 * VIII
CFB5221	54321126E	05/12/2013	54521	181 * VIII
COX0946	54313218E	18/12/2013	54521	181 * VIII
CVR5009	54321351E	16/12/2013	51851	167
DIK3616	54321129E	05/12/2013	51851	167
DKG8192	54320371E	22/11/2013	55412	181 * XVII
DUT4863	54319687E	17/12/2013	55500	181 * XVIII
DWA4126	54321606E	19/12/2013	55680	181 * XIX
EBY7530	54320838E	05/12/2013	55090	181 * XIII
IJO0719	54319935E	15/12/2013	55680	181 * XIX
ISH0686	54321015E	04/12/2013	55411	181 * XVII
JNA4106	54319932E	15/12/2013	55680	181 * XIX
LCK4793	54319493E	18/10/2013	58350	195
LCK4793	54319491E	18/10/2013	52152	170
LCK4793	54319490E	18/10/2013	52070	169
LCK4793	54319489E	18/10/2013	52151	170
LCK4793	54319497E	18/10/2013	58191	193
LCK4793	54319492E	18/10/2013	52583	174
LCK4793	54319486E	18/10/2013	57380	186 * II
LCK4793	54319484E	18/10/2013	51851	167
LCK4793	54319488E	18/10/2013	51852	167
LXL4969	54321028E	08/12/2013	55680	181 * XIX
LZX1034	54321120E	05/12/2013	51851	167
MBR7806	54321737E	20/12/2013	55415	181 * XVII
MDA7628	54320764E	30/11/2013	55680	181 * XIX
MEN7872	54319779E	16/12/2013	55500	181 * XVIII
MER3790	54321179E	06/12/2013	54521	181 * VIII
MFB3545	54321359E	16/12/2013	54521	181 * VIII
MFQ5837	54321019E	04/12/2013	57380	186 * II
MFQ8226	54321726E	20/12/2013	55415	181 * XVII
MGL0518	54321420E	19/12/2013	55680	181 * XIX
MGL2949	54321108E	05/12/2013	54521	181 * VIII
MGQ1623	54321742E	20/12/2013	55680	181 * XIX
MGW1896	54321106E	05/12/2013	55680	181 * XIX

MHX8050	54317946E	15/12/2013	55680	181 * XIX
MJL3985	54321741E	20/12/2013	55411	181 * XVII
MKT1338	54313220E	18/12/2013	55680	181 * XIX
MMA3841	54319693E	21/12/2013	54790	181 * X
MZM8858	54321105E	05/12/2013	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLAUDIO MONTEIRO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1720/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1720/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHM8713	54318462E	22/12/2013	51691	165
AHM8713	54318461E	22/12/2013	66531	230 * XI
AHM8713	54318460E	22/12/2013	65561	230 * I
AKD3703	54319898E	22/12/2013	66102	230 * VII
AKD3703	54319897E	22/12/2013	73580	252 * V
AKD3703	54319896E	22/12/2013	73400	252 * IV
AKD3703	54319894E	22/12/2013	52741	175
AKD3703	54319891E	22/12/2013	69120	232
CNC2784	54320664E	22/12/2013	69120	232
DGX7532	54317549E	06/12/2013	67000	230 * XVI
IPZ6501	54321696E	25/12/2013	73400	252 * IV
IUB8182	54321513E	23/12/2013	73400	252 * IV
IUB8182	54321514E	23/12/2013	69120	232
LCL3070	54321854E	26/12/2013	69120	232
LCL3070	54321853E	26/12/2013	50960	163 c/c 162 * V
LCL3070	54321852E	26/12/2013	50450	162 * V
LCL3070	54321851E	26/12/2013	65992	230 * V
LXW6567	54320985E	23/12/2013	65992	230 * V
LXZ3667	54321434E	26/12/2013	66020	230 * VI

LXZ3667	54321433E	26/12/2013	65992	230	* V
LYB9427	54319299E	20/12/2013	51180	164	c/c 162 * I
LYB9427	54319300E	20/12/2013	51691	165	
LYB9427	54319298E	20/12/2013	50100	162	* I
LZB9969	54320935E	07/12/2013	66102	230	* VII
MAV7977	54320241E	25/12/2013	65561	230	* I
MAV7977	54320242E	25/12/2013	65992	230	* V
MAV7977	54320243E	25/12/2013	66372	230	* IX
MBN7211	54321581E	25/12/2013	65992	230	* V
MBN7211	54321582E	25/12/2013	66372	230	* IX
MBN7211	54321584E	25/12/2013	51691	165	
MCA5006	54321576E	21/12/2013	66102	230	* VII
MCF6404	54320883E	22/12/2013	65992	230	* V
MDS5325	54315946E	24/12/2013	50100	162	* I
MDS5325	54315947E	24/12/2013	51180	164	c/c 162 * I
MDS5325	54315948E	24/12/2013	73400	252	* IV
MFJ5774	54321454E	23/12/2013	65992	230	* V
MFJ5774	54321455E	23/12/2013	50100	162	* I
MFN9372	54321439E	26/12/2013	50100	162	* I
MTX2805	54318681E	27/12/2013	67000	230	* XVI
MGP8632	54318781E	24/12/2013	65992	230	* V
MIY1061	54319150E	24/12/2013	50450	162	* V
MJC0259	54322001E	27/12/2013	65992	230	* V
MJJ0020	54320851E	07/12/2013	50100	162	* I
MJJ6969	54319092E	25/12/2013	65992	230	* V
MJN5541	55322300D	11/09/2012	67001	230	* XVI
MJY7589	54315950E	24/12/2013	65992	230	* V
MJY8749	54321503E	21/12/2013	65992	230	* V
MJY8749	54321502E	21/12/2013	50100	162	* I
MKL8872	54321552E	25/12/2013	73400	252	* IV
NAK1527	54321064E	05/12/2013	65992	230	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1721/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1721/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AKD3703	54319899E	22/12/2013	60502	208	
AKD3703	54319895E	22/12/2013	58350	195	
AKD3703	54319893E	22/12/2013	52312	172	
AKD3703	54319892E	22/12/2013	70302	244	* I
ALH7596	54321621E	24/12/2013	51851	167	
ALS6595	54321619E	24/12/2013	54521	181	* VIII
GUC3186	54320661E	16/12/2013	54521	181	* VIII
JPA2551	54321594E	25/12/2013	55680	181	* XIX
KXJ3420	54321727E	20/12/2013	55412	181	* XVII
LXM5569	54321182E	06/12/2013	55680	181	* XIX
LYM4619	54320842E	09/12/2013	55415	181	* XVII
LZA2243	54321637E	26/12/2013	55411	181	* XVII
MAV7977	54320240E	25/12/2013	54600	181	* IX
MBB8296	54318459E	22/12/2013	60501	208	
MBN7211	54321583E	25/12/2013	51851	167	
MBR7806	54319698E	26/12/2013	54527	181	* VIII
MDB1888	54320264E	19/12/2013	58350	195	
MDB1888	54320263E	19/12/2013	57380	186	* II
MDC9380	54320328E	25/12/2013	54527	181	* VIII
MDL2384	54321610E	21/12/2013	54521	181	* VIII
MEB6488	54321687E	23/12/2013	55680	181	* XIX
MEP1656	54320936E	09/12/2013	55680	181	* XIX
MFW4553	54321680E	22/12/2013	51851	167	
MHH0491	54321729E	20/12/2013	73662	252	* VI
MHH4616	54319900E	22/12/2013	54100	181	* IV
MJB6567	54321427E	22/12/2013	55680	181	* XIX
MJY7589	54315949E	24/12/2013	70561	244	* III
MKB3269	54320658E	08/12/2013	70301	244	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLAUDIO MONTEIRO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1724/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8064 1724/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADM7337	54321304E	11/12/2013	69200	233
ANA9633	54856571E	03/01/2014	69200	233
BXA6933	54321679E	21/12/2013	65992	230 * V
BXA6933	54321678E	21/12/2013	50450	162 * V
HJX0888	54856551E	27/12/2013	69200	233
IGW8141	54856556E	30/12/2013	69200	233
ITE9931	54321691E	24/12/2013	67000	230 * XVI
IWL0020	54318684E	27/12/2013	67000	230 * XVI
JHA5654	54321316E	11/12/2013	69200	233
LWX8323	54320184E	12/12/2013	65992	230 * V
LWX8323	54320183E	12/12/2013	50100	162 * I
LWX8323	54320186E	12/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
LXV7739	54321483E	27/12/2013	69120	232
LXV7739	54321482E	27/12/2013	50450	162 * V
LXV7739	54321481E	27/12/2013	65992	230 * V
LYC2321	54321214E	12/12/2013	69120	232
LYC2321	54321207E	12/12/2013	66372	230 * IX
LYS1765	54319660E	05/01/2014	67000	230 * XVI
LYW0212	54318785E	03/01/2014	50100	162 * I
LYW0212	54318795E	03/01/2014	66372	230 * IX
LYW0212	54318796E	03/01/2014	73400	252 * IV
MAY0522	54321827E	29/12/2013	67000	230 * XVI
MBU7664	54321387E	02/01/2014	50100	162 * I
MBU7664	54321390E	02/01/2014	65992	230 * V
MBU7664	54321392E	02/01/2014	65561	230 * I
MBU7664	54321394E	02/01/2014	50610	163 c/c 162 * I
MBU7664	54321393E	02/01/2014	69120	232
MBV4290	54322020E	05/01/2014	65992	230 * V
MBV4290	54322025E	05/01/2014	67000	230 * XVI
MDD6131	54321409E	13/12/2013	69200	233
MDZ8559	54321375E	09/12/2013	69200	233
MEC5099	54318466E	04/01/2014	65992	230 * V
MEC5099	54318467E	04/01/2014	73400	252 * IV
MEC5099	54318468E	04/01/2014	66372	230 * IX
MEI4102	54320132E	28/12/2013	69120	232
MFM5477	54320140E	30/12/2013	65992	230 * V
MFM9261	54320529E	09/12/2013	52741	175
MFZ9096	54321391E	02/01/2014	50100	162 * I
MGV5180	54321349E	28/12/2013	66102	230 * VII
MHB7866	54321221E	07/12/2013	69200	233
MHZ6528	54321257E	12/12/2013	66020	230 * VI
MIM4175	54321344E	26/12/2013	66102	230 * VII
MIM4175	54321345E	26/12/2013	69120	232
MJC8620	54319617E	08/12/2013	69120	232
MJC8620	54319618E	08/12/2013	50450	162 * V
MJC8620	54319621E	08/12/2013	67000	230 * XVI
MJC8620	54319620E	08/12/2013	50960	163 c/c 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1725/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1725/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BAP1755	54321658E	29/12/2013	53800	181 * I
DLL9384	54322012E	30/12/2013	54521	181 * VIII
DUL1095	54322052E	28/12/2013	54521	181 * VIII
IBE4402	54320532E	09/12/2013	60411	207
IJS5667	54321929E	27/12/2013	54521	181 * VIII
IMH6965	54320195E	28/12/2013	51851	167
IRJ5854	54321589E	25/12/2013	53800	181 * I
IRL1102	54321935E	27/12/2013	55250	181 * XV
JOV3929	54319653E	02/01/2014	55680	181 * XIX
LXN2954	54319966E	29/12/2013	53980	181 * II
LYM7092	54321457E	31/12/2013	53980	181 * II
MAO7445	54320619E	29/12/2013	55680	181 * XIX
MCC4536	54321031E	08/12/2013	55680	181 * XIX
MCQ0634	54320342E	29/12/2013	55680	181 * XIX
MDN4210	54321348E	28/12/2013	51851	167
MDW0227	54320531E	09/12/2013	59320	203 * II
MEL8482	54320839E	09/12/2013	54524	181 * VIII
MGP8601	54319696E	26/12/2013	54527	181 * VIII
MGW0113	54318440E	07/12/2013	54521	181 * VIII
MGW9507	54320193E	28/12/2013	54521	181 * VIII
MGX9735	54320618E	29/12/2013	51851	167
MHB3434	54319904E	29/12/2013	54521	181 * VIII
MHI1840	55319775D	29/12/2013	54521	181 * VIII
MII2766	54321307E	13/12/2013	55415	181 * XVII
MIS6238	54317547E	06/12/2013	55680	181 * XIX
MJG9843	54321488E	31/12/2013	55680	181 * XIX
MKM7277	54320841E	09/12/2013	55415	181 * XVII
MKU1109	54319652E	02/01/2014	55500	181 * XVIII
MLL0011	54320345E	02/01/2014	53800	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLAUDIO MONTEIRO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1728/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1728/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAK2738	54856096E	10/01/2014	69200	233
AFH8018	54856415E	13/01/2014	69200	233
AHB9224	54856785E	13/01/2014	69200	233
AJW2528	54320946E	17/12/2013	50450	162 * V
AJW2528	54320945E	17/12/2013	65992	230 * V
AJW2528	54320944E	17/12/2013	69200	233
ALH7596	54856402E	10/01/2014	66372	230 * IX
ALH7596	54316744E	10/01/2014	51691	165
AOB8698	54319659E	05/01/2014	66102	230 * VII
AOB8698	54319658E	05/01/2014	67000	230 * XVI
AVI2692	54322083E	07/01/2014	69120	232
DHK1186	55837699C	13/01/2014	69200	233
GTM0329	54856422E	13/01/2014	69200	233
GZP0638	54856216E	13/01/2014	66102	230 * VII
HSJ4702	54322084E	07/01/2014	69120	232
ICS7057	54856421E	13/01/2014	69200	233
IIL7118	54321418E	12/12/2013	69200	233
ILK7403	54321804E	07/01/2014	65992	230 * V
ILK7403	54321803E	07/01/2014	50100	162 * I
ILK7403	54321802E	07/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
JQX3128	54321648E	18/01/2014	67000	230 * XVI
JQX3128	54321649E	18/01/2014	66102	230 * VII
LWR7886	54321049E	15/12/2013	50100	162 * I
LWR7886	54321050E	15/12/2013	51180	164 c/c 162 * I

LWS4674	54856563E	16/01/2014	65992	230	* V
LXQ8455	54321407E	13/12/2013	69200	233	
LXU9696	55324775D	12/12/2013	65992	230	* V
LXX0869	54321416E	13/12/2013	69200	233	
LYD3747	54856310E	16/01/2014	65992	230	* V
LYK2234	54320737E	13/12/2013	65992	230	* V
LYK2234	54320736E	13/12/2013	51180	164	c/c 162 * I
LYK2234	54320735E	13/12/2013	50100	162	* I
LYW0212	54856682E	17/01/2014	50100	162	* I
LYX8270	54321168E	16/01/2014	65992	230	* V
LYX8270	54321169E	16/01/2014	50450	162	* V
LZA0340	54856478E	13/01/2014	65992	230	* V
LZL9710	54857602E	16/01/2014	69200	233	
LZM7261	54856424E	13/01/2014	69200	233	
LZP8092	54321412E	13/12/2013	69200	233	
LZR9205	54321254E	12/12/2013	73400	252	* IV
LZZ3195	54320048E	18/12/2013	51691	165	
MAI3637	54321413E	13/12/2013	69200	233	
MAR7810	54319656E	05/01/2014	67000	230	* XVI
MAY6262	54321074E	12/12/2013	66102	230	* VII
MBF1729	54320894E	15/01/2014	50100	162	* I
MBQ7170	54857309E	17/01/2014	69200	233	
MBW7584	54320668E	28/12/2013	51261	164	c/c 162 * II
MBW7584	54320667E	28/12/2013	50291	162	* II
MBW7584	54320665E	28/12/2013	65992	230	* V
MBW7584	54320666E	28/12/2013	69120	232	
MBX8519	54320148E	09/01/2014	65992	230	* V
MBY4068	54856485E	13/01/2014	66102	230	* VII
MCL3077	54320143E	02/01/2014	50450	162	* V
MCP4737	54321210E	12/12/2013	66372	230	* IX
MCT3303	54321395E	02/01/2014	67261	230	* XVIII
MCT3303	54321396E	02/01/2014	66102	230	* VII
MCT8926	54316745E	15/01/2014	50100	162	* I
MCT8926	54316746E	15/01/2014	51180	164	c/c 162 * I
MCZ1863	54321966E	17/01/2014	50100	162	* I
MCZ1863	54321968E	17/01/2014	65992	230	* V
MCZ1863	54321969E	17/01/2014	66372	230	* IX
MCZ1863	54321967E	17/01/2014	51180	164	c/c 162 * I
MDC6217	54320141E	30/12/2013	66102	230	* VII
MDF9623	54321206E	12/12/2013	66372	230	* IX
MDG5386	54321550E	29/12/2013	65992	230	* V
MDG5386	54321549E	29/12/2013	67000	230	* XVI
MDJ9420	54857310E	17/01/2014	69200	233	
MDK9045	54320620E	29/12/2013	66102	230	* VII
MEC6196	54316747E	16/01/2014	65992	230	* V
MEC8266	54856092E	07/01/2014	69200	233	
MED7985	54856492E	16/01/2014	66450	230	* X
MEN0678	54321262E	12/12/2013	69120	232	
MEN0678	54321261E	12/12/2013	51180	164	c/c 162 * I
MEN0678	54321260E	12/12/2013	50100	162	* I
MET3208	54319099E	18/01/2014	65992	230	* V
MEU3078	54856417E	13/01/2014	69200	233	
MEY0865	54322335E	17/01/2014	67000	230	* XVI
MFD4208	54856666E	16/01/2014	67000	230	* XVI
MFH8537	55322696D	09/01/2014	65992	230	* V
MFM6278	54856670E	17/01/2014	73400	252	* IV
MFR6359	54320482E	12/12/2013	67000	230	* XVI
MFR6359	54320483E	12/12/2013	66700	230	* XIII
MFR6359	54320481E	12/12/2013	65800	230	* IV
MFV3375	54321459E	04/01/2014	65992	230	* V
MFV3375	54321460E	04/01/2014	50100	162	* I
MGQ6204	54320094E	08/01/2014	69120	232	
MGW6157	54856782E	13/01/2014	69200	233	

MGW7002	54322250E	09/01/2014	69200	233	
MGZ0283	54856457E	14/01/2014	64080	221	
MGZ0283	54856456E	14/01/2014	65992	230	* V
MGZ6734	54322021E	05/01/2014	67000	230	* XVI
MHD4937	54857622E	15/01/2014	69200	233	
MHH0962	54321213E	12/12/2013	65992	230	* V
MHL8691	54321406E	13/12/2013	69200	233	
MHR3870	54320539E	11/01/2014	69120	232	
MHR3870	54320538E	11/01/2014	50450	162	* V
MHT9580	54321402E	13/12/2013	69200	233	
MIH2755	54856407E	11/01/2014	65992	230	* V
MIL4985	54320897E	15/01/2014	51180	164	c/c 162 * I
MIL4985	54320896E	15/01/2014	50100	162	* I
MIO9128	54321162E	15/01/2014	65992	230	* V
MIW1306	54322049E	15/01/2014	50100	162	* I
MIW1306	54322050E	15/01/2014	50610	163	c/c 162 * I
MKT0627	54319685E	13/12/2013	67000	230	* XVI
MKZ4670	54321810E	16/01/2014	73400	252	* IV
MMA2629	54856574E	17/01/2014	69200	233	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1729/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1729/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BRL3939	54322451E	17/01/2014	55250	181 * XV
CLG9240	54322280E	31/12/2013	55680	181 * XIX
DSU0190	54322357E	07/01/2014	54521	181 * VIII
DVN9997	54321881E	19/01/2014	55680	181 * XIX
EUV0043	54322008E	30/12/2013	54521	181 * VIII

FGD2418	54322284E	02/01/2014	55680	181	*	XIX
FIA8431	54322007E	30/12/2013	54521	181	*	VIII
GTD2145	54319830E	10/01/2014	54527	181	*	VIII
HPL9485	54856405E	11/01/2014	55411	181	*	XVII
IGG0322	54322364E	07/01/2014	55411	181	*	XVII
INR6366	54320748E	02/01/2014	55500	181	*	XVIII
JQX3128	54321646E	18/01/2014	52663	174		
JQX3128	54321650E	18/01/2014	58350	195		
JQX3128	54321647E	18/01/2014	58197	193		
LWR5392	54856532E	15/01/2014	55415	181	*	XVII
LWS4674	54856565E	16/01/2014	51851	167		
LWS4674	54856564E	16/01/2014	60412	207		
LXF3734	54322026E	01/01/2014	73662	252	*	VI
LXH8088	54321078E	05/01/2014	51851	167		
LYC3308	54321322E	14/12/2013	55415	181	*	XVII
LYD3747	54856309E	16/01/2014	55411	181	*	XVII
LYG3868	54856315E	19/01/2014	54790	181	*	X
LYG3868	54856317E	19/01/2014	51851	167		
LYH2800	54322038E	13/01/2014	54521	181	*	VIII
LZD8196	54321602E	19/12/2013	54521	181	*	VIII
LZN0112	54322040E	13/01/2014	61570	214	*	IV
MAF8037	55319768D	29/12/2013	54521	181	*	VIII
MAP0788	54856678E	17/01/2014	54521	181	*	VIII
MAY9311	54319927E	15/12/2013	55680	181	*	XIX
MAZ6445	54322310E	19/01/2014	55680	181	*	XIX
MBW3358	54318800E	07/01/2014	55680	181	*	XIX
MBW7584	54320670E	28/12/2013	52152	170		
MBW7584	54320669E	28/12/2013	52151	170		
MBW7584	54320671E	28/12/2013	58350	195		
MBY4068	54856484E	13/01/2014	51851	167		
MCO9243	54313266E	16/01/2014	51851	167		
MDF0310	54318799E	07/01/2014	55680	181	*	XIX
MDI3717	54321155E	11/01/2014	55760	182	*	I
MDK3930	54320415E	07/01/2014	55415	181	*	XVII
MDQ0555	54856535E	15/01/2014	54521	181	*	VIII
MEF0814	54319835E	14/01/2014	52070	169		
MEU2640	54322220E	04/01/2014	55680	181	*	XIX
MFA7605	54322371E	07/01/2014	55415	181	*	XVII
MFB0803	54319926E	15/12/2013	55680	181	*	XIX
MFI6160	54321964E	17/01/2014	54521	181	*	VIII
MFR6992	54320093E	08/01/2014	54521	181	*	VIII
MFZ2676	54856561E	11/01/2014	71021	244	*	VIII
MGF1393	54322041E	13/01/2014	54521	181	*	VIII
MGI1317	54320423E	07/01/2014	55415	181	*	XVII
MGL7835	54322226E	06/01/2014	55250	181	*	XV
MGP9689	54856627E	17/01/2014	70301	244	*	I
MGU8927	54318790E	03/01/2014	54521	181	*	VIII
MHD7843	54320422E	07/01/2014	55680	181	*	XIX
MHP0286	54856235E	18/01/2014	55680	181	*	XIX
MHR7202	54319787E	15/01/2014	73662	252	*	VI
MHW3403	54320721E	08/01/2014	55500	181	*	XVIII
MIJ6145	54856381E	13/01/2014	70561	244	*	III
MIK3752	54322075E	29/12/2013	55500	181	*	XVIII
MKP6772	54319936E	15/12/2013	55680	181	*	XIX
MKX0470	54321313E	13/12/2013	73662	252	*	VI
MLI6593	54856530E	15/01/2014	54521	181	*	VIII
MLP1535	54321355E	16/12/2013	55415	181	*	XVII
MLS9528	54320850E	11/12/2013	55680	181	*	XIX
MTC9753	54320623E	29/12/2013	55680	181	*	XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLAUDIO MONTEIRO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1732/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1732/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGN7621	54856815E	22/01/2014	65992	230 * V
AGN7621	54856816E	22/01/2014	50100	162 * I
AGN7621	54856817E	23/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
AHJ4992	54321676E	20/12/2013	69120	232
AHJ4992	54321501E	20/12/2013	50450	162 * V
AHL5514	54856751E	17/01/2014	65992	230 * V
BSE9194	54857402E	29/01/2014	66371	230 * IX
BSE9194	54857401E	29/01/2014	65992	230 * V
CEN8468	54319791E	25/01/2014	65992	230 * V
CEN8468	54319790E	25/01/2014	50100	162 * I
CEN8468	54319793E	25/01/2014	51691	165
CEN8468	54319792E	25/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
CFL2559	54321791E	18/12/2013	69200	233
CMH9009	54321873E	23/01/2014	50450	162 * V
CMH9009	54321872E	23/01/2014	65992	230 * V
EGE1840	54856849E	23/01/2014	65992	230 * V
EUB0791	54857161E	25/01/2014	65992	230 * V
HXI4128	54856602E	24/01/2014	65992	230 * V
IBR8199	54321776E	21/12/2013	65561	230 * I
JRM7611	54857630E	24/01/2014	69200	233
KIB7483	54857501E	29/01/2014	65561	230 * I
KMV2482	54319666E	23/01/2014	65992	230 * V
LAZ6826	54856808E	21/01/2014	65992	230 * V
LXA5827	54321870E	23/01/2014	50100	162 * I
LXD6774	54318216E	25/12/2013	65992	230 * V
LXL9920	54322119E	28/01/2014	65992	230 * V
LXL9920	54322120E	28/01/2014	50450	162 * V
LXL9920	54322121E	28/01/2014	67261	230 * XVIII

LXL9920	54322122E	28/01/2014	65564	230	*	I
LXL9920	54322124E	28/01/2014	69120	232		
LXL9920	54322123E	28/01/2014	52741	175		
LXO5063	54857137E	25/01/2014	67000	230	*	XVI
LXO5063	54857136E	25/01/2014	65561	230	*	I
LXY7836	54321432E	22/12/2013	69120	232		
LXZ9027	54320489E	16/12/2013	65992	230	*	V
LXZ9027	54320490E	16/12/2013	50100	162	*	I
LXZ9027	54320491E	16/12/2013	66371	230	*	IX
LYC3579	54318450E	16/12/2013	69200	233		
LYU1576	54856286E	20/01/2014	50450	162	*	V
LYU1576	54856287E	20/01/2014	65992	230	*	V
LYY6408	54321341E	20/12/2013	65992	230	*	V
LZN8193	54856834E	21/01/2014	65992	230	*	V
LZN8193	54856835E	21/01/2014	50100	162	*	I
LZT3295	54857325E	24/01/2014	69200	233		
MAI3347	54321249E	19/12/2013	69200	233		
MAS5433	54856848E	23/01/2014	66102	230	*	VII
MAS5433	54856847E	23/01/2014	64080	221		
MAS5433	54856846E	23/01/2014	51180	164	c/c	162 * I
MAS5433	54856750E	23/01/2014	50100	162	*	I
MAS7533	54856334E	19/01/2014	67000	230	*	XVI
MAS7533	54856335E	19/01/2014	69630	237		
MAS7533	54856336E	19/01/2014	66372	230	*	IX
MAS7533	54856333E	19/01/2014	66102	230	*	VII
MAY0522	54856394E	18/01/2014	51691	165		
MAZ6445	54856960E	24/01/2014	65992	230	*	V
MBJ2285	54857629E	24/01/2014	69200	233		
MBR8887	54320859E	19/01/2014	50610	163	c/c	162 * I
MBR8887	54320857E	19/01/2014	65992	230	*	V
MBR8887	54320858E	19/01/2014	50100	162	*	I
MBV4290	54856781E	20/01/2014	69200	233		
MDA3411	54322107E	24/01/2014	65992	230	*	V
MDA3411	54322108E	24/01/2014	50100	162	*	I
MDA3411	54322109E	24/01/2014	51180	164	c/c	162 * I
MDB0630	54856298E	21/01/2014	67261	230	*	XVIII
MDB0630	54856297E	21/01/2014	65800	230	*	IV
MDD5394	54320884E	22/12/2013	66372	230	*	IX
MDF8096	54857143E	25/01/2014	51180	164	c/c	162 * I
MDF8096	54857142E	25/01/2014	50100	162	*	I
MDF8096	54857144E	25/01/2014	65992	230	*	V
MDH1563	54857628E	24/01/2014	69200	233		
MDJ1556	54856733E	20/01/2014	65992	230	*	V
MDN8488	54318223E	09/01/2014	51180	164	c/c	162 * I
MDN8488	54318222E	09/01/2014	50100	162	*	I
MEG0611	54321875E	23/01/2014	50450	162	*	V
MEG0611	54321874E	23/01/2014	65992	230	*	V
MEH1144	54857111E	25/01/2014	69120	232		
MEH1144	54320542E	22/01/2014	51180	164	c/c	162 * I
MEH1144	54320540E	22/01/2014	50100	162	*	I
MEH2122	54857316E	22/01/2014	69200	233		
MEM1440	54320274E	22/01/2014	67000	230	*	XVI
MEN7872	54856132E	16/01/2014	50450	162	*	V
MEN7872	54856133E	16/01/2014	69120	232		
MEN9883	54322152E	25/01/2014	50100	162	*	I
MEP7257	54856735E	20/01/2014	65992	230	*	V
MER7339	54856391E	17/01/2014	66531	230	*	XI
MEV3018	54857262E	27/01/2014	51180	164	c/c	162 * I
MEV3018	54857261E	27/01/2014	50100	162	*	I
MFE3344	54320254E	16/12/2013	50371	162	*	III
MFE3344	54320253E	16/12/2013	65992	230	*	V
MFJ3125	54322460E	19/01/2014	65992	230	*	V
MFK3316	54856804E	21/01/2014	65992	230	*	V

MGB5256	54320885E	22/12/2013	66371	230	*	IX
MGG8031	54856845E	23/01/2014	64080	221		
MGG8031	54856844E	23/01/2014	50100	162	*	I
MGS5769	54856609E	25/01/2014	50450	162	*	V
MGT5922	54856829E	21/01/2014	73400	252	*	IV
MHH0274	54856603E	25/01/2014	65992	230	*	V
MHN8212	54856700E	21/01/2014	66372	230	*	IX
MHQ7353	54319119E	22/01/2014	50450	162	*	V
MHS9156	54320981E	16/12/2013	65992	230	*	V
MID9809	54320892E	15/01/2014	65992	230	*	V
MIJ1653	54315944E	20/12/2013	67000	230	*	XVI
MIP5648	54857130E	23/01/2014	73400	252	*	IV
MIS4947	54857153E	25/01/2014	66372	230	*	IX
MIS4947	54857154E	25/01/2014	66371	230	*	IX
MIY3043	54856668E	23/01/2014	73400	252	*	IV
MIY3722	54321645E	15/01/2014	65992	230	*	V
MJJ8197	54321865E	15/01/2014	66372	230	*	IX
MJP3910	54321174E	21/01/2014	50100	162	*	I
MJP3910	54321173E	21/01/2014	51180	164	c/c	162 * I
MJV2362	54856226E	17/01/2014	66532	230	*	XI
MKI4090	54856805E	21/01/2014	65992	230	*	V
MKI4090	54856806E	21/01/2014	50100	162	*	I
MKY9246	54322456E	19/01/2014	50371	162	*	III
MKZ7486	54856807E	21/01/2014	67000	230	*	XVI
MLA4977	54856608E	25/01/2014	67261	230	*	XVIII
MLA4977	54856607E	25/01/2014	51180	164	c/c	162 * I
MLA4977	54856606E	25/01/2014	50100	162	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1733/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1733/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIR9104	54320702E	19/12/2013	54527	181 * VIII
AKA1373	55320064D	21/01/2014	73662	252 * VI
AKP3806	54321364E	16/12/2013	55414	181 * XVII
ALV5462	54322367E	07/01/2014	54521	181 * VIII
CRI5573	54321365E	16/12/2013	55412	181 * XVII
CSF7546	54856826E	21/01/2014	51851	167
DCQ5411	54856688E	21/01/2014	55414	181 * XVII
EBT3591	54321829E	29/12/2013	55250	181 * XV
FEO6841	54322010E	30/12/2013	54521	181 * VIII
HWP3436	54857051E	25/01/2014	54523	181 * VIII
I IH7178	54856629E	17/01/2014	54521	181 * VIII
ILQ4949	54313215E	18/12/2013	55680	181 * XIX
IRO7525	55323495D	20/01/2014	55500	181 * XVIII
ISE3012	54856281E	18/01/2014	54521	181 * VIII
KZH0173	54319665E	07/01/2014	68580	231 * VII
LXO5063	54857138E	25/01/2014	56810	184 * I
LYS4584	54856694E	23/01/2014	54522	181 * VIII
MAS7533	54856332E	19/01/2014	53800	181 * I
MAY0522	54856395E	18/01/2014	60760	210
MBG3575	54321738E	20/12/2013	55411	181 * XVII
MCA4756	54857171E	27/01/2014	55680	181 * XIX
MCH2662	54321732E	20/12/2013	55411	181 * XVII
MCR8148	54319688E	17/12/2013	54521	181 * VIII
MCT2458	54321736E	20/12/2013	54521	181 * VIII
MCV3083	54856049E	25/01/2014	55411	181 * XVII
MCV9203	54857053E	25/01/2014	54523	181 * VIII
MDN4632	54319100E	22/01/2014	70301	244 * I
MDN9603	54321245E	19/12/2013	52070	169
MER8376	54856641E	21/01/2014	54521	181 * VIII
MFE7708	54856541E	16/01/2014	51930	168
MFN1118	54856995E	28/01/2014	55500	181 * XVIII
MGI3559	54321879E	19/01/2014	54521	181 * VIII
MGR0248	54856194E	19/01/2014	55680	181 * XIX
MGV1016	54856192E	19/01/2014	55680	181 * XIX
MHH1613	54856630E	17/01/2014	73662	252 * VI
MHJ3276	54321511E	23/12/2013	51851	167
MHJ6376	54321677E	21/12/2013	51851	167
MHP5077	54321419E	19/12/2013	55680	181 * XIX
MHS7115	54322113E	28/01/2014	55680	181 * XIX
MIR0135	54313217E	18/12/2013	55680	181 * XIX
MJC8711	54321608E	19/12/2013	54521	181 * VIII
MJJ7773	54319695E	24/12/2013	55500	181 * XVIII
MJJ8197	54321864E	15/01/2014	54521	181 * VIII
MJT9627	54856282E	18/01/2014	55413	181 * XVII
MKA6778	54321728E	20/12/2013	55415	181 * XVII
MKB1318	54322401E	14/01/2014	54521	181 * VIII
MKI4466	54856544E	16/01/2014	51851	167
MKI9412	54857174E	27/01/2014	54526	181 * VIII
MKK0175	54856637E	21/01/2014	55250	181 * XV
MKX6377	54320610E	17/12/2013	52070	169
MKY4427	54320706E	19/12/2013	55250	181 * XV
MLA4977	54856605E	25/01/2014	60681	209
MLL9424	54856264E	11/01/2014	55411	181 * XVII
MMK3151	54321509E	23/12/2013	51851	167
MVG3240	54856198E	19/01/2014	55680	181 * XIX
NYM1084	54856977E	22/01/2014	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLAUDIO MONTEIRO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1736/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1736/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACP9362	54857362E	31/01/2014	65992	230 * V
AGV2783	54857123E	27/01/2014	65992	230 * V
ALG0025	54858486E	12/02/2014	69200	233
BGT9284	54319784E	27/12/2013	51691	165
CFC1515	54857647E	05/02/2014	69200	233
CJI5708	54857292E	29/01/2014	50450	162 * V
CPW9822	54857037E	05/02/2014	65992	230 * V
CPW9822	54857038E	05/02/2014	69120	232
DDW1202	54313272E	07/02/2014	67000	230 * XVI
DOO6839	54856953E	23/01/2014	65992	230 * V
DRK9166	54857821E	07/02/2014	50450	162 * V
DRK9166	54857822E	07/02/2014	69120	232
GOZ7162	54857227E	31/01/2014	50450	162 * V
GTM2236	54857634E	30/01/2014	69200	233
GYL5996	54858476E	05/02/2014	69200	233
HRC7664	54857290E	27/01/2014	66102	230 * VII
IFR5615	54320247E	03/02/2014	65992	230 * V
ILX6630	54857342E	29/01/2014	64080	221
ILX6630	54857344E	29/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
JML2569	54322433E	05/02/2014	65992	230 * V
JTZ0160	54857688E	06/02/2014	50100	162 * I
JTZ0160	54857689E	06/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
KHT3293	54858102E	09/02/2014	67000	230 * XVI
KMY7901	54857289E	27/01/2014	66102	230 * VII
LXB0128	54858479E	07/02/2014	69200	233
LXO7765	54857709E	09/02/2014	69120	232
LXO7765	54321825E	09/02/2014	65992	230 * V
LXS8031	54857981E	07/02/2014	51180	164 c/c 162 * I

LXS8031	54857980E	07/02/2014	50100	162	*	I
LYZ7238	54322143E	10/02/2014	65992	230	*	V
LYZ7238	54322147E	10/02/2014	51691	165		
LYZ7238	54322148E	10/02/2014	69120	232		
LYZ7238	54322146E	10/02/2014	50450	162	*	V
LZC1647	54322155E	02/02/2014	51180	164	c/c	162 * I
LZC1647	54322154E	02/02/2014	50100	162	*	I
LZF6643	54858078E	09/02/2014	50100	162	*	I
LZF6643	54858079E	09/02/2014	50610	163	c/c	162 * I
LZS2369	54856552E	27/12/2013	69200	233		
MAD4374	54857698E	25/01/2014	69200	233		
MAL6122	54857286E	27/01/2014	66102	230	*	VII
MAR4858	54857516E	13/02/2014	65992	230	*	V
MBA2094	54320134E	28/12/2013	66102	230	*	VII
MBH6817	54857908E	06/02/2014	50100	162	*	I
MBH6817	54857909E	06/02/2014	51180	164	c/c	162 * I
MBH6817	54857910E	06/02/2014	69120	232		
MBR1755	54857717E	09/02/2014	65992	230	*	V
MBR1755	54857718E	09/02/2014	50450	162	*	V
MBR7412	54857041E	06/02/2014	66102	230	*	VII
MCD0844	54856173E	09/02/2014	50450	162	*	V
MCF6265	54857147E	27/01/2014	73400	252	*	IV
MCK7209	54319125E	09/02/2014	50450	162	*	V
MCO1623	54857347E	31/01/2014	66102	230	*	VII
MCS6945	54857080E	30/01/2014	65992	230	*	V
MCS9600	54321917E	26/12/2013	69200	233		
MCT2313	54858054E	07/02/2014	67261	230	*	XVIII
MCT2313	54858053E	07/02/2014	51180	164	c/c	162 * I
MCW1868	54857238E	06/02/2014	64080	221		
MCW1868	54857239E	06/02/2014	69120	232		
MDD4676	54857808E	05/02/2014	69120	232		
MDD4676	54857807E	05/02/2014	50450	162	*	V
MDD4676	54857806E	05/02/2014	65992	230	*	V
MDO1557	54857644E	31/01/2014	69200	233		
MDV6937	54856796E	30/01/2014	50450	162	*	V
MDV6937	54856797E	30/01/2014	65992	230	*	V
MDX7611	54857122E	27/01/2014	65992	230	*	V
MDX7611	54857121E	27/01/2014	51180	164	c/c	162 * I
MDX7611	54857120E	27/01/2014	50100	162	*	I
MEU3519	54316460E	02/01/2014	69120	232		
MEU3519	54316461E	02/01/2014	50100	162	*	I
MEU3519	54316462E	02/01/2014	66372	230	*	IX
MEU5657	54857249E	06/02/2014	65992	230	*	V
MFL3141	54322341E	02/02/2014	67691	230	*	XXII
MFL3141	54322340E	02/02/2014	51420	164	c/c	162 * V
MFL3141	54322339E	02/02/2014	50450	162	*	V
MFL3141	54322338E	02/02/2014	69120	232		
MFL3141	54318642E	02/02/2014	51691	165		
MFL3141	54318650E	02/02/2014	67261	230	*	XVIII
MFL4909	54319974E	26/01/2014	50610	163	c/c	162 * I
MFL4909	54319972E	26/01/2014	65992	230	*	V
MFM3823	54316467E	26/01/2014	67691	230	*	XXII
MFM3823	54316465E	26/01/2014	65992	230	*	V
MFM3823	54316464E	26/01/2014	66372	230	*	IX
MFT8263	54857938E	08/02/2014	50450	162	*	V
MGJ1929	54320198E	29/12/2013	66531	230	*	XI
MGM3548	54857146E	27/01/2014	73400	252	*	IV
MGO2298	54322472E	01/02/2014	65992	230	*	V
MGO2298	54322468E	01/02/2014	50100	162	*	I
MGO2298	54322473E	01/02/2014	50610	163	c/c	162 * I
MGW1373	54857307E	29/01/2014	69200	233		
MGY9825	54857273E	09/02/2014	65561	230	*	I
MGY9825	54857274E	09/02/2014	66102	230	*	VII

MHB2185	54857632E	31/01/2014	51180	164	c/c	162	*	I
MHB2185	54857374E	31/01/2014	65992	230	*	V		
MHB2185	54857375E	31/01/2014	50100	162	*	I		
MHD0744	54858259E	13/02/2014	69200	233				
MHK5751	54857661E	12/02/2014	66531	230	*	XI		
MHV7270	54319767E	09/02/2014	50100	162	*	I		
MHV7270	54319768E	09/02/2014	51180	164	c/c	162	*	I
MIM9092	54856168E	09/02/2014	66020	230	*	VI		
MIN7357	54857157E	25/01/2014	51180	164	c/c	162	*	I
MIN7357	54857155E	25/01/2014	65992	230	*	V		
MIN7357	54857156E	25/01/2014	50100	162	*	I		
MIP3193	54320720E	08/01/2014	50450	162	*	V		
MIR4019	54857422E	06/02/2014	66372	230	*	IX		
MIR4019	54857421E	06/02/2014	66371	230	*	IX		
MIR4019	54857423E	06/02/2014	65992	230	*	V		
MIR4019	54857424E	06/02/2014	66531	230	*	XI		
MIR4019	54857425E	06/02/2014	73400	252	*	IV		
MIS4947	54858108E	09/02/2014	65561	230	*	I		
MIZ2320	54857297E	31/01/2014	66102	230	*	VII		
MIZ2320	54857296E	31/01/2014	50450	162	*	V		
MJI5921	54857419E	06/02/2014	50450	162	*	V		
MJL6109	54858011E	11/02/2014	69120	232				
MJO8562	54857638E	30/01/2014	69200	233				
MJW6519	54857983E	07/02/2014	65992	230	*	V		
MKI4110	54319771E	09/02/2014	67000	230	*	XVI		
MKI4110	54319772E	09/02/2014	66102	230	*	VII		
MLS3355	54857420E	06/02/2014	67000	230	*	XVI		
NJQ0736	54856760E	23/01/2014	65992	230	*	V		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1737/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1737/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CJP0821	54857530E	01/02/2014	55250	181 * XV
CYO1649	54857306E	29/01/2014	54521	181 * VIII
CYT5109	54856591E	05/02/2014	54527	181 * VIII
DKT6947	54857706E	08/02/2014	55680	181 * XIX
HHI4726	54857561E	06/02/2014	54521	181 * VIII
HIM8840	54857461E	31/01/2014	55411	181 * XVII
HLH7465	54857024E	02/02/2014	55680	181 * XIX
IYI1670	54322489E	01/02/2014	55500	181 * XVIII
IUK3415	54321533E	25/12/2013	55680	181 * XIX
JZO1900	54856616E	30/01/2014	55250	181 * XV
JZO1900	54856615E	30/01/2014	54521	181 * VIII
KDS8628	54857902E	06/02/2014	51851	167
LOJ1780	54858056E	13/02/2014	55411	181 * XVII
LXV1041	54857000E	02/02/2014	55680	181 * XIX
LYC4546	54858022E	12/02/2014	61220	214 * I
LYG8442	54856765E	02/02/2014	55411	181 * XVII
LYJ3441	54857755E	06/02/2014	55411	181 * XVII
LZA6685	54856852E	02/02/2014	55500	181 * XVIII
MAJ0487	54857529E	01/02/2014	55250	181 * XV
MAJ6720	54320335E	25/12/2013	55680	181 * XIX
MAX4706	54857633E	12/02/2014	73662	252 * VI
MAX8893	54856987E	22/01/2014	55680	181 * XIX
MBR7029	54320614E	29/12/2013	55680	181 * XIX
MBV4290	54322324E	08/02/2014	55680	181 * XIX
MCS1688	54857765E	06/02/2014	57380	186 * II
MCU9600	54321444E	30/12/2013	55680	181 * XIX
MCZ4154	54857367E	31/01/2014	54522	181 * VIII
MDG9730	54321751E	24/12/2013	52311	172
MDI6966	54319905E	29/12/2013	55411	181 * XVII
MDJ2480	54857356E	29/01/2014	54521	181 * VIII
MEA5905	54857555E	02/02/2014	54521	181 * VIII
MEL9264	54319903E	29/12/2013	54521	181 * VIII
MFL4119	54857802E	05/02/2014	55415	181 * XVII
MFL4710	54856764E	02/02/2014	55411	181 * XVII
MFM3823	54316466E	26/01/2014	54100	181 * IV
MFO5489	54856340E	29/01/2014	55680	181 * XIX
MFV8467	54322443E	13/02/2014	54521	181 * VIII
MGD2766	54856877E	02/02/2014	54521	181 * VIII
MGF7663	54857724E	10/02/2014	59670	203 * V
MGL0895	54856820E	30/01/2014	54523	181 * VIII
MGQ7820	54321815E	27/01/2014	54100	181 * IV
MHD7022	54857766E	06/02/2014	54521	181 * VIII
MHV7270	54319765E	09/02/2014	54521	181 * VIII
MIC3278	54322343E	02/02/2014	51851	167
MIQ6476	54857768E	06/02/2014	55411	181 * XVII
MIR2144	54857585E	05/02/2014	55680	181 * XIX
MIX6477	54857355E	29/01/2014	54522	181 * VIII
MJO3566	54322111E	28/01/2014	54521	181 * VIII
MKB9039	54322033E	09/01/2014	73662	252 * VI
MKR8681	54856171E	09/02/2014	54010	181 * III
MKW6689	54857369E	31/01/2014	54526	181 * VIII
MLA2604	54313273E	07/02/2014	73662	252 * VI
MMF5721	54857625E	03/02/2014	54521	181 * VIII
NWO0094	54857471E	01/02/2014	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLAUDIO MONTEIRO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1740/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1740/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACP9362	54857363E	31/01/2014	50100	162 * I
ADN5566	54322452E	17/01/2014	50100	162 * I
AJJ3423	54858828E	13/02/2014	69200	233
AKG5148	54857486E	09/02/2014	67000	230 * XVI
AKG5148	54857485E	09/02/2014	66102	230 * VII
AKG5148	54857484E	09/02/2014	65992	230 * V
AKI4840	54857510E	11/02/2014	65992	230 * V
AKI4840	54857511E	11/02/2014	50100	162 * I
AKI4840	54857512E	11/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
ARE1884	54321998E	08/01/2014	52741	175
BEW0076	54321616E	21/12/2013	64080	221
BEW0076	54321615E	21/12/2013	67000	230 * XVI
BEW0076	54321614E	21/12/2013	50450	162 * V
BEW0076	54321613E	21/12/2013	67261	230 * XVIII
BMJ8436	54322164E	16/02/2014	65992	230 * V
BZV8891	54315520E	25/12/2013	66372	230 * IX
BZV8891	54319147E	25/12/2013	65561	230 * I
BZV8891	54320091E	25/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
BZV8891	54320090E	25/12/2013	50100	162 * I
CHD4731	55322697D	05/02/2014	65992	230 * V
CYF0498	54857959E	21/02/2014	66102	230 * VII
CYF0498	54857960E	22/02/2014	51691	165
DIG0753	54321152E	07/01/2014	67000	230 * XVI
GPD4574	54858013E	11/02/2014	50100	162 * I
GPD4574	54858014E	11/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
GPD4574	54858015E	11/02/2014	65992	230 * V
GWZ5098	54856555E	30/12/2013	69200	233
HDD8196	54318280E	18/02/2014	65564	230 * I
IDH9386	54857710E	09/02/2014	69120	232

IDH9386	54857275E	09/02/2014	65992	230	*	V
IDK0333	54858073E	14/02/2014	69200	233		
IIO3530	54857149E	27/01/2014	66290	230	*	VIII
IIO3530	54857148E	27/01/2014	65992	230	*	V
KFJ1625	54321684E	22/12/2013	50610	163	c/c	162 * I
KFJ1625	54321682E	22/12/2013	50100	162	*	I
KHS8275	54312174E	13/02/2014	65992	230	*	V
KHS8275	54857992E	13/02/2014	50450	162	*	V
LXU1063	54321567E	02/01/2014	66532	230	*	XI
LYY3635	54319758E	22/12/2013	66372	230	*	IX
LZF4624	54857047E	06/02/2014	50100	162	*	I
MAP7722	54857082E	15/02/2014	67000	230	*	XVI
MBN7659	54320536E	26/12/2013	65992	230	*	V
MBN7659	54320535E	26/12/2013	65561	230	*	I
MBY2821	54322162E	16/02/2014	50100	162	*	I
MBY2821	54322163E	16/02/2014	51180	164	c/c	162 * I
MCA4200	54857711E	09/02/2014	66102	230	*	VII
MCD4629	54319116E	28/12/2013	69120	232		
MCD4629	54319117E	28/12/2013	51691	165		
MCF5094	54857482E	09/02/2014	65992	230	*	V
MCF5094	54857481E	09/02/2014	51180	164	c/c	162 * I
MCF5094	54857480E	09/02/2014	50100	162	*	I
MCO3655	54322448E	13/02/2014	65992	230	*	V
MCO3655	54312172E	13/02/2014	50450	162	*	V
MDJ2376	54858082E	09/02/2014	50100	162	*	I
MDJ2376	54858083E	09/02/2014	51180	164	c/c	162 * I
MDJ2376	54858084E	09/02/2014	69120	232		
MDJ2376	54858086E	09/02/2014	64080	221		
MDX3949	54856451E	15/01/2014	65992	230	*	V
MDY0353	54319963E	22/12/2013	65992	230	*	V
MDY0353	54319964E	22/12/2013	50100	162	*	I
MEB7992	54856752E	17/01/2014	65992	230	*	V
MEK5086	54318385E	06/02/2014	67000	230	*	XVI
MEK5086	54318386E	06/02/2014	66372	230	*	IX
MEP2192	54858106E	09/02/2014	67000	230	*	XVI
MEP2192	54858105E	09/02/2014	66102	230	*	VII
MEP4586	54856418E	14/01/2014	69200	233		
MEQ7424	54319794E	27/01/2014	69120	232		
MFC3450	54318472E	07/01/2014	51180	164	c/c	162 * I
MFC3450	54318469E	07/01/2014	65564	230	*	I
MFC3450	54318470E	07/01/2014	65992	230	*	V
MFC3450	54318471E	07/01/2014	50100	162	*	I
MFJ2990	54858151E	14/02/2014	65992	230	*	V
MFS8277	54857985E	13/02/2014	65992	230	*	V
MFV1232	54858080E	09/02/2014	50100	162	*	I
MFV1232	54858081E	09/02/2014	51180	164	c/c	162 * I
MGB7868	54857506E	11/02/2014	65992	230	*	V
MGO3319	54857989E	13/02/2014	65992	230	*	V
MGZ6771	54856930E	15/02/2014	69120	232		
MHF0912	54857581E	30/01/2014	65992	230	*	V
MHF0912	54857582E	30/01/2014	64080	221		
MHK5751	54857658E	17/02/2014	50450	162	*	V
MHK5751	54857659E	17/02/2014	69120	232		
MHQ1405	54857587E	12/02/2014	65992	230	*	V
MJI1421	54857653E	09/02/2014	66532	230	*	XI
MJI1421	54857652E	09/02/2014	65561	230	*	I
MKC9978	54322450E	13/02/2014	65992	230	*	V
MLB0021	54858003E	07/02/2014	65561	230	*	I
MLB0021	54858002E	07/02/2014	69120	232		
MLG2527	54321818E	04/02/2014	50100	162	*	I
MMI3301	54857497E	20/02/2014	50100	162	*	I
MMI3301	54857498E	20/02/2014	51180	164	c/c	162 * I
MMI3301	54857500E	20/02/2014	66372	230	*	IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1741/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8064 1741/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AEI9654	54858314E	22/02/2014	54521	181 * VIII
AMK8888	54856969E	17/02/2014	54521	181 * VIII
AQF2921	54321931E	31/12/2013	55680	181 * XIX
ARE1884	54321999E	08/01/2014	52070	169
ARU9322	54857608E	31/01/2014	56221	182 * VI
CPD2319	54858145E	10/02/2014	55680	181 * XIX
CYF0498	54322149E	21/02/2014	51930	168
DRD1506	54857921E	14/02/2014	51851	167
DUU1477	54858411E	15/02/2014	55680	181 * XIX
EGM7781	54858181E	10/02/2014	54521	181 * VIII
FEO4381	54856050E	25/01/2014	55411	181 * XVII
GVT5934	54857057E	29/01/2014	53800	181 * I
HWK1129	54322491E	01/02/2014	55500	181 * XVIII
IFA6459	54857008E	30/01/2014	55411	181 * XVII
IJZ5739	54321438E	26/12/2013	55250	181 * XV
ILU7627	54857856E	06/02/2014	55411	181 * XVII
IPM1958	54322281E	02/01/2014	55411	181 * XVII
IUH3460	54322485E	31/01/2014	57380	186 * II
KAN4419	54857813E	06/02/2014	55415	181 * XVII
LXU1063	54321568E	02/01/2014	58350	195
LXU4661	54858600E	20/02/2014	55412	181 * XVII
LYC2321	54856386E	16/01/2014	54521	181 * VIII
LYO3459	54858445E	16/02/2014	54521	181 * VIII
LYT1044	54322064E	28/12/2013	55680	181 * XIX

LZS1051	54858182E	10/02/2014	54521	181	*	VIII
MAH5492	54858583E	18/02/2014	54522	181	*	VIII
MAM8492	54857701E	03/02/2014	52070	169		
MAR0616	54858306E	14/02/2014	54521	181	*	VIII
MAR5549	54858577E	18/02/2014	55414	181	*	XVII
MAY4095	54857836E	09/02/2014	55680	181	*	XIX
MBA5496	54856794E	28/01/2014	54521	181	*	VIII
MBK2458	54321669E	12/02/2014	54521	181	*	VIII
MBN7398	54856713E	14/02/2014	54527	181	*	VIII
MBN7659	54320534E	26/12/2013	54600	181	*	IX
MBS5203	54858417E	21/02/2014	55680	181	*	XIX
MBT6082	55320075D	21/02/2014	73662	252	*	VI
MCL1814	54857913E	10/02/2014	55415	181	*	XVII
MCV2259	54857014E	02/02/2014	55680	181	*	XIX
MDG8503	54857751E	04/02/2014	54521	181	*	VIII
MDT0178	54858226E	15/02/2014	58350	195		
MDT7622	54321591E	25/12/2013	55680	181	*	XIX
MED2944	54321535E	25/12/2013	55680	181	*	XIX
MEM0551	54857943E	09/02/2014	54100	181	*	IV
MEO9190	54858590E	18/02/2014	54523	181	*	VIII
MFG4294	54318792E	03/01/2014	54526	181	*	VIII
MFJ7883	54857566E	06/02/2014	54521	181	*	VIII
MFM8743	54856617E	30/01/2014	55250	181	*	XV
MGC5135	54321536E	25/12/2013	54521	181	*	VIII
MGF4747	54858815E	21/02/2014	58196	193		
MHG2820	54858802E	20/02/2014	55414	181	*	XVII
MHK5751	54857660E	17/02/2014	70302	244	*	I
MIA8172	54321588E	25/12/2013	55680	181	*	XIX
MID5045	54321778E	21/12/2013	55412	181	*	XVII
MIX0159	54857824E	07/02/2014	55411	181	*	XVII
MJD0301	54858313E	22/02/2014	54521	181	*	VIII
MJE2109	54320327E	25/12/2013	54527	181	*	VIII
MJL7843	54322366E	07/01/2014	54521	181	*	VIII
MJS8170	54856714E	14/02/2014	55680	181	*	XIX
MKK3104	54857543E	08/02/2014	73662	252	*	VI
MKL6837	54858820E	21/02/2014	58196	193		
MLN5096	54857753E	04/02/2014	54521	181	*	VIII
MLO0060	54322481E	26/01/2014	55500	181	*	XVIII
MLP9874	54858460E	19/02/2014	51851	167		
MMI3301	54858776E	20/02/2014	70561	244	*	III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLAUDIO MONTEIRO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1744/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8064 1744/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABJ4884	54320890E	14/01/2014	67000	230 * XVI
ABJ4884	54320889E	14/01/2014	65561	230 * I
ADN5566	54322453E	17/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
HWJ1598	54857044E	06/02/2014	50100	162 * I
HWJ1598	54857045E	06/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
HWJ1598	54857046E	06/02/2014	65992	230 * V
IER4550	54858526E	23/02/2014	69120	232
LUF0705	54858894E	24/02/2014	67000	230 * XVI
LXG1268	54856163E	15/01/2014	65992	230 * V
LXG1268	54856162E	15/01/2014	50100	162 * I
LXK3890	54856146E	17/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
LXK3890	54856145E	17/01/2014	50100	162 * I
LYL3632	54321171E	17/01/2014	65992	230 * V
LZS8582	54856673E	17/01/2014	73400	252 * IV
MAC4272	54321160E	15/01/2014	65992	230 * V
MAH2034	54321435E	26/12/2013	50450	162 * V
MAS4177	54856665E	16/01/2014	66102	230 * VII
MAV6226	54321470E	21/02/2014	67000	230 * XVI
MBF7968	54856720E	18/02/2014	65992	230 * V
MBF7968	54856721E	18/02/2014	50100	162 * I
MBF7968	54856722E	18/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
MBI4745	55316075D	17/01/2014	65992	230 * V
MCD0644	54857941E	09/02/2014	65561	230 * I
MCP2739	54322140E	09/02/2014	65992	230 * V
MCZ6234	54320987E	03/01/2014	65992	230 * V
MDG7552	54856453E	14/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
MDG7552	54856452E	14/01/2014	50100	162 * I
MDZ3938	54322240E	08/01/2014	69200	233
MEE3559	54320144E	02/01/2014	69120	232
MEI3614	54320139E	28/12/2013	66102	230 * VII
MEN9271	54857241E	06/02/2014	50100	162 * I
MEN9271	54857242E	06/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
MEN9271	54857243E	06/02/2014	65992	230 * V
MEO0765	54321524E	25/12/2013	67000	230 * XVI
MEO5238	54856573E	17/01/2014	69200	233
MFI1744	54321918E	26/12/2013	69200	233
MFY5248	54856569E	03/01/2014	69200	233
MIG7306	54321558E	29/12/2013	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1745/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1745/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACI7189	54856002E	19/01/2014	55680	181 * XIX
AGM0495	54858877E	24/02/2014	55415	181 * XVII
AGS1263	54321569E	05/01/2014	59670	203 * V
ALS1412	54858850E	24/02/2014	55680	181 * XIX
BAU8585	54858599E	20/02/2014	55415	181 * XVII
DER8214	54856250E	16/02/2014	54521	181 * VIII
DPX0857	54321860E	07/01/2014	73662	252 * VI
EAC1717	54857615E	01/02/2014	55415	181 * XVII
IDN8143	54322355E	07/01/2014	55411	181 * XVII
IKD1703	54856379E	13/01/2014	55415	181 * XVII
IOV9107	54321995E	01/01/2014	55680	181 * XIX
IOV9705	54322086E	12/01/2014	55500	181 * XVIII
IPM1958	54856304E	15/01/2014	51851	167
IPM1958	54856305E	15/01/2014	58270	194
ITA2308	54858000E	14/02/2014	55415	181 * XVII
IUE9851	54321840E	12/01/2014	55411	181 * XVII
JPH0088	54858458E	19/02/2014	51851	167
LJC8550	54856327E	15/01/2014	54521	181 * VIII
LZT8594	54318378E	01/01/2014	54521	181 * VIII
LZU1902	54322354E	07/01/2014	55680	181 * XIX
LZU7327	54858029E	24/02/2014	54521	181 * VIII
MAV6226	54321471E	21/02/2014	54521	181 * VIII
MBA7932	54856377E	10/01/2014	55415	181 * XVII
MBG6164	54857853E	06/02/2014	55680	181 * XIX
MBP3821	54322358E	07/01/2014	55412	181 * XVII
MCB1453	54856864E	22/02/2014	55500	181 * XVIII
MDH3114	54856865E	22/02/2014	55500	181 * XVIII
MDX0797	54856326E	15/01/2014	54950	181 * XII
MEB1376	54858899E	26/02/2014	55680	181 * XIX
MEF9171	54858209E	22/02/2014	51851	167
MEK7301	54322359E	07/01/2014	55411	181 * XVII
MEP4724	54856537E	15/01/2014	55415	181 * XVII
MFC9708	54856693E	21/01/2014	54521	181 * VIII

MFP5671	54857944E	09/02/2014	54100	181	*	IV
MFY3023	54318787E	03/01/2014	55680	181	*	XIX
MFY3023	54318794E	03/01/2014	55250	181	*	XV
MIA1876	54859004E	26/02/2014	55412	181	*	XVII
MIG7306	54321557E	29/12/2013	70481	244	*	II
MIJ0751	54858898E	26/02/2014	54521	181	*	VIII
MIU0096	54856679E	17/01/2014	55411	181	*	XVII
MIZ0772	54856628E	17/01/2014	54521	181	*	VIII
MJP2708	54320612E	02/01/2014	55680	181	*	XIX
MJT6237	54859001E	26/02/2014	55412	181	*	XVII
MJW7962	54858845E	24/02/2014	55415	181	*	XVII
MKJ9634	54321469E	21/02/2014	55412	181	*	XVII
NWO0094	54857011E	02/02/2014	55680	181	*	XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLAUDIO MONTEIRO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1748/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1748/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEM6777	54857319E	23/01/2014	69200	233
BOF7426	54857039E	06/02/2014	50450	162 * V
BTF6145	54859167E	18/02/2014	69200	233
CJS9877	54858169E	19/02/2014	69200	233
CQB8307	54857665E	24/02/2014	65992	230 * V
CRT5129	54858175E	18/02/2014	69200	233
DFH8698	54857702E	03/02/2014	69120	232
DLL2595	54856322E	19/01/2014	66102	230 * VII
DNO7955	54322248E	09/01/2014	69200	233
DPN4571	54858170E	19/02/2014	69200	233
EDU1660	54858167E	04/03/2014	65992	230 * V

FML1986	54858667E	26/02/2014	69200	233	
IER4550	54858527E	23/02/2014	67261	230	* XVIII
IER6511	54859330E	27/02/2014	69200	233	
ILY2452	54858251E	11/02/2014	67000	230	* XVI
JPK6394	54858674E	20/02/2014	69200	233	
JSB4898	54320596E	16/12/2013	51180	164	c/c 162 * I
KMK4741	54857333E	27/01/2014	51420	164	c/c 162 * V
KMK4741	54857332E	27/01/2014	50450	162	* V
KMK4741	54857334E	27/01/2014	69120	232	
LAL0973	54322237E	17/01/2014	67000	230	* XVI
LBR9309	54321887E	25/01/2014	67000	230	* XVI
LNL4557	54858661E	25/02/2014	69200	233	
LWV7611	54856130E	16/01/2014	65992	230	* V
LXK2256	54858732E	02/03/2014	65992	230	* V
LXK2256	54858733E	02/03/2014	50100	162	* I
LXK2256	54858734E	02/03/2014	50610	163	c/c 162 * I
LYP2673	54858354E	20/02/2014	65992	230	* V
LYU9070	54859327E	27/02/2014	69200	233	
LZH0613	54856575E	17/01/2014	69200	233	
LZZ0402	54319686E	13/12/2013	65992	230	* V
MAM2000	54857311E	20/01/2014	69200	233	
MAT3676	54857125E	27/01/2014	51180	164	c/c 162 * I
MAT3676	54857124E	27/01/2014	50100	162	* I
MAT3676	54857284E	27/01/2014	65992	230	* V
MAU8099	54857127E	23/01/2014	66102	230	* VII
MBD0866	54858217E	06/03/2014	51180	164	c/c 162 * I
MBD0866	54858216E	06/03/2014	50100	162	* I
MBH4723	54322246E	09/01/2014	69200	233	
MCD3270	54320147E	09/01/2014	65992	230	* V
MCD8078	54857677E	03/02/2014	50450	162	* V
MCD8078	54857676E	03/02/2014	69120	232	
MCH2987	54859526E	28/02/2014	69200	233	
MCK6768	54320145E	02/01/2014	69120	232	
MCM2953	54857345E	31/01/2014	67000	230	* XVI
MCM2953	54857346E	31/01/2014	66102	230	* VII
MDA5723	54322096E	16/01/2014	50100	162	* I
MDA5723	54322097E	16/01/2014	51180	164	c/c 162 * I
MDE8401	54857320E	23/01/2014	69200	233	
MDG5445	54321642E	13/01/2014	50100	162	* I
MDH8576	54858729E	02/03/2014	65992	230	* V
MDQ7495	54858670E	21/02/2014	69200	233	
MDR3707	54857692E	07/02/2014	66372	230	* IX
MDU4409	54857951E	07/02/2014	66532	230	* XI
MDY3915	54857336E	27/01/2014	66290	230	* VIII
MDY3915	54857335E	27/01/2014	69120	232	
MDZ4117	54320543E	22/01/2014	50100	162	* I
MEE5826	54856786E	13/01/2014	69200	233	
MEG3258	54321957E	28/12/2013	50100	162	* I
MEG3258	54321961E	28/12/2013	66371	230	* IX
MEG3258	54321958E	28/12/2013	51180	164	c/c 162 * I
MEG3258	54321960E	28/12/2013	66101	230	* VII
MEG3258	54321959E	28/12/2013	65992	230	* V
MEH3091	54321889E	23/02/2014	66371	230	* IX
MEJ3454	54858463E	22/02/2014	51180	164	c/c 162 * I
MEJ3454	54319799E	23/02/2014	50100	162	* I
MEJ3454	54319800E	23/02/2014	69120	232	
MEQ6688	54316750E	21/01/2014	65992	230	* V
MEQ7209	54320244E	17/01/2014	67261	230	* XVIII
MEQ7209	54320245E	17/01/2014	67000	230	* XVI
MER3836	54858136E	10/02/2014	73400	252	* IV
MER3836	54858137E	10/02/2014	50100	162	* I
MER3836	54858138E	10/02/2014	51180	164	c/c 162 * I
MER3836	54858133E	10/02/2014	65992	230	* V

MEW2923	54858730E	02/03/2014	65992	230	*	V
MFA5253	54321965E	17/01/2014	73400	252	*	IV
MFA6441	54321089E	09/01/2014	66371	230	*	IX
MFB5773	54856889E	25/01/2014	67000	230	*	XVI
MFN3602	54856749E	23/01/2014	51180	164	c/c	162 * I
MFN7007	54321159E	15/01/2014	65992	230	*	V
MFP5422	54856810E	22/01/2014	65992	230	*	V
MFP5422	54856809E	22/01/2014	50100	162	*	I
MGE3110	54857487E	09/02/2014	66102	230	*	VII
MGE3309	54858171E	19/02/2014	69200	233		
MGP6153	54856562E	16/01/2014	65992	230	*	V
MGW5776	54856138E	16/01/2014	65992	230	*	V
MGW5776	54856139E	16/01/2014	50100	162	*	I
MGW5776	54856140E	16/01/2014	51180	164	c/c	162 * I
MHA6879	54322329E	09/01/2014	66371	230	*	IX
MHE7883	54320268E	16/01/2014	67000	230	*	XVI
MHF2055	54858673E	20/02/2014	69200	233		
MHG2835	54856161E	11/01/2014	69120	232		
MHI7103	54859101E	27/02/2014	50450	162	*	V
MHI7103	54859102E	27/02/2014	69120	232		
MHK6957	54858166E	03/03/2014	65561	230	*	I
MHM8818	54857620E	15/01/2014	69200	233		
MHN8212	54856687E	21/01/2014	65992	230	*	V
MHX8340	54857103E	23/01/2014	69120	232		
MHY4320	54856425E	13/01/2014	69200	233		
MIB0496	54858570E	02/03/2014	69120	232		
MIB0496	54858571E	02/03/2014	65561	230	*	I
MIV1437	54321095E	17/01/2014	51180	164	c/c	162 * I
MJA2444	54856566E	21/01/2014	50450	162	*	V
MJP3890	54857250E	06/02/2014	66531	230	*	XI
MJP3890	54857418E	06/02/2014	69120	232		
MJW7171	54856655E	16/01/2014	73400	252	*	IV
MKD7874	54858001E	07/02/2014	73400	252	*	IV
MKM5360	54319969E	16/01/2014	65992	230	*	V
MLD4987	54856823E	08/02/2014	53200	176	*	V
MLV7908	54322245E	09/01/2014	69200	233		
MUQ7374	54856738E	22/01/2014	50450	162	*	V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1749/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8064 1749/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AER3592	54856648E	21/01/2014	51851	167	
AJN9077	54858841E	24/02/2014	54521	181	* VIII
AJQ3387	54856329E	19/01/2014	54790	181	* X
ANE3887	54321943E	01/01/2014	55500	181	* XVIII
AOA8513	54857095E	03/03/2014	54521	181	* VIII
APX6800	54322051E	28/12/2013	54521	181	* VIII
ATL1968	54857361E	31/01/2014	55680	181	* XIX
BEC0468	54856256E	10/01/2014	55680	181	* XIX
CZB4514	54857099E	03/03/2014	55680	181	* XIX
DRM8765	54856631E	17/01/2014	54523	181	* VIII
DWC9214	54322006E	30/12/2013	54521	181	* VIII
EBL9336	54858027E	24/02/2014	54521	181	* VIII
FAA7785	54856041E	18/01/2014	52151	170	
HMI2553	54321996E	01/01/2014	55250	181	* XV
HQZ8784	54856762E	02/02/2014	55411	181	* XVII
HSJ0514	54858581E	18/02/2014	54521	181	* VIII
IBF5528	54858842E	24/02/2014	54521	181	* VIII
IBF5528	54856964E	13/02/2014	54521	181	* VIII
ICX1269	54858162E	03/03/2014	55414	181	* XVII
IIT0981	54322376E	21/01/2014	68580	231	* VII
ILJ5415	54856801E	21/01/2014	51851	167	
IMV7372	54856993E	28/01/2014	55500	181	* XVIII
INO9337	54322227E	08/01/2014	54523	181	* VIII
INZ6408	54856008E	19/01/2014	54521	181	* VIII
IOY4535	54857872E	08/02/2014	55500	181	* XVIII
IPS4520	54321607E	19/12/2013	54521	181	* VIII
IQN0768	54321987E	01/01/2014	55680	181	* XIX
IUP3693	54322092E	16/01/2014	55250	181	* XV
IUZ5010	54857179E	24/01/2014	55411	181	* XVII
IVZ2014	54857846E	11/02/2014	55680	181	* XIX
JNG4052	54856645E	21/01/2014	54521	181	* VIII
JUV9087	54321946E	06/01/2014	55250	181	* XV
JXY1488	54858198E	10/02/2014	55680	181	* XIX
LXK2256	54858735E	02/03/2014	70301	244	* I
LXQ3703	54320713E	06/01/2014	54521	181	* VIII
LYR4699	54856080E	09/01/2014	55680	181	* XIX
LYS5520	54856213E	09/01/2014	55680	181	* XIX
LYW0695	54857025E	02/02/2014	55680	181	* XIX
MAN2019	54322480E	18/01/2014	55500	181	* XVIII
MBI2201	54322072E	28/12/2013	54521	181	* VIII
MBK3467	54857098E	03/03/2014	55680	181	* XIX
MBN1402	54858893E	24/02/2014	53800	181	* I
MBN3866	54320891E	14/01/2014	54521	181	* VIII
MBP6203	54316463E	18/01/2014	73662	252	* VI
MBQ4001	54858464E	02/03/2014	51851	167	
MBV9361	54857006E	28/01/2014	55500	181	* XVIII
MBW9298	54856583E	24/01/2014	55411	181	* XVII
MCF7525	54322312E	19/01/2014	55500	181	* XVIII
MCI9666	54858582E	18/02/2014	55415	181	* XVII
MCL0145	54859156E	05/03/2014	55680	181	* XIX

MCL5951	54322279E	31/12/2013	55680	181	*	XIX
MDC5314	54857200E	30/01/2014	73662	252	*	VI
MDH8576	54858728E	02/03/2014	70301	244	*	I
MDL7203	54859103E	28/02/2014	55680	181	*	XIX
MDN5204	54318282E	28/02/2014	59670	203	*	V
MDX1232	54857774E	06/02/2014	54521	181	*	VIII
MEH0578	54859107E	28/02/2014	55680	181	*	XIX
MEJ9007	54858329E	05/03/2014	70561	244	*	III
MEJ9007	54858330E	05/03/2014	58350	195		
MEL8067	54858311E	22/02/2014	54521	181	*	VIII
MEM7100	54320747E	02/01/2014	55500	181	*	XVIII
MEW2923	54858731E	02/03/2014	56221	182	*	VI
MEX6084	54856611E	25/01/2014	70482	244	*	II
MFA0132	54857087E	03/03/2014	55680	181	*	XIX
MFD1894	54858164E	03/03/2014	55411	181	*	XVII
MFK5822	54322206E	31/12/2013	55680	181	*	XIX
MFK8545	55323497D	23/01/2014	54521	181	*	VIII
MFM2797	54858194E	10/02/2014	54521	181	*	VIII
MFR5745	54856018E	25/01/2014	59670	203	*	V
MFT2539	54859206E	06/03/2014	58191	193		
MFT7719	54322054E	28/12/2013	54521	181	*	VIII
MGF3514	54320738E	02/01/2014	55500	181	*	XVIII
MGG6198	54856331E	19/01/2014	53800	181	*	I
MGG6198	54321876E	19/01/2014	54790	181	*	X
MGP6955	54858843E	24/02/2014	55680	181	*	XIX
MGP8166	54857542E	08/02/2014	54521	181	*	VIII
MGQ5048	54322314E	25/01/2014	59670	203	*	V
MHC7660	54856976E	22/01/2014	55411	181	*	XVII
MHM8388	54856620E	05/02/2014	55411	181	*	XVII
MHW3896	54321475E	05/03/2014	55680	181	*	XIX
MIG9711	54856683E	20/01/2014	55680	181	*	XIX
MIN0615	54322432E	26/01/2014	55412	181	*	XVII
MIR3844	54859109E	28/02/2014	55680	181	*	XIX
MIT6610	54858474E	05/03/2014	51851	167		
MIU7566	54858321E	22/02/2014	55250	181	*	XV
MJP6211	54320711E	23/12/2013	55415	181	*	XVII
MJX7924	54856230E	18/01/2014	55680	181	*	XIX
MJX7924	54856197E	19/01/2014	55680	181	*	XIX
MKK6512	54856579E	23/01/2014	54527	181	*	VIII
MKX7486	54857874E	08/02/2014	55680	181	*	XIX
MLD4987	54856824E	08/02/2014	53470	178		
MLD4987	54856825E	08/02/2014	54521	181	*	VIII
MOY8244	54858652E	25/02/2014	54521	181	*	VIII
NCA0833	54856997E	02/02/2014	55680	181	*	XIX
NFA7047	54321448E	09/01/2014	55680	181	*	XIX
NFA7047	54856271E	12/01/2014	55411	181	*	XVII
NFA7047	54856187E	11/01/2014	55411	181	*	XVII
NGM7622	54858881E	24/02/2014	55411	181	*	XVII
NWL3839	54318237E	30/01/2014	54521	181	*	VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLAUDIO MONTEIRO

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1752/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8064 1752/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGS1263	54858262E	13/02/2014	69200	233
AJL3734	54856350E	01/02/2014	52741	175
AJL3734	54857539E	01/02/2014	51691	165
AJL3734	54857537E	01/02/2014	69120	232
AJL3734	54857538E	01/02/2014	50450	162 * V
AJL3734	54857726E	01/02/2014	51420	164 c/c 162 * V
ANN4068	54858261E	13/02/2014	69200	233
AQJ5489	54858779E	12/03/2014	50100	162 * I
AQJ5489	54858780E	12/03/2014	51180	164 c/c 162 * I
AQJ5489	54858768E	12/03/2014	66371	230 * IX
AQJ5489	54858767E	12/03/2014	65992	230 * V
AQJ5489	54858766E	12/03/2014	65800	230 * IV
AQP2885	54857637E	30/01/2014	69200	233
BIU2680	54857645E	31/01/2014	69200	233
BNU7071	54857816E	06/02/2014	66372	230 * IX
BNU7071	54857815E	06/02/2014	65992	230 * V
BNU7071	54857814E	06/02/2014	50450	162 * V
CRE2754	54858378E	13/02/2014	66020	230 * VI
CVE4736	54321452E	19/12/2013	65992	230 * V
CVE4736	54321453E	19/12/2013	50450	162 * V
EWS0008	54857030E	23/01/2014	65992	230 * V
EWS0008	54857031E	23/01/2014	50100	162 * I
EWS0008	54857032E	23/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
GIM3838	54857108E	25/01/2014	66020	230 * VI
GIM3838	54857116E	25/01/2014	66290	230 * VIII
GIM3838	54857115E	25/01/2014	69120	232
ICH9435	54859533E	05/03/2014	69200	233
IER2550	54856156E	10/01/2014	65992	230 * V
IHB4599	54858032E	28/02/2014	50450	162 * V
ILZ1004	54321508E	22/12/2013	50450	162 * V
JTA0626	54859061E	03/03/2014	51691	165
JZS7064	54856488E	13/01/2014	50100	162 * I
LBR9309	54857712E	09/02/2014	66372	230 * IX
LXJ6082	54857547E	09/02/2014	50100	162 * I
LXJ6082	54857548E	09/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
LXV2415	54856800E	30/01/2014	69200	233
LYW6709	54858256E	11/02/2014	65992	230 * V
LZX3564	54858648E	08/03/2014	69120	232

LZX3564	54858649E	08/03/2014	65992	230	*	V
LZX3564	54858650E	08/03/2014	51691	165		
MAK9053	54321383E	28/12/2013	67000	230	*	XVI
MAP4307	54857104E	23/01/2014	50100	162	*	I
MAP4307	54857105E	23/01/2014	65992	230	*	V
MAR2529	54858253E	11/02/2014	65992	230	*	V
MBB9873	54318243E	01/02/2014	50100	162	*	I
MBB9873	54318244E	01/02/2014	51180	164	c/c	162 * I
MBF8421	54857988E	13/02/2014	69120	232		
MBM5126	54859153E	05/03/2014	51180	164	c/c	162 * I
MBM5126	54859152E	05/03/2014	50100	162	*	I
MBM5126	54859151E	05/03/2014	65992	230	*	V
MBR4289	54320991E	10/02/2014	65992	230	*	V
MBS4858	54858903E	09/03/2014	51180	164	c/c	162 * I
MBS4858	54858904E	09/03/2014	66371	230	*	IX
MBS4858	54858901E	09/03/2014	50100	162	*	I
MBS4858	54858905E	09/03/2014	66531	230	*	XI
MBS4858	54858902E	09/03/2014	69120	232		
MBU2711	54320986E	01/01/2014	69120	232		
MBV4290	54859285E	10/03/2014	69120	232		
MBV8148	54857930E	07/02/2014	67000	230	*	XVI
MBV8148	54857929E	07/02/2014	66102	230	*	VII
MBV8148	54857350E	07/02/2014	66700	230	*	XIII
MCJ9466	54857373E	31/01/2014	65561	230	*	I
MDN8861	54859305E	11/03/2014	50450	162	*	V
MDT2482	54856792E	14/01/2014	69200	233		
MEC2632	54321570E	05/01/2014	50450	162	*	V
MEI4504	54856103E	13/02/2014	50100	162	*	I
MEJ7259	54856798E	28/01/2014	69200	233		
MEO0415	54322298E	07/01/2014	66700	230	*	XIII
MEO0415	54322293E	07/01/2014	51691	165		
MES2806	54859537E	10/03/2014	69200	233		
MET9410	54858287E	09/03/2014	67000	230	*	XVI
MFB8947	54856821E	05/02/2014	50450	162	*	V
MFB8947	54856822E	05/02/2014	65992	230	*	V
MFC9907	54858255E	11/02/2014	50450	162	*	V
MFC9907	54858254E	11/02/2014	65992	230	*	V
MFD1654	54859043E	06/03/2014	65992	230	*	V
MFD1654	54859042E	06/03/2014	51180	164	c/c	162 * I
MFD1654	54859041E	06/03/2014	50100	162	*	I
MFE5209	54856746E	23/01/2014	73400	252	*	IV
MFH8419	54312171E	13/02/2014	50450	162	*	V
MFH8419	54322447E	13/02/2014	65992	230	*	V
MFV4226	54858132E	03/02/2014	69200	233		
MGB9628	54857112E	25/01/2014	50450	162	*	V
MGB9628	54857113E	25/01/2014	65992	230	*	V
MGI5153	54859532E	05/03/2014	69200	233		
MGN2644	54320248E	07/02/2014	65992	230	*	V
MGN2644	54320250E	07/02/2014	51180	164	c/c	162 * I
MGN2644	54320249E	07/02/2014	50100	162	*	I
MGN6187	54857106E	23/01/2014	65992	230	*	V
MGY3161	54322347E	03/02/2014	65561	230	*	I
MHN3140	54857279E	27/01/2014	65561	230	*	I
MHS9659	54856653E	16/01/2014	65992	230	*	V
MHU6939	54858377E	13/02/2014	69120	232		
MHX8888	54859283E	10/03/2014	69120	232		
MIG7614	54857119E	25/01/2014	65561	230	*	I
MJW9129	54857150E	27/01/2014	65992	230	*	V
MKK6527	54856706E	31/01/2014	73400	252	*	IV
MLK6581	54856789E	14/01/2014	69200	233		
NWM7680	54857636E	30/01/2014	69200	233		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1753/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1753/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJJ0405	54858184E	10/02/2014	55412	181 * XVII
AJL3734	54856349E	01/02/2014	58197	193
AJL3734	54857535E	01/02/2014	57200	186 * I
AJL3734	54857540E	01/02/2014	58350	195
AJL3734	54857727E	01/02/2014	51851	167
ALR9562	55319133D	13/03/2014	55680	181 * XIX
AMP5247	54857469E	01/02/2014	55411	181 * XVII
ANQ7134	54859051E	28/02/2014	58350	195
ANQ7134	54859052E	28/02/2014	57380	186 * II
ANQ7134	54859053E	28/02/2014	51851	167
APH1081	54856210E	09/01/2014	55680	181 * XIX
AQJ5489	54858781E	12/03/2014	70302	244 * I
ATX6291	54322445E	13/02/2014	54521	181 * VIII
BLY1473	54322342E	02/02/2014	51851	167
CKM0144	54859347E	10/03/2014	55680	181 * XIX
CVE9322	54856265E	11/01/2014	55411	181 * XVII
DPA1817	54857839E	09/02/2014	55500	181 * XVIII
DSJ1826	54859035E	02/03/2014	55680	181 * XIX
DSS5430	54859361E	09/03/2014	55680	181 * XIX
EBC7048	54857454E	30/01/2014	57380	186 * II
EBG0424	54859516E	12/03/2014	55415	181 * XVII
GTH1774	54859006E	26/02/2014	55680	181 * XIX
HDJ4877	54859515E	12/03/2014	55680	181 * XIX
HFG2907	54319651E	02/01/2014	55500	181 * XVIII
HYO8020	54857004E	28/01/2014	55500	181 * XVIII
IFJ3605	54859520E	12/03/2014	54521	181 * VIII

IIG5975	55323500D	27/01/2014	55680	181	*	XIX
IJS6518	54859063E	03/03/2014	55680	181	*	XIX
IQC3029	54859030E	02/03/2014	55680	181	*	XIX
IRR7392	54857016E	02/02/2014	55680	181	*	XIX
IRY8420	54322205E	30/12/2013	55680	181	*	XIX
ISA2458	54859367E	09/03/2014	55680	181	*	XIX
JPH0088	54859204E	06/03/2014	51851	167		
JUN9155	54856426E	18/01/2014	55760	182	*	I
JYG1591	54859211E	10/03/2014	51851	167		
LBI8661	54859214E	10/03/2014	51851	167		
LWT7831	54859201E	06/03/2014	51851	167		
LXC6999	54858597E	20/02/2014	55680	181	*	XIX
LXH8163	54322442E	13/02/2014	55411	181	*	XVII
LXK0319	54859209E	10/03/2014	51851	167		
LYG0376	54859235E	07/03/2014	55680	181	*	XIX
LYL2669	54319773E	09/02/2014	54521	181	*	VIII
MAM3405	54856768E	02/02/2014	55411	181	*	XVII
MAY5183	54857052E	25/01/2014	54521	181	*	VIII
MBG3754	54858193E	10/02/2014	55411	181	*	XVII
MBK6726	54320331E	25/12/2013	55680	181	*	XIX
MBQ8819	54857528E	01/02/2014	55680	181	*	XIX
MBQ9577	54857939E	08/02/2014	54521	181	*	VIII
MBR6689	54857474E	02/02/2014	55411	181	*	XVII
MBY8501	54857054E	25/01/2014	54523	181	*	VIII
MCJ1093	54321836E	05/01/2014	54521	181	*	VIII
MDA6967	54320743E	02/01/2014	55500	181	*	XVIII
MDC5314	54857426E	06/03/2014	51852	167		
MDM1807	54857194E	29/01/2014	55411	181	*	XVII
MDP0529	55319774D	29/12/2013	54521	181	*	VIII
MDX2006	54322405E	07/02/2014	54521	181	*	VIII
MEO0415	54322296E	07/01/2014	58350	195		
MEO0415	54322297E	07/01/2014	57200	186	*	I
MEO0415	54322295E	07/01/2014	58197	193		
MEO0415	54322294E	07/01/2014	51851	167		
MEO0415	54322300E	07/01/2014	52152	170		
MEO0415	54322299E	07/01/2014	56142	182	*	V
MFB9907	54858176E	10/02/2014	55250	181	*	XV
MFC9597	54856347E	29/01/2014	55680	181	*	XIX
MFE0751	54857532E	01/02/2014	51851	167		
MFG7268	54858187E	10/02/2014	53800	181	*	I
MFS4485	54857683E	05/02/2014	56221	182	*	VI
MGD1412	54858819E	21/02/2014	58196	193		
MGG7933	54318239E	30/01/2014	55680	181	*	XIX
MGL0208	54321674E	12/02/2014	55411	181	*	XVII
MGS6260	54321812E	27/01/2014	54521	181	*	VIII
MGY7946	54857858E	06/02/2014	55411	181	*	XVII
MHJ9521	54857811E	06/02/2014	73662	252	*	VI
MHN3140	54857280E	27/01/2014	57380	186	*	II
MHN7022	54857056E	29/01/2014	54521	181	*	VIII
MHQ3014	54856819E	30/01/2014	54523	181	*	VIII
MHV4845	54857009E	01/02/2014	55680	181	*	XIX
MHW9756	54322477E	10/01/2014	59670	203	*	V
MHX8888	54859284E	10/03/2014	55680	181	*	XIX
MIF0665	54858951E	07/03/2014	73662	252	*	VI
MIG2328	54856195E	19/01/2014	55680	181	*	XIX
MII2766	54322030E	09/01/2014	54521	181	*	VIII
MII2766	54322037E	13/01/2014	55250	181	*	XV
MII2766	54857067E	29/01/2014	54521	181	*	VIII
MIN3881	54322441E	13/02/2014	55415	181	*	XVII
MIO5900	54857076E	26/01/2014	51851	167		
MIS3349	54859434E	10/03/2014	55680	181	*	XIX
MIS5204	54857370E	31/01/2014	55415	181	*	XVII
MIV4568	54856178E	09/01/2014	55680	181	*	XIX

MIW0366	54856232E	18/01/2014	55680	181	*	XIX
MIX2902	54856342E	29/01/2014	55680	181	*	XIX
MJA4920	54857823E	07/02/2014	55415	181	*	XVII
MJJ7259	54859440E	10/03/2014	55680	181	*	XIX
MJS2863	54859422E	11/03/2014	55680	181	*	XIX
MJY1854	54321673E	12/02/2014	55415	181	*	XVII
MJZ3156	54857564E	06/02/2014	54521	181	*	VIII
MKD3284	54856007E	19/01/2014	55250	181	*	XV
MKF0811	54857931E	07/02/2014	56810	184	*	I
MKG9877	54859218E	10/03/2014	58191	193		
MKG9877	54859219E	10/03/2014	57200	186	*	I
MKR3713	54859408E	11/03/2014	55411	181	*	XVII
MKT1661	54322045E	13/01/2014	73662	252	*	VI
MKT2684	54321980E	27/12/2013	55250	181	*	XV
MLC8426	54859212E	10/03/2014	51851	167		
MLK2909	54321489E	31/12/2013	55680	181	*	XIX
MLK4756	54856793E	28/01/2014	54521	181	*	VIII
MLP8304	54322062E	28/12/2013	55680	181	*	XIX
MLR1221	54857803E	05/02/2014	55500	181	*	XVIII
MLS8563	54857769E	06/02/2014	54521	181	*	VIII
MLV7908	54857904E	06/02/2014	51851	167		
NFA7047	54857002E	28/01/2014	55500	181	*	XVIII
NRL2879	54857697E	11/02/2014	55415	181	*	XVII
NYH1945	54318245E	03/02/2014	55415	181	*	XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLAUDIO MONTEIRO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1756/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1756/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento

AE5592	54858827E	13/02/2014	69200	233	
AK1147	54856313E	19/01/2014	66102	230	* VII
AKZ6951	54858104E	09/02/2014	66102	230	* VII
ANQ5849	54857713E	09/02/2014	66372	230	* IX
AQK0675	54856661E	16/01/2014	50100	162	* I
AQK0675	54856660E	16/01/2014	51180	164	c/c 162 * I
AQK0675	54856659E	16/01/2014	65992	230	* V
CCF0619	54857278E	27/01/2014	67000	230	* XVI
CPZ1595	54857716E	09/02/2014	67692	230	* XXII
HAT8874	54859297E	14/03/2014	52741	175	
HJE1786	54319118E	16/01/2014	66700	230	* XIII
HOU8319	54857276E	27/01/2014	65992	230	* V
IIG1834	54320270E	21/01/2014	50100	162	* I
IQO4294	54321516E	24/12/2013	67000	230	* XVI
JMA2501	54857961E	13/03/2014	50450	162	* V
JOY6188	54858126E	04/02/2014	69200	233	
JRF5587	54856839E	22/01/2014	65992	230	* V
JSB4898	54320594E	16/12/2013	65992	230	* V
JSB4898	54320595E	16/12/2013	50100	162	* I
KLW0769	54857650E	05/02/2014	69200	233	
LBE3197	54320900E	15/01/2014	66700	230	* XIII
LBE3197	54320899E	15/01/2014	69120	232	
LBE3197	54321809E	15/01/2014	66102	230	* VII
LXF3854	54858478E	07/02/2014	69200	233	
LXS6524	54856419E	14/01/2014	69200	233	
LXS7130	54320546E	22/01/2014	65992	230	* V
LXS7130	54320547E	22/01/2014	50450	162	* V
LXS7130	54320548E	22/01/2014	69120	232	
LXT9825	54319096E	16/01/2014	50450	162	* V
LXU9805	54859628E	14/03/2014	69200	233	
LZS2899	54322077E	27/12/2013	66102	230	* VII
MAB4765	54856841E	22/01/2014	67000	230	* XVI
MAN8815	54857110E	25/01/2014	67000	230	* XVI
MAU0497	54856952E	22/01/2014	65992	230	* V
MBO7217	54856509E	19/03/2014	50100	162	* I
MBX3620	54319789E	23/01/2014	66531	230	* XI
MBX3620	54319788E	23/01/2014	50450	162	* V
MCD5641	54857158E	25/01/2014	65992	230	* V
MCQ9303	54857295E	31/01/2014	66102	230	* VII
MCX4957	54320199E	09/02/2014	65992	230	* V
MCX4957	54857378E	09/02/2014	50100	162	* I
MCX4957	54857379E	09/02/2014	51180	164	c/c 162 * I
MDB2370	54857680E	29/01/2014	69200	233	
MDD0035	54856144E	16/01/2014	67261	230	* XVIII
MDD0035	54856143E	16/01/2014	65992	230	* V
MDD0035	54856142E	16/01/2014	69120	232	
MDP1692	54857994E	13/02/2014	50100	162	* I
MDP1692	54857990E	13/02/2014	65992	230	* V
MEK4824	54856675E	17/01/2014	67261	230	* XVIII
MEK4824	54856499E	17/01/2014	67000	230	* XVI
MER3881	54858279E	18/02/2014	73400	252	* IV
MER3881	54858278E	18/02/2014	50100	162	* I
MFC9651	54858035E	10/03/2014	50100	162	* I
MFC9651	54858036E	10/03/2014	69120	232	
MFC9907	54858826E	13/02/2014	69200	233	
MFF4697	54857993E	13/02/2014	65992	230	* V
MFL3084	54856423E	13/01/2014	69200	233	
MFO2623	54856403E	10/01/2014	67000	230	* XVI
MGD7257	54321902E	28/12/2013	50100	162	* I
MGD7257	54321901E	28/12/2013	65992	230	* V
MGD7257	54321903E	28/12/2013	51180	164	c/c 162 * I
MGF4639	55315961D	02/02/2014	65992	230	* V
MGI4933	54859294E	14/03/2014	50100	162	* I

MGI4933	54859295E	14/03/2014	51180	164	c/c 162 * I
MGI6122	54859627E	14/03/2014	69200	233	
MGV0717	54858020E	12/02/2014	65992	230	* V
MHB2388	54856923E	02/02/2014	51180	164	c/c 162 * I
MHB2388	54856921E	02/02/2014	50100	162	* I
MHH8944	54857979E	07/02/2014	66102	230	* VII
MHH8944	54857978E	07/02/2014	69120	232	
MHQ7963	54858008E	11/02/2014	50100	162	* I
MHU2896	54321098E	21/02/2014	73400	252	* IV
MHU2896	54321097E	21/02/2014	65561	230	* I
MHX3812	54857300E	06/02/2014	50100	162	* I
MIC8211	54322331E	11/01/2014	65992	230	* V
MIC8211	54322332E	11/01/2014	65561	230	* I
MIC8211	54322333E	11/01/2014	50100	162	* I
MIC8211	54322334E	11/01/2014	51180	164	c/c 162 * I
MII4716	54856141E	16/01/2014	73400	252	* IV
MIV4022	54856828E	21/01/2014	65992	230	* V
MIW9549	54322434E	09/02/2014	65992	230	* V
MIY5127	55320074D	21/02/2014	51420	164	c/c 162 * V
MIY5127	55320073D	21/02/2014	50450	162	* V
MIY5127	55320072D	21/02/2014	69120	232	
MIY5127	55320071D	21/02/2014	65992	230	* V
MJN7549	54857201E	14/02/2014	65992	230	* V
MJY6319	54312173E	13/02/2014	65992	230	* V
MKJ6501	54856681E	17/01/2014	65992	230	* V
MKP5677	54856601E	24/01/2014	67000	230	* XVI
MKR1067	54313274E	10/02/2014	66102	230	* VII
MLF6910	54856543E	15/01/2014	50100	162	* I
MMD0488	54857976E	07/02/2014	50450	162	* V
MMM1234	54856498E	17/01/2014	66102	230	* VII
MND0761	54859595E	14/03/2014	69200	233	
NZB6510	54859849E	17/03/2014	69200	233	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1757/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1757/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAW8971	54858818E	21/02/2014	58196	193	
AKM9754	54858824E	21/02/2014	54521	181	* VIII
ANQ5849	54857714E	09/02/2014	54100	181	* IV
AOM0094	54857609E	31/01/2014	54521	181	* VIII
ASF3805	54322213E	03/01/2014	55680	181	* XIX
ASW3254	54859429E	10/03/2014	55680	181	* XIX
BVY5931	54321487E	31/12/2013	55680	181	* XIX
CIP5350	54858885E	24/02/2014	55680	181	* XIX
CKK5089	54859381E	13/03/2014	54521	181	* VIII
CKM0144	54859646E	18/03/2014	55680	181	* XIX
CPL9766	54859136E	17/03/2014	54521	181	* VIII
DXY5299	54859581E	14/03/2014	55680	181	* XIX
ENH5630	54856320E	19/01/2014	55680	181	* XIX
HAE8599	54857841E	09/02/2014	55500	181	* XVIII
HAT8874	54857435E	16/03/2014	53980	181	* II
HBM5829	54857185E	25/01/2014	55411	181	* XVII
HEI9809	54857569E	10/02/2014	54521	181	* VIII
HHJ6298	54859315E	19/03/2014	55680	181	* XIX
IBI0695	54858823E	21/02/2014	54521	181	* VIII
IBV1133	54856723E	18/02/2014	53800	181	* I
IBX8362	54859546E	14/03/2014	55680	181	* XIX
ILZ1812	54858835E	22/02/2014	55411	181	* XVII
INR5529	54859362E	09/03/2014	55500	181	* XVIII
IRA7441	54858447E	16/02/2014	55680	181	* XIX
IRZ8578	54856590E	05/02/2014	54527	181	* VIII
LVN1146	54858883E	24/02/2014	55415	181	* XVII
LPG6559	54322032E	09/01/2014	54521	181	* VIII
LWR8518	54318791E	03/01/2014	54523	181	* VIII
LWW6426	54322321E	02/02/2014	55411	181	* XVII
LXK6761	54859334E	10/03/2014	55680	181	* XIX
LYV2392	54858196E	10/02/2014	55680	181	* XIX
LZF2669	54859501E	11/03/2014	55680	181	* XIX
LZK5461	54322230E	13/01/2014	54521	181	* VIII
LZO1971	54857759E	06/02/2014	59670	203	* V
LZR2889	54318246E	04/02/2014	55680	181	* XIX
LZT9872	54858522E	14/03/2014	54521	181	* VIII
MAM0195	54858307E	14/02/2014	54521	181	* VIII
MAP3391	54321450E	09/01/2014	55680	181	* XIX
MAS4868	54856397E	22/01/2014	54521	181	* VIII
MAV6385	54857844E	09/02/2014	55500	181	* XVIII
MAW7220	54319902E	29/12/2013	54521	181	* VIII
MAY8055	54857758E	06/02/2014	55411	181	* XVII
MBC7922	54856677E	17/01/2014	55680	181	* XIX
MBJ6972	54321668E	08/02/2014	53800	181	* I
MBP0212	54856643E	21/01/2014	51851	167	
MBY9485	54859589E	14/03/2014	55680	181	* XIX
MBZ2859	55319137D	17/03/2014	73662	252	* VI
MCH8897	54322412E	12/03/2014	54521	181	* VIII
MCJ7115	54858183E	10/02/2014	55680	181	* XIX
MCL2443	54859638E	18/03/2014	55680	181	* XIX
MDJ1556	54321672E	12/02/2014	54522	181	* VIII
MDK3339	54856718E	17/02/2014	55680	181	* XIX
MDM6092	54859007E	26/02/2014	55680	181	* XIX
MDM6683	54321800E	06/01/2014	55680	181	* XIX
MDR7033	54321841E	12/01/2014	55411	181	* XVII

MDX4842	54857357E	29/01/2014	54521	181	*	VIII
MEB3838	54857182E	25/01/2014	55411	181	*	XVII
MEH1561	54859649E	18/03/2014	55680	181	*	XIX
MEP0285	54859550E	14/03/2014	55680	181	*	XIX
MES8136	54856406E	11/01/2014	55414	181	*	XVII
MET7550	54858058E	13/02/2014	54521	181	*	VIII
MEX2384	54856382E	14/01/2014	55415	181	*	XVII
MFA5906	54857933E	07/02/2014	56810	184	*	I
MFC0868	54859524E	12/03/2014	55680	181	*	XIX
MFC1633	54321915E	13/01/2014	57380	186	*	II
MFC1633	54321914E	13/01/2014	60412	207		
MFD4208	54859393E	13/03/2014	54521	181	*	VIII
MFL5365	54857351E	29/01/2014	57380	186	*	II
MFN4272	54858192E	10/02/2014	55680	181	*	XIX
MFP3862	54858149E	10/02/2014	54521	181	*	VIII
MFP5983	54857651E	07/02/2014	70301	244	*	I
MFV1124	54857862E	08/02/2014	55680	181	*	XIX
MGC5135	54856172E	09/02/2014	54010	181	*	III
MGG0336	54857453E	30/01/2014	55411	181	*	XVII
MGG0336	54857577E	30/01/2014	55680	181	*	XIX
MGI1317	54857999E	14/02/2014	55680	181	*	XIX
MGJ8602	54857905E	06/02/2014	51851	167		
MGK8669	54859588E	14/03/2014	55680	181	*	XIX
MGM2403	54859650E	18/03/2014	55680	181	*	XIX
MGM7630	54859522E	12/03/2014	54521	181	*	VIII
MGO2707	54322046E	13/01/2014	54523	181	*	VIII
MGO8023	54322413E	12/03/2014	55090	181	*	XIII
MGP2107	54858566E	26/02/2014	61220	214	*	I
MGP2107	54858567E	26/02/2014	58000	192		
MGS2955	54857061E	29/01/2014	54521	181	*	VIII
MGT8675	54857912E	10/02/2014	55415	181	*	XVII
MGY7527	54859577E	14/03/2014	55680	181	*	XIX
MHJ0405	54322309E	18/01/2014	55680	181	*	XIX
MHJ8765	54856633E	17/01/2014	73662	252	*	VI
MHR7037	54859409E	11/03/2014	55412	181	*	XVII
MIB5345	54859706E	18/03/2014	55680	181	*	XIX
MID4153	54856743E	22/01/2014	62700	220	*	II
MID4153	54320275E	22/01/2014	60502	208		
MIE3103	54322036E	09/01/2014	59593	203	*	IV
MIE3103	54322035E	09/01/2014	51930	168		
MIF8008	54320865E	30/01/2014	55415	181	*	XVII
MIN0615	54859373E	12/03/2014	55680	181	*	XIX
MIO9843	54322361E	07/01/2014	55415	181	*	XVII
MIP8537	54322353E	07/01/2014	54521	181	*	VIII
MIW8738	54857010E	02/02/2014	55680	181	*	XIX
MIX3765	54856584E	28/01/2014	54790	181	*	X
MIY4569	54856891E	26/01/2014	57380	186	*	II
MIZ5478	54857023E	02/02/2014	55680	181	*	XIX
MIZ9894	54321817E	27/01/2014	55250	181	*	XV
MIZ9894	54321816E	27/01/2014	54521	181	*	VIII
MJA3093	54859392E	13/03/2014	55680	181	*	XIX
MJA3093	54859645E	18/03/2014	55680	181	*	XIX
MJK4749	54319939E	09/02/2014	55411	181	*	XVII
MJK7421	54322368E	07/01/2014	55411	181	*	XVII
MJM3801	54322446E	13/02/2014	54521	181	*	VIII
MKC7546	54857861E	08/02/2014	55411	181	*	XVII
MKD1924	54858258E	13/02/2014	55415	181	*	XVII
MKE0794	54859222E	18/03/2014	51851	167		
MKJ0231	54858807E	21/02/2014	58196	193		
MKJ8952	54322029E	09/01/2014	54521	181	*	VIII
MKS4132	54858320E	22/02/2014	54521	181	*	VIII
MKX7755	54859311E	19/03/2014	55680	181	*	XIX
MLF4075	54856215E	11/01/2014	55680	181	*	XIX

MLJ5574	54856578E	23/01/2014	54527	181	*	VIII
MLK6957	54856274E	12/01/2014	55411	181	*	XVII
MLL6588	54858201E	21/02/2014	55680	181	*	XIX
MLM3807	54857062E	29/01/2014	54521	181	*	VIII
MLP5726	54856268E	11/01/2014	55411	181	*	XVII
MLT2615	54859543E	14/03/2014	55680	181	*	XIX
MLU6471	54859127E	17/03/2014	55411	181	*	XVII
MLZ6431	54859549E	14/03/2014	55680	181	*	XIX
MMI3941	54859630E	14/03/2014	55680	181	*	XIX
MRC2294	54859343E	10/03/2014	55680	181	*	XIX
NEV8597	54859513E	12/03/2014	55680	181	*	XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLAUDIO MONTEIRO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1760/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1760/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABW9481	54858664E	25/02/2014	69200	233
ACP9362	54857364E	31/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
AID4850	54321811E	16/01/2014	65992	230 * V
AOJ9060	54858157E	03/03/2014	69120	232
AOJ9060	54858156E	03/03/2014	65992	230 * V
APD3311	54859859E	18/03/2014	69200	233
AZA0593	54859538E	10/03/2014	69200	233
BVZ2270	54859861E	18/03/2014	69200	233
CGS0901	54859024E	27/02/2014	66372	230 * IX
CGS0901	54859023E	27/02/2014	66372	230 * IX
CGS0901	54859022E	27/02/2014	66372	230 * IX
CGS0901	54859112E	27/02/2014	67000	230 * XVI
CGS0901	54859113E	27/02/2014	52741	175

CGS0901	54859114E	27/02/2014	65561	230	*	I
CGS0901	54859115E	27/02/2014	66102	230	*	VII
CGS0901	54859116E	27/02/2014	69120	232		
CQT4353	54858660E	25/02/2014	69200	233		
CYU4382	54859836E	20/03/2014	69200	233		
DBE2326	54322406E	15/02/2014	65992	230	*	V
EES2643	54321563E	02/01/2014	67000	230	*	XVI
EZG9794	54859529E	05/03/2014	69200	233		
ILX6630	54857343E	29/01/2014	50100	162	*	I
ILY9550	54859380E	13/03/2014	51180	164	c/c	162 * I
ILY9550	54859379E	13/03/2014	50100	162	*	I
KIC7428	54859599E	14/03/2014	69200	233		
KXX1763	54858928E	28/02/2014	66372	230	*	IX
KXX1763	54858927E	28/02/2014	69120	232		
LOF7374	54858665E	26/02/2014	69200	233		
LPZ0603	54858323E	27/02/2014	69200	233		
LXB2506	54859446E	28/02/2014	69200	233		
LXD7666	54859331E	26/02/2014	69200	233		
LXY2717	54857285E	27/01/2014	50450	162	*	V
LYG2292	54859450E	06/03/2014	69200	233		
LYO6027	54859528E	05/03/2014	69200	233		
LYQ8827	54313970E	05/03/2013	69200	233		
LZO7132	54859328E	27/02/2014	69200	233		
LZZ9019	54859864E	21/03/2014	69200	233		
MAA2842	54859837E	20/03/2014	69200	233		
MAC0849	54858107E	09/02/2014	66102	230	*	VII
MAC6256	55315962D	09/03/2014	65561	230	*	I
MAL4978	54859234E	27/02/2014	69200	233		
MAO2856	54859125E	21/02/2014	69200	233		
MAT8004	54858914E	21/03/2014	65800	230	*	IV
MAT8004	54858913E	21/03/2014	65992	230	*	V
MAZ6055	54319121E	22/01/2014	65992	230	*	V
MAZ6055	54319122E	22/01/2014	50100	162	*	I
MAZ6055	54319123E	22/01/2014	66020	230	*	VI
MAZ6055	54319124E	22/01/2014	65561	230	*	I
MBD1595	54859326E	27/02/2014	69200	233		
MBE3046	54859845E	19/03/2014	69200	233		
MBJ3838	54858632E	27/02/2014	50450	162	*	V
MBL8394	54856507E	07/03/2014	69120	232		
MBL8394	54856505E	07/03/2014	50450	162	*	V
MBO8147	54859653E	20/03/2014	67000	230	*	XVI
MBR0746	54859679E	18/03/2014	65992	230	*	V
MCI2358	54859003E	27/02/2014	65992	230	*	V
MCI2358	54858657E	27/02/2014	50450	162	*	V
MCL4225	54858502E	01/03/2014	50100	162	*	I
MCO7505	54858630E	27/02/2014	65992	230	*	V
MCP4737	54858981E	19/03/2014	50450	162	*	V
MCQ0334	54857957E	20/02/2014	66531	230	*	XI
MCQ0334	54857958E	20/02/2014	66372	230	*	IX
MCT4292	54859122E	24/02/2014	69200	233		
MCV9238	54858762E	04/03/2014	66371	230	*	IX
MDC5667	54313441E	03/03/2013	50100	162	*	I
MDC7134	54857247E	06/02/2014	66371	230	*	IX
MDC7134	54857246E	06/02/2014	69120	232		
MDC7134	54857245E	06/02/2014	51180	164	c/c	162 * I
MDC7134	54857244E	06/02/2014	50100	162	*	I
MDJ8989	54859848E	19/03/2014	69200	233		
MDM1172	54858066E	14/02/2014	69200	233		
MDS3461	54322466E	01/02/2014	50100	162	*	I
MDS3461	54322465E	01/02/2014	65992	230	*	V
MDS3461	54322467E	01/02/2014	50610	163	c/c	162 * I
MDW4748	54859865E	21/03/2014	69200	233		
MDY0353	54319965E	22/12/2013	51180	164	c/c	162 * I

MED5686	54321084E	09/01/2014	65992	230	*	V	
MED5686	54321083E	09/01/2014	51180	164	c/c	162	* I
MED5686	54321082E	09/01/2014	50100	162	*	I	
MED7451	54859832E	20/03/2014	69200	233			
MEE8510	54859448E	06/03/2014	69200	233			
MEH4765	54858364E	13/03/2014	65992	230	*	V	
MEH4765	54858365E	13/03/2014	50100	162	*	I	
MEH4765	54858366E	13/03/2014	51180	164	c/c	162	* I
MEI6867	54856961E	24/01/2014	50100	162	*	I	
MEI6867	54856963E	24/01/2014	65992	230	*	V	
MEI6867	54856962E	24/01/2014	51180	164	c/c	162	* I
MEL5144	54859291E	10/03/2014	73400	252	*	IV	
MEP6176	54857181E	25/01/2014	65992	230	*	V	
MEP7979	54858911E	20/03/2014	65992	230	*	V	
MEQ4530	54320432E	12/03/2014	65992	230	*	V	
MEV7089	54858556E	21/02/2014	69120	232			
MEV7089	54858557E	21/02/2014	65992	230	*	V	
MEV8192	54858174E	19/02/2014	69200	233			
MFD2721	54859838E	20/03/2014	69200	233			
MFF3368	54858752E	28/02/2014	50450	162	*	V	
MFF3368	54858753E	28/02/2014	51420	164	c/c	162	* V
MFH7351	54858666E	26/02/2014	69200	233			
MFJ8070	54859828E	18/03/2014	69200	233			
MFO0995	54321472E	25/02/2014	50100	162	*	I	
MFO0995	54321473E	25/02/2014	51180	164	c/c	162	* I
MFV1986	54858675E	20/02/2014	69200	233			
MFV8673	54859118E	20/02/2014	69200	233			
MFW6950	54320431E	12/03/2014	66102	230	*	VII	
MGJ3496	54856974E	12/03/2014	67000	230	*	XVI	
MGK8060	54322471E	01/02/2014	69120	232			
MGK8060	54322469E	01/02/2014	65992	230	*	V	
MGK8060	54322474E	01/02/2014	51691	165			
MHB7373	54856594E	07/02/2014	50610	163	c/c	162	* I
MHB7373	54856593E	07/02/2014	50100	162	*	I	
MHH5637	54856696E	23/01/2014	65992	230	*	V	
MHK4848	54858510E	04/03/2014	65992	230	*	V	
MHK4848	54858511E	04/03/2014	69120	232			
MHM4083	54857281E	27/01/2014	69120	232			
MHO0336	54857949E	08/02/2014	69120	232			
MHO8150	54858355E	25/02/2014	65992	230	*	V	
MHO8150	54858356E	25/02/2014	50450	162	*	V	
MHO8150	54858357E	25/02/2014	51691	165			
MHU2333	54856657E	16/01/2014	67000	230	*	XVI	
MIG1057	54857077E	26/01/2014	67000	230	*	XVI	
MIG7614	54857118E	25/01/2014	69120	232			
MIP7351	54320867E	12/02/2014	65992	230	*	V	
MIP7351	54320870E	12/02/2014	50610	163	c/c	162	* I
MIR2339	54321886E	25/01/2014	67000	230	*	XVI	
MIS1433	54859856E	18/03/2014	69200	233			
MIY5127	54857427E	06/03/2014	69120	232			
MIY5127	54857428E	06/03/2014	51420	164	c/c	162	* V
MIY5127	54857429E	06/03/2014	50450	162	*	V	
MJF9140	54859026E	02/03/2014	50100	162	*	I	
MJO3989	54856932E	07/03/2014	65992	230	*	V	
MJO3989	54856933E	07/03/2014	50100	162	*	I	
MJO3989	54856931E	07/03/2014	51180	164	c/c	162	* I
MJS5951	54857663E	23/02/2014	67000	230	*	XVI	
MKG4665	54321474E	25/02/2014	67000	230	*	XVI	
MKI9595	54857514E	11/02/2014	65992	230	*	V	
MKM9022	54859244E	07/03/2014	69120	232			
MKM9022	54859243E	07/03/2014	50450	162	*	V	
MLA9286	54859168E	18/02/2014	69200	233			
MLD7896	54859830E	20/03/2014	69200	233			

MLG3017	54857083E	27/02/2014	50450	162	* V
MLJ1815	54316748E	16/01/2014	66700	230	* XIII
MMI1809	54858324E	27/02/2014	69200	233	
MMI5613	54857377E	30/01/2014	51691	165	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1761/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1761/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AJB2802	54858475E	05/03/2014	51851	167
ALA1989	54859005E	26/02/2014	55412	181 * XVII
AMI8745	54321529E	25/12/2013	55500	181 * XVIII
AMO8205	54321480E	27/12/2013	54521	181 * VIII
APM3929	54859430E	10/03/2014	55680	181 * XIX
AQE2569	54858644E	03/03/2014	55680	181 * XIX
ATR8241	54859133E	17/03/2014	54521	181 * VIII
CGS0901	54859021E	27/02/2014	51851	167
CKM6860	54859037E	02/03/2014	55680	181 * XIX
CQE3650	54857855E	06/02/2014	55680	181 * XIX
CTI5062	54858694E	20/03/2014	55680	181 * XIX
CYR7472	54858726E	02/03/2014	55090	181 * XIII
DCC5130	54857923E	14/02/2014	51851	167
DSO1830	54859342E	10/03/2014	55680	181 * XIX
DUO1768	54859521E	12/03/2014	55412	181 * XVII
DWR7466	54858267E	15/03/2014	54521	181 * VIII
EVC6322	54857472E	01/02/2014	55411	181 * XVII
HEB6700	54322256E	06/03/2014	51851	167
HHR1309	54859144E	19/03/2014	55680	181 * XIX
HIU9629	54859395E	13/03/2014	54521	181 * VIII

HMB2648	54859518E	12/03/2014	54521	181	*	VIII
HUZ2623	54859276E	10/03/2014	54521	181	*	VIII
HUZ2623	54859277E	10/03/2014	55090	181	*	XIII
ICM5593	54322490E	01/02/2014	55500	181	*	XVIII
IHP1602	54859332E	10/03/2014	55680	181	*	XIX
IMH6965	54316742E	21/12/2013	54521	181	*	VIII
JUP4961	54859517E	12/03/2014	55411	181	*	XVII
JVA6458	54857801E	05/02/2014	55415	181	*	XVII
KTZ9993	54859341E	10/03/2014	54523	181	*	VIII
KXX1763	54858926E	28/02/2014	52070	169		
LNL7825	54859585E	14/03/2014	55680	181	*	XIX
LXA0313	54859210E	10/03/2014	51851	167		
LXC4058	54859708E	18/03/2014	55680	181	*	XIX
LXY9296	54857003E	28/01/2014	55500	181	*	XVIII
LYB9735	54314052E	01/03/2014	54521	181	*	VIII
LYC9442	54856719E	17/02/2014	54521	181	*	VIII
LYE0875	54859734E	22/03/2014	51851	167		
LYG2460	54859730E	22/03/2014	51851	167		
LYN4433	54857058E	29/01/2014	54521	181	*	VIII
LZH8183	54859013E	27/02/2014	54521	181	*	VIII
LZU0864	54858740E	20/03/2014	68580	231	*	VII
LZX1105	54859215E	10/03/2014	51851	167		
LZZ0402	54859387E	13/03/2014	55680	181	*	XIX
MAQ2247	54858322E	22/02/2014	52070	169		
MAS3290	54856017E	25/01/2014	53800	181	*	I
MAV8102	54856361E	05/03/2014	54521	181	*	VIII
MAW7220	54858308E	22/02/2014	54521	181	*	VIII
MAX4545	54858203E	22/02/2014	51851	167		
MAX5614	54859402E	11/03/2014	55680	181	*	XIX
MAZ2655	54859011E	27/02/2014	55411	181	*	XVII
MBA4477	54859147E	21/03/2014	55680	181	*	XIX
MBF4422	54859676E	18/03/2014	54522	181	*	VIII
MBK2693	54859390E	13/03/2014	55680	181	*	XIX
MBN2181	54859635E	18/03/2014	55680	181	*	XIX
MBO5126	54859510E	12/03/2014	55680	181	*	XIX
MBR5702	54858269E	19/03/2014	55680	181	*	XIX
MBR9483	54858524E	14/03/2014	55680	181	*	XIX
MBU5019	54858751E	20/02/2014	62700	220	*	II
MBW3083	54858207E	22/02/2014	51851	167		
MCA3654	54859407E	11/03/2014	55680	181	*	XIX
MCD1124	54858331E	16/03/2014	70302	244	*	I
MCL7106	54857777E	16/03/2014	55680	181	*	XIX
MCT9385	54858700E	20/03/2014	55680	181	*	XIX
MCV9238	54858761E	04/03/2014	55250	181	*	XV
MCY1215	54857708E	08/02/2014	55680	181	*	XIX
MCY6013	54857914E	10/02/2014	52070	169		
MDC1912	54859415E	11/03/2014	55412	181	*	XVII
MDC7134	54857248E	06/02/2014	70302	244	*	I
MDI8120	54859726E	18/03/2014	51851	167		
MDK9996	54322415E	19/03/2014	54521	181	*	VIII
MDL3862	54858579E	18/02/2014	54522	181	*	VIII
MDL9196	54859038E	02/03/2014	55680	181	*	XIX
MDT5316	54858516E	13/03/2014	55680	181	*	XIX
MEA0777	54859372E	12/03/2014	55680	181	*	XIX
MEB6114	54859593E	14/03/2014	55680	181	*	XIX
MED5686	54321085E	09/01/2014	60760	210		
MEF0305	54859019E	27/02/2014	57380	186	*	II
MEF0916	54859228E	05/03/2014	55680	181	*	XIX
MEH4765	54858367E	13/03/2014	58350	195		
MEI4996	54856724E	18/02/2014	54521	181	*	VIII
MEJ9218	54859427E	10/03/2014	55680	181	*	XIX
MEK7665	54858459E	19/02/2014	51851	167		
MEL0102	54856043E	18/01/2014	55411	181	*	XVII

MEL5144	54859290E	10/03/2014	70302	244	*	I
MEN4565	54858199E	12/02/2014	54521	181	*	VIII
MEN4708	54858804E	20/02/2014	54521	181	*	VIII
ME07603	54859388E	13/03/2014	55680	181	*	XIX
ME08557	54859238E	07/03/2014	55680	181	*	XIX
MEP6176	54857180E	25/01/2014	55411	181	*	XVII
MEQ0283	55319141D	17/03/2014	55680	181	*	XIX
MEQ5255	54859632E	14/03/2014	55680	181	*	XIX
MEV1380	55319140D	17/03/2014	55680	181	*	XIX
MEV3266	54319697E	26/12/2013	54527	181	*	VIII
MEW0436	54322411E	12/03/2014	54521	181	*	VIII
MEX5098	54859401E	11/03/2014	55680	181	*	XIX
MEZ6488	54857541E	04/02/2014	55680	181	*	XIX
MEZ9119	54856619E	05/02/2014	55411	181	*	XVII
MFD3770	54859425E	11/03/2014	55415	181	*	XVII
MFE4200	54859155E	05/03/2014	55680	181	*	XIX
MFF0949	54859731E	22/03/2014	51851	167		
MFF4805	54858471E	02/03/2014	51851	167		
MFF6848	54859154E	05/03/2014	55680	181	*	XIX
MFG1688	54859313E	19/03/2014	55680	181	*	XIX
MFL4264	54858265E	18/03/2014	54521	181	*	VIII
MFM3739	55319146D	17/03/2014	55680	181	*	XIX
MFP0411	54319769E	09/02/2014	54521	181	*	VIII
MFP5780	54859246E	07/03/2014	55680	181	*	XIX
MFQ8938	54859236E	07/03/2014	73662	252	*	VI
MFS1730	54859584E	14/03/2014	55680	181	*	XIX
MFV1986	54858518E	14/03/2014	55680	181	*	XIX
MFY0819	54322177E	15/03/2014	55250	181	*	XV
MGA7729	54858686E	20/03/2014	55680	181	*	XIX
MGB3212	54858280E	02/03/2014	51851	167		
MGB7932	54858202E	21/02/2014	55680	181	*	XIX
MGE3134	54859299E	15/03/2014	70302	244	*	I
MGE3134	54859300E	15/03/2014	60502	208		
MGE3134	54859298E	15/03/2014	60412	207		
MGF4547	54859075E	07/03/2014	55680	181	*	XIX
MGG9564	54859651E	17/03/2014	55680	181	*	XIX
MGJ6161	54858646E	07/03/2014	59670	203	*	V
MGK1474	54857864E	08/02/2014	55411	181	*	XVII
MGO2959	54857776E	16/03/2014	55680	181	*	XIX
MGP5084	54859174E	05/03/2014	55680	181	*	XIX
MGQ4629	54856868E	23/02/2014	55680	181	*	XIX
MGU7747	54859636E	18/03/2014	55680	181	*	XIX
MGZ3347	54859227E	05/03/2014	55680	181	*	XIX
MHF9415	54859412E	11/03/2014	54521	181	*	VIII
MHG0985	54859420E	11/03/2014	55680	181	*	XIX
MHI3552	54858685E	20/03/2014	55680	181	*	XIX
MHJ8007	54856576E	22/01/2014	54527	181	*	VIII
MHK7908	54859432E	10/03/2014	55680	181	*	XIX
MHN5110	54858882E	24/02/2014	54521	181	*	VIII
MHO8875	54859359E	08/03/2014	55680	181	*	XIX
MHP0359	54859066E	03/03/2014	55680	181	*	XIX
MHT0916	54858179E	10/02/2014	55411	181	*	XVII
MHV1592	54859753E	21/03/2014	55250	181	*	XV
MIA3186	55319143D	17/03/2014	55680	181	*	XIX
MIA6632	54859733E	22/03/2014	51851	167		
MI0058	54859728E	22/03/2014	73662	252	*	VI
MIJ8401	54858642E	03/03/2014	55680	181	*	XIX
MIL7514	54856218E	14/01/2014	55680	181	*	XIX
MIP2427	54857863E	08/02/2014	55680	181	*	XIX
MIQ2971	54858695E	20/03/2014	55680	181	*	XIX
MIS4098	54859110E	28/02/2014	55680	181	*	XIX
MIW0007	54859389E	13/03/2014	55680	181	*	XIX
MIX4565	54859231E	05/03/2014	55680	181	*	XIX

MIY9373	54858594E	20/02/2014	54600	181	*	IX
MIZ9421	54859301E	11/03/2014	55680	181	*	XIX
MIZ9421	55319150D	21/03/2014	55680	181	*	XIX
MJE6227	54858640E	03/03/2014	55680	181	*	XIX
MJF7259	54858159E	03/03/2014	55680	181	*	XIX
MJG1803	54858421E	21/02/2014	55680	181	*	XIX
MJI8681	54859020E	27/02/2014	54521	181	*	VIII
MJJ8197	54859652E	20/03/2014	54100	181	*	IV
MJK0297	54858727E	02/03/2014	55250	181	*	XV
MJK7421	54857230E	04/02/2014	54521	181	*	VIII
MJM9011	54858892E	24/02/2014	55250	181	*	XV
MJO3566	54858266E	18/03/2014	55412	181	*	XVII
MJP3682	54856770E	02/02/2014	55411	181	*	XVII
MJS8255	54858568E	26/02/2014	57461	187	*	I
MJT1714	54856874E	02/03/2014	55680	181	*	XIX
MJU1407	54858699E	20/03/2014	56221	182	*	VI
MJV8244	54858519E	14/03/2014	55680	181	*	XIX
MJZ7190	54859509E	12/03/2014	55411	181	*	XVII
MJZ7891	54859752E	20/03/2014	56221	182	*	VI
MKA8843	54859145E	19/03/2014	55680	181	*	XIX
MKB8082	54320739E	02/01/2014	55500	181	*	XVIII
MKD1924	54859523E	12/03/2014	55680	181	*	XIX
MKF2356	54858684E	20/03/2014	56221	182	*	VI
MKI6380	54859130E	17/03/2014	60502	208		
MKJ7817	54858315E	22/02/2014	54521	181	*	VIII
MKM3460	54858697E	20/03/2014	55411	181	*	XVII
MKN8577	54859419E	11/03/2014	55680	181	*	XIX
MKO9305	54859346E	10/03/2014	55680	181	*	XIX
MKS6769	54859754E	21/03/2014	55250	181	*	XV
MKT7073	54858690E	20/03/2014	55680	181	*	XIX
MKT7400	54858680E	09/03/2014	55680	181	*	XIX
MKT8383	54859378E	09/03/2014	55411	181	*	XVII
MKV5873	54858631E	01/03/2014	54523	181	*	VIII
MKY6599	54856207E	09/01/2014	55680	181	*	XIX
MKZ3614	54856200E	19/01/2014	55680	181	*	XIX
MLG5625	54856186E	11/01/2014	55411	181	*	XVII
MLL2738	54859138E	19/03/2014	55411	181	*	XVII
MLN9238	54320621E	29/12/2013	55680	181	*	XIX
MLN9895	54859751E	20/03/2014	56221	182	*	VI
MLV1319	54859354E	08/03/2014	55411	181	*	XVII
MMA0680	54859424E	11/03/2014	55680	181	*	XIX
MMH2470	54858520E	14/03/2014	55415	181	*	XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLAUDIO MONTEIRO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1764/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8064 1764/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BSI3273	54860015E	27/03/2014	69200	233
DCQ9553	54860021E	28/03/2014	69200	233
IGB9834	54860009E	26/03/2014	69200	233
IMO1465	54322464E	26/01/2014	69120	232
INN0611	54321559E	29/12/2013	67000	230 * XVI
IRF5004	54318685E	27/12/2013	67000	230 * XVI
LWX5190	54859955E	21/03/2014	69200	233
MDX3766	54858573E	06/03/2014	66532	230 * XI
MEG2545	54859964E	25/03/2014	69200	233
MEL3847	54859958E	21/03/2014	69200	233
MEQ5055	54322304E	18/01/2014	65992	230 * V
MEQ5055	54322306E	18/01/2014	50100	162 * I
MEQ6780	54858653E	25/02/2014	65561	230 * I
MEQ6780	54858654E	25/02/2014	65992	230 * V
MFJ8226	54322475E	04/02/2014	69120	232
MFO1727	54860010E	26/03/2014	69200	233
MGL0794	54860011E	26/03/2014	69200	233
MGY6331	54860012E	27/03/2014	69200	233
MHE2212	54860026E	28/03/2014	69200	233
MKN0173	54859971E	21/03/2014	69200	233
MLD9436	54858037E	24/03/2014	50100	162 * I
MLD9436	54858038E	24/03/2014	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1765/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8064 1765/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AIN4518	54320744E	02/01/2014	55500	181 * XVIII
AMA9980	54856363E	09/03/2014	73662	252 * VI
AMA9980	54856364E	09/03/2014	51851	167
AUK0508	54856001E	18/01/2014	55500	181 * XVIII
AUX7342	54857183E	25/01/2014	55411	181 * XVII
BCR8185	54857093E	03/03/2014	55680	181 * XIX
CAK0362	54320417E	07/01/2014	55680	181 * XIX
DEC2881	54858274E	19/03/2014	55680	181 * XIX
DRN5535	54859554E	25/03/2014	55680	181 * XIX
IJM8796	54859073E	07/03/2014	55680	181 * XIX
IKX7653	54859034E	02/03/2014	55680	181 * XIX
ILG6146	54858682E	09/03/2014	55411	181 * XVII
IMV7372	54859055E	01/03/2014	55500	181 * XVIII
IOM1452	54856595E	11/02/2014	55680	181 * XIX
IOP2232	54857097E	03/03/2014	53800	181 * I
IRD2330	54858636E	03/03/2014	55680	181 * XIX
IRG5428	54856869E	23/02/2014	55411	181 * XVII
IRT9158	54857462E	31/01/2014	55250	181 * XV
IRU7571	55316071D	09/01/2014	55500	181 * XVIII
IRV4958	54321534E	25/12/2013	54521	181 * VIII
ITN5740	54322210E	03/01/2014	55680	181 * XIX
IVG3953	54856866E	23/02/2014	57380	186 * II
IXA0240	54321928E	27/12/2013	54521	181 * VIII
LCT3876	54859743E	26/03/2014	51851	167
MAT1398	54859723E	22/03/2014	55680	181 * XIX
MCX0627	54856348E	01/02/2014	55680	181 * XIX
MDA1580	54859748E	26/03/2014	51851	167
MDQ0370	54858531E	23/03/2014	51851	167
MGA7320	54858110E	25/02/2014	73662	252 * VI
MGH1859	54858838E	22/02/2014	55680	181 * XIX
MGZ2818	54859722E	22/03/2014	55680	181 * XIX
MIJ3823	54858891E	24/02/2014	53800	181 * I
MIU4573	54858884E	24/02/2014	55250	181 * XV
MJD0289	54859724E	22/03/2014	55680	181 * XIX
MJD4735	54858603E	28/03/2014	55680	181 * XIX
MJN9106	54858604E	28/03/2014	55680	181 * XIX
MKB9537	54859719E	22/03/2014	55680	181 * XIX
MKS3446	54859216E	10/03/2014	51851	167
MLD0015	54858677E	09/03/2014	55411	181 * XVII
MLM3475	54859759E	22/03/2014	56221	182 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLAUDIO MONTEIRO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1768/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1768/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIY0136	54856370E	02/04/2014	50450	162 * V
AIY0136	54856372E	02/04/2014	65992	230 * V
CBP6311	54860106E	03/04/2014	69200	233
CRI9708	54860229E	02/04/2014	69200	233
GYO0509	54859458E	24/03/2014	65992	230 * V
IIZ9664	54859541E	14/03/2014	69200	233
JTN3520	54859468E	30/03/2014	51420	164 c/c 162 * V
JTN3520	54859466E	30/03/2014	50450	162 * V
LXN2572	54857595E	02/04/2014	73400	252 * IV
LYG7304	54859841E	19/03/2014	69200	233
LYL0209	54860111E	03/04/2014	69200	233
LZN5486	54860201E	07/04/2014	67000	230 * XVI
LZU2204	54859469E	30/03/2014	65992	230 * V
MBF1657	54860124E	01/04/2014	69200	233
MBF4516	54860052E	05/04/2014	50100	162 * I
MBF4516	54860053E	05/04/2014	69120	232
MBF4516	54860051E	05/04/2014	51691	165
MBM5126	54860109E	03/04/2014	69200	233
MBP7496	54859736E	23/03/2014	50450	162 * V
MBP7496	54859737E	23/03/2014	51420	164 c/c 162 * V
MBP7496	54859738E	23/03/2014	65992	230 * V
MCI6262	54318397E	30/03/2014	51180	164 c/c 162 * I
MCI6262	54318396E	30/03/2014	50100	162 * I
MCI6262	54318395E	30/03/2014	65992	230 * V
MCR5268	54860244E	07/04/2014	69200	233
MDC0519	54857671E	28/03/2014	65992	230 * V

MDH5465	54858937E	10/04/2014	51180	164	c/c	162	*	I
MDH5465	54858936E	10/04/2014	50100	162	*	I		
MDP1692	54859281E	10/03/2014	50450	162	*	V		
MDP1692	54859282E	10/03/2014	73580	252	*	V		
MDV6515	54859833E	20/03/2014	69200	233				
MEK0809	54858332E	28/03/2014	50450	162	*	V		
MEK0809	54858333E	28/03/2014	65992	230	*	V		
MEK0809	54858334E	28/03/2014	66372	230	*	IX		
MEK0809	54858336E	28/03/2014	69120	232				
MEO3922	54859180E	06/04/2014	50100	162	*	I		
MEO3922	54859179E	06/04/2014	65992	230	*	V		
MEV8483	54859461E	26/03/2014	50960	163	c/c	162	*	V
MEV8483	54859460E	26/03/2014	69120	232				
MEV8483	54859459E	26/03/2014	50450	162	*	V		
MFB8305	54859542E	14/03/2014	69200	233				
MFF1148	54859843E	19/03/2014	69200	233				
MFJ5844	54318400E	07/04/2014	69120	232				
MFJ5844	54318399E	07/04/2014	65992	230	*	V		
MTX5652	54859598E	14/03/2014	69200	233				
MFZ3024	54860230E	09/04/2014	69200	233				
MFZ4341	54859840E	19/03/2014	69200	233				
MGB8591	54321716E	31/03/2014	69200	233				
MHC9455	54857593E	30/03/2014	50100	162	*	I		
MHC9455	54857594E	30/03/2014	51180	164	c/c	162	*	I
MHK7247	54859076E	09/04/2014	50100	162	*	I		
MIN0991	54860227E	02/04/2014	69200	233				
MJV5002	54860242E	08/04/2014	69200	233				
MKA0401	54860233E	09/04/2014	69200	233				
MKB0009	54859597E	14/03/2014	69200	233				

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1769/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8064 1769/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AWA5071	54856690E	21/01/2014	55411	181 * XVII
AXM0075	54859766E	22/03/2014	55250	181 * XV
BLL2450	54859889E	30/03/2014	73662	252 * VI
CSE6956	54859217E	10/03/2014	51851	167
CVE9322	54858687E	20/03/2014	55680	181 * XIX
DKE8728	54856975E	12/03/2014	55415	181 * XVII
DMG0898	54859977E	02/04/2014	55680	181 * XIX
ERP7243	54859182E	06/04/2014	54527	181 * VIII
IIV3260	54858851E	07/03/2014	53980	181 * II
IMH4622	55319145D	17/03/2014	55680	181 * XIX
KBG5983	54856623E	05/04/2014	54521	181 * VIII
LXB6513	54859891E	03/04/2014	51851	167
LXL1703	54860060E	07/04/2014	51851	167
LYO5251	54859744E	26/03/2014	51851	167
LZG5898	54322419E	04/04/2014	54521	181 * VIII
LZG5898	54322420E	04/04/2014	51851	167
LZG5898	54322421E	04/04/2014	58350	195
LZY5429	54859335E	10/03/2014	55680	181 * XIX
MAK4100	54860057E	07/04/2014	51851	167
MAT7310	54859131E	17/03/2014	55411	181 * XVII
MBF4516	54860054E	05/04/2014	57380	186 * II
MBQ6033	54859775E	24/03/2014	55680	181 * XIX
MBZ4663	54859890E	03/04/2014	51851	167
MDE7258	54859391E	13/03/2014	55680	181 * XIX
MDN5779	54858525E	14/03/2014	55411	181 * XVII
MEB8110	54859561E	08/04/2014	54521	181 * VIII
MED2123	54858789E	01/04/2014	70481	244 * II
MED2123	54858790E	01/04/2014	70302	244 * I
MED2123	54858791E	01/04/2014	58350	195
MEE1861	54859812E	26/03/2014	55680	181 * XIX
MEI4949	55319136D	17/03/2014	55680	181 * XIX
MEK0809	54858335E	28/03/2014	70301	244 * I
MFC3669	54859804E	26/03/2014	55680	181 * XIX
MFW3099	54859866E	28/03/2014	55680	181 * XIX
MGI1317	54858689E	20/03/2014	55680	181 * XIX
MGR2264	54859822E	02/04/2014	55680	181 * XIX
MHM9039	54859126E	17/03/2014	54521	181 * VIII
MIR8442	54321710E	07/04/2014	55680	181 * XIX
MIT8776	54859769E	24/03/2014	54521	181 * VIII
MJA7781	54859366E	09/03/2014	54521	181 * VIII
MJG2785	54859322E	31/03/2014	55680	181 * XIX
MJK4137	54321708E	14/04/2014	54521	181 * VIII
MKV0205	54859631E	14/03/2014	55680	181 * XIX
MLR6965	54859872E	26/03/2014	55680	181 * XIX
MMD3913	54858750E	28/03/2014	55680	181 * XIX
NJN9234	54859417E	11/03/2014	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLAUDIO MONTEIRO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1772/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1772/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DUO1768	54859951E	21/03/2014	69200	233
GRZ8408	54859655E	05/04/2014	50100	162 * I
GRZ8408	54859658E	05/04/2014	52741	175
GRZ8408	54859657E	05/04/2014	66102	230 * VII
GRZ8408	54859656E	05/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
GTZ8004	54858935E	09/04/2014	52820	176 * I
IFE4433	54860438E	11/04/2014	69200	233
JMV3333	54860432E	10/04/2014	69200	233
KLO2993	54859952E	21/03/2014	69200	233
LBU9893	54860020E	28/03/2014	69200	233
LYH9046	54860017E	27/03/2014	69200	233
LZR4735	54858855E	29/03/2014	50291	162 * II
LZR4735	54858856E	29/03/2014	51261	164 c/c 162 * II
MAF1233	54860185E	13/04/2014	67261	230 * XVIII
MAF1233	54860184E	13/04/2014	66372	230 * IX
MAF1233	54860183E	13/04/2014	66371	230 * IX
MAF1233	54860182E	13/04/2014	69630	237
MAF1233	54860181E	13/04/2014	69630	237
MAF1233	54860180E	13/04/2014	66102	230 * VII
MAF1233	54860179E	13/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
MAF1233	54860178E	13/04/2014	50100	162 * I
MAF1233	54860177E	13/04/2014	65992	230 * V
MCG2047	54858039E	28/03/2014	65992	230 * V
MCN9300	54858859E	10/04/2014	65992	230 * V
MDM6824	54860080E	11/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
MDM6824	54860079E	11/04/2014	50100	162 * I
MDW2721	54860450E	16/04/2014	69200	233
MDY3843	54860018E	27/03/2014	69200	233
MEC6425	54859963E	24/03/2014	69200	233
MFJ6165	54321705E	07/04/2014	65992	230 * V
MFJ6165	54321707E	07/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
MFJ6165	54321706E	07/04/2014	50100	162 * I
MFW4424	54860429E	10/04/2014	69200	233
MHM0388	54858093E	14/04/2014	66371	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1773/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1773/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AKO0676	54860283E	15/04/2014	55680	181 * XIX
BOR6863	54859716E	22/03/2014	55680	181 * XIX
DOG7303	54860256E	15/04/2014	58196	193
GYO8906	54858533E	23/03/2014	51851	167
HFP2038	54860073E	11/04/2014	51851	167
IKM3120	54859758E	22/03/2014	55415	181 * XVII
INZ6408	54856009E	19/01/2014	55500	181 * XVIII
ITL9016	54859779E	03/04/2014	55680	181 * XIX
LCT3876	54860063E	11/04/2014	51851	167
LQD0906	54859262E	15/04/2014	73662	252 * VI
LRU0977	54859755E	22/03/2014	55680	181 * XIX
LZE0548	54859881E	30/03/2014	51851	167
MBK4553	54860072E	11/04/2014	51851	167
MCG9446	54860062E	11/04/2014	51851	167
MCL2443	54860250E	14/04/2014	55412	181 * XVII
MDM4873	54860067E	11/04/2014	51851	167
MDY8672	54860115E	11/04/2014	55680	181 * XIX
MEH9874	54859720E	22/03/2014	55680	181 * XIX
MEP0931	54860128E	11/04/2014	55680	181 * XIX
MEP0931	54860114E	11/04/2014	55680	181 * XIX
MET1289	54859772E	24/03/2014	55680	181 * XIX
MFJ3607	54860130E	11/04/2014	55680	181 * XIX
MGT1733	54859712E	22/03/2014	55680	181 * XIX
MHN9991	54858045E	07/04/2014	55500	181 * XVIII
MHO2867	54859259E	16/04/2014	57380	186 * II
MID4078	54858094E	14/04/2014	54521	181 * VIII

MIF3304	54860069E	11/04/2014	51851	167	
MJB4296	54859818E	26/03/2014	55680	181	* XIX
MJC1388	54860029E	09/04/2014	55250	181	* XV
MKS2016	54858098E	14/04/2014	55680	181	* XIX
MMA6651	54859260E	16/04/2014	57380	186	* II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLAUDIO MONTEIRO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1776/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1776/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DRA9685	54860383E	18/04/2014	52741	175
GUL2493	54859462E	30/03/2014	65992	230 * V
JKS6390	54860296E	21/04/2014	51691	165
LWW2691	54860013E	27/03/2014	69200	233
LYX6374	54860153E	13/04/2014	50610	163 c/c 162 * I
LYX6374	54860152E	13/04/2014	50100	162 * I
LYX6374	54860151E	13/04/2014	65992	230 * V
LZM5070	54859472E	19/04/2014	50100	162 * I
LZM5070	54859473E	19/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
MAO1066	54860546E	15/04/2014	69200	233
MBH2513	54322417E	27/03/2014	65480	229
MCG2047	54321719E	01/04/2014	69200	233
MCR3956	54321715E	31/03/2014	69200	233
MCX8067	54858743E	23/03/2014	51180	164 c/c 162 * I
MCX8067	54858742E	23/03/2014	65992	230 * V
MDL3142	54321725E	01/04/2014	69200	233
MDU2432	54859750E	26/03/2014	65992	230 * V
MDU2432	54859749E	26/03/2014	65800	230 * IV
MEW8158	54860540E	16/04/2014	69200	233

MFS4232	54859177E	30/03/2014	64080	221
MGB8510	54860024E	28/03/2014	69200	233
MGI7756	54860539E	16/04/2014	69200	233
MMA0535	54860547E	15/04/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1777/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1777/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AHE0451	54860139E	15/04/2014	55680	181 * XIX
AKX2867	54859773E	24/03/2014	55680	181 * XIX
ANE9599	54860400E	22/04/2014	55680	181 * XIX
CNY9129	54858534E	23/03/2014	51851	167
HDB9447	54858746E	23/03/2014	55680	181 * XIX
IOS7210	54860451E	25/04/2014	55680	181 * XIX
JPN3533	54860397E	22/04/2014	55680	181 * XIX
LXS0268	54860064E	11/04/2014	51851	167
LYG3371	54859886E	30/03/2014	51851	167
LYY6356	54858606E	28/03/2014	55680	181 * XIX
MAR9840	54859767E	22/03/2014	55415	181 * XVII
MBB3861	54859808E	26/03/2014	55680	181 * XIX
MBF7003	54859077E	20/04/2014	55250	181 * XV
MBH2041	54860188E	19/04/2014	51851	167
MCM2953	54859740E	26/03/2014	51851	167
MCO1457	54860189E	19/04/2014	51851	167
MCP7167	54859741E	26/03/2014	51851	167
MCR7739	54859885E	30/03/2014	51851	167
MEG3296	54860287E	19/04/2014	55412	181 * XVII
MEV4051	54859272E	24/04/2014	73662	252 * VI

MFS4232	54859178E	30/03/2014	60412	207	
MGA1375	54860379E	17/04/2014	53800	181	* I
MGC2070	54859742E	26/03/2014	51851	167	
MGK2689	54860396E	22/04/2014	55680	181	* XIX
MHR1509	54860290E	19/04/2014	55680	181	* XIX
MHS0283	54859778E	03/04/2014	55680	181	* XIX
MIL9726	54859805E	26/03/2014	55680	181	* XIX
MIU2083	54859264E	16/04/2014	73662	252	* VI
MLJ7406	54859871E	28/03/2014	55680	181	* XIX
MLU6235	54859714E	22/03/2014	55680	181	* XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLAUDIO MONTEIRO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1779/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1779/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CXX8023	54860118E	03/04/2014	69200	233
IKK9209	54860238E	08/04/2014	69200	233
JFZ2109	54860357E	24/04/2014	52741	175
LYJ5949	54859935E	25/04/2014	50450	162 * V
LYJ5949	54859936E	25/04/2014	51420	164 c/c 162 * V
LYT7086	54859873E	01/04/2014	50450	162 * V
LYT7086	54859874E	01/04/2014	65992	230 * V
MCK6503	54321714E	31/03/2014	69200	233
MCT4518	54860125E	08/04/2014	69200	233
MIG2493	54860445E	25/04/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1780/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1780/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BWB9897	54859476E	27/03/2014	55680	181 * XIX
DPL8288	54859784E	03/04/2014	54521	181 * VIII
GYO9926	54856369E	29/03/2014	54600	181 * IX
HGS9912	54860367E	25/04/2014	55415	181 * XVII
IGF8169	54859807E	26/03/2014	55680	181 * XIX
IKA6787	54859817E	26/03/2014	55680	181 * XIX
IKS5380	54860498E	28/04/2014	55680	181 * XIX
JVL1333	54860402E	27/04/2014	51851	167
LQY1180	54860454E	25/04/2014	55415	181 * XVII
LWR6517	54860369E	25/04/2014	54521	181 * VIII
LYI6621	54860456E	25/04/2014	55680	181 * XIX
MAL4852	54860363E	25/04/2014	55680	181 * XIX
MCA8432	54859882E	30/03/2014	51851	167
MCD8078	54859897E	03/04/2014	51851	167
MCG5387	54859602E	03/04/2014	55680	181 * XIX
MFJ0829	54860371E	25/04/2014	55680	181 * XIX
MGE9824	54857208E	27/04/2014	55250	181 * XV
MGX6978	54859318E	31/03/2014	55680	181 * XIX
MHN8458	54858041E	01/04/2014	55500	181 * XVIII
MHR7486	54859894E	03/04/2014	51851	167
MHW3313	54859558E	03/04/2014	55680	181 * XIX
MJK0991	54860490E	28/04/2014	55415	181 * XVII
MJU1840	54860157E	25/04/2014	55500	181 * XVIII
MJZ9520	54858541E	26/04/2014	55680	181 * XIX
MLD8556	54859557E	03/04/2014	55680	181 * XIX
MLD9187	54860446E	25/04/2014	54790	181 * X
MLO0356	54859320E	31/03/2014	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLAUDIO MONTEIRO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1783/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1783/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IFL8039	54860076E	11/04/2014	50100	162 * I
IGC8022	54860440E	11/04/2014	69200	233
LCB8581	54860634E	22/04/2014	69200	233
LWR4292	54860231E	09/04/2014	69200	233
LZJ6296	54858995E	28/04/2014	50100	162 * I
LZJ6296	54858997E	28/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
LZJ6296	54858996E	28/04/2014	65992	230 * V
MAR9003	54860237E	08/04/2014	69200	233
MAU6759	54858857E	10/04/2014	50100	162 * I
MAU6759	54858861E	10/04/2014	69120	232
MAU6759	54858860E	10/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
MAU6759	54858858E	10/04/2014	65992	230 * V
MBM4543	54860649E	29/04/2014	69200	233
MBZ0630	54860236E	09/04/2014	69200	233
MCL4874	54322179E	09/04/2014	65992	230 * V
MDA8131	54860410E	01/05/2014	65992	230 * V
MEU3443	54860245E	07/04/2014	69200	233
MEW1417	54858994E	27/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
MEW1417	54858993E	27/04/2014	50100	162 * I
MFZ3049	54857965E	10/04/2014	69120	232
MFZ3049	54857964E	10/04/2014	66531	230 * XI
MFZ3049	54857963E	10/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
MFZ3049	54857962E	10/04/2014	50100	162 * I
MGF7032	54858235E	01/05/2014	50100	162 * I
MHM8922	54860642E	25/04/2014	69200	233

MIT5108	54858868E	01/05/2014	69120	232	
MKW1239	54860302E	02/05/2014	67000	230	* XVI
MWZ8720	54316470E	28/04/2014	69120	232	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1784/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1784/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

EAJ3756	54860471E	28/04/2014	55680	181 * XIX
LXM9165	54860061E	07/04/2014	51851	167
LYM0039	54860406E	01/05/2014	51851	167
LZG7519	54322424E	02/05/2014	55090	181 * XIII
MAU1722	54859895E	03/04/2014	51851	167
MCB1117	54858547E	30/04/2014	55680	181 * XIX
MCC3507	55317100D	30/04/2014	55680	181 * XIX
MCC6104	54321711E	07/04/2014	56221	182 * VI
MCH9544	54860422E	05/05/2014	51851	167
MCN6847	54858550E	30/04/2014	55680	181 * XIX
MDA8131	54860411E	01/05/2014	54521	181 * VIII
MDB6512	54321721E	09/04/2014	55680	181 * XIX
MDQ2667	54860409E	01/05/2014	55500	181 * XVIII
MEB1578	54859254E	04/04/2014	73662	252 * VI
MEU1783	54322422E	15/04/2014	54521	181 * VIII
MFQ8217	54860506E	30/04/2014	54521	181 * VIII
MGF7032	54858236E	01/05/2014	58350	195
MGX6742	54860467E	28/04/2014	54521	181 * VIII
MHB5178	54860501E	30/04/2014	55680	181 * XIX
MHD3008	54859824E	07/04/2014	55414	181 * XVII
MHK2848	54860462E	28/04/2014	55680	181 * XIX

MHL4618	54860512E	30/04/2014	54521	181 * VIII
MHY2323	54860520E	30/04/2014	55680	181 * XIX
MIM0731	54860516E	30/04/2014	55680	181 * XIX
MJX7924	54858231E	27/04/2014	55250	181 * XV
MLC5894	54860472E	28/04/2014	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLAUDIO MONTEIRO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1787/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1787/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ASO4384	54857212E	10/05/2014	51691	165
BBL2704	54860428E	15/04/2014	69200	233
IBJ4148	54861014E	08/05/2014	69200	233
IKP2395	54860676E	07/05/2014	65992	230 * V
IKP2395	54860677E	07/05/2014	50450	162 * V
IKP2395	54860678E	07/05/2014	51420	164 c/c 162 * V
ILH1751	54860235E	09/04/2014	69200	233
JMH1642	54861013E	08/05/2014	69200	233
KLJ5115	54860721E	08/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
KLJ5115	54860720E	08/05/2014	50100	162 * I
LBP4972	54860548E	15/04/2014	69200	233
LQY1180	54860925E	05/05/2014	69200	233
LXE9153	54861023E	09/05/2014	69200	233
LYR9144	54861024E	09/05/2014	69200	233
LYU3516	54857779E	04/05/2014	65992	230 * V
LZE2551	54860306E	03/05/2014	50100	162 * I
LZK7174	54859306E	11/03/2014	65992	230 * V
LZK7174	54859307E	11/03/2014	50100	162 * I
LZK7174	54859308E	11/03/2014	51180	164 c/c 162 * I

MAA0355	54856938E	20/04/2014	66700	230	*	XIII
MAA0355	54856939E	20/04/2014	67000	230	*	XVI
MAW0965	54861002E	07/05/2014	69200	233		
MAY5794	54859565E	10/05/2014	65992	230	*	V
MAY5794	54859562E	10/05/2014	50100	162	*	I
MAY5794	54859564E	10/05/2014	51180	164	c/c	162 * I
MBF1657	54858296E	04/05/2014	50100	162	*	I
MBF1657	54858297E	04/05/2014	51180	164	c/c	162 * I
MBF1657	54858299E	04/05/2014	66372	230	*	IX
MBF1657	54858298E	04/05/2014	66102	230	*	VII
MBX4012	54860901E	06/05/2014	69200	233		
MCY4034	54860545E	15/04/2014	69200	233		
MDD7768	54860434E	10/04/2014	69200	233		
MDY2326	54316475E	06/05/2014	51180	164	c/c	162 * I
MDY2326	54316474E	06/05/2014	50100	162	*	I
MDY2326	54316473E	06/05/2014	65992	230	*	V
MDY2326	54860652E	06/05/2014	73400	252	*	IV
MDY2326	54860651E	06/05/2014	66371	230	*	IX
MDY2326	54860653E	06/05/2014	65564	230	*	I
MFC5485	54861001E	07/05/2014	69200	233		
MFN5069	54858787E	29/03/2014	66372	230	*	IX
MFN5069	54858788E	29/03/2014	66371	230	*	IX
MFR0423	54860439E	11/04/2014	69200	233		
MFY5703	54861053E	05/05/2014	69200	233		
MGM7011	54858046E	03/05/2014	65992	230	*	V
MGM7011	54858047E	03/05/2014	50100	162	*	I
MGZ9520	54860436E	10/04/2014	69200	233		
MMB7933	54320992E	03/05/2014	50100	162	*	I
MRU8283	54860609E	08/05/2014	67261	230	*	XVIII
MRU8283	54860608E	08/05/2014	66372	230	*	IX
MRU8283	54860719E	08/05/2014	69120	232		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1788/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1788/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
COY0106	54860074E	11/04/2014	51851	167
DYA5832	54860496E	28/04/2014	54521	181 * VIII
ENF3561	54858044E	07/04/2014	55500	181 * XVIII
IMN0831	54860853E	12/05/2014	54521	181 * VIII
JNF9456	54860537E	05/05/2014	55680	181 * XIX
JPS2983	54860606E	08/05/2014	54523	181 * VIII
JZT0659	54859268E	20/04/2014	51851	167
KAC0795	54860004E	05/04/2014	56221	182 * VI
LXT8560	54860192E	19/04/2014	51851	167
LXV2028	54859604E	27/04/2014	54281	181 * V
LZC4177	54860820E	12/05/2014	55250	181 * XV
MBE4533	54860593E	02/05/2014	55680	181 * XIX
MBG8715	54860811E	10/05/2014	55411	181 * XVII
MBL4397	54860191E	19/04/2014	51851	167
MDG1431	54860723E	09/05/2014	55680	181 * XIX
MDP8110	54860605E	08/05/2014	55680	181 * XIX
MDQ9611	54860275E	16/04/2014	55680	181 * XIX
MDS7951	54860674E	09/05/2014	51851	167
MDY2326	54860654E	06/05/2014	58350	195
MEK6333	54860821E	12/05/2014	55250	181 * XV
MEL7068	54860565E	09/05/2014	55680	181 * XIX
MFD1497	54860666E	09/05/2014	51851	167
MFJ4638	54858990E	15/04/2014	73662	252 * VI
MGZ2818	54860599E	06/05/2014	55415	181 * XVII
MHB4284	54859978E	12/05/2014	73662	252 * VI
MHC5510	54860585E	02/05/2014	54521	181 * VIII
MHC7657	54858614E	03/05/2014	55500	181 * XVIII
MHJ5353	54860552E	05/05/2014	55680	181 * XIX
MII4618	54860801E	10/05/2014	55680	181 * XIX
MIP0215	54860579E	02/05/2014	55680	181 * XIX
MIQ4913	54856937E	08/04/2014	57380	186 * II
MJS1288	54860594E	02/05/2014	55680	181 * XIX
MKA0904	54858346E	17/04/2014	59670	203 * V
MLW6009	54860066E	11/04/2014	73662	252 * VI
MLW6728	54860285E	15/04/2014	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLAUDIO MONTEIRO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1791/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8064 1791/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AE55653	54859945E	06/05/2014	69120	232
AE55653	54859944E	06/05/2014	50100	162 * I
AE55653	54859943E	06/05/2014	65992	230 * V
AHX4825	54860263E	16/04/2014	66371	230 * IX
JEN2958	54857781E	16/05/2014	50100	162 * I
JEN2958	54857782E	16/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
LNE8031	54861111E	15/05/2014	69200	233
MAD1559	54858229E	19/04/2014	51691	165
MAK9376	54858619E	15/05/2014	65992	230 * V
MAK9376	54858620E	15/05/2014	50100	162 * I
MAK9376	54858621E	15/05/2014	50610	163 c/c 162 * I
MBM6695	54860161E	25/04/2014	51691	165
MBM6695	54860159E	25/04/2014	50100	162 * I
MBM6695	54860160E	25/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
MDG9227	54861050E	14/05/2014	69200	233
MDX9023	54861070E	16/05/2014	69200	233
MDZ6862	54860441E	24/04/2014	50100	162 * I
MEL9598	54861074E	16/05/2014	69200	233
MFI1632	54859271E	24/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
MFI1632	54859270E	24/04/2014	65992	230 * V
MFI1632	54859269E	24/04/2014	50100	162 * I
MGD0856	54860544E	14/04/2014	69200	233
MHI8203	54861069E	16/05/2014	69200	233
MHV8493	54861114E	15/05/2014	69200	233
MIT5108	54860755E	16/05/2014	66372	230 * IX
MIT5108	54860756E	16/05/2014	66532	230 * XI
MKD0880	54860729E	14/05/2014	67000	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1792/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
 DE TRANSITO N.8064 1792/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

 Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ARR0583	54860869E	12/05/2014	58196	193	
CMG9162	54860395E	22/04/2014	55680	181	* XIX
DSA1473	54858542E	26/04/2014	56222	182	* VI
JOV3929	54860447E	25/04/2014	55680	181	* XIX
KEU0088	54860532E	29/04/2014	55680	181	* XIX
MAW4828	54860254E	15/04/2014	55680	181	* XIX
MBN4571	54860277E	14/04/2014	56221	182	* VI
MCB0418	54860145E	15/04/2014	55680	181	* XIX
MCU1996	54857596E	17/04/2014	73662	252	* VI
MDK4327	54860948E	16/05/2014	55415	181	* XVII
MDZ6862	54860442E	24/04/2014	52583	174	
MEL7068	54860855E	12/05/2014	55680	181	* XIX
MGT1966	54860297E	23/04/2014	55680	181	* XIX
MHM3554	54860267E	16/04/2014	55680	181	* XIX
MIM7457	54860457E	25/04/2014	57380	186	* II
MJA1686	54860300E	23/04/2014	55680	181	* XIX
MJD4742	54860144E	15/04/2014	55680	181	* XIX
MJM9628	54858618E	12/05/2014	54521	181	* VIII
MKG5166	54860298E	23/04/2014	55680	181	* XIX
MLA7528	54860701E	06/05/2014	54521	181	* VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLAUDIO MONTEIRO
 AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1795/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8064 1795/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACM5009	54860918E	30/04/2014	69200	233
AEG2222	54859797E	27/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
AEG2222	54859796E	27/05/2014	50100	162 * I
AEG2222	54859794E	27/05/2014	65992	230 * V
AEG2222	54859795E	27/05/2014	67000	230 * XVI
BMG7767	54861351E	21/05/2014	69200	233
DXP2995	54860915E	29/04/2014	69200	233
JML2569	54861345E	21/05/2014	69200	233
KAS2652	54861174E	23/05/2014	69200	233
LZY2239	54861163E	20/05/2014	69200	233
MBA8082	54859950E	19/05/2014	50100	162 * I
MBA8082	54860030E	19/05/2014	65992	230 * V
MBU2776	54858991E	19/04/2014	50100	162 * I
MBU2776	54858992E	19/04/2014	50610	163 c/c 162 * I
MBX1407	54861336E	22/05/2014	69200	233
MBY9129	54860644E	25/04/2014	69200	233
MCJ3554	54860912E	29/04/2014	69200	233
MCV2259	54861162E	20/05/2014	69200	233
MCZ8531	54860656E	07/05/2014	65992	230 * V
MCZ8531	54860657E	07/05/2014	50450	162 * V
MCZ8531	54860658E	07/05/2014	65561	230 * I
MCZ8531	54860662E	07/05/2014	73400	252 * IV
MCZ8531	54860664E	07/05/2014	52741	175
MDD6031	54860032E	20/05/2014	50100	162 * I
MDD6031	54860031E	20/05/2014	65992	230 * V
MDL6114	54861342E	21/05/2014	69200	233
MDL7937	54860154E	25/04/2014	50100	162 * I
MDL7937	54860155E	25/04/2014	65992	230 * V
MDY6052	54861347E	21/05/2014	69200	233
MDY7065	54858950E	23/05/2014	66372	230 * IX
MDY7065	54858949E	23/05/2014	51420	164 c/c 162 * V
MDY7065	54858948E	23/05/2014	50450	162 * V
MDY7065	54858947E	23/05/2014	65992	230 * V
MEB8155	54858247E	25/05/2014	66102	230 * VII
MEO8467	54856942E	18/05/2014	65561	230 * I
MEO8467	54856941E	18/05/2014	69120	232
MIP8482	54860038E	27/05/2014	50100	162 * I
MIY4763	54858233E	30/04/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

SÃO MIGUEL DO OESTE

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1600/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1600/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAZ0959	55845280D	17/12/2013	65992	230 * V
AAZ0959	55845282D	17/12/2013	69120	232
BUN2322	55849456D	30/01/2014	66102	230 * VII
CVM3754	55848766D	22/12/2013	51691	165
ETN3843	55849040D	28/01/2014	69200	233
JNZ5759	55845509D	16/12/2013	69200	233
LXF4866	55839109D	07/02/2014	50100	162 * I
LXF4866	55839110D	07/02/2014	69120	232
LYV1263	55849458D	31/01/2014	65561	230 * I
LYV1263	55849457D	31/01/2014	51691	165
LYV1263	55849460D	31/01/2014	69120	232
LZT3565	55848765D	21/12/2013	50100	162 * I
MFS3900	55839319D	16/12/2013	50100	162 * I
MGK2557	55839323D	22/12/2013	69120	232
MGK2557	55845224D	22/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
MGK2557	55839322D	22/12/2013	50100	162 * I
MGK2557	55845225D	22/12/2013	51691	165
MIB9870	55849036D	28/01/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1601/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1601/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMD4492	55848733D	30/01/2014	51851	167
DTH0277	55848956D	20/01/2014	73662	252 * VI
DYF1002	55849019D	26/01/2014	65300	228
LYV1263	55849462D	31/01/2014	52070	169
LYV1263	55849461D	31/01/2014	58350	195
LYV1263	55849459D	31/01/2014	70561	244 * III
MEC9533	55849032D	01/02/2014	57380	186 * II
MHX4888	55848877D	18/01/2014	60412	207
MKG3366	55849439D	01/02/2014	70302	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1604/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1604/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
APC7771	55848818D	13/02/2014	69200	233
ARJ1786	55846038D	27/12/2013	50450	162 * V
IBT7889	55845116D	23/12/2013	69120	232
LZO4812	55845284D	20/12/2013	67261	230 * XVIII
MFW2301	55844725D	27/12/2013	67261	230 * XVIII
MFW2301	55848841D	27/12/2013	65561	230 * I
MFW2301	55848842D	27/12/2013	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1605/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1605/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ARJ1786	55846039D	27/12/2013	51851	167
ARJ1786	55846040D	27/12/2013	58350	195
ARJ1786	55846041D	27/12/2013	68580	231 * VII
DCG6540	55845223D	22/12/2013	51851	167
LXQ4039	55848732D	18/01/2014	51851	167

MCN5144	55849500D	08/02/2014	51851	167	
MEM5947	55849499D	08/02/2014	51851	167	
MET3662	55838648D	07/02/2014	63944	220	* XIV
MFW2301	55848776D	27/12/2013	57380	186	* II
MFW2301	55848777D	27/12/2013	58433	196	
MFW2301	55844724D	27/12/2013	58350	195	
MFW2301	55848843D	27/12/2013	60502	208	
MFW2301	55848844D	27/12/2013	60502	208	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1608/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1608/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADP3610	55846308D	16/02/2014	50100	162 * I
ADP3610	55846309D	16/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
ADP3610	55846311D	16/02/2014	73400	252 * IV
ADP3610	55846312D	16/02/2014	66372	230 * IX
BUN2322	55848946D	16/02/2014	66102	230 * VII
DIG6777	55848977D	15/01/2014	69200	233
LYQ6428	55848980D	15/01/2014	69200	233
LZT3565	55845621D	19/01/2014	50100	162 * I
LZT3565	55845623D	19/01/2014	67261	230 * XVIII
LZT3565	55849516D	19/01/2014	67691	230 * XXII
MCV2109	55838874D	08/01/2014	65992	230 * V
MDX4209	55848943D	10/02/2014	73400	252 * IV
MHB0072	55848976D	15/01/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1609/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1609/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADP3610	55846310D	16/02/2014	58350	195
BGV7876	55848860D	05/01/2014	51930	168
LZT3565	55845622D	19/01/2014	70301	244 * I
MCM6585	55845318D	16/01/2014	59161	202 * II
MDX4209	55848942D	10/02/2014	58350	195
MDX4209	55848944D	10/02/2014	70302	244 * I
MDX4209	55848945D	10/02/2014	52070	169
MHY6511	55845646D	15/01/2014	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1612/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1612/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CHO6406	55848775D	28/01/2014	66372	230 * IX
CHO6406	55848773D	28/01/2014	66102	230 * VII
CHO6406	55848772D	28/01/2014	51691	165
IKD3675	55849498D	02/02/2014	67261	230 * XVIII
JEI3161	55839114D	18/02/2014	66102	230 * VII
LZD1891	55849443D	01/02/2014	67691	230 * XXII
MAN6590	55837692D	14/01/2014	50450	162 * V
MBH6216	55849011D	26/01/2014	69120	232
MBH6216	55849009D	26/01/2014	65992	230 * V
MBH6216	55849010D	26/01/2014	50450	162 * V
MCP6180	55848875D	23/01/2014	50100	162 * I
MED0805	55849023D	26/01/2014	73400	252 * IV
MEM1040	55838405D	19/01/2014	65992	230 * V
MEM1040	55838403D	19/01/2014	50100	162 * I
MGV7588	55849437D	27/01/2014	73400	252 * IV
MHL7936	55845323D	27/01/2014	69120	232
MHQ9042	55849726D	21/02/2014	50100	162 * I
MHQ9042	55849727D	21/02/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1613/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE TRANSITO N.8029 1613/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CHO6406	55848774D	28/01/2014	59670	203 * V
CWF6801	55838407D	23/01/2014	54522	181 * VIII
LXR4827	55848813D	27/12/2013	55250	181 * XV
MBY4731	55849729D	24/02/2014	51851	167
MET3662	55839111D	07/02/2014	70302	244 * I
MFB4558	55849024D	26/01/2014	65300	228
MFF8443	55845476D	18/01/2014	51851	167
MJE3814	55848865D	14/01/2014	55414	181 * XVII
MLF0733	55845647D	27/01/2014	54100	181 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1616/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1616/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFI7637	55845901D	01/02/2014	50450	162	*	V
AGF8796	55849604D	01/03/2014	51691	165		
AIX5026	55849542D	06/03/2014	67000	230	*	XVI
AIX5026	55845498D	01/03/2014	50450	162	*	V
AIX5026	55845499D	01/03/2014	66102	230	*	VII
AJG1664	55849536D	08/02/2014	50100	162	*	I
ALG1103	55838404D	20/01/2014	51691	165		
CKO4941	55849540D	09/02/2014	50100	162	*	I
ENP3289	55848854D	06/02/2014	50450	162	*	V
INL9020	55846214D	10/03/2014	69120	232		
INL9020	55846213D	10/03/2014	50100	162	*	I
LXT1626	55849745D	08/03/2014	52741	175		
LXT1626	55849746D	08/03/2014	51180	164	c/c	162 * I
LXT1626	55849744D	08/03/2014	50100	162	*	I
LXV1137	55849662D	24/02/2014	73400	252	*	IV
LYN4295	55849028D	29/01/2014	69120	232		
LYN4295	55849029D	29/01/2014	65992	230	*	V
LYN4295	55849027D	29/01/2014	50100	162	*	I
LYN4295	55849030D	29/01/2014	67261	230	*	XVIII
LZJ7224	55846291D	23/02/2014	51180	164	c/c	162 * I
LZJ7224	55846290D	23/02/2014	66372	230	*	IX
LZJ7224	55849486D	23/02/2014	65992	230	*	V
LZJ7224	55846287D	23/02/2014	50100	162	*	I
MCE3703	55848916D	26/01/2014	51691	165		
MGY4542	55849026D	29/01/2014	50100	162	*	I
MHL6330	55849742D	02/03/2014	69120	232		
MHL6330	55849734D	02/03/2014	51691	165		
MJV4447	55849539D	09/02/2014	50450	162	*	V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTES EDITAIS.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1617/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1617/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGF8796	55849603D	01/03/2014	51851	167
APN7170	55849497D	08/02/2014	51851	167
CAJ2207	55849735D	05/03/2014	55250	181 * XV
CKQ3148	55849453D	08/03/2014	51851	167
CKQ3148	55849454D	08/03/2014	73662	252 * VI
CRE1024	55846293D	23/02/2014	51851	167
HYO1710	55845484D	18/01/2014	51851	167
IGF6451	55849480D	08/02/2014	51851	167
IGF6451	55849481D	08/02/2014	57200	186 * I
IUJ0308	55845493D	11/02/2014	55680	181 * XIX
JGG0380	55849489D	23/02/2014	51851	167
LAU2983	55849031D	01/02/2014	73662	252 * VI
LAY9506	55849496D	27/01/2014	54281	181 * V
LXT1626	55849748D	08/03/2014	58780	199
LXV1137	55849661D	24/02/2014	59670	203 * V
LXV1137	55849663D	24/02/2014	52070	169
LZJ7224	55849487D	23/02/2014	58350	195
LZJ7224	55849488D	23/02/2014	52152	170
MCM7643	55848889D	30/01/2014	60681	209
MHL6330	55849741D	02/03/2014	70481	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1620/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1620/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

IFZ8374	55849130D	11/03/2014	65992	230	* V
MAP3084	55845120D	15/02/2014	67691	230	* XXII
MDK3198	55848819D	13/02/2014	69200	233	
MDU3404	55849236D	11/03/2014	65992	230	* V
MDU3404	55848793D	11/03/2014	69120	232	
MEJ0688	55848938D	10/02/2014	66371	230	* IX
MET0069	55849205D	11/03/2014	69120	232	
MET3662	55849664D	25/02/2014	73400	252	* IV
MFM9326	55849134D	11/03/2014	65992	230	* V
MFY3510	55849123D	11/03/2014	73400	252	* IV
MGD3775	55839113D	13/02/2014	69120	232	
MGD3775	55839112D	13/02/2014	64080	221	
MGG5805	55849157D	11/03/2014	69120	232	
MHG8271	55849209D	11/03/2014	73400	252	* IV
MHG8271	55849214D	11/03/2014	52741	175	
MIR4934	55849240D	11/03/2014	50450	162	* V
MIR4934	55849241D	11/03/2014	69120	232	
MKZ4286	55837874D	12/03/2014	67691	230	* XXII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1621/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1621/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ACH7534	55845502D	07/03/2014	60760	210
AHM8124	55849173D	11/03/2014	51851	167
CAB5786	55846296D	23/02/2014	57200	186 * I
CBF1372	55849221D	11/03/2014	51851	167
CHO6406	55845495D	11/02/2014	51851	167
CJP0517	55848893D	08/02/2014	73662	252 * VI

IFZ8374	55849129D	11/03/2014	51851	167	
JTA9814	55837896D	06/03/2014	57380	186	* II
LXJ0004	55849673D	11/03/2014	73662	252	* VI
LYC1458	55849141D	05/03/2014	59670	203	* V
MAC2582	55849755D	11/03/2014	51851	167	
MBW1045	55613594C	02/03/2014	70481	244	* II
MCY8474	55849206D	11/03/2014	70302	244	* I
MDQ2934	55849225D	11/03/2014	70302	244	* I
MET3662	55849665D	25/02/2014	52070	169	
MGW9964	55849200D	11/03/2014	70302	244	* I
MHG8271	55849211D	11/03/2014	51852	167	
MKZ4286	55837873D	12/03/2014	70302	244	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1623/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1623/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIM1222	55849385D	19/03/2014	69200	233
BPZ1990	55845122D	22/02/2014	69120	232
CCS1187	55849081D	16/03/2014	51691	165
CFP7150	55849424D	19/03/2014	69200	233
CHO6406	55849618D	15/02/2014	66102	230 * VII
DFH1221	55849390D	19/03/2014	69200	233
HSQ2064	55849718D	18/02/2014	73400	252 * IV
IDI8282	55849678D	18/03/2014	69200	233
JZG7563	55849383D	19/03/2014	69200	233
LWT7754	55849420D	19/03/2014	69200	233
LYT1522	55849077D	08/03/2014	66372	230 * IX
LZU7802	55849216D	11/03/2014	50100	162 * I

MAU5155 55849426D 19/03/2014 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1624/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1624/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CHO6406	55848784D	20/02/2014	58350	195
CHO6406	55849633D	15/02/2014	51852	167
CHO6406	55849617D	15/02/2014	51851	167
MBO5975	55849732D	27/02/2014	51851	167
MEF5585	55849430D	19/03/2014	57380	186 * II
MIV6173	55837898D	18/03/2014	57380	186 * II
MJD2785	55849170D	11/03/2014	59910	206 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1626/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1626/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADU1210	55849363D	21/03/2014	66102	230 * VII
BLC4110	55837694D	05/03/2014	51180	164 c/c 162 * I
BLC4110	55837693D	05/03/2014	69120	232
BLC4413	55845625D	01/03/2014	66102	230 * VII
BLC4413	55844766D	01/03/2014	66372	230 * IX
CRJ1874	55848927D	18/03/2014	66371	230 * IX
ILL4271	55849419D	19/03/2014	69200	233
LNO4449	55845124D	09/03/2014	50100	162 * I
LXQ2036	55849261D	21/03/2014	66102	230 * VII
LXQ2036	55849260D	21/03/2014	50100	162 * I
LXQ2036	55849757D	21/03/2014	65992	230 * V
LXQ2036	55849758D	21/03/2014	66371	230 * IX
LYR6147	55849699D	02/03/2014	73400	252 * IV
LZR8924	55849467D	26/02/2014	50100	162 * I
MAE1010	55846315D	01/03/2014	65992	230 * V
MAE1010	55846316D	01/03/2014	69120	232
MBD7865	55849138D	05/03/2014	65992	230 * V
MCL7216	55849683D	18/03/2014	69200	233
MCV1182	55595196C	02/03/2014	69120	232
MCV1182	55595197C	02/03/2014	65480	229
MEJ3360	55846294D	23/02/2014	73400	252 * IV
MEV6908	55849145D	09/03/2014	50100	162 * I
MFE2362	55849509D	27/03/2014	50371	162 * III
MFF8757	55849197D	11/03/2014	73400	252 * IV
MKV7724	55849698D	27/02/2014	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1627/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1627/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADU1210	55849362D	21/03/2014	51851	167	
AKM7090	55849543D	14/03/2014	59670	203	* V
BYO6261	55849161D	19/03/2014	58350	195	
CKN0843	55613592C	27/02/2014	61810	215	* II
CRJ1874	55848926D	18/03/2014	72340	250	* I * a
EEP1208	55849242D	11/03/2014	51851	167	
IGB5157	55845459D	05/02/2014	52070	169	
IGB5157	55845458D	05/02/2014	51851	167	
ITG7749	55848794D	11/03/2014	51851	167	
LNO4449	55845125D	09/03/2014	58350	195	
LNU3171	55849217D	11/03/2014	51851	167	
LXR4475	55849728D	22/02/2014	52312	172	
LXR4475	55849720D	22/02/2014	65300	228	
LYR6147	55849450D	02/03/2014	58350	195	
MBD2428	55849349D	27/03/2014	73662	252	* VI
MBD2428	55849350D	27/03/2014	51851	167	
MCV1182	55848922D	02/03/2014	52070	169	
MCX1472	55849177D	20/03/2014	57380	186	* II
MFE2362	55849494D	27/03/2014	70481	244	* II
MFW8786	55849721D	21/02/2014	73662	252	* VI
MGD4367	55849222D	11/03/2014	51851	167	
MGH3204	55846314D	01/03/2014	51851	167	
MGO9683	55849756D	18/03/2014	73662	252	* VI
MGU9367	55849348D	27/03/2014	51851	167	
MIZ9157	55837895D	03/03/2014	51851	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1630/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1630/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JZT2572	55849492D	16/03/2014	66372	230 * IX
JZT2572	55849491D	16/03/2014	50100	162 * I
JZT2572	55849490D	16/03/2014	65992	230 * V
JZT2572	55849506D	16/03/2014	69120	232
JZT2572	55849507D	16/03/2014	65800	230 * IV
LZR8924	55849556D	11/03/2014	50100	162 * I
MEQ8107	55849198D	11/03/2014	73400	252 * IV
MFH1329	55849163D	11/03/2014	73400	252 * IV
MHS4962	55849132D	11/03/2014	69120	232
MHS4962	55849133D	11/03/2014	65992	230 * V
MJF8119	55849256D	11/03/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1631/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1631/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ALW2026	55849237D	11/03/2014	51851	167
APW5932	55849347D	27/03/2014	51851	167
CJD8508	55848788D	11/03/2014	51851	167
HHA0820	55849298D	07/03/2014	60760	210
HQR9721	55845500D	07/03/2014	60760	210
IOA5189	55848862D	11/01/2014	73662	252 * VI
JZT2572	55849508D	16/03/2014	56570	182 * IX
MAJ0653	55849118D	11/03/2014	51852	167
MEG7246	55845259D	02/04/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1634/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1634/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABC9471	55839546D	05/04/2014	51691	165
ABU4227	55850056D	10/04/2014	69120	232
BMH5000	55849270D	01/04/2014	65992	230 * V
CKQ5307	55839200D	11/03/2014	65565	230 * I
DAF7589	55850000D	02/04/2014	65992	230 * V
DAF7589	55850001D	02/04/2014	69120	232
DAF7589	55850002D	02/04/2014	50100	162 * I

GSF0473	55849082D	17/03/2014	50100	162	* I
GSF0473	55849084D	17/03/2014	66102	230	* VII
IAR4857	55839545D	05/04/2014	66371	230	* IX
IAR4857	55839544D	05/04/2014	65992	230	* V
IAR4857	55839543D	05/04/2014	69120	232	
IAR4857	55839542D	05/04/2014	51691	165	
IJY8927	55849351D	30/03/2014	52741	175	
ILI0360	55849421D	19/03/2014	69200	233	
KAF1787	55849785D	07/04/2014	51180	164	c/c 162 * I
KAF1787	55849786D	07/04/2014	69120	232	
LXR9389	55849171D	11/03/2014	69120	232	
LZQ0011	55849281D	03/04/2014	50100	162	* I
LZQ0011	55848925D	03/04/2014	64080	221	
MCZ7606	55849378D	19/03/2014	69200	233	
MEL8705	55849201D	11/03/2014	73400	252	* IV
MEL8705	55849202D	11/03/2014	69120	232	
MET3662	55849643D	27/03/2014	69120	232	
MFB6417	55849550D	05/04/2014	65992	230	* V
MFM1635	55849416D	19/03/2014	69200	233	
MFM1685	55849417D	19/03/2014	69200	233	
MJO5339	55849694D	18/03/2014	69200	233	
MMA9472	55849213D	11/03/2014	73400	252	* IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1635/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1635/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABU4227	55850057D	10/04/2014	51851	167
BNC9053	55849274D	05/04/2014	54600	181 * IX

GKT3860	55844736D	03/03/2014	54600	181	*	IX
GYG8011	55849342D	20/03/2014	73662	252	*	VI
GYG8011	55849343D	20/03/2014	51851	167		
IJY8927	55849352D	30/03/2014	72340	250	*	I * a
INI4864	55849790D	10/04/2014	55411	181	*	XVII
LXM9722	55849515D	09/04/2014	51851	167		
LYB5277	55849164D	11/03/2014	51851	167		
MBR3095	55849168D	11/03/2014	51851	167		
MFM1562	55849139D	05/03/2014	55414	181	*	XVII
MGK0087	55845105D	02/04/2014	51851	167		
MKR9497	55849754D	11/03/2014	70302	244	*	I
MMA9472	55849212D	11/03/2014	70302	244	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1638/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1638/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAR0326	55849765D	24/04/2014	69200	233
AOM9414	55839540D	28/03/2014	51180	164 c/c 162 * I
AOM9414	55839539D	28/03/2014	50100	162 * I
CGO0778	55849102D	16/04/2014	50450	162 * V
CGO0778	55849101D	16/04/2014	65992	230 * V
CGO0778	55849103D	16/04/2014	67261	230 * XVIII
DZY6803	55849555D	13/04/2014	51691	165
GWM3231	55849245D	28/04/2014	50100	162 * I
HRB1432	55849400D	06/04/2014	52741	175
HRB1432	55849402D	06/04/2014	66371	230 * IX
HRB1432	55849398D	06/04/2014	65992	230 * V
HRB1432	55849399D	06/04/2014	50100	162 * I

IMY1833	55844772D	15/04/2014	65992	230	* V
IMY1833	55844770D	15/04/2014	51691	165	
JZE8086	55846220D	25/03/2014	69120	232	
JZE8086	55846219D	25/03/2014	65992	230	* V
JZE8086	55846218D	25/03/2014	50100	162	* I
KQL8391	55850163D	24/04/2014	69200	233	
LNO4449	55850137D	20/04/2014	51691	165	
LNO4449	55850136D	20/04/2014	50450	162	* V
MAC8478	55849150D	23/03/2014	65992	230	* V
MAC8478	55849151D	23/03/2014	66371	230	* IX
MAS7213	55837698D	15/04/2014	67261	230	* XVIII
MBO9055	55837696D	12/04/2014	50100	162	* I
MBS5992	55850171D	24/04/2014	69200	233	
MCI1102	55849777D	01/04/2014	50100	162	* I
MCI1102	55849271D	01/04/2014	51180	164	c/c 162 * I
MCW9409	55849510D	31/03/2014	50100	162	* I
MEM8412	55850118D	21/04/2014	69120	232	
MEM8412	55850117D	21/04/2014	50100	162	* I
MER0351	55850133D	24/04/2014	69200	233	
MET3662	55849149D	23/03/2014	66372	230	* IX
MIN8687	55850175D	24/04/2014	69200	233	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1639/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1639/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ANB1792	55849264D	29/03/2014	51851	167
CCN7324	55845264D	02/04/2014	51851	167
CZM5256	55849365D	28/03/2014	51851	167

HRB1432	55849401D	06/04/2014	58350	195	
IJY8927	55850043D	21/04/2014	60502	208	
IJY8927	55850044D	21/04/2014	57200	186	* I
IJY8927	55850042D	21/04/2014	58350	195	
JZE8086	55846221D	25/03/2014	58350	195	
JZE8086	55846222D	25/03/2014	57200	186	* I
LNO4449	55850140D	20/04/2014	57200	186	* I
LNO4449	55850139D	20/04/2014	52152	170	
LNO4449	55850138D	20/04/2014	58350	195	
MAS7213	55837697D	15/04/2014	53470	178	
MBG5025	55849644D	27/03/2014	52070	169	
MBP8059	55593328C	08/04/2014	54521	181	* VIII
MET3662	55849148D	23/03/2014	70561	244	* III
MHQ6131	55849641D	21/03/2014	55415	181	* XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1642/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1642/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HLP2199	55849956D	28/04/2014	69120	232
MBV8218	55849280D	30/03/2014	52741	175
MET3662	55850018D	03/04/2014	66531	230 * XI
MFD8021	55850003D	05/04/2014	69120	232
MFD8021	55850004D	05/04/2014	66372	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1643/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1643/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CIQ6350	55849279D	29/03/2014	52070	169
MBS2623	55849781D	04/04/2014	55414	181 * XVII
MET3662	55850020D	03/04/2014	63941	220 * XIV
MET3662	55850021D	03/04/2014	61810	215 * II
MET3662	55850022D	03/04/2014	58191	193
MET3662	55850016D	03/04/2014	70561	244 * III
MET3662	55850017D	03/04/2014	58350	195
MET3662	55850019D	03/04/2014	52151	170
MFY8461	55849787D	07/04/2014	55411	181 * XVII
MGB8275	55850023D	07/04/2014	70561	244 * III
MHC1774	55850096D	27/04/2014	59242	203 * I
MJU7444	55850037D	10/04/2014	60172	206 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1646/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1646/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CCS1187	55849960D	06/05/2014	69200	233
JZF4151	55839549D	05/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
JZF4151	55850015D	05/05/2014	50100	162 * I
JZF4151	55850014D	05/05/2014	65992	230 * V
JZF4151	55839550D	05/05/2014	69120	232
MAW5752	55603870C	14/04/2014	50100	162 * I
MCA1755	55849963D	09/05/2014	69200	233
MDH1080	55849551D	08/04/2014	64080	221
MDH1080	55849553D	08/04/2014	69120	232
MDH1080	55849552D	08/04/2014	66372	230 * IX
MJY2219	55849524D	27/04/2014	50100	162 * I
MJY2219	55849521D	27/04/2014	65992	230 * V
MJY2219	55849525D	27/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
MJY2219	55849520D	27/04/2014	69120	232
MJY2219	55846224D	27/04/2014	66372	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1647/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1647/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALJ1858	55850036D	08/04/2014	60172	206 * III
CLT7232	55593334C	25/04/2014	51851	167
CNM8556	55850099D	25/04/2014	73662	252 * VI
DRC4783	55850039D	13/04/2014	57200	186 * I
DRC4783	55850040D	13/04/2014	51851	167
MGQ7530	55849285D	03/05/2014	58780	199
MGZ4559	55850026D	10/04/2014	51851	167
MJY2219	55846225D	27/04/2014	61732	215 * I * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1650/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1650/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFZ4180	55593407C	28/04/2014	69120	232
CIR4140	55850170D	24/04/2014	69200	233
DJI2737	55850132D	24/04/2014	69200	233
DXS4076	55850078D	14/05/2014	69120	232

FEZ6986	55850162D	24/04/2014	69120	232	
HRQ5990	55848958D	24/04/2014	69120	232	
LZT3565	55603873C	23/04/2014	67261	230	* XVIII
LZT3565	55603872C	23/04/2014	66371	230	* IX
LZT3565	55603871C	23/04/2014	50100	162	* I
MDL7060	55593405C	24/04/2014	69200	233	
MHW1523	55849970D	15/05/2014	69200	233	
MHY7184	55849090D	03/04/2014	51691	165	
MLD5602	55849762D	24/04/2014	69200	233	
MZA0549	55849369D	28/04/2014	65992	230	* V
MZA0549	55849370D	28/04/2014	50100	162	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1651/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1651/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KAF1787	55846318D	11/05/2014	70561	244 * III
MAR3584	55935120B	20/04/2014	55411	181 * XVII
MJZ7375	55849409D	25/04/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1654/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1654/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CIU0223	55850134D	24/04/2014	69200	233
IAV3368	55849820D	15/05/2014	52820	176 * I
IAV3368	55849821D	15/05/2014	52900	176 * II
LXM3250	55849840D	10/05/2014	67261	230 * XVIII
LXM3250	55849839D	10/05/2014	64080	221
LXM3250	55849838D	10/05/2014	69120	232
LXM3250	55849837D	10/05/2014	65992	230 * V
LXM3250	55849836D	10/05/2014	50291	162 * II
LZM8329	55850158D	16/04/2014	69120	232
LZM8329	55850159D	16/04/2014	66372	230 * IX
LZM8329	55850157D	16/04/2014	51691	165
LZM8329	55593402C	16/04/2014	50100	162 * I
MFA3610	55846483D	17/05/2014	64080	221
MFA3610	55846485D	17/05/2014	52900	176 * II
MFA3610	55849647D	17/05/2014	52820	176 * I
MHF3968	55849113D	24/04/2014	50100	162 * I
MHW0188	55593403C	24/04/2014	69200	233
MLB6679	55850166D	24/04/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1655/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1655/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AKS9408	55603874C	23/04/2014	57200	186 * I
ARM2818	55837700D	03/05/2014	70302	244 * I
ARM2818	55837699D	03/05/2014	58350	195
DDO7626	55857077D	22/05/2014	52070	169
DDO7626	55857076D	22/05/2014	59670	203 * V
DGI2828	55848934D	25/04/2014	51851	167
IAV3368	55849822D	15/05/2014	53800	181 * I
LXJ2799	55849868D	25/04/2014	51851	167
LZC3940	55849312D	20/05/2014	51852	167
MEJ2665	55848932D	25/04/2014	51851	167
MHF3968	55849114D	24/04/2014	61732	215 * I * a
MTI8906	55849857D	25/04/2014	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1657/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1657/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJH9355	55857018D	27/05/2014	69200	233	
IAV3368	55857021D	27/05/2014	69200	233	
INY7051	55857030D	27/05/2014	69200	233	
JUU4537	55850077D	14/05/2014	69120	232	
KAF1787	55849650D	20/05/2014	73400	252	* IV
LYU5025	55849966D	09/05/2014	69200	233	
LZX9841	55603098C	06/05/2014	50100	162	* I
LZX9841	55603100C	06/05/2014	65561	230	* I
LZX9841	55603099C	06/05/2014	65992	230	* V
MAS3096	55857019D	27/05/2014	69200	233	
MAS6237	55857028D	27/05/2014	69200	233	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1658/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1658/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CZK9221	55844776D	06/05/2014	57200	186	* I
MXH0993	55850058D	16/04/2014	55411	181	* XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1661/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1661/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CIO5586	55850051D	03/05/2014	51691	165
CIO5586	55849900D	03/05/2014	66102	230 * VII
HOW8636	55849967D	09/05/2014	69200	233
LYI7577	55849925D	20/05/2014	69120	232
MAO2687	55849252D	14/05/2014	51691	165
MAO2687	55935125B	14/05/2014	65992	230 * V
MBN6933	55593337C	25/04/2014	73400	252 * IV
MBQ2332	55857240D	03/06/2014	69120	232
MBX9668	55857116D	28/05/2014	50100	162 * I
MDC5561	55849326D	31/05/2014	65992	230 * V
MLX5263	55857277D	04/06/2014	69120	232
MOD1746	55849705D	28/04/2014	65992	230 * V
NJO3569	55857137D	27/05/2014	66371	230 * IX
NJO3569	55857136D	27/05/2014	65561	230 * I
NPV9873	55849961D	06/05/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1662/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1662/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AND1187	55849571D	28/05/2014	55414	181 * XVII
CAJ2207	55857236D	28/05/2014	55250	181 * XV
CNG5989	55856978D	17/05/2014	51851	167
DQW4378	55846476D	25/04/2014	51851	167
LXR1016	55839548D	17/04/2014	54281	181 * V
MBC9934	55613600C	31/05/2014	61732	215 * I * a
MBQ2332	55857239D	03/06/2014	57380	186 * II
MCP2458	55857200D	27/05/2014	51851	167
MFT4551	55857198D	27/05/2014	51851	167
MGH6404	55857377D	04/06/2014	70561	244 * III
MJK0748	55857179D	27/05/2014	51851	167
MJK0748	55857178D	27/05/2014	73662	252 * VI
MJP6270	55857041D	27/05/2014	51852	167
MKK7833	55850050D	03/05/2014	57200	186 * I
MLX5263	55857062D	27/05/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1665/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1665/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJG1664	55849889D	20/05/2014	50610	163 c/c 162 * I
AJG1664	55849888D	20/05/2014	50100	162 * I
AMW2522	55849826D	11/06/2014	67261	230 * XVIII
AMW2522	55849824D	11/06/2014	50100	162 * I
IOL0918	55856956D	24/05/2014	66532	230 * XI
IOL0918	55856957D	24/05/2014	66450	230 * X
LXY5342	55857000D	08/06/2014	66371	230 * IX
LXY5342	55856998D	08/06/2014	52741	175
LXY5342	55857001D	08/06/2014	66102	230 * VII
LYB4931	55848953D	04/06/2014	65992	230 * V
LZS3872	55849192D	11/06/2014	67261	230 * XVIII
LZS3872	55849191D	11/06/2014	66372	230 * IX
LZS3872	55849193D	11/06/2014	69120	232
LZS3872	55849194D	11/06/2014	66372	230 * IX
LZS3872	55849195D	11/06/2014	50450	162 * V
MGP4803	55857231D	11/06/2014	69200	233
MHG4660	55848950D	04/06/2014	50100	162 * I
MHG4660	55848952D	04/06/2014	51180	164 c/c 162 * I
MKG2172	55857248D	09/06/2014	65992	230 * V
ONZ8227	55593416C	18/05/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1666/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1666/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AMW2522	55849828D	11/06/2014	70721	244 * V
AMW2522	55849827D	11/06/2014	68580	231 * VII
LVA9871	55849313D	20/05/2014	51852	167
LZB5942	55850194D	11/06/2014	55414	181 * XVII
MBB7447	55849791D	16/05/2014	55414	181 * XVII
MEM9513	55849975D	18/05/2014	58350	195
MEM9513	55849974D	18/05/2014	70302	244 * I
MIU1675	55850148D	07/05/2014	51851	167
MJB3423	55850145D	07/05/2014	51851	167
MJS2181	55849710D	20/05/2014	51851	167
MKM8126	55850048D	03/05/2014	54284	181 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1669/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1669/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ATG9214	55857032D	27/05/2014	69200	233
CCS1187	55857123D	15/06/2014	50450	162 * V
LBI0664	55850152D	22/05/2014	64080	221
LBI0664	55850153D	22/05/2014	50292	162 * II
MAW6736	55849708D	20/05/2014	73400	252 * IV
MBC9934	55857497D	19/06/2014	66371	230 * IX
MBH6922	55850178D	18/05/2014	65992	230 * V
MCQ0447	55857397D	15/06/2014	50100	162 * I
MCQ0447	55857396D	15/06/2014	65992	230 * V
MEZ4306	55856980D	20/05/2014	69120	232
MGL3202	55856960D	24/05/2014	65992	230 * V
MGL3202	55856961D	24/05/2014	65561	230 * I
MIA7628	55849310D	20/05/2014	73400	252 * IV
MIR5558	55857378D	29/05/2014	52741	175
MKE2899	55846323D	17/05/2014	65992	230 * V
MKE2899	55846324D	17/05/2014	69120	232
MKL5210	55857444D	23/06/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1670/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1670/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CRN1876	55857124D	15/06/2014	65300	228
ECT5549	55857254D	15/06/2014	73662	252 * VI
LXF7696	55838406D	11/06/2014	51852	167

MDA3878	55849307D	16/05/2014	55411	181 * XVII
MHE0301	55849709D	20/05/2014	51852	167
MJS9732	55849315D	22/05/2014	55414	181 * XVII
MLT2446	55849894D	22/05/2014	57380	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1672/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1672/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

CKQ0067	55857227D	05/06/2014	69200	233
GYX5354	55857223D	05/06/2014	69200	233
IJZ1498	55857228D	05/06/2014	69200	233
INA0732	55849651D	01/06/2014	65992	230 * V
LXF2047	55857063D	11/06/2014	69120	232
LZT3565	55844778D	05/06/2014	67261	230 * XVIII
LZT3565	55844777D	05/06/2014	50100	162 * I
MBC9934	55857043D	19/06/2014	67000	230 * XVI
MBC9934	55857044D	24/06/2014	66102	230 * VII
MBC9934	55856990D	24/06/2014	67261	230 * XVIII
MGA7673	55857339D	03/06/2014	65561	230 * I
MGA7673	55857337D	03/06/2014	50100	162 * I
MGA7673	55857338D	03/06/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1673/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1673/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HQB2053	55856988D	27/05/2014	51851	167
LZW4700	55849286D	27/05/2014	51851	167
MCQ9619	55857577D	20/06/2014	51851	167
MEC7973	55857929D	26/06/2014	73662	252 * VI
MIX5491	55857197D	27/05/2014	51851	167
MLD3035	55856985D	27/05/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1675/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1675/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BTY2613	55857255D	15/06/2014	65992	230 * V
BTY2613	55846298D	15/06/2014	65800	230 * IV
BTY2613	55846299D	15/06/2014	66371	230 * IX
BTY2613	55846300D	15/06/2014	51180	164 c/c 162 * I
BTY2613	55846301D	15/06/2014	50100	162 * I
DYZ2549	55857118D	31/05/2014	65992	230 * V
DYZ2549	55857121D	31/05/2014	69630	237
KKW8987	55857233D	11/06/2014	69200	233
LZU9887	55857447D	02/07/2014	69200	233
MBV9168	55857230D	11/06/2014	69200	233
MCL4274	55857186D	07/06/2014	50450	162 * V
MCW5089	55613939C	27/05/2014	69120	232
MCW5089	55613940C	27/05/2014	65992	230 * V
MCW5089	55613941C	27/05/2014	69120	232
MCW5961	55857453D	02/07/2014	69200	233
MGI9321	55844781D	07/06/2014	50100	162 * I
MHI6304	55858040D	08/07/2014	69200	233
MHU4030	55857079D	27/05/2014	69120	232
MHV2825	55857353D	15/06/2014	65992	230 * V
MHV2825	55857352D	15/06/2014	66102	230 * VII
MJC3540	55850180D	05/06/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1676/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1676/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHN6846	55857530D	30/06/2014	51851	167
DCF4548	55844779D	07/06/2014	61732	215 * I * a
DRE0226	55857840D	24/06/2014	51851	167
IQS7048	55857061D	20/05/2014	51852	167
LYP2583	55857718D	02/07/2014	51851	167
LYW9225	55857584D	26/06/2014	51851	167
MIF8527	55857587D	26/06/2014	60250	206 * IV
MIZ1486	55857586D	26/06/2014	51851	167
MJY1859	55857719D	02/07/2014	51851	167
MJY1859	55857717D	02/07/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1679/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1679/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
APD5672	55857298D	11/06/2014	69120	232
ATG9264	55857965D	08/07/2014	50292	162 * II
CRC7483	55857045D	29/06/2014	51691	165

IGO5448	55857356D	04/06/2014	67691	230	* XXII
LXE9228	55858216D	09/07/2014	69120	232	
LZV7802	55857498D	20/06/2014	65992	230	* V
MCL4274	55857183D	07/06/2014	69120	232	
MCL4274	55857184D	07/06/2014	52741	175	
MCL4274	55856989D	07/06/2014	67691	230	* XXII
MCL4274	55857187D	07/06/2014	50960	163	c/c 162 * V
MDT6495	55846302D	15/06/2014	50100	162	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1680/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1680/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIQ0620	55857243D	06/06/2014	60681	209
APD5672	55857297D	11/06/2014	51851	167
BGR8077	55849189D	11/06/2014	51930	168
BNZ7418	55857637D	02/07/2014	51851	167
LZR1684	55857590D	24/06/2014	51851	167
MEF2880	55858178D	08/07/2014	51851	167
MIW6778	55857004D	10/06/2014	55414	181 * XVII
MJA3120	55858023D	08/07/2014	51851	167
MLO2700	55857721D	03/07/2014	61220	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1681/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1681/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADU1210	55858116D	12/07/2014	66372	230 * IX
CCS1187	55857070D	12/07/2014	66450	230 * X
CFW1796	55857141D	11/07/2014	65992	230 * V
DRT3445	55857441D	23/06/2014	69200	233
HRE3311	55857014D	18/07/2014	50100	162 * I
HRE3311	55857015D	18/07/2014	67261	230 * XVIII
HRE3311	55857013D	18/07/2014	65992	230 * V
LYG7298	55857982D	14/07/2014	50450	162 * V
LYY7476	55857528D	18/06/2014	65992	230 * V
LYY7476	55857518D	18/06/2014	69120	232
LZX7196	55858120D	12/07/2014	51691	165
LZX7196	55858117D	12/07/2014	50100	162 * I
LZX7196	55858119D	12/07/2014	67691	230 * XXII
MAF9391	55858496D	19/07/2014	50292	162 * II
MAH0223	55858465D	12/07/2014	50450	162 * V
MAP4448	55857976D	24/06/2014	66102	230 * VII
MAP4448	55857977D	24/06/2014	50450	162 * V
MDI0172	55858003D	14/07/2014	50100	162 * I
MEQ5785	55858463D	12/07/2014	50100	162 * I
MFC3633	55849799D	23/06/2014	65992	230 * V
MFC3633	55849800D	23/06/2014	69120	232
MHN5400	55857319D	23/06/2014	50100	162 * I
MID3552	55857488D	08/07/2014	69200	233
NSW9843	55857438D	23/06/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1682/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1682/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEN3516	55858255D	10/07/2014	51851	167
AHN6846	55849714D	09/07/2014	53980	181 * II
AHY4922	55857917D	24/06/2014	51851	167
AJX1956	55858376D	19/07/2014	73662	252 * VI
ALP5391	55844785D	07/06/2014	51851	167
BBD2727	55849374D	13/06/2014	57380	186 * II
CFB8015	55858457D	09/07/2014	57380	186 * II
CFB8015	55858458D	09/07/2014	51851	167
CYR7482	55857924D	26/06/2014	51851	167
HRE3311	55858471D	18/07/2014	59670	203 * V
IDG2582	55858557D	21/07/2014	51851	167
IHK8249	55858151D	17/07/2014	51851	167
ILK6700	55858030D	10/07/2014	51851	167
KFN7920	55849908D	22/06/2014	51851	167
LWR3180	55857592D	02/07/2014	55415	181 * XVII
LXM9722	55857723D	11/07/2014	51851	167
LZS7779	55858028D	10/07/2014	51851	167
LZX7196	55857133D	12/07/2014	51851	167
LZX7196	55858118D	12/07/2014	68580	231 * VII
MCC0195	55857676D	24/06/2014	73662	252 * VI
MCE1655	55858143D	15/07/2014	73662	252 * VI
MDY4234	55857250D	12/06/2014	55414	181 * XVII
MHB2128	55857495D	14/07/2014	51851	167
MHN5400	55857320D	23/06/2014	70302	244 * I
MHW3513	55849797D	14/06/2014	51851	167
MIQ5950	55857082D	20/06/2014	51851	167
MJA9041	55857736D	21/06/2014	51851	167
MJF4017	55858084D	19/07/2014	51851	167
MJG0074	55857974D	14/07/2014	51851	167
MJL8670	55849953D	14/07/2014	73662	252 * VI
MKK3645	55857403D	15/07/2014	56570	182 * IX

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEN3516	55858255D	10/07/2014	51851	167
AHN6846	55849714D	09/07/2014	53980	181 * II
AHY4922	55857917D	24/06/2014	51851	167
AJX1956	55858376D	19/07/2014	73662	252 * VI
ALP5391	55844785D	07/06/2014	51851	167
BBD2727	55849374D	13/06/2014	57380	186 * II
CFB8015	55858457D	09/07/2014	57380	186 * II
CFB8015	55858458D	09/07/2014	51851	167
CYR7482	55857924D	26/06/2014	51851	167
HRE3311	55858471D	18/07/2014	59670	203 * V
IDG2582	55858557D	21/07/2014	51851	167
IHK8249	55858151D	17/07/2014	51851	167
ILK6700	55858030D	10/07/2014	51851	167
KFN7920	55849908D	22/06/2014	51851	167
LWR3180	55857592D	02/07/2014	55415	181 * XVII
LXM9722	55857723D	11/07/2014	51851	167
LZS7779	55858028D	10/07/2014	51851	167
LZX7196	55857133D	12/07/2014	51851	167
LZX7196	55858118D	12/07/2014	68580	231 * VII
MCC0195	55857676D	24/06/2014	73662	252 * VI
MCE1655	55858143D	15/07/2014	73662	252 * VI
MDY4234	55857250D	12/06/2014	55414	181 * XVII
MHB2128	55857495D	14/07/2014	51851	167
MHN5400	55857320D	23/06/2014	70302	244 * I
MHW3513	55849797D	14/06/2014	51851	167
MIQ5950	55857082D	20/06/2014	51851	167
MJA9041	55857736D	21/06/2014	51851	167
MJF4017	55858084D	19/07/2014	51851	167
MJG0074	55857974D	14/07/2014	51851	167
MJL8670	55849953D	14/07/2014	73662	252 * VI
MKK3645	55857403D	15/07/2014	56570	182 * IX

MLN0018 55858140D 15/07/2014 51851 167
MLT7976 55858147D 16/07/2014 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1685/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1685/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADU1210	55849941D	12/07/2014	66102	230 * VII
AIX5026	55858402D	26/07/2014	69120	232
HLB9796	55857665D	18/07/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1686/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1686/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGR0150	55857091D	20/06/2014	51851	167
CRE1024	55858500D	21/07/2014	51851	167
EFT0568	55857656D	26/06/2014	55411	181 * XVII
GRG3133	55858092D	23/07/2014	51851	167
LBM8014	55857650D	22/07/2014	51851	167
LZI4708	55858027D	10/07/2014	51851	167
MCX8443	55942275B	01/07/2014	73662	252 * VI
MEG1738	55857591D	26/06/2014	51851	167
MFM3719	55858223D	20/07/2014	51851	167
MKS8501	55614596C	22/07/2014	61220	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1689/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1689/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CLH1644	55857445D	02/07/2014	69200	233
DQE1727	55858521D	02/08/2014	50450	162 * V
DWP4824	55858516D	26/07/2014	66102	230 * VII
GSF0473	55857451D	02/07/2014	69200	233
ICL1596	55857449D	02/07/2014	69200	233
IMW0653	55604973C	27/07/2014	53200	176 * V
LWV8890	55858443D	01/08/2014	67691	230 * XXII
LWV8890	55858441D	01/08/2014	50100	162 * I
LWV8890	55858444D	01/08/2014	66372	230 * IX
LWV8890	55858445D	01/08/2014	67261	230 * XVIII
LXB3343	55857131D	03/07/2014	65992	230 * V
MBC9934	55858005D	20/07/2014	52741	175
MLI3600	55857138D	05/07/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1690/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1690/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEU7008	55858641D	29/07/2014	73662	252 * VI
AGF4044	55858497D	21/07/2014	51851	167
ALW2026	55858184D	08/07/2014	51851	167
AQH3231	55858565D	26/07/2014	73662	252 * VI

ATN1508	55858407D	29/07/2014	51851	167	
CDF8915	55858169D	21/07/2014	51851	167	
CIC1329	55849803D	05/07/2014	51851	167	
CWX5525	55849835D	11/07/2014	54600	181	* IX
DIH6958	55857663D	18/07/2014	73662	252	* VI
DJR8026	55857856D	16/07/2014	51851	167	
DWP7028	55857642D	19/07/2014	73662	252	* VI
EUP8280	55858670D	30/07/2014	51851	167	
HLB9796	55857661D	18/07/2014	51851	167	
HWR4980	55857725D	14/07/2014	51851	167	
IIB4189	55858012D	26/07/2014	51851	167	
IMJ1463	55858179D	08/07/2014	51851	167	
KDQ4418	55858121D	15/07/2014	60412	207	
KQL8391	55858420D	22/07/2014	51851	167	
LXX1154	55858721D	31/07/2014	51851	167	
LYC5677	55603783C	20/07/2014	58433	196	
LZI4708	55858251D	10/07/2014	51851	167	
LZI4708	55857865D	24/07/2014	51851	167	
LZS3872	55857732D	14/07/2014	55411	181	* XVII
MAN1640	55857354D	20/06/2014	70561	244	* III
MAN1640	55857355D	20/06/2014	60502	208	
MBA1064	55858299D	10/07/2014	51851	167	
MCH9206	55857727D	11/07/2014	51851	167	
MCV8416	55858694D	31/07/2014	51851	167	
MEJ4367	55850110D	04/07/2014	60681	209	
MEM7637	55858735D	01/08/2014	51851	167	
MGI5675	55857664D	18/07/2014	73662	252	* VI
MGR9734	55857863D	21/07/2014	51851	167	
MGS2876	55857879D	03/07/2014	51851	167	
MGW0683	55858668D	28/07/2014	61732	215	* I * a
MGX0652	55858430D	29/07/2014	51851	167	
MIT5905	55858056D	03/07/2014	73662	252	* VI
MJC7562	55858563D	25/07/2014	51851	167	
MJM0528	55858718D	30/07/2014	61732	215	* I * a
MJR0776	55857876D	02/07/2014	73662	252	* VI
MLE1268	55839021D	30/07/2014	51851	167	
MLN0018	55857649D	22/07/2014	51851	167	
MLT4504	55857931D	03/07/2014	73662	252	* VI
MUA9809	55858061D	03/07/2014	61220	214	* I
NCI4334	55858776D	02/08/2014	73662	252	* VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1693/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE TRANSITO N.8029 1693/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AE05604	55849912D	06/07/2014	50292	162 * II
AHJ7170	55858001D	14/07/2014	69120	232
GMQ0711	55857142D	12/07/2014	52820	176 * I
GMQ0711	55857143D	12/07/2014	51691	165
IJL1875	55849805D	14/07/2014	51180	164 c/c 162 * I
LWU5799	55858153D	19/07/2014	66102	230 * VII
LWU5799	55858152D	19/07/2014	50100	162 * I
LZG1528	55858197D	02/08/2014	50100	162 * I
LZG1528	55858198D	02/08/2014	65992	230 * V
LZG1528	55858199D	02/08/2014	51180	164 c/c 162 * I
LZG1528	55858200D	02/08/2014	67261	230 * XVIII
LZG1528	55858202D	02/08/2014	65800	230 * IV
LZT9621	55858309D	14/07/2014	66102	230 * VII
MCJ1967	55858558D	21/07/2014	67691	230 * XXII
MDT2275	55858167D	20/07/2014	69120	232
MGJ2191	55858174D	21/07/2014	67691	230 * XXII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1694/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1694/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AHN6846	55849292D	04/08/2014	51851	167	
AHN6936	55858315D	14/07/2014	73662	252	* VI
ATL2687	55857827D	04/08/2014	73662	252	* VI
BGV1785	55858035D	10/07/2014	51851	167	
BNL5820	55849950D	14/07/2014	51851	167	
DMH4940	55839019D	30/07/2014	51851	167	
DQA1588	55858434D	02/08/2014	73662	252	* VI
FHP3270	55858507D	25/07/2014	60250	206	* IV
IBS7557	55857757D	02/07/2014	51851	167	
IMJ6470	55858217D	09/07/2014	51851	167	
JXW1500	55849289D	04/08/2014	51851	167	
KNN4661	55849951D	14/07/2014	51851	167	
LWH0857	55858799D	02/08/2014	73662	252	* VI
LXZ0757	55858459D	12/07/2014	51851	167	
LZG1528	55858201D	02/08/2014	70301	244	* I
MBQ6483	55857073D	12/07/2014	58350	195	
MBQ6483	55857074D	12/07/2014	52070	169	
MCO1713	55857722D	10/07/2014	51851	167	
MFY9776	55857358D	04/08/2014	51852	167	
MGF7017	55858731D	31/07/2014	51851	167	
MGL9106	55858241D	10/07/2014	51851	167	
MHC0216	55857680D	10/07/2014	51851	167	
MHJ2222	55858696D	30/07/2014	51851	167	
MIB7550	55858720D	31/07/2014	54100	181	* IV
MJP8604	55858693D	31/07/2014	51851	167	
MKY7702	55858243D	10/07/2014	52070	169	
MLN0018	55858738D	04/08/2014	55414	181	* XVII
MXB3745	55857697D	08/07/2014	60412	207	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1697/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1697/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHQ6239	55858417D	16/07/2014	51180	164 c/c 162 * I
AHQ6239	55858416D	16/07/2014	50100	162 * I
AQX5137	55857134D	10/07/2014	52741	175
IJL1875	55849801D	14/07/2014	50100	162 * I
LBI0664	55857399D	12/07/2014	66371	230 * IX
LYK9049	55858743D	09/08/2014	50100	162 * I
LZF4685	55857675D	19/07/2014	65992	230 * V
MFL7764	55857597D	14/07/2014	65992	230 * V
MJJ3773	55845136D	12/08/2014	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1698/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1698/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DIX2320	55839011D	28/07/2014	51851	167
ILB5801	55858034D	10/07/2014	51851	167
LLM6492	55604972C	07/08/2014	73662	252 * VI
LXZ6700	55858540D	04/08/2014	51851	167

LYN5726	55858085D	22/07/2014	51851	167
MCU5180	55858025D	10/07/2014	51851	167
MDJ1778	55858576D	22/07/2014	51930	168
MFO2184	55857654D	23/07/2014	73662	252 * VI
MFO2184	55857866D	24/07/2014	73662	252 * VI
MFP8164	55858144D	16/07/2014	51851	167
MHA0465	55858836D	04/08/2014	51852	167
MJJ3773	55845138D	12/08/2014	58780	199
MJZ0096	55858742D	08/08/2014	55414	181 * XVII
MKT8427	55857648D	22/07/2014	51851	167
MLE8772	55857896D	14/07/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1700/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1700/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AE05604	55858259D	06/07/2014	69120	232
AIH5504	55856962D	23/08/2014	65992	230 * V
AIH5504	55856963D	23/08/2014	52741	175
AIH5504	55856964D	23/08/2014	51691	165
BOC5331	55857462D	22/07/2014	65992	230 * V
MHS0464	55850080D	17/08/2014	50100	162 * I
MHS0464	55850083D	17/08/2014	69120	232
MHS0464	55850082D	17/08/2014	65992	230 * V
MHS0464	55850081D	17/08/2014	50610	163 c/c 162 * I
MMT7179	55858456D	03/07/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1701/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1701/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHO0667	55614598C	26/07/2014	51851	167
AIH5504	55856965D	23/08/2014	51851	167
BYF7979	55857767D	03/07/2014	51851	167
DDP8919	55858432D	31/07/2014	73662	252 * VI
DMR0443	55839013D	28/07/2014	51851	167
DWA9676	55857821D	04/08/2014	51851	167
HRO3040	55858695D	31/07/2014	51851	167
LIW6779	55857995D	01/08/2014	72340	250 * I * a
LWY1816	55858816D	12/08/2014	61733	215 * I * b
MBC9934	55858817D	21/08/2014	51851	167
MBK9583	55849806D	23/07/2014	54600	181 * IX
MCA8220	55857992D	24/07/2014	51851	167
MES1069	55858818D	22/08/2014	57200	186 * I
MHG7218	55857875D	28/07/2014	51851	167
MIW6778	55858499D	21/07/2014	51851	167
MJL1251	55857771D	08/07/2014	51851	167
MJS1255	55857971D	14/07/2014	51851	167
MKW4916	55858689D	31/07/2014	51851	167
MMI9955	55857829D	15/08/2014	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1704/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1704/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LBI0664	55858158D	15/07/2014	50292	162 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1705/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1705/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJC0871	55858419D	22/07/2014	73662	252 * VI
AJC0871	55858418D	22/07/2014	51851	167
AKK6908	55858145D	16/07/2014	51851	167
BDA5922	55858687D	31/07/2014	51851	167
DRJ1649	55858114D	29/08/2014	73662	252 * VI
EAO3804	55858682D	29/07/2014	51851	167
GZB9983	55857538D	22/08/2014	55415	181 * XVII
IBW4335	55857765D	03/07/2014	51851	167
IGM4515	55858680D	29/07/2014	51851	167
ILB5801	55858730D	31/07/2014	51851	167
IMM4569	55850113D	21/08/2014	70481	244 * II
IOB5575	55858733D	01/08/2014	73662	252 * VI
MDE7548	55858570D	26/07/2014	51851	167
MEM5947	55858435D	02/08/2014	73662	252 * VI
MEX9314	55858108D	28/08/2014	51851	167
MFG4850	55858639D	26/07/2014	51851	167
MGI9321	55857707D	31/07/2014	59670	203 * V
MIF6896	55858719D	30/07/2014	61732	215 * I * a
MJL8670	55857807D	26/08/2014	73662	252 * VI
MJY7494	55858672D	30/07/2014	56222	182 * VI
MLK0263	55858686D	01/08/2014	73662	252 * VI
QHB0712	55857359D	04/08/2014	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1708/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1708/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALG4854	55845082D	31/08/2014	69120	232
ALG4854	55845079D	31/08/2014	65992	230 * V
ALG4854	55845081D	31/08/2014	67692	230 * XXII
ALG4854	55845080D	31/08/2014	51691	165
CDC8012	55858204D	01/09/2014	50100	162 * I
CDC8012	55858206D	01/09/2014	66102	230 * VII
CDC8012	55858205D	01/09/2014	65992	230 * V
LWV0623	55858524D	05/08/2014	51691	165
MCE1341	55858916D	29/08/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1709/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1709/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCE1341	55858917D	29/08/2014	53470	178
MGX5166	55857815D	26/08/2014	51851	167
MGZ3815	55858543D	21/08/2014	54100	181 * IV
MIW5623	55858579D	03/08/2014	54100	181 * IV
MMH6075	55858100D	28/08/2014	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1712/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1712/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABF0405	55858616D	17/08/2014	50291	162 * II
AFE7068	55858758D	17/08/2014	50450	162 * V
CKK7604	55858261D	05/08/2014	66102	230 * VII
CKK7604	55858260D	05/08/2014	50450	162 * V
HOP7412	55857465D	08/08/2014	50100	162 * I
HOP7412	55857464D	08/08/2014	52741	175
JTH3737	55858757D	13/08/2014	51691	165
MGI9321	55857709D	17/08/2014	52741	175
MGI9321	55858842D	17/08/2014	50100	162 * I
MGI9321	55858839D	17/08/2014	65561	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1713/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1713/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CCM1493	55858525D	09/08/2014	55413	181 * XVII
DJB5903	55858802D	14/08/2014	73662	252 * VI
LZR9149	55858361D	10/09/2014	73662	252 * VI
MGI9321	55858841D	17/08/2014	57200	186 * I
MGI9321	55858840D	17/08/2014	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1716/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1716/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AE05604	55858411D	13/09/2014	50292	162 * II
ANT6143	55858585D	25/08/2014	69120	232
MCH9741	55858810D	08/09/2014	50610	163 c/c 162 * I
MCH9741	55858809D	08/09/2014	50100	162 * I
MEO4317	55857328D	22/08/2014	50100	162 * I
MEO4317	55857329D	22/08/2014	65992	230 * V
MLC4840	55857691D	15/09/2014	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1717/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1717/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJY7122	55857806D	25/08/2014	54600	181 * IX
IDB3920	55859002D	16/09/2014	51851	167
IFU8797	55857379D	09/09/2014	61810	215 * II
MAF2952	55857939D	13/09/2014	51851	167
MCI2362	55857887D	12/09/2014	58350	195
MCW3384	55858125D	09/08/2014	61810	215 * II
MKJ1711	55848903D	20/08/2014	73662	252 * VI
MKT8427	55857813D	26/08/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1720/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1720/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADL0202	55863371D	30/09/2014	50100	162 * I
ADL0202	55863369D	30/09/2014	51180	164 c/c 162 * I
CVV3161	55858898D	25/08/2014	66371	230 * IX
DPX0700	55858655D	22/09/2014	65992	230 * V
ICX1602	55858797D	27/08/2014	65992	230 * V
LVB2363	55858066D	10/08/2014	66102	230 * VII
LZL3402	55858918D	30/08/2014	65992	230 * V
MAK6494	55858929D	21/09/2014	51180	164 c/c 162 * I
MAK6494	55858928D	21/09/2014	50100	162 * I
MAK6494	55858930D	21/09/2014	52741	175
MBH2514	55858526D	19/09/2014	65992	230 * V
MEC4418	55849983D	01/10/2014	50100	162 * I
MEC4418	55849984D	01/10/2014	66532	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1721/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1721/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAU0057	55859016D	26/09/2014	69471	235	
ABR7848	55858043D	19/09/2014	55090	181	* XIII
AIG7642	55859277D	24/09/2014	51851	167	
AJO9618	55859054D	17/09/2014	51851	167	
AMD4492	55859291D	25/09/2014	51851	167	
AMD4492	55857609D	22/09/2014	51851	167	
APR8655	55859143D	23/09/2014	51851	167	
APS4481	55859345D	24/09/2014	51851	167	
AQE9251	55863326D	26/09/2014	51851	167	
ART3836	55858792D	22/09/2014	51851	167	
ASP1787	55859036D	16/09/2014	58780	199	
AVD7013	55858945D	15/09/2014	51851	167	
AWV4049	55859202D	23/09/2014	51851	167	
BSI5233	55859198D	23/09/2014	51851	167	
BTJ0079	55849253D	06/09/2014	53470	178	
CMG2442	55859278D	24/09/2014	51851	167	
DDF3339	55858981D	22/09/2014	51851	167	
EUE6065	55858990D	23/09/2014	51851	167	
IFS6826	55858364D	26/09/2014	58350	195	
IIO7478	55859212D	23/09/2014	51851	167	
IMP3556	55858111D	29/08/2014	51851	167	
INM9045	55859208D	23/09/2014	51851	167	
IPU2754	55857940D	13/09/2014	51851	167	
IPU2754	55857941D	13/09/2014	61732	215	* I * a
IZN8989	55858101D	28/08/2014	73662	252	* VI
JAF5555	55859320D	25/09/2014	51851	167	
LCR5405	55859174D	23/09/2014	51851	167	
LXB7119	55859317D	25/09/2014	51851	167	
LXZ7141	55859344D	24/09/2014	51851	167	
LZA8780	55859076D	17/09/2014	51851	167	
LZL3402	55859099D	17/09/2014	73662	252	* VI
MAS0520	55859091D	25/09/2014	51851	167	
MBJ7510	55863343D	26/09/2014	51851	167	
MCU8464	55859085D	22/09/2014	73662	252	* VI
MDT9237	55859241D	23/09/2014	51851	167	
MED9057	55859262D	23/09/2014	51851	167	
MEP2104	55859109D	23/09/2014	51851	167	
MEQ8934	55858985D	23/09/2014	58270	194	
MFK7473	55859106D	23/09/2014	51851	167	
MGX0652	55857610D	22/09/2014	51851	167	
MGY4051	55859266D	23/09/2014	73662	252	* VI
MHB8444	55857614D	22/09/2014	51851	167	

MIO9624	55858594D	24/09/2014	51851	167	
MJD5020	55859437D	25/09/2014	60412	207	
MJT3447	55859254D	23/09/2014	51851	167	
MJT3447	55859253D	23/09/2014	73662	252	* VI
MJU1200	55859318D	25/09/2014	51851	167	
MKA8201	55859110D	23/09/2014	51851	167	
MKJ8310	55863330D	26/09/2014	51851	167	
MKO0084	55859233D	25/09/2014	51851	167	
MKR9497	55858583D	23/08/2014	70481	244	* II
MKW8712	55859172D	23/09/2014	73662	252	* VI
MLC6151	55858946D	15/09/2014	51851	167	
MLI8926	55859339D	23/09/2014	73662	252	* VI
MLT7976	55859203D	23/09/2014	51851	167	
NMM0658	55859261D	23/09/2014	73662	252	* VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1724/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1724/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
APT2612	55858899D	10/09/2014	50100	162 * I
GOA5870	55857713D	14/09/2014	69120	232
GOA5870	55857715D	14/09/2014	52820	176 * I
GOA5870	55857714D	14/09/2014	52741	175
GOA5870	55857712D	14/09/2014	50100	162 * I
IEM9595	55858621D	22/09/2014	50100	162 * I
MCF4929	55858589D	23/09/2014	50450	162 * V
MFD6132	55857943D	27/09/2014	50100	162 * I
MLK8646	55857842D	06/09/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1725/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1725/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ANA5288	55859095D	25/09/2014	73662	252 * VI
ANA5288	55859080D	17/09/2014	51851	167
AOP2675	55858360D	10/09/2014	51851	167
AWJ0412	55857910D	25/09/2014	73662	252 * VI
CLM8220	55863342D	26/09/2014	51851	167
IFS6826	55859357D	26/09/2014	51851	167
IFS6826	55859358D	26/09/2014	52152	170
IJB6827	55859439D	26/09/2014	51851	167
JSZ0238	55858947D	15/09/2014	51851	167
LWV8890	55859302D	25/09/2014	51851	167
LXC4568	55863367D	27/09/2014	54790	181 * X
LZL3402	55859269D	23/09/2014	73662	252 * VI
LZV8443	55859301D	25/09/2014	51851	167
MBC9934	55857913D	25/09/2014	73662	252 * VI
MCK5282	55859440D	26/09/2014	73662	252 * VI
MDG6071	55859353D	24/09/2014	51851	167
MFC4554	55858984D	23/09/2014	51851	167
MGZ0570	55859337D	23/09/2014	51851	167
MHN4416	55858761D	01/10/2014	73662	252 * VI
MJJ7170	55859450D	02/10/2014	51851	167
MJQ3017	55863427D	03/10/2014	73662	252 * VI
MKJ8310	55859443D	26/09/2014	73150	252 * I
MKM8883	55859082D	17/09/2014	51851	167
MKO2656	55863334D	26/09/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1728/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1728/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAG4348	55858127D	13/10/2014	50291	162 * II
AAG4348	55858128D	13/10/2014	69120	232
AOB1463	55863466D	03/10/2014	65992	230 * V
IMW0653	55863372D	10/10/2014	51691	165
LXO2903	55858939D	08/09/2014	66102	230 * VII
MCP9480	55858923D	09/09/2014	50100	162 * I
MCP9480	55858924D	09/09/2014	51180	164 c/c 162 * I
MFD6132	55857945D	27/09/2014	67261	230 * XVIII
MHU9531	55863324D	12/10/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1729/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1729/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ALB1039	55858951D	17/09/2014	51851	167
ALB1039	55858235D	17/09/2014	51851	167
AMM0831	55863509D	02/10/2014	51851	167
ASF5779	55863519D	02/10/2014	51851	167
IFU1117	55859243D	23/09/2014	51851	167
IGM4515	55859005D	16/09/2014	51851	167
IOJ5227	55859379D	14/10/2014	73662	252 * VI
IPM3481	55859098D	17/09/2014	73662	252 * VI
JXS9553	55858920D	05/09/2014	55414	181 * XVII
LYH1148	55858654D	12/09/2014	73662	252 * VI
LYL6949	55859096D	17/09/2014	51851	167
MCY2063	55863514D	02/10/2014	73662	252 * VI
MES6877	55858876D	17/09/2014	59670	203 * V
MFD6132	55857944D	27/09/2014	57970	191
MFU9753	55859246D	23/09/2014	51851	167
MGL2556	55859201D	23/09/2014	51851	167
MIB5045	55863317D	07/10/2014	65300	228
MIE7704	55859043D	17/09/2014	51851	167
MIM2115	55858921D	05/09/2014	55415	181 * XVII
MIN7341	55858014D	08/09/2014	55411	181 * XVII
MIQ6762	55859049D	17/09/2014	73662	252 * VI
MLE1268	55863500D	02/10/2014	51851	167
MLV0312	55857690D	13/09/2014	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1732/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1732/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CDC8012	55863552D	16/10/2014	51691	165
CKF7818	55850087D	19/09/2014	66371	230 * IX
CKF7818	55850086D	19/09/2014	69120	232
CKF7818	55850085D	19/09/2014	66102	230 * VII
CKF7818	55850084D	19/09/2014	50100	162 * I
DIC5086	55859416D	25/09/2014	73232	252 * II
MEA6877	55859062D	08/10/2014	69120	232
MFO1092	55858592D	24/09/2014	66102	230 * VII
MKG8358	55858591D	24/09/2014	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1733/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1733/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AHY6880	55859213D	23/09/2014	51851	167	
ALT4237	55859336D	23/09/2014	73662	252	* VI
CTP9239	55859164D	23/09/2014	51851	167	
DNQ5470	55859094D	25/09/2014	73662	252	* VI
DNY9694	55863325D	15/10/2014	51851	167	
DYJ0351	55859111D	23/09/2014	51851	167	
EYT0430	55858595D	24/09/2014	73662	252	* VI
LCO4310	55859196D	23/09/2014	51851	167	
LXL1085	55859137D	22/09/2014	73662	252	* VI
LYB5277	55859139D	22/09/2014	51851	167	
LYL6949	55859156D	23/09/2014	51851	167	
LYR7225	55859086D	22/09/2014	51851	167	
LZS7779	55863546D	14/10/2014	73662	252	* VI
LZS7779	55863547D	14/10/2014	61220	214	* I
MAN5770	55859221D	25/09/2014	51851	167	
MCW5287	55859281D	25/09/2014	58780	199	
MEU4029	55858950D	15/09/2014	51851	167	
MFG4850	55859079D	17/09/2014	51851	167	
MFM7786	55859089D	24/09/2014	73662	252	* VI
MGF5757	55859230D	25/09/2014	51851	167	
MGL3610	55859011D	22/09/2014	51851	167	
MJW0952	55858794D	22/09/2014	51851	167	
MKB0488	55858983D	23/09/2014	51851	167	
MKC9454	55859309D	25/09/2014	73662	252	* VI
MKZ5367	55859057D	22/09/2014	57380	186	* II
MLJ2037	55859056D	19/09/2014	55411	181	* XVII
MLS0085	55859199D	23/09/2014	51851	167	
MLZ1032	55859170D	23/09/2014	61650	214	* V
MMI5217	55859268D	23/09/2014	51851	167	
NBB0089	55859349D	24/09/2014	51851	167	
QHE1805	55859248D	23/09/2014	51851	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1735/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1735/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXI0109	55858931D	22/09/2014	50450	162 * V
LZE6216	55858767D	15/10/2014	51691	165
MJR0776	55858766D	03/10/2014	73580	252 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1736/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1736/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALB1039	55859138D	22/09/2014	51851	167
CDC8012	55863551D	16/10/2014	52400	173
DKE2770	55859303D	25/09/2014	51851	167
DOM9507	55859297D	24/09/2014	73662	252 * VI
DZY6803	55863806D	24/10/2014	73662	252 * VI
IGM4819	55859327D	02/10/2014	51851	167
LXO9793	55863499D	02/10/2014	73662	252 * VI
LXS6110	55859308D	25/09/2014	73662	252 * VI

LZB9393	55863310D	29/09/2014	73662	252 * VI
MBJ9104	55859338D	23/09/2014	51851	167
MCP4803	55859326D	02/10/2014	51851	167
MDP9320	55858804D	18/09/2014	73662	252 * VI
MFG7102	55857832D	16/10/2014	51851	167
MFT5617	55863408D	01/10/2014	51851	167
MGE9249	55859300D	25/09/2014	51851	167
MHF1638	55859316D	25/09/2014	51851	167
MHY2425	55863420D	01/10/2014	51851	167
MHZ2389	55863516D	02/10/2014	73662	252 * VI
MIC0603	55859446D	02/10/2014	73662	252 * VI
MIC0603	55859447D	02/10/2014	51851	167
MJB4951	55859307D	25/09/2014	51851	167
MJR0776	55863526D	08/10/2014	73662	252 * VI
MKL8475	55858995D	24/09/2014	51851	167
MLC0518	55858812D	04/10/2014	52070	169
MLP6804	55859362D	30/09/2014	73662	252 * VI
MMA4867	55863406D	01/10/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1737/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1737/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IJC9334	55863566D	19/10/2014	50100	162 * I
IJC9334	55863567D	19/10/2014	51180	164 c/c 162 * I
KAF1787	55857953D	24/10/2014	50450	162 * V
KAF1787	55857955D	24/10/2014	65992	230 * V
KAF1787	55863474D	24/10/2014	67261	230 * XVIII
KAF1787	55863478D	24/10/2014	52741	175

KAF1787	55863475D	24/10/2014	65561	230	* I
KAF1787	55863476D	24/10/2014	69120	232	
MBW0529	55858710D	03/10/2014	50100	162	* I
MDX9544	55858847D	25/10/2014	50100	162	* I
MEA6877	55859064D	08/10/2014	50450	162	* V
MED6725	55863473D	17/10/2014	51180	164	c/c 162 * I
MED6725	55863470D	17/10/2014	50100	162	* I
MFF7626	55858266D	20/10/2014	65992	230	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1738/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1738/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CDD6352	55863464D	10/10/2014	73662	252 * VI
DEM0823	55863808D	24/10/2014	73662	252 * VI
DEM0823	55863809D	24/10/2014	51851	167
DLF6220	55863825D	03/11/2014	51851	167
IDT4166	55857885D	02/10/2014	51851	167
IOM1423	55863456D	04/10/2014	61732	215 * I * a
KAF1787	55863477D	24/10/2014	70561	244 * III
LWV9992	55859235D	25/09/2014	73662	252 * VI
LYW4147	55863461D	04/10/2014	73662	252 * VI
MAY9560	55859115D	23/09/2014	51851	167
MBW1486	55863410D	01/10/2014	51851	167
MFF7626	55858268D	20/10/2014	52070	169
MFF7626	55858267D	20/10/2014	57380	186 * II
MFF7626	55858263D	20/10/2014	58350	195
MFI5194	55857835D	16/10/2014	51851	167
MFN2204	55863451D	04/10/2014	51851	167

MFV9178	55863350D	01/10/2014	51851	167
MGW4249	55859296D	24/09/2014	51851	167
MGW8448	55857914D	09/10/2014	73662	252 * VI
MLN4456	55863447D	02/10/2014	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1740/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1740/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAO4351	55858529D	16/10/2014	51691	165
IGL8364	55857468D	10/10/2014	50100	162 * I
KNG8100	55863527D	15/10/2014	65992	230 * V
MCH6193	55857407D	15/10/2014	69120	232
MCW4257	55863322D	09/10/2014	66532	230 * XI
MCW4257	55863320D	09/10/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1741/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1741/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAO4351	55858528D	16/10/2014	52400	173
AAU0057	55863811D	26/10/2014	51851	167
LZE6908	55857049D	16/10/2014	55415	181 * XVII
MBY4731	55863376D	02/10/2014	52070	169
MCI7178	55863824D	03/11/2014	51851	167
MGZ4160	55863817D	03/11/2014	73662	252 * VI
MJD5813	55857512D	17/10/2014	59670	203 * V
MJD5813	55857513D	17/10/2014	52152	170
MJD5813	55857514D	17/10/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1744/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1744/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHQ6239	55858480D	06/11/2014	50100	162 * I
ANY3254	55863702D	08/11/2014	69120	232
ANY3254	55863703D	08/11/2014	65992	230 * V
MCD8328	55863670D	04/11/2014	50292	162 * II
MCD8328	55863668D	04/11/2014	65992	230 * V
MCD8328	55863667D	04/11/2014	51691	165
MCD8328	55863671D	04/11/2014	69120	232
MDF2216	55858850D	10/11/2014	51180	164 c/c 162 * I
MDF2216	55863705D	10/11/2014	50100	162 * I
MGA7673	55863386D	21/10/2014	50100	162 * I
MHX2910	55857845D	22/10/2014	66372	230 * IX
MHX2910	55857847D	22/10/2014	66880	230 * XIV
OKG6978	55858851D	12/11/2014	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1745/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1745/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJX0646	55863810D	24/10/2014	58780	199
HFE0719	55863779D	12/11/2014	51851	167
LXY3295	55858902D	08/11/2014	59241	203 * I
LYR2843	55863732D	12/11/2014	51851	167
MBM6697	55863769D	12/11/2014	51851	167

MDF2216	55858849D	10/11/2014	70481	244	*	II
MDF2216	55858848D	10/11/2014	57200	186	*	I
MEF2880	55863734D	12/11/2014	51851	167		
MHX2910	55857848D	22/10/2014	51851	167		
MKX7528	55863738D	12/11/2014	51851	167		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1748/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1748/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZU4206	55604974C	16/11/2014	65992	230 * V
LZU4206	55604975C	16/11/2014	51691	165
MBY0822	55859334D	26/10/2014	50100	162 * I
OKG6978	55863651D	12/11/2014	66102	230 * VII
OKG6978	55863672D	12/11/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1749/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1749/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYL6949	55863581D	31/10/2014	51851	167
MBY0822	55858900D	26/10/2014	70301	244 * I
OKG6978	55863650D	12/11/2014	52152	170
OKG6978	55863673D	12/11/2014	58350	195
OKG6978	55863674D	12/11/2014	70302	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1752/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8029 1752/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ICX7554	55863573D	25/10/2014	65992	230 * V
LZE0352	55859017D	02/12/2014	50100	162 * I
MAW2382	55858452D	23/11/2014	50100	162 * I
MAW2382	55858451D	23/11/2014	65992	230 * V
MEQ9519	55857281D	07/11/2014	65992	230 * V
MKV5556	55856967D	24/11/2014	69120	232
MKV5556	55856966D	24/11/2014	50100	162 * I
MLS7891	55858450D	02/11/2014	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1753/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1753/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
COR0355	55858963D	05/12/2014	73662	252 * VI
DEC1964	55863709D	03/11/2014	51851	167
DKP2877	55863720D	24/11/2014	73662	252 * VI
DMJ4790	55863723D	02/12/2014	59670	203 * V
IBR8194	55863686D	01/11/2014	65300	228
IBR8194	55863687D	01/11/2014	52312	172
JUU4610	55863662D	02/12/2014	51851	167
LXW0608	55858047D	10/11/2014	54600	181 * IX
MDA6787	55863744D	12/11/2014	51851	167
MEF0633	55858959D	26/11/2014	68580	231 * VII
MFO2184	55863728D	12/11/2014	51851	167
MFO2184	55863727D	12/11/2014	73662	252 * VI
MHX6134	55863783D	12/11/2014	73662	252 * VI
MJR0776	55863822D	03/11/2014	73662	252 * VI

MJR0776	55863823D	03/11/2014	51851	167
MKL8547	55863739D	12/11/2014	51851	167
NCM5499	55863742D	12/11/2014	51851	167
OKH4625	55863773D	12/11/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSO CESAR SANDINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 112/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 112/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXJ4535	54832835C	11/12/2012	66102	230 * VII
MCO3562	54832885C	11/12/2012	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 113/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8732 113/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CDJ3879	54832849C	11/12/2012	65561	230 * I
DDV7033	54832571C	11/12/2012	65561	230 * I
MBG5688	54832837C	11/12/2012	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 114/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8732 114/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHJ6414	54832843C	11/12/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 115/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 115/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBT2125	54832569C	11/12/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 120/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8732 120/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXU5891 54832600C 02/02/2013 66102 230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 121/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8732 121/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGU7299 54832951C 24/03/2013 67000 230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 122/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8732 122/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBS7463	54832894C	07/04/2013	54790	181 * X
MBS7463	54832895C	07/04/2013	65300	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 123/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE TRANSITO N.8732 123/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFT0136 54832952C 01/04/2013 50100 162 * I
MFT0136 54832954C 01/04/2013 65565 230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 124/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8732 124/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDQ2908 54832971C 05/05/2013 60681 209

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 125/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8732 125/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JYP8067	54832967C	05/05/2013	60681	209

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 127/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8732 127/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBJ3973	54832936C	09/07/2013	50100	162 * I
MBJ3973	54832937C	09/07/2013	65992	230 * V
MBJ3973	54832938C	09/07/2013	70301	244 * I
MCV3875	54832911C	13/06/2013	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 128/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 128/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAY0810	54832940C	29/07/2013	66371	230 * IX
MAY0810	54832939C	29/07/2013	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 129/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8732 129/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IPI7056	54832921C	04/08/2013	55250	181 * XV
MAW9923	54832979C	22/08/2013	50100	162 * I
MAW9923	54832980C	22/08/2013	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 130/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8732 130/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGC7576 54832917C 04/08/2013 55500 181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 131/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 131/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGI8319 54832942C 06/08/2013 65992 230 * V
MGI8319 54832941C 06/08/2013 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 132/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8732 132/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MJE9686	54832919C	04/08/2013	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 134/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8732 134/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LZB7533	54832982C	26/09/2013	50100	162 * I
LZB7533	54832983C	26/09/2013	51691	165
MIK4688	54832899C	29/09/2013	55500	181 * XVIII
MIS6543	54833026C	29/09/2013	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 135/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 135/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

KMY1307	54833028C	29/09/2013	54281	181 * V
---------	-----------	------------	-------	---------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 136/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8732 136/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEM3895	54832916C	04/08/2013	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 137/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8732 137/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXX9480	54833056C	23/10/2013	65561	230 * I
MAF5846	54832897C	29/09/2013	55500	181 * XVIII
MBV1581	54832925C	29/09/2013	55500	181 * XVIII
MCW5955	54833055C	17/10/2013	65992	230 * V
MDU6101	54833061C	23/10/2013	67261	230 * XVIII
MGY8846	54832863C	21/10/2013	64080	221
MJB0539	54833060C	23/10/2013	69120	232
MLD0743	54832923C	29/09/2013	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 138/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 138/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDJ3332	54833032C	15/10/2013	66102	230 * VII
MDM5702	54832946C	01/10/2013	66531	230 * XI
MJF6544	54832922C	29/09/2013	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 140/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8732 140/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDE7139	54833034C	15/10/2013	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 141/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8732 141/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAS2974	54832857C	17/10/2013	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 142/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 142/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXC1990	54832985C	01/11/2013	50100	162 * I
LXC1990	54832986C	01/11/2013	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

SEARA**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 660/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 660/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACF4121	8695018292	04/12/2012	74550	218 * I
AMZ1475	8695018286	06/12/2012	74550	218 * I
BAP2398	8695017742	28/10/2012	74550	218 * I
BPN6095	8695018271	03/12/2012	74550	218 * I
CRI5688	8695018283	02/12/2012	74550	218 * I
CRI6550	8695018310	01/12/2012	74550	218 * I
CVL7655	8695017923	11/11/2012	74710	218 * III
DJF2287	8695018337	07/12/2012	74550	218 * I
GKS4261	8695018222	29/11/2012	74550	218 * I
IGQ0012	8695018262	02/12/2012	74550	218 * I
KLR9326	8695017952	13/11/2012	74550	218 * I
MAG0809	8695018367	08/12/2012	74550	218 * I
MBS7672	8695017902	11/11/2012	74550	218 * I
MEL0885	8695017778	26/10/2012	74550	218 * I
MFB6368	8695018322	09/12/2012	74550	218 * I
MFV6648	8695017914	10/11/2012	74550	218 * I
MGW7563	8695017750	25/10/2012	74550	218 * I
MII6028	8695017960	10/11/2012	74550	218 * I
MIO7106	8695017789	28/10/2012	74550	218 * I
MJS3828	8695018343	10/12/2012	74630	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 662/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 662/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACV0726	8695018230	03/12/2012	74550	218 * I
AJF9790	8695018285	05/12/2012	74550	218 * I
ALC1731	8695017918	08/11/2012	74550	218 * I
APQ7274	8695018025	18/11/2012	74550	218 * I
AQE4601	8695018080	18/11/2012	74710	218 * III
ASF4404	8695018078	16/11/2012	74550	218 * I
BKL2403	8695018103	17/11/2012	74550	218 * I
DQF5324	8695018199	25/11/2012	74550	218 * I
DRQ0552	8695017853	04/11/2012	74550	218 * I
DUU0247	8695018045	13/11/2012	74550	218 * I
HRM5950	8695018370	09/12/2012	74550	218 * I
IBC4899	8695018467	16/12/2012	74550	218 * I
IDP3157	8695018254	02/12/2012	74550	218 * I
IES8531	8695017813	06/11/2012	74550	218 * I
JMW2190	8695018003	22/11/2012	74550	218 * I
LXA5006	8695018134	22/11/2012	74550	218 * I
LXM2068	8695017792	30/10/2012	74550	218 * I
LXS7644	8695018474	19/12/2012	74550	218 * I
LYB6506	8695018463	16/12/2012	74550	218 * I
LYF0746	8695018021	14/11/2012	74550	218 * I
LYJ7069	8695018158	26/11/2012	74550	218 * I
LYV2604	8695017967	10/11/2012	74550	218 * I
LZK1480	8695018118	20/11/2012	74550	218 * I
LZS5760	8695017909	13/11/2012	74550	218 * I
MAK3844	8695018233	05/12/2012	74550	218 * I
MAU2538	8695018329	08/12/2012	74550	218 * I
MBK5285	8695018163	28/11/2012	74550	218 * I
MBZ1887	8695017927	10/11/2012	74550	218 * I
MCB2278	8695018055	19/11/2012	74550	218 * I
MCR8911	8695018016	20/11/2012	74550	218 * I
MCR8911	8695018026	20/11/2012	74550	218 * I
MCS0173	8695018153	23/11/2012	74550	218 * I
MFD7059	8695017860	05/11/2012	74550	218 * I
MFO1357	8695018157	26/11/2012	74550	218 * I
MFS5414	8695018290	02/12/2012	74550	218 * I
MGZ3977	8695017948	12/11/2012	74550	218 * I
MHM4039	8695018203	26/11/2012	74550	218 * I
MHW3048	8695018101	17/11/2012	74550	218 * I
MIB9654	8695018130	15/11/2012	74550	218 * I
MII2273	8695018027	21/11/2012	74550	218 * I
MII3890	8695018299	30/11/2012	74550	218 * I
MIM0787	8695018250	29/11/2012	74550	218 * I

MIM8092	8695018119	20/11/2012	74550	218	*	I
MIN0996	8695018432	16/12/2012	74550	218	*	I
MIZ9218	8695018139	16/11/2012	74550	218	*	I
MJA8435	8695018417	16/12/2012	74550	218	*	I
MJD6283	8695018020	14/11/2012	74550	218	*	I
MJI7730	8695018433	18/12/2012	74550	218	*	I
MJY0575	8695018102	17/11/2012	74630	218	*	II
MKG2709	8695018013	19/11/2012	74550	218	*	I
MKI6801	8695018033	15/11/2012	74550	218	*	I
MMK9898	8695018258	30/11/2012	74550	218	*	I
MUQ8393	8695018409	13/12/2012	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 664/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 664/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
EEI9327	8695018059	16/11/2012	74630	218 * II
IJH8936	8695018325	11/12/2012	74550	218 * I
LYI2948	8695018169	25/11/2012	74550	218 * I
LZB5125	8695018372	10/12/2012	74550	218 * I
MEY3769	8695018380	09/12/2012	74550	218 * I
MEY3769	8695018331	08/12/2012	74550	218 * I
MFS0497	8695018351	10/12/2012	74550	218 * I
MFW6167	8695018237	06/12/2012	74550	218 * I
MGO5104	8695018141	23/11/2012	74550	218 * I
MHL9154	8695018092	14/11/2012	74550	218 * I
MIX2293	8695018162	27/11/2012	74550	218 * I
MJK4329	8695018018	21/11/2012	74550	218 * I
MKM4516	8695018365	11/12/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 666/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 666/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

DEY7931	8695018249	06/12/2012	74550	218 * I
EDA2263	8695018196	24/11/2012	74550	218 * I
GLL3680	8695018294	02/12/2012	74550	218 * I
IAY4289	8695018132	18/11/2012	74550	218 * I
JFV5052	8695018246	03/12/2012	74550	218 * I
LYP5935	8695018384	09/12/2012	74550	218 * I
LZG3695	8695018296	02/12/2012	74550	218 * I
LZM1351	8695018266	06/12/2012	74550	218 * I
LZW9985	8695018267	06/12/2012	74550	218 * I
MAD6144	8695018553	22/12/2012	74550	218 * I
MAM9588	8695018521	27/12/2012	74550	218 * I
MBZ1521	8695018238	07/12/2012	74630	218 * II
MBZ1521	8695018345	12/12/2012	74630	218 * II
MDH3717	8695018429	12/12/2012	74550	218 * I
MDY0215	8695018306	02/12/2012	74550	218 * I
MEB2503	8695018327	11/12/2012	74550	218 * I
MEO8884	8695018378	09/12/2012	74550	218 * I
MFS6175	8695018305	02/12/2012	74550	218 * I
MGK9086	8695018311	02/12/2012	74550	218 * I
MGM4403	8695018265	04/12/2012	74550	218 * I
MHH1595	8695018287	29/11/2012	74550	218 * I
MHZ1856	8695018506	27/12/2012	74550	218 * I
MIG8067	8695018377	09/12/2012	74630	218 * II
MIR4267	8695018251	01/12/2012	74550	218 * I

MKE4649 8695018554 23/12/2012 74550 218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 668/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 668/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AHT4886	8695018385	09/12/2012	74630	218 * II
AJU0175	8695018401	19/12/2012	74550	218 * I
API6921	8695018404	12/12/2012	74550	218 * I
AQV9663	8695018659	07/01/2013	74550	218 * I
AUW7231	8695018684	04/01/2013	74550	218 * I
BZC7124	8695018672	01/01/2013	74550	218 * I
CBH8686	8695018529	25/12/2012	74550	218 * I
CIG7830	8695018445	16/12/2012	74550	218 * I
CII6840	8695018591	30/12/2012	74550	218 * I
DKD4373	8695018663	01/01/2013	74550	218 * I
DUU2684	8695018381	10/12/2012	74550	218 * I
DXG8590	8695018317	09/12/2012	74550	218 * I
EKX0371	8695018656	03/01/2013	74550	218 * I
IEH7151	8695018415	15/12/2012	74550	218 * I
IGX2488	8695018618	30/12/2012	74550	218 * I
IHU7581	8695018664	02/01/2013	74550	218 * I
IIV2977	8695018680	02/01/2013	74550	218 * I
IOB7158	8695018323	10/12/2012	74550	218 * I
KHS3461	8695018407	13/12/2012	74550	218 * I
LCO2710	8695018615	31/12/2012	74550	218 * I
LXL0161	8695018252	02/12/2012	74550	218 * I
LXP9162	8695018565	30/12/2012	74550	218 * I
LXS9525	8695018441	15/12/2012	74550	218 * I

LYL7621	8695018574	30/12/2012	74550	218	*	I
MAO7604	8695018413	15/12/2012	74550	218	*	I
MBL6600	8695018398	16/12/2012	74550	218	*	I
MBU8093	8695018587	29/12/2012	74550	218	*	I
MCQ2059	8695018244	02/12/2012	74550	218	*	I
MCZ9455	8695018209	24/11/2012	74550	218	*	I
MDK6778	8695018632	05/01/2013	74630	218	*	II
MEP3587	8695018621	31/12/2012	74550	218	*	I
MFS6175	8695018395	14/12/2012	74550	218	*	I
MGL0068	8695018623	01/01/2013	74550	218	*	I
MGQ3432	8695018573	30/12/2012	74550	218	*	I
MHR2606	8695018358	09/12/2012	74550	218	*	I
MIR3921	8695018282	02/12/2012	74550	218	*	I
MIS7929	8695018269	01/12/2012	74550	218	*	I
MIT2664	8695018408	13/12/2012	74550	218	*	I
MJR1711	8695018674	02/01/2013	74550	218	*	I
MJR7949	8695018228	01/12/2012	74550	218	*	I
MJT0893	8695018393	13/12/2012	74550	218	*	I
MZF9610	8695018399	17/12/2012	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 670/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 670/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAK4399	8695018775	14/01/2013	74550	218 * I
DLB3455	8695018782	12/01/2013	74550	218 * I
DLB3455	8695018772	12/01/2013	74550	218 * I
DST1543	8695018741	13/01/2013	74550	218 * I
HKC9890	8695018630	04/01/2013	74550	218 * I

HTQ8255	8695018816	11/01/2013	74550	218	*	I
IKC0819	8695018788	15/01/2013	74550	218	*	I
ILR0091	8695018428	16/12/2012	74550	218	*	I
LWT7412	8695018444	15/12/2012	74550	218	*	I
LYB2028	8695018787	12/01/2013	74550	218	*	I
LZG4249	8695018744	14/01/2013	74630	218	*	II
MAG0809	8695018835	12/01/2013	74550	218	*	I
MBN7698	8695018779	16/01/2013	74550	218	*	I
MDD2905	8695018716	11/01/2013	74550	218	*	I
MDK6778	8695018761	13/01/2013	74630	218	*	II
MDP3320	8695018830	13/01/2013	74550	218	*	I
MFY4103	8695018880	20/01/2013	74550	218	*	I
MGJ2128	8695018793	17/01/2013	74630	218	*	II
MGW5389	8695018764	15/01/2013	74550	218	*	I
MHZ9585	8695018759	11/01/2013	74630	218	*	II
MJT5567	8695018768	16/01/2013	74550	218	*	I
MKR3726	8695018726	14/01/2013	74550	218	*	I
MKY0570	8695018688	05/01/2013	74550	218	*	I
MMB0058	8695018446	16/12/2012	74550	218	*	I
MMB0058	8695018468	16/12/2012	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 671/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 671/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HQJ2633	8695018482	23/12/2012	74550	218 * I
IJD5732	8695018859	20/01/2013	74630	218 * II
LYW0109	8695018543	26/12/2012	74630	218 * II
MAP4695	8695018481	23/12/2012	74550	218 * I

MDA1858	8695018886	17/01/2013	74550	218	*	I
MDJ7223	8695018736	10/01/2013	74550	218	*	I
MFN9656	8695018838	18/01/2013	74550	218	*	I
MGF1740	8695018536	27/12/2012	74550	218	*	I
MGS7110	8695018538	23/12/2012	74550	218	*	I
MHY1399	8695018849	20/01/2013	74550	218	*	I
MJW5076	8695018494	22/12/2012	74550	218	*	I
MJW5076	8695018546	22/12/2012	74550	218	*	I
MKL1323	8695018555	23/12/2012	74550	218	*	I
MKO8929	8695018485	24/12/2012	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 673/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 673/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAK4159	8695018689	01/01/2013	74550	218 * I
AFM6679	8695018879	19/01/2013	74550	218 * I
AI17882	8695018867	20/01/2013	74550	218 * I
AI17882	8695018890	20/01/2013	74550	218 * I
AJL0489	8695018916	25/01/2013	74550	218 * I
BXB5934	8695018566	30/12/2012	74550	218 * I
DHV9514	8695018477	22/12/2012	74550	218 * I
DWF8518	8695018966	27/01/2013	74550	218 * I
HRN0022	8695018875	22/01/2013	74550	218 * I
IME0355	8695018919	27/01/2013	74550	218 * I
LYT7306	8695018888	19/01/2013	74550	218 * I
LYV5811	8695018585	29/12/2012	74550	218 * I
MAR6106	8695018953	28/01/2013	74550	218 * I
MCE4514	8695018893	20/01/2013	74550	218 * I

MCO6194	8695018695	05/01/2013	74550	218	*	I
MCR6625	8695018540	25/12/2012	74550	218	*	I
MDE9647	8695018542	25/12/2012	74550	218	*	I
MDF6980	8695018871	20/01/2013	74550	218	*	I
MDN3207	8695018539	24/12/2012	74550	218	*	I
MDT8933	8695018682	03/01/2013	74550	218	*	I
MEP9870	8695018842	20/01/2013	74550	218	*	I
MFQ9608	8695018691	02/01/2013	74550	218	*	I
MGC1810	8695018887	19/01/2013	74550	218	*	I
MGH5792	8695018938	24/01/2013	74550	218	*	I
MHB0335	8695018517	23/12/2012	74550	218	*	I
MHH3384	8695018619	31/12/2012	74550	218	*	I
MIO2126	8695018845	22/01/2013	74550	218	*	I
MIR8047	8695018892	20/01/2013	74550	218	*	I
MIT2787	8695018495	23/12/2012	74550	218	*	I
MIW6994	8695018534	26/12/2012	74550	218	*	I
MIW8285	8695018527	25/12/2012	74550	218	*	I
MIY5128	8695018852	19/01/2013	74550	218	*	I
MJX6400	8695018958	23/01/2013	74550	218	*	I
MJY0907	8695018874	20/01/2013	74550	218	*	I
MKB7915	8695018567	31/12/2012	74550	218	*	I
MKP0072	8695018552	21/12/2012	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 675/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 675/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CRN1403	8695018717	12/01/2013	74550	218 * I
IFG5142	8695018755	16/01/2013	74550	218 * I

MCI4019	8695018828	12/01/2013	74550	218	*	I
MGF1740	8695018745	14/01/2013	74550	218	*	I
MIK4137	8695018731	16/01/2013	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 677/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 677/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ABU5528	8695018992	03/02/2013	74550	218	*	I
AGG7375	8695018873	19/01/2013	74550	218	*	I
BKG7436	8695018581	31/12/2012	74710	218	*	III
BSH8901	8695019046	03/02/2013	74550	218	*	I
CIP1720	8695019012	31/01/2013	74550	218	*	I
CKE6100	8695018815	10/01/2013	74550	218	*	I
CNB4019	8695019053	01/02/2013	74550	218	*	I
CPD1434	8695018710	10/01/2013	74550	218	*	I
CVM9433	8695018537	22/12/2012	74550	218	*	I
CYH8392	8695018746	17/01/2013	74550	218	*	I
DAX5248	8695019015	01/02/2013	74630	218	*	II
DHY6498	8695018685	05/01/2013	74550	218	*	I
GQN0748	8695018723	13/01/2013	74550	218	*	I
HYU2381	8695018675	03/01/2013	74550	218	*	I
IJD5732	8695019004	02/02/2013	74630	218	*	II
IMN5610	8695018699	01/01/2013	74550	218	*	I
LYW2460	8695018805	09/01/2013	74550	218	*	I
LZL5854	8695019058	08/02/2013	74550	218	*	I
MBD7919	8695018801	09/01/2013	74550	218	*	I
MCD4648	8695018637	05/01/2013	74550	218	*	I
MCD4648	8695018650	04/01/2013	74550	218	*	I

MCN6018	8695018545	20/12/2012	74550	218	*	I
MER8743	8695018720	12/01/2013	74630	218	*	II
MFB0936	8695018884	19/01/2013	74550	218	*	I
MFJ2673	8695019050	02/02/2013	74550	218	*	I
MFM3572	8695018749	11/01/2013	74550	218	*	I
MGL1199	8695018706	02/01/2013	74550	218	*	I
MHA6138	8695018984	02/02/2013	74550	218	*	I
MHA8126	8695018686	05/01/2013	74550	218	*	I
MHB9947	8695019041	05/02/2013	74550	218	*	I
MHP3834	8695018576	30/12/2012	74550	218	*	I
MI12273	8695018863	19/01/2013	74550	218	*	I
MIL5949	8695019018	03/02/2013	74550	218	*	I
MIL8715	8695018625	02/01/2013	74550	218	*	I
MIQ5137	8695018804	12/01/2013	74550	218	*	I
MIU3636	8695019001	03/02/2013	74550	218	*	I
MJC8806	8695018653	07/01/2013	74550	218	*	I
MJG4164	8695018626	02/01/2013	74550	218	*	I
MJH1080	8695018988	06/02/2013	74550	218	*	I
MJQ5657	8695019039	03/02/2013	74550	218	*	I
MKB7781	8695018725	14/01/2013	74550	218	*	I
MKJ4938	8695019038	02/02/2013	74550	218	*	I
MKM4107	8695018785	12/01/2013	74550	218	*	I
MKS8748	8695018628	03/01/2013	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 679/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 679/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AGT1900	8695019104	09/02/2013	74550	218 * I
---------	------------	------------	-------	---------

BFA3367	8695019051	03/02/2013	74550	218	*	I
HHM2339	8695019137	12/02/2013	74550	218	*	I
INB5970	8695019135	10/02/2013	74550	218	*	I
MBU3536	8695018843	22/01/2013	74550	218	*	I
MCK7489	8695019124	13/02/2013	74630	218	*	II
MHR4139	8695019069	12/02/2013	74630	218	*	II
MHX7818	8695019059	08/02/2013	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 681/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 681/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKJ4905	8695019158	18/02/2013	74550	218 * I
AQX2245	8695018946	26/01/2013	74550	218 * I
BOZ7201	8695019190	14/02/2013	74550	218 * I
CRI6550	8695019200	17/02/2013	74550	218 * I
CXV1906	8695019083	13/02/2013	74550	218 * I
DBC4716	8695018954	29/01/2013	74550	218 * I
DBC4716	8695018909	29/01/2013	74550	218 * I
HWE9719	8695018922	28/01/2013	74550	218 * I
ILP5364	8695018935	23/01/2013	74550	218 * I
KJN6837	8695018882	20/01/2013	74550	218 * I
KMU6128	8695019199	16/02/2013	74630	218 * II
LNG4990	8695018862	18/01/2013	74550	218 * I
LXS0562	8695019145	15/02/2013	74550	218 * I
LYG2689	8695019250	23/02/2013	74550	218 * I
LYZ4855	8695018692	03/01/2013	74550	218 * I
MAW4406	8695018913	30/01/2013	74550	218 * I
MAX6614	8695019149	17/02/2013	74630	218 * II

MBK3380	8695019194	16/02/2013	74630	218	*	II
MBN8601	8695019214	23/02/2013	74550	218	*	I
MBZ9982	8695018950	25/01/2013	74550	218	*	I
MCD8108	8695018940	27/01/2013	74550	218	*	I
MCL2305	8695018905	26/01/2013	74550	218	*	I
MDI0472	8695018965	27/01/2013	74550	218	*	I
MEC3807	8695018969	23/01/2013	74550	218	*	I
MEG1678	8695018854	20/01/2013	74630	218	*	II
MFP7823	8695019160	20/02/2013	74550	218	*	I
MFT8046	8695018921	27/01/2013	74550	218	*	I
MHJ5067	8695019202	21/02/2013	74630	218	*	II
MHW5923	8695018967	22/01/2013	74550	218	*	I
MIA2442	8695019076	14/02/2013	74550	218	*	I
MIF4816	8695019162	17/02/2013	74550	218	*	I
MIY8434	8695019228	26/02/2013	74550	218	*	I
MJA2751	8695018924	28/01/2013	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 683/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 683/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJU0175	8695019311	07/03/2013	74550	218 * I
ANM3294	8695019195	17/02/2013	74550	218 * I
ATI0005	8695018796	11/01/2013	74630	218 * II
BAA1771	8695019044	02/02/2013	74550	218 * I
BKG1235	8695019238	24/02/2013	74550	218 * I
CII6840	8695019256	28/02/2013	74550	218 * I
CJL9790	8695019255	26/02/2013	74550	218 * I
CRF1256	8695019111	13/02/2013	74550	218 * I

DTA2001	8695019339	04/03/2013	74630	218	*	II
HOW6976	8695019303	05/03/2013	74550	218	*	I
ICO7071	8695019098	10/02/2013	74550	218	*	I
ION5490	8695019037	05/02/2013	74550	218	*	I
LXQ2000	8695018975	01/02/2013	74550	218	*	I
LXX6140	8695019057	07/02/2013	74550	218	*	I
LZP3476	8695019264	02/03/2013	74550	218	*	I
MAH3827	8695019343	03/03/2013	74550	218	*	I
MAJ2546	8695019244	24/02/2013	74550	218	*	I
MBC2296	8695019027	04/02/2013	74550	218	*	I
MBK8888	8695019293	04/03/2013	74550	218	*	I
MCF6619	8695019005	03/02/2013	74550	218	*	I
MCR6178	8695019024	01/02/2013	74550	218	*	I
MDA1858	8695019336	03/03/2013	74550	218	*	I
MDG7897	8695019316	01/03/2013	74630	218	*	II
MDK3275	8695019099	11/02/2013	74550	218	*	I
MES8597	8695019338	04/03/2013	74550	218	*	I
MFI7267	8695019043	02/02/2013	74550	218	*	I
MGL7436	8695018918	26/01/2013	74550	218	*	I
MGP1725	8695019308	04/03/2013	74550	218	*	I
MGP1725	8695019310	07/03/2013	74550	218	*	I
MHN3108	8695019331	05/03/2013	74550	218	*	I
MIB2491	8695019095	09/02/2013	74550	218	*	I
MJJ7563	8695019034	02/02/2013	74550	218	*	I
MJN5806	8695019036	06/02/2013	74550	218	*	I
MJV4599	8695019220	23/02/2013	74550	218	*	I
MKM6718	8695019011	06/02/2013	74550	218	*	I
MKO0609	8695019065	10/02/2013	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 685/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 685/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AOC1262	LE00019715	18/10/2008	74550	218 * I
ARJ9060	8695019084	13/02/2013	74630	218 * II
EUL2462	8695019067	10/02/2013	74550	218 * I
MHC4836	8695019119	10/02/2013	74550	218 * I
MJW3811	8695018987	05/02/2013	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 687/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 687/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BOI2155	8695019239	25/02/2013	74550	218 * I
CYH6013	8695019193	17/02/2013	74550	218 * I
EGG9683	8695017648	17/10/2012	74550	218 * I
IFK2437	8695019155	17/02/2013	74550	218 * I
IFN8431	8695019113	09/02/2013	74550	218 * I
ILA2727	8695019153	16/02/2013	74550	218 * I
LXD0918	8695017655	12/10/2012	74550	218 * I
LYD3721	8695019319	02/03/2013	74550	218 * I
MBU1299	8695019203	21/02/2013	74630	218 * II
MCA9226	8695017190	18/09/2012	74550	218 * I
MCE9354	8695019093	09/02/2013	74550	218 * I
MEN1315	8695017615	18/10/2012	74550	218 * I
MET6230	8695019233	22/02/2013	74550	218 * I
MFD0544	8695018974	01/02/2013	74630	218 * II
MFQ8493	8695017675	14/10/2012	74630	218 * II

MFS6175	8695019223	22/02/2013	74550	218	*	I
MFT5019	8695019240	21/02/2013	74550	218	*	I
MGE1933	8695019197	19/02/2013	74550	218	*	I
MGV7430	8695017642	14/10/2012	74550	218	*	I
MHP5266	8695017195	20/09/2012	74550	218	*	I
MI14656	8695019186	17/02/2013	74550	218	*	I
MIZ9218	8695019224	22/02/2013	74550	218	*	I
MJF8109	8695019188	18/02/2013	74550	218	*	I
MJP1304	8695017666	14/10/2012	74550	218	*	I
MKG2709	8695019108	11/02/2013	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 689/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 689/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABA0086	8695019378	08/03/2013	74550	218 * I
DNB3713	8695019292	02/03/2013	74550	218 * I
HVM0842	8695019380	12/03/2013	74550	218 * I
ICU3193	8695019365	10/03/2013	74550	218 * I
KME1960	8695019232	22/02/2013	74550	218 * I
LXC1705	8695019353	08/03/2013	74550	218 * I
LYN4308	8695019305	07/03/2013	74550	218 * I
MBG7427	8695019249	24/02/2013	74550	218 * I
MDJ3384	8695019332	27/02/2013	74630	218 * II
MDL4511	8695019377	10/03/2013	74550	218 * I
MEC4143	8695019416	17/03/2013	74550	218 * I
MFK8958	8695019268	04/03/2013	74550	218 * I
MGI2223	8695019356	10/03/2013	74710	218 * III
MGT8270	8695019449	18/03/2013	74550	218 * I

MIA2955	8695019260	01/03/2013	74550	218	*	I
MIJ2855	8695019357	10/03/2013	74550	218	*	I
MJH6649	8695019241	21/02/2013	74550	218	*	I
MJI0769	8695019442	19/03/2013	74550	218	*	I
MJO8808	8695019216	23/02/2013	74630	218	*	II
MJT3283	8695019444	15/03/2013	74550	218	*	I
MKS1866	8695019251	25/02/2013	74630	218	*	II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 691/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 691/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AHR4634	8695019457	17/03/2013	74550	218	*	I
AIJ1600	8695019453	13/03/2013	74550	218	*	I
JZF2713	8695019289	07/03/2013	74550	218	*	I
LZY4181	8695019226	25/02/2013	74550	218	*	I
MCM5703	8695019323	06/03/2013	74550	218	*	I
MHS2837	8695019498	21/03/2013	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 693/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 693/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFS7001	8695019508	26/03/2013	74550	218 * I
AHR4634	8695019502	27/03/2013	74550	218 * I
AJC9771	8695019430	15/03/2013	74630	218 * II
AOC0545	8695019591	29/03/2013	74550	218 * I
AUD1220	8695019463	20/03/2013	74710	218 * III
CJO8505	8695019510	27/03/2013	74550	218 * I
CYH3112	8695019485	23/03/2013	74550	218 * I
DAS7577	8695019593	30/03/2013	74630	218 * II
DSG2568	8695019354	09/03/2013	74550	218 * I
GFS1997	8695019405	18/03/2013	74550	218 * I
IDK6543	8695019434	17/03/2013	74550	218 * I
IDK9591	8695019402	18/03/2013	74550	218 * I
IFF3736	8695019472	23/03/2013	74550	218 * I
IHA8515	8695019670	08/04/2013	74550	218 * I
IKN2746	8695019668	08/04/2013	74550	218 * I
JFZ0735	8695019562	01/04/2013	74550	218 * I
JMT1308	8695019460	20/03/2013	74550	218 * I
KBH4346	8695019584	01/04/2013	74550	218 * I
LXA0979	8695019644	05/04/2013	74550	218 * I
LYE0456	8695019647	09/04/2013	74550	218 * I
MAP2848	8695019392	14/03/2013	74550	218 * I
MAR5004	8695019549	31/03/2013	74550	218 * I
MAZ1926	8695019355	09/03/2013	74550	218 * I
MBD9263	8695019494	24/03/2013	74550	218 * I
MCD0030	8695019465	21/03/2013	74550	218 * I
MCG0858	8695019371	09/03/2013	74550	218 * I
MCK0081	8695019648	03/04/2013	74550	218 * I
MCQ1211	8695019639	06/04/2013	74550	218 * I
MDA1858	8695019607	30/03/2013	74550	218 * I
MDL1968	8695019367	10/03/2013	74550	218 * I
MDP5460	8695019642	07/04/2013	74550	218 * I
MEV6995	8695019526	24/03/2013	74550	218 * I
MEY2176	8695019652	04/04/2013	74550	218 * I
MEY4516	8695019618	05/04/2013	74550	218 * I
MFK7818	8695019532	25/03/2013	74550	218 * I

MFV4576	8695019275	07/03/2013	74550	218	*	I
MFV4576	8695019333	28/02/2013	74550	218	*	I
MFV7775	8695019427	15/03/2013	74550	218	*	I
MFV1316	8695019361	09/03/2013	74550	218	*	I
MGK0438	8695019661	08/04/2013	74550	218	*	I
MHC6458	8695019362	09/03/2013	74550	218	*	I
MHN0716	8695019624	09/04/2013	74550	218	*	I
MHQ3004	8695019500	23/03/2013	74550	218	*	I
MHS4256	8695019637	04/04/2013	74550	218	*	I
MHS5086	8695019553	01/04/2013	74550	218	*	I
MIQ5016	8695019545	29/03/2013	74550	218	*	I
MIR3738	8695019349	10/03/2013	74550	218	*	I
MJJ2752	8695019519	25/03/2013	74550	218	*	I
MJU8018	8695019603	29/03/2013	74550	218	*	I
MKE6228	8695019577	30/03/2013	74630	218	*	II
MWJ8966	8695019471	22/03/2013	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 695/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 695/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HWE9719	8695019614	03/04/2013	74550	218 * I
IEW1429	8695019351	09/03/2013	74550	218 * I
IEW1429	8695019374	09/03/2013	74550	218 * I
MAQ0647	8695019415	16/03/2013	74550	218 * I
MCF4060	8695019398	15/03/2013	74550	218 * I
MCJ6234	8695019456	18/03/2013	74550	218 * I
MJJ4032	8695019536	20/03/2013	74550	218 * I
MKV6058	8695019413	16/03/2013	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 697/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 697/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AIR9363	8695019791	19/04/2013	74550	218 * I
ALS8750	8695019592	29/03/2013	74550	218 * I
AUW6160	8695019713	14/04/2013	74550	218 * I
BKR0660	8695019790	19/04/2013	74550	218 * I
CCJ7332	8695019680	16/04/2013	74550	218 * I
DTA2001	8695019722	14/04/2013	74550	218 * I
DUH7971	8695019699	10/04/2013	74550	218 * I
DXC9499	8695019769	22/04/2013	74630	218 * II
EKL1359	8695019479	26/03/2013	74550	218 * I
ELF0191	8695019542	22/03/2013	74550	218 * I
IKD8754	8695019780	19/04/2013	74550	218 * I
ILK9974	8695019694	10/04/2013	74550	218 * I
JXD7570	8695019602	30/03/2013	74550	218 * I
LXQ2932	8695019410	13/03/2013	74550	218 * I
LXX6140	8695019609	08/04/2013	74550	218 * I
LYU5079	8695019681	16/04/2013	74550	218 * I
LYZ2459	8695019541	24/03/2013	74550	218 * I
LYZ8104	8695019531	25/03/2013	74630	218 * II
LZW3209	8695019782	18/04/2013	74550	218 * I
MBO0101	8695019529	19/03/2013	74550	218 * I
MBT8810	8695019512	23/03/2013	74550	218 * I
MCG2291	8695019756	18/04/2013	74550	218 * I
MCS5836	8695019676	13/04/2013	74630	218 * II
MDD2761	8695019742	22/04/2013	74550	218 * I

MDD7349	8695019547	30/03/2013	74550	218	*	I
MDP5460	8695019817	19/04/2013	74630	218	*	II
MEA1953	8695019632	07/04/2013	74550	218	*	I
MEG5205	8695019755	23/04/2013	74630	218	*	II
MEL5561	8695019728	12/04/2013	74550	218	*	I
MEP1743	8695019650	07/04/2013	74550	218	*	I
MEX0292	8695019482	20/03/2013	74550	218	*	I
MFA8306	8695019490	25/03/2013	74550	218	*	I
MFD3889	8695019535	24/03/2013	74550	218	*	I
MFY1396	8695019671	08/04/2013	74550	218	*	I
MHF0716	8695019704	14/04/2013	74550	218	*	I
MHG0327	8695019530	20/03/2013	74550	218	*	I
MHH8397	8695019796	21/04/2013	74550	218	*	I
MIN6802	8695019640	07/04/2013	74550	218	*	I
MIV3326	8695019462	20/03/2013	74550	218	*	I
MKL8846	8695019470	22/03/2013	74550	218	*	I
MLA7878	8695019548	30/03/2013	74550	218	*	I
MLD3979	8695019677	13/04/2013	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 699/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 699/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MJP9619 8695019846 23/04/2013 74550 218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 701/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 701/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AED6829	8695019730	18/04/2013	74550	218 * I
AUW6160	8695019879	25/04/2013	74550	218 * I
HOW6976	8695019883	01/05/2013	74550	218 * I
LWV6265	8695019866	29/04/2013	74550	218 * I
LYI0014	8695019865	29/04/2013	74550	218 * I
LYI0014	8695019950	03/05/2013	74550	218 * I
LYI0014	8695019956	03/05/2013	74550	218 * I
LZT4527	8695019848	24/04/2013	74550	218 * I
MCG4259	8695019610	08/04/2013	74630	218 * II
MDY7765	8695019885	01/05/2013	74550	218 * I
MEN1315	8695019841	01/05/2013	74550	218 * I
MFC9407	8695019944	05/05/2013	74550	218 * I
MFF3147	8695019928	07/05/2013	74550	218 * I
MFG0043	8695019933	08/05/2013	74550	218 * I
MGY0334	8695019906	30/04/2013	74550	218 * I
MHD9304	8695019830	28/04/2013	74550	218 * I
MHR4608	8695019909	03/05/2013	74630	218 * II
MIJ2855	8695019955	02/05/2013	74550	218 * I
MKP4269	8695019871	27/04/2013	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 703/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 703/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAK4159	8695019737	20/04/2013	74550	218 * I
BCL1317	8695019732	18/04/2013	74630	218 * II
CKN3272	8695019701	12/04/2013	74550	218 * I
DDP1933	8695019783	19/04/2013	74550	218 * I
IFE3977	8695019781	17/04/2013	74630	218 * II
IJU1982	8695019818	21/04/2013	74550	218 * I
KNY0145	8695019784	19/04/2013	74550	218 * I
LYC8591	8695019774	23/04/2013	74550	218 * I
LZE4279	8695019687	10/04/2013	74550	218 * I
LZO1321	8695019691	13/04/2013	74550	218 * I
MAP0575	8695019700	12/04/2013	74550	218 * I
MCP7396	8695019749	18/04/2013	74630	218 * II
MDC7678	8695019735	19/04/2013	74550	218 * I
MEB8622	8695019759	21/04/2013	74630	218 * II
MGT1585	8695019801	20/04/2013	74550	218 * I
MGT6548	8695019820	21/04/2013	74550	218 * I
MHT4680	8695020001	10/05/2013	74550	218 * I
MIC5006	8695020028	10/05/2013	74550	218 * I
MIT2761	8695019678	14/04/2013	74550	218 * I
MJA6384	8695019751	19/04/2013	74550	218 * I
MKD2256	8695019977	10/05/2013	74550	218 * I
MKM0253	8695019690	13/04/2013	74630	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 705/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 705/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACK1653	8695020058	23/05/2013	74550	218 * I
AFC9805	8695019867	29/04/2013	74550	218 * I
AFO1884	8695019864	29/04/2013	74550	218 * I
AIT1924	8695019859	25/04/2013	74550	218 * I
BEW2011	8695019726	15/04/2013	74550	218 * I
BOM5800	8695020057	18/05/2013	74550	218 * I
BRD0652	8695019828	27/04/2013	74710	218 * III
DEV7641	8695020027	14/05/2013	74550	218 * I
LXQ8273	8695019854	24/04/2013	74550	218 * I
LZS7702	8695020056	20/05/2013	74550	218 * I
MAO9777	8695019868	02/05/2013	74550	218 * I
MCQ6337	8695019813	22/04/2013	74550	218 * I
MDC8346	8695020077	22/05/2013	74550	218 * I
MDD0339	8695019857	27/04/2013	74550	218 * I
MEF9314	8695019884	01/05/2013	74550	218 * I
MES1308	8695020041	22/05/2013	74550	218 * I
MFH7206	8695019880	25/04/2013	74550	218 * I
MFV4576	8695019834	24/04/2013	74550	218 * I
MGY2573	8695019808	17/04/2013	74550	218 * I
MHY4825	8695019870	26/04/2013	74550	218 * I
MJL1817	8695019987	14/05/2013	74550	218 * I
MJM7605	8695019886	30/04/2013	74550	218 * I
MJR1339	8695020042	22/05/2013	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 707/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 707/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ARR2424	8695020092	28/05/2013	74550	218 * I
DTA2001	8695020130	26/05/2013	74550	218 * I
DTC7887	8695019849	26/04/2013	74630	218 * II
IFC6278	8695020035	19/05/2013	74550	218 * I
IGS2004	8695020117	24/05/2013	74550	218 * I
LYI2948	8695019875	24/04/2013	74550	218 * I
LZR4261	8695020095	26/05/2013	74550	218 * I
LZY2391	8695019921	08/05/2013	74550	218 * I
MCD7004	8695020100	25/05/2013	74550	218 * I
MDG1217	8695019953	04/05/2013	74550	218 * I
MES5798	8695020081	24/05/2013	74550	218 * I
MFN3296	8695019869	24/04/2013	74550	218 * I
MIB1598	8695019836	28/04/2013	74550	218 * I
MIF3099	8695019837	29/04/2013	74550	218 * I
MIV9663	8695019674	11/04/2013	74550	218 * I
MIW8222	8695019910	03/05/2013	74550	218 * I
MJE8278	8695019947	02/05/2013	74630	218 * II
MJU9426	8695020133	25/05/2013	74550	218 * I
MJX8504	8695019915	06/05/2013	74550	218 * I
MKF4108	8695019863	28/04/2013	74550	218 * I
MKM4529	8695019839	30/04/2013	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 709/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 709/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BOZ8100	8695019939	06/05/2013	74550	218 * I
DIV0063	8695020183	04/06/2013	74550	218 * I
JOG4190	8695020257	10/06/2013	74550	218 * I
LXA5159	8695019966	10/05/2013	74550	218 * I
LZY2391	8695019964	10/05/2013	74550	218 * I
MAC7839	8695020021	12/05/2013	74630	218 * II
MAO3905	8695020084	26/05/2013	74550	218 * I
MBG7782	8695019967	11/05/2013	74550	218 * I
MDH8404	8695020215	10/06/2013	74550	218 * I
MDH8404	8695020256	10/06/2013	74550	218 * I
MDK2598	8695020139	30/05/2013	74550	218 * I
MEQ6979	8695020224	07/06/2013	74630	218 * II
MGK3557	8695020260	11/06/2013	74550	218 * I
MGR6145	8695020237	09/06/2013	74550	218 * I
MHH8397	8695020166	03/06/2013	74550	218 * I
MJE8314	8695020124	28/05/2013	74550	218 * I
MJP9424	8695020140	30/05/2013	74550	218 * I
MKG0497	8695020171	30/05/2013	74550	218 * I
MKL4379	8695019976	10/05/2013	74550	218 * I
MKZ8593	8695020016	13/05/2013	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 711/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 711/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AHG9774	8695020052	21/05/2013	74550	218 * I
CIP1962	8695020036	19/05/2013	74550	218 * I
IAS7226	8695020039	20/05/2013	74630	218 * II
JDJ3009	8695020051	20/05/2013	74550	218 * I
LZF4780	8695020048	18/05/2013	74550	218 * I
MCM1428	8695019994	10/05/2013	74550	218 * I
MDG5656	8695020043	23/05/2013	74550	218 * I
MFC7512	8695019285	27/02/2013	74550	218 * I
MGA8049	8695020055	17/05/2013	74550	218 * I
MHO9833	8695020265	10/06/2013	74550	218 * I
MHP1869	8695020049	19/05/2013	74550	218 * I
MIP9847	8695020223	07/06/2013	74550	218 * I
MJB9451	8695020032	17/05/2013	74550	218 * I
MKZ6138	8695020201	01/06/2013	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 716/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 716/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BIO1575	8695020033	17/05/2013	74550	218 * I
LYT1099	8695020053	21/05/2013	74630	218 * II
MAS1003	8695020195	01/06/2013	74550	218 * I
MCD0689	8695020062	17/05/2013	74550	218 * I
MJT5117	8695020072	20/05/2013	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 723/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 723/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABK4387	8695020104	25/05/2013	74550	218 * I
ACK1653	8695020283	13/06/2013	74550	218 * I
ALS4312	8695020222	07/06/2013	74550	218 * I
BUM6624	8695020444	29/06/2013	74550	218 * I
HTI5089	8695020380	26/06/2013	74550	218 * I
ILV9683	8695020297	15/06/2013	74550	218 * I
KHS1726	8695020362	21/06/2013	74550	218 * I
LYI6194	8695020152	30/05/2013	74550	218 * I
LZW3209	8695020435	29/06/2013	74550	218 * I
MAN8855	8695020146	05/06/2013	74550	218 * I
MDI9043	8695020310	14/06/2013	74550	218 * I
MDK3313	8695020160	29/05/2013	74550	218 * I

MEL5561	8695020428	30/06/2013	74550	218	*	I
MFA9442	8695020227	10/06/2013	74550	218	*	I
MFH0616	8695020208	06/06/2013	74550	218	*	I
MFK6785	8695020351	26/06/2013	74550	218	*	I
MFN3296	8695020203	04/06/2013	74550	218	*	I
MFR2630	8695020236	09/06/2013	74550	218	*	I
MFZ0326	8695020352	21/06/2013	74550	218	*	I
MGM6735	8695020253	09/06/2013	74550	218	*	I
MHP4063	8695020452	29/06/2013	74550	218	*	I
MHT8020	8695020170	05/06/2013	74550	218	*	I
MHY6458	8695020356	23/06/2013	74550	218	*	I
MHZ3877	8695020372	20/06/2013	74550	218	*	I
MIX4240	8695020218	11/06/2013	74550	218	*	I
MJM0314	8695020303	16/06/2013	74550	218	*	I
MKX2557	8695020261	09/06/2013	74550	218	*	I
MLC5660	8695020156	02/06/2013	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 725/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 725/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BPL2123	8695020163	30/05/2013	74710	218 * III
BPL2123	8695020187	30/05/2013	74710	218 * III
LZE5802	8695020419	30/06/2013	74550	218 * I
MCL9369	8695020245	06/06/2013	74550	218 * I
MGD4088	8695020188	02/06/2013	74550	218 * I
MJE6865	8695020154	31/05/2013	74550	218 * I
MKJ4938	8695020158	03/06/2013	74550	218 * I
MKM6386	8695020335	23/06/2013	74550	218 * I

MMK9910 8695020207 06/06/2013 74550 218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 727/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 727/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BCM0401	8695020168	05/06/2013	74550	218 * I
CNB4019	8695020526	07/07/2013	74550	218 * I
LYW1770	8695020473	05/07/2013	74550	218 * I
MHW1175	8695020470	04/07/2013	74550	218 * I
MHW1175	8695020494	04/07/2013	74550	218 * I
MHW3999	8695020468	03/07/2013	74550	218 * I
MIJ2292	8695020507	06/07/2013	74550	218 * I
MIL2934	8695020486	09/07/2013	74630	218 * II
MJJ2752	8695020479	07/07/2013	74550	218 * I
MKL0849	8695020485	09/07/2013	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 729/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 729/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACP3331	8695020312	16/06/2013	74550	218 * I
AJC5600	8695020361	20/06/2013	74550	218 * I
ANH6337	8695020336	24/06/2013	74550	218 * I
ATT2909	8695020307	18/06/2013	74550	218 * I
BRE9099	8695020278	13/06/2013	74550	218 * I
DML9369	8695020366	22/06/2013	74550	218 * I
DNB1544	8695020387	24/06/2013	74630	218 * II
HNZ2153	8695020302	16/06/2013	74550	218 * I
LXE0740	8695020402	30/06/2013	74630	218 * II
MAZ6909	8695020324	14/06/2013	74630	218 * II
MAZ6909	8695020309	14/06/2013	74550	218 * I
MAZ6909	8695020317	15/06/2013	74550	218 * I
MCO6074	8695020268	13/06/2013	74550	218 * I
MDF4076	8695020347	22/06/2013	74630	218 * II
MDS5669	8695020410	27/06/2013	74550	218 * I
MEF6074	8695020333	23/06/2013	74550	218 * I
MEN8001	8695020370	25/06/2013	74550	218 * I
MEW6677	8695020314	13/06/2013	74550	218 * I
MGF1740	8695020391	25/06/2013	74550	218 * I
MHE7806	8695020290	13/06/2013	74550	218 * I
MHH1429	8695020415	30/06/2013	74550	218 * I
MHX9621	8695020465	30/06/2013	74550	218 * I
MIO7106	8695020377	23/06/2013	74550	218 * I
MKN8423	8695020280	16/06/2013	74550	218 * I
MKS8160	8695020321	16/06/2013	74550	218 * I
MKS9178	8695020276	13/06/2013	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 731/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 731/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFA2369	8695020423	30/06/2013	74550	218 * I
AFA2369	8695020448	30/06/2013	74550	218 * I
LUM0786	8695020456	03/07/2013	74550	218 * I
LXO5172	8695020459	27/06/2013	74550	218 * I
LXU0418	8695020432	26/06/2013	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 733/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 733/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEF0095	8695020715	29/07/2013	74550	218 * I
AIB6337	8695020364	20/06/2013	74550	218 * I
AKL5697	8695020737	26/07/2013	74550	218 * I
AQI4714	8695020629	22/07/2013	74550	218 * I
ARG0667	8695020777	27/07/2013	74630	218 * II
BBO0049	8695020581	17/07/2013	74550	218 * I
CXM0855	8695020778	28/07/2013	74550	218 * I
DLA0678	8695020562	13/07/2013	74550	218 * I
DSP2081	8695020627	22/07/2013	74550	218 * I
EIV8670	8695020530	10/07/2013	74550	218 * I
EVF4798	8695020541	16/07/2013	74550	218 * I
IOU6338	8695020782	31/07/2013	74550	218 * I
ISQ3134	8695020775	25/07/2013	74550	218 * I
ISU0054	8695020687	23/07/2013	74550	218 * I
ITC1188	8695020540	16/07/2013	74550	218 * I
JHV2859	8695020769	02/08/2013	74550	218 * I
JTS9388	8695020522	07/07/2013	74550	218 * I
LAW9613	8695020696	22/07/2013	74550	218 * I
LWW7385	8695020658	19/07/2013	74550	218 * I
LXS0562	8695020563	14/07/2013	74550	218 * I
LXS6019	8695020736	25/07/2013	74550	218 * I
LYI4015	8695020711	27/07/2013	74550	218 * I
LYW1367	8695020781	31/07/2013	74550	218 * I
LZF9637	8695020501	09/07/2013	74550	218 * I
LZP2576	8695020659	21/07/2013	74550	218 * I
LZT2816	8695020750	26/07/2013	74550	218 * I
MAJ8671	8695020607	14/07/2013	74550	218 * I
MBI8123	8695020605	13/07/2013	74550	218 * I
MBI8123	8695020697	23/07/2013	74550	218 * I
MBI9803	8695020639	19/07/2013	74550	218 * I
MBN6595	8695020797	28/07/2013	74550	218 * I
MEK9349	8695020525	06/07/2013	74550	218 * I
MEP9495	8695020734	30/07/2013	74550	218 * I
MFT9347	8695020648	20/07/2013	74550	218 * I
MHH8397	8695020794	26/07/2013	74550	218 * I
MIJ3201	8695020555	12/07/2013	74550	218 * I
MIR6892	8695020634	24/07/2013	74550	218 * I
MIR6892	8695020668	24/07/2013	74550	218 * I
MIT8949	8695020510	08/07/2013	74550	218 * I
MIU4631	8695020637	18/07/2013	74550	218 * I
MJA2669	8695020617	19/07/2013	74550	218 * I
MJB8252	8695020554	16/07/2013	74550	218 * I
MJI1385	8695020578	16/07/2013	74550	218 * I
MJI9526	8695020759	02/08/2013	74550	218 * I
MKI6048	8695020742	27/07/2013	74550	218 * I
MKV0567	8695020685	21/07/2013	74550	218 * I
MKV6408	8695020520	03/07/2013	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 735/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 735/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACI1754	8695020822	03/08/2013	74550	218 * I
AJK5185	8695020773	28/07/2013	74550	218 * I
ANK1063	8695020842	02/08/2013	74550	218 * I
ASQ7697	8695020702	25/07/2013	74550	218 * I
BGN3309	8695020843	02/08/2013	74550	218 * I
CFO6784	8695020849	05/08/2013	74550	218 * I
CKN7961	8695020826	06/08/2013	74550	218 * I
HOV0832	8695020844	03/08/2013	74550	218 * I
HYM7627	8695020669	18/07/2013	74550	218 * I
IRJ5007	8695020663	22/07/2013	74550	218 * I
LOI4969	8695020833	03/08/2013	74550	218 * I
LXS6019	8695020817	06/08/2013	74550	218 * I
MCK9202	8695020511	08/07/2013	74550	218 * I
MER1847	8695020524	08/07/2013	74550	218 * I
MIL8069	8695020512	09/07/2013	74550	218 * I
MIT9584	8695020834	04/08/2013	74550	218 * I
MJE4295	8695020483	08/07/2013	74550	218 * I
MKD7862	8695020505	09/07/2013	74550	218 * I
MKX2648	8695020816	06/08/2013	74550	218 * I
MLB6434	8695020853	03/08/2013	74550	218 * I
NRV7147	8695020643	17/07/2013	74550	218 * I
OPT4267	8695020528	10/07/2013	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 737/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 737/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AQP9461	8695020722	01/08/2013	74550	218 * I
CLO7775	8695020625	21/07/2013	74550	218 * I
HEL9793	8695020741	26/07/2013	74550	218 * I
IFP2507	8695020684	21/07/2013	74550	218 * I
LWU2837	8695020647	19/07/2013	74630	218 * II
LYF0746	8695020532	11/07/2013	74550	218 * I
LYZ2839	8695020589	14/07/2013	74550	218 * I
MAI6914	8695020727	29/07/2013	74550	218 * I
MBR8517	8695020583	16/07/2013	74550	218 * I
MBT8134	8695020786	28/07/2013	74550	218 * I
MCF0760	8695020661	21/07/2013	74550	218 * I
MDR7807	8695020587	13/07/2013	74550	218 * I
MDR7807	8695020800	25/07/2013	74550	218 * I
MFS6175	8695020674	23/07/2013	74550	218 * I
MFS6175	8695020783	01/08/2013	74550	218 * I
MKD5297	8695020573	12/07/2013	74550	218 * I
MKO2674	8695020754	27/07/2013	74630	218 * II
MKS9178	8695020535	12/07/2013	74550	218 * I
MKV1433	8695020635	17/07/2013	74550	218 * I
MLG0653	8695020730	01/08/2013	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 739/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 739/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AHV5244	8695020615	18/07/2013	74550	218 * I
AJJ8793	8695020911	08/08/2013	74550	218 * I
ANM8176	8695020906	10/08/2013	74550	218 * I
APY0694	8695020961	17/08/2013	74630	218 * II
APY0694	8695020972	17/08/2013	74710	218 * III
APY0694	8695020976	17/08/2013	74550	218 * I
AQT4694	8695020864	05/08/2013	74550	218 * I
CTC0285	8695020890	12/08/2013	74630	218 * II
CXU0025	8695021019	19/08/2013	74550	218 * I
DJB7185	8695020965	19/08/2013	74550	218 * I
DON1240	8695020917	15/08/2013	74550	218 * I
DQY0786	8695020718	29/07/2013	74550	218 * I
EXT3535	8695020682	21/07/2013	74550	218 * I
GUE1953	8695020938	14/08/2013	74550	218 * I
IJK7458	8695020671	20/07/2013	74550	218 * I
IMF2526	8695020537	13/07/2013	74550	218 * I
INV8104	8695020693	17/07/2013	74550	218 * I
INV8104	8695020698	23/07/2013	74550	218 * I
IYZ1777	8695020703	25/07/2013	74630	218 * II
JMB5110	8695020733	29/07/2013	74550	218 * I
LXK6324	8695020792	25/07/2013	74550	218 * I
LXT3555	8695020705	25/07/2013	74550	218 * I
LXU6856	8695020964	19/08/2013	74550	218 * I
LYG8700	8695020576	12/07/2013	74550	218 * I
LYI4015	8695020953	19/08/2013	74550	218 * I
LYZ4855	8695020796	28/07/2013	74550	218 * I
LZG8512	8695020920	15/08/2013	74550	218 * I
LZU2280	8695020710	26/07/2013	74550	218 * I
MAQ0239	8695020753	27/07/2013	74550	218 * I
MAR3134	8695020884	10/08/2013	74630	218 * II
MBO8565	8695020743	27/07/2013	74550	218 * I
MBU7162	8695020975	17/08/2013	74550	218 * I
MCB0251	8695020662	21/07/2013	74550	218 * I
MCQ3389	8695020766	30/07/2013	74550	218 * I
MCT7253	8695020713	28/07/2013	74550	218 * I
MEH3666	8695020558	15/07/2013	74630	218 * II
MFO1116	8695020719	31/07/2013	74550	218 * I

MF5435	8695020571	16/07/2013	74550	218	*	I
MFY7400	8695020726	27/07/2013	74550	218	*	I
MGB6952	8695020761	26/07/2013	74550	218	*	I
MHA0249	8695020527	10/07/2013	74630	218	*	II
MHB2344	8695021017	16/08/2013	74550	218	*	I
MHB5079	8695020784	01/08/2013	74550	218	*	I
MHD2137	8695020606	14/07/2013	74550	218	*	I
MHO9746	8695021018	17/08/2013	74550	218	*	I
MIF7258	8695020946	15/08/2013	74550	218	*	I
MIK0724	8695020952	19/08/2013	74630	218	*	II
MIO4537	8695020616	18/07/2013	74550	218	*	I
MIQ8898	8695020586	12/07/2013	74550	218	*	I
MJA1375	8695020785	26/07/2013	74550	218	*	I
MJD8123	8695020632	24/07/2013	74630	218	*	II
MJH3735	8695020720	31/07/2013	74550	218	*	I
MJY8163	8695020692	21/07/2013	74550	218	*	I
MKE5219	8695020991	19/08/2013	74550	218	*	I
MKG2709	8695020755	28/07/2013	74550	218	*	I
MKL7874	8695020997	18/08/2013	74550	218	*	I
MKN9471	8695020922	15/08/2013	74550	218	*	I
MKR8472	8695020959	15/08/2013	74550	218	*	I
MKV2852	8695020978	18/08/2013	74550	218	*	I
NIZ0617	8695020602	18/07/2013	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 741/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 741/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ALV4113	8695021001	19/08/2013	74550	218 * I
---------	------------	------------	-------	---------

ANU2627	8695020690	20/07/2013	74630	218	*	II
BYF4837	8695020811	04/08/2013	74550	218	*	I
GSV1295	8695020828	06/08/2013	74550	218	*	I
HOZ7472	8695021126	30/08/2013	74550	218	*	I
INJ0002	8695020872	04/08/2013	74550	218	*	I
IQK9621	8695020907	10/08/2013	74550	218	*	I
LYE8209	8695021058	23/08/2013	74550	218	*	I
MCL2305	8695020813	05/08/2013	74550	218	*	I
MEM1151	8695021089	29/08/2013	74550	218	*	I
MFN0347	8695021131	01/09/2013	74550	218	*	I
MGR2177	8695020831	05/08/2013	74550	218	*	I
MHI1029	8695020807	03/08/2013	74550	218	*	I
MHT2766	8695020548	12/07/2013	74550	218	*	I
MJJ9476	8695021112	30/08/2013	74550	218	*	I
MJY7132	8695020805	03/08/2013	74550	218	*	I
MKI8763	8695021060	26/08/2013	74550	218	*	I
MKJ1710	8695020749	26/07/2013	74550	218	*	I
MKL2628	8695020820	06/08/2013	74630	218	*	II
MKL7528	8695021028	24/08/2013	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 743/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 743/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

DFK5424	8695021110	02/09/2013	74550	218 * I
DFK5424	8695021140	30/08/2013	74550	218 * I
ICW6427	8695020814	05/08/2013	74550	218 * I
IJZ6802	8695021098	31/08/2013	74550	218 * I
INB5970	8695021135	30/08/2013	74550	218 * I

LYI0014	8695021104	31/08/2013	74550	218	*	I
LZE0723	8695020863	03/08/2013	74550	218	*	I
MBN8914	8695020866	01/08/2013	74550	218	*	I
MDP9784	8695021070	27/08/2013	74550	218	*	I
MER2277	8695020871	04/08/2013	74550	218	*	I
MEU6274	8695020804	03/08/2013	74550	218	*	I
MFD4407	8695021136	31/08/2013	74550	218	*	I
MGJ5724	8695021044	27/08/2013	74550	218	*	I
MHE0624	8695020855	04/08/2013	74550	218	*	I
MHQ0515	8695020869	05/08/2013	74550	218	*	I
MJD5838	8695020874	02/08/2013	74630	218	*	II
MMH4150	8695021087	24/08/2013	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 745/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 745/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AUF2822	8695020877	07/08/2013	74630	218 * II
CHB1331	8695020887	11/08/2013	74550	218 * I
EMN1458	8695020888	12/08/2013	74550	218 * I
LXO6886	8695020913	11/08/2013	74550	218 * I
MDA4992	8695020896	15/08/2013	74550	218 * I
MFE0595	8695020899	07/08/2013	74630	218 * II
MFH0489	8695020902	10/08/2013	74550	218 * I
MFO1357	8695021008	16/08/2013	74550	218 * I
MFT7915	8695020945	13/08/2013	74550	218 * I
MGR7653	8695020982	15/08/2013	74550	218 * I
MHR8828	8695020903	10/08/2013	74550	218 * I
MIN6176	8695020994	18/08/2013	74550	218 * I

MJC7806 8695021004 19/08/2013 74550 218 * I
 MKN8748 8695020878 07/08/2013 74550 218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
 AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 747/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 747/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ABY3181	8695021335	15/09/2013	74550	218 * I
AHV5244	8695021041	26/08/2013	74630	218 * II
AIW6581	8695021217	09/09/2013	74550	218 * I
AJO3579	8695021278	15/09/2013	74630	218 * II
AJO4719	8695020942	10/08/2013	74550	218 * I
AMC4715	8695021295	14/09/2013	74550	218 * I
ANM8176	8695021287	12/09/2013	74550	218 * I
AOS0862	8695020821	06/08/2013	74550	218 * I
APM8018	8695021268	15/09/2013	74550	218 * I
AQW5370	8695021040	26/08/2013	74550	218 * I
ASI4430	8695021180	09/09/2013	74550	218 * I
BBE1966	8695020974	16/08/2013	74550	218 * I
BPL2123	8695020818	06/08/2013	74550	218 * I
BQT1610	8695021036	24/08/2013	74550	218 * I
BSI6636	8695020973	17/08/2013	74550	218 * I
CAP0792	8695020963	18/08/2013	74630	218 * II
CDM9164	8695021113	30/08/2013	74550	218 * I
CKV7333	8695020835	05/08/2013	74630	218 * II
DCF6750	8695021346	18/09/2013	74550	218 * I
DEA7402	8695020951	19/08/2013	74550	218 * I
DMG5581	8695021204	08/09/2013	74550	218 * I
DQO2403	8695021325	12/09/2013	74550	218 * I

DTB0166	8695021299	14/09/2013	74550	218	*	I
DWF7721	8695021319	15/09/2013	74550	218	*	I
GRV6719	8695021173	11/09/2013	74550	218	*	I
HNK8713	8695021231	09/09/2013	74550	218	*	I
INV8104	8695021314	12/09/2013	74550	218	*	I
ITC3109	8695021289	14/09/2013	74550	218	*	I
IUT1630	8695021219	04/09/2013	74550	218	*	I
JJB0693	8695021031	26/08/2013	74550	218	*	I
JRY5562	8695021171	09/09/2013	74550	218	*	I
KAK2731	8695020909	12/08/2013	74550	218	*	I
KLN2418	8695021164	08/09/2013	74630	218	*	II
LBB7232	8695021177	07/09/2013	74550	218	*	I
LWT8247	8695021321	15/09/2013	74550	218	*	I
LXF0901	8695021051	25/08/2013	74550	218	*	I
LXS1403	8695021258	13/09/2013	74550	218	*	I
LXU6856	8695021312	17/09/2013	74550	218	*	I
LYZ7698	8695021149	08/09/2013	74550	218	*	I
LZE0723	8695021009	17/08/2013	74550	218	*	I
LZE5084	8695021253	07/09/2013	74550	218	*	I
LZM7421	8695021039	25/08/2013	74550	218	*	I
LZS8613	8695021238	07/09/2013	74550	218	*	I
LZY0577	8695021048	28/08/2013	74550	218	*	I
MAB3570	8695021061	26/08/2013	74550	218	*	I
MAH5300	8695021166	10/09/2013	74550	218	*	I
MAW9513	8695020992	20/08/2013	74550	218	*	I
MBK8682	8695020908	11/08/2013	74550	218	*	I
MBQ1410	8695021296	14/09/2013	74550	218	*	I
MCG6320	8695021071	27/08/2013	74550	218	*	I
MCN0503	8695021005	20/08/2013	74550	218	*	I
MDA6291	8695021038	24/08/2013	74630	218	*	II
MDE9765	8695021224	05/09/2013	74550	218	*	I
MDK9677	8695021300	15/09/2013	74550	218	*	I
MEC0148	8695021181	10/09/2013	74550	218	*	I
MEF9298	8695021137	30/08/2013	74550	218	*	I
MFG1769	8695021035	24/08/2013	74550	218	*	I
MFL8639	8695021247	06/09/2013	74550	218	*	I
MFL8639	8695021343	16/09/2013	74550	218	*	I
MFL8639	8695021345	17/09/2013	74550	218	*	I
MFN3121	8695020889	12/08/2013	74550	218	*	I
MHL4576	8695021337	15/09/2013	74550	218	*	I
MHS9536	8695020949	16/08/2013	74550	218	*	I
MID6146	8695021307	14/09/2013	74550	218	*	I
MIL7802	8695020971	16/08/2013	74550	218	*	I
MIM6125	8695021308	15/09/2013	74630	218	*	II
MIR1451	8695020886	11/08/2013	74550	218	*	I
MIU1203	8695021318	14/09/2013	74550	218	*	I
MIU7766	8695021185	05/09/2013	74550	218	*	I
MIW7769	8695021168	06/09/2013	74630	218	*	II
MJL7688	8695020910	14/08/2013	74550	218	*	I
MJR1270	8695020977	17/08/2013	74550	218	*	I
MJT3668	8695021120	01/09/2013	74550	218	*	I
MJY4106	8695020926	12/08/2013	74630	218	*	II
MKS9146	8695021148	07/09/2013	74550	218	*	I
MKY9434	8695021045	22/08/2013	74550	218	*	I
MLB6434	8695021214	07/09/2013	74550	218	*	I
MLD1990	8695021183	04/09/2013	74550	218	*	I
MRR3592	8695021211	10/09/2013	74550	218	*	I
MVG3499	8695020875	07/08/2013	74550	218	*	I
NFX6701	8695021332	14/09/2013	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 749/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 749/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABK7150	8695021239	08/09/2013	74550	218 * I
LXN2359	8695021100	29/08/2013	74550	218 * I
LZG8218	8695021042	26/08/2013	74550	218 * I
MBA4951	8695021101	31/08/2013	74550	218 * I
MDR2692	8695021066	28/08/2013	74550	218 * I
MHK9504	8695020957	20/08/2013	74550	218 * I
MHZ8236	8695021078	24/08/2013	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 751/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 751/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

APO4591	8695021415	23/09/2013	74550	218 * I
AQC2155	8695021145	03/09/2013	74550	218 * I
BIB2911	8695021362	25/09/2013	74550	218 * I
BIO0193	8695021243	03/09/2013	74550	218 * I
CLE5104	8695021367	19/09/2013	74550	218 * I
HEJ0064	8695021384	24/09/2013	74550	218 * I
IQY7959	8695021193	11/09/2013	74550	218 * I
LYQ5853	8695021163	08/09/2013	74550	218 * I
MDS6400	8695021158	06/09/2013	74710	218 * III
MDY1787	8695021397	20/09/2013	74550	218 * I
MEY3709	8695021414	21/09/2013	74550	218 * I
MFN0292	8695021207	07/09/2013	74550	218 * I
MFN0292	8695021209	08/09/2013	74550	218 * I
MGI8443	8695021213	04/09/2013	74550	218 * I
MHV1925	8695021404	22/09/2013	74550	218 * I
MIT2761	8695021221	10/09/2013	74550	218 * I
MIW2132	8695021189	08/09/2013	74550	218 * I
MIY8434	8695021411	28/09/2013	74550	218 * I
MJO8736	8695021210	10/09/2013	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 753/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 753/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJL3147	8695021276	15/09/2013	74550	218 * I
BUQ0701	8695021265	14/09/2013	74550	218 * I
CTZ7549	8695021244	07/09/2013	74550	218 * I
EGO9835	8695021302	15/09/2013	74550	218 * I
IGL8765	8695021222	12/09/2013	74550	218 * I
IQG5079	8695021417	23/09/2013	74550	218 * I
LYT2252	8695021266	15/09/2013	74550	218 * I
LZX2349	8695021249	08/09/2013	74550	218 * I
MBX4139	8695021324	17/09/2013	74550	218 * I
MCF0760	8695021305	14/09/2013	74550	218 * I
MCL2305	8695021327	16/09/2013	74550	218 * I
MCN0503	8695021311	18/09/2013	74550	218 * I
MDE2344	8695021203	08/09/2013	74630	218 * II
MER5852	8695021316	18/09/2013	74550	218 * I
MFN3296	8695021201	07/09/2013	74550	218 * I
MFT9232	8695021336	17/09/2013	74550	218 * I
MGI6602	8695021198	05/09/2013	74550	218 * I
MIN9639	8695021256	12/09/2013	74550	218 * I
MKE5224	8695021260	13/09/2013	74550	218 * I
MKK6473	8695021200	07/09/2013	74550	218 * I
MWE9172	8695021381	22/09/2013	74550	218 * I
OBP9653	8695021364	26/09/2013	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 755/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 755/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AWH4331	8695021495	02/10/2013	74550	218 * I
IOP3160	8695021533	07/10/2013	74550	218 * I
MAK9994	8695021515	10/10/2013	74550	218 * I
MBD8055	8695021489	05/10/2013	74550	218 * I
MEP0545	8695021504	08/10/2013	74550	218 * I
MHD9623	8695021525	06/10/2013	74550	218 * I
MIA0510	8695021501	05/10/2013	74550	218 * I
MJF3706	8695021503	08/10/2013	74550	218 * I
MJJ7493	8695021445	02/10/2013	74550	218 * I
NSP1378	8695021401	24/09/2013	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 757/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 757/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABJ0107	8695021662	18/10/2013	74550	218 * I
AIJ8396	8695021373	23/09/2013	74550	218 * I
AQU5942	8695021413	20/09/2013	74550	218 * I
CQK6053	8695021390	24/09/2013	74550	218 * I
DID4072	8695021684	22/10/2013	74550	218 * I
GWW0508	8695021735	19/10/2013	74550	218 * I
IEF2634	8695021623	16/10/2013	74630	218 * II
IHL2851	8695021663	18/10/2013	74550	218 * I
IJG5484	8695021037	24/08/2013	74550	218 * I
JDD0072	8695021482	03/10/2013	74630	218 * II
LXU6856	8695021677	18/10/2013	74550	218 * I
MAV7648	8695021371	23/09/2013	74550	218 * I
MBU1299	8695021360	24/09/2013	74550	218 * I
MEE6921	8695021418	24/09/2013	74630	218 * II
MES5052	8695021631	15/10/2013	74550	218 * I
MGJ2076	8695021722	20/10/2013	74630	218 * II
MGN0105	8695021537	04/10/2013	74550	218 * I
MGU0865	8695021638	12/10/2013	74550	218 * I
MGV4576	8695021600	13/10/2013	74550	218 * I
MHM0199	8695021589	12/10/2013	74550	218 * I
MHQ8368	8695021728	19/10/2013	74550	218 * I
MHS9917	8695021567	02/10/2013	74550	218 * I
MIB9064	8695021494	09/10/2013	74630	218 * II
MII8809	8695021726	18/10/2013	74550	218 * I
MIQ0854	8695021676	18/10/2013	74550	218 * I
MIV3496	8695021648	13/10/2013	74550	218 * I
MJZ8641	8695021720	20/10/2013	74550	218 * I
MKB2963	8695021644	13/10/2013	74550	218 * I
MKB8376	8695021599	13/10/2013	74550	218 * I
MKC8206	8695021406	22/09/2013	74550	218 * I
MKK8506	8695021679	19/10/2013	74550	218 * I
MKT4214	8695021666	19/10/2013	74550	218 * I
MMM1365	8695021099	01/09/2013	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 759/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 759/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AKM3586	8695021146	03/09/2013	74550	218 * I
CTI5306	8695021385	24/09/2013	74550	218 * I
DMD1463	8695021699	19/10/2013	74550	218 * I
GBG0030	8695021506	09/10/2013	74550	218 * I
IUG0843	8695021556	10/10/2013	74630	218 * II
KYJ5029	8695021702	22/10/2013	74550	218 * I
MDG5536	8695021365	26/09/2013	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 761/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 761/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACJ2555	8695021436	01/10/2013	74550	218 * I
AJD1881	8695021641	12/10/2013	74550	218 * I
AUF2822	8695019917	06/05/2013	74550	218 * I
JEC8317	8695021461	01/10/2013	74550	218 * I
LYL0080	8695021548	04/10/2013	74550	218 * I
MBV8410	8695021497	04/10/2013	74550	218 * I
MEZ7170	8695021430	01/10/2013	74550	218 * I
MFO1357	8695021555	10/10/2013	74550	218 * I
MJO4723	8695021391	26/09/2013	74550	218 * I
MMJ3913	8695021481	03/10/2013	74550	218 * I
MMM0101	8695021616	12/10/2013	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 763/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 763/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABI0068	8695021674	21/10/2013	74550	218 * I
ALW0975	8695021738	18/10/2013	74550	218 * I
BAD8989	8695021602	13/10/2013	74550	218 * I
CBS7813	8695021846	29/10/2013	74550	218 * I
DRD3470	8695021861	02/11/2013	74550	218 * I
DXU6089	8695021948	07/11/2013	74550	218 * I
ELF0191	8695021701	22/10/2013	74550	218 * I
IBG3881	8695021519	02/10/2013	74550	218 * I
IIZ0187	8695021695	19/10/2013	74550	218 * I

LND4087	8695021822	28/10/2013	74550	218	*	I
LWY1650	8695021559	11/10/2013	74550	218	*	I
LYY4211	8695021649	15/10/2013	74550	218	*	I
LZC0516	8695021786	27/10/2013	74550	218	*	I
LZJ0801	8695021500	05/10/2013	74550	218	*	I
LZK3462	8695021830	29/10/2013	74630	218	*	II
LZT2816	8695021926	04/11/2013	74550	218	*	I
MAX7949	8695021549	05/10/2013	74550	218	*	I
MBU0401	8695021620	12/10/2013	74550	218	*	I
MED1871	8695021819	27/10/2013	74550	218	*	I
MEK3079	8695021933	02/11/2013	74550	218	*	I
MEK9349	8695021715	22/10/2013	74550	218	*	I
MFD3889	8695021577	12/10/2013	74550	218	*	I
MFE9383	8695021512	09/10/2013	74550	218	*	I
MFY5668	8695021654	13/10/2013	74550	218	*	I
MGB7427	8695021543	05/10/2013	74550	218	*	I
MGG5760	8695021854	30/10/2013	74550	218	*	I
MGJ5500	8695021592	14/10/2013	74630	218	*	II
MGS2917	8695021908	07/11/2013	74550	218	*	I
MGW1612	8695021902	05/11/2013	74550	218	*	I
MGY0334	8695021890	08/11/2013	74550	218	*	I
MHA0344	8695021787	29/10/2013	74550	218	*	I
MHO3892	8695021844	29/10/2013	74550	218	*	I
MHO8989	8695021884	03/11/2013	74550	218	*	I
MHT2579	8695021803	30/10/2013	74550	218	*	I
MIC2308	8695021498	06/10/2013	74550	218	*	I
MIC2558	8695021483	03/10/2013	74550	218	*	I
MIE7977	8695021499	10/10/2013	74550	218	*	I
MIR4100	8695021591	12/10/2013	74550	218	*	I
MIR7115	8695021944	01/11/2013	74550	218	*	I
MJD5838	8695021601	13/10/2013	74550	218	*	I
MJE3972	8695021826	01/11/2013	74550	218	*	I
MJE3972	8695021928	05/11/2013	74550	218	*	I
MJG6627	8695021685	23/10/2013	74550	218	*	I
MJV8606	8695021785	27/10/2013	74550	218	*	I
MKC6162	8695021554	08/10/2013	74550	218	*	I
MKM9719	8695021757	31/10/2013	74550	218	*	I
MKO6592	8695021939	04/11/2013	74550	218	*	I
MMF1807	8695021729	20/10/2013	74630	218	*	II
NCM4925	8695021604	14/10/2013	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 764/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 764/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFG8889	8695022002	11/11/2013	74550	218 * I
AFJ0146	8695022034	09/11/2013	74630	218 * II
AGI9742	8695021730	20/10/2013	74550	218 * I
AJC2311	8695021697	23/10/2013	74630	218 * II
AJF1531	8695022030	10/11/2013	74630	218 * II
EGP0954	8695021906	06/11/2013	74550	218 * I
IOK4271	8695021921	07/11/2013	74550	218 * I
JNJ6760	8695021857	01/11/2013	74630	218 * II
JTS9388	8695022038	10/11/2013	74550	218 * I
JZF1556	8695021709	20/10/2013	74550	218 * I
KJZ5557	8695022026	11/11/2013	74550	218 * I
LXR2423	8695021932	01/11/2013	74550	218 * I
LYP5632	8695021915	05/11/2013	74550	218 * I
MAZ5405	8695021633	17/10/2013	74550	218 * I
MBN6595	8695021998	10/11/2013	74550	218 * I
MBY5285	8695021986	09/11/2013	74630	218 * II
MCK1131	8695021941	06/11/2013	74550	218 * I
MDA5332	8695021790	01/11/2013	74630	218 * II
MDA8627	8695021871	05/11/2013	74550	218 * I
MGS0125	8695021585	15/10/2013	74550	218 * I
MGX1188	8695021971	12/11/2013	74550	218 * I
MHE2979	8695021619	12/10/2013	74550	218 * I
MHO3892	8695022036	09/11/2013	74550	218 * I
MIC8012	8695021615	16/10/2013	74550	218 * I
MIL2934	8695021845	29/10/2013	74550	218 * I
MJW8772	8695022000	10/11/2013	74550	218 * I
MKF4108	8695021710	20/10/2013	74550	218 * I
MKF4108	8695021713	19/10/2013	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 766/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 766/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFR3025	8695022150	17/11/2013	74550	218 * I
AQA3737	8695022137	16/11/2013	74550	218 * I
DGW6279	8695022103	21/11/2013	74550	218 * I
ILQ7724	8695022204	23/11/2013	74550	218 * I
LCT7737	8695022152	17/11/2013	74550	218 * I
LXO5069	8695022165	21/11/2013	74550	218 * I
LXU6856	8695022169	22/11/2013	74550	218 * I
MAX3512	8695022105	15/11/2013	74550	218 * I
MDK6827	8695022134	15/11/2013	74550	218 * I
MDN9804	8695022226	26/11/2013	74550	218 * I
MDO3357	8695022159	17/11/2013	74550	218 * I
MEI6756	8695022183	24/11/2013	74550	218 * I
MFD8176	8695022090	16/11/2013	74550	218 * I
MGS2917	8695022156	15/11/2013	74550	218 * I
MHE7763	8695022116	15/11/2013	74550	218 * I
MHH9453	8695022132	14/11/2013	74550	218 * I
MHL2063	8695022203	23/11/2013	74550	218 * I
MHR5518	8695022181	25/11/2013	74550	218 * I
MHX5735	8695022122	16/11/2013	74550	218 * I
MIC2857	8695022045	13/11/2013	74550	218 * I
MIJ2855	8695022147	17/11/2013	74550	218 * I
MIK8894	8695022082	15/11/2013	74550	218 * I
MKE1813	8695022225	25/11/2013	74550	218 * I
MKI2655	8695022115	15/11/2013	74550	218 * I
MLB6434	8695022140	18/11/2013	74550	218 * I
MLN4354	8695022153	19/11/2013	74550	218 * I
NKQ1437	8695022086	15/11/2013	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 768/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 768/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AUP9387	8695022072	15/11/2013	74550	218 * I
BCL1317	8695021873	05/11/2013	74550	218 * I
BRZ2006	8695021863	02/11/2013	74550	218 * I
BZD9278	8695021755	30/10/2013	74550	218 * I
CBK5592	8695021874	06/11/2013	74550	218 * I
CNI3085	8695022191	25/11/2013	74550	218 * I
CRY8572	8695021748	27/10/2013	74550	218 * I
IKQ6671	8695022135	15/11/2013	74630	218 * II
JUK8455	8695021958	06/11/2013	74550	218 * I
KVL2286	8695021956	05/11/2013	74550	218 * I
LXI3549	8695021938	03/11/2013	74550	218 * I
LXW1204	8695021914	03/11/2013	74550	218 * I
LYT7027	8695021829	27/10/2013	74550	218 * I
LYY4211	8695021817	30/10/2013	74550	218 * I
MAM9237	8695021804	30/10/2013	74630	218 * II
MAO0403	8695021865	03/11/2013	74550	218 * I
MEK9349	8695021913	03/11/2013	74550	218 * I
MFQ2953	8695021909	07/11/2013	74630	218 * II
MIP6261	8695021754	30/10/2013	74550	218 * I
MKJ2166	8695022188	23/11/2013	74550	218 * I
MKL1323	8695021821	27/10/2013	74550	218 * I
MLF3577	8695021881	02/11/2013	74550	218 * I
MPK7164	8695022009	09/11/2013	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

SOMBRI**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 1031/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8057 1031/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIX6059	55095586E	17/09/2014	51851	167
AKM7277	55095786E	22/09/2014	51851	167
BIU1013	55640031D	03/09/2014	50450	162 * V
CEC9604	55095863E	12/09/2014	58350	195
CEC9604	55095864E	12/09/2014	51691	165
CEC9604	55095861E	12/09/2014	50100	162 * I
CEC9604	55095862E	12/09/2014	51180	164 c/c 162 * I
DFX0254	55095571E	03/09/2014	51851	167
GKJ4632	55096483E	22/09/2014	58350	195
GQL4139	55094695E	28/09/2014	54100	181 * IV
GQL4139	55094696E	28/09/2014	66372	230 * IX
HAD6522	55095173E	20/08/2014	50450	162 * V
HAD6522	55095174E	20/08/2014	69120	232
HAD6522	55095172E	20/08/2014	65992	230 * V
HNK9498	55095818E	31/08/2014	54522	181 * VIII
IBV9948	55095583E	15/09/2014	51851	167
IDW1662	55094692E	13/09/2014	66102	230 * VII
IDW1662	55094691E	13/09/2014	65992	230 * V
IEE5906	55094693E	28/09/2014	65992	230 * V
IEE5906	55094694E	28/09/2014	50450	162 * V
IHK0364	55095466E	07/09/2014	65992	230 * V
IKA2918	55095670E	24/09/2014	51851	167
IKY6090	55095626E	24/09/2014	51851	167
IOF8446	55095517E	26/08/2014	51851	167
IPR4970	55095859E	03/09/2014	51180	164 c/c 162 * I
IPR4970	55095858E	03/09/2014	50100	162 * I
IQQ2618	55095904E	26/09/2014	73662	252 * VI
IRF6672	55095909E	29/09/2014	51851	167
LNG5352	55640034D	03/09/2014	65992	230 * V
LNG5352	55640033D	03/09/2014	51180	164 c/c 162 * I
LNG5352	55640032D	03/09/2014	50100	162 * I
LZO1404	55095610E	27/08/2014	69120	232
LZR5739	55095535E	05/09/2014	51851	167
LZX4065	55095856E	31/08/2014	65992	230 * V
LZX4065	55095855E	31/08/2014	51180	164 c/c 162 * I
LZX4065	55095854E	31/08/2014	50100	162 * I
MAA7452	55095570E	02/09/2014	73662	252 * VI
MBZ9966	55095379E	02/09/2014	50100	162 * I
MBZ9966	55095378E	02/09/2014	65992	230 * V

MBZ9966	55095380E	02/09/2014	51180	164	c/c 162 * I
MCD0098	55095731E	17/09/2014	51851	167	
MCG9866	55095457E	29/08/2014	70481	244	* II
MCG9866	55095456E	29/08/2014	50100	162	* I
MDE1485	55095716E	02/09/2014	50100	162	* I
MDI8160	55095587E	17/09/2014	51851	167	
MDJ9250	55095727E	12/09/2014	61220	214	* I
MDL9587	55095718E	03/09/2014	55500	181	* XVIII
MGI8006	55095777E	12/09/2014	61220	214	* I
MGQ1470	55640041D	15/09/2014	50100	162	* I
MGQ1470	55640040D	15/09/2014	51180	164	c/c 162 * I
MHZ3536	55095588E	19/09/2014	73662	252	* VI
MIC8527	55095566E	26/08/2014	51851	167	
MIH5072	55095713E	30/08/2014	51851	167	
MIP0585	55095822E	12/09/2014	54870	181	* XI
MJD9491	55640035D	12/09/2014	66372	230	* IX
MJL1247	55095758E	28/08/2014	53800	181	* I
MJR2473	55095789E	26/09/2014	51851	167	
MKA6755	55095903E	26/09/2014	73662	252	* VI
MKD8501	55095665E	16/09/2014	66102	230	* VII
MKD8501	55095664E	16/09/2014	69120	232	
MKI1984	55095464E	07/09/2014	51180	164	c/c 162 * I
MKI1984	55095462E	07/09/2014	51691	165	
MKI1984	55095463E	07/09/2014	50100	162	* I
MKV4808	55095659E	04/09/2014	54600	181	* IX
MLI7840	55095737E	23/09/2014	51851	167	
MLL5255	55095550E	15/09/2014	51851	167	
OKF7634	55095778E	15/09/2014	61220	214	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

SOMBRI0/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 1034/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 1034/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BRK2766	55095963E	10/10/2014	66102	230 * VII
BRK2766	55095964E	10/10/2014	66700	230 * XIII
CPR6954	55095867E	13/09/2014	65992	230 * V
ICM4318	55095661E	10/09/2014	69120	232
IPZ1349	55095797E	07/10/2014	51851	167
JYV3433	55096007E	10/10/2014	65992	230 * V
JYV3433	55096006E	10/10/2014	51180	164 c/c 162 * I
JYV3433	55096005E	10/10/2014	50100	162 * I
KLA4836	55095539E	09/09/2014	55414	181 * XVII
KNB3286	55095865E	13/09/2014	51851	167
MBI7737	55095642E	06/10/2014	65992	230 * V
MCQ7003	55095877E	10/10/2014	51180	164 c/c 162 * I
MCQ7003	55095876E	10/10/2014	50100	162 * I
MCQ7003	55095878E	10/10/2014	66102	230 * VII
MCT7209	55095128E	14/09/2014	66102	230 * VII
MDI3972	55095924E	07/10/2014	73662	252 * VI
MDL9006	55640037D	13/09/2014	65992	230 * V
MDY5426	55095621E	15/09/2014	54522	181 * VIII
MFN9388	55095798E	07/10/2014	51851	167
MGC8553	55095576E	08/09/2014	60250	206 * IV
MGV2308	55096051E	10/10/2014	73400	252 * IV
MIZ3296	55095902E	17/09/2014	51851	167
MKK9879	55095750E	08/10/2014	51851	167
MKP2334	55095584E	15/09/2014	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SOMBRI/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 1036/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 1036/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAC0076	55095908E	29/09/2014	73662	252 * VI
BQF6324	54560510E	15/10/2014	57463	187 * I
CIN6746	55096484E	22/09/2014	58350	195
ECC6666	55095627E	24/09/2014	51851	167
EIC5435	55640036D	13/09/2014	65992	230 * V
GOY5802	54560765E	18/10/2014	51691	165
IFY3968	55096485E	22/09/2014	58350	195
INU1275	55095869E	13/09/2014	65992	230 * V
LCB1585	55095787E	26/09/2014	65992	230 * V
LXX1211	55095675E	26/09/2014	51851	167
LYD3721	55640050D	17/10/2014	65992	230 * V
MBG0767	54559216E	05/10/2014	50100	162 * I
MBX0271	54560127E	16/10/2014	51180	164 c/c 162 * I
MBX0271	54560126E	16/10/2014	50100	162 * I
MDY9202	54560511E	15/10/2014	50100	162 * I
MGW9290	55095548E	15/09/2014	51851	167
MHT9446	55095860E	12/09/2014	66102	230 * VII
MHV0091	55095672E	24/09/2014	51851	167
MIE1390	55095630E	24/09/2014	51851	167
MIG2282	55095736E	20/09/2014	51851	167
MII8318	55095907E	29/09/2014	51851	167
MIT5227	55095585E	17/09/2014	69120	232
MJO1717	55095901E	17/09/2014	51851	167
MMK4682	55095648E	14/10/2014	54600	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SOMBRI0/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 1038/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 1038/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALO0029	55095677E	03/10/2014	50100	162 * I
ALO0029	55095680E	03/10/2014	51180	164 c/c 162 * I
ALO0029	55095678E	03/10/2014	65992	230 * V
ALO0029	55095679E	03/10/2014	54870	181 * XI
MBC6023	55095650E	23/10/2014	65992	230 * V
MBC6023	54560766E	23/10/2014	50100	162 * I
MBG0767	54559215E	05/10/2014	65992	230 * V
MCP6745	54559221E	05/10/2014	51180	164 c/c 162 * I
MCP6745	54559222E	05/10/2014	65992	230 * V
MCP6745	54559220E	05/10/2014	50100	162 * I
MDA6949	55095833E	03/10/2014	66532	230 * XI
MDG2263	55640047D	01/10/2014	66102	230 * VII
MHM1705	55096102E	28/10/2014	66102	230 * VII
MJO1717	55095634E	26/09/2014	51851	167
MKY7737	54560509E	04/10/2014	65992	230 * V
MLY1818	55095674E	26/09/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SOMBRI0/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 1040/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 1040/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADJ3232	55095954E	08/10/2014	51851	167
ETJ4071	55095748E	07/10/2014	51851	167
FSF0101	55095475E	29/10/2014	50450	162 * V
FSF0101	55095476E	29/10/2014	51420	164 c/c 162 * V

IET1033	55096159E	06/11/2014	51180	164	c/c	162	*	I
IET1033	55096158E	06/11/2014	50100	162	*			I
IJA0795	55095746E	07/10/2014	51851	167				
IJB9052	55095471E	07/10/2014	51180	164	c/c	162	*	I
IJB9052	55095470E	07/10/2014	65992	230	*		V	
IKY9310	55095747E	07/10/2014	73400	252	*		IV	
ILG8988	55095599E	04/10/2014	58350	195				
ISL6034	55095917E	04/10/2014	69120	232				
LZI0870	55095133E	05/10/2014	51180	164	c/c	162	*	I
LZI0870	55095132E	05/10/2014	50100	162	*			I
MBG0767	54559217E	05/10/2014	51180	164	c/c	162	*	I
MBG0767	54559218E	05/10/2014	69120	232				
MBG0767	54559219E	05/10/2014	51691	165				
MBH3259	55095799E	07/10/2014	51851	167				
MBK6128	55095685E	10/10/2014	50100	162	*			I
MBK6128	55095686E	10/10/2014	51180	164	c/c	162	*	I
MBK6128	55095687E	10/10/2014	65992	230	*		V	
MDY9202	55095473E	28/10/2014	50100	162	*			I
MDY9202	55095474E	28/10/2014	64080	221				
MEF0071	54560774E	03/11/2014	50450	162	*		V	
MEF0071	54560773E	03/11/2014	65992	230	*		V	
MGJ7736	55095645E	07/10/2014	66102	230	*		VII	
MGX1049	55095843E	06/10/2014	50100	162	*			I
MGX1049	55095844E	06/10/2014	51180	164	c/c	162	*	I
MGX1049	55095845E	06/10/2014	66371	230	*		IX	
MGZ5297	55095838E	05/10/2014	50100	162	*			I
MGZ5297	55095839E	05/10/2014	51180	164	c/c	162	*	I
MGZ5297	55095840E	05/10/2014	65992	230	*		V	
MGZ5297	55095841E	05/10/2014	66532	230	*		XI	
MIQ7552	55095938E	29/10/2014	54600	181	*			IX
MJW5361	55095637E	01/10/2014	66102	230	*		VII	
MMF3391	55095958E	09/10/2014	60250	206	*			IV
MMM8055	55095640E	03/10/2014	69120	232				
MMM8055	55095639E	03/10/2014	54600	181	*			IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SOMBRI0/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 1042/2014
ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8057 1042/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DEC1299	55095947E	06/11/2014	66372	230 * IX
DEC1299	55095945E	06/11/2014	66372	230 * IX
IIW5631	55095946E	06/11/2014	50100	162 * I
LYD5414	55095488E	09/11/2014	66372	230 * IX
MBR2257	55096179E	10/11/2014	65992	230 * V
MDN5985	55096160E	06/11/2014	51692	165
MFN8474	55096161E	06/11/2014	50100	162 * I
MFN8474	55096162E	06/11/2014	66102	230 * VII
MGH6492	55096165E	06/11/2014	66102	230 * VII
MHJ6708	55095183E	14/10/2014	50100	162 * I
MKP7615	55095849E	07/11/2014	55414	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SOMBRIO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 954/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 954/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

NGN5916	54560723E	04/12/2013	52152	170
NGN5916	54560726E	04/12/2013	52311	172
NGN5916	54560725E	04/12/2013	66020	230 * VI

NGN5916 54560724E 04/12/2013 65565 230 * I
 NPC4209 54560722E 04/12/2013 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SOMBRIIO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
 DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 958/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 958/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMV5789	54559291E	25/11/2013	51851	167
AMV5789	54559292E	25/11/2013	51930	168
CGB5438	54560949E	10/12/2013	69200	233
CTC3146	54560922E	04/12/2013	69200	233
DLC4991	54560729E	04/12/2013	66102	230 * VII
DLC4991	54560728E	04/12/2013	58350	195
ETJ3854	54560667E	02/12/2013	54522	181 * VIII
IBU6361	54560903E	29/11/2013	69200	233
IEZ0959	55640526D	09/12/2013	66102	230 * VII
IEZ0959	55640525D	09/12/2013	58433	196
IEZ0959	55640524D	09/12/2013	52070	169
IEZ0959	55640523D	09/12/2013	51851	167
IEZ0959	55640522D	09/12/2013	50610	163 c/c 162 * I
IEZ0959	55640521D	09/12/2013	50100	162 * I
IEZ0959	55640520D	09/12/2013	65992	230 * V
IFY2623	54560928E	04/12/2013	69200	233
IGG6510	54560412E	29/11/2013	66371	230 * IX
IIS8405	54560927E	04/12/2013	69200	233
IJL7675	54560019E	07/11/2013	65992	230 * V
INT7286	54560935E	07/12/2013	65992	230 * V
INT7286	54560936E	07/12/2013	50100	162 * I
INT7286	54560937E	07/12/2013	51691	165

INT7286	54560938E	07/12/2013	58350	195	
IOP4370	55641744D	10/11/2013	66372	230	* IX
IQJ1798	54560231E	06/12/2013	69120	232	
ISA0836	54560670E	08/12/2013	51851	167	
JQS3469	54560907E	29/11/2013	69200	233	
LYY1803	54559300E	04/12/2013	69200	233	
LZB5657	54560934E	07/12/2013	65992	230	* V
LZB5657	54560933E	07/12/2013	52152	170	
LZB5657	54560932E	07/12/2013	58350	195	
LZB5657	54560931E	07/12/2013	51180	164	c/c 162 * I
LZB5657	54560930E	07/12/2013	50100	162	* I
LZJ9434	55066638D	08/12/2013	70561	244	* III
MBM2475	54560706E	28/11/2013	65800	230	* IV
MBX1991	54560030E	08/12/2013	58780	199	
MCK1191	54560229E	03/12/2013	54600	181	* IX
MDN5985	54560945E	10/12/2013	69200	233	
MFQ7029	55639133D	04/12/2013	55414	181	* XVII
MFY4999	54561007E	10/12/2013	69200	233	
MIJ4430	54561002E	10/12/2013	69200	233	
MIT9658	54560914E	29/11/2013	69200	233	
MIZ8267	54560958E	13/12/2013	55414	181	* XVII
MJM5746	54560857E	03/12/2013	51851	167	
MJM5746	54560856E	03/12/2013	73662	252	* VI
MKK8734	54560957E	13/12/2013	55414	181	* XVII
MKX9970	55639132D	05/12/2013	55414	181	* XVII
MLE4604	55639131D	29/11/2013	50100	162	* I
MMH1871	54560660E	25/11/2013	73662	252	* VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

SOMBRIÓ/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 960/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 960/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJS1252	54560742E	17/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
AJS1252	54560741E	17/12/2013	50100	162 * I
IDW4799	54560472E	25/11/2013	69200	233
IES5198	54561011E	13/12/2013	69200	233
IGA5601	54561029E	17/12/2013	69200	233
IHT0910	54560740E	17/12/2013	65992	230 * V
IHT0910	54560739E	17/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
IHT0910	54560738E	17/12/2013	50100	162 * I
IJX5269	54560965E	13/12/2013	69200	233
LXN0078	54561030E	17/12/2013	69200	233
LZJ8382	54560955E	09/12/2013	66020	230 * VI
MCR9003	54560123E	17/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
MCR9003	54560124E	17/12/2013	65992	230 * V
MCR9003	54560122E	17/12/2013	50100	162 * I
MFO9505	54560951E	04/12/2013	65992	230 * V
MFZ5096	54560737E	17/12/2013	69120	232
MGA1656	54561021E	13/12/2013	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SOMBRI0/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 962/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 962/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CHE0198	54560396E	21/12/2013	54521	181 * VIII
CKG5346	54560559E	24/12/2013	65992	230 * V
CKG5346	54560558E	24/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
CKG5346	54560557E	24/12/2013	50100	162 * I

DML3303	54560425E	23/12/2013	55414	181	* XVII
DWG5325	54561037E	17/12/2013	73662	252	* VI
IGZ4140	54560237E	21/12/2013	54870	181	* XI
IJZ6993	54560230E	06/12/2013	67000	230	* XVI
IPV1898	54560716E	01/12/2013	51180	164	c/c 162 * I
IPV1898	54560715E	01/12/2013	50100	162	* I
LYG0316	54560387E	21/12/2013	54521	181	* VIII
LYM7103	54561053E	19/12/2013	69200	233	
LYX8889	54560923E	04/12/2013	69200	233	
LYY1305	54561054E	19/12/2013	69200	233	
MBN1612	54560398E	21/12/2013	58350	195	
MBN1612	54560399E	21/12/2013	64910	227	* II
MBN1612	54560400E	21/12/2013	52741	175	
MCY0400	54560419E	20/12/2013	65992	230	* V
MEW3739	54561028E	17/12/2013	69200	233	
MHO5736	54560422E	23/12/2013	50450	162	* V
MHO5736	54560421E	23/12/2013	54522	181	* VIII
MIJ8702	54560239E	24/12/2013	54522	181	* VIII
MIK5764	54560749E	24/12/2013	54522	181	* VIII
MJF2481	54560246E	24/12/2013	54870	181	* XI
MKO4669	54560415E	20/12/2013	55411	181	* XVII
MLN8100	54560234E	18/12/2013	65992	230	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SOMBRI0/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 986/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 986/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AER1272	55094125E	17/03/2014	69200	233
BRD2655	55094359E	24/03/2014	73662	252 * VI

BUM4441	54561146E	18/03/2014	53980	181	*	II	
BUS5860	55094416E	03/04/2014	69200	233			
CDG8827	55094332E	24/03/2014	69200	233			
CYG6659	55094069E	22/03/2014	69120	232			
CYG6659	55094070E	22/03/2014	65992	230	*	V	
DHN6301	55094065E	13/03/2014	66102	230	*	VII	
DPX8701	55094464E	07/04/2014	69200	233			
DQE6489	55094429E	04/04/2014	73662	252	*	VI	
ETJ3854	55094256E	17/03/2014	73662	252	*	VI	
IBL7195	55094205E	11/03/2014	69200	233			
IEU0964	55094334E	24/03/2014	69200	233			
IKQ2798	55094471E	07/04/2014	69200	233			
ILH6368	55094484E	11/04/2014	69200	233			
IOJ3777	54560982E	24/03/2014	50100	162	*	I	
IPV9329	55094400E	02/04/2014	51180	164	c/c	162	* I
IPV9329	55094399E	02/04/2014	50100	162	*	I	
KLE7356	55094398E	01/04/2014	51180	164	c/c	162	* I
KLE7356	55094397E	01/04/2014	50100	162	*	I	
KLG5090	55094371E	27/03/2014	51851	167			
LYG1611	55094279E	07/04/2014	66531	230	*	XI	
LYP6299	55094116E	13/03/2014	50100	162	*	I	
LYP6299	55094118E	13/03/2014	65992	230	*	V	
LYP6299	55094117E	13/03/2014	51180	164	c/c	162	* I
LZN3530	54560985E	24/03/2014	50610	163	c/c	162	* I
LZU5034	55094452E	02/04/2014	51420	164	c/c	162	* V
LZU5034	55094451E	02/04/2014	50450	162	*	V	
MBI4946	55094123E	14/03/2014	73662	252	*	VI	
MBW2756	54561149E	21/03/2014	65992	230	*	V	
MBX1991	55094291E	10/04/2014	65992	230	*	V	
MBX1991	55094290E	10/04/2014	51180	164	c/c	162	* I
MBX1991	55094289E	10/04/2014	50100	162	*	I	
MBY7429	55094414E	03/04/2014	69200	233			
MCE0607	55094080E	31/03/2014	51420	164	c/c	162	* V
MCE0607	55094079E	31/03/2014	50450	162	*	V	
MCH2412	55094409E	31/03/2014	65992	230	*	V	
MCO3771	55094308E	20/03/2014	69200	233			
MCV7472	55094487E	11/04/2014	69200	233			
MDP1861	55094418E	03/04/2014	69200	233			
MDY3508	55094131E	17/03/2014	69200	233			
MEC6610	55094132E	17/03/2014	69200	233			
MEH4579	55094364E	23/03/2014	69120	232			
MEH4579	55094363E	26/03/2014	50450	162	*	V	
MER4661	55094343E	26/03/2014	73400	252	*	IV	
MET2152	55094344E	26/03/2014	50100	162	*	I	
MFE1031	55094477E	11/04/2014	69200	233			
MFE1031	55094280E	07/04/2014	65992	230	*	V	
MFE1031	55094282E	07/04/2014	51180	164	c/c	162	* I
MFE1031	55094281E	07/04/2014	50100	162	*	I	
MFE2556	55094278E	07/04/2014	73400	252	*	IV	
MFE5423	55094257E	20/03/2014	50100	162	*	I	
MFE5423	55094258E	20/03/2014	51180	164	c/c	162	* I
MFE5423	55094259E	20/03/2014	51691	165			
MFH9918	55094454E	03/04/2014	51180	164	c/c	162	* I
MFH9918	55094453E	03/04/2014	50450	162	*	V	
MFM0816	55640749D	20/03/2014	69200	233			
MFN4788	55094306E	20/03/2014	69200	233			
MFZ7564	55094475E	11/04/2014	69200	233			
MGG4890	55094335E	26/03/2014	54522	181	*	VIII	
MGH0912	55094481E	11/04/2014	69200	233			
MGY4159	55094370E	27/03/2014	54522	181	*	VIII	
MHB0762	55094421E	03/04/2014	69200	233			
MHN3635	55094302E	20/03/2014	51180	164	c/c	162	* I
MHN3635	55094303E	20/03/2014	65992	230	*	V	

MHN3635	55094301E	20/03/2014	50100	162	*	I
MHO5689	54561150E	21/03/2014	57380	186	*	II
MHQ0939	55094112E	12/03/2014	50100	162	*	I
MHR9205	55094126E	17/03/2014	69200	233		
MHW2926	55094078E	31/03/2014	54870	181	*	XI
MIC0639	55094458E	03/04/2014	73662	252	*	VI
MIQ9311	55094288E	10/04/2014	66531	230	*	XI
MIU2404	55094412E	03/04/2014	69200	233		
MJW5361	54560581E	06/04/2014	65992	230	*	V
MKD0660	55094203E	11/03/2014	69200	233		
MKD8366	55094128E	17/03/2014	69200	233		
MKN8567	55094406E	31/03/2014	50450	162	*	V
MKN8567	55094407E	31/03/2014	69120	232		
MKN8567	55094408E	31/03/2014	58350	195		
MKV9390	54561147E	20/03/2014	69120	232		
MLH6431	55094415E	03/04/2014	73662	252	*	VI
MLH7368	54560570E	14/03/2014	51180	164	c/c	162 * I
MLH7368	54560569E	14/03/2014	50100	162	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SOMBRIIO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 998/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 998/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DAC3341	55094551E	07/05/2014	69200	233
IBG4727	55094442E	08/05/2014	69200	233
IDH1289	55094723E	22/05/2014	54010	181 * III
IEO7759	54561190E	29/04/2014	69200	233
IKQ4404	54561191E	29/04/2014	69200	233
IOV2533	55094561E	04/05/2014	54522	181 * VIII

JGC5545	55094512E	28/04/2014	50450	162	*	V
JGC5545	55094513E	28/04/2014	51420	164	c/c	162 * V
LYQ3249	55094519E	03/05/2014	65992	230	*	V
MCI1335	55094722E	22/05/2014	54870	181	*	XI
MCN9584	54561187E	29/04/2014	69200	233		
MDI1176	55094707E	19/05/2014	69200	233		
MFD6273	55094283E	10/04/2014	50100	162	*	I
MFD6273	55094284E	10/04/2014	51180	164	c/c	162 * I
MGK2830	54561186E	29/04/2014	69200	233		
MGQ7971	55094506E	25/04/2014	51180	164	c/c	162 * I
MGY8912	55094701E	19/05/2014	69200	233		
MHJ9234	55094523E	07/05/2014	51180	164	c/c	162 * I
MHJ9234	55094522E	07/05/2014	50100	162	*	I
MHT8994	55094704E	19/05/2014	69200	233		
MII4620	55094520E	03/05/2014	65992	230	*	V
MIL7520	55094713E	20/05/2014	50100	162	*	I
MIX5412	54561184E	29/04/2014	69200	233		
MLB3001	55094596E	27/05/2014	54284	181	*	V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SOMBRIIO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA